



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais
Doutorado em Política Internacional
e Comparada



UNIVERSITÉ PARIS 8 VINCENNES-SAINT-DENIS
Ecole Doctorale 31 – Pratiques et Théories du Sens
Doctorat de Science Politique

**At the centre of the edge:
the development of cross-border cultural networks in border cities between
Brazil and Uruguay and France and Germany**

SOLÈNE MARIÉ

**Orientador: Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília)
Directeur de recherche: Thomas Brisson (Université Paris 8 Vincennes – Saint Denis)**

abril de 2020



**AT THE CENTRE OF THE EDGE:
THE DEVELOPMENT OF CROSS-BORDER CULTURAL
NETWORKS IN BORDER CITIES BETWEEN BRAZIL
AND URUGUAY AND FRANCE AND GERMANY**

SOLÈNE MARIÉ

 **Universidade de Brasília**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Relações Internacionais
Doutorado em Política Internacional e Comparada

UNIVERSITÉ
PARIS 8
VINCENNES-SAINT-DENIS

UNIVERSITÉ PARIS 8 VINCENNES-SAINT-DENIS
École Doctorale 31 – Pratiques et Théories du Sens
Doctorat de Science Politique

*No man is an island entire of itself; every man
is a piece of the continent, a part of the main*

John Donne. Meditation XVII. Devotions upon Emergent Occasions, 1624

I not only use all the brains that I have, but all that I can borrow
Woodrow Wilson. Speech to the National Press Club, 20 March 1914

Thank you, Obrigada, Merci, Gracias!

Ao Professor Estevão, pelo apoio firme mas com carinho, constante mas com liberdade, desde o nosso primeiro encontro. Pelos conselhos acadêmicos e pessoais, pelo tempo passado conversando sobre a tese e em happy hours, porque a trajetória de uma doutoranda não se faz só na biblioteca.

À Thomas Brisson et Anne-Marie Autissier grâce à qui mon doctorat brésilien a pu se transformer en co-tutelle de doctorat suite à un accueil au Laboratoire CRESPPA en tant que doctorante invitée d'octobre 2018 à mai 2019. Merci également à Christine Cadot, Vincent Farnea et Emmanuelle Lallement pour leur soutien dans ce processus.

Merci à toute l'équipe du CRESPPA, vous m'avez montré un exemple d'ouverture humaine et de fonctionnement très démocratique d'un laboratoire et je suis très reconnaissante pour votre soutien. Remerciements particuliers aux doctorants Adélaïde, Alice, Khénan, Maira, Rémi, Marion, Isadora, Cyril, Dimitry et Sarah avec qui j'ai échangé le plus.

To all the academics who generously offered me some of their time and expertise in order to help me in this process: Adriana Dorfman, Alain Boyadjian, Anne-Laure Amilhat Szary, Eduardo Palermo, Elodie Bordat, Fanny Bouquerel, Gutemberg de Vilhena Silva, Guy Saez, Kathleen Staudt, Leonardo Mercher, Lucas Panitz, Samuel Périgois, Thomas Perrin. Um agradecimento especial aos Professores Daniel Jatobá et Rodrigo Pires, que acompanharam meu desenvolvimento como doutoranda desde meus primeiros passos até os passos mais firmes que estou dando agora.

A los "sin límites", Maurício, André, Kathya y Beto, por conversas interminables sobre fronteras, límites, cartografía y otros temas que solo nosotros podíamos mantener por tanto tiempo. Por la abertura, el cariño y la ayuda académica que me demostraron con sinceridad.

To all those who gave me contacts, information, beds, bikes, cars and precious help of all types during my fieldwork: Glaucia Bernardo; Lia Pachalski; Fernando Damazio; Deisemara Turatti Langoski; Ricardo Almeida; Isabelle, François, Guillaume et Nicolas Keller et leurs associées; Mido, Ana e Gabi Scotti; Hannah et Johann; Lolo et Brigitte; Marie-Hélène. To Ed, for your way with words.

A todas as pessoas que foram entrevistadas durante o decorrer da pesquisa. Todas são co-autoras deste trabalho que não existiria sem elas. A toutes les personnes interviewées pendant le déroulement de cette recherche. Elles sont toutes co-auteurs de ce travail qui aurait bien-sûr été inexistant sans leur contribution.

To those who pushed me to embark upon this journey and gave me the initial support: Ana Claudia & Roberto, Professor Pio Penna, Leandro e a família Prazeres, Sara and her family, Ana Carolina Mauad, Larissa Basso.

Aos que me ajudaram a me manter o mais saudável e equilibrada possível ao longo deste trabalho: Maman, Fabien, Márcia, Paulo, Júlia, Pedro, Laura.

A mes amis, réseau d'appui, d'amour, d'échanges intellectuels, de câlins, tout particulièrement: Carolzinha, parceira de crescimento e de intensidade; Caio, a sensibilidade e o apoio personificados até nas horas mais frias dos estudos de campo; Agnez, candanga parceira, amiga firme e forte; Os roncadores, parceiros de aventura e brincadeira, principalmente Meg e Camila; Marina, amiga poeta e profunda, de carinho discreto e persistente; Carlos, cozinheiro parceiro de muita conversa e filmes independentes; Nelson, parceiro da biblioteca, positivo e carinhoso; Delphine, source inépuisable de générosité et de créativité; Chanèze, femme-louve admirée et chère à mon coeur; Cyrielle, partenaire d'activités et conversations passionnées; Sara, amie-sœur de l'enfance à aujourd'hui; Magali et Taftan, amies d'une enfance transfrontalière; Hannah, partenaire d'aventures en voyages et en discussions; Alina, amie modèle de positivité et de confiance; Fanny, amie présente, créative et spontanée.

A ma famille, qui m'a donné les racines et les ailes et fait de son mieux pour suivre les chemins tortueux de ma vie et de mes pensées: merci Maman, Papa, Fabien, Nolwenn, Maïlo, Matthieu, Jennifer, Marcus, Perrine & Thibault.

To all the artistic productions and practices that accompanied me during the development of this research, because they nourished my creativity, my self-confidence and my pleasure in doing this work. Um agradecimento especial para Carol, Wesley e Dani pelo carinho e a generosidade que vocês têm em espalhar a sua arte.

To border scholars whose work was the foundation upon which I could build this research and especially to those with whom I had the opportunity to have stimulating conversations in Brazil, France and the USA. A special thank you to academics and students involved in the growing border studies field in Brazil, who I had the opportunity to meet and draw thoughts, criticism, enthusiasm from at the VII Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços in Corumbá.

Aos contribuintes brasileiros que tornaram este trabalho possível, e aos que acreditam no financiamento de uma educação pública gratuita e de pesquisa acadêmica independente. Durante o decorrer deste trabalho, eu recebi uma bolsa de doutorado do CNPq, uma bolsa sanduíche da Capes e duas bolsas de apoio à participação em cursos da FAP-DF, assim como recursos redistribuídos pelo meu instituto, que provêm em parte do PROEX da Capes. Todos esses financiamentos foram essenciais para a realização deste trabalho.

To the brave women who are role models for me and others to always go further, and especially to those who supported and inspired me in my own process.

I dedicate this thesis to those who left us and to those who joined us throughout the
course of this PhD:

*Je dédie ce travail à ceux qui nous ont quittés et à ceux qui nous ont rejoints pendant
le déroulement de ce doctorat:*

Thomas, Mamy, Papy, Mamie, Marcus, Maïlo

ABSTRACT

The present research aims to contribute to the understanding of processes leading to the development, in some borderlands, of networks of cultural action which cross a political border. It was developed based on two cases which present observable cross-border networks in terms of cultural actions, that of the Brazil-Uruguay borderlands and of the France-Germany borderlands, in order to offer a transregional and Latin American perspective on an issue which is mainly studied in the European and North American contexts.

This multi-sited ethnographic study is structured around the aim of understanding the formal and informal processes and networks which sustain this cultural action, looking at the relative contribution of processes led by institutions, cultural agents and the civil society as well as of formal and informal practices.

The association of the two cases studied sheds light on three common aspects between the processes at work: the importance of the leadership of projects; the influence of windows of opportunity; and the advantages of projects involving a tangible, marketable and perennial product. The following characteristics of cultural ecosystems in borderlands were described: a confronting logic of presence and absence of the border; a combination of formal and informal dynamics at play; the markedly cultural nature of the networks which enable the creation of long-lasting initiatives; and an influence of the marginality of those spaces on their functioning as systems. Finally, a three-dimensional typology was elaborated for the analysis of the building blocks and characteristics of these systems.

No centro da margem: o desenvolvimento de redes culturais transfronteiriças em cidades de fronteira entre Brasil e Uruguai e França e Alemanha

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo contribuir para a compreensão de processos conducentes ao desenvolvimento de redes culturais que atravessam uma fronteira política. Baseia-se no estudo de dois casos que apresentam redes culturais transfronteiriças observáveis – a dos espaços transfronteiriços entre Brasil e Uruguai e entre França e Alemanha – para oferecer uma perspectiva transregional e latino-americana sobre uma questão que continua sendo estudada principalmente nos contextos europeu e norte-americano.

Este estudo etnográfico multi-localizado está estruturado em torno do objetivo de compreender os processos e redes formais e informais que sustentam essa ação cultural, analisando a contribuição relativa dos processos liderados por instituições públicas, por agentes culturais e pela sociedade civil, bem como de práticas formais e informais.

A associação dos dois casos estudados permitiu destacar três elementos em comum entre os processos evidenciados: a importância da liderança dos projetos; a influência das janelas de oportunidade; e as vantagens de projetos que envolvem um produto tangível, comercializável e perene. As seguintes características dos ecossistemas culturais em espaços transfronteiriços foram realçadas: a coexistência entre a presença e a ausência da fronteira; a combinação de dinâmicas formais e informais em jogo; a natureza marcadamente cultural das redes que sustentam as iniciativas duradouras; e a influência da marginalidade desses espaços em seu funcionamento como sistemas. Por fim, foi elaborada uma tipologia tridimensional para a análise dos elementos constituintes e das características desses sistemas.

Au centre de la marge: le développement de réseaux culturels transfrontaliers dans les villes à la frontière entre le Brésil et l'Uruguay et la France et l'Allemagne

RÉSUMÉ

Cette recherche entend apporter un éclairage sur le développement de réseaux culturels s'étendant des deux côtés d'une frontière politique. Elle s'appuie sur l'étude de deux cas présentant des réseaux et circulations d'ordre culturel -espaces transfrontaliers entre le Brésil et l'Uruguay et entre la France et l'Allemagne- pour proposer une perspective plurielle et latino-américaine sur ce phénomène qui reste principalement étudié dans le contexte européen et nord-américain.

Cette étude ethnographique multi-située cherche à identifier les processus et réseaux formels et informels qui soutiennent l'action culturelle, à travers l'analyse de la contribution respective des institutions, des acteurs culturels et de la société civile.

La confrontation entre les deux cas étudiés met en lumière trois aspects communs entre les processus à l'œuvre: l'importance du porteur de projet; l'influence des fenêtres d'opportunité; et les avantages des projets impliquant un produit tangible, commercialisable et pérenne. Les caractéristiques suivantes des écosystèmes culturels dans les espaces transfrontaliers sont décrites: une coexistence entre la présence et l'absence de la frontière; un mélange de dynamiques formelles et informelles; la nature profondément culturelle des réseaux qui permettent la création d'initiatives durables; et une influence de la marginalité de ces espaces sur leur fonctionnement en tant que systèmes. Enfin, une typologie tridimensionnelle est proposée pour l'analyse des éléments constitutifs et des caractéristiques de ces systèmes.

LIST OF ABBREVIATIONS

ABC: Agência Brasileira de Cooperação

CBR: Cross-Border Region

CETP-UTU: Consejo de Educación Técnico Profesional – Universidad del Trabajo del Uruguay

DRI: Diretoria de Relações Internacionais

ETC: European Territorial Cooperation

EU: European Union

ICT: Information and Communication Technologies

IFSUL: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense

IPHAE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IR: International Relations

MEC: Ministério da Educação

MERCOSUR/MERCOSUL: Mercado Común del Sur / Mercado Comum do Sul

MinC: Ministério da Cultura

MRE: Ministério das Relações Exteriores

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PPDF: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

RS: Rio Grande do Sul

UNDP: United Nations Development Programme

LIST OF FIGURES

<i>Figure 1: René Magritte, The Treachery of Images [La Trahison des images], 1929, Los Angeles County Museum of Art, Los Angeles and This is not an Apple [Ceci n'est pas une pomme], 1964, Private collection.</i>	32
<i>Figure 2: Map of the border between Argentina and Brazil</i>	33
<i>Figure 3: Satellite view of the border between Argentina and Brazil</i>	33
<i>Figure 4: Border mark between Argentina and Brazil in Barracão, Paraná, Brazil</i>	34
<i>Figure 5: Interactions between different scales in border regions</i>	44
<i>Figure 6: Representation of the various dimensions of borders and border spaces</i>	51
<i>Figure 7: Representation of coexisting visions of the “us” and “them” in border spaces</i>	52
<i>Figure 8: Co-occurrence network of terms: cultur* AND fronteir*</i>	70
<i>Figure 9: Tree map of main countries/regions</i>	70
<i>Figure 10: Tree map of main languages</i>	71
<i>Figure 11: Number of publications per year (1994 to 2018)</i>	73
<i>Figure 12: Research areas</i>	75
<i>Figure 13: Main event titles</i>	76
<i>Figure 14: Main organisations</i>	76
<i>Figure 15: Co-occurrence network of terms: cultur* AND border</i>	78
<i>Figure 16: Visualisation of the network for the term “border”</i>	79
<i>Figure 17: Visualisation of the network for the term “frontier”</i>	79
<i>Figure 18: Visualisation of the network for the term “borderland”</i>	80
<i>Figure 19: Visualisation of the network for the term “boundary”</i>	80
<i>Figure 20: Visualisation of the network for the term “cooperation”</i>	81
<i>Figure 21: Visualisation of the network for the term “institutions”</i>	82
<i>Figure 22: Visualisation of the network for the term “cross-border”</i>	82
<i>Figure 23: Visualisation of the network for the term “cross-border cooperation”</i>	83
<i>Figure 24: Visualisation of the network for the term “culture”</i>	84
<i>Figure 25: Visualisation of the network for the term “cultural integration”</i>	84
<i>Figure 26: Visualisation of the network for the term “cultural borders”</i>	85
<i>Figure 27: Visualisation of the network for the term “cultural identity”</i>	85
<i>Figure 28: Visualisation of the network for the term “identity”</i>	86
<i>Figure 29: Visualisation of the network for the term “interculturality”</i>	86
<i>Figure 30: BRUNET-JAILLY’s four-dimensional model for the study of cross-border integration</i>	91
<i>Figure 31: Representation of the place of the border within a State-centred system</i>	99
<i>Figure 32: Representation of the place of the border within a borderlands-centred system</i>	99
<i>Figure 33: Location of the Brazil-Uruguay borderlands within the sub-continent</i>	114
<i>Figure 34: Location of the Brazil-Uruguay borderlands within the La Plata region</i>	114
<i>Figure 35: Satellite view of the Brazil-Uruguay borderlands within the La Plata region</i>	115
<i>Figure 36: Limits of the Pampa biome and its internal variations</i>	116

<i>Figure 37: Images from the two edges of the France/Germany borderline</i>	117
<i>Figure 38: Location of the France-Germany borderlands within the sub-continent</i>	118
<i>Figure 39: Location of the France-Germany borderlands within the region</i>	118
<i>Figure 40: Satellite view of the France-Germany borderlands within the region</i>	119
<i>Figure 41: Geological map of the Vosges-Alsace region</i>	120
<i>Figure 42: Chronological relation between borders, territory and nation</i>	122
<i>Figure 43: Map showing the different interpretations of the location of the border by the Spanish and Portuguese empires following the Santo Ildefonso Treaty (1777)</i>	123
<i>Figure 44: Jesuit Missions of the Guaranies: Situation of the site in South America</i>	125
<i>Figure 45: Street sign in Jaguarão, Brazil, twin city situated across the Jaguarão river from Río Branco, Uruguay</i>	127
<i>Figure 46: Timeline of the political and territorial affiliation of the region</i>	128
<i>Figure 47: Santana do Livramento-Rivera, Jaguarão-Río Branco and other twin cities at the border between Brazil and Uruguay</i>	135
<i>Figure 48: Urbanisation of Villa Ceballos (now Rivera) in 1865. Map by José Pompilio Lupi.</i>	136
<i>Figure 49: Urban map of Santana do Livramento-Rivera</i>	136
<i>Figure 50: Brazil/Uruguay border mark in the conurbation of Santana do Livramento (Brazil) and Rivera (Uruguay)</i>	137
<i>Figure 51: Barón of Mauá International bridge between the cities of Jaguarão and Río Branco</i>	138
<i>Figure 52: Marks of the border in the landscape of shops</i>	139
<i>Figure 53: Street in the border conurbation of Chuí (Brazil) - Chuy (Uruguay)</i>	143
<i>Figure 54: Proposition of cultural regionalisation of Uruguay</i>	146
<i>Figure 55: Music production networks in the La Plata Region</i>	150
<i>Figure 56: Works by Osmar Santos</i>	151
<i>Figure 57: Demographic density in the Grand Est and bordering regions</i>	154
<i>Figure 58: Strasbourg-Kehl, Saint Louis-Weil am Rhein-Basel and other main twin cities at the border between France and Germany</i>	155
<i>Figure 59: Photographs illustrating the continuous urban centre in Basel-Saint Louis-Weil am Rhein.</i>	156
<i>Figure 60 : Percentage of Alsatian speakers amongst people born in Alsace in 1999</i>	158
<i>Figure 61: Street in Saint Louis</i>	159
<i>Figure 62: Shop in Santana do Livramento, "Mercosul Shoes"</i>	164
<i>Figure 63: Evolution of the number of bills and of the border-related issues covered</i>	170
<i>Figure 64: "Bridge Street" in Jaguarão, renamed "Uruguay Street" in honour of the neighbouring country</i>	171
<i>Figure 65: PDFF budget and spending (2006-2013)</i>	175
<i>Figure 66: Knowledge of federal border programmes by members of the municipal administration in Jaguarão</i>	177
<i>Figure 67: Types of funding</i>	207
<i>Figure 68: Number of financial supports by artistic discipline</i>	208

<i>Figure 69: Obstacles to cross-border cooperation</i>	209
<i>Figure 70: Marketing documents from the Brazil-Uruguay Cultural Integration Calendar and World Social Forum event around the Fronteras Culturales movement</i>	215
<i>Figure 71: Binational Festival of Oeno-gastronomy and products from the Pampa: visual identity</i>	217
<i>Figure 72: Santana do Livramento-Rivera Binational Book Fair: visual identity</i>	218
<i>Figure 73: Word cloud based on interviews conducted at the Brazil-Uruguay borderlands</i>	225
<i>Figure 74: Word cloud based on interviews conducted at the France-Germany borderlands</i>	226
<i>Figure 75: "European drugstore"</i>	233
<i>Figure 76: Customs on the bridge linking Quaraí to Artigas</i>	234
<i>Figure 77: Juxtaposed Uruguayan and Brazilian motorbikes</i>	236
<i>Figure 78: Pillars and types of cultural ecosystems in borderlands</i>	237

LIST OF TABLES

<i>Table 1: Terms used to refer to borders, their etymology and interpretations</i>	36
<i>Table 2: Coexisting diverging and converging practices in border spaces</i>	47
<i>Table 3: Different facets of the institutional nature of borders</i>	50
<i>Table 4: Definitions and interpretations of cultural policy</i>	62
<i>Table 5: Countries, based on (co-)author institutions of affiliation</i>	72
<i>Table 6: Language of the publications</i>	73
<i>Table 7: Research area of the publications</i>	75
<i>Table 8: Four categories of borderlands according to Oscar Martínez</i>	89
<i>Table 9: Analytical model and observables</i>	110
<i>Table 10: Timeline of the political and territorial affiliations of the region</i>	130
<i>Table 11: Synthetic chronology of Federal instruments for border governance, their content and impact</i>	174
<i>Table 12: Amounts raised by Jaguarão townhall X Amounts committed and paid by Jaguarão Cultural department between 2014 and 2017</i>	176
<i>Table 13: List of cultural, technical and educational cooperation agreements signed during the Cardoso mandate (1995-2002)</i>	180
<i>Table 14: Evolution of RS's paradiplomatic and cultural institutional frameworks</i>	189
<i>Table 15: Evolution of RS's paradiplomatic agenda</i>	190
<i>Table 16: Initiatives from Mercocities conurbated border city members</i>	201
<i>Table 17: Main participations of the Fronteras Culturales movement to political actions in favour of cultural production, policy and networks in the borderlands</i>	215
<i>Table 18: Years mentioned in the interviews in number of occurrences and weighted percentage</i>	222
<i>Table 19: Periods of left-wing government in local, state and federal governments in Brazil and Uruguay</i>	223
<i>Table 20: Factors identified as fostering existing cultural projects in the borderlands</i>	227
<i>Table 21: Factors identified as obstacles to the development of cultural projects in the borderlands</i>	227

TABLE OF CONTENTS

INTRODUCTION	18
INTRODUÇÃO	25
CHAPTER 1 – CULTURE IN BORDERLANDS	31
1.1 Introduction	31
1.2 What is a border (space)?	32
1.2.1 Introduction	32
1.2.2 Borders as lines: ‘on the edge’ between us and them	35
1.2.3 Borders as zones: ‘in between’ spaces	39
1.2.4 Borders as relational spaces: where ‘us and them’ are connected and separated	45
1.2.3 Borders and border spaces as institutions: where ‘us’, ‘them’ and ‘we’ are formalised and performed	48
1.2.4 Conclusion	51
1.3 Studying cultural issues in borderlands	54
1.3.1 The question of cultural identity	54
1.3.1.1 Cultural identity as national identity	54
1.3.1.2 Cultural identity as multiple, relational and changing	56
1.3.1.3 Cultural identity as multi-layered identifications	57
1.3.2 Culture: between anthropology and public policy	60
1.4 Borders and culture: who says what, where and how?	63
1.4.1 Border scholarship: the development of border studies	63
1.4.2 Trends and main issues in the field	64
1.4.3 Inventory of the bibliographic production on borders and culture	68
1.4.4 Network analysis of keywords and concepts	78
1.5 Conclusion	88
CHAPTER 2 – CONSTRUCTING A MULTI-SITED ETHNOGRAPHIC STUDY OF CULTURAL NETWORKS IN BORDERLANDS	89
2.1 Introduction: A few existing frameworks - strengths and limits	89
2.2.1 Oscar Martinez’s classification of types of borderlands (1994)	89
2.2.2 Perkmann and Sum’s (2002) framework of analysis for Cross-Border Regions	90
2.2.3 Emmanuel Brunet-Jailly’s (2004, 2005) four-dimensional, multidisciplinary analytical model for the study of cross-border integration	90
2.2.4 Henrikson’s three types of diplomacy in border regions	91
2.3 Studying borders within IR: (inter)disciplinary constructions	93
2.3.1 Interdisciplinarity	93
2.3.2 Studying the “small things”: everyday international relations	95
2.3.3 Breaking the internal/external dichotomy	97
2.3.4 Shifting the focus: from the border “at the edge” to the border “at the centre”	98
2.4 Studying culture within IR: what is the object?	101
2.4.1 The introduction of culture within the study of IR: main contributions	101
2.4.2 The study of culture within IR: limits	107
2.4.3 Operationalising the study of culture	109
2.5 Conclusion: Multi-sited ethnography as a tool for the study of everyday international relations	111
CHAPTER 3 – BRAZIL-URUGUAY AND FRANCE-GERMANY BORDERLANDS: CONTEXTUALISATION OF TWO CROSS-BORDER SPACES	113

3.1 Geographical contextualisation	113
3.1.1 Brazil-Uruguay borderlands	113
3.1.2 France-Germany borderlands	117
3.2 Historical contextualisation	121
3.2.1 Brazil-Uruguay borderlands	121
3.2.2 France-Germany borderlands	130
3.3 Demographic, economic and cultural contextualisation	133
3.3.1 Brazil-Uruguay borderlands	133
3.3.1.1 Urbanisation of the borderlands	133
3.3.1.2 Economic activity and networks in the borderlands	139
3.3.1.3 People of the borderlands: the demographics	142
3.3.1.4 People of the borderlands: cultural and linguistic features	145
3.3.2 France-Germany borderlands	153
CHAPTER 4 – CROSS-BORDER CULTURAL NETWORKS IN JAGUARÃO- RÍO BRANCO; SANTANA DO LIVRAMENTO-RIVERA; STRASBOURG-KEHL AND SAINT-LOUIS-WEIL AM RHEIN-BASEL	161
4.1 Cultural governance in the borderlands: institutional context and cooperation	161
4.1.1 Brazil-Uruguay borderlands	161
4.1.1.1 Contribution of the Mercosul to cultural governance in the borderlands	161
4.1.1.2 Contribution of the Federal State to cultural governance in the borderlands	167
4.1.1.3 Contribution of the Rio Grande do Sul state to cultural governance in the borderlands	184
4.1.1.3 Contribution of the municipalities to cultural governance in the borderlands	193
4.1.2 France-Germany borderlands	203
4.2 Cultural governance in the borderlands: borderland activism	211
4.2.1 Places: the topography of culture	211
4.2.2 Practices: the cultural actions	213
4.2.3. People: the actors	219
4.3 Cultural ecosystems in borderlands: spatial, institutional and social (re)compositions	225
4.3.1 Cultural networks in the Brazil-Uruguay borderlands: parallels with the France-Germany borderlands	225
4.3.1.1 Favourable factors and obstacles	227
4.3.1.2 The question of leadership	228
4.3.1.3 The windows of opportunity	229
4.3.1.4 The tangible, marketable, perennial	230
4.3.2 Cultural ecosystems in the borderlands: particularities, dynamics and processes	233
4.3.2.1 The border, between presence and absence	233
4.3.2.2 Cultural networks, between formal and informal dynamics	234
4.3.2.3 Cultural ecosystems in the borderlands VS cross-border cultural projects	235
4.3.2.4 Cultural ecosystems in the borderlands: at the centre of the edge	236
CONCLUSION	239
CONCLUSÃO	242
REFERENCES	245
APPENDIXES	259
Appendix 1: List of interviews conducted in the Brazil-Uruguay border region	259
Appendix 2: Interview transcript - Dionéia de Macedo	261
Appendix 3: Interview transcript – Tarson Nuñez	267
Appendix 4: Interview transcript - Alan Dutra de Mello	292
Appendix 5: Interview transcript – Rodrigo Segovia	311

Appendix 6: Interview transcript – Maria-Fernanda Passos das Neves _____	311
Appendix 7: Interview transcript – Mangela Britos _____	355
Appendix 8: Interview transcript – Sandra Rodriguez _____	372
Appendix 9: Interview transcript – Sandra Camerini Vieira _____	386
Appendix 10: Interview transcript – Rosario Brochado _____	399
Appendix 11: Interview transcript – Eduardo Palermo _____	407
Appendix 12: Interview transcript – Jussara Pereira Dutra _____	427
Appendix 13: Interview transcript – Osmar Santos _____	444
Appendix 14: Interview transcript – Maria-Luisa de Leonardi (Neca) _____	450
Appendix 15: Interview transcript – Artur Montanari _____	460
Appendix 16: Interview transcript – Carlos José Machado (Maninho) _____	477
Appendix 17: Interview transcript – Adriana Ança _____	496
Appendix 18: List of interviews conducted in the France-Germany border region _____	516
Appendix 19: Interview transcript – Clara Nieden _____	517
Appendix 20: Interview transcript – Frédérique Chabaud _____	537
Appendix 21: Interview transcript – Margot Bernardi _____	548
Appendix 22: Interview transcript – Mischa Schmelter _____	559
Appendix 23: Interview transcript – Frédérique Duvinage _____	575
Appendix 24: Interview transcript – Anne Poidevin _____	587

I have come across men of letters, who have written history without taking part in public affairs, and politicians, who have only concerned themselves with producing events without thinking of describing them. I have observed that the first are always inclined to find general causes, whereas the others, living in the midst of disconnected daily facts, are prone to imagine that everything is attributable to particular incidents, and that the wires which they pull are the same that move the world. It is to be presumed that both are equally deceived.

Alexis de Tocqueville. *The Recollections of Alexis de Tocqueville*. 1896.

INTRODUCTION

Borderlands are often considered remote, underdeveloped areas, affected by backwardness and marginalisation (EUROPEAN COMMISSION, 2011). However, as the materialisation of the limit of State political and territorial power, borders are a fundamental issue in the study of domestic and international politics. Paradoxically, it is a minority topic within the field of International Relations, and to a lesser extent in Public Policy and Political Science (PRADO; ESPÓSITO NETO, 2015).

Though bibliographic production on the subject does exist, it tends to be produced outside of these core disciplines -mainly within the multidisciplinary field of Border Studies- or to remain within their periphery and not be recognized by the mainstream. This can to some extent be described as a form of blindness to an existing debate, which for a number of reasons has not entered the mainstream disciplinary agenda in International Relations.

Within the existing debate on borders, this thesis focuses specifically on the intersection of the issue of cultural policy and production with that of borderlands, looking at the question of the development of cultural networks in those spaces.

Interest in the issue studied here stems from the researcher's past experience living and working in various countries in the field of cultural policy and production, including cross-border cultural projects. The observed pattern which motivated and triggered the interest of the researcher was the following: the existence, in some borderlands, of cultural identities and of networks of cultural action that span both sides of an international political dividing line.

The guiding question which structures and motivates the development of this study is the following: How are regional identities sustained in cross-border spaces through cultural production and policy? What is the relative contribution of formal cooperation led by government actors and of informal cooperation led by civil society actors? How does this translate across different cases of cross-border spaces?

Specifically, this question is analysed in the context of two cases of borders that have shifted throughout time, making the corresponding space belong successively to the two

neighbouring countries. The first case is the Brazil-Uruguay borderlands; the second is the France-Germany borderlands.

Despite differences between the two cases in terms of relation to conflict and historical process of border constitution, they demonstrate a number of similarities. Firstly, both are characterised by a historical role as buffer space between two regional powers. Secondly, they present a history of successive integration of the area within the two neighbouring states as well as of intense movements of population. This confers to the regions under study a specificity in that local history holds the memory of alternating national allegiance. Thirdly, both cases are, amongst Brazilian and French borderlands, those which demonstrate the highest level of porosity between the spaces on both sides of the border as well as a high level of urbanisation and institutionalisation of cross-border processes within their regional context. The Brazil-Uruguay borderlands are the most urbanized amongst Brazil's borderlands, with an aggregated urbanisation indice of 82%¹ (BRASIL, 2009). They are also the most institutionalised, with the largest number of twin cities: six pairs of such cases. Finally, both borderlands present manifestations of hybrid cultural expressions.

On the other hand, the regions have different level of institutionalisation of the borderland dynamics: the France-Germany border region presents a range of public policy instruments supporting the development of the region, from local to supranational level; the Brazil-Uruguay border region possesses a much more incipient institutional apparatus, especially at supranational level. Whilst cooperation initiatives exist through local and bilateral initiatives, these are incipient at regional level and the Mercosul's involvement is limited to the creation of a favourable environment, with few concrete programmes directed towards cross-border development (CARNEIRO FILHO; LEMOS, 2014).

Our study aims to fill a gap in border literature by conducting a cross-regional study of two similar border regions, one situated in Western Europe and the other situated in South America. Even compared to other regions in the South, the literature on Southern American borders is scarce. Works focusing on rarely studied or Southern borders include few examples from this region (STAUDT, 2017; ALPER; BRUNET-JAILLY, 2008). This justifies fully the development of this study which, beyond the fact that it tackles an under-studied borderland,

¹ Data from 2009.

includes it in cross-regional analysis. As pointed out by Newman and Paasi, it is important that border narratives emerge from diverse locations and be put in contrast with literature produced from the study of European borders:

It is [...] fallacious to suggest that the removal of boundaries, if indeed that is what is happening in western society, is taking place in the same way, or is having the same effect, within other cultural traditions. We require new and alternative boundary narratives to emerge from those societies that hold different representations of space and social identities. It is important to encourage scholars from these societies to present their own narratives unapologetically, even, and perhaps especially, where such narratives contrast with our own Euro-centred notions of territorial and spatial fixation (NEWMAN; PAASI, 1998, p. 201)

The main objective of this research is the following: Examine the processes, factors and actors involved in cultural production and policy in cross-border spaces.

This main objective incorporates the following specific aims:

- 1- Analyse the combination of formal cooperation mechanisms involved in cultural ecosystems in the two studied borderlands;
- 2- Analyse the role of informal cooperation in cultural ecosystems in borderlands, in those very borderlands;
- 3- Tackle the lack of border literature produced in the South, about Southern borders.
- 4- Provide a cross-regional analysis of borderlands to contribute to the incipient literature of this kind.

It is important to note that in border scholarship, different concepts are encountered and favoured depending on the discipline and the language (as developed in the subsequent section). This issue is particularly pregnant in this study given its development in a Brazilian university and with cases under study which span various languages: Portuguese, Spanish, French and German as well as the dialects spoken in both borderlands.

The decision of writing this thesis in yet another language, English, was made for reasons linked to the dissemination of academic production. For reasons of coherence, concepts used more in the English language are therefore favoured and in the case of concepts that possess a slightly different meaning from one language to another, the English-language meaning is given preeminence over others. An effort is made to make these distinctions and to clarify the definitions in order to avoid confusions. Also, all citations from literature and interviews are included in English in the text, as well as in the original language.

An inductive, *case-centred* (rather than variable-centred) comparative approach (DELLA PORTA; KEATING, 2008) was set up, integrating two phases. Firstly, a phase aiming to explore each case fully and individually, integrating elements of social and historical experience. Thereafter, a phase of data-driven creation of categories and concepts, based both on the directly and indirectly observable elements of each case studied (SCHREIER, 2012), put in relation with broader theory (PAASI, 2011).

The aim of this approach is to ensure that each of the cases is seen for what it is and not as an illustration of a pre-established theory (LEANDER, 1997). Though it has some weaknesses which need to be acknowledged, this approach “doesn't have an alternative in the Social Sciences and the comparative explanations that it is able to provide is unparalleled” (BADIE, 1992, p. 349, *our translation*²).

The aim of this research, based on accounts which seek to respect the singularity and specificity of each case's trajectory, is to draw interpretation from the confrontation of these two accounts. In order to respect the cultural and historic specificities of each case, the theoretical and inferential claims are thus more modest: that of a “descriptive role based on the juxtaposition of different systems of meaning” (BADIE, 1992, p. 346, *our translation*³).

Confronted with the dilemma presented by Marie-Claude Smouts (1995, p. 257, *our translation*),

According to systems theory, beyond a certain level of complexity, a system escapes analysis. The discipline of International Relations is currently facing this dilemma: either it simplifies as much as possible to only take into account the comparable units and omits one of the main current problems, or it faces the question of complexity and discovers that it lacks methods and concepts to go beyond description.

our posture is to prioritize the empirical in relation to pre-existing categories, the concrete in relation to abstraction and simplification, as “abstractions allow generalizations while at the same time, by definition, precluding the concrete, the particular—culture.” (BEATE, 2003, p. 36).

2 “su utilización no tiene sustituto en ciencias sociales y no se ha igualado el esclarecimiento comparativo que es capaz de aportar.”

3 “función descriptiva por yuxtaposición de sistemas de significados distintos”

One of the major differences between our two cases is the degree of institutionalisation of cross-border cultural production. This could potentially bring a certain level of bias to the comparison of the cases. Our fieldwork was therefore conducted in the Brazil-Uruguay borderlands before the more institutionalised France-Germany borderlands in order to reduce perceptive bias. Subsequently, our fieldwork demonstrated clearly the importance of informal institutions, cooperation and networks for the study of our object. Thus, our perspective includes both formal and informal frameworks, in a multi-scale approach.

For each of the cases, an initial field trip was made throughout the borderlands as extensively as possible and focused on observation as a form of contact with the space, issues and people. Subsequently, a second field trip was organised for data collection in a number of locations identified during the previous field trip. After initial contact with a small number of actors in each site, connections and relationships were followed according to the snowball method.

Observation thus took place in the Brazil-Uruguay borderlands in July 2018, followed by data collection in September 2018. It included: the collection of archival documents; participant observation in an event bringing together artists and producers from the borderlands; as well as interviews with public agents involved in cultural policy, local development and international relations at various levels of government, directors of cultural institutions, artists, producers and cultural managers, university professors (the full list of interviews is included in appendix).

Observation took place in the France-Germany borderlands in January 2019, followed by data collection in May-June 2019. It included: participant observation in two events bringing together cultural managers from the borderlands and European Union cultural programme representatives; as well as interviews with officials involved in cultural policy at various levels of government (municipal, regional, European Union), producers and cultural managers, artists, members of a cultural policy think tank, university professors (full list of interviews included in appendix).

Due to the strong disparity between the quantity of existing literature as well as the quality of primary data on our first and second cases, an emphasis was put on the first case (Brazil-Uruguay borderlands) in terms of data collection and existing literature. This doctoral

thesis is therefore asymmetrical. This posture stemmed both from the necessity of access to data on the first case (requiring more extensive interviews) and from the risk of perceptive bias due to the existence of a more developed literature on the European cases, which could result in a Eurocentric bias in the approach to the first case. Finally, it resulted from the aim of producing literature on South-American borders. The second case, the France-Germany borderlands, is therefore approached here as a shadow case presenting a counterpoint to the first one in order to bring depth and contrast to the analysis.

Finally, it is important to note that there is no possible separation between the research and the subject who produces it and thus some biases exist beyond all methodological precautions taken in order to minimise them. This research was conducted by a white female researcher from France and residing in Brazil. The first two and a half years of the research were conducted in a Brazilian university, followed by a period as invited researcher in France, that led to the setup of a joint PhD. The author then returned to Brazil to finish the research.

The researcher had a previous experience working on a cross-border cultural project which was conducted within the framework of the European Interreg projects whilst living and working in the United Kingdom. Rather than a posture of separation between the object and subject of the research, when conducting interviews the researcher aimed to create a connection with the interviewees, which was based on different characteristics: residence in Brazil and a personal history of living between cultures and languages in the first case; her past experience working on an Interreg cross-border cultural project in the second case. In both cases, during fieldwork her perspective was case-centred and not comparative, as well as based on humility.

It is important to note that a common weakness of research on borderlands is the fact that, rather than being truly elaborated from the borderlands, the researcher's perception is rooted in one side of the borderlands. With this in mind, an attempt was made to enter different borderland networks and gather as many viewpoints as possible. However, it is important to acknowledge the fact that the researcher's view on the borderlands, being from France and residing in Brazil, was inevitably more influenced by those viewpoints. Therefore, the description and analysis of processes and actors included in this thesis are more rooted on the Brazilian and French sides of their respective borderlands.

Finally, interviews were conducted in Portuguese, Spanish, Portuguese and French based on the easiest channel of communication with each interviewee. However, as the researcher does not speak German, this language had to be replaced by English or French. All these subjective aspects are acknowledged as an integral part of the results produced.

INTRODUÇÃO

Espaços fronteiriços⁴ são frequentemente tidos como áreas remotas e subdesenvolvidas, afetadas pelo atraso e pela marginalização (COMISSÃO EUROPEIA, 2011). No entanto, como materialização do limite do poder político e territorial do Estado, fronteiras são um objeto fundamental no estudo da política doméstica e internacional. Paradoxalmente, é um tema minoritário na disciplina de Relações Internacionais e, em menor grau, de Políticas Públicas e Ciência Política (PRADO; ESPÓSITO NETO, 2015).

Embora a produção bibliográfica sobre o assunto exista, ela tende a ser produzida fora dessas disciplinas centrais -principalmente no campo multidisciplinar dos Estudos Fronteiriços- ou a permanecer na periferia; não sendo, portanto, suficientemente reconhecida pelas correntes dominantes. Em certa medida, isso pode ser descrito como uma forma de cegueira para um debate existente que, por várias razões, não entrou no cerne da agenda disciplinar de Relações Internacionais.

A partir do debate existente sobre fronteiras, esta tese foca-se especificamente na interseção entre o tema da produção e das políticas culturais e o das fronteiras, observando o desenvolvimento de redes culturais nesses espaços.

O interesse na questão estudada nesta pesquisa origina-se da experiência passada da pesquisadora que morou em diversos países onde trabalhou no campo de política e produção cultural, incluindo projetos culturais transfronteiriços. A partir dessa experiência, observou-se um padrão que despertou e motivou o interesse: a existência, em alguns espaços fronteiriços, de identidades culturais e de redes de ação cultural que se estendem de ambos os lados de uma linha divisória política internacional.

A pergunta que norteia e motiva a pesquisa é: como as identidades regionais são sustentadas em espaços transfronteiriços por meio da produção e das políticas culturais? Mais especificamente, isso implica responder às perguntas seguintes: Qual é a contribuição relativa da cooperação formal liderada por atores governamentais e da cooperação informal liderada por atores da sociedade civil? Como isso se traduz em diferentes casos de espaços transfronteiriços?

Especificamente, este tema é analisado no contexto de dois casos de fronteiras que mudaram ao longo do tempo, fazendo com que o espaço correspondente pertença

⁴ Termo escolhido para traduzir do inglês para o português o conceito de “borderland”. Ele é usado junto com o termo “Espaço transfronteiriço” que traduz a noção de “cross-border space”.

sucessivamente aos dois países vizinhos. O primeiro caso é o espaço de fronteira entre Brasil e Uruguai; o segundo entre França e Alemanha.

Apesar de diferenças entre os dois casos em termos de características do conflito e de processo histórico de constituição da fronteira, eles demonstram uma série de semelhanças. Em primeiro lugar, ambos são caracterizados por um papel histórico enquanto espaço-tampão entre duas potências regionais. Em segundo lugar, apresentam um histórico de integração sucessiva da zona pelos dois Estados vizinhos, bem como de movimentos populacionais intensos. Isso confere às regiões estudadas uma especificidade ligada à memória da alternância de pertencimento às duas nações vizinhas contida na história local. Em terceiro lugar, os dois casos são, dentro das fronteiras brasileiras e francesas, as partes que não só apresentam o nível mais alto de porosidade entre as zonas situadas de ambos os lados da fronteira, como também possuem um alto nível de urbanização e institucionalização dos processos transfronteiriços em seu respectivo contexto regional. O espaço de fronteira Brasil-Uruguai é o mais urbanizado entre as zonas situadas ao longo das fronteiras do Brasil, com um índice agregado de urbanização de 82%⁵ (BRASIL, 2009). Além disso, é o mais institucionalizado, com o maior número de cidades gêmeas: seis pares de cidades. Finalmente, ambos os espaços de fronteira apresentam manifestações de expressões culturais híbridas.

Por outro lado, as regiões têm diferentes níveis de institucionalização das dinâmicas transfronteiriças. Enquanto o espaço transfronteiriço França-Alemanha apresenta uma série de instrumentos de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da região, do nível local ao nível supranacional; o espaço fronteiriço Brasil-Uruguai possui um aparato institucional muito mais incipiente, principalmente em nível supranacional. Embora existam iniciativas de cooperação por meio de projetos locais e bilaterais, elas são incipientes em nível regional e o envolvimento do Mercosul se limita à criação de um ambiente favorável, com poucos programas concretos voltados ao desenvolvimento transfronteiriço (CARNEIRO FILHO; LEMOS, 2014).

A nossa tese tem como objetivo preencher uma lacuna na literatura sobre fronteiras, realizando um estudo transregional de dois espaços transfronteiriços semelhantes, um situado na Europa Ocidental e outro na América do Sul. Mesmo em comparação com outras regiões do Sul, a literatura sobre as fronteiras da América do Sul é escassa. Trabalhos com foco em fronteiras pouco estudadas ou em fronteiras do Sul raramente incluem exemplos dessa região (STAUDT, 2017; ALPER; BRUNET-JAILLY, 2008). Isso justifica o desenvolvimento deste estudo que, além de abordar uma fronteira pouco estudada, a inclui em uma análise transregional. Como apontado por Newman e Paasi, é importante que as narrativas de fronteira

⁵ Dados de 2009.

surjam de diversos locais e sejam contrastadas com a literatura produzida a partir do estudo das fronteiras europeias:

É falacioso sugerir que a eliminação dos limites, se de fato é isso que está acontecendo na sociedade ocidental, está ocorrendo da mesma maneira, ou está tendo o mesmo efeito, dentro de outras tradições culturais. Precisamos de narrativas novas e alternativas sobre limites, emanando daquelas sociedades que possuem representações diferentes sobre o espaço e as identidades sociais. É importante incentivar estudiosos dessas sociedades a apresentar suas próprias narrativas de forma assumida, mesmo e talvez especialmente, quando essas narrativas contrastam com as nossas próprias noções eurocentradas de fixação territorial e espacial (NEWMAN; PAASI, 1998, p. 201, *tradução nossa*⁶)

O objetivo principal desta pesquisa é o seguinte : Examinar os processos, fatores e atores envolvidos na produção e política cultural em espaços transfronteiriços.

Este objetivo principal incorpora os seguintes objetivos específicos:

- 1- Analisar a combinação de mecanismos formais de cooperação envolvidos nos ecossistemas culturais nos dois espaços de fronteira estudados;
- 2- Analisar o papel da cooperação informal nos ecossistemas culturais em espaços de fronteira, nesses mesmos espaços;
- 3- Contribuir para a literatura, enfrentando a falta de pesquisas sobre fronteiras produzidas no Sul, sobre as fronteiras do Sul;
- 4- Fornecer uma análise transregional sobre fronteiras, no intuito de contribuir para a literatura ainda incipiente sobre este tema.

É importante observar que nos Estudos Fronteiriços, diferentes conceitos são encontrados e favorecidos os quais dependem da disciplina e do idioma (conforme desenvolvido no primeiro capítulo). Esta questão é particularmente importante neste estudo, dado o seu desenvolvimento em uma universidade brasileira e o envolvimento de casos que abrangem vários idiomas: português, espanhol, francês e alemão, além dos dialetos falados em ambos os espaços fronteiriços.

A decisão de escrever esta tese em ainda outro idioma, o inglês, foi tomada por razões ligadas à disseminação da produção acadêmica. Portanto, visando a coerência, os conceitos mais utilizados no idioma inglês são favorecidos e, no caso de conceitos que possuem um significado um pouco diferente de um idioma para outro, o significado em inglês é preeminente em relação a outros. Quando pertinente, essas distinções são explicitadas e as definições são

⁶ “It is [...] fallacious to suggest that the removal of boundaries, if indeed that is what is happening in western society, is taking place in the same way, or is having the same effect, within other cultural traditions. We require new and alternative boundary narratives to emerge from those societies that hold different representations of space and social identities. It is important to encourage scholars from these societies to present their own narratives unapologetically, even, and perhaps especially, where such narratives contrast with our own Euro-centred notions of territorial and spatial fixation.”

esclarecidas a fim de evitar confusões. Além disso, todas as citações oriundas da literatura e das entrevistas são incluídas em inglês no texto, assim como no idioma original.

Uma abordagem comparativa de natureza indutiva, *centrada nos casos* (e não em variáveis) (DELLA PORTA; KEATING, 2008) foi estabelecida, integrando duas fases. Primeiramente, uma fase voltada à investigação de cada caso de maneira completa e individual, integrando elementos da experiência social e histórica. Posteriormente, uma fase de criação de categorias e conceitos a partir dos dados, baseada nos elementos observáveis direta e indiretamente em cada caso (SCHREIER, 2012), colocados em diálogo com a teoria (PAASI, 2011).

O objetivo dessa abordagem é garantir que cada um dos casos seja visto como é e não como ilustração de uma teoria pré-estabelecida (LEANDER, 1997). Embora essa abordagem tenha algumas fraquezas que precisam ser reconhecidas, ela “não tem alternativa nas ciências sociais e as explicações comparativas que ela é capaz de fornecer são incomparáveis” (BADIE, 1992, p. 349, *tradução nossa*⁷)

Com base em relatos que buscam respeitar a singularidade e a especificidade da trajetória de cada caso, o objetivo desta pesquisa é trazer uma interpretação a partir da associação entre dois relatos. A fim de respeitar as especificidades culturais e históricas de cada caso, as afirmações teóricas e inferenciais são, portanto, mais modestas: elas têm um “papel descritivo baseado na justaposição de sistemas de significado diferentes” (BADIE, 1992, p 346, *tradução nossa*⁸)

Confrontados com o dilema apresentado por Marie-Claude Smouts (1995, p. 257, *tradução nossa*),

Segundo a teoria dos sistemas, além de um certo nível de complexidade, um sistema escapa à análise. Atualmente, a disciplina de Relações Internacionais está enfrentando esse dilema: ou ela simplifica o máximo possível e leva em conta apenas as unidades comparáveis e assim omite um dos principais problemas atuais, ou ela enfrenta a questão da complexidade e descobre que ela não possui métodos e conceitos para ir além da descrição.

a nossa postura é de priorizar o empírico em relação às categorias preexistentes, o concreto em relação à abstração e à simplificação, pois “as abstrações permitem generalizações e, ao mesmo tempo, por definição, impedem o concreto, o particular - a cultura” (BEATE, 2003, p. 36).

⁷ “su utilización no tiene sustituto en ciencias sociales y no se ha igualado el esclarecimiento comparativo que es capaz de aportar.”

⁸ “función descriptiva por yuxtaposición de sistemas de significados distintos”

Uma das principais diferenças entre os dois casos é o grau de institucionalização da produção cultural transfronteiriça. Isso poderia trazer um certo nível de viés à comparação entre os dois casos. Portanto, o trabalho de campo foi realizado no espaço de fronteira Brasil-Uruguai antes do espaço de fronteira França-Alemanha mais institucionalizado, a fim de reduzir o viés de percepção. Posteriormente, o trabalho de campo demonstrou claramente a importância de instituições, cooperação e redes de natureza informal para o estudo do objeto. Portanto, a perspectiva adotada inclui estruturas formais e informais, em uma abordagem multinível.

Para cada um dos casos, foi realizada uma viagem inicial da forma mais extensa possível no espaço fronteiro. Nesse primeiro momento, o foco dado foi na observação como uma forma de contato com o espaço, suas problemáticas e seus habitantes. Posteriormente, uma segunda viagem de campo foi organizada para a coleta de dados em vários locais identificados durante a visita de campo anterior. Após o contato inicial com um pequeno número de atores em cada local, as conexões e os relacionamentos foram seguidos de acordo com o método bola de neve.

Assim, a observação nas fronteiras Brasil-Uruguai ocorreu em julho de 2018, seguida pela coleta de dados em setembro de 2018. Incluiu: a coleta de documentos de arquivo; observação participante em um evento que reuniu artistas e produtores do espaço fronteiro; bem como entrevistas com agentes públicos envolvidos em políticas culturais, desenvolvimento local e relações internacionais em vários níveis do governo, diretores de instituições culturais, artistas, produtores e gerentes culturais, professores universitários (a lista completa de entrevistas está incluída em anexo).

A observação no espaço fronteiro França-Alemanha ocorreu em janeiro de 2019, seguida pela coleta de dados em maio-junho de 2019. Incluiu: observação participante em dois eventos que reuniram gestores culturais do espaço fronteiro e representantes dos programas culturais da União Europeia; bem como entrevistas com funcionários envolvidos em políticas culturais em vários níveis do governo (municipal, regional, União Europeia), produtores e gerentes culturais, artistas, membros de um grupo de reflexão sobre políticas culturais, professores universitários (lista completa de entrevistas incluídas em anexo).

Devido à forte disparidade entre a quantidade de literatura existente, bem como a qualidade dos dados primários no primeiro e segundo casos, enfatizou-se o primeiro caso (fronteira Brasil-Uruguai) em termos de coleta de dados. Portanto, esta tese é assimétrica. Isso respondeu tanto à necessidade de acesso aos dados sobre este caso (exigindo entrevistas mais extensas) quanto ao risco de viés perceptivo devido à existência de uma literatura mais aprofundada sobre os casos europeus, o que poderia resultar em um viés eurocêntrico na

abordagem do primeiro caso. Por fim, a assimetria também resultou do objetivo de produzir literatura sobre as fronteiras sul-americanas. Portanto, o segundo caso, o espaço de fronteira França-Alemanha, é contemplado aqui como um *shadow case*: isto é, de forma menos aprofundada no intuito de apresentar um contraponto ao primeiro a fim para trazer profundidade e contraste à análise.

Finalmente, é importante observar que não há separação possível entre a pesquisa e o sujeito que a produz; existem, portanto, alguns vieses apesar de todas as precauções metodológicas tomadas para minimizá-los. Esta pesquisa foi conduzida por uma pesquisadora branca da França e residente no Brasil. Os primeiros dois anos e meio da pesquisa foram realizados em uma universidade brasileira, seguidos de um período como pesquisadora convidada na França, que levou ao desenvolvimento de uma co-tutela de doutorado. A autora retornou ao Brasil para finalizar a pesquisa.

A pesquisadora teve uma experiência anterior trabalhando em um projeto cultural transfronteiriço desenvolvido no âmbito dos projetos europeus Interreg enquanto morava e trabalhava no Reino Unido. Ao invés de uma postura de separação entre o objeto e o sujeito da pesquisa, ao realizar entrevistas, a pesquisadora buscou criar uma conexão com os entrevistados. Essa conexão era baseada em características diferentes: residência no Brasil e histórico pessoal de convivência entre culturas e idiomas no primeiro caso; sua experiência anterior trabalhando em um projeto cultural transfronteiriço Interreg no segundo caso. Em ambos os casos, durante o trabalho de campo, sua perspectiva era centrada no caso e não na comparação, além de baseada na humildade.

É importante notar que uma fraqueza comum em pesquisas sobre espaços fronteiriços é o fato de que, em vez de ser realmente elaboradas a partir desses espaços, a percepção do pesquisador está enraizada em um lado da fronteira. Para mitigar isso, foi feito um esforço para inserir-se em diferentes redes fronteiriças e reunir o maior número possível de pontos de vista. Entretanto, é importante reconhecer que a visão da pesquisadora sobre os dois casos, sendo da França e residindo no Brasil, foi inevitavelmente mais influenciada por esses pontos de vista. Portanto, a descrição e análise incluídas nesta tese sobre os processos e atores fronteiriços estão mais enraizadas nos lados brasileiro e francês de suas respectivas fronteiras.

Por fim, foram realizadas entrevistas em português, em espanhol, em portunhol e em francês, com base no canal de comunicação mais fácil com cada entrevistado. No entanto, como a pesquisadora não fala alemão, esse idioma teve que ser substituído ou por inglês ou por francês. Todos esses aspectos subjetivos são reconhecidos como parte integral dos resultados produzidos.

CHAPTER 1 – CULTURE IN BORDERLANDS

1.1 Introduction

This chapter presents the various existing conceptual notions and debates around the main two themes of this thesis: borders and culture. It focuses more specifically on a number of concepts which have been developed and are still being so, pointing to a certain number of gaps in the literature.

As developed in the first part of this chapter, various conceptions of the notion of border coexist within scholarship on the subject (OSORIO MACHADO, 1998; AMILHAT SZARY, 2015) and are often seen as contradictory even though they can be considered various aspects of a multi-faceted object. These different aspects are presented in order to build the theoretical basis of this thesis and justify the options made in this research in terms of how to approach them.

The chapter goes on to presenting the main possible ways of conceiving and envisioning cultural issues in borderlands and subsequently presents the approach chosen in the research.

Finally, the development of border scholarship and its main issues are presented, followed by a detailed bibliometric analysis of academic production at the crossroads between border and cultural issues.

1.2 What is a border (space)?

1.2.1 Introduction

The reality of the border [...] is created by the meaning that is attached to it. A line in the sand is not always a limit, as well as a border is not always a line in the sand. A line is geometry, a border is interpretation.

Henk Van Houtum, 2011.



Figure 1: René Magritte, *The Treachery of Images* [La Trahison des images], 1929, Los Angeles County Museum of Art, Los Angeles and *This is not an Apple* [Ceci n'est pas une pomme], 1964, Private collection.

The two works by surrealist painter René Magritte presented here are very well-known reflections on the themes of representation, images and the world, playing with the viewer to make a point about the difference between an object and the representation of the object.

A similar look can be cast on borders and their representation. Is this a border?

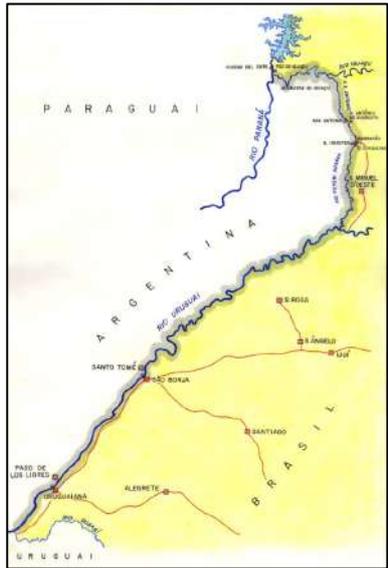


Figure 2: Map of the border between Argentina and Brazil
 Source: Laboratório Nacional de Computação Científica

Is this a border?



Figure 3: Satellite view of the border between Argentina and Brazil
 Source: Google

Is this a border?



Figure 4: Border mark between Argentina and Brazil in Barracão, Paraná, Brazil
Source: Secretaria do Esporte e Turismo, Paraná

Just as Magritte's works aimed to question mimetic conventions in painting, "the task of critically analysing world politics is to make fuller use of various faculties and to challenge the mimetic and exclusive conventions of Realist international politics" (BLEIKER, 2001; p. 515). For this reason, it is important to start our study with a reflection on the multi-dimensional nature of borders as objects, as well as on their representation. As evidenced by Alfred Korzybski, "A map *is not* the territory it represents, but, if correct, it has a *similar structure* to the territory, which accounts for its usefulness." (KORZYBSKI, 1933). Thus, it needs to be seen for what it is: a representation.

As highlighted by Bleiker (2001), "Representation is always an act of power. This power is at its peak if a form of representation is able to disguise its subjective origins and values". Thus, it is of crucial importance to question ourselves not only on the representation of borders but also on the people, organisations and institutions which produce these representations.

1.2.2 Borders as limits: ‘on the edge’ between us and them

*If you ask me, us takes in undulations –
each wave in the sea, all insides compressed –
as if, from one coast, you could reach out to
the next; and maybe it’s a Midlands thing
but when I was young, us equally meant me*

Zaffar Kunial. *Us* (extract). 2018

Looking at the etymological origins of the word border in different languages, a number of interpretations can be made. Firstly, in Latin languages, words such as ‘fronteira’ in Portuguese, ‘frontera’ in Spanish or ‘frontière’ in French, but also the word frontier in English which has the same origin, can be seen as derived from the word “front”. They are thus linked to the idea of conflict for space from a time which preceded the existence of boundaries as linear devices (AMILHAT SZARY, 2015). According to Foucher (2009) the passage from a conflictual relationship to a pacific one in these areas marks to transition from the ‘front’ to the ‘frontier’.

Machado’s interpretation of the etymology of the Portuguese word is slightly different: for her it refers to “that which is in front” (OSORIO MACHADO, 1998, p. 41, *our translation*⁹). In this interpretation, the historical origin of the word isn’t legal, political or intellectual. It indicates that the word was born as a fact of spontaneous social life, referring to the edges of the populated world. This vision also transmits the idea of the border as being the place from which the territory can be expanded: thus, its beginning.

The English words ‘boundary’ and ‘border’ suggest that in this Saxon language, the idea of border is that of an object which binds, thus transmitting the idea of friction between an internal and an external (AMILHAT SZARY, 2015). The latin term “limes, limitis” was originally used to refer to the outside border of the Roman Empire. Deriving from it, the word “limite” used in French, Portuguese and Spanish to refer to boundaries carries a similar meaning: that of the end of a unit, of an ‘inside’.

9 “o que está na frente”

Whilst the word frontier brings the idea of an orientation towards an outside (centrifugal movement), the word limit refers to the edge of an inside (centripetal movement) conceived as an abstraction by the centre (MACHADO, 1998).

Finally, the German word ‘grenze’ has its origins in a Polish word meaning ‘milestone’ and referring to the demarcation of private property (AMILHAT SZARY, 2015). Thus, it has a closer relation to territory and its inhabitants.

The following table summarises the various origins and interpretations of each word:

Term	Etymology	Interpretation
<i>Border/Boundary</i> (Eng)	An object which binds	Division between an internal and an external
<i>Frontière</i> (Fr) <i>Fronteira</i> (Port) <i>Frontera</i> (Sp) <i>Frontier</i> (Eng)	1- The front 2- That which is in front	Conflict for territory Relation between two units (in the social and cognitive sense)
<i>Limite</i> (Fr, Port, Esp) <i>Limit</i> (Eng)	The end of a unit	Division between an internal and an external
<i>Grenze</i> (Ger)	A milestone	Demarcation of territory

Table 1: Terms used to refer to borders, their etymology and interpretations

Source: Own elaboration based on AMILHAT SZARY, 2015; OSORIO MACHADO, 1998; FOUCHER, 2009

Despite variations in etymology and interpretation, these different terms used to refer to borders all carry the idea of a separation between entities, independent from the existence of a national State. De facto, borders have been in existence since the advent of human communities, with the aim of distinguishing an ‘us’ from a ‘them’ in order to consolidate human groups’ identities (FOUCHER, 1991). Borders are therefore a “social practice of spatial differentiation” (VAN HOUTUM; VAN NAERSSSEN, 2002, p. 126) which is inherent to the existence of human groups and has changed throughout time, but has never disappeared (RAFFESTIN, 1980).

It is with the Peace of Westphalia, a series of treaties¹⁰ signed in 1648 which put an end to European wars of religion, that the concept gained a political aspect and was associated with

¹⁰ Münster and Osnabrück Treaties

the aim of managing territory: it marked the end of the feudal system. These treaties created a number of principles which are at the basis of modern international relations, including sovereignty and the inviolability of borders. Borders thus came to be seen as linear and consolidated limits. In correspondence, the notion of nationality came to be based on the idea of the correspondence between a population, a nation and a State (HOBSBAWM, 2000), the political unity coming with a cultural unity which could be imposed upon all the members of such a territory. Combined with the principle of sovereignty, borders became marks of a political, social and cultural limit between sovereign States.

Borders, as a consequence of this, are conceived primarily as lines and in a logic of separation. They represent a delimitation between two territories and their appropriation by humans and are analysed based on the prevalent notions of State and sovereignty: it is the physical representation of the separation of territories into sovereign political units. It is the “physical and static outcome of a political decision-making process” (NEWMAN, 2006, p. 175).

Scholars who were the first to conceptualise the notion of border can mostly be found within the discipline of geography, more specifically of geopolitics. Consequently, their work has had a lot of influence on subsequent work on borders within other fields. Rudolf Kjéllen, one of the “founding fathers” of geopolitics, brought forth the idea of States as similar to living beings. Based on this analogy, borders are seen as a living being’s skin, enabling the division between the internal and external spaces and constituting the first receptors of information emanating from the external, subsequently communicating them to the “State brain” (SCHERMA, 2015).

This conception of borders can also be found in realist International Relations scholarship (MORACZEWSKA, 2010). In neorealist approaches, borders represent the separation between an internal order and an external anarchy (WALTZ, 1979) and thus constitute necessary containing barriers against threats coming from the outside.

Borders also constitute limits as a result of discursive practices aimed at making places through an “act of purification, as it is arbitrarily searching for a justifiable, bounded cohesion of people and their activities in space which can be compared and contrasted to other spatial entities.” (VAN HOUTUM; VAN NAERSEN, 2002, p. 126). This separation does not limit

itself to space, but also to the time of (national) histories, to societies, to languages, to economies: through this, it serves a function of representation (FOUCHER, 1991).

Finally, the image of the border as based on geographic features is predominant in the common sense. In practice, a number of borders are based on natural barriers such as rivers, mountains or forests, which are thought of as natural dividing lines between countries (ALBUQUERQUE, 2005). This vision, as it naturalizes borders, contributes to increasing their political stability.

1.2.3 Borders as zones: 'in between' spaces

*I was born in Nogales, Arizona,
On the border between
Mexico and the United States.*

*The places in between places
They are like little countries
Themselves, with their own holidays*

*Taken a little from everywhere.
My Fourth of July is from childhood,
Childhood itself a kind of country, too. [...]*

*In that childhood place and border place
The Fourth of July, like everything else,
It meant more than just one thing.*

*In the United States the Fourth of July
It was the United States.
In Mexico it was the día de los Refugios, [...]*

*Still, we were in the United States now,
And the Fourth of July,
Well, it was the Fourth of July.*

*But just what that meant,
In this border place and time,
It was a matter of opinion in my family.*

Alberto Ríos, *Day of the Refugios* (extracts), 1994¹¹

The first conception of borders which we presented stems from a State-centric vision which doesn't take into account the multi-level nature of borders as national but also as local and international objects, which are influenced by fluxes at all these different levels.

Contrary to this first vision, relations which can be observed between communities in borderlands depend both on the relation which States possess at central level and on the one that borderlanders develop at the local level. These two factors jointly influence the level of control and of bonding which can be observed locally in the borderlands (MACHADO, 1998). Aron (1986, p. 278, *our translation*), referring to the Franco-German border, emphasizes the

¹¹ Alberto Ríos is Regents Professor of English, Arizona State University. "Day of the Refugios" first appeared in PANZER, Nora [ed]. *Celebrate America in Poetry and Art*. New York: Hyperion, in association with the National Museum of Art, Smithsonian Museum, 1994.

importance of relations between neighbours at the local level: “The stability of borders depends on physical and strategic elements only to a very limited degree: it is a result of the relationship of the communities that it separates”.

The relation of the inhabitants of these regions to the border is daily, much more immediate and intimate than that of populations living in central areas of the country. For them,

The border is an interface which structures life and daily activities. But that which is visible and experienced at the local and regional scale -the border is first and foremost a necessary resource- can easily be dismissed at the national scale (FOUCHER, 2019, *our translation*¹²)

Furthermore, their much closer contact with populations from the neighbouring country makes their relation with them necessarily different. As social identity is a result of one’s social relations (VAN HOUTUM; LAGENDIJK, 2001), borderlands often constitute “places of multiple fusions, of blood and cultures” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 38) in which integration with the neighbouring country is stronger than in it is in the centre of the country (CHIAPPINI, 2011).

Thus another conception of the border emerges, focused less on the separating function of the border and rather on its function as a connection between two units. It is therefore seen as a zone of overlapping (WILLE et al., 2015; WILLE, 2015), an *in between space*. Flusser (2009) sees border zones as places in which neighbouring regions have a special link. Based on this connection, border regions are “grey zones” (FLUSSER, 2009, p. 62 apud WILLE et al., 2015, p. 22) in which characteristics overlap. Other authors with similar visions talk about zones of “cultural exchange” in which a negotiation between conflicting images of the self and of the other occurs (KALSCHEUER, 2005, p. 43 apud. WILLE et al., 2015, p. 24).

The notion of borderland, later adopted by border studies scholars, was coined by the Chicana¹³ poet Gloria Anzaldúa in *Borderlands / La Frontera: The New Mestiza* (1987). She introduced the term as follows:

A border is a dividing line, a narrow strip along a deep edge. The borderlands are a vague and undetermined place created by the emotional residue of an unnatural

¹² « La frontière est une interface qui structure la vie et les activités quotidiennes. Mais ce qui est visible et vécu à l'échelle locale et régionale - la frontière est d'abord une ressource nécessaire - peut aisément être nié à l'échelle nationale »

¹³ Term used to refer to a chosen identity claimed by some Mexican-Americans in the United States. Though it has previously carried a negative connotation, it was reclaimed by the Chicano movement in the 1960s-1970s as a way of affirming ethnic pride, self-determination and solidarity within the Mexican-American community.

boundary. It is a constant place of transition. The prohibited and forbidden are its inhabitants. (ANZALDÚA, 1987, p. 3)

The term was then re-used by scholars who formulated the concept of borderlands, defined by Newman (2011, p. 37) as:

areas in proximity to the border which constitute a transition zone between two distinct categories, rather than a clear cut-off line. It is an area within which people residing in the same territorial or cultural space may feel a sense of belonging to either one of the two sides, to each of the two sides, or even to a form of hybrid space in which they adopt parts of each culture and/or speak both languages.

This concept focuses on the ethnic and/or cultural link which exists between the two contiguous spaces, even if the border which separates them impedes the creation of a functional region. Culturally, these zones are transition spaces in which it is possible to observe “a continuum from the absolute characteristics of one group to the absolute characteristics of the other” (NEWMAN, 2011, p. 38).

The vision of the border which is prevalent amongst International Relations scholars with a transnational approach is closest to the one exposed in this section. The border retains its importance for the State but its role is viewed differently: from a line serving exclusively as a barrier separating ‘us and them’, it acquires the role of a bridge. Thus, in border cities, traditional border infrastructure aiming to control fluxes comes to coexist with border-crossing facilities and transborder cooperation (MORACZEWSKA, 2010).

This dynamic of border zones as integrated and potentially cooperating spaces can be the result of two types of processes. On the one hand, cross-border integration can be a bottom-up process based on immediate, human, everyday interaction between borderlanders¹⁴. On the other hand, it can also be a top-down process led by individuals situated at the centre of the State, through instruments such as official events, agreements and laws (BENTO, 2015a). Most often, cross-border integration is the result of a combination of both processes, though some authors argue that top-down integration is ineffective without the previous existence of a bottom-up dynamic (BENTO, 2015a; LERESCHE; SAEZ, 1997). However, the bottom-up dynamic does not need its counterpart in order to exist; the top-down process will legitimise, institutionalise and facilitate it. This is particularly felt by borderlanders in services which are highly dependent on geographic proximity such as health, social services and education and in

¹⁴ Name given to inhabitants of borderlands.

which the creation of specific laws and structures helps to overcome the inadequacy of many national tools in the context of borderlands (BENTO, 2015a).

Within this vision of borders as transitional spaces shaped as zones, various different delimitations can be made, between a number of terminologies and corresponding spaces or visions of the space.

A border region, in a national perspective, corresponds to an area in which a concentration of cross-border fluxes can be found. A border zone is a junction of two or more border regions of neighbouring countries (STEIMAN, 2002). It can be defined more precisely as “a geographic space constructed by border networks and fluxes, which can vary based on the result produced by the contact between the countries” (FURTADO, 2011, p. 35, *our translation*¹⁵). These two concepts are therefore based on interactions.

These interactions can be of two types: the “spontaneous order” corresponding to these networks and fluxes and the “organised order” which corresponds to the formalisation of the latter by the State, which produce changes in the territorial order as well as on the State’s perspective on the border (MACHADO, 1998). Examples of such actions taken by the State in this sense would be free trade areas, free zones or dry ports, citing initiatives which are existent on the Brazilian territory.

Some States give a legal formalisation to this vision of the border as a zone, through the creation of border strips. A border strip is an area which can be established by the State, attributing to it “a differentiated political treatment in relation to the rest of the country” (FURTADO, 2011, p. 31, *our translation*¹⁶). In Latin America, six countries operate this legal differentiation in relation to border areas: Brazil, Uruguay, Paraguay, Bolivia, Peru and Ecuador. Despite the fact that the existence of a border strip is usually associated to security issues, there are no international standards in terms of size of the strips and norms associated to them: they are defined individually by each State (FURTADO, 2011).

¹⁵ “um espaço geográfico construído pelas próprias redes e fluxos fronteiriços, o qual pode variar conforme o efeito resultante do contato entre os países”

¹⁶ “um tratamento político diferenciado em relação ao restante do país”

For example, in Brazil, a border strip¹⁷ seen as a national security zone has been defined¹⁸ as a 150km-wide zone parallel to the national territorial limits. This strip represents 27% of the national territory¹⁹ and approximately 10 million inhabitants (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005). In Uruguay, the border strip²⁰ delimits an area of 20km parallel to the border line, in a socio-economic perspective (FURTADO, 2011). In France, the border strip isn't defined in such a clear way. Some parts of the border are regulated based on a special status of "border zone", others aren't. Some border strips are defined as corresponding to a certain number of kilometres from the dividing line, others include entire regions if they are situated on the border. In the case of the Franco-German border, the strip is defined as including 30km on the German side, 20km on the French side, as well as the entire départements of Upper-Rhine, Lower-Rhine and Moselle.

Below is a figure which presents visually the differentiation between these various concepts and scales, as well as their interactions.

¹⁷ Faixa de fronteira

¹⁸ Through Law 6634, of 2nd of May 1979, Decree 85.064 of 1980 and article 20, §2 of the federal constitution of 1988. Available at: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm> ; <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85064-26-agosto-1980-434591-publicacaooriginal-1-pe.html>> ; <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10721483/paragrafo-2-artigo-20-da-constituicao-federal-de-1988>>

¹⁹ Source: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cadastro de Municípios localizados na Faixa de Fronteira**. Available at: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3>>. Accessed: 1 July 2016

²⁰ Faja de frontera

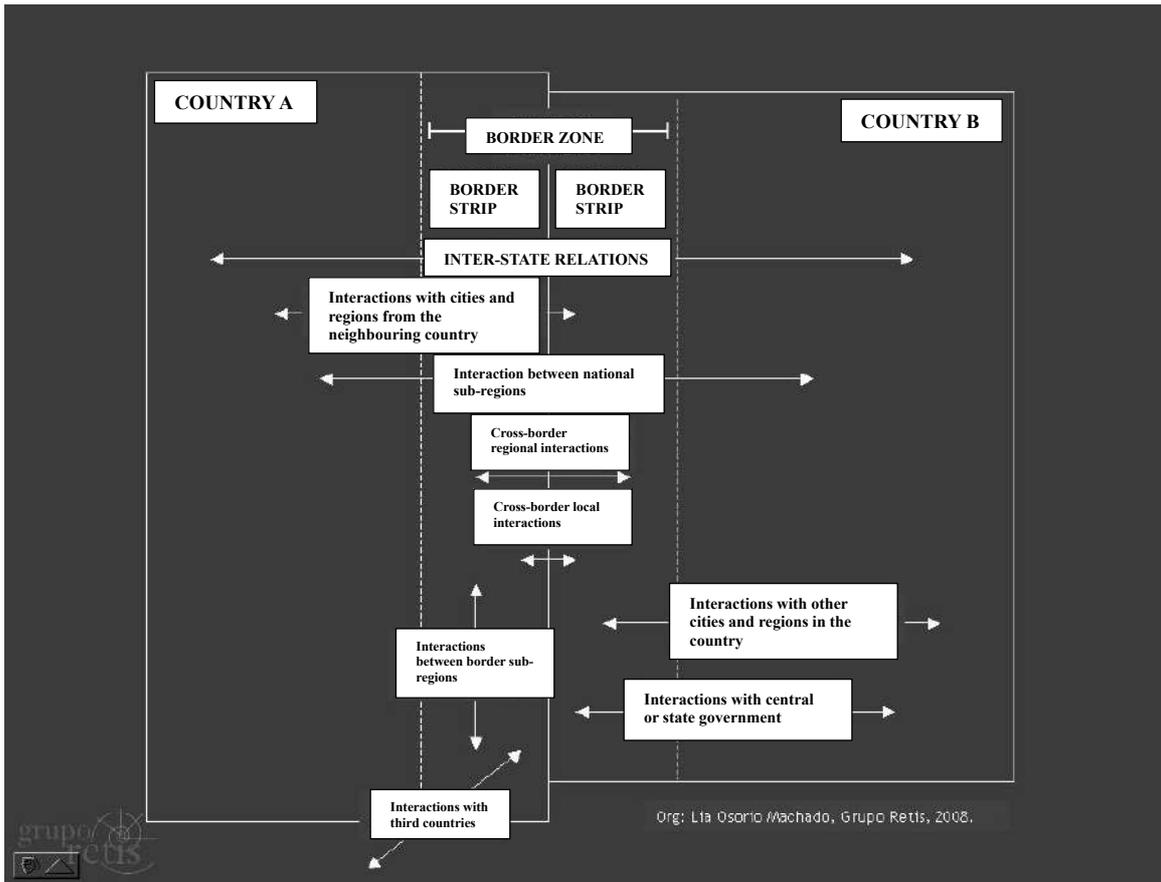


Figure 5: Interactions between different scales in border regions
 Source: Reproduced and translated from Grupo Retis (2010)

1.2.4 Borders as relational spaces: where ‘us and them’ are connected and separated

*Because I, a mestiza,
continually walk out of one culture and into another,
because I am in all cultures at the same time,
alma entre dos mundo, tres, cuatro,
me zumba la cabeza con lo contradictorio.
Estoy norteadada por todas las voces que me hablan simultaneamente.*

Gloria Anzaldúa. *Una lucha de fronteras/A Struggle of Borders*. 1987²¹

Based on their proximity to the border and to neighbouring populations on the other side of the border (as outlined in part 1.2.3), local populations do not perceive spatial and social boundaries according to same categories as government officials (NEWMAN; PAASI, 1998). In general terms, the sociospatial consciousness of borderlanders and its concrete manifestations in arts, monuments, landscapes, educational programmes, can be different to the one which is carried nationally (PAASI, 2013). The conceptualisation of this different relationship to space which borderlanders have is challenging for social scientists as they have tended to operate under the assumption of the naturalness of the division of space, as well as the connection of the notions of nation, identity and space. For this reason, any conceptualisation of territorialisations of these ‘spaces on the edge’ or ‘in between spaces’ is a challenge: they cannot be analysed according to fixed categories:

Semantically, the word ‘borders’ unjustly assumes that places are fixed in space and time, and should rather be understood in terms of bordering, as an ongoing strategic effort to make a difference in space among the movements of people, money or products (HOUTUM; NAERSSSEN, 2002, p. 126)

From a vision of borders as lines of separation to a vision of them as zones, we come to see them as spaces which are fundamentally linked to relationality, both of an empiric and of a symbolic nature.

This relationality, on a practical level, permeates profoundly life in borderlands, since they constitute “zones of mutual interpenetration and constant manipulation of distinct social, political and cultural structures” (OSORIO MACHADO, 1998, p. 42, *our translation*).

²¹ Appears in ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands / La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987, p. 77.

Foucault (1998) emphasizes the interdependence between the notion of border and the act of crossing it. In his vision, limits do not exist without the possibility of crossing them, and transgression does not exist outside of the existence of limits, be they physical or symbolic. According to this logic, crossing a limit does not imply its disappearing or even its questioning, but a way of experimenting it: by being crossed, it can be felt.

The limit and transgression depend on each other for whatever density of being they possess: a limit could not exist if it were absolutely uncrossable and, reciprocally, transgression would be pointless if it merely crossed a limit composed of illusions and shadows (FOUCAULT, 1998, p. 73)

Doll and Gelberg (WILLE et al., 2015) interrogate how Walter Benjamin's image of the 'threshold' to describe the transition zones that border spaces constitute can be used to reflect on how two units which are both connected and separated relate to each other. In this sense, the threshold

Can be understood as a place of passage which necessarily connects two adjoining separate spheres and mediates between them, in the way that one can for instance step on a door sill (WILLE et al., 2015, p. 21)

This relational vision of the border brings with it an acknowledgement of contradictory movements and practices which take place in border regions. As highlighted by Rosenau (1997, pp. 6-7)

the Frontier is a terra incognita that sometimes takes the form of a market, sometimes appears as a civil society, sometimes resembles a legislative chamber, periodically is a crowded town square, occasionally is a battlefield, increasingly is traversed by an information highway, and usually looks like a several-ring circus in which all these - and many other - activities are unfolding simultaneously [...] in which background often becomes foreground, time becomes disjointed, nonlinear patterns predominate, organizations bifurcate, societies implode, regions unify, markets overlap, and politics swirl about issues of identity, territoriality, and the interface between long-established patterns and emergent orientations.

In his vision, the frontier is actually "a host of diverse frontiers" (ROSENAU, 1997, p. 6) in which "different issues widen or narrow the Frontier" (ROSENAU, 1997, p. 7). The border's function is seen as fragmentative: a concept which seeks to describe the joint influence of integrative and disintegrative processes, in which the border is simultaneously permeable to some factors and impermeable to others.

Exemplifying this phenomenon within the South-American context, Carneiro Filho and Lemos (2014) describe two contradictory processes which can be observed in border zones: shock between two cultures which fuels conflict; exchanges and construction of common elements between the heterogenous cultures involved. In his work on the Brazil-Paraguay border, Albuquerque confirms this combination of movements of convergence and divergence,

highlighting that cultural differences, mostly based on language, remain and distinguish nations in border regions.

Discourses around the separation of the "brasiguaios"²² or their complete integration fail to give a full account of a reality which is much more complex and heterogenous. Everything indicates that they are manifestations of subtler political and symbolic disputes. Those who talk about the segregation of "brasiguaios" usually aim to criticise and denounce the "invasion" of these Brazilians into the Paraguayan territory. On the other hand, discourses around harmony and integration sometimes work as a way of legitimising this immigration. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 206)

His conclusion shows how complicated is the combination of logics of integration, hybridism, conflict and rejection which is encountered in borderlands.

Based on the relational vision of borders as exposed in this section, the various contradictory practices which coexist in border spaces could be summarized as follows:

Diverging practices		Converging practices	
separation	←	→	crossing
conflict	←	→	integration
rejection	←	→	hybridity

Table 2: Coexisting diverging and converging practices in border spaces

Source: Own elaboration

For the reasons highlighted previously, border spaces are host to a range of unique phenomena which are only encountered in these regions. But also, as spaces "controlled in a special way by sovereign authority, [they also produce] special patterns of behaviour" (MEDICK, 1995, p. 223 apud WILLE et al., 2015).

²² Junction of the words "brasileiro" and "paraguaio" used to refer to inhabitants of the Brazil-Paraguay borderlands who are mostly Portuguese-speaking Brazilians and their descendants established in Paraguayan land.

1.2.3 Borders and border spaces as institutions: where ‘us’, ‘them’ and ‘we’ are formalised and performed

The border makes and is made. Hence, a border is a verb.

Henk Van Houtum, 2011.

Borders constitute institutions in a variety of ways. Firstly, they constitute territorial institutions as markers of national territorial limits as well as rules regarding life on and around these limits. Their relevance and importance in this sense stems from the fact that the territorial principle is a general organizing principle of both social and political life (ANDERSON; O'DOWD, 1999). Furthermore, borders are also institutions in the political, legal and administrative sense. As demonstrated previously, they mark the edge of State sovereignty and administrative authority, established in legal documents. In this sense, they are “territorial discontinuities with a function of political delineation” (FOUCHER, 2009, p. 22, *our translation*²³)

Furthermore, they constitute historical institutions. Foucher (2009, p. 27, *our translation*²⁴) describes borders as “time inscribed in space” as places marked by past or present conflict and therefore places of memory, “somehow just a fading memory” according to Walker (2016, p. 17). Furthermore, as institutions they include a number of rules, which tend towards self-perpetuation and continuity rather than change (NEWMAN, 2003). Thus, they are historical legacies in political and social terms, but also in legal and administrative terms.

Finally, borders constitute discursive institutions: beyond the differentiation of territory, politics and histories, they perform a discursive institutionalisation of difference. What matters the most in the study of the ontology of borders therefore isn't the border itself but the practices which are attached to it: their objectification and the associated power practices which create their reality and meaning (HOUTUM, 2011). Indeed, territorial strategy, as well as a classification of space, constitutes spatial communication and control which contribute to the reification of power (HOUTUM; NAERSSSEN, 2002). As spaces which are controlled and delimited by sovereign authority, borderlands are subjected to local discourses around space

²³ “As fronteiras são descontinuidades territoriais, com a função de marcação política.”

²⁴ “o tempo inscrito no espaço”

as well as to discourses coming from the centres of power which “may be materialized and symbolized to greater or lesser extents” (PAASI, 1996). This materialisation and symbolisation conducted around borders can even be qualified as performative. A border is, “for the State, a theatre in which the legitimacy of its power is scrutinized” (FOUCHER, 2009, p. 25, *our translation*²⁵). Thus, this classification of space and power is not only designed for internal representational and discursive purposes but also for external projection.

Borders constitute social institutions which embody norms and values (both explicit and implicit) (NEWMAN; PAASI, 1998). Thus, through their symbolic nature, "boundaries both create identities and are created through identity" (NEWMAN; PAASI, 1998, p. 194). Territorial socialisation²⁶, which consists in a narrative process through which social life is “storied” by social and political institutions based on their relative social power locally, is particularly sensitive in borderlands. As spaces relating simultaneously to the local, national and international sphere, they are subjected to various discourses originating from these different spheres. Through their narrativity of space, institutions, media, educational organisations contribute to molding physical and symbolic territory, through literary landscapes which “shape mindscapes and the perceptual images of the observer” (NEWMAN; PAASI, 1998, p. 197).

A recent phenomena is the existence, in western Europe, of experiences of institutionalised cross-border spaces. Though integrated cross-border spaces are not a new phenomenon since the full and complete closing of borders has only rarely been achieved, they are new as a structured, strategic policy object (PERKMANN; SUM, 2002).

Cross-border regions (CBRs) are defined by Perkmann and Sum as "a territorial unit that comprises contiguous subnational units from two or more nation-states" (PERKMANN; SUM, 2002, p. 3). Though they most often are not regions in the legal and political sense and do not possess a dedicated bureaucracy, they can possess alternative forms of governance, which function in similar ways to networks (PERKMANN; SUM, 2002).

²⁵ “A fronteira é, para o Estado, um teatro onde a legitimidade de seu poder é observada com atenção.”

²⁶ Defined as "the process through which individual actors and collectivities are socialized as members of certain territorially bounded spatial entities and through which they more or less actively internalize collective territorial identities and shared traditions" (PAASI, 1996, p. 8)

The following figure sums up the various ways in which borders can be seen as constituting institutions:

Borders as institutions	
Territorial	Markers of national territorial limits based on the territorial principle as a general organizing principle of both social and political life
Historical	Historical legacies in political and social terms as well as in legal and administrative terms
Discursive	Discursive institutionalisation of difference for internal and external representational purposes
Social	Narrative processes through which social life is “storied” by social and political institutions based on their relative social power locally (territorial socialisation)
Cross-border	Forms of governance oriented towards the integration of contiguous subnational units from two or more nation-states

Table 3: Different facets of the institutional nature of borders

Source: Own elaboration

1.2.4 Conclusion

Following this exposition of various aspects and conceptions of borders and border spaces, the various existing visions can be summarized visually the following way:

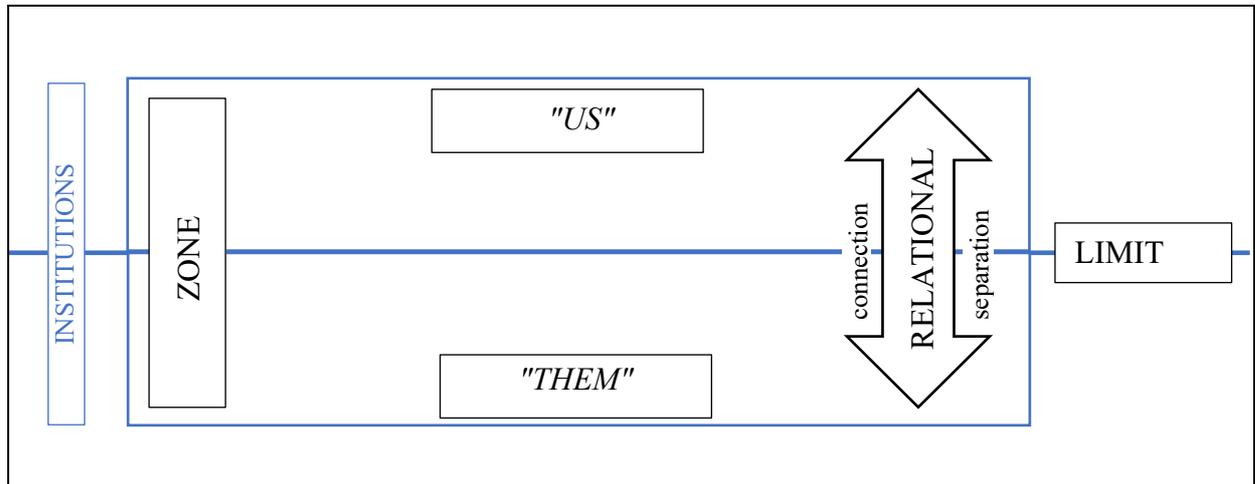


Figure 6: Representation of the various dimensions of borders and border spaces
Source: Own elaboration

Existing literature tends to adopt a vision of borders which relates more to one of the conceptions (borders as lines, as zones, as relational spaces or as institutions) or to look at them one at a time. However, the vision adopted here is that of spaces which combine all these dimensions, which are not mutually exclusive and tend to alternate depending on practices, time and actors involved.

One of the dimensions of borders is their existence as static lines which mark a limit between an inside and an outside, a separation between entities. Another way in which borders can materialise themselves is as zones marked by hybridity, which can develop based on the daily interaction between neighbouring populations. These are marked by a cooperation which can be the result of local processes and/or of institutionalised dynamics involving agents outside of the border space. This vision of borders as zones can also be the result of a securitarian outlook cast on border spaces by State centres. Thirdly, relationality, be it of a practical or of a symbolic nature, is fundamental to border space dynamics. The notion of limit and that of crossing are interdependent as one cannot exist without the other, therefore life in border spaces is marked by the practice of crossing physical and social limits. It is also marked by the contradictory coexistence of converging and diverging practices, which materialises the

switches between alternating visions of the border, as exposed previously. Finally, borders constitute territorial, historical, discursive, social and sometimes cross-border institutions.

The following figure displays visually the way in which these various conceptions of the border shape the different ways in which visions of “us” and “them” coexist in border spaces. Within this framework, institutions (discursive and/or political) can reinforce one or other of these visions.

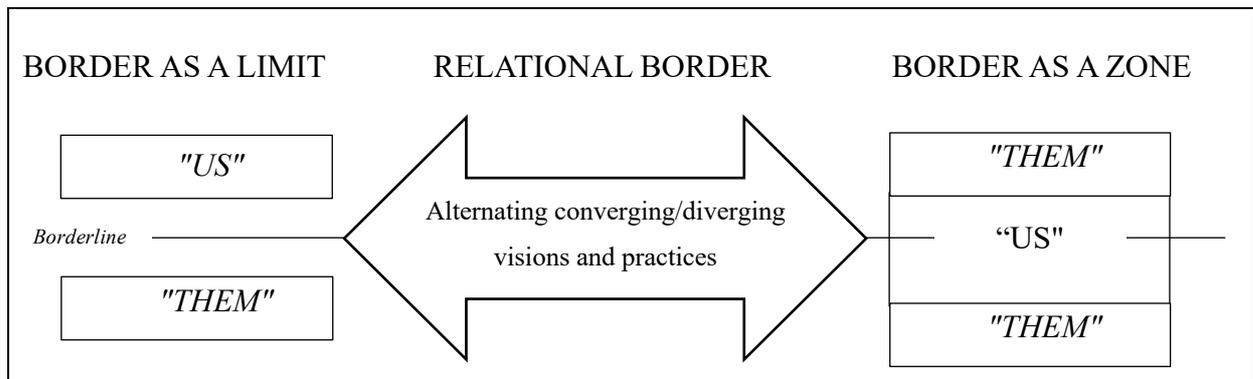


Figure 7: Representation of coexisting visions of the “us” and “them” in border spaces
Source: Own elaboration

As highlighted by Walker (2016, p. 1), “boundaries elude any singular logic, topology or conventional account of what it means to understand political phenomena dialectically”. Based on this multiplicity of coexisting and sometimes conflicting logics, he adopts a variety of terms which seek to capture these different aspects:

I take boundaries to be the more encompassing and more open term, one that is much closer to a question than a definition. I take claims about borders to refer to forms of bounding that somehow have physical expression, and that are most easily identified in conventionally geographical terms; and claims about limits to refer to phenomena that are closer to *nomos*, the name, the convention, the legal principle. (WALKER, 2016, p. 15)

Instead, our positioning here is that of referring only to borders (or borderlands when mentioning the space rather than the line), using the most generic terms as categories. However, within these categories, we distinguish the various and sometimes opposing practices which they encompass and which, together, make up the complexity of this object of study.

Finally, it is important to note that, though our approach of our object of study is diverse, we are only looking at international borders and their different aspects. This study does not encompass borders between other types of units, or metaphorical borders. Furthermore,

contrary to existing visions which suggest that borders and States are now disappearing or irrelevant, we do not argue that this is the case. Our aim is to uncover dynamics which follow a conflicting logic but which coexist with States and their own processes which, though they are undeniably changing significantly, have not disappeared.

1.3 Studying cultural issues in borderlands

There is, without a doubt, a tendency towards thinking about borders based on a conception which is built on territoriality and unfolds in politics. In this understanding, a border is, above all, the closure of a space, the delimitation of a territory, the establishment of a surface area. Essentially, a border is a mark which sets a limit and separates and points to socialised meanings of recognition. Based on this, we can see that even in the sense of an approach based on territoriality and geopolitics, the concept of border already moves over to the realms of the symbolic construction of belonging which we call identity

Pesavento, 2002, p. 36, *our translation*²⁷

1.3.1 The question of cultural identity

1.3.1.1 Cultural identity as national identity

Traditionally, two different models of State constructions can be distinguished, based on the relationship between territory and Nation. In the 'State model' (*jus soli*) the territory shapes the Nation: it attributes citizenship to individuals living within it. In the 'Cultural model', also called 'Romantic model', the Nation shapes the territory: the idea of Nation, based on culture, is given a territory. As examples, the construction of France would correspond to the first model whilst the construction of the Germany would correspond to the other. In both models, whether this happens at the beginning or at the end of the process, a national identity is created (SCIENCES PO, 2014).

National identity, the bond which unites a community based on the feeling of belonging to a Nation, is a social construction and not a given. According to historian Anne-Marie Thiesse (1999), the first step in this construction is the creation of a joint heritage. This heritage is composed of a set of symbolic and material elements such as folklore, founding heroes, natural landscapes... These elements are produced mostly by intellectuals and artists but are associated to nationality through a conscious process led by the State and geared towards the creation of a

²⁷ Há, sem dúvidas, uma tendência para pensar as fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político. Neste sentido, a fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície. Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento. Com isso podemos ver que, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade [...]

national identity. In the Westphalian order, there exists the idea that identities are in correspondence with Nation-States, giving individuals a clear sense of who they are and who are the ‘others’. This notion of national identity in the Westphalian order:

enabled the creation of a doubly durable order. Horizontally, juxtaposing the nations which respected its diversity. Vertically, making citizenship an identity which was superior to all others. This way, the national identity model quickly became the prior condition to the harmonious (though not necessarily pacific [...]) functioning of the international system (BADIE, 2009, p. 65, *our translation*²⁸)

28 “esta tinha a propriedade de criar uma ordem duplamente duradoura, horizontalmente, justapondo as nações que respeitavam a sua diversidade, e verticalmente, fazendo da filiação cidadã uma identidade hierarquicamente superior a todas as outras. Desse modo, o modelo de identidade nacional tornou-se, rapidamente, a condição prévia do funcionamento harmonioso (o que não quer dizer pacífico [...]) do sistema internacional.”

1.3.1.2 Cultural identity as multiple, relational and changing

However, this notion of identity is profoundly modern, in contrast with our post-modern world in which a plurality of identities co-exist. Furthermore, identities are not static. Because they are human productions, they are constantly changing as a consequence of intellectuals' productions; of the evolution of language; of the discourses of politicians, religious leaders and business people. This is the case because identities are not given and eternal essences. They are changing, relational, situational and evolve with time as a result of ideologies and interests (HALL; HELD; MCGREW, 1992).

As expressed synthetically by Nagel (2004, apud PAASI, 2011) "Especially for transnational theorists identities and political activities are now multilocal and loyalties are no longer seen to correspond to the nation-state, that is, territory and politics are not in a one-to-one relation".

Additionally, this modern conception of politics is an occidental one which was imposed upon the world, sometimes going against local conceptions of politics. The end of western hegemony may lead either to intercultural conflict and disorder or to an interesting dialogue between civilizations, possibly incorporating alternative forms of modernity beyond the western concept (BADIE, 1992). Today's national States are torn between opposing forces of globalization and fragmentation (BADIE, 1995), which influence the multiple identities adopted by their citizens.

1.3.1.3 Cultural identity as multi-layered identifications

Identities are now seen as plural and volatile, made up of different types of allegiances. In a world comprising of transnational flows, the “other” is not so simply defined as the citizen of another country. Questions of territory are also in mutation due to transnational flows, regional integration processes, borders which are crossed, and this combination of factors weakens a vision of the global order made up of national states (SCIENCES PO, 2014).

Mulcahy (2017) conceptualizes the notion of cultural region, defined as a geographic area which presents a regional distinctiveness based on a sense of identity linked to elements such as ethnicity, language or religion, which detach it from the political unit which it is a part of. When these feelings are intense and durable, they lead to independence movements with the intension of formalising this cultural distinctiveness around a political autonomy. Though the concept of cultural region is helpful in order to understand the mechanism of the cultural detachment of a given territory in relation to the rest of the country, all regional identity distinctiveness does not in itself lead to independence movements as there are other factors involved.

Lecours and Moreno (2001), in their work on paradiplomacy, give an important role to substate or stateless nationalism, seen as the most important variable to determine the level of international projection of regions. They present the formalisation of this substate nationalism as a junction of three elements: identity/nation building; political-territorial mobilisation; and promotion of regional interests.

They outline a number of processes which contribute to identity construction or consolidation (the first element), in varying measures depending on the cases: cultural change, institutional development, socioeconomic transformations and political context/competition. Aside from these four factors, they highlight the crucial importance of a discursive aspect: the region presenting itself as an entity. The third element presented previously, the definition and promotion of regional interest, generally encompasses two dimensions: the development of an ideological/political discourse; and the promotion and politicisation of a cultural distinctiveness. Though their work focuses on the end result of the projection of these regions in the international sphere, the logics are similar as “Paradiplomacy extends the domestic

struggles of nationalist movements for cultural preservation into international politics" (LECOURS; MORENO, 2001, p. 3).

Badie (2009) also looks at regional issues, using Scalapino's concept of Natural Economic Territory. Giving the example of a community of interests concerned with the construction of a dam on a river which serves as the borderline between two countries, he argues that in such cooperation or integration initiatives "these natural territories prevail over States" and communities of interests "put diplomacy in the background, making it dependent on new parameters which they are able to invent" (BADIE, 2009, p. 163, *our translation*²⁹)

Culture and territory are two central concepts discussed extensively by Badie (2009; 2013). According to him (BADIE, 2009, p. 34, *our translation*³⁰), geopolitics "encompass neither intertwinings nor fluctuations of identities"; "intend to reduce the intertwinings by force"; and minimize or conceal transnational flows as well as the effectively occurring diversification of international actors (from the economic, cultural and third sector, amongst others).

According to him, since globalisation hasn't managed to create a global culture, the world is therefore a multicultural society in which each political unit is made up of an intertwining of three parallel and interacting layers. The first layer is made up of communities based on identity, constructed on basic loyalties and which are non-inclusive. The second is the Nation-State, where the civil society is organised, the social contract established between citizens and the political representation takes place. Finally, comes the layer of transnational actors where representation is exclusively functional and loyalty is utilitarian, but open to all (SUPPO, 2012, p. 34).

Consequently, societies are multicultural and the conflicting strategies of communities, States and transnational actors hinder the creation of an international order for the following reasons: States use their national cultures in order to dominate others; identitarian communities tend to transform what is specific to them into universal concepts; and the process of

29 "esses territórios naturais prevalecem sobre os Estados", "relegam a diplomacia a jusante, tornando-a dependente dos novos parâmetros que são capazes de inventar."

30 "não compreende nem os entrecruzamentos nem as volatilidades identitárias", "pretende reduzir os entrecruzamento pela força".

importation of cultural values from above meets resistance within States. Within this context, Badie defends the institutionalisation, within States, of a plurality of cultures which would re-define the notions of territory, nation and State (SUPPO, 2012, p. 34).

the State doesn't disappear and probably possesses a renewed ability to mediate: in this multiple specialisation, it finds itself increasingly in a position to make the choice of modifying the hierarchy of its belongings. Nevertheless, this capacity to chose is limited to classification: neoregionalism distributes and diversifies identifications and does not admit the possibility of abandoning one, unless the State pays an excessively high price (BADIE, 2009, p. 159, *our translation*³¹).

³¹ “o neorregionalismo impõe gradualmente uma espacialização de geometria variável, incluindo cada Estado em múltiplos círculos. [...] Portanto, o Estado não desaparece e dispõe, certamente, de uma capacidade reavaliada de arbitragem: nessa espacialização múltipla, encontra-se, cada vez mais, em condições de modificar, em função de suas escolhas, a hierarquia dos seus diversos pertencimentos. Entretanto, a faculdade de escolher limita-se a classificar: o neorregionalismo distribui e diversifica os pertencimentos, que não admitem possibilidade alguma de abandono, salvo se o Estado pagar um preço demasiado elevado.”

1.3.2 Culture: between anthropology and public policy

As a multifaceted and polysemic notion, culture is very complex to define. So much so that it has been labelled as “something complicated,” “a term that no one knows how to explain”, “a question impossible to define, identify and describe unambiguously” (Eagleton, 2016; Lane and Ersson, 2005; Weber, 2014 apud. FERREIRA; LIRA, 2019, pp. 1-2), “one of the two or three most complicated words in the English language” (Williams, 1983 apud. WALKER, 1990).

Beyond the fact that the concept of culture is difficult to define, cultural factors are difficult to separate from other factors and thus to isolate as variables (KEATING, 2008). Therefore, it is also difficult to operationalise empirically and there exists the risk of treating it “as a catch-all device that tries to explain everything and succeeds in explaining nothing.” (KEATING, 2008, p. 113).

The UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) itself, in the first publication of its series *Studies and Documents on Cultural Policies* made in 1969 under the title *Cultural Policy: a preliminary study*, states that “The participants to the round-table meeting on cultural policies decided unanimously against embarking on an attempt to define culture” (UNESCO, 1969, p. 10). This shows how arduous and complex the task is, as well as possibly of little use.

Within existing definitions, an evolution from the prevalence of a humanist definition of culture focused on human intellect and creativity channelled through the arts to an anthropological notion of culture can be identified from the mid-twentieth century (REEVES, 2004).

The most prominent definition within this second category would be the semiotic one given by anthropologist Clifford Geertz. He defines culture as “webs of significance that [man] himself has spun” (1973, p. 5) which are identifiable as

an historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic forms by means of which men communicate, perpetuate, and develop their knowledge about and their attitudes toward life (GEERTZ, 1973, p. 89).

Geertz claims that this concept is neither ambiguous nor multiple and vague as it does not refer to meanings locked in people’s heads but can be identified through external symbols that they use.

Looking at culture from a humanist point of view brings us to the examination of cultural policy, which aims to give support to human artistic production. Follows a table which juxtaposes various definitions of cultural policy commonly used in the literature on the topic, summarising in a few words the interpretation that they make of the actors involved and their scope of action.

Author	Definition	Interpretation
UNESCO (1969)	“the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time” (p.10)	Deliberate societal action Cultural needs
Schuster (2003)	the totality of a government’s activities “with respect to the arts (including the for-profit cultural industries), the humanities, and the heritage” (p. 1)	Governmental action Culture in the humanist sense (Arts, humanities, heritage)
Rentschler (2002)	governmental strategies and activities that promote “the production, dissemination, marketing, and consumption of the arts” (p. 17)	Governmental action throughout the chain of production/consumption Culture in the humanist sense
Yúdice and Miller (2004)	“the institutional supports that channel both creativity and collective ways of lives [...] embodied in systematic, regulatory guides to action that are adopted by organisations to achieve their goals” (p. 1)	Institutional support and regulation Culture in the humanist and anthropological sense
Saez (1993)	“a temporary agreement on a social definition of culture, of its function in society and	Societal action to support culture

	the individuals who are a part of it, as well as a desire to act upon this object” (p. 45, <i>our translation</i> ³²)	
--	---	--

Table 4: Definitions and interpretations of cultural policy

Source: Created by the author based on UNESCO (1969), Schuster (2003), Rentschler (2002), Yúdice and Miller (2004), Saez (1993)

French literature on the subject, based on Sociology of Public Action’s³³ strong influence in the country, distinguishes “cultural actions” from “cultural policy”. Cultural action, in this context, is made up of actions by various actors from the government-supported cultural and arts sectors, without an explicit strategy. Urfalino conceives of cultural policy as “a moment of convergence and consistency between representations of the role which the State can give to arts and culture with regards to society, and the organisation of public action.” (URFALINO, 2004, p. 14, *our translation*³⁴).

The notion of cultural action is therefore closer to wider definitions of cultural policy, such as the ones by the UNESCO (1969) and Saez (1993) included in the table above. As highlighted by Schuster (2003, p. 9), a large proportion of cultural policy results from “actions and decisions taken without expressed policy intention”, by a large number of agencies which do not compose a conceptual whole nor always fully understand their involvement, and in the form of varied administrative actions. A wider conception of cultural policy is the one favoured here, as further developed in part 2.3.3.

³² « un accord provisoire sur une définition sociale de la culture, son rôle pour la société et les individus qui la composent, autant qu’elle est une volonté d’intervenir sur cet objet. »

³³ Sociologie de l’Action Publique

³⁴ « moment de convergence et de cohérence entre, d’une part, des représentations du rôle que l’État peut faire jouer à l’art et à la ‘culture’ à l’égard de la société et, d’autre part, l’organisation d’une action publique »

1.4 Borders and culture: who says what, where and how?³⁵

1.4.1 Border scholarship: the development of border studies

Borders are objects which can be studied within various disciplines and therefore in line with a variety of approaches: they span geography, history, economy, anthropology, ethnology, political science, law, psychology, sociology and other social sciences (NEWMAN; PAASI, 1998; BRUNET-JAILLY, 2005). Border scholarship now even sometimes draws connections with philosophy, ethics and cultural, critical, gender, art and media studies (STAUDT, 2017; KOLOSSOV; SCOTT, 2013).

However, this field's roots are mainly in geography and more specifically in the geopolitics tradition (SCHERMA, 2015). In the first half of the twentieth century, these scholars were already debating border issues, setting the premises of the border studies debates. Ellen Churchill Semple (1911) claimed that natural frontiers were ideal boundaries, contrary to those established through human action. Albert Brigham (1919) alleged that borders provided economic equilibrium; Whittermore Boggs (1940) that they lessened intra-State tensions; Nicholas Spykman (1942) that borderlands probably played a fundamental role in the understanding of inter-state relations; Roderick Peattie (1944) that they strengthened State power (BRUNET-JAILLY, 2010). On the basis of this previous debate conducted mainly by geographers, the field of border studies developed from the 1970s as a fundamentally changing and interdisciplinary one (WASTL-WALTER, 2011; STAUDT, 2017).

Initially grounded in an empirical tradition which emphasized historical-geographical contingency, it shifted towards the creation of models and an aim for generalisation with the development of positive thinking. With the rise of behaviourism, psychological aspects related to the perception of borders were introduced into border scholarship. Finally, during the 1990s, post-structuralist and ethnographic approaches were incorporated and were the basis for the interdisciplinary evolution of the field (PAASI, 2011). Today, it can be said to have generally taken a postcolonial/post-modern turn (STAUDT, 2017).

³⁵ A slightly condensed version of this sub-chapter was presented as a working paper at the VII Seminário de Estudos Fronteiriços in Corumbá, Brazil, 7-9 October 2019, under the title *At the Crossroads of Borders and Culture: an Analysis of Academic Production and of Networks of Concepts and Literature*.

1.4.2 Trends and main issues in the field

For a long time, the study of borders has been marked by a difference of perspectives and of preferred themes depending on scholars' disciplinary positioning and this disciplinary bias is still present despite the move towards interdisciplinarity. Anthropologists and ethnologists tend to focus on borderlanders' cultural and identitarian issues and to view borders in a mostly metaphorical sense. Economists tend to focus on questions of trade and taxation. Political scientists and internationalists tend to cast a State-centric look on border issues and to take them as a given as lines separating sovereign States in the international system. However, a certain number of International Relations scholars started questioning this posture in the 1990s and were joined by critical geopoliticians (SHAPIRO, ALKER, 1996; Ó TUATHAIL, DALBY, 1998).

The consequence of this heterogeneity is the coexistence of various views and explanations for the same phenomena, which renders theorisation difficult: "there have been few attempts to formulate models that would encompass this diverse scholarship's range of analytical concerns" (BRUNET-JAILLY, 2005, p. 634). Different scholars reach different conclusions as to the determining factors of cross-border integration: culturally embedded explanations by geographers and historians emphasize the role of local communities; political scientists insist on the role of institutions; and rationalist explanations developed by economists identify economic processes as fundamental, linked to the structural role of the border as a divider between two markets. Yet other explanations emphasize the role of language and ethnicity, the role of local actors, of central governments and of religion (BRUNET-JAILLY, 2010). Though the interdisciplinary field of border studies now exists since the 1990s, it still seems that border scholars and scholars from other disciplines working on borders are "travelling forward in different trains" (PAASI, 2013).

Whilst some authors, based on the diversity of border research, claim that no common elements can be found within the set of borders which have been studied (for example: AGNEW, 2006 apud PAASI, 2013), others claim that border theory can indeed be expanded and developed (ALPER; BRUNET-JAILLY, 2008) through the creation of models (for example: BRUNET-JAILLY, 2004; BRUNET-JAILLY, 2005) or border theories (for example: NEWMAN, 2003). There is debate as to how this generalisation could take place given the diversity of the cases, such that some political geographers have suggested that the theorisation

should focus on the boundary producing practices rather than on the borders themselves (Ó TUATHAIL, 1996; Ó TUATHAIL; DARBY, 1998; PAASI 1996; PAASI, 2011; NEWMAN, 2003).

Another salient issue in border studies is that, compared to other concepts in the social sciences, borders have been the object of relatively little conceptualisation (NEWMAN; PAASI, 1998) and therefore suffer from a certain lack of clarity in the definitions or agreement on the latter. As emphasized by Newman (2011, p. 44), “An important step in this respect is the creation of a common language, or glossary of terms, which are recognizable by border scholars, regardless of their specific compartmentalized discipline.”. Borders tend to be taken either in a very literal and unquestioned sense (mostly within Political Science and International Relations) or in a mostly metaphorically one (especially within sociology, psychology and literature).

Furthermore, border scholarship suffers from a certain lack of historical perspective as “border scholars more often than not seem to be interested in the present situation prevailing in border areas rather than tracing borders as historically contingent processes” (PAASI, 1996, 2000). Furthermore, existing models tend not to address the variable of the length of time a border has been in existence (STAUDT, 2017).

Finally, a major issue in border studies is the fact that it is produced mainly in Northern countries. According to a study conducted by Pisani, Reyes and García Jr, of all articles published in the *Journal of Borderlands Studies*³⁶ between its creation in 1986 and 2008, 13% of all published articles and 44.9% of all multi-authored works derived from multidisciplinary research teams³⁷. This percentage is relatively low given that this journal explicitly states its multidisciplinary orientation since its creation.

Beyond the limits linked to discipline-specific explanations and to divergences in approaches, border literature is often the result of single-case empirical studies conducted in

³⁶ The journal of *Borderlands Studies*, linked to the Association of *Borderlands Studies*, is not the only journal with publications on border-related issues. But this study is mentioned here as the journal is a leader in the field which, as well as focusing specifically on border issues, has existed for long enough to provide for a structured analysis. Furthermore, this existing study constitutes a source of structured and substantive bibliometric data which is relevant to our aim in this paper.

³⁷ This second figure is calculated excluding the undefined group.

research centres situated in the North. Pisani, Reyes and Garcia's study shows that 72.7% of the articles included in the study were written by researchers based in North America (USA and Canada) and 18.5% in Europe³⁸. This leaves 8.4% of the publications for other parts of the world³⁹. Scholarship from Latin-America originates exclusively from Mexico, with 4.7% and Venezuela, with 0.4% (PISANI; REYES; GARCÍA JR, 2009).

As the study of borders relies on case studies and "many topics do not lend themselves to random samples (i.e., informality), the lack of generalizable research is a weakness" (PISANI; REYES; GARCÍA JR, 2009, p. 12). Amongst the publications included in the aforementioned study, approximately half can be categorized as applied research whilst one quarter is conceptual/theorizing and the rest presents a mix of both (PISANI; REYES; GARCÍA JR, 2009). This shows the preponderance of an applied approach within the field.

More specifically, "research in border studies has relied mainly on generalisations from cases in the US-Mexico borderlands" (STAUDT, 2017, p. XXV). As it is the border which has traditionally been the most studied and therefore has many university departments specialised in the theme, publications on borders originate mainly from that region – the first nine universities which contributed the most to the Journal of Borderlands Studies in 2008 were from that region⁴⁰ (BRUNET-JAILLY, 2010). Consequently, border models and general border scholarship tend to be greatly influenced by the specific configuration of that border.

The combination of these elements has various consequences (STAUDT, 2017). Firstly, these studies lack generalisability. Secondly, scholarship tends to "assume the constant of a strong 'state', with the semblance of democracy and good governance, rather than to evaluate the reality of strong to weak, failed, and/or absent states" (STAUDT, 2017, p. 43). In the latter and generally in Southern Countries, the institutionalisation of border regions may take on a different meaning or be resisted or encouraged for reasons other than those which would prevail in the North. The assumption that an interdependent border will develop into an integrated one

³⁸ The figures included in this paragraph are adjusted appearances: "adjusted for the number of co-authors, assigning full credit for single-authorship (1) and partial credit for co-authorship ($0.5 \leq x$) [...] Author appearances [were adjusted] to reflect the number of contributing authors, where 2 authors = 0.5, three co-authors = 0.33, four co-authors = 0.25, and five co-authors = 0.2." (PISANI; REYES; GARCÍA JR, 2009, p. 5).

³⁹ 0.4% of publications have an "unspecified" geographic origin.

⁴⁰ 1- University of Texas – El Paso; 2- University of Arizona; 3- New Mexico State University; 4- San Diego State University; 5- University of Texas – Pan American; 6- University of San Diego; 7- Texas A&M International University; 8- University of North Texas; 9- El Colegio de la Frontera Norte – Tijuana.

also assumes the existence of democracies and good governance and therefore does not apply to most borders in the world (STAUDT, 2017). For all these reasons linked to the regional concentration of research, there is a lack of views from Southern borders and of cross-regional analysis and thus a need to “become aware of borders in other world regions, comparing their similarities and differences” (STAUDT, 2017, p. 9).

This statement, coming from an English-language scholar and book, points towards an apparent lack of studies coming from academic centers others than North America and Europe and a possible lack of dialogue between scholars. Thinking about this issue from a South American viewpoint, it appears that even compared to other regions in the South, the literature on Southern American borders is scarce. Works in English focusing on rarely studied or Southern borders include few examples from this region (STAUDT, 2017; ALPER; BRUNET-JAILLY, 2008).

1.4.3 Inventory of the bibliographic production on borders and culture

The presentation of the bibliographic landscape on our topic of study and the exposition of a number of its characteristics and issues raises the following questions: What characterizes the production on this subject in each language? Are there real, demonstrated differences in volume and approaches/objects? Is there a link between certain concepts and specific disciplines or research agendas?

In order to offer a contribution towards the construction of an answer, a bibliometric analysis was conducted based on the academic production which is at the crossroads of the two topics of our research: culture and borders. In order to conduct such an analysis, the bibliographic production on the subject⁴¹ was extracted from the Web of Science database and analysed the following way: with the Web of Science's analysis tool and through the production of network data maps with VOSviewer⁴².

The purpose of the production of network maps (sometimes referred to as graphs in the literature)⁴³ using such software is to calculate and present visually three elements. First, they present items (sometimes called nodes) which are the objects under study. Second, they exhibit the links between these items (sometimes referred to as edges). Thirdly, they represent visually the strength of those links based on chosen criteria (bibliographic coupling, co-authorship or co-occurrence). Finally, it is possible to group items within clusters (sometimes called communities) which are calculated on the basis of a computer algorithm. A colour is assigned to each cluster in order to present visually the grouping of the items on the map (VAN ECK; WALTMAN, 2019).

The following results are based on a Web of Science advanced search conducted⁴⁴ with the query "TS=cultur* AND border". The aim was to select all articles mentioning the words border, borders, borderlands, borderlanders, culture, cultures and cultural, specifying that the

⁴¹ Henceforth referring to the production which is at the crossroads of the subject of borders and of the subject of culture.

⁴² Bibliometric network analysis software created by the Centre for Science and Technology Studies (CWTS) of Leiden University.

⁴³ The terms used in this section, for purposes of coherence, follow those used by the creators of the VOSviewer software (VAN ECK; WALTMAN, 2019).

⁴⁴ On the 24.07.2019.

search should cover published articles, proceedings papers and book chapters in all languages, since 1945 and that it should include all the citation indexes included in the Web of Science's core collection⁴⁵.

Based on the result of this search, it was possible to produce a number of graphs and tables which enable us to analyse the bibliographic production which corresponds to the specified criteria.

It is important to acknowledge that, though this strategy constituted the strongest option for bibliometric analysis, it is not flawless. Firstly, using an English-language database implies some bias towards English-language academic production, even though all languages were included in the language field when conducting the research. Furthermore, though the Web of Science includes various citation indexes (as per detail included in the previous footnote), it is important to acknowledge that some journals are not catalogued in these databases and thus do not enter this data.

Another search was conducted in order to better put into perspective academic production in Portuguese in relation to production in English without the risk that a search with the word "border", though in theory open to all languages, might not include all the production. It was based on the search query "TS=(cultur* AND fronteir*)", the aim being to include all articles mentioning the words "cultura", "culturas", "cultural", "fonteira", "fronteiras", "fronteiriço/a/s"⁴⁶. Whilst the first query had generated 5,689 results (after refining the results to the humanities, social sciences and applied social sciences in a broad sense), the second one, with the same criteria, generated only 5 results⁴⁷. Furthermore, when a graph was produced based on these results (as presented in the subsequent figure), the keywords were divided into five different and distant clusters, showing weak links between publications. Thus, we concluded that these results were not interpretable and based all the subsequent study on the results of the English-language query.

⁴⁵ Science Citation Index Expanded (SCI-EXPANDED. 1945 to present); Social Sciences Citation Index (SSCI. 1956 to present); Arts & Humanities Citation Index (A&HCI. 1975 to present); Conference Proceedings Citation Index- Science (CPCI-S. 1990 to present); Conference Proceedings Citation Index- Social Science & Humanities (CPCI-SSH. 1990 to present); Emerging Sources Citation Index (ESCI. 2015 to present)

⁴⁶ culture, cultures and cultural, border, borders, borderlanders

⁴⁷ Query conducted on the 28.07.2019

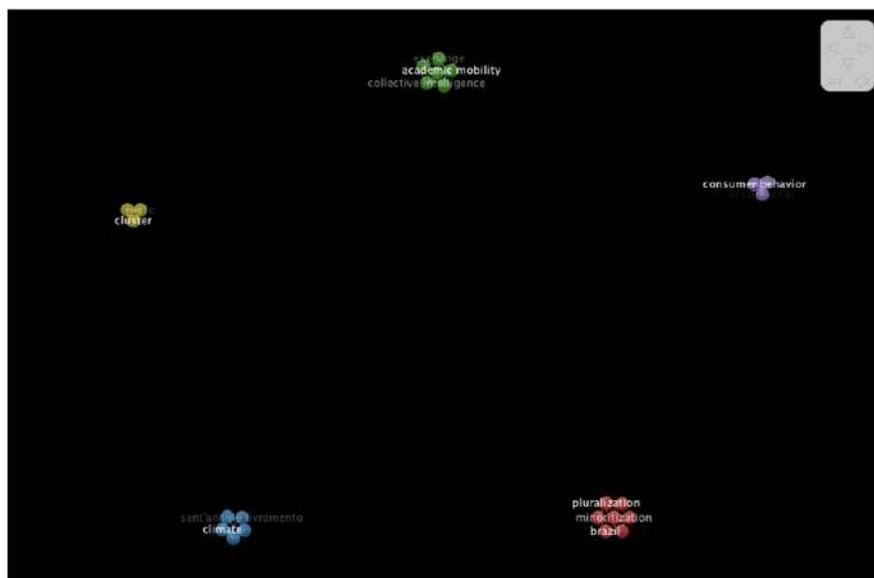


Figure 8: Co-occurrence network of terms: cultur* AND frontier*
 Source: Own elaboration with VOSviewer

Based on the results of our query, a number of figures, tables and graphs were produced. The following two figures represent visually the countries/regions and the languages in which the articles corresponding to the criteria were produced, whilst two tables give the full details of the results.



Figure 9: Tree map of main countries/regions
 Source: Produced by the author with Web of Science tool



Figure 10: Tree map of main languages
Source: Produced by the author with VOSviewer

Countries/Regions [1]	Number of records [2]	Percentage of total records (4361)
USA	951	21.8
United Kingdom [3]	357	8.2
Russia	276	6.3
Germany	204	4.7
Canada	202	4.6
People's Republic of China	151	3.5
Spain	150	3.4
Australia	149	3.4
Italy	128	2.9
Romania	108	2.5
France	100	2.3
Turkey	98	2.2
Brazil	96	2.2
Netherlands	79	1.8
Poland	74	1.7
Czech Republic	71	1.6
Mexico	69	1.6
Finland	67	1.5
Slovenia	67	1.5
South Africa	66	1.5
Sweden	51	1.2
Israel	48	1.1
Belgium	45	1.0
Argentina	44	1.0
Austria	42	1.0
Chile	42	1.0
Norway	39	0.9
Switzerland	34	0.8
Denmark	33	0.8
Portugal	33	0.8
South Korea	33	0.8
Colombia	30	0.7
Hungary	30	0.7

Croatia	29	0.7
Estonia	28	0.6
India	27	0.6
New Zealand	26	0.6
Ukraine	26	0.6
Taiwan	24	0.6
Lithuania	23	0.5
Ireland	22	0.5
Singapore	22	0.5
Bulgaria	21	0.5
Slovakia	20	0.5
Thailand	19	0.4
Greece	17	0.4
Iran	17	0.4
Japan	17	0.4
Malaysia	15	0.3

[1] 61 Countries/Regions value(s) outside display options.

[2] 230 records (5.3%) do not contain data in the field being analysed.

[3] Combined results of England and Scotland

Table 5: Countries, based on (co-)author institutions of affiliation

Source: Own elaboration with data collected on Web of Science

Firstly, these results confirm the preponderance of the USA as the first producer of research on the subject, with nearly 22% of academic production. All the other countries have a production which is below 10%, amongst others 8.2% for the United Kingdom, 6.3% for Russia, 4.7% for Germany, 4.6% for Canada, 3.5% for China.

Languages	Number of records	Percentage of total records (4361)
English	3233	74.1
Spanish	267	6.1
Russian	229	5.3
German	129	3.0
French	96	2.2
Portuguese	88	2.0
Italian	44	1.0
Slovenian	44	1.0
Turkish	38	0.9
Czech	29	0.7
Croatian	28	0.6
Polish	22	0.5
Romanian	21	0.5
Slovak	18	0.4
Chinese	15	0.3
Lithuanian	12	0.3

Estonian	8	0.2
Dutch	7	0.2
Swedish	7	0.2
Ukrainian	6	0.1
Hungarian	5	0.1
Serbian	4	0.1
Bulgarian	3	0.1
Malay	3	0.1
Catalan	2	0.0
Norwegian	2	0.0
Afrikaans	1	0.0
Arabic	1	0.0

Table 6: Language of the publications
Source: Own elaboration with data collected on Web of Science

The division of languages demonstrates an even more polarized scenario: 74.1% of the publications are in English. This figure exceeds the simple sum of the production from English-speaking countries and we can see that while publications from Russia, France and Brazil represent 6.3%, 2.3% and 2.2%, respectively, publications in Russian, French and Portuguese represent 5.3%, 2.2% and 2%. This shows that part of the production from these countries is published in other languages, most probably in English. These results are in line with publishing trends in terms of language but are also significant when analyzing questions related to the use of concepts.

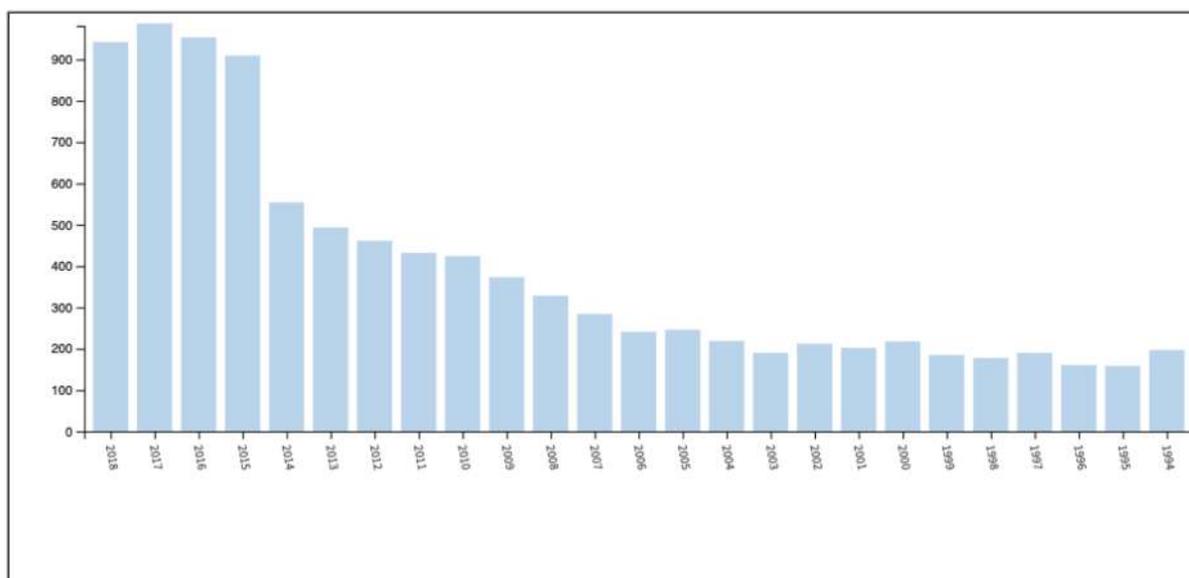


Figure 11: Number of publications per year (1994 to 2018)
Source: Own elaboration with VOSviewer

This third figure details the number of publications at the crossroads of the subject of culture and of borders, between 1994 and 2018. It demonstrates a relative stability in the amount of publications between 1994 and 2004, with only slight increases and decreases. Between 2005 and 2014, there was a steady increase in publications year after year, followed by a strong increase of 64% between 2014 and 2015. Since then, the level of publications demonstrates only slight variations. It appears that the subject gained significant interest in 2015 and is relatively new as a field of research: before that year, the number of publications per year had never exceeded 600.

Research Areas	Number of records [1]	Percentage of total records (4361)
History	464	10.6
Education - Educational research	449	10.3
Arts - Humanities other topics	446	10.2
Literature	373	8.6
Social Sciences other topics	355	8.1
Government Law	325	7.5
Geography	324	7.4
Anthropology	279	6.4
Sociology	258	5.9
Linguistics	245	5.6
Area Studies	229	5.3
Cultural Studies	180	4.1
Communication	151	3.5
Psychology	150	3.4
Archaeology	133	3.1
Ethnic Studies	109	2.5
International Relations	103	2.4
Religion	93	2.1
Demography	86	2.0
Asian Studies	83	1.9
Philosophy	81	1.9
Art	70	1.6
Music	64	1.5
Architecture	63	1.4
Women's Studies	58	1.3
Theatre	51	1.2
Film - Radio - Television	49	1.1
Public Administration	43	1.0
Urban Studies	39	0.9
History - Philosophy of Science	33	0.8
Social Work	31	0.7
Development Studies	20	0.5
Classics	4	0.1
Dance	4	0.1

[1] 7 records (0.161%) do not contain data in the field being analysed.

Table 7: Research area of the publications

Source: Own elaboration with data collected on Web of Science



Figure 12: Research areas

Source: Own elaboration with VOSviewer

Firstly, we can observe that this subject is covered by researchers of many disciplines, as the records presented in the table above show 35 different research areas and a maximum share of 10%. Three research areas present this share of publications of approximately 10%: History; Education-Educational Research; Arts – Humanities other topics. Surprisingly, we can see that Cultural Studies arrive in 12th position with 4.1% of records despite one of the query keywords being “cultur*”. Also, International Relations are in 17th position with 2.4% of records, after areas such as Government Law (7.5%), Geography (7.4%), Anthropology (6.4%) and Sociology (5.9%). This positioning is counter-intuitive but can be explained by questions of disciplinary agendas built around a number of issues and which affect research in the long term.



Figure 13: Main event titles
 Source: Own elaboration with VOSviewer

This figure mainly points towards two observations. Firstly, we note the preponderance of multidisciplinary events and events linked to Educational Research (in line with the findings related to areas of research). Secondly, we note that amongst the events which indicate the number of the edition, only 5 of the 25 events have an edition number of 10 or above, whilst the other 16 have a number inferior to 10. This suggests that this type of work is presented at relatively young congresses, seminars and other events.



Figure 14: Main organisations
 Source: Own elaboration with Web of Science tool

This graph represents the main organisations to which the authors of the production corresponding to our criteria are attached. Though the data is not usable for detailed analysis as all the organisations are not isolated based on the same criteria (some are universities, some are

groups, some are national research systems), the above graph does in any case corroborate the fact that universities from border cities, regions and states are significantly represented. 10 of the organisations included in the graph correspond to this criteria: University of California System; University of Texas System; California State University System; University of Toronto, University of British Columbia; Pennsylvania Commonwealth System of Higher Education; State University of New York System; University of Texas El Paso; University of Primorska, University of Tartu; University of Texas Austin; University of Wisconsin System.

“memories”. The visualisation of the keyword “frontier” also displays links with the keyword “identity” whilst the keyword “boundary” displays links with the keyword “culture”. The keyword “border” displays links with both “culture” and “identity”. In terms of disciplinary uses, the keyword “boundary” displays links with the keywords “political geography” and “transnationalism”, which seems to suggest a use in the field of political geography. The term borderland displays an apparent link to economics. The keyword border, though it is potentially linked to various fields of research, displays explicit links only with the discipline of geography, present as a keyword, as well the keyword “cartography”.

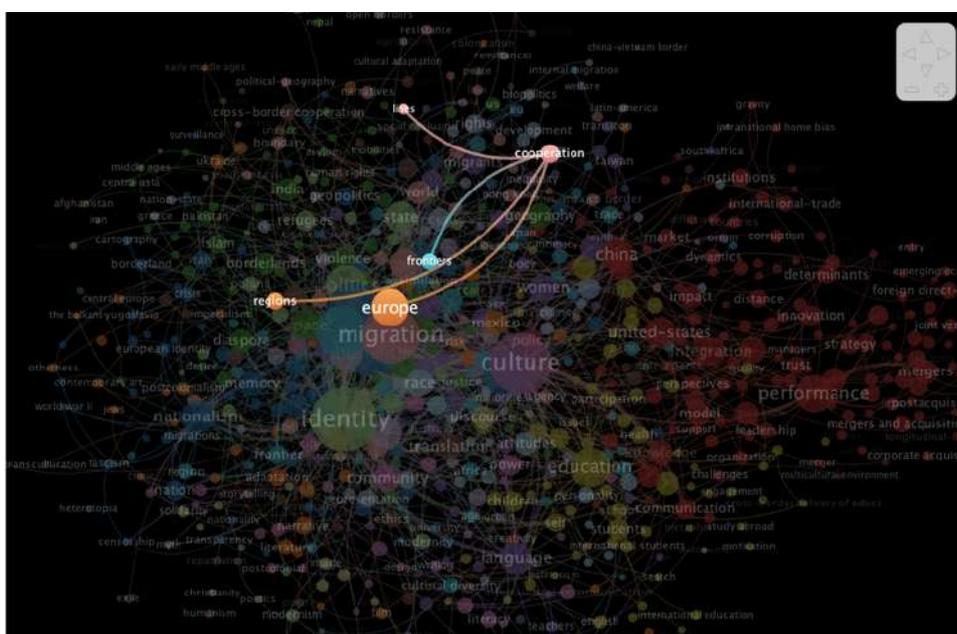


Figure 20: Visualisation of the network for the term “cooperation”
Source: Own elaboration with VOSviewer

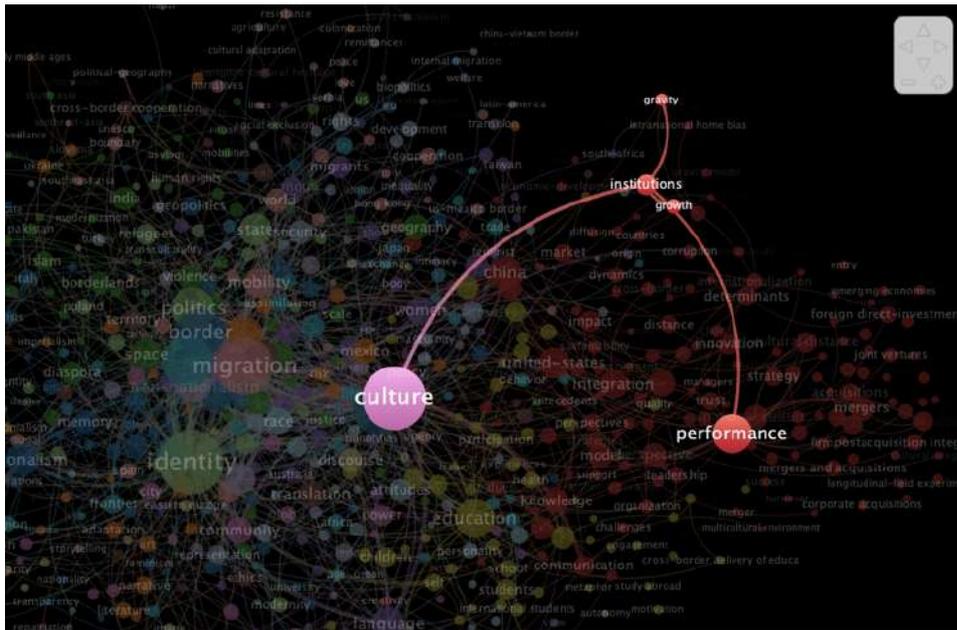


Figure 21: Visualisation of the network for the term “institutions”
 Source: Own elaboration with VOSviewer

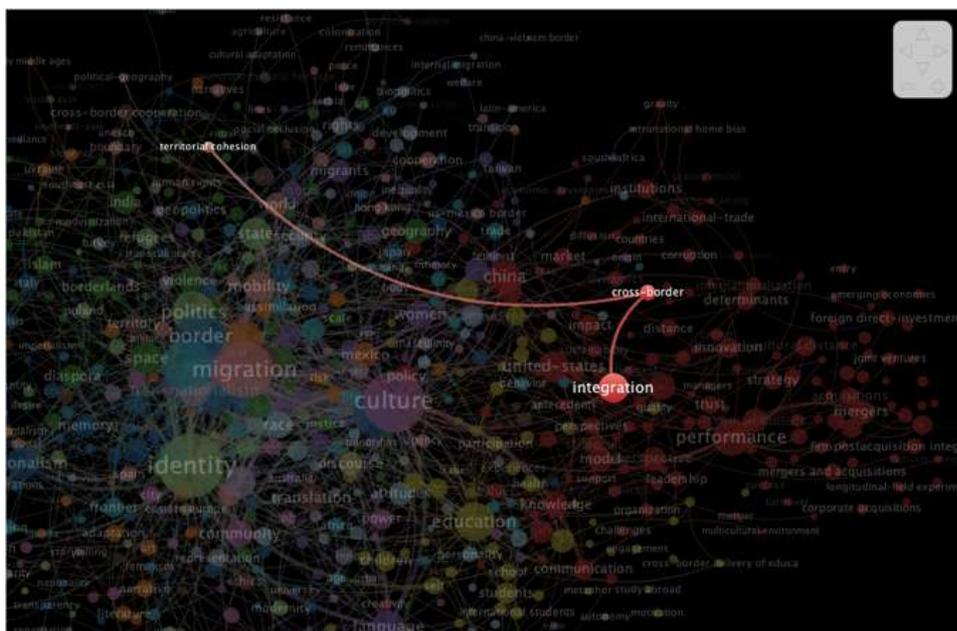


Figure 22: Visualisation of the network for the term “cross-border”
 Source: Own elaboration with VOSviewer

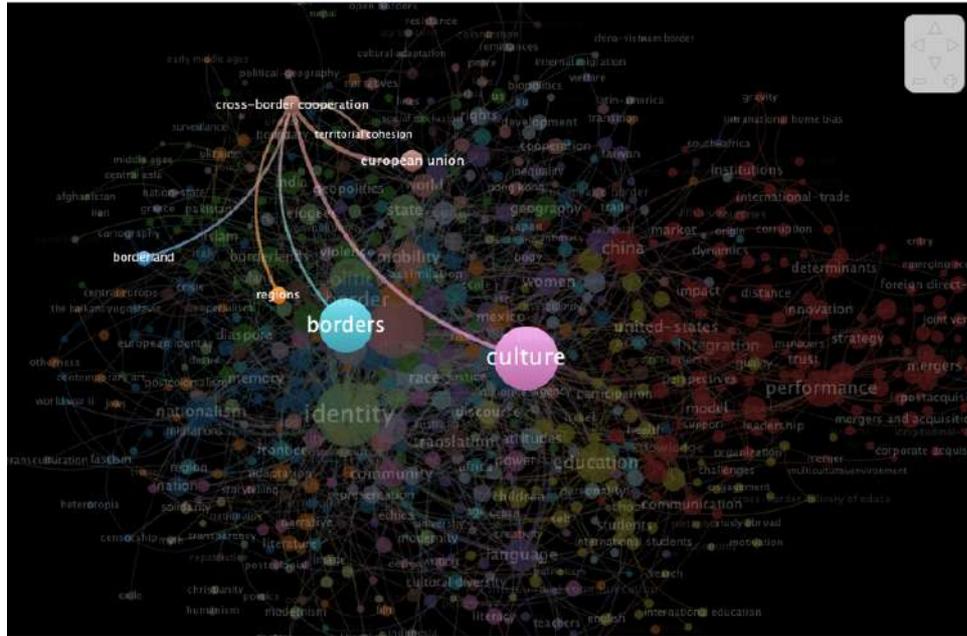


Figure 23: Visualisation of the network for the term “cross-border cooperation”
 Source: Own elaboration with VOSviewer

The juxtaposition of these four graphs enables us to make the following observations. Firstly, this category of keywords is the one which displays the strongest connections with issues linked to the European Union: “Cross-border cooperation” displays links with the keyword “European Union”; “cooperation” to the keyword “Europe”; and “Cross-border cooperation” and “cross-border” to the keyword “territorial cohesion”. We can also note a strong presence of the regional aspect, with both “Cross-border cooperation” and “cooperation” displaying links with the keyword “region”. Finally, the keyword “cooperation” displays connections with the keywords “lines” and “frontiers” whilst the keyword “Cross-border cooperation” appears linked to those of “border” and “borderlands”.

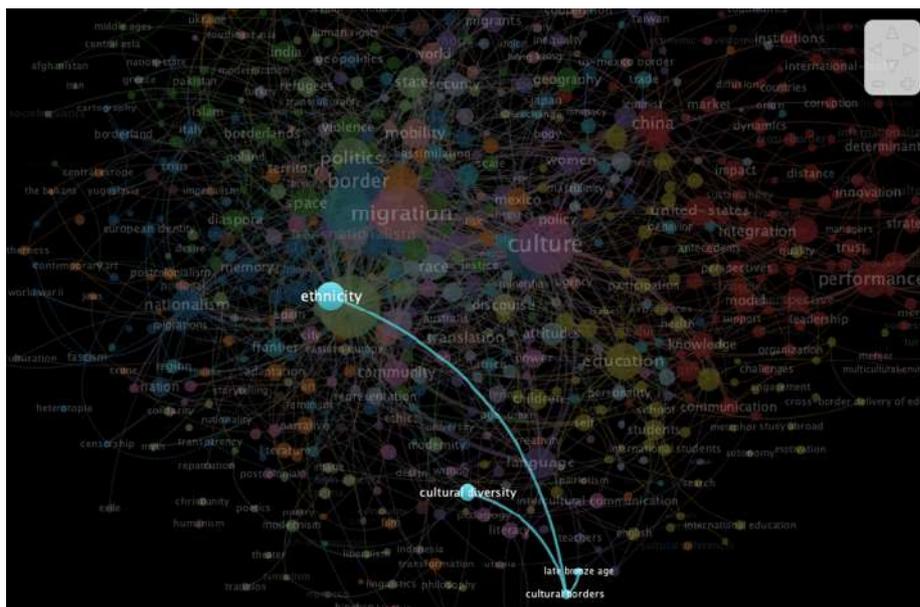


Figure 26: Visualisation of the network for the term “cultural borders”
 Source: Own elaboration with VOSviewer

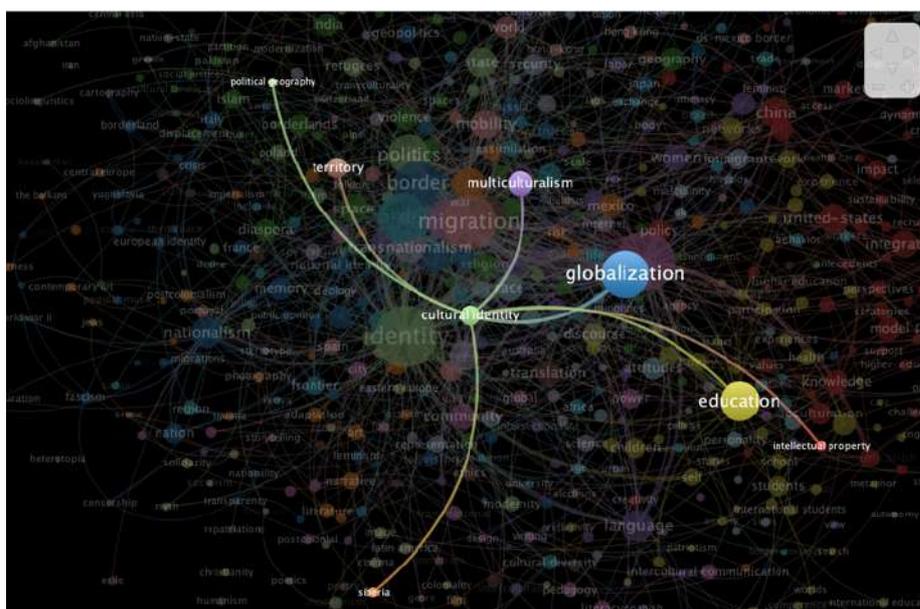


Figure 27: Visualisation of the network for the term “cultural identity”
 Source: Own elaboration with VOSviewer

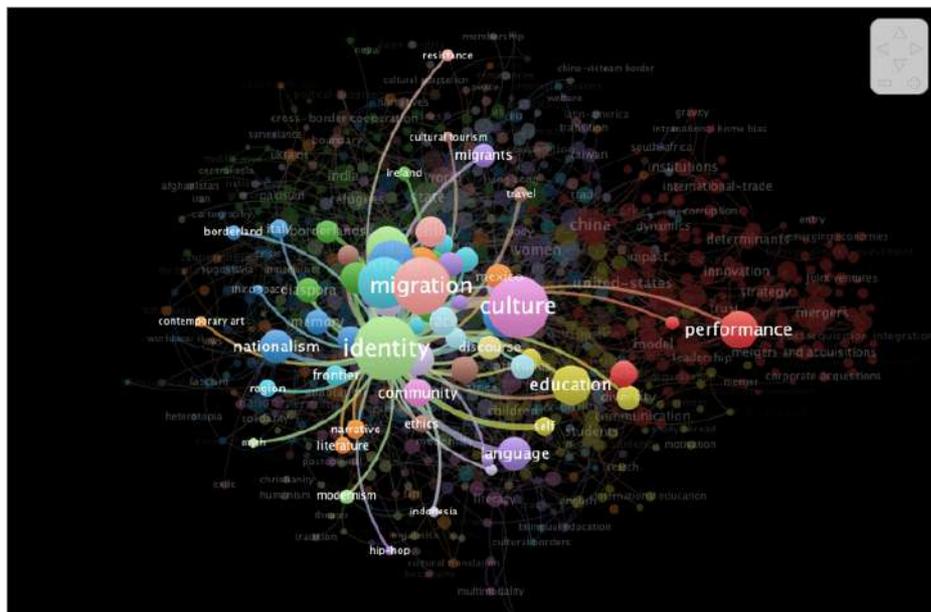


Figure 28: Visualisation of the network for the term “identity”
 Source: Own elaboration with VOSviewer

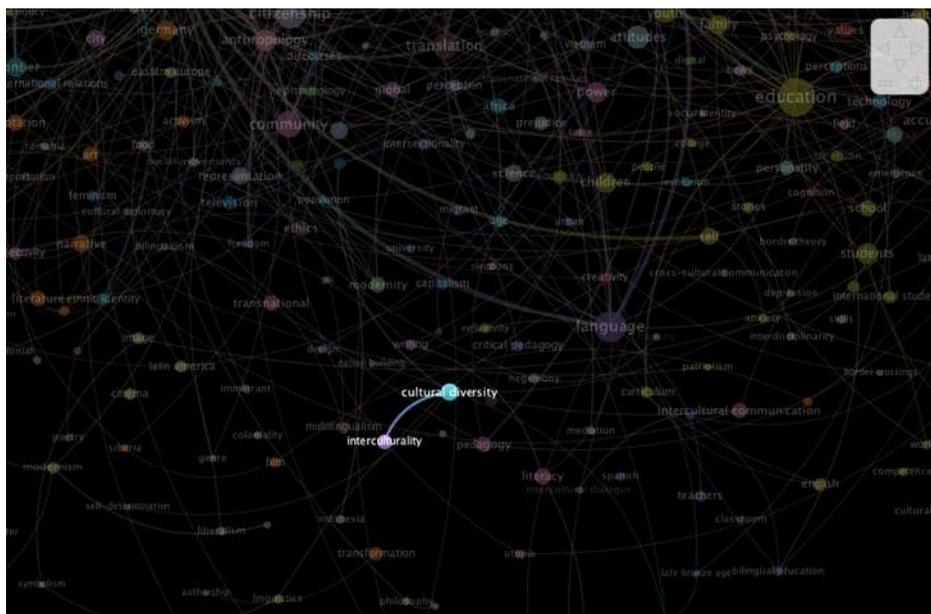


Figure 29: Visualisation of the network for the term “interculturality”
 Source: Own elaboration with VOSviewer

Visualising jointly the networks displayed by these 6 concepts related to culture enables us to make the following comments. The keyword “interculturality” displays a link with “cultural diversity”, as do the keywords “cultural borders” and “ethnicity”. This suggests a possible relation to an anthropological approach. Whilst the keywords “cross-border”, “cooperation” and “cross-border cooperation” from the previous group of visualisations displayed apparent links to the European Union, the keyword “cultural integration” displays a link with “United States”. “Cultural identity”, whilst displaying connections with local issues through the keyword “territory” also appears connected to “political geography” and notions such as “globalisation”, “multi-culturalism” and “intellectual property” which relate to global issues. Finally, whilst the keyword “culture” appears linked mostly to words which relate to governance such as “state”, “institutions”, “cross-border cooperation” and “territory”, the keyword identity is linked to keywords relating to space, such as “borderland”, “third space”, “cultural tourism” and to a number of keywords relating to notions of “community”, “memory” and “narrative”.

1.5 Conclusion

The main strength of bibliometric network visualisations is that they provide a relatively easy way of processing large amounts of bibliographic data and of presenting it visually. Its main purpose is thereafter to provide a clear visual representation which highlights the core characteristics of the data. However, this type of process relies on simplification and thus on loss of context and depth of analysis. It therefore has to be used with the conscience of the strengths and weaknesses of the tool and in combination with interpretation and judgement (VAN ECK; WALTMAN, 2014).

The aim here was to verify a number of statements made in existing literature and to gain clarity regarding the structuring of a field of research through the medium of visual representation. Bibliometric network analysis was combined with a review of literature and an analysis of pure exported bibliometric data in order to attempt to draw a panorama of academic production at the crossroads of the study of borders and culture.

This analysis was conducted with the secondary aim of providing a base for the choice of concepts used in this thesis, amongst the various which are used in border scholarship. The term deemed most appropriate is that of borderlands. Beyond the fact that it is widely used in English-language literature on borders from various disciplines, our bibliometric network analysis suggests that it focuses more on spatial aspects than on political ones. As our outlook on our object of study seeks to focus more generally on networks of people and practices rather than exclusively on political practices, agents and institutions, a broad-ranging concept is more appropriate.

Furthermore, contrary to the concept of Cross-Border Region, which is used predominantly in European literature and thus brings with it an institutional outlook, the network of keywords associated with the concept of borderlands demonstrates a relation with a vast array of literatures: research linked to memory and identitarian issues; research linked to economic issues; and research linked to issues of cooperation.

Furthermore, our revision of literature showed that it was widely used by scholars with an everyday political geographies approach, which is the one we use here, as detailed in the next chapter.

CHAPTER 2 – CONSTRUCTING A MULTI-SITED ETHNOGRAPHIC STUDY OF CULTURAL NETWORKS IN BORDERLANDS

2.1 Introduction: A few existing frameworks - strengths and limits

Various classifications of borders and border regions have been developed by scholars. The main ones will be briefly presented here, as they naturally inform future thinking and production around the analysis and comparison of border regions and thus need to be acknowledged.

2.2.1 Oscar Martínez's classification of types of borderlands (1994)

The pioneering and dominating one elaborated by the historian Oscar Martínez (1994) divides borderlands into the following four categories:

Type of borderland	Characteristics
Alienated borderlands	No or nearly no interchange between both sides of the border
Co-existent borderlands	Minimal border stability linked to a reduction of border conflicts to a manageable level
Interdependent borderlands	Adjoining border regions are united by mutually beneficial economic activity
Integrated borderlands	Political, economic and human barriers are eliminated

Table 8: Four categories of borderlands according to Oscar Martínez

Source: Own elaboration based on MARTÍNEZ, 1994, pp. 6-10

However, there are various issues with this typology for the purpose of our research. Firstly, this classification is widely based on the case of the Mexico-USA border, like a large part of border scholarship, and our research is intent on avoiding this bias. Secondly, it assumes that borderlands will develop towards integration. Yet, this evolution is not necessarily the ultimate step in all cases and it is dependent both on democracy and on good governance, which exist in very few of the world's borderlands (STAUDT, 2017). Finally, this categorization's approach to borderlands remains rather state-centric in its analysis of the interaction between two adjoining borderlands.

2.2.2 Perkmann and Sum's (2002) framework for the analysis of Cross-Border Regions

Perkmann and Sum (2002) offer another framework for the analysis of borderlands. Based on the acknowledgement that "Given the extraordinary variety of so-called Cross-Border Regions (CBR), any typology will always be imperfect." (PERKMANN; SUM, 2002, p. 5), they highlight two dimensions along which CBRs can be differentiated. The first dimension corresponds to the type of border regime: open border or persistent border regime. The second dimension measures the role of public policy at bilateral, national and regional level in setting up the CBRs and maintaining them. This method does not "assume that cross-border cooperation is intrinsically worthwhile and desirable" and it is "also interested in the struggles and power shifts involved in building cross-border spaces" (PERKMANN; SUM, 2002, p. 9). This type of perspective is more appropriate in the case of Southern borders which are not necessarily as institutionalised and controlled by central State authorities (STAUDT, 2017).

2.2.3 Emmanuel Brunet-Jailly's (2004, 2005) four-dimensional, multidisciplinary analytical model for the study of cross-border integration

The model developed by Political Scientist Emmanuel Brunet-Jailly (2004; 2005) for the study of cross-border integration is one of the few interdisciplinary endeavours in the field. It synthesises existing factors which are highlighted as determinant for cross-border integration into a four-dimensional analytical model including the following elements: "(1) market forces and trade flows; (2) policy activities of multiple levels of governments on adjacent borders; (3) the particular political clout of borderland communities; and (4) the specific culture of borderland communities." (BRUNET-JAILLY, 2005, p. 634). This model seeks to incorporate a focus both on the role of agency and on the role of structure, both seen as relevant to and interrelated in borderland integration processes.

The following figure exposes these four dimensions:

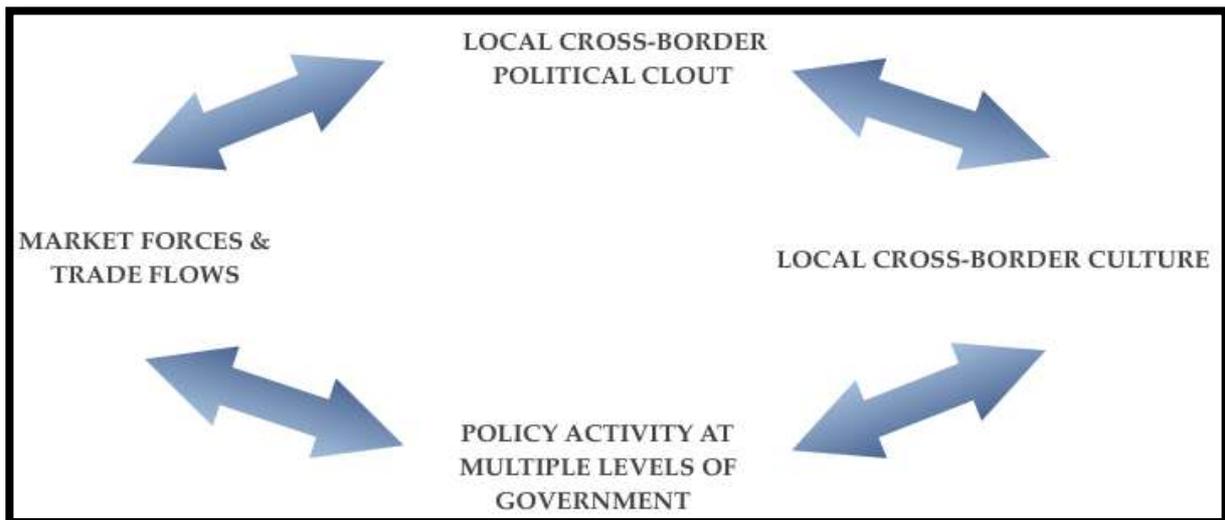


Figure 30: BRUNET-JAILLY's four-dimensional model for the study of cross-border integration
 Source: Own elaboration based on BRUNET-JAILLY (2004; 2005)

If there is a synergy between the four dimensions, the resulting borderland is politically, culturally and economically integrated. Though this result will only rarely be attained, such an evaluation in four dimensions is useful in order to compare cases and categorise them (BRUNET-JAILLY, 2005).

2.2.4 Henrikson's three types of diplomacy in border regions

In cases in which there exists no supranational authority in charge of leading the cross-border cooperation process, activities at the border depend on three types of diplomacy. Firstly, core-core negotiations between central governments can lead to the establishment of "inter-State" agreements for border regions. Secondly, core-periphery agreements can be established between the central government of one country and the local border administration of its neighbour, possibly with reciprocity. Finally, periphery-periphery agreements can be established directly in the border regions (HENRIKSON, 2011). Border regions "actually touch another country; and its people, and those of the country doing the touching, can feel it." (HENRIKSON, 2011, p. 100) Thus, "for most people, far removed from the realms of international diplomacy and statesmanship, it is the small matters of schooling, food, taxation and drinking hours which affect them most." (NEWMAN, 2011, p. 42).

In practice, borderlands are affected by a crossing of various policies which have as primary catalyst "a central government, a province, a region or a municipality" (BRUNET-

JAILLY, 2005, p. 637), thus one of the main points on which most scholars agree is the necessity to adopt a lens which takes into account various levels of analysis. Borders are political objects and as such, their study should include both micro-sociological aspects and take into account macro-political tendencies of the contemporary world (LERESCHE; SAEZ, 1997). They also demonstrate simultaneous interactions with the regional, national and international levels:

Issues of geographical scale are important, with boundaries operating at a variety of levels, ranging from the international to the local and micro. The dynamics of boundary impacts should be examined equally at all these scales (NEWMAN; PAASI, 1998, p. 200)

Furthermore, in some cases it is useful to use frameworks which take into account multi-level governance, especially for the study of cases which are part of a regionalist framework.

2.3 Studying borders within IR: (inter)disciplinary constructions

2.3.1 Interdisciplinarity

The history of the world is best observed from the frontier

Pierre Vilar. *Histoire de l'Espagne*. Paris: Presses Universitaires de France. 1985. p. 23.

Currently, the social, personal and symbolic aspects of borders and the “literary narratives” which shape them are mostly studied by scholars working from alternative perspectives and disciplines, but not within International Relations or Political Geography. Integrating these tools within mainstream approaches would, according to Newman and Paasi (NEWMAN; PAASI, 1998, p. 197) considerably enrich border studies:

Understanding territorial boundaries as a specific type of narrative will considerably broaden the field of concrete boundary studies. This approach suggests that boundaries are not located merely in the empirical contexts of border lines and landscapes, but also in ‘literary landscapes’ which have shaped and continually shape mindscapes and the perceptual images of the observer.

Beyond the adoption of alternative perspectives within mainstream approaches, borders are a profoundly interdisciplinary object⁴⁸. Therefore, related scholarship also necessarily needs to be: typologies of borders would benefit from more complex transdisciplinary analysis. As pointed out by Walker (2016, p. ix) in *Out of Line*, his collection of essays on the politics of boundaries:

These essays have been influenced by a great many people in many different places working within a broad array of scholarly fields and traditions. They do not have a comfortable disciplinary home; no one interested in the politics of boundaries can afford such luxuries.

Furthermore, an aim which is connected to interdisciplinarity is that of bringing the study of borderlands to an empirical level and to counter the reifying of borders which is so prevalent in the theoretical study of borders within international relations. An awareness of border processes based on an empirically informed perspective gives support to the aim of breaking a tendency of modern scholarly disciplines to take political boundaries “more or less for granted” (WALKER, 2016, p. 15).

⁴⁸ As developed in section 1.3.

Thus, the approach adopted here is inspired by the Sociology of International Relations (SMOITS, 2004) developed as a reflective perspective which fuses International Relations with Sociology, Anthropology and Political Science.

2.3.2 Studying the “small things”: everyday international relations

International relations are the totality of the relations which human beings and groups establish across borders [...] They aren't limited to war and peace between nations. It is as important to study their 'ordinary' as their 'extraordinary'.

Robert Frank, 2012, p. XI, *our translation*⁴⁹.

The understanding of border and borderland dynamics necessarily requires the study of everyday international relations. Though the latter are invariably influenced by events, fluxes and actors from international and domestic politics, they are not necessarily mediated through them. Thus, the study of borderlands requires contemplating them as spaces where international relations take place, albeit on a different scale, involving different actors and according to different processes than international relations studied from the perspective of relations between central governments or global actors. As well as including processes which are not usually studied within mainstream international relations and State-centric perspectives, this approach grounded in a borderland perspective (STAUDT, 2017) brings forth voices which are not frequently heard within mainstream IR: those of borderlanders and of local agents involved in border issues.

In the preface to the Brazilian version of Bertrand Badie's 2009 book *Le Diplomate et l'intrus* (not translated to English), Carlos R. S. Milani writes:

what the different types of transnationalisms and networkings reveal in a very distinctive way is the necessity to recontextualise contemporary politics, in which the sharp modern distinction between domestic politics and foreign affairs, *high politics* and *low politics*, *hard power* and *soft power*, amongst other classic dichotomies in global studies, tends to be relativised and deconstructed. (BADIE, 2009, p. 8, *our translation*⁵⁰)

⁴⁹ “Les relations internationales sont l'ensemble des rapports que les êtres et les groupes humains nouent entre eux à travers les frontières [...] Elles ne se réduisent pas à la guerre et à la paix entre les nations. Leur 'ordinaire' est tout aussi important à étudier que leur 'extraordinaire'.”

⁵⁰ “o que os diferentes tipos de transnacionalismos e reticularidades revelam de modo muito particular é a necessidade de recontextualizar a política contemporânea, na qual o nítido recorte moderno entre política doméstica e política exterior, alta e baixa política (*high politics* e *low politics*), *hard power* e *soft power*, entre outras dicotomias clássicas nos estudos internacionais, tende a se relativizar e a ser desconstruído.”

Borderlands disturbs a number of familiar notions regarding the location of politics, its content, its actors and its processes (WALKER, 2016). Their study therefore requires making a number of shifts in perspective.

2.3.3 Breaking the internal/external dichotomy

Elsewhere is a negative mirror

Italo Calvino. *Invisible cities*. 1972.

Another classic dichotomy which is very present in International Relations is that between the internal and the external, the domestic and the international.

R.B.J Walker, amongst other post-structuralist authors, questions the organisation of world politics around States, be it at the national level (the Nation-State) or at the international level (set of territorialised Nation-States). According to him, the notion of Nation-State was the modern solution to the problem of particularity/universality. In the post-modern era, new spatio-temporal answers need to be found within the new existing configuration of distances and borders. In this perspective, he defends the idea of going beyond the internal/external dichotomy (WALKER, 1993). Any spatio-temporal concept needs to adapt to the changes of our post-modern era in order to remain relevant and the modern notion of sovereignty is effectively a historically specific form of association of spatiality and temporality (WALKER, 2009).

As highlighted previously, this research seeks to adopt a less State-centric perspective than mainstream IR tends to, seeing borders as mere dividers of sovereign space. However, it envisions neither borders nor States as disappearing, inexistent or irrelevant, such as they have been presented in some recent bodies of literature. These positions reiterate the duality of thinking around borders, as “markers of presence or absence” (WALKER, 2016, p. 3)

In effect, current thinking about borders is very much influenced by discriminations which are naturalised because they correspond to predominant and unquestioned notions of the State and sovereignty. They are also taken for granted based on a prevalence of bounded visions of the individual, the state and the international system (WALKER, 2009).

2.3.4 Shifting the focus: from the border “at the edge” to the border “at the centre”

No one pays attention to these killings, but the secret of the world is hidden in them

Roberto Bolaño. 2666. 2004.⁵¹

An extensive body of literature, mostly produced in Western Europe, can now be found on the issue of cross-border cooperation and integration, some of it produced by International Relations or Political Science scholars. However, in most of the research conducted by internationalists, borders are conceived as objects through which international relations take place (MORACZEWSKA, 2010). As highlighted by Rosenau, it is time to replace "a boundary that isn't there" with "a new and wide political space" (ROSENAU, 1997, p. 4).

The very notions of integration and cooperation come from the idea of separation: integration and cooperation can only occur between two separate units. Borders, in International Relations and Political Science, tend to be naturalised and seen as abstractions which are present in space but have very little effect (WALKER, 2016). They are seen as the outside layer of the system which the State constitutes: they mark the end of its territory and therefore the limit of its sovereignty as well as its point of contact with the international environment (MORACZEWSKA, 2010).

Developing research grounded in the borderlands thus implies looking at the border as the centre of another system: that of the borderlands which surround it. Based on this vision, the aim is to analyse territory based on human interactions instead of analysing social phenomena based on fixed categorisations of territory: it is “looking for society’s place and not defining society by a given place” (RETAILLÉ, 1996, p. 95).

The following two figures aim to represent the shift in perspective that is operated when situating the system under study within the State or within the borderlands, as well as the shift in the place and role of the border within each system.

⁵¹ Novel inspired by the feminicides at the border between Mexico and the USA.

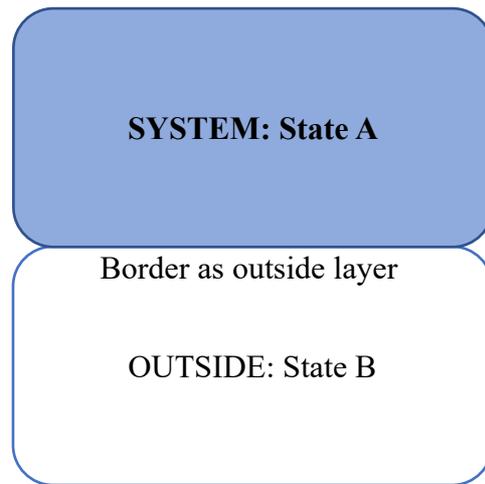


Figure 31: Representation of the place of the border within a State-centred system
 Source: Own elaboration

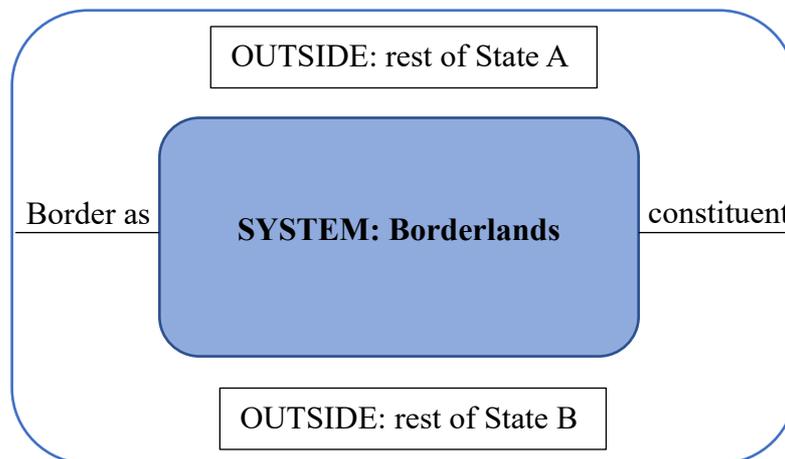


Figure 32: Representation of the place of the border within a borderlands-centred system
 Source: Own elaboration

Based on our vision of borderlands as exposed in section 1.2 and on our outlook on them exposed here, we will use the following analytical definition of borderlands: spaces near international borders in which the borderline, border policies or the relational processes inherent to border spaces, affect the everyday life of its inhabitants. As these processes vary from one borderland to another as well as within different areas of a specific borderland, the space which it includes on either side of the borderline cannot be defined with a fixed figure. Rather, borderlands take varying forms based on the relationships and networks which can be found across the borderline and their reach throughout space.

As pointed out by Staudt (2017, p. 35), “The size of borderlands is a slippery one, depending on varying local perceptions, government agency rules, and governments.” It is important to add that it is also strongly influenced by urbanisation and demography: as the shape of borderlands depends on relationships and networks in existence in space, they will take different shapes depending on whether the areas on either side of the borderline are densely populated urban areas or sparsely populated rural areas, for example.

2.4 Studying culture within IR: what is the object?

*As we traversed a large swath of Eurasia, the colours, contours, and textures of culture changed, but we didn't step from one hermetically sealed cultural unit to another and we crossed no civilizational border posts. Culture had a topography but no territoriality.*⁵²

Christian Reus-Smit, *On cultural diversity: International Theory in a World of Difference*, 2018

2.4.1 The study of culture in IR: main contributions

Culture is a theme which entered the mainstream of the International Relations debate quite late, being seen initially as a secondary factor, a by-product of political or economic activity. A country where the debate around the cultural nature of International Relations started relatively early is France, where the works of Pierre Renouvin and Jean-Baptiste Duroselle in the 1950-1960s founded the discipline of Historiography of International Relations (SARAIVA, 2008). Moving away from Diplomatic History which he saw as too narrow in its perspective on international history, Renouvin (1953) came to integrate additional sources as well as a new type of thinking around moral and material forces, denominated *deep forces*⁵³. By doing this, he created a new methodology for the reading of interactions between people and nations of the world, creating a line of study which analysed these interactions from a historical perspective. He also made a number of contributions, amongst which the following are worth mentioning here: extending the reach of the study of IR beyond Europe and to new subjects such as intellectual exchange and international migrations (CAMARGO, 2013), as well as coming to see international relations not as a history of relations between governments but of relations between people (FRANK, 2012a).

Renouvin distinguishes eight categories of *deep forces* which structure international relations: geographical factors; demographic currents; economic forces (divided between economic competition and conflicts; and economic alliances); financial issues; national sentiment; nationalism and pacifism (RENOUVIN; DUROSELLE, 1991). The first five forces were grouped together as the 'material forces'. The last three were denominated 'spiritual forces', 'collective psychology', 'mentalities' or 'collective mentalities', these last two

⁵² Cristian Reus-Smit makes this comment in the preface (p. x), in his description of a road trip between Europe and Asia made with his parents as a child.

⁵³ "Forces profondes", in French.

expressions later becoming the most common with the influence of the Annales School of social history (FRANK, 2012a; 2012b).

These ‘mentalities’ were defined by Renouvin and Duroselle as a conjunction of mindsets which are specific to the everyday life of a society at a given time (FRANK 2012b, p. 351, *own translation*⁵⁴). The main questions addressed within this theme of mentalities were the following: the national sentiment on which a nation is constructed; national temperaments; visions which nations have of one another and how these collective psychological forces influence statesmen’s actions; and the influence of statesmen on the mentalities of the people.

Though aspects of Renouvin and Duroselle’s thought can seem stereotyped -like the discussion around national temperaments- or old fashioned -like the use of terms such as collective psychology-, its strength and input resided in widening the scope of the discipline and providing the basis for a line of thinking which developed around the themes of culture, identity, representations and cultural productions. This influenced the next generations of French International Relations scholars, who can be seen as their heirs.

This next generation then widened even more their outlook, coming to integrate the study of economic and geostrategic factors (ROCHA, 2013), as well as representations, cultures and identities, new terms which came to be used to define aspects of what were previously called ‘mentalities’.

According to Frank (2012a), since Renouvin and Duroselle’s works, culture has been an element of focus of the discipline in France. These recent works revolve around two lines of study: international cultural relations between States and international cultural transfers.

A fundamental contribution to the study of international cultural issues was conducted more significantly in the field of Cultural History, which developed in the 1970s. Once again, a measurable contribution was made by French scholars, amongst which we can mention Pierre Milza, Michel Espagne and Michael Werner. These historians played a major role in including cultural productions within the study of international relations, going beyond the study of representations and including the practical dimension. With the crossing of the disciplines of

⁵⁴ “l'ensemble des attitudes de l'esprit, spécifiques du quotidien d'une société, à une époque précise”

International Relations and Cultural History, scholars started looking not only at the foreign cultural policies of States, but also at all international cultural exchanges, which they called *cultural transfers*⁵⁵.

Furthermore, in the 1980s, the theme was also put forward by Marcel Merle. He made the revolutionary proposition of creating a new IR paradigm focused on culture, considering it “the determining factor which could explain all the behaviours of international actors” (MERLE, 1985 apud SUPPO, 2012, p. 13, *own translation*⁵⁶). At the time, the cultural factor often appeared in IR theories but generally as a secondary factor.

Within the mainstream of IR, it is in the 1990s that culture entered the debates. In the United States, where the IR field is closely connected to Political Science, the main themes have tended to revolve around the Cold War and the fall of communism. However, with the *Cultural Turn*, American scholars began to question themselves on the cultural nature of international relations.

In this context, Akira Iriye developed the concept of cultural internationalism, which is based on three elements: incentives to mutual understanding; cooperation; and education (REEVES, 2004). The principle on which cultural internationalism is constructed is the belief that, on the basis of cultural exchange, people can learn from one another and beyond this, overcome differences. These differences, according to Reeves (2004), create communication problems, misunderstandings and even disasters in terms of foreign policy.

Also in this context, Joseph Nye developed the concept of *Soft Power* (NYE, 1990) which contributed to bringing the theme of culture closer to the mainstream of IR theory. Nye sees the post-Cold War world as one which is characterised by a complex interdependence made up of numerous networks and in which there is no more space for a hierarchy between *High Politics* (economic, strategic and military spheres) and *Low Politics* (social and cultural spheres). Interdependent relations are based not only on actors’ interactions within the *High Politics* spheres but also within the *Low Politics* sphere, based on cultural affinity between countries or regional blocs.

⁵⁵ Transferts culturels

⁵⁶ “l’élément déterminant susceptible de rendre compte de l’ensemble du comportement des acteurs internationaux.”

The introduction of this notion aimed to theorise the fact that *hard power* -military, economic and industrial power- was no longer sufficient in order to ensure a State's influence in the international system. The projection of Soft Power -the power of attraction of a culture or of a political and social model- came to be seen as an element through which States could ensure their influence. In this context, Nye defines *soft power* as the ability for an actor to obtain something based on attraction (carrots) instead of coercion (sticks) via the attractiveness of its ideas, values and culture (NYE, 2004, p. 9).

Though it can be criticized in many aspects, the concept of *soft power* is valuable as it didactically unites within a single concept a series of otherwise not theorised actions led by States.

The inclusion of culture within foreign policy mainly revolves around visions of it in terms of *soft power* or in terms of cultural diplomacy, the latter being more exclusively focused on cultural activities.

In general terms, cultural diplomacy can be defined as “an international actor's attempt to manage the international environment by facilitating cultural transmission across an international boundary” (CULL, 2009, p. 53).

More precisely, cultural diplomacy is multidimensional: it relates both to the economic and to the sociopolitical realms based on the double nature of cultural activities, goods and services. As recognised in the UNESCO's 2005 Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions, these are both economic based on their commercial value; and cultural, by the identitarian aspects which they bear (UNESCO, 2005). Thus, they are powerful diplomatic tools in a globalized world (STOICA; HORGGA, 2016) which can relate either to the pursuit of specific outcomes or to inducing changes in issues or in the identity of actors (SINGH, 2010).

Some authors make a distinction between international cultural relations and cultural diplomacy, seeing the former as including all cultural activities which take place beyond national borders whilst the latter is restricted to international cultural activities with some form of involvement from public institutions (BÉLANGER, 1994). Others go further by distinguishing, within cultural diplomacy, actions which are led directly by public institutions, thus according to foreign policy aims, and those which are led by paragonmental or private organisations and therefore correspond to the aims of these organisations even though they can

be inserted within the general foreign policy framework (MITCHELL, 1986). Making a distinction between types of cultural diplomacy based on the type of actor involved corresponds to the distinction which is made between traditional diplomacy and public diplomacy. Whilst the first type corresponds in general terms to the use of cultural aspects of a country's *soft power* by the diplomatic institutions of a country, the second one targets the civil society of a foreign country and is conducted by actors who have easier access to it (MELISSEN, 2005; RIORDAN, 2005).

Robert Frank (2012c) adopts a wider definition on the basis of his understanding that there are multiple interactions between the public and private sectors in that field. The cultural diplomacy developed by public agents depends on the intellectual and artistic production of the civil society in terms intellectual debate, tangible and intangible cultural heritage, and cultural production; whilst private agents involved in international cultural activities often rely on help from the state to develop their projects. In this sense, cultural diplomacy is “the set of means and actors which contribute to the States’ cultural foreign policies as well as the cultural actions led by non-State actors. Cultural diplomacy can be governmental or intergovernmental” (FRANK, 2012c, p. 374, *own translation*⁵⁷). He includes in his definition of cultural diplomacy all actions which aim to create intellectual and cultural complicity networks with elites outside of the country and to create a positive image of the country in order to influence public opinion. Thus, his definition comes under what some scholars would define as international cultural relations since it covers the circulation beyond borders of the practices, symbolic productions or even collective mental representations of a community.

A point on which Frank insists is the importance of considering not only symbolic representations when looking at international cultural relations. He insists on also including the practices and symbolic productions, or in other words, the cultural goods, as mediators between the representations of a community and its politics and diplomacy. In this sense, he diverges from Renouvin and Duroselle and follows the understanding of cultural historians.

We can also see from the wide definition of cultural diplomacy which he adopts that he has moved out of the line of study of international cultural relations conducted within the International Relations field -which focuses mainly on cultural diplomacy in its narrow

⁵⁷ “l'ensemble des moyens et des acteurs qui se mettent au service aussi bien des politiques culturelles extérieures -des Etats- que des actions culturelles d'initiative non étatique. La diplomatie culturelle peut être gouvernementale ou intergouvernementale.”

definition- to include elements which were previously studied within the field of Cultural History and Comparative History.

2.4.2 The study of culture within IR: limits

Because of the fact that IR's primary focuses are elsewhere, conventional wisdom has it that culture does not enter IR debates. Actually, "IR scholars talk about culture all the time" (REUS-SMIT, 2019, p. 1), it is "the defining characteristic of the discipline's subject matter" (BEATE, 2003, p. 28). Looking very briefly at some of the discussions led within mainstream schools of IR scholarship from realism to constructivism, culture can be identified in the debates.

Whilst studying conflict groups in a materialist perspective, realists' arguments actually often rely on cultural premises which are not made explicit. The conflict groups in question are Nation-States which are presented as possessing interests and national characters and thus are in practice cultural units (REUS-SMIT, 2019). Furthermore, though it is not a primary interest, culture is a secondary interest as well as a tool to assert power from a functionalist perspective. Morgenthau (1992 apud SUPPO, 2012, pp. 16-17) mentions culture in the sense of its contribution to the formation of national character and as a tool for cultural imperialism. According to him, the latter, through the "substitution of a culture by another" is States' most subtle contribution to international relations in that it constitutes a vehicle for "the control of men's minds as a tool for modifying power relations between nations". Morgenthau also recommends the use of culture as a tool to prepare actions of a military or of an economic nature (SUPPO, 2012). Thus, culture is present in this thinking, in the form of ideology and propaganda (WALKER, 1990).

Liberal schools of thought also give a role to culture, shifting its position from secondary element in the analysis of international relations to an element which is seen as vital to its understanding. The most important contribution to the study of culture in IR within this paradigm is the creation of the concept of Soft Power (NYE, 1990; 2004), exposed in part 2.3.1.

Constructivism played an important role in terms of bringing forth an apparently new ontology, that of socially constructed actors. Given its profound reflection on the question of norms, this approach can be seen as profoundly cultural. Contrary to positivist approaches which consider ideas to be a simple reflection of the material world, constructivists, in their various currents, see international relations, its values, discourses and practices, as a social construction. Furthermore, the international system, in this perspective, comes to be seen not

as strictly material, but as intersubjective as a result of the structures that actors use to give meaning to the material world (WENDT, 1996; ADLER, 1997). Others bring forth a metatheoretical discussion regarding the cultural context within which academic scholarship about culture is produced and the intellectual categories on which it is based (LAPID; KRATOCHWIL, 1996; WALKER, 1990).

Thus, though it is secondary, the topic of culture is not as absent from IR theory as it can appear to be. It is indeed present in the literature, though it displays “neither careful empirical analysis nor complex theoretical discussion” (WALKER, 1990, p. 7). The problem of the cultural discussion in the field has various dimensions.

Firstly, its multi-faceted nature makes it a convenient label to explain phenomena once the primary variables, those most explored within IR, have been used up (WALKER, 1990).

Secondly, in this area, “IR looks like a conservation zoo for concepts long dead in their natural habitats” (REUS-SMIT, 2019, p1). Indeed, IR theorists work with an anachronistic concept of culture which does not take into account evolutions from the last three decades within the specialist fields of cultural studies, sociology and anthropology. These have long abandoned a view of cultures as coherent and bounded entities which provide systems of meaning and practices, such as that which can be found in IR literature across various mainstream schools of thought, be it realism or schools of thought which give a larger place to culture such as the English School or Constructivism (REUS-SMIT, 2018).

Part of IR scholarship translates its reflection on culture as a reflection on values. Within a discipline which gives a central place to the issue of sovereignty and thus sees the State as the main producer of values, this entails that cultural diversity is tolerated when it corresponds to the limits of the State, and that the latter is the main mediator between different value groups (WALKER, 1990). In contrast with this all-encompassing vision, strands of constructivist literature reflect on cultures in a partitioned way, dividing them into specific norms in order to study causal effects and thus losing the complexity which comes from a holistic vision (REUS-SMIT, 2019). Neither of these two ways of envisaging and studying culture manage to incorporate a vision of culture as multi-layered, changing and relational identifications.

Thirdly, it is based on an unreflected epistemology (BEATE, 2003) and an unresolved duality between universalism and relativism or pluralism. The first pole, embodied by

cosmopolitans, emphasises the existence of values which transcend cultural particularities, thus downplaying the importance of cultural issues based on the supposed existence of a global moral community. The other pole, communitarians, argue that moral values and commitments are that which bounds together real communities and thus, culture becomes the main issue which generates conflict between communities (WALKER, 1990; REUS-SMIT, 2018). However, both these visions rest on cultural assumptions which are resolved by invoking the ‘nature’ of human beings or of the international system (BEATE, 2003).

According to Walker, overcoming the challenges linked to these assumptions and duality, lies in discarding conventional categories used in IR in order to distinguish between an inside and an outside. Additionally,

To understand the concept of culture as the product of specific historical transformations is thus to understand that to attempt to come to terms with culture now is to engage with questions of political practice (WALKER, 1990, p. 12).

2.4.3 Operationalising the study of culture

Based on this description of the development of cultural discussions within the field of IR and of a number of limits present in IR scholarship regarding the study of cultural issues, our aim is twofold. Firstly, it is to generally give an operationalised outlook on the notion of culture, focusing on observable facts, actors and actions.

A study of the literature produced on the topic of culture in Brazil within the disciplines of IR and political science between 1990 and 2017 (FERREIRA; LIRA, 2019) demonstrates that only 21% of collected articles presented explicitly the concept of culture which was to be used in the research. Of those which used an explicit definition, 51% can be said to correspond to an anthropological conception of culture, namely to patterns of meaning which affect the way human groups live and interact with their environment. In opposition, only 15% correspond to a humanistic conception of culture, relating to human intellectual and artistic production⁵⁸ ⁵⁹. The aim in this research is to operationalise the way cultural issues are approached and therefore it does not draw on an anthropological conception of culture. Rather,

⁵⁸ For further detail on these two conceptions of culture, see part 1.3.2

⁵⁹ For 29% of the definitions, it was not possible to identify which conception of culture was used.

it aims to focus on cultural production which provides both observable facts and external symbols, representing “meaning in action”⁶⁰ which enables analysis.

Secondly, whilst focusing on culture as a human production rather than its wider anthropological conception, the aim is to be inclusive in the categories of cultural production included in the study, in order to allow for meaningful analysis of the two cases under study (as further developed in part 2.4). Thus, it is based on a conception of cultural policy which is in line with the UNESCO’s definition:

the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time (UNESCO, 1969, p.10)

Also, our approach is based on a wider understanding of cultural policy, thus including “actions and decisions taken without expressed policy intention” (SCHUSTER, 2003, p. 9) as these constitute a significant proportion of actions in the cultural field. This also makes space for the analysis of the two selected cases using the same categories.

We will refer to these actions as cultural actions, though our understanding of this category does not build on French thinking in terms of cultural action (*action culturelle*)⁶¹ which is specific to a landscape of cultural production which is heavily supported and regulated by public institutions.

Based on this definition, the following table gives a representation of the way the approach to culture is operationalised in this study:

Dimensions of analysis	Aspects of cultural action	Observables
People	Human resources	Cultural networks
Practices	Deliberate societal actions	Cultural actions (policies and projects)
Places	Society Physical resources	Topography of culture

Table 9: Analytical model and observables

Source: Own elaboration

⁶⁰ See WAGENAAR, Hendrik. **Meaning in Action**. Interpretation and Dialogue in Policy Analysis. New York: Routledge. 2011.

⁶¹ See part 1.2.3 for more detail on this understanding of what constitutes “action culturelle”.

2.5 Conclusion: Multi-sited ethnography as a tool for the study of everyday international relations

Nothing is harder than to notice the obvious that was not noticed before.

Frank Ankersmit, *Aesthetic Politics: Political Philosophy beyond Fact and Value*, 1996, p. 16.

As pointed out previously, borders are an inherently interdisciplinary object of study. However, border scholarship, though it joins scholars from different backgrounds, remains more multidisciplinary than interdisciplinary. It is an object of study which has been theorised within various different disciplines that have tended not to communicate with each other, as shown in part by the study of the different concepts used within the field (see part 1.3.2). This makes the study of borders less compatible with a variable-based approach, which relies on the existence of a series of ontological givens in order to draw inferences. Rather, it corresponds better to process-driven research which can be conducted based on looser categorisations. The existence of process patterns, defined as : “recurrent sequences of interaction observed across any number of domains” (FRIEDRICHS, 2016, p 78) constitutes the universe of cases from which the researcher can draw an explanation to the observed regularity.

In the present research, the observed pattern which triggered the interest of the researcher was the following: the existence, in some borderlands, of cultural identities and of networks of cultural action which span both sides of a political dividing line. Based on this initial observation, a universe of cases presenting this feature was identified and two cases were chosen, namely the borderlands between Brazil and Uruguay and France and Germany.

Beyond the existence of this common feature and despite differences between the two cases in terms of relation to conflict and historical process of border constitution, both are characterised by a historical role as buffer space between two regional powers (AMILHAT SZARY, 2010; SIMI, 2018). Following a history of successive integration of the area within the two neighbouring states and of intense movements of population, both also currently demonstrate a high level of porosity between the spaces on both sides of the border (CARNEIRO FILHO; LEMOS, 2014) and manifestations of hybrid cultural expressions. Both can thus be seen as constituting borderlands, as defined by Newman (WASTL-WALTER, 2011, p. 37):

areas in proximity to the border which constitute a transition zone between two distinct categories, rather than a clear cut-off line. It is an area within which people residing in the same territorial or cultural space may feel a sense of belonging to either one of the two sides, to each of the two sides, or even to a form of hybrid space in which they adopt parts of each culture and/or speak both languages.

Building on this general outlook on the cases which pointed towards the use of ethnographic methods, a multi-sited ethnographic approach was set up with the aim of

Connect[ing] the several sites that the research explores along unexpected and even dissonant fractures of social location. Indeed, the persuasiveness of the broader field that any such ethnography maps and constructs is in its capacity to make connections through translations and tracings among distinctive discourses from site to site (MARCUS, 1995, p. 100)

Based on an approach centred on the actors in order to identify practices and relationships (DUBOIS, 2012), our fieldwork was designed through movement and the following of human and institutional relationships, as well as connections and associations (MARCUS, 1995)⁶².

⁶² See introduction for more detail on the fieldwork, its design and the way it was carried out.

CHAPTER 3 – BRAZIL-URUGUAY AND FRANCE-GERMANY BORDERLANDS: CONTEXTUALISATION OF TWO CROSS-BORDER SPACES

3.1 Geographical contextualisation

3.1.1 Brazil-Uruguay borderlands

*El marco no enmarca nada.
El marco dibuja un borde.
En el centro el vacío. Ausencia.
Nada dice. De nadie. De nada.*

Michel Croz. *Cerrada & Sin Salida (Oscuro y en llamas)*. 2015. p. 58.

The border which Brazil shares with Uruguay reaches a total of 1.068 kilometres. It starts at the triple border between Argentina, Brazil and Uruguay and ends on the Atlantic coast. For Brazil, this border is, in extension, the seventh of the total of ten borders which it shares with neighbours (surpassing only the shorter borders with Colombia, French Guiana and Suriname). In terms of relative length, it represents 6.39% of Brazil's 15,700km of land borders (BRASIL, 2005). For Uruguay, the extension of this border is much more considerable: it represents 68% of the country's 1564 km of land borders.

The following maps indicate the localisation of these borderlands and situates them within the sub-continent and within the La Plata region. The aim of these maps is not to delineate precisely the limits of the borderlands as, in line with our analytical definition of borderlands presented previously⁶³, this is not possible. These maps are included for contextualisation and visualisation.

⁶³ "Spaces near international borders in which the borderline, border policies or the relational processes inherent to border spaces, affect the everyday life of its inhabitants. As these processes vary from one borderland to another as well as within different areas of a specific borderland, the space which it includes on either side of the borderline cannot be defined with a fixed figure. Rather, borderlands take varying forms based on the relationships and networks which can be found across the borderline and their reach throughout space." (see section 2.3.4, p. 87).

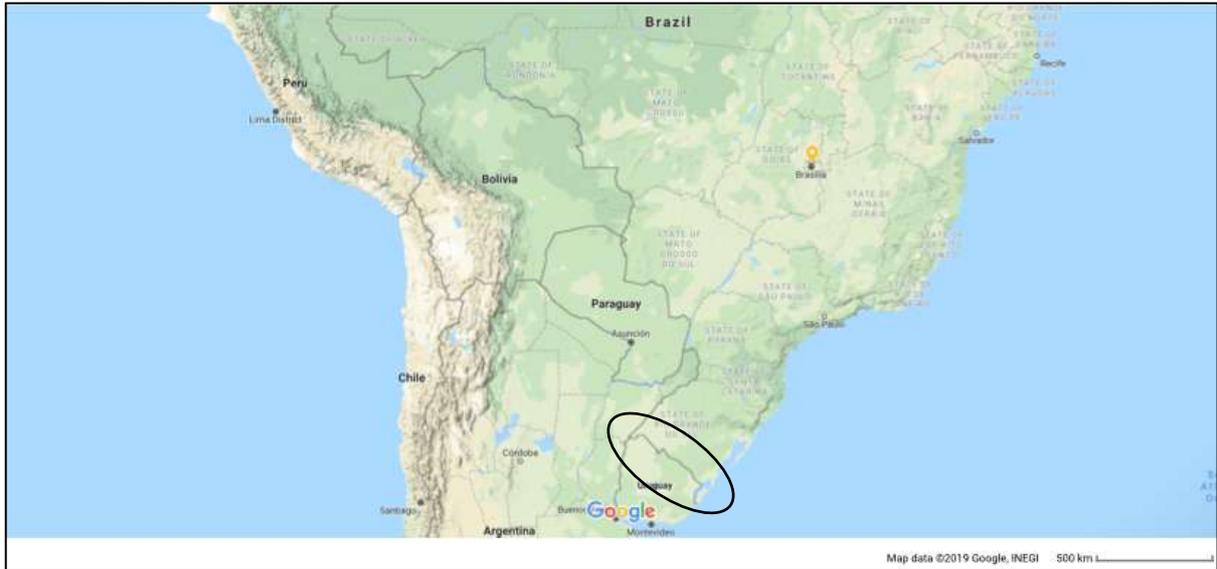


Figure 33: Location of the Brazil-Uruguay borderlands within the sub-continent
Source: Google Maps

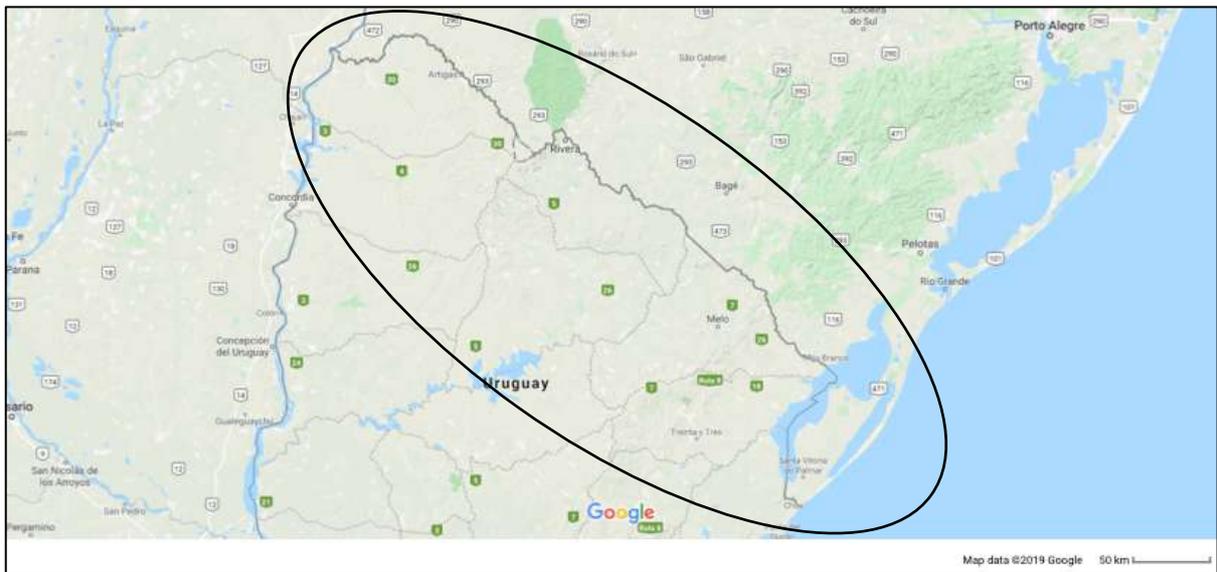


Figure 34: Location of the Brazil-Uruguay borderlands within the La Plata region
Source: Google Maps



Figure 35: Satellite view of the Brazil-Uruguay borderlands within the La Plata region
Source: Google Maps

In terms of administrative units, this border region includes: the Estado of Rio Grande do Sul (on the Brazilian side); the departamentos of Cerro Largo, Rivera and Artigas (on the Uruguayan side).

Historical characteristics of the region which will be developed in the next section imply that it is intrinsically defined by border characteristics. Whilst Uruguay can be said to constitute a “border State”, the southern-most state of Brazil, Rio Grande do Sul, can be defined as a “border state” (OLIVEN, 2016; 1999). Given the significant difference between the territorial extensions of Brazil and of Uruguay, these characteristics naturally affect different proportions of the national territory.

The border between Brazil and Uruguay is situated within the Pampa biome, an area of fertile lowlands which presents similar climatic conditions and vegetation, animals and soil organisms. It corresponds to 75,000 km² spread out over parts of southern Brazil (namely the south of the state of Rio Grande do Sul), of northeastern Argentina and the whole of Uruguay.

The figure below displays the internal variations in terms of vegetation within the biome, showing that the border region between Brazil and Uruguay presents in all its length vegetation belonging to the Uruguayan Savana type and thus belongs to the same vegetational unit.

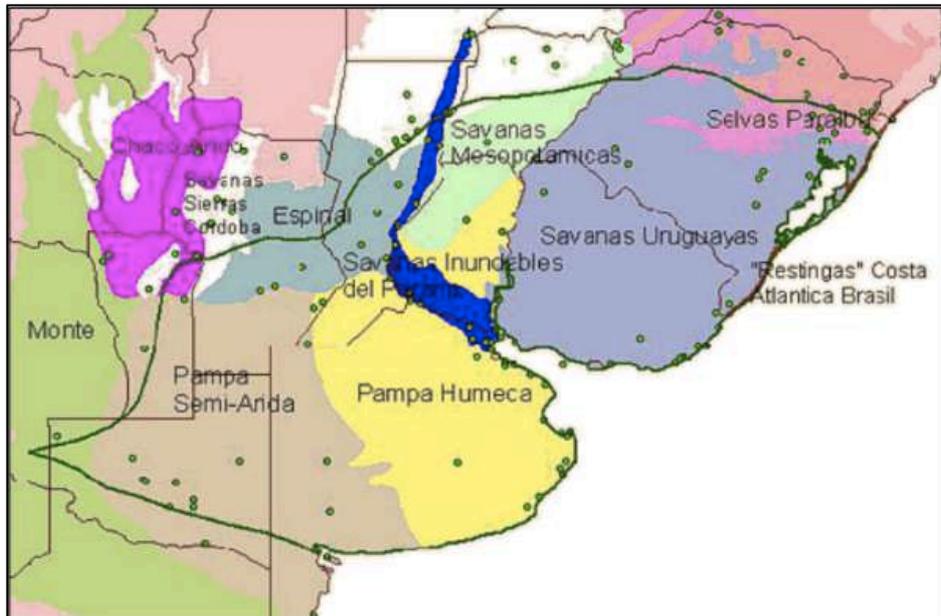


Figure 36: Limits of the Pampa biome and its internal variations

Source: MARTINO, 2004

In the eastern part of the border, historically denominated “neutral camps”⁶⁴, is situated a zone of plains made up of marine sediments brought by the variation of sea levels due to glaciations and deglaciations in the Pleistocene and Holocene epochs (CORRÊA, 1996 apud. OLIVEIRA, 2010). This area is currently situated around the Brazilian towns of Santa Vitória do Palmar and Chuí, the Uruguayan town of Chuy and the Taim Reserve. It includes multiple streams and brooks as well as two large lagoons: Lagoa Mirim and Lagoa Mangueira.

For a number of reasons, the geographical characteristics of this region were fundamental in terms of constitution of a regional social space. Firstly, based on similar altitude and soil characteristics, similar climate as well as favourable conditions for cattle breeding in the spaces situated on both sides of the current location of the border, the latter developed relatively similarly in terms of ways of life and economic activity. Furthermore, geographical conditions were favourable to the establishment of populations. Finally, the absence of impassable barriers in the terrain as well as the presence of rivers and lakes favoured communication and transit of these populations within the area (CLEMENTE, 2010).

⁶⁴ “Campos neutrais” in Portuguese

3.1.2 France-Germany borderlands

The border which France shares with Germany reaches a total of 451 kilometres, making it the fifth longest (after the borders with Spain, Switzerland, Belgium and Italy) of the total of eight borders France shares with other countries. In terms of relative length, it represents 15.61% of the 2,889 kilometres of land borders which metropolitan France shares with neighbours (including only continental France, excluding French overseas islands and territories).

This part of the border starts at the triple border between Luxembourg, France and Germany (coordinates 49° 28' 10" N, 6° 22' 2" E) at the encounter between the municipalities of Apach (in the French *département* of Moselle), Perl (in the German *Land* of Saarland) and Schengen (in the *kantonen* of Remich in Luxembourg), situated around the Moselle river. From this point, it follows east until the Rhine, whose course marks the borderline southwards until the triple border between Switzerland, France, and Germany (coordinates 47° 35' 23" N, 7° 35' 21" E). This point is situated at the encounter between the municipalities of Huningue (in the French *département* of Haut-Rhin), Weil am Rhein (in the German *Land* of Baden-Württemberg) and Basel (in the Swiss *kanton* of Basel-Stadt).

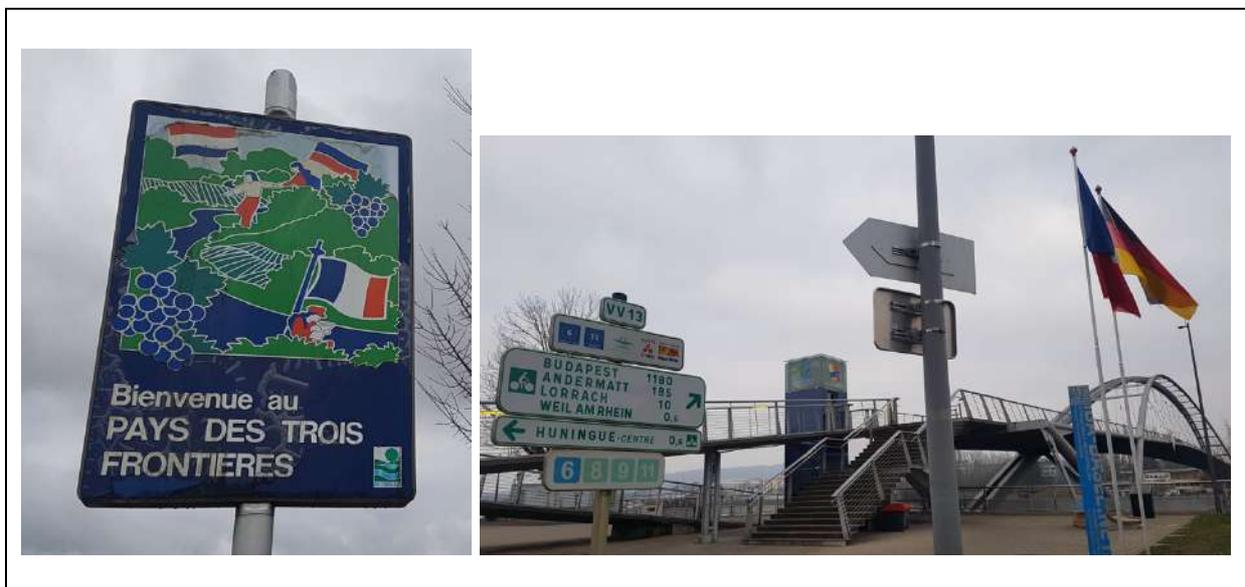


Figure 37: Images from the two edges of the France/Germany borderline
Source: Photograph taken by the author (January 2019)

The following maps indicate the localisation of these borderlands and situates them within the sub-continent and within the region. As in the case of the Brazil-Uruguay

borderlands, the aim of these maps is not to delineate precisely the limits of the borderlands, but to provide contextualisation and visualisation.

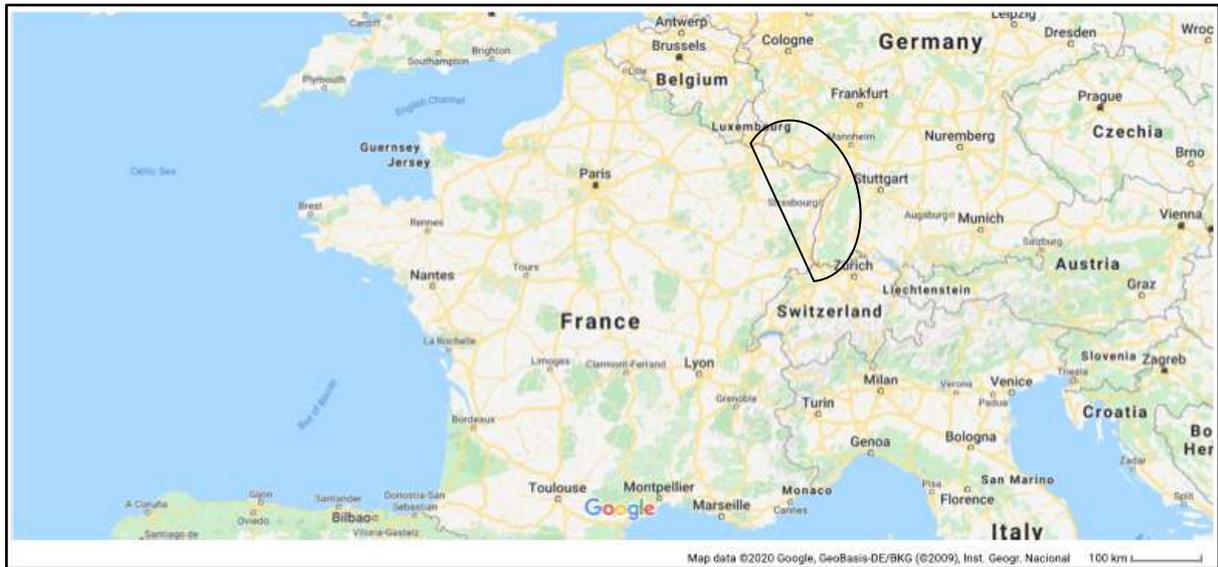


Figure 38: Location of the France-Germany borderlands within the sub-continent
Source: Google Maps



Figure 39: Location of the France-Germany borderlands within the region
Source: Google Maps

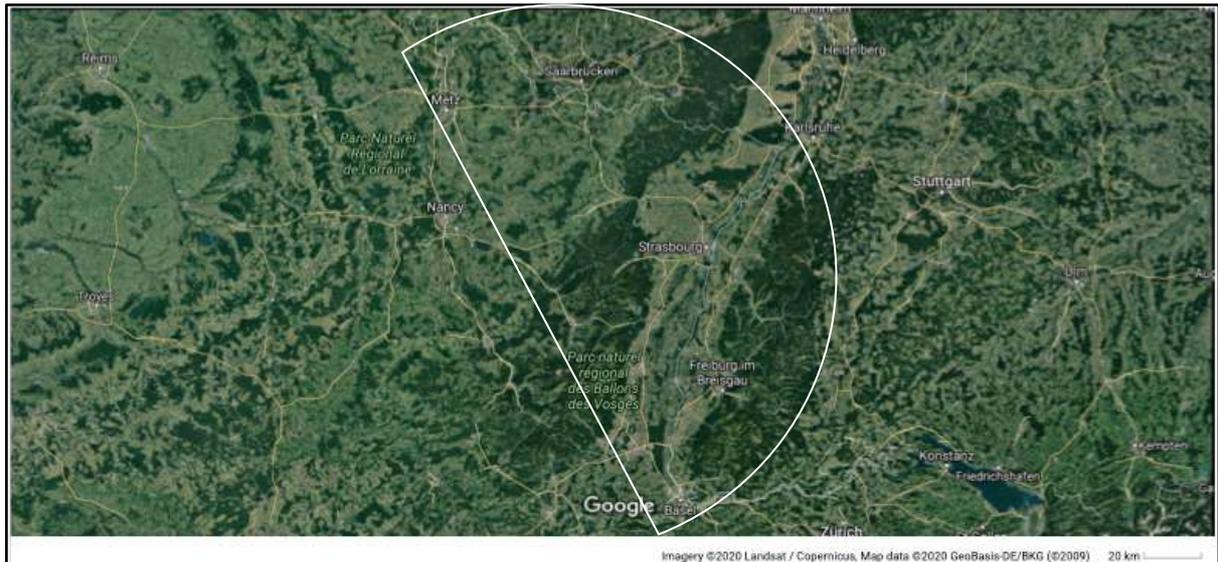


Figure 40: Satellite view of the France-Germany borderlands within the region
 Source: Google Maps

In terms of administrative units, this border region includes: the German *Land* of Saarland, Rhineland-Palatinate and Baden-Württemberg; as well as the French *départements* of Moselle, Bas-Rhin and Haut-Rhin, which since 2016 are joined up within the extended administrative region of Grand-Est⁶⁵.

Topographically, the upper part of the border is characterised by plateaus and hilly forests to the west, which get higher towards the east due to the presence of the northern part of the Vosges Mountains. The lower part of the border follows the course of the Rhine, which along with the tectonic collapse of the zone situated between the Vosges Mountains and the Black Forest, contributed to the formation of a vast area of lowlands.

⁶⁵ Prior to the French regional reform which took place in 2016, Moselle was part of the Lorraine region whilst Bas-Rhin and Haut-Rhin were part of the Alsace region.

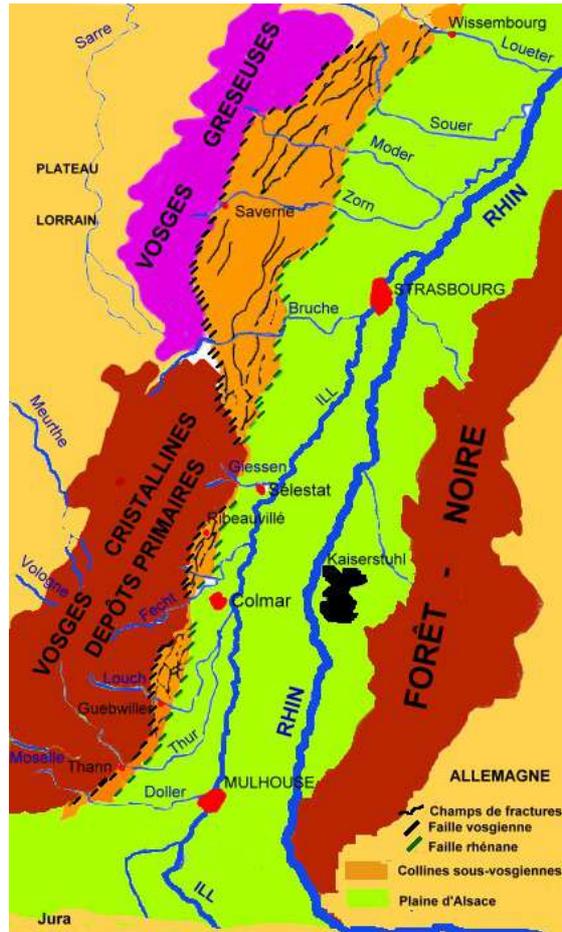


Figure 41: Geological map of the Vosges-Alsace region
 Source: Map elaborated by Michel Crivellaro

As pointed out previously⁶⁶, whilst the German Nation-State was constructed according to the ‘cultural model’ in which the nation is seen as shaping the territory, France is based on the ‘State model’ in which the territory is seen as shaping the nation (SCIENCES PO, 2014). Whilst Germany developed as a federation, France was constructed as a centralised country with a strong State. In France, the notion of ‘natural borders’ was promoted as a basis for the establishment and protection of the national territory using waterways and topographical features (FOUCHER, 2009). In the northern and northeastern parts of the territory where the topography did not offer the same characteristics, a series of fortresses were built by engineer and architect Vauban between 1665 and 1707. The part of French borders which proportionately received the largest number of constructions is that which extends from the North Sea to the triple border between France, Germany and Switzerland as it is situated today.

⁶⁶ See section 1.3.1.1.

3.2 Historical contextualisation

As highlighted previously, political borders are the result of historical processes and thus, their study needs to include the acknowledgement of the profoundly historically contingent nature of border and borderland phenomena and processes (GRIMSON, 2000).

Furthermore, though the focus of our study is on borderlands themselves, as highlighted previously, they constitute spaces which are inherently influenced by fluxes and processes from multiple levels: local, regional, national and international. Thus, contextualising borderlands also implies connecting the history of the region with national and international histories.

3.2.1 Brazil-Uruguay borderlands

*Yo no sé de donde soy
Mi casa está en la frontera
Y las fronteras se mueven como las banderas
Mi patria es un rinconcito
El canto de una cigarra
Los dos primeros acordes que yo supe en la guitarra
[...]
Soy hijo de un desterrado y de una flor de la tierra y de chico me enseñaron
Las pocas cosas que sé del amor y de la guerra.*

Jorge Drexler. Frontera (extracts). 1999.

The current shape of the border dates back to 1828 when Uruguay obtained independence based on an agreement between Brazil and Argentina, with mediation by George Canning, then British Foreign Secretary. This was the end of a history of shifts in the territorial and political affiliation of a region which has historically played the role of a buffer zone between the regional powers represented by the Spanish and Portuguese colonial powers, and subsequently by the independent States of Brazil and Argentina, also influenced by international aspirations for control of the La Plata River basin. The historical events and patterns which affected this buffer zone will be presented hereafter, not with the intention of providing a full historical analysis of the region but in general terms in order to provide context for this study.

It is important to note that, though recounting the history of the region implies giving an account of political and diplomatic processes and events which affected it, this does not

imply that the history of the region is limited to the latter or that they capture the entirety of the processes which affected it. But this specific history does capture the existence and evolution of projects to occupy land and mobilise its population in support for this, projects which therefore affect the history of the borderlands and borderlanders. However, as highlighted previously, one cannot make essentializing claims based on national status. Furthermore, the categorical nature of such claims is even weaker regarding inhabitants of a zone in which, because of regular changes in the boundary line and therefore in national status, allegiance can be seen as very volatile:

Not only did jurisdictions change, imposing a scenario where illegality depended less on individuals' decision to break the law and more on the circumstantial reach and location thereof, but people were likewise left with a weak idea of who was in power, which ultimately paved the way to an ongoing condition in which the local has, throughout the centuries, held primacy over the national (SIMI, 2018, p. 55)

In this context, it is worth highlighting the fact that, in the South America continent, the relation of antecedence between borders and nation is different to that which prevailed in Europe: the tracing of borders preceded the construction of a political and social project within the delimited space. The construction of nations was based on processes of appropriation of spaces which had been delimited as constituting States (AMILHAT SZARY, 2010).

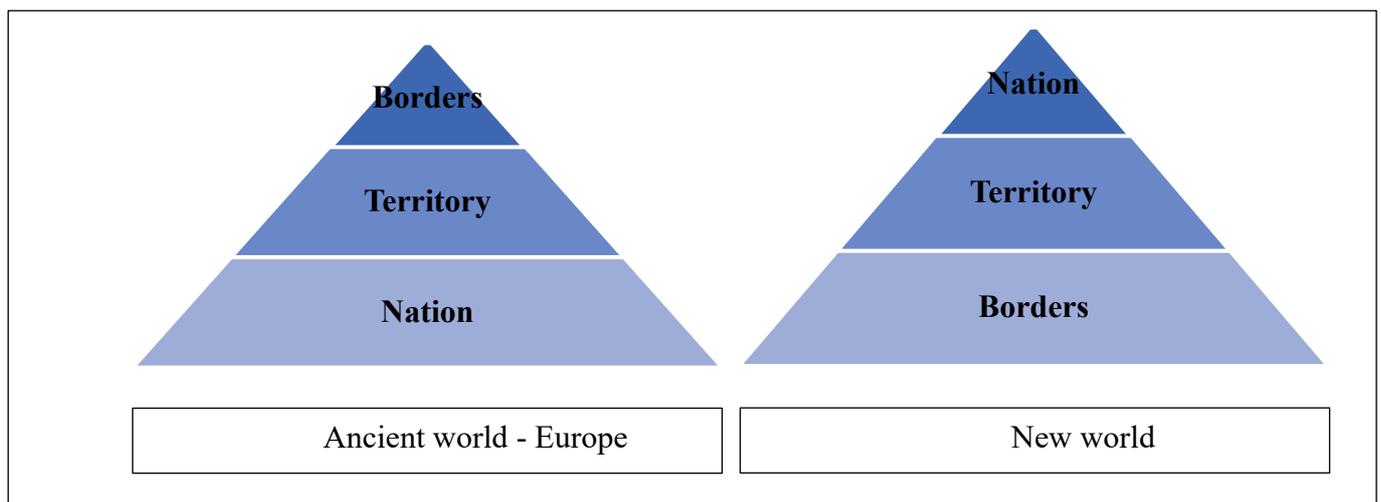


Figure 42: Chronological relation between borders, territory and nation
 Source: Reproduced and translated from AMILHAT SZARY, 2010

Furthermore, as shown in the following figure, the delimitation of borders in colonised South America did not come with clarity regarding the exact location of those borders, as was the case with the delimitation of the border between the Spanish and Portuguese empires in the

San Ildefonso Treaty of 1777. Limits as seen by Spain are represented in red whilst the limits as seen by Portugal are represented in grey.

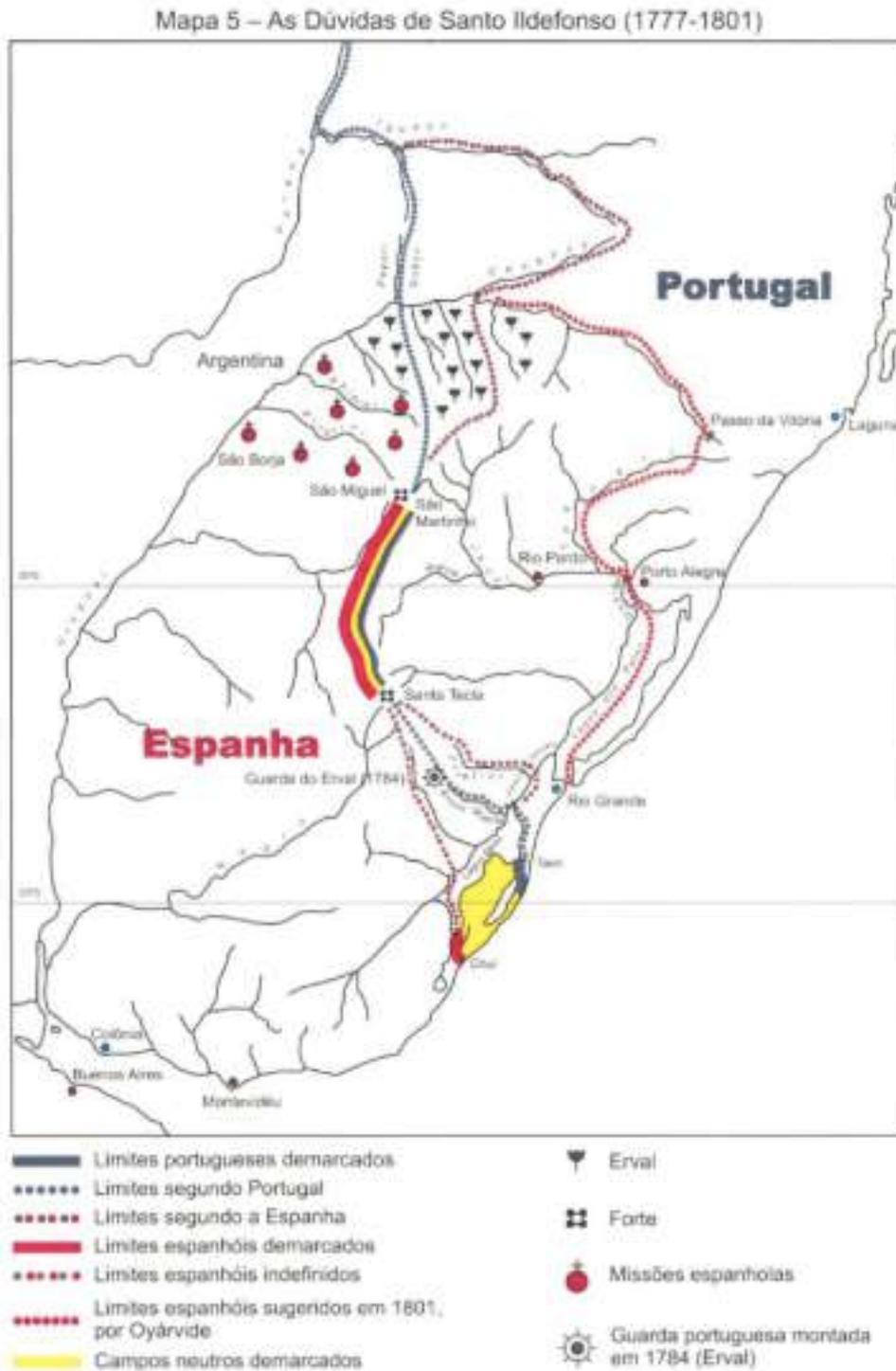


Figure 43: Map showing the different interpretations of the location of the border by the Spanish and Portuguese empires following the Santo Ildefonso Treaty (1777)

Source: GARCIA, 2011

The *uti possidetis de facto* principle, often shortened to *uti possidetis*⁶⁷, has a significant relevance in the history of South American borders. It can be translated into English as “as you possess, so you may possess” and is the legal basis for considering the current occupier of the land its legitimate owner in the event of a dispute. It can be opposed to *uti possidetis juris*: principle according to which it is the ownership titles which designate the legitimate owner of the land. Though *uti possidetis de facto* had been used before in an occasional and sometimes criticised way in colonial times, it came to be adopted as a norm in Brazilian diplomacy in 1849 and was the baseline for Brazilian border politics until the actions of the Baron of Rio Branco⁶⁸ (GOES FILHO, 2000; 2013). The Viscount of Rio Branco⁶⁹ presented the application of this norm as follows, in a 1857 memorandum to the Argentine government:

H. M. the emperor of Brazil’s Government, recognising the lack of written law for the delimitation of its edges in relation to neighbouring States, has adopted and suggested the only reasonable and equitable bases that can be called upon: the *uti possidetis* where it exists and the provisions of the 1777 Treaty, where they conform to or do not go against current possessions of either of the contracting parties. These principles possess the assent of reason and justice and are well established in universal public law. If they were rejected, the only regulating element would be convenience and strength of each nation.” (apud GOES FILHO, 2013, *our translation*⁷⁰)

Following the May Revolution which led to Argentine independence in 1810, it aimed, through the creation of the United Provinces of the Rio de la Plata⁷¹ to unite all the territories which had previously made up the Viceroyalty of the Río de la Plata dependencies. In most of the territory which makes up present day Uruguay, the Spanish were still strong, but there existed a movement of insurgency centred around José Artigas, which the United Provinces gave support to (GOES FILHO, 2000; 2013).

In 1811, Luso-Brazilian troops descended upon Uruguay. They were motivated by their preoccupations about the movement and its link to the United Provinces, as well as regarding

⁶⁷ Which originates from the phrase *uti possidetis, ita possideatis* used by Roman judges in cases of private ownership.

⁶⁸ José Maria da Silva Paranhos Jr, the “Barão do Rio Branco”. Brazilian diplomat, politician and professor, largely responsible for the resolution of Brazil’s border disputes and definition of these borders in their current form, through his actions as Minister of Foreign Affairs from 1902 to 1912.

⁶⁹ The Viscount of Rio Branco (1819-1880), also a diplomat, was the Baron of Rio Branco’s father.

⁷⁰ “O Governo de S. M. o imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação de suas raías com os Estados vizinhos, tem adotado e proposto as únicas bases razoáveis equitativas que podem ser invocadas: o *uti possidetis* onde esse existe e as estipulações do Tratado de 1777, onde elas se conformam ou não vão de encontro às possessões atuais de uma e outra parte contratante. Estes princípios têm por si o assenso da razão e da justiça e estão consagrados no direito público universal. Rejeitado eles, o único elemento regulador seria a conveniência e a força de cada nação.”

⁷¹ Províncias Unidas del Río de la Plata.

Artigas' aim to recover the Missions⁷² which were situated in strategic territory and were linked to an aim for systematic territorial occupation.



Figure 44: Jesuit Missions of the Guaranies: Situation of the site in South America

Source: UNESCO. World Heritage Convention. 2014. Available from:

<https://whc.unesco.org/en/list/275/multiple=1&unique_number=326> Accessed 20 December 2019

In 1816, with the Spanish having already left Uruguay, the Portuguese general Carlos Frederico Lecor, descended further and took Montevideo on the 20th of January, 1817. In the countryside, confrontation between supporters of Artigas and Luso-Brazilian troops lasted until

⁷² Territory currently situated in the borderlands between Brazil and Argentina, displaying Jesuit Mission settlements which were built in the 17th and 18th centuries on lands which had previously been occupied by Guarani indigenous communities. Beyond the fact that their establishment stemmed from evangelisation campaigns, they also fell within the aim of systematic territorial occupation of the area.

Source: UNESCO. *Jesuit Missions of the Guaranis*. Available from:

<https://whc.unesco.org/en/list/275/multiple=1&unique_number=326>. Accessed 20 December 2019

1820, when the former were defeated during the battle of Tacuarembó. Based on this defeat, the Banda Oriental⁷³ was integrated to the Portuguese Empire on the 18th of July 1821 under the name of Cisplatine Province⁷⁴ (GOES FILHO, 2000; 2013). In 1822, the Cisplatine Province was integrated to the Brazilian independence process, along with the other provinces.

In 1825, following the takeover of territory by troops led by Juan Antonio Lavaleja, previously Artigas' collaborator, as well as the vote to incorporate Montevideo to the United Provinces, the Brazilian Empire declared war. This war lasted until 1827 when both countries, which were economically weakened and dealing with domestic issues, decided to put an end to it. On the 27th of August 1828, Brazil and Argentina signed a peace treaty which both put an end to the conflict and recognised the independent State of the Oriental Republic of Uruguay⁷⁵.

Following this political and territorial independence in Uruguay, the history of alternating Brazilian and Argentine influence and shifts in de jure national status expressed itself in the form of a strong internal division centred around two political parties: the conservative "whites"⁷⁶, generally inclined towards Argentina and clustered around Lavaleja; and the liberal "reds"⁷⁷, generally inclined towards Brazil and clustered around Fructuoso Rivera, ex-member of Artigas' troops and first Uruguayan president (GOES FILHO, 2000; 2013).

Despite the prevailing opinion, within Brazilian authorities, that a neutral positioning in relation to conflicts in the La Plata region was the best strategy, this was rendered difficult by the existing links between Rio Grande do Sul and Uruguay (GOES FILHO, 2000; 2013). Opinions vary as to whether the Farroupilha Revolution (1835-1844) corresponded or not to an actual desire for independence or for integration within Uruguay. However, historians agree on the fact that this revolution demonstrated at the very least a rejection of the power emanating from Rio de Janeiro and an orientation towards the La Plata region rather than towards the north.

⁷³ Banda Oriental del Uruguay, in Spanish.

⁷⁴ Provincia Cisplatina, in Spanish.

⁷⁵ República Oriental del Uruguay, in Spanish.

⁷⁶ Los blancos, in Spanish.

⁷⁷ Los colorados, in Spanish.

In 1851, the Treaty of Limits⁷⁸ was signed between Uruguay and Brazil, fixing the limits between the two countries based on elements of the establishment of the Cisplatine province in 1821 and on the *uti possidetis* principle. Thereafter, the Mirim Lagoon came to be of exclusive Brazilian use rather than shared between the two countries.

Through a treaty presented in 1909 by the Baron of Rio Branco, these limits were modified to allow for Uruguayan access to the Mirim Lagoon and to the Jaguarão/Yaguarón River through a shift of the border to the middle of those water courses. This was the last significant change in the history of the border between Brazil and Uruguay. In honour of this voluntary territorial concession from Brazil, the Uruguayan government renamed the town of Artigas, situated along the river and across from the Brazilian city of Jaguarão. It is now called Río Branco in honour of the Baron of Rio Branco.



Figure 45: Street sign in Jaguarão, Brazil, twin city situated across the Jaguarão river from Río Branco, Uruguay

Source: Photograph taken by the author (July 2018)

The following figure brings an overview of the main events and treaties which had an effect on the region, as well of the main shifts in political and territorial affiliation which stemmed from them.

⁷⁸ Tratado de Limites in Portuguese; Tratado de Límites in Spanish.

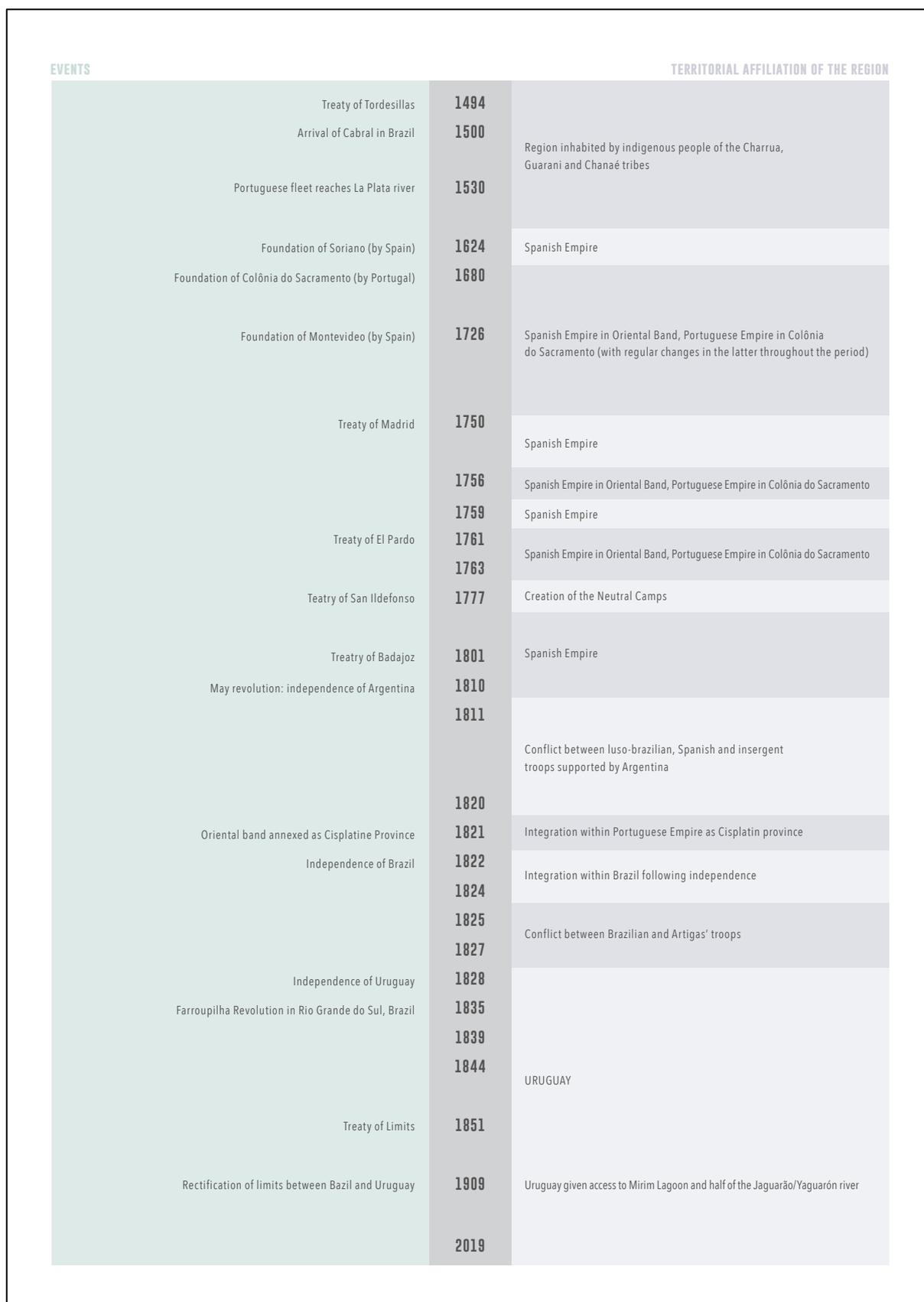


Figure 46: Timeline of the political and territorial affiliation of the region

Source: Created by the author based on GOES FILHO, 2000; 2013; CERVO; RAPOPORT, 1998; OLIVEIRA, 2010; GARCIA, 2011

The delimitation of a borderline whose stability was thereafter maintained for more than a century clarified the political dominion over a long-disputed territory. However, this is not to say that its interstitial nature disappeared. As highlighted by Palermo (2019, p. 23, *our translation*⁷⁹), until the beginning of the 19th Century “the territories of the North Band⁸⁰ practically represented a territorial, economic and social extension of Rio Grande do Sul”.

Beyond its political effects, this history of shifts in the location of the border and in national status also had profound effects on demographic, social and behavioural processes in the region. The latter, as they confer to it the interstitial nature (MANN, 1986) of a transition zone, give to the region the characteristics of borderlands. In 1876, José Pedro Varela wrote:

[...] in our civil struggles, we have seen the Eastern parties requiring the assistance of Brazilian leaders in order to set in motion strong divisions in the North of the Republic, actually not composed of Orientals but of Brazilians who, when they were born in our territory, still maintained the language, the habits and the love of their parents' homeland, which is also theirs despite not being born in it because in order to maintain the nationality, they were taken to the Brazilian parishes at the border to be baptised (VARELA, 1910, p. 109 apud PALERMO, 2019, p. 23, *our translation*⁸¹)

More specifically, Clemente (2010) identifies a number of reasons which led to the regionalisation of politics in that area. Firstly, it was characterised by a lack of presence of the State on both sides of the border as well as total lack of municipal institutions in the case of oriental territories, which was not the case in Rio Grande during imperial rule. Furthermore, local political and rebel leaders created networks for civil war and access to power. This regionalisation of politics had a direct influence on the development of the borderlands in their political aspects, notably through the regionalisation of conflicts which included the involvement of actors from the neighbouring country.

⁷⁹ "Los territorios de la Banda Norte, representaban prácticamente una extensión territorial, económica y social de Rio Grande do Sul"

⁸⁰ As defined by Palermo (2001): Transition zone composed of the northern region of Uruguay, which constitutes a border region between Rio Grande do Sul, Brazil, and the coastal provinces of Argentina, mainly Entre Ríos.

⁸¹ “[...] en nuestra luchas civiles hayamos visto a los partidos orientales necesitando del con- curso de jefes brasileños para poner en movimiento a fuertes divisiones del Norte de la República, compuesta en realidad, no de orientales, sino de brasileños, que aún, cuan- do hayan nacido en nuestro territorio, conservan el idioma, las costumbres y el amor a la patria de sus padres, que es la suya también, aunque no hayan nacido en ella, ya que para conservarles la nacionalidad, han ido a bautizarlos en las parroquias brasileñas de la frontera.”

3.2.2 France-Germany borderlands

The current shape of this border dates back to 1945, when at the end of the Second World War, France recovered the regions of Alsace and Moselle which had been annexed to Germany in 1940 with the Franco-German armistice. This was the end of a history of shifts in the territorial and political affiliation of a region which has historically played the role of a buffer zone between France and Germany. The main historical events which affected the location of the border and the affiliation of the borderlands will be presented hereafter, not with the intention of providing a full historical analysis of the region but in general terms in order to provide context. As it is not considered relevant to draw the full history of the border region in the scope of this thesis, this contextualisation will start from the 18th of January 1871 with the creation of the German Empire, since which the border has changed positions four times. Additionally, the following table gives a brief overview of the alternating political and territorial affiliation of the region which goes back further in time, in order to give context to the subsequent territorial disputes.

Timeframe	Duration (approximate)	Political affiliation	State framework
1 st century BC – 5 th century AD	550 years	Roman (Celtic and Germanic)	Roman framework
5 th century – 10 th century AD	500 years	Germanic	Merovingians Carolingians
10 th century – 17 th century AD	700 years	Germanic	Holy Roman Germanic Empire
17 th century AD – 1870	200 years	French	France (monarchy; republic)
1870 - 1918	48 years	German	2 nd German Empire
1918 - 1940	22 years	French	France (republic)
1940 - 1945	4.5 years	German	Germany: Third Reich
1945 -	75 years to present	French	France (republic)

Table 10: Timeline of the political and territorial affiliations of the region

Source: Adapted and translated from HUCK; BOTHOREL-WITZ; GEIGER-JAILLET, 2007

With the signature of the Frankfurt Treaty on the 10th of May 1871 following the French defeat in the Franco-Prussian War, the following areas became part of Germany: the entire Lower Rhine, most of Upper Rhine (except for the area situated around Belfort, totalling less

than 20%) as well as 75% of the Moselle territory⁸². These territories had previously belonged to the Holy Roman Germanic Empire and had changed geopolitical spheres for the first time in the 17th century following the Thirty Years' War, when they had been progressively integrated to France.

France recovered the territories following the First World War, in practice in 1918 and officially in 1920 with the Versailles Treaty. The borderline went back to its previous position, and from the 1930s was accompanied by two defensive lines made up of fortifications and obstacles aiming to secure the border: the Maginot line on the French side and the Siegfried line on the German side.

With the French capitulation in the Second World War, the territories of Alsace and Moselle were integrated to the German administration. Though this change was not included in the armistice signed on the 22nd of June 1940, the transfer happened in practice and the territory remained under German authority until the liberation of the region in 1945 by allied troops. Differently from French territories which were occupied by Nazi Germany, Alsace and Moselle were incorporated within German political and institutional structures as well as submitted to German legislation.

The position of the border as well as the political and territorial affiliation of the region have remained unchanged since 1945, except for minor changes in the delineation of the borderline which were made through an amicable settlement in 1983 in the Warndt Forest.

The now German border Land of Saarland was also affected by various geopolitical changes as well as French and international influence in three phases in the 19th and 20th century. Firstly, it was temporarily a French department from 1801 to 1815. Secondly, it was administered by the League of Nations from 1920 following the First World War and France was given the control of its coal mines. This lasted until 1935 when a referendum was organised and over 90% of the population voted in favour of reintegration within Germany rather than France. Finally, following the Second World War, it was included in the French occupation zone (1945-1947); then constituted as an independent State under French Protectorate (1947-1950); recognised as an independent territory and integrated within the Council of Europe

⁸² According to administrative divisions of the time.

(1950-1956); and only fully integrated as the 10th land of the Federal Republic of Germany in 1957.

3.3 Demographic, economic and cultural contextualisation

3.3.1 Brazil-Uruguay borderlands

3.3.1.1 Urbanisation of the borderlands

*Eu sou filho da fronteira
Do meu amado Rio Grande
E em qualquer parte que ande
Carrego no coração
A saudade do meu pago
Cuja imagem sempre trago
Na cuia do chimarrão*

Dario Silva. *Gaúcho Fronteirista*. 1972⁸³

As a consequence of the relation of historical proximity and interdependence in the region⁸⁴, features of borderland regionalism can be encountered from the times of the Farrroupilha Revolution, in which:

The role of borderland regionalism was decisive in the configuration of a political-regional space. The actions of the networks of political relations between Rio Grande and Uruguay intensified in the context of an institutionalisation limited to the power of the leader as the agent for the construction of allegiance and assertion of local order and to the pacts ‘between gentlemen’ (CLEMENTE, 2015, p. 76, *our translation*⁸⁵)

Specifically at the Brazil-Uruguay border, the close relations between the populations living on both sides of the border goes back to the first settlements in the region (FRIZZO et al., 2015). The first cities located in that region were created by both States in the nineteenth century along the limits of their territory precisely to consolidate it and ensure customs controls (FRANÇA, 2016). Therefore, the location of various cities along or close to the border is not random and the coexistence with the border is an essential part of life in these borderlands. Furthermore, it is important to note that in these borderlands, the border held chronological precedence over urbanisation: it is the borderline and the aim of securing it which led to the creation of towns on both sides, rather than existing urban areas which would have subsequently been divided by a borderline (DORFMAN, 2009). The current degree of urbanisation of the border region between Brazil and Uruguay is in accordance with the

⁸³ Appears in: SILVA, Dario. *Gaúcho Morre de Pé*, Versos Campeiros, 1972.

⁸⁴ As outlined in section 3.2.1.

⁸⁵ "O papel do regionalismo fronteiro foi determinante na configuração de um espaço político-regional. As ações das redes de relações políticas entre o Rio Grande e o Uruguai se intensificaram no marco de uma institucionalidade limitada ao poder do caudilho como agente da construção das lealdades e afirmação da ordem local e aos pactos ‘entre cavalheiros’".

strategic nature of this border: at 82%⁸⁶, its aggregated urbanisation indice is the highest amongst Brazilian border regions (BRASIL, 2009).

The urbanization process was concluded during the period going from 1850 to 1909 (PALERMO, 2019), producing the series of twin border towns situated at the border in the way that persists to present days. From west to east, citing the Brazilian town followed by the Uruguayan town and the current name followed by the original name in brackets, these are: Barra do Quaraí-Bella Unión (Santa Rosa del Cuareín); Quaraí-Artigas (San Eugenio); Santana do Livramento-Rivera (Villa de Ceballos); Aceguá-Aceguá; Jaguarão-Río Branco (Villa Artigas); Chuí-Chuy. Historically, these cities developed in a context of weak road networks connecting them to the rest of their country, whilst being closely connected to the neighbouring twin city (MÜLLER, 2002).

In the fieldwork conducted for this study, we focused more specifically on the twin city conurbations of Santana do Livramento-Rivera and Jaguarão-Río Branco, situated as follows:

⁸⁶ Data from 2009.

Santana do Livramento-Rivera, Jaguarão-Río Branco and other twin cities at the border between Brazil and Uruguay

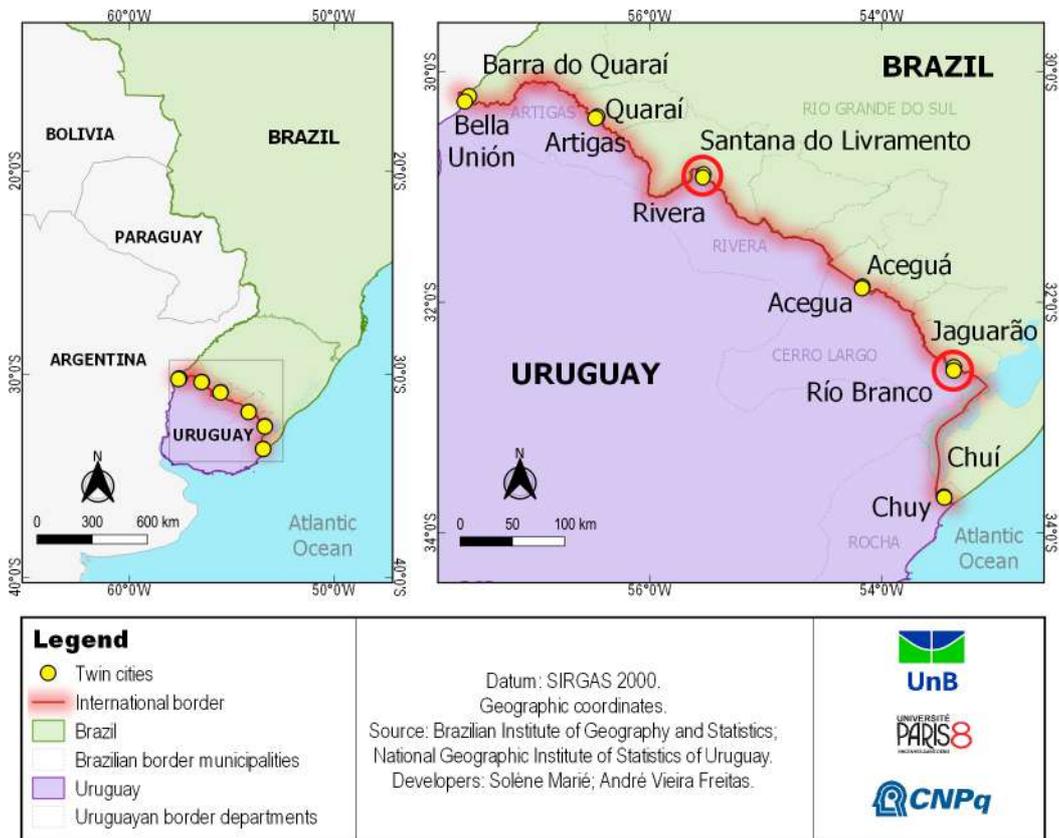


Figure 47: Santana do Livramento-Rivera, Jaguarão-Río Branco and other twin cities at the border between Brazil and Uruguay

Source: own elaboration, cartography by André Vieira Freitas

The Brazilian city of Santana do Livramento was split from the municipality of Alegrete in 1857, gaining the status of village. The urbanisation process in the neighbouring Uruguayan city of Rivera was launched in the second half of the 19th century by the central Uruguayan government and the city was founded in 1862. It was built for strategic reasons linked to the control of national territory and borders, against Brazilian expansion in the north of Uruguay (ASEFF, 2006). Nowadays, the city is the capital of the Uruguayan department of the same name and hosts 78,900 inhabitants⁸⁷.

⁸⁷ Data from the 2011 census, most recent data available. Source: Instituto Nacional de Estadística (INE), Uruguay. Available from: < <http://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-2011> >. Accessed 18.03.2020

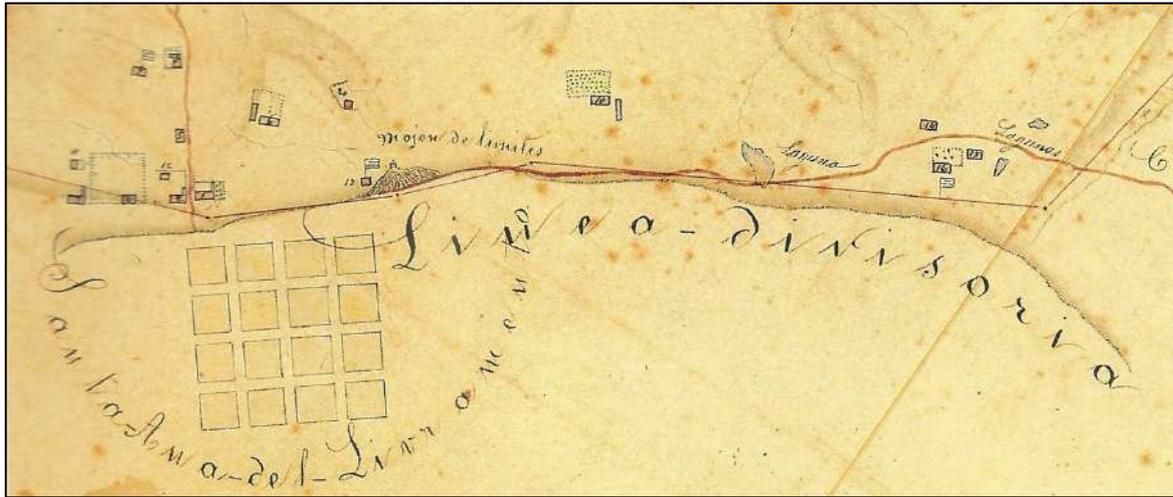


Figure 48: Urbanisation of Villa Ceballos (now Rivera) in 1865. Map by José Pompilio Lupi.
 Source: Ministerio de Transporte y Obras Publicas - Dirección de Topografía.

The junction of the two cities, referred to by some as “Riveramento”, composes nowadays a single urban complex crossed by a dry international border which is dissimulated amongst a mixture of streets and squares. Circulation is free within the conurbation and the structure of the streets is similar and thus complementary (PALERMO, 2018).



Figure 49: Urban map of Santana do Livramento-Rivera
 Source: Acervo Andreia Quadrelli

A number of border marks such as the one displayed on Figure 50 are scattered throughout the conurbation but they are not very perceptible due to their location in the outskirts of the cities or their incorporation in the landscape. Furthermore, these pyramidal stone structures do not explicitly mention the border or the two neighbouring nations: nothing is inscribed on them.



Figure 50: Brazil/Uruguay border mark in the conurbation of Santana do Livramento (Brazil) and Rivera (Uruguay)⁸⁸

Source: Photograph taken by the author. July 2018.

The Barón of Mauá International Bridge⁸⁹, which connects Jaguarão (Brazil) to Río Branco (Uruguay) was built between 1927 and 1930 with Uruguayan funds based on a war debt of the latter towards Brazil and following a treaty signed between the two countries in June 1918. Prior to the construction of the bridge, daily exchanges of goods and people between the two border cities and regions had been performed by boat across the Jaguarão River since the 19th century (FRIZZO; RIBEIRO; DE ÁVILA; 2015). Nowadays, the bridge plays a physical role of making the passage between the two cities much more fluid and easy, but its role goes further:

the Mauá International Bridge becomes the way through which everything happens, as the element which provides a passage to the borderlander. But well beyond this, it is the symbol of this border, the characterisation in concrete of the end of disputes and the union of cultures, no longer constituting a particular and indivisible culture

⁸⁸ “Marco divisa Brasil/Uruguai” in Portuguese

⁸⁹ Ponte Internacional Barão de Mauá, in Portuguese. Puente Internacional Barón de Mauá, in Spanish.

but a mixed culture, from the borderlands. (FRIZZO; RIBEIRO; ÁVILA; 2015, p. 282, *our translation*⁹⁰)

Nowadays, the city of Jaguarão possesses a population of 28,393 inhabitants⁹¹ and Río Branco of 14,600⁹².



Figure 51: Bar on of Mau  International bridge between the cities of Jaguarão and Río Branco
Source: Photograph taken by the author. July 2018.

As a region mainly driven towards the activity of cattle breeding, the borderlands also constituted transit areas, both in terms of gathering supplies and as pathways used for transhumance. The coexistence of border towns' role as pathways with their role as military posts demonstrates the tension between a search for and a control of contact between both sides of the border (DORFMAN, 2009).

⁹⁰ “a Ponte Internacional Mauá acaba por se tornar o meio por onde tudo se realiza, sendo o elemento que fornece a passagem do fronteiro , mas para muito além disso,   o símbolo dessa fronteira, a caracteriza o em concreto do fim de disputas e união de culturas, já não constituindo mais uma cultura única e indivisível, mas uma cultura mesclada, fronteira.”

⁹¹ Data from 2014 (DA SILVA; CALDEIRÃO, 2018).

⁹² Data from INE, 2011.

3.3.1.2 Economic activity and networks in the borderlands

Beyond the historical relation with the border and the inhabitants of the neighbouring cities and region, the interaction between borderlanders always was and is still based on economic exchange. Borderlanders seek in the neighbouring territory that which is inaccessible in their own, creating a structure of mutual dependence in the exchanges of goods which mirrors itself in a structure of cultural exchange (FRIZZO et al., 2015). Furthermore, the military posts which marked the history of the border region for reasons linked to territorial control also served an economic purpose: that of controlling the entrance of smuggled goods onto the territory, activity which was characteristic of the border for a large part of its history (CLEMENTE, 2010). Thus, life in these borderlands brought with it, for structural reasons, the establishment of economic exchanges.

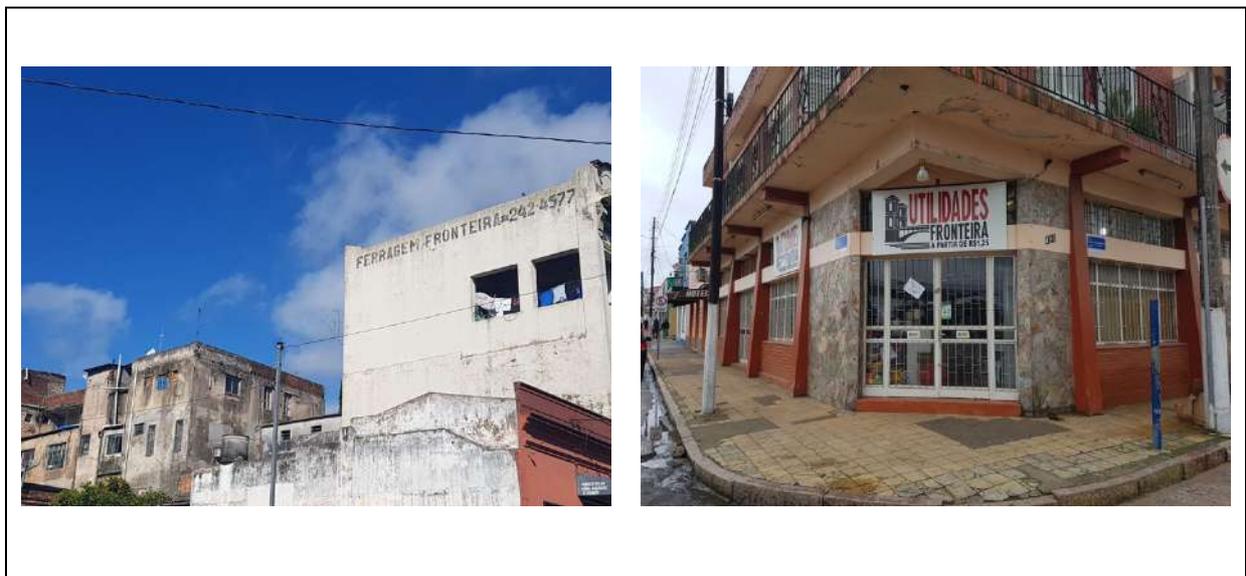


Figure 52: Marks of the border in the landscape of shops

Source: Photographs taken by the author in Santana do Livramento (left) and Jaguarão (right). July 2018

Beyond the structural reasons highlighted above, economic activity was also led to cross the border for a number of other reasons. Firstly, smuggling as an everyday life practice is a historical feature of the region which persists to present days, representing in the region an exercise of economic rationality based on price variations in the two neighbouring countries (PALERMO, 2019; DORFMAN, 2009). Furthermore, for geographical reasons⁹³, historical

⁹³ As detailed in section 3.1.1.

reasons⁹⁴ and due to movements of populations and investments, interdependence developed in the region and resulted in cross-border production, sales and capital networks (CLEMENTE, 2010).

Economic growth in the decade of 1810 and the subsequent conflict which led to the incorporation of Oriental territory within the Portuguese Empire and thereafter within Brazil following its independence led to the deepening of these networks, mainly around the production of salted meat.

In Brazil, the first *saladero*⁹⁵ was founded in 1737 in Pelotas, in Rio Grande do Sul, north of the border region. Progressive growth of the sector based on the use of salted meat to feed enslaved populations culminated towards the consolidation of the sector and what came to be known as the *saladero cycle*⁹⁶ from the beginning of the 20th century. From 1884, *saladeros* were also created in the border region, some of them by Uruguayans. According to Jacob (2005 apud DORFMAN, 2009), the location of these Uruguayan *saladeros* is closely linked to the presence of the border as constructing them in Brazilian territory enabled Uruguayans to get around tariffs and other trade barriers imposed by the Brazilian government. Their decline, alongside reasons linked to changes in eating habits; to the competition arising from refrigeration starting in the 1910s; and to the abolition of slavery which eliminated the main producers and consumers of salted meat⁹⁷, was also linked to protectionist laws issued under Getúlio Vargas' leadership. These aimed to restrict the transit of Brazilian product through Uruguayan territory, to strengthen the links of the borderlands with the rest of Southern Brazil and coastal area and to restrict the employment of foreigners. One of the effects of these policies was to increase the pursuit for dual Uruguayan-Brazilian citizenship⁹⁸ (DORFMAN, 2009).

In the period going from 1870 to 1930, interdependence increased throughout the borderlands as a whole with the creation of deeper relations between economic actors (CLEMENTE, 2010). With the development of these joint companies and networks in the

⁹⁴ As detailed in section 3.2.1.

⁹⁵ Industry that produces salted meat.

⁹⁶ “Ciclo das charqueadas” in Portuguese.

⁹⁷ In both cases, black enslaved populations who were an essential part of the crime-perpetuating Brazilian socio-economic system at the time.

⁹⁸ Nowadays referred to as being “doble-chapa”.

borderlands, a new type of businessperson came into existence: the “borderlander”⁹⁹, as designated by Jacob (2004).

The period also saw Uruguayan companies creating Brazilian branches in Rio Grande do Sul¹⁰⁰ and making direct investments in the neighbouring territory. These activities were developed in sectors such as banking, telecommunications and the production of optical and medical equipment. They benefitted from the existence of a local workforce enabled by the free circulation of workers (JACOB, 2004).

Following a phase dominated by activities linked to agriculture, cattle breeding and the production of salted meat as highlighted previously, the subsequent one based on services and industrial goods was curbed by protectionist policies implemented in Brazil in the 1930s.

Also, the construction of railway lines in the South of Brazil which connected better Rio Grande do Sul’s economy with the Brazilian economic pole of São Paulo reverted the historical position of Montevideo as the most accessible port for Rio Grande do Sul’s production, via railways which were in existence previously. The latter came to subsequently travel via the port of Rio Grande in Brazil (CLEMENTE, 2010).

A reversal of financial and economic flows was then noted, with the buying of land by Brazilians in the northern part of Uruguay from 1950. Subsequently, Brazilian investments were made from the years 2000 in banking as well as beer and rice industries, areas in which Uruguayan businesses had invested in Brazil in the previous century (CLEMENTE, 2010).

⁹⁹ Original term in Spanish: el hombre de frontera.

¹⁰⁰ As well as in other states such as Mato Grosso and Amazonas.

3.3.1.3 People of the borderlands: the demographics

The newspaper stories were like dreams to us, bad dreams dreamt by others. [...] We were the people who were not in the papers. We lived in the blank white spaces at the edge of the print. It gave us more freedom. We lived in the gap between the stories.

Margaret Atwood. *The Handmaid's Tale*. 1985.

As exposed in section 3.2.1, the demographics of the borderlands were influenced by the fact that they played the role of a “zone of friction and conflict between American reigns of Spain and Portugal” (HEREDIA, 1991, p. 121, *our translation*¹⁰¹).

For example, whilst the town of Rivera was created as a barrier to Brazilian expansionism, its first censuses conducted in 1867 and 1895 show that within its inhabitants, the number of Brazilians surpassed the number of Uruguayans (DORFMAN, 2009).

At the end of the 19th century, as a result of what Artigas identified as an expansionist project from the Portuguese in the northern band of Uruguay (PALERMO, 2001), measures were taken in order to “orientalise” the region. One of the measures consisted in encouraging European immigration in order to reduce the proportion of Brazilian descendants in the population (DORFMAN, 2009).

Beyond the influence of this friction between two powers and of European immigration, other factors which influence the composition of the local population is the presence of indigenous populations and of Afro-descendants. The former, under the names of Charrua, Guaraní and Chanaé, were the first populations in the region and through the history of the Jesuit missions¹⁰², their history was intimately linked to that of the territory between present day Brazil, Argentina, Paraguay as well as neighbouring Uruguay. Indigenous populations were also involved in a number of conflicts in the region which affected their communities and contributed in large part to their decimation. The presence of afro-descendent populations in the region is linked to the industry of salted meat which was the main activity in the region at the beginning of the 20th century and was based on intense slave labour. The differentiated abolition of slavery in the two countries (in 1842 in Uruguay and in 1888 in Brazil) led to

¹⁰¹ “haver sido zona de fricção e de conflito entre domínios americanos da Espanha e do Portugal”.

¹⁰² For more detail, see section 3.2.1.

movements of black enslaved populations between the two countries, searching for recognition of citizenship. The 2007 Uruguayan census shows that in the departments of Artigas, Rivera and Cerro Largo, 25% of the population identifies as afro-descendent (INE, 2007 apud PALERMO, 2019).

This mosaic of populations has constituted today's borderlands which, despite the fact that they are situated in remote, peripheral areas and are composed of rural zones with small urban groupings, can be seen as constituting cosmopolitan societies¹⁰³. According to Palermo (2018, p. 132, *our translation*¹⁰⁴),

For those of us who live in these adjacent spaces, the border is 'literally worn' every day, like our clothes, we wear it to protect it, we feel it in emotional terms as an integral component of our social being.



Figure 53: Street in the border conurbation of Chuí (Brazil) - Chuy (Uruguay)

Source: Photograph taken by the author. July 2018

¹⁰³ Interview with Eduardo Palermo conducted by the author. Rivera, 18/09/2018.

¹⁰⁴ "Para quienes vivimos en estos territorios colindantes, la frontera la llevamos 'virtualmente puesta' todos los días, como nuestra ropa, nos vestimos para protegerla, la sentimos en términos afectivos como parte integral de nuestro ser social."

In these spaces, borderlanders have “constituted complementarity ties which are not devoid of antagonisms, and which were the basis for the creation of a cross-border society in its social, cultural and economic aspects” (PALERMO, 2018, p. 132, *our translation*¹⁰⁵)

¹⁰⁵ “constituido lazos de complementariedad, no exentos de antagonismos violentos, sobre los cuales se ha generado una sociedad transfronteriza en sus aspectos sociales, culturales y económicos.”

3.3.1.4 People of the borderlands: cultural and linguistic features

*Sou fronteiroço lá da costa do Uruguai
E herdei do pai do meu pai esse ofício de gaiteiro
Nasci bufando nem sei mesmo de que lado
Pois quando tou emburrado cesteio num formigueiro.*

[...]

*Soy doble chapa meio touro, meio galo
Fui parido de a cavalo entre santana e rivera
Levo na guela a voz das pátrias hermanas
Alma cruda e paisana de gaúcho da fronteira.*

Gaúcho da Fronteira¹⁰⁶. *Gaúcho Doble Chapa* (extracts).

In his work on cultural regionalisation in Uruguay, Felipe Arocena (2011) created typologies to classify the country's territory based on similarity of socio-economic structures and cultural and linguistic characteristics. Based on the analysis of 28 indicators with the aim of grouping departments via indices of socio-economic homo/heterogeneity as well as additional qualitative variables regarding identity, language, cultural influences and popular celebrations, cultural activity and tourism, he mapped out the following 7 cultural regions:

¹⁰⁶ Artistic name of Heber Artigas Armua Frós, musician from Uruguay naturalised Brazilian.

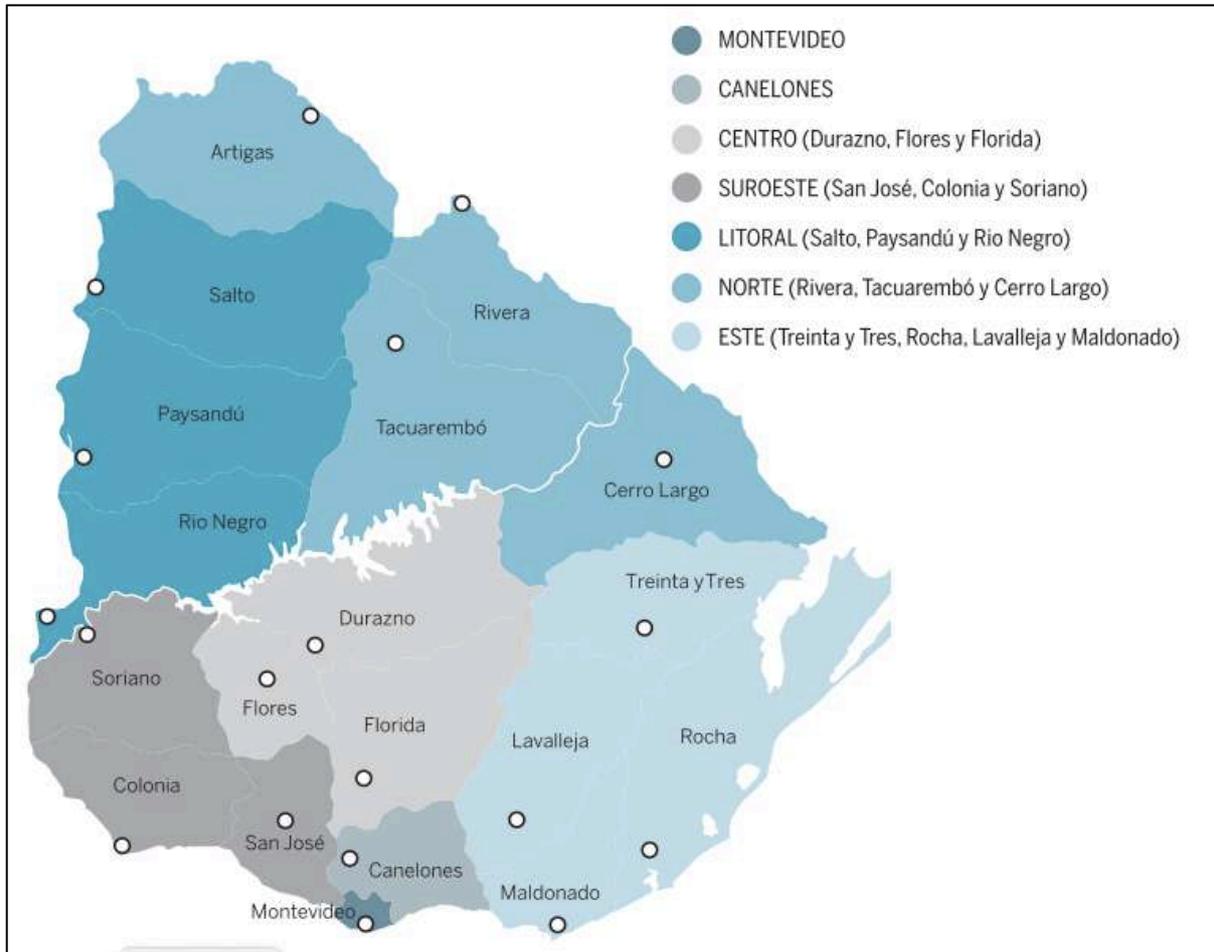


Figure 54: Proposition of cultural regionalisation of Uruguay

Source: AROCENA, 2011, p.39

Alongside Montevideo and Canelones which constitute independent cases by the sheer size of their population and thus are set aside from the rest of the country, he distinguishes five regions. The northern region groups departments which are characterised by a strong Brazilian influence both from the point of view of language and of exposition to Brazilian media, whilst the southwest region is defined by cultural influence from Buenos Aires in these same two aspects. The region named “Litoral” presents links to the Argentine states of Entre Ríos and Buenos Aires. The eastern region is characterised by the strong influence of tourism linked to its coastal location as well as by its differentiated level of development in terms of regional and cultural policies. Finally, the central region, composed of departments situated south of Río Negro, is characterised by the absence of borders and coastal areas (AROCENA, 2011). This division reinforces the statement made previously regarding the characterisation of Uruguay as a “border state” and the history of the border region as outlined in section 3.2.1: the cultural regions as defined by Arocena are strongly influenced by the characteristics of neighbouring

countries or seas, as well as by cultural influences brought about by the political and geographical history of the region.

Amongst the departments which are situated along the borderline, three (Artigas, Rivera, Cerro Largo) are part of the northern region characterised by Brazilian influence and two (Treinta y Tres, Rocha) situated on the eastern part around the Mirim Lagoon belong to the grouping of the eastern set of departments, under the influence of the coast.

One of the most visible signs of cultural differentiation in these borderlands is its expression in language. José Pedro Varela, Uruguayan intellectual, wrote in 1876 regarding the north of the country “in all this zone even the national language has already been lost, as Portuguese is the language which is most commonly spoken” (VARELA, 1910, p. 109 apud PALERMO, 2019, p. 21). Until the end of the 19th century could be encountered on Uruguayan territory areas in which the Guarani, Portuguese, Portuñol¹⁰⁷, Basque, French and Italian languages were spoken. Varela’s 1877 Education Law, designed with the aim of fostering national unity and identity based on the exclusive use of the Spanish language in schools, prohibited the use of other languages. The only languages for which registers can be found beyond the beginning of the 20th century are Portuguese and Portuñol, which continued to be used by a large proportion of the population in the borderlands. According to Palermo (2019), this is linked to the fact that both were lingua franca in the borderlands, with support from dominant social sectors.

The presence of the Portuguese language in northern Uruguay was one element of Brazilian cultural influence in the region, in the same way as it can be said that the presence of Portuñol is one visible manifestation of what is more generally the culture of the borderlands. More broadly in the borderlands, the portunhol/portuñol¹⁰⁸ language developed as a consequence of regular changes in national status throughout history¹⁰⁹, taking varying forms in the different locations where it is spoken (MÜLLER, 2002), mainly in the border twin cities.

¹⁰⁷ Linguistic phenomenon which is largely present in the Brazil-Uruguay borderlands, as discussed more in detail in the subsequent paragraph.

¹⁰⁸ Both spellings are used in academic literature. Thereafter, the spelling “portuñol” will be used as it is more frequently used in English-language literature.

¹⁰⁹ As detailed in section 3.2.1.

This linguistic phenomenon has been referred to as *Fronterizo*; *Mixtura*; *Brasilero*; *Entreverado*; *Portugués del Uruguay (PU)*; or *Portuñol Riverense*, these names being used alternatively to designate or describe the phenomenon. These names could be translated to English as follows: Borderlandian; Mix; Brazilian; Mixed up; Uruguayan Portuguese or Portuñol from Rivera. It is referred to by some academics as DPU¹¹⁰: Uruguayan Portuguese Dialects (ELIZAINCÍN; BEHARES; BARRIOS, 1987). Other linguists prefer to consider portuñol within the scope of languages rather than that of dialects in order to consider fully its historical construction and relevance (STURZA, 2019). The generic term of portuñol will be used here in order to embrace all its manifestations.

Beyond the various denominations which are used to describe the phenomenon of portuñol, a number of different uses and types of the latter can be distinguished. Sturza (2019) distinguishes four of them. Firstly, Portuñol as an interlanguage is the type of Portuñol which manifests itself in the context of the intentional learning of Spanish or Portuguese and represents the transition between beginner and proficient use of the language. Secondly, Portuñol Uruguaio refers to the type of Portuñol which is used as an ethnic, contact language spoken in the north of Uruguay as an inheritance of historical and cultural contact with luso-Brazilians: it therefore represents linguistic and cultural heritage. Thirdly, Portuñol for communicative interaction is used in the informal context of everyday relations and is characterised by its pragmatic nature and presence in contact points between two zones. It takes different forms depending on the speaker and the aim of the resulting mix is to enable efficient interaction: thus, this type of Portuñol can also be found in written documents such as advertisements or humouristic texts. Finally, Portuñol Salvaje, which could be translated as Wild or Free Portuñol, is a linguistic resource used for aesthetic and political purposes. It is mostly used in literary texts and uses an invented and variable grammar, incorporates words from the indigenous language guarani and places the language as a protagonist which is given a voice within the description of situations in the borderlands.

Beyond this classification of types of uses of Portuñol by specialists, it can be argued that the choice of denomination for the language corresponds to a discursive strategy from the speaker. For example, the use of the name “brasileiro” gives pre-eminence to the ethnic aspect

¹¹⁰ Dialectos Portugueses del Uruguay

of Brazilian presence in Uruguayan territory whilst “fronterizo” focuses on spatial aspects and “entreverado” focuses on the question of the contact between two languages (STURZA, 2019).

Given the varying uses and forms of *Portuñol* which can be encountered in the borderlands, many argue that the language should be referred to in the plural form: *portuñoles/portunhóis*¹¹¹.

This culture of the borderlands encounters an expression in literature, for example in the works of writers such as Aldyr Garcia Schlee¹¹², born in Jaguarão and main literary figure of the border. Other 20th century writers such as Cyro Martins, Simões Lopes Netto, Alcides Maya, Amaro Juvenal or Aureliano Figueiredo Pinto are representative of a literature which can generally be said to be an expression of the culture of the La Plata region (MASINA, 2002). The latter constitutes an interstitial space between national and linguistic territories linked to a social interpenetration enabled by the pampa, which creates similarities in terms of subjects and vocabulary (ROCCA, 2002) as well as a particular relation to orality and the mixing of languages (CHIPPINI, 2002).

Panitz (2015; 2016) argues that there exists a shared cultural space in the La Plata region, involving Argentina, Uruguay and Brazil and which expresses itself through musical networks. The latter can be identified between the cities of Buenos Aires, Montevideo, Pelotas and Porto Alegre as follows:

¹¹¹ Interview with Eduardo Palermo conducted by the author. Rivera, 18/09/2019.

¹¹² Author of, amongst others: *Uma Terra Só*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1984; *Linha Divisória*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1988.

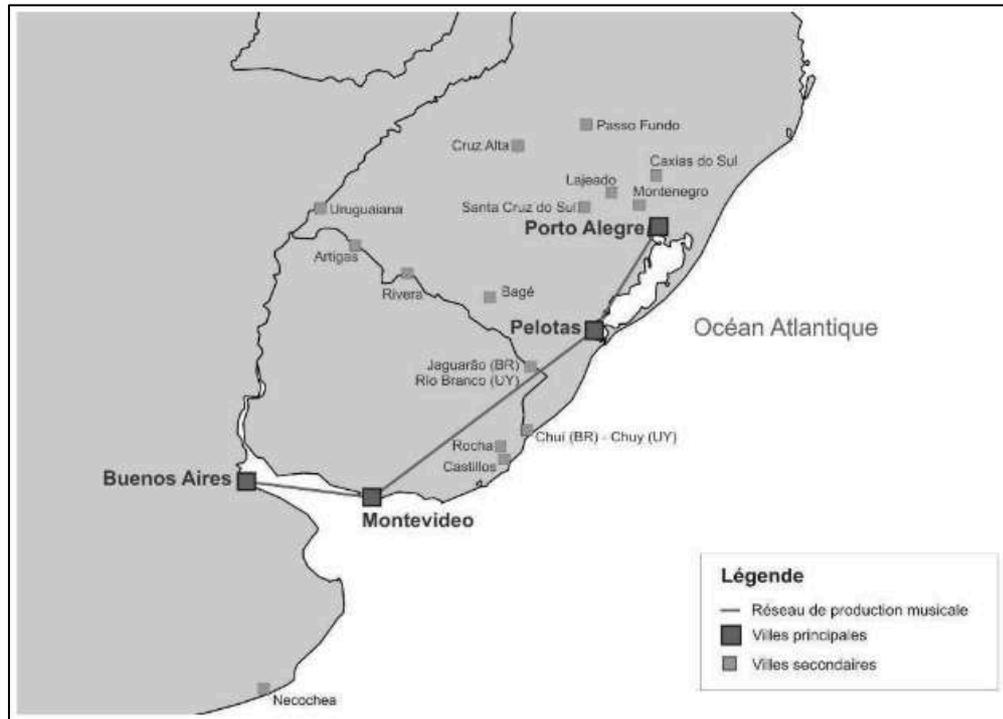


Figure 55: Music production networks in the La Plata Region
 Source: PANITZ, 2015, p. 13

The musical genre produced by these artists combines elements of folklore, folk and pop music and, whilst based on identitarian elements which can be found in the three countries' shared culture, its networks in turn contribute to cultural integration process in the La Plata region. Artists such as Vitor Ramil, Jorge and Daniel Drexler or Richard Serraria contribute to the processes which give life to these human territorialities based on representations and practices in space. Firstly, through their work and discourses, these artists produce a number of representations on their region:

These artists' music is rooted in the La Plata region, which is mostly represented by the pampa landscape. The characteristics which are put forth to identify this shared space allude to its rhythms, its cross-border aspect, the history of this zone, the contiguity of the pampa, the climate, the occurrence of a period of economic and cultural integration (PANITZ, 2015, p. 12, *our translation*¹¹³).

Secondly, these representations are the basis for practices which, through the creation of events and collaboration networks, influence existing musical space.

¹¹³ "La musique des artistes est ancrée dans la région de la Plata, qui est surtout représentée par le paysage de la Pampa. Les caractéristiques mobilisées pour désigner cet espace partagé font référence aux rythmes, au caractère transfrontalier, à la formation historique de cette zone, à la contiguïté de la Pampa, au climat, à l'existence d'un moment d'intégration économique et culturelle."

The borderlands also have an expression in visual arts. Amongst artists who have worked across the border, Osmar Santos is a particularly important figure both artistically and in terms of artistic leadership and training for subsequent generations¹¹⁴.

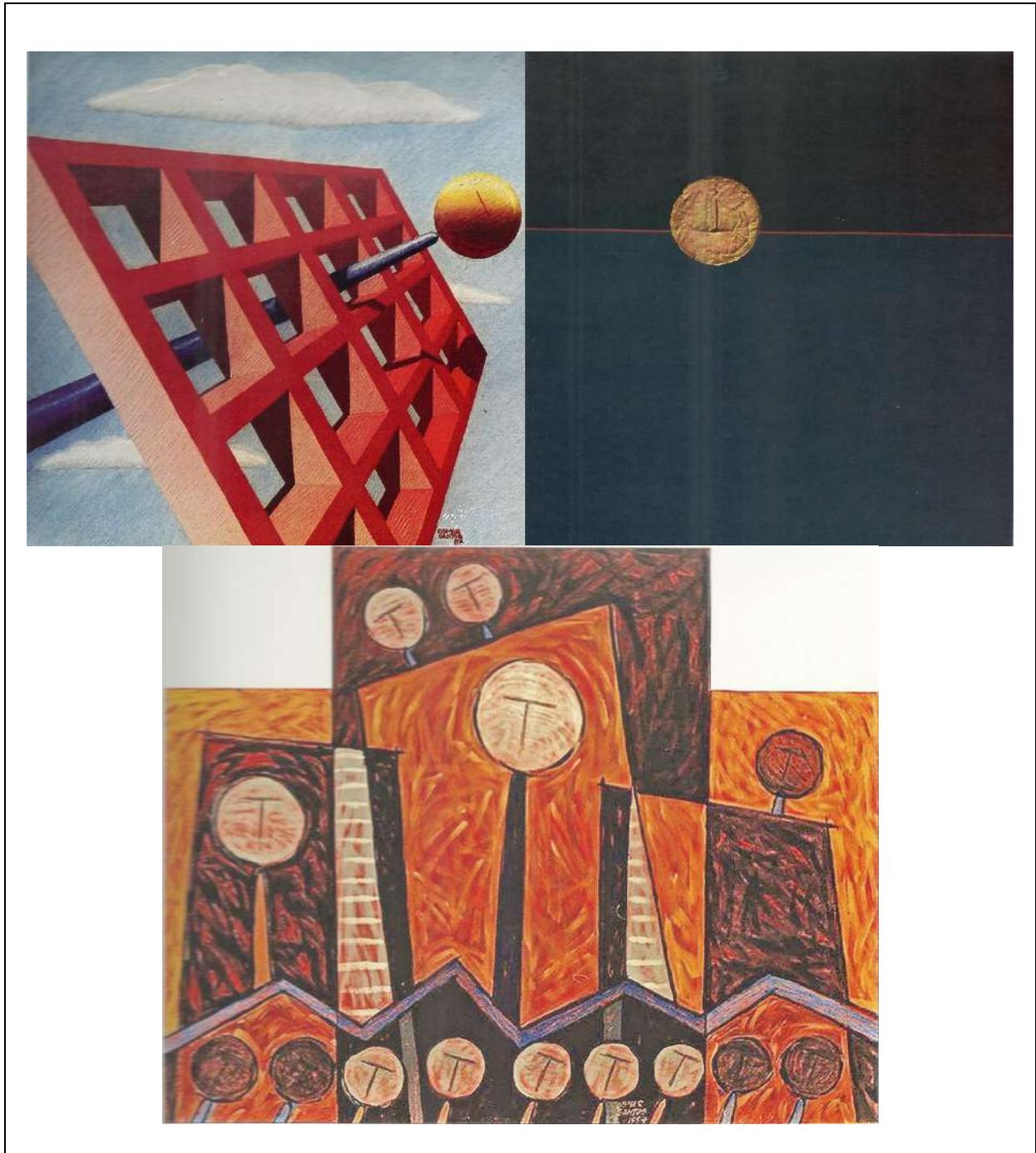


Figure 56: Works by Osmar Santos

Top left: *Liberación*, 1987. Oil, 0.20 x 0.20 m. Noriko Sasada Collection, Japan.

Top Right: *La Delgada Línea*, 2009. Acrylic, 0.60 x 0.60 m.

¹¹⁴ Interview with Berenice Farina da Rosa and Marcelo Flores da Cunha Garcia conducted by the author. Santana do Livramento, 20/09/2018

Interview with Osmar Santos conducted by the author. Rivera, 19/09/2018.

Bottom: Por qué, 1997. Varnish, Triptic, 1.60 x 2 m.
Source: Reproduced from CANTERA; PALERMO, 2013

The presentation of different aspects of shared culture which can be encountered in these borderlands, though not intending to be exhaustive, served to demonstrate the existence of a strong cultural convergence linked to a number of geographic, historic and demographic factors presented previously. Undubitably, this convergence is present and visible in the borderlands, especially in urban areas. However, some scholars question whether these relations can definitely be considered to constitute integration (MÜLLER, 2002). Others warn against the fact that some scholars

share a unifying, romantic idea: in principle, these cities [...] symbol of the peace between two nations, share common social spaces which are devoid of conflict and ethnic differences. Nevertheless, the discourse of brotherhood or integration has a strength which hasn't yet been entirely measured (ASEFF, 2006, pp. 18-19).

However, as pointed out previously, border regions combine converging and diverging dynamics¹¹⁵ and, whilst everyday interaction favours contact and thus likeness, it also often generates an increase in frictions and conflict (GRIMSON, 2000). According to Grimson, inhabitants of many border regions are bearers of a discourse of inexistence of the border and of an integration between populations which has always existed. It is problematic if researchers reproduce this discourse and thus do not see that the border “is inexistent for some things and existent for others” (GRIMSON, 2000, p. 149, *our translation*¹¹⁶).

¹¹⁵ See section 1.2.4.

¹¹⁶ “no existe para algunas cosas y sí existe para otras”.

3.3.2 France-Germany borderlands

People do not experience abstract space; they experience places. A place is seen, heard, smelled, imagined, loved, hated, feared, revered, enjoyed, or avoided.

E. V. Walter. *Placeways: A Theory of the Human Environment*. 1988. p. 142.

In relation to French borders and their organisation, it is worth making the following general points. There is no clearly defined border strip. Some parts of the border are regulated based on a special status of “border zone”, others aren’t. Some border strips are defined as corresponding to a certain number of kilometres from the dividing line, others include entire regions if they are situated by the border. In the case of the Franco-German border, the strip is defined as including 30km on the German side, 20km on the French side, as well as the entire départements of Upper Rhine, Lower Rhine and Moselle.

Economic activity in the region is mostly centred around the following sectors: agriculture (grains, beetroot, potato, amongst others); cattle breeding; wine production; wood and paper production; automotive and machinery industry; pharmaceutical industry; and tourism (linked mostly to urban spaces, culture and heritage, nature and sports, gastronomy).

Within the entire French territory, residents who cross a border every day to work in the neighbouring country are estimated at 276 000. This is the result of the higher number of available jobs in some neighbouring countries as well as of higher rates of pay. The main centres around which these cross-border networks are established are the following: Saarbrücken; Basel; Geneva and Luxembourg (FOUCHER, 2009).

The population in the French Grand Est region in general is decreasing, due to a combination of decreasing economic activity, negative net migration, ageing population and low birth rates. However, the areas which diverge from this general tendency are those situated around urban centres in the borderlands, as they are connected to the urban and economic centres of the neighbouring countries. This results in higher income levels and thus makes the areas more attractive (RÉGION GRAND EST, 2017).

As demonstrated in the following figure, demographic density is higher in territories situated immediately along the borderline than in the spaces situated slightly further inside each

territory. This higher density is especially visible in the lower part of the border, along the course of the Rhine around the cities of Strasbourg, Colmar, Freiburg im Breisgau, Mulhouse and Basel¹¹⁷. The density is rather low in the upper part of the borderlands on the French side, with small areas of intermediate density; whilst the German side of the borderlands is denser around the municipalities of Saarbrücken and Karlsruhe.

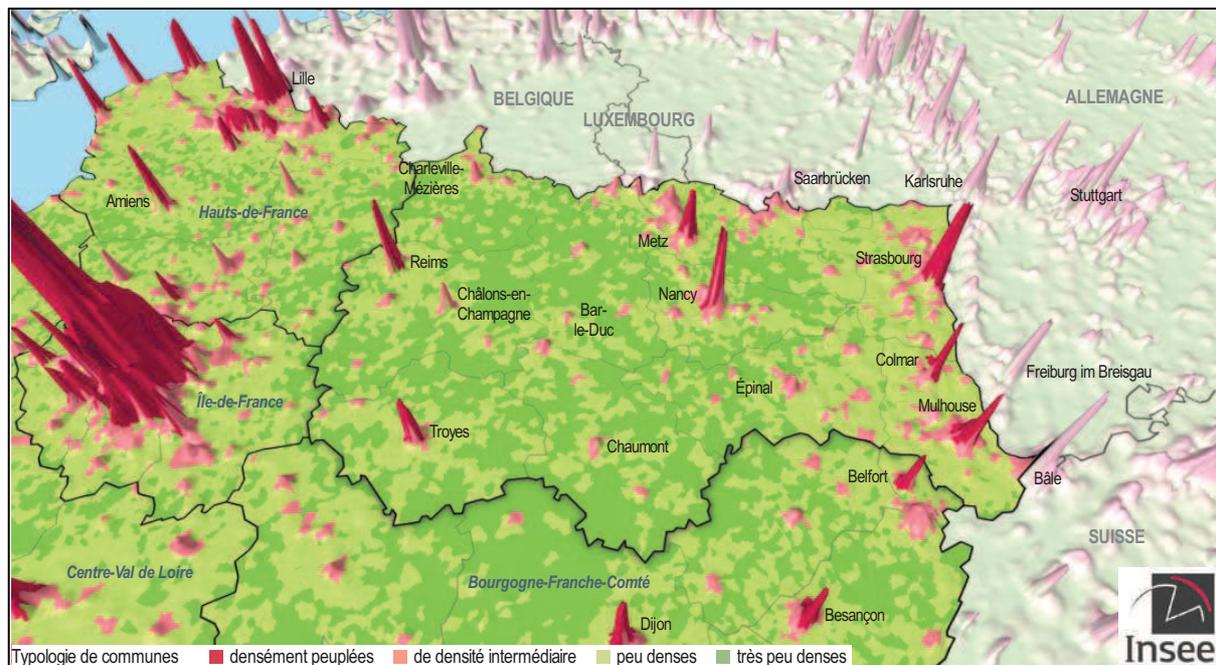


Figure 57: Demographic density in the Grand Est and bordering regions

Source: Eurographics - INSEE, 2016. Available from: <

https://www.insee.fr/fr/statistiques/fichier/2530185/ac_ind_04_carte2.pdf>. Accessed 21 December 2019.

Within the French-German borderlands, we decided to focus our study on two border urban centres¹¹⁸: firstly, the centre composed of Strasbourg (France) and Kehl (Germany); secondly, the centre composed of Huningue, Saint Louis¹¹⁹ (France), Weil am Rhein (Germany) and Basel (Switzerland). The first (Strasbourg-Kehl) is composed of two

¹¹⁷ The city of Basel is situated in Switzerland but it is the main city of the trinational pole at the triple border between France, Germany and Switzerland. Therefore, it is customary to refer to the junction of Huningue/Saint-Louis (France), Weil am Rhein (Germany) and Basel (Switzerland) by referring to the latter.

¹¹⁸ The term “twin border cities”, largely used in literature on South American border cities, will not be used in the context of European cities as it is not generally seen in literature and in order to avoid confusion with the programme of city twinning in the European Union.

¹¹⁹ Though the municipality which is geographically located at the triple border is that of Huningue, it is a small town of 7,213 inhabitants which is part of the municipality (communauté d’agglomération) of Saint-Louis. As the largest town in the grouping of towns (intercommunalité) with 21,777 inhabitants, Saint-Louis gives its name to the municipality. Hereafter, we will use the name of Saint-Louis to refer to the French municipality situated at the triple border.

discontinuous municipalities including a large city and a small town; whilst the other (Saint-Louis-Weil am Rhein-Basel) is composed of a continuous urban centre (DUBOIS, 2019).

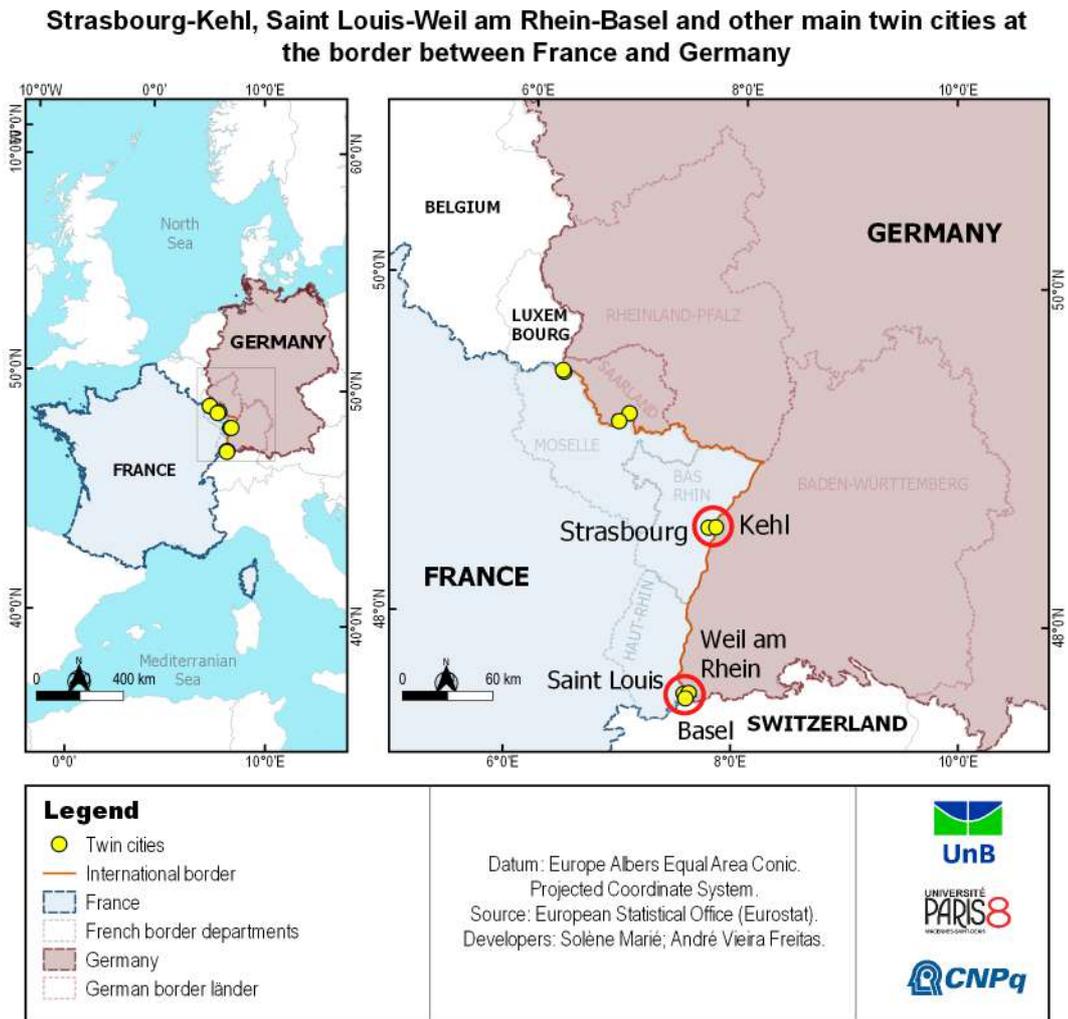


Figure 58: Strasbourg-Kehl, Saint Louis-Weil am Rhein-Basel and other main twin cities at the border between France and Germany

Source: own elaboration, cartography by André Vieira Freitas

This configuration is similar to our choice of cities in the Brazil-Uruguay borderlands, which includes a centre composed of two discontinuous municipalities (Jaguarão-Rio Branco) and another composed of a continuous urban area (Santana do Livramento-Rivera).

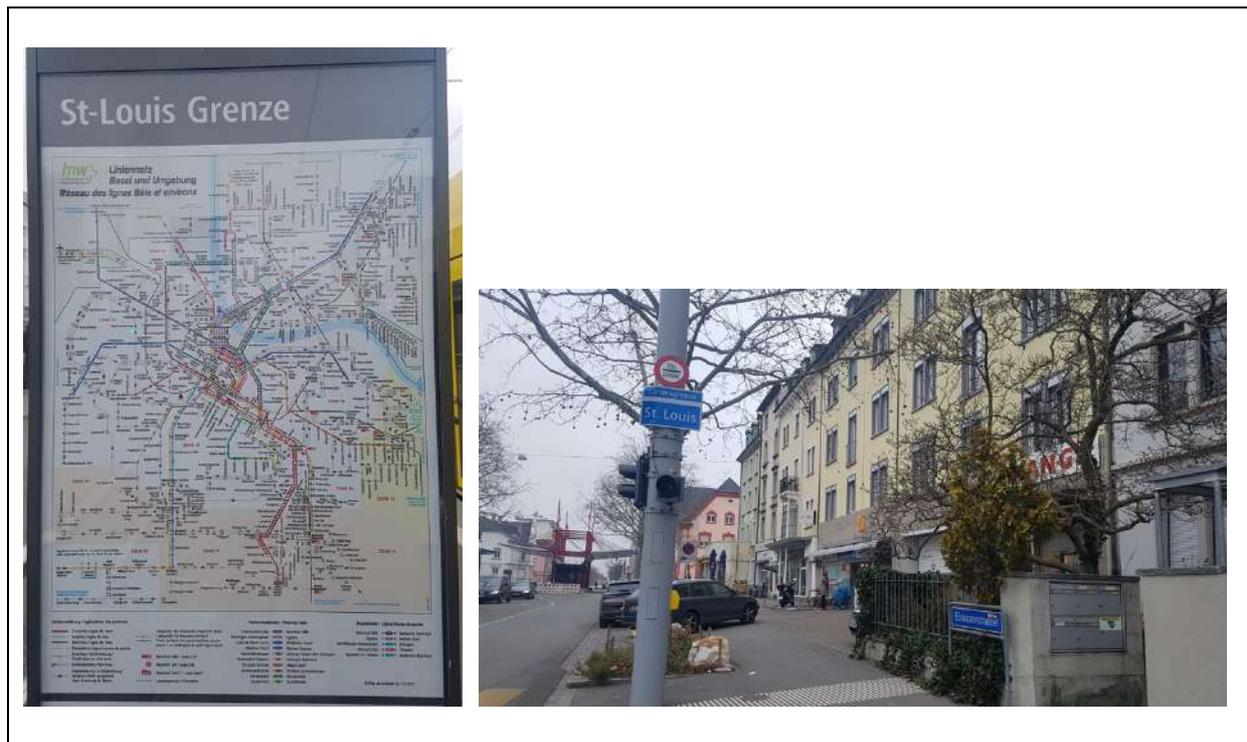


Figure 59: Photographs illustrating the continuous urban centre in Basel-Saint Louis-Weil am Rhein.
 Integrated public transport map (left); border street between Basel and Saint Louis (right)
 Source: Photographs taken by the author. January 2019.

Based on the most recent census data for the two cities¹²⁰, whilst Strasbourg's population is of 279,284 inhabitants¹²¹, Kehl's is of 33,551 inhabitants¹²². The cross-border urban centre of Basel includes 28,390 inhabitants in the French part¹²³, 28,828 inhabitants in the German part¹²⁴ and 194,766 inhabitants in the Swiss part¹²⁵.

In terms of language use, the landscape has significantly changed throughout the last 50 years. Even though German has never been an official language in the French part of the borderlands since 1945, it has in practice historically held an important position both through the use of high German and of Alsatian dialects in their various forms. However, though

¹²⁰ Population data included in this paragraph, as it comes from three different countries and thus three different census systems, is unfortunately not from the same years. However, the most recent figures were included for each case in order to give the most up to date information. The proportions of population living on each side of the border have not changed significantly throughout recent years.

¹²¹ Source: INSEE 2016 census data, which is the most recent available. Available from: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/>>

¹²² Source: German 2011 census data, which is the most recent available. Available from: <<https://ergebnisse.zensus2011.de/>>

¹²³ Taking into account the towns of Huningue and Saint-Louis and based on 2016 census data from the INSEE.

¹²⁴ Based on 2011 census data

¹²⁵ Source: 2018 Swiss population data, which is the most recent available. Available from: <<https://www.swissstats.bfs.admin.ch/>>

German is the reference for the written forms of local Alsatian dialects as well as the language of neighbouring countries¹²⁶, it holds the position of an exogenous language and is seen simultaneously as a language of geographical and linguistic proximity with neighbours, a language from the past, an economically profitable language for business and a rejected language (HUCK; BOTHOREL-WITZ; GEIGER-JAILLET, 2007).

In generations born after 1940, written French took over written German and the use of dialects started to decline. This resulted in a strong drop in the proportion of the population which used dialects from the 1970s. Data presented by Huck, Bothorel-Witz and Geiger-Jaillet (2007) shows that knowledge of the dialects went from 84.7% of the population in 1962 to 74.7% of the population in 1979, to 62% of the population in 1998. In 1998, division by age shows that within the 18-24 age range, the percentage of fluent speakers is of 22% whilst that of non-speakers is of 63%.; whilst in 65+ age range, the percentage of fluent speakers is of 79% whilst that of non-speakers is of 16%.

The following graph displays the evolution of the percentage of Alsatian speakers in the population based on year of birth in the municipalities of Strasbourg, Colmar and Mulhouse (in red), northern Alsace (in green), and in the rest of Alsace (in blue).

¹²⁶ Germany and Germanophone Switzerland.

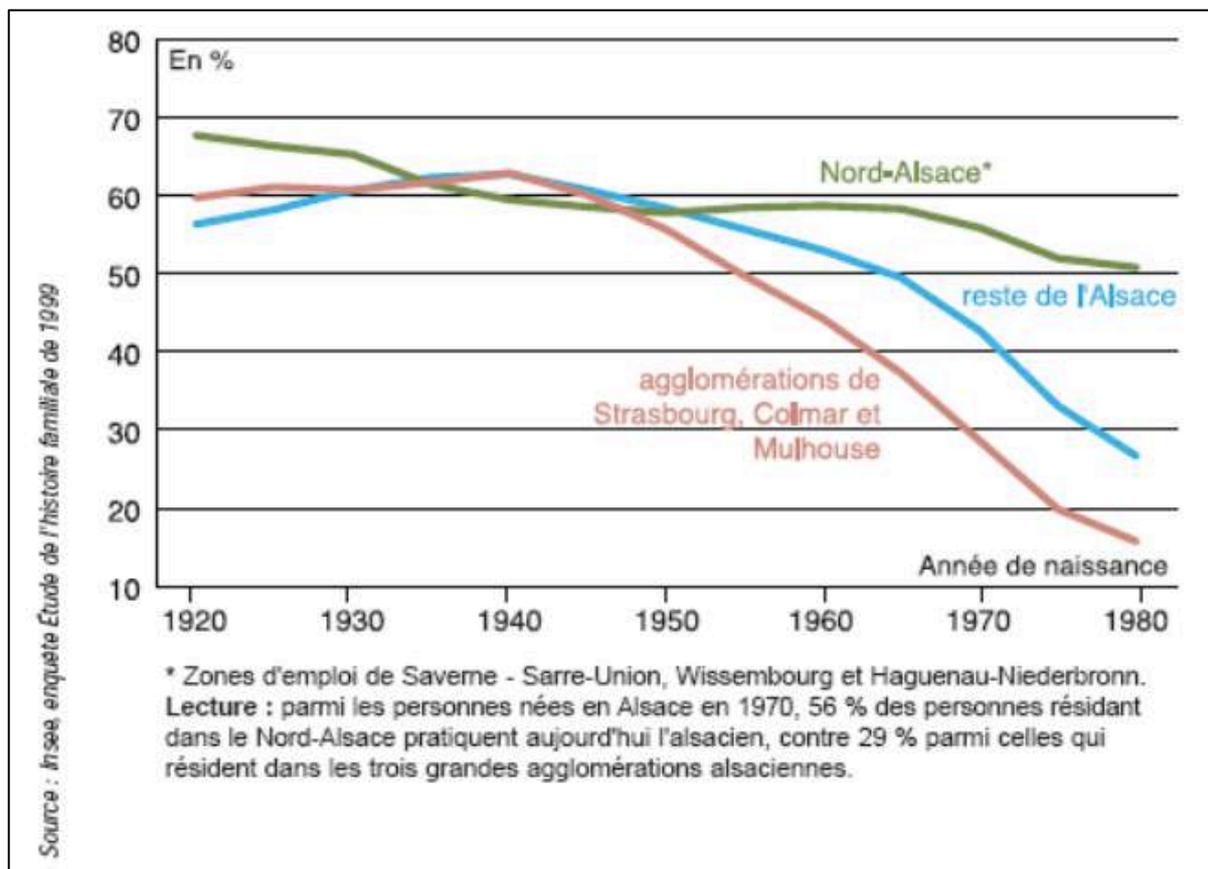


Figure 60 : Percentage of Alsacian speakers amongst people born in Alsace in 1999

Source: DUEE M, 2002 apud HUCK; BOTHOREL-WITZ; GEIGER-JAILLET, 2007

It shows that the decline in dialect use was especially strong in the large cities in the French part of the borderlands, in which dialect use by the population born in 1980 was just over 15% in 1999¹²⁷. Therefore, it can generally be said that the decline in the use of Alsacian is a phenomenon which is felt the most in young and urban populations, whilst the populations who maintain its use are mostly elder and rural.

In the Basel region, the linguistic landscape is even more plural. In the French part of the urban centre, most inhabitants speak French but a portion of the population speaks Alsacian. In the German part, Standard German¹²⁸ is spoken jointly to Swabian, a dialect from Baden-Württemberg (DUBOIS, 2019). In the Swiss part, the main language is Swiss German, alongside Standard German. Amongst the languages mentioned, the Alsacian and Swabian dialects are both linguistically close to German Swiss. Additionally, as well as facing France to the north-west and Germany to the north-east, the city and canton of Basel are also connected

¹²⁷ Taking into account the fact that transmission of Alsacian takes place essentially within the family and thus can occur at a young age.

¹²⁸ Hochdeutsch.

internally to the French-speaking Swiss canton of Jura to the Southwest. All these factors render linguistic plurality particularly vivid in this part of the borderlands.



Figure 61: Street in Saint Louis

Source: Photograph taken by the author. January 2019

As a general tendency, the results of the 2005 referendum on the European Constitution project demonstrate mixed feelings in relation to European integration in French border regions. Amongst the 19 border region districts¹²⁹ which existed at the time, the project was only approved in two of them: Bas-Rhin (56%) and Haute Savoie (54%). Voting at the municipality level also demonstrates a higher than average approval of the project in the border area of the Bas-Rhin district and at the Franco-Swiss border. Results above 50% at local level were obtained in the following municipalities: Lille, Bayonne, Thionville, Annemasse, Barcelonnette, Farney-Voltaire, Saint-Julien-en-Genevois, Mulhouse, Strasbourg (62%) and Saint-Louis (53%) (FOUCHER, 2009). The figures from the last two cities demonstrate largely above average support for the project in the French border cities with Germany which were chosen for analysis in this research.

This chapter provided the historical, geographic, demographic and cultural context for the analysis of both cases. By describing their historical similarities in terms of shifting of the

¹²⁹ Départements, in French.

borderline, alternating national allegiance, movements of populations and role as a buffer space between two regional powers, it demonstrated how, in both cases, the borderlands are profoundly rooted in processes and characteristics which are influenced by the presence of the borderline and which have affected their constitution as social spaces.

The presentation of different aspects of shared culture which can be encountered in these borderlands, though not intending to be exhaustive, served to demonstrate the existence of some elements of cultural convergence.

The border twin cities chosen for analysis, Jaguarão-Rio Branco and Santana do Livramento-Rivera in the Brazil-Uruguay borderlands; and Strasbourg-Kehl and Saint-Louis-Weil am Rhein-Basel in the France Germany borderlands, were contextualised in historical, geographical and urbanistic terms. In both cases, the first urban centre is composed of two discontinuous municipalities including a large city and a small town whilst the second one is composed of a continuous urban centre.

CHAPTER 4 – CROSS-BORDER CULTURAL NETWORKS IN JAGUARÃO-RIO BRANCO; SANTANA DO LIVRAMENTO-RIVERA; STRASBOURG-KEHL AND SAINT-LOUIS-WEIL AM RHEIN-BASEL

4.1 Cultural governance in the borderlands: institutional context and cooperation

As pointed out previously, borderlands are affected by phenomena of a local, regional, national and international level by their very nature. Also, from the point of view of public policy, they necessarily need to be studied within a multi-level governance framework in order to take into account the policies from various sources which impact them (BRUNET-JAILLY, 2005). The institutional frameworks which will be presented subsequently relate to various levels and we will start with the highest level of governance. This is not to say that the latter has more influence on border processes than policies implemented at the local level: the reason for choosing this order is simply that of clarity, of going from the more general to the more specific. Also, as in the rest of this study, more emphasis is put on the first case than on the second, seen as complementary in an asymmetric study of two cases.

4.1.1 Brazil-Uruguay borderlands

*a los zurdos lo siniestro
a los diestros lo derecho
na frontera
canhoto siempre*

Michel Croz, *Canhoto*, 2015¹³⁰

4.1.1.1 Contribution of the Mercosul to cultural governance in the borderlands

The study of the place given to culture in the Mercosur's agenda reveals that over the years, a gap between discourse and practice became evident. Despite the multiple meetings, acts and initiatives, the practical results of the programmes put into operation are still incipient (BORJA, 2011).

¹³⁰ Appears In: CROZ, Michel. Cerrada & Sin Salida (Oscuro y en llamas), 2015, p. 33.

An analysis of the way in which the topic was brought about by the Mercosur's different instances indicates at least two distinct phases. The first, which runs from 1992 to 2003, was marked by the creation of advisory bodies and by the establishment of the founding principles for the cultural dimension of the Mercosur's interventions.

The Treaty of Asunción, founding document of the Southern Common Market (Mercosur) signed in 1991, did not mention the theme of culture in its core. Even so, the first discussions within the bloc on the role that culture would play in the integration process of the member States were held the following year, in 1992. On the same year was created the Mercosur's Specialized Meeting on Culture¹³¹, the first forum for culture-related discussions in the bloc. Although its creation took place in 1992, its first meeting was only held in 1995, three years later.

In 1995, after the signing of the Memorandum of Understanding considered the first document exclusively dedicated to the topic of culture within the scope of the bloc, a forum for the discussion and articulation of state bureaucracies related to culture was created under the name of Mercosur Cultural (BORJA, 2011). The lack of assertiveness (or effectiveness) of Mercosur Cultural in its ability to implement projects makes authors refer to this instance as a “mere abstraction, an agency which only deals with generalities and merely ratifies, praises or repeats that the bloc's countries must support cultural projects in the region” (CHIAPPINI, 2011, p. 6, *our translation*¹³²).

The Meeting of Ministers of Culture (RMC¹³³) was created as a forum for negotiations between cultural policy makers from the different member States (BIJOS; ARRUDA, 2010), but although a significant number of projects were discussed, none were actually implemented (BORJA, 2011).

¹³¹ Reunião Especializada em Cultura do Mercosul, in Portuguese.

¹³² “mera abstração, órgão que trata apenas de generalidades e se limita a ratificar, louvar ou repetir que os países do bloco devem apoiar projetos culturais da região”

¹³³ Reunião de Ministros da Cultura, in Portuguese.

Finally, in 1996 were created the Mercosur's Cultural Integration Protocol¹³⁴ and its Cultural Parliament (PARCUM¹³⁵). The aim of the latter was to harmonise member States' cultural legislations (BIJOS; ARRUDA, 2010).

The second phase, which began in 2003, was marked by continuity in terms of consultative meetings but also by the implementation, albeit in a disjointed way, of the first cultural projects in Mercosur. Amongst the programmes, we highlight the Cultural Information System of Mercosur (SICSUR¹³⁶), the Mercosur Cultural Fund¹³⁷ and the Mercosur Audiovisual Programme¹³⁸.

Implemented in 2009, the Mercosur Cultural Information System constitutes a digital platform for the production and reproduction of cultural sector data in all the bloc's member States as well as Chile, Ecuador and Colombia. The platform displays maps of cultural activities, statistics and research produced on the topic. The idea had arisen in 1996, during the signing of the Mercosur Cultural Integration Protocol, but until then it had not been put into practice. The platform remained active until 2016 but was not accessible during the development of this research.

The Mercosur Audiovisual programme stems from the creation of the Specialized Meeting of Mercosur Cinematographic and Audiovisual Authorities (RECAM), in 2003. As a "Specialized Meeting", this initiative is not within the scope of Mercosur Cultural (BORJA, 2011)

The Mercosur Cultural Fund, created to fund joint cultural programmes within the bloc, was officialised in 2003. However, it is still inoperative as it has not yet been regulated by the

¹³⁴ CONGRESSO NACIONAL, REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL. **Protocolo de integração cultural do Mercosul**. Fortaleza, 1996. Available from <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpems/normativas/mercosul-legislacao-e-textos-basicos>>. Accessed: 8 Jan 2020.

¹³⁵ Parlamento Cultural do Mercosul, in Portuguese.

¹³⁶ Sistema de Informações Culturais do Mercosul, in Portuguese.

¹³⁷ Fundo Mercosul Cultural, in Portuguese.

¹³⁸ Programa Mercosul Audiovisual, in Portuguese.

member States. In Brazil, the decree for its creation was only submitted in 2015 and is to date still in process¹³⁹.

Despite the ineffectiveness of the projects and programmes presented since the creation of Mercosur, it is already possible to delineate the common guiding principles of the policies implemented so far: the recognition of cultural diversity as inherent to the Member States' populations and the internalization of this element as essential for the elaboration of public policies aimed at regional integration; the understanding of culture as a resource and a tool for the consolidation of the integration process; the recognition of the importance of the cultural economy for member and associated States (BORJA, 2011).

The explanations for the low effectiveness of Mercosur cultural programs are diverse. For Soares (2008), Mercosur countries have not historically and individually developed a cultural diplomacy to complement their traditional diplomatic activities. Therefore, there is a predominance of strategies based on the exercise of *hard power* rather than *soft power* in the bloc and culture is not seen as a supporting factor in the foreign policy exercised by its member States. Generally, within Mercosul initiatives, there is a prevalence of commercial issues over cultural, political and social ones (DE SOUZA, 2004; MINEIRO, 2000; SOARES, 2008).



Figure 62: Shop in Santana do Livramento, “Mercosul Shoes”
Source: Photograph taken by the author. September 2018.

¹³⁹ The text is currently being assessed by the Finances and Tax commission and has been so since the 9th of August 2019. Source: CÂMARA DOS DEPUTADOS. PDC 31/215. Available from <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1198252>>. Accessed 28 Feb 2020

Analysing the Mercosur's cultural integration process, as mentioned earlier, it is possible to say that the bloc is in its embryonic phase (MARTINS, 2007) marked by sparse and discontinued initiatives. It can also be argued that, similarly to the European integration process, the integration sought by Mercosur creators was not necessarily cultural integration: the focus was always much more linked to economic and commercial issues (BORJA, 2011). So much so that, as mentioned, the term "culture" does not appear in the Treaty of Asunción which constituted the bloc.

Differently from the European case, however, the little importance given to culture as a necessary element in the integration process can possibly also be attributed to elements such as the idea that Southern countries should not invest in cultural policies at a time when their efforts should be directed towards policies focusing on economic and social development (FERREIRA, 2012).

Regarding the Mercosur's contribution to issues related to the borderlands between its member states, the following elements can be brought forth. Despite the fact that Brazil shares borders with all the other Mercosur member countries, the initiatives geared towards integration in the borderlands are based on bilateral and not on multilateral agreements (SOARES, 2008; CARNEIRO FILHO; LEMOS, 2014). The only two initiatives linked to borderlands within the scope of the Mercosur are its Fund for Structural Convergence and Strengthening of the Institutional Structure (FOCEM¹⁴⁰) and the Ad Hoc Group on Borderland Integration (GAHIF¹⁴¹), which corresponds to bilateral actions developed within the bloc on the issue of cooperation in the borderlands. However, the Mercosur does not possess any specific forums or multilateral policies for its borderlands.

In this sense, the Mercosur follows a different orientation from that of the European Union, which followed the "strategic objective of overcoming or coordinating differences, which is articulated as a supranational ideology" (MARTINS, 2007, p. 92). However, it does offer a variable degree of support to bilateral initiatives and generally contributes to the creation of a cooperative environment between member countries, which promotes the opening of borders (CARNEIRO FILHO; LEMOS, 2014).

¹⁴⁰ Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul, in Portuguese.

¹⁴¹ Grupo Ad Hoc sobre Integração Fronteiriça.

Furthermore, a role of symbolic recognition of borderland initiatives can be attributed to the Mercosur, as well as one of increasing self-esteem and conscience of borderland dynamics amongst local population.

In 2009, the municipality of Santana do Livramento received Brazilian federal recognition as the symbol of Brazilian integration with other Mercosur countries¹⁴². This gesture is cited by cultural activists and local administration agents as having brought attention to the existence of specific cultural dynamics between Santana do Livramento and Rivera. Also, though it was a federal and not a Mercosur-led initiative, it created a connection to the Mercosur which generated attention and self-esteem¹⁴³.

In the border twin cities of Jaguarão and Río Branco, it is the Barón of Mauá International Bridge¹⁴⁴ which connects the two cities which received similar recognition from the Mercosur. The bridge was listed as a national historical monument by Uruguay in 1977 and was in 2011 the first binational monument to be listed as national historical monument by Brazil's National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN¹⁴⁵). It was subsequently listed by Mercosur Cultural as the Mercosur's first historical monument.

¹⁴² Through Law n° 12.095, 19th of November 2009.

¹⁴³ Interview with Dionéia de Macedo conducted by the author. Santana do Livramento, 09/07/2018.

¹⁴⁴ For more detail, see section 3.3.1.1.

¹⁴⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

4.1.1.2 Contribution of the Federal State to cultural governance in the borderlands

Regarding the influence of State policies and politics on the border region, the first element which comes to mind is naturally the existence of border strips on both sides of the Brazil-Uruguay borderline¹⁴⁶. In the case of Brazil, country which currently has the widest border strip in the sub-continent (CARNEIRO; CAMARA, 2019), the border strip is the result of a long historical process which goes back to colonial times. Its width was initially of ten leagues (66 kilometres) and it was modified in 1934, 1937 and 1946. The current legal framework¹⁴⁷ determines the existence of a strip of territory of 150 kilometres along the borderline which is regulated through specific rules (MOREIRA et. al., 2008; LOSADA; SADECK, 2015) in terms of transit, spatial occupation and economic exploitation. The administrative body which is in charge of the application of these rules in the border strip is the National Defence Council (CDN¹⁴⁸) (LOSADA; SADECK, 2015). A common confusion amongst border scholars is to assimilate the border strip with the National Security Strip¹⁴⁹ created through the Federal Constitution of 1934 in order to prevent the buying of land without approval from the National Superior Security Council¹⁵⁰. Initially wider than the border strip in its previous dimensions, the latter came to cover the same area as the border strip (CARNEIRO; CAMARA, 2019).

In addition to being the largest country in South America in terms of territory, Brazil also shares borders with the largest number of neighbours: ten countries. Its land borders total 16,886 kilometres (LOSADA; SADECK, 2015) and its border strip covers an area of approximately 2.3 million square kilometres (MOREIRA et al., 2008). This represents almost 27% of the national territory; ten million of its inhabitants (BRASIL, 2011); 588 municipalities (BRASIL, 2005) and thus 10% of Brazilian cities.

¹⁴⁶ See section 1.2.3.

¹⁴⁷ Composed of Law 6634, of 2nd of May 1979, Decree 85.064 of 1980 and article 20, §2 of the federal constitution of 1988. Available at: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm> ; <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85064-26-agosto-1980-434591-publicacaooriginal-1-pe.html>> ; <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10721483/paragrafo-2-artigo-20-da-constituicao-federal-de-1988>>.

¹⁴⁸ Conselho de Defesa Nacional, in Portuguese.

¹⁴⁹ Faixa de Segurança Nacional, in Portuguese.

¹⁵⁰ Conselho Superior de Segurança Nacional, in Portuguese.

They are distributed as follows in the Brazilian states: Rondônia (27), Acre (22), Amazonas (21), Roraima (15), Amapá (8), Pará (5) in the Northern region; Mato Grosso do Sul (44), Mato Grosso (28) in the Midwest; Rio Grande do Sul (197), Paraná (139), Santa Catarina (82) in the Southern region (LOSADA; SADECK, 2015). The Rio Grande do Sul state as well as the Southern region as a whole total the largest number of border municipalities.

These municipalities¹⁵¹ are divided into two categories. First, bordering municipalities¹⁵² include: bordering municipalities whose headquarters are located on the borderline (which may or may not be coupled with a municipality in the neighbouring country to constitute twin cities); bordering municipalities whose headquarters are not located on the border line; and border municipalities whose headquarters are not located on the border strip. Second, non-bordering municipalities are located at the rear of the border strip and include: municipalities whose headquarters are located within the border strip; and municipalities whose headquarters are located outside it (BRASIL, 2005, p. 11).

Brazilian borders are highly heterogeneous, with large municipalities in the northern part of the border and therefore a higher proportion of municipalities belonging to the category of non-bordering municipalities with headquarters outside the border strip; and smaller municipalities and a larger number of twin cities in the southern part of the border (BRASIL, 2005).

Based on this diversity and the argument that the rules affecting different parts of the border strip should therefore be more individualised¹⁵³, a bill was submitted by Carlos Bezerra¹⁵⁴ at the beginning of 2019¹⁵⁵ with the aim of maintaining the current width of the strip only in the Amazonian states of Amapá, Amazonas, Pará and Roraima. It would be reduced to 50km in Rondônia; to 20km in Mato Grosso and Mato Grosso do Sul; and to 10km in Rio

¹⁵¹ A municipality, in the Brazilian context, refers to the smallest autonomous unit with a legal status in the federation. Its headquarters are situated in a town or city within the municipality which receives the name of the municipality and its seat. In rural areas, municipalities can have very large extensions and cover wide areas outside of their headquarters.

¹⁵² Adjoining to the border. In Portuguese: municípios limítrofes.

¹⁵³ Source: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto propõe faixa de fronteira com largura diferenciada para cada estado**. Agência Câmara de Notícias: 13/15/2019. Available from <<https://www.camara.leg.br/noticias/557318-projeto-propoe-faixa-de-fronteira-com-largura-diferenciada-para-cada-estado/>>. Accessed 1 Mar 2020.

¹⁵⁴ MP from the MDB (Movimento Democrático Brasileiro) - Mato Grosso.

¹⁵⁵ Bill 1144/19, submitted on the 26th of February, 2019. Details available from <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193161>>. Accessed 1 Mar 2020.

Grande do Sul, Santa Catarina and Paraná. However, this bill is still in discussion and therefore the legal framework presented previously is the one currently in force. This is not the first initiative of the kind: between 2003 and 2014, a total of 9 different bills were submitted with the same intention of reducing the size of the border strip and none of them were successful (MARIÉ, 2017a).

An analysis of the debate around the theme of borders in the national congress between 1990¹⁵⁶ and 2016 was conducted by the author (MARIÉ, 2017a) and brought about the following conclusions.

Firstly, three phases were distinguished in terms of the number of bills submitted on the topic of borders within the National Congress: 1- From 1990 to 1998, very few bills were submitted on the topic; 2- From 1999 to 2009, there was a sharp and significant increase in the number of bills; 3- From 2010 to 2016, the topic lost space in the legislature, with a lower number of bills than in the previous period.

Second, an analysis of the border-related issues addressed in the bills over the period brings about the following conclusions. In the first decade of the period under study (from 1990 to 1999), bills focused on an average number of topics and focused mainly on the establishment of the legal framework for borders. There was also a sudden and strong increase in the number of bills submitted in 1999. In the second decade (from 2000 to 2010), there was a strong increase in the attention given to the topic. Furthermore, though administrative matters and land policy did not disappear from the agenda, they lost space to the issues of economic and regional development, which entered the agenda from 2007. There was also a strong focus on the issue of reducing the size of the border strip, which is the subject of several bills and a peak in the number of bills submitted in 2008, the highest within the period. Finally, in the third decade (from 2010 to 2016), there was a decline in agricultural and regional development issues and an increase in the economic and regional development agenda, suggesting that regional development moved from being linked to agricultural issues to economic issues. Despite this transition to issues of economic development, it is worth noting that issues of

¹⁵⁶ Prior to this decade, the legislative debate on the topic was very limited except for processes linked to the regulation of the border strip.

security and land policy remained on the agenda despite the introduction of new themes (BRASIL, 2013; MARIÉ, 2017a).

The following graph summarises the collected data and resulting analysis:

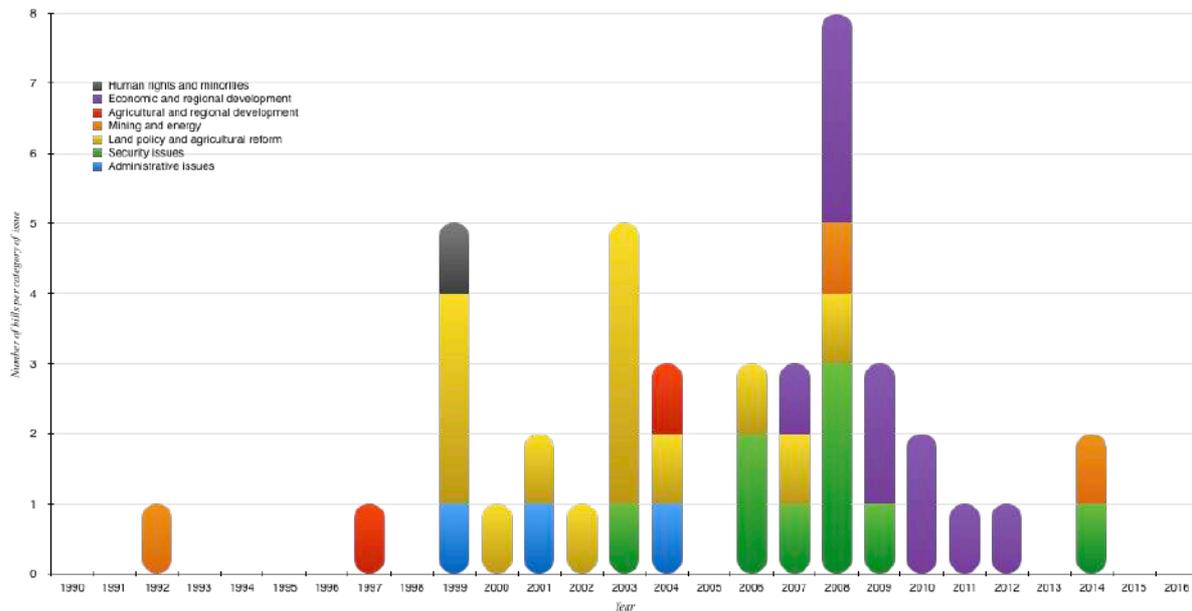


Figure 63: Evolution of the number of bills and of the border-related issues covered
Source: Adapted and translated from MARIÉ, 2017a.

Finally, the analysis of the actors involved in these legislative processes points to a prevalence of Congresspeople from the Southern region in the submission of bills on this topic: they are responsible for 53% of the bills¹⁵⁷. The State of Rio Grande do Sul alone is responsible for 35% of the bills whilst the percentage of Congresspeople from this state is of 6%. Despite this, the overrepresentation of the South does not appear in terms of bills designed for a specific region: 86% of the bills apply to the entire national territory. However, this demonstrates the involvement and influence on the agenda that Brazilian’s Southern region has in terms of border issues. Finally, a study of the crossover of names between congresspeople involved in border issues with interest groups around other topics suggests the existence of a link between the interest group of agriculture and that of borders (MARIÉ, 2017a).

The year of 2002 was a landmark for borderland integration between Brazil and Uruguay when State action on a bilateral level led to an important initiative which is worth

¹⁵⁷ Whilst Congresspeople from the Midwest, North and Southeast regions are responsible for, respectively, 21%, 11% and 2% of the bills. 12% of the bills were presented by commissions.

highlighting: on that year, the two countries established a programme of binational cooperation and integration based on the demands of borderlanders (FURTADO, 2011; LEMOS; RÜCKERT, 2014). The New Agenda for Borderland Cooperation and Development between Brazil and Uruguay¹⁵⁸ included seven activity areas: health; education and vocational training; sanitation and environment; political and judicial cooperation; social policies; labour issues; areas of integrated control (CARNEIRO FILHO; LEMOS, 2014). It also created a Borderland Integration Zone¹⁵⁹ through the Agreement granting Residence, Academic and Work Permission to Borderland Brazilian and Uruguayan Nationals¹⁶⁰. This agreement was formalized through Decree nº 5,105 of 2004 and established an area of twenty kilometres in which both countries grant benefits to resident communities, considered borderlanders (FURTADO, 2011; 2013).



Figure 64: “Bridge Street” in Jaguarão, renamed “Uruguay Street” in honour of the neighbouring country

Source: Photograph taken by the author. July 2018.

Another important landmark is 2010 when, following the election of President José Mujica in Uruguay, various binational encounters were organised with President Luiz Inácio Lula da Silva based on similar visions and fluid communication between the two leaders. An encounter in Brasília on the 29th of March, followed by another one on the 4th of May in

¹⁵⁸ Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai, in Portuguese. Available from <http://www.mre.gov.br/dai/b_urug_255_5003.htm>. Accessed

¹⁵⁹ Zona de Integração Fronteiriça, in Portuguese.

¹⁶⁰ Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, in Portuguese.

Montevideo and a last encounter in Santana do Livramento in July led to the signature of four agreements on the 30th of July 2010 (CLEMENTE, 2010). The latter covered general bilateral issues as well as specific issues affecting borderlanders. However, none of these agreements touched upon culture-related issues.

Finally, a general contribution of state action to integration in the borderlands which is highlighted is that of the reduction of bureaucratic constraints (bureaucratic obstacles as well as paperwork) and the creation of infrastructure.

Bento (2015b) argues that the local integration process is more intense in conurbated border twin cities than in border twin cities which are separated by a geographic obstacle, for example by a river. This is due to two factors: lower levels of interaction due to the obstacle which physically reduces fluxes; and the fact that, whilst in the first group of cities border controls tend to be shifted to the outskirts of the conurbation (as in Santana do Livramento-Rivera, for example), in the second one there are national border controls situated at the obstacle (as in Jaguarão-Río Branco, at the two ends of the Baron of Mauá bridge, for example). Whilst the creation of infrastructure does not address the second factor, it reduces the first factor by easing fluxes between the two municipalities.

In terms of Brazilian Federal programmes geared towards the border region, a number of consecutive initiatives were led from 1954 to 2019, with frequent changes in names and governance structures of the programmes. A synthetic chronology of the latter is presented in the following table, along with the main actions and impact.

It is worth noting the inexistence of a structured and up-to-date database on border issues in any Brazilian institution in order to centralise the information (CARNEIRO; CAMARA, 2019). This, alongside the difficulty it generates in studying these issues, demonstrates a disconnection between the central federal government and border issues as well as the discontinuity in its actions.

Year	Name of implemented programme	Leading institution	Actions and impact
1955 (institutionalised in 1979)	Financial assistance programme for Border Strip Municipalities ¹⁶¹	Secretaria de Assuntos Estratégicos (Presidência da República)	Very limited impact.
1999	Border Strip Social Programme ¹⁶²	Secretaria de Desenvolvimento Regional (Ministério da Integração Nacional)	Investment in urban infrastructure and small construction work. Very few regions received support.
2003	Border Strip Development programme ¹⁶³ (PDFF)	Secretaria de Programas Regionais (Ministério da Integração Nacional)	- Conceptual reformulation of border-related notions - Division of Brazilian borders into sections and sub-regions - Actions based on twin border cities and local cross-border economy
	<i>Name subsequently modified to:</i> Border Strip Development Promotion Programme ¹⁶⁴ (PDFF)		
2005	Restructuring Proposal for the Border Strip Development programme ¹⁶⁵ (PDFF)	Grupo Retis/Federal University of Rio de Janeiro	
2008	Foundations for a Border Strip Development and Integration Proposal ¹⁶⁶	Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (GTI)	Introduction of a new governance model, based on the collaboration of border-related actors and institutions on various levels within the Permanent Commission for Border Strip Development and Integration (CDIF ¹⁶⁷)
2010		Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF)	- Lack of coordination, especially from the State Border Nuclei ¹⁶⁸ , in charge of the articulation between local and federal institutions.
2017	<i>Name subsequently modified to:</i> Border Strip development and Integration Plans ¹⁶⁹		

¹⁶¹ Programa de auxílio financeiro dos municípios da Faixa de Fronteira, in Portuguese.

¹⁶² Programa Social da Faixa de Fronteira, in Portuguese.

¹⁶³ Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, in Portuguese.

¹⁶⁴ Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, in Portuguese. The abbreviation remained unchanged.

¹⁶⁵ Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, in Portuguese. The abbreviation remained unchanged.

¹⁶⁶ Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, in Portuguese.

¹⁶⁷ Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, in Portuguese.

¹⁶⁸ Núcleos Estaduais de Fronteira, in Portuguese.

¹⁶⁹ Planos de desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira, in Portuguese.

Table 11: Synthetic chronology of Federal instruments for border governance, their content and impact
Source: elaborated by the author based on CARNEIRO; CAMARA, 2019; STEIMAN, 2002; BRASIL, 2005.

Detail regarding the programmes will not be given for the majority of them given their discontinuity and lack of effectiveness in impacting change in the borderlands (CARNEIRO; CAMARA, 2019).

However, Scherma (2016) and Silva (2008) highlight the fact that during the Lula da Silva mandates as president of Brazil and through the PDFF, new aspects of border issues and understandings of the borderlands which were inexistent beforehand emerged in the relevant public policies (CARNEIRO; CAMARA, 2019).

Along with the opening of border policies to issues of integration, the Brazilian Federal Government launched a specific programme for the development of the border strip¹⁷⁰ in 2004. After some reforms, it was transformed into the Permanent Commission for the Development of the Border Strip¹⁷¹, in charge of managing actions in these zones along three lines: border security; economic and social development; borderland cooperation and integration (BRASIL, 2004; BRASIL, 2013). As mentioned in the previous table, the PDFF based its actions on two elements: the strategic role of the border twin cities and the development of local cross-border economies (BRASIL, 2005).

Amounts invested in the PDFF and those actually spent had the following evolution between 2006 and 2013:

¹⁷⁰ Programa para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

¹⁷¹ Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF).

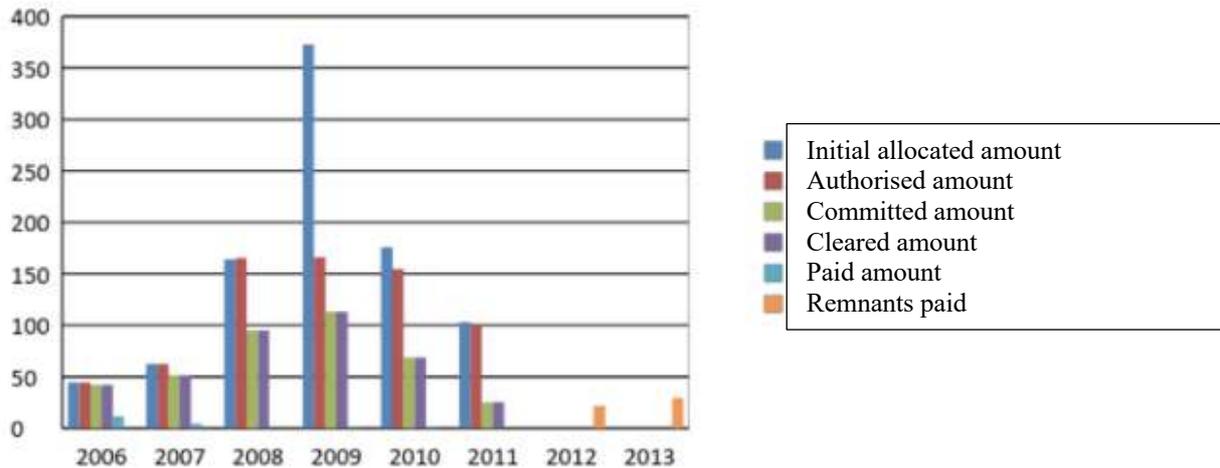


Figure 65: PDFF budget and spending (2006-2013)

Source: Reproduced and translated from MONTEIRO, 2014 apud. CARNEIRO; CAMARA, 2019

This graph shows the significant discrepancy between amounts allocated to the programme and those actually used throughout the period. Between 2006 and 2011, the amount allocated totalled R\$ 923,000,000. The amount which was actually paid totalled only R\$ 70,178,999, therefore 7.6% of the amount initially dedicated to the programme (MONTEIRO, 2014 apud. CARNEIRO; CAMARA, 2019). This denotes a difficulty in the execution of the planned actions.

A study elaborated by Silva¹⁷² and Caldeirão (2018) analyses the impact of the federal-level PDFF programme on public policies linked to tourism in the city of Jaguarão (including culture and heritage). Amongst the total of 59 actions included in programmes geared towards the sub-region called “Border of the Southern half of Rio Grande do Sul”¹⁷³ in which the municipality of Jaguarão is situated, 3 are linked to culture and heritage (thus, 5% of the programmes):

- 1- Support to the Calaguá Festival (Santa Vitória do Palmar) and to the Binational Bookfairs in Santana do Livramento and Jaguarão (Programme 1: Implementation of a cultural programme at the border);
- 2- Border cinema festival¹⁷⁴ in Bagé; Jaguarão and Chuy carnivals; America and Pampa (Programme 1: Implementation of a cultural programme at the border);

¹⁷² This study is based on Tibério Marques Schorn da Silva’s experience of more than 10 years as a civil servant in the municipality of Jaguarão as well as his work as a researcher.

¹⁷³ Fronteira da Metade Sul do Rio Grande do Sul, in Portuguese.

¹⁷⁴ Festival de Cinema da Fronteira, in Portuguese.

3- Preservation and revitalisation of the tangible and intangible heritage (Programme 3: Historical and cultural heritage).

The following table juxtaposes the amounts raised by Jaguarão townhall and those actually committed and thereafter paid by Jaguarão Cultural department between 2014 and 2017.

Financial year	Amounts raised by Jaguarão townhall	Amounts committed by Jaguarão Cultural department ¹⁷⁵	%	Amounts paid by Jaguarão Cultural department	%
2014	60,472,523.85	3,576,829.01	5.91	3.383.941,51	5.60
2015	64,183,195.69	5,161,768.49	8.04	4.856.290,13	7.57
2016	79,494,208.03	2,038,979.83	2.56	1.979.105,61	2.49
2017	79,519,083.55	7,064,445.11	8.88	4.394.350,17	5.53

Table 12: Amounts raised by Jaguarão townhall X Amounts committed and paid by Jaguarão Cultural department between 2014 and 2017

Source: Reproduced and translated from SILVA; CALDEIRÃO, 2018. Data: TCE. Controle Social.

The table reveals a significant discrepancy between the amounts: from the budget raised by the townhall, between 2.56% and 8.04% (throughout the years) were thereafter committed to being spent by Jaguarão Cultural Department and between 2.49% and 7.57% were actually spent. 2016 was the year with the lowest percentages whilst 2015 demonstrates the highest percentages.

In semi-structured interviews, local employees¹⁷⁶ were asked about the National Regional Development Policy¹⁷⁷, the PDFF and the Border Strip Development and Integration

¹⁷⁵ Secretaria de Cultura (Secult) de Jaguarão, in Portuguese.

¹⁷⁶ Six local employees from three different departments of municipal administration (Planning and Urbanism department; Administration department; Culture and Tourism department). Three were civil servants with experience ranging various administrations; three were contracted personnel currently in high-level posts as Secretaries.

¹⁷⁷ Política Nacional de Desenvolvimento Regional, in Portuguese

Plans. Only one employee indicated that he knew the National Regional Development Policy and the PDFF. No employee knew the Border Strip Development and Integration Plans. Results are presented as follows:

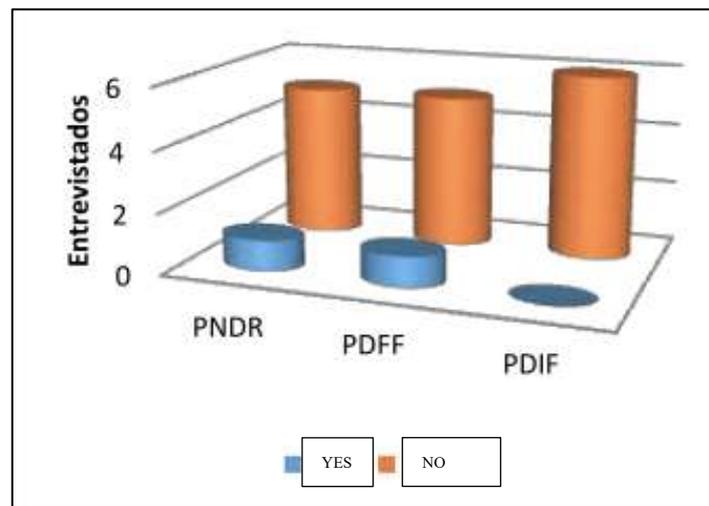


Figure 66: Knowledge of federal border programmes by members of the municipal administration in Jaguarão

Source: SILVA; CALDEIRÃO, 2018

Da Silva and Caldeirão (2018, p. 19, *our translation*¹⁷⁸) assess that

Despite the fact that all the participants visualize actions from the PDFF in their day-to-day work, none of them received any type of training or presentation in order for them to work in line with federal legislation and 67% of the interviewees recognise the actions within Jaguarão townhall's budget, but as a local activity and with no connection to other levels of government.

This denotes a lack of awareness of funding processes and sources, as well as a possible lack of general training. Furthermore, it demonstrates a very clear disconnection of municipal personnel from federal programmes destined to them, possibly because of the lack of communication and training from the levels of government responsible for the elaboration of these plans. The authors of the study attribute the discontinuity of plans at municipal level to the

lack of preparation and training of the personnel, be they civil servants or contracted, who are those responsible for the actual application of all the proposals included in the PDFF and who ultimately are the communities who are directly impacted by the results obtained. (SILVA; CALDEIRÃO, 2018, p. 23, *our translation*¹⁷⁹)

¹⁷⁸ “Apesar de todos os participantes visualizarem em seu cotidiano ações existentes no PDFF, nenhum deles recebeu qualquer tipo de treinamento ou ambientação para trabalhar em sintonia com a legislação federal, e 67% dos entrevistados reconhece as ações dentro do orçamento da Prefeitura de Jaguarão, mas como uma atividade local, e sem conexão com outras esferas de governo.”

¹⁷⁹ “falta de preparação e treinamento dos servidores, sejam eles efetivos ou cargos comissionados, que são os responsáveis pela efetiva aplicação de todas as propostas existentes no PDFF, e que em última instância são as comunidades diretamente impactadas pelos resultados obtidos.”

This discrepancy between the establishment of a federal framework for public policy in borderlands and its actual application is expressed clearly by Britos¹⁸⁰ (2018, *our translation*¹⁸¹), president of the Municipal Cultural Council¹⁸² of Jaguarão:

On the one hand the policies exist, we have the border policy, the rights, the Foreign Affairs Ministry, there are the border cultural policies. [...]

‘No crossing of the bridge without an authorization from the Ministry in Montevideo’
‘But wait, you told me there was a law of border policies [...] You talk about twin cities.’

‘I don’t think it’s this word yet, don’t think about it’

So people who come from Uruguay for the events here get to the bridge and to cross it it’s a bureaucracy [...] So people, annoyed, carry their instrument and cross the border [...] Border policies are useless because they aren’t applied. They debate and talk for nothing, because people end up crossing the bridge by foot.

According to an employee from the Brazilian Federal Revenue service at the border¹⁸³, the problem is twofold. Firstly, there is a lack of knowledge regarding procedures which enable the crossing of the border in the context of cultural events. Secondly, these procedures are so complicated that only large organisations are able to carry them out.

Following this analysis of federal policies geared towards the borderlands, we will explore how international cultural policies and programmes developed by the State have had an impact on the Brazil-Uruguay border region.

Until 2008, the institution which had authority and legitimacy in terms of cultural diplomacy in Brazil was the Ministry of Foreign Affairs (MRE)¹⁸⁴, more specifically its Cultural Department¹⁸⁵. The Ministry of Culture (MinC) occasionally gave support to the MRE

¹⁸⁰ Interview with Mangela Britos conducted by the author. Santana do Livramento, 13/09/2019.

¹⁸¹ “Por um lado as políticas estão, a gente tem a política fronteira, tem os direitos, tem o ministério das relações exteriores, tem a questão de políticas fronteiriças, políticas culturais fronteiriças. [...]

‘Não cruza a ponte sem autorização do ministério lá de Montevideo.’

‘Mas pára, o senhor me disse que tem uma lei de políticas públicas fronteiriças [...]. Vocês falam cidades-gêmeas.’

‘Eu acho que essa palavra ainda não, nem pensar.’

Então o pessoal que vem do Uruguai para os eventos aqui, chega na ponte e para atravessar o ônibus é toda uma papelada... [...] O pessoal, já bravo, pega o instrumento na mão e cruza a fronteira. [...] As políticas da fronteira não prestam para nada porque eles não cumprem. Ou seja, eles debatem, dialogam para nada, porque o pessoal termina atravessando a ponte a pé.”

¹⁸² Conselho Municipal de Cultura, in Portuguese. Council composed of members of the local civil society.

¹⁸³ Source: Field notes from an interview conducted by the author.

¹⁸⁴ Ministério das Relações Exteriores, in Portuguese. Also referred to as Itamaraty, based on the name of the Ministry’s building in Brasília.

¹⁸⁵ Departamento Cultural, in Portuguese.

but cultural diplomacy was not conceptualised from the MinC and there were no lines for international activities within the latter's budget (MARIÉ, 2017b).

During Fernando Henrique Cardoso's mandate as president, from 1995 to 2002, Brazilian cultural diplomacy actions are identified as having been underpinned by the following five lines of action: 1 – cultural funding based on tax waivers to companies; 2 – action within international forums and based on cultural cooperation mechanisms; 3 – monopoly of the MRE in elaborating and managing Brazilian cultural diplomacy; 4 – incipient funding to the MRE's Cultural Department; 5 - focus on actions aimed at linguistic exchange and archives (MARIÉ, 2017b).

The following table details the cultural and educational cooperation agreements signed by the MRE during the Cardoso mandate as well as the name of the partner country. Amongst the 15 partners, 3 are neighbouring countries (Argentina, Bolivia and Venezuela) but Uruguay is not included. Only the agreement with Argentina brings about the topic of integration.

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Canada (audiovisual coproduction)	South Africa (Cooperation in the cultural sector)	Italy (Cultural cooperation)		Peru (Cultural Exchange for the repassing of information in the sectors of radio and television ¹⁸⁶)	Costa Rica (Cultural Exchange for the repassing of information in the sectors of radio and television)	Portugal (agreement with the Camões Institute)	
Namibia (cultural and educational cooperation)		Syria (Cooperation in the sectors of education, higher education and culture)		Bolivia (Cultural cooperation)	Venezuela (Cultural Exchange for the repassing of information in the sectors of radio, television and news agencies)		
Turkey (cultural and educational cooperation)		Jamaica (cultural and educational cooperation)			Portugal (Friendship, cooperation and inquiries)		

¹⁸⁶ Intercâmbio Cultural para a Divulgação Recíproca de Informações nas Áreas de Rádio e Televisão, in Portuguese.

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
		Argentina (Cultural Integration) Russia (cultural and educational cooperation)			Estonia (cultural and educational cooperation)		

Table 13: List of cultural, technical and educational cooperation agreements signed during the Cardoso mandate (1995-2002)

Source: Reproduced and translated from MARIÉ, 2017b

During the Luiz Inácio Lula da Silva mandates (2003-2010), cultural diplomacy actions were underpinned by the following five lines of action: 1 - definition of a national project for the Brazilian culture at the beginning of the first term; 2 - diversification of the bodies engaged in cultural diplomacy actions; 3 - positioning in favour of cultural diversity within international organisations; 4 – expansion of the range of partner countries; 5 - expansion of State investments in the apparatus dedicated to cultural diplomacy (MARIÉ, 2017b).

In terms of partner countries, cultural diplomacy tendencies followed the general foreign policy tendency of diversification of partners alongside traditional ones, mainly with the BRICS, countries from the South and Latin-American neighbours (BRASIL, 2010; BIJOS; ARRUDA, 2010). However, the main programmes identified within cultural diplomacy action do not include projects linked to Uruguay and its border with Brazil (MARIÉ, 2017b).

The main element which is worth highlighting from this administration is the gradual collaboration of the MRE and the MinC in terms of the international projection of Brazilian culture (BRASIL, 2006; BARÃO, 2012; BIJOS; ARRUDA, 2010). The MinC left its advisory role to the MRE and cultural diplomacy was re-designed to be thought of as a joint responsibility of both ministries (MARIÉ, 2017b). For the organisation of the Year of Brazil in France (2005) and of the Year of France in Brazil (2009)¹⁸⁷, first large events of the sort, the MinC created in 2007 a Committee for the Internationalisation of Brazilian Culture¹⁸⁸, which

¹⁸⁷ French proposition of events which was agreed to under the Cardoso administration

¹⁸⁸ Comissariado da cultura brasileira no Exterior, in Portuguese.

was then transformed into what became the Board of International Relations¹⁸⁹ (DRI) in 2008. The decree through which the committee was created demonstrates the actual opening of the policy of cultural diplomacy to the MinC, including the following responsibilities: “Extend Brazilian foreign policy guidelines in the area of culture and ensure their adoption in the international cultural actions of the Ministry and related entities” and “outline strategies and support actions for the intensification of cultural exchange between Brazil and foreign countries, in articulation with the other areas of the Ministry” (BRASIL, 2008 apud BARÃO, 2012).

The official involvement of the MinC in international actions, thus the sharing of cultural diplomacy actions between the MRE and sectorial specialists in cultural policy, to make a difference which appears to be key in the development of networks with actors in the Brazil-Uruguay border region.

In general terms, Lessa (2002) argues that cooperation projects in the cultural sector possess the advantage of including the participation of artists and intellectuals who benefit from

the double advantage of not being associated with the politics of their countries - which provides them with an ability to generate trust and sympathy amongst their peers and with public opinion – as well as being experts in their specific areas of activity (apud. FERREIRA, 2012, p 68).

Beyond the possible positive bias that populations may have towards artists rather than politicians, the existence of a negative bias towards federal politics associated with the distant capital is very present in the Brazil-Uruguay borderlands, for reasons linked to the regionalisation of politics¹⁹⁰ and the perception of federal policies as being ill-suited to local reality.

Thus, we are led to think that amongst the policies emanating from the federal State, cultural policies have a higher propensity to be perceived and received positively in the borderlands than other types of policies, even if the latter are designed specifically for the borderlands.

¹⁸⁹ Diretoria de Relações Internacionais, in Portuguese.

¹⁹⁰ See section 3.2.1.

In the study conducted by Silva and Caldeirão (2018) responses of municipal personnel to questions relating to knowledge of federal policies for the borderlands, staff from the Planning and Urbanism Secretary were those who demonstrated the highest degree of knowledge of programmes in relation to other employees. They were able to present detailed information about Jaguarão's participation in the Growth Acceleration Programme¹⁹¹ (PAC) of Historical cities, since 2009, with a budget of R\$40,000,000 for the renovation of historical buildings.

Thus, this activity which was supported as part of the PDFF (within programme 3: Historical and cultural heritage, as mentioned previously) was also part of another programme: the PAC for Historical Cities. The latter was launched in 2009 as a special line of action within the PAC, a federal programme of economic policies launched in 2007 in order to boost Brazilian economic growth based on investment in infrastructure. Specifically, the PAC for Historical Cities was a collaboration of the federal government with the Brazilian National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN¹⁹²). The funding was redistributed by the Ministries of Culture, Education and Tourism to 173 cities which already possessed listed historical monument or were in process of being listed. The involvement of two institutions linked to cultural policies in this programme could have contributed to them being better assimilated by borderlands municipal personnel.

Similarly, whilst none of the 22 border city personnel or activists interviewed by the author as part of this research referred to the PDFF in the interviews, frequent mentions were made to Juca Ferreira¹⁹³ visiting the borderlands as Minister of Culture. On the 30th of May 2015, on the occasion of the officialisation of the Barón of Mauá bridge as Mercosul cultural heritage, the "Border Dialogue"¹⁹⁴ event was organised. Alongside public authorities from the cultural sector in Brazil and Uruguay such as Maria Julia Muñoz, Uruguayan Minister of Education and Culture and Jurema Machado, president of the Brazilian IPHAN, it attracted to the town of Jaguarão university professors, cultural activists and artists from other parts of the

¹⁹¹ Programa de Aceleração do Crescimento and PAC Cidades Históricas, in Portuguese.

¹⁹² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁹³ João Luiz Silva Ferreira, better known as Juca Ferreira, was Minister of Culture between 2008 and 2010 during the Luiz Inácio Lula da Silva administration and between 2015 and 2016 during the Dilma Rousseff administration.

¹⁹⁴ Diálogo da Fronteira, in Portuguese.

Uruguayan department of Cerro Largo and the Brazilian state of Rio Grande de do Sul and even from other Brazilian states (COMUNELLO, 2012).

Though it may seem contradictory, these various facts lead us to think that in terms of federal authorities and policies originating from Brasília, those relating to the cultural sector have a higher ability to reach the borderlands than those relating to borderlands.

4.1.1.3 Contribution of the Rio Grande do Sul state to cultural governance in the borderlands

Brazil's 1988 constitution, which prevails currently, does not institutionalise paradiplomacy. There is no specific rule prohibiting sub-national governments from acting internationally. Furthermore, a number of specific responsibilities are handed over to them by the federal government (MILANI; RIBERO, 2011) and the central state recognises a number of decentralized cooperation networks, such as Mercocidades, a cooperation network of cities within the framework of the Mercosul. Nevertheless, officially, all international action remains a prerogative of the central state, as established in article 21 of the constitution: “Is a prerogative of the Federal State: I – to maintain relations with foreign States and take part in international organisations” (*our translation*¹⁹⁵) and thus, Brazilian paradiplomacy is maintained within “unlawful practices” (VIGEVANI, 2006, p. 131, *our translation*¹⁹⁶).

In light of this, a bill was submitted in 2005¹⁹⁷ with the aim of adding a paragraph to article 21 of the constitution which would allow subnational governments, within their areas of jurisdiction, to establish treaties and agreements with foreign subnational entities, following authorisation from the Federal State. However, the bill was declined in 2007 and the institutional context remains the same to this date.

Additionally, the Brazilian system concentrates financial resources in the Federal State, making it difficult for subnational governments to increase their remit and actions (BRANCO, 2007).

The consequences of this legal-institutional framework are multiple. Firstly, the result is not an absence of paradiplomatic action but, since it is developed within a legal void, it depends mostly on political will. Secondly, subnational governments receive no orientations in terms of administrative structure for international action. Consequently, these vary widely from one State to another and even from one political mandate to another. Thirdly, different legal frameworks are created from one state to another and from one city to another within their state constitutions and municipal laws (BRANCO, 2007). Finally, a posture which has been frequently adopted -with success- to circumvent subnational governments' incapacity to

¹⁹⁵ “Compete à União: I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais”.

¹⁹⁶ “Situações irregulares”.

¹⁹⁷ PEC 475/2005, known as 'PEC da paradiplomacia '.

sign international treaties and agreements has been for them to take on a role of mediation in international activities between private entities and taking part in international subnational networks as well as in decentralised cooperation programmes (PRADO, 2011).

However, the Federal State accepts with difficulty the involvement of new actors in foreign policy, fearing a weakening of national policies. Most cases of paradiplomatic actions involve some participation from the Ministry of Foreign Affairs' Federative Relations Advisory Board¹⁹⁸ (VIGEVANI, 2006), demonstrating limited capacity of action by political entrepreneurs.

In Brazil, subnational governments' leverage on national issues is low, mostly due to a lack of institutional channels. Though local interests are put forward through trade union, company, sector or class representatives, the central state does not adapt in order to create collaboration and communication channels with these local actors (VIGEVANI, 2006).

In practice, Brazilian paradiplomatic activity mostly focuses, as in many countries, on areas belonging to *low politics* such as education, culture or tourism, with the deliberate intention not to create conflicts with State foreign policy (VIGEVANI, 2006).

Researchers (CHAUI, 2006; GUERREIRO, 2011; RUBIM, 2011; OLIVEIRA, 2012) tend to date back the emergence of cultural policies in Brazil to the 1930s, carried amongst others by Mário de Andrade from the cultural department of São Paulo city council and by intellectuals such as Gustavo Capanema at the beginning of Getúlio Vargas' government (1930-45). However, cooperation between different levels of government in terms of cultural policies was only established officially in 2012 with the creation of the National Cultural System¹⁹⁹ which required a modification of the Brazilian constitution²⁰⁰.

This system, "organised in a collaborative manner, in a decentralised and participative way, establishes a process of joint management and promotion of cultural public policies"

¹⁹⁸ Assessoria de Relações Federativas do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁹⁹ Sistema Nacional de Cultura.

²⁰⁰ With the PEC 71/2012 which added article 216-A to the Federal Constitution.

(Brasil, 1988²⁰¹, art. 216-A, § 1, *our translation*²⁰²). It included, amongst others, the following principles: “IV– cooperation between federal bodies, public and private cultural agents”; “V – integration and interaction in the carrying out of policies, programmes, projects and actions”; “VIII – autonomy of the federal bodies and of civil society institutions”; “XI – coordinated and agreed decentralisation of management, resources and actions”; “XII – progressive increase of the public budgets dedicated to culture” (Brasil, 1988²⁰³, art. 216-A, §1, *our translation*²⁰⁴).

It also more generally affirmed the importance of the creation of public policies for culture and the autonomy and collaboration of different levels of government for their implementation: “The States, the Federal District and the Municipalities will organise their own cultural systems in dedicated laws” (Brasil, 1988²⁰⁵, art. 216-A, §4, *our translation*²⁰⁶).

Following this law and with the help of the Ministry of Culture, a number of Brazilian States²⁰⁷ including Rio Grande do Sul, developed State Cultural Plans²⁰⁸. The main challenge in the elaboration of these plans was making them general enough in order to allow for the autonomy of municipal entities, whilst simultaneously making them specific enough to carry regional cultural specificities (CALABRE, 2013).

A study conducted by the author (MARIÉ, 2018) attempted to identify the evolution of the cultural components of Rio Grande do Sul state’s paradiplomacy from 1987 (year of the creation of the first paradiplomatic apparatus in Rio Grande do Sul) to 2014 through an analysis of the evolution of the place of culture in the state’s paradiplomatic institutions and agenda throughout the period.

²⁰¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 5 de outubro de 1988. Available from <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Accessed 26 Nov 2016.

²⁰² “organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura”.

²⁰³ BRASIL, 1988, Op.Cit.

²⁰⁴ “IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.”

²⁰⁵ BRASIL, 1988, Op.Cit.

²⁰⁶ “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias”.

²⁰⁷ Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins.

²⁰⁸ Planos Estaduais de Cultura.

Through a sequence analysis, three phases were identified in terms of space given to culture within the paradiplomatic institutional framework: a phase of expansion (1987-1994), followed by a phase of retraction (1995-2010), followed by another phase of expansion (2011-2015). In the first phase, RS' paradiplomacy was carried out by the SEAI, which gave significant institutional space to cultural questions. Simultaneously, the institutionalisation of the cultural field in RS demonstrates the existence of a discourse around the use of culture for integration with La Plata basin neighbours. In the second phase, the paradiplomatic structure was modified to focus more and more on economic issues, setting aside low-priority sectors such as culture. Institutional innovation in the third phase, through a new horizontal framework, made space for international action in all sectors of the State's activity, including cultural issues (MARIÉ, 2018).

In terms of space given to cultural issues in the paradiplomatic agenda, the dividing of phases is slightly different from those identified in the evolution of the institutional framework: a phase of will tampered by a lack of means (1987-1990), followed by a phase of focus on questions other than culture (1991-2010), followed by a phase of construction of an incipient cultural paradiplomatic agenda and discourse (2011-2015). During the first one, an ambitious agenda included some cultural aspects, mostly focused on Latin-America, but results were tampered by a lack of budget and staffing. The second phase is characterised by a focus on economic relations and thus, culture was virtually absent from RS's paradiplomacy during this period. In the third phase, the paradiplomatic agenda was diversified, thus bringing cultural aspects back in (MARIÉ, 2018).

Furthermore, although a discursive element around the gaúcha identity is definitely present in RS at least since the 1980s (PINTO, 2011), this identity can be seen mostly within the State and projected in the rest of the country. The projection of this identity beyond national borders is not very strong, due at least partly to a lack of institutional structure. A discursive element around the international cultural projection of the RS State was identified exclusively in the third phase. It can be seen as linked to the will to project a stronger image of RS which was present in this phase, but also to factors of a cultural nature at national and local level. In 2012, the establishment of a national framework for culture pushed many States, amongst which RS, to establish their own cultural frameworks (CALABRE, 2013) and to perceive the importance of culture as a public policy. In this sense, we see that the development path of cultural policies had an influence on that of cultural paradiplomacy

The following two tables are drawn from the analysis of the evolution of the state's paradiplomacy and cultural policies throughout the period. In the first one, which shows the evolution of the state's paradiplomatic and cultural institutional framework, the institutional bodies which could lead cultural actions in the borderlands are highlighted here. In the second one, which shows the evolution of RS's international relations agenda, the topics related to border regions and cultural policy are highlighted here.

Mandate	Governor	Party	Institutional structure / IR	Institutional structure /culture
1987-1991	Pedro Simon	PMDB	<u>SEAI (Special Secretariat for International Affairs)</u> 1- International cooperation 2- Private investments 3- Latin American integration Integration; Cultural Cooperation	<u>Cultural development Council (CODEC)</u> - integration of the La Plata basin countries - promotion of the gaúcha identity - international cultural exchange
1991-1995	Alceu de Deus Collares	PDT	<u>SEAI</u> 1- International cooperation department <i>Technical International Cooperation; Technical Cooperation with Developing Countries; Technical Cooperation with Partner-States</i> 2- Business Department <i>International Events; Business Cooperation and Promotion</i> 3- Latin American integration department <i>Information & Documentation; Border Issues; Cultural Integration; Latin-American Studies</i>	
1995-1999	Antônio Britto	PMDB	[1995-1996] <u>SEDAI (Development and International Affairs Secretariat)</u> 1- Latin American integration 2- International cooperation and business [1996-1999] SEDAI Department for International Affairs and Latin American Integration <i>Latin American Integration; International Cooperation; International Business; International Business Networks; Consular Relations</i>	State Lei de Incentivo à Cultura (1996) ²⁰⁹

²⁰⁹ System which finances cultural actions through tax credits

Mandate	Governor	Party	Institutional structure / IR	Institutional structure /culture
1999-2003	Olívio Dutra	PT	<u>SEDAI</u> Department for International Affairs and Latin American Integration 1- International Business 2- International Affairs # Special Office for Mercosul Affairs ²¹⁰	
2003-2007	Germano Rigotto	PMDB	<u>SEDAI</u> Department for International Affairs and Latin American Integration 1- International Business <i>International Fairs sector; Exporter Room</i> 2- International Affairs <i>International Cooperation; Consular Relations; International Governmental missions; Latin American Affairs</i>	
2007-2011	Yeda Crusius	PSDB	<u>SEDAI</u> 1- Department for International affairs 2- Department for business development 3- Department for the promotion of investments 4- Sales Board	
2011-2015	Tarso Genro	PT	<u>ACRI (Advisory Board for Cooperation and International Relations)</u>	State Cultural Plan (2012)

Table 14: Evolution of RS's paradiplomatic and cultural institutional frameworks

Source: Adapted from MARIÉ, 2018

Mandate	Governor	Party	IR Priorities	Main partners
1987-1991	Pedro Simon	PMDB	Regional integration Border and infrastructure development Cultural and academic exchange	South Cone countries USA Spain Japan
1991-1995	Alceu de Deus Collares	PDT	Economic relations	South Cone countries
1995-1999	Antônio Britto	PMDB	Economic relations	South Cone countries Japan Canada

²¹⁰ Closed down in 2000

Mandate	Governor	Party	IR Priorities	Main partners
				USA
1999-2003	Olívio Dutra	PT	Economic relations Technical cooperation	South Cone countries Canada European countries
2003-2007	Germano Rigotto	PMDB	Economic relations	South Cone countries Other partners: ad hoc
2007-2011	Yeda Crusius	PSDB	Economic relations	South Cone countries Italy Other partners: ad hoc
2011-2015	Tarso Genro	PT	Economic relations (agriculture) Political-institutional relations Cultural relations Relations with Lat. Am. countries	South Cone countries Cuba Manitoba (Canada) Shiga (Japan) Chungnam- Do (South Korea)

Table 15: Evolution of RS's paradiplomatic agenda

Source: Adapted from MARIÉ, 2018

The analysis of the evolution of RS's international relations agenda generally highlights the following characteristics: short-term planning and *ad-hoc* projects (NUNES, 2005), corresponding more to government development policies than to a proper State development policy (FERREIRA, 2015a; 2015b).

The repeated changes throughout the period show that the RS state government has not settled on a long-term formula (SALOMÓN; NUNES, 2007). Furthermore, they also demonstrate the strong influence which the interests, vision and actions of each governor have on RS's paradiplomacy. Therefore, the development of long term cultural public policy at state level is rendered difficult and makes state initiation of or support to cultural actions difficult, be it in the borderlands or in general.

Putting these observations in perspective with the challenges generally faced by subnational governments in the South in their international cultural action as highlighted by cultural policy literature, the following comments can be made. Firstly, institutional structure plays a crucial role in enabling cultural paradiplomacy and in fostering cultural production which is distinct from that which is projected by the central government (ZAMORANO; MORATÓ, 2014). A study of the internationalisation and paradiplomacy of creative cities

conducted in Brazil highlighted five factors which contribute to the development of an assertive paradiplomacy by the latter: segmentation of the city; qualified subnational bureaucracies; harmonious relations between central and municipal governments; autonomy conceded to municipalities; interdependence of the city (JESUS, 2017). The study of RS's cultural paradiplomacy demonstrates a lack of autonomy and of qualified bureaucracy at state level which hinders the state's ability to support the development of cultural production in the borderlands.

Secondly, cultural policies are a particularly complex area of public policy because of their profoundly cross-sectional nature. Firstly, in terms of policy areas, they often cross-over into sectors such as tourism, education or foreign policy, amongst others. Secondly, they involve public policies at various levels of government as well as the private and the third sectors. Furthermore, they are intrinsically long-term policies. The resulting complexities in terms of governance are felt particularly strongly in low income countries with incipient institutions, where public policies suffer from discontinuity and where there is a lack of professionals with specialised training (ISAR, 2008).

The cross-sectional nature of cultural policy also implies that cultural projects are incorporated within larger projects from other areas, for example in education (REIS, 2008a). This implies that projects are geared towards culture and development -the contribution of culture to development- rather than cultural development -the development of cultures and cultural capacities- (EPSKAMP; GOULD, 2000).

These difficulties in terms of development of local cultural policies are naturally felt even more in terms of internationalisation of these policies. Yet, the valuing and protection of a local culture at subnational level is an essential first step in its later internationalisation: "there is a clear connection between the foreign action and the adoption of local cultural policies" (ZAMORANO; MORATO, 2014, p. 11)

In 2004, United Cities and Local Governments (UCLG)'s agenda 21 for culture was the first document which attempted to set the foundations for a commitment of cities and local governments to getting involved in cultural development (FERNANDES; RIBEIRO, 2015). Some Brazilian sub-national governments have developed such policies, for example the Goiás state, which has developed territorial policies around the audio-visual sector (REIS, 2008b).

However, many Brazilian regions struggle to operationalise cultural development policies, due to a lack of articulation between regional and cultural policies along with a lack of actions which aim to value local culture (SANTOS, 2015).

Generally, the intangibility of creative products and services implies that it is difficult to evaluate their returns and develop indicators to measure the general impact of culture in terms of social and economic development. Thus, they are more difficult to argue for and therefore to fund. Specifically, the cultural and creative sectors are characterised by a certain blurriness in terms of definitions, representation and delimitation. This “conceptual mix is even more significant in countries which don’t attribute to culture and creativity their appropriate economic value and thus are slower to develop an analysis of its potential” (REIS, 2008a, p. 22, *our translation*²¹¹). In Brazil, the institutionalisation of the support to the creative economy was a slow process. The theme started to appear in Ministry of Culture documents from the beginning of the 2000s, However, only in the following decade was a Department of Creative Economy created and the ‘Creative Brazil’ plan²¹² launched in support of creative entrepreneurs and creative territories (JESUS, 2017).

²¹¹ "miscelânea conceitual ganha ainda maior envergadura em países que não costumam atribuir à cultura e à criatividade o valor econômico que lhes é pertinente e, portanto, despertam com maior lentidão à análise de seu potencial”.

²¹² Plano Brasil Criativo.

4.1.1.4 Contribution of the municipalities to cultural governance in the borderlands

Despite the existence in the borderlands of some federal actions of varying degrees of effectiveness, as presented previously²¹³, the Brazilian government itself is aware of the weakness of these programmes. In the 2009 document produced to present the PDFF²¹⁴, the then Secretary of Regional Programmes²¹⁵ wrote the following about the Brazilian Border Strip:

Despite its strategic nature for South American integration since it borders ten countries, corresponds to approximately 27% of the national territory (11 states and 588 municipalities) and hosts approximately 10 million inhabitants, the Border Strip constitutes an economically underdeveloped region, historically abandoned by the State, marked by the difficulty of access to public goods and services, by a lack of social cohesion, by the disregard for citizenship and by problems which are particular to border regions (BRASIL, 2009, p. 8, *our translation*²¹⁶).

In borderlands, flows and institutionalisation can be categorised based on their nature and origin. Machado (1998, p 4. *our translation*²¹⁷) makes a distinction, in terms of networks, between the “spontaneous order” and the “organised order”. According to her, the understanding of these networks “is fundamental to the understanding of the State’s and populations’ change of perspective in relation to boundaries and borders” (MACHADO, 1998, p. 4, *our translation*²¹⁸). Similarly, we can divide integration initiatives between those which would in generic terms correspond to a bottom-up or a top-down process, mostly referred to in Brazilian literature on the subject as local and summit integration²¹⁹. Local integration would correspond to the immediate, social integration of borderlanders’ daily lives. The second is the result of actions from individuals located at the institutional top levels of States, through instruments such as events, agreements and laws (BENTO, 2015a).

Whilst it does not need the institutionalization of the State's core in order to exist, local integration in the borderlands (the spontaneous order) is qualified by the recognition and

²¹³ See section 4.1.1.2.

²¹⁴ Commonly referred to as “Cartilha da Faixa de Fronteira”.

²¹⁵ Márcia Regina Sartori Damo.

²¹⁶ “Apesar de ser estratégica para a integração sul-americana, uma vez que faz fronteira com dez países, de corresponder a aproximadamente 27% do território nacional (11 estados e 588 municípios) e reunir cerca de 10 milhões de habitantes, a Faixa de Fronteira configura-se como uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças”.

²¹⁷ “a ordem espontânea”; “a ordem organizada”.

²¹⁸ “é essencial para a compreensão da mutação de perspectiva dos estados, e também das populações, em relação aos limites e as fronteiras”.

²¹⁹ Integração de base e de vértice, in Portuguese.

institutionalisation operated by the summit (the organized order). These benefits are particularly felt in areas such as health, social services, education, in which the creation of specific legal frameworks for the borderlands makes it easier for borderlanders to overcome the inadequacy of laws created in the centres of power in relation to their own reality (BENTO, 2015a).

Local integration largely preceded summit integration in the Brazil-Uruguay borderlands, in which:

binational integration with the cities of neighbouring states was customary even before there was talk of regional integration between neighbouring states within the scope of the political-legal-administrative core of South American States (BENTO, 2013)

Based on the historical informal integration operated locally, the first efforts in the direction of structured integration and cooperation in the borderlands started in 1989 with the creation of the Border Committees of twin cities²²⁰. These committees are composed of members of municipal administration and occasionally invite members of the civil society involved in social, economic and cultural activities in the borderlands (LEMOS; RÜCKERT, 2011).

Two decades later, on the 21st of March 2014, twin cities were officially recognized and defined by the Ministry of National Integration²²¹. An interesting fact is that this officialisation was made, amongst other justifications brought forward in the preamble of the provision, “in view of the increasing demands by the municipalities for specific public policies for these cities”; and “considering the importance of twin cities for border integration and, consequently, for South American integration” (*our translation*²²²). Clearly, the institutionalisation process identified here is of a bottom-up nature, stemming from demands from local actors. Also, the federal government action which followed local action was conceived as contributing to the wider objective of regional integration. Three levels of

²²⁰ Comitês de Fronteira de cidades gêmeas, in Portuguese.

²²¹ Through: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 125, de 21 de Março de 2014**. Available from <http://www.lex.com.br/legis_25369237_PORTARIA_N_125_DE_21_DE_MARCO_D>. Accessed 1 March 2020.

²²² “tendo em vista as crescentes demandas pelos municípios de políticas públicas específicas para estas cidades”; “considerando a importância das cidades-gêmeas para a integração fronteiriça e, conseqüentemente, para a integração sulamericana”.

government can be identified here, with a local catalyst, a national institutionalisation and a regional objective.

The provision thus defines border twin cities through two criteria:

1- Their location:

municipalities cut by the border line, be it dry or on a waterway, articulated or not by infrastructure work, which present great potential for economic and cultural integration, with or without a conurbation or semi-conurbation. with a locality in the neighbouring country, as well as "condensed" manifestations of problems which are typical of borders, which acquire greater density there, with direct effects on regional development and citizenship (*our translation*)²²³.

2- Their population: only municipalities composed of at least 2,000 inhabitants individually can be considered part of a twin city.

In 2002, horizontal integration in the borderlands led to another important vertical institutionalisation of this integration or, in other words, claims from the periphery led to action at the core. Following a movement led by civil society (the border committees of twin cities) demanding public policies that suited the reality of the border, the previously mentioned New Agenda for Cooperation and Border Development between Brazil and Uruguay²²⁴ was elaborated. It constituted a response from the central states to the observation of flaws in the articulation of the different levels of institutional presence in the borderlands as well as weaknesses in actions previously led by the Border Committees. In this way, it represented “an adaptation of the two States to the reality of local integration at the Brazilian-Uruguayan border” (LEMOS; RÜCKERT, 2014, p. 153, *our translation*²²⁵).

Clemente (2010, p. 178, *our translation*²²⁶) describes this process as resulting from the following course of events: “In response to demands from the so-called ‘driving forces’, the

²²³ “os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”.

Source: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 125, de 21 de Março de 2014**. Op. Cit.

²²⁴ See section 4.1.1.2 for more detail on this programme.

²²⁵ “uma adequação dos dois Estados à realidade de integração local da fronteira brasileiro-uruguaia”.

²²⁶ “En respuesta a demandas procedentes de las llamadas “fuerzas vivas”, los gobiernos de los dos países fueron generando instancias gubernamentales para la definición de regímenes especiales y de políticas públicas conjuntas para la frontera”.

governments of the two countries created government bodies in order to generate special regimes and joint public policies for the border.”

Also, this initiative represented a new impulse for the Border Committees of twin cities, which had progressively lost momentum throughout the 1990s and were reducing the frequency of their meetings due to reduced capacity to reach significant results (AVEIRO, 2006). The signature of the bilateral agreement provided renewed impetus to the committees which were revived through their new role as an intermediate channel between local communities and federal institutions (LEMOS; RÜCKERT, 2011).

Furthermore, the creation of the Borderland Integration Zone as part of the New Agenda tackled the long-running problem of the “undocumented”²²⁷: Uruguayans or Brazilians who lived, studied or worked on the other side of the border without legal authorisation to do so. However, in 2009, the number of applicants decreased due to the coming into force of the Mercosul’s Agreement on the Residence of Nationals of Mercosul Member States and from Bolivia and Chile²²⁸, negotiated in 2002. As the latter applies to spaces outside of the borderlands and gives access to permanent citizenship after two years, borderlanders thereafter preferred it to the Special Borderlander Document²²⁹ and the number of requests dropped. In Rivera, the number of applicants went from 108 in 2004 to 14 in 2010 (LEMOS; RÜCKERT, 2011).

The comparison of the levels of integration between populations from cities in the Brazil-Uruguay borderlands which are institutionalised as twin cities with those in cities that are not shows that the interaction between populations in the first category of cities is much greater than in the second category of cities (BENTO, 2015a). Therefore, although local integration precedes summit integration in this case, we can say that the latter reinforces and facilitates the process by reducing legal barriers and creating programmes that allow the intensifying of already existing interactions between populations. The case of the decrease in applications for Special Borderlander Documents linked to the creation of new policies by the

²²⁷ Os indocumentados, in Portuguese.

²²⁸ Through Decree n. 6.975, of 7th of October, 2009. Available from <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm>. Accessed 1st March 2020.

²²⁹ Documento Especial de Fronteiriço, in Portuguese.

Mercosul provides the counterpoint for arguing that whilst the force of local policies is that they are specific, the force of summit integration, when it is effective, is that it is far-reaching.

A common feature of all the different versions of the PDFFF is to view local actors and especially Border Committees of twin cities as central to initiatives in the borderlands (BRASIL 2005; 2009; 2017). As formulated in the 2009 Cartilha da Faixa de Fronteira:

Despite the low degree of institutionalisation usually observed in relation to Border Committees, there is evidence of their effectiveness on the border between Brazil and Uruguay (BRASIL, 2009, p. 22, *our translation*²³⁰)

The latter are seen as the local executive bodies of the action plans, thereafter reporting to the consulates (BRASIL, 2009).

On the other hand, the Ministry of National Integration also recognises the historical difficulty linked to political and institutional structures which do not reflect the needs of local populations. This engenders difficulties for them in passing on their demands to higher levels of government (SILVA; CALDEIRÃO, 2018). In 2009, for example, 90% of the PDFFF's budget derived from a type of funds allocated to congresspeople for the fulfilment of engagements made during their campaigns²³¹, which are usually spent in their electoral strongholds. With the exception of a few larger municipalities situated in the Border Strip, it is a big challenge for small borderland municipalities to apply for and take part in this type of federal programmes for reasons linked to institutional weaknesses (CARNEIRO; CAMARA, 2019).

This is evidenced through Silva and Caldeirão's (2018) previously mentioned study²³² which reports that, when asked to make spontaneous suggestions of factors which would support the development of the border strip, Jaguarão municipal employees mentioned: 1- the importance of training for municipal civil servants; 2- the creation of binational agreements for Jaguarão-Río Branco; 3- Further information and clarifications on the topic of heritage (included in PPDF programmes). Whilst they are in a frontline position in terms of execution of programmes and passing on of demands to higher spheres of government, municipal

²³⁰ “Apesar do baixo grau de institucionalização normalmente observado com relação aos Comitês de Fronteira, é possível se comprovar a efetividade destes na fronteira do Brasil com o Uruguai”.

²³¹ Funds known as “emenda parlamentar”.

²³² See section 4.1.1.2.

employees lack both awareness of programmes in which they are taking part and information on how to access other existing programmes. This can be related to the “institutional distance between these regions and the state” (MERCHER; BERNARDO; SILVA, 2018) which superimposes itself upon the physical distance.

Mercher, Bernardo and Silva’s (2018) study of South American cities’ actions towards integration in the borderlands through the Mercocities network sees the institutional gap which results from lack of action from central governments as a window of opportunity for subnational units to get involved in the issue. Amongst the various existing city networks, the one which is most closely connected to the needs and agenda of smaller, peripheral municipalities throughout South America is the Mercocities Network²³³. In spite of its name, the Mercocities network is not a programme which stems from the Mercosul itself: it was born out of municipal initiative and desire to cooperate²³⁴.

According to the authors, municipalities located in border conurbations have a significant presence within Mercocities, whilst it is not the case in other city networks. Furthermore, based on the initiative of border cities from the network, amongst others, a Border Integration Workgroup (UTIF²³⁵) was created in 2013. Border cities which took part in the creation of the working group were the following: Uruguaiana, Itaqui and Santa Vitória do Palmar (Brazil) and Asunción (Paraguay). Universities²³⁶ are also recognised for having played a decisive role in the creation of the working group (MERCHER; BERNARDO; SILVA, 2018)

In general, of the total of 340 municipalities which take part in the network, 18 are situated in border conurbations²³⁷: Santa Vitória do Palmar, Paranhos, Coronel Sapucaia, Bela Vista, Barra do Quaraí, Guaira and Foz do Iguaçu (Brazil); Rivera, Paysandú and Salto (Uruguay); Concordia and Posadas (Argentina); Assunção, Ypehú, Bella Vista Norte, Salto del

²³³ Contrary to, for example, the South American Cities Network (REDCISUR), whose action revolves more around large cities, and Red Andina de Ciudades (RAC) whose action is focused on a specific area: the Andes.

²³⁴ The idea of the network arised in 1995 during a meeting of the Union of Ibero-American Capital Cities (União de Cidades Capitais Ibero-Americanas, in Portuguese). The creation of the network was formalized later the same year through the signature of the founding act of Mercociudades in the city of Asunción, in July 1995.

²³⁵ Unidade Temática de Integração Fronteiriça, in Portuguese.

²³⁶ Centro Universitário Ritter dos Reis and Laureate International Universities network.

²³⁷ This study focuses exclusively on border cities which are part of a conurbation: a junction of cities which compose a continuous urban area. It therefore does not include twin cities which do not merge together for a variety of reasons (geographic, political, urban...).

Guairá, Pedro Juan Caballero (Paraguay); Arica (Chile) (MERCER; BERNARDO; SILVA, 2018, pp. 15-16).

They offer the following inventory of actions led by member-cities through the network as well as independently, divided in seven categories: social, development, tourism, culture, environment, urbanism, security. In the following tables, initiatives in the border conurbation of Santana do Livramento-Rivera were underlined.

Category	Initiatives
Social	<ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="384 685 1385 712">1. Coronel Sapucaia: Environmental Education of Brazil-Paraguay Border Region [BR / PY] <li data-bbox="384 779 1114 806">2. Coronel Sapucaia: Intercultural Border Schools Programme [BR] <li data-bbox="384 873 1366 945">3. Paysandú: Binational Agricultural School of Paysandú/Guaviyu Technical School [UY / AR] <li data-bbox="384 1012 1198 1039">4. Paysandu, Rivera: Joint policies for vulnerable young people [UY / AR] <li data-bbox="384 1106 1241 1133">5. Clorinda, Encarnacion, Posadas: Agreement on migration policies [AR / PY] <li data-bbox="384 1200 1366 1227">6. Arica, Tacna: Covenant on academic integration through Tarapaca University [PE - CH] <li data-bbox="384 1294 1139 1321">7. Pedro Juan Caballero, Ponta Porã: Binational Parliament [PY / BR] <li data-bbox="384 1388 1091 1415">8. Bella Vista Norte, Bela Vista: Binational Parliament [PY / BR] <li data-bbox="384 1482 1305 1509">9. Pedro Juan Caballero, Ponta Porã: Intercultural Bilingual Border School [PY / BR]
Development	<ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="384 1520 943 1547">1. Coronel Sapucaia: Promote Borders Project [BR] <li data-bbox="384 1615 1102 1641">2. Foz do Iguaçu: Brazil - Argentina Border Committee [BR - AR] <li data-bbox="384 1709 1241 1736">3. Foz do Iguaçu: Movement for the Border Identification Card [AR / BR / PY] <li data-bbox="384 1803 1225 1830">4. Concordia, Salto: Common agenda for international cooperation [AR / UY] <li data-bbox="384 1897 1318 1924">5. Barra do Quaraí: Bilateral programme for technical assistance in governability [BR] <li data-bbox="384 1991 1246 2018">6. Foz do Iguaçu: Hosting of the International Seminar on Border Regions [BR]

	<p>7. Posadas, Garupa, Candelaria, Encarnación: Creation of a binational urban conglomerate [AR / PY]</p> <p>8. Posadas - Encarnación: Integration Committee [AR / PY]</p> <p>9. Asunción, Clorinda: Optimisation Project for the Clorinda-Asunción urban node [PY / AR]</p> <p>10. Arica, Tacna: Integration of electrical power grids [CH / PE]</p> <p>11. Pedro Juan Caballero, Ponta Porã: Revitalisation of the international border line [PY / BR]</p> <p>12. Pedro Juan Caballero, Ponta Porã: Creation of a popular market [PY / BR]</p>
Tourism	<p>1. Foz do Iguacu: Meeting organized by COMTUR promoted the discussion of problems of mobility/road transportation at the border with Paraguay [BR / PY]</p> <p>2. Foz do Iguacu: Integrated Tourism Routes project [BR / AR / UY]</p> <p>3. Rivera, Paysandu: Members of the group of municipalities taking part in the TCHÊ Route [AR / UY]</p>
Culture	<p>1. Arica: Hosting of a Latin-american meeting of “cueca” folk dance [CH]</p>
Environment	<p>1. Foz do Iguacu, Puerto Iguazu, Ciudad del Este: joint sustainable development project [BR / AR / PY]</p> <p>2. Concordia, Salto: Environmental policies to protect the Guarani Aquifer [AR / UY]</p> <p><u>3. Rivera, Santana do Livramento: Environmental policies to protect the Guarani Aquifer [UY / BR]</u></p> <p>4. Ponta Porã, Pedro Juan Caballero: Environmental policies to protect the Guarani Aquifer [PY / BR]</p> <p>5. Pedro Juan Caballero e Ponta Porã: Integrated river management [PY / BR]</p>
Urbanism	<p>1. Pedro Juan Caballero e Ponta Porã: Joint urban planning [PY / BR]</p> <p>2. Bella Vista Norte e Bela Vista: Joint urban planning [PY / BR]</p>

	<p>3. Posadas: Strategic urban planning, with the perspective of integration with border cities [AR]</p> <p>4. Posadas: Urban Integration and Environmental Quality: Mobility, transport and territorial articulation programme [AR]</p> <p>5. <u>Santana do Livramento e Rivera: Integrated urban planning providing border integration</u> [BR/ UY]</p>
Security	1. Foz do Iguacu: Seminar on the prevention of cross-border crime [BR]

Table 16: Initiatives from Mercocities conurbated border city members
Source: Reproduced and adapted from MERCHER; BERNARDO; SILVA, 2018

The analysis of this table shows that whilst numerous actions were led in those cities, those in the cultural sector are a minority: out of the 36 initiatives, only 1 relates to culture. Two initiatives can be found in the border conurbation of Santana do Livramento-Rivera but they are focused on issues of urbanisation and environment.

Thus, available data and studies indicate that, though institutionalisation from higher levels of government is incipient and often lacks correspondence to the local context, initiatives do exist. In Santana do Livramento-Rivera, the New Agenda for Borderland Cooperation and Development between Brazil and Uruguay had the most effect in the health sector (LEMOS; RÜCKERT, 2011).

It is also within the scope of the PPDF that a particularly successful initiative was set up in the education sector: the Border Schools project²³⁸ which created binational courses and diplomas through a collaboration between the Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP- UTU) and the Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSul)²³⁹. This initiative stemmed from a 2006 project led by the Brazilian Cooperation Agency (ABC) and the United Nations Development Programme (UNDP) focused on regional development and skill-building through which, in partnership with the two educational institutions, a series of short courses were offered to borderlanders (OTTE; ARAUJO; PACHALSKI, 2018). Thereafter, the creation of the Border Schools Project was a response from IFSul and CETP-UTU to a request from the Brazilian Ministry of Education

²³⁸ Projeto Escolas de Fronteira, in Portuguese.

²³⁹ CETP and IF are Uruguayan and Brazilian education institutions which are focused on technical education.

within the framework of the PDFF, therefore jointly with the Ministry of National Integration with the participation of the local PDFF committees. A joint course was thus set up in 2010 at the IFSul in Santana do Livramento and in 2014 in Jaguarão (IFSUL; CETP-UTU, 2016)²⁴⁰. Here, we can see a successful project in the borderlands which came to life based on cooperation between a large number of organisations: an international institution (UNDP); a cooperation agency (ABC, led by the Brazilian Ministry of Foreign Affairs); a federal multi-level programme (PPDF) led by the Ministry of National Integration with local committees at municipal level; a ministry (MEC); and two educational institutions (CETP-UTU and IFSul). Literature and reports on the subject as well as interviews with professors involved in the process²⁴¹ point to the protagonism of the MEC, the ABC and the local educational institutions in contributing towards the success of the project: thus, institutions which are specialists in the relevant sector (education) and in cooperation.

²⁴⁰ For more information on this project, see:

OTTE; ARAÚJO; PACHALSKI. *Cooperação IFSul e CETP UTU na faixa de fronteira : o empoderamento discursivo de atores locais na construção de uma política internacional com relevante impacto social*. Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 4. 2018.

DINIS, Miguel Angelo Pereira; DE MELLO, Luciano Moura [org.]. *Cursos binacionais: relatos de uma experiência*. Santana do Livramento: Ed. Cia do eBook, 2015. 249 p.

MERCHER; BERNARDO; SILVA, 2018.

²⁴¹ Field notes from interviews with Lia Joan Nelson Pachalski and César Augusto Azevedo Nogueira conducted by the author. Pelotas, 04/07/2018. Field notes from an interview with Miguel Angelo Pereira Dinis conducted by the author. Santana do Livramento, 09/07/2018.

4.1.2 France-Germany borderlands

Europe cannot be only about cows and olives. Europe needs culture, or it won't be.

Giorgio Strehler. *De l'utopie au projet*. p. 89. *Our translation*²⁴².

In this section, we will briefly present the main programmes and institutions which are associated with cultural policies in the France-Germany borderlands. The intention here is not to be exhaustive²⁴³ but rather to focus on these programmes and institutions' role within the cultural networks in the borderlands and on actors' relations to them.

To support cross-border integration and the development of borderlands, the European Union (EU) created a programme dedicated specifically to cross-border cooperation. Created in 1990, the INTERREG programme is currently in its fifth cycle of activity: Interreg I (1990-1993), Interreg II (1994-1999), Interreg III (2000-2006), Interreg IV (2007-2013), Interreg V (2014-2020)²⁴⁴.

Originally a simple communitarian initiative, INTERREG became in the 2014-2020 cycle one of the main objectives of the EU Cohesion Policy, gaining the new name of European Territorial Cooperation²⁴⁵. The programme addresses various policy areas in borderlands and has throughout its years of existence offered support to a number of cultural projects. Depending on the programme cycles, the latter have had access to a special line of funding or, when it didn't exist, have been submitted to another line which could encompass cultural projects.

The report on the programme's last completed cycle, Interreg IV (2007-2013) reaches the following conclusions: 204 projects were funded, involving 2,295 partners from 29

²⁴² "L'Europe ne peut concerner seulement les vaches et les olives. L'Europe a besoin de culture, autrement elle ne sera pas." In : GREGORI, Maria Grazia. *De l'utopie au projet. Théâtre en Europe*. n°18. pp. 82-89.

²⁴³ In line with the asymmetrical nature of this study, in which this second case serves as a shadow case in order to provide a counterpoint to the first one.

²⁴⁴ Source: EUROPEAN COMMISSION. **Interreg 25 years**. Available from <http://ec.europa.eu/regional_policy/fr/policy/cooperation/european-territorial/interreg25years/>. Accessed 15 July 2017.

²⁴⁵ Source: EUROPEAN COMMISSION. **Interreg: European Territorial Co-operation**. Available from <http://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/cooperation/european-territorial/>. Accessed 15 July 2017.

countries. Italy is at the top of the list in terms of number of partners involved (261), followed by Spain (222) and the United Kingdom (160). Nearly all projects included a mix of partners from conversion regions (where GDP is inferior to 75% of the European average) and regional competitiveness and employment regions (where GDP is superior to 75% of the European average)²⁴⁶.

The underlying logic of this type of initiative is the following, as summarised by Martins (2007, p. 134, *our translation*²⁴⁷):

It can be argued that the process which leads to integration within “smaller” unities of institutional convergence, similarly to the communities which constitute Latin-American societies, without negating their specificities and maintaining their capacity for coordination, contributes both to the subjective and collective self-affirmation and to the “bottom-up” institutionalisation of the social and cultural legitimacy of regional blocks.

With regard to culture, European Union member-States did not immediately trust the regional block to get involved in these issues. Only in the 1992 Maastricht Treaty was an article included for the first time on the topic of the cultural competences of the Union. Even so, these remain very limited, complementary to the actions of member-States and strictly framed by the principle of subsidiarity²⁴⁸. This reluctance is characteristic of the entire cultural sector with the exception of the audiovisual industry which, given its economic aspect and large audience, was considered a priority sector for EU action from the late 1980s (AUTISSIER, 2006). Furthermore, cultural policies and the structuring of the cultural sector differ largely from one member-State to another and this complexifies the creation of unified policies and programmes at EU level.

The first large-scale EU programme geared towards the funding of cultural projects was launched in 1996 under the name of KALEIDOSCOPE. The “Culture 2000” programme

²⁴⁶ Source: INTERREG. **A solid platform to build on**. Available from <<http://report.interreg4c.eu/#more-partnerships>>. Accessed 15 July 2017.

²⁴⁷ “pode-se afirmar que o processo indutivo de integração por unidades ‘menores’ de aproximação institucional, semelhantemente às comunidades constituidoras das sociedades latino-americanas, sem lhes negar as especificidades e mantendo a sua capacidade de articulação, contribui tanto para a auto-afirmação subjetiva e grupal quanto para a institucionalização, ‘de baixo para cima’, da legitimidade social e cultural dos blocos (meso)regionais”.

²⁴⁸ Which “seeks to safeguard the ability of the Member States to take decisions and action and authorises intervention by the Union when the objectives of an action cannot be sufficiently achieved by the Member States, but can be better achieved at Union level”.

Source: EUROPEAN PARLIAMENT. Fact sheets on the European Union. The principle of subsidiarity. Available from <<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/7/the-principle-of-subsidiarity>>. Accessed 3 Mar 2020.

followed, with a cycle of activity which ran from 2000 to 2006. It was thereafter maintained for another cycle of six years (2007-2013) under the name of “Culture”. In the most recent cycle (2014-2020), the former Culture, MEDIA and MEDIA Mundus Programmes were fused and became the Creative Europe programme.

Culture 2000 focused on the development of a common cultural space for the European population by promoting cooperation between artists, producers, cultural networks, public cultural institutions as well as other partners. It served to fund: specific projects relating to the cultural sector in Europe; activities included within structured cultural cooperation agreements; and special cultural events with a European or international dimension (WEBER, 2007). During the 2007-2013 cycle, lines of action remained similar and culture professionals expressed disappointment:

In terms of official discourse, culture is definitely presented as a priority, or even one of the four "pillars" of the organisation. But in terms of real priorities, namely those which are budgeted, cultural cooperation has become peripheral. [...] the European Union and the Council of Europe [...] have been able to develop neither strategies nor programmes which met the various cultural cooperation actors' expectations and the needs of European construction (WEBER, 2007, p. 98, *our translation*²⁴⁹).

A 2004 study conducted by Relais Culture Europe²⁵⁰ highlighted the programme's main forces and shortcomings. The way the programme is designed resembles more that of a service than of a cultural subsidy programme: the budget file is very complicated; the commission focuses more on the management of the projects and on the number of European partners than on their content; the artistic content of the project is barely given space to; and if the project leader were to fail in the fulfilment of an engagement, the payment of yet unpaid committed amounts could be cancelled whilst paid amounts could be requested to be reimbursed. Support for projects does not appear to be based on their artistic appreciation but rather on criteria relating to management: the number and diversity of partners involved, as well as the ability to carry out the project originally planned (AUTISSIER, 2006).

²⁴⁹ “Certes, au niveau des discours officiels, la culture reste une priorité, voire l’un des quatre ‘piliers’ de l’organisation. Mais au niveau des vraies priorités, à savoir celles qui sont budgétisées, la coopération culturelle est devenue marginale. [...] on peut donc dire que [...] l’Union Européenne et le Conseil de l’Europe [...] n’ont su développer ni les stratégies ni les programmes correspondant aux attentes des différents acteurs de la coopération culturelle et aux nécessités de la construction européenne.”

²⁵⁰ French public agency for European cultural innovation which gives support to cultural actors and researchers in terms of project development and cooperation networks. Now serves as Creative Europe desk in France.

In its most recent form as the Creative Europe programme, this funding stream continues to generate criticism from cultural actors on a number of points²⁵¹. Firstly, the form of the project presented for funding remains more important than its contents: the important issue is the creation of perennial management structures rather than the quality of the project. Secondly, programme aims and criteria are seen as complex: one participant complains about the necessity to “tweak the project to match it with a programme objective and its specifics”²⁵². Thirdly, there are entry barriers for applications as applicants are required to have existed for a minimum of two years, have significant financial reserves and cannot include a fee for the work generated by the application process into the project budget. Fourthly, the number of available programmes and unclear communication from the European Commission make it complex for often understaffed cultural organisations to navigate the funding opportunities: another participant says “We don't have an overall idea of the programmes and we don't have the time to read them all”²⁵³.

Due to quantitative thinking around the choice of partners, management-led rather than quality-led evaluation of the projects as well as heavy bureaucratic processes, Autissier (2006) warns against the “relative marginalisation of artists in the European cooperation process” which is “not necessarily without consequences on the involvement of the artists themselves in the European space”.

According to Perrin (2013), most structural EU funding to cultural projects comes from European Territorial Cooperation programmes, such as Interreg. In this case, cultural actions are managed within institutional structures which are specifically framed to correspond to EU funding specificities. This is the case of many euroregions, a term used to describe cross-border cooperation initiatives of various types between subnational governments located on both sides of a European border, for the pursuit of joint aims and projects (PERRIN, 2015). In this context, cultural actions within euroregions are used for differentiation, whilst including them within administrative set-ups which are unlikely to allow for future autonomy of the project outside of the latter (PERRIN, 2013).

²⁵¹ Source: Field notes from observation conducted by the author at the workshop “Atelier de présentation des programmes européens” within the event “LabEurope”. Le Shadok, Strasbourg, 10/05/2019.

²⁵² “Il faut tordre le projet pour le faire matcher avec un objectif du programme et ses spécificités”.

²⁵³ “On n’a pas de vision globale des programmes et on n’a pas le temps de les lire tous”.

In the context of the French regional reform of 2016, the newly born Grand Est region conducted a survey on the cross-border activities of cultural actors from the region²⁵⁴. Though the design of the survey is based on an understanding of “cross-border” as activities developed across borders, therefore international activities in general, it nonetheless offers useful data in the context of this research. Though the region shares borders with four countries (Belgium, Luxembourg, Germany and Switzerland), nearly 80% of projects developed by respondents were in partnership with a German organisation (GRAND EST, 2019).

Firstly, the results of the survey show that, in a country strongly oriented towards public funding of cultural activities, only 50.4% of cross-border projects had received funding, whilst 49.6% had received none.

Amongst projects having received funding, whilst 60% were supported by the region and nearly 60% by other local authorities, the EU arrives in third position with an existing support to 40% of the projects.

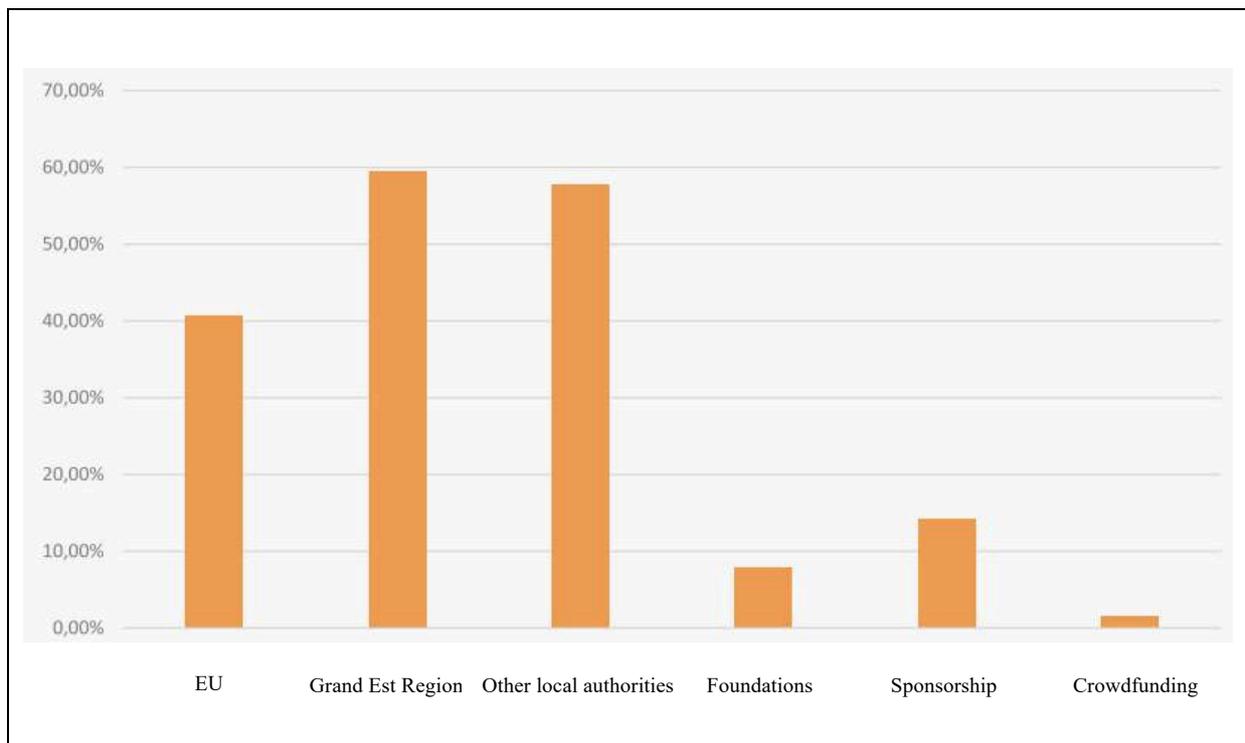


Figure 67: Types of funding
Source: Reproduced and translated from GRAND EST, 2019.

²⁵⁴ Interview with Mischa Schmelter conducted by the author. Telephone interview, 21/06/2019.

However, the significance of UE support within all sources of funding differs widely from one discipline to another, as shown in the following graph:

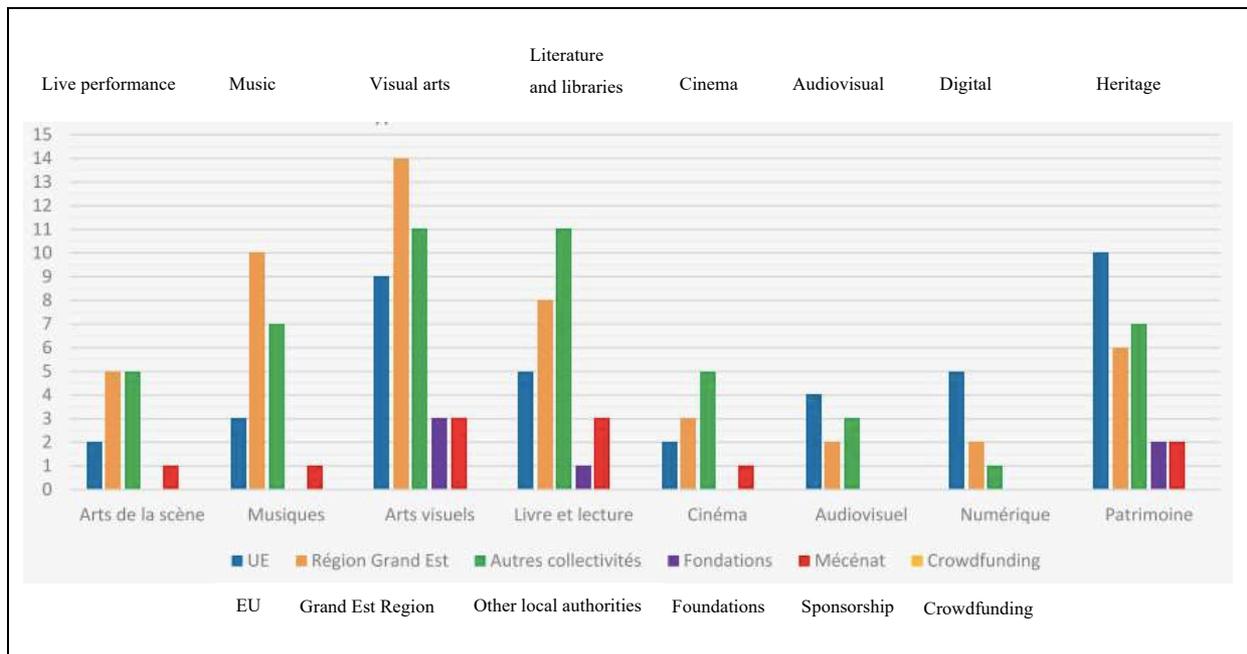


Figure 68: Number of financial supports by artistic discipline
 Source: Reproduced and translated from GRAND EST, 2019.

The detail shown in this graph highlights the fact that for projects in the heritage, digital and audiovisual sectors, the EU is the first funder. It also provides a significant proportion of funding in the sector of visual arts.

Finally, the following graph presents the obstacles to cross-border cooperation presented by the actors.

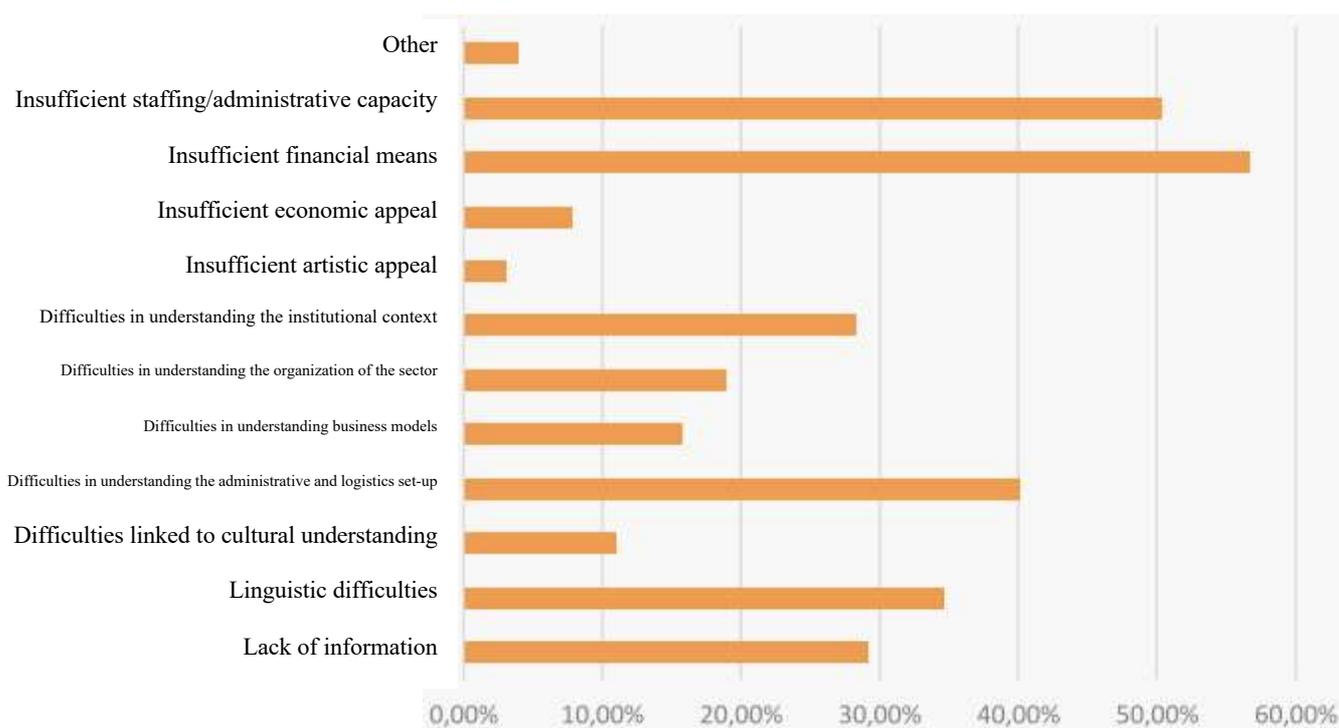


Figure 69: Obstacles to cross-border cooperation
 Source: Reproduced and translated from GRAND EST, 2019.

The first three obstacles are the following, starting with the most frequently mentioned: insufficient financial means; insufficient staffing/administrative capacity; difficulty in understanding the administrative and logistics set-up.

The fact that 50% of projects are set up with no funding and that actors mention insufficient financial means as the first obstacle is coherent, though it shows that this obstacle does not totally hinder the development of the project for the 50% that take place anyway (though possibly on a smaller scale). The other two mentioned obstacles (insufficient staffing/administrative capacity and difficulty in understanding the administrative and logistics set-up) is in line with the complaints regarding complexities in access to EU funding presented previously and can also refer to difficulties with administrative set-ups with multiple layers of funding within one's own country as well as in the neighbouring country. However, responses to other questions seem to point in the direction of a difficulty in cooperating with a distinct national context: 35% of respondents mention linguistic difficulties; followed by difficulties in understanding the institutional context, the organization of the sector, and the business models.

4.2 Cultural governance in the borderlands: borderland activism

Understanding is accepting not to understand everything. What matters is that which is 'between', the relationship to others [...]. Intercultural dialogue is found on the edge, on the boundary, which implies a constant struggle.

François de Bernard. *Towards new paradigms? Europe, globalization and the perception of new opportunities*. 2008, p. 17²⁵⁵

4.2.1 Places: the topography of culture

In the context of the multi-sited ethnographic study conducted for this research, the first phase of the fieldwork consisted in the conduction of non-systematic observation, informal conversations and visits of cultural spaces in the entire borderlands, in the two cases, as well as in large cities connected to the borderlands in the Brazilian context (Porto Alegre and Pelotas). The second phase of the fieldwork was conducted in selected locations: the border twin cities of Jaguarão-Río Branco; Santana do Livramento-Rivera; Strasbourg-Kehl; Basel-Saint Louis-Weil am Rhein. Subjective data was collected through in-depth semi-structured interviews and objective data was collected when available in public administration buildings as well as from interviewees²⁵⁶.

The first phase of fieldwork indicated a stronger rooting of borderland cultural networks in border twin cities than in municipalities situated further inside national territories within the border regions, though the latter are not exempt of involvement in these issues and of activities related to borderland culture²⁵⁷. However, observations corroborated the fact that it is in cities situated by the borderline that border culture, cultural production and cultural networks can be felt most intensely.

²⁵⁵ In: AUTISSIER, Anne-Marie [Ed]. *Intercultural Dialogue(s) in Europe*. Paris : Culture Europe International, 2008.

²⁵⁶ See introduction and section 2.5 for more detail on the methodology.

²⁵⁷ The most significant example would be the International Border Cinema Festival [Festival Internacional de Cinema da Fronteira] in Bagé and Pelotas.

Bento (2015b, p. 51, *our translation*²⁵⁸) argues that, as a practice linked to everyday life and even survival, border culture is situated in border twin cities, especially in conurbations:

the reasons for local integration among the populations of such conurbated border cities are above all factual, material reasons. In other words, such integration is not a consequence of (ideal) integration projects, it is not the result of a metaphysics of integration. Rather, it stems from the absence of geographical accidents, which allows a continuous flow of people and goods and is the result of the factual need for economic survival of the binational populations of these border cities that are far from the administrative centres of their respective states of belonging.

Material aspects can also affect local cultural practices, for example through the access to radios from the neighbouring country (MORAES, 2002) as well as TV channels, both mentioned by many interviewees in Brazil-Uruguay border cities as having shaped a familiarity with the neighbouring country's media and a habit of listening to its traditional musical styles.

In general terms, cities also constitute the most privileged spaces for cultural production based on their higher concentration of cultural actors, cultural institutions and, in some cases, of cultural capital. They are viewed as the ultimate cultural and creative spaces (SAEZ, 2004) which enjoy more advantages than other sub-national governments both in terms of cultural production and of cultural municipal and external policy (ZAMORANO; MORATÓ, 2014).

In Jesus's (2017) study of Brazilian creative cities presented previously²⁵⁹, one of the five factors presented as contributing to the development of an assertive municipal cultural paradiplomacy is the interdependence of the city, a factor which is highly developed in border twin cities. In the EU context, "urban networks form the backbone of Euroregions" (PERRIN, 2015, p. 6). Thus, focus was placed on border twin cities in the research.

²⁵⁸ "os motivos da integração de base entre as populações de tais cidades conurbadas de fronteira são, sobretudo, motivos fáticos, materiais, ou seja, tal integração não é consequência de projetos (ideais) de integração, não é consequência de uma metafísica da integração, mas consequência da ausência de acidentes geográficos, o que possibilita fluxo contínuo de pessoas e mercadorias, e resultado da necessidade fática de sobrevivência econômica das populações binacionais dessas cidades de fronteira que se encontram distantes dos centros administrativos de seus respectivos Estados de pertencimento."

²⁵⁹ See section 4.1.1.3.

4.2.2 Practices: the cultural actions

Subsequently, a number of culture-related projects which were identified as key in their relation to the Brazil-Uruguay borderlands will be presented in order to serve as the basis for the presentation of the nature of activists' contribution to the cultural networks in the Brazil-Uruguay borderlands. Other projects will be mentioned in a lesser amount of detail in this subsection and the subsequent ones and parallels will be drawn with the France-Germany borderlands in order to bring a counterpoint and depth to the analysis.

The first project is the *Fronteras Culturales/Fronteiras Culturais* movement²⁶⁰, which is also the most wide-ranging in terms of space as, though it stems from Santana do Livramento-Rivera and is mainly rooted in the Brazil-Uruguay borderlands, its activity extends over all of Brazil's borderlands. Its networks were found to be the densest and the most agile in terms of articulation between actors in the twin cities studied²⁶¹. It was officially created in 2010, a year after the group initiated its activities²⁶² around the aim of “thinking the Latin American from the border”²⁶³, grounded in empirical actions and valuing pre-existing projects as well as the borderlands as a space. It is led by Ricardo Almeida, project manager in the sectors of ICT²⁶⁴ and cultural integration. The movement gathers researchers, public agents, artists, producers and cultural collectives around the aim of creating “cultural integration corridors”²⁶⁵ (ALMEIDA; DORFMAN, 2017, p. 149) in the borderlands, based on the cultural spaces, themes and biomes from the regions. It considers that borderlands cultural integration projects are those which meet three criteria: 1- Cultural integration as a theme; 2- Creation of work and wages on both sides of an international border; 3- Binational participation from civil society (ALMEIDA; DORFMAN, 2017).

The main participations of the movement to political actions in favour of culture and cultural networks in the borderlands are exposed synthetically in the following table:

²⁶⁰ Which can be translated to English as “Cultural borders movement”. The original name will be maintained in the text.

²⁶¹ Field notes from fieldwork conducted in the Brazil-Uruguay borderlands in July and September 2018.

²⁶² Interview with Ricardo Almeida conducted by the author. Telephone interview, 10/09/2018.

²⁶³ “Pensar o latino americano a partir da fronteira”. Source: Interview with Ricardo Almeida conducted by the author. Op. Cit.

²⁶⁴ Information and Communications Technology.

²⁶⁵ “corredores de integração cultural”, in Portuguese.

Year	Name of document/ event	Role played by Fronteras Culturales	Main result
12 th July 2010	Border letter ²⁶⁶	Participation in the elaboration, jointly with local mayors and governors. Letter submitted to Uruguayan and Brazilian presidents ²⁶⁷ .	<ul style="list-style-type: none"> - Affirmation of culture as “one of the cohesive pillars for sustainable development, as it aims to promote self-esteem and the feeling of belonging, the recognition and appreciation of the historical and cultural heritage of the border communities”²⁶⁸; - Claim that “it is important and urgent to strengthen the cultural actions of the border communities, as well as to expand and democratise the access to services as well as tangible and intangible goods, cultural policies and actions, and to strengthen the cultural economy, capacities and local knowledge.”²⁶⁹
2011	Cultural Intentions Protocol ²⁷⁰	Document signed by Uruguayan and Brazilian presidents ²⁷¹ acknowledging the demands presented in the border letter.	<ul style="list-style-type: none"> - Document was recognised within Mercosul forums; - More explicit recognition from Uruguayan than Brazilian federal institutions.
2013	Brazil-Uruguay border cultural integration calendar	Elaboration of the calendar in collaboration with local universities, local consulates and border committees.	Elaboration of an explicit calendar of cultural events in the borderlands which celebrated border culture and/or cooperation between cultural actors in the borderlands.
23 January 2016	Participation in World Social Forum in Porto Alegre	Organisation of a one-day event bringing together artists, producers, collectives and researchers to discuss borderland cultural integration	<ul style="list-style-type: none"> - Participation in a large-scale international event; - Increasing visibility of the issues.

²⁶⁶ Carta da fronteira, in Portuguese.

²⁶⁷ In Uruguay, José Alberto "Pepe" Mujica Cordano (better known and hereafter referred to as Pepe Mujica), president from 2010 to 2015. In Brazil, Luiz Inácio Lula da Silva (better known and hereafter referred to as Lula), president from 2003 to 2011.

²⁶⁸ “a dimensão cultural é um dos eixos integradores para o desenvolvimento sustentável, pois visa a promoção da autoestima e do sentimento de pertencimento, o reconhecimento e valorização do patrimônio histórico e cultural das comunidades fronteiriças” (CARTA, 2017, *our translation*)

²⁶⁹ “é importante e urgente fortalecer as ações culturais das comunidades da fronteira, bem como ampliar e democratizar o acesso aos serviços e bens materiais e imateriais, às políticas e ações culturais, e fortalecer a economia da cultura, as capacidades e os saberes locais” (CARTA, 2017, *our translation*)

²⁷⁰ Protocolo de Intenções Culturais, in Portuguese.

²⁷¹ In Uruguay, Pepe Mujica. In Brazil, Dilma Rousseff.

Table 17: Main participations of the Fronteras Culturales movement to political actions in favour of cultural production, policy and networks in the borderlands

Source: Elaborated by the author based on FRONTEIRAS/FRONTERAS, 2017; ALMEIDA; DORFMAN, 2017; Field notes²⁷².

Almeida points to the stronger support to the movement and its actions from Uruguayan institutions than Brazilian ones, the latter's support being more moral than tangible²⁷³.



Figure 70: Marketing documents from the Brazil-Uruguay Cultural Integration Calendar and World Social Forum event around the Fronteras Culturales movement

Source: ALMEIDA; DORFMAN, 2017

The second selected event is the Binational Festival of Oeno-gastronomy and products from the Pampa²⁷⁴, led by Jussara Dutra, ex-Chef of the Piratini Palace²⁷⁵ restaurant, now researcher and curator of the festival. In 2011, Dutra was nominated by Tarso Genro²⁷⁶ as Chef of the Piratini Palace, position which previously had always been held by men from the military and had not been carried out with any specific rooting in regional cuisine. She suggested that the Palace become, in this context, a location for the promotion of traditional cuisine from the Rio Grande do Sul, as intangible heritage. Due to the absence of previous research or actions on this topic, she launched a large research project involving historians, nutricionists, an anthropologist and students in order to gather data from elderly people, restaurants and

²⁷² Interview with Ricardo Almeida conducted by the author. Op. cit.

²⁷³ Interview with Ricardo Almeida conducted by the author. Op. cit.

²⁷⁴ Festival Binacional de Enogastronomia e Produtos do Pampa, in Portuguese.

²⁷⁵ Palácio Piratini: governmental building of the Rio Grande do Sul state, situated in Porto Alegre.

²⁷⁶ Governor of the Rio Grande do Sul state from 2011 to 2015, from the Partido dos Trabalhadores (PT).

traditional food producers. The research project which lasted from 2001 to 2014 as well as the first edition of the festival in 2014, were conducted exclusively with state government funding.

The border conurbation of Santana do Livramento – Rivera was chosen to host the event and significant emphasis was put on regional food traditions from the borderlands as well as on the binational aspect of the project. As stated clearly by Dutra²⁷⁷ (2018, *our translation*²⁷⁸), “it was impossible to conceive any project here at the border without it being binational”; “everything we do in the festival has to be binational”.

The aim of presenting the results of the research project in various formats and channels was not achieved as funding for the project was interrupted with the change in state government in 2015. The 2015 and 2016 editions were supported by the Rivera townhall and state government²⁷⁹. From 2017, local businesses and trade unions added their support to the festival budget. Finally, the festival received support from the Lei Rouanet tax incentive mechanism for the first time in its 2018 edition. The festival, alongside its activities strictly focused on gastronomy, also includes other cultural activities around photography and cinema as well as social activities, all of them largely focused on the binational and cross-border location of the festival²⁸⁰.



²⁷⁷ Interview with Jussara Dutra conducted by the author. Santana do Livramento, 19/09/2018.

²⁷⁸ “Era impossível pensar qualquer projeto aqui na fronteira que não fosse um projeto binacional”; “tudo que a gente faz no festival tem que ser binacional”.

²⁷⁹ Intendencia de Rivera, in Spanish.

²⁸⁰ Interview with Jussara Dutra conducted by the author. Op.cit.

Figure 71: Binational Festival of Oeno-gastronomy and products from the Pampa: visual identity
Source: Festival website. Available from < <http://festivalbienogastronomia.blogspot.com/>>. Accessed 3 Mar 2020.

The third event is the Binational Book Fair²⁸¹ in Santana do Livramento-Rivera, created in 2010 by the Marco Zero bookshop and led by its joint owner Artur Montanari. Despite the initial idea of conducting this fair in the International Park which is crossed by the border in the middle of the two cities, this was not possible in the first edition and the event was transferred to the Casa de Cultura in Santana do Livramento. In 2011, based on the support of the Brazilian local consul in Rivera²⁸², the transfer to the International Park was possible. The Fair continued in 2012 and 2013 with success, based on significant help from the local consul²⁸³. However, in 2014, the combination of an interruption in local consulate support and personal conflicts within the organising team led to an interruption of the Fair, which did not happen again. As pointed out by Montanari²⁸⁴ (*our translation*²⁸⁵),

it depends a lot on the initiative of specific people who lead some processes. If these people are absent or they are missing, I think the tendency is that things start to go wrong, it starts slowing down, and then it ends up collapsing. That's what happened to our Fair.

Changes in people affect processes both with regard to cultural activists within civil society and within government. As shown in the case of the Oeno-gastronomic Festival presented previously, changes in government can mark the end of a funding or support stream. Montanari (*our translation*²⁸⁶) also points to this difficulty, regarding a free mini-library project in various locations in the city:

It worked really well. And there was no continuity because the government changed. Then the other government was not interested and as it is a public space we depended on them, on the consent of the municipality. So the library ended.

²⁸¹ Feira Binacional do Livro, in Portuguese.

²⁸² Ana Lélia Benincá Beltrame.

²⁸³ Eliana da Costa.

²⁸⁴ Interview with Artur Montanari conducted by the author. Santana do Livramento, 22/09/2018.

²⁸⁵ “depende muito da iniciativa de algumas pessoas que estão à frente de alguns processos. Se essas pessoas se ausentam ou elas faltam, acho que a tendência é que as coisas comecem a não dar certo, começa a desacelerar, aí acaba caindo. É o que aconteceu com a nossa feira”.

²⁸⁶ “Funcionou super bem. E não teve continuidade porque o governo mudou. Aí o outro governo não ficou interessado e como é espaço público a gente dependia deles, da anuência do município. Aí acabou a biblioteca.”



Figure 72: Santana do Livramento-Rivera Binational Book Fair: visual identity

Source: Festival website. Available from < <http://binacionaldolivro.blogspot.com/>>. Accessed 3 Mar 2020.

4.2.3. People: the actors

The first actors who are highlighted for their importance in cross-border cultural network processes are the social elite. They are mentioned for their crucial role both as project leaders and as audiences.

As evidenced previously through the analysis of the Mercosul's role in initiating actions in the sectors of cultural and borderland integration in the Brazil-Uruguay borderlands²⁸⁷, the latter's role is shown to be limited and its main contribution to be symbolic. This is in consonance with the situation in other South American borderlands, as stated by Amilhat Szary (2010, pp. 11-12, *our translation*²⁸⁸):

It is difficult, however, to assert that the momentum for cross-border regional development that can be seen across much of Latin America's borders is a direct result of the integration processes underway. It is part of a much more general awareness of the value of territories and the importance of working on local / global relationships to successfully secure a place within globalisation. In practice, there are not so many specific cooperation instruments in place.

Based on peripheral location; weaknesses in institutional and political representation; as well as a historical context of regionalisation of politics²⁸⁹ (CLEMENTE, 2010), local elites took on a role in the vocalisation of issues affecting their territory. Between the 1980s and the 1990s throughout the South American subcontinent, projects were born out of these influent local groups' initiative, through a bottom-up dynamic based on local resources and pragmatic necessity for survival (AMILHAT SZARY, 2010).

This configuration is especially visible in the cultural sector in Santana do Livramento – Rivera, which is mainly built upon activism. Montanari²⁹⁰ points out that those who lead cultural initiatives in the borderlands in Santana do Livramento are

Basically civil society and the [cultural] agents themselves. Initiatives led by public authorities are scarce. There is the question of the Farroupilha week, which is a state issue. [...] Gaucho origins. All this is strong here. [...] One of the few who does cultural production here and manages to raise funds is the one who deals with folk culture. [...] Because it is the issue of the gaucho, he succeeds. But the rest is difficult.

²⁸⁷ See section 4.1.1.1.

²⁸⁸ “Il est difficile toutefois d'affirmer que l'élan pour le développement régional transfrontalier que l'on remarque sur une grande partie des frontières latino-américaines est la conséquence directe des processus d'intégration en cours. Il s'insère dans une prise de conscience beaucoup plus générale de la valeur des territoires et de l'importance de travailler sur les relations local / global pour réussir l'insertion dans la mondialisation. De fait, les instruments spécifiques de coopération mis en place ne sont pas si nombreux”.

²⁸⁹ See section 3.2.1.

²⁹⁰ Interview with Artur Montanari conducted by the author. Op.cit.

It depends a lot on the initiative of the cultural agents who are making culture (*our translation*²⁹¹).

Thus, the only actor who is seen as managing to secure support from public authorities is the person whose cultural actions are linked to a wider topic involving other regions beyond the borderlands.

Additionally, populations who are identified as connecting to the borderlands and to the binational culture which is present locally, as well as to cultural events as audiences, are the regional elite. As pointed out by Palermo²⁹²,

no one enters my museum, but in a musical show [...] 5000, 6000, 7000 people go. [...] Some issues are more elite consumption than popular consumption, even if those you are watching in these expressions can have a low income. Yes, but those who enjoy it are not low-income groups, they are the elite. Low-income people do other things, [...] are in other styles, not in these. [...] Border culture is a popular culture, not an elite culture (*our translation*²⁹³)

Both as a result of these cultural preferences and of a concentration of cultural events in the centre, audiences tend to be the same in the different events and tend to be higher income inhabitants from the city centres²⁹⁴. They also depend a lot on relations between local artists who, though they are still searching for a way of structuring their actions as a network, demonstrate close relations and a knowledge of the work of the main artistic figures of the region²⁹⁵. As pointed out by visual artist and arts teacher Dionéia de Macedo²⁹⁶,

We need to fight hard to create something that brings an audience, you know? [...] As artists, we get together more, exchange more, for example if they do an exhibition there, all the Brazilians go, if a Brazilian does one here all the Uruguayans come, we support each other (*our translation*²⁹⁷).

²⁹¹ “Basicamente a sociedade civil e os próprios agentes. São poucas as iniciativas do poder público. Tem a questão da semana farroupilha, é uma questão do Estado. A origem do gaúcho. Isso tudo vem forte aqui. [...] um dos poucos que faz produção cultural aqui e consegue captar recursos é o que lida muito com tradicionalismo. [...] Porque é essa questão do gaúcho, ele consegue. Mas os demais é difícil. Depende muito da iniciativa, dos agentes culturais que estão fazendo cultura.”

²⁹² Interview with Eduardo Palermo conducted by the author. Op. cit.

²⁹³ “no meu museu não entra ninguém, mas em um espetáculo musical de fronteira [...] vão 5000, 6000, 7000 pessoas. [...] algumas questões são mais consumo de elite do que consumo popular, ainda que o pessoal que tu olha nessas expressões seja gente de base. Sim, mas quem gosta não é gente de base, é a elite. Gente de base que faz outras coisas, [...] está em outros estilos, não nesses. [...] Cultura de fronteira é uma cultura de base, não de elite.”

²⁹⁴ Interview with Artur Montanari conducted by the author. Op. cit.

²⁹⁵ Field notes from observation conducted by the author at an event bringing together visual artists from Santana do Livramento and Rivera, organized by the Curadoria de Artes Visuais. Museo Departamental de Artes Plásticas, Rivera, 18/09/2018.

²⁹⁶ Interview with Dionéia Macedo conducted by the author. Santana do Livramento, 09/07/2018.

²⁹⁷ “Tu tem que lutar muito para conseguir alguma coisa que tu tenha público, sabe? [...] Nós os artistas a gente se reúne mais, troca mais, por exemplo se eles fazem uma exposição lá todos os brasileiros vão, se um brasileiro faz aqui todos os uruguaiois vêm, a gente se abraça.”

Another important role played by actors is that of political elites and networks. Firstly, as pointed out previously, Border Committees of twin cities were the initiators of fundamental local political representation and action from the 1990s and, though their actions are not constant and sometimes suffer interruptions, they are still important actors in local political networks.

Secondly, the importance of the local Brazilian and Uruguayan consulates in border cities is highlighted by many actors both in Santana do Livramento – Rivera and Jaguarão- Rio Branco as being fundamental to the organisation of cultural events. Britos²⁹⁸ points out that “the mistake” committed in Jaguarão was having recently tried to interact with ministries rather than with consulates, which enable cultural actors to “skip a few levels” in the bureaucracy and thus “obtain something”²⁹⁹.

Rodrigo Segovia, Culture and Tourism Secretary in Jaguarão from 2017 to 2019, formulates clearly:

as I observed, to make life easier at the border in terms of bureaucratic issues: use the consulates. Because... let's say, the consulate is politically neutral. And if the consuls get involved ... and this, let's say, is a political manoeuvre that I've been able to use and is working. [...] With the one in Porto Alegre I never talked, nor with the one in Montevideo. We talk directly with the border consulates, but the Uruguayan consulate in Brazil is the most active, by 99% (*our translation*³⁰⁰).

However, this relationship with consuls working in border city consulates does not appear to be based on institutional or political relationship. Rather, it appears to be based on the personality of the consul and a possible personal involvement in cultural issues. This is reinforced by Segovia’s highlighting of the fact that 99% of consulate involvement stems from one of the two border consulates. The oscillations in the Santana do Livramento – Rivera Binational Book Fair also appear to be in large part linked to the presence or absence of support from specific consuls involved in cultural issues³⁰¹. In the case of the bookfair, support came

²⁹⁸ Interview with Mangela Britos conducted by the author. Op.cit.

²⁹⁹ *Our translation* of “o erro”; “pulando degrau”; “conseguir alguma coisa”.

³⁰⁰ “como eu vi, para facilitar a vida da fronteira na questão burocrática: utilizar os consulados. Porque... digamos assim, o consulado é algo neutro politicamente. E se os cônsules se envolverem... e essa, digamos, é uma manobra política que eu tenho conseguido utilizar e está dando certo. [...] Com o de Porto Alegre eu nunca conversei, nem com o de Montevideo. A gente conversa direto com os consulados da fronteira, mas o consulado do Uruguai no Brasil é o mais ativo, 99%”.

³⁰¹ See section 4.2.2.

from two successive consuls who had “excellent involvement in the cultural sector” and were “very open and receptive”³⁰².

Finally, corresponding visions between politicians in the different instances involved appears to accelerate many of the processes which led to the organisation of summits, the voting of legal documents but also the creation of cultural initiatives and the involvement in national funding programmes. This convergence is even stronger in the case of politicians from the same political group.

Follows a table presenting all the year numbers mentioned in the interviews conducted in the Brazil-Uruguay borderlands³⁰³ as well as the number of times they were mentioned and the weighted percentage they represent in the total amount of words said in all the interviews.

Word	Count	Weighted Percentage
2007	69	0.01%
2008	82	0.01%
2009	417	0.08%
2010	165	0.03%
2011	621	0.11%
2012	301	0.05%
2013	289	0.05%
2014	600	0.11%
2015	126	0.02%

Table 18: Years mentioned in the interviews in number of occurrences and weighted percentage

Source: Produced by the author with NVivo 12

It appears that no mentions of years prior to 2007 or after 2015 were made³⁰⁴. Also, mentions during the period going from 2009 to 2014 are much higher than in the other years, with peaks in the years 2009; 2011 and 2014. Looking at political mandates throughout this period, we can see that it corresponded to a period of convergence of political visions between Brazilian and Uruguayan left-wing presidents, as well as of political leaders from the same

³⁰² Written communication from Artur Montanari. *Our translation* from “de atuação excelente na área cultural”; “muito aberta e receptiva”.

³⁰³ List available in Appendix 1.

³⁰⁴ The interviews were conducted by the author in 2018.

Brazilian party, the Workers' Party³⁰⁵ (PT). Years between 2007 and 2015 are highlighted in the table below.

Year	Brazilian President	Uruguayan president	RS governor	Jaguarão mayor ³⁰⁶
2003	Lula, PT (first mandate)	Jorge Luis Battle Ibáñez, Partido Colorado	Germano Rigotto, PMDB	Henrique Edmar Knorr Filho, PMDB
2004				
2005				
2006	Lula, PT (second mandate)	Tabaré Vázquez, Frente Amplio	Yeda Crusius, PSDB	Claudio Martins, PT ³⁰⁷
2007				
2008				
2009				
2010	Dilma Rousseff, PT (first mandate)	Pepe Mujica, Frente Amplio	Tarso Genro, PT	Claudio Martins, PT ³⁰⁷
2011				
2012				
2013				
2014				
2015	Dilma Rousseff, PT (second mandate ³⁰⁸)	José Ivo Sartori, PMDB		
2016	Michel Temer, PMDB			

Table 19: Periods of left-wing government in local, state and federal governments in Brazil and Uruguay

Source: Elaborated by the author

The colouring of the years in which this political convergence existed shows that the period of more intense activity took place within these years, with the strongest convergence between 2011 and 2014.

³⁰⁵ Partido dos Trabalhadores, in Portuguese.

³⁰⁶ The choice of the city of Jaguarão to represent the municipal level here is based on fieldwork which pointed to a significant phenomenon of political convergence which was seized as an opportunity for the leading of projects.

³⁰⁷ From 2015, Mayor Claudio Martins was involved in legal processes.

³⁰⁸ On the 12th of May 2015, Dilma Rousseff left power in the context of an impeachment procedure.

Finally, the third category of actors who are pointed out as playing a strong role in cross-border cultural networks are universities. Mercher, Bernardo and Silva (2018, p. 20) point out that universities “played a decisive role” in the creation of the Working Group for Border Integration within the Mercocities Network. As institutions which are more secure and governed by long-term policies in terms of funding, they appear to play the important role of maintaining initiatives alive, even in dormant form, in between more intense phases in which cultural actors are able to sustain a project, sometimes funded by a supportive government or funding stream.

In Jaguarão, the 2012 listing of the historical centre as national historical monument by the IPHAN following previous inscription by the Institute of Historic and Artistic Heritage of the Rio Grande do Sul State³⁰⁹(IPHAE) was based on the work of a professor of architecture and urbanism from the Federal University of Pelotas³¹⁰ who, through the Jaguar Project in the 1990s, led a long-term inventory of historical buildings in Jaguarão³¹¹. Adriana Ança³¹² highlights clearly this role of universities:

in fact, this is the thing: I think we have always been driven by the universities, it is the Universities who discovered us. It was already the case in the 1990s [...]. The Federal University of Pelotas comes to Jaguarão, starts doing this work. [...] And that’s where it starts, understand? I think it is something which comes more from the University, because it has a certain connection with the heritage bodies [...] So, here comes the IPHAE to Jaguarão [...], it does this inventory and lists some buildings (*our translation*³¹³).

The role played by universities and researchers within the Oeno-Gastronomy festival in Santana do Livramento-Rivera was previously highlighted³¹⁴ in terms of collection of information and production of knowledge on the borderlands, topic which lacks research in many areas. Dutra highlights that the participation of five different universities to the festival is a “very important aspect for the question of integration”³¹⁵.

³⁰⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Estado, in Portuguese.

³¹⁰ Ana Lúcia de Oliveira.

³¹¹ Interview with Alan Dutra de Melo conducted by the author. Jaguarão, 10/09/2018.

³¹² Interview with Adriana Ança conducted by the author. Jaguarão, 13/09/2018.

³¹³ “na realidade, é o seguinte: a gente, eu acho, sempre foi movido em função das Universidades, são as Universidades que nos descobriram [...]. Já tinha isso na década de 1990 [...]. Surge a Universidade Federal de Pelotas, que vem a Jaguarão, que começa fazer esse trabalho. [...] E, aí que começa, entendeu? Eu acho que é uma coisa mais da Universidade, porque ela tem uma certa ligação com os órgãos de patrimônio [...] Então, aí vem o IPHAI para Jaguarão [...] e faz esse levantamento e tomba alguns prédios”.

³¹⁴ See section 4.2.2.

³¹⁵ Interview with Jussara Dutra conducted by the author. Op. cit.

4.3 Cultural ecosystems in borderlands: spatial, institutional and social (re)compositions

She whispered that for her it had always been that way, an object lost its edges and poured into another, into a solution of heterogenous materials, a merging and mixing. She exclaimed that she had always had to struggle to believe that life had firm boundaries, for she had known since she was a child that it was not like that — it was absolutely not like that- and so she couldn't trust in their resistance to being banged and bumped.

Elena Ferrante. *The Story of the Lost Child*. 2015.

4.3.1 Cultural networks in the Brazil-Uruguay borderlands: parallels with the France-Germany borderlands

Word clouds were produced from the interviews conducted with actors from each of the borderlands. Though these are not meant for objective and precise analysis, their strength is to enable effective and easy visualisation of word frequency and relationality. They are presented as follows:



Figure 73: Word cloud based on interviews conducted at the Brazil-Uruguay borderlands

Source: Produced by the author with NVivo 12

This word cloud, unsurprisingly, highlights the centrality of the themes of culture (cultura, culturais); border (fronteira); people (gente, pessoas, pessoal) and Brazil (Brasil) Uruguay (Uruguai). The word “city” (cidade) as well as city names such as Jaguarão and, with

lesser centrality, Pelotas, also demonstrate significance within the word cloud. However, the words “region” (região) and “municipality” (municipalidade) are less central. The words “policies” (políticas), “government” (governo) and “department” (secretaria) and “state” (estado) are also present, though they are situated more towards the edge of the cloud. Finally, theatre (teatro), literature (livro) and tourism (turismo) appear as associated to the topic. No other specific artistic disciplines are mentioned.



Figure 74: Word cloud based on interviews conducted at the France-Germany borderlands
Source: Produced by the author with NVivo 12

In this word cloud, centrality is given to projects (projets) and actors (acteurs). The topics of the border (frontière, transfrontalier, transfrontaliers, transfrontalière) and culture (culturels, culture, culturel, culturelles) are also present, though slightly more peripheral. The names of the countries involved are also present (France, Allemagne, allemand, Suisse). The words “region” (région), “city/town” (ville) and “Strasbourg” are also present, with more centrality for the first word. The other names of cities are not visible. Finally, the lexical field of cooperation is present in words such as “cooperation” (coopération), “work” (travail, travailler), “together” (ensemble) and that of policies in the words “policies” (politiques) and “Interreg”.

4.3.1.1 Favourable factors and obstacles

The following two tables gives a general synthesis of factors which were identified, through literature and the totality of the fieldwork conducted throughout the research, as being favourable to the fostering of existing or past cultural projects in the borderlands; as well as those identified as constituting obstacles to their development. More detail will subsequently be given about the main factors.

Factors identified as fostering existing cultural projects in the borderlands		
	Brazil-Uruguay borderlands	France-Germany borderlands
PLACES	Municipalities	Municipalities
PEOPLE	Human connections	Projects led by cultural institutions rather than public administration
	Political connections	
PRACTICES: political/institutional	Windows of opportunity	Framing of projects based on funding institutions' criteria
		Inclusion of culture within wider projects
PRACTICES: cultural	Cultural industries and tourism	Cultural and creative industries tourism
	Tangible and perennial structures	Perennial and rich structures

Table 20: Factors identified as fostering existing cultural projects in the borderlands

Source: Elaborated by the author

Factors identified as obstacles to the development of cultural projects in the borderlands		
	Brazil-Uruguay borderlands	France-Germany borderlands
PLACES		
PEOPLE	Success highly dependent upon specific individuals	Lack of relations between actors, fragmented networks
	Lack of technical training	Communication/linguistic barriers
PRACTICES: political/institutional	Bureaucratic obstacles	Difficulties in understanding administrative/cultural/tax system in the other country
	Unstable and often short-term funding	EU funding systems difficult to navigate for small/new organisations
	Lack of coordination between different levels of government	Lack of links between institutions and artists
PRACTICES: cultural	Elite audiences	Audiences lack knowledge of artistic expressions from the other country

Table 21: Factors identified as obstacles to the development of cultural projects in the borderlands

4.3.1.2 *The question of leadership*

The study of the configuration of cultural projects at the Brazil-Uruguay borderlands³¹⁶ showed the important role played by personal initiative and civil society activism, especially in the border conurbation of Santana do Livramento – Rivera. Mostly, projects depend on the strong leadership from a person who has the desire to create a cross-border project and the strength of vision to make it happen. Ricardo Almeida is one figure who is identifiable as central in order to give the necessary impulse to bring the project of the Fronteras Culturales movement to life, as well as to operate the necessary political articulation. Jussara Dutra also plays this role within the movement and festival which she created and formulates clearly³¹⁷ the importance of the vision and leadership she brought to the project:

SM: And what made the overcoming of this difficulty possible? What were the instrumental elements to achieve this binational aspect in the project?

JD: I think that... First, I would say, the fact that I was coordinating and had this as a guideline, the importance of cultural integration of this border. So I think this is fundamental, to always have someone in the leadership of the project who does not lose that guiding principle (*our translation*)³¹⁸

The connection of the project leader to the borderlands in their spatial and symbolic aspects in one way or another is also crucial. Both these leaders are from the borderlands³¹⁹ and this factor appears as important to their protagonism both in terms of gaining the necessary respect and support needed to their enterprise, as well as by the personal relations and knowledge of the local reality that it brings.

Within the context of cultural governance in Euroregions, Perrin (2013) also points out the position of a number of actors who, in a landscape of scarcity of resources, manage to lead projects based on their better understanding of procedures as well as on their relations with decision makers.

³¹⁶ See sections 4.2.2 and 4.2.3.

³¹⁷ Interview with Jussara Dutra conducted by the author. Op. cit.

³¹⁸ “SM: E o que permitiu superar essa dificuldade? Quais foram os elementos instrumentais para conseguir dar esse aspecto binacional no projeto?”

JD: Eu acho que... Primeiro é, digamos assim, eu estar na coordenação e ter isso como um norte, da importância da integração cultural dessa fronteira. Então acho que isso é fundamental, ter sempre alguém na direção do projeto que não perca esse norte”.

³¹⁹ Santana do Livramento in the case of Ricardo Almeida; the borderlands between Brazil and Argentina in the case of Jussara Dutra.

4.3.1.3 *The windows of opportunity*

Secondly, an aspect which is significant in the activity of cultural networks in both borderlands is that of windows of opportunity.

In the case of the Brazil-Uruguay borderlands, a window of opportunity clearly appears to have existed for the launching of cultural projects in the borderlands from 2008 to 2016. In 2008, Brazilian federal legislative activity around the issue of borders experienced a significant peak³²⁰. It is also the year of the creation of the MinC's DRI, which officialised the latter's involvement in international cultural activities jointly with the MRE³²¹. We showed that the interviews conducted in the context of this research demonstrate a significant rise in mentions of years from 2009³²². Santana do Livramento was recognised as symbol of Brazilian integration with other Mercosul countries in 2009³²³. The Fronteras Culturales movement, which was founded in Santana do Livramento, initiated its activities in 2010 which was the year of Pepe Mujica's election and marked the beginning of a strong convergence in visions and personalities between the presidents of Uruguay and Brazil³²⁴. It was also the year in which the International Bookfair of Santana do Livramento had its first edition. Finally, with the election of a left-wing governor at the head of the Rio Grande do Sul state in 2011, Jussara Dutra was nominated chef of the Piratini Palace and initiated the research project which later led to the creation of the Oeno-gastronomic Festival. She points to the existence of this window of opportunity³²⁵:

In 2013, I think it was, during Governor Tarso Genro's administration, there was a very strong impetus for cultural integration between Brazil and Uruguay [...] and Brazil and Argentina integration, right, border issues. So there was an international relations department within the government which led mediations with Uruguay and Argentina, who was [led by] Tarson Nuñez (*our translation*³²⁶).

³²⁰ See section 4.1.1.2 for more detail.

³²¹ See section 4.1.1.2 for more detail.

³²² See section 4.2.3.

³²³ See section 4.1.1.1.

³²⁴ See section 4.2.3.

³²⁵ Interview with Jussara Dutra conducted by the author. Op. cit.

³²⁶ "Em 2013, eu acho que foi, existia, muito forte, durante a gestão do governador Tarso Genro, esse estímulo à integração cultural Brasil-Uruguaí [...] e Brasil-Argentina, né, questão das fronteiras. Então tinha uma secretaria de relações internacionais dentro do governo que tratava com o Uruguaí e com a Argentina, que era [liderado por] Tarson Nuñez".

In the France-Germany borderlands, cultural actors are generally confronted to difficulties in securing funding for cross-border projects³²⁷. Especially through EU programmes, there exists a window of opportunity for cultural actors both in tailoring their projects to existing programmes which sometimes do not have a cultural section³²⁸ and in integrating wider projects from other areas. As highlighted by Perrin (2013, p. 75, *our translation*³²⁹),

Culture, by its potential for visibility and its high symbolic load, appears as a privileged field of action to bring "meaning" to Euroregional constructions which, because of their institutional and structural weakness, still appear as territorial cooperation experiments, "laboratories", more than actual transboundary polities, strictly speaking.

Correspondingly, in the projects led by IBA Basel³³⁰ which works within the scope of the Basel Trinational district, culture is seen as bringing a participative aspect to their projects linked to urbanism and architecture, to "give them visibility or make them more understandable for the population" (*our translation*³³¹)

4.3.1.4 *The tangible, marketable, perennial*

Two elements appear to contribute to a stronger ability of cultural projects and events to be perennial in the Brazil-Uruguay borderlands, and also appear to be pregnant in the France-Germany borderlands.

Firstly, projects linked to cultural and creative industries seem to ensure their survival more effectively than other cultural sectors. Most perennial festivals and groups encountered in the Brazil-Uruguay borderlands³³² were from the sectors of literature, music, gastronomy and visual arts. In a context of volatile public funding, organisers are better able to create alternative funding models based on sponsorship in the case of the loss of public funding, as

³²⁷ See section 4.2.1.

³²⁸ Such as the Interreg programme which, throughout its cycles, has alternated between having and not having a section for cultural projects.

³²⁹ "La culture, par sa visibilité potentielle et sa haute charge symbolique, apparaît ici comme un domaine d'action privilégié pour apporter du « sens » à des constructions eurorégionales qui, en raison de leur faiblesse institutionnelle et structurelle, font encore figures d'expérimentations de coopération territoriale, de « laboratoires », plus que de transboundary polities à proprement parler".

³³⁰ Interview with Margot Bernardi conducted by the author. Telephone interview, 05/06/2019.

³³¹ "leur donner une visibilité, ou mieux les rendre compréhensibles par la population".

³³² Except for the Jaguararte festival in Jaguarão.

was the case of the Oeno-gastronomic Festival in Santana do Livramento-Rivera³³³, for example.

EU funding programmes are also making a shift in this direction, as pointed out by Frédérique Chabaud³³⁴

we're really talking about the creative and cultural industries. So in there you are also starting to have other players, such as design, architecture, you see? We are really starting to explore [...] the fringe, which is fundamental for culture, but at the same time increases the number of potential actors. And sometimes reduces the chances for small theatres, for small associations, for small museums which are city museums, for example (*our translation*³³⁵).

Secondly, projects linked to a tangible structure appear to benefit from the advantages of their long-term nature as well as potential economic impact. In Brazil, the revitalisation of Jaguarão's historical centre was funded through the PAC programme, an economic acceleration programme specially designed for historical cities³³⁶.

EU funding is currently seeing a “strong expansion”³³⁷ of opportunities in the heritage sector. They are in part linked to tourism, which enables value generation from tangible heritage. Previously, the 2007-2013 policy framework for EU Structural Funds already demonstrated a strong connection of cultural funding with the issues of cultural heritage and goods, tourism as well as the construction and renovation of cultural infrastructure (AUTISSIER, 2011).

Anne Poidevin³³⁸ explains the relevance of tangibility in the case of cultural projects in borderlands, linked to the

fact that there are physical places to see [...]. I think the most complicated thing is the somewhat virtual projects. [...] And I think that in the case of cross-border [projects], the fact that there is a geographic proximity, it is good that there is

³³³ See section 4.2.2.

³³⁴ Interview with Frédérique Chabaud conducted by the author. Telephone interview, 28/05/2019.

³³⁵ “ces deux derniers programmes, la notion des interlocuteurs ou des possibles porteurs de projets s'est bien agrandi, on ne parle plus forcément de projet, de culture traditionnelle je dirais pratiquement, avec le théâtre ou même avec quelques industries comme le cinéma, etc., on parle vraiment d'industrie créative et culturelle. Donc là dedans vous commencez aussi à avoir d'autres acteurs, comme par exemple design, l'architecture, vous voyez ? On commence vraiment à explorer [...] des périphéries, qui sont en même temps fondamentales pour la culture, mais en même temps qui augmentent le nombre d'acteurs potentiels. Et réduit quelques fois les chances pour les petits théâtres, pour les petites associations, pour les petits musées qui sont des musées de ville, par exemple.”

³³⁶ See section 4.1.1.2.

³³⁷ Interview with Frédérique Chabaud conducted by the author. Op. cit.

³³⁸ Interview with Anne Poidevin conducted by the author. Telephone interview, 30/08/2019.

something physical, actually. And it's easier to make it last over time, as you would expect (*our translation*³³⁹)

³³⁹ "fait qu'il y a des lieux physiques à voir quoi. Je pense que ce qui est le plus compliqué c'est les projets un peu virtuels. [...] Et je pense que quand on est en transfrontalier, le fait qu'il y ait une proximité géographique, c'est bien qu'il y ait quelque chose de physique en fait. Et c'est plus facile à faire durer dans le temps quoi, logiquement."

4.3.2 Cultural ecosystems in the borderlands: particularities, dynamics and processes

4.3.2.1 The border, between presence and absence

Word clouds produced based on words used by interviewees in the Brazil-Uruguay and France-Germany borderlands³⁴⁰ showed a strong centrality of the term “border” in the first case, whilst it was presented as less central in the second one.

Marketing documents from the three cultural events/networks from the Brazil-Uruguay borderlands presented previously³⁴¹, whilst promoting cross-border integration, show the centrality of the border in their visual and therefore, organisational, identity. The symbolic presence of the border in these events is strong, like in everyday life in which the territory is often referred to as “the border”.

In the France-Germany borderlands, the significance of the border is different. Projects appear to be more focused on Franco-German or European cooperation than on the borderlands per se³⁴² and these two types of cooperation models appear similar in the sense that there would be no fundamental difference between a collaboration project involving French and German artists from Paris and Berlin or from Strasbourg and Kehl³⁴³.



Figure 75: “European drugstore”

Source: Photograph taken by the author in Huningue. January 2019.

³⁴⁰ See section 4.3.1.1.

³⁴¹ See section 4.2.2.

³⁴² Interview with Anne Poidevin conducted by the author. Op. cit.

³⁴³ Field notes from interview with Aurélie Reveillaud. Le Shadok, Strasbourg, 10/05/2019.

Perrin (2013, p. 68, *our translation*³⁴⁴) highlights the fact that "identity is particularly complex to handle in a cross-border context and culture can be just as much the 'cement' which binds cooperation as the 'acid' which dissolves it".

4.3.2.2 Cultural networks, between formal and informal dynamics



Figure 76: Customs on the bridge linking Quaraí to Artigas
Source: Photograph taken by the author. July 2018.

The Brazil-Uruguay borderlands are spaces at the edge, in low density areas, with a historical coexistence of the State with a series of other actors who initiate processes which remain outside of the latter's control (AMILHAT SZARY, 2010). As highlighted by Ricardo Almeida, oversight is rich and brings freedom³⁴⁵.

Cultural projects in the Brazil-Uruguay borderlands take place not only in a spatial in-between, but also in an institutional in-between which sometimes brings forth a legal one: prohibitively complex rules and regulations lead most actors to bypass them, think around them or skip them by obtaining support from strategic individuals³⁴⁶.

³⁴⁴ "l'identité s'avère particulièrement complexe à manier dans un contexte transfrontalier et la culture peut être tout autant le 'ciment' qui soude les coopérations que 'l'acide' qui les dissout"

³⁴⁵ Field notes from interview conducted with Ricardo Almeida. Telephone interview. 10/09/2018.

³⁴⁶ See section 4.2.3.

Within the context of the France-Germany borderlands, Frédérique Duvinage³⁴⁷ insists on the importance of informal processes in cross-border cooperation in general:

In the cultural field? It is the informal that works. [...] Things happen [...] when you meet people ... it's not in formal meetings with minutes and all that. [...] In fact, formalism [...] may just be the symptom of "we don't want to cooperate ". Because with formalism you can always find a problem [...] in order not to do the project. In fact, people who want to do projects, they always find reasons for doing projects. And people who don't want to, they always find reasons not to (*our translation*³⁴⁸).

4.3.2.3 Cultural ecosystems in the borderlands VS cross-border cultural projects

In their 2012 study for the French Ministry of Culture on the creation of European hubs of artistic production, Autissier and Deniau (2013a) highlight a tendency towards the collaboration between cultural institutions which appears more as a result of the public administrations' leadership towards cooperation for management reasons than based on cultural actors' actual desire to collaborate.

Clara Nieden³⁴⁹ points out that all types of cooperation projects exist, from the cultural actor-led collaboration between Le Maillon theatre in Strasbourg and the Kulturbüro in Offenburg; to the Museums-PASS card jointly giving access to cultural institutions in France, Germany and Switzerland and initiated by public administration. However, projects function better, according to her, when initiated by cultural actors.

This tendency is also observed in the Brazil-Uruguay borderlands. The positive links with Brasília mentioned by cultural actors in Santana do Livramento revolved around Culture Minister Juca Ferreira's visits to the border conurbation in 2010 and 2015³⁵⁰ and in Jaguarão around the funds received through the PAC Cidades Históricas programme, which was a federal government collaboration with the Brazilian National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN), with funds redistributed by the ministries of culture, education and tourism.

³⁴⁷ Interview with Frédérique Duvinage conducted by the author. Telephone interview, 08/07/2019.

³⁴⁸ "Dans le domaine culturel ? C'est l'informel qui fonctionne. [...] Ca se joue [...] quand vous rencontrez les gens... ce n'est pas dans les réunions formalisées avec compte-rendu et tout ça, et tout ça. [...] Si vous n'êtes que dans le formel en fait, le formalisme [...] peut juste être le symptôme de 'on ne veut pas coopérer ensemble'. Parce qu'avec le formalisme vous pouvez toujours trouver un problème [...] pour ne pas faire le projet. En fait, les gens qui veulent faire des projets, ils trouvent toujours des raisons pour faire des projets. Et les gens qui ne veulent pas faire de projets, ils trouvent toujours des raisons pour ne pas faire de projets."

³⁴⁹ Interview with Clara Nieden conducted by the author. Le Shadok, Strasbourg. 09/05/2019.

³⁵⁰ See section 4.1.1.2.

Sectorial collaboration appears to bring more fluid cooperation processes and more effective results than general programmes designed by the Federal Government based exclusively on spatial criteria.

4.3.2.4 Cultural ecosystems in the borderlands: at the centre of the edge

Autissier and Deniau (2013b, p. 102) highlight the fact that, based on the specificity of social capital as the only one which remains fixed, “the spatial proximity of protagonists, of interactions and of exchanges, seems to build trust based on the existence of a local identity and a joint tradition” (*our translation*³⁵¹).



Figure 77: Juxtaposed Uruguayan and Brazilian motorbikes

Source: Photograph taken by the author. Santana do Livramento, July 2018.

At the same time, our study of the cultural networks in the Brazil-Uruguay borderlands demonstrated the significance of two dialectic processes with the *outside* in shaping this *inside*. Firstly, the outsider’s perception of particularities of the borderlands can raise awareness of them locally³⁵². Also, a significant number of local actors leave their native border city permanently or temporarily before coming back, and this process creates an engagement with the *inside*. This engagement can take the form of local engagement upon returning to the city or engagement at a distance within networks.

³⁵¹ “la proximité spatiale des protagonistes, des interactions et des échanges, renforcerait la confiance grâce à l’existence d’une identité locale et d’une tradition commune”.

³⁵² Interview with Dionéia de Macedo conducted by the author. Op. cit.

This type of network, whether formalised or not, presents the advantage of being able to combine a sectorial dynamic with a spatial one: that of cultural action with that of the borderlands. According to Perrin (2013, p.73, *our translation*³⁵³), “their ability to navigate between project dynamics and institutional approach can enable them to bring an essential contribution to the renewal of public action.”

Based on the confrontation of this theoretical work on cultural cross-border networks in the European context with the observations and analyses made in the context of the Brazil-Uruguay borderlands, the following typology appears. It integrates a number of informal dynamics which were seen as playing a fundamental role in the Brazil-Uruguay borderlands but also in the France-Germany borderlands and sees the functioning of cultural systems as based on three pillars: people; practices and places.

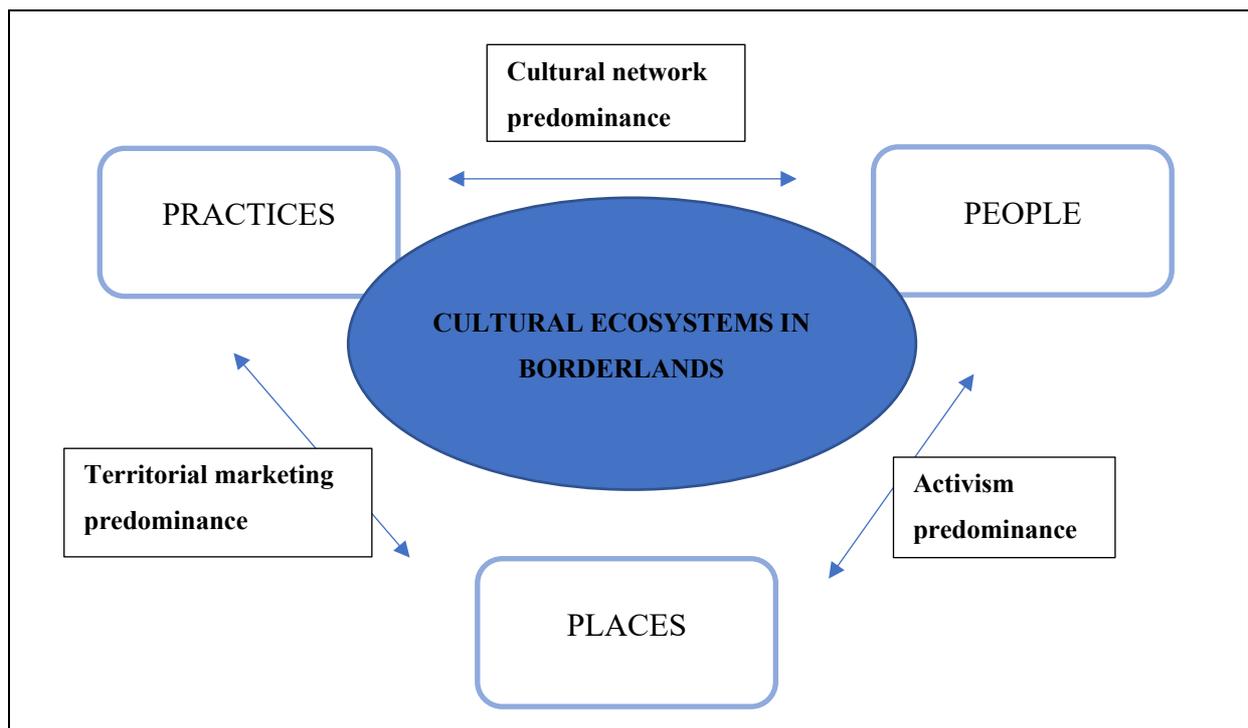


Figure 78: Pillars and types of cultural ecosystems in borderlands
Source: Elaborated by the author

³⁵³ “leur aptitude à naviguer entre dynamiques de projets et logiques institutionnelles peut leur permettre d’apporter une contribution essentielle au renouvellement des formes de l’action publique”

Three types of cultural ecosystems in borderlands emerge based on the predominance of two pillars: 1- Cultural network predominance (based on the prevalence of the pillars of people and practices); 2- Activism predominance (based on the prevalence of the pillars of people and places); 3- Territorial marketing predominance (based on the prevalence of the pillars of practices and places).

Whilst the cases encountered in the Brazil-Uruguay borderlands demonstrate a strong anchoring in the pillar of the “people”, those encountered in the France-Germany borderlands show their strong connection with “practices”, in their cultural and institutional aspects. Thus, cases encountered in the former tend to come to life either through activism or through cultural networks (the two types connected to the pillar of people). In the latter, there is a predominance of cultural networks and territorial marketing (the two types connected to the pillar of practices). The analysis and model put forward in this thesis suggest that steady development of cultural ecosystems in borderlands is found by seeking balance between the three pillars and thus, by aiming for the development of that which is weaker.

CONCLUSION

The present research was an attempt to provide a contribution to the analysis of processes occurring in borderlands, specifically those around cultural production and policy. It stemmed from the observation of a pattern linked to the existence, in some borderlands, of networks of cultural action which cross an international land border.

It was structured around the aim of understanding the processes and networks that sustain this cultural action, looking at the relative contribution of processes led by institutions, cultural agents and the civil society as well as of formal and informal practices. In order to understand how these processes translate across different cross-border spaces, it was based on two cases, that of the Brazil-Uruguay borderlands and of the France-Germany borderlands.

Both cases present observable cross-border processes and networks in terms of cultural actions and present historical similarities in terms of shifting of the borderline, alternating national allegiances and movements of populations as well as a role as a buffer space between two regional powers.

This research is justified by the incipient nature of research on Brazilian borderlands, the weak representation of South American borderlands in worldwide literature on the subject as well as the few existing cross-regional perspectives on borderland processes.

An inductive, case-centred, asymmetrical study of the two cases was set up, aiming to explore each case fully and individually in its own historical and cultural context before proceeding to the creation of data-driven categories of analysis. More emphasis was placed upon the first case, the Brazil-Uruguay borderlands, in order to offer a contribution to the literature on Southern borders, produced in the South. The second case, the France-Germany borderlands, was approached as a counterpoint to the first one in order to bring depth and contrast to the analysis. The approach to literature was also asymmetrical as a response to the difference in quantity of literature on the subject produced in Europe compared to South America, which could result in a Eurocentric bias in the approach to the first case. This approach also aimed to compensate the difference in quantity and quality of primary data available on the two cases, requiring more in-depth interviews in the first case.

Furthermore, though an effort was made to elaborate this research from the borderlands as a whole through fieldwork research that attempted to enter different networks and gather varied viewpoints, it was constructed based on the researcher's much deeper knowledge of the Brazilian and French contexts than of the Uruguayan and German ones. Therefore, descriptions and analysis of processes and actors are more rooted in the former two contexts.

The first chapter of the thesis presented the various existing concepts and debates around the main two themes of this thesis: borders and culture. It demonstrated how various conceptions of the notion of border coexist within scholarship on the subject in perspectives that are often seen as contradictory, though they can actually be considered various aspects of a multi-faceted object. There is a tendency in literature to adopt a vision of borders that relates more to one of the conceptions (borders as lines, as zones, as relational spaces or as institutions) or to look at them one at a time. It was argued that borderlands combine all these dimensions, which are not mutually exclusive and tend to alternate depending on practices, time and actors involved. Subsequently, the main possible ways of envisioning cultural issues in borderlands were presented in order to build the theoretical basis of the thesis and justify the options made in terms of how to approach them. Finally, the chapter presented the development of border scholarship and its main issues, followed by a detailed bibliometric analysis of academic production at the crossroads between border and cultural issues. Based on this analysis, a number of choices were made in terms of concepts and vocabulary used in the research.

In the second chapter, following the presentation of a number of widely disseminated models for the study of cultural and integration issues in borderlands, we elaborated the analytical perspective adopted here, taking into account a number of issues and difficulties with the analysis of both the topics of borders and of culture within the discipline of IR. An approach focusing on everyday international relations was set up, envisaging borderlands as spaces where international relations take place, albeit on a different scale, involving other actors and according to different processes from those of international relations studied through the interactions between central governments or global actors. Based on a description of the development of cultural discussions within the field of IR and of a number of limits present in IR scholarship regarding the study of cultural issues, an operationalised outlook on the notion of culture was designed. Three categories of observables were defined: cultural networks; cultural actions (policies and projects); and topography of culture. A multi-sited ethnographic

approach was set up with the aim of identifying practices and relationships through fieldwork, based on connections and associations between human and institutional relationships.

The third chapter provided the historical, geographic, demographic and cultural context for the analysis of both cases. It demonstrated how, in both cases, the borderlands are profoundly rooted in processes and characteristics which are influenced by the presence of the borderline and which have affected their constitution as social spaces. The presentation of different aspects of shared culture which can be encountered in these borderlands, though not intending to be exhaustive, served to demonstrate the existence of some elements of cultural convergence, especially in urban areas. Within both borderlands, the choice was made to focus the analysis on border urban centres: Jaguarão-Rio Branco and Santana do Livramento-Rivera in the Brazil-Uruguay borderlands; Strasbourg-Kehl and Saint-Louis-Weil am Rhein-Basel in the France Germany borderlands. In both cases, the first urban centre is composed of two discontinuous municipalities including a large city and a small town whilst the second one is composed of a continuous urban centre.

The fourth chapter uncovered the processes and actors involved in the development of cross-border cultural networks in the two cases. Starting with the contribution of institutional actors at various levels of government to cultural governance in the borderlands, it went on to analyse the contribution of processes of an activist nature, through the study of their spatial and social aspects as well as the processes involved. The confrontation between the two cases shed light on three common aspects between the processes at work: the importance of the leadership of projects; the influence of windows of opportunity; and the advantages of projects involving a tangible, marketable and perennial product. Regarding the nature of cultural ecosystems in borderlands, the following characteristics were described: a confronting logic of presence and absence of the border; an influence of the marginality of those spaces on their functioning as systems; a combination of formal and informal dynamics at play; and the profoundly cultural nature of the networks which enable the creation of long-lasting initiatives. Finally, a three-dimensional typology was elaborated for the analysis of the building blocks and characteristics of these systems.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa foi uma tentativa de fornecer contribuições para a análise dos processos que ocorrem em espaços fronteiriços, especificamente aqueles envolvidos em políticas e produção cultural. Resultou da observação de um padrão ligado à existência, em alguns espaços fronteiriços, de redes de ação cultural que atravessam uma fronteira terrestre internacional.

A pesquisa foi estruturada ao redor do objetivo de compreender os processos e redes que sustentam essa ação cultural. Dessa forma, contemplou-se não só a contribuição relativa dos processos liderados por instituições públicas, por agentes culturais e pela sociedade civil, mas também a de práticas formais e informais. Para entender como esses processos se traduzem em diferentes espaços transfronteiriços, o trabalho baseou-se no estudo de dois casos, os espaços de fronteira Brasil-Uruguai e França-Alemanha.

Ambos os casos apresentam redes e processos transfronteiriços observáveis em termos de ações culturais e possuem similaridades históricas em termos de mudanças na linha de fronteira, de integração sucessiva da zona nos dois Estados vizinhos e de movimentos de populações, bem como um papel enquanto espaço-tampão entre duas potências regionais.

Esta pesquisa é justificada pela natureza incipiente de pesquisas sobre fronteiras brasileiras, a fraca representação das fronteiras sul-americanas na literatura mundial sobre o assunto, bem como as poucas perspectivas transregionais existentes sobre processos fronteiriços.

Um estudo indutivo dos dois casos foi desenhado, em uma abordagem assimétrica e *case-centred*, com o objetivo de explorar cada caso integral e individualmente em seu próprio contexto histórico e cultural antes de criar categorias de análise baseadas nos dados. Mais ênfase foi colocada no primeiro caso, o espaço fronteiriço Brasil-Uruguai, a fim de oferecer uma contribuição à literatura sobre fronteiras do Sul, produzida no Sul. O segundo caso, o espaço fronteiriço França-Alemanha, foi abordado como um contraponto ao primeiro, a fim de trazer profundidade e contraste à análise. A abordagem da literatura também foi assimétrica, como uma resposta à diferença na quantidade de literatura sobre o assunto produzida na Europa em comparação com a América do Sul, o que poderia resultar em um viés eurocêntrico na abordagem do primeiro caso. Essa abordagem também teve como objetivo compensar a diferença na quantidade e qualidade dos dados primários disponíveis nos dois casos, exigindo entrevistas mais aprofundadas no primeiro caso.

Além disso, embora esforços tenham sido feitos para analisar os espaços fronteiriços como um todo – através de pesquisas de campo, buscando inserção em diferentes redes e reunião de diversos pontos de vista-, a pesquisa foi construída com base no conhecimento muito mais profundo da pesquisadora sobre os contextos brasileiro e francês do que o uruguaio e alemão. Portanto, descrições e análises de processos e atores estão mais enraizadas nos dois primeiros contextos.

O primeiro capítulo da tese apresentou os vários conceitos e debates existentes em torno dos dois temas principais: fronteiras e cultura. Ele demonstrou como várias visões da noção de fronteira coexistem na pesquisa sobre o tema. Muitas vezes vistas como contraditórias, elas podem na realidade ser consideradas diferentes aspectos de um objeto multifacetado. Na literatura, existe uma tendência em adotar um conceito de fronteira que se relaciona mais com uma das visões (fronteiras como linhas, como zonas, como espaços relacionais ou como instituições) ou de observá-las separadamente. Argumentou-se que os espaços de fronteira combinam todas essas dimensões, que não são mutuamente exclusivas e tendem a alternar de acordo com as práticas, o tempo e os atores envolvidos. Posteriormente, as principais formas possíveis de abordar questões culturais nas fronteiras foram apresentadas, a fim de construir a base teórica da tese e justificar as opções feitas em termos de como analisá-las. Por fim, o desenvolvimento do campo dos Estudos Fronteiriços e seus principais desafios foram apresentados, seguidos por uma análise bibliométrica detalhada da produção acadêmica na encruzilhada entre os temas da cultura e das fronteiras. Com base nessa análise, várias escolhas foram feitas em termos de conceitos e vocabulário utilizados na pesquisa.

No segundo capítulo, após a apresentação de alguns modelos amplamente divulgados para o estudo de questões culturais e de integração em espaços fronteiriços, foi elaborada a perspectiva analítica adotada, levando em consideração problemas e dificuldades encontrados na disciplina de RI tanto na análise de temas fronteiriços quanto culturais. Foi estabelecida uma abordagem focada nas relações internacionais cotidianas, contemplando as fronteiras como locais onde as relações internacionais ocorrem, embora em uma escala diferente, envolvendo outros atores e de acordo com processos diferentes dos que são encontrados nas relações internacionais estudadas a partir das interações entre governos centrais ou atores globais. Com base em uma descrição do desenvolvimento de discussões culturais no campo das RI e dos vários limites da disciplina em relação ao estudo deste assunto, foi projetada uma visão operacionalizada da noção de cultura. Foram definidas três categorias de observações: redes culturais; ações culturais (políticas e projetos); topografia da cultura. Uma abordagem etnográfica multi-localizada foi estabelecida com o objetivo de identificar práticas e relações através de um trabalho de campo baseado em conexões e associações entre relações humanas e institucionais.

O terceiro capítulo forneceu o contexto histórico, geográfico, demográfico e cultural para a análise de ambos os casos. Demonstrou como, em ambos os casos, os espaços fronteiriços estão profundamente enraizados em características e processos influenciados pela presença da linha de fronteira e que afetaram a sua constituição como espaços sociais. A apresentação de diferentes aspectos de cultura compartilhada que podem ser encontrados nesses espaços de fronteira, embora não pretendam ser exaustivos, serviu para demonstrar a existência de alguns elementos de convergência cultural, especialmente nas áreas urbanas. Nas duas fronteiras, optou-se por focar a análise em centros urbanos fronteiriços: Jaguarão-Rio Branco e Santana do Livramento-Rivera no espaço de fronteira Brasil-Uruguai; Estrasburgo-Kehl e Saint-Louis-Weil am Rhein-Basileia, no espaço de fronteira França-Alemanha. Nos dois casos, o primeiro centro urbano é composto por dois municípios descontínuos, incluindo uma cidade grande e uma cidade pequena; enquanto o segundo é composto por um centro urbano contínuo.

O quarto capítulo evidenciou os processos e atores envolvidos no desenvolvimento de redes culturais transfronteiriças nos dois casos. Começando com a contribuição de atores institucionais em vários níveis de governo para a governança cultural nos espaços fronteiriços, passou a analisar a contribuição de processos de natureza ativista, através do estudo de seus aspectos espaciais e sociais, bem como dos processos envolvidos. O confronto entre os dois casos estudados apontou para a existência de três aspectos em comum entre os processos evidenciados: a importância da liderança dos projetos; a influência das janelas de oportunidade; e as vantagens de projetos que envolvem um produto tangível, comercializável e perecível. Em relação à natureza dos ecossistemas culturais nos espaços fronteiriços, as seguintes características foram realçadas: a coexistência entre a presença e a ausência da fronteira; a combinação de dinâmicas formais e informais em jogo; a natureza marcadamente cultural das redes que sustentam as iniciativas duradouras; e a influência da marginalidade desses espaços em seu funcionamento como sistemas. Por fim, foi elaborada uma tipologia tridimensional para a análise dos elementos constituintes e das características desses sistemas.

REFERENCES

- ADLER, Emmanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. **European Journal of International Relations**, vol 3, n. 3, pp. 319-363, 1997.
- AGNEW, J. et al. (ed.). **The Wiley Blackwell Companion to Political Geography**. 2. ed. Chichester: Wiley Blackwell, 2015.
- AGNEW, J.; MITCHELL, K.; O'TUATHAIL, G. **A Companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell, 2003.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras em movimento e identidades nacionais: A imigração brasileira no Paraguai. p. 265, 2005.
- ALMEIDA, R.; DORFMAN, A. Fronteiras Culturais / Fronteras Culturales: um processo de autonomias e de convergências. **Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras**, v. 3, p. 135–152, 2017. Available from <<http://unbral.nuvem.ufrgs.br/>>. Accessed 30 Jul 2018.
- ALPER, D.; BRUNET-JAILLY, E. Special issue: 'Rarely studied borderlands'. **Journal of Borderlands Studies**, v. 23, n. 3, p. 1–5, 2008. Available from: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08865655.2008.9695704>>.
- AMILHAT SZARY, A. Frontières et intégration régionale en Amérique Latine: sur la piste du chaînon manquant. In: FLAESCH-MOUGIN, C.; LEBULLENGER, J. (Ed.). **Regards croisés sur les intégrations régionales Europe / Amériques**. Editions Bruylant, collection Rencontres Européennes, pp. 307–341, 2010.
- AMILHAT SZARY, Anne-Laure. Boundaries and borders. In: AGNEW, John. et al. **The Wiley Blackwell Companion to Political Geography**. Chichester: Wiley Blackwell. 2015. 745p.
- ANDERSON, James; O'DOWD, Liam. Borders, Borders Regions and Territoriality: Contradictory Meanings, Change Significance. **Regional Studies**, vol 33, n. 7, pp. 593-604, 1999.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera. The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- AROCENA, F. (ed.). **Regionalización cultural del Uruguay**. Montevideo: Universidad de la República. 2011.
- ARON, Raymond. **Paix et guerre entre les nations**. Paris: Calmann-Lévy. 1962.
- ASEFF, L. C. **Memórias Boêmias, histórias de uma cidade de fronteira**. 2006. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- AUTISSIER, Anne-Marie. **L'alternative européenne des festivals transnationaux : Les Boréales et Reims Scènes d'Europe**. Working paper presented at Atelier de recherche de l'EFRP, Université de Strasbourg, Centre de sociologie européenne. 2011.
- AUTISSIER, Anne-Marie; DENIAU, Marie. **Etude prospective sur la mise en place de pôles européens de production artistique**. Observatoire des Politiques Culturelles / Ministère de la Culture et de la Communication. 2013a.

AUTISSIER, Anne-Marie; DENIAU, Marie. **Synthèse d'Etude. Tisser l'Europe culturelle à partir des territoires.** Dynamiques de regroupement et initiatives européennes. L'Observatoire Plus. n. 43, pp. 102-106, 2013b.

AVEIRO, Thaís Mere Marques. **Relações Brasil-Uruguai: A Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço.** Brasília: Editora UNB, 2006.

BADIE, Bertrand. Análisis comparado y sociología histórica. **Revista internacional de ciencias sociales**, v. 44, n. 3/133, 1992.

BADIE, Bertrand. **L'Etat importé: Essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique.** Paris: Fayard, 1992; trans. C. Royal. *The Imported State: The Westernization of the Political Order*, Stanford, CA: Stanford University Press, 2000.

BADIE, Bertrand. **La fin des territoires.** Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect. 2. ed. Paris: CNRS Editions. 2013 (originally published in 1995).

BADIE, Bertrand. **O diplomata e o intruso: a entrada das sociedades na arena internacional.** Salvador: EDUFBA, 2009. 282 p. [Original title: Le Diplomate et l'Intrus]

BARÃO, Giulia Ribeiro. A diplomacia cultural na política externa do governo Lula. 2012. 107p. TCC (Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BEATE, Jahn. The Power of Culture in International Relations. In: GIENOW-HECHT, Jessica C E.; SCHUMACHER, Frank [ed.]. **Culture and International History.** New York: Berghahn Books, 2003.

BÉLANGER, L. La diplomatie culturelle des provinces canadiennes. **Études Internationales**, v. 25, n. 3, p. 421, 1994. Available from <<http://id.erudit.org/iderudit/703350ar>>. Accessed 22 Oct 2017.

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração sul-americana.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BENTO, Fábio Régio. Cidades-gêmeas e conurbadas de fronteira: na vanguarda da integração regional. In: PRADO, Henrique Sartori de Almeida; Espósito Neto, Tomaz [org.]. **Fronteiras e relações internacionais.** Curitiba: Ithala, 2015a, pp. 101-114.

BENTO, Fábio Régio. O papel das cidades gêmeas de fronteira na integração regional sul-americana. **Revista Conjuntura Austral.** v. 6, n. 27-28, pp. 50-53, dez. 2014-mar. 2015b.

BIJOS, L.; ARRUDA, V. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista Dialogos: a cultura como dispositivo de inclusão**, v. 13, n. 1, p. 33-53, 2010.

BLEIKER, R. The Aesthetic Turn in International Political Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 30, n. 3, pp. 509-533, 2001. Available from <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298010300031001>>. Accessed 10 Sept 2019.

BORJA, Janira Trípodí. **A retórica do Silêncio: a cultura no Mercosul**, 2011. Master's degree dissertation: Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. Available from

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8860/1/2011_JaniraTr%C3%ADpodíBorja.pdf>. Accessed 20 Aug 2015.

- BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais. **Prisma**. v. 4, n. 1, 2007, pp. 48-67.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília. 2005. 418p. Available from <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>>. Accessed 24 Jun 2017.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. Brasília, 2006. 52p.
- BRASIL. **Cartilha do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF)**. Brasília. 2009.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Internacional do Ministério da Cultura: 2003-2010**. Documento interno, Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. Conselho de Defesa Nacional. Secretaria-Executiva. **Seminário Faixa De Fronteira: Novos Paradigmas**. Anexo 2.1.1. Brasília. 2011.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Políticas de fronteira como fator de integração**. Diagnóstico das ações brasileiras nos espaços de fronteira. Brasília. 2013. 144 p.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Consolidação dos planos de desenvolvimento e integração das faixas de fronteira**. Brasília, 2017.
- BRUNET-JAILLY, E. Toward a model of border studies : What do we learn from the study of the Canadian - American border ? **Journal of Borderlands Studies**, v. 19, n. 1, p. 1–12, 2004.
- BRUNET-JAILLY, E. Theorizing Borders : An Interdisciplinary Perspective. **Geopolitics**, v. 10, n. 4, p. 37–41, 2005.
- BRUNET-JAILLY, E. The State of Borders and Borderlands Studies 2009 : A Historical View and a View from the Journal of Borderlands Studies. **The Eurasia Border Review**, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2010. Available from <http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/BorderStudies/en/publications/review/data/ebr/1_Brunet7.pdf>. Accessed 8 November 2017
- CALABRE, L. (Org.) Pontos de cultura: olhares sobre o programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, 2011, p. 179-193.
- CALABRE, Lia. **Planos de cultura e suas diversas dimensões territoriais**. in **Planos Estaduais de Cultura: desafios políticos e metodológicos**. 9th ENECULT Congress, Salvador, 11-13 September 2013. Round-table proposition. Available from <<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2013/>>. Accessed 8 November 2016.
- CAMARGO, Gabriel Alan. **Por uma leitura mais ampla: a contribuição da historiografia nas Relações Internacionais**. *Interação*. v. 4, n. 4. 2013. pp. 83-106.
- CANTERA, Ramón Cuadra; PALERMO, Eduardo R. **Osmar Santos. Maestro sin Fronteras. Mestre sem Fronteiras**. Montevideo: Galeria Latina, 2013.
- CARNEIRO, C. P.; CAMARA, L. B. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. **Confins-Revue Franco-Brésilienne de Géographie-Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 41, 2019.

CARNEIRO FILHO, C. P.; LEMOS, B. de O. Brasil e Mercosul : Iniciativas de cooperação fronteiriça. **ACTA Geográfica**, p. 203–219, 2014. Available from <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/2448/1445>>. Accessed 10 Jul 2015.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan. Brasília: Editora UNB, 1998, 336p.

CHAUI, M. **Cidadania Cultural: o Direito à Cultura**. 2ª reimpressão. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIAPPINI Ligia. **Mercosul Cultural e fronteiras**. Porto Alegre: Celpcyro, 2011. Available from <http://www.celpcyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=1064:mercosul-cultural-e-fronteiras-ligiachiappini&catid=57:atividades>. Accessed: 8 Aug 2015

CHIAPPINI, Ligia. Multiculturalismo e identidade nacional. In: MARTINS, Maria Helena [org]. **Fronteiras Culturais. Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia: Ateliê Editorial. 2002

CLEMENTE, I. La Región De Frontera Uruguay-Brasil y La Relación Binacional: Pasado y Perspectivas. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 19, n. 1, p. 165–184, 2010.

CLEMENTE, Isabel. Cambio y continuidad en la relación binacional Brasil-Uruguay. In: MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Fronteiras e relações Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

COMUNELLO, F. J. O ativismo cultural e a imaginação da fronteira Brasil-Uruguai. v. 4, n. 1, p. 3–12, 2012.

CULL, N. J. **Public Diplomacy: Lessons from the Past** Los Angeles Figueroa Press, , 2009. .

DE SOUZA, Antônio Marcus Alves. **Cultura no Mercosul: Uma política do discurso**. Brasília: Plano Editora. Co-edição: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.

DELLA PORTA, Donatella, "Comparative analysis: case-oriented versus variable-oriented research". In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (org.). **Approaches and methodologies in the Social Sciences: A pluralist perspective**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2008, pp. 198-222.

DELLA PORTA, D.; KEATING, M. **Approaches and methodologies in the social sciences. A pluralist perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DORFMAN, A. **Contrabandistas Na Fronteira Gaúcha : Escalas Geográficas E Representações Textuais**. 2009. 2009.

DUBOIS, V. Ethnographier l'action publique. Les transformations de l'Etat social au prisme de l'enquête de terrain. **Gouvernement et action publique**. v. 1, n. 1, p. 83–101, 2012.

DUBOIS, Y. **Frontières et mobilité au quotidien. Modes de vie dans l'agglomération trinationale de Bâle**. Neuchâtel: Editions Alphil-Presses Universitaires Suisses, 2019.

DUPRÉ, Michèle et al. Les Comparaisons Internationales : intérêt et actualité d'une stratégie de recherche. In : LALLEMENT, Michel ; SPURK, Jan [ed]. **Stratégies de la Comparaison Internationale**. Paris: CNRS Editions. 2003.

ELIZAINCÍN, A., BEHARES, L. BARRIOS, G. **Nós falemo brasileiro**. Dialectos Portugueses del Uruguay. Montevideo: Amesur, 1987.

EUROPEAN COMMISSION. **European territorial cooperation** - Building bridges between people. Brussels, 2011.

FERNANDES, Cássia Camila Cavalheiro; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Políticas culturais para cidades mais criativas no Mercosul: uma análise da paradiplomacia e cooperação descentralizada na rede Mercocidades**. VI Seminário Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Brasil. 26-29 May, 2015.

FERREIRA, Bruno Guedes. **A paradiplomacia no Rio Grande do Sul (2007-2014): um comparativo das ações externas em diferentes posições político partidárias**. 1st Political Science International Seminar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 9-11 September, 2015a.

FERREIRA, Bruno Guedes. **Atores públicos subnacionais e policia externa Brasileira: a paradiplomacia no Rio Grande do Sul (2007-2014)**. 2015b. 165p. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FERREIRA, Roberta Lima, **Difusão cultural e projeção internacional: O Brasil na América Latina (1937-45)**, pp. 65-88. In SUPPO Hugo Rogelio, LESSA Monica Leite, 'A quarta dimensão da relações internacionais: a dimensão cultural', Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

FERREIRA, T. S. H.; LIRA, V. H. In search of a lost treasure: cultural mapping studies in the field of political science and international relations in Brazil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2019.

FOUCAULT, Michel. A preface to transgression. In FAUBION, James D. [ed] **Aesthetics, method and epistemology**. New York: New Press. 1998, pp. 69-87 [French original 1963].

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières**. Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard. 1991.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros. Tradução de Cecília Lopes. 2009. [Original title: L'Obsession des frontières].

FOUCHER, M. Nécessaires frontières. **Constructif**, v. 52, n. Europe, Quelles frontières?, 2019.

FRANÇA, A. B. C. **Nação e identidade na fronteira Brasil-Uruguay**. 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

FRANK, Robert [org.]. **Pour l'histoire des Relations Internationales**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

FRANK, Robert. L'historiographie des relations internationales: des "écoles" nationales. In : FRANK, Robert [org.]. **Pour l'histoire des Relations Internationales**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012a.

FRANK, Robert. Mentalités, opinion, représentations, imaginaires et créations internationales. In : FRANK, Robert [org.]. **Pour l'histoire des Relations Internationales**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012b.

FRANK, Robert. Culture et relations internationales: les diplomaties culturelles. In : FRANK, Robert [org.]. **Pour l'histoire des Relations Internationales**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012c.

FRIEDRICH, J. Causal Mechanisms and Process Patterns in International Relations:

Thinking Within and Without the box. **St. Antony's International Review**, v. 12, n. 1, p. 76–89, 2016. Available from <http://www.ingentaconnect.com.proxy.library.uu.nl/content/stair/stair/2016/00000012/00000001/art00005>>. Accessed 20 October 2018.

FRIZZO, Gabriela Neves; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; DE ÁVILA, Cristiane Bartz. “Uma Terra Só: Cultura, Interculturalidade na Fronteira entre Jaguarão, no Brasil e Rio Branco, no Uruguai”. **Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura**. V. 01, n. 02, 2015, pp. 268-283.

FRONTEIRAS / FRONTERAS. **Carta da Fronteira**. 2017. Available from <<https://www.facebook.com/430729910460574/photos/pcb.438606236339608/438606206339611/?type=3&theater>>. Accessed 10 Sept 2018.

FURTADO, R. D. S. **O Estado Fragmentado : uma análise das elites organizacionais do Executivo federal e da abordagem da faixa de fronteira no Brasil**. 2011. Universidade de Brasília, 2011.

FURTADO, Renata. **Descobrimo a Faixa de Fronteira: A trajetória das elites organizacionais do executivo federal. As estratégias, as negociações e o embate da constituinte**. Curitiba: Editora CRV, 2013. 392 p.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures: Selected Essays by Clifford Geertz**. New York: Basic Books, 1973.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GRAND EST. Direction de la communication. **Diagnostic territorial du Grand Est. Synthèse du diagnostic général du schéma régional d'aménagement, de développement durable et d'égalité des territoires**. Novembre 2017.

GRAND EST. **Synthèse des résultats de l'enquête relative à l'activité transfrontalière des acteurs culturels du Grand Est**. Juillet 2019.

GRIMSON, Alejandro. Introducción: ¿fronteras políticas vs. fronteras culturales?. In: GRIMSON, A. (comp). **Fronteras, naciones e identidades: La Periferia como Centro**. Ciccus-La Crujía, Buenos Aires, 2000.

GUERREIRO, J. Política Cultural de Inserção Social. In: BARBOSA, F. (Org.)

HALL, S.; HELD, D.; MCGREW, T. **Modernity and its Futures**. Cambridge: Polity Press, Blackwell Publishers, Open University, 1992.

HEREDIA, Edmundo A. O Cone Sul e a América Latina. In: **História do Cone Sul**. Brasília: Revan, 1998.

HOBBSAWN, Eric J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal [org.]. **Um mapa da questão nacional**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HOUTUM, Henk Van. The Mask of the border. In WASTL-WALTER, D. (ed.). **The Ashgate Research Companion to Border Studies**. Farnham: Ashgate, 2011.

HOUTUM, H. Van; NAERSSSEN, T. Van. Bordering, ordering and othering. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 93, n. 2, p. 125–136, 2002.

HUCK, D. (coord. .; BOTHOREL-WITZ, A.; GEIGER-JAILLET, A. **L’Alsace et ses langues. Eléments de description d’ une situation sociolinguistique en zone frontalière**. Report for Language Bridges, a Sub-theme Working Group of the Interreg III C project Change on Borders. 2007.

IFSUL; CETP-UTU. **Revista binacional. Parceria que deu certo: Educação Técnica na Fronteira**. 2016.

INSEE (Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques). Direction de la Coordination Statistique et des Relations Internationales. Département de la Coordination Statistique. Division Environnement Juridique de la Statistique (DEJS). **Code Officiel Géographique**. Paris, 2008, 324p. Available from: <<http://projetbabel.org/gl/cog.pdf>>. Accessed 03 Nov 2017.

JACOB, Raúl. **Cruzando la frontera**. Montevideo: Arpoador, 2004.

JESUS, Diego Santos Vieira de. A arte do encontro: a paradiplomacia e a internacionalização das cidades criativas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, pp. 51-76, 2017.

KEATING, Michael. Culture and Social Science. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael [ed.]. **Approaches and Methodologies in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. pp. 99-117.

KOLOSSOV, V.; SCOTT, J. Selected conceptual issues in border studies. **Belgeo**, v. 2013, n. 1, p. 0–19, 2013.

KORZYBSKI, Alfred. Science and Sanity. **An Introduction to Non-Aristotelian Systems and General Semantics**. New York: Institute of General Semantics. The International Non-Aristotelian Library. 1st ed. 1933. pp. 747-761.

LAPID, Yosef; KRATOCHWIL; Friedrich. Revisiting the ‘National’: Towards an Identity Agenda in Neorealism?. In : LAPID, Yosef; KRATOCHWIL; Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. Boulder: Lynne Rienner, 1996.

LEANDER, Anna. Bertrand Badie: Cultural Diversity Changing International Relations. In NEUMANN, Iver B., WAEVER, Ole [dir.]. **The Future of International Relations. Masters in the Making?**, London: Routledge, 1997.

LECOURS, A.; MORENO, L. **Paradiplomacy and stateless nations: a reference to the Basque Country**. p. 1–20, 2001. Available from <<http://digital.csic.es/handle/10261/1472>>. Accessed 2 Nov 2017.

LEMOS, B. D. O.; RÜCKERT, A. A. A região transfronteiriça Sant’Ana do Livramento-Rivera : cenários contemporâneos de integração/cooperação. **Revista de Geopolítica**, v. 2, n. 2, p. 49–64, 2011.

LEMOS, B. de O. L.; RÜCKERT, A. A. A Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai: repercussões territoriais nas cidades-gêmeas de Sant’Ana do Livramento e Rivera1. **Revista Política e Planejamento Regional (PPR)**, v. 1, n. 1, p. 138–158, 2014.

LERESCHE, J.-P.; SAEZ, G. Identités territoriales et régimes politiques de la frontière. **Pole Sud**, n. 7, p. 27–47, 1997.

LOSADA, Paula Ravanelli; SADECK, Bruno. O papel da fronteira na integração regional – o caso do consórcio intermunicipal da fronteira. *In*: PRADO, Henrique Sartori de Almeida; Espósito Neto, Tomaz [org.]. **Fronteiras e relações internacionais**. Curitiba: Ithala, 2015.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. *In*: STROHAECKER, T. et al. [Ed.]. **Fronteiras e espaço global**. pp. 41–49, 1998.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MARCUS, G. E. Ethnography in / of the World System : The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, pp. 95–117, 1995.

MARIÉ, Solène. **Fronteiras brasileiras**: evolução da agenda e redes de atores no Congresso Nacional (1990-2016). Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD. v.6, pp.50-78, 2017a. Available from <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6734>>.

MARIÉ, Solène. **As políticas de diplomacia cultural nas gestões Cardoso e Lula em perspectiva comparada**. *In*: Dossiê cultura em foco: Integração cultural latinoamericana. 1st ed. Jaguarão : Editora CLAEC. pp. 85-106, 2017b. Available from <<http://ed.claec.org/index.php/editora/catalog/view/31/1/115-1>>.

MARIÉ, Solène. **Cultural paradiplomacy institutions and agenda**: the case of Rio Grande do Sul, Brazil. *Civitas: Revista de Ciências sociais*, v.18, n.2 , pp. 351-375, 2018. Available from <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28907>>

MARRY, Catherine. Pour le mélange des genres dans les comparaisons internationales. *In* : LALLEMENT, Michel ; SPURK, Jan [ed]. **Stratégies de la Comparaison Internationale**. Paris : CNRS Editions. 2003.

MARTÍNEZ, Oscar. **Border People**. Tucson: University of Arizona Press, 1994.

MARTINO, D. Conservación de praderas en el Cono Sur: valoración de las áreas protegidas existentes. **Ecosistemas: Revista científica y técnica de ecología y medio ambiente**, v. 13, n. 2, p. 13, 2004.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Cultura e Poder**. 2nd edition. São Paulo: Saraiva, 2007.

MASINA, Léa. A gauchesca brasileira: revisão crítica do regionalismo. *In*: MARTINS, Maria Helena [org.]. **Fronteiras Culturais. Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia: Ateliê Editorial. 2002.

MELISSEN, Jan [ed.] **The New Public Diplomacy**: Soft Power in International Relations. London, Palgrave Macmillan, 2005.

MERCHER, L.; BERNARDO, G.; SILVA, E. **South American Cities and Frontiers : an analysis of regional integration from Mercocities Network**. Working paper presented at the International Studies Association annual convention, San Francisco. April 2018.

MILANI, Carlos R. S; RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. International relations and the paradiplomacy of Brazilian cities: crafting the concept of local international management. **BAR**, v. 8, n. 1, p. 21-36, 2011. Available from <10.1590/S1807-76922011000100003>.

- MILLER, Toby; YÚDICE, George. **Cultural Policy**. London: Sage, 2002.
- MINEIRO, Procópio. **Mercosul pensa cultura**. In *Cadernos do terceiro mundo*, n. 225, 2000, pp.22-27.
- MITCHELL, J. M.. **International Cultural Relations**. London: Allen and Unwin. Coll. : «Key Concepts in International Relations», no. 3. 1986.
- MORACZEWSKA, A. The changing interpretation of border functions in international relations. **Revista Română de Geografie Politică**, v. 7, n. 2, p. 329–340, 2010.
- MORAES, Margarete. Caminhadas além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena [org]. **Fronteiras Culturais. Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia: Ateliê Editorial. 2002.
- MOREIRA, Marcelo Ribeiro et al. A Integração Transfronteiriça na Faixa de Fronteira: Limites e Possibilidades para a Ação do Ministério da Integração Nacional. In **Boletim Regional Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. nº 7 (maio/agosto). Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. 2008.
- MULCAHY, K. V. **Public Culture, Cultural Identity, Cultural Policy**. Comparative perspectives. New York: Palgrave Macmillan. 2017.
- MÜLLER, Karla Maria. Práticas comunicacionais em espaços de fronteira: os casos do Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. In: MARTINS, Maria Helena [org]. **Fronteiras Culturais. Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia: Ateliê Editorial. 2002.
- NEUMANN, I. B.; WAEVER, O. **The Future of International Relations**. London: Routledge, 1997.
- NEWMAN, D. On borders and power : A theoretical framework. **Journal of Borderlands Studies**, v. 1, n. 18, p. 13–25, 2003.
- NEWMAN, David. Boundaries. In: AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TOAL, G. [eds]. **A Companion to Political Geography**. Oxford: Blackwell. 2003.
- NEWMAN, D. Borders and Bordering. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 171–186, 2006. Available from <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431006063331>>. Accessed 5 Sept 2018.
- NEWMAN, David. **Contemporary Research Agendas in Border Studies: An Overview**. In WASTL-WALTER, Doris *The Ashgate Research Companion to Border Studies*. Farnham: Ashgate. 2011.
- NEWMAN, D.; PAASI, A. Fences and neighbours in the postmodern world : boundary narratives in political geography. **Progress in Human Geography**, v. 22, n. 2, p. 186–207, 1998.
- NUNES, Carmen Juçara da Silva. **A paradiplomacia no Brasil: O caso do Rio Grande do Sul**. 2005. 163p. Dissertation (Master's degree in International Relations) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- NYE, Joseph S. Jr. **Soft Power**. *Foreign Affairs*, n. 80, 1990, pp. 153-171.
- NYE, Joseph S. Jr. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

- OLIVEIRA, Paulo Augusto Almeida de. **Novo Paradigma de Política Cultural Brasileira.** As Políticas Públicas , de governo e de Estado. VIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). Salvador, Bahia, Brazil. 8-10 August 2012.
- Ó TUATHAIL, G. **Critical Geopolitics.** London: Routledge. 1996.
- Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S. Introduction: Rethinking Geopolitics. In: Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S. [eds] **Rethinking Geopolitics.** London: Routledge. 1998
- OLIVEIRA, Paulo Augusto Almeida de. **Novo Paradigma de Política Cultural Brasileira.** As Políticas Públicas , de governo e de Estado. VIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). Salvador, Bahia, Brazil. 8-10 August 2012.
- OLIVEIRA, O. A. Os protagonistas da história dos campos neutrais. **Biblos**, v. 1, n. 1, p. 69–80, 2010.
- OLIVEN, Ruben G. Algunas Claves Socioculturales para entender Rio Grande do Sul. **Cuadernos para el Debate n. 5.** Programa de Investigaciones Socioculturales en el Mercosur. Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES). Buenos Aires, 1999.
- OLIVEN, R. G. **Rio Grande do Sul, um estado de fronteira.**
- OTTE, J.; ARAUJO, J. J.; PACHALSKI, L. Cooperação IFSul e CETP UTU na faixa de fronteira: o empoderamento discursivo de atores locais na construção de uma política internacional com relevante impacto social. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, n. ed. especial, p. 1–15, 2018.
- PAASI, Anssi. **Territories, Boundaries and Consciousness.** Chichester: John Wiley, 1996.
- PAASI, Anssi. A border theory: an unattainable dream or a realistic aim for border scholars? In: WASTL-WALTER, Doris. **The Ashgate Research Companion to Border Studies.** Farnham: Ashgate. 2011.
- PAASI, A. Borders. In: DODDS, K.; KUUS, M.; SHARP, J. (Ed.). **The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics.** Burlington: Ashgate, 2013. p. 548.
- PALERMO, Eduardo. **Banda Norte, una historia de la frontera oriental, de indios, contrabandista, misioneros y esclavos.** Rivera, Yatay, 2001.
- PALERMO, Eduardo R. La construcción de la frontera meridional: Uruguay – Brasil. La frontera, nuestra piel. In: ROCHA, Cleomar; MOURA, Magali Guedes de Magela [org]. **Políticas Públicas Culturais e Cultura de Fronteiras.** Goiânia: Gráfica da UFG. 2018.
- PALERMO, E. **Terra brasiliensis. La región histórica del Norte uruguayo en la segunda mitad del siglo XIX- 1850-1900.** Porto Alegre: FCM, 2019.
- PANITZ, L. M. Pratiques musicales, représentations et transterritorialités en réseau entre l' Argentine, le Brésil et l' Uruguay. **Géographie et cultures**, n. 88, 2015.
- PANITZ, L. M. **Redes musicais e [re]composições territoriais no Prata: por uma Geografia da Música em contextos multi-localizados.** 2016. 2016.
- PERKMANN, M.; SUM, N.-L. [ed.]. **Globalization, Regionalization and Cross-Border Regions.** London: Palgrave Macmillan, 2002.
- PERRIN, T. La gouvernance culturelle dans les eurorégions: enjeux et dynamiques. **EuroIimes. Journal of the Institute for Euroregional Studies Oradea-Debrecen**, v. 16, p.

63–78, 2013.

PERRIN, T. Creative Regions on a European Cross-Border Scale: Policy Issues and Development Perspectives. **European Planning Studies**, v. 23, n. 12, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena [org.]. **Fronteiras Culturais. Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia: Ateliê Editorial. 2002.

PINTO, Muriel. **A construção da identidade missionária no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no sul do Brasil**. 2011. 154p. Dissertation (Master's degree in Regional Development) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul.

PISANI, M. J.; REYES, J. C.; GARCÍA JR, B. G. Looking back twenty - three years: An analysis of contributors and contributions to the. v. 1, n. 1, 2009.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. **A paradiplomacia no processo de integração regional: o caso do Mercosul**. 3rd ABRI National Congress, São Paulo, 20-22 July 2011. Proceedings online. Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200023&script=sci_arttext>. Accessed 04 Dec 2017.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida; ESPÓSITO NETO, Tomaz [org.]. **Fronteiras e relações internacionais**. Curitiba: Ithala, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris : Techniques. 1980. 249p.

REEVES, J. **Culture and International Relations. Narratives, Natives and Tourists**. Abingdon: Routledge, 2004.

REIS, Ana Carla Fonseca. Introdução. In: REIS, Ana Carla Fonseca [org.]. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo : Itáú Cultural, 2008a. 267 p.

REIS, Ana Carla Fonseca. Transformando a criatividade brasileira em recurso econômico. In: REIS, Ana Carla Fonseca [org.]. **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo : Itáú Cultural, 2008b. 267 p.

RENOUVIN, Pierre. Introduction Générale. In: RENOUVIN, Pierre [org.], **Histoire des Relations Internationales**. 1. vol, Paris, Hachette, 1994 (originally published in 1953).

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introduction à l'histoire des relations internationales**. 4. ed., Paris: Armand Colin, 1991 (originally published in 1964).

RENTSCHLER, Ruth. **The entrepreneurial arts leader: Cultural policy, change and reinvention**. Brisbane: University of Queensland Press, 2002.

RETAILLÉ Denis. La vérité des cartes. **Le débat**. n. 92. 1996. pp. 87-98.

REUS-SMIT, C. **On cultural diversity: International Theory in a World of Difference**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

REUS-SMIT, C. International Relations Theory Doesn't Understand Culture. **Foreign Policy**, p. 1–7, 2019.

RIORDAN, Shaun. **La nueva diplomacia**. Foreign Policy Edición Española, n. 7, Feb/Mar 2005.

- ROCCA, Pablo. Encruzilhadas e fronteiras da gauchesca (Do Rio da Prata ao Rio Grande do Sul). In: MARTINS, Maria Helena [org]. **Fronteiras Culturais. Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia: Ateliê Editorial. 2002.
- ROCHA, Alexandre Luis Moreli. **Robert Frank and the History of International Relations. Reappraisal and manifesto**. Tempo. vol.19, no.35, July/Dec. 2013.
- ROSENAU, J. **Along the Domestic-Foreign Frontier. Exploring governance in a turbulent world**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. **As Políticas Culturais e o Governo Lula**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SAEZ, Guy. **L'État, la ville, la Culture**. Thèse en science politique. Grenoble, 1993.
- SAEZ, Guy. Gouvernance culturelle territoriale : les acteurs. In : SAEZ, Guy [dir]. **Institutions et vie culturelles**. Paris: La Documentation française. 2004.
- SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil. Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 1, janeiro/junho 2007, pp. 99-147.
- SANTOS, Valcir Bispo. **A relação entre cultura e desenvolvimento e a estratégia de fomento de arranjos criativos na Amazônia**. VI Seminário Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Brasil. 26-29 May, 2015.
- SARAIVA, José F. S [Org.]. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SCHERMA, Márcio Augusto. As fronteiras nas relações internacionais. In: PRADO, Henrique Sartori de Almeida; Espósito Neto, Tomaz [org.]. **Fronteiras e relações internacionais**. Curitiba: Ithala, 2015.
- SCHLEE, Aldyr Garcia. Integração cultural regional. In: MARTINS, Maria Helena [org]. **Fronteiras Culturais. Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia: Ateliê Editorial. 2002.
- SCHREIER, Margrit. **Qualitative Content Analysis in Practice**. London : Sage. 2012.
- SCHUSTER, J. Mark. **Mapping state cultural policy: The state of Washington** . Chicago: The University of Chicago, Cultural Policy Center, 2003.
- SCIENCES PO. **Espace Mondial, a French vision of global studies**. Mountain View, CA: Coursera. 2014. Online course. Available from: < <https://www.coursera.org/learn/global-studies>>. Accessed throughout November 2016.
- SHAPIRO, M.J. and ALKER, H.R. [eds.]. **Challenging Boundaries**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1996.
- SILVA, T. M. S. da; CALDEIRÃO, A. C. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira E sua aplicação no turismo de Jaguarão**. 2018. Universidade Federal do Pampa, 2018.
- SIMI, G. **Between the Line: The Semiotics of Everyday Life in the Brazil-Uruguay Borderlands**. 2018. Doctoral thesis. University of Nottingham, 2018.
- SINGH, J. P. **International cultural policies and power**. 1st. ed. London: Palgrave Macmillan, 2010.

SMOUTS, Marie-Claude. **As novas Relações internacionais**. Práticas e teorias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. [Original title: **Les Nouvelles Relations Internationales. Pratiques et Théories**. Paris: Presses de Sciences Po. 1998].

SMOUTS, Marie-Claude. Las Organizaciones internacionales y la desigualdad entre los Estados. **Revista internacional de ciencias sociales**. v. 47, n. 2/144 jun. 1995.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **A diplomacia cultural no Mercosul**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional. v. 51, n. 1, 2008. pp. 53-69 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100003&lng=en&nrm=iso>. Accessed 18 Ago 2015.

STAUDT, Kathleen. **Border Politics in a Global Era**. Lanham: Rowman & Littlefield. 2017.

STEIMAN, Rebeca. **A Geografia das Cidades de Fronteira: Um Estudo de Caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002. Master's degree dissertation. Available from <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/reb_dissert.pdf>. Accessed 4th May 2017.

STEIMAN, R. **Brasil e América do Sul : Questões Institucionais de Fronteira**. UFRJ. Rio de Janeiro, 2002. Available from <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/producao/artigos/brasil-e-america-do-sul-questoes-institucionais-de-fronteira/>>.

STOICA, Alina; HORGHA, Ioan. **Culture and Paradiplomatic Identity: Instruments in Sustaining EU Policies**. in STOICA, Alina; HORGHA, Ioan; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. **Culture and Paradiplomatic Identity: Instruments in Sustaining EU Policies**. Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing. 2016.

STURZA, E. Portunhol: língua , história e política. **Gragoatá**, v. 24, n. 48, p. 95–116, 2019.

SUPPO, Hugo Rogelio. O papel da dimensão cultural nos principais paradigmas das Relações Internacionais. pp. 13-43. In SUPPO Hugo Rogelio, LEITE LESSA Monica, **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales**. Paris: Editions du Seuil, 1999.

UNESCO. **Cultural Policy: a preliminary study**. Studies and documents on cultural policies. Paris: 1969

UNESCO. **Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions**. Paris: UNESCO, 2005. Available from: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002253/225383E.pdf>>. Accessed 26 November 2016.

URFALINO Philippe. **L'invention de la politique culturelle**. Paris : La documentation française, 2004.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Visualizing Bibliometric Networks. In: DING, Y.; ROUSSEAU, R.; WOLFRAM, D. (Ed.). **Measuring Scholarly Impact: Methods and practice**. pp. 285–320, 2014.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. **Manual for VOSviewer version 1.6.11** LeidenUniveriteit Leiden, , 2019. Available from <http://www.vosviewer.com/documentation/Manual_VOSviewer_1.6.1.pdf>. Accessed 15 Jul 2019.

- VAN HOUTUM, Henk. The Mask of the Border. In: WASTL-WALTER, D. (ed.). **The Ashgate Research Companion to Border Studies**. Farnham: Ashgate, 2011.
- VAN HOUTUM, H.; LAGENDIJK, A. Contextualising regional identity and imagination on the construction of polycentric urban regions: The cases of the Ruhr area and the Basque country. **Urban Studies**, v. 38, n. 4, p. 747–767, 2001.
- VIGEUVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais. Estados e municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, 2006, pp. 127-169.
- WALKER, R. B. J. The Concept of Culture in the Theory of International Relations. In: CHAY, Jongsuk [ed]. **Culture and International Relations**. New York: Praeger, 1990.
- WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: International Relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WALKER, R. B. J. **After the Globe, Before the World**. New York: Routledge, 2009.
- WALKER, R. B. J. **Out of Line. Essays on the politics of boundaries and the limits of modern politics**. New York: Routledge, 2016.
- WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.
- WASTL-WALTER, D. (ed.). **The Ashgate Research Companion to Border Studies**. Farnham: Ashgate, 2011.
- WEBER Raymond. Les organisations multilatérales face aux nouveaux défis de la coopération culturelle. In : ROCHE, François[dir]. **Géopolitique de la culture**. Espaces d'identité, projections, coopération. Paris : L'Harmattan, 2007.
- WENDT, Alexander. Identity and Structural Change in International Politics. In: LAPID, Yosef; KRATOCHWIL; Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. Boulder: Lynne Rienner, 1996.
- WILLE, C. et al. (ed.). **Spaces and Identities in Border Regions. Politics - Media - Subjects**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2015.
- WILLE, C. **Espaces de frontière. Penser et analyser la frontière en tant qu'espace: Multilingualism and Intercultural Studies (MIS) Working Paper 4**. Université du Luxembourg. 2015. Available from <https://orbilu.uni.lu/bitstream/10993/21976/1/2015_MIS-WP-04.pdf>. Accessed 25 Oct 2018.
- ZAMORANO, Mariano Martín; MORATÓ, Arturo Rodríguez. The cultural paradiplomacy of Barcelona since the 1980s: understanding transformations in local cultural paradiplomacy. **International Journal of Cultural Policy**, v. 21, n. 5. pp. 554-576, 2014.

APPENDIXES

Appendix 1: List of interviews conducted in the Brazil-Uruguay border region

	Data	NOME	PROFISSÃO	Instituição	Local da entrevista
1	04.07.2018	Lia Joan Nelson Pachalski	Professora de idiomas (inglês)/Ex-assessora de Relações Internacionais	IFSUL Pelotas	IFSUL Pelotas
2	04.07.2018	César Augusto Azevedo Nogueira	Professor de Engenharia Mecânica/Assessor de Relações Internacionais	IFSUL Pelotas	IFSUL Pelotas
3	06.07.2018	Claudio Martins	Professor de história/Ex-prefeito de Jaguarão		Clube 24 de agosto - Jaguarão
4	09.07.2018	Miguel Dinis	Professor/Chefe de ensino, pesquisa e extensão/Ex-Coordenador de Assuntos Binacionais	IFSUL Santana do Livramento	IFSUL Santana do Livramento
5	09.07.2018	Dionéia de Macedo	Professora de artes	IFSUL Santana do Livramento	IFSUL Santana do Livramento
6	07.09.2018	Tarson Nuñez	Pesquisador. Ex-assessor de relações internacionais do Governo do RS no governo de Tarso Genro	Memorial do Rio Grande do Sul	Praça da Alfândega, Porto Alegre
7	10.09.2018	Ricardo Almeida	Consultor em gestão e territórios culturais	Independente	Telefone
8	10.09.2018	Alan Dutra de Melo	Professor e coordenador do Bacharelado em Produção e Política Cultural/Coordenador da comissão local de extensão. Ex-membro da secretaria de cultura da Prefeitura de Jaguarão	UNIPAMPA Jaguarão	UNIPAMPA Jaguarão
9	11.09.2018	Rodrigo Segovia	Secretário de Cultura e Turismo	Prefeitura de Jaguarão	Secretário de Cultura e Turismo de Jaguarão
10	11.09.2018	Maria-Fernanda Passos das Neves	Ex-Secretária de Cultura de Jaguarão. Jornalista/ativista cultural	Independente	Casa em Jaguarão
11	12.09.2018	Sandro Mendes	Professor do Bacharelado em Produção e Política Cultural	UNIPAMPA Jaguarão	UNIPAMPA Jaguarão
12	12.09.2018	Hilda Jaqueline de Fraga	Professora do Bacharelado em Produção e Política Cultural	UNIPAMPA Jaguarão	UNIPAMPA Jaguarão
13	13.09.2018	Adriana Ança	Arquiteta. Secretaria de Planejamento e Urbanismo. Ações junto ao IPHAN (PAC Cidades Históricas, restauros, etc).	Prefeitura de Jaguarão	Secretaria de Planejamento e Urbanismo
14	13.09.2018	Mangela Britos	Presidente do Conselho Municipal de Cultura. Coletivo mulheres de fronteira		Hotel em Jaguarão
15	14.09.2018	Miguel Cantera	Secretário de Cultura - Rio Branco	Alcaldía de Rio Branco	Alcaldía de Rio Branco
16	14.09.2018	Sandra Rodrigues	Centros MEC - Rio Branco	Centros MEC	Liceo de Rio Branco
17	15.09.2018	Tibério Marques Schorn da Silva	Secretaria de administração (arquivo) - Prefeitura de Jaguarão	Prefeitura de Jaguarão	Café em Jaguarão
18	16.09.2018	Sandra Camerini Vieira	Professora, Diretora de Cultura	IFSUL Pelotas	Café Aquarius Pelotas
19	18.09.2018	Rosario Brochado	Professora, formadora de professores e atuante na área de institucionalização do DPU		Casa em Rivera

20	18.09.2018	Eduardo Palermo	Professor de história. Diretor do Museo del Patrimonio Regional de Rivera	Museo del Patrimonio Regional de Rivera	Museo del Patrimonio Regional de Rivera
21	19.09.2018	Calico Grisolia	Secretário de desenvolvimento regional - Prefeitura de Santana do Livramento	Prefeitura de Santana do Livramento	Prefeitura de Santana do Livramento
22	19.09.2018	Jussara Dutra	Ex-chef da cozinha do Palácio Piratini, Pesquisadora, Coordenadora do Festival Enogastronômico do Pampa		Hotel Jandaia
23	19.09.2018	Osmar Santos	Artista Plástico		Casa em Rivera
24	19.09.2018	Ana Paula Alonso	Assessora do Intendente de Rivera Marne Osorio, trabalha na área de relações internacionais.		Intendencia de Rivera
25	20.09.2018	Michel Cruz	Dramaturgo, escritor, professor, filósofo		Casa em Rivera
26	20.09.2018	Berenice Farina	Produtora cultural - artes visuais. Curadora da exposição de Osmar Santos no Museo de Artes Plásticas		
27	21.09.2018	Hugo Lago	Diretor	Museo de Artes Plásticas de Rivera	Museo de Artes Plásticas de Rivera
28	21.09.2018	Fabio Régio Bento	Professor de sociologia	UNIPAMPA Campus Santana do Livramento	UNIPAMPA Santana do Livramento
29	21.09.2018	Andrea Ilha & sócias Núcleo fronteira do IAB	Arquiteta	Instituto de Arquitetas do Brasil (IAB) - núcleo fronteira	Café em Rivera
30	22.09.2018	Maria-Luisa De Leonardi (Neca)	Artista visual e produtora	Espaço Braguay	Espaço Braguay
31	22.09.2018	Artur Montanari	Funcionário da receita Federal e Dono da livraria Marco Zero	Livraria Marco Zero de Livramento	Livraria Marco Zero, Livramento
32	24.09.2018	Adriana Dorfman	Professora de geografia. Coordenadora do curso de geografia da UFRGS	UFRGS	Casa em POA
33	30.10.2018	Joaquim Araújo	Diplomata (2o secretário). Brasília, Departamento cultural - Divisão de Operações de difusão cultural (DODC)	Ministério das Relações Exteriores	Videoconferência (conversa) + Email (perguntas)
34	17.06.2019	José Carlos Machado (Maninho)	Ex-presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Jaguarão Ex-representante titular da Setorial de Patrimônio Cultural Organizador do Jaguararte	IFRS	Telefone

Appendix 2: Interview transcript - Dionéia de Macedo

Interviewee: Dionéia de Macedo

Arts teacher at Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFSUL)

Location of the interview: IFSUL, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brazil

Date of the interview: 09.07.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Excerpts

[00:36]

Na verdade, políticas públicas para esse tipo de espaço foram muito poucas as que ocorreram. Se teve um apoio grande quando se teve a feira binacional do livro, que era um espaço em que ocorria não só uma feira do livro como uma feira comum em que tu coloca espaços para contações de história, para venda de livros, mas também espetáculos musicais, dança, teatro, performance. Mas esse projeto morreu já faz uns dois anos eu acho, não veio mais dinheiro para isso, acho que não se encaixaram com a secretaria de cultura então a feira binacional do livro não existe mais. Mas existiu. Ao meu ver é uma questão política. Muda o prefeito o outro não quer aproveitar o de bom que aquele tinha deixado, que vai ficar com o nome do outro e ele vai usar, entendeu? Então eu penso que foi por isso que morreu. Do lado brasileiro, porque do lado uruguaio esse tipo de coisa não acontece. Se tem uma coisa funcionando ela vai seguir funcionando. Isso é uma ação da secretaria, não do governo fulano.

[02:13]

[02:15]

Na parte de dança temos o Fronteira em Dança em que todos os grupos de dança, em dois dias, se apresentam no teatro municipal de Rivera. A arrecadação é de alimento não perecível mas quem organiza são as secretaria de cultura. Esse é o único que ainda está vivo. Esse acontece todos os anos. Então todo mundo que tem um estúdio de dança, uma escola de dança, prepara umas coreografias e apresenta, tanto do lado uruguaio quanto do lado brasileiro. Eu te digo do Uruguai mesmo porque vem gente de Salto, de Tacuarembó, de Montevideo. Do lado brasileiro este ano teve Rosário e São Gabriel, que são cidades próximas, mas normalmente é só Santana do Livramento.

[03:20]

[03:30]

Tem o La Merde que é de teatro, mas acho que ele é bienal e ele não tem um caráter fronteiroço, ele tem um caráter uruguaio. Ele acontece e claro que a gente assiste, a gente vai, mas ele é uma promoção uruguaia. Já se teve festival de música nativista, folclórica gaúcha e da Pampa Uruguaia. Foi o Martin Fierro. Ele teve como dez anos esse festival e em função de problemas de desvio de dinheiro e de corrupção ele foi encerrado. Mas era um festival enorme. Do que eu me lembro ele deve ter tido uma vida de 10 anos mas talvez ele tenha tido mais.

[05:06]

[05:10]

O nosso festival, que é de um colégio de ensino médio particular, o Cinecamp, é binacional no sentido de que existem alunos uruguaios fazendo parte dos filmes e fazendo parte da edição dos filmes, mas ele não é política pública, ele é de uma instituição privada de ensino médio. Mas ele abrange alunos de escolas uruguaias e brasileiras. Esse nos estamos na quarta edição. Ele acontece agora em agosto.

[06:05]

Dentro da questão dos artistas plásticos, de artes visuais, existem vários espaços e grupos de estudo, como por exemplo tem o Braguai. A idealizadora do Braguai é uma dobre chapa, a Maria-Luisa de Leonardi. [...] Ela tem um espaço muito pequeno mas ela promove muitos eventos naquele espaço e fora daquele espaço.

[07:17]

[07:18]

Os museus não são interligados. Cada museu faz a sua programação e convida os públicos dos dois lados mas não tem um programa para isso. E depois teve um projeto que foi feito, até a Maria-Luisa estava junto, que se chamou fronteira criativa. Esse projeto veio por via de Lei de Incentivo à Cultura e ele promoveu palestras para melhorar o acesso do artista a acessas questões de políticas públicas culturais, como fazer projetos em música, em moda, em dança, em teatro, em artes visuais. Foram várias palestras instrucionais.

[08:22]

[09:33]

Outra coisa que é binacional é o que acontece aqui. Nos temos a SEMABI, a Semana Acadêmica dos Cursos Binacionais. Ela envolve todos os elementos acadêmicos específicos dos cursos técnicos mais o lado cultural que a gente traz. Então ano passado por exemplo veio oficina de teatro, oficina de dança, oficina de arte circense. A gente trouxe pessoas do Brasil porque essa coisa de trazer o estrangeiro aqui para dar cursos ainda é burocraticamente complicado. Então quem veio trabalhar nesse evento binacional foram os brasileiros. Trabalharam tanto do lado brasileiro quanto do lado uruguaio. Mas foi aqui no IFSUL e durante a semana acadêmica binacional.

[10:40]

[11:02]

Nos últimos anos [...] eventos que eram grandes, bons, criados, de repente morreram ou mudou a gestão ou a questão da documentação não passou, faltou alguma coisa: incentivo, se atrasaram, acho que mais por aí. [...] e não nasceu nenhum novo no lugar daquele. Na verdade teve um novo, que foi o festival enogastronômico. Esse é o mais novo. Tem o festival do ovino e vinho que é brasileiro, mas como ele acontece no parque internacional e trazem asadores do Uruguai, de vez em quando ele fica meio que fronteiroço. Mas ele não é fronteiroço.

[12:24]

[12:28]

Quando vem algum espetáculo para o Teatro Municipal de Rivera trazido pelo Departamento de Cultura de Rivera, a gente aproveita e assiste, porque é uma oportunidade única. E quando acontece um show, alguma coisa mais popular aqui também, os uruguaios compram ingressos e assistem também. Mas com fomento de políticas públicas, não. São investimentos particulares, o pessoal vai pegando... Alguns pegam da Lei Rouanet no Brasil, mas é muito esporádico.

[13:08]

[13:20]

[Entre as Secretarias de Cultura de Santana do Livramento e de Rivera] existe alguma comunicação. Mas é mais uma questão de convite, "eu te convido para ir lá no meu evento, tu me convida para ir no teu evento". Esse encaixe não existe mais. Existia, como eu te disse, na feira do livro, que morreu.

[13:52]

[Em termos de colaboração] nada oficial que eu saiba. Lá na secretaria eles vão te dizer "não, mas a gente tem isso, aquilo", mas aparentemente eu não enxergo isso porque os eventos não têm nada ver entre o que se faz aí com o que se faz aqui. Acontece nesse festival Fronteira em dança que eu te disse, que há essa jogada junta deles, e esse de teatro também La Merde que é feito dos dois lados e como é feito no teatro municipal de Rivera e normalmente o ingresso não tem um valor em dinheiro...

[15:25]

[Em termos de manifestações culturais que têm a ver com a identidade da fronteira, com as trocas entre os dois lados] infelizmente o que eu tenho para te dizer é que eu não vejo mudança há muito tempo. [...] Tu tem que lutar muito para conseguir alguma coisa que tu tenha público, sabe? [...] A Semana Farroupilha, que se junta com a parte folclórica do Uruguai, e o carnaval são o que mais há de integração fronteiriça. A Semana Farroupilha está junto com a semana de patrimônio do Uruguai [...] Os uruguaios vêm, desfilam aqui, o galpão era no Parque Internacional, era um galpão binacional. Agora já não é mais, o galpão é feito lá na Praça General Osório.

[17:03]

O carnaval antes as escolas iam para lá e voltavam. Agora não. Rivera faz o seu carnaval, Livramento faz o seu carnaval. [...] O que acontece é que as rainhas dos clubes, de baile de carnaval, se visitam.

[17:51]

Nós os artistas a gente se reúne mais, troca mais, por exemplo se eles fazem uma exposição lá todos os brasileiros vão, se um brasileiro faz aqui todos os uruguaios vêm, a gente se abraça. Por exemplo, teve dois eventos grandes aqui da bienal do Mercosul, de artes visuais e o pessoal abriu as portas para os brasileiros no Uruguai, os Uruguaios vieram aqui e fizeram intervenções e tudo, mas ficou nisso. Teve um evento de teatro também que foi o Fronteira Theatre Lab. Foi uma moça daqui que veio da Escócia para fazer um evento experimental na fronteira. Foi uma pesquisa dela, ela fazia especialização em direção teatral na Escócia, ela é de Livramento. [...] Ela veio fazer o evento aqui, recebeu espaço dentro do Parque Internacional para fazer, algum espaço em Rivera na sala da ANTEL, algum espaço na casa de cultura, mas não se conversava. Normalmente é assim: o artista vem e ele faz o casamento dentro do que ele consegue, e aquilo sobrevive enquanto dura o evento. Depois, o artista vai embora e acabou.

[20:20]

SM: O que me interessa saber, também, é se existe um espaço transfronteiriço, culturalmente.
DM: Sim, o parque internacional é esse espaço. E outro que a gente pode dizer que é transfronteiriço é o Teatro Municipal de Rivera. São os maiores espaços onde acontecem esses eventos binacionais.

SM: E na cabeça das pessoas? Não sei se você entende o que eu quero dizer

DM: Entendo. Acho que é aí mesmo. Não tem outro. Porque lá na Praça Flores é os uruguaios que convidam os brasileiros e lá na Praça General Osório são os brasileiros convidam os uruguaios. Então para ficar com cara de binacional, é nesses dois lugares.

[22:35]

SM: Na sua vida, você tem a impressão que as pessoas que moram nas duas cidades se consideram mais como parte de um todo apesar da fronteira agora do que antes, mais do que antes ou a mesma coisa?

DM: Acho que agora está mais claro que a gente está mais junto, sabe? [...] Quando eu era pequena eu me lembro: os uruguaios, uruguaios, os brasileiros, brasileiros. Mas agora eu acho que essa identidade fronteira ela foi acontecendo já no final dos anos 90, início dos anos 2000. Aí começou a crescer uma identidade mais fronteira. [...] Com essa questão do Mercosul, acho que também ajudou. Politicamente falando, eu acho que todas as oportunidades de eventos que houve enquanto esteve à frente o governo do PT no país, o diálogo era bem aberto, era tranquilo, do lado de lá então acontecia muito mais coisas. Quando eles começaram foi um boom de valorização da fronteira e tudo mais.

SM: Então você liga isso com políticas públicas do Mercosul e do PT?

DM: Também. Não só. Mas também. Eu acho que a gente começou a criar uma identidade fronteira. Não sei te dizer quando foi o clic, mas eu acho que a gente começou a criar uma identidade fronteira porque as coisas iam acontecendo aqui, acontecendo lá. E essa história de poder ter a carteira do fronteiro, tanto daqui quanto de lá, de tu poderes estudar lá e eles poderem estudar aqui, de validar os diplomas.

[24:50]

Teve uma Consul brasileira no Uruguai também que facilitou muito, que foi a Consul Eliana. O trabalho cultural dela quando ela veio aqui foi fantástico nessa questão de fronteira.

[25:45]

Uma coisa que aconteceu que ajudou muito também agora nos últimos anos, foi essa questão das universidades públicas, a UERGS, a Unipampa, e agora o IFSUL ter vindo para cá. Essa história de todo mundo vir de todo o Brasil para cá e do Uruguai para cá estudar e poder ter ingresso em uma universidade pública, seja ela estadual ou federal, isso abriu os olhos para essa questão da fronteira, de uma identidade fronteira, de uma cultura mais fronteira. Até o próprio curso de Relações Internacionais que teve aqui, ele ajudou bastante nisso. [As pessoas de fora] chegam aqui e ficam encantados. [...] Então os elogios, o estranhamento no lado positivo desse tipo de convivência fez com que a gente se enxergasse como legais, como diferentes, dissesse vamos valorizar isso, vamos aproveitar isso? Acho que foi graças a essa chegada mesmo.

[28:04]

[O Mercosul] teve um papel forte nessa questão fronteira porque ele abriu para algumas coisas que acontecem de forma fronteira. Por exemplo, quando torna Santana do Livramento a cidade símbolo do Mercosul, tu abre para dizer que tudo que vai acontecer de fronteiro tem que ser aqui. Fica mais fácil quando tu vai fazer uma justificativa de um projeto. Tu coloca isso e pronto, vem para cá. Acho que muitas vezes foi isso que aconteceu. Acho que abriu esse olhar: é nossa, essa fronteira somos nós. Vamos olhar para isso, vamos caprichar nisso. É mais os produtores de arte porque o povo mesmo não frequenta muito os espaços culturais e os

eventos que realmente transformam a cultura. O povo frequenta os eventos que são como os da mídia da TV aberta. Aquele espaço de valorização da fronteira e da cultura, não. Os festivais de música nativista do Rio Grande do Sul, não da fronteira. O Festival Martin Fierro era um que eles valorizavam, que era da fronteira mas que quebrava um paradigma. Por exemplo no Le Merde tu vai e só estão os artistas e quem gosta de teatro. A população não vai, as escolas não levam. Tu não tem essa formação. Nos museus tu faz eventos e as pessoas não vão. O número de visitação dos museus aqui é minúsculo.

[30:38]

SM: Então o papel que a cultura pode ter para criar laços entre pessoas dos dois lados da fronteira não seria muito grande

DM: Não, para o povo daqui não. O povo daqui não tem essa cultura de frequentar eventos culturais que mencionam outras coisas, inclusive a cultura fronteiriça. Tu faz um evento, tu abre uma exposição de arte, tu vai ter quarenta pessoas, estourando, visitando. E essas quarenta vem na exposição desse museu, daquele, vão no teatro, nos espetáculos de dança, são sempre as mesmas. Às vezes aumenta um pouquinho, às vezes diminui um pouquinho. Aí tu consegue em algum momento mobilizar alguma escola, eles vão, acham lindo maravilhoso, gostam, mas se no ano que vem tu não for lá [...] eles não se movimentam. É uma dificuldade muito grande que a gente tem aqui.

[32:09]

Do lado uruguaio bem menos. Quando tem um evento no teatro eles vão, as escolas vão. Do lado brasileiro é muito duro, é sofrido. [Os uruguaio vão em Livramento] às vezes. Mas os uruguaio trabalham muito com a formalidade. Se tu manda um convite formal eles se sentem obrigados a vir. Se tu lançou um evento aberto no facebook as pessoas colocam que têm interesse mas não aparecem.

[33:32]

O pessoal não entende a cultura como fronteiriça ainda, está muito novo para eles. Por exemplo quando tu vai no teatro municipal de Rivera tu vai ver um grupo de folclore uruguaio e um grupo de folclore gaúcho se apresentam, mas eles não se fundem. Até eles percebem que eles fazem parecido mas a gente não mistura. O amalgama cultural que se faz é da convivência, é do que tu vive no dia a dia, é da roupa, é do tipo de negócio, de comércio, é da língua, das expressões.

SM: Mas na cultura tem coabitação das duas formas mas elas não dialogam

DM: Exato. Ainda não. Por exemplo, é muito fácil ver o que é um artista brasileiro pintado e o que é um artista uruguaio. Eu consigo identificar. Tem a identidade cravada ali.

[33:48]

A gente encontra mais o que é de fora. Te explicando de forma prática, se vem Ivete Sangalo, Alexandre Pires, Anita fazer show aqui, no lugar que for enche de uruguaio e de brasileiro. Está na mídia. Aí vem. Agora tu traz alguém daqui que ainda não tem um nome e tu bota lá para tocar, se tem alguém ali vai, senão não vai. Se está perto, se está barato, o pessoal frequenta. Se vem o Tol, de Pelotas, o Cirque du Soleil, se chega a vir esse tipo de coisa, vende muito aqui. No lado uruguaio quase não vem nada para Rivera. Vem mais a Montevideo.

[Comparando grupos de tamanho/popularidade similar que são da fronteira/de fora]

DM: Aqui é tipo santo de casa não faz milagre, entendeu? Até faz porque está barato, está bom, então vamos, não temos o que fazer.

[...]

[Nos dias dos sorteios dos Amigos da Sorte organizados por lojas] eles trazem algum aqui da fronteira, de Bagé, de POA, de Pelotas, para cantar no parque, para fazer uma muvuca. Pegam alguém de Rivera, alguma banda de cumbia, alguém que faça um rap. O pessoal faz um show e tu reúne todo mundo no Parque Internacional e acontece o sorteio e acabou. Mas os shows são grátis.

[38:56]

Os shows pagos são com artistas de nome. Tem uma valorização maior do que é de fora do que é daqui.

[39:36]

Aqui quase não tem eventos. Quando tem, é de fora.

[40:26]

Eu sei que em Bagé tem um festival de cinema e alguns daqui de Livramento levam algum filme para lá. E de Bagé distribui. [...] Festival de cinema aqui tem esse que eu coordeno mas é de ensino médio.

[...]

Sai de Bagé, não sai de Livramento.

[41:15]

Bagé é [o ponto de contato] entre Livramento e Pelotas. Lá tem mais produção cultural, mas não é fronteira. Embora eles estejam bem pertinho de Aceguá. Lá não acredito que tenha uma cultura fronteira, mas tem mais eventos culturais lá, eles aproveitam mais as políticas públicas. Muito mais do que aqui.

Appendix 3: Interview transcript – Tarson Nuñez

Interviewee: Tarson Nuñez

Researcher, Memorial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

International Relations Coordinator, Rio Grande do Sul state government from 2011 to 2014

Location of the interviews: Parque da Redenção and Memorial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil

Dates of the interviews: 07.09.2018 and 24.09.2018

Language of the interviews: Portuguese

Transcription: Full transcript with minor cuts

First interview: 07.09.2018

TN: Si tu mapeias as origens, tu tens uma mobilidade geográfica das famílias muito grande. Meu avô pai do meu pai, segundo eu descobri pouco tempo atrás, ele era brasileiro. Aí foi para o Uruguai, teve filhos no Uruguai. O filho dele veio para o Brasil. O meu avô teve o meu pai que nasceu no Uruguai e três filhos que nasceram no Brasil. Tu tens muito e sempre teve muito isso. E isso explica um pouco [...] essa característica do Rio Grande do Sul meio peculiar dentro do Brasil. [...]

No contexto do império brasileiro que era muito autoritário e muito verticalista e muito opressivo, por exemplo Frei Caneca fez uma revolução federalidade em Pernambuco e foi fusilado, Tiradentes foi morto, onde estava mais perto do centro do poder tu tinhas um controle social muito mais intenso. E aqui ao mesmo tempo que tu estás distante do centro do poder tu tens menos influência, mas também tu tens mais autonomia. E aqui tu podias chegar, como fizeram os Farroupilhas, e se rebelar contra o império e qualquer coisa, tu pulavas para o outro lado da fronteira. Isso é constante na história do RS, o exílio de um lado e do outro. Perde de um lado, vai para o outro. Aqui teve a famosa Revolução Federalista, em 1893, que morreu parece que 10% da população adulta nessa guerra [...] O principal livro contando o ponto de vista dos que perderam, os federalistas, foi escrito por um cara na fazenda da família dele do lado uruguaio. Então é muito mais fácil tu seres dissidente si tu podes em questão de horas estar fora do alcance do poder. [...]

Tem uma relação entre a cultura política e a história. E a história daqui é muito marcada por essa condição da fronteira. Até 1930 mais ou menos, até os anos 20 quando começou a ter as primeiras ferrovias unindo o Rio Grande do Sul, era mais fácil tu ir daqui a Montevideo do que tu ir daqui ao Rio de Janeiro. Então as famílias ricas, os bens de consumo mais pontuais, os produtos culturais, vinham de lá. Nos anos 40, [...] as pessoas ouviam a rádio nacional do Rio, mas também ouviam tanto as rádios de ondas curtas de Buenos Aires. Essa permeabilidade da fronteira, essa relação estranha de amor e ódio que a gente tem com os castelhanos é interessante porque com os Uruguaios é diferente porque o Uruguai é meio que uma Alsace-Lorraine, porque os Uruguaios eles são uns brasileiros que falam espanhol [...] enfim, eles são uma mistura entre as duas coisas. A música uruguaia tem muito de Bossa Nova, a presença negra no Uruguai em Montevideo é forte, a presença negra na nessa região de fronteira é muito forte, um fenômeno muito importante. O Brasil era um país escravista e o Uruguai não então os escravos fugiam daqui para o Uruguai e aí os caras vinham atrás, invadiam o Uruguai para

capturar os negros e trazer de volta para vender. E aí não importava se tu era um negro escravo ou tu era um negro livre, com o pretexto de que eu estava procurando um negro que fugiu, qualquer negro que eu achasse eu pegava para trazer de volta para cá. [...] Mas a fronteira é um lugar de presença negra muito forte... Livramento, Chuí, Jaguarão... E os cultos afro-brasileiros têm uma presença grande também em Montevideo. Muito mais oculta do que aqui, mas muito forte, os mesmos orixás. E o Rio Grande do Sul tem essa ambiguidade porque ao mesmo tempo que ele se orgulha de ser diferente do Brasil porque somos mais platinos, e de fato somos, o ser brasileiro implica em não ser o outro então é um caráter bem ambíguo. E em um estado complexo porque tem uma tradição que é muito... Sabe a coisa que o Hall fala sobre tradições criadas? Porque essa ideia da identidade gaúcha, ela é uma ideia que se consolida a posteriori. Ao contrário do folclore no Nordeste onde as pessoas estão cantando samba de roda na Bahia desde sempre e a tradição remonta a essa linhagem popular antiga, no RS tu não tinhas isso. Primeiro que o RS nunca teve uma homogeneidade. Tinha essa colonização ibérica, mas tu tens uma enorme presença de alemães, italianos... que são outras culturas e são totalmente diferentes. E como foi um dos estados do Brasil, e por isso então desde sempre o gaúcho, que supostamente é o símbolo, tem na estátua na entrada da cidade com um gaúcho... de maneira alguma ele era uma identidade mais ancestral. O gaúcho esse, que corria atrás de vaca, era uma parte da população em um determinado tempo, com o qual inclusive ninguém se identificava. "Gaúcho", em espanhol, quer dizer o fora da lei. Era um gentílico. Ao contrário de outros países que têm sempre a sua tradição nacional... "la France profonde"... esse gaúcho era uma coisa à margem porque o establishment não se reconhecia nele. Os estancieros queriam ser europeus, a gente queria ser francês nessa época do século XIX. Depois veio um monte de gente da Alemanha, veio um monte de gente da Espanha... Esse cara era um cara que era desconhecido, praticamente. Como o RS teve um desenvolvimento capitalista meio precoce em termos do Brasil, a gente muito rapidamente foi se globalizando e a cultura foi se americanizando. Uma figura que andasse com essas roupas que é a roupa tradicional da qual o gaúcho se orgulha [...] no tempo que surgiu a tradição, as próprias pessoas que andassem com aquele tipo de roupas na rua eram ridicularizadas. Era uma coisa de uma pessoas grossa do interior, não de um gaúcho. O gaúcho queria ser Garry Cooper. Então o que aconteceu foi que nos anos 1940, um grupo de estudantes de classe média, de gente que tinha vindo do exterior para morar aqui se reuniram e decidiram resgatar a tradição gaúcha. Começaram a estudar o assunto, criaram um movimento e isso aí foi um pouco um catalizador de um começo de resgate dessa figura do gaúcho e da criação de toda uma tradição e da modificação de um folclore que acabou transbordando e inclusive atingindo os outros. Então tu pegas Caxias do Sul, por exemplo. É a segunda maior cidade do estado, uma cidade de colonização italiana [...] e a cidade tem mais Centros de Tradições Gaúchas, que são esses centros culturais, do RS. Só que eles são italianos então nada a ver com isso, mas eles incorporaram e é legitimamente uma tradição criada. Porque nem a elite do século XIX se identificava com isso, muito menos a do século XX. Nem o povo, porque o povo também tinha várias origens diferentes. Por isso que em muita medida, a identidade do RS, ela é uma identidade meio "fake". Não é uma identidade real, porque a identidade real, ela é muito mais complexa, o RS é um dos lugares eu acho que mais diversos etnicamente do mundo. O Brasil todo é assim, mas no Brasil sei lá, em São Paulo predominam italianos, na Bahia predominam negros e todos os lugares têm mistura mas um predomínio. Aqui tu tens bem dividido. Tem uns 10% de negros, uns 10% de italiano, 10% de alemão, 10% de espanhol, 10% de português... Tu não tens uma maioria e tu tens esse mosaico de mil tradições diferentes que se fundem em uma [...] que foi uma coisa que foi criada deliberadamente que se torna uma tradição hegemônica. Isso é muito, muito estranho. E muito complexo, porque é um lugar de uma tradição criada. Eles resgataram uma coisa que talvez existe em boa parte do estado: toda essa região da fronteira tem essa cultura do gaúcho, mas economicamente, etnicamente, socialmente, não corresponde ao que é o RS. É uma coisa que

ficou do passado, congelada lá.. as vacas e os gaúchos na beira dos campos... é muito estranho. Ma ao mesmo tempo tem essa coisa que é legal, que é essa valorização da independência, da autonomia... Isso é interessante. É uma coisa que é bacana. [...]

SM: [Descrição mais detalhada da pesquisa]

TN: Então acho que tem uma coisa que é relevante em relação a isso e eu acho que é inteligente a abordagem, porque tu tens períodos de mais aproximação e de mais distanciamento. Num primeiro momento, era um território só. O Uruguai era parte do Brasil e se separaram. Mas tu tinhas muito essa permeabilidade. Até porque as fronteiras não são muito rigorosas. E tu tinhas um intercâmbio cultural muito forte, mas muito mais porque ele existia na prática do que ele decorria de políticas. Na época da ditadura teve um corte muito forte. Com a doutrina de segurança nacional [...] ainda que, na prática, a fronteira tenha sido permeável e isso salvou a vida de muita gente [...] houve um corte muito grande porque tu tinhas a ditadura no Brasil e a tinhas democracia no Uruguai [...] então o Uruguai era um foco de sedição perigoso então houve esse corte. Com a redemocratização e, junto com ela, a discussão do Mercosul, isso se re-significou totalmente. Houve um processo deliberado de transformar essa coisa que existia na prática também uma coisa institucionalizada e valorizada positivamente. E acho que, também nessa lógica de aproximações e separações, indo mais para trás, mais do que tudo na época do Estado Novo, de nacionalização então houve também um certo fechamento porque a construção do Estado Nacional brasileiro significou o estabelecimento de instituições, de um padrão de educação e de uma narrativa sobre o país. Sempre teve uma separação entre do Brasil em relação à América Latina. [...] A ênfase no nacionalismo marcava um momento de tentar fechar essa fronteira. Mas a partir do momento da redemocratização, do ponto de vista da política tu tens um olhar dos governos e partidos de esquerda que é mais latino americanista, isso também contribui para gerar políticas de aproximação.

[...]

As pessoas que eu conheço mundo afora lá no Banco Mundial conhecem POA por causa do orçamento participativo e do Fórum Social Mundial, não por causa da nossa indústria [...] ainda que na cultura política da esquerda houvesse uma postura bem reacionária: nós somos contra a globalização [...]. E na cultura política da esquerda sempre foi muito forte esta questão da integração, até por motivos óbvios: ter um amigo para onde tu podes fugir caso os milicos estejam te procurando aqui. Então sempre teve essa ênfase na integração cultural e ser a favor da América Latina é um "statement" de esquerda. No Brasil, aqui particularmente porque é mais fácil. Aqui tu estás aqui do lado, aqui desde pequeno a gente ouve música uruguaia, ouve música argentina. A identidade é muito mais presente. A gente tudo toma mate, a gente tudo sente frio no inverno então é uma identidade quase natural em que pese à elite gaúcha ser uma elite tão tosca e medíocre quanto o resto da elite brasileira e o sonho deles é morar em Miami. [...] Na época do Brito e da Yeda, não só a secretaria de Relações Internacionais só tratava de business, como só tratava de business a partir das orientações que vinham da FIERGS, a Federação das Indústrias dava a pauta que dizia para onde tinha que ir. Então, como grande parte dos industriais aqui são descendentes de alemães e têm laços, se ia para a Alemanha e para os Estados Unidos. Isso era a política internacional daqueles governos. Em relação ao Mercosul sempre foi muito complicado porque em que pese as nossas identidades todas que te contei enquanto uma população, enquanto um território, do ponto de vista económico é um problema porque o RS produz vinho, os chilenos fazem vinho melhor do que a gente, o RS produz leite, os Uruguaios produzem leite melhor do que a gente, o RS produz trigo, os argentinos produzem trigo melhor do que a gente. Todo o olhar do empresariado gaúchos em

relação a integração sempre foi um olhar contrário, que vê Uruguai, Argentina e Chile como concorrentes porque de fato, a nossa matriz produtiva é muito parecida. E o Mercosul foi um bom negócio para o Brasil, em termos gerais de comércio para todo mundo, mas a imagem que se tem do Mercosul, e é isso que explica um pouco que nas duas primeiras gestões daquelas, do Simon e do Collares, o assunto das relações internacionais surgir em função da existência do Mercosul e depois ele sair da pauta, porque o Mercosul passou a ser visto como uma encrenca. [...] O que se costumava dizer nos meios empresariais é que o Mercosul passava por cima da cabeça dos gaúchos. A gente ficava só com o ônus de ter a concorrência dos produtos argentinos e uruguaios [...] e teoricamente não nos beneficiavam. É mais uma daquelas grandes falácias porque na prática muitos setores empresariais no RS se beneficiaram com o Mercosul. Só que tem um problema que é muito característico das economias capitalistas que é a contradição entre o interesse individual, competitivo, e o interesse geral. [...] Então tu não tinha nenhum estímulo para qualquer aproximação em governos que tinham uma orientação mais pro-empresarial, enquanto nos governos de esquerda sim, tinha toda essa história mais ideológica, de solidariedade latino-americana que acho que influenciavam.

SM: A partir de 1990 até o dia de hoje, como a fronteira contribuiu para as políticas culturais e qual espaço foi dado à fronteira dentro das políticas culturais?

TN: Nenhum! Não, é que primeiro a gente tem que entender o que são as Políticas culturais do RS. De modo geral, talvez tirando esse período em que o Ministério da Cultura brasileiro teve um protagonismo um pouco maior e talvez aí acho que da para falar sobre várias coisas da fronteira, por via de regras políticas culturais são muito frágeis. Especialmente em nível estadual elas são mais frágeis ainda. Então a cultura sempre foi subfinanciada e dificilmente conseguia ir além da administração dos espaços culturais que o governo estadual tem. Então em poucos momentos se conseguiu pensar uma política que conseguisse ir além do administrar o que já está, muito menos conseguisse se estender territorialmente. [...] E como o único instrumento que tu identificarias que é a Lei de Incentivo à Cultura é um instrumento passivo porque tu estás autorizando a captação e tu não tens governabilidade sobre onde o dinheiro vai ser aplicado, tu recebes projetos. Quem conduzia as políticas culturais tendia a ser as empresas, então isso sem dúvida limitava muito o escopo territorial das políticas culturais do governo do estado do RS. E ele sempre tendeu a ser, assim como em nível nacional há uma concentração absurda do financiamento da atividade cultural para o Rio e São Paulo em detrimento do resto dos estados, sempre houve uma concentração absurda do financiamento das políticas culturais para POA em detrimento do interior, então tem muito pouco. O que teve, e aí já entra um pouco na discussão multi-nível, é que em alguns momentos as prefeituras tinham ações nas cidades de fronteira, que incorporavam essa questão cultural. Normalmente, até pela própria existência nas cidades gêmeas, tu tens um intercâmbio cultural e a política cultural municipal ela era uma política quase sempre meio transfronteiriça: os uruguaios vão no carnaval em Livramento, os Uruguaios de Ríó Branco vão no carnaval em Jaguarão, então tu tinhas sim. [...] Teve nos anos 1990, mas aí eram iniciativas de viés mais acadêmico, mas a faculdade de arquitetura aqui da UFRGS, junto com a Universidad de la República, uma vez produziu um mapeamento do patrimônio cultural de POA até Montevideo, identificando as estancias e tal. Então teve uma iniciativa binacional baseada no padrão cultural comum com pessoas dos dois lados. Eu não me lembro de quando foi esse El camino del gaúcho mas com certeza foi anos 90. Posso depois tentar catar as referências dos arquitetas que fizeram. Eu tinha um DVD mas eu não consigo rodar ele em lugar nenhum. [...]

Tinha participações pontuais. Por exemplo o festival de cinema de Gramado que é um festival privado, aliás é a prefeitura de Gramado que organiza, não é estadual, mas é um festival muito

grande, em algum momento virou um festival latino-americano que tem uma mostra latino-americana dentro de si. Mas tu vê que são quase sempre, claro que dentro do seu conceito de paradiplomacia cultural isso está incorporado, mas não eram políticas de estado. Eram políticas de iniciativas de setores tipo arquitetos com arquitetos, cineastas com cineastas, que buscavam isso. Em algum momento poderiam ter financiamento estatal ou não, mas não era o estado que induzia essas políticas. O estado, na melhor das hipóteses, atendia algumas demandas que geravam iniciativas culturais. [...]

Outra presença cultural importante, essa coisa mais museológica: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, volta e meia tinha, porque são as cidades mais antigas do RS: Rio Grande é a cidade mais antiga, mas assentamentos urbanos mais importantes do RS durante toda essa história sempre estiveram na metade sul do estado, são cidades que têm mais patrimônio cultural e em alguma medida isso também tinha uma contraparte com o lado uruguaio, lá o forte de Santa Tereza [...], provavelmente alguma iniciativa da UNESCO... A Universidade Federal de Pelotas, tinha desde os anos 90, o reitor que era um sujeito muito visionário [...] percebeu essa importância do Mercosul e criou um centro de estudos do Mercosul da Universidade de Pelotas que não está na fronteira mas acho que está na zona de fronteira, e inclusive compraram um lugar e criaram um centro sobre o Mercosul da UFPEL em Livramento. Então isso também era uma iniciativa cultural de perfil mais acadêmico que tinha esse foco na fronteira, também era resultado de iniciativa pública mas também não era uma iniciativa de política cultural. As coisas aconteciam na fronteira em termos culturais, mas sempre de maneira meio descentralizada, caótica, randômica. Nunca teve uma *política* cultural, talvez só quando a gente estava no governo que tinha uma política de fato. Nós tínhamos um acordo com o Uruguai: cada vez num ano a gente juntava artistas, cineastas, filmes, artistas plásticos, músicos do RS a íamos fazer uma semana cultural do RS em Montevideo e no outro ano eles traziam. Então o governo que recebia dava os lugares, a divulgação e a estadia dos participantes, e o governo que mandava pagava a viagem e a remuneração dos artistas. Acho que chegou a ter cinco, no primeiro ano do governo atual ainda teve o último suspiro disso. Mas essa eram sim, de fato, uma política deliberada de relação transfronteiriça, a gente fazia eventos.

E teve uma coisa muito interessante nessa época do governo Tarso mas que já vinha de antes, e você teria que mapear até quando vinha para trás e que tem a ver com cultura também: as prefeituras da fronteira criaram, depois você tem que ver exatamente em que ano, um comitê de prefeituras e intendenções da fronteira Brasil-Uruguai que ora era coordenada por uma prefeitura do lado de lá, ora por uma do lado de cá e promoviam encontros sistemáticos de prefeituras para pensar demandas conjuntas e tal. E na época que nós estávamos no governo, uma das coisas que se tentou fazer, que se discutiu bastante e se chegou a formular enquanto produto um calendário cultural comum aonde eles diziam o que eles faziam de festas e exposições nas cidades lá da fronteira uruguaia e as dos Brasil fizeram isso também. Mas isso ainda que a gente estivesse apoiando enquanto governo de estado, era uma iniciativa desse comitê de prefeituras. [...]

Tem um movimento cultural transfronteiriço com gente de Livramento e de Rivera que fazem eventos anuais, que fazem feira binacional do livro [...] Não sei bem quando eles começaram. Quando a gente estava no governo era uma coisa que já existia, mas acho que não vem do muito atrás. [...] A gente fez uma atividade no último fórum social mundial aqui, Fronteras Culturales, que junta esse pessoal que faz essa ponte, porque é isso: do ponto de vista das políticas culturais sempre foi um troço caótico, randômico e pouco característico do que deveria ser uma política estatal: o estado supostamente organiza as coisas, institucionaliza as

coisas. Mas independente dessas iniciativas, sempre teve essa ponte subterrânea: entre o pessoal do candombe no Uruguai e os negros daqui, por iniciativas individuais e trajetórias pessoais, esse intercâmbio cultural sempre existiu. Por exemplo, [...] eu estava em Montevideo, ligo a TV pública lá e tem um spot publicitário de uma mostra de músicos uruguaios que ia ter não sei aonde, ou era um programa de TV, ou era um show que ia ter: 'Mostra de músicos uruguaios' e daqui a pouco estava lá o Vitor Ramil, que é gaúcho, mas estava lá sendo apresentado como músico uruguaio, entende? [...] Então essa ponte cultural entre artistas, ela sempre existiu muito forte. Mas é uma relação cultural direta, de trajetórias individuais, não de políticas culturais. Essa integração de baixo para cima, ela é muito interessante e ela se materializa noportunhol. Claro que os uruguaios, como em tudo eles levam as coisas mais a sério do que a gente, lá eles têm inclusive uma definição do ministério da cultura, eles têm políticas de fomento, [...] eles têm por exemplo um edital para peças de teatro escritas em dialeto Uruguaio-Brasileiro. [...] O governo da Frente Ampla, a partir do segundo governo, acho que particularmente a partir do governo do Pepe Mujica, se deu conta de que eles tinham que lutar um pouco contra a excessiva centralização do Uruguai em Montevideo. De Fato, Montevideo é a metade do país. A tendência é tu pensar as políticas públicas só para ali porque o resto é meia dúzia de cidadezinha. Houve um esforço grande de descentralização: instalação de campus eu acho da Udelar na fronteira, e de financiamento de coisas na região fronteira que envolvia muito também dessa coisa de valorização das atividades culturais. [...] Livramento é o arquétipo nossa fronteira dupla. [...]

Sobre articulações entre os entes, tanto acho que vale olhar essa dinâmica subnacional não só limitada ao estado mas prefeituras também são atores importantes. Porto Alegre-Montevideo foi muito forte porque mais ou menos ao mesmo tempo que o Olívio ganhou aqui, o Tabaré Vázquez ganhou em Montevideo. [...] Se gerou uma solidariedade entre duas prefeituras de esquerda em países governados pela direita neoliberal em lugares muito próximos geograficamente e muito próximos culturalmente. Eu me lembro que o Maria Delgado Aparáim, que é um novelista uruguaio que era secretário de cultura de Montevideo esteve várias vezes aqui. Então durante os anos 90 esse circuito Montevideo-Porto Alegre foi de alta intensidade. E deve ter tido muita iniciativa na área da cultura entre as duas prefeituras. É isso que te falo: POA quase tem tanta visibilidade ou mais do que o estado do RS, em alguma medida [...]. Tem também isso. O Itamaraty e a agenda fronteira do Itamaraty. Que na prática nunca fez nada mas fez dezenas e centenas de reuniões tematizando o tema da fronteira. Tinha um nome longuíssimo. A Nova Agenda de Cooperação Transfronteira fazia umas reuniões sobre o tema da integração de fronteira. Mas naquele ritmo Itamaraty e diplomacia: tu discutes interminavelmente as coisas e nunca acontece nada na prática. Mas isso de fato gerava no mínimo uma dinâmica de intercâmbio e quando entramos no governo nós puxamos para cá, daí quando faziam a reunião dessa Nova Agenda de Cooperação Transfronteira Brasil-Uruguai em Montevideo, além da delegação de Brasília ia uma delegação do RS toda, com gente da cultura, de várias secretarias, foi bem forte a ligação. E as reuniões que eram para acontecer em Brasília a gente fez uma delas em POA. Então a gente puxou a diplomacia nacional brasileira para cá. Mas de qualquer maneira, essas reuniões, pelo menos uma vez por ano, discutiam esses assuntos da integração fronteira então tu tinhas uma pauta nacional. E nas pautas, a cultura sempre aparece como um elemento importante. Se tu pegares as atas das reuniões deve ter coisas lá. Não acontecia nada mas na prática, também uma das esferas institucionais de integração fronteira era essa gerada pelo Itamaraty a partir dessa Nova Agenda de Cooperação Fronteira. Mas que respondia à demanda das pessoas da fronteira porque tinha [...] porque o sentimento grande no RS era esse que 'nós estamos ali colado nos caras, tem toda uma integração, mas se eu quiser trabalhar do lado de lá eu não vou conseguir'... Para conseguir documento uruguaio ou conseguir documento brasileiro... as coisas da vida

prática, do ponto de vista estatal, nunca funcionaram, nunca teve integração mesmo. E essas reuniões do Itamaraty também respondiam, em certa medida, a essa demanda de baixo para cima de que 'se estamos tão integrados, porque eu não posso trabalhar ali? Ou se eu trabalhei a vida toda no Uruguai, porque não posso me aposentar no Brasil e vice versa? Ou porque não posso conseguir tratamento médico?' Então de fato, a existência de um protocolo ou de uma política nacional de integração, ela rebate na fronteira na forma de um descolamento entre a retórica de como estamos integrados e a vida como ela é na verdade, que Brasília decide as coisas mas aqui mesmo onde estou não está acontecendo. Isso é um sentimento que o pessoal tem bastante lá.

SM: Como acontece essa interação entre os vários níveis de governo na fronteira? Em termos de discurso e de ações, qual era a participação do Itamaraty e dos agentes locais?

TN: O que era feito era feito pelos agentes locais. E os agentes locais tensionavam muito a diplomacia para tentar resolver as coisas. Tinha a tal da Nova Agenda, tinha os Comitês de Fronteira, surgiram um conjunto de iniciativas nacionais no território para tentar dar conta das demandas das populações locais sobre o processo de integração.

Second interview: 24.09.2018

TN: Sobre a época que a gente estava no governo e a densidade das relações que foram estabelecidas entre o governo do estado do RS e o Uruguai do ponto de vista da nossa estratégia de RI. A gente tinha um olhar mais global que tinha como fundamento a ideia de aproveitar a onda e a visibilidade externa do Brasil para projetar o RS. Então tinha todo um esforço de relação com a China, com a África, com outros países. Digamos assim que com um olhar mais amplo a ideia era projetar o RS para fora, para longe. Mas dentro disso tinha o Mercosul como prioridade e a relação com o Mercosul como prioridade. Acho que se a gente fizesse contas, [...] uma porcentagem significativa das viagens que foram feitas, das iniciativas de relações internacionais do RS em 2011 e 2014 foram no Uruguai. Eu mesmo fui, sei lá, umas 8 ou 10 vezes para o Uruguai. Então não só tinha essa relação RS como unidade subnacional com o Uruguai como tinham várias instâncias de relação fronteiriça que a gente acabou se envolvendo pelo fato de que para o RS tinha essa prioridade número 1 era o Mercosul e dentro do Mercosul, Uruguai. A Argentina a relação sempre foi mais complexa e difícil, mas com o Uruguai, pela afinidade, sobretudo [...] entre o Tarso Genro e o Mujica. A primeira viagem internacional que a gente fez - o governo entrou em janeiro de 2011, em fevereiro de 2011 a gente já estava no Uruguai, basicamente em uma lógica de cooperação, que a gente chamava de cooperação descentralizada que era focada principalmente, no caso RS-Uruguai em cooperação em políticas públicas. A gente tinha três níveis: [...] tinha a cooperação mais 'business', mais de negócios mesmo, que no caso do Uruguai era fraca porque o Uruguai é pequeno, é menor do que o RS então dificilmente ele é um mercado muito interessante para as empresas daqui e dificilmente a gente teria muita demanda dos produtos de lá. Então essa cooperação era relativamente frágil então tínhamos uma intensa cooperação cultural: acho que te mencionei a semana do Uruguai aqui, a semana do RS em Montevideo, isso seguiu até o início desse governo atual, acho que fez duas experiências ainda, uma vinda do Uruguai para cá e uma ida para lá e depois foi abandonado, mas tinha muito essa cooperação na área de políticas públicas.

[Plano Seibal - política de inclusão digital]

Na área da cultura tinha bastante cooperação também. [...] Algumas das relações Brasil-Uruguai como dois países foram invadidas pelo RS. [...] A Nova Agenda de cooperação transfronteiriça, [que deve estar na décima quarta ou décima quinta reunião] que é um esforço

conjunto da chancelaria uruguaia e do Itamaraty para aprofundar as relações e para resolver as questões de fronteira. O RS, como é a fronteira, passou a participar quase em pé de igualdade com o governo nacional. A ponto que na reunião de 2012 [...] em vez de ser feita em Brasília foi feita em POA. E em duas que a gente participou em Montevideo, a representação do estado do RS era tão grande quanto ou maior do que a representação do Brasil: não só ia o governador, o vice, eu como encarregado das relações internacionais e várias secretarias porque lá a reunião era em grupos temáticos [...] e a gente em geral levava todos os secretários que pudessem ser afetos a essas pautas. [...]

Foi [...] para nós, do ponto de vista político, bem importante, ainda que, olhando mais criticamente, essa nova agenda de cooperação transfronteiriça Brasil-Uruguai, ela se caracterizava, muito tipicamente Itamaraty, de muita, muita conversa e pouquíssima efetividade. Então nos quatro anos que eu acompanhei, os temas mais ou menos se repetiam, todos eles muitas vezes eram assuntos que inclusive já vinham sendo discutidos há anos e nada acontecia. Inclusive a própria intervenção dos atores sociais do território na região dava conta disso.

Tem um conjunto de pautas que uma vez por ano se reunia, se falava muito, se fazia muitas declarações de intenções, mas tinha muito pouca efetividade. Esse foi um dos espaços importantes de atuação do governo naquele período. Outro espaço importante diz respeito a política de fronteiras que era o ministério da integração regional, que é um ministério que existia com esse foco de tentar reduzir as desigualdades regionais e que, nessa lógica de tentar fazer uma política focada em territórios, estabeleceu como objetivo criar um plano de integração fronteiriça [...] para todas as regiões de fronteira desde o Amapá até o RS e nesse processo de construção desse plano a gente se engajou muito intensamente nesse processo de discussão, a gente tinha reuniões quase que mensais em Brasília no período em que esse plano estava sendo elaborado, onde vinham representações de todos os estados do Brasil e reuniam com o Ministério da Integração Regional e a Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil, no governo federal. Que aliás foi um ator central nesse processo porque foi um dos maiores estimuladores da ação internacional dos estados e dos municípios. [...] Inclusive meio esquisito porque não era nem o Itamaraty, nem um ministério, era a casa civil que era do centro do governo mas pela particularidade da pessoa que ocupava, que era o Vicente Trevas, que é uma pessoa que vale muito a pena você entrevistar, ele está em SP agora, eu acho que tenho o contato dele, depois você me escreve e eu te passo. Ele está com uma consultoria mas ele é um grande entusiasta da cooperação internacional. Ele participava do Fórum Social Mundial, é um sujeito que tinha muito essa visão internacionalista e esse foco de integração latino-americana, então a subchefia de assuntos federativos, que era um departamento da Casa Civil voltado para a relação com os municípios e os estados brasileiros, fazia um grande esforço, ainda que formalmente aquela diretoria fosse vocacionada para uma relação interna, União-estados e municípios, eles faziam esse esforço para que os municípios atuassem internacionalmente, participavam de um monte de fóruns, eram os grande impulsionadores. Tanto que num determinado período se faziam reuniões quase bimensais em Brasília com os encarregados de relações internacionais dos municípios e dos estados. Se tinha inclusive esse fórum aonde [...] vários governos estaduais e as prefeituras das cidades maiores se reuniam para trocar experiências sobre RI de órgãos subnacionais. Acho que a SAF foi decisiva nesse processo de impulsionar ou de estimular uma ação internacional dos estados e dos municípios aqui. [...]

Voltando para o Plano de Desenvolvimento e de Integração Fronteiriça, a gente conseguiu fazer um processo bem interessante de discussão relativamente participativo sobre quais seriam as demandas do RS para incluir nesse plano. A gente chegou a fazer um seminário com umas

duzentas pessoas em POA em 2013-2014, não me recordo bem mas depois você pode me escrever com perguntas mais tópicas e eu respondo com meus HDs externos que eu trouxe do governo. Mas a gente fez um seminário bem grande junto com os COREDs que são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, instâncias de planejamento territorial aqui dos RS, as universidades, as prefeituras das cidades de fronteira, aonde a gente então tentou montar um plano ou na verdade era menos um pouco do que um plano mas conseguiu consensuar quais eram as demandas do RS nesse Plano de Desenvolvimento e de Integração Fronteiriça. Nós buscamos identificar, [...] nas nossas pendências em relação ao governo federal, o que a gente podia incluir como parte desse plano e fizemos isso de forma bastante participativa. Tinha uma representação de dezenas de prefeituras, quatro-cinco universidades, acho que o professor Aldomar Rückert participou também, o pessoal da universidade regional integrada, que é mais do noroeste do RS, eles têm um troço que se chama CIDIR Conselho de Integração e de Desenvolvimento Regional que junta universidades do lado gaúcho e do lado argentino. [...] É a faixa noroeste então [...] o eixo Posadas-Santa Rosa, mas que fazia uma discussão bem qualificada a respeito da questão da integração. [...] No caso da fronteira sul com Uruguai, a universidade Federal de Pelotas tinha uma ação muito intensa, muito em função de uma visão do reitor da universidade federal de Pelotas naquele período, que era um entusiasta da integração, era um homem cheio de projetos, no fim ele acabou sendo destituído da reitoria por acusações de corrupção mas era uma pessoa interessante porque aparentemente, de fato, ele cometeu várias irregularidades, mas era muito mais porque ele passava por cima de procedimentos e de cautelas técnicas porque ele queria fazer. Era um reitor empreendedor, que [...] tinha menos consistência de conteúdo e mais iniciativa. Então a Universidade Federal de Pelotas que fica, sei lá, a duzentos quilômetros de Livramento, comprou um espaço, criou um centro de integração do Mercosul, da universidade de lá a duzentos quilômetros da sua sede, porque achava que era importante o Mercosul, a integração e tal. Tinha essa pauta muito forte. Então a UFPEL talvez tenha sido a universidade que teve mais esse esforço por ser protagonista na região da fronteira. Depois as universidades novas, a UNIPAMPA, tem um curso de Relações Internacionais que se instalou em Livramento. A própria localização do curso diz um pouco da vocação. E que acho que meio que substituiu a UFPEL nesse papel da fronteira com Uruguai. E, mais legal ainda, não sei se te falaram lá, nesse período também teve a primeira efetiva integração, e isso é bem legal para ti porque tem a ver com cultura e com ensino universitário, se estabeleceu uma cooperação entre a UTO (Universidade Técnica do Uruguai), que é uma instituição de ensino mais profissionalizante, e o IFSUL: o curso binacional. Isso é a coisa mais genial. E isso talvez vala a pena se debruçar porque foi uma experiência que mostra o quanto que a vontade política dos atores locais, por vezes ela é mais decisiva do que as deliberações institucionais de cúpula. Porque essa ideia de cooperação, de escolas bilíngues, de uma permeabilidade maior das fronteiras do ponto de vista educacional ela sempre foi discutida e era pauta dez, doze anos nesse troço da nova agenda e em pautas de ministérios da educação do Brasil com os ministérios da educação de outros países do Mercosul. São coisas que eram muito, muito discutidas e não andava e ali o que aconteceu: o reitor do IF simplesmente começou a fazer. Ponto. Se ele fosse pedir autorização do MEC aqui, até avaliarem, até decidir se era bom, como é que faz, como é que não faz, não teria acontecido, certamente.

Todo mundo ia achar 'que ideia genial, vamos, vamos' mas o processo de tomada de decisão e a inércia institucional no Brasil ela é muito grande. E o reitor teve essa lucidez de, em vez de fazer a coisa pelo caminho certo, institucional, ele criou um fato: começou a abrir um curso, combinou com os uruguaios, e começou a fazer, e aí depois foi dar conta da legalização, da institucionalização do processo. E que se torna mais fácil porque você já tem um fato consumado: [...] tem algo, já tem um curso. Você está liberando. Não é a mesma coisa do que

dizer 'olha, eu pretendo fazer um curso', 'Ah, vamos estudar o assunto' e aí cai lá em Brasília e fica perdido. Então, isso aí mostra quanto que a intervenção dos atores locais ela empurra processos e faz andar mais fluidamente. Acho que a comparação dessas duas coisas, quer dizer Nova Agenda, que deve estar na décima quarta, décima oitava reunião, que anualmente as burocracias se reúnem, o pessoal viaja de Brasília até Montevideo, toma bastante chimarrão e tal, e volta e quase nada aconteceu, que tem uma lógica muito mais quase que acadêmica, de ilustração e pouquíssima efetividade. Então a ação da fronteira top-down, ela tende a ser burocrática e pouco efetiva.

Ao passo que quando os atores locais tomam para si o tema da integração, eles vão fazendo as coisas e inclusive impõem um outro ritmo. E eu acho que, de fato, essa intervenção mais protagonista do governo do RS no bojo dessa discussão mais ampla, ela ajudou a mexer com coisas. Então acho que já teve uma efetividade. E a gente via isso muito claramente, era conversado muito explicitamente com os nossos colegas uruguaios que para eles era muito importante ter um aliado interno dentro do Brasil para que faça essas coisas andarem. Porque de fato o Uruguai, geopoliticamente pensando comparativamente ao Brasil, é quase insignificante. Então a dificuldade de transitarem pautas diplomáticas Brasil-Uruguai é muito grande porque o Brasil pode se preocupar com a China... O Uruguai, ele tende a ficar totalmente subsumido então o próprio Mujica nos dizia que para eles era muito importante ter o RS como parceiro porque isso era uma forma de fortalecer as demandas e a visão sobre o Uruguai em Brasília. Então na verdade nós éramos aliados estratégicos para movimentar o Brasil do ponto de vista do Uruguai. O que para nós era uma honra de fazer, para mim como filho de Uruguaio então era mais gratificante ainda e de fato, tinha um objetivo pragmático para o nosso governo também, não era só uma questão de 'vamos ajudar os uruguaios' porque todo mundo aqui gosta muito do Uruguai. Por um lado sim mas por outro, bom, tinha todo esse processo de incorporação de políticas públicas do Uruguai para cá, e lá eles têm um sistema de políticas públicas muito interessante, e também daqui para lá. Então muito das políticas a partir da criação do ministério de mídias e do ministério de desenvolvimento social do Uruguai, teve todo um trabalho baseado nas experiências do Bolsa Família no Brasil então essa cooperação técnica em termos de experiências de governança, de práticas de governo, ela é uma dimensão bem importante [...] que em geral fica relegado a um segundo plano. O olhar sobre essas questões, ele é um olhar mais secundário vis-à-vis as questões econômicas e tal. Porque de fato, nas questões econômicas, os avanços foram relativamente pequenos porque as coisas de maior interesse para o RS com o Uruguaios eram coisas muito importantes para o Uruguai. Por exemplo, a gente queria cooperação na área do leite. O Uruguai é avançadíssimo em termos de leite, a Conaprole é um exemplo de gestão [...] Essa era uma área que a gente queria cooperação mas o Uruguai sempre dava um jeito de diplomaticamente esquecer esse assunto, deixar de lado. Então havia muita disponibilidade, muita cooperação, mas a cooperação chegava até um espaço onde [...] os interesses nacionais obstaculizassem. E a gente aqui no RS vive sempre essa contradição que tem a ver com o Mercosul, porque o Mercosul, para o Brasil globalmente ele é muito bom, mas para o RS cuja economia é muito parecida com a do Uruguai e da Argentina, ele não necessariamente é tão bom.

Mas ao mesmo tempo, para nós na área do vinho teve cooperação interessante também porque o Uruguai viveu um processo parecido com o do RS de qualificação da produção vinícola e a gente conseguiu colocar em contato os atores da cadeia produtiva mesmo. Aqui nós temos um instituto brasileiro do vinho que é basicamente RS porque 80-90% do vinho do Brasil é produzido no RS, o resto é produzido na Bahia por empresas gaúcha. Então o Ibravinho, o Instituto Brasileiro do Vinho é um instituto da serra gaúcha e eles trabalhavam bastante, eles tinham um fórum de discussão para o vinho a nível da América Latina, com uma ideia que era

uma ideia que a gente buscava implementar, de ao invés de competirmos uns com os outros no mercado internacional, de pensar em um tipo de cooperação competitiva, como os italianos chamam. [...] Acho que foi o único setor da economia brasileira que conseguiu ter esse olhar não xenofóbico em relação à competição internacional. Em vez de disputar contra os argentinos e os uruguaios, trabalhar conjuntamente para a qualificação e para a promoção conjunta dos vinhos nos mercados internacionais. Isso não avançou tanto quanto deveria, mas acho que do ponto de vista de uma lógica de como olhar as relações internacionais, é o marco de um salto de qualidade, na minha opinião.

Efetivamente acho que tu ter essa concorrência internacional e essa experiência maior internacional, ajudou a indústria do vinho no RS a crescer muito. Pouca gente presta mas em 1980, eram praticamente empresas familiares de fundo de quintal. E hoje, trinta anos depois, são empresas que exportam para o mundo inteiro. Então teve um grande crescimento. [...] Uma das coisas mais legais foi [...] o festival gastronômico que foi uma coisa muito incrível. Tinha uma pessoa que era coordenadora da cozinha do Palácio, a Jussara Dutra [...] Talvez do governo a que mais conseguiu criar uma agenda com a sociedade de baixo para cima. Tanto pelo esforço da equipe dela de fazer pesquisas de todas as regiões quanto pelo tipo de abordagem que ela fazia.

E o trabalho da Jussara na questão da gastronomia, da culinária, da enogastronomia, resgata muito essa identidade cultural e tem tudo a ver com a fronteira. O vinho, o mate, o churrasco fazem parte dessa identidade platina e eu costumo sempre dizer que os uruguaios são os brasileiros platinos ou são uns argentinos abrasileirados. Se tu olhar a música uruguaia, tem muito a ver com a bossa nova, da música brasileira, é uma coisa bem diferente da música argentina. O Uruguai tem essa condição híbrida, na verdade, como de fato historicamente a gente foi muito divididos depois das guerras de independência e tal, a gente não tem noção do tanto que o Uruguai e o Brasil, ou o Uruguai e o RS, são muito a mesma coisa. A minha própria experiência de vida da minha família e de muitas famílias que têm gente dos dois lados e essa circulação que se dava, ainda se dá hoje, mas se dava de forma muito mais intensa. Teve uma época logo nos pós-independência do Uruguai, que boa parte do território uruguaio era ocupado por famílias brasileiras mesmo.

Antes da consolidação da fronteira, fora o tempo que foi ocupado pelo Brasil e era parte do território brasileiro, a província cisplatina, depois disso ainda continuou por muito tempo essa situação de uma fronteira muito porosa. Não sei se nas tuas fronteiras na Europa as coisas chegava a ser desse nível, das famílias se deslocarem de um lado para o outro, mas boa parte das famílias dos grandes proprietários do sul do RS têm uma presença brasileira importante e eu acho que uma coisa que talvez fosse interessante, é bem particular mas não é irrelevante no ponto de vista do que isso significa nas suas relação com a cultura e a história europeia. Quando se estuda o RS, se fala muito que tem imigração ibérica, de negros, italianos, alemães... e franceses. Tinha franceses na região de Pelotas. E sempre me perturbou um pouco essa menção a franceses na região de Pelotas porque não tinha compreendido exatamente quem eram esses franceses da região de Pelotas. Porque não tem nenhum histórico de uma imigração mais sistemática da França para o Brasil, a não ser lá nos anos 1510 que tomaram conta do RJ. Mas depois eu fui me dar conta, por conta de afinidades e trajetórias pessoais também, que na verdade os franceses que tem em Pelotas e na região sul do RS não são franceses, são bascos. Bascos vindos do lado francês da fronteira, mas tem uma presença basca muito forte no Uruguai, forte na Argentina e forte no RS. Então todos esses Etchegarai, Peregari, tem uma infinidade de sobrenomes bascos que têm uma proeminência grande em Bagé, Pelotas, Rio Grande, no sul do RS e no Uruguai como um todo. Então hoje inclusive existe no RS uma casa

basca, os bascos se reúnem de tempos em tempos, o governo basco tem uma representação continental para a América Latina em Buenos Aires, a gente várias vezes trouxe eles aqui ao RS. Então essa presença dos bascos e os bascos talvez por essa mesma condição de uma nação binacional, tenham visto nesse espaço entre o RS e o Uruguai uma coisa mais ou menos parecida com França e Espanha. Tanto que meu avô também é de descendência basca. E inclusive, segundo consta na lenda familiar, eles tinham um parque de diversões, que às vezes estava do lado uruguaio, às vezes estava do lado brasileiro, onde eles viviam pulando a fronteira de um lado para o outro. Ele nasceu em Salto, viveu em Salto, depois viveu no Brasil e depois voltou para Salto, depois viveu no Brasil de novo... Então é um pouco essa história de uma fronteira totalmente permeável, flutuante. E talvez -eu não conheço nenhum estudo sobre isso- teria que consultar o pessoal da casa basca, mas os bascos têm um papel, meu intuito é que os bascos enquanto grupo mesmo, que tem uma identidade e uma coesão que... não dá para dizer que nem os judeus, mas que, por ser uma nação sem Estado, tem essa facilidade maior em ignorar as fronteiras e tiveram, eu acho - isso valeria todo um estudo, um tese, alguém que se dispusesse a estudar a presença dos bascos, talvez tenha no Uruguai mas no RS não conheço nenhum estudo que fale dos bascos - que muita gente vinha e esse circuito, desde os tempos de Garibaldi, na revolução Farroupilha em 1835 ele veio se engajar na revolução aqui e ficou dois, três anos, viu que era uma bobagem, foi para onde? Foi para Montevideo. Ganhou como prêmio pelos serviços prestados à República Rio Grandense duas mil ou três mil cabeças de vaca e foi levando. Chegou com uma cento e cinquenta lá só porque foram se perdendo pelo caminho, foram sendo roubadas. Ele saiu daqui rico e chegou lá pobre, mas o Garibaldi não foi o primeiro que fez esse circuito de um lado para o outro da fronteira. É uma fronteira totalmente permeável. [...]

A economia daquela região, ela é muito marcada pela questão do contrabando. Não sei se você viu, tem um filme uruguaio que se chama 'El Baño del Papa', que trata desse universo fronteiriço. [...] Tem muita gente que vive disso. E isso num escopo que vai desde esse contrabandista de comércio formiga como chamam, até o fato de que o Uruguai é um paraíso fiscal para onde muito dinheiro circula do Brasil. Boa parte dos escândalos de corrupção no Brasil têm o Uy como ponto de lavagem de dinheiro. Desde a operação Lava Jato eles descobriram vários, desde os tempos do Collor também. Quer dizer, esse histórico de se levar dinheiro e trazer dólares para cá e para lá. Mas isso não é um assunto a ser tratado em portas abertas. Ninguém fala muito sobre isso. Havia, inclusive, uma coisa que era meio anecdótica, mas não sei se é verdade, não me preocupei em ir atrás para conferir, mas se dizia que o Uruguai exportava ouro sem ter nenhuma mina de ouro. Provavelmente tudo vinha do Brasil e era exportado pelo Uruguai. Não é irrelevante para a economia uruguaia o fato de que ele é um paraíso fiscal. Agora eles estão tentando controlar um pouco mais, mas o fato de que tanto para argentinos quanto para brasileiros o Uruguai sempre foi um espaço de lavagem de dinheiro. O que é, bom, é um contrabando de divisas também. Contrabando de armas é muito extenso, giram dois ou três casos de comércio irregular de armas do Uruguai para cá. Deve ter também daqui para lá, mas não se fala. [...] E não deixa de ser irônico porque uma das coisas dessa ideologia da segurança nacional é esse confronto, esse controle das fronteiras, e o sul do RS tem uma presença muito forte, todas as cidades da fronteira têm contingência militar expressivos. O que supostamente deveria garantir que as fronteiras fossem menos permeáveis. [...] Tu tens quartel em Bagé, tem quartel em Livramento, Jaguarão eu não sei se tem... acho que tem. Todas as cidades da fronteira têm contingentes militares, mas é como se não tivessem porque o contrabando segue fluindo de maneira completamente livre, digamos assim. E em alguns casos institucionalizados porque tem por exemplo toda essa cultura dos *free shops*, acho que isso é legal porque tem a ver com economia e tem a ver com cultura também. É quase um programa familiar para muita gente, pegar o carro e ir a Rivera comprar coisas nos *free shops*

e trazer. [...] Esse turismo comercial é uma das coisas que hoje, em alguma medida, dinamiza as cidades da fronteira. Tu vai pegar por exemplo a cidade de Chuy, fim do mundo, perdida no meio de nada, mas a pouca prosperidade que tem decorre desse comércio fronteiriço, o fato de ter os *free shops*. [...] Livramento, por exemplo, tem toda uma estrutura hoteleira onde basicamente o turismo que tem lá é ou gente que vai ou jogar nos casinos ou comprar coisas no Uruguai." [...] Outra coisa que é interessante e totalmente colateral [...] é o fato de que, por serem cidades de fronteira, todas ali, Livramento, Chuy, Jaguarão eu conheço menos, mas até Barra do Quaraí, têm comunidades árabe-palestinas muito grandes. Tu encontras mulheres com véu, tem comunidades muçulmanas, o principal jornal de Livramento é de propriedade de um árabe-palestino, e é muito interessante porque é um componente insólito de uma outra cultura totalmente diferente mas que agora tem uma presença grande e significativa. Recentemente um conhecido meu fez um filme chamado 'Palestina Brasileira' onde ele mostra a presença dos palestinos em Livramento, em Chuy, naquela região toda ali. É curioso: é um elemento externo a mais para gerar complexidade na região.

SM: Conversando com a Jussara Dutra sobre o Festival Eno-gastronómico, ela mencionou bastante o papel do estado do RS. Fora esse festival, nesse governo e nos anteriores, qual foi o papel e a participação do estado do RS em questões fronteiriças culturais?

TN: Nos anteriores, eu acho que sinceramente, nunca teve muito nada além de declarações e menções do ponto de vista do governo de estado. Mas eu acho que já te mencionei na outra conversa o papel que aquele comitê binacional de prefeitos e intendentes teve, então eles sim tinham uma ação que já vinha de antes do nosso governo e tinha uma cooperação aonde esse tema da cultura cumpriu um papel bem importante, com esse foco da interface entre a cultura e o turismo, que resultou durante o nosso governo naquela formulação de um calendário binacional de atividades culturais onde se tentou mapear tudo que acontecia nas cidades durante o ano e criar um calendário que fosse conjunto, dos eventos dos dois lados. Isso foi uma ação conjunta de dois atores: de um lado os municípios que há tempo já vinham se preocupando com isso, e que quando a gente se engajou conseguiu transformar uma articulação local em uma articulação binacional, de fato. Porque ao entrar o governo do RS a gente ajudou a impulsionar, a gente participava de todas as reuniões que tinha do comitê binacional porque eles faziam uma reunião uma vez do lado uruguaio, uma vez do lado brasileiro, o governo do estado estava sempre presente, e a gente tentou fazer umas atividades conjuntas, mas aí a dinâmica local um pouco obstruiu porque cada município tinha o seu festivalzinho então quando a gente tentou por exemplo internacionalizar um festival de jazz que acontece em Santa Vitória do Palmar que é ali perto do Chuí, os Uruguaios que tinham um festival de jazz já no Uruguai meio que nem a questão do leite "legal, bacana, bacana", mas resistiram à ideia de se engajar em uma coisa do lado brasileiro, um pouco em uma lógica de preservar o seu festivalzinho local.

A gente tentou, através da secretaria, um esforço conjunto com esses ativistas locais, fazer uma programação cultural nas cidades de fronteira, mas isso não prosperou, ficou só na ideia. Acabou que as atividades de intercâmbio cultural ficaram muito centralizadas em POA e em Montevideo, que era o que estava mais na nossa governabilidade, digamos assim. E a ideia de descentralizar, eu teria que dar uma olhada... acho que chegou a haver algumas iniciativas de descentralização cultural na fronteira. Mas não se criou como um programa. Tinha muito pouco recurso na cultura para investir então aconteceu mais na gastronomia pelo fato de ser uma lógica mais temática que tu ter um ator que tinha peso dentro do governo, assim como eu como secretário de relações internacionais estava junto ao gabinete do governador, a Jussara também estava junto. Então esse poder que resulta não das hierarquias formais do governo mas resulta

das relações mais informais, de proximidade, fazia com que a Jussara conseguisse ter mais peso do que realmente ela tinha. Se tu olhasse o organograma do governo, ela era responsável pela cozinha do Palácio. Mas ela tinha uma visão muito clara e um conceito muito bom e que, por estar ali do lado do governador a gente conseguia fazer essa ponte porque aí também resultou dessa noção de que a relação com o Uruguai era uma prioridade para o RS então isso também favoreceu, de tu ter uma proposta que era muito consistente do ponto de vista do significado dela para aquela região. Como eu te disse o Uruguai viveu o mesmo processo de desenvolvimento da vitivinicultura em muito pouco tempo através de uma ação muito forte do... não me lembro como se chama o instituto de vinho...enfim. E aquela região do RS recentemente ela foi descoberta como uma região vinícola também. Porque a produção de vinho no RS é concentrada no norte do estado na Serra porque vem de uma herança cultural dos italianos. E talvez justamente pela influência do desenvolvimento da vitivinicultura no Uruguai, os próprios produtores de vinho da Serra Gaúcha que estavam justamente nesse processo de transição - porque ali é uma indústria que começou muito vinculada à pequena propriedade rural. Era colônia italiana que plantava as suas uvas, que fazia o seu vinho. E fazia o vinho no porão de casa. Aí os filhos desse colono começaram a estudar no Institutos Federais Enologia e começaram a ter uma visão mais ampla e começaram a desenvolver isso enquanto um negócio. Deixaram de ser vinícolas de fundo de quintal e passaram a ser empresas maiores, mais tecnificadas, começaram a exportar, começaram a se internacionalizar, então é uma indústria que se consolidou nos últimos trinta anos, e estava em um momento aonde já tinha acumulado capital suficiente, musculatura suficiente para começar a se expandir.

E aí descobriram, olhando que, bom, no Uruguai tem vinho também, não é serra, e que aquelas terras do sul do RS são muito parecidas com as terras do Uruguai, e que são ideias para o cultivo do vinho. Então hoje tem investidores, até aquele idiota do Galvão Bueno, comprou centenas e milhares de hectares na zona sul do RS, que é uma região economicamente estagnada, que vivia de pecuária extensiva, tinha muito pouca rentabilidade. Então as vinícolas do norte do RS começaram também a comprar terra [...] na região primeiro de Livramento, hoje de Bagé, toda a região da fronteira é uma região muito propícia, muito parecida com a Califórnia no Estados Unidos, e o vinho então desceu para o sul. E aí é bem interessante porque esse assunto do vinho, da gastronomia, da eno-gastronomia, ele traz duas interfaces que eu acho que podem ser talvez interessantes para a tua abordagem que vincula com o tema da cultura. Uma é essa interface que quando se olha do ponto de vista da economia criativa, da cultura como [...] agregador de valor. E aí a indústria do vinho incorporou uma compreensão não só na região da Serra onde se transformaram o lugar onde eles viviam, que era um lugar onde casualmente se produzia vinho, numa experiência turística. Então tem o vale dos vinhedos onde tu vais lá não só pelo vinho mas conhecer como o vinho é produzido, conhecer de onde vem, tem toda uma cultura em torno do vinho que virou um ativo turístico para a região. As pessoas vão para Bento Gonçalves para conhecer o caminho dos vinhedos, visitar as vinícolas, conhecer as vinícolas, então eles se deram conta, e isso é uma coisa que tem muito a ver com o que eles chamam de economia da experiência, o quanto que alguns traços culturais que eram muito mais da vida cotidiana, que é tomar um vinho no almoço, tu fazer linguiça, tu fazer salsicha, tu pisar nas uvas para fazer o vinho, coisas que eram quotidianas, banais e sem muito valor a não ser pelo seu valor de uso do dia a dia, se transformou numa experiência que pessoas de outros lugares do Brasil vão lá para consumir isso. Então tu transformas a cultura regional em um ativo econômico. E o vinho e esse evento gastronômico ali, ele é uma materialização desse tipo de ótica na fronteira. Essa coisa da economia da experiência, da cultura local, de transformar num elemento de valorização do território. E isso está virando então tu tens hoje toda uma indústria, claro ainda muito embrionária, de turismo histórico. Então estancias que são transformadas em pousadas... Então acho que o festival é uma concentração dessa

abordagem num momento no território ali. Acho que é bem bacana: tem restaurante dos dois lados, tem menu que é compartilhado. E é interessante porque em alguma medida faz também parte dessas tradições criadas. Não foi criada, foi resgatada, mas as pessoas tomam vinho, comem churrasco, e isso virou um ativo turístico para aquela região, que é uma coisa absolutamente nova. Claro que as grandes distâncias, a falta de uma infraestrutura hoteleira mais consolidada, a própria concentração de renda no Brasil não favorece muito também o turismo. Talvez nesses anos Lula que as pessoas tinha mais dinheiro se viajou muito mais, isso estava tendendo a mudar, mas é diferente por exemplo no Uruguai que é um paizinho pequenininho mas pela menor desigualdade social as pessoas têm mais dinheiro para viajar. Tanto que todo ano em abril, que é a época da Páscoa, o país para e tem o que eles chamam de semana do turismo. Todo mundo viaja naquela semana. Param as aulas, param tudo. Não é férias mas é a semana do turismo e se tu comparar Montevideo e POA que são cidades mais ou menos do mesmo tamanho, Montevideo tem uma rede hoteleira, dez vezes maior. No Uruguai, que é um paizito de três milhões de habitantes, a quantidade de turistas que passam num ano no Uruguai é maior do que no Brasil inteiro, cinco milhões de turistas. Lá tem mais turistas do que a população circulando no ano inteiro. E o Brasil é mínimo e o RS menos ainda. Não tem praia, é horrível. [...] É difícil de fazer uma indústria do turismo mais consistente aqui, sobretudo pela questão das distâncias e da inexistência de aeroportos e tal. É muito difícil tu viajar de Porto Alegre a Livramento, tá, tem esses malucos que vão lá no fim de semana para comprar coisas no *free shop* e voltar mas viajar sete horas, ficar dois dias e voltar sete horas é pesado. Então é muito difícil isso virar um efetivo mercado turístico consistente. Mas eu acho que com esse tipo de coisas como um festival de gastronomia, acho que pode vir a se tornar no futuro uma coisa mais consistente.

SM: Em relação a isso, eu gostaria de entender em relação às políticas que afetaram as questões culturais na fronteira, que elas sejam políticas culturais ou políticas internacionais, no governo do qual você participou, quais valores eram mais presentes por trás das políticas? Elas eram guiadas pela questão do patrimônio, a questão turística, a questão econômica, a questão binacional...?

TN: Primeiro de tudo, no substrato de tudo isso tem essa identidade ancestral RS-Uruguai. Acho que isso, para nós, é muito natural essa interface. Isso em um nível mais profundo é o que está por trás. Mas do ponto de vista de uma ação governamental mais conjunturalmente falando, acho que primeiro de tudo tinha essa preocupação de sintonizar o RS com a agenda geopolítica do Brasil como um todo, ao nível internacional, e que tinha a ideia da integração latino-americana como a ideia fundante. Então a nossa prioridade número um era Mercosul e integração latino-americana. Então digamos assim que o impulso primordial era um impulso de projeto geopolítico. Do ponto de vista do que seriam as prioridades da diplomacia ativa e ativa do Celso Amorim. Então nosso número um era Mercosul e América Latina e por decorrência então o Uruguai vinha disso aí mais inclusive do que a identidade cultural ou qualquer coisa, é uma abordagem de um lado mais macro da geopolítica diplomática do Brasil e de outro uma coisa política conjuntural muito importante que era a admiração pela figura do Pepe Mujica.

Nesses quatro anos ele esteve duas vezes em Porto Alegre e era praticamente um pop star. Todo mundo queria tirar selfie com o Mujica, todo mundo ama o Mujica que agora está mais esquecido, mas o período que a gente estava no governo coincidiu com o período do governo do Pepe Mujica no Uruguai. E para além do plano Seibal, para além de políticas públicas mais formais, esse símbolo de despojamento, de austeridade, de pensamento irreverente, de pensamento renovador, que era materializado na figura do Pepe, era um polo de atração

magnético fortíssimo. Mesmo pessoas que não se alinhavam com o PT por exemplo, todo mundo gostava do Pepe. E aí temas tópicos como a descriminalização da maconha, a importância do Uruguai como um Estado laico, o seu altíssimo grau de institucionalização das políticas públicas e do debate público... então assim, o Uruguai sempre representou para a gente um modelo do que é um governo de esquerda bem-sucedido, do que é uma sociedade altamente civilizada. O Uruguai é um pouco o que todos os gaúchos gostariam de ser se tivessem sido menos bunda mole e não tivessem ficado alinhados com o império escravocrata português. Nossa grande oportunidade histórica, esse é um tema que não foi muito discutido aqui, mas foi justamente esse período decisivo ali entre 1810 e 1840, aonde o processo de emancipação latino americana começou a se consolidar e o RS e as elites gaúchas preferiam servir como ponto de lança de um império escravocrata e lutar contra essa emancipação, portanto se distanciar de ideais republicanos liberais, e optar por ficar abraçados na escravidão e no império português decadente. Economicamente, socialmente, culturalmente, a nossa identidade com essa cultura do Plata, do mate, do churrasco, ela daria uma possibilidade de que eventualmente a gente estivesse engajados num processo de independência também, um processo republicano também. E é muito interessante que isso aconteceu retoricamente depois em 1835-45 na guerra dos Farrapos mas os caras que fizeram isso em 35-45 foram justamente os que ajudaram a esmagar a rebelião aqui. Quando o Artigas começa o processo de independência no Uruguai, a ideia do Artigas que se autodenominava General dos Homens Livres, que tinha a sua proposta a Liga Federal, que era uma coligação de entidades autônomas que dizia todos que forem contra a Coroa Espanhola são meus aliados e cada um se autogoverna e nesse período do começo da independência do Uruguai, os índios missionários dos remanescentes do lado brasileiro, que tinham sobrado das missões, porque uma parte grande dos índios foram embora do outro lado do Rio Uruguai, mas muitos ficaram ali. E um dos lugares-tenentes do Artigas na guerra da independência era o Andres Guacurari, que era um índio guarani nascido em São Borja no RS. E que durante cinco-seis anos chegou a dominar toda uma região dos dois lados do Rio Uruguai com alto governo indígena apoiado pelo Artigas que era um cara que defendia a reforma agrária, que defendia o fim da escravidão e talvez isso tenha sido o que gerou o grande medo dos nossos estancieiros que eram todos proprietários de escravos, que eram todos contra os índios, de ver nesse processo de independência uma ameaça ao seu status quo econômico.

O Uruguai aboliu a escravidão, o Artigas reconhecia os índios. A região oeste do RS e leste de Corrientes e Misiones na Argentina foi independente por cinco-seis anos com alto governo dos cabildos indígenas. O Andres Guacurari era do Cabildo de São Borja que é uma cidade brasileira mas se tornou independente. E os brasileiros liderados por todos esses Bento Gonçalves da vida, junto com os argentinos e alguns uruguaios derrotaram o Artigas e o Andresito Artigas desfilou acorrentado aqui pelas ruas de POA e morreu numa prisão no Rio de Janeiro. Então talvez o levou a gente a optar por ser brasileiro foi esse medo da abolição da escravidão, da emancipação dos indígenas, medo de uma república mais igualitária que nos fez recuar e ficar abraçados a esse peso do colonialismo. Mas independente dessa trajetória que foi gerada pelas elites e pelo estado brasileiro, no território... [...] isso na África é mais fácil de ver porque na África os caras foram lá e repartiram os países assim e tu tens as mesmas etnias em dois países, às vezes tu és maioria em um país e minoria no outro, isso gera massacres e tal. Mas num certo sentido, se tu fores olhar a América Latina também tem alguns complexos político-culturais homogêneos. Uma coisa é a região andina, outra coisa é a região caribenha lá no norte, outra coisa é o mundo amazônico e outra coisa é o mundo platino. Em muitos aspectos a gente é muito mais parecida com os uruguaios do que a nossa identidade com os baianos ou com os amazonenses em termos de cosmovisão, de cultura, de modo de vida, a gente é muito mais diferente do nordeste do Brasil, do norte do Brasil e mesmo do sudeste do

Brasil, do que a gente é com os uruguaios e os argentinos. Entretanto a gente está em outro país, a gente fala outra língua e tem esse corte. E eu acho que aquele momento de aproximação com o Uruguai ele foi muito rico exatamente por ter representado esse resgate. Aliás, nós não falamos ainda sobre cultura de um ponto de vista tão direto mas tem um cara que tu tinhas que ter entrevistado, de repente tu podes fazer uma entrevista com ele por email... Vitor Ramil, que é músico, que é um cara que tem toda uma elaboração muito densa do ponto de vista de olhar sobre a estética, sobre a cultura que ele chama a Cultura do Frio, que a característica do RS é a cultura do frio. E ele é músico, ele é de Pelotas, ele vivia muito desse circuito, para tu teres uma ideia, uma vez eu estava lá, em uma dessas dez vezes que eu fui a Montevideo nos quatro anos de governo e tinha uma propaganda na TV pública “Cantantes Uruguaio” anunciando um programa sobre músicos uruguaios, e estava o Vitor Ramil lá! Ele que é brasileiro de Pelotas era apresentado pelos uruguaios, porque ele tem parceria com o Jorge Drexler, com o irmão do Jorge Drexler, ele grava com discos no Uruguai, ele é um cara cujo universo musical é o universo da milonga, é um universo poético e de modo de ver muito tipicamente gaúcho, ainda que seja totalmente universal e referências clássicas e também tem uma abordagem meio pop da música e tudo - não pop no sentido de comercial mas no sentido mais de ter um olhar mais aberto para as influências mundiais: ele fazia versão do Bob Dylan, ele começou com muita influência do rock e tudo- mas ele tem [...] um disco que é todo de poesias do Borges musicadas. Ele é um músico que vive intensamente esse universo da fronteira, não da fronteira física, território, mas da fronteira cultural. Ele tem muita parceria na Argentina, ele toca muito na Argentina, ele toca muito no Uruguai, e ele vive em Pelotas, ele não vive nem em POA nem em São Paulo. Isso inclusive, talvez, seja realmente muito rico desde o ponto de visto do teu olhar sobre a questão de cultura e fronteira, porque ele é isso: ele é inclusive um cara que viabilizou a sua carreira de uma forma totalmente atípica - porque o natural aqui é tu fazer sucesso aqui e aí tu te mudar para o Rio ou São Paulo que são os polos da indústria musical. Ele não só não se mudou mas ele segue vivendo não em POA mas em Pelotas e mesmo assim ele tem uma carreira que é internacional, digamos assim. E muito calcada nesse olhar da fronteira. Então bota no youtube, pega as músicas dele, os discos dele, particularmente esses dois que são muito vinculados à milonga são discos que são muito característicos desse universo da fronteira. E ele circula permanentemente entre POA, Buenos Aires, Montevideo e a obra dele é muito marcada por isso. E ele não só é músico como escritor também, de ficção e tem esse ensaio que se chama *A estética do frio*, que vale muito a pena, que deve estar em algum lugar na internet, aonde ele faz meio que um manifesto sobre o que que é a estética do frio e o que que nos caracteriza como pessoas diferentes do resto do Brasil, justamente pela ausência dessa coisa mais tropical, mais solar, que é muito característica do Brasil. E a gente de fato não é assim: as pessoas que vêm morar aqui se ressentem muito disso. E é interessante que pessoas de outros países da América Latina que vão para o Uruguai falam a mesma coisa do Uruguai, quase como se fosse uma pessoa da Bahia falado ‘Ba, gaúcho é muito comportado, gaúcho é muito quieto, gaúcho é muito arredo... Tem esse super amigo meu que é uruguaio e mora no Peru há muitos anos e tal. E quando teve o primeiro governo da Frente Ampla do Tabaré Vázquez em 2004, ele voltou para o Uruguai para trabalhar num ministério e a mulher dele que era do Peru voltou também. E um dia eu estava conversando com ela e ela disse ‘eu não entendo, no Uruguai não dá. Festa no Uruguai é um monte de gente parada em pé conversando. Não tem música. Lá no Peru até em velório alguém bota uma vitrola, toca uma música e está todo mundo dançando. Aqui no Uruguai ninguém dança. Esse pessoal é mais sério!’. E é verdade, o Uruguai é muito europeu no mal sentido, acho as pessoas muito contidas, muito comportadas, muito formais, muito educadas. Pouco transgressoras. E um pouco, amigos meus que vieram de outros estados do Brasil para cá diziam a mesma coisa do RS em relação ao Brasil: que as pessoas não dançam, que as pessoas são muito sérias, que as pessoas são muito fechadas, que as pessoas são muito quietas, as pessoas são muito

melancólicas. E de fato, esse mundo subtropical ou esse mundo do frio como o Vitor fala, é um pouco uma característica cultural que nos une ao Uruguai. Essa coisa menos tropicalizada, que ainda que tenha um pouco desse elemento mais dionísíaco e tal que a gente, enfim, não deixa de ser latino, mas é já um latino muito mais domesticado do ponto de vista, digamos assim, de ser menos expansivo do que no resto do Brasil. E talvez tenha a ver com uma presença menor dos negros, com massacre maior dos índios... enfim... uma presença europeia maior, todos esse séculos de civilização que nos contém e que nos fazem ser bem comportados e mais reprimidos. De fato, se tu for olhar comparando com o resto do Brasil, esse peso da cultura judaico-cristã aqui é maior. No resto do Brasil as pessoas são mais reverentes, todo mundo é católico mas ninguém vai à missa, todo mundo respeita a lei e a ordem mas também se puder transgredir transgride, aqui as pessoas são mais pessoas são mais afeitas à regras, são mais afeitas às formalidades, são mais reprimidas. São mais civilizadas no mal sentido do que pode se ter a palavra civilizada. É uma coisa mais reprimida mas é um traço comum ao Uruguai, Brasil e Argentina. Essa certa melancolia e repressão: muita cabeça e pouco corpo, mas é um pouco o que nos une. E eu acho que essa abordagem do Vitor sobre a estética do frio explica um pouco isso do ponto de vista de dar uma elaboração mais densa intelectualmente sobre essa vivência em lugares frios, úmidos e pouco habilitados para a vida humana. Realmente, ninguém em sã consciência mora em um lugar que é quente para burro no verão, frio para burro no inverno, chuvoso, cinzento, não dá. Se a pessoa puder morar no litoral de São Paulo, em Paraty... ser um índio lá, na Amazônia, aquela vida tranquila... Eu tinha um professor de antropologia que falava isso assim, muito ironicamente mas acho que tem um grande fundo de verdade: esse negócio de civilização é muito enganoso porque supostamente, civilização significa tu ter acesso a mais recursos e mais bens materiais que tornam a tua vida melhor. Ele dizia assim 'mas olha só, o índio, ele sai para caçar, ele gasta umas três-quatro horas embrenhado no mato caçando, ele caça um bicho, traz, corta o bicho em pedaço, depois passa o resto do dia e mais uns dois-três dias deitado na rede, brincando com as crianças conversando, transando, vivendo. Uma pessoa normal, digamos civilizada, ela sai de casa de manhã cedo, gasta duas horas para chegar ao trabalho, trabalha oito horas, engarrafa ais duas horas para voltar em casa... Do ponto de vista da qualidade de vida, quem é que vive melhor? É o civilizado, com todos esses seus recursos e toda a carga de neuroses e custos existenciais que tem em nossas vidas civilizadas, ou o índio que supostamente é primitivo, pré-histórico mas que vive a vida dele de uma maneira muito mais plena e muito mais integrada com a natureza? E é verdade. Eu gosto muito do olhar dos antropólogos sobre as coisas porque ele explica muito. A gente, como tem muitas camadas de conhecimento intelectual, colocar dentro da perspectiva desta questão. Só que aqui nós matamos os índios todos. Sobraram muito poucos ainda, apesar de que não é bem assim.

Um dos meus estagiários está estudando sobre história indígena e de fato, tem toda uma invisibilização do índio, mas a presença indígena ela é muito forte. No Uruguai eu vi que eles fizeram um mapeamento genético da população e que trinta e três por cento da população tem alguma medida de sangue indígena no Uruguai. Só que ninguém reivindica isso. Quer dizer, eles reivindicam quando eles falam de futebol e da famosa garra charrúa. Então em alguns elementos simbólicos essa coisa indígena ainda é resgatada no Uruguai do ponto de vista de que 'ah, somos resistentes, heroicos, lutamos contra tudo e contra todos, somos pequenininhos mas somos bravos e tal' mas é só nesse ponto, porque em alguma medida o Uruguai, com tudo que eu tenho de amor pelo país, acho um lugar muito legal, eles também têm algumas coisas que são bem estranhas. Por é isso: o Uruguai se vê como um país branco e europeu. Ainda que tu faças um estudo genética e que tu vejas que trinta por cento da população tem sangue indígena, não existe na sociedade uruguaia uma reivindicação dessa natureza indígena. E a mesma coisa na questão dos negros: o Uruguai se dá ao luxo de declarar o candombe, que é a

música dos negros patrimônio imaterial do país, e de ter políticas públicas, de ter todo um reconhecimento público sobre a questão da presença dos negros, mas é só isso ali. A gente com uma das missões que a gente fez lá nessas semanas culturais [...] isso é uma coisa legal. Um dos elementos que a gente incorporou nessa cooperação cultural Brasil-Uruguaia foi justamente um esforço por reverter essa invisibilidade das comunidades afro-brasileiras e afro-uruguaias. Que como eu te disse, ainda que no Uruguai haja todo, formalmente, um reconhecimento do candombe como expressão da cultura nacional - é uma coisa muito uruguaia, é um reconhecimento racional, político, porque é politicamente correto reconhecer que o candombe é importante. Mas quando a gente esteve lá e levou músicos negros daqui para fazer essa ponte entre o candombe e a música negra daqui. A gente acompanhou uma das chamadas que eles chamam que é quando saem desfilando os grupos de candombe. Era muito doido porque pelo centro de Montevideo no finalzinho da tarde primeiro fazem fogueira e esquentam os tambores, depois saem batucando, dançando pelo bairro. E era muito doido porque ainda que tivessem alguns brancos juntos no bolo, tu vias que as pessoas todas meio que olhavam [...] É uma relação muito ambígua e contraditória de um reconhecimento muito mais intelectual do que de coração. Tem um racismo subjacente mas isso é muito uruguaio: o Uruguai é um país muito da formalidade, muito da correção política então racionalmente eles entendem que a herança afro-uruguaia é uma dimensão importante do país deles e tal. Então eles concedem isso mas na verdade na verdade o Uruguai se considera um país branco. Ele de fato renega a sua herança indígena e a sua herança negra, e aí reconhecendo isso no bojo de todas essas políticas e a ação afirmativa que se desenvolveram no Brasil nos últimos anos, na primeira semana cultural do RS e Montevideo nos levamos lideranças religiosas e músicos e fizemos uma conexão com a casa de cultura afro-uruguaia e não só fizemos uma apresentação de músicos lá mas reunimos, proporcionamos uma reunião entre eles e o pessoal do movimento negro uruguaio com o movimento negro daqui para conversar e isso foi muito interessante. Porque nos dois lugares tu tens a presença negra que é efetiva, que é forte, mas ela é invisibilizada, como o Uruguai e o RS também se consideram um estado branco, e somos todos imigrantes alemães, italianos, negros até tem, temos negros aqui mas só agora, recentemente, como fruto de muita luta dos movimentos negros vem sendo incorporado. Aqui inclusive, é interessante que o Memorial é um espaço aonde tem muita força essa discussão da herança afro-brasileira e tem muito programa mais duradouro que tem o Memorial desde o começo de 2002 é um programa de valorização da herança negra afro-brasileira. Tem programação sobre isso, tem todo ano um seminário chamado Africanidades, e um pouco o Memorial trabalha para formular políticas porque tem uma lei que é a 10.639 que é uma lei que estabelece o ensino de história da África nas escolas públicas do Brasil E um pouco o trabalho do Memorial é um trabalho de produzir material sobre essa questão da presença negra. Mas é a mesma coisa: o RS como o Uruguai deve ter de 10 a 15% de negros na população, mas são invisibilizados. É impossível invisibilizar os negros no Rio de Janeiro ou invisibilizar os negros na Bahia mas aqui a gente pode fazer de conta que não tem negros. E aí quase todos os momentos de ações públicas importantes da integração RS-Uruguaia buscaram colocar essa presença dos negros. Então na primeira semana cultural a gente levou músicos negros para lá, e quando o Pepe Mujica veio para cá a abertura da programação foi os tambores uruguaios e tambores brasileiros. Então quando ele saiu do governo para ir para a assembleia legislativa os tambores afro-brasileiros e afro-uruguaios estavam ali presentes e tal. Foi bem bacana e acho que essa permeabilidade da fronteira, ela tem para o povo negro um papel muito especial. Acho que é bem importante resgatar isso porque é pouco visível. O Uruguai aboliu a escravidão em 1839 se não me engano, 1935-39. E em função disso, assim como para as elites brancas, como já te disse, a fronteira se é um espaço de potencial liberdade, tu podes te confrontar com a coroa e tu foges para o Uruguai, tu podes te confrontar com o Uruguai e fugir para o Brasil. Assim como a fronteira ela é muito permeável para a sociedade como um todo, para os negros ela é muito forte. Porque

começou a acontecer o que? Os negros fugiam, de Pelotas e das grandes fazendas eles fugiam para o Uruguai onde eles eram pessoas livres. Então até hoje tu tens o grosso da presença negra no Uruguai é em Montevideo e nas cidades da fronteira com o Brasil. E tanto que tu tinhas, inclusive, todo um fluxo de gente especializada em fazer incursões militares ao Uruguai que começaram com essa ideia: os negros fugiam para lá então tu ias lá buscar negros fugidos e trazer de volta para os seus donos. Daí depois os caras se deram conta que não precisava pegar o negro fugido. Pegava qualquer um e traziam de volta e revendiam aqui. Então tinha toda uma indústria de gente que invadia o Uruguai para buscar negros para trazer de volta, para serem re-escravizados aqui. Aí não importava se tu era escravo fugido ou se tu tinhas nascido lá ou se ter eras um negro livre. Se te pegassem te traziam para cá e não tinha conversa. Então tem um cara que também, assim como o Vitor Ramil mas vindo de lá para cá, acho que fala um pouco dessa identidade cultural Brasil-Uruguai, que se chama Mario Delgado Aparain. E ele é importante não só pela obra literária dele mas - e aí também tem uma interface bem direta com o seu trabalho- em vários livros dele, ele retrata esse universo não só da fronteira mas especificamente esse tema da negritude na fronteira. Ele tem um livro que se chama 'A Balada de Johnny Sosa' que é a história de um músico negro que toca numa rádio e ele criou uma cidade, assim como o García Márquez tinha aquele universo dele que não lembro como é o nome da cidade, onde a família de Cem Anos de Solidão vivia, o Mario cria uma cidade mítica que aparece em várias novelas dele, que é Mosquitea, que fica na fronteira norte do Uruguai com Brasil então Johnny Sosa vivia nessa cidade da fronteira, tocava numa rádio e tocava músicas americanas do Elvis Presley. Ele não sabia o inglês, ele inventava o inglês dele e é interessante, é uma novela que tem como pano de fundo a ditadura militar no Uruguai. E o Johnny Sosa era um negro banguela sem dente, que tocava músicas em inglês na rádio, inventando as palavras todas em inglês. E um outro livro que fala do cerco a Paysandú, foi logo antes da guerra do Paraguai onde se juntaram argentinos e brasileiros contra o Uruguai e cercaram sei lá, mil e poucos soldados uruguaios contra vinte mil soldados argentinos e brasileiros, cercaram a cidade bombardearam a cidade e essa novela acontece na cidade cercada e um dos personagens é justamente um cara que participava desses grupos que vinham e pegavam negros para pegar de volta. E a história narrada por um cara que está na prisão lá e a cidade cercada sendo bombardeada, e ele era um cara desses que iam lá pegar negros e levar de volta para o Brasil. É um brasileiro que é o narrador da história. Então o Mario Delgado tem dois ou três ou quatro livros aonde ele fala desse universo fronteiriço, dessas relações complexas entre Brasil-Uruguai, a presença dos negros. E é interessante, aí voltando mais atrás e voltando para o tema mais institucional, o Mario Delgado ele era secretário de cultura de Montevideo na primeira gestão do Tabaré Vázquez na Frente Ampla. Então a gente volta na pré-história das relações RS-Uruguai que começa justamente nos anos 1990 quando coincidiu do PT estar no governo em POA e a Frente Ampla estar no governo no Uruguai. Então a primeira gestão do Tabaré, que acho que foi quando o Tarso estava no governo. Por essa afinidade política, e acho que eram as primeiras prefeituras de esquerda no pós-redemocratização, era início dos anos 1990 ainda então tinha poucas prefeituras de esquerda, e tinha uma relação muito intensa POA-Montevideo em função dessa identidade política dos partidos que estavam no governo e um trânsito de políticas. Tinha orçamento participativo em POA: eles começaram a fazer orçamento participativo em Montevideo, tinha muito essa interface de intercâmbio cultural então o Mario, como Secretário de Cultura, esteve várias vezes a convite da prefeitura de POA aqui e também acho que do governo do RS na época do Olívio em 1999. Sei que no final dos anos 90, tu já tinhas bem consolidado uma relação entre as duas capitais. E isso se fortaleceu muito a partir da criação do Mercocidades que foi bem nesse mesmo período então juntou Rosario que até hoje está com o partido socialista; Montevideo: frente ampla; e POA com o PT, que meio que se constituíram como um circuito antes mesmo que os estados tivessem essa ação. Acho que os primeiros entes subnacionais e

esse troço da paradiplomacia começou mesmo com cidades, mais do que com estados. E as cidades então, tinham muito intensamente essa ação conjunta e essa identidade de visão política gerou um intercâmbio muito forte entre as capitais dos países e mais Rosario na Argentina. E Buenos Aires como teve por pouco tempo a esquerda no poder em Buenos Aires também começou a fazer orçamento participativo então Mercocidades foi um marco importante nesse processo de integração, antes mesmo dos estados. E estou tentando me lembrar, na verdade durante o governo Olívio, a gente não chegou a ter uma ação mais estruturada de relações internacionais. Ainda que o governo tenha tido, como te disse, tu subestimou um pouco no teu trabalho a ação internacional do governo Olívio, o que é natural porque ela nunca foi uma ação explícita. Tu tinhas uma secretaria de desenvolvimento e assuntos internacionais, e aí tu disse isso corretamente que na época do Olívio ela tinha a mesma lógica business do governo anterior. O que é bastante paradoxal porque teoricamente, a equipe que estava na frente da Secretaria de Desenvolvimento e de Assuntos Internacionais era um pessoal bem de esquerda do PT e bem internacionalista entre aspas, ou que deveria em tese ser internacionalista. Tu vê como as coisas são contraditórias. E ao mesmo tempo eles tiveram na condução da SEDAI uma ação muito pouco ousada e muito pouco internacionalista. Porque como eles eram muito radicaizinhos então eles eram contra o capital internacional... Então a visão deles de relações internacionais era uma visão muito político-partidária no mal sentido. Então só com esquerda bem esquerda, não queriam nada com a socialdemocracia... então eles acabavam não tendo um círculo de interlocutores internacionais mais consistentes para se relacionar porque eles eram muito cheios de critérios. E é paradoxal porque no fim das contas, uma visão supostamente mais radical acabou redundando numa ação muito mais convencional. As ações internacionais do governo Olívio, elas foram bem intensas mas passavam por fora da SEDAI. O Olívio decidiu ir para China por influências pessoais e relações dele. O governo Olívio teve uma relação muito forte com o Fórum Social Mundial mas era uma coisa que vinha de fora para dentro do governo. Ele não tinha de fato um olhar de política internacional. Não estavam maduras eu acho naquele momento, era um período também que coincidiu com o Fernando Henrique no governo nacional então não tinha mesmo muito tu olhar para a agenda internacional do jeito que foi olhado quando nós estivemos no governo depois em 2011. Que aí tu tinhas uma consolidação muito maior dessa ideia de relações Sul-Sul, tu tinhas os BRICS, tu já tinhas um cenário muito mais propício, tanto que o próprio lema do governo era "RS, do Brasil e do mundo". Foi uma inflexão, digamos assim, de uma visão de esquerda mais internacionalista e mais de entender a globalização de uma outra forma, mais madura, digamos assim, que na época do governo Olívio ainda era essa mesma turma que estava na Secretaria de Desenvolvimento. Tinha uma lógica muito sectária. Só tinha relações com pessoas da sua total confiança e identidade, o que significava só alguns grupos extremos naquele lugar do mundo então não tinha relação com o resto do mundo como se vê até depois. Então POA foi abrindo esse caminho e depois o estado realmente conseguiu ter uma visão mais estruturada de como inserir o RS numa lógica mais globalizada. A lógica do governo Olívio é uma lógica quase autárquica. Porque ela vinha de uma confrontação contra um governo altamente neoliberal anterior e que era totalmente pro-mercado, pro-abertura, pro-não sei o que então o governo Olívio foi meio que uma reação contra isso: não, vamos valorizar as empresas locais, os sistemas de produção locais, não queremos capital externo... Então meio que se fechava para um olhar internacional porque era muito defensivo. E depois não, o Tarso tinha muito essas experiências internacionais da prefeitura. Como o orçamento participativo virou um caso de referência internacional então se passou a perceber que o mundo globalizado não eram só as empresas transnacionais. Era todo um outro espectro mais amplo disso: a sociedade civil internacional. Já tinha tido os fóruns sociais mundiais, porque o primeiro Fórum Social Mundial foi em 2001, foi no final do governo Olívio. É ali que se começou a haver um outro olhar mais altermundialista de tentar ter uma posição menos reativa em relação à globalização

só que está no novo governo, depois a gente estava bem mais maduro com uma compreensão bem mais afinada sobre essas questões internacionais. E aí que nos permitiu, tu vindo do macro para o micro, começar a descer dessa visão mais macro para como isso se desdobra no território, na própria fronteira. E aí se pensar sobre o resto da fronteira. O fato é que a gente teve pouca capacidade operacional de fazer coisas na fronteira. A Secretaria da Cultura do estado, que deveria ser encarregada disso, tinha uma gestão muito ruinzinha. A gente tinha uma prioridade de atuar junto com o Uruguai. Essas semanas culturais eu tive que ir lá brigar com os caras. Os caras não entendiam, não queriam, pensavam ‘vou gastar muito dinheiro, levar um monte disso para Montevideo, não tenho dinheiro para isso’, eu tive que bancar assim ‘Não, isso é uma decisão *do governador*, vocês têm que fazer isso’. Então na verdade o que prejudicou um pouco a existência de uma ação mais decisiva na fronteira foi que também a Secretaria da Cultura não teve a dimensão correta da importância disso e não teve a capacidade de promover ações. Tanto que as ações culturais da fronteira surgem da Jussara, que era da equipe de culinária, de mim que era da área internacional e que, por gostar do tema da cultura, tinha esse entendimento de que a cultura é um instrumento importante das relações internacionais, mas não vinha da secretaria da cultura isso. Então não tinha massa crítica nem condições materiais de transformar essa ideia mais ampla em uma ação no território. E aí o que aconteceu foi que as coisas que vieram vieram de outras áreas do governo ou do próprio território então seja os prefeitos que se reuniam entre eles e traziam essa pauta para o governo do estado, seja os grupos da região. Não sei se você chegou a entrevistar alguém da feira do livro de Livramento?

SM: O Artur, da Livraria Marco Zero. Ele me falou bastante sobre a feira do livro.

TN: Então, isso foi uma ação que veio da sociedade civil, inclusive negociando com o governo do estado. Quer dizer, as ações que aconteceram na fronteira, isso é interessante, elas vinham da própria fronteira, as ações culturais. As ações de integração efetiva, de construção de uma ação fronteiriça elas resultam muito mais de uma demanda de baixo para cima do que de uma política, ainda que a gente achasse importante, achasse legal. Mas aí não estava muito sob a minha jurisdição. Então era uma briga constante de fazer o pessoal da cultura comprar essa pauta, de fazer eles se movimentarem, foi um motivo de muito desgaste para mim a relação com o secretário da cultura então isso não nos viabilizou a ser mais proativos na região da fronteira. Mas aí grupos tipo os amigos do Ricardo, esses grupos que atuam na região, traziam as demandas e a gente conseguia via relações internacionais dar algum suporte.

SM: Qual tipo de suporte?

TN: De apoio político para ajudar a financiar, de forçar a secretaria de cultura de responder, de empurrar usando a autoridade do gabinete do governador porque a gente tinha a compreensão de que a cultura era uma coisa importante. Mas aí foi um problema de fragilidade interna do governo mais do que de conceito, assim. Conceitualmente, todo mundo concordava e tinha uma dinâmica de coisas acontecendo. Teve ações conjuntas, aí mais estruturadas, na área da saúde, na área da ciência social. Então tipo mutirões para fazer documentos, campanhas de vacinação dos dois lados da fronteira, houve todo um esforço para tentar gerar investimentos conjuntos em cidades de fronteira, tentamos acessar o Fundo de Convergência do Mercosul, o FOCEM, e um dos nossos maiores esforços foi por tentar acessar recursos desse fundo para fazer obras binacionais na fronteira. Foi duríssimo porque daí tu envolve relações complexas com o Itamaraty e essa dinâmica do Itamaraty que é muito superestrutural - lá em Montevideo tu tens dois embaixadores, tem um embaixador do Brasil no Uruguai e tem embaixador do Brasil no Mercosul e nem sempre eles atuam conjuntamente- e a gente fez todo um esforço

para conseguir fazer uma primeira obra conjunta de esgoto em Aceguá. E conseguimos, depois de quase dois anos de esforços, acessar esse recurso do fundo, mas no fim não deu, acabou que a própria companhia de saneamento aqui do RS ia bancar a obra e não conseguiu fazer porque como era uma obra muito pequena na cidade... Aceguá não sei quantos habitantes tem mas é menos de dez mil habitantes então dos dois lados não tinha vinte mil pessoas. E aí mesmo quando tu tinhas dinheiro, nenhuma empreiteira no momento que estava bombando a construção civil no Brasil inteiro, e aí mesmo depois da gente fazer um enorme esforço para ter o dinheiro para fazer a obra - ia ser a primeira obra binacional numa região de fronteira no Mercosul - não rolou porque ninguém se candidatou a fazer a obra porque para deslocar até Aceguá, foi uma obra que não ia lucrar muito. Eles estavam lucrando com as obras da copa que estavam todas bombando, fez duas ou três licitações e não conseguiu acessar os recursos. Mas isso seria, digamos assim, a primeira ação conjunta efetiva, fora os cursos do IFSUL com a UTO, uma primeira ação efetiva feita pelos dois governos do território da fronteira. Enfim, acabou não acontecendo. [...] Muitas reuniões fizemos com a secretaria executiva do FOCEM. É um troço altamente burocrático. É o grande drama desse processo de integração. Tu tens muita institucionalidade e pouca efetividade. Nas reuniões tem muitos escalões burocráticos, muitos GTs, muitos não sei o que... aquele emaranhado de instituições, de superestruturas, e pouquíssima coisa. Tanto que o sentimento vocalizado pelos gestores públicos, prefeitos, intendentes, sociedade civil na fronteira é um sentimento de abandono. Que é paradoxal porque nunca os países estiveram tão integrados. Nunca teve tanto intercâmbio, nunca as relações econômicas, políticas, culturais foram tão densas e ao mesmo tempo na fronteira elas continuam sendo praticamente invisíveis. No território elas aparecem *muito* pouco. E o próprio PEDIF que era para ser esse Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço, que era para ser um caminho para isso, sofreu descontinuidades porque cada vez que mudava um ministro da integração, e mudou uma três vezes de ministro, começava tudo de zero de novo. Então foi assim, bem traumático. Te falei que a gente fez um seminário para montar a parte do RS do tal plano. Juntamos sei lá, duzentos e cinquenta pessoas, juntamos as universidades, fizemos um super plano, e aí trocou o ministro. Aí a outra equipe que veio com outro ministro começou tudo de zero de novo, desconhecendo todo o acúmulo que tinha então tem também esse problema da descontinuidade institucional que é muito forte no Brasil. No Uruguai eu creio que ela é muito menor, claro que muda o governo mas muitas das coisas ficam. No caso do Brasil, nem o governo muda mas muda o ministro, muda as equipes e começa tudo do zero de novo. É um constante recomeçar do zero. A ação do Estado brasileiro é um continuum de interrupções e recomeços do zero. A cada governo novo, e às vezes mesmo dentro do mesmo governo, tu mudas o secretário, muda as pessoas e... o nível de institucionalização das políticas públicas no Brasil é muito precário. Em geral a política pública está associada àquela pessoa que está ali e aquela pessoa é apontada politicamente, não é funcionária do Estado. E ela muda e ela leva embora toda a sua experiência, e aquilo não tem continuidade, está constantemente recomeçando do zero tudo, sempre. E aí numa área mais nova, ainda mais recentemente, menos institucionalizada como as relações internacionais, isso é mais forte ainda. Tudo que eu fiz durante quatro anos foi jogado no lixo e o RS hoje está em uma situação quase que pior do que no governo Simon. Regredimos muitos anos. Não existem mais relações internacionais. Isso porque mudou uma equipe, só. Claro que tem setores mais institucionalizados como o SUS, a política de saúde... tu tens um arcabouço legal mais consistente, uma política que está mais institucionalizada tu tens um pouco menos isso. Mas em muitas áreas é um constante recomeçar. A visão anedótica dos servidores do estado é um pouco essa. Cada vez que entra um novo governo o pessoal passa o primeiro ano inteiro tentando entender onde está e o que vai fazer. Aí passa o segundo ano planejando o que vai fazer, no terceiro ano começa a fazer e no quarto ano já para tudo porque tem eleições então tu já tens que te preocupar com a eleição. Então na verdade a cada quatro anos funciona um. E isso é pior é que muitas vezes mesmo

dentro de um governo, mudam as pessoas e de cada vez que muda as pessoas tudo recomeça do zero de novo. Fora a tendência de cada governo também, por motivos políticos, cada governo começa e bota fora tudo que foi feito pelo governo anterior, mesmo que tenham sido coisas boas, nem que tu mudes o nome da coisa e continues fazendo a mesma coisa mas o nome tu tens que mudar. É uma coisa muito lamentável.

[...]

SM: Você falando das iniciativas que conseguiram criar uma sinergia entre a fronteira localmente, e o estado, você mencionou a questão do festival gastronômico, a questão da colaboração das universidades UTO-IFSUL, a questão do vinho também...

TN: E acho que só.

SM: Em relação a -

TN: Não, na área da saúde teve campanhas de vacinação conjunta, a área da saúde ela é bem institucionalizada, até porque tu tens a OMS, a OPAS, então tu tens também um arcabouço de instituições internacionais que incidem sobre as políticas nacionais. Então na saúde eu acho que tem. É pouco visível porque é técnica mas tu tinhas sempre campanhas de vacinação conjuntas dos dois lados, porque não adianta tu vacinar as pessoas de um lado da rua e não vacinar os outros, então eram coisas mais óbvias, que aí então se desenvolveram. Mas por exemplo tinha toda uma discussão sobre escolas bilíngues, que passamos quatro anos discutindo e não aconteceu nada.

SM: Tá. Essa era a minha pergunta, se em termos de portunhol, de línguas -

TN: Não, havia, a gente inclusive fez várias reuniões com uma organização chamada Organização dos Estudos Iberoamericanos, e eles tinham aparentemente muito interesse em escolas bilíngues, mas também foi muita conversa e não aconteceu nada. Acho que teve uma ou duas escolas, um projeto vinculado ao Ministério da Educação que começaram a fazer isso mas era, no início do nosso governo, uma das áreas que a gente pensou que podiam ser frutíferas mas que acabou não acontecendo nada. Na verdade o bilinguismo e o portunhol ele acontece na vida mas ele não tem um contraponto... Claro, no Uruguai tem porque aí eles tinham todas essas políticas, tinham editais para peças de teatro em portunhol... Eles têm de fato um olhar mais carinhoso sobre esse tema. Mas do lado brasileiro, não. Até porque isso é uma coisa que vem muito do ministério, e o Ministério da Educação é o ministério do Brasil inteiro, a gente é só uma pontinha então não chega a virar um tema da agenda ministerial. O tema do portunhol dependeria muito mais daqui e aqui a gente não teve... a cooperação também em torno do Plano Seibal rendeu alguns seminários e declarações de intenção e protocolos de cooperação mas que também não aconteceram. Eu acho que de fato mesmo é isso: o festival gastronômico aconteceu, o curso também foi iniciativa do reitor do IF, e as ações conjuntas das intendências e prefeituras, que do ponto de vista de ações mesmo não sei se teve muito resultado mas era bastante institucionalizado. Eles lá no Uruguai eles têm um conselho de intendencias... eles têm um organismo que junta todas as intendências que é muito forte, muito organizado. E aí acabava que as prefeituras do lado brasileiro passaram a se espelhar um pouco nisso para ter uma ação mais cotidiana... e com essa perspectiva de eventualmente acessar o FOCEM e tal, havia um esforço das prefeituras para fazer um processo de integração mais intenso entre eles lá. Mas provavelmente as coisas da vida real, assim, do cidadão, tem um peso mais... Fico pensando por exemplo no carnaval, que é forte dos dois lados da fronteira. O dia

a dia de integração cultural da fronteira ele é muito, muito, muito, muito mais rico e mais sólido e mais consistente do que a capacidade das ações de política pública acompanhar, na verdade. É estranho porque são de fato regiões muito integradas, pela vida real, mas tu não tens uma contrapartida institucional que materialize ou que institucionalize essa cooperação. A não ser alguns atos muito, muito pontuais como esses que tu lembraste. É meio triste, isso, mas é verdade. Talvez esse período em que a gente priorizou o assunto ele, de fato, tomou um corpo um pouquinho maior, mas não se sustentou no tempo. Mudou o governo, mudou a abordagem e isso também meio que se perdeu. Resistiu, teve essas semanas culturais [inaudível]. Hoje, o RS não tem mais política internacional. E, bom, o governo nacional tampouco. No entanto, o território é um território bastante homogêneo culturalmente falando. Eu acho que deve ter alguma coisa, eu não sei porque não é muito meu universo. Mas nesse mundo gaúcho, de rodéios e festas e essas coisas em torno de cavalo e de boi e de vaca, eu acho que em alguma medida eles têm uma interface mas eu te confesso que eu nunca olhei com mais cuidado.

SM: O que me falaram na fronteira é que parece que uma boa parte dos fundos da cultura acabam indo para esse movimento tradicionalista e para -

TN: Mas o que acontece: é que tem esse problema de hegemonia política. Porque boa parte do ideário, que acho que é o que trava isso, a ideologia subjacente a um movimento de cultura gaúchesca aqui, que não por acaso se autodenomina Movimento *Tradicionalista*, o seja eles são muito tradicionalistas.

[fim do áudio]

Appendix 4: Interview transcript - Alan Dutra de Mello

Interviewee: Alan Dutra de Melo

Professor at Unipampa-Jaguarão and coordinator of the Bachelor's degree in Cultural Production and Policy [Bacharelado em Produção e Política Cultural]/Coordinator of student projects [comissão de extensão]

Team member of Jaguarão's municipal culture secretariat [Secretariado Municipal de Cultura] between 2009 and 2010

Location of the interview: UNIPAMPA, Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brazil

Date of the interview: 10.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

SM: Se tiver alguma pergunta que não faz sentido tudo bem, eu formulei com base no que eu vi da sua trajetória e do que você trabalha, mas --

AM: Eu também tenho algumas anotações e conforme eu for lembrando, também... porque a memória é anárquica então a gente realmente faz um trabalho de lembrança, vai tentando recuperar. Então claro, a gente vai conversando e depois se eu conseguir achar alguma coisa, eu trago também.

SM: Com certeza, isso aqui é mais para guiar.

Eu queria falar um pouco da questão das políticas culturais, que eu acho que é um tema que você trabalhou muito. As políticas culturais a nível estadual e federal, no Brasil e no Uruguai, e como elas foram ao longo do tempo, integrando ou não a questão da fronteira. Qual é o lugar que elas dão à fronteira e o papel que a fronteira tem nessas políticas culturais? Eu trabalho com o período de 1990 até hoje mas se tiver alguma coisa que começa antes -

AM: Claro. Então, sobre a questão das políticas culturais na fronteira em relação aos arranjos entre estado / união e província (que no caso é o estado) e no Uruguai eles chamam departamento, o que eu observo é que existe uma política cultural consolidada municipal. Então existe nesse lugar, nessas cidades, Rio Branco e Jaguarão, existe uma política cultural local, municipal, consolidada. Então essa é uma política que se relaciona entre diversas esferas. Mas a principal, a que mais sobressai, na minha opinião, é a política cultural que se relaciona aos eventos. Então eu entendo que esse é o setor que na verdade é o mais consolidado. Por exemplo, Jaguarão tem uma Lei Municipal e através dessa Lei Municipal tem um calendário de eventos. Os eventos que estão nesse calendário podem receber recursos. Do lado brasileiro o carnaval é uma festa muito forte, recebe recursos públicos, a municipalidade contrata seguranças, monta estrutura, a festa dura praticamente uma semana, então é uma grande festividade que recebe recursos públicos. Motofest, que é uma atividade que envolve motociclistas, então envolve cultura e turismo, tem shows de rock, recebe recursos públicos. Tem inclusive o trabalho de Rodrigo Segovia que é o Secretário de Cultura e Turismo, ele fez um artigo e acho que até um trabalho de conclusão de especialização, sobre o Motofest. Depois do calendário municipal vai ser encontrado entre outros eventos que seriam eventos menores que teria que se verificar com mais calma qual que recebe recurso ou não, como a Feira do Livro... dentre outras. Então teria

que se verificar com mais atenção qual que recebe recursos. Do lado uruguaio não sei quais são os eventos e quais recebem. Mas o que a gente observa é que existe uma casa de cultura do lado uruguaio e que eventualmente eles fazem alguma atividade. Eu não sei como que funciona o calendário. Eventualmente a gente recebe algum convite, quando eu trabalhei não só na universidade mas na prefeitura também se recebia convite para participar de alguma atividade, alguma apresentação que estava vindo por exemplo de Montevideo, alguma apresentação local... Eles também têm organização do carnaval. Então entendo que as políticas culturais funcionam muito bem no município. O que que ocorre? Departamentalmente, então estado do RS e departamento de Cerro Largo, eu considero que as políticas culturais do lado brasileiro são de baixa capilaridade. Chegam poucos recursos. Então como o estado do RS também não é um estado dos mais ricos da federação brasileira e nós temos, em torno de 400 (e tem que se confirmar esse dado, se é 490, 497, 496...) mas quase 500 municípios, então não há uma secretaria de estado do RS que dê conta de recursos para todos esses municípios. Então a secretaria de estado do RS, ela atende alguma estrutura que já exista na secretaria, principalmente em POA e mais algum outro local que possa ter algum museu, algum outro centro cultural, eventualmente ela abre editais públicos então se pode escrever projetos... E depois o restante, desde a década de 1990, tem se tornado uma prática no Brasil que são as Leis de Incentivo então, assim como a gente tem nacionalmente a Lei Rouanet, a gente tem no estado uma LIC, uma Lei estadual de Incentivo à Cultura. Então algum projeto eventualmente circula aqui por LIC, então que se coloca no circuito. Eu acredito que isso já tenha acontecido mas poderá acontecer mais agora. Por exemplo, tem um teatro, o Esperança. Então o teatro está em condições de uso, é possível que algum projeto nesse período que a gente está conversando possa por LIC ter passado por aqui, e agora talvez possa também surgir novos projetos. Sobre o Departamento de Cerro Largo, o que eu observo, o que eu vivenciei, eu acho que eles têm uma atuação muito forte a partir dos Centros MEC. Então eles têm o Centro MEC em Melo e tem o Centro MEC em Río Branco. Então o que a gente observa é que eles têm uma política cultural, talvez até pelo tamanho do país se consegue capilarizar mais essa questão que a gente não dá conta no Brasil. O Brasil acaba, assim como já se experimentou com os pontos de cultura, enfim... Então acho que eles conseguiram, dentre outras ações, com os Centros MEC então eventualmente, tem esse circuito dos Centros MEC que trazem... Por exemplo eu sei que esse ano tinha uma oficina de teatro nos Centros MEC, então eventualmente eles trabalham com cultura digital, acesso a computadores, chá literário... Recentemente tivemos uma reunião com os Centros MEC organizando o Dia do Patrimônio que vai ser acho que sobre os 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos e a diversidade cultural, que deve acontecer agora 7 de outubro me parece... Então estadual, me parece que é isso. Mas é o estado, no caso, dependente da união porque os Centros MEC é uma política nacional, talvez não seja criada pelo estado. A questão do estado no sentido uruguaio, talvez ela seja mais centralizada em Melo do que Río Branco. Não sei o que passa por aqui, não deve ser muita coisa. E nacionalmente, então agora a gente partindo para a questão nacional, acho que o Uruguai, pelo menos até onde eu estudei, é um país unitário, é um país centralizado, quase tudo passa por Montevideo, então na verdade Río Branco e Melo me parecem não ter muita autonomia. Então muitas dessas coisas como o próprio Centro MEC acaba sendo um programa nacional. Deve ser um programa do Ministério da Educação. Me parece que o próprio Uruguai não tem Ministério da Cultura, então me parece que é um Ministério da Educação e Cultura então já tem um arranjo diverso do Brasil. E no Brasil, nacionalmente, o Ministério da Cultura, eu acho que chega em Jaguarão 2011 com o Iphan então na verdade é que se desenvolve um contato dentro das políticas culturais com o patrimônio. Então tem um processo, me parece que foi aberto em 2008 e que se concluiu em 2011, que é o tombamento da cidade pelo Iphan. Então me parece que o link maior nosso com as políticas culturais, com Brasília, ele envolve a questão do Iphan, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Eu vou abrir um parêntese para voltar

na questão anterior. A gente tem tombamentos da década de 1990 aqui em Jaguarão: é o Theatro Esperança que foi tombado pelo Iphae, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Rio Grande do Sul; ruínas da Enfermaria Militar; Mercado Público; antigo fórum. Então esses quatro bens na década de 1990 são tombados pelo Iphae, pelo estado. Mas a gente observa isso: se tombou em 1990 mas como o estado do RS não tem muitos recursos, na verdade o tombamento só surtiu efeito para receber recursos depois do tombamento nacional porque o Iphan tem recurso. Então eu entendo que o Ministério da Cultura chega especialmente pela pauta do patrimônio cultural, edificado principalmente. E o que ocorre, e que eu trabalhei com o Cláudio quando prefeito, na gestão dele, dado ao histórico talvez de ser um partido de esquerda, dado ao histórico do próprio prefeito como professor de história, dado ao histórico de ter uma universidade no local... Eu entendo que naquele momento, especialmente na primeira gestão do Cláudio, não sei se ele considera que isso se avançou na segunda, ocorreu sim um momento em que se dialogou universidade, sociedade, o presidente Lula na época esteve em Livramento, não nesse lugar mas esteve na fronteira, se criou a Carta da Fronteira que é o que está publicado naquele meu artigo que tu disse que encontraste... Então acho que é um momento em que o Brasil esteve mais dentro da fronteira e das políticas culturais: se fez seminários de discussão Brasil-Uruguai, só que dali para frente se seguiu os protocolos... Acho que depois a Ministra Ana de Holanda acho que seguiu com Montevideo. E a gestão seguinte depois desse período que o Lula e o Mujica se reuniram lá em Livramento, que deve ser 2011 eu acredito... Tem que confirmar se é 2010, 2011 ou 2012, o governo do estado do RS com o Tarso Genro também vai empreender algumas ações de fronteira que é aquele calendário de fronteira que o Ricardo que é o outro pesquisador que também acabou trabalhando, se observou um novo ciclo mais voltado para o estado. Então acho que tem esses movimentos, mas o que a gente observa é que são movimentos... A minha conclusão geral, qual é? A fronteira, ela existe a partir dos municípios. Então é aqui que acontece a política cultural. O restante nem sempre é contínuo na verdade, essa que é a questão. Então o contínuo é o município, porque é o município que tem um calendário de eventos que é anual. Todo ano tem recursos do município. Então aí existe política cultural, quer a gente concorde ou discorde ou avalie se ela podia funcionar melhor. E o restante, estado e união, ela oscila muito, né. Ela não é contínua, essa que é a questão. Ocorrem os debates, ocorrem as reuniões, ocorrem alguns encaminhamentos, ocorre o fortalecimento eventual da sociedade civil porque as pessoas se encontram, se conhecem como no movimento Fronteiras Culturais que eu acho que é a dissertação do Bruno. Mas de fato, o que se observa? Como vários desse agentes que participam desse processo de integração são políticos, a mudança a cada dois anos porque muda ou estado ou união e município, né? Então essa mudança a cada dois anos das pessoas que estão à frente desses processos acaba gerando descontinuidades. Eu acho que o Alejandro Grimson que é outro teórico argentino que trabalha com alguma coisa de fronteira, acho que ele vai dizer algo mais ou menos assim: se decide menos na fronteira talvez do que já tenha se decidido. Agora o Enrique Mazzei é um autor importante, como sociólogo. Ele tem livro online em .pdf sobre Jaguarão e Río Branco. Mas tem um outro texto que é sobre identidade em Livramento/Rivera. Ele vai nos apontar que efetivamente, a sociedade civil faz a integração, mas muitas vezes à margem do Estado. Porque o estado tem os processos ou muito longos, ou muitas vezes o discurso é pela integração mas as normas não são pela integração, as normas são muitas vezes ainda no conceito tradicional de fronteira, como espaço de separação. Então o que o Enrique Mazzei vai dizer é que bom, mas a sociedade resiste ao Estado e faz integração então ele vai de certa forma nos apontar que a integração acontece entre os agentes, muitas vezes. O próprio Segovia, o Secretário, hoje talvez com o Secretário de Río Branco possam promover um evento, talvez esse evento possa funcionar mais de forma informal do que se eles resolverem efetivamente sentar e verificar quem passam de um lado e quem passa para o outro, talvez eles desistam de fazer o evento. Dado ao número muitas vezes de licenças ou de autorizações ou de

protocolos que nem sempre se consegue cumprir. Então o que o Enrique Mazzei também vai nos dizer, por exemplo comparando Jaguarão com Livramento/Rivera, ele vai dizer que em Livramento/Rivera os fluxos são mais intensos porque não é uma ponte, é uma rua, é uma praça. Então ele considera aquele espaço como um espaço onde as trocas podem acontecer com mais intensidade. Então na verdade é melhor que exista a ponte, que tem desde a década de 1930, mas de certa forma a ponte ela também é um limitante: tem as aduanas, tem fiscalização... E na verdade também o que a gente tem que perceber é que Jaguarão e o sul do RS estão numa zona, a gente pode considerar, não desenvolvida e empobrecida, né? E o departamento de Cerro Largo do lado Uruguai é um dos departamentos também mais empobrecidos do Uruguai. Então claro, a cultura muitas vezes acaba anunciando uma das áreas prioritárias nesses espaços. Eu lembro por exemplo quando eu cheguei aqui em 2009 veio uma murga que é um espetáculo uruguai e a murga veio para Río Branco mas não tinha onde se apresentar em Río Branco porque não tinha um teatro e se apresentou no Esperança porque era melhor. Depois em outra ocasião, acho que o Teatro Esperança estava fechado, eles se apresentaram no Clube União. Acho que o próprio status de Río Branco como município não é muito longo, não faz muito tempo que Río Branco é considerado município. Então era o que seria um status menor do que município há não muitos anos atrás. Diferente de Livramento/Rivera por exemplo. Livramento no Brasil já é uma cidade um pouco maior e Rivera é uma capital, a capital departamental está lá. Então de certa forma me parece que de toda essa fronteira Brasil-Uruguai, Livramento-Rivera possui um dinamismo maior por essas questões. Então a capital Rivera está na fronteira, tem 90 000 habitantes... acho que é em torno disso, 100 000... e 100 000 não parece muito mas se olhar os municípios do Uruguai é um grande município. E no Brasil Livramento também é um centro bem mais dinâmico que Jaguarão. É que essa zona ela tem uma importância até geopolítica em função da própria Lagoa Mirim, o histórico do Século XX do tratado da Lagoa, compartilhamento das águas, enfim, tem outras questões que tornam essa região talvez até simbolicamente bastante importante. Acho que para essa primeira questão é isso.

SM: Ótimo, obrigada. Você falou agora mais da questão de quem carrega as políticas culturais e de quem faz mais no longo prazo. Você saberia me falar um pouco das relações entre os vários níveis? As relações entre os agentes culturais públicos aqui e no estado e no nível federal? Se não tem tanto apoio financeiro, será que traz entraves ou algum suporte de outra forma?

AM: Eu acho que também, a gente pensando nas políticas culturais... como aponta o Leonardo Secchi, que é um autor brasileiro, na obra "Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos", nem toda política cultural é estatal. Então tem uma parte das políticas culturais, até talvez seja a maior parte delas, não vou saber precisar, mas tem uma parte das políticas culturais que não é estatal. Então essa anda bem, no sentido de que a sociedade é mais estável. Por exemplo no RS tem o movimento tradicionalista, a questão da identidade do gaúcho então é evidente que eles podem eventualmente receber algum recurso público. Mas esse evento cultural que ocorre agora no período de setembro, que tem uma semana, que tem festividades, que tem dança, que deve ter alguma questão de comidas típicas, de desfile, é a sociedade civil que resolve essa política cultural. E assim como o carnaval também não é a totalidade do Estado então não há uma política toda estatal. Sempre há um diálogo entre o estatal e muitos outros que fazem em colaboração ao estado porque acham que devem fazer ou com apoio pelo menos simbólico do estado, permitindo que se faça um desfile, trazendo segurança, então acho que tem uma parte das políticas culturais que é da iniciativa privada. Agora por exemplo o Teatro Esperança está sendo muito utilizado com um radialista que está fazendo um trabalho de produtor cultural, o Bayar. Ao que se ouviu falar, pode não ser bem assim... ele é uma pessoa

que está trazendo shows. Ele por exemplo vai trazer a Fafá de Belém que é uma cantora de expressão nacional, ele é uma pessoa que tem articulado esses shows privados. Então a sociedade civil acaba fazendo as políticas culturais, vendendo os produtos culturais. E claro, acho que tem outra coisa também, a questão do avanço das mídias... se gera também um outro tipo hoje de consumo cultural. Convém com a televisão, com a internet... Então na verdade as pessoas estão consumindo, me parece, concordando com o Teixeira Coelho que vai trazer um texto do repositório do Itaú Cultural "Com o cérebro na mão: no século que gosta de si mesmo", na verdade cada vez mais as pessoas estão vivendo e consumindo cultura de forma individual. Dentro de uma casa que tiver cinco pessoas, não vai, como se fosse há vinte anos atrás estar os cinco na frente da televisão. Vai estar um numa série, outro assistindo, outro assistindo aquilo. Então a sociedade também está cada vez mais, concordando um pouco com acho que é o Richard Sennett em "O declínio do homem público", ele já escrevia isso na década de 1970, mas de outra forma a gente vivencia um pouco essa individualização do consumo cultural. Então, cada segmento vai consumir a cultura e arte da sua forma. Assim como os jovens seguem indo nas boates consumindo música independente do estado... bom, eventualmente algum show vai ter mais atrativo... por exemplo cômicos, por exemplo esse final de semana parece que teve um guri de Uruguaiana, agora vai vir a Fafá de Belém... Agora o que se observa é que, claro, o consumo cultural é muito privado hoje... então as pessoas consomem cultura em casa, no seu celular ou em outros artefatos. Mas a gente tem resistência da sociedade civil. Tem uma livraria na cidade... Tem ativistas culturais que publicam aquele jornal "Só Cultura" que ativistas culturais fazem na cidade. A sociedade civil tem o Conselho de Cultura no lado brasileiro em que se reúnem os agentes que são produtores de cultura e arte...

SM: Você vê uma evolução, ao longo do tempo e dos governos locais e nacionais, no papel que a sociedade civil e o poder público têm aqui para trazer essas atividades culturais, ou ficou mais ou menos igual?

AM: Acho que há um diálogo na verdade entre a sociedade civil e o Estado. Por isso que eu volto na questão do município. Eu considero que no Brasil a política cultural se realiza pelo município porque é onde as pessoas decidem o que vão fazer e quais são os eventos que vão receber recurso. Então para o carnaval receber recurso, isso teve que passar na câmara de vereadores para estar no orçamento. Se o Motofest, que recebia quando o Rodrigo fez o trabalho de conclusão do curso de Especialização em Culturas, Cidades e Fronteiras na Unipampa em Jaguarão, 40 000 reais, esses 40 000 reais tiveram que passar na câmara, tiveram que se dar publicidade. E o restante acho que é muito esporádico então é difícil dizer quando funciona mais ou menos. Acho que o que eu observo na fronteira é que normalmente, há uma disposição para o consumo cultural. Há uma disposição para festas, especialmente. Normalmente quando tem alguma atividade as pessoas comparecem, especialmente se for no centro da cidade. Há características locais, por exemplo não é incomum durante o ano uma rádio fazer uma promoção de botar um palco, uma música, distribuir erva mate para o chimarrão, faz o que a gente chama aqui de mateada. Então tem uma cultura muito forte dessa modalidade de evento, então se espalha na cidade. Normalmente é um radialista, pode ser um produtor de evento mas se espalha "Domingo, na praça tal, vai ter uma mateada" e na verdade como todo mundo, domingo, se o tempo permitir porque o tempo nem sempre está muito favorável, mas se o tempo permitir as pessoas vão na praça então já vem a mateada. Eu já sinto aqui, especialmente, o apelo muito forte a eventos. Então bem no centro da cidade em frente à igreja que tem o Largo das Bandeiras, ali praticamente todo evento que for proposto tem público. E as pessoas também querem sair dos bairros e vir para o centro. Eu lembro certa vez um Secretário de Cultura nos procurou para fazer uma pesquisa curta, uma enquete com alguns entrevistados, para saber se as pessoas preferiam atividades culturais nos bairros ou no centro.

O Secretário estava inclinado a acreditar que as pessoas queriam mais atividades nos bairros. Mas o que a gente percebeu analisando os dados é que as pessoas queriam atividades no centro para se encontrar, para sair de casa. Então não quer dizer que não possa ter nos bairros mas me pareceu que era isso, as pessoas querem sair, querem se encontrar, querem ver gente, querem se distrair então é um pouco mais essa ideia de arte e cultura mas voltada para uma a área de eventos ou de lazer. Porque cinema não se tem, eventualmente se tem uma coisa no cineclube. O teatro... também peça de teatro é uma coisa muito rara, o teatro acaba sendo usado muito mais para apresentações musicais então também não existem tantas outras forma de consumo cultural. E depois o livro independente, acho que realmente desde a televisão para cá eu acho que cada vez se consume mais, e agora com a internet, com as séries enfim, cada vez se consome mais cultura e arte em casa e cada vez mais de forma individual. Então claro, a questão do que o Estado oferece ou do que o Estado possa propiciar, eu acho que o Estado propicia a existência de um teatro. Agora não é a função talvez do município fazer espetáculos teatrais então ele tem que talvez estimular ou permitir que se use o teatro. Acho que a ideia do Estado é um pouco essa, concordando com a Professora Marilena Chauí que foi Secretária de Cultura em São Paulo. O Estado não faz cultura. O Estado permite que a sociedade faça cultura. Então o Largo das bandeiras está ali para a sociedade fazer cultura, deve ter alguma regra, alguma autorização. E bom, o teatro também está ali. Então é um pouco isso, quem faz cultura é a sociedade civil. E o Estado em alguns momentos, ele acaba, quando os eventos como o carnaval aqui tomam uma dimensão muito grande, ele invariavelmente, talvez nem quisesse mas se torna obrigatoriamente coordenador da atividade porque é segurança, é saúde, é uma população grande naquele momento então bom, nesses momentos... Mas eu não posso dizer que o município criou o carnaval. Ele não criou o carnaval, o carnaval já existia. Ele pode ter aprimorado, ele pode ter auxiliado. Então quando o Estado apoia os eventos ou quando ele toma a frente claro, muitas vezes propõe. Já se propôs feira do livro, quando se propõe alguma outra atividade cultural, mas não faz cultura. Ele apoia a sociedade civil.

SM: Com certeza. Nos artigos que eu escrevi sobre diplomacia cultural, eu aponto bem para um conceito aberto de diplomacia cultural. Porque nas Relações Internacionais tem essa ideia de que diplomacia cultural é a cultura que o Estado pega e leva para o exterior, mas não funciona assim na área cultural. Não tem essa atuação central do Estado sempre.

AM: E a gente trabalha também com a área mais criativa, de inovação. Não tem como a criatividade, a inovação e a arte, especialmente, concordando um pouco com a provocação do Teixeira Coelho do Itaú Cultural e não lembro se ele ainda está vinculado à USP porque ele era professor da USP, no seu livro "A cultura e o seu contrário: cultura, arte e política pós-2001". Ele vem trazer uma provocação: a cultura, muitas vezes, ela é repetição, ela não inova. Ele vai fazer uma provocação no sentido de: o contrário da cultura é a arte, que talvez tivesse uma abertura maior. E a questão da criatividade e a inovação, ela está muito centrada nos indivíduos. É algo que acontece pelos indivíduos então acho que é algo que o Estado acolhe e que os indivíduos fazem. Por exemplo eu tinha anotado aqui o Aldyr Garcia Schlee que é um autor relevante, nascido em Jaguarão. Então olha, não é o Estado que fez o Schlee. O Estado pode ter colaborado com a formação dele -acho que ele estudou em escola particular mas enfim, trabalhou em escola pública- então a área de base artística e cultural depende do indivíduo então Moviola, que é um grupo de Pelotas que fez cinema aqui -A Linha Imaginária, um dos filmes em que Schlee é entrevistado-; o Leandro Barrios, artista uruguaio, que é um cara sensacional que trabalha com gravura, trabalha no Mercado Público de Montevideo, está retornando para Jaguarão. Então o Leandro Barrios faz representações sobre a ponte, sobre a fronteira, enfim, de forma bastante interessante e dentre tantos outros... O Martin César que é um músico local que recebeu uma premiação agora dentre tantas outras, tem livro. Tem o livro

Sangradouro está lá na Padaria Panemio, à venda para os interessados, que é um livro de contos. Depois tu vais ter o Hélio Ramirez também que é outro escritor biólogo... O Cléber Carvalho que é um artista que está sempre no café, que é um artista plástico. Professor Pino, professor de francês e artista plástico que mora aqui no Cerro da Pólvora... Além de outros grupos que atuam organizados por exemplo no Instituto Histórico e Geográfico e fazem catalogação de materiais, não deixa de ser uma forma de produção cultural vinculada a memória, pelo menos preservação... Mas fazem eventos, lançam livros, então usam a história e a memória para produzir novos produtos como os próprios cadernos do Instituto Jaguarense. Então eu acho que na verdade a cultura e a arte se fazem muito pelos indivíduos e eventualmente a gente observa que o Estado tem mais condições de colaborar ou ele abre mais editais ou ele disponibiliza mais recursos.... Agora o que a gente observa é que nunca teve recursos à vontade, então sempre há uma certa disputa e cada um produz cultura da sua forma. Como tem no RS essa organização dos CTGs que são as organizações tradicionalistas, então... [pausa]

SM: E do que você me falou, eu tenho a impressão que os valores que dão sentido a essa ação cultural pela sociedade civil é mais a questão social? Da diversidade, de se encontrar? Entendi certo?

AM: Não, acho que da sociedade civil, é primeiro, primordialmente o lazer. No sentido de, no seu tempo livre, encontrar algo para fazer, algo para fluir e com lugar de encontro. A cultura como um lugar de encontro. Então tem a feira do livro, mas do lado tem uma praça de alimentação. Então os livros estão lá, mas também não é um culto total ao livro. É a cultura como a possibilidade do encontro. Então é o momento que as pessoas vão nesses lugares para se encontrar, ainda tem isso no interior, as pessoas se encontram ou vão levar criança na pracinha então tem um pouco essa coisa acho que de lazer, de sociabilidade, principalmente. Acho que eu não vincularia a questão social. Acho que existem projetos específicos, por exemplo na Secretaria de Cidadania tem um projeto que é dentro dos CRAS, dentro dos órgãos que trabalham com assistência social, se faz algumas atividades manuais... Na verdade todas as políticas públicas no Brasil que podem, trabalham alguma coisa de cultura e arte. No CAPS, que é o Centro de Atendimento Psico-Social, o Gilberto Esquerdo que é graduado em artes trabalha com arte terapia. Então o CAPS que é uma instituição de saúde mental, fizeram esse ano uma exposição na UNIPAMPA com os seus trabalhos. Tem um projeto, o CASE que atende crianças com necessidades ou alguma carência social, final do ano se faz apresentações com aquelas crianças no Teatro Esperança então acho que tem alguma coisa de social. Mas não diria que por escolha das pessoas. Eu diria que talvez algumas pessoas que de certa forma o Estado acolhe para o uso da cultura e da arte como terapia ou como algo que possa enriquecer o tempo livre, e isso vai na saúde no CAPS, vai ter na assistência social em diversos projetos como Alternativa, o próprio Projeto Conviver que é um projeto para idosos... Então é uma produção de lazer. Acho que toda semana eles fazem um baile para esses idosos então é algo que está disseminado nas políticas sociais e de saúde por exemplo. Menos do que nas políticas culturais, porque nas políticas culturais eu acho que eles não conseguem implantar um programa permanente como tem nos CAPS, não nos CRAS que é o Centro de Referência e Assistência Social, né... Então o CRAS pode ter toda semana uma oficina, sei lá, de pintura ou de dança. A ideia é de formar vínculos com as pessoas que têm mais necessidades. O CAPS olha quem está com problema de saúde mental e quem frequenta mais o serviço pode se utilizar disso. Agora a Secretaria de Cultura normalmente, ao que me consta, ela tem muita dificuldade por exemplo de fazer uma programação mais intensa. Porque a equipe é pequena, são cinco... seis funcionários, seis... dez no máximo e acho que quase nenhum deles é concursado. Então quase todos eles são Cargos em Comissão então é uma secretaria que não tem a mesma mobilidade, que não tem a mesma estrutura do que uma Secretaria de Saúde, que uma

Secretaria de cidadania... Então por isso que me parece que o que sobra à ideia de cultura no senso comum, ela se relaciona muito a evento no sentido que é uma secretaria que tem a gestão do teatro mas o teatro também não deixa de acontecer eventos, né... Então ela é na prática muito uma secretaria de eventos. Fazer outra coisa além de eventos exige um esforço. Eu trabalhei já em secretaria de cultura e trabalhar com outra atividade dentro de uma Secretaria de Cultura e Turismo -até o turismo também é difícil trabalhar- é difícil algo que não seja eventos porque a sociedade civil é muito festiva. Então todo dia tem uma festa. Todo dia quase, mesmo. Então olha, é a Festa de Navegantes. Seja barroca, seja o que for, seja católica, seja que venha desde a colônia talvez essa tradição festiva, mas ela está muito consolidada, no sentido de que todo dia tem festa. O que a Secretaria de Cultura não promove, muitas vezes o próprio secretário recebe como demanda um convite para acompanhar uma festa. Então ele vai à abertura de uma festa do... por exemplo aqui tem um grupo aqui no Cerro da Pólvora do Boêmios do Amor que vai fazer no carnaval. Então olha, a Secretaria de Cultura não promove mas ela vai lá para prestigiar aquela festividade do Boêmios do Amor. E assim deve ter tantos outros grupos de Rotary, de Lions... E eu lembro até que quando me mudei para cá em 2009 eu me surpreendi, porque eu imaginava que ia ser mais parado o trabalho na Secretaria de Cultura no sentido de uma cidade do interior. E os dois anos que eu trabalhei na Secretaria de Cultura antes de fazer o concurso aqui para a universidade, eram de muita atividade. Todo dia tem um evento, todo dia tem uma atividade nova, todo dia tem alguém solicitando algum apoio do município para evento, então... Seja Navegantes, Iemanjá, depois agora vai vir essa questão de eventos de cultura afro-brasileira, eventos de religiosidade... Então eu diria que essa é uma coisa de uma vitalidade extraordinária. Agora, a ideia de cultura ou de arte no sentido mais erudito ou no sentido, de certa forma, um pouco mais elitizado "Olha, nós vamos ir para ver uma peça", é difícil criar essa cultura porque a peça vai passar duas por ano, três por ano. Então é difícil. Até quando tinha uma Casa de Cultura no centro da cidade que ela tem um nome, uma Casa de Cultura, isso estava um pouco melhor. Por quê? Porque a casa de cultura era no centro e ela tinha um calendário de exposições, tinha um calendário de atividades. Ela leva até o nome de um carnavalesco importante, nascido em Jaguarão que é o Pompílio: a casa de cultura Pompílio Neves de Freitas. Só que a Casa de Cultura, em função de ser patrimônio histórico, ela estava para cair, ela estava em más condições... a Casa de Cultura foi interditada. Então por isso que a Secretaria de Cultura está ali um pouco em um cantinho, em uma situação um pouco desprestigiada. Mas na Casa de Cultura tinha exposições... Só que na verdade hoje também não tem um espaço para esse circuito então se vem um músico... Então o que existe mais é um consumo cultural muito vinculado ao gosto dos meios de comunicação. No sentido de que possivelmente vai circular por aqui muito mais o que circula na TV ou que está em alta no momento, pode ser na internet, enfim... o que está em evidência. Então claro, há um gosto que é muito voltado principalmente para o comercial. E acho que uma outra coisa que é importante também na vida cultural da cidade, e isso está um pouco em declínio, são os clubes sociais que eram outros centros que recebiam... Assim como hoje existe o Clube 24 de Agosto, que é um clube negro, que refez cem anos, até tem o professor Caiuá Cardoso Al-Alam em conjunto com a Giane Escobar e outros colegas aqui que fizeram um livro. Então ali é um espaço da sociedade civil, um clube cultural negro que é patrimônio do estado e que ocorrem palestras, que ocorrem atividades da UNIPAMPA, os alunos fazem lá. Se tentou criar, mas não avançou muito pela questão do estado, um ponto de cultura, então o estado vem nesses eventos, anuncia que ponto de cultura vai ser maravilhoso, aquilo dá belas fotos, dá uma matéria jornalística interessante, mas depois para implantar, demora muito, né? Então eventualmente não se implanta da forma que se gostaria. Então acho que o Ponto de Cultura acho que lá nunca funcionou a pleno. Mas funcionou um pouco. Então a sociedade civil também acolhe, promove a cultura nos clubes sociais.

SM: Então você trabalhou na Secretaria de Cultura entre 2009 e ...?

AM: Entre 2009 e 2010.

SM: E quando você trabalhava lá, do que eu entendo -

AM: Eu trabalhei com patrimônio histórico, meu mestrado é em patrimônio histórico então eu fui Diretor de Patrimônio Histórico. Eu trabalhava com esse tema que era justamente nessa proximidade com o Iphan, nessa proximidade com o órgão do patrimônio. E aí nesse momento que eu atuei e auxiliiei as equipes e, dentro do que eu podia colaborar, com a restauração do teatro, do mercado, até esse projeto que tem um projeto parado do Museu das Ruínas da Enfermaria. Então foi um pouco daquela época, coisas boas e outras que ainda estão em questionamento como o próprio museu que talvez é uma ideia um pouco mais delicada, a gente pode até julgar um pouco extravagante, algo que é daquele período. Mas de certa forma a gente trabalhou com os bens que eram tombados pelo IPHAE RS – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, pelo estado, e com o auxílio do Iphan se procurou dar andamento nas demandas. Agora a gente tem que entender que no Brasil o Iphan, que é o órgão do patrimônio fundado na década de 1930, é bastante consolidado, é um órgão que tem muitos arquitetos e eles exigem projetos que às vezes um município não pode fazer. Então a gente teve todo um debate para contratar os projetos. Um arquiteto da prefeitura hoje talvez já consiga dar conta mas naquela época o arquiteto não dava conta ainda de fazer todo um projeto de restauração do patrimônio. Então a questão era um pouco isso: essa articulação entre o Iphan e entre arquitetos, entre a própria gestão e eventualmente a sociedade civil quando se tinha que defender uma ideia como a ideia do museu que era uma ideia bastante extravagante para a época... Acho que também então se fazia as defesas públicas, tentava-se encaminhar o que nos parecia, na época, da melhor forma. Na Enfermaria quando estava caindo a gente fez até um abraço com a sociedade civil, se tentou debater que era importante restaurar ou recuperar aquela ruína... Como eu também já estava dentro da universidade lá no mestrado em patrimônio, então também se buscava trazer colegas, professores, para auxiliar no debate. Então era uma pouco isso meu trabalho, fiquei muito contente com os dois anos de trabalho. Guardo com carinho na memória.

SM: Sim, é uma época que teve muitas ações.

AM: Isso, eu fiquei contente, acho que sim. Por isso que eu digo, reitero de novo que permanece o evento, no sentido que todas as ações do poder público elas são muito demoradas então a gente observa que o teatro até restaurar ficou acho que cinco anos, mais ou menos, fechado em restauração. O mercado também, todo esse tempo fechado. A enfermaria já está em obra não sei quantos anos mas vai fazer, sei lá, seis, sete anos. Então o tempo do estado ou o tempo do estado na fronteira é mais lento do que a gente gostaria. Mas não é só para a gente porque se no Rio pegou fogo o Museu Nacional, então o tempo do estado... Se todo o recurso em algo novo como o Museu do Amanhã tivessem encaminhado para o Museu Nacional, talvez ele estaria recuperado. Mas é um pouco essa coisa da democracia e da política com a democracia que gera uma necessidade do gestor, muitas vezes, ou de querer investir mais em um projeto ou querer que aquele projeto apareça mais. Mas não quer dizer que ele vai ser executado de forma adequada ou que ele vai desempenhar a finalidade. Porque muitas vezes, por ele começar como um projeto talvez numa gestão, ele pode justamente sofrer a represália da outra. E nessa periferia a gente vai ter esses lugares que não estavam em disputa e que são importantes. Por exemplo bom, o Museu do Amanhã era importante. Mas o Museu Nacional não estava em disputa, não era um problema então não entrou na agenda. Então claro, a gente observa que os

agentes que chegam mais, que brigam mais, que se comunicam mais, formam, influenciam a agenda. E eventualmente há uma crítica que talvez setores de direita sejam mais elitistas, que setores de esquerda fossem mais sociais, mas isso intercambia muito. Acho que depende do momento. Agora, de fato claro, a esquerda tem uma tradição maior de estímulo à cultura mas não quer dizer que ela vá se manter. Tem talvez uma relação, seja de proximidade... mas de qualquer forma o que permanece, dadas as disputas e a política, o que permanece é o que a própria sociedade civil organiza. O restante pode ser e pode não ser, pode ser outra coisa. Porque não quer dizer que vá se manter ou que na verdade, o volume de propaganda de um projeto muitas vezes pode ser superior ao efeito que aquele projeto tem na realidade. Então na verdade o que a gente vive dentro das políticas culturais eventualmente pode ser uma guerra de propaganda. Entre os partidos de esquerda e de direita e quem faz mais propaganda eventualmente consegue nos comprovar que executa mais políticas culturais... Mas o próprio Teixeira Coelho vai apontar isso na "Cultura e seu contrário" ou no dicionário de política cultural: é difícil medir a cultura, né? A gente tenta debater, tenta trazer a discussão da economia da cultura, mas ele continua sendo um bem difícil de medir. E o próprio Teixeira vai dizer "Olha, talvez a gente tenha que assumir que não trabalha com algo tão essencial, trabalha com algo que é de outra natureza" então acho que as guerras por publicidade no Brasil especialmente - acredito que talvez no Uruguai, não posso afirmar - ou de tentar, através das políticas culturais, trabalhar temas sociais, também influencia esse campo. E eventualmente pode ter questões interessantes como por exemplo, aqui no interior de Jaguarão, se reconheceu uma comunidade rural Cerrito como comunidade quilombola, como comunidade remanescente de escravos. Agora me parece que a preocupação do estado gira muito, infelizmente, gira muito com a publicidade. Gira muito com essa necessidade de afirmar que está fazendo, de afirmar que fez. De mostrar que na sua gestão, era muito bom. De mostrar que está se fazendo da melhor forma, se liberou muitos recursos. Mas se a gente vai com uma lupa e vai aferir quanto foi liberado, pode ter sido a mesma coisa. Ou até menos. Mas há muitas vezes essa preocupação. Claro que quando algum governo também não consegue dar conta ou não avança, eventualmente ele nem faz muita publicidade. Mas tem que verificar, talvez pode ter investido também recursos. Então claro, no Brasil tem muito essa disputa entre o que se publica. Então claro, eventualmente a gente tem que olhar os orçamentos. É o que fez um pouco o Rodrigo Segovia quando estava pesquisando a Motofest. Foi olhar o orçamento: então, são 40 000... Consegue quantificar melhor o que está se debatendo, o que foi efetivamente investido como recurso. Agora de fato, a cultura no Brasil para a população é um lugar de encontro. E para a política tem sido muitas vezes, por um lado o lugar da disputa para publicidade, e por outro tem sido em alguns momentos uma forma de ampliação das políticas públicas. Ou das políticas sociais. Então quando você vai falar dos quilombolas enfim, quando vai se debater algum tema que não estava de certa forma tão na agenda da cultura e que acaba entrando para justificar uma intervenção pública, ou investimento de recursos. Traz uma política racial mas traz uma política que é também social e que traz outras políticas públicas. Então às vezes a cultura pode ser um pretexto, pode ser um indutor para que chegue habitação, saúde, enfim, que se consiga trabalhar outros temas. Acho que esse é o caso por exemplo do reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil. Agora se de fato chegou... Então acho que a questão da cultura é um pouco isso... Há uma expectativa que vai acontecer. Se vai acontecer ou não, mas pode acontecer tarde. Por exemplo em 1990, quando se tombou o Teatro Esperança, se garantiu que ele não caísse, porque pelo tombamento no Brasil tem que manter a edificação. Mas a conclusão da restauração foi em 2016 ou 2015 então na verdade só garante que não vai desaparecer. A efetividade da ação ou se ela vai acontecer pode demorar muito mais do que a gente gostaria. Então acho que tem essa particularidade, muitas vezes. Principalmente quando é uma política de mudança. Acho que o que é de continuidade, no sentido de eventos ou do que

a sociedade já faz, isso é muito mais fácil. Na medida que tu colocas uma política de mudança, ela tem resistência. Então ela pode se manter ou não.

SM: Então o que eu entendo é que os valores, os objetivos por trás desses eventos culturais, às vezes foram políticos ou sociais.

AM: É, eu acho que na verdade quem guiou os eventos foi a sociedade civil. É a sociedade civil que gosta e faz eventos. O município dá algum suporte. Eu acho que na verdade o Estado, muitas vezes, ele potencializa esses eventos e outros ele quer retirar em dividendo, ele quer retirar um saldo. No sentido de dizer "eu fiz", né? Mas quem faz é a sociedade civil. Então muitas vezes há uma preocupação do Estado em potencializar a publicidade no sentido de "eu fiz", se apropriar. Acho que tem um texto curto do Bourdieu das duas faces do Estado e ele vai dizer que tudo que o Estado universaliza, ele de certa forma desapropria, toma para si. Então o Estado acaba tendo esses movimentos. Algumas vezes é mais evidente, outras não. Mas a relação com a sociedade civil sempre é tensa, nunca é absolutamente pacífica. Então é uma relação ambígua. Seja do Estado que gostaria que a sociedade fizesse mais isso ou aquilo, né, de uma certa insatisfação, ou seja da sociedade civil que na verdade gostaria que o Estado não atrapalhasse, no sentido de que gostaria de transitar mais livremente. É um pouco do que a gente escuta por exemplo na formação dos jovens acadêmicos que cursam o bacharelado em Produção e Política Cultural na Unipampa em Jaguarão, que gostariam de um mundo um pouco mais... "olha, se dá para fazer uma performance na rua, se dá para fazer isso, se dá para fazer aquilo". Então a sociedade civil [...] que gostaria de poder produzir arte e cultura com menos interferência do Estado. Então acho que também ocorre essa tensão. Mas eu acho que quem faz as políticas culturais é a sociedade e o Estado realmente colabora, auxilia, dá estrutura, como faz o teatro mas não faz o espetáculo e muitas vezes eu acho que se exagera um pouco na publicidade. Por isso que eventualmente a gente fala "no ano tal estava maravilhoso, depois não estava". Se tivesse sido realizado e fosse maravilhoso ainda estava aqui. Então é o sinal que era muito mais publicidade no sentido de que não era. Se era tão bom não pudesse ter desaparecido tão rapidamente, eu não posso dizer que se era maravilhoso e se as pessoas adoravam, que um movimento, o movimento Fronteiras Culturais que é citado pelo Bruno Cesar Alves Marcelino, enfim, eu não posso dizer que era maravilhoso e que desapareceu do nada. O que eu posso dizer na verdade é que não existiu. Existiu, era bem rarefeito, eram agentes públicos em sua grande parte, mas que não conseguiu realizar quase nada porque também não existia, não tinha um suporte então acho que é isso. É um pouco do que vai se dizer nas ciências sociais dos intelectuais: é um pouco do ventriloquismo. A gente fala pelo outro. Mas o outro não existe, pode talvez nem existir esse outro. Então essas pessoas que muitas vezes podem ser nós, sejam intelectuais, gestores, que falam pelo outro, muitas vezes exageram no ventriloquismo. Exageram nas suas avaliações, especialmente as de cunho positivo. Para dizer que realmente foi impactante, fenomenal, que alguma coisa possa ter acontecido mas o que ficou está aí. Se não ficou é porque não existiu. Porque não se conseguiu executar efetivamente ou alterar uma política. Então acho que o se fez está aí. O que se fez propaganda não existe mais. Talvez pode nunca ter existido e ter existido muito mais só no discurso desses ventríloquos, sejam eles políticos, intelectuais, pesquisadores.

SM: Sim, tem que ter cuidado com o discurso...

AM: Sim, porque todo ele é positivo, né? Tu não entrevistou nenhum que tenha te tido... a não ser que tenha dito só coisas negativas, a não ser que fosse para atingir um opositor... Olha, nesse período está muito ruim, no meu período era bom. Então claro, acho que a gente buscar uma memória positiva acho que é justo, né? É muito difícil o contrário, que alguém diga

"realmente, na gestão que eu fiz estava péssima, a boa é essa agora. Essa agora está maravilhosa." Então acho que te um pouco disso, né? As pessoas se auto-preservam. Eu já trabalhei também quatro anos na prefeitura de Pelotas na Secretaria de Urbanismo e de Turismo, Esporte e Lazer... Claro, quando lembra, evidente que a gente busca sempre uma memória positiva desses momentos. Às vezes ela pode até ser até bem ralinha, às vezes nem é tão positiva. Mas eu acho que é isso, a gente é um pouco do que a própria política e às vezes até a ciência, que não deveria estar subordinada a essa intencionalidade, né... às vezes até a gente quando faz um trabalho acadêmico está um pouco sugestionado a trazer conclusões positivas. Nem sempre as conclusões são positivas, então de certa forma todo sistema, eventualmente ele se desequilibra para tentar justificar a sua própria existência então, para anunciar que bom... pensando bem, está valendo, está interessante. Então não é que nada tenha acontecido mas pode ter acontecido menos coisa.

SM: Qual você diria que foi o papel do curso da UNIPAMPA de Produção Cultural para esse movimento de preservação do patrimônio daqui e de produção cultural também, pensando na questão binacional? Não sei se teve um papel ou não?

AM: Claro. Acho que até, eu diria que um papel não, no sentido de um papel de protagonismo. Eu diria que teve um papel de coadjuvante. Eu acho que se somou aos processos, participou das discussões, estudantes, professores, mas a própria universidade também, como o curso é novo então de certa forma muitas vezes a gente está envolvidos com as próprias demandas do curso. A criação do curso, oferta de disciplinas, concurso de professores, substituição de professor, início de laboratório, problema de laboratório, o curso estava com muito aluno, depois começa a diminuir a própria procura... Se começa a questionar qual é a função do curso, se ele vai se manter, enfim... Então na verdade o curso e a universidade, dada também a complexidade da burocracia no Brasil - talvez seja um pouco do que a gente observa - quase todo mundo está refém de si mesmo. No sentido que a interlocução com o outro, ou com o outro estatal, ela é sempre muito limitada. No sentido que a gente está sempre muito preso às próprias demandas do cotidiano, das regras ou da instituição. Mas eu considero que o curso de produção e de política cultural tem uma função importante como coadjuvante nas políticas culturais. Eu acho que ele tem um papel que inclusive deve avançar para o protagonismo, sobretudo com os formandos, os egressos, que levam esta experiência teórica e empírica para as suas carreiras. Ficamos contentes sobretudo ao ver aos alunos ingressando em mestrados e doutorados com projetos de investigação interessantes e inovadores. Concordando também com o Boaventura de Sousa Santos, que a educação é investimento de longo prazo, então talvez muito do que aconteceu aqui ainda está em andamento. Com o próprio Bruno que está fazendo doutorado também, que de certa forma a própria educação também se faz pelos indivíduos. Então eu acho que olha, se eu também quiser fazer uma leitura muito positiva eu vou pegar o Bruno como um caso para dizer "Realmente, ele fez mestrado em Integração Latino-Americana, está fazendo doutorado agora em Estudos Internacionais" Então eu acho que há uma influência nos processos de políticas culturais como coadjuvante, porém, como educação é investimento de longo prazo, talvez o resultado ainda está por vir. Eu acho que não só o curso de Produção e Política Cultural mas o de turismo. O Secretário de Turismo é formado aqui pela UNIPAMPA, se formou aqui com a gente, fez a graduação. Então o que a gente observa é que a UNIPAMPA tem uma contribuição na área de cultura e turismo. O próprio Secretário de Cultura e Turismo é formado na UNIPAMPA no curso de Turismo. Fez pós-graduação aqui, especialização em Cultura, Cidades e Fronteiras. Outros assessores que trabalham com ele, a Liziane se formou em Turismo, uma outra moça Suelen se formou em História aqui na UNIPAMPA. Agora eu acho que eles têm uma moça que vai começar um estágio que é do Bacharelado em Produção e Política Cultural, tem alunos do curso de Bacharelado em

Produção e Política Cultural que são conselheiros do Conselho de Cultura Municipal. Então eu diria que a cidade, ela funciona um pouco como esse laboratório, as práticas, embora a gente, se tivesse talvez mais fôlego, mais professores, a gente talvez conseguisse uma atuação mais efetiva. Se a gente tivesse uma estrutura um pouco melhor. Porque no campus aqui começou com Pedagogia e Letras então os cursos mais antigos têm mais professores então esses três dessas linha de Turismo, História e Produção que são os últimos cursos a ser implantados, a gente já tem menos professores. [1:06:40] Não é o mesmo quantitativo dos outros cursos. Então a gente tem uma contribuição talvez modesta e que ainda vai frutificar com certeza, como está frutificando com o Bruno. Talvez alguns alunos daqui a uns anos podem estar voltando para fazer um filme, para fazer um documentário, para fazer uma pesquisa, então eu acho que a gente tem uma contribuição. Nós temos um projeto que é o PET aqui no Cerro da Pólvora coordenado pela professora Carla Rabelo, tem 12 bolsistas e a gente trabalha com comunidade popular urbana, eles fazem atividades acadêmicas, seja de ensino, pesquisa, extensão. Ali tem um bom exemplo quando eu fui coordenador do PET: a gente fazia atividades de cinema com as crianças que moram aqui no entorno. Agora, não era uma atividade de cinema semanal, era uma atividade mensal, enfim, então é uma atividade que a gente também tem uma contribuição bastante modesta, né?

SM: Sim. E tem um aspecto binacional no trabalho desse curso ou não? Eu conversei bastante com pessoas do IFSUL sobre cursos binacionais, aqui eu não sei se --

AM: Não é binacional não. É nacional. A gente mantém um contato mas é um pouco do que eu tinha comentado lá atrás. O contato muitas vezes se dá pelas pessoas, né? No sentido que institucionalmente a gente avança menos do que gostaria. Por exemplo agora tem uma professora substituta no curso de Produção Cultural que é Uruguiaia, a Sabina. Então olha, isso pode nesse momento ter auxiliado os alunos a compreender mais a cultura uruguiaia, as questões que ela trouxe de formação, que ela se formou acho que em Montevideo, então acho que nesse momento a gente está tendo talvez até um intercâmbio mais intenso por ter essa professora. Agora ela vai encaminhar um contato para a gente tentar um convênio com uma escola de Belas Artes lá de Montevideo. Eles retornaram positivamente então acho que vamos tentar dar andamento. Então eu acho que existe, agora na semana da diversidade sexual do Uruguai a professora Hilda Fraga do curso de Produção Cultural vai estar numa mesa. Então eu acho que esses intercâmbios acontecem. Ele não é tão intenso, até mesmo porque Ríó Branco não tem universidade, né. Se a gente tivesse uma cidade do outro lado com universidade ficaria mais fácil. Em Melo tem uma extensão da UDELAR de ciências sociais. E era com o professor Enrique Mazzei então esse sociólogo seguido está por aqui. Nós fizemos uma vez uma atividade no curso de turismo em que ele trouxe alguns alunos de Montevideo, fizemos um debate "quais são as grandes indagações da fronteira?". Mas na área de produção não. Na área de produção na verdade eu acho que no próprio Uruguai não tem muitos cursos de produção. Acho que é no CLAH – Centro Latino Americano de Economia Humana, gestión cultural, que é no privado. Então a gente tem algum intercâmbio, mas mesmo a UDELAR... ao que me conste, a UDELAR tem alguma coisa de pós-graduação, mas não tem uma graduação. Eu estive conversando com uma professora lá em Montevideo do laboratório de políticas culturais, com a professora Susana Dominzaín. Mas a conversa não avançou. Acho que a integração também tem isso. Às vezes a conversa pode não avançar. Então eventualmente não sai da intencionalidade. Talvez ela já tivesse outros projetos... enfim, é evidente que de Montevideo para vir para Ríó Branco é longe, é o interior, como se diz na França o interior profundo, né? Então eventualmente acontece alguma coisa mas não é assim tão fácil porque as pessoas estão longe. Se os professores estão em Montevideo é difícil para a gente ir até lá. Vou tentar agora fazer o convênio com a UDELAR mas é evidente que não é tão fácil para eles

virem. É atravessar o país. Então embora seja só atravessar, mas tem uma logística, tem um custo. Então eu lembro que a gente já recebeu mas é no curso de turismo o Walter Veneziani que era um pesquisador que trabalhava com dança e veio falar sobre Tango patrimônio imaterial. Então se consegue em alguns momentos. Mas efetivamente, o contato não é tão simples pelas próprias limitações da própria burocracia... Atravessar com carro da UNIPAMPA para o outro lado é muito difícil, circular é muito difícil... então há barreiras no sentido da integração. A própria integração, ela é de certa forma um pouco dificuldade pelo Estado. Então é mais fácil a gente percorrer, embora agora parece que recentemente o curso de Turismo conseguiu ir a Montevideo, mas depois de muitos anos. Então a circulação, ela é dificultada.

SM: Até no IFSUL de Santana do Livramento me falaram que tiveram problema com isso então como Ríó Branco é uma cidade muito menor, eu imagino que esses--

AM: É, o problema é que Ríó Branco é uma cidade muito pequena, né... Então Ríó Branco tem o que? 14.000 habitantes. Então é um pueblo chico, né? Então a gente atravessa mas também não tem muito o que atravessar... A gente atravessa e encontra alguma coisa mas talvez o que tivesse de mais interessante em Montevideo está longe... Então eventualmente a gente até pode ir a Melo... enfim. Todo para nós, como servidores, esse afastamento internacional à vezes tem que ter trinta dias de antecedência, tem que ser publicado em diário oficial... não para ir a Ríó Branco mas por exemplo para ir a Montevideo, teria que ter uma tramitação grande. O que acaba de certa forma... não impossibilita mas dá para dizer que ele não estimula.

SM: Com certeza, sim. Posso fazer uma última pergunta? Porque já faz tempo que a gente está conversando, não quero atrapalhar a sua vida.

AM: Pode sim

SM: Uma pergunta mais geral. Você veria uma evolução, uma diferença nas narrativas ao redor da questão transfronteiriça no tempo que você conheceu?

AM: Eu acho que ele é um tempo emergente. Eu lembro até que quando eu trabalhava na Secretaria de Cultura eu lembro que acho que tinha uma pesquisadora, acho que era francesa, pesquisando língua. Acho que ela estava pesquisando bilinguismo. A fronteira é um lugar de passagem. Então sempre tem alguém passando, pesquisando, sempre tem alguém interessado. Acho que isso é uma constante, é um lugar de trânsito então tem gente indo e tem gente retornando. Como quando eu trabalhava na Secretaria de Cultura todo dia está chegando alguém que passou, que não sei o que, que está vindo de algum lugar que está indo para algum lugar e que pode ser uma pessoa interessante, enfim. Então é um lugar do trânsito. Então o trânsito tem e esse trânsito atrai pesquisadores. Como o curso de letras acho que é a professora Cátia Goulart que fez uma tese sobre o Aldyr Schlee, eu acho que alguns professores também trabalham a questão acho que do portunhol. Não sei exatamente o quanto ele é academicamente tratada...enfim, o que a gente observa é que eventualmente é bem acolhida e outras talvez nem tanto... Então agora por exemplo saiu um edital do Centros MEC para teatro para jovens até 29 anos ou até 30... E se poderia fazer a peça em portunhol. Então é algo também que depende muito do humor, talvez por ser Frente Ampla, lá talvez por ser um pouco mais esquerda, não sei... Enfim, o que se observa é que eventualmente, se tem uma disposição para se compreender a fronteira nesses aspectos que envolvem o transfronteiriço. Tem a própria Luciana Castro Neves que fez a dissertação de mestrado em turismo na universidade de Caxias do Sul aqui no

RS, trabalha acho que o conceito de transfronteiriço na dissertação dela de mestrado, acho que foi orientando da Susana Gastal... Então o que a gente observa é que sim, sempre tem alguma coisa circulando, acontecendo, agora o próprio Martin César que é um músico local, que ganhou um prêmio agora em Porto Alegre, o CD acho que são Cantos Ibéricos “Doze cantos ibéricos”, algo assim. O livro que ele lançou acho que tem relação com a fronteira. Então tem alguns artistas que de certa forma, assim como o Schlee, que se colocam mais no centro dessa interlocução entre o que seria, vamos chamar até a expressão "Doble Chapa", que traz esse diálogo dos dois lados. Assim como tem o filme do "Banho do Papa" acho que de Charlone, de 2007, 2008 ou 2009 que é uma produção do Uruguai mas ele morou muito tempo no Brasil, acho que ele trabalhou até com muitos brasileiros. Acho que o Schlee tem esse livro também que é o Banho do Papa, que é sobre uma visita do Papa a Melo em 1988, então o que se observa é que tem esse olhar vinculado seja à arte, à cultura, à pesquisa. Então acho que a fronteira continua sendo uma zona de interesse, de passagem. Não quer dizer que as pessoas têm que ficar ou estar aqui, mas ela é um lugar que é um lugar que chama a atenção dos pesquisadores ou dos artistas ou de pessoas que também, claro que a gente não pode negar e eu não disse isso em nenhum momento, que tem um centro de compras do lado Uruguai, com preços atrativos então também se criou aqui esse espaço como espaço de compras. Então a própria rede hoteleira, que não é tão pequena comparativamente a cidades do interior, ela está muito direcionada para essa rede de compras então ela até pode lotar no carnaval mas ela está direcionada, me parece, para esse contexto que é o contexto em que as pessoas vêm buscar produtos, vinhos e produtos diversos com uma taxa menor de impostos, e isso gera esse trânsito também de pessoas. Agora vou a Jaguarão, ou a Livramento ou a Rivera, enfim, vou lá buscar os produtos e eventualmente esse turismo pode ter algum residual de uma pessoa tirar uma foto com o patrimônio, de almoçar, de pernoitar, de querer fazer mais alguma coisa. Mas ela é um objeto de interesse. Acho que a questão do patrimônio se lança agora talvez como uma pauta interessante, mas ainda é cedo para se chegar a uma conclusão porque o tombamento é recente, né? Então também, evidente como eu sou do patrimônio e participei também do processo de tombamento eu tenho um viés positivo, tenho um desvio de avaliação. Agora se a sociedade civil achou o tombamento bom, ou se esse tombamento pode ser avaliado talvez de forma negativa, isso é o próprio tempo, a tensão entre Estado e sociedade civil que vai chegar a uma outra conclusão.

SM: Por enquanto você acha difícil ter uma ideia de se isso mudou um pouco a visão do território então...

AM: Eu acho que não mudou muito. Acho que na verdade já existia uma visão também da própria cidade com patrimônio em comum, não há um desenvolvimento industrial. A própria cidade também preservou os imóveis. Então eu acho que há uma disposição para preservar essa imagem da cidade como sendo positiva né. Então acho que já tem uma cultura voltada para a preservação. Isso o próprio Iphan quando tombou, comentou. Agora o quanto as pessoas acham isso bom ou ruim é algo que talvez uma outra pesquisa ou mais tempo possa se chegar a uma conclusão. Evidente que a minha visão, como quem estava do lado do Estado, é positiva. Olha, o tombamento possibilitou virem recursos para o teatro, o tombamento possibilitou virem recursos para o mercado... mas é uma visão muito particular. A visão do todo, ela dependeria talvez de conversar os proprietários dos imóveis e que normalmente não têm uma visão muito positiva do patrimônio porque é uma interferência na propriedade privada né. Quando se tomba tem muitas restrições, tem que gastar mais com arquitetos, o projeto fica mais caro então alguns setores da sociedade pode gostar da preservação mas uma grande parte eu acredito que não é muito satisfeito, né... No sentido que isso pode gerar mais custos para manutenção do imóvel... Mas é algo que eu acho que talvez seja cedo para se avaliar. Agora, de qualquer

forma, a cidade foi tombada pelo valor histórico no sentido dessa própria história da cultura da fronteira que para nós é uma história que parece longa mas é muito curta: 200 anos... Se a gente pensar, não sei se Paris é de 2.000 anos, enfim... Para nós é muito longa mas na verdade é muito curta, né. Do ponto de vista histórico também. Então é uma história recente. Então depende sempre de olhar. É uma história de 200 anos, é uma história bem recente na verdade mas aqui como a gente também não se desenvolveu então, assim como o Uruguai, se utiliza o peso da história importante na própria identidade. E de certa forma é o que sobrou.

SM: No meu outro caso a história é muito mais recente porque a fronteira está estabilizada na localização atual só desde depois da Segunda Guerra Mundial então --

AM: Claro, 200 anos é a chegada de Jaguarão mas a fronteira se estabilizou mais ou menos no período da primeira guerra, um pouquinho antes. Acho que tem um tratado acho que de 1909, que estabilizou a fronteira. Agora é um território novo. O que pesquisadores vão trazer também, a questão de identidade como a historiadora Sandra Pesavento, vão nos trazer a questão de que se adotou muito a questão da cultura tradicional como muitas vezes até uma máscara para que a gente possa de certa forma não dizer que a gente não se industrializou, que a gente de certa forma ficou um pouco fora do desenvolvimento nacional. Então a gente tem que dizer que não é que a gente ficou fora... que a gente tem uma identidade positiva e uma tradição, enfim... então claro que à vezes a cultura é uma máscara para a sobrevivência. Se afirma, se cria uma identidade positiva a partir do que de fato nem sempre é positivo, né.

SM: Sim... Até a identidade nacional é o resultado de um processo --

AM: Sim, acho que as identidades são móveis.

SM: Uma coisa que eu acabei não perguntando é a questão de se, por traz do trabalho de tombamento e de preservação do patrimônio histórico, tinha algum valor por trás, se tinha uma ideia mais do patrimônio como valor turístico, econômico, político... ou se era visto como uma iniciativa local para juntar pessoas como você falou que os eventos culturais podiam --

AM: Eu acho que a discussão do patrimônio é mais elitista. Eu acho que ela não é social, ela é social em parte. Acho que ela é uma discussão elitista no sentido que envolve políticos, arquitetos, historiadores. No sentido que diz Pierre Bourdieu, envolve o campo do patrimônio. E o campo do patrimônio no Brasil, ele cada vez mais tem adotado um discurso mais social, em que as populações que envolvem, mas de fato não é. Porque é um setor bastante restrito. De certa forma se diz que se pode discutir patrimônio, se pode discutir projeto que não é só o parecer do técnico. Mas é muito difícil se fazer algo fora do parecer técnico. Então de certa forma tem um pouco, é a Françoise Choay que acho que é francesa que vai falar em livros, tem *A alegoria do patrimônio* a acho que tem outros mais recentes como *O patrimônio em questão: antologia para um combate*, o patrimônio se standardizou muito. E ele é um campo por exemplo no Brasil muito vinculado ao arquiteto e o urbanista. Então é esse profissional que é o centro do campo do patrimônio e isso desequilibra um pouco a discussão, o limite do que se pode fazer. Acho que a discussão é sempre boa no sentido que se chegou a um consenso: é o turismo, é a participação, é o desenvolvimento, é a identidade... Enfim, se chega a um consenso. Agora de fato, se a pessoa quer abrir uma janela ou trocar uma porta ou pintar, ela vai ter que enfrentar um arquiteto, ela vai ter que se preparar, ela vai ter que ter recursos para acessar o campo: econômicos, de argumentação, de ter um bom arquiteto que não faça um projeto que vá ser reprovado. Acho que ela pode, deve avançar mais. A gente utiliza muito no Brasil é a educação patrimonial: tem que ter mais tem educação patrimonial... eu não acho que seja isso. Educação patrimonial tem que ter, até já fiz trabalho de educação patrimonial com

escola, com professores. Acho que isso ajuda, acho que auxilia mas de fato no dia a dia do cotidiano do patrimônio ele no Brasil é muito restrito ao campo da arquitetura e urbanismo. Até a própria discussão do Museu Nacional, seja discussão de preservação é evidente que ninguém vai culpar o órgão de patrimônio, mas o órgão de patrimônio não facilita muitas vezes uma adaptação, seja uma escada disso ele tem uma compreensão às vezes que nem sempre é tão de acordo com a sociedade atual. Nunca é fácil na verdade trazer o bem para a qualidade né mas até talvez porque prender o tempo é uma utopia anacrônica. Não tem como prender o tempo [...] Mas depende muito desse campo.

SM: Então seriam principalmente valores patrimoniais puros que teriam guiado esse trabalho.

AM: Não, eu acho que na verdade... Entendo que são políticas, no sentido da ciência política. É uma agenda que foi se formando, que já existia na localidade, porque tinha leis municipais de preservação, o patrimônio é importante nessa agenda. Então acho que tinha essa agenda e o Iphan se somou a essa agenda. O Iphan não chegou de baixo para cima. Acho que se somou a uma agenda que já existia, porque desde o final dos anos 70 - anos 80 tem projeto Jaguar, tem ativistas locais, alguns arquitetos... A própria Mariciana Zorzi tem a dissertação de mestrado dela, *De quem é a cidade heróica* que vai debater um pouco a questão de patrimônio. Isso foi mais uma geração que nos anos 80 ou se foi mais nesta gestão agora, sei lá, de 2009 para cá que trabalhou no patrimônio ou qual trabalho e em que parte né. Então o que se observa na verdade é que tem grupos atuando na preservação do patrimônio acho que desde o fim da década de 70 até hoje. [01:28:26] E cada um deu uma contribuição. Eu acho que é um somatório de pessoas que atuam em prol da preservação. Acho que o órgão do patrimônio é mais um. Por exemplo tem a professora Ana Lúcia Oliveira da Universidade Federal de Pelotas que atua no projeto Jaguar na década de 90. Então acho que tem um somatório de atores sociais aonde se somou mais essa discussão. E é um reconhecimento, claro, também é uma questão de identidade nacional no sentido positivo. A cidade recebeu um reconhecimento histórico e paisagístico né. Eu acho que de certa forma seria muito raro e improvável que a própria cidade recusasse o reconhecimento. É difícil uma cidade recusar um reconhecimento nacional " não, nós não queremos fazer parte do patrimônio Brasileiro". Claro, de certa forma é algo que é um convite ou um estudo quase que irrecusável. "Olha, eu não quero fazer parte da história do Brasil, não é algo que nos interesse". Faz parte dos próprios rituais né do estado que eu ainda considero recente para a gente chegar a uma conclusão. Mas acho que é bom que tenha novos estudos, novas abordagens, para se perceber o quanto isso é mais ou menos positivo.

SM: Tem que olhar pelos dois lados. Você estava falando "É difícil uma cidade não aceitar de ser reconhecida como patrimônio brasileiro" e os órgãos em Brasília também têm algum interesse em marcar presença em uma cidade de fronteira dizendo "isso é território brasileiro" então tem um reconhecimento político que vem por trás também.

AM: É isso. Acho que também faz parte dessa intencionalidade. Agora, é evidente que eles fizeram o estudo e havia os valores que eles encontraram. Claro que o paisagístico... que a cidade é assobradada, não tem prédios altos, os prédios são preservados então também se encontrou o que preservar. Então havia de certa forma um conjunto de bens, mas me parece quase que um convite irrecusável. É difícil... O Instituto do Patrimônio Nacional anuncia alguns casos mais polêmicos ou que envolvem um particular que vai ter o seu bem tombado e resistiu. Mas uma comunidade resistir a fazer parte da nação é um pouco mais raro. E na fronteira, dada a distância de Brasília é muito difícil também que não se queira a presença do Estado. Então a sociedade civil age mas ela também sempre na fronteira clama por mais Estado, né. Não quer dizer que seja cultura mas médicos, como no programa Mais Médicos, que atende

Jaguarão. Então as pessoas querem mais Estado, querem mais médicos, por exemplo. Então acho que a presença do Estado na fronteira nunca é negada. É muito raro, dada a dificuldade de acesso ou a própria distância dos centros maiores que se negue e que se rejeite a presença do Estado.

SM: Muito obrigada. Tem alguma coisa a mais que você queria falar na qual acabei não entrando?

AM: Acho que ficou bem claro, e bem confuso também. Eventualmente na fronteira também é esse vai e vem. As pessoas podem também eventualmente ter alguma diversão mas é um pouco isso... O que é que a fronteira? É um pouco isso que é a linha imaginária. O que é acho um pouco difícil definir, mas as pessoas vivem em cima, esse vai-e-vem, esse ir e vir ou seja comprar um produto ou interagir com estrangeiro... Tem um texto bastante interessante do Aldir Schlee que é *Ir a Jaguarão e descobrir o resto do mundo* No Ir a Jaguarão o Schlee faz um pouco essa poesia que é ir ao interior, ao estrangeiro... ele faz algumas algumas menções bem interessantes dessa relação entre interior e estrangeiro. Depois... em casa por exemplo eu pego dois canais: o Uruguai sempre pega, a depender do lugar que a gente mora alguns canais pegam então tem canal local do Uruguai né, então eu acredito que eles devem pegar talvez a rede Globo não tenho certeza. Então tem esse outro intercâmbio através da produção cultural. Rádio também: tenho uma amiga, a Maria Fernanda que tem programa de rádio lá no Uruguai...

SM: Sim, eu vou conversar com ela amanhã.

AM: A fronteira, para quem é mais do campo artístico e intelectual ela é esse sentimento, essa matéria-prima para criação, então talvez ela não é e nem seja mas a partir dessa ambiguidade, ela possibilita a produção de novas narrativas, de uma poética de desse lugar. Que talvez seja até maior do que os intercâmbios que efetivamente acontecem no sentido que as reuniões ministeriais não acontecem todo dia. Acontece, sei lá, uma vez no ano, uma vez a cada dois anos... Esse ano eu fui numa reunião de Fronteira. Mas de qualquer forma as pessoas estão indo daqui para lá tão vindo de lá para cá no seu cotidiano né passeando né para ter mais alternativa. É um é um pouco do que diz o Schlee, uma terra só. Ele deu uma expressão que acabou dando origem a uma rua da cidade né então que é em frente do Rio que foi para homenagear ele. É uma terra só, então claro esses intercâmbios acontecem e já está um pouco naturalizado. Por exemplo, na Lagoa Mirim tem um balneário, mas no Brasil tem a Lagoa Mirim mas não tem balneário. Então o brasileiro já sabe que o Balneário é o da Lagoa Mirim. É o seu balneário Por questões diversas os brasileiros ainda não abriram e nem sei se vão abrir, não tiveram interesse ou é muito longe não vale a pena, não abriram uma praia na lagoa mas os Uruguaios abriram então a lagoa por si só também já é um espaço de integração onde os brasileiros compram casas, vão no fim de semana. E o correspondente no Brasil que talvez seja, sei lá, o carnaval onde talvez receba muito uruguaio... Então nesses momentos é uma terra só, né. O que o Mazzei vai dizer é que no futebol, não. No futebol tem diferença. O Schlee contraria a regra e diz que torce pela Celeste. Então mesmo assim ainda tem essa exceção no Schlee. Tem os outros rapazes que são poetas em Livramento-Rivera utilizam a metáfora do estuário: vão dizer que a fronteira é um estuário. Acho que é o Fabián Severo, uma coisa assim... Eles estão no documentário Linha Imaginária do Moviola. Eles dizem que um estuário, que reúne água doce e salgada, crescem peixes que não crescem em outro lugar. Então claro, traz um pouco dessa poética. Tem um pouco aqui o que talvez não tem em outro lugar. O que se cresce, que se forma neste ambiente. Acho que é isso, que tem essa coisa da integração internacional tensionada com a integração nacional, né. É dessas forças que vai se formando a fronteira

porque é nação... E se existe esse terceiro espaço, se existe essa integração, ela vai ocorrer de diversas formas. Acho que cada segmento vivência de uma forma. Acho que para a grande maioria é compras, talvez a principal. Então vai mercadoria, vem mercadoria, vai mercadoria, vem mercadoria. É depois é um pouco o restante, seja o que for. Seja eu vou comprar um jornal impresso El País para ler alguma coisa tanto para me informar quanto para ler um pouco em espanhol. Então talvez alguns deles possam ter esse costume aqui. Ou seja na alimentação para comer uma coisa um pouco diferente... Acho que do ponto de vista poético, concordando com o Schlee, é uma terra só.

Appendix 5: Interview transcript – Rodrigo Segovia

Interviewee: Rodrigo Segovia

Jaguarão Culture and Tourism Secretary [Secretário de Cultura e Turismo] between 2017 and 2019

Location of the interview: Secretaria de Cultura e Turismo , Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brazil

Date of the interview: 11.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

[Apresentação da pesquisa]

SM: É a partir de 1990 para frente, porque eu queria incluir o período um pouquinho antes do Mercosul. Mesmo a literatura me dizendo que o Mercosul cultural não tem muita efetividade, queria incluir o período um pouquinho antes da criação do Mercosul para ver a evolução.

RS: Tu entra na UNASUL depois ou não? Entraria nesse período posterior?

SM: O período inclui a UNASUL também. Eu não sei se vou estudar especificamente questões culturais dentro da UNASUL, dependendo do que as pessoas me falarem: se apontam para a efetividade disso.

RS: Aqui a gente trabalha muito em conjunto com os consulados. Então, para te dizer... eu sempre fui... você já está gravando, né?!

SM: Já.

RS: Sempre fui muito ligado na questão da fronteira. Como pessoa, por viajar através das fronteiras, e agora enquanto gestor público eu tenho a visão técnica da questão pública. Enquanto já existia na prática as grandes dificuldades – agora descubro elas dentro do poder público. Através da UNIPAMPA eu fazia as pesquisas, em parceria com a USP, da paradiplomacia. Então como eu vi, para facilitar a vida da fronteira na questão burocrática: utilizar os consulados. Porque... digamos assim, o consulado é algo neutro politicamente. E se os cônsules se envolverem... e essa, digamos, é uma manobra política que eu tenho conseguido utilizar e tá dando certo. Busquei o cônsul Carlos Trianon, que é o cônsul uruguaio no Brasil (pode, inclusive, fazer entrevistas com ele também), e daí ele criou um grupo de pesquisa sobre a fronteira. E aí ele envolve diversas questões: questões de gênero, de saúde, de educação, esporte, lazer, turismo, cultura. E fomos agregando pessoas da sociedade civil, ativistas, e poder público também, as forças armadas. Tá tudo em um grupo e depois a gente dividiu em setores. E aí acontecem reuniões para discutir como anda a vida na fronteira e como estão as interações. E isso vem funcionando. Agora há pouco, fazem dois meses, nós tivemos na reunião do comitê de fronteira que aconteceu na cidade de Ríó Branco e daí se tirou alguns documentos. Essas atas eu te passo também, elas vão te ajudar. Aí seguem todos esses vieses de como a gente quer trabalhar as fronteiras. Essa fronteira, e depois as discussões foram para outras, onde vai tirar um grande documento e encaminhar para os governos centrais,

ministérios e consulados. Porque na vida mesmo de fronteira, para nós moradores é fácil ir e vir, ou fazer um comércio, ir para fazer uma atividade cultural ou vir. Só que na hora que tu envolver a questão da burocracia, os instrumentos musicais não passam na ponte. O candombe vem pro carnaval... quando eu assumi a gestão aqui também nós começamos a trabalhar o primeiro viés de um carnaval como um encontro da cultura afro-uruguaia e afro-brasileira, que desde o ano passado vem acontecendo. Então se busca comparsas do lado uruguaio e do Brasil, depois se leva escolas de samba e blocos aqui para o Uruguai. Até para fazer essa fluidez, né?! A questão da escravidão foi presente dos dois lados, e os tambores estão presentes dos dois lados. Só que tu tem as barreiras na fronteira. Por eu ter um bom diálogo e dialogar com o cônsul e o comandante da marinha, da aduana, eu vou lá pessoalmente e resolvo. Como eu te digo, eu sou aquela pessoa de ir no olho no olho. Aí então eles facilitam a passada. Mas o que que acontece no governo e os governos anteriores também participaram desse processo bem interessante, tiram um acordo de cavalheiros. Só que o acordo de cavalheiros é reconhecido aqui na fronteira e nos governos centrais não. Ou que pelo menos um gestor corresse o risco de assumir e dizer ‘não, nós vamos passar aí’ e assumir a bronca né?! A grosso modo te falando. E aí quando tu assume a responsabilidade, a responsabilidade é tua. O ano passado, fazia a atividade acontecer e depois se alguém pedia para responder, algum tipo de documento de porque que aconteceu isso, eu vou responder. Eu sou mais ou menos nessa linha de trabalho. Tem que fazer, bem como um ativista cultural. Porque se tu vai ficar engessado dentro da questão burocrática...claro que certas coisas tem que serem, principalmente se utilizar recurso público, todas essas questões que tu tem que seguir todo um processo. Mas em coisas mais simples como tem uma pessoa passando para cá para fazer uma apresentação musical, para trazer livros, para expor, sabe?! Eu...é chato ficar usando o termo ‘eu’, na primeira pessoa... a única vez que passou um veículo histórico do Brasil para ao Uruguai de forma legal foi um trâmite que nós fizemos através do museu dos meios de transporte. Eu fiz toda a questão burocrática, eu sou apaixonado por leis e fronteira, junto à Receita Federal. Consegui levar um carro que tem em torno de 100 anos para ir pro museu do lado de lá, para tentar colocar ele para andar. Então a gente achou uma brecha na lei que dizia que para uma exposição estática sem fins lucrativos poderia passar. Mas até chegar nessa alínea onde diz isso, sabe?! Aí as pessoas desistem. Aí o veículo foi, se fez um processo de colocar ele para andar e tal, e buscamos novamente pro Brasil. E esse é um dos projetos mais em conjunto que tem: um museu que tem sócios e voluntários dos dois lados da fronteira. E a gente faz atividades com esse museu no lado uruguaio e no lado brasileiro. Visitação na escola, passeios, outros tipos de atividades culturais como abertura de estação férrea, exposição de fotografia. Agora na semana do patrimônio uruguaio em outubro nós vamos ter passeios com os veículos fazendo um roteiro turístico dos dois lados da fronteira, vamos tentar botar carruagem para fazer passeios a cavalo para os dois lados. E agora nos deparamos com a realidade da injeção que o cavalo tem que fazer, sobre o mormo... como é que vai passar um animal na fronteira, porque é mais uma burocracia grande. Então às vezes coisas simples tem um impedimento que é por parte da própria burocracia de quem constrói e está fora da fronteira.

SM: Você mencionou passeios turísticos na fronteira. Isso é mais na parte turística da secretaria, é isso?

RS: É. Essa secretaria é cultura e turismo, têm os dois vieses. Apesar de que eu, como formado em turismo, eu vejo o trabalho com cultura mais pelo turismo. O turismo na região sul do Brasil ainda é bastante precário. Vem melhorando. A gente tem a região da Costa Doce... a gente pode passar o dia inteiro conversando sobre, dá vontade de contar tudo. A região da Costa Doce é de Guaíba a Jaguarão e o Chuí. Só que essa região só visualizava a sua região. E existe a região leste do Uruguai que vem de Rocha, Maldonado, Treinta y Tres, Cerro Largo, Lavalleja. E

também o Uruguai trabalhava em um conjunto e o Brasil em outro. Aí ano passado comecei um diálogo com o Senhor Eduardo Yañez que é o secretário de Cerro Largo de turismo, e vamos criar um corredor turístico cultural. Porque essa visão, bom, se nós estamos na fronteira, podemos desenvolver ações em conjunto. Inclusive, o Brasil sendo um grande indutor de turistas ou de visitantes pro Uruguai, ao invés desses turistas irem só para Montevideo e Punta Del Este, que são as regiões mais comercializadas internacionalmente, conheçam o interior do Uruguai que é a região leste. E através de pesquisas, também, da UNIPAMPA, da UNISINOS, do SEBRAI, nós aplicamos questionários na semana de turismo do Uruguai que é a mesma que a semana santa no Brasil, o fluxo de uruguaios que entram nessa fronteira é muito grande. Só que eles vão para Santa Catarina. Então a proposta que eu levei para uma reunião da Costa Doce, chamei também os gestores do Uruguai para participarem e depois nós fizemos uma discussão dentro da UNIPAMPA também, é que unificasse as duas regiões. Então o corredor turístico-cultural que surge através de Jaguarão e Melo, agora é Costa Doce e região leste do Uruguai. E assim a gente busca trabalhar o calendário de eventos culturais e turísticos em conjunto. Quando tem uma atividade do lado da fronteira uruguaia, não ocorre deste lado, para não ter simultaneamente a quebra do fluxo de pessoas. Ou dependendo da atividade, o Uruguai tem muito forte a questão das maratonas, das corridas, eles chamam de “três k”, “cinco k”. Então para quê que eu vou fazer mesmo atividade desse lado e concorrer se eu posso ter com que os brasileiros, os jaguarenses, corram lá participando?! Aí eu entro no viés do trekking, das caminhadas. Em dezembro deste ano vai ter o primeiro trekking binacional. Então a gente vai fazer uma caminhada do Largo das Bandeiras, do centro de Jaguarão até a Lagoa Mirim. Vai atravessar toda a cidade do Uruguai, Río Branco, até a praia. E assim a gente começa a fomentar os dois lados. Este final de semana tem jet-ski. Eu comecei a trabalhar com o viés do remo, do caiaque. Aconteceu em junho uma atividade de caiaque. Agora este final de semana tem o jet-ski do lado uruguaio. A gente também conhece a realidade por morar aqui... muitos brasileiros não vão até lá mas ficam do lado brasileiro na orla do rio assistindo o jet-ski porque para o rio não tem fronteira. A ponte é o que está unindo. Mas tu pode ficar dos dois lados do rio e assistir o mesmo evento, e ele é gratuito dos dois lados. Então o que a gente faz lá...coloca uma mateada, mateada é um evento típico do sul que é ir e tomar chimarrão, ficar escutando música, namorando... aí tu já bota uma mateada, pessoal vai ali, toma um mate, escuta uma música, coloca o artesanato para comercializar seus produtos e tem uma atividade em conjunto. Ao invés de separar, conflitando dois eventos de médio e grande porte, tu tem um evento que é mais forte do lado uruguaio e um complementar do lado brasileiro. E é assim que a gente trabalha com o carnaval, que é o maior evento, que une dos dois lados. Então ano passado nós começamos com esse projeto e este ano o projeto já ampliou. Veio Melo vai desfilar em Jaguarão, agora não vai desfilar em Melo no Uruguai, na capital do Cerro Largo. E este ano já teve o carnaval de Río Branco, que não existia já há um grande período. Aí as escolas de samba de Jaguarão foram todas desfilar em Río Branco: passamos a fronteira. O que é bom fazer com que as pessoas passem para os dois lados.

SM: Isso não tinha acontecido antes no carnaval?

RS: Não. O que predomina nesta fronteira é o turismo de compras, devido aos *free-shops* e essa grande expansão de free-shops, as redes do lado uruguaio. O turista que vem e o visitante vem para fazer compras. A pessoa hospeda, se alimenta e vai embora. E a gente trabalha no viés do turismo cultural. A gestão anterior trabalhou muito bem a questão dos patrimônios. A cidade foi tombada como patrimônio histórico, recebeu recursos do PAC- cidades históricas, PAC- turismo. Só que em determinado momento o Governo Federal corta esses recursos. Então já faz alguns anos que não vem muitos recursos. O centro de interpretação do Pampa, onde seria a antiga enfermaria militar voltou novamente a ficar agora tipo um elefante branco,

parado, e recebeu grandes recursos. Outras obras da cidade também que começaram e estão paradas, ou tem continuidade mas a passos lentos. E com o turismo de compras como a gente vai quebrar essa questão de só vir fazer compras. Ainda mais que o Brasil trabalha que hoje vai ter a possibilidade de ter free-shops do lado brasileiro. Já aprovaram a lei, estão preparando o software, e isso é um desafio para os gestores, mas também para as próprias instituições privadas. A grande problemática, do meu ponto de vista enquanto gestor, também, é que o poder privado não se envolve nas atividades culturais. A gente poderia ter mais aporte na questão do imposto de renda, ter projetos aprovados na Rouanet, na LIC, mas como captar os recursos se o país vive uma realidade que nem todos querem aportar recursos, sabe? E os produtores grandes ainda têm seus contatos. Mas o produtor do interior que não tem muito essa qualidade de captar, às vezes falta recurso. E aí demanda que todo mundo acha que o poder público tem recurso para destinar para tudo, e não é essa a realidade.

SM: Aqui não vem dinheiro pela Lei Rouanet ou do SESC como em São Paulo onde é dinheiro privado que acaba financiando a cultura...

RS: Não, não. As parcerias são feitas com o SESC até mesmo pela desburocratização. O sistema S é mais fácil de fazer um termo de parceria.

SM: E tem alguma colaboração? Estou fugindo das minhas perguntas, mas depois eu vou voltar... Tem alguma colaboração com instituições maiores de Porto Alegre ou Pelotas que fazem parcerias aqui e aproveitar --

RS: Via recurso, não tem. Via conhecimento pessoal, tipo eu tenho os contatos em Porto Alegre, contatos em outras regiões que são produtoras. Eu digo: a cidade está de portas abertas, vocês têm algum projeto para cá? E aí surgem projetos aprovados. A Rouanet é uma lei que eles mesmos fazem a captação. Como eu quero que a vida cultural do município esteja sempre efervescente, e depois se tu pegar o calendário de redes do teatro tu vai ver que nosso teatro nunca para. Tem dança, tem música, tem apresentações de stand-up. Está sempre acontecendo algum tipo de oficina, de mostra. Uma das atividades que a gente tem é que aconteceu uma mostra há um mês no hall de entrada brasileiro e no outro mês no hall de entrada uruguaio. Então faz com que os artistas também dialoguem.

SM: No hall de entrada, você falou...?

RS: No saguão de entrada do teatro.

SM: Tá, mas do lado --

RS: Brasileiro.

SM: E do lado uruguaio também?

RS: Do lado uruguaio começou este ano a acontecer na casa de cultura.

SM: Ah, na casa de cultura, entendi.

RS: Mas ainda está mais ligado com artistas uruguaio. Brasileiros indo para lá ainda está sendo difícil. Mas uruguaio virem para este lado já se facilitou mais. Mostra de filme uruguaio já teve deste lado. Porque sempre acontece um fluxo de brasileiros para o Uruguai devido ao

turismo de compras, e o núcleo indutor é o Brasil, então o brasileiro está sempre lá gastando e deixando recursos. Então eu tenho que criar agora uma realidade de que o uruguaio comece a frequentar este lado e conheça a cidade, participe das atividades culturais que são gratuitas, as que são pagas e visualize como é o lado brasileiro. Apesar de que se tu for fazer entrevista do lado de lá todos vão dizer que ‘ah, o lado brasileiro tem muito mais atividade, tem mais vida’. Mas também tem a diferença de uma cidade maior e a outra pequena. As próprias gestões da cultura são diferentes também.

SM: Eu queria te perguntar um pouco a nível mais macro. Em termos de políticas culturais federais, e estaduais, do Rio Grande do Sul, e também do lado uruguaio a nível federal e a nível estadual, qual seria o lugar que é dado à fronteira e qual é esse lugar das fronteiras nas políticas culturais. Se tem...

RS: Tá. Acredito que o Brasil começou a ter uma visão mais voltada para a fronteira em um pequeno período de tempo. As fronteiras sempre foram muito abandonadas. Na questão da educação... se tu pegar o... [procura a palavra] o IDH das fronteiras. Se tu comparas com o centro tu vai ver a disparidade, inclusive nos IDEBS. Então as fronteiras foram muito abandonadas. E com a gestão do Governo Lula se vê que a expansão do REUNI, com as atividades da educação que a gente já conversou, teve essa expansão. Hoje tu vai ver a educação na fronteira, tu consegue fazer com que as pessoas discutam um pouco mais. Apesar da visão que eu já te contei que eu tenho de que quanto mais pessoa qualificada, mais mão de obra barata vai ter no mercado. Eu vejo esse processo também por trás das grandes multinacionais. Acordos com governos, tudo que acontece. E a realidade que a gente vive hoje na política no Brasil. Mas a parte da fronteira vem sendo vista inclusive em editais. Eu visualizo que os editais, os projetos que dialoguem com a fronteira estão tendo mais possibilidade de serem aprovados. E do lado uruguaio acontece mais durante a semana de patrimônio no mês de outubro. Este ano o governo uruguaio está tendo uma visão mais abrangente da fronteira. E o outro viés é o turismo também. A semana de patrimônio no viés da cultura e no viés do turismo. O Uruguai sempre comercializou muito a região leste, que é Rocha e Punta Del Este. Só que uma região que começou a ter um turismo de massa, massificou demais e também os valores subiram e tudo, tem suas problemáticas do turismo de massa, e hoje o fluxo desses turistas é ir para o interior. Então o governo uruguaio começou a trabalhar o turismo rural, a criação de sítios turísticos na zona rural e começaram a criar regiões. Então agora o fluxo já está indo mais pro interior, coisa que antigamente não acontecia. E daí é onde eu tento captar a vinda de pessoas para Jaguarão.

SM: E esse interesse que está subindo você localizaria quando no tempo, mais ou menos?

RS: Dez anos, do lado brasileiro. Eu acho que mais do que isso não. Fazem quatro anos que eu comecei a fazer o meu mestrado... [inaudível] é, faz dez anos. E as políticas barram quando vem do centro e chegam na fronteira, né?! Porque aqui o fluxo é diferente do das leis tiradas. Ou tu trabalha com o viés da paradiplomacia, do meu ponto de vista, e tem o reconhecimento dos governos centrais, mas sempre vai ter alguma barreira. Mesmo que os consulados dos dois lados dialoguem, os prefeitos dialoguem, o prefeito e o alcalde... [interrupção]

SM: E a questão da paradiplomacia, justamente, o Estado do Rio Grande do Sul na sua visão ele tem mais entendimento da fronteira em questões culturais, ele leva mais em conta ou --

RS: Eu acredito que a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado sim, tem essa visão. Até porque o secretário de cultura do Estado é também um ativista, é músico, é poeta e circula entre

as fronteiras. Já veio nos visitar aqui. Eu acho que o governo central enquanto Governo Federal deveria ter uma visão ainda mais apurada da fronteira e reconhecer que cada fronteira tem a sua peculiaridade. Não adianta tu criar uma lei federal se as próprias fronteiras não vivem a mesma realidade. Querer aplicar essa lei para fronteira com a Argentina, com o Uruguai, a Guiana... o Brasil é muito grande.

SM: E as próprias fronteiras têm questões muito diferentes, geográficas, etc, né... E esse lugar que é dado às fronteiras nas políticas culturais do Estado, você acha que ele mudou ao longo do tempo e dos mandatos de vários governadores?

RS: Eu acho que mudou. E o que veio facilitar agora nessa última gestão é o FAC, que é fundo a fundo. Então essa é a maneira mais rápida do interior acessar recursos para desenvolver ações culturais na fronteira. Nós aqui ainda temos sorte que o conselho de cultura é ativo e também pela primeira vez... não sei se eu sou meio visionário ou se é as loucuras do ativista cultural querendo que as coisas andem... É a primeira vez que acontece, que a gente consegue captar os recursos do carnaval do fundo de cultura. Isso nunca havia existido e o carnaval daqui é muito grande, sai muitos recursos da gestão pública, mas o retorno que vem para o município não pode ser só o retorno do meio de hospedagem que está cheia, da rede gastronômica, ou do posto de combustível, ou das pessoas que alugam suas casas. A gente tem que cada vez profissionalizar mais. Aí vem uma porcentagem dos leilões dos camarotes, vem a porcentagem do leilão da praça de alimentação que vai direto ao fundo. Então a gente já tem como discutir editais do fundo de cultura, como vai aplicar esse dinheiro, a manutenção do Teatro Esperança. E também criar outros mecanismos, que eu visualizo que tem que ter uma porcentagem para a cultura, uma porcentagem para o turismo. De quando tem um evento privado, uma porcentagem dos meios de hospedagem que estão lotados, porque 1% da renda mensal ou anual, não vai para o fundo de turismo? Só que um secretário sozinho não consegue resolver essa realidade, tu depende de toda uma gestão pública e dependendo da visão política, nem todos os políticos também querem bater de frente com a sociedade, afinal de contas quem elegem eles são os moradores dessa fronteira, né? Então dependendo da gestão, de quem está à frente de uma pasta, é que as coisas mudam. E isso é complicado. Trazer ideias e discutir, eu sou aberto a todas as discussões, independente de grupo social ou partido político, se for para construir a gente tem que discutir, mesmo que às vezes é uma cutucada que dói e muitas vezes acaba estourando em mim, né?! Para os dois lados. Eu escuto do poder público e a sociedade civil. Mas se é o cargo que eu exerço tem que escutar.

SM: E quando você fala da última gestão, você está falando da gestão Sartori.

RS: É. Apesar de não ter votado nele... e não irei votar [risos]. Não tenho problema em te dizer. Eu acredito que sim, que o FAC veio ajudar bastante.

SM: E nunca antes Jaguarão tinha recebido fundos do FAC.

RS: Pelo FAC eu acho que não, não tenho esse conhecimento. E aí surge também uma problemática que são os projetos, ter pessoas qualificadas que escrevam projetos. Porque se o secretário, além de fazer toda a gestão, e toda a movimentação que se passa durante o dia, ele tem que sentar para escrever projetos... Bom, uma é que tu já trabalha de domingo a domingo. Essa é a realidade. Quando não se tem que tirar recurso do próprio bolso para trabalhar. Porque se tu vai fazer todo o processo burocrático... Quando eu assumi aqui não existia uma caixa de som na secretaria. E ainda sem recursos. Se tu vai esperar redefinir orçamento, esperar tomada de preços, passar pela licitação, passar para procuradoria. Mais fácil tirar do bolso, ir lá comprar

e arrumar para poder começar a trabalhar, senão nem trabalhar às vezes tu tem condições. É a realidade da cultura e do turismo. São as secretarias onde acredito eu que no Brasil inteiro tem essas problemáticas. E também na Europa e outros locais deve ter.

SM: E especificamente sobre as políticas culturais daqui, municipais, você identifica algumas tendências na perspectiva, no leque das políticas?

RS: Eu acho que isso sim é um processo que vem acontecendo ao longo do período do tempo, indiferente de gestor que passou. Por causa que a própria sociedade civil trabalha em conjunto, ela faz a vida da fronteira, então os ativistas trabalham dos dois lados. Trabalham atividades de um lado da fronteira, atividades de outro lado, tanto de cunho cultural quanto turístico. Os poderes públicos têm que ter os facilitadores. E já um período de longo prazo... são vinte anos, digamos assim, acontecem esses processos. Seja com a questão da educação com atividades de um lado e de outro, atividades em conjunto aconteceram, eventos como a feira do livro que agora retomamos ano passado, que não estava acontecendo, também em conjunto. Mas aí quando tu pega gestores que se identificam mais e fazem parte da vida, facilita mais o processo. Mas isso acontece por si só, indiferente do gestor. Vai mudar o prefeito, indiferente do período que seja, as pessoas trabalham em conjunto, porque elas frequentam os dois lados. Eu acredito que os governos municipais deveriam discutir com o Estado e o Estado também enquanto nação para facilitar mais a vida dos moradores. A minha preocupação é, e vou te falar assim bem simples, é preparar a casa para os moradores, para mim a cidade da fronteira é uma coisa só. Quando eu visualizo Jaguarão, Ríó Branco, eu vejo como uma única cidade. Então estou na rádio deste lado, estou na rádio uruguaia divulgando as atividades dos dois lados... Vou para o canal de TV do lado uruguaio porque aqui não tem, e sempre divulgando tudo em conjunto. Só para te mostrar mais ou menos os exemplos... O Desfile Cívico 7 de Setembro do lado brasileiro, os dois lados da fronteira desfilando em conjunto. Feira gastronômica do lado uruguaio no mesmo final de semana, com coisas acontecendo dos dois lados de diferentes sentidos mas que as pessoas vão e vêm. Semana Farroupilha da nossa semana aqui é uma semana inteira. Aí acontece a Semana Farroupilha, vamos ter o cinema que é gratuito para os dois lados da fronteira na programação. Aí já tem a primeira etapa de um campeonato sul-americano de moto d'água que aconteceu dia 15 do lado uruguaio e são de jet-ski. Do lado de cá a gente faz uma pequena mateada no cais do porto para que aquele público brasileiro que não passou, assista também ao mesmo evento mas tendo um pequeno diferencial, que é a música... Então a gente sempre dialoga dos dois lados. Dia 20 de setembro Encontro Binacional de Corais, de forma gratuita para a sociedade dos dois lados também e com corais do Uruguai e do Brasil, acontecendo no Theatro Esperança. É uma gestão interligada, compartilhada. E claro que nestes eventos aqui qual deles é o que mais teria uma dificuldade? O jet-ski para o lado uruguaio. Tu vai passar uma mercadoria de um valor, tu tem que declarar, tu tem que dizer que ele não está indo para ser comercializado. Então a fronteira tem a fluidez cultural e turística enquanto espaço mas também tem a legislação que às vezes barra um pouco, a depender da atividade. E aí outro é um gestor que vai lá e diz 'olha, a gente só vai passar para fazer isso, eu faço uma solicitação por escrito, tu dá a autorização. Aí eu recebo aquele documento e libero a fronteira'. Mas esse documento não chega no grande centro. Não sabem que essa vida cultural e turística acontece na fronteira de fato e que tem um acordo de cavalheiros.

SM: É justamente, essa era outra coisa que eu queria perguntar. Como acontece esse diálogo, ou não diálogo, esse jogo de poder entre as várias camadas, ao nível municipal, estadual e federal em termos de políticas culturais. Qual a relação, quem tem mais peso, quem faz mais.

RS: Para mim quem tem mais peso é o município e o federal. Dependendo do que queira fazer o município sem uma lei, isso é a paradiplomacia. Sem uma lei concreta. Os atores sociais fazem a fronteira fluir. Agora, a lei federal cria barreiras.

SM: Então quem faz andar o cavalo está aqui-

RS: Tu está parecendo gaúcha...!

SM: - E quem tem as rédeas na mão é o nível federal.

RS: É a nível federal. Mas aquele caso que eu te expliquei de passar o veículo histórico para o Uruguai é uma lei federal. Dentro da lei existia a brecha mas nem sempre. Brecha não existe né, é a lei que tu pode cumprir, e ela facilitava que o veículo passasse pro lado uruguaio e depois retornasse ao Brasil, como uma exposição estática sem fins lucrativos. Mas aí o quê que acontece... Agora me fugiu o raciocínio. Tu consegue utilizar essa lei e fazer ela funcionar, mas em outros casos não. Eu quero trazer livros para comercializar deste lado. Já tem acordo de cavalheiros que facilita isso mas aí o Governo Federal... Ah, agora voltou. É assim, os gestores não conhecem as leis, falta qualificação dos gestores. E um trabalho que tu pode pesquisar é da pós-graduação do aluno Tibério, de turismo. O trabalho dele é bem no viés de leis de incentivo à cultura e ao turismo nas fronteiras. Ele terminou a pós-graduação agora no UNIPAMPA, trabalha na prefeitura também. Ele vai fazer uma abrangência das leis que dialogam com a fronteira, das quais eu não tenho conhecimento da maioria delas e tantos outros gestores. Precisa qualificar mais os gestores na fronteira. Essa é uma realidade.

SM: E ao nível estadual, o papel do Estado do Rio Grande do Sul... Ele é mais --

RS: Eu tenho a minha visão de que o Estado do Rio Grande do Sul reconhece mais o Brasil como América Latina do que o centro do país, pela nossa própria proximidade das fronteiras. Para nós o diálogo com o espanhol, o ir e vir em uma fronteira é bem mais fácil e mais vivência do que quem estiver em Brasília, em São Paulo, Rio de Janeiro. Então para nós as leis dialogam mais com a fronteira. E para mim quem deveria ter um diálogo maior deveria ser o Estado com a nação. Então o governo do estado representando as suas fronteiras, dentro das suas peculiaridades, deveria levar para o governo federal o diálogo de “olha, as nossas fronteiras são assim”. Nós precisamos de leis que dialoguem com esta realidade. Aí outros estados que dialogam com a região norte do Brasil... “não, as nossas fronteiras são assim”. Porque se só tiver uma única lei para o país inteiro em certos momentos ela não vai funcionar.

SM: E o papel e o peso da sociedade civil e das instituições públicas aqui para questões culturais, como que você diria que é?

RS: A sociedade civil ainda não é tão organizada. Eu vejo que deveriam ser mais organizados e também... agora, ano passado desde o início da gestão, é a primeira discussão que eu faço. Nós temos a lei 13.019 que faz todo um controle de repasses de recursos em termos de parceria. Para acontecer um tipo de repasse, a sociedade civil tem que estar organizada com sua formalização jurídica, CNPJ, atas em dia, reuniões, estatutos, e isso ainda falta muito no interior. Se nós pegarmos uma realidade onde temos um grande carnaval e até o ano passado as escolas de samba ainda não estavam organizadas com seus documentos em dia, depois criticar o poder público e dizer que um repasse de recurso sai de última hora, dizer que a prefeitura não quer passar o recurso não é verdade. Se a própria sociedade civil não se organizar... Agora nós temos o carnaval e a Semana Farroupilha, que são grandes eventos de

cunho cultural, e também a Motofest, que é um evento de cunho motociclista que é o segundo maior evento do município. Semana Farroupilha: são dois centros de tradições gaúchas e vários piquetes- piquetes seriam grupos organizados da sociedade civil que trabalham a cultura gaúcha. Só que a maioria desses piquetes também não tem a sua formação jurídica. Todos deviam se unir, do meu ponto de vista de gestor: criar uma única instituição como um guarda-chuva e eles representarem todos. Então quando tiverem que captar algum tipo de recurso, essa recebe e distribui essa presta contas. E isso eu faço com toda a sociedade civil, com diversos representantes de áreas. Os ambulantes, aquelas pessoas que necessitam trabalhar durante o carnaval e comercializar alimentos e bebidas, são em torno de 400 pessoas. Coloca os 400 em uma única sala- isso já aconteceu no meu primeiro ano de gestão e eu perdi os cabelos [risos] com todos falando ao mesmo tempo. Então se tu tiver 5 representando um grupo é mais fácil dialogar e eles serem reconhecidos. E terem como cobrar do próprio governo e também das instituições privadas. Apoio, barganhar valores, comprar alimentos para comercializar e comprar tudo no município para conseguir um preço melhor. Agora se cada um puxar para um lado e for comercializar em um determinado local ou região... Isso nosso município ainda está engatinhando, começando a criar as discussões. Também vejo que é uma visão de gestão, dependendo de quem é o gestor que estiver à frente, quanto mais desorganizada a sociedade estiver, mais fácil de manipular a sociedade é. Eu já tenho uma visão diferente, quanto mais organizada estiver a sociedade civil, melhor. Para ter sua força política que indiferente de ser filiado a um partido ou não tu tem que ser político, nós somos atores políticos. Então eu discuto muito que dentro da cultura ou de outras áreas, as pessoas se organizem para ter força. Essa é minha maneira de ver a gestão.

SM: Mas falta organização ainda.

RS: Falta organização sim.

SM: E você mencionou a Semana Farroupilha e o carnaval. Eu estava pensando justamente de longe e com pouca literatura que eu achei até agora sobre esses dois eventos aqui na região. Estava pensando em tentar ver como esses eventos evoluíram ao longo do período que eu estudo e como eles foram integrando não essa questão da binacionalidade, da fronteira etc. Não sei se você tem alguma coisa para falar sobre isso, se tem trabalhos que foram feitos que eu não achei.

RS: No curso de gestão de turismo da UNIPAMPA tem trabalhos sobre esses eventos. E do curso de produção de política cultural deve ter também. Os dois, por eu ser morador da fronteira, acompanho o processo. Eu vim morar em Jaguarão em 97, que era a época dos reboques. Era um trator que chama reboque e os grupos de amigos se reuniam e iam neles, e foi tendo uma evolução. Aí sempre teve os blocos, as escolas de samba. Mais antigo são as escolas de samba, os blocos e aí vem reboques. Depois vem os trios elétricos e o carnaval chega em um boom que é com os trios elétricos, que é onde buscam pessoas de fora. Uma discussão que não tinha e que eu discutia enquanto aluno de gestão de turismo, são a questão dos mega-eventos de turismo de massa e os seus impactos na realidade de um município. Seja pela capacidade de cargo, seja pelo acesso da própria comunidade. Se nós pegarmos um mega-evento e ver qual é o valor que sai do bolso de um morador para ele participar atrás de um trio elétrico. A gente precisaria fazer um estudo de quem são os turistas que frequentam atrás do trio elétrico. Qual é a porcentagem de jaguarenses e de pessoas de fora. É obvio que os de fora são mais porque a população da cidade vai quase ao triplo durante as noites de carnaval. Então é um evento cultural e turístico mas mais no viés turístico pela vinda de pessoas. Depois a Motofest, que é o segundo evento, e eu participo desde o início dele. Esse é um evento que por

si só sempre foi binacional porque o motociclista é aquela pessoa que viaja com a sua motocicleta e que alguns já têm por si só ultrapassar a fronteira, ir para outro país, vir fazer um passeio até a praia, voltar. E a nossa cidade sempre promoveu Jaguarão e Rio Branco automaticamente. Não só pelos *free-shops*: a Motofest surge antes dos *free-shops*. Mas pela Lagoa Mirim, pelo doce de leite, por ir ver alguém falar espanhol. Sabe, esse é um diferencial das fronteiras que até hoje eu ainda não vi potencializado como um produto turístico: a própria fronteira. A fluidez da fronteira, a paisagem cultural, tu querer ouvir um portunhol. São coisas simples que pode te trazer uma diferença enquanto produto turístico, que é a própria fronteira. E nesses eventos acontece a fluidez. Um encontro da música afro-uruguaia e afro-brasileira aconteceu ano passado pela primeira vez e esse foi um trabalho tirado pelo curso de turismo da UNIPAMPA que eu tive conhecimento. Conheci a aluna, ajudei ela no processo do trabalho, e vi que era um grande potencial. Porque não reconhecer um trabalho de casa? Inclusive quando aconteceu a primeira edição ela foi homenageada e se falou sobre o trabalho e se uniu a música afro-uruguaia e a música afro-brasileira. Ele deveria ter acontecido na Praça das Figueiras, mas como o espaço do mercado público ainda não foi inaugurado, veio para o Largo das Bandeiras, que é onde já acontecia a noite da seresta. Este ano vai ter um processo novamente e pretendemos que ano que vem tenha uma outra evolução enquanto atividade fronteiriça em conjunto. Tem uma comissão de carnaval, então a comissão serve para me auxiliar na gestão e eu levo minha visão de gestor daqui de cultura e turismo para o que eu quero para o evento. Mas também precisa ser aprovado por todos né?! Mas se for aprovado o carnaval daqui vai ter um outro boom, culturalmente. Aí quando eu digo culturalmente eu fujo um pouco do viés do turismo porque o grande fluxo de pessoas acontece depois da terceira noite. E essas atividades culturais que é a vida dos moradores, eu busco nas primeiras noites de carnaval. Porque aí os moradores dos dois lados participam, vêm em conjunto e aí dão também uma visão maior ao evento e difusão. E aqueles de foram que já vieram, aproveitado, alugado uma casa ou por meio de hospedagem conseguem ver também essa realidade que é interligada. E as próprias escolas têm também quem toca os instrumentos que são uruguaio e brasileiro, tem Mestre Sala e Porta Bandeira que são também brasileiros e uruguaio. Na atividade cultural a vida fronteiriça é muito presente. Mesmo em uma mateada que seja mais simples as pessoas passam a ponte e vêm tomar um chimarrão, conversando.

SM: E você falou bastante da questão turística junto com a questão cultural, como você diria que as políticas culturais foram evoluindo ao longo do tempo em termos de valores, de fazer cultura com um viés turístico, com viés um econômico, com viés um político, social. Como você diria que outros valores são acrescentados à questão cultural?

RS: Tua pergunta é interessante porque muitas pessoas não visualizam que a cultura e o turismo podem estar interligados. Mas enquanto estudantes do curso de turismo a gente tem essa noção de que existe o turismo cultural, existe o turismo do viés antropológico. O meu trabalho de graduação foi esse, turismo étnico e cultural. O turismo pode fomentar pequenas comunidades locais, e tenho experiência em fazer viagens para destinos onde se trabalha turismo em comunidades indígenas, em uma comunidade Caiçara. As rendas dessas famílias são pelo viés do turismo, mas aí existe toda uma responsabilidade, capacidade de carga, de acesso, de número de pessoas, como tu vai receber, como tu vai gestionar. E é possível, mas é claro que aí tem a questão mais problemática que são os recursos, onde as secretarias passam por um processo por um longo período. Porque o turismo já foi uma pasta de turismo, de esporte, lazer, educação. Turismo, cultura e esportes. Tu às vezes coloca tudo em um saco só e aí não tem como gestionar. Então se tu conseguir ter pessoas qualificadas, do meu ponto de vista um dos grandes diferenciais é ter pessoas qualificadas à frente das pastas e em determinados momentos é necessário desmembrar as pastas para fazer com que elas tenham suas próprias pernas para

caminhar. Senão tu fica sempre dependendo de recursos de uma outra para dividir para outra. E aí acaba faltando recursos. Ou quando vem aqui né... aqui é Secretaria de Cultura e Turismo... e a maioria dos recursos que vêm são do PAC. São direcionados exatamente ao restauro de determinados prédios do município, aqueles recursos não vou utilizar para outra coisa. Então quem olha diz 'Ba, tu tem bastante dinheiro, tu tem muito recurso', mas a realidade não é essa. Mas as pastas, eu acredito que sim, a cultura e o turismo estão totalmente interligados. Uma pelo próprio fator humano, onde tiver pessoas se produz a cultura, e aí se tem interesse de desenvolver turismo, porque o turismo é uma potencialidade. Tu potencializa e ele se transforma em um atrativo ou apenas ele está ali. Hoje o nosso rio Jaguarão é uma potencialidade. Ele pode ser um produto turístico enquanto a ponte, bem tombado, primeiro bem binacional tombado pelo IPHAN. Então o rio, dentro de uma visão da paisagem cultural com a ponte, a fronteira, ele é um produto turístico. Mas a questão da navegabilidade é somente uma potencialidade. Mas é cultural do município porque o areieiro está ali no seu barco retirando areia, o pescador está ali no seu barco indo pescar e vindo, mantendo a alimentação e a questão de renda da sua família. Mas tu pode trabalhar as duas coisas. Hoje já tem um areieiro que transformou em um barco e um barco de passeio. Então ele seguiu com a sua cultura da navegação, que ele não queria largar a água e o rio, que é a vida dele desde pequeno, mas oferece passeios de barco, gerando uma renda extra para a família. Então é possível fazer dialogar cultura e turismo. Mas aí surge a problemática de como distribuir as rendas entre os dois.

SM: E a cultura aqui...eu tentei olhar nas gestões anteriores como era essa pasta da cultura aqui. Mas eu não consegui ir muito para trás porque os documentos não estão necessariamente disponíveis, digitalizados.

RS: Na secretaria de planejamento, de administração tu consegue algum documento que fala sobre a criação da secretaria de cultura, lá tem. A pasta foi maior, foi sendo desmembrada até ficar em cultura e turismo, mas já teve lazer junto, educação.

SM: Tá. Esse documento expõe como a secretaria de cultura foi criada, como evoluiu --

RS: Isso. É onde tem uma lei que vai tratar da criação das secretarias.

SM: Então é uma lei que eu preciso achar --

RS: Isso, é, são da criação da Secretaria de Cultura. Tu pode pedir na Câmara de Vereadores e também na Secretaria de Administração. E eu verifico se tem uma coisa aqui eu te consigo [...]. E ali no teatro tem um espaço de leituras sobre fronteira que eu inaugurei esse ano, que tu vai achar muitos livros sobre Jaguarão. É das 9h ao meio dia, das 14h as 17h o horário de funcionamento. De terça a sábado. Durante a semana do patrimônio este ano, trabalhei o patrimônio muito no viés da educação. Afinal de contas tu quer reconhecer o que há no município que nós temos de patrimônio, é necessário entender o que o aluno reconhece como patrimônio e que ele comece a valorizar e ter uma visão da sociedade. Então a gente trabalhou no viés da dança, da música, do teatro, do artesanato, e fez atividades que dialogassem com toda a comunidade de maneira gratuita e também com a rede escolar. Visitação de museu, um *city tour* pedagógico. Nós trabalhamos toda a secretaria envolvida, temos uma diretora de patrimônio que é a Suelen e daí se fez muitas atividades. E um dos espaços que criamos é um espaço de leitura sobre a cidade de Jaguarão. Este foi o primeiro momento, agora o segundo momento é envolver os escritores da fronteira e que eles possam doar exemplares dos seus livros, que falem sobre fronteira, Jaguarão, Ríó Branco. E que aí, dentro da Câmara de

Vereadores tinham muitos livros, só que lá dentro ninguém vai pesquisar. E onde tu tem um local que está aberto a manhã e tarde que tu possa divulgar, onde os próprios alunos, acadêmicos, podem ir pesquisar... alunos da rede escolar também, pessoas interessadas no assunto... tu vem de fora e quer saber um acervo, tu vai ter que ir na universidade ou no Instituto Histórico ou na biblioteca. A biblioteca não tem tantos exemplares. Na universidade a maioria deles são trabalhos acadêmicos confeccionados por alunos e no Instituto Histórico tem muitos documentos antigos, é o melhor lugar para pesquisar, mas demanda tempo, burocracia de solicitação para pesquisar. E ali no teatro tu vai, senta e fica lendo, tranquilo.

SM: Mas se os documentos não estiverem nos outros lugares, agora o melhor lugar para ir pesquisar é o Instituto...?

RS: De documentos antigos é o Instituto.

SM: Estou trabalhando a partir de 1990 então não qualifica como muito antigo... Você me recomendaria onde?

RS: Se for documentos da gestão pública na própria Prefeitura, secretaria de administração, e se for voltado para a questão do patrimônio, secretaria de planejamento. Quanto à cultura e turismo eu não herdei muitos documentos, não tenho posse deles. Mas na Câmara de Vereadores, se for legislações, leis específicas, tu pode acessar pela página web da Câmara de Vereadores ou ir até lá fazer a solicitação. E o que eu tiver aqui eu organizo e te empresto.

SM: Mas eles têm os documentos online na Câmara de Vereadores?

RS: Tem.

SM: Então talvez eu precisa aproveitar o tempo que eu tenho aqui para outras coisas.... Com as pessoas eu acho que sempre fica melhor falar pessoalmente e ver os documentos que não tenho --

RS: Quanto tempo tu vai poder ficar?

SM: Aqui eu fico até o final do dia no sábado.

RS: Ah tá, até o final da semana então.

SM: Eu já vim para cá uma outra vez mas foi mais inicial. Eu conversei o Claudio Martins...

RS: Isso, o ex-prefeito. Ele mesmo tirou uns acordos de cavaleiros. Eu participei de todas essas reuniões também. O que envolveu fronteira, eu sempre fui participativo.

SM: Você não estava na secretaria ainda?

RS: Não. Tudo o que acontece na vida social do município eu busco participar. É diferente de fazer parte do poder público ou não e discutir com todos. Assim como hoje eu discuto com o atual prefeito. Hoje o atual prefeito é presidente das cidades de fronteira. Então seria uma pessoa interessante de entrevistar para ver como essa gestão dele enquanto presidente dos municípios de fronteira. Só que no dia que ele assumiu eu já vim com dois documentos entregando e cobrando, mesmo eu sendo parte da coligação e gestor dele, da gestão dele. Um

documento foi da APL, eu faço parte do Arranjo Produtivo Local da Costa Doce e eu solicitei do presidente da APL um documento que cobrasse a criação de observatórios de fronteira. Então a gente tem que cobrar, a sociedade civil tem que cobrar. Eu mais ainda porque eu represento a sociedade civil enquanto secretário. E a minha preocupação aqui é que flua, indiferente de quem esteja no poder e seja do meu partido ou não, eu vou estar cobrando.

SM: Principalmente nas cidades menores isso é muito importante. Qualquer um que esteja à frente a gente tem que apoiar...

RS: É, é essa foi uma cobrança dos observatórios e a outra cobrança foi incluir na rede escolar de ensino as questões ligadas à cultura e ao turismo. Como é que eu vou fomentar o turismo de um município se eu não começar lá na base? Com a questão do lixo, do meio ambiente, a preocupação da reciclagem, manter os prédios. Então tu pode trabalhar a cultura local, a cultura regional. Agora nós temos um projeto em conjunto que é a tradução de literatura do português pro espanhol. Isso tudo estou trabalhando em conjunto com os consulados. A minha visão de gestão é que se eu não tenho dinheiro, eu tenho que fazer com que os outros se envolvam e produzam. E é nada mais correto do que tu dar os espaços e responsabilidades à sociedade civil também. Não é eu dizer o que tem que fazer. Assim que as pessoas reconheçam e saibam o que elas podem fazer para melhorar a sua vida e a vida do município.

SM: [...] Quando você fala dos consulados, é em Jaguarão e Ríó Branco, não é lá em Porto Alegre.

RS: Não, é em Jaguarão e Ríó Branco.

SM: Tem aqui e os dois conseguem conversar...

RS: Isso. Com o de Porto Alegre eu nunca conversei, nem com o de Montevideú. A gente conversa direto com os consulados da fronteira, mas o consulado do Uruguai no Brasil é o mais ativo, 99%. Hoje até tenho uma reunião com ele às dez horas. Dez e vinte eu vou estar no consulado, se tu quiseres ir junto comigo...

SM: Pode ser.

RS: Dez horas eu fiquei de ligar para o cônsul para ver se ele já vai estar ali, porque ele teve um problema de saúde. Aí se ele estiver...inclusive vai vir um outro ativista cultural que é músico, poeta, escritor, e é de onde nós estamos discutindo a tradução e a publicação de um pequeno livro para trabalhar na rede escolar. Vai se trabalhar com o espanhol e vai se distribuir aqui na rede, depois vai ter oficinas, minicursos, na rede de ensino, para trabalhar a questão do meio ambiente e do rio Jaguarão. E o outro é um conto de Horácio Piroga que é 'A Selva', que está no espanhol e vai ser traduzido pro português e distribuído nessa rede. E aí como a minha secretaria não tem recursos e os consulados recebem recursos na área da cultura, eu levo o projeto, discuto com eles e se eles abraçam, topam, a gente coloca em prática.

SM: E os consulados tem, o uruguaio aqui e o brasileiro lá, tem uma pessoa dedicada à cultura ou é só recursos e é o cônsul que vai distribuindo?

RS: O lado uruguaio no Brasil aqui é o cônsul e do lado brasileiro eu não tenho muito conhecimento. Eu descobri que tem esse recurso porque o cônsul me falou, o vice-cônsul. Mas eu acho que o lado brasileiro está muito devagar.

SM: Só para voltar... porque a gente estava falando dos valores. Do que eu percebi do que você me falou, a questão patrimonial é forte nesse momento pelo orçamento que vocês recebem e como ele é direcionado.

RS: É, alguns recursos ainda vêm. O Javier, agora estão na questão do próprio restauro dos prédios, mas alguns estão parados. Pela própria empresa que parou. Os recursos do Governo Federal pararam de vir em alguns casos. A questão do PAC Cidades Históricas... está parado. Essa é a realidade. Tem alguns recursos da pasta que estão pagando mas muito devagar.

SM: Então tinha esse viés pelo orçamento, mas agora está parado.

RS: É. Já desde o início da gestão da Dilma que estão bem devagar. E muitas coisas nem chegam agora.

SM: Aí tem também o viés turístico, que vocês trabalham bastante dentro pelo menos dessa gestão --

RS: Sim. No turismo predominam compras, como eu te falei, pelo viés dos *free-shops*, e depois o turismo através dos eventos. Tu quebra a sazonalidade da vinda de pessoas através da criação de eventos durante os meses. Então qual é a maneira de gestionar o turismo? Ter um evento de médio ou grande porte por mês no município. Primeira coisa que se fez foi organizar o calendário de eventos do município, que era totalmente desorganizado. Era um copia e cola e 30 o 40% dos eventos nem existiam mais. Então eles estavam na Câmara de Vereadores todo mundo e ali eles diziam 'quero botar meu evento no calendário'. 'Mas e quem é que organiza, qual é o período? A tua instituição é organizada? Tem CNPJ'. Porque a cultura ainda é da sociedade de ir buscar recursos junto ao poder público. Então todo mundo acha que qualquer evento que tenha no município tem direito a receber alguma parcela de recursos do poder público. Mas a realidade da cultura e do turismo é que não tem como dar verbas para todos e também tu tem que ter um analogia de que tipo de evento tu quer. Alguns eventos culturais o município recebe, alguns eventos turísticos o município recebe. Outros, não recebe. Mas aí também tem a questão de que o município tem que fazer outros eventos que também demandam recursos. Uma vez por mês tem a mateada, mas como é que a gente vai distribuir recursos todos os meses? Ontem eu recebi um documento solicitando 1.600 reais para uma mateada que acontece nesse final de semana. Não existe isso. Tem todo um processo de tempo, de análise, passa pelo prefeito, vai para Câmara de Vereadores, vê se a instituição está regularizada junto ao setor de licitação. E não é que as pessoas não saibam, porque todos que procuram aqui nós explicamos esse processo. Eu tenho o prazer de receber todos e explicar bem direitinho para ninguém sair dizendo que o Segovia, que é como me chamam, não quer nos dar recurso, não quer ajudar. A gente ajuda, mas é por isso que a sociedade civil tem que estar organizada. Então a gente organizou um calendário de eventos que agora é o calendário turístico, cultural e esportivo. Era somente eventos turísticos. E aí a cultura, como é que fica? E o esporte, como é que fica? Então uma maneira de tu quebrar a sazonalidade é dividir entre os períodos do ano os eventos e ver que eles não sejam conflitantes ou que tenham eventos de pequeno, médio e grande porte distribuídos ao longo do tempo. O cultural por si só já acontece a maioria deles e alguns outros que eram culturais se consegue trabalhar com a cultura e o turismo que é a feira do livro, festivais de dança, no nosso município tem vários. Mas uma se destacou maior. Vem gente da Argentina, do Uruguai, do Rio Grande do Sul dançar, então já se consegue aportar um pouco mais de um recurso do poder público para montar uma infraestrutura melhor: praça de alimentação, *food trucks* ao lado, local de camarins extras. O evento cresce muito e a

infraestrutura peca, então tu tem que aí sim ajudar o evento que cresceu, que é cultural. As academias do município participam, reconhecem a vida da cultura, da dança, o ano inteiro porque tem essas escolas. E se o poder público não ajudar de repente não aconteça mais. Mas outros eventos não tem como receber. A semana da consciência negra tem apoio da prefeitura e tem que ter. A gente tem um clube que fez 100 anos, tem todo um reconhecimento da questão das charqueadas que aconteciam nessa região do sul do Brasil, a questão da escravidão. Tu tem que apoiar determinados eventos culturais, mas nem todos têm este recurso.

[...]

SM: E esse calendário cultural é uma coisa à qual eu poderia ter acesso?

RS: Esse está na página da Câmara de Vereadores e eles imprimem e te entregam atualizado.

SM: Tá, aí eles teriam os anteriores, né. Porque você falou que aqui está desorganizado --

RS: E ainda é necessário organizar mais. Este ano é o primeiro ano que se tem um calendário cultural-turístico-esportivo. Aí ano que vem vou pegar ele, sentar e avaliar o quê que teve. O que não teve não tem por que manter no próximo ano. Ou chamar os organizadores e discutir: ‘e aí, teu evento está no calendário, tu vai fazer ou não?’.

SM: Tá, porque as vezes tem coisas no calendário que acabam não acontecendo?

RS: Não acontecendo. E precisa enxugar também. Já foi enxugado bastante. Eram mais eventos do que dia no ano letivo, quase [risos].

SM: Então olhando para o calendário eu não vou saber o que aconteceu de fato.

RS: Aí tu senta aqui e a gente te diz o que aconteceu e o que não aconteceu. Na nossa página tem todos os eventos que acontecem, a gente dá difusão, imprime cartazinhos, divulga, coloca os fliers espelhados pela cidade. Tu pode olhar no facebook a página da SECULT e a página do Teatro e ali tu consegue ver as atividades que estão acontecendo. A gente tem também um calendariozinho com os meses, o que tem por mês, divide e cria o calendário.

SM: A gente vai cruzando as informações.

RS: Na área da cultura tu vai ver que essa fronteira é muito viva. Deveriam ter mais coisas organizadas pela própria sociedade civil. Nós temos um rico de um teatro e não temos oficinas de teatro, não temos eventos voltados ao teatro. A gente ia ter um evento voltado ao teatro esse ano que era a primeira mostra binacional de teatro, envolvendo a rua e a parte de dentro do teatro, com o recurso que saía do Fundo de Cultura. Foi aprovado pelos próprios conselheiros, mas depois um conselheiro achou uma linha dentro da lei que diz que para dispender o recurso somente mediante edital, e aí os processos de editais demoram um período de tempo, então não vai ser possível. E também outra dificuldade é a que tenham voluntários porque nem sempre é possível contratar uma pessoa como servidor, mesmo que temporário ou abrir concurso para determinadas áreas. Nós já avançamos na discussão da própria secretaria de cultura e a Câmara de Vereadores e foi cobrado pelo vereador Fred que este ano o concurso público tenha uma vaga para historiador, produtor cultural e turismólogo. Até hoje tendo um curso de formação na UNIPAMPA não existem esses profissionais dentro da secretaria de cultura e turismo.

SM: Então vocês dependem ou da contratação ou da boa vontade de um produtor cultural --

RS: Claro, e voluntários. É necessário ser voluntário também, tu tem que dar tua contrapartida social para as pessoas. Um monte de gente que estuda cultura... Será que não tem uma pessoa que poderia ser voluntária para fazer oficinas de teatro? Para ser o regente de um coral? Para ser o instrutor de uma banda municipal? Da banda municipal saiu um senhor que era o Omar, que queria um contrato pago. Nós não tínhamos como contratar e às vezes também o próprio gestor público acha que aquilo ali é uma demanda da cultura, para mais a frente, que não é do determinado momento... aí não contrata. Mas aí a gente tem sorte que dois alunos da própria banda de música fazem um termo de voluntariado, se responsabilizam e hoje eles tocam a banda. Mas aí nós temos grupos de corais no município, nós temos um espaço que pode ser gratuitamente cedido se tiver alguém interessado em ministrar cursos de teatro. Enquanto não seja cobrado pelo uso do espaço, posso emprestar um local público. Digamos, tu quer ser voluntária para oficinas de teatro mas se tu cobrar da sociedade eu não posso te ceder o espaço, isso dificulta. A gente entende também que a maioria das pessoas precisa receber para poder se manter. Mas de repente como uma forma voluntária, doação. Mas eu não posso deixar um espaço público aberto com alguém cobrando, para dar aulas privadas, digamos assim. Meu interesse é que sim, que fluam cada vez mais as atividades culturais em outros vieses também.

SM: E nesse sentido, na vida cultural do município e no espaço transfronteiriço, você acha que a abertura do curso na UNIPAMPA teve alguma influência, ou não?

RS: Tem influência e não tem influência. Vou ser bastante crítico. Isso eu vou falar do curso de produção e política cultural. Tem influência porque tu possibilita que os moradores locais acessem um curso para discutir políticas públicas de gestão cultural e agora acredito eu que mais pessoas da cidade estão frequentando o curso porque em primeiro momento foram pessoas do norte do país, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, e ainda predomina muito Rio e São Paulo. Então tem também a parte boa que vêm pessoas de fora e trazem realidades diferentes. Mas também tem a problemática de que as pessoas de fora têm que entenderem a vida cotidiana do município onde estão inseridas. E muitas vezes quem vem de fora vem tentando colocar uma nova realidade sem escutar se o morador está aberto a aquela nova realidade. Eu me sinto uma pessoa aberta porque dialogo com todos e tive oportunidade de receber a maioria desses alunos. Sou uma pessoa muito conhecida na comunidade, não por ser secretário, mas por minhas viagens de motocicleta, por fazer evento beneficente social para ajudar um cadeirante, para ajudar um bairro, para ajudar uma pessoa. Eu venho de uma família que sempre foi da vida social e cultural. Então minha mãe é professora aposentada, trabalha com pastoral da caridade, pastoral da criança, pastoral da saúde, discute o movimento social. Eu venho dos movimentos sociais... Então para mim não tem problema, nossa casa está sempre aberta a receber pessoas, é uma vida que sempre foi assim. Invernadas artísticas iam sendo recebidos, grupos de religiosos sendo recebidos, um cotidiano da cultura e da discussão dentro de casa. Mas aí, eu acho que a universidade tem que fazer mais extensões, ir para fora e depois mostrar o que pesquisa para a comunidade. Levar seus banners, espalhar nos postos de saúde, nas redes escolares, nos bancos, hall de entrada do teatro, e não ficar só fechada dentro da própria universidade. E ainda falta o diálogo. Mesmo que eu vá lá e me reúna com os professores, diga do interesse de criar um sistema de cultura, um plano de cultura, os alunos fazerem parte do conselho de cultura. Tem que ter mais diálogo entre a universidade e a sociedade e escutar. Se tu quer mudar alguma coisa tu tem que plantar a sementinha e esperar que a longo prazo ela germine. Agora eu dei sorte que vieram dois alunos meus que vão ser os estagiários de turismo e de cultura e eles vão fazer o link entre a universidade, o conselho e a comunidade.

SM: Mas antes isso não acontecia, nas gestões anteriores?

RS: Do meu ponto de vista, não. Estagiários remunerados da cultura e do turismo não tinha. E os outros estagiários em conclusão de curso, a maioria participa para atender telefone, fazer limpeza, uma coisa assim. Em minha gestão o estagiário quando chega aqui, pergunto “Qual é o trabalho de conclusão do teu curso e com que se identifica? Como vamos trabalhar?”. Porque se a pessoa faz o que ela gosta e o que ela está envolvida, vai ser mais fácil de desenvolver e de trabalhar nas realidades da secretaria. E no final a gente tem um produto.

SM: É, limpeza é um trabalho que pode ser dado a alguém que não tem formação.

RS: Claro que se a pessoa tiver bom senso, se eu ver que foi necessário fazer um café para o grupo de trabalho... Fico sujo, vamos limpar, é como nossa casa. Eu como secretário se tiver que ir lá limpar alguma coisa que sujou, eu vou, é só limpar. Não vou ser melhor ou pior que alguém por isso. Mas tem determinadas coisas técnicas que pessoas técnicas têm que fazer. E é o retorno, tu é pago para trabalhar, tu está estudando para discutir ou melhorar uma vida cotidiana, no caso dessa fronteira. E os estagiários que vieram agora tem ótimos projetos. Um vai trabalhar com a questão do artesanato, que é muito presente no nosso município mas ainda assim está desorganizado. Então a própria universidade eu já fui solicitar para que a universidade peça uma audiência pública para trabalhar a organização de um espaço público, que é a praça, para que os artesãos possam se reunir em determinado dia, todos em conjunto. A nossa estagiária vai trabalhar também a questão da produção, reprodução e derivados da ovelha, do ovino. Aqui tem muitos produtos que são premiados através do artesanato da ovelha mas às vezes falta reconhecimento no próprio município. Ou meios de maior divulgação. Saem para fora do município e do estado e ganham tudo o quanto é prêmio, mas aqui não tem um lugar adequado para eles exporem e comercializarem os produtos. É um absurdo. Então a gente tem que começar a organizar esses locais e essas associações. E além de outros vieses, da própria questão da infraestrutura. O outro aluno vai trabalhar com a questão das paradas de ônibus, que o município ainda não tem essa infraestrutura qualificada. E se eu quero receber turista, primeiro tem que preparar a casa. Então porque não tem uma parada de ônibus, algo simplesinho, com menos gasto e que dialogue com o patrimônio? Um casinhas, plotada em prédios históricos. Tem coisas super simples de trabalhar e que não vai - [o celular toca]

[conversa telefônica]

RS: Me encontrar dentro da secretaria as vezes é difícil, porque tem muitas atividades e tem coisas que às vezes por eu ser aberto, dialogar, as pessoas vem, trazem os problemas para dentro da secretaria e eu não saio daqui.

SM: Você se torna psicólogo [risos]

RS: Dizer não, daí... e às vezes eu gosto também de ir ver o retorno porque são coisas que são demandas da comunidade. Então vamos ver se fizeram alguma coisa, se vão fazer. Ou às vezes atividades que podem melhorar a gestão e a vida, que surge a demanda e eu repassou ou vou pessoalmente para explicar. Então eu não paro. Vou para um lado, vou para o outro, vou para o teatro toda hora porque tem muitas atividades. Tem o decreto... Tu pode trabalhar o decreto do uso do teatro. Tem também o espaço cultural, tem o contrato do produtor que vai utilizar aquele espaço. Hoje o aparelho cultural mais utilizado no município é o Teatro Esperança. Recebeu verbas do PAC e tem grandes problemáticas também lá dentro. Infelizmente quando

se usa recursos públicos, muitas vezes, alguns fios, luzes, volta de menor qualidade. Não sei o que acontece com o dinheiro. Tu imagina que tem que descer do terceiro, desligar geral o teatro no terceiro piso e descer tudo quanto é escada no escuro. Que engenheiro faz isso? É um absurdo.

SM: E tem muitos acidentes...

RS: Claro

SM: Esses documentos é na Câmara de Vereadores também que eu poderia achar?

RS: Isso no próprio teatro, está aberto.

SM: Tá bom. Quando você mencionou o trabalho de uma estagiária e um estagiário, não sei, sobre a questão do artesanato aqui... fiquei bem interessada. Seria possível talvez conversar com a pessoa?

RS: Ela chegou ontem, está aqui.

SM: Ah, talvez dar alguns dias para ela.

RS: É, ontem foi o primeiro dia de pesquisa. O que ela vai fazer? Fazer uma parceria com a EMATER e com a universidade. A EMATER é um órgão que representa os produtores rurais. E esse município é muito forte com a pecuária de ovino. Meu pai é um senhor também que é da zona rural e que sempre viveu da pecuária, monocultura, que é uma cultura que eu vejo péssima na nossa fronteira, que é a monocultura. Ou só criam gado e ovelha, ou a Votorantim vem, compra os campos, planta acácia e eucalipto. Então trabalhar o hortifrúti, trabalhar outros vieses... demora muito a introduzir essa realidade. Por muitos anos eu tentei montar uma empresa de cana para montar cachaça, meu pai quase me mandou embora... Tinha um amigo na serra que a empresa dele quebrou, então ele me cedia o maquinário e eu entrava com o campo, a terra. Plantava cana e fazia cachaça. E o Uruguai é um grande consumidor de pinga [risos]... Então de repente tem o comércio. Mas não deu certo. Mas predomina a monocultura. E uma delas é a ovelha e o cordeiro daqui tem uma ótima carne. Muito bem aceito no mercado. Agora começaram a exportar, há uns 15 anos. Uma vez eu participei de uma reunião para discutir com o pequeno produtor, a maioria que eu conheço é os pequeninhos, não os grandes – que deveriam se organizar e criar uma associação, cooperativa, algo assim. Porque se um sozinho não consegue ter 100 cordeiros, entre 10 pessoas seriam somente 10. Então tu fechava uma carga, vendia e tinha o maior valor. Mas a realidade, a cultura às vezes é do olhar para si só, né?! Até tu entender que se tu trabalha em conjunto tu consegue fortalecer. Então quando a gente vê o viés da produção e de geração de renda e isso é através do artesanato. Já é um produto que...

SM: Essa é uma questão que poderia ser relevante para mim. A questão do...

RS: Da pecuária

SM: Pecuária é interessante também, mas é menos meu objeto. A pessoa que trabalha com artesanato...

RS: E o trabalho de conclusão de curso dela a princípio vai ser sobre o artesanato.

SM: Saindo eu poderia ver com ela se ela conversa comigo mais para frente, se ela está...

RS: Claro que sim. Vai ajudar com a relação de quem produz, quem cria e reproduz. E quem está também na zona rural e faz artesanato nós não temos nem conhecimento. Tem pessoas que estão lá na campanha e fazem o pelego para andar a cavalo. Tinge o pelego, faz colorido, faz roupa de lã, blusão. A gente não sabe e eles têm esse controle. Depois dentro da cidade tem três núcleos, que é a Casa do Artesão, Centro de Economia Solidária e... [esquece] Cooperativas de Lãs. E tem um quarto, depois eu lembro. Esses trabalham com lã, e aí tem inúmeros produtos. E a gente pretende fazer um evento só com esse tipo de produto. E é um viés que a EMATER tem interesse, até porque eles têm a cooperativa de lãs, de pequeno produtor que comercializa a sua lã. Mas como em pequenos municípios em outros lugares, tem os atravessadores. Então ao invés do sócio de uma cooperativa fomentar, vender para essa cooperativa para tomarem força, o atravessador vai lá e compra por fora, vende em outro lugar. Então aí claro, eles me procurarem, a primeira vez que acontece, a gente vai atrás... é que eles estão precisando. Então agora vou ver se sai, para a gente trabalhar gastronomia e o artesanato.

SM: Aí é um viés mais econômico.

RS. É. Como uma geração de renda. A própria gastronomia daqui, nós não temos um prato típico. E a carne de ovelha tem em todo lugar. E criar um produto que seja reconhecido, como Pelotas que tem os doces de pelotas e hoje é tombado como patrimônio. Quem sabe de repente no futuro a diversidade da gastronomia ovina...

SM: Eu queria perguntar...você me fala quando precisar...

RS: 10h eu tenho encontro. São 9h30.

SM: Eu queria perguntar mais sobre a questão patrimonial. Na sua opinião, o tombamento de vários prédios aqui do lado de Jaguarão e também da ponte como primeiro bem binacional do MERCOSUL- você acha que isso teve alguma influência sobre como as pessoas de Jaguarão e de Rio Branco enxergam o território e o território binacional?

RS: Vou responder as duas coisas. Sim e não.

SM: [risos] Como sempre, infelizmente...

RS: A visão do tombamento seria uma visão de dentro para fora. Tu tem que discutir o que as pessoas reconhecem como patrimônio. Então é um boom, porque se diz “o primeiro bem tombado binacionalmente”. Quem tem esse conhecimento? Tu que está em Brasília, os acadêmicos de relações internacionais, quem estuda patrimônio nas universidades, nos grandes centros, em outros municípios... mas de repente tu vai para um bairro da cidade lá em uma escola e pergunta, não sabe que é tombado como patrimônio binacional. Aí tu tem um patrimônio binacional tombado, mas como se dá a manutenção dele? A manutenção dele se deu este ano que há muitos anos não tem, há mais de 50 anos, que já estava sendo rachada, já tinha suas degradações e fissuras, mas foi o governo uruguaio que pagou. A iluminação da ponte: se tu passar hoje de noite na ponte, a ponte está às escuras. Aí entra o DENIT, todas as questões burocráticas que estão nos grandes centros. Ah, como vai ser dar a iluminação, porque que... o lado uruguaio está todo com led e o lado brasileiro está às escuras. Então até onde o tombamento ajuda a manter esse espaço? Tem muitas coisas que a gente pode discutir. O

tombamento do núcleo de casarios do nosso município, que é bastante amplo. Tem a parte boa do tombamento que é conservar os prédios. De repente alguém podia ir lá, colocar abaixo, como já aconteceu antes em São Paulo e outras regiões na década de 80. De tu derrubar para construir grandes edifícios, grandes empresas. Aqui não aconteceu isso.

SM: Protege mas não financia. Não financia absolutamente nada...?

RS: Que eu saiba, não. Aí as pessoas reclamam muito de que não podem pintar suas casas, não podem trocar as telhas. Se tu vai ali na sinaleira e olhar acima do prédio da farmácia, tu vai ver aqueles prédios antigos todos com uma manta colada por cima, cromadinha, por causa das infiltrações das chuvas. As madeiras estão podres, estão caindo. São prédios antigos que também o próprio antigo tem que se readequar ao que existe hoje no mercado para requalificar ou melhorar o espaço. Hoje não se usa mais caibro de madeira, se usa de ferro. Será que não se poderia fazer isso? Será que os donos dos prédios sabem dessa questão? É uma cidade-patrimônio, ótimo. Nós temos grandes quantidades de prédios conservados que foram durante uma grande áurea, onde eram grandes produtores, grandes pecuaristas, famílias de um grande poder aquisitivo que foram passando de geração em geração e que ainda hoje muitas dessas famílias moram em casas que poderiam ser museus. São prédios históricos vivos pelas famílias, mas não são abertos, não tem visitação. Tu pode discutir muitas questões. Eu gostaria que as portas estivessem abertas e pelo menos o morador local através do turismo pedagógico com a rede escolar pudesse olhar e saber o que é uma escariola, o que diz cada pinturinha daquelas que hoje já não fazem mais, ou próprio visitante ou turista passar e olhar e dizer “Nossa, que cidade bonita”. A gente precisa reconhecer, e que o morador reconheça para depois abrir para os de fora. O Centro de Interpretação do Pampa, uma antiga enfermaria militar que a comunidade se apropriava para tomar chimarrão, para botar suas roupas no varal para secar. Tinha uma vida cotidiana. Hoje o prédio está cercado e fechado, onde se colocou muito recurso público e que está de repente a ruir novamente ou virar um elefante branco. Então porque não pega o prédio, já que passou por esse processo e agora abre ele em um outro viés de centro de interpretação ou da vida?

SM: E as escolas não trabalham com essa parte patrimonial desde que os prédios foram tombados? De visitar, justamente, os lugares...

RS: Tem trabalho. Este ano mesmo na Semana do patrimônio nós trabalhamos diversos vieses do patrimônio cultural, material e imaterial. Se levou para as escolas, se discutiu, se fez oficinas. Mas eu acredito que enquanto não entrar no plano municipal de ensino...as vezes é necessário ter uma obrigatoriedade, né. Se tu pegar a lei... deixa ver se eu lembro... 319 é a dos convênios...eu quero te falar aquela lei que trata das questões afro-indígenas na rede escolar. Me fugiu agora o número da lei. Existe uma lei que toda escola tem que trabalhar a questão afro e indígena. Mas nem tudo eu dialogo e estou dentro da rede escolar para saber. Mas de repente tu colocando no plano municipal de ensino a obrigatoriedade de trabalhar a questão da cultura, da fronteira, do turismo, abre concurso, inclusive, para pessoas formadas na área para dar aula ou fazerem cursos de qualificação. Mas aqui é muito presente porque nós vivemos o dia a dia dos prédios históricos do patrimônio, a gente está sempre circulando, passeando, olhando. Mas é mais fácil às vezes tu reconhecer o que tem fora do que tem dentro do município, teu olhar já está acostumado com aquela paisagem. E ter um maior diálogo com os próprios donos desses prédios. Nós podemos descontar do imposto de renda, a gente pode abater tal valor se tu pintar a tua casa. Eu acho que uma gestão pública tem que ser dialogada com a comunidade e que ela se aproprie do que tem e tente gerir também.

SM: E essa possibilidade de descontar imposto de renda, isso é uma coisa que existe pela lei...

RS: Esse ano teve maneira de fomentar isso, mas a arrecadação não foi muito boa. Aí você teria que conversar com o secretário da fazenda, o Eduardo, que ele te diz direitinho quanto foi a arrecadação. Teve um carnê do IPTU também com promoções, com sorteios de motocicletas e brindes para quem pagasse antecipado. E tem essa parte também da manutenção dos prédios, que certinho eu não sei te dizer como é que é.

[...]

MS: Ainda falta um pouco para as 10h. Eu te levo e te apresento, se ele não puder te atender hoje, vai amanhã.

SM: Sim

RS: Aí eu peço para fazer xerox das atas das reuniões do comitê de fronteira para deixar para ti. Organizar o material que tiver na secretaria.

SM: Perfeito. Sempre bom aproveitar que a gente está no local, né.

RS: Ah, e para tirar dúvidas. Eu te dizia do whatsapp né, porque é onde todos se comunicam. E as pessoas que eu vou te passar o contato, tu queres entrevistar eles? Todos estão no whatsapp, vai ter que adicionar eles. Aí tu marca onde pode se encontrar. Tu pega wifi em qualquer lugar.

SM: É ótimo, mais rápido.

RS: E todos são acessíveis, não tem mistério.

SM: Eu vi e consegui entrar em contato com algumas pessoas que o Ricardo Almeida me indicou pelo facebook, mas alguns outros você adiciona e eles não veem, não olham a mensagem...

RS: Deve ter te indicado o Alencar, a Maria-Fernanda...

SM: Maria-Fernanda eu encontro hoje à tarde.

RS: Todos trabalhavam na gestão anterior, que ele é também ligado ao Partido dos Trabalhadores e à gestão anterior do Partido dos Trabalhadores. Na área do PAC mesmo, foi quem desenvolveu bastante essas ações. E depois as atividades culturais eram as meninas que estavam à frente da secretaria. Tu consegue ter também o viés de duas gestões atrás.

SM: Sim, é ótimo. E tentar depois com os documentos que tiver, fazer essa cronologia. Eu gostaria de ter uma ideia clara, de ter uma cronologia da secretaria.

RS: E tu vai trabalhar com essa visão do Governo federal, estadual e municipal ou só nas fronteiras dos municípios?

SM: Eu vou. Vou integrar também os vários níveis, porque eu acho que para questão de fronteiras tem que ter essa visão multi-nível. Mas meu foco principal é aqui, o local.

RS: E Uruguiana e Jaguarão tu tem mais...

SM: Jaguarão e Río Branco, Santana do Livramento e Rivera. Eu percorri a região de fronteira inteira na minha última viagem, mas eu acho que esses dois lugares são os pontos focais.

RS: Hoje de noite eu vou tentar achar dois livros para te emprestar que tem em casa. Do viés da paradiplomacia que podem ajudar porque eles fazem o recorte dessas fronteiras também.

SM: Obrigada.

RS: De nada.

SM: Eu queria te perguntar da questão da produção cultural ao longo da fronteira. Como você vê ela em termos geográficos, em termos de liberdade artística, em termos da capacidade que os artistas têm de produzir?

RS: O mais presente é o músico. O músico tem a vida boêmia, eles são da noite, então eles tocam dos dois lados da fronteira. Eles tocam violão... os grupos de músicos conseguem estar dois lados. Agora a peça de teatro ainda é fraca. Agora começou do lado de Río Branco oficinas de teatro. Aqui a Fernanda (a Fatá) começou a desenvolver mas aí ficou grávida, está parada. Essa semana deve acontecer uma oficina de teatro através dos meninos do curso de produção. Mas é algo muito novo, ainda que está tendo início. Agora outras áreas... a feira do livro possibilita apresentação de dança, das artes, do artesanato, exposição de pinturas, música, dança, que acontece com pessoas dos dois lados da fronteira aqui em Jaguarão. Atividades dos museus estão interligadas também, as visitas. E o museu uruguaio dos meios de transporte faz atividades culturais desse lado também, como exposições no nosso teatro, passeios pelo município. Agora na faixa inteira a gente cria o corredor turístico-cultural para tentar fomentar. A primeira atividade desenvolvida foi um intercâmbio de ginetes- que é quem monta nos cavalos, xucros e vacas durante as atividades culturais gaúchas. Já acontece isso aí. Depois um intercâmbio das escolas de samba e dos blocos, também indo para Melo, indo para Río Branco. E o intercâmbio de músicos que aconteceu na cidade de Plácido Rosas, que aconteceu durante as Criollas de Dragon. Então eu levo músicos para se apresentarem lá, eles trazem músicos para se apresentarem aqui. É que faz um ano e meio, recém, a gestão, também.

SM: Esse corredor foi criado agora, um ano e meio atrás?

RS: Isso, o corredor turístico e cultural. O governo anterior já discutia um corredor cultural, mas de fato a parte de concretizar da Costa Doce com a região leste do Uruguai se deu agora. Inclusive a criação de vídeos em conjunto, promocionando as cidades, a gente cria agora. Deixa eu te mostrar algum aqui [procura o vídeo]. Está em espanhol... esse é o nosso carnaval, né. [inaudível]. Gosto de trabalhar com os sentidos. Depois colocar a gastronomia, a música, a dança, começar a mostrar outro viés. Colocar um poema. Possibilitar um outro tipo de... por isso tu tem que trabalhar com a questão sensorial na experiência [inaudível porque o som do vídeo encobre as falas]. O Instituto histórico-Geográfico de Jaguarão é onde tem o maior número de documentos. [o vídeo acaba] [mostra o vídeo de Río Branco]. [...] Eles trabalham muito a questão de compras. É um município bem pequeno também, não tem grandes atrativos, mas são muito fortes nessa questão do remo, das bicicletas e do jet-ski. Estou sempre direto também ajudando porque se lá bombar aqui bomba também, é um trabalho em conjunto na fronteira. Mas o secretário de cultura do Uruguai é o cara que é o dono das caixas de som e a

prefeitura contrata ele. Hoje no Brasil seria impossível eu ser secretário e ser dono de uma empresa e contratar minha própria empresa [risos]. A política uruguaia não é como no Brasil em relação a fiscalização.

SM: Me passaram o contato de...

RS: Miguel Cantera e Alexander

SM: Tá, eu não tenho essas pessoas... o contato que me passaram é de uma mulher, é...

RS: Deve ser Mireya Brochado

SM: Isso!

RS: Todos são do PT [risos]. Ela foi há muitos anos secretária, depois foi embora e saiu, mas agora a atual gestão buscou ela de novo para a Casa de Cultura. Mas ela não é secretária.

SM: Tá, ela é da Casa de Cultura então.

RS: Ela é super acessível. Miguel Cantera é o secretário. Te passo os contatos pelo whatsapp. Miguel Cantera é o secretário e ela faz parte também da cultura, Mireya Brochado. Alexander é o secretário de turismo...

SM: Miguel Cantera, o secretário da cultura. É uma pasta só de cultura então.

RS: É, lá as pastas são separadas. Aí tem a Mireya, depois tem o Alexander que é secretário de turismo...

SM: Isso eu acho que vou deixar de lado.

RS: E a Sandra Rodriguez, dos Centros MEC. Ela vai trabalhar com a semana do patrimônio e está muito envolvida na área da cultura.

SM: Seria ótimo.

RS: A Mireya é uma ativista cultural tremenda, tem muito para te falar sobre a fronteira. A gente conversa muito, faz muitas atividades juntos. [liga para o cônsul] O secretário de Cerro Largo me mandou uns documentos, vou dar uma olhadinha... 19 e 20 de outubro eu vou participar do primeiro congresso regional de turismo e organização de eventos. Então a gente vai levar a região da Costa Doce e a região leste do Uruguai para esse evento. Nós vamos dialogar com o trade turístico e os dois lados foram chamados para participar. Vai ter professores, acadêmicos, discutindo em diversas áreas, inclusive fronteira. E eu vou trabalhar a questão da regionalização, essa vai ser a parte da minha discussão com o secretário de turismo do estado de Cerro Largo. Agora me mandou o flier e o nome dos palestrantes. Vai vir gente da Argentina, Uruguai, do Brasil. A gente está trabalhando muito em conjunto e apostando que dê muito certo. Pelo menos que as pessoas também se apropriem e vejam essa realidade, para que o dia que eu, que sou um ativista pela fronteira, sair fora do governo e entrar outras pessoas, que eles sigam cobrando.

SM: E quando você fala regionalização você quer dizer essa regionalização da região de fronteira...

RS: Isso.

SM: E como você acha que... acho que essa é a única coisa que a gente não tocou, das perguntas que eu tinha. Mas esse discurso sobre a regionalização dos dois lados da fronteira, como você vê que ele mudou ao longo do tempo?

RS: Como eu te digo. O fluxo de transeuntes acontece naturalmente, principalmente com o gênero turismo. O fenômeno turismo faz com que as pessoas se desloquem e elas estão de um lado e de outro da fronteira. Ou seja, para vir num evento cultural, ou para praticar um turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de compras. A segmentação turística é muito grande. Mas a regionalização vai facilitar o ponto de vista turístico e o cultural pode barrar na questão burocrática. A gente quebra também a sazonalidade do turismo com os eventos culturais. Mas aí dependendo da tipologia do evento, a burocracia pode dificultar. Apesar da cultura fluir, as leis podem criar barreiras. Mas é necessário trabalhar regionalizado, de uma maneira internacional mas também com os próprios municípios. Nós temos uma região da Costa Doce em conjunto e onde se cria discussão de o que a gente tem igual. Quais são os municípios que querem trabalhar a canoagem? 5 municípios, de 20. Então esses 5 municípios criam um calendário onde uma vez por mês vai acontecer em um município e o mesmo público vai estar circulando. Então tu tá tendo renda, porque tem que pensar na geração de renda a través da cadeia produtiva do turismo ou através também da cultura. E assim se cria outros diálogos também. Visitação a museus em conjunto, atividades em conjunto, calendários discutindo os dois lados da fronteira e os eventos. Eu vejo que é necessária a regionalização. E o Uruguai hoje está regionalizando. Tem suas regiões igual nós temos no Rio Grande do Sul, só que eles já estão dialogando os produtos, estão mais a frente do que aqui. Mês passado eu participei da primeira conferência de Alcaldes, prefeitos e empresários da América Latina, e estava discutindo muito a questão da cultura, do meio ambiente, da diversidade, do turismo, e no viés da América Latina. Tiveram exemplos maravilhosos e todos dialogando com a regionalização. Claro que muitos problemas também, com a questão pública e recursos, crises políticas em muitos países. O próprio ciclo mudou, política é ciclo. É como a plantação. Uma hora é pecuária, outra hora é grãos. E a política é igual tem seus câmbios. A gente tem que aproveitar o que teve bom de um governo e outro para tocar e tentar criar novas perspectivas. E agora eu acho que chegou o momento de que as pessoas conseguem ver que é necessário regionalizar. Que o seu vizinho não teu concorrente. Que tu tem que mandar para ele seu cliente, mas se ele não estiver preparado para receber, ele vai perder. E a regionalização só vai proporcionar isso, afinal de contas existe um fluxo. Agora tu tem que criar as potencialidades para transformar elas em atrativos e dar uma vida cotidiana. Eu acho que vai funcionar. A região da Costa Doce é muito forte. A região do leste do Uruguai é forte, mas ainda faltam mais diálogos. Hoje eu que estou mais na fronteira do que os outros municípios da Costa Doce consigo dialogar com dois estados do Uruguai, são os que estão mais presentes na discussão. A gente vem discutindo uma escola binacional de remo, que é a única que vai atravessar a fronteira, que vai ter pessoas do lado de Río Branco e do Brasil. Em determinado momento que eu tiver que me retirar da discussão, por causa de regras, que outras pessoas assumam e que o negócio vai em prática. Dia 17 agora é a reunião para já dizer qual é a data da inauguração. Depois eu potencializo tudo isso, depois eu crio um evento de remo, crio outras atividades e consigo trazer pessoas. Mas tu tem que ir passo a passo. Não pode também querer atravessar os bois na frente da carroça. Faz passo a passo, concretiza uma coisa, depois vai na outra. E o corredor vai funcionar. E esse corredor turístico e cultural já tá funcionando. Tu tem que chegar até as

mídias e saber divulgar né. E o Uruguai em mídias é muito bom, mesmo no interior, pelo país ser pequeno. Tu vai hoje no interior do Uruguai, tu quer fazer campismo, tu tem praças públicas que são camping. Tu quer ir no ginásio de esporte, tu tem camas para receber grupos de teatro, de dança e tá aberto para a pessoa se hospedar. Eles vivem um turismo mais forte do que o Brasil. Uma pelo país ser pequeno, e a vinda de europeus é muito grande. E é um outro público também. De onde tu vem da França, tu deve ter uma preocupação muito maior com o meio ambiente do que um morador local das regiões de fronteira. Porque lá vocês não têm... apesar de que a França já passou...tem muitas árvores e natureza. Em determinados locais, apesar de eu não ter ido para França, já houve muita degradação, muitos prédios ruíram, tiveram que criar leis para trabalhar o patrimônio. As preocupações e as multas, você vê que as multas são muito altas na União Europeia e em outros lugares. Porque aqui no Brasil não existe fiscalização. Como é que tu vai trabalhar o esgoto, saneamento básico, coisas básicas. Como é que vou querer trabalhar uma praia para fazer turismo se não tenho um saneamento básico?

SM: Fiscalização, educação...

RS: Claro. Principalmente na educação. Mas vai funcionar a regionalização, está funcionando. E a gente cria esses eventos para discutir. Já fez deste lado, agora vai fazer do lado de lá. Os próprios comitês de fronteira discutem já desde o ano 2000 a carta de fronteira. Já teve acesso?

SM: Ao documento, não. Me falaram dela e eu li também sobre... Mas a discussão cultural dentro dos comitês de fronteira, ela existe mesmo?

RS: Existe. Nesta reunião que teve agora mesmo, a última. Eu tenho as atas da última e da penúltima reunião, te passo as duas.

SM: Ótimo. Culturalmente, essa regionalização existe na prática, então, mesmo com travas burocráticas.

RS: Exatamente. Na prática ela existe.

SM: E no discurso, ela existe também?

RS: Existe no discurso também. Na verdade sempre existiu. Eu às vezes fico meio chateado porque tu cria muitos discursos e reuniões, mas que se prática não tiver validade... porque são discursos que fazem as cartas de intenções dos acordos de cavalheiros. E se os governos centrais não reconhecerem e disserem “ah, agora tu pode passar os instrumentos musicais, pode passar os músicos, pode passar os livros, as artes, quadros”. Tu cria acordos de cavalheiros que se o governo central não reconhecer não adianta nada. Ou os gestores da fronteira têm que assumir a responsabilidade. “Não, o problema é meu e eu assumo a bronca”. Vamos passar e vamos fazer. Depois se estourar a gente responde.

[abre o celular]

Appendix 6: Interview transcript – Maria-Fernanda Passos das Neves

Interviewee: Maria-Fernanda Passos das Neves

Ex-Jaguarão Culture and Tourism Secretary [Secretária de Cultura e Turismo]

Journalist

Cultural activist

Location of the interview: House in Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brazil

Date of the interview: 11.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

SM: Vou começar com as perguntas mais institucionais, que eu fiz também para o Rodrigo Segovia, para ouvir pessoas que trabalharam em várias gestões. Também porque a pessoa que está no cargo nunca pode ter o mesmo discurso que alguém que esteve antes etc.

MP: Ah, com certeza, somos visões opostas, provavelmente (risos), de mundo, de percepções e tudo mais.

SM: E eu estou aqui para ouvir mais sobre essas várias visões de mundo.

MP: Claro! Claro! Eu acho que é interessante ver também esses processos todos. Porque a Secretaria de Cultura, na verdade, foi criada em 2008. Quando a gente assume a Gestão, se cria a Secretaria de Cultura, porque, antes, era Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, onde funcionava a Casa de Cultura. Essa Secretaria funcionava na Casa de Cultura. Então, o órgão cultural era a Casa de Cultura, que era ligada à Secretaria do Turismo, Indústria e Comércio. Então, quando a gente assume, a gente começa a dar esse primeiro passo da importância de ter uma secretaria que trabalhasse essas políticas públicas com olhar mais... priorizando a questão do desenvolvimento cultural aqui de Jaguarão.

SM: Mas, antes, essa outra Secretaria tinha a palavra cultura no nome já?

MP: Não. Era Secretaria do Turismo, Indústria e Comércio. Não existia. Tinha a Casa de Cultura. A referência que as pessoas tinham de cultura, de política cultural, era a Casa de Cultura, que era responsável por exposições, e ela era muito mais dinâmica, no sentido mesmo da questão da formação do desenvolvimento econômico, porque tinha um curso de cabeleireiro, corte e costura, sabe? Era voltada nesse sentido, assim. E as ações culturais ficavam muito focadas na questão das exposições de artes visuais, artes plásticas, pintura e na questão do tradicionalismo, porque nós somos uma cidade que o tradicionalismo é muito forte. Nós temos dois CTGs grandes e um monte de piquetes, que são essas derivações dos CTGs. Então, era com esse foco que atuava a gestão, antes de a gente assumir.

SM: Entendi. Agora eu tenho uma visão clara, porque eu estava tentando localizar os documentos, os decretos de criação da Secretaria da Cultura, que mostrava como ela foi evoluindo ao longo do tempo, mas ainda não localizei, então agora fica mais claro.

[Apresentação da pesquisa]

Faz sentido? A senhora entendeu o que eu estou fazendo?

MP: Sim, claro. E eu acho que parte também do princípio de qual foi a nossa transformação no olhar da cultura fronteiriça enquanto gestão. Porque quando a gente assume, nós tínhamos uma narrativa de “Jaguarão, a cidade heroica”, não sei se tu já ouviste. A cidade heroica porque a gente... eu não vou me lembrar da data histórica, mas teve um momento em que teve a invasão dos uruguaiois e a narrativa era que nós havíamos corrido eles a pelego, tipo água quente, a vassourada. Então, existia muito essa coisa de estar de costas para o Uruguai, mesmo sendo uma cidade fronteiriça. Na narrativa, né?

SM: Na narrativa oficial.

MP: Isso. E isso de alguma forma reproduzia no comportamento cultural. Por exemplo, os jovens brigavam muito, entre brasileiros e uruguaiois, em festas, essa coisa de se atacarem, de uma certa forma de constituir: “ah, isso é coisa de castelhano, coisa de brasileiro”. E quando a gente assume, a gente assume para dar esse outro olhar de ‘Jaguarão a cidade fronteiriça’, ‘Jaguarão da cultura fronteiriça’ e começar a colocar para fora, principalmente para consolidar a narrativa de ‘Jaguarão a cidade da fronteira’ nas ações que a gente fazia em conjunto com Porto Alegre, com Montevideo, [...] com as capitais. E a gente começou a vender a cidade com essa característica, Jaguarão ser esse espaço híbrido, esse lugar do encontro, onde a gente não é um nem outro, a gente é um terceiro lugar. Então, a partir daí, tem essa mão da gestão... da política pública de Cultura.

SM: Então, na sua opinião, as ações da Secretaria de Cultura e da Prefeitura em geral realmente mudaram o discurso, a narrativa como um todo?

MP: Eu acho que nós mudamos o discurso, mas não conseguimos... Aí, as questões, não sei se a análise da política no tempo, da cronologia... Ficamos 8 anos em uma Gestão, acho que nós tiramos essa narrativa, mas acho que hoje ela volta a se perder nesse processo. Porque eu acho que, daí, a gente não conseguiu consolidar, eu acredito, essa narrativa, porque eu hoje vejo a gestão da cultura voltada novamente para essa questão toda do tradicionalismo, desse gauchismo mais regional pequeno, ao invés dessa coisa do ‘Gaúcho’. Então eu não sei se a gente conseguiu consolidar essa narrativa, mas acho que, durante um tempo, ela foi muito forte, e Jaguarão, essa fronteira, foi muito protagonista nesse processo. Porque eu não sei se o Ricardo te falou porquê que me indicou... mas a gente fez parte, eu e ele, de um movimento que começou em 2010, mais ou menos, início de 2010, que era das Fronteras Culturales, que era de unir todas as cidades da fronteira Brasil/Uruguai na criação justamente desse bloco que firmasse essa identidade, essa diversidade do que é ser da fronteira e de começar a criar ações culturais, de mapear um corredor cultural de produção e circulação de agentes culturais e produtos culturais da fronteira.

[...]

MP: Nesse processo surge, então - que eu acho que tem a ver com o teu trabalho - a questão do projeto do Corredor Cultural. O que é o Corredor Cultural? Nós brigamos muito enquanto agentes públicos e o Fronteras Culturales foi uma ferramenta importante para chamar atenção de ambas as capitais -trabalhando com Porto Alegre e Montevideo, que é onde centraliza o poder desses espaços- de que era necessário baixar à terra, porque não dava para falar intercâmbio cultural entre Brasil e Uruguai, tratando de Porto Alegre e Montevideo, que era preciso que se descresse do avião e se começasse a circular por terra. Espetáculos artísticos,

programações e formações culturais dessas capitais, que circulassem nesse espaço territorial entre Porto Alegre a Montevideo, passando por essas regiões de fronteira.

SM: Eu tenho uma pergunta mais geral sobre essa questão, justamente para tentar generalizar o que você está falando agora, que é: olhando para as políticas culturais, saindo do nível Municipal, qual lugar você diria que é dado para a fronteira nas políticas culturais a nível Federal e Estadual, no Brasil e também no Uruguai? Tanto o espaço que é dado à fronteira quanto o lugar que a fronteira tem dentro das políticas culturais. Você saberia me falar um pouquinho sobre isso?

MP: Acho que sim. Quando a gente assume em 2008, a gente tem um Governo do Lula ainda, e o Lula e o Mujica no Uruguai tinham essa estratégia de fortalecimento do Uruguai, Argentina, Brasil. Então funcionou... aí eu acho que nós entramos enquanto prioridade para a questão das políticas culturais voltadas para a fronteira. Nós viramos o tesouro, assim, para iniciar ou para... não digo para iniciar, mas era um lugar onde as coisas já se davam, então, que era muito mais fácil de tu apenas fomentar e, nesse momento, também, a gente assume, nesse meio tempo, o Governo do Estado, com o Governo Tarso. E o Tarso segue nessa mesma linha. Então nesse momento aí, quando a gente forma o Fronteras Culturales, a gente tem total apoio de ambos os Ministérios, tanto do Uruguai quanto do Brasil, os assessores diretos do ministro trabalhando junto com todas as cidades de fronteira e com o Ministério do Uruguai de portas abertas em todos os setores, do livro, do cinema, tudo voltado para fortalecer esse movimento das cidades de fronteira, na área cultural. A gente conseguiu conquistar os pontos de cultura para a fronteira, houveram algumas políticas voltadas específicas para a questão da fronteira nesse momento. Quando a gente já muda para a Gestão da Dilma, que assume o presidente Tabaré no Uruguai, e que a gente perde o Estado, mesmo a gente mantendo o PT e a Frente Amplia, nos dois lugares ela já muda o olhar da política. A gente já está começando um novo processo nesse movimento todo, que resulta no que a gente está vivendo hoje, no âmbito macro. Então, a gente começa a sentir um pouco mais de dificuldade e de ausência dos poderes federais e, no estado, a gente perde completamente essa política. A gente não conseguiu consolidar de forma nenhuma essa política para a fronteira e hoje, então, eu acho que a gente... eu avalio como um retrocesso, sabe? Eu acho que estancou um pouco, principalmente do lado do Brasil. Acho que ainda do lado do Uruguai quando tu falas em fronteira, quando tu ofereces a fronteira para alguma coisa, eles crescem um pouco o olho porque o Uruguai é um país muito menor que nós, então ele precisa do Brasil, entendeu? Eles têm muita produção cultural mesmo, assim, extrema, é um país rico culturalmente, mas que eles têm pouca circulação do que produz. Circular só no próprio país se esgota, então para eles é interessante dialogar com a fronteira de qualquer forma, mesmo que isso tenha diminuído um pouco. Mas, no Brasil, eu noto uma total ausência de políticas, agora, voltados para a fronteira.

SM: Mesmo no início da Gestão Dilma, quando ainda era o PT?

MP: Não, acho que quando a gente ainda estava com o Juca, ainda teve algumas coisas grandes. A gente conseguiu, por exemplo, o tombamento binacional da ponte Mauá, o Juca esteve aqui. Na área do patrimônio histórico, a gente teve muito investimento para a cidade: a gente recuperou o Mercado Público, o teatro, que é um grande símbolo também desse intercâmbio, porque o Theatro Esperança ele é construído justamente pela necessidade dessa circulação que havia na cidade, porque muitas peças de Montevideu passavam para circular em Porto Alegre, naquela época em que as companhias de teatro tinham que parar nas cidades, porque tu vinhas em um trajeto de carro. Então, elas tinham que parar na cidade. Então, o teatro nasce daí, dessa necessidade de... como essa companhia já estava, de apresentar os seus espetáculos e ainda

fazer um caixa para seguir a viagem. Então, também, esse olhar para o patrimônio histórico e para essa questão da preservação da memória, que foi muito forte o investimento do Governo Federal, na Gestão da Dilma, dialoga com as políticas de investimento para a fronteira. Mas eu acho que a gente perdeu um pouco na Gestão dela para o micro, para essas pequenas ações que fomentam o dia a dia desse intercâmbio cultural, e que a gente vinha trabalhando enquanto Fronteras Culturales e naquela primeira gestão do Juca. Porque quando a Dilma assume, na primeira Gestão, ela bota a Marta Suplicy. Ali a gente perde muito na gestão da cultura. Quando o Juca retorna, a gente começa a dar um respiro nesse sentido, mas dura muito pouco também a gestão dele nesse processo.

SM: E isso seria, especificamente, para as questões culturais na fronteira ou você acha que é a questão fronteiriça, em geral, que saiu da pauta?

MP: É que eu acho que a questão da cultura é sempre a primeira a sair da pauta. Então, por isso que eu acredito que a gente nota mais; quem está na militância da cultura nota mais o impacto. Porque eu acho que, por exemplo, na área da saúde, a gente seguiu com a função do Mais Médicos, tinha um olhar um pouco para a fronteira também. Na questão, como te falei, da infraestrutura, a gente recebeu muito investimento tanto para patrimônio quanto para calçamento de ruas, saneamento, tudo isso dentro do PAC. Então, eu acho que a fronteira seguia beneficiada, de alguma forma, mas eu acho que foi se perdendo um pouco a questão da discussão de políticas públicas efetivas para a fronteira, de fortalecimento desse intercâmbio que, para a gente, só se dá de fato se ele passa pela cultura. Porque ali que ela se materializa, que ela se constrói, inclusive, a narrativa e a identidade fronteiriça ela passa... Então, quando tu diminui nas ações da cultura, tu acaba perdendo um pouco também dessa cara, eu acho, de política para a fronteira.

SM: E como você descreveria a forma como a vivência da fronteira e do espaço transfronteiriço, pelos moradores daqui, foi acompanhando essas evoluções? Você me falou que, antes da criação da Secretaria da Cultura, a narrativa de ‘cidade heroica’ acabava se espelhando nas relações aqui: como foi evoluindo depois?

MP: Eu acredito que a gente avançou, sabe? Eu sinto isso nas relações. Apesar também de que tinha essa narrativa, mas a gente também... os povos se misturam, as pessoas se casam entre elas, as pessoas moram lá, trabalham aqui, entendeu? Então, isso não tem como bloquear, não é uma linha que nos divide, as pessoas se relacionam. Então, acho que de alguma forma também sempre existiu isso. Mas eu acho que a gente diminuiu essa tensão principalmente nos jovens, acho que os jovens passaram a se olhar de uma outra forma, acho que a juventude, que era essa semente que a gente estava plantando, começou a se ver dessa forma mais *hermana* do que se via antes e, nesse sentido, acho que contribuiu: acho que a juventude passou a se relacionar de outra forma, a enxergar o espaço da fronteira como esse terceiro lugar. Eu acredito que sim.

SM: Você acha que passou por quais ações? De forma concreta, como as pessoas podem ter sentido essa diferença... e nas escolas...? –

MP: Eu acho que nas escolas... Hoje mesmo, esse trabalho, que não foi de agora, mas desse processo a nível Federal, o português nas escolas de lá. E quando se trabalha o português, se trabalha todas as questões culturais do Brasil. Com esse fortalecimento do trabalho do espanhol das escolas daqui. Com a chegada da Unipampa também na cidade, que cobriu mais ou menos o trabalho da nossa gestão, o tempo, né? A Unipampa, hoje, tem um pouco mais de 10 anos. Então, a gente começou juntos, e a Universidade foi fundamental nesse processo também de

parceria, para construir essa identidade, e eu acho que passa principalmente pelos espaços de educação, mesmo, nas escolas, e nas relações que os próprios jovens foram estabelecendo, de ações. A gente teve a Semana do Audiovisual, que era um projeto do Coletivo Fora do Eixo. Porque o Coletivo também extrapolava as fronteiras, tinha na Argentina e não sei como é que está hoje esse movimento Fora do Eixo, mas, naquela época, a gente teve então a Semana do Audiovisual que a gurizada daqui da Unipampa aderiu e construiu tudo com o lado de lá. Então, haviam programações no Instituto técnico de lá, nos liceos. Então, havia esse movimento próprio dos jovens, construindo coisas conjuntas, também.

SM: Então teve ações propriamente culturais também que contribuíram?

MP: Sim, a gente teve também uma etapa do Corredor cultural que foi um projeto que a Unipampa apoiou junto com a Prefeitura, que foi o encontro da Rede Laços de Dança, que são bailarinas de Cuba, Venezuela e Uruguai e o Brasil, e a gente fez com que circulasse aqui em Jaguarão, em Pelotas. O encontro aconteceu basicamente aqui, e teve algumas atividades em Pelotas, em Melo, que é uma cidade próxima aqui de Rio Branco. Então, eram ações concretas justamente para demarcar concretamente esse espaço territorial com essas ações da fronteira de integração. Acho que isso impactou de alguma forma, na visão e na narrativa.

SM: Essas iniciativas, do que eu entendo, são mais a sociedade civil, então?

M.P: Sim, mas com o apoio do poder público. Nós abraçamos essas iniciativas, acolhemos essas iniciativas e fomentamos elas também. Porque a SEDA mesmo, a Semana do Audiovisual, o coletivo que tocou ela ali, da Unipampa, surge das sessões de cineclube que a Secretaria de Cultura começou a promover. A gente acessou um edital do Ministério da Cultura, na época que era o Cine mais Cultura, e a gente recebeu os equipamentos e promovia sessões de cinema, porque o nosso Cinema fechou, na década de 1990, e hoje ele é uma Rodoviária, onde tu chegou ali, não sei se tu veio ônibus –

SM: Sim

MP: Então, tu estacionaste no que era o nosso cinema, e a gente perdeu essa referência das pessoas de terem o hábito de assistir filme, sair de casa para assistir filme de forma coletiva... Então, quando a gente começa a trabalhar o cineclube a gente começa a juntar as pessoas e essas pessoas se organizaram num coletivo organizado para trabalhar a questão do audiovisual na cidade, de uma forma organizada pela sociedade civil também.

SM: Então teve a ação do poder público, aqui, a nível municipal, e vocês conseguiram fundos federais também, é isso?

MP: Isso. Porque quando assumiu a Gestão Lula, e a Dilma segue com essa política dos editais, a gente tinha muito mais possibilidade de acesso aos orçamentos e aos programas. Acho que isso viabilizou um monte de coisa para as cidades do interior, como nós. Nós, sempre esquecidos, porque é isso também: a fronteira sempre é o último lugar. Ela recebe investimento na área da segurança e *bueno*... o resto a gente tem que estar gritando para se fazer notar, e eu acho que houve essa mudança de olhar nessas duas gestões, e aí a gente começou a acessar esses recursos e esses programas também.

SM: E quais ferramentas, quais processos você diria que vocês conseguiram usar a nível Federal? Imagino que ferramentas como a Lei Rouanet...? –

MP: Lei Rouanet a gente acessou no último Carnaval, aí que a gente captou recursos, porque o nosso Carnaval também se transformou num gigante... A gente investiu muito na questão do Carnaval porque ela é uma questão muito tradicional da cidade. E aí foi o único recurso que a gente acessou pela Rouanet. O resto a gente acessava editais da Secretaria para as áreas mais diversas desde Ponto de Cultura. A gente aqui na esquina de casa tem um Ponto de Cultura do Clube 24 de Agosto. A gente tinha o cineclube, que foi através de edital. A Feira do Livro: a gente tinha muito apoio do Ministério da Cultura do Uruguai na nossa Feira do Livro binacional, então a gente construiu diretamente com o Ministério da Cultura do Uruguai... E acho que foi mais ou menos por aí: os editais e recursos e, claro, fora a questão do patrimônio histórico, que foi uma avalanche de recursos para cá. A gente conseguiu bastante investimento e ficou faltando muita coisa ainda, porque a gente tinha recebido 42 milhões de reais para investir em patrimônio, e a gente conseguiu, na nossa gestão, concluir o Teatro. Deixamos o Mercado praticamente concluído e está em obra a restauração da Igreja e a Ruína da Enfermaria também, que, hoje, está com a Unipampa.

[Entrevista interrompida]

[Segunda parte da entrevista]

MP:[...] E a questão da Enfermaria: a nossa gestão investiu em um projeto de restauro para a enfermaria que, na verdade, virou um projeto de um Centro de Interpretação do Pampa, feito pelo arquiteto Marcelo Ferraz, e a expografia seria da Isa Ferraz. E a gente fez uma parceria com a Unipampa, e a Unipampa abraçou a questão da execução do projeto. E, desde então, a gente tem... eu não sei se a enfermaria está no PAC, mas acho que depois ela entrou no PAC, das Cidades Históricas. Mas ela tem vários problemas dentro da questão da licitação, eu não sei muito bem quais são os problemas que ela tem, mas foram de gestão da Universidade, em relação ao projeto, porque a Universidade era muito jovem e abraçou um projeto muito ousado e grande, de muito investimento, e acho que ela não estava muito preparada burocraticamente para tocar, entendeu? Porque era a primeira vez que a Universidade tocava um projeto dessa envergadura, na área do patrimônio! E projetos, na área do patrimônio, eles são sempre delicados, porque eles vão e voltam, eles passam por aprovação de todos os órgãos; então, tem todo um certo processo que eu acho que a Universidade não estava preparada, naquele momento. E, aí, ele está meio “elefante branco”, hoje. Na verdade, ele é um grande problema, uma “pedra no sapato” (risos). Ele era para ser uma solução linda, porque ela estava terminando... ela ia cair, às ruínas, porque ela é uma ruína que não sofreu... ela não foi arruinada pelo tempo, ela foi arruinada pelo desuso, pelo descaso, pelas pessoas. Então, ela estava caindo, não ia sobrar quase nada dela. E, aí, a gente, com essa ação, entendeu que ia recuperar, que ia dar o status que ela precisava, e também investindo naquela comunidade, porque a Comunidade do Cerro da Pólvora, onde fica a enfermaria, é uma das mais pobres que a gente tem na cidade. Então, o investimento na recuperação da Enfermaria também auxiliou na captação de outros recursos para o entorno da área, ali: para o calçamento, a gente conseguiu criar uma praça, ali, com todos os brinquedos, com campo de futebol... Se conseguiu, através do investimento na Enfermaria, potencializar novos investimentos para o lugar – também era essa a estratégia.

SM: Você já tocou nisso, mas nesses vários projetos que aconteceram ao longo do tempo, como era a questão da relação com os vários níveis de poder - municipal, estadual e federal - dos dois lados? Você falou da boa relação durante as gestões Lula e Tarso Genro no estado, mas como se davam as questões de relação e de poder, ao longo do período que você conhece?

MP: Nós tínhamos as portas abertas, nesse tempo, porque nós alinhávamos, nós éramos uma gestão do PT, também; a gente tinha o IPHAN, estava sempre aqui, o gabinete dos ministros; o prefeito tinha uma excelente relação também com Brasília, entendeu? A gente tinha as portas muito abertas, eu acho; acho que houve esse processo de olhar mesmo do governo federal para a fronteira. Principalmente as duas gestões do Lula, eu acho que foram o ápice... e acho que, como eu te falo: na primeira gestão da Dilma, a gente perde. A gente teve umas Ministras de Cultura muito... nós tivemos a Ana de Holanda, nós tivemos a Marta Suplicy, que não conseguiram tocar as políticas culturais que o Juca vinha desenvolvendo e o Gil, entendeu? Acho que eles foram muito à frente, eles tinham, eles têm um olhar... o Juca veio fazendo um baita trabalho, agora, em Belo Horizonte, na Secretaria de Cultura lá. Então, um olhar para frente... eu acho que olhar para a fronteira é ter essa visão a mais do que tu podes desenvolver na área da cultura. Porque tu estás de frente para outro país. Então, sempre há uma vantagem se tu tens um olhar sensível, se tu tens uma visão à frente do que tu podes trabalhar na área da cultura. E, aí, eu acho que a gente perdeu muito na Gestão da Dilma, nesse sentido, nas gestões culturais.

SM: E a questão patrimonial, mais especificamente - o tombamento de vários edifícios aqui e também a questão do tombamento de um bem material binacional- influenciou a relação dos moradores daqui com o território deles, com o entorno, e com a questão binacional, ou não?

MP: Ah, não tenho dúvidas, com certeza impactou. Principalmente com relação a... eu acho que a relação da cidade com a própria cidade mudou muito, porque as pessoas viviam naquela coisa: “Ah, Jaguarão não tem nada. Jaguarão é um saco”. As pessoas vinham... a gente tinha e tem ainda um turismo muito forte de compras, por causa dos *free shops*, e a gente perdia esses turistas porque eles nem paravam na cidade, pegavam um táxi e o taxista: “Ah, não... essa cidade não tem nada para ver”. Quando a gente começa a trabalhar toda essa questão patrimonial, o tombamento, que passa por todo um processo pedagógico também, porque foram várias audiências. A gente trabalhava muito com educação patrimonial também, com visita dos espaços, com a ocupação desses espaços. Então, as pessoas começaram a criar um outro olhar sobre a sua própria cidade, e passaram a entender que a gente tinha um tesouro aqui, e um tesouro, na verdade, que é fruto do abandono e do conservadorismo e do esquecimento do tempo, porque essas casas são grandes, enormes, e elas ainda estão de pé porque as pessoas moram nelas, porque as pessoas também não têm dinheiro para desmontar elas e botarem outras coisas, porque não era um: “Ai, como eu moro numa casa maravilhosa que tem uma história”, entendeu? As pessoas viam como: “Ai, eu moro nessa casa enorme, caindo aos pedaços, velha” (risos). Então, eu acho que a gente conseguiu mudar esse olhar da cidade. E a questão da ponte, do tombamento, foi o ápice desse processo também: eu acho que, ali, foi a valorização mesmo do que é ser fronteiro, porque a ponte é o nosso símbolo máximo, as pessoas têm a ponte em todos os lugares, em camisetas. E, quando fala de Jaguarão, se tu clicares no Google Imagens, todas as imagens que vão aparecer ali são da ponte, porque é algo nosso que representa. E consolidar esse símbolo nosso como um bem do Mercosul, um patrimônio do Mercosul, foi muito lindo. Eu acho isso, com certeza, consolidou no imaginário das pessoas, essa questão da identidade fronteira.

SM: Também dos moradores, não só de quem passa aqui, de fora...?

MP: Não... dos moradores, porque passa, principalmente... para as pessoas de fora terem esse olhar, ela passa pelas pessoas de dentro, de quem vive aqui. Se as pessoas que vivem aqui não conseguem perceber isso, a gente não consegue passar isso para quem vem de fora. Se não, as pessoas entendem que a ponte é só um lugar para atravessar, para chegar nos *free shops*,

entendeu? (risos). Então, apesar de ser linda arquitetonicamente... mas eu acho que a narrativa, quem constrói são as pessoas do lugar. E, aí, eu acho que todo esse investimento em políticas públicas culturais voltadas para a questão fronteiriça, acho que garantem essa narrativa, consolidam essa narrativa.

SM: E a questão do Mercosul: o Mercosul foi sentido aqui na fronteira e nas questões culturais, ou não?

MP: Ele é puramente econômico, ele não impacta na fronteira. Até porque a gente tem muita burocracia até para cruzar de um lado para outro. Isso era uma coisa que a gente dizia muito na Feira Binacional do Livro, para o MEC: nós contrabandeávamos os livros para vender aqui do Uruguai, porque senão teria que taxar imposto, porque não tinha como entrar com uma caixa de livros dos autores de lá e colocar para vender. E nós fazíamos isso escondido, tipo: vazava nos carros, nós vendíamos... tinha uma banca do MEC vendendo livros contrabandeados, porque a burocracia é gigante nas questões da fronteira, sabe? A gente não conseguiu avançar nas questões de legislação para os povos fronteiriços porque a gente é sempre visto como um outro país: a gente não é visto como um território único, que junta esses dois. Então, é isso: eu acho que a questão da legislação a gente não avança e o Mercosul não contribui para isso, ele visa somente a questão econômica mesmo, de comércio, pouco influencia na vida cotidiana.

SM: E nessas burocracias o Mercosul não ajudou e nem o Estatuto Fronteiriço, os Comitês de Fronteira: isso não mudou absolutamente nada...?

MP: Não. Isso é sempre a nossa pauta, na verdade, nesses espaços, entendeu? Nós que estamos nos movimentos pela fronteira, a gente sempre está debatendo justamente isso: nós precisamos de uma legislação que tenha esse olhar sensível para as questões dos povos fronteiriços, porque há muitos impeditivos para atravessar, para trazer grupos do Uruguai, para pagar grupos. Por exemplo: se eu tenho um dinheiro público, eu não posso pagar um grupo do Uruguai, eu tenho que conseguir um artista brasileiro que receba, que me dá uma nota. Assim como o Uruguai: o Uruguai não consegue contratar grupos através dos estados brasileiros. A gente sempre tem que achar um uruguaio que receba... tem sempre que fazer o tal do “jeitinho” (risos), para poder fazer acontecer as coisas.

SM: Nem para pagar um cachê a um artista estrangeiro? Por exemplo, no Teatro Nacional, em Brasília, - quando estava aberto, porque está fechado há muito tempo -, eles recebiam companhias estrangeiras. Como eles faziam para pagar?

MP: Provavelmente eles tinham um produtor... que fazia... ele pagava o produtor e produtor paga o artista, porque não deve ser só para nós essa legislação e, pelo que eu sei, nós sempre funcionamos assim. Inclusive, agora, a gente estava eu junto com uma amiga uruguaia, nós estávamos tentando acessar um fundo *concurvable* do Ministério da Educação e Cultura do Uruguai, que era para cá para Cerro Largo. E a gente queria colocar uma atividade do corredor cultural, e nós colocamos uns artistas brasileiros, mas nós não podíamos dizer que nós íamos pagar aquele valor, porque não tem como: o Ministério não tem como pagar artistas estrangeiros; tem sempre que ser através ou de um produtor ou de um artista uruguaio que receba e repasse o cachê. E isso é um atraso, né...

SM: Queria perguntar também dos valores que eram por trás das políticas culturais nos diferentes momentos: as questões culturais estavam sendo vistas com viés turístico, com viés

econômico, político, social? Você saberia me informar sobre isso na gestão que você acompanhou? E, depois, como foi evoluindo? Qual é a sua visão do que está sendo feito hoje?

MP: Eu acho que, primeiro: quando a gente cria a Secretaria de Cultura, já é uma ação política, de que tu estás dizendo que a cultura vai ter um outro olhar sob aquela Gestão. E, a partir daí, a gente tinha uma preocupação, que era de fomentar a diversidade cultural na cidade, porque a gente tinha um olhar só sobre as festas religiosas e as festas tradicionalistas, do tradicionalismo gaúcho. Então, a gente começa com essa ideia de fomentar a diversidade cultural; então, a gente começa com um projeto chamado “Arte de Rua: os Quatro Ventos”. A gente chama uma primeira Conferência e, na verdade, foi até a única que aconteceu nessa linha, que era a 1ª Conferência Municipal de Hip-hop: a gente chama a gurizada, a gente lota o “24” e, através dali, da gurizada em construção, a gente cria o “Arte de Rua: os Quatro Ventos”, que era um projeto que circulava nos quatro cantos da cidade, a gente dividiu a cidade em quatro, e todos os finais de semana o projeto estava em um canto, dentro de uma escola, trabalhando toda essa questão do hip-hop com os MC’s, com DJ, com grafite, com todas essas linguagens junto com a gurizada. Então, essa foi uma primeira ação social [...], que fomentava toda essa diversidade cultural. Começa também com um trabalho muito voltado para a questão da cultura negra na cidade, que era muito invisibilizada. Então, a gente cria a 1ª Semana da Consciência Negra e começa a trabalhar ali, desde então, em parceria com o “Clube 24 de Agosto”, e com os terreiros da cidade, as casas de religião de matriz africana, que sempre desenvolveram as suas festas, dos seus santos, mas que também eram invisibilizados na cidade. Então, acontece a primeira Procissão de São Jorge, na “27”, na rua principal da cidade: [...] todas as casas de terreiro saem à rua e fazem a festividade. E essa parceria com o “24” que, nesse momento, está sofrendo um processo de perda da sua sede. O clube, esse ano, completou 100 anos de existência; é um clube negro que surge justamente daquele *apartheid* social que existia após escravidão, onde os negros não podiam entrar nos espaços de sociabilidade brancos. E, para que eles criassem o seu próprio espaço de troca, de encontro, eles criam os clubes negros, e o 24 é o que resiste até hoje. A gente teve outro suburbano também na cidade, e o clube estava passando por um processo de perda da sua sede, por causa de um leilão, e nós entramos, enquanto Gestão Pública, enquanto parceiro, na tentativa de recuperar essa sede junto ao movimento do clube, das pessoas que militavam em torno do clube [...]. E foi um processo muito rico: a gente conseguiu... o clube 24 entrou no movimento clubista, no movimento de clubes negros do Rio Grande do Sul; a gente nesse processo conseguiu o tombamento do Clube 24 como primeiro prédio, o primeiro clube negro considerado patrimônio histórico e artístico do estado. Então, “o 24”, na nossa gestão, e na gestão do Tarso, consegue isso. A gente consegue acessar o edital de pontos de cultura, [...] junto com o “24”. Então, teve uma mão forte do Poder Público, em relação às políticas afirmativas. Também, na nossa Gestão, a gente apoia a primeira Semana da Diversidade Sexual, a primeira Parada do Orgulho Gay, também é na nossa gestão que surgiu o apoio e o fomento a esse movimento. E também tem a ação do cineclube, que foi essa retomada da questão do audiovisual na cidade, onde as pessoas voltaram a falar sobre cinema... na primeira sessão do cineclube, a gente passou o filme do Noel Rosa, aquele filme brasileiro, não sei se tu assististe, com a Camila Pitanga, um filme lindo. E a gente levou o pipoqueiro da cidade, que é o único pipoqueiro que ainda está na esquina da praça - se tu circulares vai ver ele (risos). Então, o pipoqueiro instalou a pipoca na frente da Casa de Cultura, a gente fez todo um momento simbólico de inauguração do Cineclube, justamente para poder retomar a questão do cinema na cidade. E a gente teve todo um trabalho também, porque a cidade tem muito essa tradição dos corais. E a gente, na época, contratou um Maestro Uruguaio, o Juan Schelleberg que trabalhou, também, uma orquestra com os jovens, aproximou bastante os jovens da questão do coral. Acho que a gente abriu a Casa de Cultura, popularizou a Casa de Cultura, as pessoas tinham vergonha, medo de entrar na Casa de Cultura:

era uma coisa muito elitizada: era, como eu te disse, era muito voltada para as exposições das senhoras que pintavam os quadros... então as exposições sempre eram com salgadinhos, era muito... as pessoas achavam que não pertencia a elas. E acho que a gente popularizou a Casa de Cultura e criou essa sensação de pertencimento nas pessoas. Isso foi um processo bacana, também, da Gestão. Então, eu acho que a gente atuou... Na área da economia, uma das ações da Secretaria de Cultura foi a da criação da Feira da Economia Solidária. Com a Feira da Economia Solidária, que acontece uma vez por mês, ali na praça, se formou um movimento da economia solidária na cidade, que hoje tem a casa, que é ali no Círculo Operário. Não sei se tu já conhecesse o prédio do Círculo Operário, é pertinho daqui. E, ali, fica a sede da Casa da Economia Solidária, que reúne os artesãos da cidade. Então, também foi um processo que aconteceu dentro da Secretaria de Cultura, na nossa Gestão.

SM: Então, com um viés também econômico, mais com essa...

MP: É. Mais direto. Porque também quando a gente recupera... Quando tu começa a investir no patrimônio histórico, tu estás gerando emprego através da cultura, de investimentos na cultura. Porque, na questão da construção civil, foram muitas pessoas que trabalharam nessas obras e que, até hoje, trabalham aqui na igreja. Então, se gerou muito emprego, nesse sentido, de recuperação do patrimônio, e também da cadeia produtiva da cultura, porque quando se inaugura o Teatro... aí é isso: tu fomentas o pipoqueiro, tu fomentas outros grupos locais, o produtor cultural, o pessoal que faz o material gráfico para divulgação. Então, há toda uma cadeia produtiva em cima desse fomento à produção cultural [...], que também gera indiretamente a questão Econômica. Os grandes eventos, a Feira Binacional do Livro, que a gente cria na nossa Gestão, a valorização do Carnaval, investimento no Carnaval. O Carnaval virou o maior carnaval de rua do Rio Grande do Sul; então, tipo: milhões de turistas, 20 mil pessoas na Avenida - isso tudo foi investimento que também acaba na geração econômica.

SM: E o carnaval, na época, ele era só do lado de Jaguarão?

MP: Sim, ele ainda é do lado de Jaguarão, [...] só que ele era um carnaval para a cidade, [...] ele era um carnaval que se resumia no nosso espaço e de pessoas que vinham porque conheciam alguém e acabavam na casa de alguém... Quando a gente entra, a gente bota um valor, investe no Carnaval, na estrutura, melhora a estrutura de som, melhora a estrutura dos camarotes, e começa a construir com as pessoas, que trabalham no Carnaval também, nesse processo. Então, a gente investe e fortalece a liga das entidades carnavalescas, acontece a criação da liga dos trios elétricos. Porque, o quê que acontece: na cidade, havia uns reboques que são os instrumentos que se usam nos tratores, para carregar coisa nas lavouras e que, como a gente é uma cidade, também, de uma matriz econômica muito voltada para o campo, acabava que a gurizada pegava os reboques das fazendas dos seus pais e saiam em cima pendurados com tratores na Avenida, entendeu? Era uma coisa surreal! A gente falava que era um “carnaval rural” [...]. Então, a gente, quando assumiu, a nossa primeira tarefa é proibir os reboques na Avenida; então, a gente comprou uma briga gigante com a gurizada; e fazer com que eles andassem com um caminhãozinho que fosse com som, [...] porque existia muito essa questão das turmas, e as turmas se organizavam e iam junto com os reboques. E, a partir de então, eles começam a criar trios elétricos pequenos e que, hoje, são grandes empresas, que geram muito dinheiro no Carnaval, também, com abadás e com tudo. Então, se cria também a cultura dos trios elétricos, e Jaguarão passa a ser a Salvador do Sul, [...] do Rio Grande do Sul, aonde é o maior carnaval. [...] Então, a partir daí, também, dessa mudança, e a gente começa a receber turistas, as pessoas saem das suas casas para alugar para os turistas ficarem: o turista tomou conta do Carnaval, virou um Carnaval enorme, e que gera muito dinheiro, então, porque tu

fomentas desde os pequenos, os ambulantes, as pessoas que saem para vender churrasquinho, pastel, refrigerante, cerveja, até os hotéis, os restaurantes: porque, daí, eu posso até te dizer porque que eu acho que era a nossa grande indústria sem fumaça, a nossa grande empresa, que a gente conseguiu captar (risos).

SM: Mas, agora, nem tanto...?

MP: Agora, nem tanto, porque o quê que acontece: já vinha um tensionamento dos trios elétricos, porque aí eles começaram a ganhar força; porque, na verdade, eles também, quem conduzem esses carros elétricos são os detentores do poder econômico da cidade; porque são os grandes latifundiários: os seus filhos que coordenam, essa parte, e os grandes empresários. A gente tem um empresário de festa grande aqui, que também tem um trio elétrico. E eles vinham, há horas, tensionando para que se privatizassem algumas ruas, se fechasse algumas ruas, e só deixasse entrar quem tinha a pulseira dos trios elétricos... e nós vínhamos trancando o pé, dizendo que não. O sucesso do carnaval de Jaguarão era justamente por ele ser um carnaval do povo, de todo mundo. Assim como a gente investiu nas estruturas de camarote, a gente investiu nas estruturas de arquibancadas, que são totalmente gratuitas. Então a gente ampliou o número de arquibancadas, melhorou as condições delas. A gente investiu, cada vez mais, nas escolas de samba, também, que são tradicionais na cidade; são três que a gente tem. Então, a gente sempre mantém o equilíbrio da balança. E eles vinham sempre tensionando; e, nessa Gestão que entrou, eles ganharam. Então, quem gestionou o Carnaval, esse ano, foi a Liga dos Trios Elétricos. E eles já deram esse outro viés comercial, porque a gente botava no regramento que eles tinham que começar a passar na Avenida, porque, se não... a nossa Avenida, como é na rua... e a gente só tem três escolas de samba, os trios elétricos é que movimentavam aquele horário das 8 horas da noite.

[Momento de fala sobre a criança que estava com a entrevistada]

SM: Você saberia me dizer se tem alguma documentação sobre o Carnaval de Jaguarão em algum lugar... ou alguém que teria trabalhado essas questões...?

MP: Talvez algum trabalho de conclusão de curso da Unipampa e, também, de repente, dá para pegar o histórico de investimentos ou questão orçamentária, [...] porque a gente nunca conseguiu contabilizar bem o quanto eles geravam de lucro, mas a gente entende que era umas duas ou três vezes o que a gente investia, no Município, que voltava.

SM: É sempre a dificuldades com as questões culturais, é isso...

MP:...de mensurar, né...é.

SM:...é difícil.

SM: E, em termos de produção cultural na fronteira, como um todo, não só em Jaguarão: como você descreveria em termos de expressões artísticas que são mais presentes, de liberdade artística, até pelas questões de segurança que estão presentes aqui... lugares onde tem mais produção ou menos produção artística...?

MP: Eu acho que a gente mantém muito a questão da música, acho que é muito forte, em ambas, em todas as fronteiras; a questão da literatura, eu acho que é forte, e a dança, também, mas acho que a dança é menos representativa, eu acho, na questão fronteira, tipo, do hibridismo

[...]. Eu acho que ambos os lados trabalham bastante a questão da dança, mas eu não vejo ela de uma forma representada como uma expressão da fronteira, sabe? Acho que a música e a literatura são mais simbólicas, nesse sentido.

SM: A dança seria uma produção cultural da fronteira, mas não necessariamente de fronteira, no sentido...

MP: É... exatamente... conceitual da coisa, assim.

SM: E a dança é mais ligada à questão do tradicionalismo, ou são danças contemporâneas?

MP: [...] as academias de dança, têm muito aqui... lá no Uruguai também tem alguma coisa [...]: balé... Aqui é muito forte a dança do ventre. E, lá no Uruguai, agora, eu vi que estão trabalhando Flamenco. Então, esses tipos de expressões artísticas, na área da dança.

SM: Em termos de locais, Jaguarão, para você, se comparado com Livramento, comparado com outras cidades, com Chuí, com...

MP: [...] Acho que as duas maiores expressões, falando de cidade, são Jaguarão, Ríó Branco e Santana do Livramento e Rivera. E acho Santana do Livramento e Rivera mais ainda, até porque são cidades gêmeas, tipo: não existe um rio que separa, nem nada nesse sentido, é só cruzar a rua [...]. Então, eu acho que eles são bem fortes nessa questão de políticas para fronteira, em todas as áreas, e na cultura também. Mas acho Jaguarão, depois de Santana do Livramento, é uma grande referência.

SM: E, em relação às cidades maiores, como Bagé, como Pelotas... como funcionam ao mesmo tempo a hierarquia, ou não, e as redes culturais, em termos de circulação? Se tem espetáculos que vêm de Bagé para cá ou, também, a produção da Fronteira que vai para lá... Como você diria que funciona essa circulação?

MP: Eu morei durante muito tempo em Pelotas, porque eu me formei lá. Então, a minha militância cultural, de fato, e as minhas primeiras experiências de produção cultural, todas foram em Pelotas; e eu sempre tive Pelotas como uma grande referência de cidade polo cultural. Mas eu acho que esse foi um outro processo bacana que a gente fez de descentralizar esse polo, e de Jaguarão se tornar referência, principalmente, quando a gente inaugura o teatro, no final de 2015. Então, [...] a gente passa a ter um espaço que abarca grandes espetáculos. Então, a gente começa a receber grandes espetáculos na cidade, que ficavam centralizados em Pelotas. E começa também um pessoal que produz cultura em Pelotas querer circular por Jaguarão. Então, chama a atenção deles se apresentar no teatro. E, então, acho que a gente muda um pouco esse trajeto, essa questão do polo cultural, a gente descentraliza os investimentos feitos em cultura, aqui em Jaguarão.

SM: E, na cabeça das pessoas, em Pelotas, que você conhece, e aqui: você diria que tem um pouco uma hierarquização do que é produzido culturalmente? Queria saber se as pessoas da fronteira valorizam, ou não, pensando que aqui a cidade é pequena, o que é produzido aqui não é tão bom e o que vem de fora é melhor... ou, se pelo contrário, a fronteira existe como um lugar culturalmente interessante, que é valorizado, talvez, lá em Pelotas...

MP: Eu acho que as pessoas, aqui em Jaguarão, são bem bairristas. Elas acham que a gente tem que valorizar e focar no que é daqui. Então, acho que isso é bem forte. A gente até comprava

umas brigas de debate assim, porque a gente achava que tem que fomentar o que é daqui, mas que é fundamental o intercâmbio, para que as pessoas tenham, inclusive, referências; porque se parte sempre do empírico. Então, até para os próprios músicos: [...] por exemplo, a gente trouxe duas vezes Alice Brandão. Então, também há um intercâmbio de olhar de aprendizado nesse processo, quando tu também faz com que a cidade seja um espaço de circulação, e não só de fomento à produção, né? E Pelotas se voltou muito para Jaguarão, porque em Pelotas também teve um desmonte muito grande nas políticas públicas, na área da cultura: até hoje o Teatro 7 de Abril está fechado, acho que fazem mais de 7 anos que o teatro público de Pelotas... está caindo. E, então, Jaguarão começou a ser um lugar onde a galera de Pelotas, que produzia cultura, começou a voltar o olhar também nesse processo, [...] de ocupação da cidade, dos espaços culturais. Aqui, a gente, eu acho, que conseguiu abrir as portas de Jaguarão, colocar Jaguarão no mapa cultural. Acho que esse foi um ponto importante da gestão da qual eu fiz parte.

SM: E isso aconteceu mais ou menos em 2008, lá pro início, ou um pouco mais tarde?

MP: Em 2010... eu acho que a gente conseguiu consolidar, porque 2008 a gente assume, com o orçamento da Gestão anterior, passa pelo processo da criação da Secretaria, da estruturação. Então, foram os momentos de organizar a casa e de começar a plantar a semente. Mas acho que lá para 2010, a gente se torna referência, porque é quando a gente faz a Feira Binacional do Livro, ocupa a Praça - que não existia, antes, feira do livro na cidade. Existia uma feira do livro promovida por uma organização da Sociedade Civil, que promoviam numa casa, um espacinho. E a gente ocupa a praça com a feira do livro, ela passa a ser municipal, [...] binacional. Então, eu acho que todo esse processo colocou Jaguarão no mapa, assim, no olhar dos outros lugares também.

SM: Então, tem uma valorização pela cultura fronteiriça, da cultura fronteiriça, pelas pessoas de Pelotas...?

MP: Ah, com certeza... Porto Alegre... acho que a gente ganhou bastante destaque e respeito, sabe? E, no lado do Uruguai também [...]. quando a gente consegue ganhar respeito em Melo, quando a gente consegue ganhar respeito em Montevideo, passa por esse processo da cultura.

SM: Melo também... e Bagé?

MP: Bagé a gente não se relaciona muito. Acho que até pela questão territorial mesmo, né? Ela fica meio na contramão. Então, não é uma cidade que a gente tem uma relação direta. A gente tem mais relação com Pelotas mesmo.

SM: Eu peguei essa estrada para Bagé, e acabei chegando de noite... eu sofri muita complicação, não é tão fácil assim...(risos).

MP: Não é, porque, daqui, ou tu vai pelo Uruguai, mas aí tu tem que ir por Aceguá, [...] ou, se não, tu vai até Pelotas, de Pelotas para Bagé, porque nem tem ônibus direto daqui. Então, não é um local que a gente...

SM: Então a rede com Pelotas é forte... Mas a rede com o Livramento, por exemplo... porque aí também o acesso é difícil. Tem relações entre os municípios fronteiriços?

MP: Diretamente, não. Claro: a gente já teve interesse de companhias de Livramento virem se apresentar aqui, de projetos. Quando a gente construiu o movimento das Fronteras Culturales, a gente se encontrava uma vez por mês, todas as cidades, para dialogar e ver de que forma a gente podia potencializar esse intercâmbio fronteiriço. Mas não há uma relação direta justamente por isso: pela questão territorial mesmo. A nossa aqui é com Pelotas e com Melo, [...] ou Treinta y Tres, que talvez seja uma cidade também mais perto, mas principalmente Melo, porque Melo é capital do departamento de Cerro Largo, porque é onde fica Río Branco.

SM: Então, organizar feiras em conjunto, turnês em conjunto, não é uma coisa que foi possível de acontecer...

MP: Não aconteceu, não aconteceu...

SM: [...] E coisas que vêm de fora, então, shows, artistas... seria mais de Pelotas, ou vêm de Porto Alegre também?

MP: Mais de Pelotas...Vem de Porto Alegre também, mas é mais pela proximidade, né, mas [de] Porto Alegre também circula bastante aqui, principalmente depois da inauguração do teatro. Eu acho que o Teatro foi a grande conquista da cidade, porque nos faltava um espaço que acolhesse música, dança.

SM: E a programação do teatro se mantém nessa última Gestão?

MP: Tu sabe que eu brinco um pouco, assim, nos bastidores: a gente tem um radialista aqui na cidade, o Rubayat, não sei tu já ouviste falar dele, ele é meio poderoso. E eu sempre digo que, para mim, ele é o novo Secretário de Cultura, porque eu só vejo ele produzindo coisas no teatro. Então, eu acho que a gente perdeu nessa gestão, porque, para nós, o Teatro também era um espaço de formação, tanto do fazer artístico quanto de público [...]. Então a gente transferiu o cineclube para o Teatro, que acontecia todas as quintas-feiras, a gente tinha oficinas permanentes de dança, de teatro e de educação patrimonial, que acontecia todas as semanas, com duas turmas, em dois horários de turmas gratuitas, promovidas pelo Município, e tudo isso se perdeu nessa Gestão. Então, eu acredito que ficou um espaço... a gente tinha um convênio com entidade tradicional daqui, a SIC, que é a Sociedade Independente Cultural, que sempre se mobilizou e trabalhou com a questão da cultura. Então, o pessoal da SIC também nos apoiava, na gestão do teatro, tipo, na bilheteria, na gestão de agenda do teatro. E, hoje, o Município não tem nada: só tem uma pessoa que trabalha lá no teatro. Então, eu acho que a gente perdeu bastante na questão da gestão do teatro como um espaço público de cultura.

SM: O que eu entendi: essa pessoa, esse radialista que você mencionou, eu acho que ele virou produtor associado ao teatro [...]

MP: Ah, eu não sei se ele está associado, mas, assim: [...] eu só vejo ele produzir coisas, entendeu? Os eventos que acontecem no teatro são produção dele. Então, não sei se ele é associado, se ele toca banda (risos), mas a questão é que: onde está o Poder Público? Porque o teatro é um espaço público! Ele deve se tornar para o público de Jaguarão, deve servir para fomentar a cultura. E essa diversidade cultural, os fazedores de cultura, enfim: não vejo essa política, eu acho que ele virou um lugar de espetáculo, que era o que a gente temia um pouco, e que a gente não conseguiu consolidar. Foi um ano que a gente ficou gerindo. A gente entregou ele em 2015 e, durante um ano, foi interrompido esse processo...

SM: Sim. E essa programação que vocês fizeram no teatro, em 2015, com as oficinas etc., tem alguma documentação disso?

MP: Eu acredito que sim. Nós tínhamos um blog, mas que ele saiu do ar também... mas.. pois é.. eu tenho alguns cartazes, algumas coisas digitais. Eu posso te passar...

SM: Sim, qualquer coisa que você tiver-

MP: [...] fotos, essas coisas...

SM: Porque é um pouco difícil tentar fazer essa cronologia, porque uma das coisas que eu quero fazer com esse trabalho de doutorado é tentar realmente sistematizar as coisas: fazer uma cronologia, fazer tabelas. Parece que...

MP: Tem a página da Secretaria de Cultura anterior e tem a página da Secretaria de Cultura agora, [...] tem duas páginas do Facebook. Então, de repente, ali, tu já podes pegar alguma coisa, até de comparativo, eu acho, e eu posso te passar depois, tu me deixa teu e-mail que eu te passo o que eu tenho de fotos, de cartazes, e de registros.

SM: E a página no Facebook da Gestão anterior...

MP: Está como “Secretaria de Cultura”, e a, de hoje, está como “Secretaria de Cultura Jaguarão/RS”. “Secult Jaguarão” e uma outra “Secult Jaguarão RS”, uma coisa assim, vai ter que dar uma “procuradinha”.

SM: Eu acho que do que eu queria realmente perguntar... Ah sim, tem uma coisa na qual a gente tocou mas nem tanto... a questão da participação da sociedade civil nas ações, ou de quaisquer órgãos privados, como isso foi evoluindo, ao longo do tempo, se ganhou importância, se perdeu importância, a relação com o poder público...

MP: [...] a gente sempre construiu as coisas através de fóruns, de conferências. Na nossa gestão aconteceram as primeiras conferências de cultura da cidade, nós fomos os criadores da Lei do Conselho Municipal de Políticas Culturais. E foi na nossa gestão que se criou o conselho, e [...] eu noto uma ausência total de participação da Sociedade Civil hoje. Eu sempre digo que a gente era muito cobrado, tinha mobilização da esquerda, que nos cobrava bastante, [...] tanto dentro do Conselho de Cultura quanto mobilizados através de grupos, principalmente da universidade, [...] da juventude da universidade. E, hoje, eu vejo uma ausência total: eu não vejo debate sobre a política pública cultural de Jaguarão [...], não vejo um espaço de fórum, de conferência. O Conselho está super desarticulado, pelo que eu tenho notícias. E a gente tinha deixado encaminhado para ser lançado em seguida, inclusive, com a contratação dos pareceristas, encaminhados para lançar o primeiro edital de apoio e fomento à cultura local, que seria para diversas áreas: artes visuais, dança, teatro, música, literatura. Seriam editais, se eu não me engano, de 10 000 reais para cada área, e que, até hoje, não aconteceram e não se tem notícias do que vai ser feito do Fundo Municipal de Cultura, que foi criado na nossa gestão também. Então, eu acho que essas ferramentas de participação da sociedade civil foram se perdendo. Não existiam, nós criamos e não consolidamos. Eu não vejo a sociedade civil cobrar sobre esses espaços de participação também, acho que há um silêncio na cidade, em relação a isso.

SM: E quando você diz que eles cobravam antes: eles cobravam ou eles queriam ainda mais do que estava sendo feito...

MP: Eles cobravam mais... claro, porque: como a gente também teve um fenômeno com a universidade, que foi aquela questão dos alunos lá do Nordeste, de São Paulo, virem estudar aqui, em função do PROUNI. E, então, essa gurizada vem de um espaço, cai no outro, não compreendem os processos, e acha que nós estamos completamente atrasados, errados, equivocados. E, então, acho que era justamente por falta de compreensão de processos. Então, talvez hoje eles estejam quietos, porque percebam... não sei, não sei por que o silêncio. Mas eu notava isso, assim: nossos debates com esses movimentos eram sempre nesse sentido: eles cobravam mais e mais e mais, e nós tentávamos explicar a conjuntura e os processos que... a gente sabia que tinha que avançar, é óbvio, mas que nós estávamos caminhando em direção a isso, porque nós tínhamos começado do zero, porque, há 8 (oito) anos atrás, nós não tínhamos nem Secretaria da Cultura. Então, acho que a gente não era compreendido assim, e porque também é característica dos governos de esquerda, dos governos progressistas, como queiram chamar, de ampliar os espaços de debate com a Sociedade Civil. E, nos Governos mais à direita, a gente geralmente vê esse silenciamento, essa falta desses espaços de conversa, de diálogo com a Comunidade. O prefeito mesmo... o Mercado Público foi entregue em quase um ano, a obra do mercado. E, hoje, eu vi uma matéria em que ele anunciou a abertura, a licitação para a ocupação do mercado. E ele nunca deu uma entrevista, nunca respondeu aos anseios que está sendo, inclusive, depredada... a obra está aí pronta, zerada, seis milhões de investimento público, e não responde, não fala, [...] não acontece, sabe. Então, eu acho que um pouco isso [...]. Isso é até uma angústia minha, pessoal, enquanto militante da cultura, enquanto uma pessoa que foi recentemente gestora, e que eu não posso voltar para a linha diferente da militância dessa forma, porque se não eu presto serviço, inclusive, como apenas um debate político-partidário, [...] quando, na verdade, não é.

SM: Então, você diria que a criação na Unipampa de um curso de produção de políticas culturais teve alguma influência sobre a importância que se colocou na questão cultural aqui, na questão binacional também...?

MP: Ah, com certeza! O curso só surge de toda a movimentação cultural e política da cidade. Ele só existe em função disso porque foi uma parceria: a gente, enquanto Gestores, enquanto militantes da cultura, nós auxiliamos na criação do curso na cidade. Então, eu não tenho dúvidas que foi uma coisa que foi consequência da outra [...]. Só existe o curso de Produção e Política Cultural na cidade porque houve todo esse movimento de políticas culturais do município, e que, hoje, talvez o curso esteja sob ameaça, inclusive, porque vai se perdendo essas questões. Agora que bom que vai se ocupar o mercado, mas de que forma vai se tratar a gestão do Mercado Público? [...] Nós tínhamos uma ideia que era que ele fosse, além de um espaço de geração de renda e emprego, que ele fosse um espaço também de ocupação cultural, onde houvesse espaço para os artistas exporem, onde houvesse um espaço para a economia solidária, onde fosse fomentado eventos no próprio Mercado. Então, eu acho que essas questões, elas influenciam direto no caminho da Universidade também.

SM: E você estava me falando da influência do setor da cultura sobre a Universidade... Mas será que tem uma retroalimentação, pelo fato de formar muito produtores culturais? Teve uma influência cultural daqui, ou as pessoas voltaram para a região deles...?

MP: É, as pessoas voltaram [...]. Eu vejo que às vezes os cursos de Letras contribuem mais, História, para essa função na cidade, nessa questão de trabalhar a cultura da fronteira do que o próprio curso de Produção e Política Cultural. [...] eu noto um pouco de ausência do debate do curso de Produção de Política Cultural, nessa questão da temática das fronteiras; eu acho que

eles não conseguem se conectar... Eu não sei se é porque a maioria dos alunos de Produção Política Cultural é de fora da cidade mesmo, e que não tem nem muita noção do que é a estar numa fronteira e toda essa questão cultural fronteira... Eu noto um pouco de ausência. Acho que o curso poderia contribuir muito mais [...]

SM: Eles não têm tantos projetos concretos na cidade...

MP: Eu não vejo muito. Eu acho que a gente teve isso no primeiro ano do curso, nos primeiros quatro anos do curso, a gente teve uma turma excelente, que foi o pessoal do Coletivo Pé de Que, que foram os que fizeram o acervo, que foram os que ajudaram na contribuição para acesso ao edital do Ponto de Cultura do 24. Então, na primeira leva de alunos, [...] a gente teve bastante influência do curso. Acho que teve bastante presença dos alunos do curso nas questões da cidade. Mas, depois, eu notei uma queda nisso: eu não sei se foi pela questão do perfil da coordenação do curso, não sei, assim, quais foram as questões que influenciaram, mas eu sempre achei também, dentro do curso, eu acho pouco trabalhado essa questão da cultura de fronteira. Acho que outros cursos trabalham mais nisso.

SM: Uma pessoa com quem eu conversei, em Livramento, me falou que, na visão dela, a chegada de pessoas de fora acabou virando mais o olhar dos locais, dos moradores, para a questão da fronteira e para o fato de que não é uma coisa normal, é uma coisa excepcional você falar uma mistura de duas línguas, e conviver com os vizinhos de outro país etc, na opinião dela. Ela foi a única pessoa que me falou isso até agora. Ela me falou que, para isso, a questão do Mercosul foi importante, e a chegada de muitas pessoas de fora, em certo momento, fez os próprios moradores olharem para o que eles tinham, que antes era uma coisa normal que eles nem sabiam que não existia em todos os lugares. Não sei se você concordaria ou se discordaria ou se também tem isso em Jaguarão, ou não.

MP: Eu acho que, por isso que eu te falo: os cursos de Letras e História trabalham muito essa questão da cultura da Fronteira. Então, próprios alunos jaguarenses que... a maioria são jaguarenses, alunos de Letras e História, acabam se enxergando enquanto fronteiricos, descobrindo os seus conceitos e teorias sobre ser da fronteira. Acho que isso, sim, pode ter contribuído, mas eu não sei se essa questão de ter pessoas de fora, se isso... porque eu também entendo que a fronteira é um lugar que a gente está acostumado a ter pessoas de fora, porque é um espaço de circulação. A gente, talvez, não tinha pessoas de fora morando aqui, mas as pessoas circulando têm de tudo que é lugar sempre. Então, não sei se isso... eu não saberia te dizer mesmo, se isso influencia ou não, para que a gente se enxergue como fronteirico.

SM: Não, mas tem várias visões sobre e isso é interessante... eu vou ouvindo o que as pessoas falam...

MP: [...] Claro! Eu não percebo isso, mas, de repente, ela percebeu, entendeu? Isso para ela talvez tenha tido feito diferença.

SM: Eu acho que agora eu terminei tudo o que eu.. todas as perguntas que eu queria fazer, que eram mais pontuais. Não sei se você tem alguma coisa a mais, geral, para me falar sobre a pergunta mesmo da minha tese... que é de como a produção cultural, as políticas culturais, podem contribuir para a geração de um espaço transfronteirico. Se você tem alguma coisa mais para falar sobre isso ou sobre uma coisa que você acha que a gente não cobriu.

MP: Eu acho que as políticas de cultura têm tudo a ver com isso, porque está em cima de tudo o que a gente conversou aqui: nós éramos, antes, uma cidade voltava de costas para a cultura fronteiriça, nós estávamos, por mais que isso fizesse parte do nosso cotidiano, nós não nos enxergávamos enquanto fronteiriços, enquanto... que isso fizesse parte da nossa cultura, nós enxergávamos como parte da nossa cultura somente o CTGs, as danças gaúchas. E quando a gente faz investir em política pública com esse outro olhar, começa a valorizar toda essa questão da fronteira, conceituar, a valorizar os seus símbolos, a sua memória... Nesse sentido, eu acho que, daí, tu contribui enormemente para transformar esses espaços, em um espaço transfronteiriço, nesse terceiro espaço, nesse espaço híbrido. Eu acho que a política cultural foi fundamental para esse processo. E é isso que eu, hoje, vejo que... não sei se perdendo, porque eu acho que ela se consolidou bastante essa questão da identidade fronteiriça, nesses oito anos. Mas acho que foi mais nos Governos da Dilma, acho que a gente vai perdendo um pouco, nesse processo dessa nova gestão de cultura da cidade; eu acho que a gente perde bastante.

SM: Não sei quando começou a questão da conceitualização das pessoas, mais lá por 2008...

MP: Ah, eu acho que sim. Acho que o marco é 2010, sabe. Porque, daí, a gente cria o “Fronteras Culturales”, lança a Carta de Santana do Livramento, que o Ricardo já deve ter te passado, não sei (risos). O Ricardo também é um verdadeiro entusiasta na força desses corredores culturais (risos)...

SM: E sobre isso ele falou que ia me mandar...

MP: Então, aí, eu acho um movimento muito forte, de fato, e, aí, eu acho que 2010 é um marco desse debate, dessa consolidação da identidade fronteiriça.

SM: Você acha que isso não existia antes pelos Comitês de Fronteira, por outras entidades públicas?

MP: Eu acho também que a gente não começa nada do zero, eu acho que as coisas são sempre um processo, mas eu acho que com essa... com esse incentivo tão forte ou com essa mobilização forte, com esse investimento forte do poder público, em três esferas... Nós trabalhávamos alinhados aos governos federal, estadual e municipal com essa política. Então, acho que não havia tido um olhar tão forte, voltado para essa questão das políticas culturais da fronteira. Aí eu acho que é um grande marco, e acho que isso fez toda a diferença nesse processo, porque a gente conquistou de como a gente chegou até aqui.

SM: E por parte dos moradores de Ríó Branco, você acha que esse processo foi, mais ou menos, com os mesmos marcos e no mesmo tempo, do que para os moradores de Jaguarão? Ou essa identidade fronteiriça, ela era presente antes, ou chegou depois?

MP: Eu acho que foi mais ou menos nesse mesmo marco, porque a gente tinha um trabalho muito forte com a Casa de Cultura de Ríó Branco, com a gestão de cultura de Ríó Branco: a gente fez um laço muito forte. Nós fizemos esse movimento que, antes, não havia muito, do próprio poder público para lá, entendeu. E, também, Ríó Branco, recentemente, criou o seu município. Ríó Branco não era município até 2008/2009. Ríó Branco não era município. Então, a primeira gestão municipal de Ríó Branco foi a partir de 2010. Ríó Branco era uma extensão de Melo, entendeu? Ela tinha uma junta departamental, lá, que geria, mas não havia o prefeito da cidade, secretarias, a estrutura, não existia isso. Então, acho que é por aí, também, que a gente começa a fortalecer... Quando Ríó Branco vira município, a gente consegue

fortalecer esse intercâmbio com o Uruguai. E, a partir dali, também, com certeza, tem um impacto grande do outro lado. Tu tinhas que dar uma conversada, eu não sei quanto tempo tu vais ficar aí?

SM: Eu fico até o final do dia no sábado.

MP: Porque eu posso... vou te passar pelo WhatsApp, de repente, o contato da Mireya, não sei se já te falam...

SM: O Ricardo me passou...

MP: Aah, porque a Mireya também era Secretária da Cultura na nossa época, e Mireya foi quem participou de todo esse processo, porque tem um acúmulo que a gente fez dessa visão do que impactou lá do outro lado.

SM: Sim, eu vou conversar com ela. Tem alguma outra pessoa que você me recomenda para conversar? Porque o Rodrigo -mas, assim, é a fala de cada um, né- me falou que não era tão interessante conversar com o Secretário de Cultura... mas eu acho que eu vou conversar...

MP: Ah, mas eu acho que nisso eu concordo com ele (risada), apesar de eu discordar de muita coisa com ele, mas às vezes eu concordo com ele: eu acho que, dali, tu não vais tirar nada, porque, infelizmente, o pobre do Secretário não sabe muito da cultura de Ríó Branco. Eu acho que com quem ele deve ter te indicado é a Sandra, do Centros MEC. A Sandra é muito mais ativa, com certeza pode contribuir muito mais.

SM: Ele me falou de outra... ele me falou que eu podia conversar com o Secretário de Turismo, mas não é muito o meu foco. Mas você recomendaria a Mireya e a Sandra...

MP: [...] Acho que, com elas duas...[...] talvez, ali, elas vão te encomendar outras pessoas daquele lado lá, mas acho que elas são duas grandes referências.

SM: Você tem o contato da Sandra?

MP: Tenho.

SM: Você me passaria?

MP: Claro, tu me passas o teu WhatsApp, que eu te passo.

[Momento de troca de número de telefone]

Appendix 7: Interview transcript – Mangela Britos

Interviewee: Mangela Britos

President of the Municipal Cultural Council [Conselho Municipal de Cultura].

Border Women Collective [Coletivo Mulheres de Fronteira]

Location of the interview: Hotel Py, Rio Grande do Sul, Brazil

Date of the interview: 13.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

MB: A gente tem que trabalhar muito ainda. Precisa trabalhar muito essa questão, tem que aproveitar. A ideia é: vou bater sempre na mesma tecla de que a gente tem que trabalhar em conjunto, tem que trabalhar a questão da cultura. Porque isso que eu vejo de fora. Quando eu cheguei aqui eu encontrei esse olhar. Olhar conservador. Rejeitar o que é a cultura do outro faz parte do que é a sua também. O Brasil é isso.

SM: Mas você vê aqui a rejeição até da cultura daqui?

MB: Sim! Eu fui no teatro, adoro teatro. Adoro o som que tem o teatro, tem uma acústica maravilhosa. E aí veio o pessoal do Uruguai e estava o pessoal do Brasil. O uruguaio gosta do candombe, e ele sofre uma mudança aqui na fronteira, uma mudança muito grande. E aí chega o pessoal do Uruguai, eles vieram se apresentar aqui no teatro. A gente ficou feliz da vida, escutar os tambores. Eu sempre fico ali na frente, conversando e escutando. Aí o pessoal começou assim: ‘isso não é assim, já mudou muito. Aquilo que estou escutando não é’. ‘Mas o que tu está reclamando?’ ‘Nada. É que eles pegaram nosso candombe e fizeram uma coisa’ ‘Que coisa fizeram?’ ‘Não é candombe’. Eles deram a identidade de fronteira. Até do extremo sul do Uruguai até Ríó Branco, quando vem o pessoal do sul, escuta o rio branquense tocar candombe e é de arrepiar. A gente tem que trabalhar isso. As pessoas ficam bravas porque ele sofre essa mudança e as pessoas não conseguem aceitar que ele teve uma mudança.

SM: Porque Ríó Branco -

MB: Porque Ríó Branco está na fronteira, ele tem aquela mistura. Quando o uruguaio vem para o lado e apresenta o candombe do jeito que ele é, não tem brasileiro que não tenha escutado o candombe que ele é na sua essência. Aí o jaguarense fala ‘essa porqueira que estão fazendo do lado de Ríó Branco não é’. Para um pouco. Vocês moram aqui, vocês não conhecem o que vocês fazem aqui. É diferente. Vocês já escutaram música do sul do Uruguai. Ela é de todo Uruguai, mas ela vai sofrendo mudanças, em toda a nossa fronteira. Em todo o país ela é diferente, ele vai mudando, ele vai se misturando com a cultura que está ao lado. E quem está do lado é o Brasil. Se eu vou falar para o brasileiro que eu odeio quando o brasileiro toca candombe, o que vocês vão falar para mim? ‘Ah, mas tu já vai começar’. Eu estou perguntando. Vocês tocam candombe, e é nosso. Vocês pegam o candombe e misturam com o samba. Ele enriquece a cultura de vocês e vocês a nossa. ‘Mas em Ríó Branco é diferente’. Ele vai ser diferente. O rio branquense está pensando em sua cultura uruguaia, mas com influência do

Brasil. E vocês pegam e misturam o samba com o candombe e fazem isso. E se tu escuta o pessoal de Jaguarari e escuta o pessoal de Ríó Branco, eles moram divididos por um rio e eles são bem diferentes. Só um pedaço de água que divide eles, mas ela é diferente, o som é diferente. Mas isso não quer dizer que tu está brigando com a cultura do outro. Ainda custa de enxergar isso, que isso faz parte da nossa identidade. Eu falo: vocês são daqui. Se a gente escuta vocês onde for, sabe que vocês são de fronteira. Onde for que a gente presta atenção no ouvido sabe que vocês não são do resto do Uruguai e nem do resto do Brasil. Vocês são de fronteira. E os dois vão ter essa mesma mistura. Mas entre eles mesmos ainda tem essa briga. E em toda a cultura, teatro, música, dança, tudo tem essa briga, de que sim, de que não. Eu acho que isso que a gente está trabalhando, não sei se vai conseguir chegar lá. Mas vai continuar trabalhando, porque isso é o diferencial. É o diferencial da fronteira essa mistura. Agora tem a questão do teatro aqui na fronteira. E aí eu falei assim: ele tinha apresentado o projeto para fazer a semana do teatro. E eu perguntei para o Renato: ‘Renato, o que tu vai fazer?’ ‘Eu vou trazer uma peça lá de São Paulo’ ‘Porque?’ ‘Ah, mas não tem’ ‘Tem sim! Procura aí na biblioteca’. Ele é formado lá no Rio, é ator. Mas ele veio fazer para produção aqui. Ele está na setorial de teatro, música e dança. Se tu vai fazer uma coisa, tu vai ocupar o espaço do Teatro Esperança, que é um monumento, patrimônio jaguareense, porque tu não leva uma coisa bem de fronteira? Aí ele: ‘não!’. ‘Porque?’ ‘É que não tem’, ‘Tem sim! E ela é muito rica em cultura’. Até o desconhecimento da cultura as pessoas tem. Então vai lá na biblioteca, senta, pede para quem está lá. Tem um monte de coisa. E elas sempre estão dispostas a para procurar no fundo da biblioteca. Então até a pessoa que está trabalhando com produção não sabe. Não consegue trabalhar a questão de fronteira. Então fica com aquele olhar de quem não tem peça para apresentar. Eu acho que a cultura fronteira deve dar muita coisa para fazer. Agora ele se encontra de mão atada. Ele está sem saber o que fazer porque estava querendo trazer uma peça do Rio e São Paulo e eu, pelo menos me nego. Eu acho que tem que utilizar o que tem na fronteira. Aí o que acontece. ‘Eu vou fazer uma oficina de teatro’, eu comecei a rir. Eu fui para o teatro para fazer a inscrição, ele fez pela internet a inscrição. ‘Renato, quais são seus alunos?’ ‘Eu tenho uruguaios e brasileiros, o que vou trabalhar com eles?’ ‘Uai, você tem teatro, cultura, utiliza isso, utiliza esse espaço, através do teatro para ensinar a fazer o que tu quer’ ‘É que assim, eu não quero um brasileiro misturado com uruguaio’. Sabe que o portunhol ele é patrimônio?

SM: Mas ele não conseguiu.

MB: Até agora ele não conseguiu fazer. Ele vai fazer oficina, vem o pessoal fazer oficinas. Vai ser até novembro, dezembro. Eu estou esperando a próxima reunião para saber que peça ele vai trabalhar porque a resposta que ele me deu foi ‘não tenho’. Eu acho que deve ter. Alguma coisa deve ter na questão do teatro. A música tem em Jaguararte. Jaguararte tem uma coisa que provoca. O evento agora em novembro, eles provocam isso. Tu entra no teatro a semana inteira e vai ser aquela mistura mesmo. Mistura de dança. Porque quem organiza, eles abrem só para região de fronteira. Esse festival é só fronteira.

SM: Me falaram da SIC, mas eu não consegui falar com ninguém.

MB: Não conseguiu falar. Mas ontem a gente estava na organização, nas reuniões para organização do Jaguararte. Porque ele trabalha tudo isso. Ou seja, o máximo quem quer consegue ir no teatro uma vez no evento, se é de Jaguarão ou Ríó Branco. Se tu saiu, está longe mas volta, e tu é daqui de fronteira, tu vai conseguir apresentar. O que for, todas as áreas. Dança, teatro, música, tem um pessoal que faz piada, tem de tudo. Ali é tudo mesmo. O pessoal do artesanato todo mundo vai se apresentar nessa semana. Porque quem ama trabalha a cultura

de fronteira. O Jaguararte tem 15, 16 anos, tem muitos anos. Ele trabalha só a cultura fronteira e isso faz com que ele não se perca. Chega a hora que não encontra, que o pessoal foi embora. Aí quando dizem que não tem, tem sim. A gente tem muita coisa para apresentar. Tem horas que a gente pensa que não tem porque ninguém, a gente abre a inscrição para o Jaguararte e fica uma semana sem ter ninguém inscrito. A gente fica apavorado, porque passam os dias e não tem ninguém inscrito no Jaguararte. Aí a gente começa a catar, vamos atrás. Tem uma rede voluntária, tem a comissão da SIC. O que tem na cidade? Fulano faz dança, faz isso, vamos atrás. Vamos convidar todo mundo da fronteira que faz alguma coisa com cultura. Quando a gente teve anteontem a reunião, a gente pensou que não tinha nada. Até a semana passada a gente pensou que tinha vários espaços vazios ali. Da última reunião a gente pensou em encurtar os tempos de todo mundo. Aí tu começa a correr atrás e tem muita pessoa trabalhando em alguma área da cultura mas que está isolada. Está tudo assim. Lá na pontinha em Jaguarão, lá no cantinho em Ríó Branco. Então eu acho que o Jaguararte provoca isso. Ele trabalha essa questão de fronteira através da arte para poder juntar, para pelo menos nessa semana a gente conhecer o que se está fazendo pela cultura de Jaguarão e Ríó Branco e continuar trabalhando o resto do ano. O ano passado teve vários eventos, mas eram já eventos que tinham aquela festa que é daqui, que toca. Agora esse ano está ficando assim. Tem pessoas, duas ou três que se juntaram ano passado e começaram a trabalhar, e aí tu olha na programação e tem grupinhos. Um monte de pessoas que se juntaram para fazer. Então ele vai crescendo. Eu estive olhando o histórico do Jaguararte e ele foi crescendo devagar, muito devagar. Mas a ideia do conselho é essa, provocar isso. Jaguararte em novembro, uma semana quase inteira. Ele vai ser em novembro, todo novembro. E ele vai trabalhar nessa semana, através das oficinas. Porque quem vai participar do Jaguararte vai para oficina. O pessoal do tradicionalismo vai levar sua cultura, sua música, mas ele vai ensinar através das oficinas, ele vai levar o conhecimento da sua cultura para a comunidade. Os movimentos afro vão levar sua música para o teatro, todo o seu histórico de dança. Mas também vai passar seu conhecimento para a sociedade. Então acho que todas essas setoriais, todo esse pessoal que está ali apresentando alguma coisa, dá uma oficina durante a manhã, dá uma oficina para mostrar para a comunidade. E isso já faz com que as escolas que levam as crianças consigam aprender ou pelo menos tenham curiosidade. Então eu acho que o Jaguararte é uma coisa que a gente nunca vai poder abrir mão e que a gente tem que apoiar. Falta muito apoio para o Jaguararte, é uma coisa que a gente vai precisar trabalhar com o conselho para ter mais apoio.

SM: Mas apoio você está falando de artistas ou apoio da prefeitura?

MB: Apoio do próprio município. Porque ele falta, tem falta de apoio do município. Porque a gente sabe que tem o espaço do teatro, mas isso não tem. O resto é a SIC correndo atrás, os movimentos sociais correndo atrás, é a comunidade que mais está perto mesmo do conselho, que está mais vinculado à cultura que empurra isso. Eu acho que se tivesse mais apoio, se a SIC tivesse mais apoio, isso seria muito melhor, muito mais rico. E a gente conseguiria trabalhar mais o resto do ano e não fosse uma semana só.

SM: E mesmo depois de 15 anos demora para as pessoas se inscreverem, não tem movimento?

MB: É que sempre são os mesmos. Sempre tem a escola de dança não sei das quantas. Então tem três escolas e representam as escolas. Tem grupo tradicionalista, tem dois grupos de dança que se apresentam. Tem dois e vão os dois. Aí começaram a entrar os grupos de dança do Uruguai. Vem um do Uruguai, um de Jaguarão. E desse surgiu outro grupo. Mas ele cresce muito devagarinho. Nesse momento eu acho que para o tempo que ele tem, ele deveria ser

muito mais trabalhado, muito mais rápido. Ele tem muita falta de apoio. O Jaguararte está com dois telefones... o sinal do Uruguai não pega aqui.

SM: Isso me interessa muito porque eu não cheguei a explicar exatamente a minha pergunta, o que me interessa, mas é bem ligado a isso. É como a produção cultural e as políticas culturais contribuem para a criação de um espaço transfronteiriço ou não. Por isso que me interessa o Jaguararte, porque ele não cresce...

MB: Eu acho que assim. As políticas que eu encontro no Brasil, eu estou falando com uma estrangeira, morando no Brasil. Eu encontro muita burocracia, as políticas estão, eu sei que elas estão aí, elas foram criadas. Mas parece que elas sejam colocadas em prática tem uma distância enorme. Eu sei que essa distância, todos esses quilômetros que tem é uma palavra: burocracia. Porque tem tanta lei que é criada, mas parece que é para atrapalhar. No nosso caso como conselheiro, a gente correu atrás do fundo de cultura. Tem uma verba que vai do carnaval, de cada evento, uma porcentagem, a gente conseguiu do carnaval, passou 10%. Então isso vai para o fundo de cultura para gente lançar editais.

SM: O fundo municipal de cultura, né?

MB: Sim. Isso foi uma coisa bem puxada e a gente tem o dinheiro aí para isso. Ele é muito contraditório. E isso é uma coisa que a gente vai ter que brigar esse ano o ano inteiro, continuar a briga. Cada setorial que está ali representa uma comunidade. A comunidade confiou em cada setorial para levar os projetos, para trabalhar a questão da cultura na sua setorial. Aí tu entra na lei e ela atrapalha, porque a comunidade escolheu ali para representar. Porque tem horas que eles não conseguem ter diálogo com o governo e a sociedade nessa atividade. Então o que eles fazem, eles escolheram o representante. Por lei, o representante – e é uma briga que eu brigo todas as semanas- não pode levar os projetos da comunidade para o conselho. Pode até falar mas não pode levar. E não pode colocar em prática esses projetos. Porque a lei proíbe. Por isso que eu acho que a burocracia complica muito. A gente tem o movimento afro. Eles têm as atividades, a semana da consciência negra, tem um monte de atividade. Eles têm um representante. Eles demandaram, entregaram um projeto para ele. Porque a comunidade encontrou que se ele é produtor, ele trabalha com a questão do movimento. Então criaram um projeto e falaram para ele ‘olha, leva para o conselho, a gente precisa’. Levaram para o conselho, eu acho que essa parte eu não tinha lido. Ele levou o projeto, a gente discutiu, era uma coisa que a gente tinha que usar o fundo para isso. Ou seja, para vários eventos, para semana da consciência negra, para trabalhar a questão de saúde do negro, dos quilombolas e tudo. Aí alguém veio e disse que não pode. Que eles não podem. Mas como que ele não pode se ele representa uma comunidade? Ele está eleito por uma comunidade, ele foi colocado pela comunidade. Não, tem que ser a comunidade e não ele. Então tira eleição, conselheiro não vai. Na próxima eleição eu vou ficar fora, vou ficar com a comunidade. Porque eu sei que se as pessoas me levam alguma coisa eu não vou poder repassar para vocês.

SM: Mas como assim, teriam que comunicar com a comunidade?

MB: A comunidade tem que apresentar para o município. Fulano é conselheiro, daí então o conselheiro está sentado, eu brinquei com ele. ‘Meu amor, fica trabalhando em casa, como tu estava, tranquilo, e não se estresse com o conselho então’. Porque o que você faz é de anos, mas tem a lei que diz que o conselheiro não pode apresentar. E isso é contraditório. Porque isso é muito estranho, mas está na lei. A gente vai tentar agora dar um jeito, trabalhar para ver se

consegue mudar isso. Mas quando foi criada a lei, diz ali que o conselheiro não pode apresentar projeto da sua setorial.

SM: E pode apresentar de outras?

MB: Não. Por isso que te falo que a lei é muito difícil. Isso que a gente enxerga. Para mim a lei tem que ser curta e direta. No meu pensamento, capaz que é muito besta. A lei tem que ser clara, curta e prática. Senão a comunidade fica de refém de uma política, de uma lei que não funciona. Na verdade eu falei o Rodrigo olha para mim, essa lei não presta para nada! Está só para incomodar e atrapalhar. Ele ri de mim. A gente vai ter que trabalhar isso depois, agora não. Mas é assim. O pessoal do teatro apresentou projeto porque eles trabalham a questão do teatro. São eles, não sou eu. Então a lei, por um lado, primeiro o município nesse momento se encontra numa situação horrível. Não tem apoio para a cultura popular. Desde o município, do governo, não tem.

SM: Desde as últimas eleições?

MB: Eu acho assim, é. Agora piorou. Eu acho que agora vai piorando. O evento popular não vai ter quase apoio econômico como evento de certo nível. Isso tu vai encontrar. Então acho que tem uma divisão cultural muito grande. Ou seja, a população não acessa certo apoio econômico para a cultura e o resto sim. Isso é bem claro. E essa brecha, eu não gosto dela. Porque pela lei as comunidades não podem, porque a lei atrapalha que os conselheiros possam levar. Que vai atrás da verba é a comunidade, mas a comunidade escolheu alguém para trabalhar, para poder trabalhar a cultura deles. Mas por outro lado a lei diz que não, que conselheiro não pode. Então isso atrapalha. Por isso que eu digo que a lei atrapalha. Ela é muito burocrática, tem muita letra miúda que só atrapalha. E é a comunidade que não tem acesso a outras coisas. Aqui eu enxergo muita divisão na questão de duas esferas econômicas. E culturalmente eu acho que não se tem um olhar para comunidade de verdade, a comunidade que pensa a sua cultura. A minha briga vai ser até o último dia do conselho é que essa lei, ou ela sai ou não sei o que eu vou fazer. A gente vai brigar com isso porque se tem um evento grande no teatro, pomposo, vai ter apoio. Se a comunidade tem um objetivo, quiser fazer alguma coisa, não tem dinheiro, não tem verbas. Eu acho muito injusto.

SM: Essa lei é municipal?

MB: É.

SM: Está. Então em Jaguarão que o sistema está...

MB: Esses dias eu estava olhando um material que o Rodrigo me deu, e eu enxergo em outros estados, outros municípios, até menores que Jaguarão, uma riqueza cultural muito grande. E eu acho que o compara omissão do governo é muito maior. Nesse momento eu acho que se está olhando mais para a cultura mais para certo setor da comunidade. Com outros tipos de política, tipos de amizade, e não para o resto da comunidade. Isso é bem claro. Se tu enxerga o que tem na cidade. É só olhar os cartazes, quando tem um evento e corre atrás. De onde saíram as verbas? Mas aí eu já perguntei várias vezes. 'Não é, mas é porque o apoio, porque...'. Não, para, saiu do município. Sempre aparece isso. Não, mas tinha uma rubrica etc. Mas porque os outros eventos não tem rubrica? Por que não tem verba para isso? Aí eu volto na mesma conversa. Tem o fundo municipal de cultura, que é para isso, para comunidade. Porque uma coisa que eu já falei para o pessoal do conselho 'se alguém aqui me aparecer da elite', sempre

foram minhas palavras, desculpe. ‘Se alguém aparecer aqui da elite com projeto, eu sou daquelas que vai levantar a mão e falar não’. E vou mesmo. Porque se eles têm a possibilidade de fazer, por que que tu vai tirar de quem não pode fazer? Tem pessoa que vem fazendo com o que tem. Eu sei porque a gente trabalhou para juntar moedas para fazer um evento. Eu acho que isso é muito injusto. Ela nunca tem apoio, com a desculpa de que nunca tem dinheiro, e fica tudo parado. As políticas públicas aqui em Jaguarão elas são postas em prática quando o governo quer. A minha pergunta é, sempre brinco, eu sou estrangeira, não conheço as políticas de vocês, você pode me explicar? Eu gosto de explicação porque eu gosto de incomodar. Ah não mas tem sim, tem políticas públicas. Então está, me mostra que quero ela em prática, não no papel. Tu me diz, aqui está cumprindo a lei. Isso que não acontece. ‘Não, mas tu tem que entender que os tempos não são os mesmos’. Olha se um projeto vai para câmara e demora um ano para passar, tem sessão todas as semanas, é dinheiro do povo. Tem que retomar. ‘Não, mas a gente tem que pensar, porque é da santa casa’. Não, para. O dinheiro da rua é da rua. O da santa casa é da santa casa. Estou perguntando o que é da cultura. Sabe quantos tem apertadinho na câmara? Um monte.

SM: De projetos, você quer dizer?

MB: Sim, de projetos. Tudo parado. Aí a gente monta o calendário. Calendário de cultura e turismo aqui para Jaguarão. Tem 240 eventos. Quando a gente foi fazer uma limpa. A gente juntou para fazer uma limpa porque não tinha 240 eventos.

SM: Estou escaneando todos os calendários e vendo o que tem.

MB: Se tu olha.

SM: Preciso da sua ajuda para saber o que aconteceu mesmo

MB: Ele tem 240 eventos. Quando eles mostraram lá na câmara. Para. Eu moro faz anos aqui, onde está isso? Para. Teve uma vez há 50 anos atrás e ainda está no calendário. Tinha. Depois de 50 anos o que tu tem aí no calendário? O pessoal de fora olha o calendário e ‘não, mas Jaguarão’, chega aqui e onde está? Faz anos que não faz. A gente fez uma limpa no calendário. Avaliamos os dois conselhos com os vereadores. Fizemos a limpa. Ficaram 17, 18. Aí o que aconteceu. Montamos o calendário aí alguma secretaria chama uma sessão de novo. Chegamos lá na sessão. A gente montou o calendário, a gente vem trabalhando com isso mas ainda não está montado. ‘Mas tem que sair o calendário’. Tem que sair mas a gente vai trabalhar sob essa limpa que a gente fez. ‘Eu já tenho calendário’. Para. Então chama os conselhos para ficar até horas aqui debatendo sobre o calendário que não existia. Aí vocês têm uma sessão de novo e vocês mostram o calendário com o que? Quando o cara colocou ali no slide eu queira matar ele, eu estava com o chimarrão na mão e queria dar nele. Apareceram 240 eventos de novo. Por que? Aconteceu quando? Isso é uma pergunta. Vai verba para essa instituição? Vai porque é do município. Aí começaram a explicação: ‘é que foi o primeiro no Rio Grande do Sul, foi aqui em Jaguarão’. E agente abriu a questão do futsal aqui em Jaguarão. Está bem, jóia, no Rio Grande do Sul é o primeiro que tinha. Depois aconteceu? ‘Não, para, ele vai voltar’. Essa desculpa que me deram. E o município está dando verba para uma coisa que aconteceu faz anos. Mesmo, teve um só. Foi o lançamento no Rio Grande do Sul, o primeiro, não aconteceu durante anos. Agora eles têm verba para isso. E os eventos que vem trabalhando? Eu tenho respeito por quem está trabalhando e nunca vou passar por cima de alguém que está trabalhando. Se eu não vou colaborar, eu não vou atrapalhar. Eu procuro as pessoas e se tu está trabalhando eu vou ajudar. Porque se o pessoal vem trabalhando, correndo atrás. Aí ficaram

240 eventos de novo no calendário. Eles colocaram assim, esporte separado. O diferencial deles. O calendário nosso novamente de fronteira tem 240 eventos. Esporte, música, teatro, até o patrimônio que está por aqui e o turismo que está por lá. Mas continuaram os 240 eventos. Desses 240 tem festa que marcam a fronteira, elas são referência na nossa fronteira. E a gente acha uma falta de respeito. 4 coisas marcam a cidade: carnaval, a festa do divino.

SM: A festa do... ?

MB: Divino. Isso marca Jaguarão. A semana da consciência negra marca Jaguarão. E o tradicionalismo. Tem atividades que marcam. O tradicionalismo tem verba porque tem dois tradicionalismos também, tem o rico e tem o pobre.

SM: São dos dois CTG?

MB: Isso. Tem o que capta 200 mil reais para um evento e o outro que corre atrás de 40. O carnaval. Põe o pessoal do carnaval, não tem verbas. O pessoal trabalha o ano inteiro e eles dão as verbas uma semana antes do carnaval, depois de muita luta. Sabe que o carnaval leva para o município muito dinheiro, muito turismo. Mas eles dão para o pessoal do carnaval, para escolas de samba que tem aqui, são 5 eu acho, uma semana antes. Desculpa, para, o pessoal não precisa disso para trabalhar, para construir. Uma semana. Todo o ano é o mesmo. Uma semana antes foram liberadas as verbas do carnaval. Eu acho uma piada de mau gosto. Olha, a galera passa o ano inteiro fazendo evento, chá, bingo, e tudo o que for pelo caminho, para catar dinheiro. Eles começaram agora, eu acho que o primeiro bingo que eles me convidaram foi em março. Comida, evento, brechó. Para o que lava para o município tanto dinheiro, tanto turismo, como é que ti vai investir uma semana antes dando uns trocados. Eu acho uma falta de respeito. A festa do divino, patrimônio. A festa do divino ali foi tombada a igreja, começou a reforma da igreja, tinha verba, veio o dinheiro, não veio o dinheiro. Ainda não está para pronta a igreja. Uma luta porque está o pessoal dos tapetes, o pessoal que é das igrejas, o pessoal dos bairros. Ah, não tem dinheiro. Aí o pessoal fazendo brechó. Para. Toda cultura vai ser correndo atrás de um brechó, uma venda, um bingo, mas ele gera. Querem dinheiro, eles gostam de dinheiro. Ele gera dinheiro para o município. Porque que tem que levar um projeto, passar pelo prefeito, ir para o vereador, de o vereador voltar para cá e daí etc. Para. O projeto é apresentado em março, vai passar o ano inteiro correndo para lá. Uma oficina para lá, para cá, volta para assinar etc etc. Aí volta de novo para analisar e estudar. E depois dizem que 'a gente vai investir em cultura'. Estou confusa. Por isso que é a minha briga. A política de vocês ela não presta para lado nenhum. Porque vocês têm uma coisa que deveria ser uma ferramenta muito importante, mas é para apoiar a cultura, não é para atrapalhar a cultura. Essa é a função quando ela é criada, debatida, construída. Aí fica na letra miúda deixando de refém a comunidade que quer trabalhar. E as verbas não vêm. Mas se alguém do governo federal e municipal diz 'tem políticas públicas'.

SM: Você está falando dessa gestão ou você está falando em geral?

MB: Ele já era geral. Eu entrei no conselho ano passado. Antes eu apoiava todas as setoriais no outro conselho. Ficava de fora por movimento social, a gente sempre dá apoio para todas as setoriais. Porque a ideia é tudo em conjunto.

SM: Já estava envolvida, né?

MB: É. Porque já vinha usando a arte para trabalhar as campanhas. Então eu sempre estava por trás conversando com todos. Eu acho que atrás, por que surgia atrás? Era aquilo de vou fazer, não tem. Vamos dar um jeitinho? Está, mas minha briga vai ser antes. Quem estava antes no governo, eu conheço todo mundo né, muita ação ativista dos grupos nossos. Mas eu mesmo, antes eu brigava mais, Por que dar um jeitinho, por que tentar tirar daqui se tem para cultura? Eu acho que está errado. Tem verbas, tem políticas para a cultura, então por que tem que dar o jeitinho brasileiro para fazer uma coisa que é lei? Isso eu não entendo. Até agora, eu sigo sem entender. Entrou um novo governo, a gente continua o mesmo. O que acontece, agora é que ficou muito elitizada. Isso eu já falei para o Fabio, para o Henrique, para todo mundo. Antes era o jeitinho e agora é elitizada. Desculpa é o direito. Eu acho que a população tem direitos, independente do governo. Porque aquela política não serve, eu vou trocar. Consulta com a comunidade, primeiro: não troca nada e cumpre a lei. Então não adianta. São criadas muitas políticas públicas, mas não são cumpridas. Então de que adianta passar meses debatendo as políticas? Perda de tempo.

SM: E a fase que chegava mais dinheiro para cá?

MB: É que assim, eu acho que antes investia mais em cultura. O famoso jeitinho acontecia tudo, mas tu queria pular o jeitinho, tu recorria que fosse a nível federal. Eu acho que a questão da cultura antes tinha um investimento maior. Muitas vezes não chegava do jeito direito, ela tinha suas quebradas por aí. Mas era mais fácil a gente cobrar e dizer 'olha, vocês estão errando, vocês não estão cumprindo com o investimento para cultura, então a gente vai cobrar'. As políticas davam andamento, a gente empurrava um pouco, tem que empurrar. Você conseguia mais fácil trabalhar essa questão de cultura. Agora vê que não. A gente tem a manutenção do teatro. Manutenção do teatro sai de onde? Sai do fundo. Tem uma peripécia desgraçada, tem que fazer um monte de piruetas para conseguir mexer no fundo. Porque 75% do teatro, 25% para editais, o fundo municipal de cultura. Aí essas vezes a gente estava brigando pela manutenção do teatro na reunião do conselho mesmo, estava todo o conselho. 'Olha, para quando é a manutenção do teatro? Desde o ano passado está fazendo' 'a gente está esperando' 'esperando o que?'. Demorou a reforma do teatro, demorou a entregar para a comunidade o teatro. Eu sei, e eu sei por que eu vi, o pessoal do teatro tirando direto do bolso para comprar produtos para a manutenção do teatro. Para. O fundo municipal de cultura é 75% do teatro, independente do prefeito gostar ou não gostar. Mas o dinheiro tem que esperar, tem que pedir, etc... o dinheiro pode estar em outro lugar. Não tem que estar em lugar nenhum. O fundo 75% é do teatro, não pode ir para nenhum lugar. Ah porque tem que arrumar não sei que lá no cais... não! É dinheiro do fundo e é do teatro. O pessoal que trabalha no teatro está comprando os produtos para a manutenção do teatro, para a limpeza do teatro. Quando tem que ter uma empresa, uma pessoa preparada para mexer ali, fazer a manutenção do teatro. É um patrimônio. Agora liberou, faz dois meses, a questão das verbas para contratar uma empresa para manutenção do teatro. Aí perguntei esses dias 'o que foi com a manutenção do teatro? Para quando?'. É que assim, o prefeito teve que abrir, chamar para licitação...já meteu a colher. Está, para quando? É que se apresentaram, os vereadores tiveram que não sei o que, outra lei. E atrapalhou. E faz meses que falta, e no final do mês vão ser vistas as para oostas para manutenção do teatro. Faz meses que a gente apara ovou a manutenção do teatro com dinheiro do fundo, não com dinheiro do município que é para arrumar a rua, dinheiro da rua é da rua. Esse dinheiro sai de todos os eventos culturais que tem na cidade, uma porcentagem é do fundo, para manutenção do teatro e os editais. A gente não mexe em verba do município. Não mexe, então não atrapalha a construção de não sei o que. Não estamos atrapalhando nada, estamos fazendo porque esse dinheiro é para isso. É para cultura. Esses dias estava uma menina do teatro e disse 'a gente está limpando. A caixa de som a gente tem que ver consertar'. Está dando

problema na caixa, todo mundo mexe na caixa, todo mundo mexe no som, nas luzes, porque tem uma pessoa só para fazer tudo. Tem que ter pessoas para isso, não é todo mundo mexer nessas coisas. Tem que ter uma pessoa preparada para isso. Agora vai sair um recurso privado para ver a questão da iluminação e do som para depois a gente ver se coloca no teatro. Tudo é muito burocrático. Imagina a manutenção do teatro feita dessa forma. Quanto dano ele sofre nesse tempo.

SM: Vai degradando.

MB: E vai demorando anos para conseguir restaurar um monumento que é patrimônio da comunidade jaguareense. E assim é tudo, por isso minha briga com as políticas. Quando o Rodrigo me deu um monte de papel eu disse ‘o que é isso tudo? Não estou com vontade de ler isso, é muita papelada’. Isso é lei, mas todas as mudanças que a lei teve, foram para melhorar ou para piorar? Aí tu começa a ler todas as leis, todas as mudanças que ela teve. Mas seguimos do mesmo jeito do começo, lá atrás. Então não sei de que jeito. A gente vai sentar muitas vezes, dialogar muitas vezes, mas essas 50 mil folhas que a gente tem em lei vão ter que virar 20, 30 práticas. Que a lei se cumpra, as políticas públicas se cumpram de verdade. Porque cada um decide mudar sem pensar na comunidade e no município. Eles agem de acordo com seu pensamento e de acordo com as brigas que eles têm sem pensar em quem é refém de tudo isso, que é a comunidade.

SM: E a questão da comunidade transfronteiriça, de unir as políticas dos dois lados, como você diria que ela foi pensada? Como ela está sendo pensada agora por essa gestão e da gestão anterior?

MB: Eu acho que sempre tem uma falta de diálogo nos dois países com a questão da cultura. Tu consegue um diálogo dos ministérios, mas tu não consegue um diálogo nos municípios. Aí a gente vai na questão política. Se eles são da mesma linhagem, podem até conseguir dialogar e construir. Mas no nosso caso a gente sempre termina pulando alguns degraus. A gente aqui desse lado consegue trabalhar a cultura fronteiriça com quem? Com a secretaria e o ministério. Não deveria ser assim, não tem que ser assim, porque uma secretaria de cultura tem que dialogar com a secretaria de cultura de Jaguarão e de Ríó Branco. Não é a gente dialogando com o MEC, porque o MEC é nacional, MEC é de todo o país do Uruguai. Até que a gente tem uma referência em Ríó Branco que é da cidade agora, mas ela depende do pessoal da capital. A Sandra. A Sandra é rio branquense, mora em Ríó Branco, vai trabalhar muito a questão da cultura, é parceira para isso. Mas ela é o ministério nacional. A gente precisava ter um diálogo mais fluido para tratar a questão de fronteira sim com os ministérios, isso estou de acordo, porque eles regem as leis nacionais. Mas por outro lado eu acho que falta um diálogo mais fluido com a questão da cultura fronteiriça nos municípios.

SM: Você acha que os ministérios estão inventando uma parceria que não existe?

MB: Não existe mesmo. Se a gente quer alguma coisa vai ter que pular, conversa com Rodrigo, vai lá e pula, não vai para o município. A gente deveria ir para o município primeiro porque o município é uma coisa e outra coisa é o MEC. A gente pula o município e vai para o MEC. Se a secretaria dialoga vai dialogar com o MEC. Aí tem um erro. A secretaria deveria dialogar com o município e o município apostar a cultura. O investimento do lado do Uruguai com a cultura não existe. Porque a gente vê que tem uma 4k, a corrida. Mas isso é nacional, isso se faz porque o prefeito de Melo quer. Desculpa, mas eu acho que do outro lado tem uma escola

de candombe que dialoga com a cultura de Jaguarão que a gente precisa fortalecer. Isso sim é cultural.

SM: Porque na sociedade civil as pessoas colaboram então. São as políticas que não colaboram?

MB: São as políticas que não colaboram, a sociedade sim. Ah, vai ter um evento não sei de quê, aí a sociedade civil se articula e lá tem uma escola de candombe que participa e não sei o quê. O grupo de dança de lá, a sociedade civil. A comunidade cruza a ponte e vem para cá ou vai para lá. Eu não sei se o ministério das relações exteriores está falhando no nosso caso e no caso daqui, eu acho que eles dariam mais força ou pressionariam mais. Mais força para que as políticas fronteiriças fossem colocadas em prática. Mas sempre fica o mesmo, sempre fica a questão política pulando as leis e as políticas públicas. Porque dependendo dos políticos, as políticas nacionais, transfronteiriças e fronteiriças vão ser dificultadas ou não. Sempre fica o mesmo, ou seja, tu senta e olha assim. Río Branco está fazendo não sei o quê, mas porque não faz com Jaguarão? Eu acho que não é para dividir, é para unir.

SM: Faz sozinho ou com outros parceiros do Uruguai?

MB: Não, ele faz sozinho. Porque Cerro Largo, que é todo município de Río Branco, uma parte de Cerro Largo, ele está dividido com o resto do país. É meio sozinho, ele se manda sozinho. Então ele fica dialogando no município só e tem coisas que Jaguarão faz que termina pulando, ele pula, Río Branco e vai lá para o outro estado que está do lado, que é Trinta e Três, que é outro departamento. Como é que tu pula por cima e vai lá no outro? Não dá para dialogar com esse, vou dialogar com o outro lá. Até o pessoal da UNIPAMPA vai lá para Trinta e Três fazer coisa. Mas porque vai lá para Trinta e Três se tem Río Branco e Cerro Largo do lado?

SM: É porque eles não conseguem colaborar com Río Branco e com Melo?

MB: Fica muito dividido, aí fica a questão política. Porque secretaria é do partido, prefeitura do outro partido, prefeitura de Río Branco de outro partido que consegue dialogar com a prefeitura, mas o partido do secretário, da secretaria de cultura não é. Aí o município de Río Branco consegue dialogar com a secretaria de Melo, mas não consegue dialogar com a secretaria de cultura, então fica aquilo. Muito separado, dividido.

SM: Por questões políticas e partidárias-

MB: Sempre. Eles não conseguem compreender que se eles não trabalham em conjunto. Eles estão ali porque representam a comunidade, independente da cor, do partido, o que for. Tem que trabalhar para a comunidade. Eu já falei para todos eles 'olha, teu salário é a comunidade que paga. Tu é um funcionário da comunidade, trabalha para comunidade e não a comunidade para ti. Tu está ali e tu trabalha para a comunidade. Tu é um empregado, nada demais. Responde para a comunidade que você deve'. Mas não. Então as políticas nacionais no Brasil que foram mudadas umas 50 vezes e sofre umas mudanças muito estranhas não é para o município. Essa é uma coisa que até agora eu não entendo. É política para o estado, para o nível federal mas não é para o município, essa parte eu não entendo. Para mim uma lei quando é criada é para todo o país. Tem a municipal e tem a que é federal, ou não é assim? Se é federal é para todo o país. Por que chega em um município e não é? A gente tem a briga da meia entrada agora. É lei, não é? Tem uma lei que diz que 40%, eu acho que é, do evento, ele tem que ser meia entrada. De 500 a gente teria 200 ingressos por meia entrada, para idosos, estudantes. Aí a

gente tem 60 ingressos para a comunidade. Mas para, a lei é federal, não se cumpre em Jaguarão? Esse é um debate que a gente tem agora, essa semana na secretaria. A gente tem a secretaria, o organizador, e a setorial, todos juntos. Isso é a nível federal, supostamente então é para todo o país. Eu sempre me faço de besta e pergunto. De 500 ingressos, 200 é para meia entrada. Então por que no município não se cumpre? Porque o município concordou com o produtor...para, para. Esse é o famoso jeitinho brasileiro. Agora tem o evento da Fafá de Belém. A semana que vem se não acerta essas coisas, o pessoal vai entrar na justiça porque a resposta dele é que tem 60 ingressos para o conselho do idoso, 60 ingressos vai ser meia entrada. Não tem nada na cidade e quando tem vocês atrapalham. O conselho está para atrapalhar mesmo. Capaz fazer cumprir a lei. Tem tanta lei que não é respeitada. Vamos começar a respeitar as coisas. Ainda não teve resposta, estou esperando há dois dias a resposta do produtor. Por um lado as políticas estão, a gente tem a política fronteiriça, tem os direitos, tem o ministério das relações exteriores, tem a questão de políticas fronteiriças, políticas culturais fronteiriças. Quando a gente cobra do lado do Uruguai, eu cobro do outro lado, aí eu peço para a gurizada desse lado cobrar lá. A gente junta e cobra para todo mundo. Aí você vai no ministério pobre como o nosso, já sofreu muito. Tem uma lei aqui né, para os eventos. Aí tem aqui. Não cruza a ponte sem autorização do ministério lá de Montevideu. Mas para, o senhor me disse que tem uma lei de políticas públicas fronteiriças, falando de fronteira. Vocês falam cidades-gêmeas. Eu acho que essa palavra ainda não, nem pensar. Então o pessoal que vem do Uruguai para os eventos aqui, chega na ponte e para atravessar o ônibus é toda uma papelada. Até o instrumento que entra tem que fazer toda uma burocracia que não deveria existir. O pessoal, já bravo, pega o instrumento na mão e cruza a fronteira. Isso é uma falta de respeito porque eu acho a gente está falando do famoso Mercosul e ele está no papel, nunca saiu do papel. As políticas da fronteira não prestam para nada porque eles não cumprem. Ou seja, eles debatem, dialogam para nada, porque o pessoal termina atravessando a ponte a pé. Quando o pessoal de escola de dança vem de lá, se tu conversa com o pessoal que organiza os eventos, eles começam meses antes. Só para o ônibus atravessar a ponte porque vão dançar, tem que ter autorização para o ônibus, para a escola que vai sair de lá para vir para cá, autorização do lado do Brasil para dar a licença para entrar no país. Os tratados, como é que é os tratados, as leis fronteiriças, para que são? Então sempre na mesma coisa, do lado e do outro. Se tem desse lado alguém puxando para cultura fronteira não se perder, trabalhar, fortalecer, que as políticas funcionem. Aí do lado de lá fica assim, porque o Brasil tem outra lei, então a gente não pode fazer nada. Aí o Brasil diz que o Uruguai tem outra lei, tem outras políticas que são diferentes. Aí alguém aparece do nada, do ministério das relações exteriores com um monte de tratados e leis. Para, tem um acordo binacional, tem política para fronteira, tem. Por que não são colocadas em prática?

SM: E essas leis são mais permissivas, elas facilitariam?

MB: Muito, muito mesmo.

SM: Mas ao mesmo tempo eu ouço muito de todo mundo que as leis brasileiras não são adaptadas, colocam entaves a essa comunicação fronteira, mas ao mesmo tempo os tratados seriam mais permissivos...

MB: É assim. A gente tem agora o exemplo. Ano passado foi assim com a questão do tratado do documento dos estrangeiros, dos uruguaios aqui no Brasil. Ano passado ele já era colocado em prática, ele já estava fazendo 3 anos ou mais. Só que a gente soube, faz 30 de julho de 2018. Eu fui lá federal conversar sobre os papéis de uma pessoa e aí a senhora que está ali na federal conversou comigo diz assim: 'como é que está a documentação de fulana?'. 'Até vocês

continuem atrapalhando o pessoal segue sem documento, segue sem fazer as coisas porque não tem dinheiro que vocês cobram. Aí a senhora de boa fé que estava ali, ‘sabe que ano passado teve um tratado que foi assinado e tal faz uns três anos atrás e está sendo colocado em prática’ ‘onde?’ ‘aqui’ ‘aqui em Jaguarão? Aqui na fronteira?’ ‘Sim’ ‘posso saber porque a comunidade não sabe?’ ‘como não sabe?’ ‘não sabe mesmo’ ‘é no portal’. Não, para. Vai à rádio e passa um comunicado para a comunidade, no jornal e publica, vai na internet que hoje em dia todo mundo usa. Do jeito claro para as pessoas saberem. E isso acontece com tudo. O pessoal fala. Ou você fala com o cônsul e ele te diz ‘tem um tratado, um acordo que foi assinado’. Aí tu vem com o pessoal de dança que vai atravessar a ponte...

SM: Porque os policiais não foram informados.

MB: Não foram informados. Precisa da autorização. Aí o pessoal precisa fazer três meses antes um monte de papel que muitas vezes leva muito dinheiro. Por outro lado tu diz que tem um acordo aqui que está bem fácil. Aí fica muito confuso. Eu sou daquelas que pergunta. Aí quando a senhora me disse do tratado, do acordo que já estava sendo colocado em prática desde o ano passado, aí eu perguntei ‘o que precisa para as pessoas?’ ‘só a certidão, documento e duas fotos’ e eu olhei: ‘sério?’. Ali na federal. Sério, só isso. O tratado desde o ano passado e a comunidade não está sabendo. Voltei para casa, peguei a internet e publiquei nos classificados. Primeiro eu avisei ao pessoal que precisava urgente, a questão de estudo dos meninos, concorrer para bolsas e tudo. Vai à federal, leva os documentos, duas fotos, 204 reais – custava um dinheirão, né?! Em uma hora tu tem o protocolo. Passei para todo mundo, fiz essa fofoca mesmo. Aí fui nos classificados. Pessoal, documento estrangeiro custa 204,90 reais. Tem que levar certidão, duas fotos e documento. Mais nada demora uma hora, sem burocracia. Depois eu tinha o pessoal que cobrava para fazer o documento me batendo no pé. Agora o pessoal que está tirando o documento está demorando porque tem muita gente. Aí eu passei na federal semana passada. Conversando com a senhora, cheguei, cumprimentei ela e ela ‘tu vai me pagar. Ninguém sabia mesmo’ ‘não’. Muita gente está vindo tirar. ‘Se vocês tivessem avisado para comunidade ano passado, não tinha essa correria’. Até agora o pessoal está enlouquecendo na federal.

SM: A receita federal?

MB: É. Foi ano passado, 2007, que o acordo foi colocado em prática. Então isso acontece com tudo, se tu fala vai lá e ele te diz tem um acordo, um tratado assinado. Eles te falam que faz meses, faz anos que o acordo foi assinado. Vocês assinam um acordo, e depois? Tem um tempo. Tempo de quando? Tem um acordo, assinado, protocolado, tudo certinho. Vai demorar. Mas quanto? No máximo um ano. E por que passa cinco anos e ainda não foi colocado em prática? Acordos e tratados tenho eu em todas as áreas. Está é mais complicado, burocracia. Mas porque quando tu fala de cultura, a gente está falando de cultura. Como é que faço com exportação de arroz para o Brasil? A gente está falando de uma coisa tão natural que identifica a fronteira, que marca a comunidade, e tem a mesma burocracia que a exportação de arroz. Como para eles não gera dinheiro em quantidade, divisas para o país como eles falam. Então vamos focar na exportação e a cultura a gente deixa aí. Mas tem um tratado por lá, assinado. Aí tu tem que catar, e tem que catar mesmo. Eu passo perguntando ‘sabe se tem um acordo para não sei o que?’. Onde eu encontro isso? Está publicado, vai saber onde está publicado, onde está publicado. Tu tem que correr atrás. A cultura por que ela não é trabalhada com o outro lado? A ministra do nosso lado é bem parceira do turismo e para cultura. E ela corre atrás disso. Nacional.

SM: Você está falando da ministra...

MB: A ministra do turismo. Ela é parceira para essas coisas, essa mulher faz anos que ela está. Entra governo e sai governo e ela continua. Então quer dizer que ela está fazendo o trabalho dela. Porque independente do partido, ela está. Quer dizer que ela está fazendo o seu trabalho. Então a gente tem pessoas que estão querendo fazer. Por que a gente não dialoga com essas pessoas? Eu já falei. A gente vai pular como conselho, não estou nem aí por pular prefeito. Se tem que pular prefeito, vamos pular prefeito. Porque o retorno é da comunidade da cultura. Tu está perdendo a riqueza, a identidade. Por que alguém decidiu extinguir uma lei? Essa é uma cobrança que tem que sair da comunidade, não tem jeito. Mas aí tu te encontra que o representante do setorial da comunidade não pode levar projeto aí tu fica confuso com tudo. Está, mas a gente vai trabalhar com o que pode trabalhar e a comunidade vai ter que cobrar. Se o pessoal da comunidade quer fazer. Aí surge uma lei não sei das quantas o pessoal da comunidade, da setorial fazer. E o que tu faz no final das contas? Aí tu monta um grupo de whatsapp e fala para os amigos ‘galera, vamos fazer uma coisa ali no cais? Vamos chamar o pessoal das bandas, o pessoal do artesanato?’. A gente faz, todo mundo é parceiro para isso. A gente está montando até um natal agora para o cais. Mas estamos montando porque tem um amigo que tem banda, tem um que tem som etc. Aquele trabalha com capoeira, com hip hop etc. Mas porque é amigo.

SM: A sociedade civil se organiza.

MB: Mas não deveria ser assim. Não tem políticas públicas para isso, não tem verbas para isso. Por que a comunidade tem que fazer? Eu acho que a comunidade tem que cobrar e tem que fazer. Mas eu acho que seria melhor se a comunidade trabalhasse que o município tivesse um diálogo mais aberto com a comunidade, para cultura.

SM: A comunidade expressa um desejo claro de criar um espaço cultural junto com Ríó Branco ou isso não está claro para a comunidade?

MB: Eu acho que entre comunidades a gente consegue dialogar. Tu junta. É fácil. O movimento social lá, vozes vivas, vai fazer junto com uma ONG, vai fazer uma reunião na casa de cultura de Ríó Branco para organizar não sei o que. Convida a UNIPAMPA, o IF, o pessoal das escolas, a rede do movimento social. O que acontece. De um lado o movimento social é mais fraco do lado de Jaguarão, bem mais fraco. O Uruguai trabalha mais como um todo, consegue trabalhar todas as áreas. Aqui já custa, mas ele vai caminhando. A gente puxa e a ideia é juntar mais a comunidade. Devagarinho a gente vai conseguindo isso. Ainda tu consegue um bom diálogo com as duas comunidades. A questão falha depois no governo. Sempre falha nas políticas, sempre a mesma tecla. Ou se investe errado, o que também acontece. Vamos investir, do lado uruguaio é assim, em carreira de cavalo porque é cultural. Mas para. Tem os grupos de teatro de jovens no ensino médio que estão trabalhando bem, tem as escolas do candombe. Não, mas eu vou investir na carreira de cavalo. Está de brincadeira comigo. Aí fica dizendo que não tem dinheiro. Porque se tu olha do lado do Brasil, é um país rico em cultura que supostamente divisiona muitas políticas, muitas verbas para cultura. Não sei para onde, mas eu escuto. Supostamente. Por um lado tu encontra um cara que vai investir em carreira de cavalo na cultura, por outro tu sabe que vem supostamente verbas para cultura. Quem está fazendo cultura são vocês. E como é que fica a cultura? Fica a comunidade lutando para que não se perca. Um bando de loucos da sociedade civil puxando para não perder. E agora com a criação do conselho, o conselho correndo atrás e brigando para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de verdade e que ajudem não que atrapalhem. Que não seja burocrática

como ela é. Não sei se a gente vai conseguir mudar, mas a gente vai lutar para isso. Para ter mais investimento em cultura, para trabalhar mais essa questão. Tem dois ou três doidos que a gente sonha com uma escola de arte aqui. Está muito difícil uma escola de arte aqui, vamos criar uma ONG então. Uma ONG que vai trabalhar arte. Eu acho que é um erro. A comunidade faz e o governo fica tranquilo. A comunidade faz porque tem que fazer mesmo, eu acredito que não tem que esperar tudo cair do céu, mas eu acho que é compara omissão do governo. Goste ou não goste. A cultura precisa um socorro e mais de fronteira. Muito mais de fronteira. Sim porque a gente está muito longe de Brasília e Montevideu. Por ser um país pequeno, vai ter investimento para isso. Agora tem atividades que estão recebendo apoio. De mulheres do Paraguai, Argentina e Uruguai. Nosso grupo catou verbas para fazer projetos através desses movimentos que são bem parceiros. Mas a gente corre atrás. O governo tem 1% para dar, 99% a gente vai tentando. Mas aqui quase 100% a comunidade tem que catar. Quem vai organizar alguma coisa tem que correr atrás. Se não é do agrado do governo de turno. Eu acho que as políticas públicas tem que estar colocadas na cidade, tem que ser levadas a conhecimento da comunidade e ser colocadas em prática.

SM: Está só no papel né?

MB: Só no papel! Eu conheço a secretaria. Eu vejo o esforço que fazem. Acho muito engraçado que tinha uma impressora, ela quebrou, e não tinha como imprimir papel. Você está falando de uma secretaria de cultura! Eu falei há umas duas semanas e as mulheres lá do fundo ‘eu ia fazer, mas estou sem impressora. Estragou’. ‘Depois tu faz e me dá’. Passou uma semana e ‘olha, não esquece que tu tem que me dar’ ‘está quebrada ainda’. Eu tive a semana passada de novo, toda semana passa por alguma coisa. Eu briguei com alguém ‘e aí, a impressora, quanto é que foi?’ ‘está quebrada ainda’. Aí fala no investimento na cultura, a gente vê o olhar para cultura. A secretaria de cultura que trabalha com a comunidade não tem impressora. O conselho semana passada ia se reunir. Aí mandaram mensagem ‘a gente vai ter que trocar de lugar da reunião. Não tem luz’. Para. Na reunião passada a sala de reunião estava com os fios queimados. A gente estava na reunião, apagou a luz. Ou a gente vai ter que comparar vela e colocar aqui para ter a reunião. Isso foi o outro mês. E tu ri. Isso foi em julho. Não, foi em agosto. Você está falando da secretaria de cultura. Estava em reunião e apagou a luz. ‘É o fio, a gente já pediu para arrumar’. Aí essa semana quando a gente marcou a reunião ali... ‘a gente vai ter que trocar de lugar, não tem luz’ ‘para, semana passada eu passei lá e vocês estavam com a questão da água, vocês continuam com a questão da luz?’. Tudo queimado, estragado. Por isso, todas as políticas estão no papel e não na prática. Eu acho que para construir uma coisa tem que começar da base. Algum começo tem que ter. Então como as pessoas trabalham em cultura? O único que dá apoio para comunidade é a secretaria, no mais. E a pobre não tem luz. Acabou a água, quebrou a caixa. E o se fala tudo, do olhar para cultura. Então tem o acordo, a política assinada etc. Qualquer momento eu vou botar na internet: a secretaria está sem luz nem água. Porque tem que ser assim. Eu acho que falta muito. Não sei se em algum momento os governos vão se comprometer de verdade, por isso a gente aposta na comunidade. Porque as políticas são criadas, não são implantadas, não são colocadas em prática. A única que resgata e luta, a gente tenta ajudar, é a comunidade. Porque não sai do papel. Está todo mundo criando lei, mas não sai do papel. Então fica a gente. Tu vai lá na ponte, conversa com a Sandra, vai lá com o movimento social e conversa com o movimento social. Porque somos amigos, junta toda semana para comer um churrasco. ‘Preciso de ajuda’, ‘eu tenho em casa, dá para consertar, fazer uma gambiarra’. Isso é tão comum. A caixa de som, vamos pedir lá para escola de candombe, eles têm. Sabe que nossa colega cruzou a ponte com as caixas de som. Tem o pai de uma menina que trabalha na secretaria. A questão é movimentar. A ideia é que circulasse pela cidade, com os estudantes da UNIPAMPA e os movimentos sociais do Uruguai, a ideia é

que circulasse pela cidade. A primeira vez a gente conseguiu palco com o município. Não tinha som, não tinha luz, não tinha nada. Aí veio umas meninas da secretaria ‘você sabe que meu pai tem, vamos conversar com ele’ ‘olha, dinheiro não tem para pagar’ ‘não, bora’. E aí conversamos com o pai dela ‘o senhor empresta?’ ‘empresto sim. Vocês conseguem algum amigo que trabalhe com som?’. Aí a gente catando todos os amigos que trabalham com som. ‘Eu ajudo, mas tem o velhinho lá no Uruguai que trabalha com som e a gente traz para cá’. Aí sai. A gente vai montar no Uruguai, na praça, um evento. A gente vai usar o som do pai da menina da secretaria e do velhinho de lá. Tudo é feito assim. Cultura aqui funciona assim. A comunidade cansada, ajuda um ao outro, e resgata o que pode. E o resto vai correr atrás. Não tem outro jeito. Não adianta, as políticas estão bem longe. Porque até alguém, não sei quem, ter um olhar para a fronteira diferente, um olhar de carinho, vai a comunidade se virando. É assim e vai continuar sendo assim. Espero que as próximas gerações, agora que a gente está trabalhando, crie um carinho especial por isso e possa fazer alguma coisa. A gente que está trabalhando na comunidade, tirando os jovens da UNIPAMPA que muitos vão embora, muitos ficam. E eles ficam de refém nosso. Quem fica da UNIPAMPA que é produtor, fica de refém. Eles já têm medo de mim. Mas eles são muito parceiros, os que ficam. Mas ficam dois, que tem que trabalhar também. Eles estudaram para isso, se formaram para isso. Mas não deveria ser assim né. É o único jeito das coisas acontecerem em fronteira. Dizem que a gente se vitimiza, está sempre chorando. Não. Estamos reclamando o que é direito.

SM: Eu trabalhei na área cultural em Paris e Londres. Eu posso dizer que até em cidades e grandes centros de países ricos que têm dinheiro para cultura, muitas vezes a área cultural...

MB: Está, mas me diz uma coisa. Por que não se tem esse olhar para cultura? Porque é uma coisa que parece que não importa. Eu não encontro explicação. Sempre estou perguntando. Por que quem pode fazer não faz? Não tem importância. Não se tem esse olhar de que isso é parte nosso, é a nossa identidade.

SM: Eu consigo ver, até como pessoa da área cultural, que claro que é mais importante colocar comida na boca das pessoas do que cultura na cabeça. Agora a gente viu que sempre todos os povos sempre tiveram alguma forma de expressão cultural. Mesmo os povos que moravam na Sibéria que estavam lutando para não morrer de frio etc. Mas o que eu acho mais paradoxal, por exemplo, olhando a questão do Museu Nacional que queimou, é que ninguém se importou durante anos, ninguém estava nem visitando o Museu. Saiu um artigo no jornal que dizia que mais brasileiros tinham visitado o Louvre do que o Museu Nacional. Aí ninguém se importa. Pode fazer sentido se a gente olha pela lente de que o Brasil ainda tem pessoas morrendo de fome, tem problemas de hospitais públicos, a gente tem que investir o dinheiro nisso. Só que na hora que dá um fogo no Museu, aí todos os políticos vão e se apropriam disso para conseguir apoio. Então é esse paradoxo que eu acho mais complicado. Não importa, mas na hora que dá um problema, de repente todo mundo...

MB: Mas porque benefício próprio né. Porque nesse momento eles estão usando para fazer campanha. E estão pegando tudo que aparece para fazer campanha. Mas uma coisa é um recado para cada político. Como ativista social eu brigo com todos. E quando eu não gosto dos partidos eu anulo meu voto, vou continuar brigando igual. Eu jogo na cara deles que eu faço o que eles não fazem. A comunidade e a sociedade civil crescem porque eles não fazem. Eles não cumprem. Eles utilizam certos espaços para benefício próprio. Não estão nem aí para a comunidade. Se tu não fez antes, não vai fazer agora. Cada candidato, sempre aparece um desgraçado para encher o saco. E o pessoal é tão carinhoso comigo, sempre mandam conversar comigo. Eu estou velha, comecei o ativismo com 15 anos, já vi de tudo. Então vou explicar

uma coisa. O teu mandato dura 5 anos, se tu não fez em 4 anos antes da eleição, tu não vai fazer. Eu não sou ninguém, sou povão, alguém da comunidade. Se eu posso fazer, que sou da comunidade, que não tem recurso, que o que tem é vontade de fazer. E a gente faz. Vocês não chegam a presidente sem passar por deputado, senador. Vocês passaram por esse processo e não fizeram nada. Eu não comparo isso. Meu disco é muito bom. ‘Faz seis meses eu aprovei...’. Não! Isso passou um ano na tu mão, tu não fez nada. Se passou anos na tua mão e tu não fez nada, tu não presta. Eu posso colocar a cabeça no travesseiro e durmo bem tranquila. A gente faz o que pode e o que não pode. Eu não tenho rabo preso com ninguém. Porque vocês não estão me fazendo favor, vocês trabalham para a comunidade e tem que fazer. Eles fazem nos últimos meses e a comunidade fica refém quatro anos. Muitas vezes eles falam, pessoal reclama que não tem nada para fazer. Quando a comunidade abre a boca é porque já se cansou. Passou do limite e aí a comunidade vai reclamar. Estamos cansados porque vocês não fazem nada. É na marra com vocês. Vamos incomodar mais, com a ajuda de todo mundo. Até eles não colocarem em prática de verdade, fazerem cumprir a lei todas essas políticas que eles passam anos para apara ovar. A gente vai continuar brigando. E pedindo que o secretário que peça para gente trabalhar. Tinha uma outra, Maria Fernanda. Sofreu com nós. Ela era integrante do coletivo, ela sofria com a gente. E o olha que a gente nem estava no conselho. A gente ajudava o resto. E o próximo vai sofrer. Pobre Rodrigo. Pobre Aline sofreu. A gente tenta sentar e conversar, mas o único diálogo que a gente tem é com as secretarias. Não tem diálogo. As capitais estão muito longe e quem está no meio não está preocupada com isso. Seja município, governador, seja deputado. Eu acho uma brincadeira que escolhem pessoas que são da cidade mesmo. O deputado conhece, né. Não adianta de nada! Ele conhece a comunidade, a cidade, ele vai ter um olhar diferente. Até agora estou procurando alguém com o olhar diferente. A cidade foi tombada, cidade-patrimônio. A ponte é patrimônio. Vai cair a qualquer momento a ponte. Aí tu conversa com o pessoal da fronteira e eles dizem ‘a ponte é patrimônio’. Faz trinta anos que estão para consertar a ponte. Quantos anos teve o teatro? Então isso fala do olhar que se tem para fronteira. Parece que está esquecida a fronteira. As políticas são para o resto do país, mas para fronteira fica aí. Não, mas tem que dialogar com o outro presidente, o outro governador etc. As políticas são para o resto do país e as questões dela com a fronteira não são com a fronteira.

SM: Está tarde, então vou te deixar ir embora para sua casa dormir. Depois da luta tem que recarregar as energias para recomeçar a lutar. Mas uma coisa que eu consigo ver em relação a isso, é que eu estudo dentro do campo das relações internacionais, eu sou uma “ilha”. Primeiro por falar de cultura, mas isso eu até consigo entender, mas também por falar de fronteiras. E isso é surpreendente em relações internacionais, uma fronteira conecta dois países. Relações internacionais fariam de fronteira, mas são pouquíssimas as pessoas que falam de fronteira e quem fala de fronteira, fala em termos de segurança, de migrações. Então pensar as fronteiras para questões de manter o território fechado etc. Então infelizmente faz sentido que as fronteiras não sejam pensadas em termos de políticas públicas para ajudar os fronteiriços. Enquanto for pensado desse jeito...

MB: Eu acho que o que eu vejo desde o outro ano é que a gente vem tentando dialogar mais com os ministérios. Aí está o erro. Porque a gente vai conversar com os consulados, por isso que a gente termina pulando degrau. É para conseguir alguma coisa. Aí a gente vai, conversa com o consulado do Uruguai. Tinha uma mulher antes, agora tem um senhor. Conversa com o vice-cônsul do Brasil e aí pula para o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai. A gente pulou um monte de degrau aí. A gente tenta dialogar com esses três. Se a gente tem um parceiro que pode ser uma secretaria. Tu pega o consulado do Uruguai no Brasil, pega a secretaria. Aí tu vai para o consulado do Brasil. Senão a gente pula para o Ministério de Desenvolvimento.

Pobre Oscar, a gente o cansa. Se não dá a gente articula a secretaria da mulher, porque ela faz trabalho conosco então a gente utiliza. Então a gente termina pulando para tentar fazer alguma coisa. E o Ministério de Relações Exteriores. Tiveram umas palestras, atividades em Melo, através do consulado do Brasil. A gente conversou com o cônsul do Uruguai que estava aqui, a Suzana, ela articulou com o Ministério das Relações Exteriores. Ela pulou. Ela foi do Ministério de Relações Exteriores de Montevideú. De Montevideú dialogou com o vice-cônsul do Brasil e aí dialogaram com o MEC. Ou seja, várias pessoas faltando. Para ter uma atividade de dois dias, um diálogo de fronteira. Aqui se tem muito diálogo de fronteira. Ao longo do ano tem diálogo de fronteira para caralho aqui. Agora há pouco teve um.

SM: Você quer dizer...

MB: Comitê de fronteira. Mas tem o diálogo de fronteira para o comitê de fronteira. Tem o diálogo para tentar dialogar alguma coisa, depois vai para o comitê de fronteira. O comitê de fronteira, o cônsul que vai para lá. A nossa consulesa antes era mais parceira, levava toda a problemática de fronteira para reunião. Ela ajudava muito com essa questão. A gente perdeu um referente, que era Suzana. Ela era tri parceira. Ela levava direto para Brasília. Ela sempre dizia para nós 'olha, não sei se vão me escutar, se o comitê de fronteira vai dar alguma coisa, não sei se a gente vai conseguir. Mas a gente vai levar'. E isso que ela fez o tempo todo. Isso foi ajuda que a gente teve. O resto foi o resto. Mas vou pensar que em algum momento a gente vai ter alguém. A gente se conforma com os cônsules, eles agem. É o único que a gente utiliza. Aqui está a data. 1992, o primeiro Jaguararte.

SM: Sempre organizado pela SIC, né?

MB: É. Sempre organizado pela SIC.

SM: Eu preciso mesmo falar com eles. O Maninho está envolvido na SIC né?

MB: É, o Maninho é o vice, eu acho.

SM: Vou tentar conversar com ele. Mande mensagens mas ele não me respondeu.

Appendix 8: Interview transcript – Sandra Rodriguez

Interviewee: Sandra Rodriguez

Teacher at Río Branco High School [Liceo de Río Branco]

Cultural manager at Centros MEC – Río Branco

Rodrigo Segovia present during the interview

Location of the interview: Liceo, Río Branco, Uruguay

Date of the interview: 14.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

[Apresentação da pesquisa. A entrevistada começa a se apresentar]

SR: Ministério de Desarrollo Social. É outro ministério, são dois ministérios.

SM: E você faz os dois então.

SR: Sim, claro, uma função não tem nada a ver uma com a outra, mas...

SM: Você consegue acumular...

SR: Pois é. Eu sou professora de informática.

SM: É muita coisa, dá dor de cabeça né?

SR: Quando junta tudo é muita coisa.

SM: Você se incomoda de falar em português?

SR: Não, não tem problema.

SM: Eu consigo falar espanhol só que não tão bem quanto o português, porque eu não pratico tanto...

SR: Não tem problema.

SM: Em que consiste o seu trabalho nos Centros MEC, exatamente?

SR: Nos Centros MEC eu trabalho como gestora cultural. Também é um órgão um pouco articulador, o MEC no território. Ele sempre está dando ouvidos às populações e qual é a demanda cultural que vem de cada bairro, de cada realidade, de cada instituição pública. Cada um tem uma realidade diferente e cada um está demandando coisas diferentes. Então o MEC está instalado no território, que essa é uma diferença do nosso MEC no Uruguai. O ministério, desde 2007, descentralizou a sua função pública então saiu da capital do país e se instalou em

todas as localidades, as cidades pequenas com mais de 2.000 habitantes já tem um Centro MEC instalado nesse lugar. Porque é desde cada lugar as demandas culturais são diferentes, as características culturais são diferentes, mesmo sendo um território pequeno, o Uruguai [celular toca].

SM: Então é um órgão que o dinheiro vem de Montevideo mas tem uma comunicação com as demandas locais, as comunidades locais...

SR: O MEC, isso, está trabalhando assim desde 2007. Ele abre o leque da sua administração e ele se posiciona em todas as cidades pequenas do interior. Hoje nós estamos em 127 Centros MEC no interior do país, além da capital. E aí se produz cultura diferente. A nossa cultura fronteiriça é muito diferente do que pode ser a cultura do centro do país, e da capital, e das fronteiras com a Argentina – que são bem diferentes das fronteiras com o Brasil. Então essa diversidade cultural do território é a que o MEC está tentando respeitar e potencializar cada localidade, reconhecendo a cultura do portunhol que está se involucrando. O MEC mesmo tem muito respeito pelo forma de... o idioma que se produz nessa mistura. E tem um monte de terminologias que são só da fronteira e que só nós reconhecemos esses termos. Porque uruguaios vão para Montevideu, falam palavras que no Uruguai a gente não conhece. Então essa cultura que se dá, fronteiriça, é o que a gente está tentando respeitar e potencializar. É muito esse tipo de cultura, da influência que se dá na faixa fronteiriça.

SM: Então essa cultura fronteiriça é central na programação que tem no Centro MEC aqui?

SR: Aqui sim. Em toda, aliás. Cada cidade, cada departamento – seria como um estado no Brasil né?-, cada departamento nosso tem uma característica diferente. E o MEC central respeita essas características. E esse trabalho nos territórios, cada um sabe o que as pessoas precisam naquele lugar e como eles querem trabalhar ou sobre todas as coisas como trabalhar o sentimento de pertencer àquilo, àquele espaço e identidade também, aquele lugar. Estamos tentando, é um trabalho difícil. Até porque essa fronteira nossa é diferente de outras fronteiras no Uruguai. Porque Río Branco está constituída... a população dela é quase toda, uns 70%, 60% de migrantes que vieram de outras partes do país procurando a fronteira por uma questão econômica. A população como não é nativa desse lugar, então não existe uma coisa de identidade muito claro. Então a gente tem que trabalhar muito.

SM: As pessoas que vem para cá de outras regiões do Uruguai...

SR: Elas não se acham, se tu perguntar para elas de onde elas acham que são, elas não se acham de nenhum lugar. Porque elas não são nem de lá de onde vieram mas também não se acham daqui. Então nós como instituição pública temos tentado trabalhar muito essa questão da identidade das pessoas até porque quando elas se empoderam dos espaços públicos, dos lugares, de tudo, se sentindo parte, elas passam a cuidar mais. Não só da cultura desse lugar, mas dos espaços públicos, de tudo que se constrói. Então é um trabalho que temos a fazer e é nessa linha que mais ou menos estamos indo.

SM: Mas então essas pessoas que são migrantes internos, eles acabam com o tempo pegando a identidade da fronteira ou isso é uma coisa frágil que está sendo trabalhada?

SR: Está sendo trabalhada. Temos muito, assim... quando tu pergunta para elas como elas se sentem depois de terem se instalado aqui, como elas se acham aqui, se gostariam de voltar...

elas não gostariam de voltar. Elas gostam daqui. Agora o que nós estamos tentando é trabalhar isso aí, fortalecer isso aí como identidade.

SM: Então tem uma vontade mesmo de trabalhar essa identidade fronteiriça nas políticas públicas.

SR: Sim. Sem dúvidas.

SM: Não está ainda feito, mas tem essa vontade...?

SR: Tem. Tanto é que quando tu tem uma proposta binacional para apresentar no MEC Montevidéu, tu fez o informe de tudo... e quando tu diz binacional, todo o apoio que eles poderiam te dar em outra situação, eles imediatamente começam 'ah, já está aprovado... o quê que tu precisa?'. Tem essa vontade de transversalizar com as políticas do outro lado também.

SM: Vocês falam de binacionalidade então, não de fronteira.

SR: Não. Aliás, nós trabalhamos sim com cultura de fronteira, que tem as suas características próprias e que não vão se dar em outros lugares geográficos nem no Brasil nem para dentro do Uruguai. Mas quando a gente faz atividades, fala da binacionalidade. Nós estamos acostumados. Eu acho que na área cultural é uma das áreas que mais conseguiu negociar com o outro lado. Que mais se mistura. A questão cultural já é naturalmente misturada, porque nasce no seio da família. Eu sou uruguaia, meu esposo é brasileiro... o uruguaio que está do lado de lá porque estar casado com brasileiro, e tem não sei o quê. Então essa mistura cultural já existe naturalmente porque se dá dentro do seio da família. Então, dentro das instituições nós tentamos trilhar agendas binacionais de cultura, atividades de cultura fronteiriça, tanto na música como... agora mesmo vamos trabalhar patrimônio. O MEC, por exemplo, tem cursos de informática, de uso das novas tecnologias aqui e sempre tem aberta inscrição para todo brasileiro que vier. Tem prioridade para tomar o curso aqui.

SM: Tem prioridade?

SR: Tem.

SM: Em relação ao uruguaio?

SR: É. Porque assim, o Uruguai nessa área está bem avançado. Nós temos políticas a nível de colégios, de crianças que é um computador para cada criança. Então desde o pré a criança já recebe...

SM: Na creche?

SR: Na creche ele já tem um tablet. Depois eles ingressam na série e já tem a outra lá né. E agora até a terceira idade, aposentados, estão recebendo também tablets tudo por conta do Estado. Políticas públicas que são para ter uma introdução às novas tecnologias. Os cursos que nós damos de informática no Uruguai já não precisa muito porque já estão trabalhando essa questão faz dez anos.

Rodrigo Segovia (RS): Bota internet na zona rural...

SR: Nós temos cobertura de internet em todo o país...

SM: Então não precisa tanto.

SR: Nós já não temos uma demanda...

RS: (...) tem vagas destinadas a uruguaio. As escolas técnicas têm vagas destinadas a uruguaio.

SM: Sim, são vagas reservadas.

RS: E no nosso caso cada aula tem um x de inscrições, de lugares para estudantes. Nesses cursos de informática, se se apresentarem brasileiros no meio eles têm prioridade sim. Sempre vai se dar um lugar em espera, para entrar no seguinte curso.

SM: E você falou um pouco das áreas culturais, de áreas artísticas que são desenvolvidas aqui. Você falou de música, de patrimônio...

RS: É binacional, estamos falando de atividades binacionais. Agora estamos com música, esse ano fizemos através do FALA, Feira Alternativa de Literatura e Arte, que inicia do lado brasileiro. E agora faz dois anos que o Uruguai começou a se unir na construção dessa atividade. Nós estamos fazendo intercâmbios a nível de colégios e de professores. Então instituições daqui emprestam espaço para que professores da UNIPAMPA venham trabalhar com esses alunos, com as temáticas que eles proporem. E às vezes tem instituições educativas do lado de lá federais e municipais que também cedem espaço para que educadores nossos vão para lá também. Isso faz dois anos que estamos fazendo.

SM: Então tem uma parte artística e outra na área da educação.

RS: Na educação. Esse intercâmbio é na educação.

SM: Mais do que arte então.

RS: É. Na arte por exemplo nós estamos tendo. Bom, agora já não tem mais o coro binacional.

SR: Vai ter o encontro binacional agora, mas é organizado pelo Pablo. Tem intercâmbio a nível de coro, de música, de dança, porque tem muito disso... tinha aluno de lá que vinha às aulas de balé aqui. Agora eu tive o informe de que tem música flamenca, espanhola. E também tem alunos brasileiros que se incorporaram ali. E nós lá, acho que tem mais participação do uruguaio lá do que do brasileiro aqui.

SM: Nas atividades culturais?

SR: Em tudo. O uruguaio vive o dia a dia com o Brasil (inaudível). As danças gaúchescas... Em tudo. Se monta um coro lá os uruguaio vão para lá, se tem carnaval os uruguaio vão para lá. Se tem encontro de motoqueiro, vai todas essas esquadras do Uruguai. É desfile, é muita gente indo para lá. Então eu acho que o uruguaio apoia muito. Tem atividade, o uruguaio sempre é aberto, vai. Já quando se faz desse lado, o brasileiro já é mais difícil. Mais difícil trazer ele para cá.

SM: Porque você acha? É.

SR: Acho que não interessa a cultura uruguaia. Apesar de que nós somos países muito próximos, temos culturas bem diferentes. Aliás, tem um eixo central aí que é do pampa. Essa questão do pampa, o Brasil cultiva muito isso, as tradições do pampa. O uruguaio não é de nada disso. O gaúcho mora no campo realmente, tem aquela tarefa do campo. Então ele cultivava aquela cultura mas é por uma questão de (inaudível). Também temos centros de tradições gaúchas aqui mas tem muito pouca força. São poucas pessoas e não é uma coisa que tem força. Mas mesmo assim quando o centro de tradições gaúchas de lá monta... eles montam um desfile. Toda a gauchada daqui do campo também vai e participa lá. Mas na realidade é menos o brasileiro que vem, sabe? O povo. Assim, atividades populares não são de ir muito.

SM: Mesmo atividades que são de fronteira, tipo essas atividades que têm portunhol, que têm traços da cultura brasileira, eles não participam tanto...

SR: Não tanto, com comparação com o que mobiliza esse lado de cá para lá... e quando se faz dias de viradas culturais sempre uruguaio metido lá. Não sei, também tem influência grande da Globo. Nós não temos uma TV, um canal de TV que seja tão agressivo, que invada tanto assim a fronteira. A Globo entra com muita força para esse lado e eu acho que os uruguaio acabam se sentindo todos muito identificados com o brasileiro. Acho que é por aí.

SM: Estou tentando mapear um pouco a questão das redes culturais que comunicam com a fronteira. Eu queria saber: os artistas de Ríó Branco – não sei se você sabe me dizer- se eles vão se apresentar em outra cidade, em quais cidades eles costumam ir do Uruguaio e do Brasil? E o contrário: quando vocês convidam artistas no Centro MEC daqui, de onde eles...

RS: É muito difícil. O negócio dos artistas é complicado. Porque nós temos o sistema, é a burocracia que não ajuda. Se o MEC vai pagar um cachê artístico, tem que ser um uruguaio. Nós não temos como justificar a saída do dinheiro do MEC se for pago para alguém de fora que não tem como me dar um recibo e vice-versa [telefone toca].

SM: Então, você estava falando que... eu estava perguntando das redes, de onde vêm as pessoas de fora e para onde vão os artistas de Ríó Branco.

RS: Ah, os artistas. Nós temos esse problema e isso acontece de ambos os lados da fronteira, não é só com Uruguaio, o Brasil tem o mesmo problema. Realizamos comitês de fronteiras aqui que se realizam a cada dois anos. Todas as instituições montam grupos de trabalho de cultura, de saúde, de patrimônio, de não sei o quê. Nos grupos de cultura é normal que todo mundo se queixa da mesma coisa porque as fronteiras não são tidas em conta desde os governos centrais. Então, eles vivem outra realidade e não têm nem conhecimento de como é o cotidiano e a vida do fronteiro. Então nós temos realidades que não estão sendo contempladas na legislação e nem nos estatutos públicos. Então nós não temos como... eu não posso contratar um artista brasileiro. Então não existe esse fluxo natural porque ou vão e se apresentam sem cachês ou pagos por uma instituição, uma organização civil que não tenha nada a ver com o Estado. Ou tem que fazer de uma forma gratuita. Às vezes, mas faz muitos anos... em alguma ocasião o município, alguma organização pagava o cachê de alguém daqui para se apresentar lá e em contrapartida o outro pagava o de lá para se apresentar aqui. Mas isso foi em escassas ocasiões que aconteceu e não tem muito. Nós temos por exemplo o festival de fronteira [...] “A origem de Jaguarão”, se chama. E esse festival de folclore ele já tem 25, 28 anos, não sei. 20 e não sei quantos anos que se faz à beira do rio desse lado da fronteira. E vêm alguns brasileiros se

apresentar nesse festival, mas acontece que a organização deste festival é feita por privada. Então aí existe esse intercâmbio. Mas a nível de instituições públicas é difícil. A gente só colabora de boa vontade. Temos grupos aqui que gostam, que querem se apresentar e vão lá se apresentar. Nós mesmo agora estamos preparando um grupo de teatro nosso que vamos apresentar lá no Teatro Esperança. E tem grupos assim. O núcleo sinfônico que Ríó Branco tem, que é para crianças e adolescentes também vai se apresentar no Jaguararte. É esse tipo de intercâmbio, não com os artistas.

SM: Não pessoas que são pagas, são grupos...

RS: São grupos... é... políticas públicas. No nosso teatro vem uma professora de Montevideú a cada 15 dias para lecionar, para preparar. E eles vão se apresentar, mas é uma política pública. Teatro, núcleo sinfônico, o coro, são coisas que o Estado bota o dinheiro para que esses grupos se montem aqui. E quando está montado o produto, ele é apresentado do outro lado sem custo nenhum. As redes entre as instituições públicas, entre UNIPAMPA, colégios, municípios... aí é maravilhoso porque nós temos sempre o apoio para organizar coisas, um evento, coisas mirabolantes. Tem uma dinâmica muito linda ao nível cultural na fronteira.

SM: Nas redes de organizações públicas que você fala, dos dois lados...

RS: Sim. Esse intercâmbio que nós fizemos com o FALA, nenhuma instituição educativa que nós temos aqui desse lado... tu faz uma proposta e imediatamente eles ficam assim... encantados de receber brasileiros aqui nas escolas, nos colégios, para compartilhar uma experiência com os alunos. Ninguém te diz não. E as professoras, educadoras, maestra que a gente chama aqui. Maestra são os professores de educação primária. E quando tu fala para os profissionais, de ter uma experiência de intercâmbio para lá, de intercâmbio, todo mundo gosta. Então acho que trabalhar... em rede se trabalha muito. Desde o lado institucional da coisa... aí tem aquela burocracia. para tu ter uma ideia: agora tiramos a alfândega nossa do Uruguai de cima da ponte, né? Porque antes a nossa ponte tinha as duas cabeceiras da ponte. Na de cá estava a alfândega uruguaia e na de lá a alfândega brasileira. O Uruguai tirou a alfândega dali e botou aqui na saída de Ríó Branco. Mas tiraram ela da ponte. Mas a brasileira ainda está aí. Então quando tu quer fazer... quando Jaguarão quer fazer uma feira do livro e o MEC quer montar uma banquinha para mostra de livros e revenda de livros do Uruguai, de autores uruguaio, nós temos que contrabandear todos esses livros para lá, porque a alfândega não permite. Tu tem que declarar, comprovar de onde tu comprou, com nota. Aí todos nós pegamos nossos carrinhos cheios de livro e o... e é o jeito fronteiroço de fazer. Só que não tem um enquadre fronteiroço que faça com que as coisas aconteçam dentro de uma legalidade. Essa realidade fronteiroça que só quem mora aqui sabe o que é. É impossível imaginar. Tem coisas cotidianas... tu é brasileira né? Tu passou a fronteira para cá, deu um piripaque em ti e morreu. Tu não pode passar o corpo para lá. Tua família tá toda lá e não pode passar. Então tem essas realidades fronteiroças que o Estado não contempla, não faz a menor ideia e todos os dias acontece. Nossa educação primária com esses montes de... é tudo contraditório. Não sei se tô muito longe do assunto, mas...

SM: Mas pode falar.

RS: Os colégios nossos de primária não podem levar as crianças daqui para lá para compartilhar com eles. Porque passa a fronteira... pela questão do Estatuto do Menor.

SM: para eu entender bem: você falou que as redes funcionam super bem, as pessoas colaboram. Do que eu entendo as pessoas colaboram muito bem na sociedade civil. As instituições, como por exemplo, a Secretaria de Cultura daqui e de lá...

RS: Elas colaboram, desde que tu não mexa em dinheiro. Na verdade, as redes funcionam todas. O que não funciona é o governo central, que não pensa nas fronteiras, nas realidades de fronteira e cria um marco legal na administração pública que faça possível esse intercâmbio real.

SM: Agora está super claro. Então as redes funcionam muito bem entre as pessoas. Você falou que mais...

RS: Sim, que mais intercambia.

SM: Mas quando tem uma questão legal de dinheiro, bloqueia tudo.

RS: Essa normativa eu acho que quem falha são os nossos governos centrais. Eles não olham com um olhar de fronteira. Não criam um marco legal para que as fronteiras trabalhem dentro de certas regras.

[...]

SM: Você precisa ir né? Tem pouco tempo.

RS: Nada, fique tranquila que enquanto... dá tempo. Agora já está passando filme lá.

SM: E para eu entender um pouco a questão dos equipamentos culturais, de lugares de cultura em Ríó Branco e Jaguarão. Qual é a relevância do MEC aqui para a vida cultural dos moradores de Ríó Branco?

RS: É muito pouca. A parte logística que tu diz?

SM: Os Lugares que as pessoas frequentam quando querem ver eventos culturais, quando querem consumir cultura? Aqui em Ríó Branco.

RS: Quais são? Quê que tu quer saber disso?

SM: Eu quero entender qual é o peso do MEC, da Casa de Cultura aqui para dar essa vida cultural em Ríó Branco. Se os moradores daqui vão para Jaguarão, se os de Jaguarão vem para a Casa de Cultura e para o MEC.

RS: Bom, o MEC criou um antes e depois aqui no território. Está trazendo coisas que Ríó Branco não estava acostumada. Essa é a função do MEC também, mostrar outras possibilidades. Hoje nós trouxemos portadores de hip hop, eles vêm de Montevideú, tem um olhar diferente do hip hop, já com outra leitura. Também como criar, usar a criatividade com textos bem mais educados não, mas textos que contemplem a realidade da violência contra a mulher, toda essa coisa. A luta de gênero que nós estamos tendo, o espaço que a mulher vem tomando na sociedade. Então como continuar fazendo cultura nessa área sem violar... porque tem muitas letras que, não sei se tu conhece -

SM: Sim.

RS: A ideia é continuar usando a criatividade nas diferentes artes, mas com um olhar de muito mais respeito. Então a função do MEC é trazer para esses territórios aqui, para essas localidades, coisas que antes não se oferecia. Tem certas tendências populares que se vendem só. A cumbia, o folclore, são gêneros que se vendem sozinhos. Não precisa do MEC fazendo nada para cultivar isso aqui. Então presença do MEC fez agilizar muito mais a cultura. Intercambiar e mostrar o que se faz aqui e agora estamos tentando do lado de Jaguarão também. E mostrar um pouco, intercambiar. E nesse sentido, com Jaguarão a gente sempre está... está sempre se misturando e intercambiando. Na organização e em muitas áreas a população acompanha muito. Mas eu acho que foi sim, um antes e um depois enquanto oferta cultural que se produz em Ríó Branco. E nesse momento até o município reconhece que não foi o forte da gestão deles, a cultura. Então o MEC está carregando quase todo o peso nessa área, nesse momento e nessa administração pública. Na outra anterior nós tínhamos a Mireya Brochado que ela desde o município gerava muita cultura porque ela ia buscar possibilidades, trazia. Ela mexia muito com cultura. Mas nessa administração essa seria uma das debilidades lá da gestão pública deles. E no entanto está tentando compensar essa falha em Ríó Branco, gerando espaços.

SM: Então o diferencial do MEC é de trazer cultura mais dos grandes centros para cá.

RS: Um pouco. E levando de cá para lá também. Nós temos esse canal aberto que permite esse intercâmbio. Porque nós podemos não só ir para Montevideú, podemos levar... que é mais difícil até. Tu levar um show cultural de Ríó Branco para Montevideú é mais difícil. Mas no entanto você pode intercambiar com outros centros MEC [celular toca] de outras localidades, de outros estados do interior. Eu posso mostrar uma obra criada aqui, rodando, indo para outros departamentos através dos mesmos Centro MEC.

SM: E quais são essas pontes mais fortes com outros lugares? Quais são os outros Centros MEC -

RS: Quase todos são dentro do departamento. Seria Melo, Fraile Muerto... Tumpambaé... Aceguá, que é na fronteira também. Seria um pouco por aí.

SM: Tem alguns lugares onde acaba se espalhando a cultura que é produzida aqui...

RS: Isso. É mais por aí. Em algumas ocasiões saímos até Vergara. Trinta e Três é forte também, falando dos festivais, é forte. É por aí.

[...]

SM: Vocês estavam falando que o MEC é a principal instituição daqui que comunica com as instituições de Jaguarão...

SR: Não, não.

SM: As instituições culturais daqui, quais estão mais envolvidas...?

SR: É, aqui mesmo mais cultura é o MEC, no momento. Desse lado, que transversaliza com o outro lado também. Em cultura.

SM: Sim, é isso que me interessa.

SR: Já em outras áreas eu acho que não. Sempre tem um diálogo muito aberto né Rodrigo? No outro governo era muito aberto. Mas eu agora assim tenho pouco contato com outras áreas da prefeitura lá. Eu não estou trabalhando lá também. Mas sempre teve.

RS: O movimento social está mantendo a relação.

SR: Muito. Isso eu já falei para ela. Na área de educação e cultura, eventos... tudo isso aí, sempre se fez. É muito comum. Fazer de forma binacional. Ou se faz de um lado ou se faz do outro, mas a população acompanha e assiste. Então tem esse fluxo natural de intercâmbio permanente sempre na fronteira. Eu acho que não tem a nível de instituições e do povo... existe muito isso, não tem muito problema. Se bem que o brasileiro não é de... o brasileiro vem só comprar. Isso é tudo culpa do secretário lá que só... não estimula as pessoas lá a... não é de vir muito.

SM: E a casa da cultura: tem alguma rede ao redor dela, ela comunica também?

SR: No momento, este ano, a Casa de Cultura quase não está trabalhando nada. Por isso que eu te disse que nessa gestão da prefeitura daqui o MEC tomou um protagonismo. Porque se nós não fizermos, não se faz quase nada de cultura. E o próprio prefeito admitiu que uma das debilidades da sua gestão é justamente trabalhar em cultura. Ele mesmo declarou que ele achava que cultura era produzir um espetáculo. Ele mesmo assumiu que ele achava que cultura era financiar e produzir um espetáculo. E na verdade depois que ele assumiu ele entendeu que não. E cultura é trabalhando de outra maneira, de outro lugar. E nesse caso ele não tem... até o momento ele não teve nenhuma estratégia para dizer 'tá, vamos trabalhar nessa linha'. Então o MEC está tomando as rédeas dessa função pública, para ver se equipara um pouco.

SM: Então na gestão anterior a Casa da Cultura também tinha um papel -

SR: É. Na anterior a Casa de Cultura... chegou a ter 15 cursos diferentes dentro da Casa de Cultura. Ela fez gestão para fundos, fundos públicos, fundos de inserção. Fundos de infraestrutura culturais que a prefeitura se apresentou, ganhou esse fundo, para reconstrução do salão da Casa de Cultura lá. Que no momento quando tu fala da parte logística, do lado uruguaio é uma desgraça. Nós não temos muita coisa. No entanto Jaguarão tu vê que eles têm infraestrutura. Eles têm salões, têm teatro, têm universidade. Eles têm biblioteca pública, eles têm espaços públicos, infraestrutura muito interessante que no lado de cá nós não temos nenhum.

SM: Que são MEC e Casa de Cultura, que agora não está funcionando...

SR: É, nesse sentido não temos nada. E essa Casa de Cultura que nós conseguimos refaccionar aquele salão com os fundos do MEC e com a gestão da outra Secretaria de Cultura que teve. Mas depois espaços públicos de cultura, né? De esporte tem. Tem estádio, tem coisa aí. Mas de cultura nós não temos, é um desastre.

SM: Nem biblioteca?

SR: Nós tivemos uma biblioteca, mas também foi recolhida, né? E fecharam ela praticamente no espaço. Não tem como entrar ali, estudar, nem nada.

SM: Praticamente fechada.

SR: Fecharam sim.

SM: O MEC daqui foi aberto em 2007 mesmo?

SR: Em 2009. Em 2007 iniciou o projeto em todo o país. E ele foi montado por departamentos, por estados. O nosso estado foi em 2009.

SM: Então desde 2009 tem uma mudança cultural em Ríó Branco?

SR: Tem, importante. Tem uma movida nessa dinâmica cultural que antes era um povo muito pacato, muito tranquilo, só novela da Globo. Hoje já tem teatro, tem núcleo sinfônico trabalhando. Nesse momento nós estamos com mais de 80 crianças e adolescentes no núcleo sinfônico tocando violinos, flautas doces e tem trompete, saxo, tem teclado, guitarra, tem aquele cavaquinho. Não entendo muito de instrumento, mas tem uma variedade importante ali de instrumentos que as crianças vão provando. Quando eles entram, quando os pais inscrevem eles para eles estudarem guitarra... eles entram e resulta que a guitarra não é uma coisa de afinidade. O que eles mais gostam eles começam a se empenhar mais nisso. O núcleo tem essas vantagens. Mas agora tem o núcleo... nós temos uma guarda de tambores. E isso é uruguaio, tem a ver com candombe né? Foi declarado patrimônio da humanidade que nem o tango. Foi há dois anos que declararam patrimônio da humanidade. E nós temos então corda de tambores. Estamos trazendo coisas que antes não tinha.

SM: Isso chegou recentemente, a corda de tambores?

SR: Ela já está montada, já está trabalhando há quatro anos, eu acho. E está muito linda. Trabalha com crianças e tudo. Nós estamos trabalhando na área literária bastante. Estamos fazendo um chá literário que é itinerante, ele muda de espaços. Um mês aqui, um mês lá, na Lagoa Mirim, toda essa zona aqui. É para incentivar a escritura e a leitura. Isso a gente trabalha muito com Jaguarão. Tem muita participação de brasileiros nos chás literários nossos.

SM: Então a chegada do MEC aqui em 2009 mudou um pouco a dinâmica cultural de Jaguarão e Ríó Branco?

SR: Acho que sim.

SM: Como mudou?

SR: Porque o MEC está permanentemente voltando o olhar para o outro lado. O que nós podemos aproveitar que tem lá que pode trazer para cá? Hoje mesmo nós temos teatro e temos brasileiros no nosso teatro e está muito lindo, muito engraçado porque os participantes brasileiros estão passando o diálogo para eles memorizarem em espanhol. Vai sair qualquer coisa... um portunhol muito engraçado. A professora vem de Montevideu e ela quis trocar, mudar o idioma dos participantes, que eles tinham que memorizar em espanhol. E nós não permitimos. Tem que sair porque é uma característica fronteiriça, o teatro nosso. Nós vamos apresentar nossa obra em Melo ou em Trinta e Três e não queremos que ela perca essa

característica fronteira. Então vai o portunhol. Muito ruim o portunhol! (risos) Tem um brasileiro aí né... e eles vão fazendo o diálogo do jeito que eles quiserem: em português, espanhol, portunhol.

SM: Esse é um trabalho da fronteira, né?

SR: É, um trabalho totalmente de fronteira. Mesmo que os professores venham de Montevidéu, que nós estamos trazendo, nós estamos defendendo nossa cultura fronteira. E no teatro foi assim. A professora queria complicar. Não.

SM: Então a chegada do MEC trouxe mais fluxo para cá também.

SR: Acho que sim.

SM: Que antes era tudo fluxo para lá...

SR: Acho que sim. Começamos com chá literário, esse que te falei. Esse já são já sete anos que a gente vem fazendo na fronteira. Então já está com carimbo, é binacional, que vem escritores brasileiros, participantes do Brasil para compartilhar conosco. Então começamos aí a abrir esse espaço e trazer de lá para cá. E eu acho que sim, sem dúvida, o fluxo aumentou bastante.

SM: E a questão da reforma em Jaguarão e do tombamento de alguns prédios e do dinheiro que foi requerido para reformar os prédios, isso você acha que influenciou de alguma forma o jeito que os moradores de Ríó Branco veem a cidade de Jaguarão e esse espaço ou...

SR: Eu acho que influenciou, mas que na primeira proposta, quando foi feita a proposta para, quando se apresentou a proposta do tombamento dos prédios antigos de Jaguarão... eu me lembro que teve uma prévia que tem os “envolucrados” uruguaios. Essa prévia onde se fez um diagnóstico de que é difícil. Seriam importantes retomar, melhorar, reconstruir. E lembro que nesse instante nós uruguaios estivemos lá presente. Teve a representação de várias instituições públicas aqui também na prévia do anteprojeto.

SM: O projeto da...

SR: Isso. No projeto consta a binacionalidade do projeto também. Eu fiz parte dessa prévia, eu me lembro disso.

SM: É ótimo falar com você, você sabe de tudo dos dois lados.

SR: Sempre andei aqui e lá também.

SM: E a questão da ponte. O fato dela ter sido tombada como bem binacional, bem do MERCOSUL...

SR: Patrimônio do MERCOSUL

SM: Você acha que mudou alguma coisa da percepção do espaço, desse espaço fronteira?

SR: Desse lado não. Agora por isso o projeto de patrimônio também. A ideia é começar a trabalhar em cima disso porque eu acho que o povo mesmo, as pessoas que circulam

permanentemente em cima da ponte, ninguém está dando o valor real que ela tem de história construída. Eu acho que essa fronteira dentro do Uruguai, é uma das fronteiras que mais história tem. A nossa cidade passou por três nomes ao longo da sua história. Todas elas têm um conteúdo histórico muito interessante, muito importante, e as pessoas ignoram, não dão muita importância. Esse começa que seja a primeira, o primeiro ano do patrimônio que vai ser comemorado com atividades culturais de ambos os lados. O secretário... como é que tu vai fazer lá?

Rodrigo Segovia: Sempre trabalhando contigo

SR: Que louco. E aí nós vamos fazer um projeto bem... a ideia é muito linda, vamos ver se conseguimos a aterrissar né?! Porque ela está voando aí, está muito linda mas está no ar. É montar um circuito de patrimônio que vai ter atividades culturais em todos lugares, desse lado da fronteira e do lado de lá.

SM: É o corredor?

SR: É mais ou menos.

SM: Ou é outro projeto?

SR: É outro projeto

RS: (...) pode virar binacional... No Uruguai uma vez por ano em um fim de semana que é sábado e domingo que se comemora o patrimônio nacional em todo país, todas as cidades do país que quiserem podem se inscrever e nesse dia vai ter atividades comemorativas do dia do patrimônio. Esses dias são dias 06 e 07 de outubro. E o que estamos fazendo é um circuito fechado de lugares que possam ter atividades culturais e de patrimônio que vai atravessar de um lado ao outro da fronteira. Mas é um circuito fechado, começa aqui e vai até aqui, até aqui, vai lá e fecha. Com uma diferença que faz a grande diferença da história é que nesse dia nós temos o museu do transporte aqui e vamos botar na rua. A ideia é essa. Quero ver se consigo porque ainda não tive muita receptividade dos outros que têm que ir se envolvendo na coisa.

SM: Achei uma ótima ideia.

SR: O museu do transporte tem como vinte carros antigos, mas tem 6 que poderiam se mexer. Além disso, carruagens com cavalos. Do lado de lá tudo que transladem, que transportem a população de um circuito ao outro. Eu quero assistir, sei lá, à exposição de trem que vai ter aqui. Então vou, assisto ali, saio na frente, vejo uma das carruagens, subo, vou até o seguinte, desço lá... enfim. O transporte do circuito nesses dois dias seria feito por esses carros e essas carruagens. Então acho que isso vai chamar muito a atenção. Mesmo que o povo não se interesse, não tenha ouvido o rádio, a TV publicitando, vão ver as carruagens, aqueles carros muito antigos na rua. Chama a atenção. Vão querer saber o que está acontecendo. Eu acho que esse seria um ano diferente do patrimônio. E a ideia é continuar, ver se conseguimos e fortalecer esse projeto ano a ano para que vire também um produto turístico.

SM: Isso já vai ser esse ano.

RS: Esse ano vai iniciar isso aí.

SM: É dos dois lados da fronteira? Ele vai passar em Jaguarão também.

RS: Sim. Temos que negociar com a alfândega para ver como passamos na ponte, por cima da ponte esses carros antigos. Os cavalos é que... Os cavalos é complicado. Tu coloca um período das 8h da manhã às 20h e durante esse processo... Nem 8h da manhã ele fica. Pode ser na tarde, das 14h até as 20h, às 18h. Aí é tranquilo. O fluxo de veículos sem fins lucrativos a lei autoriza. Então acontece muito de levar um patrimônio imaterial do Uruguai para o Brasil... muitos carros entram ilegais no Brasil. Então a Receita Federal tem esse viés de fazer um controle, não deixar passar na ponte. Mas aí a gente vai lá, dialoga, mostra documentos. Aquela parte do cavalo, da injeção... É que tem que estar com controle de saúde, o animal para passar. Tem todo esse esquema fronteiro aí. Aqui na ponte não pode, mas onde o rio está baixo lá no meio da zona rural passa por dentro d'água. Passa até uma boiada.

SM: Lá a polícia não...

RS: Não tem. Tu quer fazer as coisas legais...

SM: Então eu acho que vou fechar ali para não atrasar ninguém. Você já me passou um monte de informações e foi ótimo. Mas tem alguma coisa que você gostaria de me falar que eu não perguntei?

SR: Não sei.

SM: Um buraco que eu deixei...

SR: Acho que não.

SM: Se você... eu não sei se você tem algum documento de programação do MEC, da Casa de Cultura ou até da secretaria que não estão disponíveis na internet e são documentos que poderiam ajudar para pesquisa... aí eu tenho interesse.

RS: Documentos... ah... de atividades?

SM: Relatórios...

RS: Não tem uma agenda de atividades tudo junto. Eu tenho atividades soltas, tem um monte, montanhas, mas toda solta.

SM: O MEC não faz relatórios às vezes para o MEC lá em Montevideú, algo assim?

RS: É, mas de Melo.

SM: Ah, é Melo que se responsabiliza

RS: Eu faço só os informes para Melo. Cada atividade que eu faço eu informo.

SM: Mas se eu conversar com o MEC de Melo talvez eles poderiam me passar algumas informações desse tipo?

SR: Não sei.

SM: Tá.

SR: Não diria tanto.

SM: Mas será que eles compartilhariam?

SR:A gente pode apontar coisas interessantes acho, não sei. Eu posso, eu vejo, pergunto para ti.

SM: Pode ser.

Rodrigo Segovia: De repente marcar um café, amanhã, alguma coisa.

SR: Mas tu vai amanhã?

SM: Eu vou amanhã 4h

SR: E quando tu irias a Melo?

SM: Eu teria gostado muito de ir para Melo, mas está difícil. Da última vez que eu vim eu queria ir para Melo mas é muito complicado atravessar com carro de aluguel, aí eu não pude atravessar. Eu queria passar por Melo entre Jaguarão e Livramento mas eles não deixam passar e eu tive que dar a volta por cima e só atravessar...

[...]

SR: Bom, estamos as ordens tá, nessa, na outra, em outro. Quando tu quiser.

SM: É, eu gostaria de voltar, assim, claro que eu vou voltar... estou trabalhado com regiões de fronteiras, eu vou voltar, eu só não sei se eu vou voltar para fazer estudo de campo enquanto for bolsista de doutorado com pouco dinheiro, mas eu gostaria de voltar para aprofundar mais, para talvez entrevistar pessoas em Montevidéu, em Melo também.

SR: Quando tu precisar eu tenho meus contatos, de repente até em Melo eu posso te levar. Aí eu junto uma coisa para fazer, te levo até lá, de repente...

SM: Muito obrigada! Foi ótimo.

SR: De nada.

Appendix 9: Interview transcript – Sandra Camerini Vieira

Interviewee: Sandra Camerini Vieira

Professor and Director of Culture, IFSUL Pelotas

Location of the interview: Café Aquarius, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brazil

Date of the interview: 16.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

SM: Ótimo. A gente já começou a conversar sobre a questão de como a fronteira dialoga com os centros um pouco maiores e como as pessoas que são da fronteira dialogam com as pessoas que não são da fronteira, e como isso vai influenciando essa percepção, né? E por você ser de Jaguarão e estar aqui, eu acho que é interessante ter seu ponto de vista sobre isso.

SC: Tá. Então, assim: essa situação de ser oriunda, de ter nascido, de ter vivido na fronteira, ela se dava em alguns aspectos culturais, sim, mas numa abrangência da região, não só da cidade; por exemplo, a gente tinha acesso à rádio da fronteira e a gente tinha acesso às músicas que faziam sucesso - isso numa memória minha de adolescência. Então, a gente tinha acesso, na minha época, aos rádios. Era comum você está andando de carro e alguma coisa assim e você trocar de estação e aí se estava dando uma música legal, você escutava uma estação uruguaia. Então, isso era uma característica que, talvez, quem estivesse no centro tivesse acesso, sim, pelo rádio a algumas rádios. Hoje, pela internet, você tem, mas essa produção... assim: eu lembro que o rádio foi importante na minha época, em termos de linguagem, porque eu tinha que compreender, e em termos de o quê que estava se escutando, o quê que estava sendo produzido lá. Depois, teve um momento importante que eu acho que foi o momento, talvez você tenha escutado falar, do projeto Jaguar.

SM: Não, não ouvi falar.

SC: O Projeto Jaguar foi um projeto que aconteceu em 80, década de 80, que aconteceu com dois estudantes de Arquitetura de Jaguarão, que eles abriram o Teatro, trouxeram algumas produções culturais e trouxeram um olhar muito voltado para o patrimônio cultural físico, para o projeto arquitetônico da cidade. A gente começou a olhar muito isso e a valorizar esse patrimônio cultural da cidade. Me lembro disso em Jaguarão, na década de 80, e eles estavam discutindo essa questão naquela época da fronteira, entendeu? Da cidade ser da fronteira. Outra característica muito forte nossa assim de ser da fronteira é que, às vezes, quando a gente ouvia música nativa do Sul, ela tem uma relação muito próxima com a música do outro país. Então, a tua produção, o teu estilo estético musical, eu estou indo para esse lado musical, ele vai se produzindo com isso, com essa... alguns instrumentos, tipo, que estão muito relacionados, o Bumbo Leguero, por exemplo. Eu me lembro que nós tínhamos um grupo na adolescência da fronteira que nós cantávamos músicas em espanhol e o Régis tocava Bumbo Leguero. Isso eu acho muito mais difícil de você encontrar nessa aproximação. Então, essas são algumas diferenças que se tem. Outra questão, assim, que eu acho que é cultural, que eu já havia falado,

é a questão do comércio. O comércio da fronteira, especialmente pelo Uruguai ser um país que tem uma produção mais de produtos primários, em algumas vezes nós tínhamos acesso a alguns produtos importados. Isso nos produzia uma cultura de você mascar um chiclete inglês, por exemplo, isso era um diferencial. Então, esse nosso consumo, essa nossa familiaridade com esse produto, que era característica de ser uma fronteira com Uruguai, com um país que ele importava muitos produtos, que a produção dele era muito de leite, carne, enfim, de alguns grãos, produtos primários, nos dava um diferencial, porque quando a gente ia em algum lugar, ou quando alguém chegasse na nossa casa e encontrasse aquele produto, aquilo era um estranhamento para a pessoa. Então, a gente notava que tinha aquela coisa, que é uma cultura de consumo, que a gente consumia coisas diferentes. Em termos de políticas, a gente nunca teve, naquele tempo, uma política muito voltada. Mas existiam algumas relações de micropolíticas que se dava assim: às vezes nós, da escola, a gente ia tocar num evento no Uruguai que era convidado pelo intendente, pelo prefeito, pelo representante. Então, a gente ia fazer uma apresentação cultural lá e eles faziam uma apresentação. Isso era muito comum, entendeu? Era uma coisa comum que se dava ali naquela política local.

SM: A nível de colaboração entre poderes municipais, né?

SC: Não era uma coisa assim que estava em uma política para feira, se dava numa questão diplomática local.

SM: Esse projeto Jaguar... Eu ouvi falar do projeto da Ana de Oliveira aqui da UFPEL de cartografias de lá, mas eu tinha entendido que tinha partido de Pelotas, mas não [que] tinha tido um projeto antes em Jaguarão.

SC: É. Esse projeto em Jaguarão é bem interessante para... tem poucas coisas registradas, mas talvez você encontre pelo google ali, projeto Jaguar, Jaguarão, poetas de Jaguarão, foi um projeto, que eu tinha 15 anos, e tinha um pessoal de Jaguarão que estudava em Porto Alegre e Pelotas e, com esses saberes de centros maiores, eles tentaram naquele momento fazer uma coisa que, para nós, foi muito diferente, muito bacana, a gente teve aquele olhar muito voltado à nossa cultura. Eu me lembro que eles abriram, fizeram uma semana de programação no Teatro, tinha um flyer, um folheto, que falava sobre o quê que era o projeto, valorização local dos saberes. E eu me lembro que, como eles eram estudantes de Arquitetura, eu acho que é o Walter, e eu não me lembro quem era o outro, talvez eu lembre, que eles eram assim mais velhos que eu, já estavam com estudo universitário, então eles criaram todo um movimento na década de 80 em Jaguarão e esse projeto foi importante. A partir daí, eu me lembro, que eu tive acesso a algumas peças de teatro de Porto Alegre, que eles trouxeram para estrear no Teatro. Então, paralelo a essa discussão local de valorização do nosso patrimônio arquitetônico, eu me lembro que a gente teve acesso a vários espetáculos no Teatro, que estava meio vazio. Eu achei isso muito legal. Eu achei isso extremamente diferente.

SM: Então, eram pessoas de Jaguarão que saíram e que voltaram valorizando o...

SC: Voltaram com essa ideia de fazer um projeto de valorização. A partir desse projeto, ele não vingou tanto. Muitas vezes, pessoas ligadas à cultura de Jaguarão, eles lembram do projeto. Como um projeto medular que se parou naquele momento para se pensar a cidade em termos culturais. Eles tinham uma visão muito voltada à arquitetura. Então, esse projeto e as pessoas lá de Jaguarão, com certeza, eu não posso falar em nome delas, mas com certeza elas têm

conhecimento que isso é um projeto que foi importante. Se um dia você tiver a oportunidade, eu posso te mandar alguns materiais do projeto...

SM: Sim, eu gostaria, é porque ninguém tinha mencionado ainda...

SC: Mas teve esse projeto na década de 80 e, a partir daí, eu já vi muitas vezes no outro Governo da Prefeitura, inclusive, que eu fui lá representando muito o Sul, como coordenadora de cultura, eu retornei à minha cidade e a cidade foi até tombada e teve uma série de eventos lá. Inclusive eu estive junto com o Ministro da Cultura, representando o Instituto. Ele fez uma inauguração da ponte e eu lembro do pessoal citá-lo: “o projeto Jaguar é o que a gente quer tentar colocar agora, inaugurando o Teatro, olhando e cuidando da cidade...”. Então, estava muito fluente aquelas ideias, que eu lembro, da década de 80. E eles citaram isso. Mas eu vou te mandar isso aí, o que eu tiver do projeto.

SM: Ótimo. Obrigada. Eu queria também mapear a questão cultural na fronteira, saber o que é produzido culturalmente em Jaguarão, para onde vai o teatro, a música de Jaguarão, para quais cidades vai, o que vem para Jaguarão vem de onde, para ver a relação entre as várias cidades, na região de fronteira e com cidades que não estão na região de fronteira também.

SC: Eu não sei se eu conseguiria te responder, aqui eu vou dar o meu parecer, o que me parecer: eu acho que a produção cultural local fica muito regional, eu acho que ela não é muito aproveitada. Então ela fica naquele território dos municípios da região. Por incrível que pareça, eu lembro, a minha família é de Jaguarão, mas eu tinha familiares no Arroio Grande, aqui próximo, [inaudível]. Então, você falava: “Ah, de Jaguarão”, a gente era um polo no meio daquela micro cidade. Claro que tinha as suas rivalidades que as cidades têm. “Ah, não, aqui no Arroio Grande é melhor, a nossa festa é ótima”. Sempre tinham as rivalidades de cidade, eu estou falando numa questão do circuito da fronteira, mais das cidades da fronteira. Então, geralmente era muito valorizado, se dissesse: “Ah, o grupo de Jaguarão vai se apresentar aqui”, o grupo de dança do Arroio Grande se apresentou em Jaguarão. Então, tinha essa narrativa regional, daquela microrregião, então a produção ia muito para a microrregião.

SM: Dessas cidades, que antigamente faziam parte até do município de Jaguarão, muito próximos...

SC: Isso. Então, essa produção ia muito para lá. A gente tinha uma produção maior do pessoal que saía para estudar na Universidade e tinha alguma produção de música, de artes, de dança, aí, sim, ele saía daqui e ali ele produzia e dizia ‘eu sou de Jaguarão’. Ele se identificava como de Jaguarão, Jaguarão da fronteira. Mas, a produção cultural fica muito regional. Os grupos de dança, de CTG, de música, de coisinha... fica muito na região, na microrregião, naquela região ali do entorno.

SM: Não dialoga com Pelotas, Porto Alegre, Montevideo?

SC: Até dialoga. Mais com Pelotas do que Porto Alegre. Porto Alegre não. Você não tem muito espaço para conseguir chegar. Fica muito na região, a produção cultural fica muito na região.

SM: E quando vem para Pelotas, qual é o olhar das pessoas daqui sobre essa arte? É vista como arte de fronteira, é valorizada ou é vista como outro, é recebida como qualquer...?

SC: Eu acho assim: em termos de Pelotas, por ser uma região que está ainda em uma área de fronteira, está mais próximo, ela... Aqui, em Pelotas, a gente tem uma produção que busca muita coisa do Uruguai, busca essa produção cultural. Quando chega aqui, é porque a pessoa está fazendo muito sucesso, entendeu? Está conseguindo, chegou em Pelotas! Você chegar, está subindo a escadinha da sua produção, está conseguindo sucesso. Porque na região você tem um sucesso, mas ele se consagra quando vai para as maiores capitais. Eu acho que isso é uma coisa meio que global: você se consagra quando vai para Paris. Se consagra, vai para Rio, São Paulo, Porto Alegre. Mas, quando você chega aqui e é convidado para se apresentar em um evento promovido pela Prefeitura ou particular, você está já com um bom nome. Então, Pelotas já é um bom *know-how* para quem é da fronteira. Pelotas já é um comparativo de sucesso para quem é da fronteira. Se você chegou aqui, que é um grande polo, um centro da região, então você... “pô, tá expondo lá”... “ó aquela artista tem um trabalho na Galeria”. Então, quer dizer, ela é boa, você já meio avalia, entendeu? Lá para sua região ela é ótima.

SM: Você falou culturalmente Pelotas é fronteiroço, então?

SC: Eu acho que não, Pelotas tem umas características próprias, mas ela fica nessa linha, nessa tensão, ela tenciona, Pelotas tenciona. Muitas vezes, quando convém, ela é fronteiroça. Entendeu? Se vem uma política que vai dar dinheiro para pintura, Pelotas vai ser da fronteira desde que nasceu. Pode ter certeza. Isso é o [inaudível], eu vi quando estava Ministro lá, entendeu? Estava pensando na política. Mas, Pelotas é uma cidade que eu gosto muito. Gosto de Pelotas, trabalho aqui, me acolheu. Os pelotenses têm algumas peculiaridades diferentes da fronteira. Pelotas é uma cidade diferente, talvez das outras fronteiras: aqui é um estudo de caso, porque aqui é uma cultura muito francesa. É uma cidade que começou com um teatro, ao invés de começar com uma igreja.

SM: Ah é, foi construída ao redor do teatro.

SC: É, geralmente as cidades não construíram ao redor do teatro, posso estar falando uma bobagem, mas ela foi construída pelas [inaudível]. Mas, por exemplo, nas praças das cidades sempre tem a igreja, a casa dos mais importantes, isso é uma característica bem portuguesa. Na nossa principal praça tem o Teatro mais importante. Então, assim, Pelotas sempre foi uma cidade muito cultural. Aqui teve uma produção, uma riqueza, no período Militar e uma decadência disso. Mas, dessa riqueza, muitos de Pelotas tiveram acesso à cultura francesa, inglesa, alemã, tanto que nós temos muitos prédios que são cópias, o nosso chafariz tem na Escócia, é o mesmo escultor, um chafariz francês com assinatura em bronze... e assim vai. É diferente. Jaguarão também tinha um pouco culto também... tinha essa coisa sim. Mas agora, falando na produção cultural, se você é da fronteira e vai se apresentar em Pelotas, lá na fronteira você conseguiu quase que ser uma celebridade, entendeu? Porque geralmente fica muito na região, nas cidades pequenas, do entorno. Aí você diz “ah, de Jaguarão”, lá você é o máximo. Aqui você é de Jaguarão e está em Pelotas, está sendo um máximo. Entendeu? Tem essa hierarquia. Mas Pelotas tem características completamente diferentes, ela não tem, vive com uma linguagem diária, a linguagem é produtora de sentido, é troca de experiência, a linguagem nos une, a gente tem que se entender lá, porque nós estamos convivendo o dia inteiro com o estrangeiro, é diferente, do próprio país. Os feriados deles são diferentes dos meus e as

eleições são diferentes, o futebol deles é diferente, a bebida deles é diferente. Isso é todo dia. Pelotas está nesse território, mas ela não tem essa vivência como quem está na fronteira.

SM: Sim. E qual você acha que é o papel de Pelotas em relação à fronteira? Eu pergunto bastante sobre isso porque muita gente me falou de Pelotas e eu estou tentando entender essa relação e como você tem esses dois olhares, acho que talvez você possa me falar bem.

SC: Eu tenho bem. Eu acho assim, ó, Pelotas é um polo cultural, nosso aqui, ele é. É uma cidade, assim, rica em termos de gastronomia, de festividades, de produção cultural, nós temos universidades ligadas à arte, memória, patrimônio, cinema. Então, nós temos uma produção, a gente tem o Festival Internacional de Música que acontece em janeiro. A gente tem a Fenadoce. Pelotas tem uma grandeza. E ela é um polo próximo de Jaguarão. Eu acho que essas questões, assim, são complexas, são muito complexas. Por quê? Porque geralmente as cidades não administram a região, elas querem se promover, elas falam junto quando lhes convêm. Elas estão nas mil reuniões, elas estão ali fazendo os lobbies, as ações políticas juntos porque lhes convêm. Mas, é preciso uma política específica para as cidades que estão mesmo na fronteira. Entendeu? É necessário porque, ali, se dá uma relação diferente, mesmo nessas cidades polo, como Pelotas, que é próximo da fronteira e pode ser identificado e pode ser apropriado esse compromisso de ser da fronteira, as relações se dão de forma diferentes e específicas.

SM: O que eu estava começando a pensar é que, talvez, Pelotas tinha um papel importante em termos de contrapeso de pessoas saindo da fronteira, chegando em Pelotas e, depois, olhando de forma diferente para o território deles e talvez essa coisa de ser fronteiriço, saindo mais por esse contraponto, mas eu não tinha esse olhar de, talvez, interesse da cidade aqui em se associar com questões fronteiriças quando interessava, assim, você acha mais...

SC: Sim. Eu acho isso. Não estou fazendo disso uma acusação moral, [...] de bom, bonito, feito. Mas é assim que se dá, acho [...] as relações, entendeu? E em termos de Pelotas ser importante para o cidadão da fronteira, não resta dúvida: muitos de nós viemos para cá fazer nossa formação, porque é a cidade mais próxima; agora até tem a UNIPAMPA lá, que eu acho que está lá há uns 10 anos, talvez, mas, antes, você não tinha acesso, você valia só o segundo grau. Então, se você quisesse continuar seus estudos, você tinha Pelotas, com poucos cursos também, mas tinha. Ou quem fosse um pouquinho mais afastado, Porto Alegre. Geralmente uma capital é mais cara. Então, aqui era um centro importante, centro comercial, um centro de formação e um centro de referência, também. Porque a gente é da fronteira e se reconhece, e se valoriza, mas não quer dizer que a gente não goste também de uma cidade polo, porque a gente diz: “ah, Pelotas é uma cidade grande, maior que Jaguarão, tem 400 mil habitantes”. Entendeu? “ah, em Pelotas tem isso, fim de semana lá em Pelotas está aberto ao público, que a cultura é diferente. Então, é importante sim. Pelotas é importante, assim como essas cidades são importantes para Pelotas. Porque aqui existe uma produção local, o shopping, não sei se isso te interessa, mas de shopping, alguns produtos que, no fim de semana, vem o pessoal da cidade, da fronteira, para cá. Então, para Pelotas é interessante e para nós é interessante, porque é um centro, em termos de saúde e de cultura também, cultural também, porque, por exemplo, é muito mais fácil você ter um show do Caetano Veloso em Pelotas, da Marisa Monte em Pelotas, de uma banda de rock em Pelotas do que lá. Lá você vai ter a sua produção local, aqui você vai ter acesso a uma produção de renome nacional.

SM: E a questão da relação entre os moradores de Ríó Branco e de Jaguarão culturalmente, na época em que você morava lá, como se davam esses fluxos desses moradores indo consumir cultura ou apreciar os prédios, apreciar aquela arquitetura.

SC: Olha... eu acho que sempre foi uma relação muito pacífica, muito... Tanto eles gostavam da gente, a gente gostava também deles. Se bem que existia sempre uma piadinha toda, um faz uma piadinha do outro, um debochezinho do outro, coisa de quem mora em Ríó Branco, quem mora na Coxilha. Mas, em termos de produção, por exemplo, na Coxilha tinha pizzaria, tinha um ou dois restaurantes que era bacana ir almoçar lá e tomar a cerveja deles que era ótima. Outra coisa que tinha na Coxilha era cinema, então você tinha opção, quê que tá passando no Regente, que era o cinema de Jaguarão, e o quê que estava passando na Coxilha, em Ríó Branco. Aí você tinha acesso a essa produção cultural. Então, isso era uma coisa legal. Outra coisa: os bailes e boates também, muitas vezes a gente dizia ‘vamos lá na Coxilha ver como é que tá o movimento nele’, aí a gente atravessava a ponte e ia na Coxilha, atravessava a ponte e voltava para nossa se estava melhor, entendeu?

SM: Tinha mais fluxo aí um sentido do que no outro ou era...

SC: Em Jaguarão sempre teve mais fluxo, porque é uma cidade de mais habitantes...

SM: De Ríó Branco para Jaguarão, né?

SC: É. Mas, assim, lá também tinha. Para nós, às vezes, a gente queria olhar o quê que estava acontecendo lá e tinha essa opção de uma festa dos uruguaiois. Então, assim, a alimentação, cinema, eu já falei música, que era rádio, festas, bailes de debutantes... Eu me lembro que, eu sou do tempo que existia-se baile de debutante e eu me lembro que as meninas iam se apresentar em Jaguarão e, às vezes, as outras iam se apresentar no baile lá, não sei se isso te interessa, mas isso acontecia. Fazia parte. Então, isso aí se dava, assim, tranquilo, era uma coisa normal.

SM: Você acha que a valorização do patrimônio de Jaguarão que se deu por um tombamento, etc, e também assim, fisicamente, o fato dos prédios terem sido tombados mudou alguma coisa nessa percepção de Jaguarão pelos moradores de Ríó Branco, pela percepção do espaço transfronteiriço ou não teve influência?

SC: Eu acho assim: o tombo... talvez mudou, mas não seja muito potente, mas mudou por uma modificação. Porque, por incrível que pareça, você valoriza as suas coisas porque você tem o amor de ter nascido, de ter se criado ali, então com as ruas, eu sou uma pessoa que tem uma relação afetiva com as ruas, assim como eu gosto de Jaguarão, eu gosto de caminhar pelas ruas quando eu ia pro colégio, eu gosto de caminhar. Quando eu tinha tal namorado, eu gosto de passar por aqueles espaços, e olho as casas e vejo fulano morava ali, aqui era a casa da fulana... eu tenho essa relação afetiva. Mas em termos de valorização, por mais que se valorize, o reconhecimento modifica sua percepção, porque a gente tem aquele amor afetivo por ter nascido ali. Agora quando alguém lá de cima diz, O IPHAN diz “Jaguarão é uma cidade tombada” e Jaguarão passa a fazer parte. Eu tenho um programa sobre a cidade na TV local sobre isso e isso vai te dando uma autoestima, vai melhorando a tua autoestima. Então, o reconhecimento, ele potencializa, não fica a mesma coisa, ele potencializa. As narrativas é justamente “Jaguarão é uma cidade reconhecida”. Se isso não tivesse importância, eles não iam

estar, Entendeu? Então, esse reconhecimento “ah, é uma cidade tombada, Jaguarão é tombada”. Se isso não fosse importante, eles não precisariam citar. Isso é importante, que eles estão atestando, eles estão endossando: “nós somos bonitos, nós somos importantes, nós temos uma cultura linda e maravilhosa, foi reconhecido”.

SM: Isso, você acha que fez as pessoas olharem mais para essa cultura fronteira, transfronteira?

SC: Sim, sim, aumentou. Ela existia, sempre existiu, e as pessoas sempre se identificavam como coisa de fronteira. Mas existe uma certa satisfação potencializada quando o de fora te reconhece e isso entra meio em voga, no discurso, na narrativa, você entende? E isso vira discurso, porque isso te satisfaz, te faz bem, te valoriza. Existia esse reconhecimento, mas ele se potencializa muito e entra no discurso. Quem antes não pensava, passa a pensar. Quem antes não falava tanto, fala mais. Entendeu? E quem era o defensor, se vangloria: “Levantei espada, pronto, nossa cidade foi reconhecida!”. Entendeu?

SM: Sim.

SC: Se dá nesse nível: quem antes não falava, passa a falar, quem antes falava passa a falar muito mais, com mais ênfase, quem sempre falou se lavou a alma!

SM: E isso subiu a autoestima dos moradores só de Jaguarão, ou de Ríó Branco também teve alguma influência?

SC: Eu acho que não, eu acho que não: de Ríó Branco assim eles não... Porque aí é que está: ali teria um reconhecimento de uma cidade de fronteira por um conjunto arquitetônico, não por uma troca imaterial que envolvesse o Uruguai. Foi um reconhecimento material, da Ponte, que é de fronteira. A Ponte, talvez, porque é uma ponte binacional, entende?

SM: Sim, essa era a pergunta seguinte, você adivinhou (risos). Pode continuar...

SC: Porque justamente a nossa Ponte, por ser uma ponte muito bonita, esteticamente, ela é meio que um símbolo da cidade e o rio que a Ponte passa é o rio do nome da cidade, Jaguarão... Então, a Ponte é uma coisa muito simbólica, ela não só constrói o nosso tipo de fronteira, como culturalmente ela é admirada pelos poetas, pelos artistas, pelos moradores, todo mundo gosta de ir à Ponte, de ir ver, todo mundo atravessa a ponte para comprar coisa... Eu já muito atravessei a Ponte a pé, a Ponte ela é simbólica, ela nos simboliza enquanto fronteira e ela é esteticamente o nosso símbolo. E acho que a Ponte, sim, por ser uma ponte binacional, eu não posso afirmar isso, mas a Ponte sim. Quando o Ministro vai lá e bota uma placa na Ponte e estão representantes do governo dos dois países, o outro nosso, que nos faz ser fronteira, se identifica ali na Ponte. Agora por a Igreja, pela Matriz, não. Então, a ponte, sim, acho que a Ponte seja.

SM: O tombamento da Ponte como ligação entre as duas partes, né?

SC: Como uma ligação, é. E como sendo binacional, porque uma parte é do Uruguai e outra é brasileira...

SM: O fato de ter sido o Mercosul que tombou, isso teve alguma influência sobre essa percepção da binacionalidade do local, ou não?

SC: O Mercosul, assim, em termos de conceito, quando ele começa a surgir aqui, na década de 80, o Mercosul, de certa forma, ele faz nós pensarmos cada um ponto dessa coisa do Sul e da fronteira, porque vai ser uma coisa de Relações Internacionais, né? Merco, Mercado, Mercosul, essa coisa cultural, ela entra. Então, a partir do Mercosul, eu acho que foi aumentando, sim, o discurso da fronteira - se pensar a fronteira, se pensar a nossa situação de tudo, foi aumentando. Não que nunca existiu, sempre existiu. Mas assim, ó, essas coisas vão dando uma abrangência maior. Porque, por exemplo: pensa eu estou na fronteira, o homem comum da fronteira ele diz "ah nós somos da fronteira", mas aquilo é a vida dele, entendeu? Ele, às vezes, não tem nem outro comparativo para entender o que é ser da fronteira ou não, é a vida dele, vida do homem da fronteira. Agora, quando você entra numa parte da população, a minha percepção, que vai pensar mais a cidade, as políticas da cidade, não que esse cidadão não pense, ele pensa, ele vai entrar nesse discurso mais de procurar saber o quê que é a fronteira, qual o papel da fronteira para o Mercosul, qual o papel da fronteira para o Governo, entendeu?

SM: Entendi. Então, quando aqui você me falou a partir do Mercosul isso aumentou, você está dizendo a partir da criação do Mercosul, não da questão do tombamento da ponte?

SC: Não. Eu acho que o Mercosul aumentou um pouquinho e algum processo inicial de política de fronteira que teve, há uns 5 anos atrás ou mais, que começou a ter, surgir de escolas binacionais, reconhecimento da cidade, isso potencializou. Agora, eu não sei como que está, mas, agora, as pessoas têm a bandeira de manter essa cidade como patrimônio. Antes elas queriam reconhecimento, já tem. Agora elas querem políticas para manter, entendeu?

SM: Entendi. E falando das políticas culturais aos vários níveis, a nível Municipal, Estadual, Federal, até Mercosul, se é que existem, qual você diria que é o lugar que é dado à fronteira e o papel da fronteira dentro dessas políticas. Se isso não é sua área, porque a gente não falou muito de políticas no Brasil.

SC: Não é muito a minha área, mas eu tenho alguma posição. Eu acho que na política municipal ou local ocorrem relações diplomáticas entre um país e outro, troca. Eu acho que se dá numa política de trocas de "ah, vocês se apresentam aqui na nossa semana tal, nós vamos fazer uma apresentação aí na semana tal" e as pessoas vão como autoridades. Eu acho que na política estadual não existe, eu acho, não, não identifico isso, um tratamento especial para fronteira eu não identifico. E eu acho que na política nacional, o Ministério da Cultura deve ter uma parte estratégica para pensar essa cultura de fronteira. Eu não sei é como está agora. Eu não digo estratégica, porque, de repente, nas artes visuais, no cinema, em várias coisas pode ter alguma coisa destinada à fronteira. Eu não sei como está agora, mas eu acho que o Ministério da Cultura, ele cria políticas, ele cria o Plano Nacional de Metas de Cultura, ele identifica, reconhece o que é cultura, essa diferença. Eu acho que ele é dedicadíssimo. E o Mercosul, se ele vai ser importante, ele vai se consolidar em importância, se vai funcionar para a economia, a cultura também tem que ser pensada como uma estratégia econômica. Tem que se pensar na cultura como uma forma de produção de economia local. A cultura se dá no pequeno grupo

que se apresenta num barzinho, no pãozinho, aquela fase que é diferente, no artesanato... a cultura está ali. Não só na produção do teatro, de tudo, das bandinhas... mas a cultura se dá. Então, acho que, se o Mercosul se consolidar, realmente, ele vai ser importante, ele não pode se apartar, a gente não pode se apartar dele. Acho que a gente não pode se apartar de nenhuma dessas esferas. Eu acho que a Municipal é importante e ela tem que correr atrás das outras esferas, e eu acho que a nacional é importante, porque ela pensa todo o território, é uma política nacional.

SM: Você acha que o Ministério da Cultura tem algum pensamento para a fronteira? Voltado para a fronteira?

SC: Não sei te dizer agora. Não sei, mas eu conversei com o ex-Ministro da cultura, quando ele esteve em Jaguarão, eu tive um almoço com ele, eu o apresentei, que era então do Governo da Dilma, o Juca. E ele tinha interesse em desenvolver um projeto de política para a fronteira. Ele tinha interesse, mas não se desenvolveu. Ele me falou isso, que ele queria criar uma política para a fronteira. Eu vi quando ele subiu na Enfermaria, nós recebemos ele na Enfermaria, ele olhou, assim, aquele horizonte e com olhar bastante emocionado, eu não quero ser pessoal, entendeu? Não quero criar uma pessoalidade na pessoa dele, mas eu percebi que ele estava olhando assim para o horizonte, que era a Ponte, o Rio, a cidade, porque a Enfermaria é a parte mais alta da cidade, e ele foi recebido lá. Não sei nem como é que está aquele projeto de estudo, aquele Museu... Não sei como está aquilo lá. Mas, naquele momento, ele estava muito feliz com aquilo, e eu vi que ele olhou e disse “ai, meu Deus isso aqui é lindo, o Brasil precisa conhecer isso.” Entendeu? Assim, como quem diz “as pessoas tinham que conhecer isso aqui também”. Isso foi bacana.

SM: Entendi. Quando você precisar ir embora, me fala. Você tem compromisso, né? [...] você sabe me falar um pouco da relação entre os vários níveis, em termos de conversa, de comunicação e também em termos de poder, de relações de poder voltado a questões de cultura da fronteira.

SC: Tu diz essas relações políticas das instâncias do Governo Federal?

SM: Sim, e como elas podem afetar a questão da cultura na fronteira.

SC: Ah eu acho que, infelizmente, as questões políticas e de governança interferem na cultura, sabe? A cultura ela precisa, ela tem que se movimentar também sozinha, ela tem... Mas ela precisa do incentivo do serviço público como qualquer outra área. Primeiro porque cultura ela faz parte da cidadania, ela está já na constituição, reconhecimento, preservação do patrimônio cultural, de reconhecer as pessoas. Então, o Governo, ele tem que dar conta disso, também. Só que essas questões políticas, elas vão muito no âmbito do político-partidário, infelizmente, acabam indo no âmbito do político-partidário. Se você, isso é a minha percepção... porque se você tem um Governo, e também do seu interesse, né? Você tem que ter acesso ao Ministério, ser recebido e reconhecido por ele. Reconhecido como representante de uma comunidade, de uma região, tem que ter esse reconhecimento a título dele tentar te atender, porque ele pode só te receber. E também isso tem que está nos interesses das políticas públicas, certo? Então, imagina: você tem que ter acesso e reconhecimento a quem tem esse poder e essa estratégica de política pública tem que ser de interesse de quem está no Governo. Então, você compete com isso. Nem sempre isso é uma estratégia de Governo. Nem sempre a cultura vai ser uma

preocupação de Governo. Então, eu acho que depende da esfera local, estadual, nacional e depende se eles tem um interesse mesmo vão correr atrás. E se a política pública tiver interesse, ela vai querer alavancar: quanto mais produção tiver, melhor, entendeu? Então, isso é complexo.

SM: Você diria que esses dois movimentos, assim, de ter acesso aos canais e também de ter um interesse para as políticas públicas, pelas questões culturais, mudou ao longo do tempo? Eu trabalho com o período a partir de 90, período mais recente.

SC: Eu acho que ele muda sim. Acho que sempre muda. Eu acho que existem momentos em que eles se modificam muito, está sempre mudando. Eu acho que não existe uma constante. A gente tem um período que é um bolo cultural, tem um período que é uma... Mas sempre a cultura é o mínimo, eu acho. Eu acho... é a minha área também, é maior dificuldade, você tem que estar sempre justificando que isso é importante. Acho engraçado: se você trabalha numa área que você tem sempre que estar se justificando que é importante aquilo ali para as pessoas, as pessoas não entendem cultura como conhecimento, percepção de mundo. A cultura sempre nunca é tão valorizada assim. Aqui, no Brasil, existe uma certa despreocupação: o caso do incêndio do nosso museu, o caso de algumas pessoas dizerem “ah, o quê que eu posso fazer, prender o fogo?”, quer dizer, eles não têm noção do quê que se foi, aqui não é só um prédio. Já o prédio era importante, pois que estava lá. Então, por aí, você vê um certo descaso de articular isso como forma de produção econômica. Eu acho difícil no Brasil a gente conseguir organizar isso, seria importante organizar.

SM: E em relação à fronteira especificamente, teve momentos que a fronteira teve mais acesso a esses canais para promover a cultura da fronteira? Você mencionou essa coisa do Juca Ferreira, né?

SC: Eu acho que sim. Acho que, independente de partido, é visível que durante os Governos do PT, com a Prefeitura do PT...Os dois governos do PT fizeram uma valorização e pelo menos tentaram articular coisas que modificou ali. Em termos de educação, em termos culturais, em termos de acesso. Veja bem: acho que a Unipampa tem um curso de Produção Cultural, se não me engano. Então assim ó: quando que o Governo ia botar, na cidade de Jaguarão, dinheiro publico um curso de produção? Então, isso é visível, isso é uma coisa plausível, é visível, notório. Então, assim: houve sim uma modificação, um interesse de criar Universidades em cidades de fronteira, de criar Institutos Federais em cidades de fronteiras, que eram esquecidas, certo? E essas cidades se tornaram centros pequenos, micro polos regionais da fronteira e que deram acesso aos nossos *hermanos*, quer dizer, criam-se escolas binacionais, quer dizer: que isso é o reconhecimento dos dois ali, de professores, alunos convivendo juntos. Isso é a fronteira, a sala de aula. Então, quando você faz isso aí, não dá para dizer que não teve, teve sim, naquele período, agora não posso avaliar. Eu não quero avaliar agora porque eu não sei se, eu não sei das ações, entendeu? Eu acompanhei naquele período junto com o Instituto e eu sou professora do Instituto Federal, via esses Institutos crescerem nas nossas cidades de fronteira, então eu tenho a minha experiência. Agora, agora como é que estão articulando, se vai vir investimento, se vão manter, se vão consolidar esses produtos que foram criados, eu não sei, porque eu não tenho acompanhado.

SM: Sim. Tá bom.

SC: Tem mais pergunta?

SM: Eu tenho sempre mais [...]. Quando você estiver cansada...

SC: Tá, tá bom. Mas tá te ajudando?

SM: Tá me ajudando com certeza sim. É que agora eu não preciso nem mais olhar as minhas perguntas porque eu tenho todas na cabeça, porque eu já entrevistei muitas pessoas aqui, então vou também vendo as áreas de maior interesse, conhecimento da pessoa... Você tem conhecimento em várias áreas, aí eu vou no rumo de perguntas de várias áreas. Uma coisa que também eu perguntei para várias pessoas era o que eu pedi para descrever a produção cultural ao longo da fronteira, porque assim, são várias fronteiras, vários pedaços de fronteira, e ter uma ideia do que é produzido, do que é mais forte, em termos de linguagens artísticas, ao longo da fronteira, você saberia me falar um pouco disso ou pelo menos de Jaguarão, que é o lugar que você mais conhece?

[51:49]SC: Olha, na verdade, eu tenho medo de fazer citações e esquecer, porque eu não estou todos os dias diretamente lá. Mas, em termos musicais, sempre foi grande, a produção musical em Jaguarão, tinha grupos... Tem um grupo lá que é interessado na produção cultural, em um sentido bem amplo da palavra, de Jaguarão. São grupos de estudos que se envolvem em atividades, se envolvem com a comunidade... Em Jaguarão eu conheço esses grupos que é “O Maninho”, que faz parte, conheceu o Maninho?

SM: Eu não consegui conversar com ele, mas todo mundo me falou do Maninho e eu tentei por todos os canais conversar com ele.

SC: Eles são muito meus amigos, a Veroca, o Maninho... Então, assim, desde o meu tempo eu convivi com eles e tudo... E tem esses grupos que estão sempre lá mantendo essa chama acesa da cultura, entendeu? Procurando incentivar, procurando fazer momentos... Tem a Feira do Livro - no meu tempo não tinha Feira do Livro em Jaguarão. Tem aqueles Motofest que tem produção... Tem aquelas coisas de CTG... Quer dizer, tem uma produção. Tem festival de dança, eu acho. Tem os grupos de dança que se apresentam da região, mas tudo a nível regional. Mas tem uma produção, acho que isso nunca se apaga na cidade. Se não, se dependesse só do serviço público, a cultura já teria morrido há muito tempo. Mas ela necessita, e ela vai rastejando, vai indo, vai indo... que tem essa produção local, por uma necessidade até humana, a gente tem necessidade disso. Deu? Tá satisfatório?

SM: Deu. Tá satisfatório.

SC: Te ajudou, tu acha?

SM: Ajudou, com certeza sim.

SC: Ah que bom, porque eu não sei né? Vou ver se eu te passo, querida, alguma coisa do Projeto Jaguar.

SM: Ah, seria ótimo sim.

SC: Assim, ó: não sei se é interessante você colocar isso, foi uma coisa de aconteceu, teve início, teve fim, mas ela sempre é lembrada em algumas pessoas, acredito.

SM: E até porque, até agora, do que as pessoas tinham me falado, eu tinha entendimento de que a questão da valorização do patrimônio cultural de Jaguarão tinha começado fora, tinha começado em Pelotas e o que você me falou...

SC: Tá, mas, de certa forma, ela começou, de certa forma. Ela pode ter começado, tem que se ter muito de cuidado; aí não é fofoca, mas, por exemplo, a UFPEL, ela foi muito presente lá, às vezes, assim. Eu sou amiga da UFPEL, amo a UFPEL, mas ela é muito de se nomear [?55:13]. Mas, na verdade, eu vou te trazer o Projeto Jaguar: o Projeto Jaguar, às vezes, eu acho, também, que surgiu dos jaguarenses, não foi uma... Claro que eles vieram estudar fora, que eles tiveram um diálogo com outras pessoas, acesso a essa percepção, mas esses jaguarenses quiseram aplicar isso e fazer isso na sua cidade, entende? Não foi a UFPEL que disse assim: “Façam!”. Eles fizeram isso. A UFPEL pode até ter dito “Ah, que legal, vamos fazer”. Eu vou ver se eu acho aqui no google, mas aqui você não tem tanta coisa. Mas tem, eu participei. Eu não participei tanto, mas eu fui, eu participei em Jaguarão [procurando no google] do Mercosul. Ó, aqui cita o Projeto Jaguar, ó.

SM: E no site da cidade de Jaguarão.

SC: Isso, o Projeto Jaguar... Eu não sei aqui se a minha internet é boa, mas eu vou te dar isso.

SM: No google depois eu posso achar.

S.C: É, mas é difícil de achar. Mas vou te achar no vazio no século. Porque assim ó, cidades históricas, parcial tensão, cidade de Jaguarão [...]. Ó, Projeto Jaguar existe, foi uma coisa ligada ao tombamento. Ó, década de 80, eu participei disso. Eu não participei do grupo porque eu tinha 13, 14 anos. Mas eles convidaram para gente ir lá discutir no Teatro, eu tava lá. Todas as noites, eram nas férias de julho e eu feliz porque eu ia poder ir, que a minha mãe não ia me encher o saco... Com aquele pessoal que vinha de Porto Alegre [?57:43], aquele pessoal da cultura, borbulhando a cidade com a coisa de cultura e a gente pensando a cidade, os vizinhos. Eu acho que, há pouco tempo, eu não sei cadê o folheto, mas aqui na Prefeitura tem. Tu tem que colocar Projeto Jaguar/Jaguarão. Mas, eu vou te localizar e vou te dar. E de repente com o Maninho, vou ver se eu falo, o Maninho é um cara... Aqui ó, Curso de História, aqui um curso ó, mas aqui ela deve citar o Projeto Jaguar.

SM: “Jaguarão ‘cidade histórica’: contextos e trajetórias de uma patrimonialização”, isso é ótimo, não tinha visto até agora sobre esse tema.

SC: Entendeu? Então assim, ó, tombamento, questão do patrimônio... Mas esse aqui é patrimônio. Mas, aqui ó, eles devem falar do Projeto Jaguar. Eu não sei... Se tu quiseres eu te ando isso aqui. Mas eu vou ver se eu acho mais coisa, porque nos poetas de Jaguarão acho que tem Projeto Jaguar. Então, assim, ó, Solène, teve esse movimento na minha geração, aí você vê o que tem aqui, [...] que começou a pensar na cidade, entendeu? Eu me lembro que quando

eu vim estudar em Pelotas, fazer Artes, tinha toda aquela experiência o Projeto Jaguar. Eu me lembro que quando eu cheguei no Arroio Grande para visitar minhas primas de bairro, aconteceu lá o Projeto Jaguar, veio o Baila Comigo, Dança Comigo de Porto Alegre, se apresentaram, a gente fez uma palestra no Teatro, teve um negócio na Biblioteca para discutir a cidade, a gente teve uma experiência na Ponte, teve várias peças no Teatro, tinha um panfletinho Projeto Jaguar em preto e branco. Então, quer dizer, isso aconteceu! Houve um grupo, uma pequena geração de gente que estava na fronteira, está pensando a cidade. Não sei se era...Mas estava pensando [...].

[a entrevistada faz um convite para tomar um café].

Appendix 10: Interview transcript – Rosario Brochado

Interviewee: Rosario Brochado

Professor

Trainer of teachers

Involved in the institutionalisation of DPU (Dialeto Português do Uruguai)

Location of the interview: Interviewee's house, Rivera, Uruguay

Date of the interview: 18.09.2018

Language of the interview: Spanish

Transcription: Full transcript

SM: Ahí entramos en las cosas que quería saber. Podrías hablarme un poco primero de la cuestión de la educación en la frontera, cómo trabajas con eso, de cómo es la cooperación en términos educativos aquí en la frontera en los varios niveles de primaria secundaria universidad.

RB: El tema del lenguaje de la frontera y de la enseñanza va aparecer históricamente recién en 1959 cuando un lingüista José Pedro Rona dice que el idioma que se hablaba en la frontera era diferente al del resto del país y en la frontera abarca Artigas, Rivera y Cerro Largo, los tres departamentos. Anterior a Rona como que e había omitido eso, no se había hablado ese tema, ósea, todo el mundo se educaba de la misma forma eran los mismos manuales, era la misma metodología, el Uruguay era un país monolingüe, se decía en algunos artículos periodísticos y en libros que sólo se habla un idioma.

Recién en 1959 es que empieza la primer proclama, para decir no, no se habla así, más allá que la gente sabía que el norte del río negro era una zona que tenía un idioma diferente, fruto de sus raíces históricas, ósea, todo el norte del Río Negro siempre estuvo más dependiente del imperio de Brasil o de Portugal que de las autoridades españolas o de las autoridades orientales, entonces las costumbres era portuguesas o brasileiras, incluso el propio Varela, José Pedro Varela que fue el primer gran reformador de la educación, estoy hablando en 1877, recorrió el país y dijo: al norte del Río Negro todo es brasileño y a raíz de eso en su decreto ley propone que el idioma que se va desarrollar en las escuelas es el castellano. Pero de ahí a que realmente sea un hecho, va demorar mucho. Acá las primeras escuelas en la zona de frontera fueron más o menos en 1880, los primeros maestros, porque antes incluso, los grandes terratenientes de la frontera, cuando iban a contratar un maestro para sus hijos, contrataron un maestro en portugués, porque era la lengua de prestigio, porque qué era el español o qué era el castellano?, no sé la lengua de Montevideo, entonces eso va tener incluso una marca social, porque no va ser el lenguaje de los pobres, sino que va ser el lenguaje de los grupos de poder de los estancieros, de los dueños de la tierra que van educar a sus hijos en ese idioma.

Después de Rona en 1959, se empiezan a analizar los propios maestros, realizan congresos, y se dan cuenta que, por ejemplo, en 1977 hay un congreso en Durazno de los inspectores y habla que la enseñanza que el idioma de la frontera tenía que ser diferente. Entonces ahí estamos viendo un primer intento desde el Estado, desde lo oficial no? porque recién ahí el oficialismo está reconociendo que acá se hablaba de otra forma, porque acá se habla muchas veces que los chicos tenían deficiencia, pero no era deficiencia de aprendizaje, era que no comprendían el

idioma que le estaba hablando la maestra que le hablaba en español siendo que venía de una casa con una lengua materna que era el dialecto y que sonaba diferente y como hacía?. Entonces evidentemente que su educación se veía bastante perjudicada.

Después tuvimos que soportar la dictadura y ya en la dictadura hubieron alegatos contra la frontera, la enseñanza de la frontera, que había que evitar la invasión del portugués, como si se pudiera evitar, que había que reafirmar nuestra nacionalidad, con todo el discurso de la dictadura, entonces no dejar que los niños hablaran el dialecto portugués, eso fue más o menos en la década del ochenta y paralelamente, la facultad de humanidad y ciencias en ese momento, empiezan a investigar la frontera, y hay un grupo de tres lingüistas muy importantes que son Graciela Barrios, Adolfo Elizaincín, y Luis Beares que empiezan a grabar en diferentes barrios, en diferentes centros educativos, entonces, son la base académica para hablar sobre el dialecto el día de hoy. ¿Hoy por qué podemos hablar? porque esos tres lingüistas fueron los que más estudiaron esta zona y grabaron muchísimo y llegaron a esa conclusión de que eran dialecto con base portuguesa, por eso también en algún momento se llamó DPU, dialecto portugués en Uruguay. Hoy se llama portugués del Uruguay, la última forma de llamarlo. Y ellos sostenían que había que crear una nueva forma de enseñar el lenguaje a determinados sectores. Un poquito antes de aquellos inspectores que te dije, surgió una inspectora que se llamaba Eloiza Garcete Goschen de Lorenzo que proponía que se hiciera una especie de test, que se hiciera un plan piloto, en el cual, en alguna escuelas se enseñara el español y el portugués bien hablado, en otras escuelas se aceptara el dialecto como una segunda lengua, y en las otras escuelas, digamos que se siguiera con la misma enseñanza de siempre, para ver cómo era el resultado, taba buena la propuesta, pero justo en el corte de la dictadura, entonces ahí no se pudo seguir adelante pero hubiera sido bueno que se siguiera ese camino.

Y bueno, después de los 80 y eso con los discursos de la frontera de la importancia de la frontera, de la defensa de la frontera frente a la globalización es que resurge esta importancia de estudiar la cultura de frontera y en especial la forma de hablar que era muy particular, es muy particular, nosotras nos criamos en ella y no la notamos diferente pero las personas de afuera dicen que sí. Y al día de hoy se dan cursos de portugués en las escuelas de primaria para eso se formó en el Instituto de profesores que hay acá en Rivera, creo que fueron cuatro generaciones de profesoras de portugués, y ellas están dando clase en las escuelas. Lo que aún no se ha llegado es al liceo, es el segundo grado de ustedes y nosotros sentimos que todavía hay rezago de esa lengua materna, que todavía ellos no se expresan en el español fluido.

SM: Entonces, sólo en las escuelas primarias.

RB: Sólo en las escuelas primarias. Lo que nosotros pedimos es que el portugués también se extienda a la secundaria, principalmente porque se hace necesario, porque no es portugués ni español, es una mezcla, algunos se dan cuenta, pero acá en la frontera como el trabajo es muy flotante, ósea de repente estas trabajando del lado uruguayo de repente estas trabajando el lado brasileño, también se necesita saber, o por lo menos lo mejor posible, los dos idiomas estándares. Y es en eso que estamos, actualmente yo estoy en la dirección del Liceo de adultos y le propusimos a las autoridades si nos instrumentaban un curso de portugués, y estamos esperando respuestas.

SM: En el nivel universitario no hay una integración del portugués o portuñol?

RB: En el nivel universitario creo que ya hay en todas las facultades que hay en Santana, van estudiantes uruguayos, pero creo que se maneja bien, no hay mucho drama, me parece, a nivel

universitario. Creo que los uruguayos es un poquito más difícil, me parece, por lo poco que sé, pero por ejemplo en IFSUL es una facultad que concurren uruguayos e brasileños sin ningún problema.

SM: Hablé con profesores del IFSUL y una persona me hablo que en el inicio del curso binacional, los alumnos llegaban y no hablaban la lengua del otro, no se mezclaban, y con el desarrollo del curso esto mudo pero que en el inicio no había esa mezcla, pero no sé si es una cosa que dirias también.

RB: Sí, yo sé de una investigación de una profesora del IFSUL que ya todavía la está desarrollando de Martha Ferbenza que ella habla que ve mayor fracaso del lado de los uruguayos en la implementación de los programas de Ezul pero es una tesis que está realizando todavía no la definió ni la terminó.

SM: Me contaste un poco de la historia del portugués aquí en la frontera del lado uruguayo, conoces un poco la historia en relación a Brasil?

RB: Sí, nuestro país nunca tuvo políticas lingüísticas de frontera, eso no se manejaba, recién y que yo por ahí estoy viendo que se está dando un proceso lindo, porque son las propias poblaciones de frontera que están exigiendo a los gobiernos centrales que se planteen esas políticas lingüísticas, porque han venido del Ministerio de Educación y Cultura, se ha proclamado el portuñol como un patrimonio de la frontera, pero es eso no más, no hay una cosa continúa, trabajo continuo, un trabajo que se desarrolló durante todo el tiempo, sino que son algunos hechos aislados. Pero creo que al día de hoy se ve de otra forma la frontera, pero porque nosotros empezamos a hablar y a posicionarnos, no que haya venido de allá, porque nunca va venir de allá, creo que es el resultado de eso, evidentemente va tener solución. Las maestras por ejemplo me decían en un momento que la enseñanza del portugués había traído mayores errores ortográficos, los chiquilines tenían peores desempeños, al día de hoy dicen que lo toman de otra forma más natural y que se ha incorporado más, que no cometen tantos, pero al principio era muchas faltas de ortografía y las confundía un poco si estaban haciendo bien o mal, pero dice que al día de hoy ha evolucionado bastante y pueden hablar. Yo pienso que no tendríamos que desaprovechar esa oportunidad, creo que el niño tiene esa plasticidad lingüística que puede aprender dos tres idiomas perfectamente, incluso su lengua materna y poder desde la escuela, desde los primeros años enseñarle de otra forma, pero como una segunda lengua, porque la escuela da por cierto que es la lengua de él, y no es la lengua de él, de la mayoría, hay que gente que sí, el porcentaje importante en la frontera que habla español en su casa pero yo digo mal el cincuenta por ciento la lengua materna es el dialecto. Entonces, yo no puedo enseñarle como si fuera su lengua el español, tengo que enseñarle de otra forma, y ahí tengo que cambiar la metodología, y eses es uno de los desafíos de los profesores, ósea, cómo enseño en inglés, cómo enseño en francés, qué metodología tengo que traer, y eso está costando a nivel de las inspecciones, las inspecciones son bastante rígidas en eso y no se plantea como algo que pueda ser viable por ese lado.

SM: Entonces hablaste que se llama DPU.

RB: Sí, dialecto portugués del Uruguay y ahora se llama portugués de la frontera.

SM: Y el español dónde está -

RB: Y el español es lo normal, el portugués del Uruguay perdón ... tú puedes investigar en internet que hay documento que se llama políticas lingüísticas que creo que es del 2006 si no me equivoco, que es el documento oficial sobre políticas lingüísticas y ahí te habla del idioma del portugués y de otros idiomas.

S: Está disponible en la internet -

R: Está, pones políticas lingüísticas de Anep, y ahí te sale enseguida. Eso es un buen marco teórico para esto, pero bueno en eso estamos -

SM: Y ahora ustedes están trabajando para tener algún reconocimiento oficial del portugués de Uruguay.

RB: Claro, se hizo con reconocimiento oficial por parte del MEC pero como que te voy a decir, que no siempre tiene la aceptación de todos los pobladores de la frontera. Todavía queda aquel resquicio de desprestigio de lengua de los que no saben, todavía queda eso, a nivel incluso de las autoridades y por ahí he escuchado colegas profesores que dicen que muchos no les importa porque más allá de Tacuarembó no se habla y bueno se cierran en eso y creo yo que esas una de las formas que tienen de no colaborar en ese nuevo planteo, porque es un planteo incluso pedagógico, didáctico nuevo que tiene que ver, entonces nos quedamos enseñando de la misma forma y fracasando siempre, es por ahí el asunto.

SM: El reconocimiento de una segunda lengua oficial es una cosa grave, no es una cosa pequeña...

RB: Sí sí, por eso, y ellos la gran mayoría se niegan.

SM: Y esto es un trabajo uruguayo, no hay colaboración con personas de la frontera aquí en Brasil, porque es el portugués de Uruguay, no hay un trabajo de fronteras...

RB: Yo he ido algunas veces a Santana a hablar sobre esto, porque las profesoras me piden, las profesoras brasileñas, y la gran mayoría de ellas dice: pero nosotras no tenemos ese problema, te estoy hablando de hace unos cinco años que yo fui a una escuela y la maestra me negaba que los chiquilines de ellos tuvieran interferencia del español y tienen interferencia. Entonces me parece que del lado de Brasil es más cerrado todavía, muy cerrado. Por un tema de falso nacionalismo y de no saber cómo hacer las cosas, y digo yo no sé cómo hacer las cosas, pero sé que hay que hacer, sentarnos a pensar cómo se soluciona, cómo integramos, ya que estamos en un paradigma de integración, una cantidad de personas que acceden a la educación formal o van quedando en el camino por no tener el dominio del idioma, del lenguaje.

SM: Una cosa que me dijeron en Jaguarão en Río Branco es que los uruguayos de allá, hablan más el portugués que los brasileños hablan el español, que los uruguayos hablan el portugués perfecto y los brasileños hablan una mezcla, pero Río Branco es mucho menor que aquí.

RB: Claro, por ejemplo, hay riverenses que hablan el portugués y no se nota, sin embargo, en Brasil ya empieza a hablar español y es impresionante, le es más difícil. Yo no sé si es por maleabilidad del lenguaje, pero sé que a ellos les cuesta.

SM: Entonces quizás sea una cosa del portugués ser más fortificado -

RB: Puede ser, lo que pasa es que acá, el portuñol durante mucho tiempo fue el lenguaje que incluso el portuñol tiene giros de portugués antiguo, de palabras que no se hablan, porque quedo incrustado en el medio rural, separo los dos idiomas estándares, tanto el español como el portugués, fue evolucionando y el portuñol quedo, entonces fue un giro que vos decís, pero eso no es portugués, eso es medio raro. Y esa gente con el éxodo rural es la gente que ha venido de las ciudades. Hay una transformación sociológica, que la gente que dejo el medio rural porque tenían que sus hijos estudiar, o porque hay una mejor vida en la ciudad entonces es esa gente que generalmente están en los barrios más pobres, carentes, la que introdujo por primera vez el portugués, pero al día de hoy 2018 yo te puedo decir que de todos los barrios del centro, todo, se habla en portuñol pero de la mirada de lo afectivo, no de lo único que tengo porque me lo enseñó mi madre y me hablo desde que yo era chica así, sino que por más que hayan hablado en español, les queda eso de la frontera. Para mí eso es muy fuerte, es una cosa que los marca porque tendrán necesidades de hablar el portuñol o para estar más felices esperamos hacer bromas o chistes en portuñol, es porque es una cosa que nos marcó, está ahí, en el subconsciente.

SM: Como un idioma regional, más presente aquí que en el lado brasileño.

RB: Sí, y dentro del dialecto por ejemplo, estos lingüistas que te dije Graciela Barrios, Adolfo Elizaincín, y Luis Beares, dentro del dialecto hay diferentes dialectos dentro del departamento y de la región, no es lo mismo el dialecto que hablan en Artigas, en el interior de Artigas en el medio rural, acá en Rivera hay diferencia entre el dialecto de Rivera chico que es un barrio muy grande que hay allá al oeste de Pueblo Nuevo, de Tranqueras, todos tienen algunas diferencias y eso Elizaincín lo registró en un mapa. El español o el Portugal acá y después una enorme variedad para allá, ya sea del español o ya sea del portugués, hay unos que se acercan más otros se alejan más de la lengua estándar pero es muy grande la variedad.

SM: ¿En dónde se encuentra ese mapa, está disponible?

RB: Sí, está disponible, déjame ver te lo traigo, hay gente que ha tomado el dialecto para ser poesía y creo capaz que escuchaste alguna vez.

SM: Voy a hablar con Michel Croz.

RB: [suena poesía acústica]

Lo que te di que vieras son de otros chiquilines que son de Artigas que se llaman Fabián Severo y Ernesto Díaz.

SM: Increíble -

RB: Sí. No lo encontré (refiere a mapa) pero se llama Atlas, puedes pasar en otro momento, te busco la bibliografía

SM: O en la internet puedo buscar -

RB: Te voy a dar dirección electrónica, se llama Atlas diatópico de lenguaje en Uruguay, sé que es de Adolfo Elizaincín, en internet te va aparecer, ahí te apatece eso, de esa variedad que hay.

SM: Entonces se habla también el portuñol en lugares que no están pegados a la frontera.

RB: Hasta Tacuarembó, o más, hasta yo creo que el norte del Rio Negro en adelante se habla, ponele que no se hable un cien por ciento, pero hay giros que son de ni de español ni de portugués. Y fue por esa realidad, acá fue una zona que siempre estuvo dominada por Portugal o por Brasil, una vez que se independizó pero las autoridades no pudieron controlar esta zona, y recién con la reforma que te dije en el 77 es que se impone el castellano en las escuelas, pero falta bastante. Y, con el éxodo rural, la gente que viene del campo es que trae eso a la ciudad y es por eso que primeramente se escuchaban en las escuelas, y por ahora se escucha, vas a una escuela y escuchas, en las escuelas de la periferia, pero ahora se escucha acá dentro también, lo que sí es que por ahí un gudi por ejemplo un chiquitín te sabe explicar lo que quiere decir una cadeira, una silla y una silla, cadeira em portugués, silla em portuñol y silla em español, o sino ellos te hacen la mitad, hoy pasa eso, por ejemplo vos escuchas: me pasa pelota, me pasa pelota, me pasa bola, lo escuchas en el patio de la escuela en ese tipo de cosas. Me parece que a eso tenemos que apuntar, no negarlo, aceptarlo como su lengua madre, pero que la lengua estandar exista y que tiene reglas, tiene una gramática, y esta tiene una variabilidad impresionante, te digo que varía, yo que sé, en Minas de Corrales hay ciertas cosas, en Vichadero se dice de otra forma, en Artigas lo mismo.

SM: ¿Y te parece que hay lugares que todavía hoy tienen una interacción fuerte por ser frontera seca más próximo de la frontera, hay un portuñol más intenso que en las regiones que están más para dentro de Uruguay o que hay un río separando?

RB: No, no. Creo que no hay, creo que no. Lo que sí como proceso sociológico, es que el acceso a la educación de una serie de sectores que antes estaban relegados hace que hoy se escuche en las escuelas o en los Liceos o en las Facultades.

SM: Y la cuestión, cuándo las personas de aquí van a Montevideo o a las autoridades regionales para trabajar en esa cuestión del reconocimiento de la frontera y del portuñol, ¿cómo es la recepción de las personas de las autoridades de Montevideo?

RB: Ellos como pregonan paradigma de diversidad y de aceptar lo diverso, ellos lo aceptan, pero desde el punto de vista de las políticas educativas y hasta me atrevo a decir las políticas culturales es muy esfuerzo de nosotros, tú vas a ver que Michel por ejemplo, a Michel usa mucho el portuñol, pero es su obra, lo que él está tratando de imponer de declarar más que de imponer. Entonces por ahí, nosotros que consideramos que la democracia tiene que salir de la gente, es un proceso super válido, ósea que tiene que venir de abajo, tiene que ser el de abajo que te diga por donde vamos y después que el poder lo tome, pero estamos en ese proceso todavía.

SM: No hay un esfuerzo que viene de arriba.

RB: Claro, porque hay un desconocimiento muy grande en Uruguay, la cultura es muy centralizada en Montevideo, es super montevideana. Yo me muero porque, yo amo el teatro, cuando voy a Montevideo paso de un lado para el otro. Pero no te viene una obra del sobre acá a Rivera, y el SODRE servicio uruguayo, es el cuerpo del Uruguay, es nacional, no es de Montevideo, sin embargo, no vienen, las giras no son nacionales, lo nacional para ellos se transporta a Montevideo.

SM: Pero cuando viene una vos de aquí a allá ¿ellos escuchan?

RB: Escuchan, están dando espacio, viste que esta poesía que te dije fue en una sala de Montevideo, les interesa, dan espacio.

SM: Entonces, ¿hay un interés por la cultura de frontera o no, es una coincidencia?

RB: Hay interés por aceptar la diversidad y la cultura de frontera como una manifestación de ella, como también hay un interés en conocer la cultura de los rusos en Uruguay o hay un interés con los valdences en Uruguay, o los propios indígenas, que hay toda una revalorización y un descubrimiento de nuevas vertientes históricas de los indígenas en Uruguay, entonces me parece que va más por allí.

SM: Es un tipo de diversidad cultural como otro.

RB: Eso, eso , sí sí sí.

SM: ¿Y esta mirada para esta cultura de la frontera no mudó en el tiempo?

RB: Nos hemos hecho escuchar más, pero no lo veo como una política de Estado, como una política que realmente enfoque para eso, no lo veo, no se escuchan, por ahí se aceptan algunas entradas, pero no hay una política clara de frontera, hubieron acuerdos con Lula y Dilma, se firmaron para favorecer eso y estamos ahí en el camino, por ejemplo una cosa que no tendría que ser complicada como la reválida de estudios, que si estudias allá venís para acá o buscas para allá, eso es un proceso que es larguísimo, eso tiene que ser hecho desde Montevideo. Te pongo un ejemplo, en los trámites que podemos agilizar, bueno, vamos agilizar porque hay mucho movimiento de personas mucha migración, no, todo tiene que estar allá y demora bastante. Ahora están demorando menos, pero tiene que pasar por Montevideo, no puede haber acá una inspección regional que avale de un chico que estudió en Uruguay, pero quiere ir a estudiar a Brasil o viceversa, todavía esa parte está costando, la parte burocrática, la parte de las instituciones.

SM: ¿Y en la época de las gestiones de Lula y de Dilma, hubo más interés en la política de Estado?

RB: Sí, sí.

SM: ¿Y la cuestión de Mercosur tuvo una influencia? ¿Y Livramento ser ciudad símbolo, eso tuvo una influencia?

RB: Sí, yo quisiera entusiasarme, pero me parece que son miradas que por momentos, no hay una cosa sostenida en el tiempo y el trabajo de las personas a veces es muy solitario que bueno unos intentos para esto para el otro, el propio Ricardo ha hecho una cantidad de cosas sobre frontera y ha luchado muchísimo para que lo acompañen a veces es complicado. Pero como todo proceso de los pueblos tiene sus tiempos. El Uruguay es un país muy conservador, entonces le cuesta el cambio, incluso ni con nuestros gobiernos de izquierda, dijimos bueno hay una mentalidad más abierta, no se da tanto, igual cuesta, hay mucho movimiento de todos los ángulos, pero los cambios demoran un poquito más, ojalá no fuera así.

SM: Me parece que hice todas las preguntas que yo tenía, pero no sé si hay una cosa que no pregunte que no hablé que quieres hablar, que te parece que entre en el tema.

RB: Claro, a mí me parece que para mí es un tema muy apasionante, a mí me encanta, yo nací acá, soy de acá, sólo salí para estudiar y después volví y siempre tuve una intuición de que no estaban bien las cosas, cuando empiece a estudiar me empecé a dar cuenta que realmente se podía solucionar. Y para mí desde el punto de vista de la educación se puede solucionar perfectamente, haciendo una enseñanza de segundas lenguas, el español y el portugués y tomar al dialecto como primera lengua, pero las estructuras son complicadas. La vez pasada había una chica de Puerto Alegre que quería grabar en una escuela que había en la frontera, el marco está en el patio de la escuela uruguaya y los chiquilines juegan y hablan en portuñol, y sabes que hicimos la gestión y la inspectora no le permitió, por supuesto iba a evitar mostrar imágenes de niños de que comprometía, todo las de la ley, era una chiquilina de la Globo news y no. Y en el patio entre los juegos que ellos jugaban había un juego que nosotros llamamos huevo duro, y ellos decían "ovo podre", ósea en el patio de la escuela ellos cantaban el juego infantil en portugués, en portuñol, entonces, es un poco pa contarte la rigidez de parte de algunos sectores de la educación, de la parte institucional. Pero igual la Sancho señal que pasamos no, eso del Quijote la mancha que le dice a Sancho, que a pesar de que no los acepten igual pasan, y es eso lo que pasa. La aceptación demore sigue existiendo.

SM: Las lenguas se formaron así, son mezclas, siempre fue así, no puede parar.

RB: Las lenguas evolucionan y van cambiando y todo eso...

SM: El francés es una mezcla del latín, con zelta, con germánico, con inglés después que recibió un poco de germánico, el francés es así que... después un poco de árabe... No es posible tener una visión rígida de las lenguas y para quien creció en varias lenguas las cosas se mezclan en la cabeza... yo tuve esto sin vivir en una frontera.

RB: Por ejemplo, mis padres son brasileños, y mis hermanas son brasileñas, y yo paso de un lenguaje al otro sin pensarlo, sólo con mirarlos ya voy cambiando el código que es lo que se da aquí en la frontera, la diglosia, cambiar de un padrón lingüístico a otro, inconscientemente, sin pensarlo, sin estudiarlo. Yo creo que sí, que tenemos una realidad, que es para darnos cuenta de muchas cosas, y a veces no las estemos aprovechando, me parece que fuera eso.

SM: Y te parece que el reconocimiento de la riqueza de esto se beneficia de personas que llegan de afuera y miran esto y ven que es diferente o que la evolución de reconocimiento fue hecha por las personas de aquí y que no hay un papel de personas de afuera .

RB: sí, yo creo que más bien hay intervención de afuera, incluso acá en la frontera es un lugar donde han venido mucha gente de otros lugares en los últimos veinte años, es impresionante, pero la fuerza mismo, la está haciendo la gente de acá relacionándose con Brasil, con las autoridades de acá, hubo en algún momento mucho apoyo del MEC, después se quedó un poquito más débil, pero está presente en nuestra vida, ósea es una cuestión que está ahí, no necesita ni reconocimiento porque es eso. El único problema que lo veo sí es a nivel académico, porque claro un chico que tiene que hacer un texto en una lengua estándar puede tener complicaciones, si no recibe la educación que necesite, pero para nuestro cotidiano seguimos en la riqueza de siempre.

SM: ¡Son buenas palabras, gracias!

Appendix 11: Interview transcript – Eduardo Palermo

Interviewee: Eduardo Palermo

Director of the Rivera Regional Heritage Museum [Museo del Patrimonio Regional de Rivera],
Rivera, Rivera department, Uruguay

History teacher

Location of the interview: Rivera Regional Heritage Museum, Rivera, Uruguay

Date of the interview: 18.09.2018

Language of the interview: Portuguese and Português

Transcription: Full transcript with minor cuts

[Apresentação do projeto de pesquisa]

EP: Sim. Eu acho que um dia alguém deveria estudar a fronteira entre Israel e Palestina como outro grande paradigma. Se tem uma imagem muito distorcida, todas as fronteiras são construções sociais e culturais. E essas construções, como tal, elas são únicas. Ou seja, não há como tu comparar, só em termos conceituais, e relativo a si mesmo, ou seja, em termos conceituais, com outras fronteiras, mas em função da própria singularidade de la fronteira. Por exemplo, eu não conheço a particularidade da fronteira da França com Alemanha. Até acho bem interessante conhecer uma realidade depois que a gente tem uma ideia da região... É Alsace e Lorena o que tu estás falando, não? E que foi muito lutada, debatida, desde o Bismarck e diante. Mas a diferença com a nossa fronteira Uruguai-Brasil, esta é uma fronteira estritamente de grandes proprietários da terra. E eu acho que lá é uma fronteira que tem outra realidade. Provavelmente de camponeses, de pequenos produtores, trabalho de mineração... Então tu podes comparar conceptualmente uma fronteira com a outra, mas sempre dentro da singularidade que tem essa fronteira. Ou seja, tu não podes entender a fronteira Uruguai-Brasil se tu não entendes a dinâmica da propriedade da terra, da função que teve e tem o grande proprietário canadense, então isso é bem interessante.

SM: Eu diria que, no geral, comparando uma fronteira que está na Europa com uma fronteira que está aqui, a maior diferença na minha opinião seria a questão de que a França é do tamanho de Minas Gerais. Então são territórios que são muito mais densos em termos de população. Então não tem essa coisa de ter uma estrada longa sem nada de nenhum dos dois lados, como tem aqui ou como tem na fronteira México-Estados Unidos. É muito mais urbanizado. Então são questões mais urbanas.

EP: Sim. Aqui são questões mais rurais. Com urbanizações muito pontuais. Tu vê que em toda a fronteira de Uruguai com Brasil tu tens Chuy, Aceguá, San Luis, Cerrillada, Cruz de San Pedro, Rivera. Cruz de San Pedro e Cerrillada são populações de 100 pessoas, 200 pessoas.

SM: Eu concordo totalmente com você quando você diz que não dá para comparar estritamente. Eu estou dentro das Relações Internacionais mas eu não quero adotar um olhar de cientista política, de comparação baseada em variáveis. O que eu quero fazer são dois estudos de caso de fronteiras, com o olhar focado em cada fronteira e depois ver se, estudando esses dois casos similares de fronteiras, isso nos traz algumas conclusões. A minha perspectiva é mais essa. Porque eu acho que estudos de fronteira têm ou um olhar muito específico que pode perder um pouco de capacidade de generalizar, ou generalizam com base em um caso. Então é a tentativa

de achar outro caminho. E olhando para a questão cultural, que é menos estudada do que a questão das trocas econômicas, etc.

EP: Sim. Eu acho que a troca econômica é uma troca cultural também. Ou seja, não consigo olhar a cultura só como uma questão de produção artística: teatro, quadros, esculturas, música... Eu acho que a troca econômica da fronteira é basicamente contrabando. Em todas as fronteiras tem muito. Em fronteiras urbanizadas. A troca de produtos de um lugar para outro é tão antiga como a conquista e colonização das Américas. Quando se criou Colonia do Sacramento em 1680, tinha duas funções principais: a primeira era colocar uma povoação portuguesa no Rio da Prata para disputar à Espanha a navegação no Rio da Prata, que era muito importante para os portugueses; e a segunda foi muito clara: nos vamos abastecer Buenos Aires em tudo que eles não têm. Porque chegavam dois barcos por ano. Na maioria das vezes chegava um. E se tivesse um naufragava em las tormentas, ficavam um ano sem nada. Quem provia das coisas básicas para viver? Colonia do Sacramento. Trazia em barco ou por terra. Então em todos os lugares do mundo acho que a fronteira se constitui em uma relação comercial e urbana entre duas partes. Então o contrabando é inevitável. O contrabando é uma questão, em primeiro lugar, de preço. Se o teu produto é mais barato que o meu, eu vou comprar por enquanto. Porque a economia tem isso: hoje está bom para ti, amanhã está bom para mim. Tu vai comprar aqui. Ou tu vai comprar aqui por qualidade ou por preço, e vice versa. E a segunda questão do contrabando é a questão do abastecimento de produtos. Se tu não tem, tu vai procurar, certo? Tu não vai deixar de te vestir porque não tem tela. Tu vai ter que procurar algum lugar. Quando essas duas questões econômicas estão associadas a um terceiro elemento que é a questão da vida: tu vai morar em uma fronteira. Naquela época a maioria dos migrantes eram homens. Sem dúvida o que eles iam procurar? Se estabelecer, conseguir um trabalho, provavelmente ter uma terra, a questão econômica. Mas a questão paralela, qual é? Conseguir uma mulher. A questão do matrimônio, a questão do trabalho são questões culturais. Porque o produto disso, qual é? Qual é o primeiro fronteiro? O filho que nasce. Esse é o primeiro fronteiro real. E esse guri que nasce, ele já nasce dentro de uma cultura que não é nem a do pai, nem a da mãe, aunque obviamente vai ter essa influência, mas ele vai ter influência também do meio no qual ele se está criando. Tu aí tens um produto cultural, produto das relações econômicas, das relações familiares, que é diferente do resto. Porque eu acho que o primeiro produto cultural dessa relação é a língua. Eu acho que isso, pelo menos para mim, é tão importante quanto a produção cultural no campo da arte, do teatro, que obviamente aqui... Tu chegou ontem?

SM: Sim

EP: Hoje à 5h da tarde tem no Museu de Artes uma tertúlia, uma reunião, entre artistas, acho que tu deverias ir.

SM: Sim, na verdade depois de falar com você vou falar com a Berenice Farina e ela mudou o dia para que eu possa conversar com todo mundo. Vocês são incríveis aqui.

EP: Acho que é muito bom para você porque tu vai encontrar pessoas que estão trabalhando com essa dimensão da linguagem como símbolo cultural e a cultura expressada na linguagem. Então tu tens o Braguay (Brasileiros e Uruguaios), tu tens o Teatro do Portunhol, tu tens um monte de coisas que nos últimos años están revalorizando como um valor positivo, o que sempre foi considerado um valor negativo. Até por uma questão bem simples. Eu acho que a afirmação do Portunhol como um elemento cultural da fronteira é uma visão contra-hegemônica. Por que uma visão contra-hegemônica? Porque as fronteiras, elas são percebidas pelo menos desde dois lugares: o centro hegemônico, que não é na fronteira. É o centro do país:

é São Paulo, Rio, Minas, Bahia... Não é Porto Alegre. Montevideo, Buenos Aires... Então a fronteira, ela é percebida como um elemento quase externo, perigoso. Essa é a visão hegemônica. E a outra perspectiva é a perspectiva da própria fronteira desde a própria fronteira. Então tu tens desde o centro hegemônico uma visão centrífuga. Ou seja, as fronteiras são a imagem da dissolução do poder político, o questionamento, o poder central, o questionamento nacionalista. E depois tu tens uma visão diferente desde a própria fronteira que é a visão daquele que se olha a si mesmo como criador de um espaço mais ou menos independente entre o poder hegemônico de um país, o poder hegemônico do outro país... E tem uma expressão na forma de ser. Por exemplo: o contrabando. Na origem da palavra, contrabando é ir contra o bando. Bando era uma ordem que proibia a introdução de produtos em Portugal e Espanha. Então contrabando sai daí e contrabandista é aquele que vai contra o bando. Na visão central isso é ilegal. Mas na visão de quem mora na fronteira, isso não é policiado. Isso é uma estratégia de vida. Então é muito difícil tu conciliar as duas visões. Então a gente tem uma visão contra hegemônica na nossa própria vida. Não consigo morar na fronteira e ter que comprar a banana no Uruguai quando sai trinta vezes mais cara do que no Brasil. E ninguém consome a banana que entra pelo porto de Montevideo. É uma questão básica. Mas ninguém diz que eu sou um delinquente. Não é policiável a minha atitude. E além do mais, fazer contrabando é uma forma de vida. Tampouco policiado. Não é visto negativamente na sociedade. Então essas duas visões não são contraditórias, são antagônicas, são muito difíceis de tu conciliar. E em termos históricos, isso se justifica, do ponto de vista do governo central. Por exemplo, no caso uruguaio, a fronteira, os limites do Uruguai, propriamente dito, eles vão até o Rio Tacuarembó. Então o que tem ao norte, o que é hoje o departamento de Rivera, é uma terra que não é. Na minha tese de doutorado eu falei sobre a questão da fronteira como uma região histórica. Então o título da tese é uma provocação. Eu falo sobre o norte do Uruguai especificamente. O título do livro é *Terra Brasiliensis*.

SM: Vou procurar porque eu não tinha visto esta tese.

EP: Sim, ainda não está publicada. E a provocação é porque eu faço uma demonstração estadística de como todo norte-uruguaio era brasileiro. Toda a fronteira era brasileira. Só que não é um brasileiro brasileiro. Ele é um brasileiro de fronteira. Então é diferente. Um brasileiro de fronteira, ele trabalha com a fronteira. Ele negocia com a fronteira. Quando convém ele olha para o Rio. Quando convém ele olha para Montevideo. Quando convém ele não olha para nenhum lado. Ele olha para o vizinho. Por exemplo, nas revoluções, nas guerras civis, eles olhavam para o lado que convinha. Se hoje é com os Colorado, vamos com os Colorado. Se amanhã é com os Blanco, vamos com os Blanco. Em outro ano, eu sou brasileiro. Não quero nem saber. Essa é uma peculiaridade também da fronteira. Tu trabalha com a fronteira.

SM: Não expliquei como cheguei no tema. Eu não sou de uma região de fronteira e nunca morei em uma região de fronteira. Mas eu cresci entre a França e a Inglaterra e eu cresci falando não portunhol mas franglês. Então eu vivenciei essa coisa da cultura híbrida e da língua híbrida sem ter morado em região de fronteira. Então eu não conheço tão bem, pessoalmente, as lógicas das regiões de fronteira, mas tudo que você me conta é uma coisa que eu vivi de outra forma estando entre culturas: uma hora você é um, outra hora você é outro dependendo da situação e dependendo do que convém também, as coisas vão se expressando. Então entendo totalmente essa lógica dentro das regiões de fronteira.

Eu queria perguntar um pouco sobre as sub-regiões que tem ao longo da fronteira. Se você tivesse que descrever a fronteira historicamente e hoje em dia, como você dividiria ela em pedaços?

EP: Eu não consigo ver a fronteira em pedaços.

SM: Você a vê como uma zona?

EP: É uma região, culturalmente, politicamente, economicamente. Tu tem pequenas variações que tu podes perceber, por exemplo em alguns lugares o espanhol predomina sobre o português, em outras regiões o português predomina sobre o espanhol, em outras regiões oportunhol é a língua franca do território. Mas não há uma diferença que tu possa dizer "O Chuy é diferente de Rivera". É diferente em términos de urbanizações, no? Mas em termos conceptuais, não. Porque as terras do lado uruguaio do Chuy foram sempre grandes propriedades de brasileiros escravagistas. E isso tu pega o Chuy até Bella Unión e é o mesmo. E tu, do lado brasileiro tens propriedades industriais ou manufactureiras que são propriedades de uruguaio que investiram no Brasil. Então o próprio negócio da fronteira. Hoje por exemplo, o mais importante free shop que a gente tem aqui na fronteira é o free shop Siñeris. Tu tens ali um shopping que na realidade é um grande free shop. Mas o pai dele é o dono dos Supermercados 300. Mas ele começou o capital trabalhando numa tenda pequena, pequenininha, nos anos 1960-70 do lado uruguaio. Ele fez dinheiro acá, investiu lá, fez muito dinheiro lá, investiu aqui. Eles são palestinos, não, árabes. Mas é o mesmo quando tu tomar como exemplo uruguaio e brasileiros na fronteira. Por exemplo, uma coisa bem interessante. As linhas de trem ao norte do Uruguai começam no porto de Montevideo. Mas onde elas terminam? A lógica é elas terminarem em Rivera, que é na fronteira. Não, elas terminam trinta quilômetros Brasil adentro. Trinta não, menos. Elas vão até os galpões do frigorífico Armour. Porque como não tinha uma linha direta Livramento-porto de Rio Grande, a viagem se fazia Livramento-Santa Maria, depois Ijuí, depois sim, a linha Ijuí ia em linha direta, cortava ao meio Rio Grande do Sul e baixava até porto de Rio Grande. Uma viagem, assim, muito longa. Então o que era mais prático, mais barato e mais rápido? O porto de Montevideo. Então toda a carne que se processava no frigorífico Armour, ela saía em um trem uruguaio até o porto de Montevideo. Então, isso é fronteira. Quem escreve sobre a fronteira, ele tem que... não vou dizer que tem que morar na fronteira. Mas ele tem que viver a fronteira para entender certas coisas que são comuns. Ou seja, quando faço uma palestra lá em Montevideo, sempre faço a mesma provocação. Onde começa o trem? Onde termina o trem? E eles dizem "30 quilômetros para dentro". Então aí tu vê como a fronteira também é um centro de observação para o grande capital internacional. Ocorre o mesmo com a mineração do ouro. Todos os ferrocarriles do Uruguai, a maioria dos ferrocarriles do Uruguai, foram feitos pelas empresas inglesas, britânicas, ou num modelo britânico. Quer dizer o espaço entre os rails é maior do que tem no Brasil. No RS [...] as ferrovias foram construídas pelos franceses. E a distância entre os rails é mais pequena. Para que isso? Para que a Inglaterra não tomasse conta de toda a região canadense do sul da América. Então a França [...] fez as ferrovias para prever a expansão da Inglaterra. E o porto de Rio Grande foi feito pelos franceses. E o porto de Montevideo foi reformado com capital britânico. Então essa também pode ser uma linha de fronteira. Não da fronteira territorial mas da fronteira do grande capital.

SM: Sim, com certeza, a região de fronteira se expressa em vários sentidos.

EP: E isso também é cultural. Não no sentido de que, por exemplo, toda a infraestrutura do bairro Armour não tem nada a ver com o resto da cidade. É um bairro inglês. E obviamente as famílias que tiveram vinculação especialmente com os grandes fazendeiros que tiveram vinculação com o frigorífico, eles guardam certas questões de estilo britânico. Não que isso tenha se ultrapassado para a cultura popular. Porque a cultura popular da fronteira é outra coisa. Não há uma cultura da fronteira, há culturas dentro da fronteira.

SM: É por isso que eu perguntei de regiões. Vem do que muitas pessoas me falaram, que são culturas de fronteira, são micro-regiões dentro dessa região de fronteira.

EP: Não sei quem falou isso mas meu ponto de vista é de historiador. Então eu tenho essa generalização conceptual. Quem sabe a pessoa que trabalha em pintura, em escultura, em arquitetura, poderia fazer uma discriminação mais específica.

SM: É o ponto de vista do historiador que eu vim ouvir -

EP: Minha olhada é em relação à propriedade da terra e à construção das relações políticas e sociais a partir do poder que gera essa vinculação com a terra. Uma fronteira em geral entre Brasil e Uruguai, com uma população negra bem importante -no caso de Rivera é 25% da população, no caso além de Rivera: Rivera, Tacuarembó, Salto e Artigas, uma população indígena em termos de um 30%. Tu já vês que aí 55% da população tem uma origem étnica completamente diferente do porto de Montevideo ou cidades do sul do Uruguai. Não que haja 30% de indígenas e 30-25% de negros, mas é a mistura. É a porcentagem de mistura de negros e indígenas e aí tu vai somando e tu diz bom... Mas, e os europeus? 19%, estatisticamente. E aí sim, tem uma diferença bem interessante entre a fronteira, que para mim é o norte do Uruguai, Cerro Largo, Treinta y Tres, e o resto do Uruguai. E isso se expressa em determinadas questões culturais como a questão da música, por exemplo. Tu vai escutar algum dizer que a música típica dos negros é o Candombe. Mas o candombe é a música típica dos negros de Montevideo, só de Montevideo. Do resto do país, não. Ela vem sendo imposta como uma música dos negros do Uruguai. Mas a tradição da fronteira não é de candombe. O candombe é uma música de región portuária. Não só o candombe, mas... As pessoas não lembram, quando falam das questões culturais, elas não lembram que toda a urbanização de fronteira é da segunda metade do século XIX. Não tem antes. Ou seja... Sim, Bella Unión é 1830, mas depois desapareceu ... Mas Artigas, Rivera, Aceguá, Chuy, as cidades gêmeas, Río Branco, todas elas são da segunda metade do Século XIX. E urbanizações relativamente lentas. A influência que tu tem é de uma estrutura que eu definiria como rurbarana: rural e urbana; mais rural que urbana. Então essa estrutura da cultura do negro rural é uma estrutura de dispersão, não de concentração. Então tu pode encontrar em Pelotas, em Bagé, em outros lugares, questões culturais do negro que são similares ao que tem em Montevideo ou Buenos Aires ... Mas tu não vai encontrar na região da campanha, em zonas rurais, tu não vai encontrar a mesma cultura porque esses negros estão fechados num perímetro da fazenda, quase sem comunicação. Então o pessoal que estuda não pode esquecer isso. Quando eu faço meu segundo trabalho sobre o norte do país, que é um livro que se chama "Tierra Esclavizada", eu faço todo um racconto histórico da região, e em algum momento a população negra, escrava, da região, era de 32%. A mesma porcentagem que tu tem no Rio Grande do Sul, com uma diferença: é 32% disperso em fazendas. Não concentrado em populações. Então esse é um elemento bem importante para tu ter em conta em termos de como se desenvolve uma cultura. Nossa cultura tem uma base rural. E ela está permeada por essas questões rurais.

[...]

SM: Como você explicaria o fato dessa região de fronteira, que você vê como "uma" com Uruguai, ser mais permeável, mais híbrida, do que a fronteira com Argentina, com Paraguai, com Bolívia... não falando do Norte porque por razões óbvias geográficas, tem outros fatores em jogo, mas qual seria a explicação, para você, dessa permeabilidade da fronteira do Brasil com o Uruguai?

EP: Toda fronteira é permeável por definição. Ainda que tu tenha o Rio Amazonas ou Orinoco ou o Pantanal, a fronteira está diretamente vinculada à presença humana. E onde há presença humana, não adianta tu ter elementos que tu possa impedir a passagem. O ser humano transforma o território em seu favor. Cria o território. O que faz a permeabilidade maior ou menor é as características geográficas do território. Por exemplo, na fronteira Uruguai-Brasil, tu não tem nenhum curso de água, não tem montanhas, não tem deserto, não tem praticamente nada que tu não possa cruzar quase que livremente de um lugar para outro. Aqui em Livramento-Rivera, imagina que não tem cidade: tu vai e vem e tu não sabe onde que tu está. É como um campo só. Hoje que tem urbanização tampouco tu sabe. Salvo porque tem a praça internacional, tem uma estrutura, tem um marco, que indica... mas tu vai e vem, tu não sabe. Em Quaraí e Artigas, tem o Rio Quaraí, tem uma ponte, tem uma aduana, tem uma coisa que te diz "aquí começa um e finaliza o outro". Mas ainda assim, o pessoal ainda consegue cruzar a pé. Não por cima da ponte senão por baixo da ponte, quando o rio diminui o seu curso. Então tu não tem uma coisa que tu diga "Olha, é intransponível". Nem o Jaguarão, porque ele é um rio interessante mas a distância entre uma ribeira e a outra é relativamente pequena. São cinco minutos. Tu consegue ir em qualquer lugar. É bem diferente quando tem um deserto, um pantanal. Eu acho que a alta porosidade está referida a isso. Que temos uma fronteira seca bem longa que começa na nascente do Rio Negro e vai até a nascente do Rio Quaraí, que é praticamente todo o território do departamento de Rivera, depois tu tem outra parte de fronteira seca que vai do Rio Negro ao sul por Aceguá, até o Jaguarão, e essa historicamente é uma zona de penetração que foi estudada nos exércitos portugueses e brasileiros para estruturar as suas estratégias, as suas táticas de guerras. E todas as invasões portuguesas e brasileiras passaram pelos mesmos territórios, pelos mesmos caminhos. E vice-versa. Quando a guerra enfrentava argentinos e orientais contra os brasileiros, o mesmo território era de ida e vinda. O mesmo território começou a ser transitado pelos povos guaranis em missões jesuíticas. Então não há uma estrutura geográfica que tu possa dizer que impede a passagem. Nem o Rio Uruguai. O Rio Uruguai tem muitos lugares onde tu podes passar para o outro lado. Tem lugares em que tu está tomando um chimarrão em Salto... e tu está olhando o pessoal na Argentina fazendo o mesmo do outro lado. São 500-600 metros. Então ainda assim, o rio gera certa limitação. Então uma porosidade maior, um maior contato se dá deste lado com o Brasil. Mas não há no caso Uruguay-Argentina ou Uruguay-Brasil um impedimento forte.

SM: Então você vê essas questões mais em termos geográficos e de urbanização. Os fatores históricos, para você, essa questão territorial do Uruguai e das guerras territoriais -

EP: O território atual do Uruguai sempre foi uma grande fronteira entre dois grandes, do império espanhol e português ou argentino e brasileiro. Sempre um território em disputa. É fato que em *Terra Escravizada*, eu trabalho com a noção de que o norte do Uruguai é a prolongação histórica, econômica, social, cultural do Rio Grande do Sul. E o sul do Rio Negro, o sul do Uruguai, de alguma forma é a prolongação da influência e do poder da Argentina. E Montevideu é a grande perla de disputa, porque é o único porto realmente importante para tu chegar em barcos mercantes, barcos de guerra. Montevideu é essencial para isso, quem dominasse Montevideu, dominava o Rio da Prata. Então a disputa do território oriental, do território uruguaio, sempre esteve no meio dos interesses do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Mas no meio desses interesses se generou uma estrutura. Tem um historiador e sociólogo britânico, o Michael Mann, que trabalha com o conceito de espaços intersticiais. A fronteira é um espaço intersticial dentro de uma estrutura maior. Por exemplo, tu podes colocar a fronteira como espaço intersticial entre as lutas das duas nações. Mas tu pode colocar isso dentro de uma estrutura maior que é a luta dos impérios, que vai crescendo. Mas o que realmente conta é esse

espacio de fronteira que genera sua própria dinâmica. As questões históricas estão vinculadas historicamente à dominação do território, dominação das lutas comerciais e à apropriação ou propriedade dos bens de produção. Neste caso por exemplo o norte uruguaio foi a grande reserva ganadera, tudo no Uruguai foi uma grande reserva ganadera. Quando se esgotou o litoral da Argentina, eles vieram ao sul do Uruguai a procurar gado. E todas as fazendas de gado, a maioria das fazendas de gado do Rio Grande do Sul, ainda de Santa Catarina, elas foram formadas a partir do gado levado do norte uruguaio de contrabando. Então a questão da fronteira e dos interesses territoriais e econômicos foi de alguma forma moldando, dando forma às estruturas sociais. Não sei se faz sentido.

SM: Com certeza, é interessante. [...] Vou fazer uma pergunta mais teórica. O que eu queria perguntar é que olhando um pouco para a literatura de fronteiras que tenta ter um olhar interdisciplinar, que é o olhar que eu quero ter, tem um estudioso do Canadá que tentou fazer uma síntese do que pessoas dentro de diferentes disciplinas falam sobre integração em regiões de fronteira. Porque segundo ele os historiadores e os geógrafos tendem a apontar mais para as questões culturais nas regiões de fronteira. Os economistas, para questões de trocas comerciais, os cientistas políticos para instituições. Cada um conversa em um cantinho e não tem conversa entre eles. Então ele cria um modelo que tenta juntar essas dimensões. Não estou dizendo que vou seguir esse modelo e nem que eu concordo, mas achei interessante trazer o trabalho dele porque ele tenta juntar essas dimensões. Basicamente, ele diz que tem 4 dimensões que contribuem para a integração transfronteiriça. Primeiro: a questão das instituições em vários níveis de governo. Segundo: a questão dos ativistas locais, da região de fronteira. A cultura transfronteiriça; e as trocas comerciais. Um polo comercial, cultural, de ativismo local e de instituições. Ele tem o ponto de vista dele sobre quais são os polos mais importantes. Mas eu gostaria de saber o que você acha que são as dimensões mais importantes para a integração nessa região.

EP: Eu concordo plenamente com esse autor. Eu acho que essas 4 dimensões existem hoje nas relações internacionais formais entre o Brasil e o Uruguai. Só que elas estão em alguns aspectos mais no papel do que desenvolvidas na prática. Em outros casos estão desenvolvidas na prática mas não saem do nível de projeto. Até porque... eu te falava da dimensão. Por exemplo Rivera com Livramento, ou Rivera com Dom Pedrito. Ou seja, as dimensões econômicas que não permitem o desenvolvimento ágil de certas questões. Por exemplo, em termos de integração, instituições de integração, nós temos os comitês binacionais de fronteira que eu acho são muito importantes, bastante antigos, eles vêm funcionando faz muito tempo. Mas o funcionamento deles não é uma questão sistemática. É formal, mas poderia ser colocado em termos de questionamento e resultados reais. Depois tem o comitê binacional de prefeitos, que já é outra coisa, onde todos os prefeitos da linha de fronteira Uruguai-Brasil se reúnem regularmente, a cada três meses, uma coisa assim. Onde há uma etapa de planificação, uma etapa de projetos, uma etapa de certo nível de concretizações, só que o grande defeito para a integração fronteira é a questão de não existir formalmente uma instituição de integração fronteira. Qualquer instituição política, se ela não tiver dinheiro, verbas para trabalhar, tu termina dependendo dos governos centrais. Então tu faz um projeto cultural, para tu arrumar a rodovia na região de fronteira porque está péssima. Tem que colocar maquinaria, peões etc etc. Mas para tu pôr em funcionamento isso, tu tem que ter o dinheiro para poder funcionar. Aí uma prefeitura tem dinheiro, a outra não tem. Então tu começa a fazer a obra com a prefeitura de Rivera. Seis meses depois, tem uma pana mecânica, não tem um litro de gasolina, não tem peão, não tem nada. O problema é que certas estruturas não têm dinheiro e portanto dependem de Porto Alegre ou de Brasília. Então para ter uma instituição de integração fronteira deveria ter uma sorte de ministério. Uma questão que tenha suas próprias verbas. Seu próprio dinheiro para dizer “Bom,

vamos fazer isto, e aqui está o dinheiro”. Senão tu fica muito no projeto, no papo. Se fazem muitas coisas mas não acompanhando as necessidades das pessoas. Tem durante muito tempo Serrilhada, que é uma população pequena e deste lado da rua está Cerrillada, que é outra população pequena. Só que do lado brasileiro tinha luz elétrica; em Cerrillada, não. Então o pessoal começou a levar linhas elétricas ilegais de Serrilhada para Cerrillada. Até que houve um convênio entre os dois países e se fez a construção de uma linha elétrica. Mas isso demorou 15 anos. A possibilidade de tu ter uma resposta real às necessidades da população de fronteira, fica muito longa no tempo ou pelas questões burocráticas. Há instituições de fronteira que trabalham? Há. Mas a efetividade delas é relativa. Depois tem convênios ou acordos institucionais. Por exemplo um tema muito complexo das fronteiras é a questão da saúde. A saúde do lado brasileiro é péssima. Livramento tem 150 mil habitantes, não tem nenhuma população fora de Livramento. Ou seja, todo o território é fazenda, menos a cidade. E o sistema de saúde público faliu faz muito tempo. Estou falando 20, 30 anos atrás. Então o pessoal, onde se atendia? Em Rivera. Então tu tinha um hospital em Rivera com verbas para atender uma população de 50 mil pessoas. Mas na realidade tu tinha uma população de 100 mil, 150 mil. Tu chegava aqui no Uruguai com um ferido, um problema, ou alguém que vinha de Livramento porque não pôde ser atendido lá, tu vinha no hospital público aqui no Uruguai e era atendido. Mas como no Uruguai não tem políticas de fronteira, as verbas de todo um ano do hospital de Rivera desapareceram em 3 meses. Atendemos o triplo de população. Então alguns anos atrás... “brasileiro não vai ser atendido mais, lamento muito”.

Surgiu um problema em Quaraí. Quaraí não tinha ambulância. O problema é que as autoridades da polícia em Quaraí não permitiam o ingresso das ambulâncias uruguaias a Quaraí para procurar enfermos. Então havia pessoas que estavam morrendo do outro lado por uma questão burocrática. Porque na verdade, legalmente, tu não podes entrar no país vizinho e tirar uma pessoa do país vizinho para o teu... Mas até fazer o papel o cara morreu.

Outro problema. O Rio Grande do Sul teve uma crise de profissionais da saúde. Não tem gente. E aqui no Uruguai sobra médico. Há disponibilidade de médicos. O que foi feito? Um convênio de trabalho. Quem se opôs? A sociedade médica do Rio Grande do Sul. Ao final um acordo entre os governos permitiu que os médicos do Uruguai pudessem trabalhar do lado brasileiro. É fato, faz muitos anos atrás, médicos uruguaios criaram em Livramento, como em Quaraí e outros lugares, serviços de medicina privada. Eles juntam o fácil acesso a tecnologia de primeiro mundo que tem no Brasil, com um preço que no Uruguai é impossível - é 4 a 1-com a qualidade técnica do médico uruaio. Não vou falar mal do médico brasileiro, mas... há diferenças. Então os médicos uruguaios começaram a ganhar espaço do outro lado. Então houve um convênio para permitir que médicos aqui possam trabalhar do lado brasileiro para solucionar a situação. Aí é onde tu vê o funcionamento de instituições políticas e administrativas oficiais a nível de fronteira. E acho que isso define um aspecto da integração. Outro aspecto da integração é o aspecto que tem que ver com o pessoal que mora aqui e está imerso nessa integração. Que não olha para as questões administrativas. Por exemplo, a maioria da população da fronteira é “doble chapa” e tem os documentos dos dois lados. Foi normal em uma época tu nascer em um hospital de Rivera sendo brasileiro, portanto tu era uruaio. Tu te registrava no Uruguai. Aí tu ia para tua casa em Livramento e tu ia morar lá. Mas tu queria que teu filho fosse brasileiro. Então tu ia para Livramento no registro civil e tu dizia “meu filho nasceu aqui”. E ele era brasileiro. Então era oficialmente uruaio e brasileiro. Todo mundo fazia isso. Essa é a integração real, o jogo da fronteira. O pessoal está imerso nisso e não olha para as questões práticas. Utiliza a seu favor as instituições de um país e outro.

SM: Como faz qualquer pessoa que tem duas nacionalidades ou dois países de ligação, só que aqui é muito mais imerso na vida cotidiana porque é do lado. É muito imediato.

EP: É absolutamente normal tu dizer, por exemplo, vou no supermercado. 90% das pessoas vão a um supermercado brasileiro. E o brasileiro que diz “vou no supermercado” vai no supermercado brasileiro. Mas quem vem de fora, “vamos no supermercado, mas não vamos no brasileiro: vamos no uruguaio”. Eles não vêm procurar preço, eles vêm procurar qualidade. Dulce de leche, queijos, fiambres, embutidos, todas as coisas que no Uruguai teoricamente é melhor. Algumas coisas sim são melhores, até porque no Brasil não tem. Mas outras são...

SM: E essa questão da relação entre as instituições em vários níveis, especificamente em termos culturais. Você saberia entrar um pouco nisso?

EP: Em termos culturais, dentro das relações binacionais e dentro do Mercosul há convênios de trabalho entre o Ministério da Educação e Cultura do Uruguai e o Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Há projetos culturais binacionais.

SM: Porque eu sei que tem políticas vindo às vezes de Brasília, de Montevideu em acordos etc. Mas em termos de como isso afeta de verdade na prática as populações fronteiriças...

EP: Tu diz uma coisa bem interessante. Brasília e Montevideu. Se eu olhar dessa dimensão, mais de cima, Brasília e Montevideu têm um olhar para as fronteiras que é diferente do olhar que tem a fronteira sobre si mesma. Eu estou falando até agora desde o território de fronteira. Então por exemplo, se há um acordo entre os dois países que pode ser chamado de política de colaboração cultural entre fronteiras e é Brasília-Montevideu, para mim não é. Para mim é um convênio de cultura entre centros hegemônicos. Agora há projetos de cultura binacionais *de* fronteira. Por exemplo, tem festivais de cinema, tem espetáculos de teatro, tem amostras culturais, pintura, desenho. Há outras questões culturais que são culturais mas para o olhar de algumas pessoas, não são consideradas culturais. E para mim são muito importantes porque para mim, é muito importante a questão da cultura popular. Eu acho muito interessante que no 25 de agosto, que é a data da independência do Uruguai, o desfile, como no 7 de setembro aqui, desfilaram várias bandas estudantis, juvenis, brasileiras. E no 7 de setembro foram daqui para lá. E o pessoal que participa das bandas juvenis, muitos deles são uruguaios e brasileiros. Daqui ou de lá. Porque, claro, a banda do Liceo número 1 tem estudantes do Liceo número 1. Mas dentro dos estudantes do Liceo número 1 de Rivera, tem muitos estudantes brasileiros que falam português. Porque hoje, uma questão, que não é geral mas que está sendo considerada como um fator de integração, é se o estudante brasileiro é de nacionalidade brasileira, ele vai ter que aprender a falar em espanhol, vai ter que aprender a escrever em espanhol. Mas que pode falar e dar sua aula em português. Porque no fim das contas o importante é o que ele aprende. Como ele estuda não é tão importante. É mais uma questão de nacionalismo. Então tem muita gente nas bandas estudantis que são brasileiros que estudam no Uruguai e participam da banda. E as bandas estudantis foram desde 1958, 1960, expressões musicais e culturais típicas da fronteira. Para mim isso é muito interessante. O teatro é uma expressão típica de fronteira. Ontem uma pessoa me perguntou qual foi o primeiro grupo de teatro na fronteira. Eu digo “olha, o que eu tenho registrado é o Talia Riverense, que era formado por jovens de Livramento e Rivera e que faziam atuações no Teatro 7 de Setembro de Livramento, porque aqui não tinha, no ano de 1885. Esse é o meu primeiro registro em jornais”. Todas as manifestações culturais, musicais, populares, sempre combinaram as duas. O carnaval. Tu quer uma expressão cultural mais genuína do que o carnaval? O futebol. Isso é cultural popular. Na história do futebol de Rivera tem grandes jogadores brasileiros e nos clubes de Rio Grande,

tem grandes jogadores uruguaios. Essas questões culturais que fogem de uma cultura mais da elite- que aqui na fronteira ela é *absolutamente minoritária*. E isso é importante que se diga. Senão aquela noção de que o movimento cultural é isso, ou outro... Mas se essas questões culturais convocam 100 pessoas, 200. Vamos ser generosos, 500 pessoas. Agora tu faz um espetáculo de música e vão 3000, 4000, 5000. Eu não considero que o número seja importante para o impacto cultural mas em algum momento tu tem que colocar o número como um dado de impacto social. Eu não gosto de certas questões da cultura popular da fronteira. Musicalmente não gosto. Mas tenho que reconhecer que no meu museu não entra ninguém, mas em um espetáculo musical de fronteira que eu não gosto vão 5000, 6000, 7000 pessoas. Então eu como pesquisador tenho que investigar, pesquisar o que representa esse fenômeno. E nesse fenômeno tu te dá conta que a influência brasileira na cultura de fronteira é muito mais importante que a influência uruguaia – na cultura. E que algumas questões são mais consumo de elite do que consumo popular, ainda que o pessoal que tu olha nessas expressões sejam gente de base. Sim, mas quem gosta não é gente de base, é a elite. Gente de base que faz outras coisas, está em outros estilos, não nesses.

EP: [...] Cultura de fronteira é uma cultura de base, não de elite. O portunhol não é só uma linguagem, tem que ver com estrutura mental porque toda língua é parte de uma estrutura mental. Não é só expressão, é como tu concebe o mundo. Então o portunhol concebe o mundo de uma forma diferente, é como eu acredito que é o mundo. Então quando a gente fala dos problemas da cultura da fronteira, você está falando das elites. Quero ver você falar com o cara que mora em determinados lugares. Qual é a cultura para ele? O que ele cultua realmente? Ele cultua coisas que desde a elite não são consideradas culturalmente. Por exemplo, eu tenho rejeição pela cultura tradicionalista gaúcha porque eu acho que ela é muito fictícia. Ela é uma grande mentira. Além do mais é uma mentira fascista. *Mas* nas populações da fronteira Uruguai-Brasil, boa parte da cultura de base ainda está muito vinculada às questões rurais. Nós ainda não consideramos como elementos culturais importantes as festas como... La Pátria Gaúcha, la paleateada, el lazo, la hierva, la goma... me entendés?

SM: Tudo mais ligado à cultura da comida, do cavalo, da carne.

EP: Isso. Isso é popular, é cultura. Não é uma cultura que se expressa como no Rio Grande do Sul. O cavalo nem te falo. Para ter esses cavalos tu tem que ter a fazenda. Cavalo comendo raiz e peão comendo charque. As mulheres são belíssimas, são modelos a cavalo. Mas fora do desfile do 20 de setembro que é agora, tu tem uma cultura que cultua essas questões rurais desde outra perspectiva. Não tão narcisista. Mas desde a visão hegemônica isso ainda não é importante, sin embargo, é cultura de base. As procissões religiosas não são importantes, são *muito* importantes porque elas são parte de um vínculo com o passado mais longínquo que vai até as missões jesuíticas. Então acho que questões da cultura popular, hoje, desde a visão urbana, é politicamente correto de dizer que estão mal. O jogo de “tava”. A tava é um osso. Um osso da canela, tem dois lados. Um se chama “suerte” e o outro “culo”. Quando tu tira ela pode cair [demonstra] “suerte”, “culo” ou cair parado assim na parte do meio. Tu aposta dinheiro, são 3 tiros. É um jogo, mas é um jogo tradicional. E a pelea entre os galos: típico da fronteira e bem antigo. Eu posso te levar. Não tenho carro mas a gente pode ir a pé. Ver os galos de rua. Os caras têm criadeiro disso. Isso é cultura popular. “Não, isso é coisa de baixo”. É, mas nós viemos de baixo, eu não venho de cima. Há toda uma questão que tem que ver com o folclore. Folclore em términos reais, ou seja, aquilo que vem da terra.

SM: Eu tenho exatamente essa mesma visão. Não vejo como uma cultura de cima e a outra de baixo, mas acho que a cultura não é somente o que eles chamam de alta cultura. Inclui a gastronomia, a religião -

EP: A gastronomia, por exemplo! Eu fiz um trabalho sobre gastronomia da fronteira. Fiz uma palestra, até conheci uma pessoa da UFPEL, a Jussara

SM: Jussara Dutra? Vou conversar com ela amanhã.

EP: Aqui?

SM: Sim, ela está visitando, está aqui essa semana.

EP: Eu me inteirei depois que ela ficou muito, gostou muito da minha palestra. Claro, ela é uma especialista, eu sou historiador. A gastronomia não é minha especialidade. Mas nas minhas aulas de história, uma forma de tu te introduzir na história de um povo é tu estudar o que ele come. Se tu pegar uma receita. O que vocês comem em um domingo? Raviólis com Tuco. De dónde vienen los raviolis? De dónde viene el tuco? Vamos analisar los ingredientes. Então analisando o que tu come, tu vai descobrindo qual é a procedência etnográfica. O europeu, o negro, o indígena. Eu não tenho nada de indígena no meu sangue, mas eu adoro mandioca. Se por mim fosse, a mandioca seria a comida de todo mundo. Nem todo mundo gosta, mas é uma presença indígena. A erva mate, o feijão preto, o feijão vermelho com charque. Tipicamente uma comida que é feita para o negro escravo. La pasta italiana, o peixe que é uma tradição indígena, mas que tem formas de ser feito que lembram a cultura espanhola. Através da gastronomia tu vai descobrindo qual é a realidade do povo. E se tu faz um estudo sobre isso, tu vai descobrir que tem muita gente que come charque no Uruguai. Quase todos são da fronteira. Em quase todo lugar tu vai encontrar uma bandejinha com charque. Uma vez no mês, duas vezes no mês, tu faz um guiso de charque. Isso é bom, é saboroso, mas no fundo é uma tradição que nem tu sabe de onde vem. Mas que na tua família, nos teus ancestrós, foi estabelecida como um elemento central. Porque tu não adquire o gosto por uma comida só na idade adulta. Tu adquire no âmbito da família. Se tu gostar do charque com arroz é porque em algum momento da tua criação, teus pais, teus avós etc te proveram isso. Por exemplo, eu adquiri o gosto pelo arroz aqui na fronteira. Mas a minha família que é de origem italiana, meu avô era italiano, para nós é a pasta. É quase obrigatório. Então são coisas que tu não sabe nem porque mas estão na tua família. E aqui na fronteira é cultura do feijão, do charque, do churrasco. No Rio Grande do Sul não tem, mas aqui tem a cultura do chorizo. É muito típico. Até tem uma feira que é o 'Choricerva', chorizo com cerveja artesanal que se faz aqui na fronteira. Isso é cultura. Quando eu digo de baixo, é uma limitação na minha qualidade de expressão do português. Não estou fazendo uma questão subjetiva. Simplesmente que há uma cultura popular que não tem uma representação em certas estruturas das elites.

SM: A última vez que eu vim a Livramento e Rivera -

EP: Tu já conhecia aqui?

SM: Já. Eu fiz uma primeira viagem mais de observação geral ao longo da fronteira inteira mas não parando tanto e não fazendo tantas entrevistas. Voltei e agora estou fazendo a parte mais intensa da pesquisa. E quando eu vim a primeira vez eu conversei com uma professora de arte daqui e ela tinha uma visão muito negativa da produção e do consumo cultural daqui. Que os habitantes daqui não se mobilizam, as pessoas não gostam de arte, uma visão muito pessimista.

E eu fiquei me perguntando porque tudo que eu via apontava para uma riqueza cultural. Mas agora eu entendo que ela estava falando de alta cultura, de cultura mais de elite e que nesse sentido talvez a produção e o consumo sejam mais -

EP: Eu não sei com que tu falou, mas acho que sei com quem tu falou. A questão é a seguinte. Essa professora e esse núcleo- não falo com eles porque eles não gostam das minhas perguntas-, mas eu perguntaria para eles o que eles têm feito para colocar isso aqui. É muito fácil tu dizer que ninguém se mobiliza. E porque eu vou me mobilizar se eu não tenho uma formação para apreciar isso? Ou seja, eu coloco um Rodin em um bairro pobre de Rivera, Porto Alegre, Rio, eles vão saber apreciar o que é? É um cara pelado sentado num banco. E quem sabe se não é isso. Rodin nunca disse o que quis fazer. Quem sabe os artistas não tenham essa habilidade de tomarnos el pelo, nos enganar.

SM: Sim, como Marcel Duchamp ou -

EP: Ah, Duchamp! Mas outros também faziam as coisas com muito humor. Porque o pessoal que não tem formação para apreciar a arte tem que se mobilizar pela arte? [interrupção]. Acho que uma das tarefas de qualquer produção de cultura não é só mostrar a cultura. É tu conseguir ensinar, formar o pessoal para ele apreciar a cultura. A sua própria e as expressões culturais de outros. Nisso o Uruguai sempre teve uma educação de base, primária muito estendida a toda a população. Tem uma falha nos últimos 20 anos, a gente caiu muito. Eu aprendi as primeiras questões de arte na escola. Hoje meu filho de 9 anos que está na escola, ele sabe quem é o Picasso, conhece artistas, sabe quem é o Leonardo Da Vinci. Um pouco pela questão da informática e outro porque agora está se colocando de novo na escola a questão da arte. Então tu tem meninos muito jovens que aprendem a apreciar a arte, a beleza, a sua diversidade. Aí sim você tu vai ter um movimento de base cultural que possa reclamar coisas maiores. Vamos falar em termos 'bagaço'. Se tu só dá para o pessoal Hip Ho, funk ou e futebol... Não pode esperar que o cara tenha compreensão do que é o Guernica. Ele está olhando uma coisa que ele não pode decifrar. Não acho que o pessoal daqui da fronteira não se mobilize pela cultura. Acho que o pessoal da fronteira não se mobiliza pela cultura que eu quero. Mas eu não sei se eu me mobilizo pela cultura que eles querem, também. Vou te dizer uma coisa agora. Eu tenho 56 anos, faz 35 que eu trabalho em cultura, em história. Acho que só agora estou começando a entender certas coisas. Porque eu já passei através das estruturas de elite. E agora através da pesquisa estou vendo a coisa ao contrário, de baixo para cima. Por isso que acho que ainda há muita gente que não valoriza certas questões. Cultura é isso. Isso que nós estamos fazendo é cultura, intercâmbio cultural, estou aprendendo de ti.

SM: E o fato da minha pesquisa ser tão estranha nas relações internacionais também vai no mesmo sentido... Na área das relações internacionais se pesquisa história diplomática, tratados e organizações internacionais. Mas essas relações internacionais que são de povos que estão dos dois lados de uma linha geopolítica, não é estudado dentro das relações internacionais. São mais olhadas por estudiosos de história, geografia, sociologia. Isso mostra que nas Relações Internacionais, se olha as coisas de cima. Mas para mim tudo que está aqui são relações internacionais.

EP: Ano passado estive em Goiânia no evento 'Cultura e pensamento em América Latina'. Eu fui com o Ricardo Almeida para falar de fronteira. Tinha muita gente do Ministério de Educação e Cultura de Brasília. Gente boa. Mas eu tenho essa questão meio sádica de bater nos caras. E eles ficaram surpresos quando mostrei uma fotografia aérea de Rivera e Livramento. Perguntei para eles: "Vocês poderiam me dizer onde está o Uruguai e onde está o Brasil?"

Sinalizei com o dedo e os caras ficaram surpresos. “Vou contar para vocês uma anedota do que é a fronteira, olhada desde fora e olhada desde dentro. Há uns anos atrás um representante de um Ministério em Brasília foi à fronteira e cruzou de Livramento para Rivera, de Brasil para o Uruguai. E ficou muito enjoado, de mau humor, porque ele tinha cruzado de um país ao outro e não tinha absolutamente nenhuma questão física que determinasse que era o fim do Brasil. Então deu a ordem de pintar de cor amarela uma linha no meio das ruas que separavam Rivera de Livramento. Esse é o olhar de fronteira de um burocrata de Brasília. Qual foi a reação da população e dos meios de comunicação da fronteira? Todo mundo criticou. Porque? Porque eu sei onde está a linha de fronteira, a linha divisória. Eu não preciso que ninguém venha de Brasília me dizer isso. Muito menos pintar de cor amarela. Houve manifestações, todo mundo criticou. Foram bater boca com ele no hotel onde ele estava. O que aconteceu? O cara foi embora. E que o pessoal fez? Borrou a linha amarela. Porque nós não queremos a linha amarela. Eu sei onde está, é uma linha imaginária. Eu sei quando eu tenho que transpor a linha imaginária e quando eu tenho que ficar deste lado. Os dois olhares da fronteira. O olhar burocrático de alguém que não conhece e o olhar interno. E eu perguntei ao pessoal do Ministério da Cultura que estava aqui “alguém conhece a fronteira?”. Ninguém conhecia. Depois no ônibus indo jantar, sentei com uma senhora, ela disse: “Palermo, tu sabe que eu fui uma vez na minha vida em Porto Alegre. O mais longe que eu fui no sul do Brasil foi a Florianópolis”. Não disse nada mais. Fiquei pensando como essa pessoa pode definir verbas para a cultura de um país quando ela não conhece uma realidade como a da fronteira. Ela foi no Amazonas. Eu também queria ir. Também queria ir à Bahia. Mas o Brasil é um continente.

SM: Deveriam mandar essas pessoas viajarem o Brasil inteiro... Seria caro demais, mas antes de poderem construir políticas -

EP: Tu falou com o Ricardo? O Ricardo saiu do Chuí e fez toda a rota do Brasil. Fez um trabalho muito bom. Eu até disse para ele que tinha que escrever um livro. Daqui a 100 anos teu livro vai ser um referente. Daqui a 50 anos. Porque a fronteira é uma coisa que a cada 20-25 anos ela cambia. 25 anos atrás, o que tu vê hoje não existia. Tu vai voltar em 10 anos e tu não vai conhecer a fronteira porque vão se instalar os free shops do lado brasileiro. Definição de fronteira é igual a dinamismo. É dinâmica. Fronteira é a troca permanente em todos os sentidos.

SM: Meu irmão mora na fronteira da Guiana francesa com o Suriname e quando eu fui para lá... aí é outra -

EP: Teu irmão é militar? Revolucionário? Assassino? Narcotraficante?

SM: Ele é osteopata. Terapia manual. Toda a minha família é um pouco louca, então não é só ele da família que foi para lugares diferentes..! Aí quando eu visitei ele, agora em março, eu cruzei a fronteira para o Suriname e também quando visitei ele há uns cinco anos atrás eu fui para Saint-Georges de l’Oyapock e depois cruzei para o Oiapoque. Na época era só de barco, agora a ponte abriu. Já mudou a fronteira, ela é outra. Eu não passei de novo em Oiapoque.

EP: Aí é com Venezuela, né?

SM: Guiana Francesa com Amapá, com norte do Brasil. É outra fronteira, da Amazônia. Sim, fronteiras mudam...

[...]

EP: Hoje eu acho que o Brasil está descobrindo depois de muito tempo o que é a fronteira com o problema com a Venezuela. Depois de muito tempo porque o Brasil esteve sempre imperialista, o Brasil Imperial foi o país que desenhou as fronteiras históricas. A questão do Acre, a questão da fronteira com o Paraguai, a questão da fronteira sul, no caso do Uruguai que foi uma negociação para a criação do Uruguai. As fronteiras territoriais internas, a guerra de Santa Catarina e Paraná, as fronteiras entre os dois estados. Mas fora disso nos últimos 100 anos o Brasil não tem um problema de fronteiras. Estão descobrindo o que é uma fronteira internacional. Faz muito tempo que eles têm uma fronteira étnica, com os índios. Mas pobrezinhos eles vão matando aos poucos.

SM: Posso voltar na questão -

EP: Tu tem que me trazer de novo, senão posso falar toda a tarde.

SM: Não quero usar toda a sua tarde..!

EP: Gostei muito de conversar com você. Tenho feito várias entrevistas para várias pessoas de arquitetura, da geografia. Mas achei bem interessante falar contigo. Bem amplo. O pessoal às vezes é meio quadrado, pre-desenhado.

SM: Estou traçando meu caminho dentro do campo sendo um pouco “fora da caixa” nas Relações Internacionais, no meu jeito de fazer pesquisa. Talvez por ser do campo cultural...

EP: Mas tu sabe que aqui na fronteira tem um fato que é bem interessante, o parque internacional. Ele foi inaugurado no ano 1943. É toda uma novidade em termos das relações internacionais. Até esse momento não tinha se encontrado uma solução no campo da diplomacia para um território intermédio. O parque internacional foi o primeiro território binacional da história do mundo, nas relações internacionais. O parque não é nem território uruguaio nem brasileiro, está sujeito a um estatuto binacional. Quem sabe é por isso que ele está em péssimo estado. Uma administração para as prefeituras e a prefeitura de Livramento nunca tem dinheiro para nada e o parque está cada dia pior. Lamentavelmente na época da ditadura o parque teve o seu maior brilhantismo. Até porque eu acho que aquela história das fronteiras e da segurança nacional... todo mundo se preocupava com o parque. Mas é um fato único. Depois desse fato, em 1943, surgiu outro. Tem um na Holanda e Bélgica, ou Bélgica e Suíça, não me lembro bem.

SM: Tem um na verdade entre a França e a Alemanha, também. Em Estrasburgo tem o quintal das duas beiras -é mais ou menos a tradução- que atravessa. Mas eu não sei se ele tem estatuto de território binacional, eu acho que não. Eu vou fazer mais um estudo de campo lá.

EP: Esse é bem interessante, é único. Depois surgiram outros. Mas porque te falo sobre a questão do parque internacional? Pelo que tu está me dizendo a fronteira tem que ser vista, olhada, com uma perspectiva *muito* ampla. Porque a fronteira é *muito* abrangente. Tu pode colocar uma parte da fronteira dentro de uma questão só para objeto de estudo. Mas se tu tratar a fronteira como sujeito, não como objeto de estudo, ela tem que ser muito abrangente. É uma fronteira etnográfica, tecnológica, antropológica, histórica, territorial, geográfica, administrativa, burocrática. E ainda a fronteira em termos de desenho urbano é um espaço público. Tu tem aí uma visão muito implicada das questões e do problema. Aqui na fronteira agora está mais controlada, mas por exemplo o parque internacional era um sítio tradicional

para prostituição. Se tu fizesse um documentário com essa câmera rápida, tu poderia ver... era prostituição masculina e feminina. Em certo horário quando a polícia brasileira passava, iam para o outro lado. Passava a polícia uruguaia, iam para o outro lado. Aí ficavam no meio. A questão das drogas, a questão dos carrinhos de comida. É um espaço público que de manhã é uma coisa, de tarde é outra, de noite, é outra. Tu condensa e multiplica todas as problemáticas que a gente estava falando, desde a antropológicas até as administrativas. Em um só ponto, imagina o todo, como espaço público. Então estudar as fronteiras como uma questão fechada é um primeiro erro.

SM: Gostei muito dessa ideia da fronteira como sujeito e não como objeto. Até pelo que você falou dela ser viva, dela se modificar o tempo inteiro.

EP: Isso. É muito importante. Ela é uma coisa viva. Hoje é uma coisa e amanhã é outra. Esta fronteira por exemplo, tão irmã, a fronteira da paz. A fronteira da paz é uma construção. A gente elegeu, definiu ser uma fronteira da paz, mas nem sempre foi assim. A fronteira entre Israel e Palestina é uma fronteira em guerra. Há guerra e conflito, mas não há guerra e conflito 24h por dia. Até porque se a fronteira entre Israel e Palestina for fechada, Israel vai à falência. Tem 4 milhões de palestinos que são mão de obra em Israel. Fronteira não pode ser fechada. O mesmo ocorre com o projeto Trump. Tu acha que ele vai fechar a fronteira? Não pode fechar a fronteira. Ele pode fechar a fronteira terrestre com o México mas os portos são pontos de fronteira tradicionais. Tu vai fechar os portos? Não vai entrar mais mexicano por terra. Por terra não, vão de barco. Não tem problema, fecha o que tu quiser, passa por cima, passa por baixo.

[...]

EP: Tu sabe qual é a origem histórica do conceito de fronteira? Começa no Império Romano na fronteira do Danúbio, a fronteira do Reno. O que seria hoje a fronteira com a Alemanha. A fronteira germânica, a primeira fronteira foi a fronteira das Gálias. Mas a fronteira das Gálias foi rapidamente conquistada e os galeses foram de certa forma incorporados ao Império Romano. Do mesmo sentido a Britânia, o que hoje são os britânicos. Não toda a Inglaterra. Lá na fronteira do Reno eles se enfrentaram com os povos germânicos. Eram bem diferentes dos povos da Gália e da Britânia. Então eles tiveram que construir um conjunto de estruturas que se denominaram marcas. Eram fortificações militares das quais deriva o nome marco, essas estruturas de pedra que tem na fronteira. Mas aí se constituiu uma verdadeira fronteira porque os romanos iam trabalhar, as legiões romanas que iam fazer a guarda de fronteira, elas não só cumpriam a função militar. Elas cumpriam a função de formação de fronteira. Quer dizer, elas se estabeleciam, elas cultivavam a terra, elas produziam o que elas iam comer. Na fronteira do Reno, eles descobriram mutualmente que os povos germânicos necessitavam da produção romana e eles necessitavam de certas tecnologias do povo germânico para produção de cerveja e de vinho. E aí começou a se dar um intercâmbio entre um e o outro e nasceu o conceito de fronteira. Esse conceito de relações, de um lado e outro da população, criando um espaço dentro do território germânico como uma região de suporte da fronteira. Um “hinterland” em que, se vier uma invasão este território antes do Reno vai suportar a invasão. E do outro lado do Reno vai estar o Império Romano. Está tudo mesclado. Esse “hinterland”, com o tempo terminou derrubando o Império Romano. Porque os romanos da fronteira preferiam trazer a mão de obra germânica para trabalhar no império e não trabalhar eles. Em 300 anos o Império Romano foi consumido desde dentro pelas populações germânicas porque eles necessitavam dos germânicos para fazer a guerra em outras fronteiras. Essa origem histórica das fronteiras define também o problema da fronteira em termos de mercado de trabalho. Em nenhum lugar onde tu

tem uma fronteira -e em quase todos os países há fronteiras, nenhum país é fechado com outro- o mercado de trabalho do mais poderoso necessita da mão de obra do seu entorno para sobreviver economicamente. O que seria de nós aqui no Uruguai se não tivéssemos a produção barata do Brasil? O que seria de certas regiões do Brasil sem a mão de obra medianamente qualificada uruguaia? Tem muito uruguaio trabalhando do outro lado e tem muito capital brasileiro deste lado. Nos Estados Unidos querem fechar a fronteira, não existe.

SM: Foram até colocar indústrias na fronteira, justamente né, as maquiladoras, é uma estratégia-

EP: Às vezes a gente pensa que o Trump pode governar cinco anos, dez anos, não é nada na história de um país. É muito tempo na vida de uma pessoa, de uma família, mas nas relações internacionais entre dois países não é nada. Se o Trump não fracassar, a política de fronteira vai mudar, vai ter outro modelo. Então há certas questões que se repetem com o tempo.

SM: Eu pesquisei mais sobre a origem do termo de fronteira em termos linguísticos, menos sobre os aspectos históricos -

EP: Essa é a história da fronteira do Reno e da fronteira do Danúbio. Foram as fronteiras mais complexas. A fronteira com o Danúbio, a fronteira eslava, foi a que proporcionou a origem da palavra escravo. Vem dos eslavos. A fronteira do Danúbio proporcionou grande quantidade de escravos de pele branca para o trabalho no Império Romano. Depois a fronteira do Egito proporcionou grande quantidade de escravos negros. E a fronteira do Reno foi a mais complexa porque os povos germânicos foram povos guerreiros que tiveram, digamos, uma resistência ao Império Romano relativamente exitosa ao longo do tempo. Mas as políticas imperiais de fronteira permitiram a incorporação do povo germânico. Uma parte dos germanos cruzaram a fronteira do Reno para o interior do Império Romano para aprenderem o italiano, latim e adquirirem a forma de vida romana. E depois eram novamente enviados às fronteiras do Reno. E faziam essa questão transfronteiriça entre as culturas e os povos. Obviamente a palavra fronteira vem do latim. Mas nem sempre fronteira foi concebida em termos de frontia. Muitas vezes foi concebida como limite. Eu faço a análise da origem da palavra na minha tese de doutorado.

[...]

EP: Acho que você devia trabalhar com o conceito de cultura como toda a produção social das pessoas em sociedade. Não trabalhar com a questão de cultura elitista ou cultura popular, mas trabalhar com o conceito nas formas mais altas. Dentro disso, selecionar aquelas que são mais representativas. Porque você pode ter núcleos pequenos de cultura que podem ser bem importantes, mas outros que não têm impacto social. Por exemplo, artesanaria aqui na fronteira, eu pessoalmente não acho que ela é importante, nem de boa qualidade. E não acho que tenha uma expressão genuinamente fronteiriça. Ou seja, a fronteira tem um problema histórico de identidade cultural. Há uma identidade fronteiriça, mas ela não tem expressão em certas questões. Por exemplo, um elemento da cultura popular fronteiriça no campo artesanal, a fabricação de pandorgas. Tem um festival de pandorgas que tem 40-50 anos, que é tradicional aqui da fronteira. E tem muita gente que faz a pandorga ainda, compete com a pandorga china. É bem fácil. Mas ainda tem uma grande produção de pandorga com papel... etc É uma questão bem interessante, a maioria das pessoas não dá bola, mas é bem importante. O artesanato que tu vê em uma feira é o cinzeiro, o coisinho, o marquinho Rivera-Livramento... Mas acho que isso não é uma expressão cultural como tu pode encontrar no butiá na região dos butiazais ou

nos lugares indígenas. A questão religiosa é muito interessante aqui na fronteira. Tem tudo aqui menos sinagoga judia. O resto tu tem tudo. Tem anglicano, luterano, umbanda, católico, presbiteriano. E a maioria é evangélica. Numericamente é muito grande. Não estou te falando de 10 ou 20, mas perto de mil ou mais locais religiosos. É muito. Então se eu tiver que estudar a fronteira, eu diria hoje nós temos uma fronteira religiosa. Ninguém está pesquisando isso, mas é muito interessante. Eu tentei pesquisar, mas a gente tem que ter uma equipe porque é muito amplo. Eu estudaria por esse lado das questões populares, as questões rurais em termos urbanas, expressões do campo. O futebol como expressão cultural bem importante... Há outros esportes mas o futebol é sem dúvida o mais característico. A questão religiosa, acho que é muito importante e não tem pesquisa. A questão gastronômica é bem de base, de nível familiar. O idioma, a língua de fronteira. Não o portunhol, os portunhóis. Tem bairros de Rivera com portunhóis diferentes. Mas ainda tem portunhóis rurais. Tu vai encontrar uma grande variedade e diversidade. Depois eu trabalharia sim com a expressão artística: pintura, escultura, tu vai encontrar coisas muito boas, muito interessantes, de grande qualidade. A questão da música, acho bem interessante a questão da música. Hoje tem a introdução do Montevideano que quer se perceber como fronteiriço mas na realidade é a presença do centralismo do Montevideano na fronteira com a murga e o candombe. Até por uma questão de construção de identidade, mais que de recuperação de identidade. Por exemplo se tu vai a Artigas, tem que estudar as escolas de samba de Artigas. Eles copiaram o carnaval do Rio. Tem que ir agora para Artigas. Tens que ir nos bairros para ver o trabalho que se faz para a fabricação dos trajes, a questão enredo, como a música é tratada. Se tu olhar de fora tu diz “é muito parecido com o Rio”. Mas se tu te colocar dentro, vai dizer “não tem nada a ver. Isso aqui é outra coisa”. A questão da música na fronteira é interessante. Não só falando daqui de Rivera. Mas acho que a artesanaria é válida para toda a fronteira. Eu não encontro em nenhum lugar coisas que tu possa dizer, “ah, isso aqui...”. Não há expressão suficiente de identidade para tu dizer que isso é um produto genuíno da fronteira. Coisas corriqueiras. Mas sim na religião, na música, nos esportes. Acho que o contrabando é um grande tema cultural. Mas por cima da questão econômica, por cima da questão social. Tu viu o filme ‘A linha imaginária’?

SM: Eu comecei a assistir, mas depois as entrevistas chegaram e eu não terminei, mas eu vou terminar.

EP: Tu tem que assistir.

SM: Falei com o Rafael, de Pelotas. E a gente vai conversar. Mas ainda não terminei de assistir ao filme.

EP: Se tu está em Jaguarão. Está morando em Jaguarão?

SM: Não, eu passei a semana passada em Jaguarão.

EP: Tem um cara que não lembro o nome agora... ele aparece no filme. Ele mora em Jaguarão. Ele quem desenhou a camiseta canarina da seleção brasileira. Mas ele é fã da seleção uruguaia. Tu vai ver, é um cara muito interessante e ele tem um destaque no filme. Tem um cara de Artigas que está morando em Montevideu agora que fala no filme, “Rafael, eu sou geneticamente fronteiriço. Quando eu estava na barriga da minha mãe, a minha mãe comia pancho brasileiro”. Achei fantástica a metáfora. Tu não é fronteiriço só por tu morar na fronteira, tu é geneticamente fronteiriço. Porque o que tu consome antes de tu nascer, o que a tua mãe consome já é um produto da fronteira. Essa coisa mesclada. Então tu já vem metaforicamente com os genes geneticamente fronteiriço. E isso é um fenômeno do

contrabando. Porque o contrabando é uma questão cultural? Porque ele está naturalizado na vida cotidiana. Tem música falando de contrabando. O contrabando é o registro mais antigo que nós temos documentado historicamente.

[Conversa sobre a dissertação de mestrado de EP que foi publicada na forma de um livro]

SM: Você é de Rivera ou Montevidéu?

EP: Yo soy nascido en Montevidéu pero vivi toda mi vida en Rivera. Por isso no tengo el sotaque. Se estou falando com uma pessoa que me fala em portunhol, falo em portunhol. Se estou falando em português contigo, levanto e falo espanhol com outra pessoa. Meu português não é limpo mas é entendível. Mi español é español, ni portunhol, ni montevidiano, es una cuestión más académica, más standard.

SM: Vou deixar você viver a sua vida, né...! Está ótimo conversar.

EP: Eu adoraria ter um tempo para conversar mais. Quando tu vai embora?

SM: Vou embora no final do dia no sábado. A gente podia almoçar, uma coisa assim.

EP: Eu ia te convidar para uma coisa menos formal.

SM: Sim... Não sou uma pessoa muito formal mas o contexto da entrevista é um pouco mais formal. Mas depois... Eu estou conversando com tantas pessoas porque entendi que para entender essa fronteira precisa conversar com as pessoas e também para ter acesso às coisas, documentos também. Preciso entrar em contato com as pessoas então estou fazendo muitas entrevistas...!

EP: Lamento dizer que tu vai ter que voltar.

SM: Que pena [risos]. Vim uma vez, já estou voltando... Eu não vejo a pesquisa como uma coisa de “eu venho aqui, vou embora, escrevo a tese e acabou”. Em Jaguarão me falaram que muitos pesquisadores vêm de outras regiões do Brasil, vêm conversar, escrevem a tese e nem mandam para eles. Eles nunca mais ouvem falar deles.

EP: É isso aí.

SM: Eu tenho outro jeito de ver a pesquisa. Acho que dá para ver no jeito que eu apresento a pesquisa porque tem muito de mim na pesquisa e na razão de eu me interessar por esse tema. Para mim, depois da pesquisa o sujeito da pesquisa que é a fronteira fica comigo e eu quero continuar em contato. Em Jaguarão fiz contato com professores da UNIPAMPA. Vou continuar conversando com os alunos....

EP: A questão da inauguração de uma tese de trabalho... Por exemplo, a minha tese de mestrado é um resumo 15 anos de pesquisa. Meu primeiro livro se chama ‘Banda norte, uma história da fronteira oriental: de índios, missioneiros, contrabandistas y esclavos’, fiz em 2001-2002. Esse trabalho é de 2013. O sea, a dissertação de mestrado é de 2008 e foi publicada em 2013: entre um e outro foram 10 anos viajando. Porque quando tu escreve sobre um território -e sempre tu está escrevendo sobre um território, a base física- tu precisas reconhecer os elementos conceptuais que tu está trabalhando na realidade. Tu podes compreender que a distância, por

exemplo, entre os povos guaranis de São Miguel das Missões e aqui, que era uma fazenda guarani, a distância não é tão enorme como a gente vê no mapa. É muito mais perto. Tu pode entender como os caras desenhavam o território e foram construindo uma estrutura, um rede de contatos. A fronteira é também uma rede: uma rede de comunicação, uma rede de contatos, uma rede familiar, uma rede econômica. Então quando tu começa a olhar isso tu entende que a fronteira não é um território que tu pode dizer ‘isso é a fronteira’. A fronteira no século XVII ia até o “Jacuí”, mais ao norte. No século XVIII até a metade do século XIX a fronteira do Brasil ia até o rio Uruguai. Até Salto-Paisandú. A fronteira é uma coisa que é como... [faz um gesto]

SM: Uma sanfona?

EP: Uma sanfona. Tu diz “a fronteira é isto aqui.” “Não, a fronteira é isto aqui”. Tu queres falar de contrabando? [faz um movimento de sanfona] Tu queres falar de escravidão? [faz um movimento de sanfona] Tu vir para a fronteira é fundamental não para tu escrever uma tese, mas para tu desenhar a própria intelectualidade em termos de trabalho acadêmico. Tu trabalhas como professora?

SM: Ainda não. No doutorado a gente faz estágio docência em troca da bolsa. Então eu dei aula junto com um professor durante dois semestres. Mas isso está terminado, agora é só a tese.

EP: Mas tu vai dar aula em algum momento. E tu vai descobrir que a tua experiência de conhecer a fronteira faz toda a diferença quando tu falar do teu trabalho. O cara que vai dois dias em Jaguarão, volta para Brasília e apresenta uma tese de doutorado... Esse cara não sabe nada da fronteira.

SM: Eu tenho muita consciência de que eu não sou fronteira. Até por isso que para ser honesta com as pessoas com quem eu converso, eu falo: Eu não sou fronteira, mas eu tenho experiências fronteiriças em mim e fazem que eu tenha essa empatia, esse olhar. Mas quero ser transparente. Agora, viagem de campo, pouquíssimas pessoas fazem nas relações internacionais. Mas para mim era importante sentir a fronteira, comer, cheirar a fronteira, passar frio, estar aqui no inverno. Para mim, isso faz parte da base que eu preciso entender para fazer a minha análise. Tem coisas que eu entendi em 3 minutos aqui que eu tinha demorado 3 meses para entender nos livros.

EP: Lógico. A fronteira tem que ser vivida, senão você não entende a fronteira. Tu não precisa morar na fronteira para entender a fronteira. Mas pelo menos tem que conhecer um pouco da fronteira. E conhecer a fronteira é conhecer as pessoas. De fato, todos nós temos fronteiras dentro de nós. Por isso não é difícil tu entender a fronteira. Mas tu tem que te confrontar com a fronteira. Livros sobre a fronteira hay mil, podes estudar todos os livros sobre a fronteira. Mas o produto final não é da mesma qualidade. Para quem não conhece a fronteira, tudo bem. Mas para quem conhece a fronteira a gente percebe a diferença entre quem tentou conhecer diretamente a fronteira e daquele que só escreveu sobre a fronteira.

SM: Para mim, fez parte da pesquisa quando na última noite em Jaguarão, eu saí com pessoas e me levaram para o CTG, depois para um encontro em uma festa só de ativistas culturais. Depois a gente foi em um bar do lado brasileiro que tocava rock, mas tinha muito rock uruguaio. Depois a gente foi para o Uruguai em um clube e era uma música brasileira, outra uruguaia, funk, reggaeton e cumbia. Fui em todos os ambientes e para mim isso foi pesquisa também. Foi viver a fronteira. Passar várias vezes a pé, de moto, de carro pela ponte lá.

EP: É muito importante para ti como pessoa. O que desenha o tipo de pesquisador que você quer ser é isso. Tu queres ser um pesquisador que produz livros ou tu quer ser um pesquisador que produzca conhecimento real? Hay dos dois tipos.

[...]

EP: A sociedade uruguaia se transformou numa sociedade cosmopolita. Isso é outra coisa interessante para a sua pesquisa. Eu defino a fronteira como uma sociedade cosmopolita, dentro do conceito teórico de "cosmopolitismo". Ela se transformou nisso. A fronteira... não poderia dizer *as fronteiras*, mas... a fronteira Uruguai-Brasil tem um nível bem alto de tolerância. E acho que o nível de tolerância... o que vou dizer é discutível. Mas acho que o nível de tolerância está, de alguma forma, associado ao fato de uma grande diversidade religiosa. Onde a maioria da população tem uma identidade religiosa, mas quem não tem identidade religiosa, quem é... não vou dizer ateu, mas por exemplo a maçonaria é bem importante na fronteira. A maçonaria pratica, em sua grande maioria, a tolerância. Ela é anti-eclésiástica, ela é anti-igreja, mas não é anticristã. De fato a maçonaria tem muitos pontos de contato com a Bíblia, muitos pontos de contato com a organização, a estrutura da igreja, é contra a igreja... Mas isso são só os fanáticos, a maioria não tem problema. A questão da tolerância tem muito que ver com a questão da diversidade religiosa e com a característica cosmopolita. Hoje, por exemplo, na fronteira, além dos conhecidos termos hindus, cubanos, haitianos, venezuelanos, do lado de Livramento tem muitos negros de Senegal e da Guiné. Eles estão entrando pelo Porto de Santos e baixando ao Sul. Em Passo Fundo tem uma comunidade muito grande de senegaleses, em Porto Alegre há uma comunidade bem grande. Todo esse pessoal vem, como historicamente tem ocorrido, vem para a fronteira *fazer a fronteira*. O que para o italiano, para o espanhol era vir a América para *fazer a América*, ou seja, para ser livre, ter uma boa vida, um bom salário. Outra coisa, hoje a fronteira é vir fazer a fronteira, vir fazer negócio. É a história do meu avô. Meu avô Chegou da Itália em 1904, a Montevideu. Mandaram ele, colocaram dentro do ferrocarril, com 17 anos. 'Tens que baixar onde termina o trem'. O trem terminava em Rivera. Desceu em Rivera, estava um italiano, "Otorino Bevilaquo", esperando ele. Ele aprendeu na fronteira um ofício, fez plata, dinheiro, e foi morar em Tacuarembó, longe da fronteira. Em Tacuarembó se estabeleceu, fez muito dinheiro. Montou um negócio na fronteira, aqui em Rivera, outro negócio em Cerro Largo. E muita gente faz isso. Você vem para a fronteira, faz teu negócio, entre claro e obscuro, e depois tu vai morar em outro lugar. Tu vai para Bagé, vai para Montevideo, vai para Tacuarembó, Buenos Aires, Rio. Você não fica morando na fronteira, porque tu não é um produto da fronteira. É bem interessante.

[...]

Appendix 12: Interview transcript – Jussara Pereira Dutra

Interviewee: Jussara Pereira Dutra

Ex-chef of the Palácio Piratini's (Rio Grande do Sul state government palace) restaurant
Creator and coordinator of the Binational Oeno-Gastronomy Festival [Festival Binacional de
Eno-gastronomia]

Researcher and creator in 2011 of the working group in regional gastronomy

Location of the interview: Jandaia Hotel, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brazil

Date of the interview: 19.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

JD: Bom, deixa eu te dizer, eu sou psicóloga e acabei fazendo dois cursos técnicos de gastronomia, 2005 e 2006, e aí a partir de 2005 eu comecei a ter a gastronomia como algo de apoio ao meu trabalho, né. Foram circunstâncias que me levaram para a gastronomia de uma situação de doença bem grave que eu tive. Aí acabei, para não ficar parada, fazendo os cursos de gastronomia que era uma paixão minha que eu tinha. Acabou, isso foi 2005 e 2006, e aí eu continuei trabalhando com gastronomia, com eventos né, em gastronomia. E sempre nessa curiosidade, até em função da minha formação como psicóloga, de poder me direcionar na gastronomia mais para a pesquisa, mais para a parte mais cultural... Isso nós estamos falando de 2005 e 2006, quando no Rio Grande do Sul não existiam cursos de gastronomia na universidade, assim, estava começando um primeiro curso, tá... dez, doze anos atrás aí. E hoje nós temos 17 cursos de gastronomia no Rio Grande do Sul né, então... eu peguei o início desse trabalho, né. E na época em que eu fiz esses cursos técnicos eu tinha uma grande questão que era poder falar, de gastronomia, de culinária -e é bom talvez depois a gente poder falar um pouquinho desses termos- mais do Brasil e do próprio Rio grande do Sul, porque toda nossa formação nossa era entorno de técnicas e de pratos da culinária francesa ou italiana. Nessa época, nós estamos falando de 13 anos atrás no Brasil, quase que não se falava de culinária brasileira, tá. Então... bom, aí eram cursos técnicos de 1 ano e eu acabei fazendo um trabalho de conclusão na época, que eu acho interessante de contar que foi sobre culinária de Minas Gerais. Porque na época no Brasil, já tem uma política mais direcionada, política pública no sentido de valorização da culinária mineira. E pela importância que ela tem no Brasil, então eu fiz uma relação entre a obra do Drummond, eu lembro na época, do Carlos Drummond de Andrade e a culinária mineira, porque ele tem muitos poemas que se relacionam com o interior, com a comida com todo o significado afetivo da culinária mineira para ele. Então eu fiz essa relação, assim, me lembro. Então isso ficou lá e em 2010, final de 2010, o governador que se elegeu no Rio Grande do Sul, no final de 2010 me convidou para assumir a cozinha do palácio Piratini para ser a chefe de cozinha do palácio... Isso foi muito interessante, porque na época eu pensei que eu não deveria ir para lá, porque a culinária, assim, a gastronomia do palácio... a referência que a gente tem é que deve ser algo para receber autoridades, enfim, sofisticada e tudo mais. Eu pensava que eu não estava à altura, não me considerava e nem me considero uma chefe de cozinha, mas uma cozinheira, enfim, que não era essa função e nem me imaginei naquele lugar. Aí eu fui conversar com ele e disse para ele que achava que eu não deveria estar lá... porque eu não me achava à altura daquilo que eu imaginava que fosse a demanda, mas que eu tinha uma sugestão para dar para ele que era de transformar a cozinha do palácio em um

lugar de mostra de valorização da culinária do Rio Grande do Sul e dos produtos do Rio Grande do Sul, que eu acho estaria dando uma bela contribuição para o Estado. Mas eu falei isso numa crença minha e sem nenhuma ideia de como operar isso nem fazer isso. Daí ele falou para mim, “não... achei boa tua sugestão, acho que pode ser muito interessante, faz um projeto sobre isso”. Aí a gente já estava no início de 2011, o primeiro mês de governo dele e eu estava, assim, trabalhando absurdamente na psicologia com mais de 20 pacientes na época, assim, nem me imaginava... Bom, resumindo a história eu acabei fazendo o projeto e eles gostaram do projeto. Meu projeto no início era uma coisa muito simples, 4 ou 5 páginas dizendo isso, essa ideia de que a culinária fazia parte de um patrimônio cultural do Estado e que ela deveria ser tratada desta forma e que a cozinha do palácio talvez fosse o melhor lugar de poder dar visibilidade para esse patrimônio. Foi mais ou menos isso que eu disse na época, né?! Bom, aí o governador gostou desse projeto e disse que gostaria de implementar isso. Já que ele não ia morar no palácio, ele não ia fazer uso particular da cozinha do palácio, que a cozinha era só para atender eventos em função da agenda dele, da demanda da agenda. E aí conversei com algumas pessoas, enfrentei meio que uma crise de “aceito”, “não aceito”, aquilo ali... e achei que era uma oportunidade única para a culinária do Rio Grande do Sul, para a gente poder trabalhar nessa perspectiva mais cultural. Aí eu disse para ele que eu aceitava, mas que eu precisaria ter uma equipe... Principalmente, em primeiro lugar uma historiadora comigo e uma equipe multidisciplinar que pudesse trabalhar essa perspectiva bem cultural da cozinha. Porque eu estava mais preocupada com isso do que com a cozinha em si, porque de alguma forma a gente daria conta. Bom, só essa parte de uma transição de uma cozinha institucionalizada que tinha lá para essa cozinha que eu inventei já dava um livro. Por quê? Porque até então, ah... nesse ano que eu entrei, a sede do palácio fez 90 anos e durante 90 anos a cozinha do palácio foi dirigida pela casa militar do Governo do Estado. Por quê? Porque por razões de segurança, como era uma cozinha para a família dos governadores que moravam lá, antigamente no palácio era uma cozinha toda organizada pelos militares, né, compra, cardápio, tudo. [pausa] E aí, então, em primeiro lugar foi uma civil e em segundo lugar uma mulher, né. [pausa] Então nós tivemos que enfrentar uma enorme barreira. Mas aí a primeira pergunta que eu me fiz quando eu resolvi assumir esse trabalho, foi o que que eu conhecia sobre a culinária do Rio Grande do Sul para poder atender isso que eu tinha... essa loucura toda, né?! E aí eu me respondi que eu sabia muito pouco, né, porque... não tinha bibliografia, eu não tinha nesses cursos técnicos que eu fiz durante dois anos, eu conheci quase que só técnicas francesas e italianas. E eu tinha um pouco da minha região, que é uma região de fronteiras, só que de fronteira com a Argentina, e aquilo que era do meu dia a dia ou que era divulgado através do turismo. Eu não tinha um conhecimento da origem desses pratos, eu não tinha uma relação melhor dessas técnicas organizadas, enfim. Aí cheguei à conclusão de que eu precisava fazer pesquisa, né, para poder atender aquela cozinha. E aí eu disse “bom, vou procurar também as universidades, né?!”. Nesse momento tinha a Unisinos com o curso de gastronomia iniciando e a Universidade de Caxias tinha um curso técnico, assim, de extensão, que era de culinária italiana em parceria com o ITIFI lá da Itália e tinha um terceiro curso na Universidade Católica que também era um curso de extensão, e era isso... e o SENAC com um curso técnico, né, o SENAC já tinha em Porto Alegre, era isso que nós tínhamos. Aí eu procurei eles e vi que eles sabiam tanto quanto eu: ou seja, de culinária do Rio Grande do Sul, zero, né?! E nem tinham esse hábito de inserir isso em currículo, uma coisa assim de passagem. Digo “bom, a gente vai ter que organizar aqui”, então o que que eu fiz? A gente criou um projeto de pesquisa da culinária do Rio Grande do Sul, pela cozinha do palácio, e começamos... Ir para o interior do Estado, porque aí o governador todo mês instalava o governo em uma região e a gente tinha que estar lá para preparar todos os eventos que tinham gastronomia. E aí, então criei um sistema de que eu ia antes e fazia toda uma pesquisa naquela região e tentava oferecer nesses eventos já uma coisa bem regional. Na terceira cidade que eu fui eu comecei a me dar conta que aquilo

era muito maior do que eu estava fazendo, no sentido de que aquilo ali era uma coisa que deveria, na verdade, ser uma política de governo... no sentido de realmente essa pesquisa ser alguma coisa que deixasse muito mais que a cozinha do palácio. Acho que eu fui a três cidades e na terceira eu me dei conta disso. Aí comecei, na equipe, a propor que a gente criasse um projeto de pesquisa independente, claro, que auxiliasse a cozinha, mas para além da cozinha um projeto mesmo de pesquisa em torno da culinária do Rio Grande do Sul, dos produtos do Rio Grande do Sul, como uma política de governo. Aí a gente criou esse projeto com essas universidades que tinha na época que estavam trabalhando, que estavam começando a trabalhar com isso. E aí, 11 de dezembro de 2011 o governador assinou um decreto, criando um grupo de trabalho de pesquisa em gastronomia regional com muitas universidades e sete secretarias de Estado: cultura, saúde, educação, desenvolvimento rural para pequenos produtores, secretaria de agricultura... enfim, eram sete... turismo, né, eram sete secretarias. E aí nós estabelecemos um projeto mesmo de pesquisa com regiões... criamos na época com a UNISINOS e com a UFRGS. Com a antropologia da UFRGS entrou junto a Maria Eunice Maciel, que é uma antropóloga que trabalha com antropologia da alimentação, bem conhecida, e aí a gente criou todo um questionário, o questionário orientador dessa pesquisa. E aí era isso assim, a ideia era pesquisar os pratos mais característicos e as práticas alimentares mais características de cada município. Relacionando com todo o contexto, da origem daquele prato, do uso, das evoluções e tudo mais. Era uma coisa muito ampla, porque a gente chegava em um município, a gente tinha que ter um norte, né. Por onde fazer isso? Porque tinha mil possibilidades. A gente estabeleceu - o nosso norte era entrevistar pessoas de mais idade. E aí estabelecemos os grupos de terceira idade como foco do nosso trabalho em cada município, que são os grupos com mulheres acima de 60, 65 anos, especialmente mulheres que participam. É claro, através desses grupos e do contato com a prefeitura, com a secretaria de cultura e turismo de cada município, a gente também identificava restaurantes antigos, cozinheiras antigas, culinaristas, banqueteiras da cidade para entrevistar, porque ali também estava uma parte, né, a memória disso tudo. E a gente também fazia entrevista com produtores mais artesanais de produtos característicos daquela região... Hoje parece simples falar disso porque o Brasil mudou muito, né... esse olhar sobre a culinária regional e a culinária brasileira. Mas a gente acha incrível, porque há menos de 10 anos, naquela época era tudo no escuro que a gente estava fazendo. Então, agora resumindo: esse trabalho foi de 2011 a 2014; a equipe que eu coordenei no palácio tinha duas historiadoras, tinha uma antropóloga, tinha nutricionista, tinha estudantes de história... estudantes de história tinha vários, a gente chegou a ter oito estagiários de história na equipe; a gente percorreu 90 municípios no Rio Grande do Sul, ao longo de 4 anos. E aí eu me dei conta, em 2013, 2012 de que era importante a gente de certa forma institucionalizar essa pesquisa. Porque provavelmente... o Rio Grande do Sul tem tradição de nenhum governador se reeleger, então a gente pensou que nós estaríamos indo embora, como de fato fomos no final de 2014... E aí eu propus para a fundação de pesquisa do Estado abrir um edital público e o Estado colocou na época 550 mil [reais] e abriu para as Universidades se inscreverem e foi aberto 4 grupos com 110 mil [reais] para cada um, né, porque o resto ficou na fundação para gerenciamento do projeto... E aí a gente abrangeu mais 82 municípios por essa pesquisa via a fundação de pesquisa, então a gente tem acervo de uns 160 municípios do Estado que foram pesquisados nesse período. O projeto, assim, em termos de resultados a gente esperava então a criação de um banco de dados com tudo isso, que estivesse disponível em um site que a gente começou a fazer em 2013... inserindo todas as cidades pesquisadas, fazendo um resumo de todas essas entrevistas... E um pouco selecionando um grupo de receitas por município, além de dados de cada município. Então era bem interessante. Na época tinha a TVE que é a TV do estado que hoje o governador atual acabou com essa TV. E a gente tinha criado com a TV um projeto de 5 episódios, mais ou menos pegando 5 microrregiões. E depois tem um acervo fotográfico absurdo de, imagina, de todas essas entrevistas. A gente gostaria de

fazer uma exposição itinerante de todas as fotografias pelo Estado, né, dando um retorno para os municípios. Além da publicação de 5 fascículos que era mais ou menos um pouco em consonância com os vídeos que a gente ia produzir... 5 fascículos publicados: receitas, entrevistas e tudo o mais. Cinco livros, tá. Isso tudo não aconteceu porque isso já era a segunda etapa que seria em uma outra gestão.

SM: A parte da exposição ou tudo em geral?

JD: A gente conseguiu concluir a pesquisa, as entrevistas, e o site já estava. Já tinha uns 80 municípios inseridos no site e nada disso teve segmento, o atual governo acabou com essa política... Eu me ofereci para voluntariamente auxiliar, no sentido de manter o grupo de trabalho, porque o grupo de trabalho era voluntário, não tinha nenhum custo para o Estado e reunia mais de 60 entidades da área de alimentos e bebidas... Porque a gente fazia essa pesquisa e uma vez por mês a gente fazia uma devolução dessa pesquisa para um grupo que a gente chamava do Palácio. E esse grupo ia então tinha tipo, “ah, vamos dar um resultado dos campos de cima da serra, com queijo serrano, toda aquela região, aí a gente chamava pessoas da comunidade junto. Com a nossa equipe a gente fazia uma devolução da pesquisa e ao mesmo tempo chamava chefes de cozinha, universidades, todo mundo. E aí, todo mês a gente fazia essas reuniões, né, que era muito interessante porque era uma troca muito rica e ao mesmo tempo a gente ia fazendo a devolução da pesquisa. Foi uma experiência, assim, riquíssima: a gente ficou 3 anos nessas reuniões no palácio, de devolução e de troca, fora a quantidade de seminários que se produziu em paralelo e a quantidade de seminários que a gente participou convidada nas regiões. Então é um marco na gastronomia do Rio Grande do Sul, antes e depois desse GT de gastronomia, porque hoje tu tens inúmeros projetos, inúmeras coisas no Rio Grande do Sul que aconteceram e quase todas elas se referenciam nesse trabalho. Então foi um trabalho muitíssimo importante, gratificante, com resultados... claro que poderiam ter sido muito maiores se a gente conseguisse publicar e fazer tudo isso que se prometeu, que se prometeu não, né, que se propôs. Enfim, isso não foi possível por essa descontinuidade, né, que é uma característica, infelizmente, no país. Então é isso. Então hoje a gente tem 17 cursos de gastronomia no Rio Grande do Sul: todos eles têm disciplinas relacionadas à culinária do Rio Grande do Sul. Eu dou aula em quase todos eles, todo semestre, de alguma forma me chamam. Porque esse trabalho ainda é uma referência para os alunos, né, para ser falada. Enfim, eu ainda sou uma referência, se bem que hoje felizmente eu tenho várias pessoas que trabalham com esse tema porque muitos produtos é chefe me ligando, é professor, é isso, é aquilo, porque ainda o nosso trabalho é o maior acervo que a gente tem, é a maior referência, assim, de pessoas da equipe que estudaram, que andaram pelo Rio Grande do Sul e que divulgaram todo um aspecto da nossa culinária que até então jamais foi tratado assim. O ano que eu cheguei no palácio, a gente fez uma grande festa nos jardins do palácio para comemorar os 90 anos e aí eu propus para o governador que fosse tudo culinária regional. Então foi tudo muito interessante, porque tinha, sei lá jornalista, pessoas que iam para o palácio há 20, 30 anos e nunca tinham tido contato. Porque o palácio sempre foi reservado para a culinária francesa, principalmente, assim. Então te contar de onde eu cheguei, foi isso.

SM: Ótimo, traçar o histórico.

JD: Então é isso. Em 2013, eu acho que foi, existia, muito forte, durante a gestão do governador Tarso Genro, esse estímulo à integração cultural Brasil-Uruguai, integração Brasil-Uruguai e Brasil-Argentina, né, questão das fronteiras. Então tinha uma secretaria de relações

internacionais dentro do governo que tratava com o Uruguai e com a Argentina, que era o Tarson Nuñez, que esse cara é bem interessante de entrevistar em Porto Alegre.

SM: Sim, eu já falei com ele.

JD: Já falou?

SM: Sim, ele é ótimo.

JD: O Tarson que coordenava e o Ricardo Almeida fazia parte desse comitê de fronteira entre Brasil-Uruguai, acho que ele deve ter te contado toda essa política aí. Aí o Ricardo me procurou no palácio e disse que eles estavam construindo um calendário de fronteira, o calendário da fronteira de eventos culturais. E porque não criar um evento em Rivera e Livramento que falasse onde a comida fosse o fator de interação cultural Brasil e Uruguai. Aí eu disse para ele que eu achava super interessante, mas que eu precisava vir para cá e aprofundar mais a pesquisa aqui, entender mais aqui, né?! Fazer uma escuta melhor para poder propor um projeto assim. Aí eu vim, fiquei 6 meses vindo para cá e fazendo mais entrevistas e conversando. E cheguei assim à conclusão de que a gente deveria fazer um projeto que estivesse relacionado com a questão do desenvolvimento, óbvio, regional, mas aqui relacionado com o turismo, porque o turismo é um grande vetor aqui de desenvolvimento da região... já viu aí que tem um turismo de compras consolidado, mas eu percebi que tinha todo um... não vou dizer um descaso, porque o descaso parece que tu partes de uma coisa mais consciente, que tu não quer dar importância para aquilo, mas um, um... [pausa] um não entendimento da importância da gastronomia, para o desenvolvimento de um projeto turístico para além do turismo de compras aqui. Que é esse turismo mais voltado para a ideia de experiência mesmo aqui, né, que é de visitar o lugar, viver o lugar. E esse viver o lugar, na época me ficou claro que teria que ser um projeto relacionado com o vinho que já estava se consolidando aqui e a questão da gastronomia, porque necessariamente quem visita lugar em função da produção de vinho, necessariamente quer conhecer a culinária local. Aliás qualquer um hoje que viaja, né, mas especificamente...

[interrupção]

E aí, voltando. Era impossível pensar qualquer projeto aqui na fronteira que não fosse um projeto binacional, então surgiu um festival binacional de enogastronomia e produtos do pampa... Nesse sentido de também dar essa dimensão do território, do bioma pampa, as questões de valorização do bioma, enfim, tá. Então, a gente fez o projeto, foi todo financiado no primeiro ano pelo governo do Estado e são 5 anos desse projeto. Eu acho que não é fácil essa questão da integração, eu acho que eles ainda não entenderam, na fala tu percebes que as pessoas valorizam esse valor, em várias sentidos, inclusive econômico. Mas eu acho que na prática há muita dificuldade de implementar isso de uma forma onde haja esse esforço para que de fato as coisas sejam binacionais. Então sempre tem, como eles falam, um muro invisível, que isso bate. Então claro que o projeto enfrenta isso. Mas eu tenho esse norte, de que ele esse projeto busca ser um projeto integrador assim, né, de fazer essa integração cultural, né. E depois ele tem esse norte na gastronomia e nos vinhos. O que que acontece em relação aos vinhos? As vinícolas que vieram para cá, para essa região, estou falando do lado do Brasil agora, são vinícolas de fora, que começou com Almadén, tu já deve ter pego a história, que é uma grande empresa, a maior produtora de vinhos que o Brasil tem mais de 1000 hectares de vinhedo aqui, uma coisa inimaginável. E depois, hoje tem a Salton, mas são empresas que vieram da Serra

para cá, mas as sedes são lá. Então eles não têm aqui uma integração com a região, no sentido de investimento na região. Então a questão do turismo recém está chegando nas vinícolas... Hoje tem em Livramento: tem a Almadén, tem a Salton e tem a Nova Aliança. As três da serra, as três grandes e as três com grandes vinhedos aqui, as três da Serra, as três com sedes na Serra e nenhuma tem projeto turístico para Livramento. Agora a Almadén, pelo primeiro ano, tem um projeto turístico para Livramento e as outras estão começando a pensar em projeto turístico para cá, por quê? Porque é evidente, elas têm uma super-sede aqui cada uma, tem toda uma estrutura, tem todas as condições de poder ter um plus no seu orçamento com o turismo, mas é um projeto que recém está começando. E depois a gente tem outras pequenas aqui, do lado de Riveira tem duas vinícolas, a Serro Chapéu e a 636. As duas investem em enoturismo, são pessoas que têm uma boa visão de enoturismo, então eu imagino que num curto espaço de tempo a gente vai ter um polo de enoturismo forte aqui na região. Mas a gente não tem políticas públicas aqui, acompanhando isso. Então isso é um problema, porque isso na verdade deveria ser construído juntos, assim, né, esse processo público e privado, né, em relação a essa política assim, ao enoturismo. E a gastronomia ela anda junto, né, com isso, então assim, agora falar mais da gastronomia. A gente tem do lado de livramento, não sei se tu andou por aqui comendo, mas a gente tem bom almoço de meio-dia, falando assim do ponto de vista do turista. Mas à noite tu não tem uma culinária de Livramento, mas do lado de Riveira tu tens uma culinária consolidada que é o assado, né, na versão uruguaia que é as parrilladas que são um atrativo para o turista. Mas o que que hoje eu converso muito com os restaurantes... porque a gente tem que começar a organizar o setor, né, e preparar o setor para trabalhar, né, com o turismo, mais com gastronomia regional. E aí eu acredito que trabalhos de pesquisas sejam muito importantes nesse sentido, porque uma coisa alimenta a outra. Então o ano passado eu comecei, desde o ano passado a incomodar o IFSUL, porque no IFSUL nós temos um curso de técnico de gastronomia, não sei se tu ouviu falar?

SM: Ouvi falar que ele abriu, pouco tempo depois do início do festival?

JD: O festival que demandou o curso. É uma demanda do festival, um filho do festival.

SM: Sim.

JD: E aí eu procurei o IFSUL e a gente conseguiu esse ano aprovar no IFSUL num edital, um projeto de pesquisa de culinária da fronteira que eu vou fazer agora. Vou começar as entrevistas agora, eu com uma historiadora que trabalhou na minha equipe lá do palácio.

SM: Ótimo.

JD: E aí a minha ideia ano que vem é publicar, para gente deixar alguma coisa já aqui, um livro, com a culinária daqui da fronteira.

SM: Aí eu vou poder ler antes de terminar a minha tese, ano que vem.

JD: Claro, vai ser uma coisa ainda um pouco simples, mas pelo menos a gente dá um pontapé inicial e ainda estimula que outros depois continuem pesquisando, enfim. E acho que isso vai ser importante para os restaurantes, né, para que eles tenham cada vez mais coragem de poder colocar no seu dia-a-dia esses pratos mais regionais e poder fazer disso uma divulgação, um

atrativo para o turista. Mas é uma coisa ainda muito desorganizada... claro que a gente ainda tem problemas técnicos também, né, porque uma coisa é uma cozinha doméstica, outra coisa é transformar isso em escala comercial. Uma coisa que exige, outros processos. Eu tenho estimulado muito o trabalho de uso produtos locais e valorização disso. Esqueci de te dizer, nesse meio tempo de 2011 para cá eu acabei virando uma ativista do movimento *slow food*, então trabalho muito com *slow food*, já fui líder do *slow food* em Porto Alegre, agora eu larguei a liderança, eu trouxe o Petrini aqui, num dos festivais o Petrini veio para o Brasil e acabou vindo aqui num festival... O que tu ia falar e eu te interrompi?

SM: O festival, a primeira edição foi quando?

JD: 2014, o último ano de gestão do governo.

SM: Aí foi um --

JD: Aí eu continuei fazendo, aí procurei a prefeitura e a intendência e propus para eles que não morresse o festival. Então hoje ele está numa transição que eu acho que as entidades da iniciativa privada vão assumir, tu entende? É um caminho natural, vão assumir pelas dificuldades do poder público de assumir eventos e acho que nem é a função do poder público realizar eventos, né, mas ser parceiro. E o festival, dentro dele assim, por isso que eu tenho um pouco de dificuldade às vezes que alguns entendam... ele não é uma festa, um evento. Ele é um festival onde tem aspectos mais festivos e mais voltados para o turismo: ele tem toda uma preocupação dentro dele de ter uma reflexão sobre as práticas alimentares, então ele tem dentro dele... o ano passado teve nove seminários técnicos dentro dele, alimentação e saúde, alimentação escolar, tu entende, vários seminários sobre campos nativos, sobre várias questões técnicas relacionadas com a alimentação cada ano a gente vai mudando. Evidente de que com a demanda de cada setor, nesse período que eu estou aqui, esses 5 anos, cresceu muito a produção de azeite de oliva nessa região. Então hoje a gente tem, está caminhando para ter vários produtores de azeite. A gente tem 3 hoje, azeites, um em Rivera e dois em Livramento, mas vai ter mais, já tem plantio de oliveiras e daqui a pouco vai ter uns 4 ou 5 azeites em livramento. Tem workshop só de azeite de oliva... tem vários, questão de orgânicos, várias questões do universo da alimentação, questão dos agrotóxicos... então tem essa parte toda de seminários técnicos, tem toda uma parte de formação mais para o mercado gastronômico, tem uma parte mais cultural. Essa parte cultural do festival o que são? Hoje de manhã ainda tive reunião com eles, a gente faz toda uma parte de fotografia, pegando fotógrafos da região que são olhares sobre diversos aspectos da região. Por exemplo, esse ano vai ter 4 exposições fotográficas, uma sobre a fronteira da paz. Essa dimensão mais cultural da fronteira mesmo, essa união de vários povos aqui, né... comunidade árabe que é forte aqui, as várias comunidades que formam esse território. Depois vai ter uma, claro, sobre a questão de gastronomia e vinho, as vinícolas e a gastronomia. Depois tem uma sobre a história do frigorífico Armour, que é aquele grande frigorífico que teve aqui... ainda estão lá todos os prédios e vai ter uma exposição sobre isso, sobre a importância e o papel que o frigorífico teve aqui na história da alimentação, nessa região que é muitíssimo importante, né. E depois a outra é uma feira que se chama Cuaró, uma feira que tem aos domingos num bairro bem mais de periferia de Rivera que é uma feira como se fosse um mercado de pulgas, sabe? Onde vende de tudo e ali tem muita comida, das casas, regionais, que são vendidas na feira. Então uma feira bem cultural, bem interessante assim: e aí vai ter uma exposição dessa feira. Depois desde o ano passado, eu organizo uma mostra de cinema, cultura e alimentação de dentro do festival e aí eu tento botar vários filmes... para as escolas, para bairros e não só para o centro. Esse ano o encerramento do festival vai ser

um filme na praça, no parque internacional, que a gente não sabe ainda se vai ser em português dublado para o espanhol ou vice-versa, mas a ideia nossa é colocar 500 pessoas no parque para assistir um filme no final. No festival, o encerramento é com um filme, aí a gente conseguiu um curador esse ano... assim, a gente está se organizando nesse sentido. Depois, desde o primeiro ano a gente faz um dia que é só com pessoas de terceira idade, onde a gente faz contação de receitas antigas. Esse ano para tu ter uma ideia, tem 350 pessoas que vão participar e a gente selecionou 10 receitas para serem contadas, onde as pessoas contam no palco como se faz e mostram aquela receita: a origem e a família... bem entorno de memórias culinárias mesmo. E a gente trabalha muito nesse evento a questão da transmissão dessas receitas para as outras gerações, que é uma coisa que também vem se perdendo, né. Em um museu departamental de Rivera a gente fez ano passado e a gente vai fazer esse ano uma exposição de cadernos de receitas. E aí foi bem legal ano passado, foi linda a exposição. Esse ano a gente vai fazer com os estudantes do IFSUL, essa exposição também. E depois tem a parte mais musical, que são mais dentro dos jantares, que a gente tem dois grandes eventos dentro do festival: um a gente faz uma feira de comida de rua da fronteira, os restaurantes levam para rua pratos tradicionais, tem que ser pratos tradicionais daqui; e o outro a gente faz um almoço no parque internacional para 500 pessoas onde metade da mesa fica no Brasil e metade no Uruguai, que é o almoço que a gente chama de integração Brasil-Uruguai. Onde o prato é o assado, né?! É o prato que une as fronteiras seja na versão do churrasco, seja na parrillada, com essas diferenças de técnicas e de acompanhamento. E acho que também essa coisa que a gente gosta de falar das diferenças do lugar, porque para nós os gaúchos, o churrasco tem uma simbologia que o churrasco é um prato festivo. A gente não come churrasco no dia-a-dia, para nós churrasco é mais churrasco de domingo, ou seja, é um momento de encontro: ou encontro da família ou encontro de amigos. É algo mais festivo, mais de comemoração. Então é um pouco diferente esses simbolismos, mas é o assado tanto o churrasco, quanto parrillada que a gente faz no parque. Então é um pouco isso, o festival. Esse ano a gente vai ter uma casa binacional do vinho no parque internacional, fazendo uma integração desse trabalho das vinícolas junto com a UNIPAMPA. E a nossa ideia é que, evidente que a gente tem toda uma pressão que o festival seja algo para fora, buscando turistas e atrair, porque tem toda uma sustentação por trás dele que é necessária. Mas na cidade ele está bem consolidado porque as atividades são lotadas. Claro, tem aula de cozinha, aula de desossa, tem oficinas de ensinar a fazer charque, tem mil coisas assim dentro dele, mas tanto para o turista como para o mercado local. Mas é claro que tem uma pressão para que ele tenha esse aspecto mais vendável, para o turista, mas eu travo uma luta dentro da comissão organizadora para que ele tenha também esse aspecto mais comunitário. De poder reforçar esse aspecto da comida como esse aspecto integrador, esse aspecto da comida para além da questão tradicional, para a questão mais afetiva que ela desempenha. Então eu acho importante que o festival tenha essa expressão um pouco da vida comunitária da fronteira, mas não é uma coisa muito fácil, porque tem toda uma demanda também de financiamento para ele. No Rio Grande do Sul tem uma quantidade imensa de festas. Eu não tenho esse estudo, porque na época do palácio até eu queria ter aprofundado um pouco mais sobre isso... a única coisa que eu consegui com a equipe na época era fazer um levantamento das festas todas do Rio Grande do Sul até para a gente poder acompanhar. A gente tem muita festa relacionada com a alimentação porque a gente tem né, tu deve acompanhar um pouquinho da formação do Rio Grande do Sul, deve ter dado uma olhada: é um Estado que tem um número imenso de etnias que formaram o Estado. E cada uma delas trouxe, em termos de alimentação, uma marca e uma forma de comemorar, também tudo isso relacionado com a alimentação. Então também a gente tem muita festa no Rio Grande do Sul, relacionada à comida ou a produtos, e infelizmente muitas dessas festas perderam um pouco do seu foco e de suas características em função dessa questão mais comercial. Então tem sempre esse norte aqui e um afastamento da comunidade quando ela passa a via mais comercial.

Eu sempre cito a Fenadoce, que é a festa nacional do doce, tu passou por Pelotas, deve ter visto isso? Eu trabalhei dois anos no festival de gastronomia da Fenadoce aqui, depois que eu saí do palácio, eu fazia antes desse aqui. E o que eu percebi é que as pessoas em Pelotas já não têm mais nada que a ver com a festa, a festa é uma festa só para turistas e as pessoas nem entram na cidade, porque a festa fica fora da cidade. As pessoas vão à festa e voltam. Então na época eu criei um projeto que se chamava Fenadoce na Cidade que era uma tentativa de fazer um link entre a Fenadoce e a comunidade de volta. Então eu falo aqui sempre para eles, para a gente ter o cuidado de que o festival não vire só uma coisa comercial e perca essa ligação com a comunidade, tanto de Rivera quanto de Livramento. Para terminar a nossa conversa assim, não sei o que mais tu gostaria de ouvir... Em termos de pratos, aqui a gente tem uma culinária bem rica e evidente que ela é uma culinária que já se integrou muito, então que coisas que são mais uruguaios que fazem, no dia a dia da cozinha de Livramento. Evidente que em Rivera eu tenho mais essa vivência de Livramento, porque eu fico mais do lado de Livramento, mas também do lado de Rivera com certeza foi incorporada muita coisa. Mas claro, a gente está falando mais de uma parcela da população, mais elitizada, que acessa mais esse intercâmbio entre as duas cidades, porque se tu pegar a periferia tanto de Rivera, quanto de Livramento elas não se conectam, tá. Tanto que esse ano eu propus um projeto de turismo social, onde pessoas da comunidade de Livramento vão conhecer Rivera, a gente vai fazer esse intercâmbio durante dois dias para pessoas de baixa renda da periferia, que não vão nenhuma... nenhuma vai à cidade da outra. Então quando a gente está falando nesse intercâmbio da comida, eu penso que claro que isso tem um limitador que é a questão social, porque as pessoas de mais baixa renda, não transitam, elas não passam ali da linha divisória.

SM: Sim.

JD: É interessante.

SM: Para elas não tem essas misturas na culinária, então?

JD: Não tem na vida cotidiana, portanto, não tem na culinária. Talvez em alguma compra, em função da baixa ou alta do Peso, entende. Com certeza, acessar o supermercado, porque o câmbio está melhor de um lado ou de outro sim, mais por aí...

SM: Isso não acaba afetando a culinária do outro lado pelos produtos que vem aí, como a mandioca ou alguma coisa assim...

JD: Acho que... é bem visível, é uma barreira. É bom a gente ter essa ideia de que esse aspecto social é uma barreira. Então a gente está falando mais de uma classe média ou alta que faz essa circulação, tu entende...

SM: Sim.

JD: Aqui a gente tem muito do lado de Livramento, de Rivera também, aqui é a carne, né, se a gente puder falar, não só assado, mas a carne em várias versões.

SM: Sim

JD: Se não tem carne, não se come mesmo. Então essa força, que é a força da formação do Estado... é um Estado que se formou e que se organizou e que politicamente se projetou em função do rebanho bovino. Então ele tem na carne o centro, passou pelo charque, por tudo, mas sempre em torno da carne, né. Então os pratos eles são versões de carne, tanto ovina quanto bovina, porque eles comem de bovina, mas também de ovina essa região. Tanto que a única região que tu vê o charque de ovelha é aqui. Vários pratos a base de ovelha, uso dos miúdos, que é bem uruguaio. Tanto que na parrillada, a gente tem também do lado de Livramento esse aproveitamento integral do animal, dos miúdos enfim, isso é a característica. Claro, se tu vais para Rivera, tu já tens massas, porque a influência italiana deles, porque é um país que é menor que o Rio Grande do Sul, é no país inteiro, circulou mais e a gente tem italianos do lado de Rivera. Então a gente tem essa presença das massas do lado de Rivera, o que a gente não tem do lado de Livramento. Mas claro, como eu te disse, esse grupo que circula entre as duas acaba... acabou por absorver isso, as pessoas têm o costume das massas de Rivera na cozinha de Livramento, mas que é uma coisa verdadeira. E depois tem a pastelaria toda, a parte de confeitaria de Livramento e também em Rivera que é riquíssima, que a gente não tem em Livramento também, mas que a gente tem em Rivera. Então é uma culinária bem interessante, acho que muitíssimo pouco aproveitada assim, no sentido de para fora, no comércio, para o turismo. Mas é muito, muito rica.

SM: E inicialmente essa culinária da fronteira não fazia parte especificamente do projeto de pesquisa que você tinha?

JD: Não, a gente tinha feito pesquisa aqui, mas a nossa pesquisa não era uma pesquisa mais aprofundada porque a gente estava fazendo aquele espectro do Estado...

SM: Era mais geral...

JD: Era mais geral, mas quando a gente foi fazer o projeto do festival 2014, aí a gente aprofundou mais o projeto de pesquisa. E hoje na verdade, vamos retomar para esse livro... Estou retomando toda essa pesquisa, desses pratos de toda essa parte de confeitaria, de todos esses pratos a base de miúdos, os pratos a base de charque de ovelha e tudo mais. Então eu acho que vai dar aí um bom livro tudo isso, ou deve dar aí essa questão... o uso do sangue, né, que é uma característica bem da campanha, que é uma coisa que quase se perdeu na área, né, e acho que é isso.

SM: E a escolha daqui para fazer o festival foi ligada a que?

JD: A escolha na época, que o Ricardo me sugeriu era essa questão da fronteira seca. E a questão de fronteira seca, dessa facilidade que eles têm, esse intercâmbio maior, a questão de que aqui já tinha um turismo de compras consolidado, portanto, já tinha um turismo em curso e que necessariamente gerava demandas gastronômicas, interesse pela gastronomia maior. É normal, porque o turismo faz esse movimento de fazer a gastronomia local se reinventar, se recriar e então é um movimento normal. E até se inventar, porque tem coisas que são forçadas, mas que acabam virando um produto turístico, você deve conhecer bem. Por isso que às vezes tu vai olhar e não é necessariamente assim, mas foi um pouco vendida assim. E então acho que a escolha por isso, fundamentalmente, por isso, em função do turismo, como era um projeto de integração com a questão da fronteira seca, facilita e muito ter mais claro esse...

SM: Mas, a ideia da culinária que era vinculada pelo festival não era de fronteiras, era de um modo em geral.

JD: Não, no festival sim. Do festival já era, sempre foi binacional: era a ideia de divulgar tanto a culinária de Rivera, quanto de Livramento na região.

SM: A culinária fronteiriça?

JD: A culinária fronteiriça, é o que eu chamo sempre de culinária fronteiriça. Não, a ideia do festival é essa. Do projeto do governo de Estado sim, daí era do Rio Grande do Sul. O livro que a gente está preparando é sobre culinárias fronteiriças.

SM: Tá. E você acha que o festival contribuiu para mudar algumas concepções dessa culinária, dessa cultura?

JD: Com certeza. Eu acho que o primeiro festival por si só já estava de bom tamanho: era essa questão do curso binacional de gastronomia, que é UTU (Universidade Técnica do Uruguai) com o IFSUL. Então hoje, os restaurantes têm uma percepção da culinária regional muitíssimo diferente de 5 anos atrás. Todos eles são preocupados pelo menos em saber que aquilo é uma questão que tem um significado importante e que pode vir a ser algo que eles... que é alguma coisa que eles devam oferecer. Então se tu pegar algum... o Solar Dom Pedro, que é um restaurante que tem ali no parque internacional, vai te dizer que ele mudou completamente o olhar dele a partir do festival. E ele tem casa de festas, enfim, é um cara bem importante na gastronomia, senão o mais importante. E tem uma outra visão a partir do festival, né?! Nós temos um grupo no Whatsapp com 18 restaurantes e todos eles nessa perspectiva que eu trabalho com eles, essa ideia de valorização da culinária regional e dos produtos regionais.

SM: Os restaurantes de Rivera, de Livramento...

JD: Os dois. Os hotéis, por exemplo, trabalham bastante com eles, seus cafés da manhã, seus projetos, sempre no sentido da integração, de valorizar produtos e tal. Eu acho que o festival já contribuiu muito assim. Claro que entre o perceber e o realmente haver uma mudança, é um processo um pouco mais complicado porque implica outras questões. E a gente pegou um momento de crise cambial na fronteira muito sério nos últimos três anos, que tem feito que nada ande... Basicamente as pessoas conseguem se manter no lugar e já tá bom. Mudou muito aqui o fluxo de turista em função do dólar muito alto nesse último período. Então é difícil chegar em um restaurante para convencer eles que têm que mudar e que essa mudança para a gente tem que ter investimento, tem que ter preparação de equipe... então alguma coisa tem que desacomodar para fazer... é complicado assim. A gente está em um período difícil de operar mudanças, mas se tu perguntares para uma pessoa aqui, elas hoje dizem “ah, o festival que valoriza a culinária local, que valoriza o produto local”. Isso as pessoas já têm bem claro, eles acham bem claro que é uma grande contribuição. Porque assim, anos atrás não tinham a menor noção disso, era muito mais no sentido de copiar o que vinha de fora e não valorizar o que tem aqui assim...

SM: Eu queria também ter uma ideia de quem deu o suporte ao longo dos anos para o festival, você falou que a primeira edição foi só o governo do Estado...

JD: Isso, e depois a gente passou os dois anos e quem realizou foi a prefeitura e intendencia de Rivera. E agora, no ano passado e esse ano tem a prefeitura e a intendência, mas muito da iniciativa privada, das associações comerciais então a Sil, a Sindiloja, a CDL, empresários aqui locais...

SM: Nessa quinta edição...

JD: É, as edições do ano passado eles começaram a assumir. Claro que eu acho que ainda falta no festival o pessoal do vinho assumir, mas por essas dificuldades que eu te falei, que as grandes empresas têm gerenciamento fora daqui é difícil eles visualizarem a importância do evento aqui.

SM: Eles não têm essa percepção da fronteira, da --

JD: É, não é questão ainda para eles, eu acho que isso vai se dar no momento em que eles tiverem projetos turísticos aqui nas sedes, nessas empresas, aí o festival vai passar a ser um elemento importante para a divulgação dos projetos deles. Mas isso ainda não... uma vinícola só está começando a abrir para receber turistas que é a Almadén, as outras não abrem ainda.

SM: E agora, o governo do Estado não participa, é só a primeira edição que ele financiou? Depois foi só...

JD: Não participou.

SM: Foi só a prefeitura que deu fundos também, ou ajudou na organização?

JD: Não, eles contribuem também. São fundos, mas não fundos no sentido direto do festival. Mas eles sustentam estruturas necessárias para o evento, tanto a intendência como a prefeitura também.

SM: E agora tem fundos adicionais das empresas locais.

JD: É. Agora, esse ano a gente conseguiu fazer lei Rouanet para o evento, então, com a iniciativa privada. Primeiro ano que tem Lei Rouanet.

SM: É a primeira vez que eu ouço falar de um projeto da fronteira que recebeu fundos pela Lei Rouanet, porque é difícil encontrar um lugar...

JD: É o primeiro ano... que foi aprovado

SM: Legal, foi a primeira vez que vocês tentaram, ou vocês já tinham tentado antes?

JD: É a primeira vez que nós tentamos, é, e a gente não conseguiu LIC. Mas para o ano que vem a ideia é fazer LIC e Rouanet e ser por aí o grande financiamento nosso.

SM: Ótimo, vou checar aqui se tem alguma coisa que eu não perguntei. Uma última coisa que estou tentando entender, que talvez você possa me dar uma luz... Em termos de gastronomia, como se relaciona a ajuda dos atores públicos a vários níveis, se tem? Na área cultural em geral, tem ações do governo municipal, do governo estadual e federal, agora dependendo da área, os vários níveis são efetivos, ou se envolvem mais ou menos -

JD: Assim, é muito recente, no Brasil essa ideia de que de que a culinária faz parte do patrimônio cultural brasileiro. Isso começou lá, com Alex Atala, que... sei lá...15 anos atrás, deve ter começado e depois claro hoje todas as regiões do Brasil têm chefes de cozinha hoje identificados com esse trabalho mais cultural. Então isso é um boom dos últimos 5 anos, antes a gente tinha Minas, tinha o Alex Atala em São Paulo, tinha alguma coisa no Pará, que é onde o Alex começou a ter essa percepção. Foi no Pará com a família Martins lá, que faz aquele festival do Ver-o-Peso, e aqui no Rio Grande do Sul, com esse trabalho nosso do governo do Estado, são as pontas desse trabalho: Minas, São Paulo, Alex, Belém e Rio Grande do Sul. Hoje não, hoje tem Paraná, Santa Catarina, todos os estados, Mato Grosso agora tem um projeto, Goiás tem um projeto em tudo que é lugar, Roraima tem projeto, todo mundo tem projeto para festival para tudo que é lado, né. Como expressão desse trabalho mais cultural, o que que eu vejo? Eu vejo que não há o entendimento, não há uma percepção dos governos de Estado, nem nos governos municipais, muito menos de que as nossas práticas alimentares fazem parte de um patrimônio cultural. Então os cadernos de receita, não há estímulo por causa de uma guarda adequada desse patrimônio que é a extração desses registros, não tem nenhum trabalho de nenhuma natureza no sentido de fazer com que esses acervos sejam preservados de alguma forma. Então muito pouco, e eu falo não entendimento porque eu penso que são políticas públicas que poderiam ser desenvolvidas com muito pouco custo mas a partir de iniciativas que deveriam, obviamente que deveriam partir de uma consciência de cada um. Não se tem ainda. Eu acho que isso, no governo de Estado a gente teve um trabalho muito importante de abrir além de que esse nosso trabalho estava na principal cozinha do Estado que era a cozinha do palácio que tinha uma visão. Tinha uma dificuldade absurda, tu imagina, cada evento que a gente fazia no palácio a gente servia um cardápio, eu fazia... eu aprovava todos os cardápios, criava ou as pessoas faziam para mim e eu ajustava, enfim, você imagina a loucura que era isso, fazer uma pesquisa e coordenar uma cozinha com às vezes três, quatro eventos no dia. Então todos os eventos eles eram... o cardápio era pensado em função dos convidados, né, então ele ia receber o Movimento sem Terra: então a gente fazia coisas bem ligadas à pequena produção da propriedade. Claro, coisas simples ligadas à pequena propriedade. E em todos os eventos a gente botava o cardápio na mesa e um pequeno textinho dizendo que era um trabalhão que dava, porque, todo dia a gente tinha uma impressora exclusiva para isso, para o nosso trabalho, só para imprimir cardápios e alguém que fazia os textos e eu dava um ok lá, eu listava alguma coisa e tal. E as pessoas adoravam isso, ou fazia referência a um produto ou fazia referência, por exemplo, “o governo do Estado foi assinar, o governador foi assinar o termo entre a casa de cultura Mario Quintana em Porto Alegre” você sabe, onde era o Hotel Majestic...

SM: Eu não visitei ainda, mas na volta eu vou visitar

JD: então o governador fez no último andar lá um evento, um almoço para assinar o termo entre o BANRISUL, que é o banco do Estado e a casa de cultura para que o banco... deu não sei quantos milhões para a reformar a casa, para o restauro... não é restauro, na verdade para obras mesmo de manutenção da casa. Aí o que que a gente fazia? Fazia toda uma pesquisa sobre o Hotel Majestic. E quem é o personagem que vivia lá? O Mario Quintana, então é lógico

o que que a gente fez? Era todo um trabalho que a gente fazia em cima de cada evento, mas às vezes eram 4 ou 5 num dia, aqui quais eram as preferências de... das comidas que gostava Mario Quintana e o porquê e o como era na época, “ah, então o arroz à grega”. Porque o arroz à grega faz parte de uma época, né, de uma cozinha mais pomposa, que é essa culinária mais internacional que veio para o Brasil e que criou esses pratos, que botou o estrogonofe em alta, não sei o que, não sei o que... e que a gente acabou assimilando na nossa comida. Então tá, era isso, era o quindim com café, então tinha uma mesa de quindins na saída com café, então esse era o nosso trabalho, só que a gente... Isso aí tinha que ter pesquisado, isso aí tinha toda uma produção para cada um dos eventos. Claro que para alguns mais elaborados, outros menos, mas era sempre no sentido de chamar... Todas as vezes que a Dilma foi ao palácio que a gente pegou a gestão dela, a gente se puxou horrores para apresentar um pouco desse nosso trabalho. Ela disse que ia nos levar para o palácio com ela a última vez que ela esteve lá, que ela gostava daquelas coisas que a gente fazia assim. Então era isso, isso que a gente fazia sempre. E eu estou falando isso para dizer que era sempre no sentido de chamar a atenção para além das pessoas comerem, para dizer que cada um daqueles pratos tinha uma história. E tinha um contexto no qual eles foram construídos e esse contexto fazia parte da nossa cultura, da nossa história, da nossa memória, da nossa cultura.

SM: Vocês foram resgatando isso e apresentando... é ótimo seu trabalho, adorei.

JD: Era um pouco isso assim, então se fez muitos eventos. Para mim foi uma experiência espetacular, porque tu fazias com que os convidados se dessem conta de que aquilo ali tem toda uma história em torno de cada um daqueles pratos. Que estão envolvidos produtos, que estão envolvidos etnias, que estão envolvidos lugares, entendeu? Comunidades, enfim, né?! Claro hoje, assim, pensando, como eu te falei, por isso que eu gosto de contar esse início, porque a gente não tinha... Por exemplo, alguém que hoje comece um trabalho numa prefeitura tem esse nosso trabalho para se inspirar já, para pensar a metodologia. Nós não tínhamos nada, a gente começou do zero e ainda dentro da cozinha do palácio, que exigia um dia a dia complicadíssimo de demandas e de questões mais institucionais. Mas hoje, olhando, quando a gente abriu esse edital, que... não é nada, mas 570 mil para a gastronomia que não tinha nada é muito. Eu não teria feito isso de fazer uma complementação no levantamento que a gente estava fazendo, eu teria dirigido para a culinária indígena e comida de negro, teria feito isso, na época, por quê? Porque evidente, né, a gente tem uma dívida enorme no Rio Grande do Sul, não se tem registro nenhum dessas práticas alimentares indígenas, a gente tem que catar no meio de livros, de trabalhos, de pesquisas, mas muito difícil. A questão da invisibilidade do negro na culinária do Rio Grande do Sul é algo gritante, porque é outra comunidade, né?! Pelotas que tu deve ter ouvido lá que tu esteve, não sei quem tu entrevistou, mas temos a festa nacional do doce em Pelotas, aquela enormidade de festa. Tudo que é contado oficialmente lá é que os doces foram feitos, é fruto de toda a aristocracia pelotense, nos casarões de Pelotas, onde as mulheres ficavam lá fazendo doces, e quando falam parece que as escravas ajudavam só a mexer a panela ou... sei lá o que mais que falam. Mas na verdade dizer que aquela doçaria só existe porque existia mão de obra escrava. Foram elas que mantiveram, reproduziram e fizeram essa doçaria. Isso aí não contavam, então um pouco hoje a partir desse trabalho aí que o IPHAN que fez para a patrimonialização daqueles fazeres, daqueles doces, daqueles treze doces. Eles foram patrimonializados em Pelotas e tem ali uma equipe de antropólogos que já conta a história um pouco diferente. Então tem a Marília, a Marília que tem um livro sobre isso, que vai falar exatamente dessa relação da doçaria de Pelotas com as escravas da época. E com a religiosidade principalmente, né?! Onde ela vai dizer que o desenvolvimento dessa doçaria de Pelotas -na verdade não é uma tese dela, é de um historiador de Pelotas, porque ela

reproduz- ela se deu muito porque o doce tem um significado nas religiões africanas que é esse significado mais da doçura, digamos assim. Então o doce tinha frente à brutalidade da charqueada um significado um pouco de aplacar a dor. O desenvolvimento dessa doceria, como uma forma de conforto espiritual frente àquilo que os escravos viviam nas charqueadas. É bem lindo esse trabalho, depois se tu quiseres me perguntar eu te passo esse livro da Marília e eu... Não sei se tu ouviu falar nela quando esteve lá?

SM: Não.

JD: É uma antropóloga e mora em Porto Alegre e se tu quiser entrevistar, qualquer coisa, se tiver o interesse eu te passo.

SM: Sim, toda a documentação que você tiver...

JD: E a Marília trabalha muito com fronteira, deve ter... ela trabalha em Bagé também e a Marília é um amor para entrevista.

SM: Tá bom. Você não lembra do sobrenome dela, né?

JD: Me deu um branco agora, cansaço um pouco... eu chego aqui com tanta coisa para fazer que eu...

SM: Sim, eu vou deixar você descansar.

JD: Não, não vou descansar, vou para a reunião lá do IF. Deixa eu pegar aqui... Marília. Tem um Vídeo que eu entrevisto ela, que eu fiz como uma aula de comida de negro aqui que é uma aula que eu dei num festival de gastronomia eu entrevistei a Marília, vou te mandar o link no Youtube.

SM: Ótimo, e se tiver documentação também do projeto... Da culinária, eu tenho interesse específico pela questão da fronteira para a pesquisa, mas... relatórios do festival, esse tipo de documentação, tudo isso para mim seria muito útil.

JD: Tu fica me...

SM: Posso pedir depois também por mensagem se for mais fácil olhar com calma.

JD: É, eu vou achar... Amiga entre aspas, né, conhecida, não vou me lembrar... aqui talvez eu ache agora...Eu não sei se eu te ajudei, o que mais eu...

SM: Ajudou sim, foi ótimo e aqui eu tenho claramente um exemplo de um evento cultural, um projeto que olhou para a questão, integrou a questão da fronteira e afetou essa visão do espaço transfronteiriço. É exatamente isso que eu estou olhando então se encaixou perfeitamente no que me interessa.

JD: É esse vídeo aqui, essa é a Marília...

[Reprodução do Vídeo]

SM: Ótimo, deve ter o nome completo dela no vídeo, né. Ótimo vídeo, depois vou assistir inteiro...Se chama...? Tem mesa de negro aqui.

JD: Tem comida de negro aqui...

SM: Perfeito...

[Fim do vídeo]

JD: Que mais, é isso?

SM: Era isso para mim...

JD: Eu não te falei muito do Uruguai, porque... tem muito pouco, também assim, você me perguntou em relação ao poder público aqui né?! Eu vejo da mesma forma no Uruguai, isso, então, eu fiz todo um trabalho, uma tentativa de fazer um trabalho de amarração das instituições para a gente poder ter um diálogo, de forma a integrar a forma do festival. Então hoje, eu trabalho muito com a universidade técnica do Uruguai que tem esse curso aqui em Livramento, mas na verdade eles têm vários cursos de gastronomia em todo o Uruguai. No Uruguai não existe universidades privadas como no Brasil, a PUC, a UNIRIO, enfim, vocês em Brasília que têm UNICEUB, tem vários cursos de gastronomia, enfim. No Uruguai não tem, só tem esse curso que é técnico, curso universitário técnico na UTU. Então tem a inspetora de gastronomia que a Nancy Rosado, por acaso se quiser fazer alguma entrevista com ela por e-mail eu te passo o contato dela, da Nancy Rosado, porque aí ela também pode falar o olhar dela sobre a fronteira, sobre o próprio festival. Então isso foi uma construção que eu fui fazendo ao longo dos anos no sentido de que ela tivesse um papel importante no festival para a gente ter uma sintonia. Então esse ano, a gente está bem afinado com as... Tipo, a gente traz os chefes juntos, a gente faz as oficinas e aulas de cozinha tudo junto, combinado e tudo bem dividido, metade brasileiros, metade uruguaios, bem no sentido de integrar. É um país, óbvio, né, com características completamente diferentes do Brasil, porque é um micro, né, menor que o Rio Grande do Sul, todo o país, então eles têm mais facilidade, nessa comunicação interna. Mas eu vejo que eles estão que nem a gente, no mesmo patamar, no sentido de também agora, muito em função do turismo essa questão da gastronomia ter um papel importante. Aí é claro eles têm Master Chef no Uruguai, que meio que paralisa o Uruguai inteiro as segundas-feiras para assistir, porque o poder desses programas é impressionante, né?! Eu digo o poder mais como espetáculo, porque eu não vejo Master Chef como reflexo de que necessariamente as pessoas vão cozinhar, ou passem a cozinhar. É muito mais um espetáculo como qualquer outro. Então acho lamentável isso, porque ele não tem esse sentido de estimular as pessoas a fazer sua comida, preparar sua comida, que seria algo bem interessante, essa reconexão assim...

SM: Sim, não tem esse efeito na vida cotidiana.

JD: Eu não vejo esse efeito, né, mas enfim... Então, voltando ao Uruguai, eu acho que a gente agora com 5 anos de caminhada, a gente está nesse processo mais de integração, digamos assim, de quem pensa a gastronomia no Uruguai em termos mais de formação, com a gente aqui. Eles estão bem integrados no festival da Universidade Técnica do Uruguai, esse ano vão trazer alguns outros chefes do mercado gastronômico mais importantes para eles... Eu acho que a gente pode dizer hoje que ele é um projeto que tem um nível de integração cultural muito bom, assim... construído com muita dificuldade, essa tendência do mundo moderno, cada um cuidar do seu quadrado, né, então não é fácil, tu ter essa...

SM: E o que permitiu superar essa dificuldade? Quais foram os elementos instrumentais para conseguir dar esse aspecto binacional no projeto?

JD: Eu acho que... Primeiro é, digamos assim, eu estar na coordenação e ter isso como um norte, da importância da integração cultural, dessa fronteira. Então acho que isso é fundamental, ter sempre alguém na direção do projeto que não perca esse norte, né, acho que isso é fundamental. E depois eu acho que o papel das universidades nisso tudo, porque eu sempre tive claro desde o início que as instituições de ensino deveriam sempre ter um papel fundamental para que isso fosse... essa via de duas mãos, assim, no sentido de que a universidade pudesse fazer do festival um momento importante de relação com a comunidade. Então, por exemplo, o festival hoje é um projeto de extensão no IFSUL e na UTU: vai ser transformado e formal, estão transformando ele em um projeto de extensão, inclusive com o antigo DELTA, com a universidade técnica do Uruguai. Então acho que importante para a universidade nesse sentido e ao mesmo tempo, da comunidade também poder absorver esse trabalho e usufruir de todo esse desenvolvimento, os trabalhos acadêmicos e tudo mais, né?! Eu esqueci de te dizer, a gente faz todo ano o lançamento de livros na área de alimentação, que são momentos importantes dessa produção acadêmica. Então eu considero que a universidade é... Esse aspecto assim da participação das universidades no festival é um aspecto bem importante para a questão da integração. A gente tem hoje a UNIPAMPA, o IFSUL e a UERGS do lado de Livramento e do lado de Rivera a gente tem a UTU e tem a UDELAR, dentro do festival. Então tem 5 universidades dentro do festival. Então isso não é pouca coisa. Eu acho que o terceiro aspecto é essa questão dos seminários técnicos, do festival ser um momento também de reflexão sobre as práticas alimentares, nas várias dimensões não só culturais, mas relacionadas à saúde, à educação, à produção, e os dilemas todos... questão do consumo no mundo moderno, da circulação também desses produtos, né?! Então essa parte dos seminários técnicos eu vejo como outro... todos os seminários são binacionais, então seminários sobre produção de leite, seminário sobre produção de mel, que vai ter esse ano, seminário sobre produção de azeite de oliva. Então sempre um intercâmbio de trocas de experiências dos dois países, seja do ponto de vista da legislação, seja do ponto de vista do consumo, da produção, tu entende? Então isso é riquíssimo para a gente, todos os seminários nossos são sempre binacionais, com profissionais... Claro, com realidades diferentes e tudo que a gente faz no festival tem que ser binacional. Não tem nenhuma atividade que é só de um lado, mesmo que seja aqui, sempre tem algum vínculo com Rivera ou com outra cidade do Uruguai ou com o Uruguai. Produção de carne a gente trabalha junto. Claro, tem barreiras que são questões mais de legislação, sempre existem de alguma forma, mas esse ano, por exemplo a gente vai trabalhar a questão dos orgânicos, que o Brasil tem toda uma experiência que está a anos luz do Uruguai, então vai ser bem interessante.

SM: Muito legal. Muito obrigada por compartilhar toda a sua experiência!

Appendix 13: Interview transcript – Osmar Santos

Interviewee: Osmar Santos

Visual artist

Location of the interview: House in Rivera, Uruguay

Date of the interview: 19.09.2018

Language of the interview: Portuguese and Spanish

Transcription: Partial transcript [technical issue]

SM: Eu queria saber um pouco mais da história de seu trabalho aqui... seu trabalho artístico e também seu trabalho se eu entendi de educação, de criação de uma rede de artistas aqui. Você poderia me contar um pouco mais?

OS: Si, sí, te cuento desde que empecé a estudiar. De niño, yo siempre dibuje y cuando me fui a estudiar a Montevideo, ya llevaba bastante experiencia con el dibujo, ya ahí tenía diez y siete años, había hecho muchas pinturas y dibujos y otras técnicas, alguna escultura y en Montevideo estudié en dos lados, en el Instituto de profesores Artigas que es donde se forman los profesores, se formaban antes, ahora ya hay otro centro para el país y, estudié en la Escuela Nacional de Bellas Artes, de día una, de noche la otra.

SM: Ela é em Artigas, as duas em Montevideo?

OS: Não, El Instituto de Profesores se llama Artigas.

Yo salí de un ambiente acá que era muy primario, un artista austriaco, un pintor austriaco vino a vivir acá, era de ascendencia judía, él se había venido en el año 51 se radicó acá y ahí comenzando inició un taller de artes llamado Escuela de Arte Pictórico, el nombre de él es Rodolfo Wdolf Seinwells. Yo estudié con él antes de irme a Montevideo. Estudié hasta el 52 cuando me fui a estudiar allá. Y con todo lo que uno estudié y visité, exposiciones, todo, empecé a sentir vocación, aparte de la que ya tenía para la docencia y para el arte, de colaborar en la ciudad, que no tenía nada, a tener algo y fue así que en el año 58 principio del 59 yo inicié un movimiento para crear del Museo Municipal de Artes Plásticas, de nuevo un proceso fundacional como de diez años o más. Se inauguró en 1970, un día de fecha patria 25 de agosto. Antes de continuar con el Museo te digo otras cosas.

En el año 74 fundé, inicié el taller de Arte Infantil que hoy lo dirigí mi hija y dos de mis nietas trabajan allí con eso, desde el 74 hasta ahora funciona sin pagar, ya han salido niños sensibilizados, pero también artistas que pasaron por allí y después siguieron a la escuela. Vuelvo atrás. En Montevideo tuve contacto con gente que me abrió los ojos en el camino, cuando yo les decía que acá no había nada, amigos pintores que me dicen [inaudível] y ahí en ese va y viene de conversaciones, definí lo que quería ser cuando llegará a [inaudível]. Seguí siendo pintor, profesor para mantener un poco, porque pintor acá, en ese entonces, de pintor no vivía. Rodolfo por ejemplo, tenía que hacer letras, carteles para poder sobrevivir, porque las pinturas no las podía vender

SM: Então, professor de letras também?

OS: Sí, muy buen pintor también. Y cuando venía para casa venía bien definido, como que decía: pintor, docente e impulsor de la cultura, un agente cultural, eso de agente cultura mucho después se empezó a llamar así. Entonces era un muchacho que quería hacer algo. Cuando presenté el proyecto al Museo, al ejecutivo municipal, en ese entonces eran cinco personas del Concejo Municipal. Alguno me preguntó para qué sirve el Museo?, todas esas cosas así tuve que pasar, y hubo uno solo que se interesó, pero igual así llevo diez años. En el año 70, como te decía hoy, se inauguró el Museo, hasta el 75 estuvo abierto porque la dictadura lo cerro, cerro la Escuela Talleres de Artes Plásticas y cerro también el Museo, orden de arriba, de los militares. Aquí no había nadie dentro del arte todos nos conocíamos, todos sabíamos que no estábamos en nada de eso, era igual, porque la Escuela de Bellas Artes de Montevideo encontraron boletines y todo eso que hacían, boletines para difundir en contra de la dictadura, entonces intervinieron la Escuela de Bellas Artes de Montevideo y todos los demás talleres del país los clausuraron por las dudas.

Recién en el 85, del 75 al 85 no tuvimos cultura, o si hacíamos algo era muy controlado, teníamos que pedir permiso para hacer una exposición de artista todo todo un momento difícil. Vendían poesía en la Escuela Taller. La Escuela de Arte Pictórico, cuando se fue Rodolfo de acá, tenía toda una historia de vida por la cual se fue, creía que habían muerto todos los familiares, después supo que estaba la madre viva, la hermana viva, el cuñado vivo, entonces se fue. Se hizo una colecta económica entre toda la gente para cubrir el pasaje en barco en esa época. Y yo estaba en Montevideo en esa época y hubo un grupo de personas que ya estaban apoyando a Rodolfo y ahí se amplió a Museo de Arte Pictórico estilo cerámica, escultura, labrado, todo eso, además de dibujo, y paso a llamarse, se le cambio el nombre, se hizo nuevos estatutos: Escuela Taller de Artes Plásticas de Artigas. Que fue muy muy importante en la formación de muchos pintores.

Aquí, tengo algunos cuadros de pintores que se formaron ahí. El paisaje de Osvaldo Leigt, ese ha vivido mucho en Bélgica ahora está en Uruguay, ha pintado en España, en Alemania, en Francia pintó también, personaje salido, no de acá de la ciudad, sino era del interior, de la zona de campaña y con once doce años vino para acá con la familia y empezó a trabajar. Ha salido otro que también es muy importante a nivel internacional, a participado se llama Lever Laga. De acá han salido muchos pintores que no se formaron acá, se formaron en Montevideo. Entonces cuando volví a Rivera, estuve cinco años allá, inmediatamente me puse en contacto con la gente de la Escuela Taller, había sido alumno de Rodolfo, entonces me aceptaron como profesor, yo ya venía embalado con la docencia, ahí pude empezar a hacer dibujo, historia del arte, en algunos momentos filosofía del arte también para algunas personas especiales que querían eso, pero fuera del programa, fuera de todo. Y fue pasando el tiempo, pasando la vida, me he dedicado a todo eso.

En, no me acuerdo que año fue, funde en Livramento la Escuela de arte no tenía nada en esa época, estaba peor que Rivera que tenía una escuela con algunos años, pero ya no venía a estudiar acá.

SM: Os brasileiros vieram para a escola daqui.

OS: Y cuando la dictadura muchos uruguayos fueron a estudiar a Livramento. El doctor , que estaba allá, director actual del Museo, él estudió conmigo allá en Santana.

SM: A liberdade era maior do lado brasileiro?

OS: Era un poquito mayor, no del todo. Estoy hablando un poco la amalgama de mi vida, yo agrace la causa del Museo de Arte, porque me parecía imposible que Rivas no tuviera nada, para mí era un desafío hacer eso, y bueno empecé a recibir donaciones, algunas de los principales pintores uruguayos en ese momento. Cuando yo le entregue la dirección, llego con un acervo enorme, dibujos, grabados, fotografía antigua, colección fotográfica del Museo de Arte que ahora está en el Museo de Patrimonio con Palermo. Palermo en ese sentido se dedica más a la fotografía

SM: E o acervo do Museu veio de onde? Onde você conseguiu o acervo?

OS: Consiguiendo con los amigos, donaciones, creo que nunca se compró un cuadro. Se le compró uno a las 14:30 porque se murió la esposa de un pintor y para ayudarlo se le compró un cuadro, pero en general nada. Venían a visitar al Museo y a los pocos días llegaba con algo, yo se las pedía además

SM: E todos os artistas de Rivera ou alguns também da campanha ou do Sul do Brasil?

OS: Sí, de Brasil, de Paraguay, de Argentina. Argentina y Paraguay son sobre papel, de Brasil son pinturas, grabados. Alguno del atelier de Rio de Janeiro cerca de la zona de catacumbas se llama y también de Porto Alegre de la Usina de grabado, conseguí unos cuantos. Se expusieron en el Consulado Brasileiro que tiene una enorme sala fantástica, es un cónsul que está ahí, es un embajador, pero como esto es un consulado general, él acepto venir acá, porque la esposa era artiguera, estaba con la madre muy enferma entonces tuvieron que venir a pasar un par de años acá, hasta que lo destinen. Pero después para la frontera, una espectacular sala diez metros por diez.

A consecuencia que hubo una donación de una intelectual del Rio de Janeiro que era pariente de una de acá, funde el Museo de Artes, estaba a iniciar, con pocos cuadros hasta que llegara las donaciones. Tenemos de Pinares, de Cavalcante, de Llanera, la mayoría de los ----- de cuarenta años atrás.

En el museo que como yo le explicaba ayer, estaba en conflicto, porque eso estaba dentro de la universidad ASPES (Asociación Santanesa para ensino superior). Y uno de los integrantes de la Comisión me dijo, você acha que isso vai dar certo?

SM: De estar junto, é isso?

OS: Siii, isso é um elefante branco para nos, la mentalidad.. Pero siempre fui muy optimista y seguía adelante. A los años publiqué un libro de los cincuenta años de lucha del museo, si no fuera optimista no estuviera cincuenta años trabajando. Luchando contra la ignorancia, contra la incompetencia, que no se adhiere en ese interés de las personas, uno explica esta zona de frontera nace, así en general, nace de comercial. Entonces la mente de las personas es otra, infelizmente tenemos mucha gente que ve la cosa de otra manera y ahora tenemos del auxilio además que han venido de la Universidad de la República concursos de arte que les están dando acá en el centro universitario que colaboro también.

SM: Então, agora aqui tem um campus da Universidad de la República, de arte, é isso?

OS: No, el Centro de Artes es en Libramento, acá es Escuela de Bellas Artes. No, Instituto de Bellas artes, es un Instituto tipo facultad, y han estudiado mucho, han expuesto. Vienen de Montevideo todas las semanas los profesores. El otro día andaba uno de fotografía y eso en general, me dedique toda la vida a eso, hasta que me jubile y me empecé a dedicar a lo mío en serio. Yo siempre dí más tiempo para los otros que para mí. Por más de que trabajé en esa época, pero fue ahí por el 11 creo que me jubilé, hace como siete años.

SM: E desde isso tem mais tempo para fazer o seu trabalho artístico?

OS: Sí, estos últimos tres años me dedique a hacer un capital, de toda mi obra, desde el 47 hasta el 1720, dibujos, arte, pintura, arte digital y otras técnicas, y eso va ser publicado ya está en imprenta, sale talvéz para noviembre, eso entre lo general. Si voy a detallar, no voy a terminar más porque hay miles de anexos.

Con la frontera nosotros tenemos un Mercosur desde siempre, cultural, porque siempre tuvimos un miedo. Cuando inicié el taller en Santana más todavía, porque la dictadura se, nos fuimos todos para Jarillones en cuanto se hacían algunas de las exposiciones que se hizo en la época de la dictadura eran de intendencias por ejemplo hicimos una, eran de artistas de Livramento y de Riveras, eso desde siempre, desde que me conozco se hizo eso. El intercambio cultural con Santana sigue adelante, yo estuve en el taller infantil de alumnos, era casi la mitad brasilera en esa época

SM: Já na época que era os anos...

OS: 75. El taller tiene 50 y algo de años. 74. En el 2014 se hizo una exposición muy grande con los trabajos de los alumnos de mi hija en el Museo de Arte Infantil, ella dá clase para adultos también y hemos hecho mucho trabajo en conjunto con la Neca ... ella me dijo que habló contigo que tu ibas a ir para allá.

SM: Vamos nos encontrar. Ainda não conseguimos.

OS: La que más ha trabajado en la frontera, ha trabajado física y conceptualmente, ha hecho trabajo en pintura, en fotografías y la parte conceptual, ha presentado a cursos y a proyectos. Más o menos uno por año estaba presentando últimamente. Ósea que aquí estamos interrelacionados. Yo personalmente tengo una cosa que me pasa siempre, y es muy curioso, yo se lo he comentado a algunas personas y dice a mí no me pasa eso. Yo de acá hasta la línea, voy al coche, hasta la línea ahí, voy pensando en español, pero paso la línea automáticamente voy pensando en portugués.

SM: interesante.

OS: Treinta años que trabajé allá y dí clase también en el colegio Teresiano, Santa Teresa de Jesús, por los años 68 70, 71, 72 .. nos criamos oyendo el portugués desde niños, aprendimos por osmósis.

SM: E porque você acha que acontece isso de passar linha e de trocar o idioma... Seria por ouvir mais português ao redor?

OS: no, no a veces entro al auto, no oigo nada de afuera, o si oigo son bocinas, llego hasta la línea, ah que no me olvide de ir al banco a retirar la aposentaduria y cruzo allá y ya voy

pensando primeramente tenho que ir pa o banco, depois eu vou, me pasa hasta ahora me pasa que no estoy dando aula...

El otro día fui en la exposición que inauguró La Meka, un muchacho de acá que hace trabajos de madera y tomé un taxi, de noche no estoy manejando, sólo de día. Cuando pase la línea frente al Parque nacional, allá frente al lago yo ya iba pensando, aunque el muchacho que hizo la exposición es uruguayo, estudio acá de la universidad.

Es una cosa muy personal. No soy psicólogo para autoanalizarme, algún día de pronto le pregunto algún especialista de por qué pasa eso, porque dos personalidades creo que no tengo, soy siempre el mismo hablando em portugués o en español. He ayudado a lo largo de años y años de trabajo. Prácticamente todos los artistas de acá, organizando exposición. Tengo un libro que te voy a regalar, ahí está mas o menos un capítulo que da para saber, un libro que me edito una galería de la galería de arte, me invitaron y yo encantado de la vida, así no tengo que pagar. Está bueno el libro, porque fue muy seleccionados las obras, la fotografía.

SM: Qual é para você o papel da fronteira no seu trabalho como artista e também como produtor- você não usa essa palavra... impulsor?

OS: Natural, no hay nada, nunca tuve nada afectado así, nunca tuve así un proyecto con la frontera, salía solo. Sabía que vivía hacía las cosas, hasta ahora, las cositas a ambos lados. Mi pintura hay bastante, hay varios cuadros que tiene que ver con la frontera, hay uno que se llama frontera no sé cuántos. Y lo hice ya por los años sesenta y poquito utilizando la serie Filonak. Porque toda mi obra la hago siempre en medida, ya la tengo incorporad, no preciso más de compás, ya sé donde tengo que cortar la línea para que queden proporcionales, el uno acá, el .. acá aquellos, lo mismo la pintura, las luces, las sombras. Yo la tengo acá, voy por la calle y voy mirando composiciones, veo aveces unos letreros muy bien hechos, avisos pero que no están, están muy bien hechos técnicamente pero visualmente le falta algo, si le hubiera movido un poquito más acá, si le hubiera subido este amarillo por ejemplo, si le hubiera neutralizado o achicado el tamaño, funcionaría muy bien con este azul, pero ahora está dominando el amarillo, no tiene armonía, ósea que tengo una autocrítica que me cuestiono mucho cuando hago las cosas, sé que paso mejor no dar o debo dar y tengo una crítica para todo, constructiva siempre. Las caricaturas que he hecho muchas en la vida, siempre busco el lado bueno de la persona, no asesino a nadie, yo busco la parte psicológica emocional, un poco como cualquier caricatura, pero que en la parte psicológica hay que ver, es decir, dibujar el alma de la persona. Y acá en la frontera hace poco vino uno que vive en Alemania, es argentino pero el pasa como alemán, no sé el nombre de él ahora, que trabaja el tema de fronteras, entonces ahí en el parque internacional se extendieron grandes lonas para pintar de un lado y de otro con, yo no quise pintar de un lado ni de otro, pinte la línea de historia porque además estaba en la línea de historia, estaba siguiendo un marquito que estaba de este aldo de acá, la línea de y acá estaba el cuadrado ese grande de seis metros por seis y yo le hice el trabajo bien en la línea y había pedido que no lo hiciera que fuera neutro, dije no, yo soy integrador.

SM: E as misturas, porque eu perguntei o papel da fronteira no seu trabalho, tem a linha da fronteira, mas também tem a fronteira no sentido de misturas, de hibridização. Vi só um pouquinho de seu trabalho ontem, na exposição, a questão das cores, a questão das formas.

OS: sí, sí, cuando expongo en Montevideo parece que he expuesto... cuando estudiaba allá, me decían, tenes colores diferentes a los nuestros, y claro yo vengo de otra región, no es el trópico, pero hace más calor que en Montevideo, colores medios, naranjas, te muestro algunos cuadros

Voy a tomar un poquito de agua, tomas un jugo de naranja?

[interrupção da gravação]

Appendix 14: Interview transcript – Maria-Luisa de Leonardi (Neca)

Interviewee: Maria-Luisa de Leonardi (Neca)

Visual Artist

Producer

Creator of Espaço Braguay

Location of the interview: Espaço Braguay, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brazil

Date of the interview: 22.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

Neca: Esse preconceito [...] eu convivi toda a minha vida, quanto Brasil e Uruguai. A minha mãe, quando ela casou com o meu pai, ela queria estudar português e o meu pai disse: “não, eu gosto que tu fala em espanhol”, então ela não aprendeu o português, então ela fala como? Nada. Então, eu cresci ouvindo falar “vamos cruzar a rua” e ele vinha e puxava a mão e dizia “vamos, vamos cruzar [a rua]!”, e eu dizia “vamos, vamos cruzar [a rua]”. E aí eu já com 15, 17 anos, eu ia para a escola e eu dizia “ah, vamos cruzar a rua”, e o meu colega dizia “atravessar”, e aí eu “ah toda a vida foi ‘cruzar’ e continua sendo ‘eu vou cruzar a rua!’”. “Ai, atravessar!”. Então, mas eu tive uma oportunidade, entendeu? Estudei, tive uma educação... Mas eu sentia que tinha essa... [com dúvidas em relação à pergunta feita].

SM: Se tem pessoas que não convivem com esse transfronteirismo.

Neca: Claro. E tinha um certo preconceito na escola, mas, as pessoas, ao conviverem agora com esse, com o pessoal da música, esse poeta que escreve em português, pessoal do teatro [...], eles têm uma... tipo assim: eu aqui sou [01:43], eles lá são da periferia, entendeu? Mas, o porquê essa distinção, se eu falo misturado e eles falam misturado? Eu valorizo isso daí, eu curto isso e ele também, então eu digo que ele, por exemplo, o músico canta e me conta história, me relata história da periferia, de quem vive no bairro, do seu português. E eu tive o que ele teve também. Cantar e escrever não só sobre o... mas ele tem que escrever sobre o fronteiro. Tinha um poeta mineiro, que era o Simões, que também ele era um poeta que ele escrevia sobre o fronteiro, independente do poder econômico, social, político, sei lá [...].

SM: E para você, assim, isso é ligado ao que você me contou do seu projeto Braguai, qual é o papel da cultura, da arte, do trabalho para contribuir para essa integração?

Neca: Sim o Braguai ele.. Eu acho que o Braguai tinha o papel das artes. Para mim a arte não tem... é como o trabalho da Neia que está no [inaudível]. É uma mistura total do nosso trabalho. Então, eu acho que eu valorizo toda a arte que mostra a nossa identidade por ser fronteira, por ter esse território imaginário aí que nos une, enfim, que é uma mistura. Mas, qual a importância?

SM: Para ser mais específica, para você entender o que eu queria. Para você, o que a arte tem que pode ajudar com esse objetivo que outros caminhos não têm, outras políticas públicas, outras áreas de atuação da sociedade civil, assim, o que a arte tem para contribuir para essa identidade transfronteiriça?

Neca: Eu acho que na arte a gente se une, então é uma coisa só. Sei lá.. a gente fez um trabalho no Arte Toque que a gente foi escrevendo palavras em portunhol, palavras que eram do Braguai, e palavras que eram do Arte Toque, que era da banda que canta em portunhol, então, que era o trabalho que era Arte Toque. Era música. Então, a gente foi botando palavras que para mim representavam o Braguai, tinha minha vivência e de outros artistas que participaram, e as palavras da vivência da língua mãe que vem um outro portunhol, porque tem um outro portunhol que é o espanhol, influência do português e tem o português influenciando o espanhol, entendeu? O meu não é um portunhol, mas o espanhol influenciando o português. E eles têm a influência do português com o espanhol... é uma mistura porque eles inventam palavras, entendeu? Digo “ele” porque, ao escrever, ao criar um verso, eles inventam muito palavras que é uma mistura. E que, na real, aquele que fala o dia-a-dia são permanentemente um portunhol. Então, tu não entendes a palavra, tem vezes que tu não entende a palavra, já que é um dialeto. Mas, aí nesse trabalho com as palavras, a gente foi tramando, fazendo aquele exercício, sabe? De uma palavra com a outra. Então, foi uma vivência legal porque eles viram que com todo o estranhamento com as linhas a gente foi tramando. Então, lá uma cometa, a arte das cometa, que eles diziam, cantam né, a arte do ralo, se unia com uma outra palavra daqui, enfim, com pessoas, personagens da fronteira que a gente tem um carinho. Tanto aquele que é do centro como da periferia conhece os personagens da cidade e todos curtem, entendeu? “Ah tinha uma boneca de pano”, que era uma mulher meio louca que andava pela rua e ela andava aqui no Brasil e andava no Uruguai, todo mundo se lembra desse personagem popular. Então, independentemente de que forma tu falas, as pessoas curtem. Então, aí que foi: nesse misturado vai entrando a arte, que tem uma...Esse trabalho com o imaginário. Isso foi quando a gente avançou. Mas... Aqui [entrevistada mostrando] tem uma série de fotos que eu estou trabalhando a fronteira...

SM: Esse é o calendário que o Braguai fez?

Neca: É um calendário meu, que eu fiz. Aqui foi quando a gente fez o trabalho com as crianças numa colônia, aqui era na sombra, no Parque Internacional, então as crianças uruguaias estavam do lado brasileiro e as brasileiras estavam do lado do Uruguai. Aqui era um mexicano, artista mexicano que veio expor na Bienal do Mercosul, também eu levei ele na fronteira, depois que ele fez um trabalho com o... enfim. Aqui também veio um outro artista do Rio que fez um trabalho de redes, ele traçou linhas também, rodou e foi tecendo, fazendo uma aranha gigante. Ele fez em Quaraí, sobre a ponte, aquela rede foi e entrou na água, foi muito bonito.

SM: Qual o nome dele?

Neca: João Rode. Professor no Rio, não sei se você... Ele é muito legal, ele fez um... Não sei se está aqui, porque eu em cada exposição desmonto tudo. Eu não trouxe para cá ainda todos os livrinhos dos artistas que... Ele fez um pequenininho, uma publicação da Rédeas, foi muito bonito, aquela coisa colorida. E as pessoas ajudavam, as escolas, artistas, o pessoal que caminhava na rua, tudo tramando, muito bonito.

SM: Isso que me interessa muito. Como, no caso, por exemplo, dessa instalação que você falou, foi feita em um espaço público também, é como arte contribui quando uma obra de arte é fundamentalmente assim, se isso tem um efeito sobre a percepção dos moradores do espaço deles, se isso vai aumentando uma consciência de uma coisa que, quando era natural você nem se dá conta, né? Eu até tentei aqui falar francês, eu não sabia que estava falando francês ou falando inglês... Essa ocupação do espaço público por uma arte fronteira, ela tem algum efeito sobre como as pessoas se percebem? Como fronteirios ou não?

Neca: Ah percebem, né? Veio agora um... A gente fez uma residência no Braguai e veio um artista selecionado, foi com a Angélica que a gente fez, Marcelo Ernani, ele faz arte sonora. Então, o trabalho dele foi gravar o som, assim como as crianças da colônia, gravar o som sobre a linha de fronteira, e ele tem um aparelho que capta o som, de alta sensibilidade, as ondas eletromagnéticas, ele gravou as ondas eletromagnéticas que existem sobre a linha de fronteira [falando pausadamente, com um tom de surpresa]. Muito legal. E aí ele colocou uma caixinha de som nos marcos de fronteira e tirou uma série de fotos. As fotos que ele tirou, ele tirou todas que aparecem o Brasil, porque ele diz que não conhece o Uruguai, nem a cultura fronteira, nem a identidade, enfim. Então, ele fez uma apresentação do marco, a caixa de som e o Brasil. Estava uma coisa mais política. E gravou os sons eletromagnéticos e apresentou a série de fotos dos marcos e um som de discursos de políticos: “prometo saúde, alimentação, educação...” (risos). Aquele som repetitivo assim. Então, o marco, o Brasil e a caixinha. E gravou as ondas eletromagnéticas sobre essa linha de fronteira e muito barulho mesmo. E aqui é o aparelho que “fala” à pilha, acabava com a pilha, sabe?... Mas, foi legal. Foi legal porque o pessoal curtiu isso. Teve outra interação com um outro artista que veio, aonde ele trabalhou em Porto Alegre, a gente saiu sobre a linha de fronteira com um artista, esse artista aqui faz foto. Eu convidei ele, fomos na linha de fronteira e o... Esse rapaz ele trabalhava com arame farpado, que as pessoas vão se fechando sobre o arame, protegendo as casas, enfim. E aqui ele não estava achando ainda ninguém, as pessoas ainda não estão fechando a sua casa com arame farpado. E aí a gente foi sobre a linha de fronteira, foi mostrando para ele e aí achamos arame farpado, e achamos um pedaço, um totem, um pedaço de pau dum poste de luz e com o arame farpado, e a obra dele foi isso daí, ele com outros artistas do Uruguai, de Livramento, interagiram sobre esse elemento que foi encontrado em pleno território de fronteiras. Então, teve toda uma integração, assim...um trabalho...

SM: E com o portunhol...porque você me falou bastante do trabalho artístico feito em portunhol, isso tem algum efeito sobre a percepção do portunhol das pessoas?

Neca: Eu acho que...um efeito nas pessoas?

SM: É sobre como... tipo como é o portunhol, antes era desvalorizado, né? Era uma língua vista como periférica, e agora é língua artística. Então, isso muda alguma coisa?

Neca: Eu tenho aqui uma das obras de um rapaz desse que é músico, que se chama... aqui tem uma poesia: “Eu guardo da luz das estrelas no meu bocijo jorado, pido um galicho neste mundo dos diabo. Voy vestido de rei entre lata e cartón en el batuque dançando, soy príncipe malandro e flor”. Tá tudo misturado.

SM: Sim, até o título “Malandrinho”.

Neca: As pessoas... quando a gente fez o Arte Toque assim, as pessoas tipo... acho que toca muito, sabe? O portunhol. Tem uns guris também que escrevem, o Ernesto, criação de Artigas dos poetas...

SM: Ernesto Diaz e...

Neca: São maravilhosos.

SM: Eu li, achei incrível. Até a musicalidade misturada também, né?

Neca: Tem um que é de bossa nova... E esses aqui tem um “que” de batuque e rock. E tem um que eles cantam [a entrevistada canta a canção], no Uruguai, a florzinha típica aqui da fronteira amarelou, que é uma florzinha, né. Mas é uma característica. Então, esse aqui, ele canta muito, apesar dele cantar que ele é da periferia, ele canta com orgulho por ser da periferia. Assim como eu gosto do, falo que eu sou com orgulho da fronteira. Então tem o Braguai, por isso que eu tenho essa mistura com ele, porque o Braguai surgiu para valorizar a nossa cultura portunhol, a nossa identidade. Descubro uma banda que canta, escreve, compõe o ritmo bem misturado, com aquele batuque do brasileiro, sabe? Tem um que é de batuque do meio candomblé meio do... e aqui vem muito na linha de fronteira, tem muitos pais de santos, tem da umbanda, e tem essa mistura meio afro que vem pelo lado do Uruguai também. Tem uma mistura. Isso tu consegues mais também sobre a periferia; no centro, não. No centro tem toda uma educação católica-apostólica-romana, tem tudo isso também.

SM: Eu vejo cultura de uma forma bem aberta, assim, não só o que...

Neca: Claro, se tu vai olhar como é o centro, para eles... Por isso era legal também tu conhecer esse Andrés que fala misturado. Tu ias gostar.

SM: Que é outra expressão desse -

Neca: Eu tenho o livrinho dele para ter um outro verso em portunhol. Eu acho que para turista é muito pouquinho tempo. Você tem outra pergunta, não sei se eu estou lhe respondendo...

SM: Sim, você está trazendo e também um olhar que eu não tive até agora...

Neca: [procurando um livro]. Ah, eu queria te mostrar [murmurando sobre a organização que faz após as exposições que organiza]. Eu tenho um livrinho dele que é do portunhol, que eu estou sempre com ele aí. Eu gosto muito dos “bastos”. A minha avó era “basta”. Então também tem o... Eu falava... a minha madrastra tinha uma música era uma coisa mais ou menos assim, que é tudo basto né.

SM: Que é uma língua que nem eles sabem explicar, né.

Neca: Então eu valorizo isso né.

SM: Desculpa, uma fala curta, eu sei também que você tem que ir, a hora que você quiser...

Neca: A minha mãe tem 85 anos, eu também tenho que..

SM: Dar um suporte né? Uma última pergunta.

Neca: Eu não te respondo muito bem, né?

SM: Eu também não faço perguntas muito fechadas porque eu acho que não dá, que isso não...

Neca: Na minha cabeça, eu sou muito misturada. A minha filha, por exemplo, ela tem o poder da síntese. Ela é toda certinha, e eu sou misturada...

SM: As questões com artistas, produtores culturais, que não são pessoas que têm uma cabeça assim muito fechada é de justamente fazer uma pergunta e deixar sair. Depois, o meu trabalho vai ser de tentar olhar, ver tudo o que essas diferentes pessoas me falaram e tentar fazer uma síntese. Então, não tem problema nenhum. É bem por isso que eu estou fazendo perguntas abertas porque eu sei muito bem que se eu fizesse um questionário formal, não... Ia ser horrível e vocês não iam ter a liberdade de conversar comigo assim... O que eu queria saber é, com a sua experiência de vivência na fronteira, além do trabalho na área de produção cultural, você veria um momento que, talvez, no trabalho artístico que é feito aqui, que teve mais valorização dessa identidade fronteiriça, do portunhol, da fronteirização em geral, que ela chegou mais na arte?

Neca: Nossa.. acho que aí vai depender do trabalho de cada artista. O meu trabalho é a materialização da linha imaginária. É o meu trabalho, a minha poética. Que aqui tu tens... por isso eu estava te mostrando essas fotos.

SM: Ah essas fotos foram ...

Neca: Isso daqui é uma obra minha [mostra e fala sobre a obra]. Par mim isso simboliza o Brasil, a cor, e aqui o portunhol, mas a parte pensante do Uruguai é mais, entendeu? Aqui tem um texto que a gente escreveu, é sobre o reino do Braguai, “onde todos son iguales, no tiene frontera, pero nasció en una”, um portunhol. Porque quando nós fizemos o Arte Toque, a Ministra de Educación y Cultura de Uruguai estava proibindo de falar portunhol nas escolas. Então, o nosso Arte Toque também foi mais para provar que como eles falam é um direito deles, né. [lê um texto]

SM: Hum... Adorei esse poema!

Neca: Esse poema, não. É um texto, um pedaço do texto da nossa Ministra, “Nuestro Reino de Braguai”. Nós temos uma Ministra, ela é formada em linguística, ela é uruguaia, assessora do prefeito, e fez mestrado em portunhol. E tem outra que é professora de História, também com mestrado em portunhol.

SM: Tem mestrado em portunhol?

Neca: Tem, eles fizeram aqui no Uruguai. A Rosario Brochado.

SM: Ah eu conversei com ela, é ela que?

Neca: Conversou? Ela não falou do Braguai?

SM: Sim. Todo mundo menciona o Braguai, por isso que eu insisti muito em conversar com você [...]. (risos)

Neca: Então, mas, sim, o Braguai existe, coletivo, ele é valorizado, tudo... Por essa que veio fazer o trabalho de pesquisa e, junto com outro amigo, vieram fazer uma instalação de arte sobre a linha de fronteira. E sobre essa linha de fronteira que foi que a gente identificou o Reino, entendeu? Então, toda foi toda uma instalação, uma coisa do projeto, para surgir o Reino do Braguai. E aí desse meio a gente criou ele de uma forma virtual, era a onda do Orkut, e a gente convidava as pessoas para fazer parte do Reino. Eu recebia uma mensagem, porque o cidadão do Reino do Braguai, dizia “ah eu quero!”. Então, ficou todo mundo enlouquecido que queriam ser cidadãos do Reino.

SM: Foi quando que vocês criaram isso?

Neca: Aqui esse folheto a gente fez para lançamento. Quando a gente fez isso daqui, o projeto, a gente foi no Consulado do Brasil e apresentamos. E aí apresentava para o Sávio, e aí ela já tinha... a gente escreveu todo um projeto de adequação, do marco teórico, como elas dizem, que para mim eram coisas difíceis. A gente disse assim para ela: “Ah, porque a gente criou sobre a linha imaginária um reino, o Reino do Braguai”, nos apropriamos da linha imaginária, é nossa, é sobre nossa linha... A mulher delirou “Ah, eu vou mandar para o Itamaraty” (risos), e mandou para o Itamaraty, e nós fomos patrocinados pelo Governo brasileiro com o apoio do Consulado do Uruguai.

SM: O Projeto do Reino do Braguai?

Neca: O Reino do Braguai, esse território que nos apoderamos e criamos o Reino... Eu tinha uma amiga que falava “ah não, mas eu sou contra os Reinos, sou parlamentarista, eu sou...”, Mas é o nosso reino porque é uma coisa lúdica, alguma coisa nós tínhamos que inventar, dizer o quê que era aquilo. Então tudo que é mais nobre, é reino, então vai ser reino.

SM: Aqui está escrito Região Braguai, mas para vocês é Reino do Braguai?

Neca: Tem Região, claro, para não ficar tão egocêntrico. É tudo uma brincadeira. Mas, essa região, claro é um território que vai... [...] Então, quando eu fui com a Lea na França, a gente fez intervenções sobre linhas de fronteira. Eu levei o Braguai, o portunhol e o versinho, este, peguei um verso do poema do Andrés e levei para lá, e fiz instalações lá. Mas o que eu queria te dizer é que eu trabalho a linha imaginária, a minha poética é a linha imaginária. Então, claro

que eu vou unindo um todo coletivo para todos valorizar essa identidade, entendeu? Mas...eu não porque que eu ia te.... Eu ia te -

SM: Você ia me mostrar o seu trabalho...

Neca: E com isso eu acho que vai movendo, isso foi movendo, teve algum momento que isso aí falou né? Poderia ter influenciado...

SM: Sim, influencia a percepção das pessoas.

Neca: Eu acho que de um tempo para cá as pessoas foram valorizando, eu sinto um certo... que todos têm... são motivados a ter orgulho do seu trabalho... não sei.

SM: De tempos para cá... muito recente ou é...

Neca: [...] Isso nosso tem 10 anos.

SM: O Projeto Braguai?

Neca: Braguai.

SM: E o Reino?

Neca: O Reino tem 11. 1 ano quando a gente contava às pessoas para serem cidadão do Reino, tudo virtual, tinha nada... Tinha o passaporte, então... tem várias pessoas que têm o passaporte. [...]. Então, mas depois desse Reino, a gente criou o Projeto, para ter uma fundamentação, aonde convidamos linguistas, para falar, para quebrar esse tabu, para aquele que tem um certo preconceito em falar em portunhol reconheça que não, que isso faz parte da nossa identidade, que é importante ter orgulho. Então, isso foi há 10 anos, e eu acho que isso aí foi aumentando. Porque, antes, era assim: era um poeta, era outro... Tem um que escreve muito Tito de Mello, sabe? E ele compõe, mas o verso dele é mais bagaceira, assim, portunhol bagaceira. Diz nome... que era, que é um portunhol, ele é isso, entendeu? Mas, o Ernesto Diaz, guris desses de Artigas, o portunhol deles é lindo: ele conta a história da vida dele, histórias da mãe dele, de um portunhol lindo, uma coisa assim muito bonita. Eu acho que é o... E esse aqui também, o Andrés, muito bonito.

SM: Esse Andrés que você...

Neca: Posso te mandar também o contato dele.

SM: Sim, seria ótimo.

Neca: Que tem a banda “Língua-mãe”, ele vai relatando histórias. E ele tem agora bagageiro, que é o bagajo... Bagajo é aquele que leva o contrabando para lá e para cá. Então, neste ele vai contando, nos versos e nos textos dele, ele vai contando histórias que ele vai vivenciando sobre

a fronteira. O que é legal. Eu digo que é um poeta, eu acho que eu não sei se a Rosario Brochado falou nesse Simões... Ele é um poeta, um que escreveu “[...] para menitos de tierra colorada son propios de Rivera.”, é um escritor que escrevia também em portunhol, lá em 1950, eu não sei. E aí depois vem esse Tito de Mello, que é mais gaudério. Que eu visualizo, né? Aí tem esses: o Ernesto de Artigas, que é professor de Espanhol, que fala e escreve em portunhol, e o Andrés que era meio portunhol, meio que fala... Tem o Fischer também, que é um cozinheiro que escreve também em portunhol, só que o Fischer é um portunhol mais zombador, sabe? irônico, debochado, entendeu? E o Andrés é mais poético, é mais... ele canta a pobreza do bairro, do que vive no bairro, em portunhol. Onde mais tu encontra o portunhol é aí mesmo...

SM: E esse poeta aqui dá para achar em algum lugar, ou eu tiro uma foto?

Neca: Pode. Pelo site ainda não... eu tenho que ter o site do Braguai que está um pouco incompleto, porque eu ainda não coloquei nada do Arte Toque. Porque no final do ano esse Arte Toque que a gente fez todo um trabalho, quando a gente foi desmontar a exposição, quem desmontou foi o Museu, e o Museu, as funcionárias acharam aquilo muito... não era uma arte, sabe? E pegaram aquilo tudo e jogaram no chão, assim... Rasgaram obras, foi todo um caos... Foi traumático isso e bem polêmico, assim, eu printei nessa. Mas é uma forma de como no próprio meio cultural do Museu, que tem que valorizar toda cultura de uma maneira independente de... tratou aquilo como se fosse lixo, entendeu? E nós levamos uma semana cortando, era todo um trabalho com papelão, e elas pegaram e simplesmente assim puxaram, jogaram, para depois eu ir lá buscar. Um horror isso.

SM: No Museu de Artes Plásticas?

Neca: No Museu de Artes Plásticas. Foi a funcionária, né? É uma visão muito... Tirou uma exposição para fazer uma feira de natal com Papai Noel dentro do Museu. A Lea, que estava comigo, subia pelas paredes, né? Tu imaginas: acostumada vocês com outra cultura que valoriza tudo e vem aqui e joga, *pero* tá.

SM: Pelo menos vocês fizeram o trabalho e mostraram...

Neca: Pois é nós mostramos e vai dar mais, vou fazer mais agora. Vou fazer com ele, eu tenho um projeto com o portunhol. Vamos a dois lugares mais distantes da fronteira e, depois, a vários bairros da cidade e eu vou fazer uma intervenção, com apropriação da obra da, não sei ainda como é que vou chamar, né... uma apropriação da manifestação da pessoa, do público, da população. Eu vou me apropriar do que eles...

SM: Ah, das reações deles?

Neca: É, das reações deles, poeticamente. Então, eu vou provocar que, eles vão ser... tipo assim: como é que eles sentem a fronteira, o que é falar portunhol ou alguma coisinha, sabe? E eles vão me escrever no papel, eu vou fazer um varal. Assim como eu já fiz o varal que teve no Arte Toque, o varal que eu levei para a França, que eu tirei daqui, porque eu fiz questão de levar o Braguai para lá, em função de como eles nos trataram no Museu, entendeu? Então eu digo: “olha, isso que eles botaram no lixo...”, eu levei para o mundo, eu mostrei lá! (muitas risadas). E eu quero continuar esse trabalho. E de certa forma, para ter mais uma obra, uma instalação

pronta com registros, com vídeos, com tudo, entendeu? Tipo assim: “ah tem um lugar que eu quero levar, eu quero entrar em algum salão, eu quero... entrar em algum projeto”, mas eu tenho tudo pronto, não quero ficar num delírio, quero materializar uma ideia. Eu ia ir este sábado, hoje eu ia ir à Minas, por isso que eu disse que não iria estar, mas aí foi transferido. Onde eu vou fazer isso: as pessoas vão escrevendo uma palavra, alguma coisa, como é que eles se sentem por ser da dobre chapo, por ser da fronteira, ou viver no bairro, sempre vai ter alguma pergunta para ele escrever e, aí, eu vou unir todos, vou juntando [...]. Pode ser palavras, pode ser de repente uma pintura. Tipo assim: de repente um gosta mais de fazer um desenho do que escrever uma palavra. Mas, eu vou juntar, quero ter muito, muito, muito, muito (risos). E Fazer um varalzinho, sei lá, um teto. Porque nesse Arte Toque do Museu tinha uma sala, que era uma instalação com fiozinhos da linha, linha imaginária, e os versos em portunhol do Andrés, que falava muito da flor, do poeta, enfim, da vivência dele. Eu fui botando palavras, todos os versos eu fui escrevendo, ficou muito lúdico: tu passavas no meio do portunhol, tu ias lendo o poema, sei lá... Tu foste materializando e entrando para dentro. E tem aquele lance assim: que o portunhol tu sentes ele desde que tu estavas no ventre da tua mãe. O bebê já nasce escutando o portunhol. Então, a gente vai fazer isso: como é que é portunhol, batuque do ventre, portunhol da alma.

SM: Esse é um projeto também vocês vão criar? Adorei, “batuque do ventre”...

Neca: É o batuque porque eu disse que a gente quer o sussurro desse trabalho aqui, que eu vou fazer com o Andrés, é o sussurro da alma. E ele vai está falando portunhol, declamando todas aquelas palavras, palavras, palavras, que estão dentro do útero (risada)... Não vai falar nada, isso aqui é... E esse sussurro, sussurro da alma.

SM: Ah eu quero saber desses projetos depois, o outro também do varal, assim, achei muito interessante.

Neca: Ah vai ter o vídeo, vou registrar tudo, entendeu? Montar... Porque a gente ia escrever numa bienal, que era o ventre dentro de um contêiner escuro, então a pessoa entra para aquele conhecimento. Só que agora não, agora eu vou juntar todo esse material e aí depois... lindo, lindo, lindo.

SM: E você tem alguma documentação? Assim: em algum momento você mencionou o trabalho que vocês fizeram com linguistas... Você tem alguns documentos, assim, que poderia me ajudar?

Neca: Quando a gente lançou o projeto. [...] Teve um painel sobre história, Eduardo Palermo um professora de História, teve sobre o portunhol, são dois professores que são estudiosos do portunhol também, e a gente fez a exposição, aqui estava a exposição com artistas que trabalham a fronteira.

SM: Teve alguma gravação dessas palestras, alguma coisa assim que daria para eu ver ou ler para saber um pouco mais?

Neca: Não sei se teve vídeo, não filmava muito. A palestra tinha. Mas isso falta, a gente tinha que ter o que cada um, o material deles, o que eles falaram.

[...]

SM: Posso tirar uma foto do documento? Depois eu deixo você...

Neca: Pode. Aí depois tu tem no site do Braguai e tem no Face também. Tem o Braguai, tem o Reino, depois eu te mando os links. Te mando, a gente segue conversando.

SM: Ótimo, obrigada! Para mim é uma conversa, assim.

Neca: E aqui, por exemplo, esse meu territóriozinho, que eu criei o Braguai, a mini galeria, é um territóriozinho, a matriz. Como diz um amigo meu: “eu sou um esqueleto”, tipo assim: eu deliro, mas eu vou atrás e materializo o que a gente delirou, entendeu? Eu detesto que fica coisa no papel que a gente não materializa, sabe? E tem vários artistas que gostam, adoram, são apaixonados pelo Braguai; sei lá: acho que por isso, por a gente valorizar, todos têm um pouquinho de... todos são misturados. Então, aqui, eles se encontram nessa matriz, entendeu? Tem o Hélio Ferverza, que é um artista brasileiro de renome, enfim, que foi à Bienal de São Paulo representando o Brasil. Hélio Ferverza. Ele é daqui, fez questão de vir aqui: “Não. Quero fazer aqui nesse lugar simples...” (risos). Mas é mais por um... tem outro artista, o Gino Bidart, ele é brasileiro e uruguaio, mora no Uruguai, morou no México, morou no Brasil. Também, tipo assim, não querem saber de um espaço maior, para eles é... acho que é o lar deles. Eles foram embora, então aqui é um pouquinho da vivência deles...

SM: Aí tem o valor nisso das pessoas que vão embora e voltam assim com carinho, um olhar diferente por ser...

Neca: Eu acho que... agora eu estou fazendo essa análise, o porquê que eles têm. Na real é: eles estão longe. Depois tem outro: o Gustavo da Linha, ele assina Gustavo da Linha, isso eu tenho aqui, posso tentar mandar, e são vários artistas também.. Ele mora em Buenos Aires e ele é da fronteira, e ele assina Gustavo da Linha, porque ele morava sobre a linha, que é a mesma coisa. Eu tenho o Arte na Linha, que é um trabalho que eu faço, arte na linha. E no face, nas redes sociais, que eu não gosto de aparecer muito, tenho a Maria Luiza, o arte na linha Braguai, é aparece o meu trabalho. Mas, também eu trabalho a linha. Mas só que a minha materialização da linha, está até no certificado. É isso daqui, ó: é esse risquinho. Se eu vou riscando...é isso daqui ó... os caminhos, a minha síntese.

SM: Eu vou tirar a foto.

Neca: Que é o vai e vem. Para mim, isso é a minha síntese.

Appendix 15: Interview transcript – Artur Montanari

Interviewee: Artur Montanari

Receita Federal employee

Owner of Marco Zero bookshop

Cultural producer

Location of the interview: Livraria Marco Zero, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brazil

Date of the interview: 22.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

SM: Estava me contando da edição de 2012.

AM: Em 2010, teve a primeira pequena. Em 2011, cresceu um pouco mais. Saímos de livramento e fomos para o parque. Aí fizemos essa integração como te disse. Em 2013, em 2012 cresceu. Tinha uma estrutura melhor, maior. Aí o consulado, graças à parceria e à atuação da responsável pelo consulado, em 2010 era a Ana Lélia Benincá Beltrame, depois foi para a Guiana Francesa. E ela era muito envolvida com questões culturais, a gente tinha uma parceria boa com ela assim. Saiu ela e veio a Eliana. Outra mulher também muito atuante na área cultural.

SM: Era o consulado do Uruguai ou o consulado brasileiro?

AM: Não, consulado do Uruguai zero. Era o consulado do Brasil no Uruguai. O consulado do Uruguai no Brasil é inoperante, sempre foi. Nunca se envolveu em nada, nunca nem deu apoio institucional. Basicamente era o consulado do Brasil no Uruguai. E aí eles conseguiram verbas, como era ali no parque e parte era no território do Uruguai. Tu só pode patrocinar e propor atividade em território uruguaio para difundir a cultura brasileira. Aí eles foram os responsáveis pela infraestrutura de tendas que é o mais caro. E entre nós, entre todos os outros ali, a gente cada um aportava alguma atividade. Então era a universidade, a intendência, a universidade de Rivera, a intendência de Rivera. Então trazíamos por nossa conta, trazíamos autores, através de parcerias, trazíamos músicos também. Tudo para aportar para a feira, para ter atividades. Beleza. No ano seguinte, em 2013, que foi a quarta edição, a feira foi fantástica. Tinha uma estrutura maior e melhor. Inúmeras atividades a gente teve. A quarta feira foi um sucesso, com expositores de Montevideú, do Brasil éramos vários também. Sucesso de público, atividades excelentes. Então, claro, no próximo ano vai estar bárbaro. Começamos a pensar e a planejar. Sempre tinha uma reunião no final da feira para a gente ver os pontos positivos, as nossas falhas, o que tinha havido, a gente sempre preenchia relatório, questionários... E daí nós ficamos no aguardo da feira do ano seguinte. Bom, vai ser bárbaro, vai ser... e a feira era sempre nos meses mais pro final do ano. Chegou próximo da época da feira e ninguém falava nada. Achei estranho, mas o que aconteceu? Nada. O certo era ter sido comunicado antes, mas eu estava envolvido em outras atividades, eu ficava mais focado em fazer as minhas coisas. Quando precisava, a gente fazia. Chegou um mês ou, eu acho, uns 15 dias próximo da feira,

mas e aí? Aí eu fui atrás do pessoal que estava coordenando a feira. Eles me falaram “olha, tivemos a dificuldade tal”. Não tinham conseguido apoio, verba do consulado para infraestrutura. E aí que entrou a briga de vaidade, de ego também, entre a prefeitura e a intendência de Rivera. Estavam querendo dizer que estavam colocando mais coisas, mais dinheiro nas atividades do que o outro. O clima ficou insustentável. Então, em função disso, a feira não saiu. E nunca mais saiu também, se perdeu, parou completamente. Por isso que eu te digo, depende muito da iniciativa de algumas pessoas que estão à frente de alguns processos. Se essas pessoas se ausentam ou elas faltam, acho que a tendência é que as coisas comecem a não dar certo, começa a desacelerar, aí acaba caindo. É o que aconteceu com a nossa feira. Agora para tu retomar, é todo um trabalho, uma loucura que tu tem que fazer né. Toda uma dificuldade.

SM: Sim... Muito bom, saber toda a trajetória dessa feira.

AM: É, é assim.

SM: Eu vou te explicar melhor o que eu faço, assim você vai ter uma ideia. Minha área inicial de formação é produção cultural. Eu trabalhava na área cultural.

AM: Ah, então você sabe como é a área né. É difícil né!

SM: Sim, eu sei como é. É difícil. Sim, e eu nunca produzi eventos culturais no Brasil.

AM: E lá tu fazia?

SM: Eu trabalhei com isso em vários lugares, sempre com um olhar internacional. Trabalhei na França, na Inglaterra, na Argentina. E sempre com projetos internacionais, então trabalhei com vários lugares.

AM: Que legal!

SM: É, foi muito legal. Mas, no Brasil eu confesso que quando eu vi as burocracias, e algumas coisas, tornou o processo ainda mais difícil. Não é fácil ser produtor cultural em lugar nenhum, mas aqui é particularmente difícil...

AM: Aqui eu acho que é mais difícil. Além de ser difícil e complicado, às vezes a questão da captação... mesmo que tu consiga, tu elabora o projeto, tu aprova teu projeto, a etapa seguinte de captação de recurso para tu viabilizar é terrível. Aí tu nota o desinteresse das empresas com relação à cultura. Desinteresse total. Penso eu que não interessa nada para eles. Se não vai ter retorno econômico, muito poucas empresas... Eu falo da nossa realidade local, não a nível nacional. Mas, qual é a empresa que em uma cidade pequena teria interesse em associar a marca dela ao evento? Fazer um aporte grande de recursos financeiros a título de patrocínio? Daqui da cidade, praticamente nenhuma. E isso para mim é regra em várias cidades também. Várias cidades pequenas e da fronteira também. Eles não têm esse interesse, não têm essa cultura, não têm essa mentalidade, não têm interesse. E é interessante que tu te ressarce do imposto de renda né. Esse é o mote né.

SM: Até queimar um museu importante não vira questão -

AM: Eu até esqueci. Infelizmente né, isso dá um impacto, gera uma comoção nacional e internacional, chega um ponto que o pessoal esquece. Vai acabando esquecendo... Tudo vai se acomodando, para pior. Uma pena. Por exemplo, essa Lei Rouanet, ou o equivalente da Lei Rouanet no estado... para ti viabilizar isso, em pequenos projetos, o que é a maioria dos casos aqui e nas cidades de fronteira, fica impraticável. Daí tu pensa, vou gastar, vou ter que dedicar um monte de tempo, para aspectos burocráticos, elaborar o projeto, captar recursos, para conseguir às vezes um recurso mínimo. Aí tu acaba... às vezes, tu apresenta o projeto, não é aprovado... tu já não vai atrás mais.

SM: Sim. É uma máquina que é muito pesada para projetos pequenos...

AM: Exatamente. para mim, fica inviável. Até anos atrás me ocorreu em uma dessas conversas que a gente tinha, há 8 anos atrás, em 2010. A tal de Carta de fronteira que vieram prefeitos e intendentes... essa carta, ela foi entregue depois. E no ano seguinte saiu o protocolo de intenções em questões culturais entre Brasil e Uruguai. Isso aí tu sabe né, certamente. Aí teve a assinatura pela Ana, que é aquela Ministra da Cultura, e o correspondente uruguaio. Naquela época, nas conversas que a gente tinha, nas reuniões, isso já se falava, nessa dificuldade. Acesso, as dificuldades de tu obter recurso. E eu, em uma das conversas que a gente teve, pensei... A maioria dos eventos que a gente faz aqui, na maioria das cidades, exige poucos recursos. E aí eu lancei a ideia de se fazer uma espécie de associação ou uma cooperativa cultural com a gente quem faz cultura na localidade, nas duas cidades então. Seria uma parte em Livramento e uma parte de Rivera, que entrariam como cooperados. A ideia era que fossem 12. 6 uruguaio e 6 brasileiros. E a ideia é que esse 12 a cada mês trabalhassem para uma das atividades dos cooperados. Tanto em recursos como ações também, né. Eu acho que seria uma ideia interessante até, mas nunca se levou à prática. Tem eventos que com 500 reais consegue fazer. Às vezes tu tem o material impresso, o resto vai na iniciativa e na boa vontade de quem está fazendo. Ah, alguém que quer abrir mão do cachê, consegue na amizade, na parceria... Consegue o local emprestado. Então, assim que funcionam as coisas, sempre.

SM: Bom, aí vou chegar no que me interessa - porque tem um gancho aí no que você falou. O meu doutorado agora é em Relações Internacionais. Mas, meu olhar é misturado entre relações internacionais e produção cultural. E o que me interessa é parceria.

AM: E perpassa né, uma coisa está relacionada à outra.

SM: Sim.

AM: No nosso caso aqui, a gente tem muito disso. Os eventos binacionais. Te interrompi (risadas).

SM: (risadas) é só para ficar claro para você também porque eu me empolgo com a conversa, mas eu sei o que é o trabalho que eu estou fazendo e você não sabe. As questões culturais são internacionais aqui. E para mim, cultura é um tema de Relações Internacionais. Mas de forma muito paradoxal, nas relações internacionais quase ninguém estuda questões culturais e questões de fronteira são estudadas só em termos de segurança.

AM: Tem na universidade aqui né, que é a Unipampa, tem curso de Relações Internacionais. Pergunta se alguém tá preocupado com a questão cultural. Ninguém, ninguém. Eu conheço os professores, conheço muitos alunos do curso. Eles querem seguir a carreira acadêmica deles, a produção acadêmica, aumentar o currículo, qualificar e de. Ninguém tem pensado muito nessa interação, o que não é o nosso caso. E a maioria do pessoal aqui está de passagem, o que não é o nosso caso.

SM: A dificuldade de fazer a ligação entre o mundo acadêmico e o mundo real existe em todos os lugares... e talvez seja pior ainda aqui.

AM: Correto.

SM: Eu não sou do mundo acadêmico inicialmente, cheguei como *outsider* com as minhas ideias de *outsider*. Eu vou fazer uma tese que vai seguir critérios acadêmicos, mas eu tenho como muito forte objetivo também de produzir algo que tenha alguma utilidade para alguém, porque senão eu perdi quatro anos e dinheiro público que eu recebo de bolsa... O que me interessa é como a produção cultural em geral e as políticas culturais contribuem para essas narrativas do espaço transfronteiriço e para a construção do espaço transfronteiriço. Eu estudo duas regiões de fronteira, que é essa daqui, Brasil e Uruguai.

AM: Que é o teu foco né, Brasil e Uruguai. E é focado especialmente na cultura né?

SM: Na questão cultural, sim. No respaldo da questão cultural nas outras áreas também, em termos de narrativas transfronteiriças. Eu vejo cultura no sentido amplo. Eu não trabalho com o que é considerado alta cultura, para mim entra gastronomia... -

AM: Concordo contigo. Por opção e por gosto, eu foco em alguns aspectos da cultura. Mais para mim é arte, literatura e música. É lógico que a cultura vai muito além disso. E a gastronomia é um dos eventos que está se fortalecendo por aqui.

SM: O festival, né?

AM: Sim. Esse é um dos que está se fortalecendo. Ainda bem que alguma coisa está andando.

SM: Conversei com a Jussara.

AM: Jussara é amiga. Deve ter conversado com o Ricardo também?!

SM: Sim. Ele que me capilarizou aqui.

AM: Ele é daqui de Santana. Ele conhece bem o pessoal daqui. E não só daqui. Essa questão de fronteira ele conhece bem. Participou do processo que eu te falei, desse que começou em 2010. Depois em função que ele vinculado ao governo do estado e ao governo federal via partido, que era o PT, então ele tem uma proeminência. Ele tinha uma participação maior. A participação dele foi bárbara. Tu consegue ótimas informações com ele.

SM: Ele já me ajudou demais e a gente nem chegou na parte que eu vou entrevistar ele porque por enquanto ele me passou informações e contatos. Então, é isso. Eu decidi fazer um estudo comparado porque muitas vezes os estudos de fronteira são focados em uma fronteira. Porque cada fronteira é única, eu não acredito que seja possível ter uma teoria geral das fronteiras, nem de comparar fronteiras de forma muito baseada em critérios fixos. Mas o que eu queria fazer é tentar ampliar um pouco o olhar, porque tem poucos estudos de fronteira que colocam do lado duas fronteiras. E eu acho que tem coisas que a gente pode aprender com isso. Então eu vou fazer dois estudos individuais, mas depois tentar olhar os dois um do lado do outro.

AM: Ver os pontos em comum, os que não se comunicam.

SM: Isso. E a outra região de fronteira que eu estudo é a região de fronteira da França com a Alemanha. Que na França é a região de fronteira que é mais porosa e que tem um histórico que é um pouco similar com a história daqui -

AM: Alsácia né?

SM: Isso.

AM: Mas tem uma fronteira tipo a nossa. Tem né? Fronteira livre, fronteira sem um acidente geográfico, sem controle burocrático. Que nem a nossa cidade aqui, que é uma só.

SM: Como é Espaço Schengen. Não tem aduana nem nada. A gente pode passar. Mas isso em todos os países.

AM: Sim, mas agora com o mercado comum europeu mudou muito né.

SM: Sim. Aí as pessoas também tem essa vivência de passar para o outro lado para fazer compras. E nem tem essa questão do contrabando porque –

AM: Sim, por causa do Mercado Comum Europeu.

SM: E tem cidades gêmeas.

AM: Tem cidades gêmeas?

SM: Tem. Estrasburgo é uma delas. São duas cidades. Assim, a França é um país muito menor, muito mais urbanizado, não tem espaços de campo como aqui. Então a região de fronteira nela mesma é mais urbanizada, ou isso é uma diferença com aqui onde os pontos focais são essas cidades gêmeas -

AM: São as cidades gêmeas que são os pontos focais, sim. São os pontos de união. Agora união, antigamente definitivamente era ponto de atrito. Ou para impedir que um avançasse sobre o outro.

SM: É isso, eu vou estudar lá também. [...] É uma região que passou de um país para o outro ao longo da história. A fronteira se formalizou no lugar atual em 1945.

AM: (risos) Que nem aqui, a questão da delimitação.

SM: Sim. Só que a região não virou país independente lá. Mas é uma região que tem um dialeto regional, mistura de francês com alemão... Que tem uma cultura misturada -

AM: Bem semelhante com o que acontece conosco aqui.

SM: Sim. Por isso que eu pensei -

AM: Bem interessante.

SM: O contexto institucional é diferente porque em termos culturais tem muito mais institucionalização do apoio público, do aparato cultural público, e também tem ferramentas da União Europeia para regiões de fronteira. Então a parte de políticas culturais é mais forte lá. Mas não quer dizer que a parte de produção cultural seja mais forte lá também. Até pelo contrário as vezes.

AM: Às vezes não corresponde né. Tu pode ter uma política forte mas não ter ali quem abraça, quem toque. Aqui além de não ter a política forte voltada para construções culturais de fronteira. As próprias autoridades falham nisso também. Falta de articulação, de protagonismo, sei lá. Tem muita coisa que não funciona. Algumas funcionam, outras não. Mas...

SM: Ficou claro que eu estou querendo fazer, faz sentido? Me parece que você tem muito conhecimento sobre a questão das políticas públicas e da ausência delas -

AM: Só do que eu leio. É mais a questão de vivência, da prática, das ações que fazemos aqui. E um pouco se você for muito curioso também. Em função da minha atividade também. Por isso que eu conheço um pouco dos aspectos legais e formais também. Pouco da parte cultural mesmo porque eu nunca elaborei um projeto para captar recursos. Em todos esses anos de atividade a gente sempre fez ou com parcerias locais ou com recursos próprios. E foi bastante, não foi pouca coisa.

SM: Então o que é feito aqui culturalmente, o que consegue sair, o que consegue ser organizado... quais são os agentes que são mais ativos, que dão vida para os projetos culturais? A sociedade civil, as ONGs, os coletivos, os -

AM: Basicamente a sociedade civil e os próprios agentes. São poucas as iniciativas do poder público. Tem a questão da semana farroupilha, é uma questão do Estado. E também a questão da identidade relativamente comum entre os povos argentino, uruguaio e brasileiro a parte agro-pastoril, a origem do gaúcho. Isso tudo vem forte aqui. Tanto que tu vieste agora. Tu devia pegar o desfile da semana farroupilha. Eu, pessoalmente, não gosto, mas...

SM: Ninguém com quem eu falei da área cultural gostava...!

AM: É forte. Um dos poucos que faz produção cultural aqui e consegue captar recursos é o que lida muito com tradicionalismo. O Rui aqui na cidade. O foco dele é tradicionalismo. Recurso para desfile, evento, voltada para o tradicionalismo, que é essa questão do gaúcho. Ele consegue. Mas os demais, é difícil. Então depende muito da iniciativa, dos agentes culturais que é quem estão fazendo cultura. No meu caso a gente faz a questão de eventos literários; de arte: mostras de fotografia, pintura; e musicais. A gente sempre procura mesclar literatura com outra coisa. Agora está uma esculhambação aqui, mas a gente sempre faz. Quando nós fazemos eventos aqui a gente procura juntar livro, algum lançamento de livro então tem sempre um autor, e trago um músico. E dou força para os músicos locais, brasileiros e uruguaios e procuro conciliar no mesmo dia com alguma mostra de arte, com um artista de fora ou daqui de Livramento e Rivera. E tudo com recursos próprios, sempre. Isso é uma das coisas que a gente faz. E a questão de apoiar e patrocinar outros eventos, mesmo com a nossa limitação, nosso tamanho pequeno, sem condições às vezes. Difícilmente alguém que vem aqui pedir apoio e patrocínio sai de mãos vazias. Ou se a gente não tem condições, indica, ajuda em alguma outra coisa, a estruturar. Sempre é bem recebido, sai com alguma coisa. E isso não só em Livramento mas em Rivera também. Tanto que tem alguns eventos... a gente sempre focou muito na questão do incentivo à leitura, até por sermos livreiros. Tem alguns projetos desenvolvidos que foram e estão em atividade tanto aqui como lá. Seria na forma de bibliotecas livres. Um exemplo: a gente disponibiliza pequenos módulos de biblioteca em locais públicos em Livramento e Rivera. E tem um que fica aqui na frente da livraria que a gente disponibiliza, se as pessoas quiserem pegar o livro, pegar, trocar, façam o que bem queiram. É uma prateleira pequena que a gente enche com livros. São livros para a população, pode pegar e fazer o que bem quiser com ela. Esse tipo de bibliotecas livres tem em vários locais. Tem uma lá no porto seco, que é voltada para os caminhoneiros, fiz uma parceria com o pessoal de lá e montei uma biblioteca para os caminhoneiros. Tem uma em Rivera, no hospital de psiquiatria, uma no setor psiquiátrico da Santa Casa nossa aqui, tem uma na secretaria de saúde... Enfim, tem em vários locais. A ideia começou com a dificuldade de acesso das pessoas ao livro, muita pouca gente pode comprar livro. E às vezes a pessoa também tem dificuldade de ter acesso ao livro na biblioteca. Aqui em Livramento tinha só uma ou duas... a biblioteca pública e acho que a do SESC ou a do SESI. Um ambiente fechado, mas formal, para um público de um poder aquisitivo, de uma situação social mais diferenciada. E nós propusemos há dez anos atrás, mais até, a montar uma biblioteca em um espaço público então fizemos em um terminal de ônibus bem no centro. Tinha o módulo ali, a estrutura era semelhante a prateleiras e olhei aquilo e achei que parecia uma prateleira de livros. Aí me ocorreu de montar uma biblioteca livre. Comecei a trabalhar nisso. Tive apoio da prefeitura na época e da secretaria de cultura. E montamos, ficou um espaço bárbaro. Foi em 2011, eu acho, oito anos atrás. Montamos acho que no mês de julho e funcionou até dezembro. Era o último ano do mandato do prefeito aqui. Nós colocamos nesse local uma prateleira e dava para botar livros ali, em pé e deitados. Colocamos mais de 8 mil livros, em um período de 5 a 6 meses. Todos os dias ia alguém da prefeitura, da secretaria de cultura para repor os livros. Como o local era um terminal de ônibus tinha várias paradas de ônibus ali, gente que descia e subia. E os livros que a gente colocava ali saiam praticamente na mesma hora. Então o pessoal da prefeitura repunha os livros duas vezes por dia nos dias de semana. E como não funcionada nos fins de semana ia eu, pegava uma caixinha de livros e ia nos sábados, domingos e feriados para repor. Funcionou super bem. E não teve continuidade porque o governo mudou. Aí o outro governo não ficou interessado e como é espaço público a gente dependia deles, da anuência do município. Aí acabou a biblioteca.

SM: Nem tinha suporte financeiro, era só para ter a autorização de usar o espaço.

AM: Basicamente isso, nada mais. Só uma historiazinha. O governo mudou e eu sempre fazia campanha de arrecadação de livros usados. Pessoas doavam para a gente para isso, sabiam que iam ser usados nas bibliotecas livres. Aí mudou o governo. Como é espaço público eu parei de repor os livros. Não vou pôr lá mais porque eu dependo que eles concordem. Fiquei esperando, 1 mês, 2 meses, 3 meses. Aí eu fui falar com o secretário de cultura na época. Eu conhecia o secretário e ele sabia que a gente tinha o projeto. Mas eu expliquei para ele o projeto e disse que tínhamos interesse em retomar porque estava dando certo. Aí ele ‘vamos fazer, nos temos interesse em continuar’. Beleza, vamos continuar. Aí eu saí de lá e ele disse que entrava em contato comigo. Passou um tempo, quinze dias, vinte dias, um mês, e nada. Aí eu voltei lá, ‘e aí, secretário, como é que está?’, ‘estamos vendo como a gente faz para retomar, depende da autorização da secretaria de planejamento, é um espaço público, não é só da cultura... mas a gente está resolvendo’. Dei um tempo de novo. Esperei passar um tempo, voltei lá e fui falar novamente com ele ‘secretário, como é que está a coisa?’ ‘o planejamento disse que temos que ajeitar, tem que pintar, fazer isso aqui... mas nós vamos fazer’. Voltei de novo, um tempo depois e não tinha feito nada. Aí eu propus para ele ‘olha, vamos reabrir ali então? O que vocês querem? Eu dou a tinta. Vocês só pegam a mão de obra, que tem de sobra, e vocês pintam. A gente ajeita, pinta começa a retomar os livros, eu me encarrego. Você só precisa de gente para repor os livros’. Os livros eu tinha também, um estoque grande para ir fazendo isso. Até hoje não saiu. O governo mudou, se passaram 4 anos, entrou um novo governo que já está no segundo ano e até agora nada.

SM: Foi no penúltimo governo que isso

AM: No penúltimo. Passou 4 anos e mais dois anos de mandato. Como não deu certo eu pensei em outro projeto. Questão de incentivo à leitura, reciclagem e cuidado com meio ambiente. Pensei em reaproveitar eletrodomésticos velhos então o que mais se adequava eram geladeiras, tirar elas do lixo e dar uma finalidade nova para elas que seria servir de bibliotecas livres. Comecei a trabalhar nisso e nem procurei a prefeitura. Eu tinha um amigo no IFSUL e propus para ele o projeto e ele aceitou fazer. Consegui as geladeiras, os livros eu já tinha. Fiz uma parceria com uma amiga que tinha uma escola de arte, que ela e os alunos iam pintar as geladeiras, costumizar elas. E o IFSUL ia fazer o apoio institucional. O interesse era que saia. Aí saiu. Conseguimos botar 6 bibliotecas em espaços públicos. Uma no centro, perto do obelisco, no boulevard, no canteiro central; uma na Praça Matriz; e em outros locais. Em uma praça lá no bairro, que seria a Praça Artigas. Fazíamos da mesma forma, íamos repondo os livros... Funcionou super bem. Até que um temporal no final de ano... a gente nunca tinha visto isso... destruiu tudo e não tivemos capacidade de retomar depois. Aí o IFSUL se retraiu, demorou, tinha que apresentar o projeto novo, parou também. Nesse meio tempo com esse projeto eu tenho um amigo uruguaio que é padre, a gente fazia atividades com ele, na paróquia de Rivera. A gente fazia saraus, a gente fez lançamentos de livros na paróquia dele. Ele era muito ligado em questões culturais. Ele foi para Colômbia, voltou e foi para Paróquia de Tacuarembó e San Gregorio, que é um local que é um balneário ali, que é tipo um museu de artes ao ar livre. E em uma das vindas dele ele me perguntou ‘e aí, Artur, como está, e os projetos?’ aí eu falei para ele desse projeto, das bibliotecas em geladeiras e ele achou a ideia bárbara, ele diz ‘olha, te dou a base aqui’. Ele levou e lá em San Gregorio e até hoje funciona, eles conseguiram fazer a mesma coisa lá. Implementaram, tiveram adesão da sociedade, de várias escolas. Até hoje se você for em San Gregorio tem as geladeiras pintadas e customizadas e cheias de livros. E aqui não deu certo... um dia a gente retoma.

SM: E no projeto deles não tinha o problema de ter que pedir autorização?

AM: Sim, a gente teve que pedir autorização do poder público. Se fosse em um local, afetasse o tráfego, as pessoas. A gente pediu. Aí na inauguração todo mundo foi lá tirar foto. A gente não conseguiu retomar depois mas migrou para o Uruguai e não só em San Gregorio. Tem uma escola em Rivera, através de um amigo que é psicólogo lá e que trabalhava com jovens em situação de risco. Aí fui lá e apresentei o projeto para eles, eles toparam e montaram na escola. Dessa forma as parcerias funcionam e é assim que a maioria dos projetos e atividades culturais são feitas. Ou por intermédio de alguém que tu conhece e a soma de esforços e recursos. E às vezes são recursos pequenos e tu consegue fazer uma coisa boa.

SM: E qual é o lugar, o valor, o espaço que é dado à questão da fronteira nesses projetos? Na área de literatura se é o que você conhece -

AM: Tudo passa, enquanto funciona é bárbaro. Depois é como se nunca tivesse havido. Até agora tem gente que lembra dessas atividades. Tem adesão, tem público para isso. Tanto na área da literatura, da música, da dança, da arte. Há anos atrás nós produzimos dois shows no teatro de Rivera. Era um projeto de fronteiras musicais, a ideia era unir literatura e música. Então trouxe o escritor que também era músico. Fizemos o lançamento do livro dele, sessão de autógrafos, aqui na livraria. E no teatro de Rivera fizemos o som. Botamos lá 500 pessoas. Tivemos apoio, o custo não era baixo, então a gente entrou com recursos, contamos com a venda de ingressos e tivemos o apoio do prefeito na época que achou a ideia boa. No ano seguinte fizemos a mesma coisa e trouxemos um grupo de jazz. O expoente desse grupo era escritor também. O Luís Fernando Veríssimo. Fizemos aqui na livraria e olha não cabia. Tinha gente da rua até aqui dentro. Isso em uma sexta. No sábado o show no teatro lotado. Aí o teatro lá fechou. Entrou em reforma e acabou com nosso projeto. Para esse tipo de show nós tínhamos que cobrar ingresso e nem assim nós cobrimos os custos. A gente teve que aportar dinheiro para cobrir o custo. E o preço do ingresso era 15 reais. Então, para o show que foi feito, nem a meia-entrada pagaria. Tem público. A receptividade é boa. O que peca um pouco é a divulgação, acho que falha. Essa questão de não ter um calendário único também, de atividade de Rivera e Livramento. Às vezes tem dois eventos interessantes no mesmo dia, no mesmo horário, um em cada lugar. A questão de articular. Às vezes lá tem eventos ótimos e a divulgação é péssima. É uma coisa que acontece muito nos eventos da universidade de Rivera. Eles trazem bons eventos e vou lá as vezes e tem 10, 15 pessoas.

SM: E o papel dos eventos culturais... Por exemplo, você contou muito da Feira Binacional. Qual você acha que é o papel desse tipo de eventos na questão do território transfronteiriço, na questão da binacionalidade? Qual seria o aporte desse tipo de eventos culturais?

AM: Esse tipo de evento é fundamental até para consolidar a prática de atividades culturais conjuntas. É esse intercâmbio. A questão da aproximação das identidades é uma coisa interessante. É fundamental ter alguma atividade. A feira do livro, talvez não no formato de feira porque está ficando um pouco esgotada. Talvez fosse mais interessante trabalhar em algo multicultural e não focado apenas no livro. Então ter um festival cultural e não uma feira binacional do livro.

SM: Desfocar do livro -

AM: Exatamente. Que tivesse o livro mas que englobasse mais coisas. A gente estava indo para a música e para a literatura. A minha ideia seria ampliar, fazer um grande festival cultural binacional. Aí ter livro, música, dança, intercâmbio de artistas. Até para fortalecer a cultura local, a prática cultural local. Em Livramento e Rivera sempre tem atividades, todo mês tem alguma coisa. Às vezes o público é o mesmo público, as mesmas pessoas nesses diferentes eventos. Falta trazer um pouco mais de gente, descentralizar um pouco, tirar um pouco do centro –de quem tem maior poder aquisitivo- e levar para os bairros, algum bairro de Rivera, de Livramento. Para que a população menos favorecida também se beneficie. Na feira muita gente circula, independente de se mora no centro ou não.

SM: E na feira tinha algum trabalho ao redor do portunhol?

AM: Teve. Eu tenho alguma restrição quanto ao portunhol, acho que é um exagero. Talvez force um pouco essa questão de que é uma língua. Não é. Para mim é uma corruptela, palavras adaptadas no decorrer do tempo. Serve no âmbito literário, mas não necessariamente fazer um livro somente utilizando o portunhol. Acho que é forçar demais. No dia a dia tem algumas figuras bem típicas das duas cidades que utilizam muito. Eu acho que cai muito bem inserir o portunhol como recurso literário. Quem fez isso muito bem é um autor daqui de Rivera, que agora vive no México, o (Sávio Barbosa). Utilizou muito o portunhol como recurso literário. Em uma entrevista que a gente fez com ele, ele diz que o portunhol é uma língua literária. Já tem um movimento que está fazendo uma movimentação sobre o tema do portunhol. Acho válido e interessante. Não concordo, mas se eles acham interessante...

SM: Qual é o nome desse movimento?

AM: Jodido Bushinshe. Tu deve ter falado com um dos que organiza, o Eduardo Palermo. Ele é um dos que está por trás de tentar transformar o portunhol em um patrimônio cultural do Mercosul. Eu tenho divergências.

SM: Você tem outra visão, entendi. Você acha que as atividades culturais que acabam sendo veículo para o portunhol, seja eventos literários em torno do portunhol -

AM: Tem grupos musicais que cantam várias músicas em portunhol. É um recurso, oportunidade. Aproveitar uma onda, e ter algum ganho. Discordo conceitualmente.

SM: Mas você acha que esse trabalho acaba mudando de alguma forma a relação que as pessoas tem com essa forma de se comunicar... ?

AM: Não, para mim não impacta em nada. Quem utiliza o portunhol normalmente são as camadas de mais baixa renda das duas cidades. Agora tu vê o movimento tocado pelos ditos intelectuais ou pseudo intelectuais que não vivem essa realidade. O que eles querem? Segundo o que eu andei conversando com algumas pessoas, para mim seria tu amarrar o portunhol. Tu dá uma estrutura, um padrão de língua, tu mata o portunhol. O portunhol é para ser essencialmente utilizado oralmente. Tu utiliza ou porque tu ouve ou porque tu é criado ouvindo gente falando essa mescla. Tu sistematizar isso e colocar uma regra, eu acho que tu mata. Ao invés de estar incentivando, tu está matando. Porque assim como eu escrevo Bushinshe, eu

posso escrever de qualquer forma, com x ou ch ou sh. No momento que tu normatiza, que tu diz que Bushinshe em portunhol é com sh... talvez seja o que eles querem, não sei.

SM: Isso é a questão de institucionalizar -

AM: Institucionalizar, exatamente.

SM: Mas tem a questão do uso do portunhol na arte local. Fazer poesia em portunhol, na sua opinião isso acaba matando também?

AM: Não. Eu acho um recurso exagerado. Tem até alguns autores, o Fabian Severo. Há uns anos atrás ele escreveu um livro de poesias em portunhol. Eu gosto de poesia, tenho vários amigos poetas. Em termos de poesia é um livro pobre. A única coisa que chama atenção ali é o uso do portunhol. Não sei... Acho que é um recurso para ser utilizado para uma personagem fronteira, que nem fazia muito aqui. O Arlindo Coutinho foi pioneiro. Antes dele tinha autores uruguaios, mas ele é bastante conhecido. É um escritor popular. E vários personagens dele, quando ele representava, se expressavam em portunhol. Ele tinha uma escrita também bem marcante e com um viés cômico. Ele utilizou muito bem o portunhol como recurso literário. Além deles tem poetas como o José Simões. Não sei, eu achei meio tentar aproveitar um filão para ter um certo destaque. Assim como vejo alguns escritores escrevendo apenas em portunhol. Me soa falso, clichê, pesado.

SM: É uma instrumentalização...?

AM: E a instrumentalização, como é que tu vai fazer? Tu vai instrumentalizar. É uma limba literária, corruptela do espanhol e do português. Como tu vai sistematizar isso aí? Tu vai ter que criar regras gramaticais, e como tu vai fazer? Para mim é essencialmente o oral. Tem gente que pensa completamente diferente de mim.

SM: Não sei se você tem ligações com o mundo literário em outras partes da fronteira? Como você descreveria o cenário literário na fronteira, as singularidades dele?

AM: O que tem é pouco intercâmbio ainda. Por exemplo, aqui tem uma academia de letras e tem um correspondente do lado uruguaio também. Não se comunicam ou raramente se comunicam. Nós trazemos autores uruguaios para fazer, levamos autores brasileiros para fazer, sessão de autografo, lançamento de livro, isso é uma coisa que é comum. Temos uma política para os autores fronteiros. Por exemplo, livros que são editados de autores fronteiros, de Livramento, Rivera, a gente coloca à venda aqui com o valor todo revertido. É uma política nossa para incentivar a prática da escrita local. Só aqui que faz, não sei se os outros fazem. Mas eu noto que não tem muito intercâmbio. Nas feiras você proporcionava isso aí. Fazia um seminário, uma mesa, convidava um autor uruguaio. Tinha essa troca de experiências. Isso funcionava bem, mas eu vejo isso pouco. Pouco incentivado, ao menos institucionalmente. Tirando algumas iniciativas isoladas e locais.

SM: Então a cena literária na fronteira não tem uma caracterização muito clara.

AM: Acredito que não. Tem a questão da utilização dos recursos do portunhol por alguns autores. Tem autores que escreveram muito bem sobre a nossa realidade, por exemplo o Luciano Machado. São autores que a gente via aqui no dia a dia. Então histórias que eles dramatizaram utilizando o recurso do portunhol. São cronistas da fronteira. Tem gente que tinha essa qualidade. Mas a questão de ter um elo forte eu não noto. Eu patrocinei livros de autores uruguaios, ajudei na formatação do livro, na edição. Assim como com autores de Santana também. Fizemos isso em algumas oportunidades. Eu fazia, quem aparece é a livraria. Eu atuava como editor, do lado de lá e daqui. Às vezes fazia o diagramador, ou ajudava na revisão de texto. De alguma forma a gente sempre se imiscuía na atividade deles. A gente tem um bom contato com autores, não só daqui. São quase 18 anos de atividade que te proporcionou contato com vários autores. Pessoalmente, como é o caso de muitos deles, ou por telefone, email. Tu forma uma rede. Tem autores de várias partes. Camarões, Alemanha, tem gente que trata o estudo de portunhol. Essa revista eu vou te dar, revista nossa que foi editada. Aqui é uma revista cultural que nós editamos. Bilíngue, sem publicidade nenhuma, feita com recursos próprios, meus e de dois editores. Aqui na contracapa são cadernos culturais que nós publicamos em jornal de circulação local. Saía uma vez por mês, saíram seis edições, de julho a dezembro. Autores uruguaios e brasileiros, da fronteira e de fora. Tinha gente de outros países também. E a ideia dos cadernos culturais era migrar para uma revista, esta que se materializou aqui. Esse é o número zero. Tem história em quadrinho, fotografia. E foi editada por nós. Esse é o que eu te falo [ele mostra um texto]. O texto aqui ele mandou para nós, que aí utiliza algumas expressões em portunhol. Em um desses cadernos que ele fala sobre o portunhol, que é língua literária. História em quadrinho, personagem nosso, fronteiroço, criado por nós. O ilustrador é um amigo meu e o argumento é meu. A história é minha e ele fez a arte. E a diagramação é feita por mim também. Toda a estruturação da revista, projeto gráfico. Isso aqui é o livro que nós editamos. A crônica do Michel. É o livro Campo Sem Fim que é de uma amiga, que agora é presidente da Academia Santanense de Letras. Fizemos uma tiragem artesanal em dois formatos diferentes. Tudo com recursos da autora e nossos também. Isso tudo sem recurso nenhum.

SM: E tem claramente uma orientação fronteira -

AM: Ela é em espanhol e português sem tradução. Textos de autores brasileiros, uruguaios e estrangeiros. E a ideia é essa. Só que saiu o número zero, temos material para mais dois números. Em função de problemas pessoais o projeto foi postergado. Aqui é uma matéria que uma jovem cubana fez. Ela é uma cubana que veio morar em Rivera anos atrás. Tem poesia, fotografia.

SM: Me parece claramente que aqui na revista tem a questão de valorização do fronteiroço, do portunhol, o patrimônio material local?

AM: A ideia essencial é essa. Fazer a ponte entre a nossa realidade, o que é feito aqui por quem age aqui... artista, fotógrafo e escritor, e tu trazer gente de fora, fazer essa troca. Tu ter gente de fora com novos olhares e o nosso olhar. É essa a ideia da revista

SM: Essa revista é mais virada para fora?

AM: Não, para os dois. Tu está aproximando. Para que as pessoas conheçam o nosso, o que é feito aqui, mas proporcionando para quem é daqui, olhares de fora. É o caso da fotografia. A

questão da tradução da poesia chinesa não tem a ver com a nossa peculiaridade. A não ser a questão da tradução.

SM: E qual é a utilidade desse olhar de fora para fronteira?

AM: A questão do intercâmbio cultural. Acho fundamental. Tu trazer coisas porque as pessoas daqui também têm conhecimento e acesso. E vice-versa. É ter o intercâmbio entre o macro e o micro, nossa realidade com o outro.

SM: Projetar a identidade e a cultura regional para receber melhor.

AM: E o inverso. Espero que a gente consiga futuramente dar sequência, assim que as coisas normalizarem.

SM: E como você acha que esse tipo de trabalho atinge as pessoas, na identidade regional, na percepção?

AM: Eu acho importante. A questão do patrimônio cultural nosso. Tu está incentivando e as pessoas não se dão conta do tesouro arquitetônico, da arte, da literatura. Circulam na cidade e não percebem. Esse é um dos objetivos, que as pessoas se deem conta. Reconheçam o valor que tem e que é feito aqui. Nós temos aqui um acervo artístico valiosíssimo, o acervo de arte modernista que era de uma família de diplomatas. Ela era Maria Lúcia de Ouro Preto, conhecida como Malu. A avó dela era santanense, o avô era santanense e foi militar. O pai dela era diplomata e eles gostavam de arte. Então esse acervo todo de arte ficou com ela. E como ela não tinha filhos, quis homenagear os avós e quis que esse acervo ficasse aqui na cidade. Está aqui até hoje. De pintores brasileiros e estrangeiros. Matisse, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral. E o museu agora fechou. Em um dos cadernos a gente chamou atenção sobre isso. Se não me engano foi até no primeiro, para que as pessoas da cidade ouvissem e apoiassem. E esse ano o local fechou. O acervo está guardado, mas não tem local para exposição. Essa é uma outra luta que a gente vai ter que fazer agora. Algumas pessoas estão tentando ver se tem algum local para que essas obras sejam apreciadas. Pode servir de incremento ao turismo também e é uma maneira de tu proporcionar cultura através da apreciação da arte.

SM: Posso fazer uma última pergunta? Acho que já usei bastante do seu tempo... De tudo que eu já conversei com outras pessoas e como eu já fiz algumas entrevistas -

AM: Positivas, negativas, quais foram as impressões?

SM: Não tem positivo, negativo...

AM: Com quem você falou?

SM: Muita gente. Sobre a questão mais do portunhol falei com a Rosario, o Michel -

AM: Trabalha no teatro, é autor também.

SM: Eduardo Palermo, historiador. Falei com a Berenice. Vou falar com a Angélica depois -

AM: Angélica é produtora cultural

SM: Não sei o sobrenome dela. Falei com o Grisólia, da secretaria de desenvolvimento, com a Ana Paula da intendência e a Vera que trabalha com relações internacionais, que quem é da cultura não necessariamente conhece... Eu falei com o Osmar Santos.

AM: Osmar Santos é ótimo. A gente fez mais de uma mostra. Ele é um dos incentivadores desse acervo. Quando fala em arte ele é uma das figuras que tem que ser ouvidas.

SM: Eu quis ter essa perspectiva de artistas...

AM: Na questão da produção cultural, a Berenice, da curadoria, é uma boa pessoa também.

SM: Muito proativa, ela me pareceu. Eu falei também com o professor da UNIPAMPA, o Fabio, que estudou fronteiras.

AM: Conheço ele há vários anos. Conheço todos, menos a da intendência

SM: Ana Paula. De todas as pessoas com quem eu falei, tem tanta gente que estou perdendo a cabeça. Falei com a Neca também, a Maria-Luisa.

AM: Neca é gente boa. A questão da pintura e fotografia.

SM: Com a Jussara também.

AM: Está com um material bom

SM: Eu estou tentando entender essas camadas e às vezes é bom justamente ter um olhar diferente, das pessoas que trabalham na Receita. Por exemplo, o Grisólia, que é economista, não tem um olhar para a cultura.

AM: Nada.

SM: Eu senti. Mas é interessante também.

AM: Tu está vendo várias facetas, não só culturais. Turístico, econômico.

SM: Eu pessoalmente acho que as vezes é uma fraqueza do setor cultural. Eu falo isso com muito carinho por ter pertencido a ele. É que às vezes a gente tende a ter uma lente rosa para ver o mundo e no trabalho que seja um pouco mais acadêmico é importante tentar ter um olhar mais neutro sobre as coisas. Não necessariamente na ideia de criticar, mas para tentar colocar as coisas -

AM: Distanciamento. Tem que ter. Eu nunca tive essa lente rosa, sempre fui muito crítico. E continuo sendo. E essa é uma área difícil de trabalhar. Tu tem que ter abnegação. Ou tu gosta ou tu cai fora. Diminui muito o ritmo, diminuimos o ritmo de atividades que a gente fazia.

SM: Eu vi que aqui 2010 foi uma fase de -

AM: Vários anos. O ponto de ruptura foi em 2016. Aí em função de problemas pessoais. E se tu não está bem, tu não consegue tocar as coisas. Aquela energia que tu tem para criar e para fazer coisas boas parece que encolhe. Tudo o que a gente fazia aqui acabou encolhendo também. Em uma fase criativa, acabamos fazendo as coisas. Lançamento de livro, pintura, umas coisas pequenas. E mais apoios e patrocínios. Gente que pede para patrocinar algum evento a gente faz também.

SM: Mas isso aí é com todo mundo... E a expansão começou quando?

AM: Desde o início. Primeiro ano que nós abrimos. Não aqui. A gente abriu em outro local. Abrimos uma livraria com cafeteria. No primeiro ano já teve uma feira do livro, organizada pelo SESC. Então nós como tínhamos o local perto da praça, levamos a estrutura da livraria e do café para a praça. Montamos um café, foi um sucesso a feira. Já no nosso terceiro mês de funcionamento. E a partir daí nunca mais.

SM: E já tinha esse aspecto binacional na época?

AM: Já, sempre. Como eu sou daqui, quando nós abrimos a livraria, o outro sócio era colega meu. Funcionário da Receita. Só que ele era de Porto Alegre. Pelo gosto e pela afinidade com livros, a gente decidiu abrir a Marco Zero em 2001. Funcionou super bem. Depois ele foi embora. Sozinho não tive condições de arcar, tive que optar. Optei por fechar a cafeteria. Foi uma época de retração. Depois começamos a crescer de novo. Ficamos 2 ou 3 anos em uma garagem. A livraria era do tamanho dessa sala. Muita prateleira de livro. Ficamos 3 ou 4 anos assim. Aí mudamos para cá em 2007. Sempre com atividades. Trazendo autores, com produção, edição de livros. Livros editados por nós mesmos. É um autor daqui que escreveu sobre os autores santanenses. Ele é meu amigo e eu achei a ideia interessante, banquei a edição do livro. Fiz a revisão, a diagramação, fiz a capa, paguei para ele. Isso quem fez é a Marco Zero. Eu sempre pensei que livreiro é uma atividade diferente, a minha foi por opção. A livraria para mim é um comércio diferente. Não é simplesmente o local que tu vai vender coisas como uma mercadoria qualquer. Eu sempre encarei de uma maneira diferente. Mais como um foco de cultura, um ponto cultural. Ponto de aproximação de pessoas com interesses culturais, de difusão da cultura e incentivo à leitura. Essa sempre foi a minha visão. Tu planeja uma coisa, elabora um projeto, elabora outro e aí tu não para mais.

SM: Só uma última coisa, prometo. Você mencionou o consulado brasileiro no Uruguai -

AM: Parou completamente

SM: Eu queria entender qual é o... se é significativo o papel dele no fomento de atividades culturais -

AM: Foi. E deveria ser. Infelizmente as coisas para funcionar bem dependem da vontade pessoal. E não é todo mundo que tem e nem todos têm afinidades com temas culturais. Para nossa sorte em dois momentos a gente teve no consulado duas pessoas voltadas para a cultura, que gostavam de consumir, incentivar e patrocinar a cultura. Foi um papel importante. Nós fizemos um monte de parcerias naquela época e eles sempre incentivaram a cultura. Mudou depois da Eliana, que foi a última que se empenhou nisso. Veio outro cônsul que estava preocupado com a parte social, tinha outra visão. Queria ir embora daqui o quanto antes. O aspecto cultural depende muito da pessoa.

SM: Isso foi levado com a Eliana

AM: E com a Ana Lélia anteriormente. Isso funciona também para qualquer órgão público. Mesmo que tu tenha uma sistematização de normas, depende das pessoas que estão ali, se têm vontade e interesse. A gente teve momentos muito bons aqui. Pessoas interessadas em vários pontos chave. As coisas fluíam com facilidade. O momento agora não é esse. Vamos ver quando é que vai ter de novo. Depende muito das pessoas. Ou você tem uma regra institucional forte que independente da pessoa que esteja ali ela vá perdurar... Era o caso da feira binacional. Tudo estava indo para uma estruturação que permitiria que a intendência, as universidades... etc, encampassem. E que ela seguisse se consolidando e crescendo, independente de quem estivesse ali. Já tinha aquela base pronta. No momento que faltaram pessoas-chave o processo ruiu. E onde não tem dinheiro, dificulta muito. Se tu não tem o aporte financeiro, dificulta muito.

SM: O dinheiro não é um problema quando tem. Quando falta...

AM: Quando falta. Mas tem como fazer muita coisa com pouco dinheiro, a gente fez inúmeras vezes. E tem gente que continua fazendo isso. Graças a comunhão de interesses, a ter pessoas que tenham abnegação e desprendimento. E assim funcionam muitos eventos. Com pouco dinheiro você faz um belo evento. O ideal seria que não fosse assim.

SM: A conversa com você foi ótima. Aprendi muita coisa. Você tem um olhar diferente, uma voz que eu não tinha ouvido ainda.

AM: Que bom que fui útil.

SM: Eu espero poder fazer um trabalho que tenha alguma utilidade. Estou com um tempo dedicado só para fazer o doutorado, tempo para pensar São esses trabalhos de contar uma história que vocês não necessariamente têm tempo de contar, porque estão aqui fazendo o trabalho -

AM: A luta pela sobrevivência. Para não fechar a gente abre mão de muitas coisas. A leitura a cada ano, infelizmente está decaindo. Cada dia tem menos leitores que estão migrando para outras mídias. A facilidade de tu comprar um livro sem tu ir em uma livraria física. Como livreiro eu não sei até quando eu aguento. Só está aberto porque eu quero, senão já teria fechado há 15 anos atrás. Está aberta graças à abnegação da minha sócia e só.

SM: Vontade pessoal...

AM: Não tem como. E estamos abertos.

SM: É um problema que é mundial que existe até em cidades como Paris, onde eu morei, que muitos livreiros independentes têm que fechar. Apesar de ser uma cidade muito grande, um grande centro, com mais pessoas que têm estudo superior e que potencialmente vão ler mais livros. Então se tem esse problema em Paris... Não digo isso em um sentido de hierarquia mas de público potencial.

AM: E com uma concorrência desleal. Eu compro livros que nem como livreiro eu consigo comprar de uma editora. Eu vejo um livro na internet que eu como livreiro não consigo comprar da editora. A não ser que eu faça em grande quantidade. Fazer uma compra direta. A pessoa compra o livro pelo valor insignificante e entrega em casa grátis.

SM: Não consegue competir...

AM: Agora como é que o autor local vai aparecer? Não tem como. Não tem acesso a uma editora. E mesmo se tiver não tem a distribuição. Tenho vários livros aqui de autores locais ou edições próprias. É uma maneira de valorizar o trabalho de quem faz as coisas aqui. Fizemos pouco, perto do que a gente fez. Fico envergonhado de ter feito pouca coisa.

Appendix 16: Interview transcript – Carlos José Machado (Maninho)

Interviewee: Carlos José Machado (Maninho)

Ex-president of Jaguarão's Municipal Council of Cultural Policy [Conselho Municipal de Política Cultural]

Ex-chief representative of the Cultural Heritage section [Setorial de Patrimônio Cultural]

Organiser of Jaguararte festival

Location of the interview: Telephone

Date of the interview: 17.06.2019

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

[Apresentação da pesquisa]

CM: [Se desculpa pelo atraso na resposta do convite à Entrevista]

SM: [...] Eu queria saber um pouco de você, de qual é a sua relação com a questão fronteiriça, a questão cultural transfronteiriça, como você acabou se interessando nisso, se você é de lá ou não.

CM: Bom, vamos começar por aí, então (risos). Eu sou de lá, eu sou de Jaguarão, nasci lá, me criei. Eu saí praticamente para estudar na academia mesmo, em Pelotas. Portanto, a ida numa região fronteiriça, Pelotas passa por 60[70?] km de lá, onde eu fiz Filosofia, minha graduação inicial. Mas, antes disso, eu já era... lá nos meus 14, 15, quando, inclusive no início da década de 1980. E, aí, bom, depois eu te mando o link, teve um movimento em Jaguarão, chamado Projeto Jaguar, que você talvez já tenha, nas tuas entrevistas, colocado isso, que é um movimento interessante de você dar uma olhada, tem material interessante sobre isso. E, nessa época aí, eu tinha 14 anos, 15, e o pessoal, uma geração um pouco mais antiga que eu, já estudava em Porto Alegre, e, tendo aqui toda aquela discussão internacional, de Fórum da ONU, e alguns encontros, por exemplo, em Porto Brasil mesmo, que assinou o protocolo da ONU, Termo de Desenvolvimento de Patrimônio Histórico Nacional, e convidou, o PCN, se não me engano, das cidades históricas, que levou, então, a uma rediscussão da questão do Pelourinho da Bahia, das Missões Jesuíticas aqui, enfim. Em Jaguarão, como um acaso (risos) da história...Alguns alunos estavam estudando o caso do... enfim, em Porto Alegre, na Faculdade de Arquitetura...enfim, aí, nessa discussão, eles perceberam que moravam num... vou chamar de “elo perdido”, parafraseando um topógrafo nacional... ele usou essa terminologia porque ele nunca, ele nem sequer ouviu falar em Jaguarão, e o Marcelo Ferraz, projetista, arquiteto, falou para ele que conhecia Jaguarão, [...] em 2009, aí ele acabou indo, fez uma reportagem, reportagem sobre a erva-mate, e acabou pegando um pouco sobre Jaguarão... Ele ficou impactado pela cidade, porque ele não conhecia aquilo para ele tava “perdidão”, perdido no tempo...nisso conheceu a cidade e aí deve ter percebido isso porque parecesse que ela parou no tempo...É a parte ruim...Mas a parte boa é que é aquilo não foi tendo praticamente grandes modificações culturais no patrimônio... e isso fez, lá em 83, 84, que chamasse atenção..., sobretudo inicialmente das Faculdades de Arquitetura, depois veio e

ampliou, e depois de Pelotas, Oliveira, que desembarga hoje lá, [...] desceram, ou subiram, digamos assim, para a Cidade de Jaguarão, houve uma movimentação grande, e aqui foi o primeiro momento de discussão de todas essas políticas públicas do patrimônio, do despertar da cidade. E eu tinha 15 anos, e aí eu acabei olhando... a partir daí, que eu comecei a olhar a cidade de outra forma. Eu já era meio...participava de grupo, de... enfim, já era um pouco imperativo, e aí acabei fazendo Filosofia, acabei fazendo Teatro também, e já envolvido direto com essa questão cultural da cidade, e eu sempre circulava... aquilo ali eu costumo dizer que eu sou morador do entorno do Rio Jaguarão... Ali, e é uma característica quando eu tenho comparado com outras fronteiras do Brasil com outros países... O Uruguai tem uma singularidade, uma característica muito curiosa porque tu anda ali: eu dei uma caminhadas em, por exemplo, Jaguarão até Uruguai, caminho, volto. Tenho uns amigos em Fortaleza, em Nicarágua... Não, agora eu tô indo, tô passeando, dando uma caminhada aqui no Uruguai, já volto"... "Mas, como assim?" (risos)... Então, eu me sinto num lugar só, como diria o Schlee. Enfim, então, essa característica, desde cedo, já me deu um olhar muito diferente de fronteira, do que muitos outros lugares com o Brasil, que tem uma fronteira...uma diversidade enorme de fronteiras... e o que eu estranhei depois, estas diferenças para mim, foi: "lá fora é a fronteira dele...". E aí, claro, a minha participação nesse movimento cultural... lá em 87, nós fundamos uma sociedade, a Sociedade Independente Cultural, a SIC, que atua justamente em alguns projetos [...]: hoje, a Feira Alternativa de Literatura e Arte na fronteira, que é uma atividade organizada conjuntamente entre o Centro Mec do Uruguai, ali em Río Branco, e a SIC, no Brasil, que foi inicialmente protagonista nisso aí, o Jaguararte, que é um projeto desde 92, que envolve artistas do entorno do Rio Jaguarão, que pega grupos de dança, música, e, eventualmente, teatro, quando dá uma aquecida na região ali, de Uruguai, de Río Branco, e de Jaguarão, com foco em Río Branco e Jaguarão. Então, isso é uma coisa que vem já de bastante tempo, e isso...tenho participado, em 87, em 88, fundamos essa entidade, bem antes da Universidade Federal do Pampa estar lá, alguns Seminários Internacionais...vinha gente de Montevideo, gente de Porto Alegre, Caxias, enfim: era uma mescla de diálogos muito constante. Então, isso acabou...e era uma coisa como se eu estivesse em casa, "é coisa da fronteira", era uma coisa do curioso. Nessa... aí eu acabei embarcando nas discussões. Depois, a minha participação na construção, nas discussões políticas patrimoniais, culturais da cidade, acabei sendo Secretário em 2009, [...] eu fui Secretário 1 ano e meio. No meu tempo de servidor de 1 a 2 anos numa Administração Pública (risos)...mas aquele momento...eu..."olha, eu ajudo num..." não havia uma Secretaria de cultura e turismo, multicultural propriamente dito ali, nós construíamos...um objetivo meu, da Claudia, colega minha também, professora..." eu ajudo a construir essa Secretaria. Vamos organizar essas políticas"... aí, depois, eu saí (risos). E foi assim, né. Foi muito legal porque aí eu tive uma autonomia de organizar. Eu gosto muito de juntar o pessoal, juntamos a fome e a vontade de comer, como a gente fala aqui, que é ajudar o pessoal que efetivamente gosta de políticas de cultura, de movimentação, de democracia. E aí eu consegui juntar...eu conheci o... Puxamos alguns nomes que eu acabei conhecendo um pouco antes, que é o professor Alan [...], que hoje é professor da Unipampa, foi um ano que [...] em Jaguarão, o recebemos lá. Na época, ele estava saindo nas discussões patrimoniais lá de Pelotas... ele estava voltando para... nós pegamos ele, trouxemos para Jaguarão. Foi o nosso cara do patrimônio naquele momento. Aí, a própria Maria Fernanda, aqui da Casa de Cultura... Juntamos vários nomes que foram cruciais e, aí, montamos uma política de patrimônio lá, envolvendo algumas coisas que já existiam natural...normalmente na cidade, que era o carnaval, que tinha alguns problemas assim... e nós repensamos ele, apenas mudamos o planejamento, e acabou se transformando numa coisa "carnaval reconhecido no Brasil inteiro", né, enfim. Mas isso foram algumas coisas que surgiram. Aí, nós fomos [nos] envolvendo bastante um pouco com as Murgas do Uruguai... Tivemos esta preocupação que já vinha, inclusive...Bom, tá na hora de falar a parte depois, se não vai se estender muito, mas o pessoal

do Uruguai se envolvia muito nisso aí. E aí, eu acabei tendo que fazer o mestrado...assim, fui deixando de lado, tive que fazer algumas coisas da minha função profissional mesmo... uma coisa que eu gosto é dar aula... mas aí eu acabei fazendo o mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Puxei um pouco a parte da Filosofia, mas focando as políticas públicas de Patrimônio. Aí eu aproveitei para resgatar um pouco desse histórico de Jaguarão, quando começaram as primeiras discussões mais ampliadas da cidade, quando e como começaram essas políticas, como começou a pensar-se as próprias políticas públicas lá em Jaguarão, que vai praticamente acompanhar um pouco do país, na década de 80, no início da década de 80, melhor dizendo...E vem vindo, historicamente, é pouco tempo, na nossa vida. Ele começa 30 anos para chegarmos à cidade ser tombada, uma cidade ímpar, né, não tem, né... Para ter uma ideia, ali tem um... quarteirão do ciclo operário, que talvez você tenha passado por ali [...] O pesquisador, o Eduardo Souza, ele conseguiu resgatar lá na Bélgica, com esses padres, numa foto que eles têm, de 1907. Aí pega uma foto de hoje, de 2019, ela não muda. É apenas uma camperização de uma esquina bem para cá, mas tira uma bem pequena, o resto é todo o quarteirão mesmo. E isso...o centro histórico...poucos cascares, vamos dizer assim, que são o Hotel Sinuelo, os Bancos, o Banco do Brasil e o Banco Sul, Instituições Financeiras, são duas...Ali aonde estão hoje essas caixas de fósforo, eram duas construções, assim, fantásticas. Talvez uns dos bancos, um dos prédios mais lindos desses próprios bancos. A caixa também. É claro que a Caixa foi construída depois, 2006, estavam praticamente só os muros ali da antiga Casa do Comércio, que faz parte também da história dos anos de 1960, 70, e outros muros...em 69, no início de 70, eu acho. Então, a caixa também foi uma outra construção...a única vantagem da caixa é que ela mantém a autora, pelo menos. O Bannisul, ali na frente de outro Banco, ali é feio, porque é uma caixa de fósforo ao lado de um prédio da, onde era a Rodoviária ali do lado. Então, mas são pequenos, a gente olhando... Para quem está na cidade aquilo é ruim, mas para quem é de fora, chega, são poucas coisas. Pelotas, ao longo dos anos, por exemplo, mudou muito...pega alguns isolados quase ali, consegue pegar quarteirões. Então, essa característica da cidade é função...bom, toda uma conjuntura econômica, política e tal, que acabou gerando isso. Por outro lado, ela acabou conservando...E as pessoas moram nessa grande diferença, por exemplo, em Pelourinho, enfim, em alguns outros lugares, pessoas moram ali. Por alguns motivos elas preservaram aquilo ali. Então, isso foi uma curiosidade que acabou chamando a atenção de pesquisadores, do tombamento da cidade. E aí, claro, a minha participação, respondendo e resumindo, eu me envolvi quando ainda era muito jovem, segui participando, discutindo, como te falei, me envolvi com o teatro, como te falei, desde muito pequeno. Também me envolvi muito com o Teatro Esperança, lá com 7 anos, eu acho que era a primeira vez, não sabia que aquilo existia na minha cidade [...]. E, aí, eu não sei se você chegou a ler a dissertação do teatro, que eu fiz... Você chegou...

SM: Eu vi a dissertação, mas eu não li em detalhes...

CM: Sobre essa parte, das políticas públicas no Município, eu dei uma detalhada ali, dentro das décadas de 1970 e 80, contextualizei no mundo e no Brasil, mas especifiquei como foi na cidade. Então tem toda essa discussão patrimonial. Tem a enfermaria militar, tem...ali vem um resumo. O meu envolvimento é muito cedo, ele começa lá na minha adolescência, e, depois, não consegui parar: é uma coisa meio complicada (risos). Eu descobri uma grande coisa: que eu não sabia disso, que você não consegue parar, depois de saber alguma coisa ali. E eu acabei me envolvendo, e provocando. Já fui presidente da... ajudei a construção da 1ª Conferência de Cultura da Cidade, a formação do Conselho de Política Cultural do Município, eu me envolvi com a setorial de patrimônio, até hoje estou envolvido. Eu acabei sendo presidente, eu também fui presidente do Conselho. E, com tudo isso, acabei me aprofundando de cabeça na questão

do Patrimônio. E as relações com a fronteira que, talvez, seja uma outra pergunta que você está fazendo...

[...]

SM: Eu tinha visto algumas coisas na internet sobre o jeito que você se envolveu nessa questão e você acabou falando de tudo, então está perfeito. Agora eu tenho uma trajetória. Estou entendendo um pouco melhor, ligando os pontos.

SM: Uma pergunta sobre o que você falou da Secretaria de Cultura, em 2009, quando você fez parte, quando ela foi criada. Ela era Secretaria de Cultura ou de Cultura e Turismo?

CM: Ela foi criada naquele momento, em 2009, assumimos. É Secretaria de Cultura e Turismo. E continua. Antes, só existia a Casa de Cultura, que estava vinculada à Secretaria de Indústria, de Comércio e Turismo A Casa de Cultura que às vezes as pessoas confundem com a Secretaria de Cultura. Não tinha... as políticas de cultura eram muito difusas. E aí por isso que a gente organizou [...] e conseguiu trabalhar de forma mais sistemática algumas coisas. Uma delas que é a questão do patrimônio. E aí entra o patrimônio material e imaterial. Então, envolveu o carnaval, que é uma questão cultural que tem um viés de turismo muito forte. Então isso teve uma modificação de planejamento, na verdade, e que acabou gerando coisas bastante curiosas, interessantes, na sequência. A questão patrimonial: nós tivemos aí um...no primeiro dia de governo, a primeira coisa que nós fizemos de bom...pelo menos em contato com o IPHAN... e aí descobrimos algumas coisas... eu já participava, atuava nesse encontro de entidade civil... e questionava, conversava... tenho diálogos bastante razoáveis com os setores lá, mas aí eu fui descobrir mesmo pelo IPHAN que há muitos anos eles já tentavam ter uma participação mais ativa com a cidade. Aí eu fiquei estranhando que eu conhecia a diretora da Casa da Cultura, Cristina Arantes... mas como assim a cidade, a prefeitura não quis a parceira, eu não... Eu entendi melhor... Na verdade, o IPHAN, até pela legislação lá deles, lá de 37, [...] ele vai numa cidade, às vezes, dá uma preocupação das pessoas, porque ela tem o poder, de acordo com a legislação, quase que de intervenção. E isso, às vezes, assusta o pessoal. E foi na época, era [Ana Bira? 20:15], que era Coordenadora da parte Sul aqui, e ela descreveu: “a gente teve esse cuidado de nunca chegar na cidade, nós, IPHAN... chamar, a cidade tem que chamar, fica melhor”. E como em Jaguarão, talvez, o pessoal não tenha percebido que tinha que puxar o IPHAN para dar uma conversada, dizer, pontuar o que que eles têm de interesse, e eles acabaram não fazendo isso, talvez por falta de conhecimento mesmo dessas coisas. E, por acaso, nós acabamos marcando uma reunião em Porto Alegre, eu e o professor Alan, conversamos com a Ana, e aí tiramos essas dúvidas do porquê o IPHAN não estava tão presente, já que a cidade tinha sido, desde 90... já tinha quatro prédios tombados pelo Instituto do Estado. E aí ela nos colocou: “Não, nós fomos bem tratados pela cidade, estivemos em alguns eventos na cidade, mas sempre como convidados. Mas provocados a fazer o projeto, não se tinha nenhum interesse”. Então, a partir daquele momento, nós partimos já, em março, abril, nós fizemos um grande Encontro em Jaguarão: foi o pessoal de Brasília, do IPHAN. Na verdade, o pessoal do IPHAN já tinha bem conhecimento da cidade mais do que eles de lá. E aí, descobrimos também um projeto, que estava saindo do forno, que era o projeto de Centro de Interpretação do Pampa, que estava ali “dando sopa”, vamos dizer assim. Algumas cidades, Bagé também estavam interessadas, e nós acabamos é... eu brinco sempre: nós selamos, né, e essa ideia de Centro de Interpretação do Pampa, em Jaguarão, nos porões (risos), da Casa de cultura, numa reunião... estava ali a... nós puxamos aí... e aí tudo é questão de planejamento: nós entendíamos na época, e acho que era um entendimento correto, que esse selo seria lá no...

acabou sendo no “Mestre Maria Militar”, nas Colinas. E, nós, inicialmente pensávamos em [...] tentar manter as ruínas, fazer um parque, para manter as ruínas. E foi bem além disso: teve toda uma discussão a ser analisada e pensada, mas naquele momento entendíamos que esse centro de diversão do Pampa era uma coisa bem mais ousada. E aí, como é que estaria a continuidade disso: pedimos... o município não teria, mesmo que tivesse vontade, de manter com a manutenção do Centro de Interpretação do Pampa daquele porte. Mas nós tínhamos uma universidade que não tinha nem museu.... E aí nós conseguimos convencer a então reitora na época de ela incorporar essa ideia e isso ficar sob a dimensão da Unipampa. E aí conseguimos: nessa reunião, trazia a reitora, a diretora já era parceira, professora Maria de Fátima, inclusive é professora de Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da UFPE, hoje. Tínhamos.. eu, estava o prefeito, juntamos mais o pessoal do IPHAN, e, se não me recordo, estava mais alguém de Brasília também estava ali. E aí selamos, selamos isso ali. E aí saiu o Centro de Interpretação do Pampa e saiu uma série de outras políticas: o Teatro Esperança, que hoje já está restaurado. Nós tínhamos uma meta, que era a cada dois anos, ter um projeto pronto e já em restauração. [...] Nós, dentro dessa... 2011, 2012, 2013...2011 a coisa dando uma caminhada aonde (risos)... estou eu aqui, segui na luta, que eu gosto de estar de fora, no caso, e ajudando, contribuindo, provocando. A gente provoca com muito mais liberdade (risos) dessas realidades de sigilo. E a coisa seguiu: chegou a termos... o pacto das cidades históricas, nós conseguimos organizar uma Associação das cidades históricas do Rio Grande do Sul. Uma coisa que foi muito importante, um período em que essas políticas estavam à todo vapor a nível de Brasil. E aí está aí o pacto das cidades históricas, e nós tivemos 11 projetos. Nossa meta era um a cada 2 anos, que era uma coisa...né...nós acabamos tendo onze projetos aprovados [...] no pacto. Um deles era o Mercado Público...há também a Igreja Divino Espírito Santo, dentro de uma proposta de uso da comunidade. Seria um museu sacro, né. E mais: O projeto...o Teatro Esperança “a segunda parte”, que foi restaurado: o Teatro em cima tem uma segunda parte e para os fundos...mas, infelizmente, em 2015/2016, tivemos aquela ruptura constitucional...e acabou...mudou o governo, né, de forma inconstitucional (riso irônico), mas por isso dá vazão ao termo “golpe”, mas enfim. Tanto é que as políticas não só patrimoniais, mas, nesse caso, todas elas, mudaram. Não apenas “trocar uma pessoa, mas o projeto continua”... Não, continua. Mas, tudo isso que foi aprovado foi para o “beleléu”, foi para o saco, né, porque não existe mais praticamente. Agora, claro, aquele que saiu... nós conseguimos salvar o Mercado e o Museu Sacro na Divino Espírito Santo ali. Se estiveste em setembro deves ter visto as obras. E se tu estiveste em setembro do ano passado lá... Em setembro do ano passado já fazia 1 ano que o Mercado Público tinha sido entregue, isto é, já foi restaurado e foi entregue. Aí nós tivemos um outro problema “oriundo de Rei” (risos), vou usar uns termos, às vezes..., que veio junto de presente com essa ruptura constitucional: essas políticas todas, elas...os partidos de esquerda têm um compromisso muito maior com isso. Poucos de direita em alguns lugares persista, né, desenvolvem, talvez tenha esse interesse. Mas, em geral, são políticas de centro-esquerda que vinham no Governo brasileiro. Em Jaguarão também. E aí com esses presentes da ruptura constitucional, muitas cidades, como Jaguarão, como próprio São Paulo, acabaram sofrendo aquele anti-esquerdismo, anti-qualquer coisa... E até alguns partidos de esquerda estavam contribuindo para isso também, naquelas disputas que eu acho que são horrores, mas enfim...Acabou que lá em Jaguarão também houve uma mudança de ordem democrática. Ele acabou assumindo um outro governo muito atrelado ao Governo Federal atual. Então, isso significa que as políticas públicas também mudaram. E aí isso explica né...só para te explicar que se você estivesse lá...fazia um ano, em setembro fazia aniversário de 1 ano que o Mercado tinha sido entregue e, até então, e não foi até agora, aberto para a comunidade. Naquele momento, em setembro mesmo, eu ainda estava em Jaguarão, eu estava lá, aí eu acabei entrando no Ministério Público, com ação no Ministério Público. Hoje já está fazendo 1 ano da ação no Ministério Público, para reabrir o Mercado. O Mercado hoje para reabrir tem que

ser... vai ter que se submeter a mais uma manutenção. Um custo, que absurdo, né, que não deveria ter... e daqui a pouco ele vai ruir de novo, que está fechado. Então, por conta de quê? As políticas públicas também, nos municípios, elas têm de ter uma contrapartida. E se os municípios, gestores não se envolverem com isso, não acharem isso importante, acaba se perdendo dinheiro, né, foi o que aconteceu em janeiro: mudou a gestão e, não é nem... assim, eu acho que a gestão atual não olha: “Não, isso é coisa do governo anterior”. Pelo que eu pude perceber por, pela incapacidade de não perceber a importância disso. E por falta de capacidade técnica, de não buscar a capacidade... Quando lá, em 2009, nós assumimos, nós buscamos essa capacidade técnica. Afinal, nós estávamos agora no lado da vidraça diferente. O quê que nós defendíamos, o quê que nós fazíamos: vamos fazer isso. Então nós conseguimos caminhar. E quando eu saí, achando que provocava, né, a Feira Binacional do Livro, que foi uma iniciativa lá em 2009, nós fizemos também. É uma das coisas que ainda continua, o mais importante, embora eu já, lá no governo anterior, eu ainda provocava muito que ela tinha que ter um viés mais cultural, menos turístico e mais cultural, e com envolvimento um pouco maior com o Uruguai. A gente conseguiu fazer alguns colóquios, o Schlee foi um grande parceiro, morreu no ano passado. Talvez foi a feira que nós conseguimos mais ampliar. Nós costumamos brincar, e aí entra um pouco o meu trabalho, porque nós fizemos um verdadeiro contrabando de livros, na fronteira. Por incrível que pareça, a gente passa pelo Uruguai, pega uma coisa [tom de que é natural], né. Mas se tu vai dizer isso, é uma coisa absurda, sempre comento isso. Se tu vai: “olha, nós vamos trazer...vai vir livrarias do Uruguai, vai vir livros do Uruguai para cá.. opa! Não, não pode”, quer dizer, não que não pode. Tem todo um processo burocrático, que ia levar alguns meses e tal... E olha e é muito complicado. Ah, vai vir...Vinha esses livros. Então, na verdade trouxemos livros, o pessoal comprava, né. É, né... à vontade. Mas não podia fazer uma relação comercial, ali. Mas a gente agendava e... olha, vai lá no Rio Branco e pega o livro. Umás coisas absurdas assim. Então, para fazer um evento... E aí é que, às vezes, os Ministérios, de cultura e tal, parece que não há uma comunicação de Fazenda pública e cultura. Tem que haver esse diálogo, tem que haver esse... mesmo com os avanços no Mercosul e tal, no Parlamento... já tem Comissão de cultura e tudo, mas tem que avançar algumas coisas. Então, para se ter uma ideia, nós fizemos um contrabando de livros, na fronteira binacional em Jaguarão. Tenho que contar outras coisas curiosas: músicos de lá que vinham, né, vinham tocar...quando recebiam algum cachê, não podiam nem desembarcar no Brasil. Então, a gente fazia: eles vinham, tocavam, se apresentavam... Um músico, por exemplo, agora me fugiu o nome, tem um de Guaraí, que é músico, e escritor, e trabalha muito com essa ideia de, escreve naquele som de portunhol. Tem algumas discussões em cima disso, de portunhol, de língua na web, tá bom, mas, enfim, se fala, é algo falado, e ele escreveu dessa forma, tem algumas obras. E ele... estou falando para ver se consigo lembrar do nome, que me fugiu agora. E ele é de Guaraí, mas mora em Montevideo, eu acho. Ele circula, é um autor bem interessante. Esteve ali, fez uma apresentação do livro, enfim. Mas isso ali em Jaguarão. E já com a participação forte própria Sandra... conversando com ela, Centro MEC Carlos Nobre, de Rio Branco lá, que é uma que nós... auxiliava bastante, conseguia fazer essas articulações. E, a partir daí, nós começamos a ampliar, ampliar essas... E quando nós fizemos o FALA, o FALA foi um ano em que não teve esta feira, no ano anterior, nós tivemos uma [...] bastante dura. Eu digo, não é nada...nós tentamos: “Ah tem que acontecer”. E nós fizemos uma... nós vamos fazer a Feira de Cultura e Arte da Fronteira, para ver como é que a gente faz uma coisa sem dinheiro! Precisando de dinheiro! (risos)... para algumas coisas lá. É só planejar. E nós fizemos a SIC e tal. E com o pessoal do Uruguai... mas, até então, era organização da SIC mesmo, nós chamamos e, aí, nós sentamos depois, com a Sandra, com mais com algum pessoal ali de Rio Branco, da Secretaria de Cultura de lá, e... de novo vamos fazer em conjunto. Nós selamos uma parceria, SIC, que é a entidade essa que participo em Jaguarão, mais do Centro MEC, é uma entidade ligada ao Ministério da Educação e Cultura, o “MEC” do Uruguai... tem praticamente

em todas as cidades do Uruguai. E, aí, esse evento passou a ser conjunto. Então é organizado... E um evento, eu não sei se já posso falar desse evento, essa atividade que tem diretamente a ver com o que você está trabalhando.

SM: Sim!.

CM: Pode ser?

SM: Sim, pode falar.

CM: O FALA, que é a Feira de Alternativa de Literatura e Arte, ela surgiu... É... tipo assim, mais para provocar municípios de... “olha, é possível fazer... não tem por que não fazer uma feira do livro porque acha que precisa de um recurso maior ou não”. E aí nós fizemos... Bom, depois a Feira aconteceu, mas o FALA também, porque o objetivo do FALA é diferente de uma feira do livro e tal. E, sim, é uma feira... feira porque é uma amostra em que as pessoas podem se tocar, eles fazem troca de livros, se a pessoa quiser vender artesanato, é tranquilo. E ela acontece ao longo de 1 mês. Não é uma coisa específica. Dentro desse período, e eu acho o mais importante FALA são as oficinas que, em geral, não necessariamente, mas, no geral é o pessoal de Jaguarão, alunos da Unipampa, os professores, pessoas que... artistas populares, enfim, fazem oficinas lá no Uruguai, lá, em geral, em escolas... onde estão... já tem um público, ali, específico, já pronto ali...vão ao Uruguai, nas escolas da rede uruguaia, em Río Branco, e fazem oficinas: um pouco de...de preferência um pouco de literatura, ou da arte, ou da cultura, de forma geral, do Brasil, e algumas [de] relações com o Uruguai, origens da fronteira, o caso do Hélio, o caso do Silvio, [que] trabalha com Cordel, uma coisa fantástica, e ele trabalha com personagens, e ele tem até um que está em espanhol agora, que...e aí ele foi no Liceu no Uruguai, apresentando isso aí com personagens locais, que não há nem em Jaguarão, nem em Río Branco até, do entorno do Rio. Isso lá no Uruguai. E, em contrapartida, vários oficineiros, artistas, professores. enfim, lá de Río Branco, vêm a Jaguarão, e fazem oficinas nas escolas de Jaguarão. A gente combina com as escolas e tal, e eles recebem os alunos. Teve um impacto bem legal, bem importante. E eu acho que, inclusive, é um aspecto mais forte, melhor do FALA, dessa Feira Alternativa de Cultura e Arte. Mas, olha, recordo que há sempre também ao final, não necessariamente, ao longo desse mesmo... um fórum de patrimônio cultural na fronteira e tal. Esse desse ano, inclusive, participei de uma mesa, eu, a Sandra, e aí viria, uma pena que não...acabou não fechando a agenda, mas... de uma pesquisadora do Uruguai, de Montevideo, e o Alan [...], eu até sugeri (o Alan participou dessa mesa também), que o Alan participasse dessa mesa, enquanto Unipampa lá. Foi o fórum que envolve... e aí envolve, por exemplo, pessoas tanto do Uruguai quanto do Brasil, que... esse fórum acabou sendo na Unipampa, eu tenho insistido muito com essa ideia: “oh, nós temos que fazer...”, aí em um ano anterior, a ideia era fazer, em dois dia, um em algum lugar aí em Jaguarão, e em algum lugar em Río Branco. E independente...que a distância né... é pequena, mas era legal ter isso. A gente não conseguiu fazer. Acabou que, porque, claro, tem a proporção do horário, de tudo, né, enfim. Mas, esse ano, a participação de uruguaiois foi bem legal. Então, poderia ter sido...tudo bem, foi no Brasil, foi lá no auditório da Unipampa, mas poderia ter sido no Uruguai... em algum... na Casa de Cultura, né, enfim. Mas são coisas bem legais. E também sempre a gente faz quando dá, um dia, na praça, oficinas na praça. Toda a tarde as escolas levam os alunos, onde se faz atividades, atividades... oficinas abertas, mostra de livros, troca de livros... Várias atividades. Duas atividades: uma numa praça, na praça ali central de Jaguarão e a outra lá no Uruguai. Vem um oficineiro do Uruguai...tem um no Brasil, e tem um oficineiro do Brasil no Uruguai. De preferência ambos nos dois momentos. Então, são coisas que

acontecem, e essa é a ideia da Feira de Literatura e Arte. Tudo o que é possível: oficinas acontecem, de arte cênica, que aconteceu esse ano. E uma coisa legal, não falha, mas que está acontecendo no Uruguai (eu participei no ano passado), para quem fez teatro, ou na área afim, tem uma... são oficinas de teatro: vem uma atriz de Montevideo, um projeto dos Centros MEC, em vários lugares. Então ela vem a Ríó Branco, uma vez por semana, e desse trabalho já saem verdadeiros artistas, amadores. E eles apresentaram, e esse ano eu não consegui participar, mas eles já se apresentaram no FALA, teve participação lá no Teatro Esperança, desses trabalhos oriundos das oficinas de teatro no Uruguai, que vai brasileiros. Infelizmente esse ano eu não consegui participar [...], mas tudo isso está acontecendo na fronteira. E todos os brasileiros podem fazer essas oficinas no Uruguai, gratuitas e tudo. E, no Brasil, uma das atividades que eu mais acompanho, que é da SIC, da mesma forma, né. Então...E isso eu acho muito legal: ele vai no caminho, né, da integração das pessoas. Uma coisa que eu brinco muito aqui: as pessoas estão no entorno do Rio, né, não compra xenofobia, alguns preconceitos, e se sobrepõe. e Esse trabalho acaba indo na contramão dessas políticas hoje de, do Governo Federal, de fechar fronteiras, de, enfim, né...tem um olhar voltado lá pro norte do continente, em detrimento de toda essa relação latina que, como todos os países que fazem fronteira, com as exceções, são de língua espanhola, tirando lá o Suriname, a Guiana Francesa e a Guiana propriamente dita...então, é uma coisa que é legal. E tem a parte boa: eu gosto muito de andar na contramão (risos) - mais do que nunca esse trabalho lá é bem interessante, bem legal. Eu acho que está dando certo. O pessoal... claro que tem toda uma característica da região ali, né. Na verdade, desde há muito tempo, mesmo antes da ponte, o pessoal convivia ali. A relação com o Uruguai era muito diferente de outras fronteiras... como o da própria Argentina, embora haja toda uma relação tranquila, mas não...não é nem pelo rio ser extenso, né, porque em Jaguarão tem o rio, diferente de Quaraí, diferente de... Quaraí nem tanto, mas de ...de Rivera... Eu acho muito mais simpático, inclusive em Jaguarão e Ríó Branco, né, que em até outras fronteiras com o Uruguai. Mas claro: isso é talvez da minha relação umbilical ali (risos)...e, como se diz, um pouco de parcialidade.

SM: Você já terminou o que queria falar?

CM: Não, assim... mais do FALA, né. Essa feira que eu acho que é um dos eventos mais ligado...envolvendo a integração e a própria organização integrada, né. Ela é feita pelo Centro MEC, pela SIC, que é a Sociedade Independente Cultural de Jaguarão. E envolve sempre...a gente busca parceiros de apoio, como a Prefeitura de Jaguarão, a Prefeitura de Ríó Branco, a Alcaldia, que apoiam sempre no que for necessário, no suporte técnico em algumas coisas, em alguns eventos; a Universidade Federal do Pampa, é parceira sempre; o Instituto Federal sul rio grandense, o IFSUL, também. Aliás, o diretor do IFSUL é... como chamamos... “doble chapa”, e aqui tem um significado positivo, né, (risos) dependendo...doble chapa pode ter um significado negativo. Aqui não há... pelo menos é positivo (risos). O Fabián... o Fabián...me fugiu o sobrenome (risos), mas o Fabián é nascido no Uruguai, naturalizado brasileiro, [há] muitos anos já mora no Brasil, e é diretor do IFSUL. E isso é muito legal. A própria SIC, ela é doble chapa, né, porque é o Fabián, depois da SIC anterior... A Raquel que é uruguaia-brasileira. Então, ali é uma coisa... o nosso vice-presidente é uruguaio, né. É uma coisa fantástica, desde...agora que mudou a gestão recentemente, mas o Álvaro... tem uma curiosidade: ele nasceu no Brasil, possivelmente que foi um problema lá no hospital, ele acabou nascendo no Brasil, e imediatamente depois foi para o Uruguai e, enfim, ficou no Uruguai, morou no Uruguai, toda a vida no Uruguai... no lado...do outro lado do rio ali, morou em Montevideo, morou antes em Montevideo e tal. E agora ele está com um problema lá (risos), está com um problema de papelada porque, de fato, ele nasceu no Brasil, mas ele.. é... Uruguai

e tal, enfim. Mas, assim: na direção da SIC sempre se teve essa relação: a gestão mesmo sempre envolve brasileiros e uruguaios. A entidade fica aqui em Pelotas, no Brasil, mas ela tem isso. E a gente vai, infelizmente (tom pausado), infelizmente (riso irônico)... a gente tem que tomar alguns cuidados: se a pessoa não tem... não é naturalizado brasileiro, ela não pode ficar como presidente, nem como tesoureiro, por conta da prestação de contas, tu não podes fazer um imposto de renda, ir ao cartório, cartório de registro, para registrar ata, umas coisas assim: tu estás na fronteira, mas tu não podes ter brasileiro, ou seja, tu estás na fronteira, mas tu não pode ter uruguaio (riso irônico)..É uma coisa, é uma que eu fico muito indignado com essas questões, eu acho que tem que avançar, pelo menos algumas caracterizações, por exemplo, na fronteira algumas coisas, sei lá, tem que pensar. Tem coisas que às vezes é difícil, mas a gente...claro, mas a gente consegue...vamos usar a palavra “burlar”, né, de outra forma. Na prática, a gente faz isso. A gente não pergunta, a gente vai e faz (risos). E, claro, que cuida... [...] a gente cuida de algumas coisas: formalmente a gente estabelece algumas coisas, para não ter problemas legais. Mas, na prática, que é o que vale para nós, a gente faz de outra forma, a gente faz... E até porque a gente entende que a cultura não tem fronteira, então, ela não uma demarcação: “olha, aqui tu fala português, aqui tu não fala mais português, aqui tu fala espanhola. Aqui, tu é gaúcho, aqui tu não é mais. Aí tu deixa de ser”. Não existe isso. É uma coisa... existe um monismo, uma mistura.

SM: Estou tentando mapear os eventos culturais que celebram essa cultura transfronteiriça e dos que existem em Jaguarão. Então você mencionou o FALA, a Feira Binacional do Livro, o Jaguararte. Tem alguns outros que você -

CM: [...] O Jaguararte é um evento. Tem um que é muito interessante, que tem crescido, que é a economia solidária. Tem a Casa de Economia Solidária, que são artesãos e tal. E eles organizam a feira de economia solidária, e que envolve brasileiros e uruguaios. Uruguaios que moram no Uruguai... e participam dessa, acho que é uma associação, vamos dizer assim, eles têm uma sala. E eles fazem muitas oficinas, e eles fazem uns eventos, umas atividades que eles sempre estão presentes, tanto no Brasil quanto no Uruguai. E no Uruguai também tem outras associações de artesãos, de Río Branco, que quando eles têm aqui, eles são chamados, se envolvem, né. Então,...e essa feira, eu acho que, hoje, em termos, não apenas simbólico, mas econômico, viés econômico também, eles têm é... porque o FALA não tem muito esse viés econômico, é mais um viés simbólico mesmo, de atividades de convivência, como diríamos, mas a economia solidária, como o próprio nome já está dizendo, eles trabalham solidariamente entre eles, têm uma relação muito forte ... E a própria ECOSOL ali em Jaguarão, ela...são uma..., artesãos e, enfim, aqueles produtores e tal, que são envolvidos nos dois países ali. Trabalham conjuntamente e é uma coisa constante. O FALA, por exemplo, é em um mês, o Jaguararte é em novembro. É um evento, né. Agora, a Feira da Economia Solidária ou a economia solidária propriamente dita que está acontecendo lá, ela é constante, ela é diária, ela é todos os dias. Agora, ampliou-se ali com um grupo que aí eu participo do Consul solidário, eu um dos responsáveis por produtos orgânicos na cidade de Pelotas, a gente faz uma compra direta em Jagua... E a Casa da Economia Solidária de Jaguarão se associou nisso. Então... e, aí, está se buscando com pessoas que produzem produto orgânico no Uruguai, Río Branco. Então é uma...e isso está se construindo uma parte com o Uruguai, essa parte dos produtos orgânicos, que é bem agora. Então, se conseguir chegar, vai ser uma experiência bem... bem legal, bem diferenciada, bem...e que vai avançar muito. E, aí, claro, vai ter que fazer aquela adaptação, na forma (risos), na forma vai ser uma coisa e na prática... a prática não vai dar para definir essas fronteiras, ou pelo menos a fronteira delimitada geográfica e etc., política e geográfica. Então... mas eu cito essa questão das Feira da Economia Solidária ou a Casa da Economia Solidária,

pelo fato de ela ser constante, ela não muda, ela está lá. Vai em Jaguarão, ela está ali, está perto, enfim, né, várias pessoas participam de várias artes artesanais, no caso. E, agora, circulou com a questão do consumo, da produção orgânica. Se ampliou, por parte do pessoal da Economia Solidária, que também está envolvido com isso. Então, virou uma coisa importante de se acompanhar, porque é uma experiência [que] já vem de algum tempo e tem... e talvez a mais constante. É diferente do FALA, que é um evento, que aconteceu em maio, em maio/junho, nesse período; o Jaguararte, que é em novembro. Mas são eventos [...]. E esse não: é uma coisa constante, diária. Todo o último sábado de cada mês, eles fazem feira ali na praça. Também tem lá em Rio Branco: eles têm relações, contato. Então é algo que... na verdade, é uma particularidade que cabe um estudo lá. Eu tenho provocado o pessoal do Pampa para começar a acompanhar esse pessoal mais de perto (risos).

SM: E é todo o último sábado de cada mês? Porque não peguei o momento que estava aberto.

CM: É bem legal assim. E esse último sábado de cada mês... Espera aí...eu acho que não é o último, é o primeiro, é o primeiro sábado de cada mês. Esse é sagrado, mas eles fazem em outros sábados também [...]. Mas esse [o primeiro sábado] é o oficial. Já está na...as pessoas já sabem que vai ter e tal. Então...eles usam as mídias e tal, sobretudo mídia social, mídia... pela internet, divulgam um para o outro. Então, as pessoas da cidade já sabem, muitos que já sabem que vai ter aquela feira e tal. Então isso já faz um tempão. Cada vez lá, entrando já, de forma bem no inconsciente coletivo onde muitas das pessoas... o pessoal já está, já se adaptou a isso, né. E, sobretudo, com essa questão dos artesão uruguaios, que eles também podem ir. E quando tem lá na Lagoa Mirim. Você chegou a conhecer a Lagoa Marim? O balneário?

SM: Sim. Eu não fui no balneário. Eu sempre fui para lá no inverno, mas eu passei de carro.

CM: [...] Claro que também no balneário, embora eles façam atividades, encontros para a economia solidária, justamente porque alguns são moradores de lá, fazem lá, eles fazem lá em Rio Branco, na Lagoa Mirim, no balneário ali, atividades, oficinas, [...] que envolve técnicas, que envolve troca de experiências, os próprio técnicos que..., inclusive, de artesanato e tal, e discussões de políticas para a cultura, para o artesanato, para a troca de experiências, enfim. Eles fazem muito isso. Agora perdi uma em Jaguarão, mês passado - eu acompanho aqui pelas fotos [...] (risos), às vezes.. que é na... tem um sítio ali bem na cidade, perto da cidade de Jaguarão, no...o pessoal que participa dali e eles fizeram lá uma...na verdade foi um encontrão, com oficinas, técnicas, com o pessoal de Pelotas... dá um certo suporte também de professores da UFPel e da UCPel, da católica e da federal lá de Pelotas, mais o pessoal dentro da Unipampa ali, que dão...Mas é individualmente, não são praticamente institucional. Pessoal dá um suporte, um apoio bem legal. E isto tem acontecido lá (risos).

SM: E o Conselho Municipal de Cultura? Você poderia me falar um pouco mais sobre ele? Sobre o papel que ele tem nessa produção cultural transfronteiriça?

CM: [...] O Conselho, e lá é o Conselho de Política Cultural, ele sempre anda bem...é importante quando os gestores municipais também entendam que ele é uma peça importante. Quando mudou a gestão, a Secretaria...eu conheci, eu conheço a atual, a nova Secretária - agora, há um mês, que assumiu -, eu conheço também, tenho boa relação e tudo mais. A gestão como um todo ela já não vê dessa forma, embora, tanto a secretária anterior, e eu acho que a política da secretaria atual, tenha uma preocupação individualmente, que eles sabem da

importância do Conselho, mas eu sinto falta...são pessoa que não estão envolvidas com o movimento cultural, esse é o problema. Pessoas que acho que tem até boas intenções, mas não estão envolvidas...talvez não se interessam tanto em buscar conhecer, ler e, enfim, né. Então, isso me preocupa. Eu já, há algum tempo, eu ainda, quando eu estava na presidência, inclusive eu ajudei na construção da Conferência, como eu te falo, tinha boas relações com o Secretário anterior, da nova gestão, né... que, aí, essas questões políticas eram uma aliança. E o partido que estava ali assumindo a Secretaria de Cultura rompeu, que eu já sabia que ia romper desde o início (risos); mas... essas coisas da política, aquelas coisa mais... que me deixam um pouco indignado [...], mas o que eu já esperava aconteceu agora, né, em março: houve um rompimento. Saiu o Secretário anterior, que já era devagar, era muito devagar e tal. Aí, agora, assume, um mais ligado ao partido do Prefeito, mas mesmo assim, e da mesma forma, a Secretária que assumiu agora, que eu tenho boas relações, eu acho que é uma pessoa bem interessada, mas que, igual do anterior, não... não..acho que não tem muita aptidão para querer buscar conhecer mais e tal. E eu sei que, o pessoal me falou agora...e eu estou muito preocupado com o Conselho hoje. Eles têm que ter a Conferência esse ano. O pessoal da setorial de patrimônio, que é a Juliana, eu te mandei até os contatos, a Tatiane, eles são bem envolvidos...toda hora eles tentam provocar. Quando eu saí, eles foram... teve uma transição, nesse meio tempo: o Álvaro, até que teve que sair, e, aí... mas aí eles assumiram, eles criaram uma setorial, e acabaram assumindo, eles tentam dar uma sustentabilidade mais forte para o Conselho, eles têm boa leitura, mas precisa de um suporte técnico, que a lei exige da Secretaria de Cultura, e esse suporte não está tendo. As atas, inclusive, eles não estão achando. Quer dizer, mudou dentro do mesmo Governo, né. Do governo anterior, quando eu estava no Conselho, eu acompanhei tudo, e foi tudo direitinho, tudo organizado. Aí, a Secretária que assumiu depois, a Sandra, ganhou, junto, e eu como presidente do Conselho estava junto ali vendo todo o material tudo direitinho. Agora, eu não estou lá, né. E, aí, o que eu sei é que, mesmo dentro do mesmo Governo - isso foi agora, né -, [...] bem recente, o que me preocupa, parece que a nova Secretária não sabe onde estão as atas (riso irônico). E isso quem tem a obrigação de guardar...aí eu sempre tinha uma cópia. Eu sempre falo para o pessoal: “guardem, tenham cópia”. O próprio Governo anterior, e mesmo o novo, por exemplo, aonde eu estava, o Secretário sempre exigia uma cópia digitalizada, eu sempre ia guardando os arquivos. No último 1(um) ano, um ano e meio para cá, eu não... E, então, eu tenho conversado com a presidente do Conselho, que é muito boa, [...] é uma pessoa formidável, mas precisa de um auxílio, um suporte, que não tem, e que quem poderia dar também que seria a Secretaria de Cultura, não dá, e não dá porque não sabe também (riso irônico), não sabe como dá, ou não quer, sei lá, né, tem toda uma questão. Então, isso me preocupa. Então, O Conselho Municipal de Política Cultural tem atravessado agora, está em um momento bem, neste momento, bem crítico. Já teve uma atuação muito boa de construir políticas...inclusive deixou pronto projetos, anti-projetos, para edital de projeto de cultura, projetos culturais; edital até para fazer...ou seja, deixaram um trabalho pronto para o Gestor Municipal, coisas nesse nível: está pronto ali, é só o setor jurídico organizar algumas coisas e montar os editais. E, até agora, não fizeram: nem na Secretaria, com o Secretário anterior, agora o da mesma Gestão, e nem com o atual, de agora um 01 (um) mês. Eu já dei uma cutucada...agora, quando eu vou passar, mais ou menos, um mês, lá em Jaguarão, agora em julho - um pouco menos -, [...] eu quero conversar, visitar a atual Secretária e dar uma conversada, ver... porque aí eu aproveitar as relações, para ver se ela se interessa e se envolve mais, e auxilie mais essa parte técnica de, de material o todo, ele é, por lei, guardado na Secretaria de Cultura [...]. Inclusive, dá até para...até eu converso: daqui a pouco a presidente do Conselho, se não achar, ela pode até acionar o Ministério Público... que são obrigações legais. Mas, claro...o Conselho teve uma atuação muito importante. Deixou...e tem o material lá - esse material eu tenho guardado nas minhas pastas, né, por via das dúvidas, de anti-projetos que a gente fez, na época que eu era presidente, isso eu sempre falo como o

peçoal lá: “passo para eles, mande e-mail”, mas só que tem esse problema: se a gestão vai na contramão, consegue fazer várias coisas, mas acaba não sendo tão legal como se fosse...se tivesse uma gestão parceira, né. Na gestão anterior, o pessoal cobrava, e cobrava firme, inclusive, não era de compadre, e questões que eles eram tão parceiros, que a Secretária Adjunta chegou peitar, né, o Prefeito, que voltava ao cargo dela de posição, se não fizesse algumas políticas, por exemplo, os editais, acelerasse os editais públicos, porque não estava dando uma resposta muito direta. Então, o próprio prefeito foi chamado no Conselho para se justificar, explicar e tal, e, dali, saiu algum comprometimento - e saiu, de fato, o edital. Só que, aí, em 2016, já havia eleição, aí o prefeito que se elegeu, o novo, né. Então, ele pediu para esperar um pouco, que estava assumindo, e o edital... Nós ficamos e o próprio Conselho entendeu, tudo bem, faz em fevereiro...só que tinha, é óbvio: foi uma falácia, o Conselho acabou sendo enganado, pelo menos as pessoas que ficam aprendem com isso aí, e nunca mais saiu o edital. O edital já estava pronto para sair. A outra gestão anterior já leva, é de vocês, está pronto. E, aí, a gestão até pediu alguma questão ali mais... menor, assim, para ajustar. E, acabou... se deu, a pedido do prefeito que teria assumido em janeiro lá - isso foi em 2015, 2016, agora eu estou perdido - e nunca mais saiu, e não saiu do papel. Então, não saiu nenhum edital. Tem um dinheiro, mas que o Município não pode usar. Então, são coisas fantásticas que têm acontecido lá. Então, o Conselho, claro, o Conselho ficou, em termos de qualidade técnica, o anterior estava bem mais qualificado [...]. E o atual Conselho não tem essa qualificação, no sentido de qualificação técnica, de entender o processo, de entender a lei. Então, alguns conselheiros nem sequer leram a lei, os da parte do Município nem sequer leram a lei - disso eu tenho certeza (riso irônico) -, nem o Secretário tinha lido a lei - o anterior, o que estava aí, agora, no mês passado -, nunca leu a lei, nem de estudar a lei do sistema municipal de cultura, nunca. Eu sabia porque pelas falas, percebe. Então, imagina, se...e os demais Secretários não leram: óbvio, se o da Cultura não leu, imagina os outros. E os conselheiros da sociedade civil. Quando mudou...[...] mudou quando teve a Conferência, os que entraram não tiveram tanto envolvimento, talvez até na própria construção, eles não leram a lei, não se preocuparam em dar uma olhada e tal. E eu tenho sugerido lá que se faça um workshop, que se explique e se mostre, para que os conselheiros tenham uma habilidade melhor de atuar e tal. Isso é uma coisa que está se fazendo, eu até conversei com a Mangela, que é a atual presidente. A Mangela, é bem interessante, que ela é uruguaia e brasileira, e é presidente do Conselho, e é uma pessoa muito para frente, muito mais... que ela mesma que me coloca, e me liga, às vezes: “olha, tal coisa...[...]”, são coisas assim. Ela está interessada e tal, mas falta, talvez, algum suporte ali. E, aí, claro, talvez ela não tenha isso aí e a Secretária, que deveria ter o interesse, não tem, né. Essa é a situação bem recente do Conselho Municipal de Política Cultural. Mas está constituído, está construído. Esse ano tem uma Conferência, provavelmente vai ser em setembro, em outubro. Eu fiquei de ir, agora em julho, de dar uma ajudada lá para o pessoal. Há interesse, e isso é bom que haja, que aconteça, tanto por parte da Prefeitura...até sugeri, eu vou, ajudo na formatação, porque é uma coisa simples, mas é uma coisa que eles, se lá, não...nunca fizeram, eu acho, [...] nunca fizeram porque mudou o Secretário lá e tal. Mas é bem...é o time, né. Até falei, se precisarem eu ajudo na formatação e vocês toquem aí, façam a Conferência, em setembro, outubro, mas é... E aí, sim, eu tenho provocado pessoal lá, inclusive um pessoal que tem conhecimento, tem envolvimento. Só que, na Hora H, as pessoas ficam de lá, ficam atrás, tipo assim: “não quero me envolver, não quero estar como representante de setorial”. Mas, aí, acaba sendo um representante setorial, muitas vezes, [que] não tem nenhum respaldo, não tem um conhecimento mais qualificado do assunto. [...] E é ruim, e acaba ficando...não quer se envolver. Então, isso é muito ruim. Então, inclusive, se hoje está assim é porque as pessoas permitiram que assim ficasse...as pessoas envolvidas nas setoriais, na parte de música, de dança lá. [...] O teatro, ele está sempre renascendo (risos), porque nasceu, nasceu lá... Tem um teatro lá, eu já participei disso na década de 90... nós organizamos até um festival,

e participava de grupos de teatro, né. Só que não é uma coisa que tenha consistência, que siga, né, [...] as pessoas acabaram desistindo do teatro: os que tinham, acabam saindo. Eu tenho um amigo em São Paulo, volta e meia recebe os artistas famosos no camarim dele, e é de Jaguarão, um cara que era o meu diretor, vamos dizer assim, na época, na década de 90. Mas, enfim, e, então, por isso que a setorial de teatro está dentro, junto com uma setorial, com uma grande setorial, que é música, dança e teatro. Eles não estão organizados. Agora, música e dança, tem muita gente que trabalha com música e dança, de música a mesma coisa, mas falta se envolver. E, então, ainda falta aprender a andar e a quer andar. Porque é aquela história: querer reclamar de todo mundo é fácil, né, sentar na cadeira e reclamar, mas sair da cadeira e andar, precisa ter vontade e desejo de estudar, de ler, e de praticar. As pessoas praticam sem leitura, aí aparecem esses problemas. Mas, são os desafios que aparecem aí. Então, eu sou muito positivo: eu acho que o Conselho vai engrenar, se recompor agora esse ano, né, e vai para frente, e vai andar, e vai provocar a gestão municipal a fazer ou a dizer: “não vamos fazer, por conta disso”. Porque é aquela coisa, é bom, mas não me comprometa. Então, é a situação do Conselho hoje, do Conselho Municipal de Política Cultural.

SM: E a razão, segundo você pela qual as pessoas que costumam ter mais afinidade, mais contato com as questões culturais, de não se envolverem com o Conselho na Gestão Municipal... Qual é?

CM: Olha, eu acho que a questão do comodismo, eu acho um pouco de comodismo. [...] Eu acho que é assim, ó, por que que eu acho que é comodismo? Eu participei da setorial, e um dou aula, e estive, inclusive em alguns, quase 8 anos, também em, no Banco, trabalhando em Banco como um Bancário, no Banco do Brasil, dividindo, né... Como eu gostava de, e aí é toda uma questão de sobrevivência financeira, mas.. só que eu nunca deixei de ir em aulas.... Aí eu fazia oficinas, participava da SIC, participava da Comissão de Jaguararte, participava ...o pessoal me convidava.... Eu participava, eu conseguia tempo... e era possível: claro, a cidade é pequena. Quando a cidade é pequena, você consegue estar na sua casa, [...] quando dá, dar uma caminhada até à esquina, participando de uma atividade, volta. Então, se isso era possível, se eu conseguia fazer uma série de coisas, estar fazendo uma série de coisas, as pessoas têm que sair das suas casas, têm que... não adianta estar na sua casa lendo, tem gente com muita capacidade, mas não vai, não participa. Tem uma Conferência, às vezes tem uma Conferência... e alguns vão... e algumas pessoas que são sempre envolvidas, que estão lá. Essas pessoas, na verdade, elas... agora, o que as pessoas não querem é compromisso, muitos. Então, eu acho que falta... é o comodismo que faz com que muitas pessoas não se envolvam. Então, tipo assim, comodismo é: eu vou estar em casa. Se alguém fizer, eu vou, mas eu não quero fazer, alguém faz por mim, aí eu vou. Então, eu acho que o comodismo...isso é um pouco da sociedade, do individualismo, muito exacerbado na nossa sociedade. Então, um dos fatores pode ser: um monte de gente que não tem que trabalhar com políticas públicas mesmo, trabalham “um por si, Deus por todos”. Aí tem esse lado também (risos).

SM: E o sistema municipal de cultura? Ele foi iniciativa do Conselho ou da Secretaria?

CM: Olha, ele foi provocado pela Secretaria, provocado inicialmente pela Secretaria. Eu já não estava no Governo. É claro que... aí eu provoquei isso aí e tal, mas o pessoal...por que eu digo da Secretaria? porque, é claro, quem chamou a primeira Conferência, chamada pela Secretaria, apoiada pelos movimentos, eu... claro, eu já tinha saído, eu já tinha uma relação política com a Maria Fernanda, que era Secretária do Alencar, era o Alencar, naquela época...Maria Fernanda estava na gestão também, ajudou bastante, e, aí, e eu pela Sociedade Civil ali também

provoquei bastante, né. Mas, assim, toda a organização, toda a parte estrutural, foi construída pela Secretaria. Poderia ter... e era muito diferente, a Secretaria ia se envolver igual e ajudar. Bom, naquele momento havia a vontade de política da Gestão para que isso acontecesse. E, uma vez criada, o próprio Conselho, ele foi bem diverso e bastante crítico, inclusive. E, como os próprios representantes da Secult eram bastante críticos, acabou provocando, porque às vezes o Poder Público, mesmo quando o prefeito possa achar importante e tal, acaba sendo... sucubindo, né, por uma série de outras questões que vão surgindo no dia a dia de uma Gestão, e que precisa dar conta, e que precisa responder, e acaba deixando algumas coisas de lado. E tu imaginas que coisas de lado vão ficar? A cultura (riso irônico), as ações de cultura. Aí, nós brigamos por quê? Porque grande parte de valor de dinheiro, de circulação de capital, no Município de Jaguarão, a grande parte, foi provocada justamente pelas políticas de patrimônio, que entravam dentro da política nacional, nesse mecanismo de projeto. Então, injetava em Jaguarão, uns 5, 10, 15, 20, uns 30 milhões de reais, em um orçamento de que não passa de 80 milhões, é uma cidade com 80 mil pessoas. 40, em torno mais de 40 milhões, que, aí, seguiu, né, [...] fazendo um cálculo bem simples aqui, só das políticas de patrimônio, oriundas da Secretaria de Cultura e Turismo, estava dentro, aí tem todas as ações de turismo, quer dizer, isso...e, aí, a gente foi para cima da Prefeitura, do prefeito: “Espera aí...”. Nós provocamos todas essas mudanças importantes: inclusive, a pavimentação, boa parte delas, de pavimentação da cidade, que 80% não era pavimentada, e agora houve um fluxo muito grande...que foi aprovado, dentro dessas Políticas Federais, por conta do tombamento da cidade, quer dizer: a cultura provocou tudo isso, e aí é a cultura que vai “pagar o pato”? Não pode! E essa era uma briga que nós tínhamos, e que foi legal, e que tínhamos êxito, e que a Prefeitura: “Não...está certo [...]”. Bom, a Prefeitura também não dá para fazer tudo, todos os dias, responder a todas as demandas todos os dias. Mas, uma coisa é certa: [...] principalmente quando a cultura provoca essa circulação de capital em uma cidade, que é a parte econômica, então como ela vai ser... alijada, né. E era uma verba pouca. [...] Tirar qualquer coisa de uma verba menor é muito. Então, nós brigávamos muito com isso, com a Gestão anterior. O Conselho era muito forte mesmo. Então, eu digo isso sempre porque “Ah, não, era um jogo de compadres”. Não, muito pelo contrário, não era um de compadre, era um jogo sério, era um jogo que deve ser assim: da defesa das políticas de cultura e que tem um retorno tanto simbólico, tanto econômico, tanto...de forma geral cultural para as localidades, para as comunidades. Se isso está dando certo, está acontecendo, não pode haver retrocesso [...]. Então, isso, mais ou menos, acontecia antes. Então, a única diferença, agora, é que, eu diria assim: talvez a qualidade técnica de conhecimento, do envolvimento com isso diminuiu bastante no Conselho, de caráter geral, dos membros do Conselho. Mas, eles estão indo, estão atuando, a Sociedade Civil. Para ter uma ideia, na última reunião, de todo mês, que me passaram aqui, a Secretaria de Cultura tinha 2 membros, e só tinha 1. Então - Secult nunca deixou de ir com 03 (três) ou 04 (quatro), depois viraram membros oficiais, no Conselho - E ia 01 (um). Se dava o luxo de ir 01 (um)! Então... a Sociedade Civil praticamente quase sempre toda ela ali representada. Então, isso demonstra um desleixo por parte da Gestão Pública. Mas, o pessoal está indo, está provocando, está discutindo, pelo menos isso está sendo feito, e eu acredito que agora as questões lá, pelo menos essas são as informações que eu recebo, e o pessoal conversa comigo, estão já se organizando, provocando as próprias setoriais, para que se faça uma Conferência grande, boa, com quantidade e qualidade, e daí saia representantes bem envolvidos por isso e que queiram...Quando os representantes sociedade civil são bem envolvidos, são...qualitativamente entendem bem desse processo, se fortalecem para convencer e fazer com que o Gestor Municipal, pelo menos, faça as coisas ou, pelo menos, responda, diga: “olha, eu não fiz porque não concordo”. [...] Mas quando isso não acontece por parte da Sociedade Civil, o quê que acontece? [...] a Gestão Municipal pode não fazer nada, e se dar o luxo de não fazer nada, porque, afinal, não vai ser nem questionada, né. E quando não se é questionada, não se coloca

o pingos nos “is”. Tem que saber o que está se falando, tem que saber de legislação, tem que saber das coisas e, educadamente, cobrar, de forma com mais propriedade. E essa propriedade não apareceu, né, por questão do conhecimento dos conselheiros. Claro, né, o Gestor, por mais boçal que ele possa ser (risos), vai agradecer, e, aí, se sentir tranquilo: “Não vou ser cobrado”. Então, mas eu acho que, às vezes, falta isso, esse passo para o Conselho hoje. E acho que eles vão conseguir melhorar, pelo menos me pareceu essa vontade do pessoal lá.

SM: E o Conselho foi criado em qual ano? Você sabe dizer?

CM: [...] Deixa eu abrir aqui uma coisa aqui... Em 2016... vamos ver. Em 2015...eu estou em uma dúvida cruel aqui. Estamos em 2019, não é? (risos). Espera aí... Deixa eu ver se eu estou com isso aí aqui... [...] Então foi em 2015, agora eu confirmei aqui. [...] Então, em junho de 2015 foi formado o Conselho Municipal de Cultura. Foi em 2015 mesmo. Julho, julho foi a Conferência em 2015 e já saiu o Conselho, o primeiro Conselho Municipal de Política Cultural.

SM: Tá: a Lei foi de abril, junho/ julho...

CM: A Lei foi de janeiro. E teve toda uma organização de 1 semestre para a organização da Conferência e... vamos ver aqui: esse Decreto foi...em junho...

[interrupção da ligação]

CM: Mas, assim: em junho de 2015 aconteceu a Conferência, a primeira Conferência Municipal de Cultura. E... opa, será que eu achei uma coisa aqui? [procurando o arquivo que não encontrava]... Ah! Eu tenho a cópia (risos). Então, aqui, ó: “Aos doze dias do mês de junho”. Então, em 12 de junho de 2015. Então, a Conferência foi em 4, 5 de junho, por aí. Foi tirado, já foram escolhidos os conselheiros na Conferência, a primeira. [entrevistado analisando o documento em mãos].

SM: Os documentos do Conselho que você tiver no pendrive, e em versão eletrônica, e for possível compartilhar comigo. Me ajudaria.

CM: Posso. Sim, eu posso te mandar a cópia dessa ata, [...] mas eu tenho ela lá digitalizada, a cópia mesmo, com assinaturas, né, que seria o documento mais oficial, mas eu tenho essas cópia, tenho alguns dados, algumas promoções e, aí, eu posso te mandar... eu tenho aqui o Regimento. [...] - deve ter algumas alterações... Aqui eu tenho o Regimento, aqui eu tenho as Leis, [Lei] 6102 de 2015, que vai criar o Sistema Municipal de Cultural, e [a Lei] 6361, que é uma operação... e foi muito importante essa operação, para coibir algumas ações [...] da Gestão Municipal de usar o dinheiro do Sistema ao bel prazer, quer dizer, havia uma brecha, né, e, aí, essa brecha foi fechada justamente com a alteração. E o próprio Conselho, na época, percebeu e fizemos, entre outras, essas alterações, do uso do dinheiro. Isso é muito importante, porque, se não fosse isso, agora, no ano passado, no início do ano passado, queriam usar para qualquer coisa, a Secretaria. E como eles não conheciam a Lei, aí quando chegou no jurídico...aí nós avisamos: “não pode”, e não podia mesmo. Aí, o jurídico olhou e disse: “realmente não pode” (risos). [...] Mas, veja bem: tem coisas que...então essas duas Leis são bem interessantes: a Lei que cria, a Lei que altera algumas coisas - essa eu vou te mandar -; o Regimento, que dá os

princípios da Lei e estabelece algum regramento do Conselho. Eu já te mando, posso te mandar isso tudo, [...] e depois tu olha aí.

SM: Ótimo. Obrigada porque eu fui na Câmara dos Vereadores, eu copieei... eu escaneei um monte de documentos. Eu tenho também algumas atas do Comitê de Fronteiras que me passaram na Secretaria, mas tem alguns documentos que eu não tenho: documentos do Conselho mesmo eu não tive acesso ainda. Então, eu vou cruzando as diferentes fontes de documentos e tentando ter tudo.

CM: Eu vou até mandar alguns contatos aí. Eu vi que tenho uma lista de e-mail, eu não sei se são os mesmos ainda. O primeiro presidente, o Gabriel Chati, foi professor, e é professor de produção e política cultural da Unipampa, hoje está de licença para o doutorado, que é outra pessoa interessante. Ele tem uma visão bastante particular, diferentes, talvez, mas é um parceiro muito bom, inclusive na constituição da própria Conferência, ajudou muito a Conferência, compondo o pessoal da Comissão Cultural lá. Foram muito parceiros na construção do próprio texto legal, ele foi muito envolvido lá, antes, isso ainda na cidade de Joinville. Então, é uma pessoa que também que vale a pena às vezes dar uma conversada, até para ver também um outro viés, como é que ele viu, é um pouco diferente de como eu vi essa da construção toda, então, que é bem legal, é um cara bem joia.

SM: Muito obrigada.

CM: Gabriel Chati o nome dele. Eu vou te mandar o contato dele, que eu acho que é o mesmo [...]. Então, não mudou mesmo. Esses tempos eu andei conversando com ele.

SM: Ótimo, obrigada, ninguém tinha mencionado o nome dele.

CM: Importante você contatar com ele. Ele foi o primeiro presidente do Conselho. Eu era vice. E, depois, ele teve que se licenciar, foi quando aí se fez uma nova eleição, eu acabei assumindo a presidência, não foi automático, eu era vice, e fizemos uma nova eleição, mas... então, eu praticamente terminei o mandato, terminei o mandato. Quer dizer, foi uma nova eleição e até uma nova Conferência.

SM: Entendi, ótimo. Muito obrigada. Eu não conhecia o nome dele, ele não tinha sido mencionado até agora.

CM: Então vai junto agora o contato dele.

SM: Ótimo, obrigada. Você me avisa quando não tiver mais tempo, porque a gente já conversou bastante. Eu ia continuar, mas talvez.

CM: É verdade, mas a gente vai falando. Eu acho que te passei algumas informações que talvez sejam úteis, e alguma coisa de base de políticas públicas, que depende, se quiser, pode pegar até na própria dissertação, ali tem algumas coisas, inclusive de políticas públicas para o patrimônio, que envolve lá um pouco o teatro, né?. Então, envolve muito a questão do teatro, né, envolve muito mais desde a construção do teatro, do movimento de uruguaiois, né, lá em

1898, na verdade, um envolvimento de uruguaios ali. E, o fato de o Ríó Branco ainda não ter um teatro, de não ter um espaço. Lá eles têm uma casa, agora a Casa de Cultura, até tem um espaço legal, mas é um [ambiente histórico? E o próprio pessoal, às vezes, lá do teatro, que te falei lá, eles utilizam muito o Teatro Esperança. Então, teve um evento, em 2014, ou 15, que é a Guerra de Catalina, que é uma atividade de folclore uruguaio, é uma... não é comparsa, é uma... Murga, uma Murga famosa, andou por todo o mundo, andou na Europa, a Garanta em Catalina, que é, inclusive, cidade do Ministério do Turismo do Uruguai. Então, eles têm um projeto, era o “Uruguai de ponta a ponta”. E, então, onde eles iam em todos os lugares, todos os espaços do Uruguai, em todas as cidades, praticamente. E, em Ríó Branco, o “Uruguai de ponta a ponta” foi em Jaguarão. E, aí, eu acho legal, porque Jaguarão é Uruguai, Ríó Branco é Brasil. [...] É um evento, é uma atividade muito grande, fantástica, uma apresentação que marca, marcante de Murga, muito bonito. “Diego y Jului”, se não me engano, é essa a apresentação. Assisti duas ou três dessa Murga, que é deles, né, as apresentações. Então, o “Uruguai de ponta a ponta” foi em Jaguarão, no Teatro Esperança. [...] Então, o Teatro Esperança é um espaço do entorno do Jaguarão, que é... Está em Jaguarão, por circunstâncias do período econômico da época, mas está no entorno do Jaguarão, né, que é, eu vejo o Teatro Esperança uruguaio e brasileiro, ou brasileiro e uruguaio, que é uma coisa...na prática é isso, na prática é isso. Mas, enfim, tem um pouco desse... na dissertação talvez você encontre alguma coisa, para que possa “linkar”.

SM: E, de uma forma geral, a interação com atores uruguaios - quando eu digo atores, os atores culturais do Uruguai -, como ela acontece ou não acontece, quais são as dificuldades...

CM: Em relação... atores uruguaios tu dizes....

SM: Pessoas que atuam na área cultural, do lado uruguaio, de Ríó Branco, ou de cidades da região de fronteira, como ela se faz com pessoas de Jaguarão?

CM: [...] lá a gente tem vários parceiros ali. Às vezes o pessoal vem, de lá, de Montevideo, da Argentina, que vem pelo Uruguai, e eles entram em contato conosco, às vezes com um... com os parceiros nossos, amigos, César e tal, que cuida dessa área musical, por exemplo - teatro às vezes falam...mais é comigo. Tipo, os nossos contatos para entrar no Brasil, chegar, circular. Então, tem algumas atividades, em São Lourenço do Sul, em Pelotas. Então, a gente faz, às vezes, as pontes, em Jaguarão, lá. Tem um evento em Ríó Branco, no Remanso, ali do outro lado do rio - tem um cais lá do lado de Jaguarão, do outro lado do rio - tem um espaço que eles andaram requalificando, está bem legal. Agora, do outro lado, tem dois um espaço também bem qualificados, no lado de Ríó Branco, na beira do rio. E, ali, eles fazem o festival “Las origenes”... das origens. O nome mesmo é “As origens cantam...”, o festival “Cantam as origens de Jaguarão”, alguma coisa assim. Então, ele ficou conhecido como “Las origenes”. E é um festival folclórico, e vem gente de todo o Uruguai: músicos históricos, há músicos brasileiros, a que mais tem é a música rio grandense, é Gaúcho da Fronteira, Serranos. Então, são nomes já da cultura, da música mais regional do Rio Grande do Sul, que estão nesse festival. [...] Não é um festival de pontuação, é um festival de mostra mesmo. Então, ali eles apresentam...e tem dança também, folclórica, tanto uruguaia como brasileira ali: é comum nessa região do Pampa. Então, é um festival que acontece nas margens do rio do lado de Ríó Branco. E participa artistas tanto do Brasil como do Uruguai. Claro, grande parte é do Uruguai, e uma parte menor é o povo do Brasil. E, assim como Jaguararte, tem... o Jaguararte é um pouco quase um pouco de rio...à medida de que...existe um momento bem... produziu no Uruguai, em Ríó Branco, vai no Jaguararte, a gente é convidada, e o pessoal vai, é bem legal.

CM: Mas, [...] eu não sei se a pergunta era nesse sentido... mas existe essa circulação, na verdade, de artistas uruguaios pelo Brasil, de Brasil pelo Uruguai ali, na volta, na região, tudo tranquilo.

SM: Entendi. E dos ativistas também, produtores...

CM: É. E uma outra...como curiosidade: [...] os bares, por exemplo, onde tem música ao vivo, vai ver músicos, de ambos os lados. Agora, há poucos dias, lá no “Tu Casa”, um grupo uruguaio de pop rock latino-americano, que dá muito deleite, né, que é do Uruguai, que são do Uruguai, tocando no Brasil. E, quando eles tocam ali é cheio. É um bar alternativo de música muito legal, que tem ali bem em frente ao mercado, no centro de Jaguarão. Não se tu chegaste a conhecer o “Tu Casa”. Eu acho que em setembro já estava na casa nova.

SM: Eu saí em um bar que tem uma programação de rock, que eu não lembro o nome.

CM: De frente ao Mercado?

SM: Como?

CM: De frente ao Mercado? Do Mercado Público?

SM: Sim, do lado do Mercado.

CM: Isso. Esse é o “Tu Casa”. Tem dias, tem noites, que é samba de raiz, tem noite que...é claro que...os donos são de uma banda de rock antiga... então, eles têm muito esse perfil uruguaio. E essa banda uruguaia, e eles cantam rock em espanhol, eles cantam outras músicas também, mas eles têm um repertório em espanhol. E é... o pessoal já quer saber quando. Agora, recentemente...bate volta e meia, eles voltam, [...]. E isso no Brasil. Então, músicos uruguaios no Brasil. Que a gente há muito tempo insiste, né. Já que é uma invasão muito forte, a questão da televisão. As antenas, elas vão...Então, o quê que acontece: tem uma coisa interessante para o lado uruguaio, é que eles falam muito bem o português, mais do que nós falamos o espanhol. Mas muito por conta de uma coisa não muito legal, que é a Televisão, e, junto com a Televisão, vai todo uma série de ideias...juntas, né, brasileiras - roubo, por exemplo - tudo para o Uruguai. Ali, então, esse bombardeio, acaba que, a partir...Legal, né, é limpa, eles falam muito bem o português. É muito tranquilo, eles nos entendem mais do que nós entendemos eles, né, de forma geral. Então, tem isso, tem essas características. Enfim.

SM: Entendi. Posso fazer uma última pergunta? E depois eu deixo você em paz.

CM: Faça! Não... tranquilo, tranquilo.

SM: Eu gostaria de saber, também, em qual medida a cultura vai junto com outras áreas de atuação. Você identifica alguma associação com outras atividades culturais, aos eventos da produção cultural, com outros objetivos, com outros valores turísticos, econômicos, políticos, educativos, sociais. Você identifica alguma associação assim?

CM: Aí, justamente... as políticas de patrimônio, de visitação, que levam... A cidade, ela é sempre ligada ao turismo, né. As políticas de turismo, elas estão constante na vida de turistas. O próprio carnaval...O carnaval hoje lá, é uma atividade que, ao longo do ano... porque tem escolas de samba, tem os mais antigos, que são os Regionais, os conjuntos, na verdade, que, ao longo do ano, eles passam a trabalhar em outras atividades. Mas, no Carnaval em si - a cidade tem 30 mil habitantes -, presume-se, mais ou menos, que 20 mil vem de fora, ou seja, a cidade quase dobra. Todas as noites têm mais de 40 (quarenta) ônibus que vêm de Pelotas, vai e volta. O pessoal que aluga. Então, a economia circula, no período de carnaval: tem gente que [...] tira mais ou menos o sustento de 06 (seis) meses, só no Carnaval. Então, essas ações elas são muito... eu vou pagar o turismo, e vinculada à economia. E, ali, trabalha-se muito a questão, envolve-se muito a questão, por exemplo, de algo bem tradicional, que é antes das Escolas de Samba, que é os Regionais. [...] os Regionais no Carnaval, por exemplo, acabam sendo ofuscados, porque tem a questão do trio elétrico, que também é bem antigo. Em 79 começa o primeiro, e aquilo vem vindo, vem vindo. E hoje está mais purificado, mas...Imagina: um regional, é um conjunto de 06 (seis) pessoas, chorinho, e acaba sendo ofuscado, né. E, aí, a gente estabeleceu já na quarta, o encontro dos Regionais. [...], tem algumas apresentações. E isso tem a ver com a cultura porque é o que tem de mais antigo no Carnaval, são algumas coisas que eu vejo. Outras coisas antigas, que eram os carros alegóricos, inclusive muito antigos aqui, e acabou sendo, talvez, substituídos até pelas alegorias das Escolas de Samba. Como era não tem mais, mas os conjuntos eles continuam. Então, isso é bem interessante, que é a operação da cultura junto com o turismo. São algumas coisas que eu vejo. Outras coisas, por exemplo, que está envolvido com o patrimônio imaterial: há algumas experiências, lá em Jaguarão, que é a questão do Jacquard, mas isso lá está até o IPHAN...está em discussão no IPHAN a questão da, do tombamento, é o último termo, na verdade, que se usa (risos), para o Jacquard, uma atividade, uma característica, que só tem lá mesmo, hoje. Eu não sei como é que se chama ali, mas é um ponto diferente o que eles fazem, e aquilo vai indo de geração para geração. Tem muito pouca gente fazendo lá e, isso, é uma preocupação que tem. Ele acaba sendo, quando ele é mostrado...tem atividades, por exemplo, agora tem um evento lá grande, todos os anos, que é a “Dança...”, “Jaguarão em Dança”, alguma coisa assim, que vem muita gente, vem muitos ônibus, várias Escolas de Dança, de vários lugares. E essas... eles são mostrados, são trabalhados. Então, o pessoal vai levando, vai circulando, vai sendo envolvido...Então, eles são...estão o importante é aluno nessas atividades de turismo, porque são mostras, que vem gente, de vários lugares, dançar, apresentar, assistir suas apresentações. Então, esses eventos ainda são eventos com premiação. Então, eles vêm e tal e circula muita gente. Então, acaba sendo algo, muitas coisas das atividades da cultura local, regional, da região, são mostrados dentro de uma atividade de turismo, com um foco mais turístico. São coisas que têm acontecido. Certo?

SM: Eu acho que você já passou muitas informações para mim. Estou muito feliz! Não sei se tem alguma outra coisa que você queira falar, mas já estou feliz.

CM: Não... qualquer coisa a gente entra em contato [...]. Em seguida já te passo todos esses dados que te falei.

Appendix 17: Interview transcript – Adriana Ança

Interviewee: Adriana Ança

Architect

Urban Planning Secretariat [Secretaria de Planejamento e Urbanismo]

Involved in previous cultural heritage actions in Jaguarão (restorations, PAC Cidades Históricas)

Location of the interview: Secretaria de Planejamento e Urbanismo, Prefeitura de Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brazil.

Date of the interview: 13.09.2018

Language of the interview: Portuguese

Transcription: Full transcript

AA: Aí, então, quando foi realizado o Plano Diretor, surge essa Lei junto, que é com relação à Lei de preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Turístico de Jaguarão, parte integrada do Plano Diretor, e tem um momento que ela segue um pouco o que diz nesse livrinho aqui do PRID, aonde fala como deve ser revista, e ela é essa parte aqui, ó, o miolo centrado a cidade, aonde tem os prédios hoje tombados. Então, quer dizer que, na realidade, já em 2006/2007, já se tinha preocupação no município de fazer este tipo de cuidado, na hora que alguém fosse fazer alguma intervenção na edificação ou algum tipo de construção. Essa Lei aqui também, ela é mais usada, hoje em dia, porque ela tem um incentivo à desconto de IPTU: se tu tem um imóvel contado direitinho, está dentro daquela lista...porque nessa Lei Municipal é que se consegue, então, concretizar um pouco do projeto todo que foi feito anteriormente. Então, a Lei, ela leva os prédios que foram inventariados anteriormente, e, todos esses prédios se quiserem pedir desconto de IPTU, se o prédio que tu tens tiver pintado, não tiver muita alteração na edificação, recebe desconto. Isso também foi durante muito tempo: ninguém pedia desconto. Eu acho que a economia apertou e começou todo mundo a pedir desconto (risos). Isso começou mesmo a nos movimentar, quando tombou a cidade. Até então, quase ninguém tinha muito conhecimento dessa Lei. O tombamento foi de dois mil e... o tombamento, na verdade, foi o seguinte: a reunião em que foi feita com os conselheiros para “se será ou não aceito o tombamento de Jaguarão” foi em 2011, mas ele foi escrito no livro tombo em 2012. Então, há sempre uma dúvida. Esses dias eu entrei no IPHAN, no site do IPHAN, e no site do IPHAN dizia assim: “a cidade de Jaguarão foi tombada em 2011”, e eu fiquei pensando “tá, em 2011 foi feita a reunião, mas no livro tombo está 2012, o IPHAN fala em 2011”. Assim: eu não sei te dizer o qual é o certo. Eu, na hora que faço um documento aqui, dizendo, “tombamento”, eu coloco o que está no livro, na hora em que ele entrou para o livro. Eu não sei direito, mas...

SM: O livro tombo é que reconhece o tombamento do ...

AA: O livro, na verdade, é assim: o Ministério da Cultura tem o Conselho, que são os “bam bam bams” aí do Brasil, e eu acho que alguns do exterior, eu não sei dizer: eles é que fazem... um deles entra com a solicitação para tombamento de um prédio, via IPHAN. Aí, isso ele é

passado, esse processo é passado para um dos conselheiros, o conselheiro estuda todo processo, vai até os locais para identificar o que é o tombamento e, aí, ele apresenta para o resto do Conselho, essa solicitação de tombamento. Depois de feita essa solicitação, depois de apresentada, eles discutem se realmente é positivo ou não o tombamento desse bem ou... daí são várias coisas. Depois de feito isso, se o Conselho resolve que realmente ele pode ser tombado, isso a nível federal, se pode ser tombado, então ele é aprovado e passa a ser, então... eles têm, se não me falhe a memória são 5 livros tombo: livro tombo “Artes Populares”, o outro é livro de “Prédios Arquitetônicos”, o outro é “Prédios Históricos”, o outro é... tem uns nomezinhos separados assim e, aí, dependendo do bem que está sendo tombado, ele vai para um livro ou outro. E, aí, a diferença é isso: é um livro e, aí, ali é onde vai ficar escrito qual é o...qual o bem que foi tombado, o ano, e todas aquelas outras coisas. Depois disso, é que abre um leque para nós, para conseguir recursos, principalmente...E aí entra muito conhecimento do Brasil e do resto do mundo inteiro. Então, voltando a 2007... existe essa Lei Municipal, onde há uma certa preservação dessa área, já trabalhando em cima do inventário da Ana Ó, da Universidade Federal de Pelotas. E, depois, em 2011, o Governo vê a necessidade de tombamento do município, principalmente porque estava para surgir... já existia um monumento, o monumento é... já ouviste falar?

SM: Já falaram, sim.

AA: ...aquele programa antes do PAC, que é para conseguir recursos. Só que o monumento era sempre ligado à alguma empresa, para os recursos, a empresa acabar pagando, e depois descontos de imposto de renda. Como a cidade de Jaguarão é uma cidade que tem... para alguém investir nesse ponto é uma ou duas empresas só, não tem de grande porte para fazer esse tipo de coisa...Isso estava surgindo o PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento para cidades históricas. Então. em dois mil e... eu não sei a data certa, mas eu acredito que foi em 2009/2010, o Ministério da Cultura abriu um edital aonde cidades que tivessem interesse em serem cadastradas como cidades históricas, poderiam fazer parte desse edital, porque a proposta era, depois de vir o PAC, para poder receber recurso. Então o município se preparou e apresentou vários documentos - uma pessoa que pode te falar muito sobre isso é o Professor Alan Melo, que dá aula aqui na Unipampa...

SM: Sim, já entrevistei ele. A gente não entrou especificamente nessa questão, mas estou em contato com ele. Se você me fala que ele sabe muito sobre isso, eu posso mandar mais uma perguntinha para ele.

AA: Sim, é porque foi ele quem montou esse material...

SM: Ele estava na Secretaria, não é?

AA: Ele estava na Secretaria de Cultura. Foi ele quem montou esse material para ser encaminhado para Brasília para eles fazerem análise, para ver se a cidade de Jaguarão poderia fazer parte, então, de ser alguma cidade histórica, de interesse histórico.

SM: Sim.

AA: [...] Então, depois disso, realmente nós fomos, pela documentação que foi encaminhado, eles identificaram que realmente era uma cidade histórica, e, aí, então a gente passa a fazer parte do mundo lá fora, a gente passa a ser conhecido na realidade, né? Então, quando surge o PAC – Cidades Históricas, somente as cidades que encaminharam a documentação e que foram aprovadas como cidades históricas poderiam receber recurso. Aí, então, a gente...aí, então, a Prefeitura, novamente, faz, quando abre o edital PAC - Cidades Históricas, faz, novamente, todo um processo para solicitar recursos para restaurar vários prédios da cidade. Fugi da sua história, né? (risos).

SM: Isso me interessa, era uma das perguntas que eu tinha...(risos)

AA: Fugi da história: estava aqui e voltei para lá, mas tá... (risos).

SM: Tudo bem, depois eu coloco -

AA: Bom, acho que paramos aqui no PAC, volta para cá... Então, depois disso tudo acontecendo, no meio desse caminho, então, de cidades históricas e do programa do PAC, então há um interesse maior do município para o tombamento, para isso: para poder receber todo esse recurso. Então, por etapas, a Superintendência do IPHAN de Porto Alegre, eu não sei se foram eles que contrataram ou foi Brasília diretamente, Brasília, eu digo, IPHAN/Brasília; mas eu acredito que foi Porto Alegre. Foi Porto Alegre. Abre o edital de licitação para contratar uma empresa para fazer o tombamento de Jaguarão... Na verdade, foi emanada por IPHAN/Brasília, e aqui só executou. Aí, então, eles licitaram uma empresa, e essa empresa faz o processo de tombamento de Jaguarão, em cima novamente das diretrizes que a Ana Ó lança, lá na década de 80, e depois do PRID, e sobre essa Lei Municipal e o Plano Diretor. Então, pega tudo isso, junta, e monta um. Aí surge esse mapa [Aa entrevistada mostra o mapa no momento]: essa mata se chama “Conjunto Histórico de Paisagismo de Jaguarão”. Tem umas apresentações de PowerPoint que eles nos mandaram... Quando eles apresentaram isso aqui pela primeira vez para nós, para Prefeitura, eles me mandaram o PowerPoint, tanto do tombamento de Jaguarão como do tombamento só individual da ponte, que a ponte é binacional... E eu acho que fala nisso um pouco mais da parte histórica e cultural, são só tópicos assim rapidinho, que nem esse... deixa eu me lembrar, já te passo aí.

SM: Tá. Eu tenho um pendrive, se quiser...

AA: [...] Então vamos voltar. [a entrevistada faz uma pergunta para alguém] [...] então, surge esse mapa e as diretrizes... surge primeiro esse, do tombamento, e, daí, esse mapa e as diretrizes, que é um dos documentos que a gente usa com mais frequência, que vem a ser o quê? Então, o quê que eles fizeram? Eles fizeram uma poligonal na área de tombamento. Então, tudo o que está aqui dentro, está tombado, tudo. E fizeram uma área de entorno, que é esta outra linha, aqui fora, que é, na verdade, a proposta da área de entorno: segundo eles, em Jaguarão até não acontece, mas não deixa de ser uma maneira de travar um pouco... É porque tinha muito em outras cidades: eles tombavam a área de entorno, quer dizer, tombavam a área, e não tinha área de entorno, e, aí, vinham as construções altas e acabavam abafando o centro histórico, e desaparecia no meio de tudo. Então, a proposta é essa. Nós temos, já, algumas das indicações com relação a isso, nós, eu digo, a Prefeitura e muitos técnicos da cidade, porque a área de entorno é muito grande, praticamente toda a cidade, a cidade termina aqui. Então, assim: ela é limitada a 2 metros de altura, dois pavimentos. Isso é uma coisa que ficou porque,

já no centro histórico, a gente tinha isso no Plano Diretor. Então, aqui no miolo, não mexe tanto, mas nessa área de entorno aqui, ela tinha possibilidade de construir a cidade inteira até quatro pavimentos só. Aquele único prédio que tem ali, de seis, eu não sei como é que construiu, mas (risos)...até quatro pavimentos, por isso: porque a cidade não tem o porquê ser em altura... não tem, porque cidade pequena não tem necessidade nenhuma. Então, isso é uma grande reivindicação que antes já veio e, depois do tombamento, da história de diminuir a área de entorno, e também rever essas alturas da área de entorno. [...] então, além disso, eles fazem essa separação e classificam com os setores, que são essas cores. Então, cada setor desse é identificado num outro documento e diz o quê que vem a ser esse setor e o quê que pode ser alterado ou não. [a entrevistada mostra no mapa] Setor 1... o setor 1, então, é só essa parte aqui, [...] essa parte vermelha, a mais aqui do centro, e, aí, tem as informações de como é que surgiu, o original... pá pá pá pá pá pá..., a primeira expansão... não vou te mostrar aqui que está tudo junto, vou te mostrar o que tá separado que é mais fácil. Então, aqui, ó: [...] tem uma ficha do setor inteiro, [...] mostra as características, o traçado, como é que é tanto as vias quanto as edificações, e diz as diretrizes de o que pode ser feito ou não em cada um deles... ó, o tipo de uso, [...] qual é o sistema viário usado, e, aqui tem, ó: “do tipo quanto à relação com a Agranorte Edificação: as novas edificações devem ser construídas num alinhamento predial e sempre com base na lateral. Então, cada vez que alguém vai fazer uma nova edificação, ou a existente... as edificações de interesse histórico-cultural, as edificações de interesse protegido também, seja em nível federal, estadual, não sei o quê... deve ser preservado a cidade externa tanto interna... pá, pá, pá, pá...”. Com relação a isso, de preservação dos prédios, surge uma outra subdivisão, vamos dizer assim, que vem a ser o livro de conservação das edificações; aí, tu saia do setor e passa para edificações. Então, aqui o vermelhinho são edificações de interesse histórico de conservação rigorosa, conservação intermediária e conservação volumétrica. Então, cada vez que alguém vai fazer alguma intervenção, tem que ver que tipo de conservação é, e seguir essas regras aqui. Ela se limita a essas regras, isso para nós é um problema porque... eu já te digo uma coisa, eu já te digo outra junto, né? (risos)... Por que o quê que acontece? Aqui a gente tem a conservação rigorosa, significa que não pode mexer nem dentro, desde que, entende-se não mexer dentro, mas que ele tenha uso. Então, se tu tem um banheiro que ele não tenha acessibilidade, mas tu tens que dá um uso na casa e precisa fazer acessibilidade, tu vais fazer acessibilidade, tu vais transformar o banheiro para ter acessibilidade. Tem a conservação, mas, ao mesmo tempo, o principal é ter um uso, se não, não adianta nada. Só que, o quê que acontece nesse caso, que já aconteceu várias vezes conosco aqui: não existe levantamento dos prédios internos, somente externos. Então, uma pessoa chega comigo e me diz assim: “ah eu estou querendo comprar essa casinha aqui vermelha, mas eu fiquei sabendo que no tombamento [...] a preservação é rigorosa, eu não posso mexer nada dentro”; e, aí, eles me perguntam “tá, então, tu consegue no IPHAN uma planta para eu saber como é que ele estava dentro para eu não mexer ou para eu saber o quê que eu posso mexer?” Aí a gente responde: “não existe”. Aí, tu tens que ter a cara de olhar para pessoa e dizer: “não existe!”. Eles dizem: “como é que vocês tombaram uma coisa que vocês não entraram e não registraram?” Vocês, da prefeitura, ...enfim, somos todos órgãos públicos no termo administrar. Então, acontecem algumas coisas assim; foram lacunas que ficaram e que não foram preenchidas, e todo mundo sabe que tem que resolver, mas fica por isso. E é um problema, porque daí a pessoa fica naquela... Teve uma senhora que veio para mim... Do lado do Banco do Brasil, tem uma casa, ali, grande, estão pintando agora, ela é uma casa de nível “conservação rigorosa”, essa compridinha aqui, e eles montaram uma pizzaria, há um tempo atrás, e destruíram várias paredes de escaiola, tiraram o reboco, aparece o estuque todo, tem todos uma... mexeram e remexeram. Ela disse: “eu quero comprar a casa, só que ela já foi alterada horrores. Só que, aí, depois, vem uma fiscalização de vocês, que eu estou mexendo na casa e vão olhar e vão dizer que eu que fiz”. Aí, eu sugeri: “então, a senhora vai lá e fotografe todinhas as pastas, identifique todas as peças, registre, nos

traga, que a gente cobre”. Aí não fez, né, mas tá. Então, é isso, fica esses níveis de conservação. E, aqui, são as diretrizes para seguir. Isso, então, está valendo, desde 2011. E como é que é feito, nós, aqui? A gente, a prefeitura, o papel dela ela é somente o meio de campo entre o proprietário, o requerente, e o IPHAN. Então, a pessoa tem dúvida, a gente vem aqui e passa o que foi construído no processo de tombamento para o requerente ou para o técnico ou coisa parecida. Então aí depois eles fazem projeto, seguindo essas diretrizes, esses documentos aqui, que são os documentos do próprio IPHAN, que é padrão para todo o Brasil, e, aí, são vários dependendo de qual aprovação de projeto, restauro, aprovação de aparatos publicitários, que é um outro problema que a gente tem, que não tem diretrizes, mas eles aqui analisam, em cima da cabeça de cada um, e a gente recebe a documentação aqui, é protocolada na prefeitura e a gente encaminha a documentação para IPHAN, eles analisam, dão parecer e encaminham para nós, novamente, a gente aí, então, analisa conforme o Plano Diretor, nossa Lei Municipal, e dá o alvará de construção. É mais ou menos assim que funciona [...].

SM: Entendi. Primeiro, obrigada por expor tudo isso em linguagem que eu consigo entender (risos), está ótimo. Eu tinha várias perguntas e uma delas era me explicar esse processo do PAC, então, eu acho que a gente já cobriu um pouco isso...

AA: [...] do PAC ainda tem mais história. Esse aqui é do tombamento.

SM: Só para eu entender: você está na Secretaria desde 2008?

AA: 2008. Isso.

SM: Então, você fez parte desse processo...

AA: Eu vi todo o processo.

SM: Ah, entendi.

AA: Na verdade, fiz e não fiz: é que, na realidade, eu entro mesmo no processo depois de tombado. Por exemplo, quando o Alan faz todo esse processo de mostrar que a cidade é realmente histórica, ele vem à Secretaria de Planejamento, que ele era da Secretaria de Cultura e a gente conversa várias vezes, para começar a montar isso. Era tudo feito na Secretaria de Cultura e a gente só dava algum suporte ou alguma informação necessária para que acontecesse. Aí depois do tombamento, sim, o tombamento como é uma coisa mais de edificação, né, aí, passa para Secretaria de Planejamento, para ela fazer a gestão em cima disso.

SM: Entendi. Mas a iniciativa de fazer isso foi da Secretaria de Cultura?

AA: Da Secretaria de Cultura junto com o prefeito da época. Agora, né, do tombamento.

SM: Sim, do PAC.

AA: Sim, sim. Porque na época dessa Lei Municipal, eu acho que a Secretaria de Cultura, eu acho que nem era junto, era junto com a Secretaria de Educação. Com a Lei de 2007...

SM: Tá. Isso aí ia ser a minha pergunta agora de como surgiu. Essa Lei de 2007 foi uma iniciativa Federal de dizer “todos esses planos têm que ser revistos?”

AA: Sim, sim.

SM: Ah, entendi.

AA: No Estatuto das Cidades, quando surge o Ministério das Cidades, eles lançam o Estatuto das Cidades e passam para os Municípios que eles devem, municípios de até 20 mil habitantes, se não me falhe a memória, eles têm a necessidade de apresentar o Plano Diretor. Tudo isso vem ligado a outras coisas, porque se tu tens o Plano Diretor, tu podes receber recursos do Ministério das Cidades, do ministério disso, do ministério daquilo.... eu acho que é bem interessante, até para as pessoas, para ordenar um município, que se não fica uma esculhambação. Então, como nós já tínhamos, ele foi revisto, sendo que ele deve ser revisto esse ano novamente, porque o Plano Diretor, ele tem uma validade, no máximo, de até 10 anos, e já venceu. Ele deve ser revisto. No Estatuto das Cidades, é um livrinho que o Ministério das Cidades lançou na época, fala bem isso: o quê que deve ter no Plano Diretor. Esta Lei específica... porque o Plano Diretor vem a ser as diretrizes e, depois do Plano Diretor, existem várias Leis complementares, que se chama. Que, aí, é a Lei do parcelamento do solo, Lei dessa de preservação histórica. Então, essa de preservação histórica, na verdade, no Estatuto das Cidades, que são as dão as diretrizes para o Plano Diretor para desencadear as Leis complementares, ele não está, porque é uma coisa mais específica do nosso município. Na verdade, viu a necessidade de fazer uma Lei separada num nível de edificações históricas que se via no município, e como já tinha todo esse trabalho da Universidade Federal de Pelotas, com todo um inventário, então, na verdade... até porque o tombamento ele inicia por um inventário: qualquer coisa que vai ser tombada, primeiro passa por um inventário, que a gente tinha vantagem de já ter um inventário, para depois, então, passar todas as outras etapas.

SM: Entendi. Então, a regra era fazer uma revisão do Plano, aí o município de Jaguarão decidiu fazer um nível acima, ou seja, uma Lei...

AA: Em fazer uma Lei com base no que já existia de preservação histórica do município.

SM: Tá, entendi. E você me falou que tem algumas coisas que ainda não me contou do processo do PAC...

AA: Sim. Isso não te contei ainda: tem uma coisa interessante que tu vais achar “saindo fora”, mas é a evolução urbana do município. Se tu tiveres a oportunidade de ler o material do Martín, ele fala da evolução urbana e de como... porque a câmara de vereadores de Jaguarão foi uma das primeiras a ser fundadas no Rio Grande do Sul, tem uma história assim, e, aí, ele conta a ideia daquela época que eles já tinham a, como se diz, tinham a ideia de, como nós estamos no sul do sul, das áreas, após a primeira expansão, das áreas serem, as ruas serem mais largas, em função da ventilação, da iluminação, da arborização. Então, já tinha uma preocupação, naquela época, de uma cidade um pouco mais arborizada, um pouco mais com relação à saúde pública,

principalmente, com essa área toda. Aí, depois, vira uma esculhambação de novo (risos), [...] agora está tentando arrumar. [...] com relação ao PAC Cidades Históricas: então, surge essa proposta de entrar com... é um edital, é lançado... prédios de interesse histórico que tu tenhas interesse em recuperá-los. O município de Jaguarão, então, faz um documento que, aí, entra Andréa e, eu não sei se o Alan está junto ou se ele já tinha saído. E, aí, eles montam quais os prédios no município que estão com problemas de restauro que deveriam ser, a gente chama de ações. Nisso, eles identificam o número de 11 ações, 11 prédios para receber recursos do PAC, para restauro.

SM: Esse edital do PAC, ele vem do IPHAN, ou do Ministério da Cultura?

AA: Ministério da Cultura, acredito. Aí é ligado ao IPHAN, porque como tem que ser tombado, como tem interesse histórico, só o IPHAN tem essa... Isso: é o dinheiro do Ministério da Cultura que passa pelo IPHAN e segue. Hoje, existe um departamento do PAC Cidades Históricas, um departamento grande em Brasília, ligado ao IPHAN, mas meio que vai junto assim, sabe? O Diretor do PAC de lá é o Robson Almeida, não sei se tu vais chegar a falar com eles lá ou não...

SM: Eu comecei por pessoas aqui, eu prefiro ouvir as pessoas daqui e depois ir para Brasília (risos).

AA: [...] Ele esteve em Jaguarão várias vezes até. Ele é o diretor do PAC. Depois tem o coordenador técnico, que é o Silvio – Vixi, agora não vou conseguir dizer qual é o sobrenome dele -, mas eu acho que se tu entrares no...

SM: Eu procuro.

AA: [...] No PAC, tu vais achar... na verdade, é um único prédio, está todo mundo junto, então quando fala com um, tu consegues falar com outro. Se tu não conseguir falar com o Robson, tenta falar com o Silvio, que é o atual coordenador. [...] então, surge aí um documento, aonde é identificado 11 ações. Dessas 11 ações, a gente tem restauro da Casa de Cultura, restauro da Prefeitura, revitalização da Praça, restauro do 24 de agosto, já não sei mais... Restauro do mercado público, término do Teatro Esperança, Centro de Interpretação do Pampa, Inspeção Veterinária. Eu tenho a lista ali para depois te passar... só tenho que saber onde anda isso. Quantos tu tens aí?

SM: Eu tenho a Casa de Cultura, Teatro Esperança, o Clube 24, a Praça Alcides Marques, Mercado Público...

AA: Centro de Interpretação do Pampa, tu botou?

SM: Ah sim, que não saiu ainda...

AA: Clube 24 de agosto.. Já está aí?

SM: Já.

AA: Sino Regente. Teatro Esperança está aí?

SM: Está.

AA: Inspetoria Veterinária...

SM: [contando quanto já tem em sua lista]

SM: Se tem um documento que tem...

AA: Tem. Na realidade, a gente tem o documento do Diário Oficial, que identifica todos eles: tem o nome de todos eles, o nome do município [...]. Com isso, tem a seleção, passa por uma seleção e, aí, a gente tem a surpresa...[...] o quê que acontece: aí, quando se começa essa documentação, se manda uma planilha, dizendo que tem que restaurar tal prédio e pedindo um custo para o projeto e para a execução. E aí, na época, foram lançados alguns valores: era 500 mil para o projeto; 2 - 3 milhões para cada restauro deles, “chutômetro” daqui: junto com igreja Matriz Divino Espírito Santo, “chutômetro” daqui junto com o IPHAN Porto Alegre, que tinha alguma experiência com relação a valores. [...] daí passa a ter esse... e, aí, a nossa surpresa é que a maioria dos prédios recebe, não recebe o recurso, mas o aval de, então, conseguir esse recurso. O quê que eu acho que na época a gente pecou: a maioria deles a gente não pediu projeto, a gente pediu só recurso para o restauro, para a obra em si.

SM: Ah, entendi. Para o projeto de uso, não.

AA: Para fazer o projeto... porque primeiro tu fazes o projeto de restauro, ele é aprovado pelo PAC e, depois, passa a ser executado. Então, a gente pediu mais dinheiro para a execução do que para o projeto. Tem os prós e os contras, o quê que acontece: os projetos que são licitados, eles não são licitados pela Prefeitura, eles são licitados pelo IPHAN em Porto Alegre. Quase sempre quem ganha é uma empresa lá de cima e não daqui de baixo e eles fazem o projeto lá em Porto Alegre e não aqui. Então, a gente, a Prefeitura até trabalha junto, porque, como eles não vêm aqui, eles ficam no celular te perguntando um monte de coisa sobre a cidade, isso para nós é um sério problema. Foi bom naquela época o quê: a Casa de Cultura e a Prefeitura não se pediu dinheiro para projeto e, até pouco tempo, não se queria, mesmo o IPHAN dizendo: “não, a gente paga o projeto separado”, não queremos. Queremos: “se é isso, nós licitamos”. Porque aí a gente licita, aqui como a obra é licitada pela Prefeitura, o dinheiro vem todo de lá, se a obra é licitada pela Prefeitura. Porque a gente tem um pouco mais de controle com relação ao que tá sendo estudado, ao que está sendo visto. Porque mesmo a gente não tendo conhecimento e o entendimento, acho que o entendimento até a gente já tem com toda essa trajetória, mas o conhecimento para restauro e para projetos a gente sempre está respaldado pelo IPHAN/Porto Alegre. Então, quer dizer, como é uma coisa que é de um trabalho junto, então é mais fácil. A gente fazer a gestão e estar sempre respaldado por eles, do que eles fazerem a gestão e a gente, às vezes, interferir, e que é um problema! A gente tem um sério problema na praça aqui: tem um projeto que está lá, é de uma empresa de lá e a gente está sempre discutindo esse projeto, sempre. Vou te dar um exemplo fútil [...], fútil não, fútil é para quem está fora, para quem está aqui dentro não: nós temos a mania, o costume da cidade, no final de semana - tu viste que tem uns trailers horríveis aqui, né? Na praça central ali, tudo quanto é lado, toda cidade tem, né? Isso é um costume já de anos, tem que ser revisto, não

tenha dúvida. O projeto de revitalização da praça tira esses trailers daqui e localizam eles naquela ruazinha lá atrás, que ela não tem muita importância arquitetônica às edificações. Perfeito, todo mundo entendeu isso. Aqui, nesse lado aonde tem a Praça Seca, é costume da cidade, no final de semana, as pessoas vêm de carro aqui, elas dobram na frente da praça, elas fazem a volta na praça, elas passam nessa ruazinha aqui e elas voltam andando por aqui de carro, é isso. E as pessoas o que fazem: de inverno, duas, quatro da tarde, vai todo mundo para beira do rio pegar um sol e tomar um mate. Escureceu? Todo mundo vem com seus carros, no inverno, e o carro vai para cima do Largo das Bandeiras, fica aqui em cima o carro. Estacionam, ficam tomando um mate de dentro do carro e olhando o movimento das pessoas que estão passando na volta. A proposta desse trabalho do IPHAN, que até então, antes do projeto de revitalização da praça, teve um outro trabalho que veio à Urbes aqui e fez um levantamento econômico, sócio-econômico e ambiental... daqui, de tudo isso aqui, para ver quais as necessidades daqui para as diretrizes, para fazer esse trabalho. Olha aqui: isso aqui era o que eu estava te falando da praça, podes levar. Isso aí foi o trabalho que foi feito antes do... para as diretrizes dessa praça, antes de contratar a empresa para fazer. Então, o quê que acontece: nas diretrizes, identificam que devem ser colocados barreiras no entorno do Largo das Bandeiras, para os carros não estacionarem. Essa briga é imensa. É imensa, imensa, imensa, imensa.

SM: Pessoas de fora não entendem a importância...

AA: Não adianta! Já foi, assim, discutido, rebatido... porque assim ó: “ah, porque as pessoas vão chegar na cidade, vão tirar foto - o IPHAN falando, algumas pessoas do IPHAN - da matriz da igreja principal e vai tá aquele monte de carro em cima”. Sim, mas a cidade é para as pessoas, não é para o turista, com licença! Entendeu? Queriam ciclovia aqui, assim: “Ah, as pessoas não têm que andar de carro, tem que andar de bicicleta”. Não, moço: a cidade tem 28 mil habitantes, é um ovo, não tem muito movimento, as pessoas... é frio aqui. Não tem bicicleta. Bicicleta tu vai usar para trabalhar. Tu vais usar bicicleta no final de semana? Entendeu? É diferente de cidade grande: cidade grande, tu pegas a bicicleta no final de semana para passear, para ver os lugares, para sentar, para pegar um sol. Aqui não: tu usas a bicicleta para trabalhar e, no final de semana, tu usas o carro. É invertido, entendeu? Aí essas essências, essas coisinhas, esses costumes é que dá o problema da pessoa que está lá na cidade grande vir interferir aqui, entende? E aí a gente... E tem uma outra coisa, que é um instrumento fantástico, mas que ao mesmo tempo ele também ele é um problema, que é as Audiências Públicas. As Audiências Públicas, isso é uma, eu acho... a Audiência Pública, para mim, eu acho, tu direcionas ela, e tu mostra o que tu queres. E aí, depois, todo mundo aprovou? Sim, todo mundo aprovou. Aí vai embora e depois: “ah, mas eu não tinha visto isso”, mas estava lá no slide pequenino que tu não viste, mas estava lá [...]”. Entendeu? Então, são coisas que é o que eles usaram sobre isso aí. “Não, mas a gente apresentou em uma Audiência Pública e todo mundo aprovou”. E eu digo: “duvido que alguém tenha dito lá no meio da Audiência Pública (eu não estava nessa época, eu estava fora daqui) que tenha dito que não iria poder entrar carro no Largo das Bandeiras”. Duvido que alguém tenha dito isso, porque se dissesse, para tudo, entendeu? Então, são coisas assim que acontecem. Só que, aí, qual é o outro lado? Esse projeto está andando, já faz um bom tempo, mas está andando. Aí nós temos a Casa de Cultura e a Prefeitura, que ficou para o município fazer o projeto. Nós não temos verba para fazer, não se tem. Surge o posto de saúde, que é mais importante para fazer um projeto, surge a escola, que está caindo que tem que fazer um projeto, entendeu? E aí tu não consegues fazer. Então, tem um lado e tem o outro lado, porque se, nesse caso, tivesse um edital para licitar, que eles já disseram que conseguiriam um recurso fora o PAC, para fazer projeto, daria. Mas aí a gente fica naquela coisa de “como

fazer isso?”. Desses projetos, eu não sei se tu queres que eu te diga um pouco de cada um ou não, não sei o quê mais tu queres saber... de como é que eles estão andando... esses do PAC.

SM: Talvez só dos que não terminaram...

AA: [...] na realidade, eles estão tudo meio que pendurados [...]. Também existe uma outra coisa nessa história toda: os prédios que entraram nessa lista, eles não são públicos, só públicos, tem alguns prédios que são privados, [por exemplo], [...] o Sino Regente. O Sino Regente é de um grupo, eu tenho até o nome direitinho aqui, não é do público. Então, o jurídico lá do IPHAN, do PAC, solicitou um termo de compromisso entre Prefeitura e município, onde, como tem o recurso federal para restauro dele, tem que ter também um uso público. Então, há uma parceria aí do tipo: tem uma área que é pública e tem uma área que é privada e o uso, de tanto em tanto tempo, de um e do outro. Esse projeto é um projeto que este Governo que entrou tem interesse de restauro dele e pediu para priorizar dentro do IPHAN esse projeto. Então, eles vão licitar o projeto e, depois, vem o processo todo de restauro. A gente entra mais na parte de execução da obra, a Prefeitura se envolve mais na parte de licitação da parte de execução da obra mesmo, que, daí, fica difícil para eles lá terem a gestão sobre isso. A praça é um que o projeto também está sendo feito por eles lá, por eles não, pelo edital, né? E eles é estão fazendo toda a análise e aí também passa para nós para a gente fazer o parecer com relação a isso, mas o recurso não se sabe, até porque também o projeto ainda não está pronto. A Inspeção Veterinária é um prédio estadual, o projeto já está aprovado pelo PAC Cidades Históricas, ainda está em uma questão burocrática, em função de quem é que vai licitar, porque, como é do estado, o estado que deveria licitar o prédio para receber o recurso, e aí está parado nesse estágio. Vamos dizer assim que, hoje, nesse momento, qual seria o próximo a ser restaurado, seria a Inspeção Veterinária, porque está tudo pronto, já deveria ter começado a obra, mas, aí, precisa desses trâmites [...] até à licitação. A Casa de Cultura e a Prefeitura também são prédios que estão aguardando projeto, a ideia é que saiam daqui ou não, até então. O Clube 24 de agosto ele tem um problema com relação à documentação, acredito que esse já está perdido, infelizmente, até porque eles reformaram o prédio agora. O Clube 24 de agosto, na realidade, ele foi tombado mais por uma questão do “clube imaterial” do que a edificação mesmo. Ele é tombado pelo IPHAI, como bem material.

SM: Ele virou ponto de cultura, né?

AA: É. Isso mesmo. Ele tem o ponto de cultura.

SM: Mas a parte material, ela não foi tombada ainda, e é esse projeto que está para sair?

A.A: Na verdade, é o seguinte: como ele está dentro dessa área de tombamento, ele está tombado porque está dentro da área de tombamento, entendes? É porque, depois, a gente tem um tombamento estadual, que é só de algumas edificações, que é do IPHAI... eu nem te falei disso. Teve um tombamento estadual que ele chega antes do tombamento do IPHAN Nacional, que ele tomba a Casa de Cultura, o Mercado Público. Se tu entrares no site “Instituto de Patrimônio Histórico do estado do Rio Grande do Sul”, aí tu procuras o município “Jaguarão” e, aí, aparece a lista dos prédios tombados, e tem também [...]: tu entras em cada prédio e conta um pouquinho a história, assim, de que ano foi tombado, em qual livro tombo está [...]: aí tu olhas lá, são 5 prédios tombados. Agora para te dizer quais são: Mercado público, Casa de

Cultura, CIP, 24 de agosto e Inspeção Veterinária, são 5, se não me falhe a memória, mas vou dar uma olhadinha ali para confirmar.

SM: Uma pergunta que eu queria fazer: como se deu ao longo do tempo? Como se deu ao longo desse tempo a relação entre esses vários órgãos a nível Municipal, Estadual, Federal, até, talvez, internacional com o Mercosul: as relações [...] entre os vários órgãos aí, e as instituições públicas e privadas também.

AA: [...] na realidade, é o seguinte: a gente, eu acho, sempre foi movido em função das Universidades, são as Universidades que nos descobriram, vamos dizer assim. Então, já tinha isso na década de 1990 [...]. Então, surge a Universidade Federal de Pelotas, que vem a Jaguarão, que começa fazer esse trabalho. Tinha estudantes de Arquitetura, até acho que aqui, neste livro estão eles. O Maurício, na verdade, ele é jaguareense, mas está em Pelotas. É aí que começa, entendeu? Eu acho que é uma coisa mais da Universidade, porque como ela tem uma certa ligação com os órgãos de patrimônio, começa a surgir então depois disso aqui... surge o estado, o IPHAE, vem a Jaguarão, conforme todo esse levantamento, aquela coisa de professores arquitetos, todos eles se entendendo, passa para o IPHAE /Porto Alegre, o IPHAE é do estado, a necessidade de tombamento de alguns prédios [...]. Então, aí vem o IPHAE para Jaguarão para rever isso e tudo mais e faz esse levantamento e tomba alguns prédios. Faltou o Teatro no IPHAE aí, que tinha um prédio tombado.

SM: Então, ficam 6? [descreve os que listou]

AA: É porque 24 de agosto foi agora, há pouquíssimo tempo.

SM: Ah, tá.

AA: Então, na realidade, eu acho que é uma coisa assim: o estado se aproximou do município, mais por uma questão por fora, mais uma questão dos entendidos na parte da arquitetura, dos tombamentos, de patrimônio, preservação, que leva essa informação para dentro do estado, o estado vem, então, ao encontro do município para fazer todo esse processo. A questão Federal: eu acredito que, aí, vem uma questão, isso é minha opinião, o Governo anterior, ele tinha uma ligação muito grande, acredito que era tudo PT na época, então tudo a mesma coisa, então era mais fácil chegar até à União. Então, essa caminhada foi mais fácil para eles chegarem. O prefeito, na época, tinha uma ligação muito próxima com os Deputados Federais, aquela coisa toda, para chegar até o pessoal do Ministério da Cultura e do IPHAN. Aí tem uma intervenção também do arquiteto Andrey Schlee, que vem a ser o Diretor de Patrimônio, hoje, de Bens Materiais do IPHAN. Ele é pelotense. Tem uma ligação aí entre o pai dele, o Aldir Schlee, que vinha muito a Jaguarão e tinha alguns conhecidos e aí vai fazendo algumas ligações, entendeste? Por fora e por dentro, para poder chegar até a esse ponto aqui que nós chegamos. Da parte internacional, eu não sei te dizer nada. Eu não sei te dizer nada dessa relação com o IPHAE.

SM: Também se você não sabe, é uma informação que, talvez, não teve atuação. Então, isso... a trajetória foi de uma Universidade, para o estado, para o nível federal e que foi pego depois por um indivíduo que tinham raízes aqui, né?

AA: Sim, é isso mesmo. Eu acredito que é por aí: aquela questão de algumas pessoas do próprio Governo Federal, Ministério da Cultura e do IPHAN, ter os olhos aqui para o Sul, porque já é de Pelotas, né? Então, já conhecia Jaguarão, passava as férias aqui e tal. É um meio de chegar, né? Mais fácil de chegar. Tanto que a cidade dele, que é pelotense, recém agora foi tombada. Então, ele tem uma coisa do tipo: a outra de baixo foi tombada e a outra cidade mais próxima dele não. Eu acho que é por aí a coisa: esse caminho foi traçado mais ou menos assim.

SM: Quando eu pergunto para as pessoas que eu entrevisto aqui, como são as redes culturais, falando mais de artes cênicas ou de música etc., de onde vem a produção difundida, como se dão essas redes, o que sai é que Pelotas é realmente a cidade que tem ligação com Jaguarão, é uma cidade polo, assim, que vem muita cultura para cá e que sai também da fronteira para lá. Em termos patrimoniais, me parece que, também, Pelotas tem esse papel central, então. Está certo, ou não?

AA: Sim, tem. É que aqui a gente tem muito a intervenção ou um pouco da cultura do Uruguai. Até a maneira de a gente falar já é diferente do pelotense. Pelo jeito de falar já tem algumas diferenças, mas com certeza é o polo, sempre foi. O Teatro Esperança foi um prédio que foi construído em virtude disso. A cidade era uma cidade aonde só passavam as pessoas, as companhias de dança, de teatro, iam para Montevideo e iam para Porto Alegre, e paravam em Pelotas para apresentações no Teatro 7 de abril em Guarani. Não sei te dizer qual deles já era construído naquela época. Aí, então, Jaguarão resolve construir o Teatro Esperança para receber esse povo que estava passando. Aí, já que eles iam para lá, então para em Pelotas, para em Jaguarão, faz uma apresentação, vai para Montevideo; voltou de Montevideo? Parou em Jaguarão de novo. O Maninho que é este de lá da Secult, ele tem uma tese ou uma dissertação sobre o Teatro Esperança. E, nessa dissertação, ele fala bastante dessa parte da vinda das empresas de teatro e de música do Uruguai para cá, passando aqui e deixando informações, e deixando conhecimento, e deixando um monte de coisa que, nessa tua área aí, não sei se eu estou falando certo ou errado, mas eu acho que uma dessas é bem interessante.

SM: Sim, muito.

AA: Porque ele pega bem disso: mais a parte dessa cultura e dessa troca de cultura do que mais a parte da edificação do prédio.

SM: E na parte patrimonial, teve alguma influência, alguma atuação, algum papel de Ríó Branco, de Uruguai, do Departamento de Cerro Largo, ou isso foi realmente um processo daqui que não tem nenhuma influência?

AA: Separado daqui. Nada, nada, nada. Nenhuma influência deles. Com relação à ponte, que é um bem binacional, eu não sei te dizer nada. Eu não sei se, assim, ó, quando eles chegaram lá e disseram: “ah, tem uma ponte que vão tomar separado”, eu não sei te dizer como foi esse trâmite. Quando chegou para nós, já chegou: “ah, vai ser tombado separado porque vai ser uma ponte binacional do Mercosul”. Já veio uma coisa meio pronta assim para nós. Para nós eu digo Planejamento, né?

SM: Como assim separado? Tombado separado? Pelos dois lados, é isso?

AA: Não, não. Existe um projeto separado daqui. E depois existe um só para cá.

SM: Ah, entendi. Aí no tombamento da ponte não teve envolvimento do município inicialmente, como foi o processo?

AA: Na realidade, é assim: a Ponte já estava dentro desse processo. Aí eles resolveram, é como se fosse feito um recorte, porque tanto ela faz parte aqui, né. Mas tem o recorte dela para fazer o tombamento individual. Porque, daí, ela passa a ser o... para ter um processo individual, para então transformar ela em um tombamento binacional.

SM: Mas ela estava no PAC e aí...

AA: Estava junto de tudo isso. Algumas curiosidades, eu acho, pelo menos: tu chegaste a andar no CIP, olhou lá em cima, foi lá no Selo da Pólvora?

SM: Fui, sim. Fui muitas vezes para a Universidade e passei do lado, vi a Enfermaria Municipal...

AA: Ah tá, aqui atrás, tá. Então, tem uma coisa interessante nessa escala que tu estavas falando aí de órgãos. A Enfermaria Militar, ela foi tombada pelo IPHAI, primeiramente, e ela é tombada como ruína. Se tu olhares lá no site do IPHAI, ele vai aparecer como ruína. Ruínas da Enfermaria Militar, sempre foi conhecida assim. O tal do ciclista apareceu agora. Até 2013, até aparecer o projeto do CIP, sempre foi conhecido como Ruínas da Enfermaria. Então, no momento que o projetista foi fazer a proposta de revitalização, de restauro, na verdade, da Enfermaria, a Enfermaria ela não é tão antiga: ela foi saqueada na década de 70, por isso que ela se transformou em uma ruína. Simplesmente o povo lá da volta foi lá e tirou as janelas, os vidros, as telhas, tudo o que tinha e deixou só as paredes. E, com o tempo, as paredes começaram a cair e se deteriorar completamente. Então, quer dizer, ela era um prédio que poderia ser novamente restaurado e usado como um prédio mesmo: pintadinho, direitinho, como todos os outros. Só que o quê que acontece: como ela está tombada pelo IPHAI como ruína, tu não podes transformar ruína em uma edificação: não dá para inverter [...] porque já está tombado. Então, por isso que a gente olha hoje ele e tem aquela cara de ruína. A sensibilidade do arquiteto na época de fazer o projeto, foi de fazer isso, de manter, seguir com as diretrizes do IPHAI, aonde ele mantenha a ruína, que não é ruína, na verdade, mas tenha, pelo menos, a aparência de ruína, e aí é claro, tem todo o projeto dele dentro. Porque, inicialmente, era para ser um projeto bom. E isso é um arquiteto de fora que fez, mas teve a sensibilidade. Estou falando só da ruína né, porque depois tem umas outras construções de frente dele que é um problema para nós.

SM: O SIPE seria dentro de um prédio que seria conservado como ruína, assim... o CIP não muda essa ideia da ruína então.

AA: Isso. Isso mesmo. Ele continua com para poder manter essa característica do tombamento do estado.

SM: E como você diria que era antes desse processo todo, do PAC, a relação dos jaguarenses: sempre foi assim?

AA: O PAC é só o um programa né, para restauro desses prédios. Seria o processo de tombamento, que vem antes. Porque o PAC, na verdade, ele vai terminar um dia e o tombamento continua, entendes? O PAC é só um programa para receber recurso para restaurar alguns prédios. Que eu espero que nunca termine, né?

SM: Sim. Obrigada por me corrigir.

AA: Sim, é, porque na hora da escrita lá, eu...

SM: Sim, porque eu não sou da área, então eu posso errar um pouquinho. Então, para entender direito... Antes do processo de tombamento, do que eu entendi pelo IPHAI, é que começou antes e depois pelo IPHAN...

AA: Sim. O IPHAI só tomba prédios, alguns, o IPHAN vem e faz o tombamento da área toda.

SM: Antes do envolvimento para preservação do patrimônio material de Jaguarão, como você descreveria a relação dos jaguarenses com os prédios e com esse território, você saberia me dizer, ou é muito antigo para sua memória?

AA: Eu acredito assim que, na realidade, inconsciente eles já faziam a preservação. Primeiro, por uma questão econômica: a cidade não se desenvolveu economicamente em função de... até porque a maioria desses prédios os mais antigos é tudo de agropecuaristas, então eles tinham a sua estância e tinham a casa da cidade, que viriam depois para os filhos estudarem, aquela história toda da evolução... Então, vem para a casa da cidade, os anos vão passando, a cidade se desenvolve um pouco, mas não é lá grandes coisas, tanto que, depois de um tempo, não tinham Universidades, há pouquíssimo tempo tem Universidade na cidade. Então, saíam da cidade para estudar em outras, eu acho que esse foi um dos motivos. Um outro motivo que eu acho que não teve desenvolvimento do município é porque nós estamos na zona de fronteira e na zona de fronteira não pode ter indústrias, então automaticamente não tem como vir indústria para cá porque nós estamos em uma zona de fronteira.

SM: Não pode ter indústrias? Não sabia disso.

AA: Tem uma Lei Federal, tu terias que procurar isso, eu não sei direito, aonde zona de fronteira tem uma questão assim: de não sei quantos quilômetros na linha de zona de fronteira que não pode ter indústria. Então, automaticamente todas as cidades, se tu fores olhar, todas as cidades não sei quantos quilômetros para dentro não podem, depois sim. Só que aí as indústrias ficarem no meio do nada, também não funciona. Então por isso que Pelotas não deixa de ser um dos polos. Pelotas está com todas as indústrias. Na verdade, também seria uma boa porque é uma saída, né?

SM: Talvez seja questão da Faixa de Fronteira, de Proteção da área.

AA: Isso mesmo. Então, aí não tem, não pode esse tipo de... Então, eu acredito que foi isso. Mas o que acontece: assim como as pessoas sempre cuidaram de suas casas, eles continuam cuidando até hoje. Os grandes casarios, na realidade, eles têm uma preocupação até hoje, vem

de mãe para filho, para neto, para bisneto, para manter os seus prédios. Tanto que, se tu olhar ali na volta da praça, podes ver que eles não estão tão destruídos, assim, eles estão sempre... eles estão cuidando. É uma coisa mais para fora que tem já, nessa zona aqui, um pouco de descaracterização, está em evolução, é óbvio.

SM: Me parece que a preservação ela é maior do que em muitos prédios de Pelotas, de Rio Grande, aqui eu não sei se foi pelo processo tombamento, de recursos...

AA: Não. Eu acho que é do povo mesmo, em função disso. Porque em Rio Grande e Pelotas chegou uma certa época que surgiram as indústrias, surgiram vários comércios, o Porto de Rio Grande explodiu, então muito dinheiro, onde tem muito dinheiro tu derrubas aquele prédio e constrói um edifício. Aqui não teve isso. Não dá para derrubar, até porque vão ter que construir e ninguém vai comprar. Então, como não girava dinheiro, não gira dinheiro aqui para esse tipo de investimentos, automaticamente tu ficas com o imóvel que tu tens e, como ele é muito antigo, tu só vem preservar. Eu acredito que foi isso que aconteceu, entendeu? É uma questão mais de economia da cidade.

SM: Me parece que até os prédios antigos são, a pintura é mais... assim: eu como pessoa externa que passou em Pelotas, Rio Grande e aqui, me pareceu que a preservação mesmo dos prédios antigos é maior aqui do que em Pelotas e Rio Grande onde as tintas estão velhas e...

AA: É maior sim, com certeza é maior sim. Eu acho que é isso mesmo: uma questão da própria cidade, os moradores já faziam esse trabalho de preservação que nem eles sabiam que estavam fazendo. E também eu acho que tem isso também, vou chutar agora, eu acho que tem uma coisa de conhecimento: como a gente aqui tinha mais a ligação com o Uruguai e a informação vinha mais do Uruguai do que do resto do Brasil, então toda a tecnologia, todos os materiais novos para tu colocar nas edificações... sei lá: “Eu vou trocar aquela pedra ali porque está ruim”, “ah, onde é que tem?”, “tem no Uruguai e é mais barato”, “então, vai lá no Uruguai, compra a pedra e troca”. Aí quando tu tá em Pelotas, “ah, eu vou trocar aquela pedra ali”, “Ah mas agora eu já tenho outra de tecnologia tal, que não sei quê, que ela é fria, que é quente...”, “vai lá e compra a nova, troca toda pedra e bota”, entendeste? Então eu acho que teve muito disso assim: como a gente não tinha informação, não tinha conhecimento do novo, porque a coisa estava meio de “Pelotas para cima”, sem internet, sem nada né? Então, aqui a nossa referência, acredito eu, é mais Uruguai do que Brasil. Tanto que se tu vai conversar com as pessoas, as conhecem muito Uruguai. Onde conhecem? Pelotas, Porto Alegre, e chegou em Porto Alegre, ninguém conhece mais nada para cima. Uruguai conhecem mais.

SM: E a visão da preservação do patrimônio material no Uruguai ela é muito maior?

AA: É muito forte, ela é muito forte, muito, muito forte. Eles têm uma coisa da preservação e da qualidade de materiais e de reconhecimento do patrimônio, é muito forte. Eu tive uma oportunidade de fazer uma viagem pela Universidade Federal de Pelotas, em 2015 ou 2016, com o professor Eduardo Rocha, e ele foi com uma turma de estudantes de arquitetura e de arquitetos, acadêmicos de mestrado, fazendo uma viagem na linha de fronteira Chuí até Paraíba, eu acho.[...] E aí a gente fez isso durante uma semana, a gente ficou um dia em Jaguarão, olhando Ríó Branco e aí é claro, o grupo via, estudava alguma coisa que levava a isso. O meu trabalho era com relação à poluística, as cores do centro histórico do Uruguai e do Brasil, porque o Uruguai sempre foi visto como um país cinza, ele é todo escuro, então o meu

trabalho era em cima disso. E uma das coisas assim que foi geral da conversa nossa de dentro do ônibus, de todos, é com relação à preservação entre o Uruguai e o Brasil, nessas cidades, é muito toado. Primeiro, o Uruguai, quando constrói, ele constrói com um material bom, de qualidade, para a durabilidade. O Brasil constrói “o quê que é mais barato? Isso?”, “Ah, então, bota isso aí aí...”, e daqui há um ano, dois, cinco, não existe mais. As praças deles, eles constroem as praças e duram séculos, as nossas praças não duram nada, tá tudo quebrando, está tudo quebrando... Aí aqui eles dão uma pintadinha. Pintam um pouquinho assim para ficar mais bonitinho; mas lá não, até porque eles usam... o conhecimento deles é muito maior. Primeiro, que eles usam muita coisa nativo deles e, com os materiais, eles usam as cores, os materiais têm cor. É tudo mais estudado, é tudo mais elaborado, é tudo isso: vendo a preservação, vendo o meio ambiente, eles têm uma consciência muito melhor, muito mais clara do que a nossa. Não tenha dúvida.

SM: Você pode me dar de novo o nome desse professor, porque me interessa bastante ver isso direito. Que talvez se ele escreveu alguma coisa depois dessa viagem...

A.A: Eduardo Rocha. Com certeza, saíram vários trabalhos dele e de vários alunos. Eduardo Rocha da Federal de Pelotas, Arquitetura. Depois tem um outro trabalho que foi feito com o arquiteto Maurício Polidori, que hoje é diretor da Universidade Federal de Pelotas, e eu acho que tem também a arquiteta, pode ser que tu não consigas falar com ele, Luana... Eu tenho um sério defeito, eu não gosto do nome das pessoas... A arquiteta Luana, ela é da Universidade Federal de Pelotas, eu vou te dá o *Whats* dela e aí tu podes dizer que falou comigo [descreve o número de telefone]. Porque ela trabalhou direto com o Mauricio nesse projeto que eu vou te dizer agora. Então, em uma dessas, pode ser mais fácil falar com ela do que com o Mauricio. Ela está dando aula na Universidade Federal de Pelotas agora, mas acredito que ela... Depois tem outra, tem a Lorena Maia. [...] elas desenvolveram várias coisas entre os dois países. A Lorena, se não me falhe a memória, é mais direcionada às edificações. A Luana, na história dos shops entre os países. Mas elas podem te passar um monte de coisa, assim.

SM: Elas focaram nessa questão binacional?

AA: Eu acho. Mas eu não sei te dizer bem, porque, na realidade, depois elas vão mudando... É, focaram no binacional, tu estás certa nisso aí. O Maurício Polidori junto com a arquiteta Luana, eles fizeram um trabalho de extensão da Universidade com relação ao planejamento urbano de Jaguarão e de Río Branco. Então, eles têm um comparativo assim [...]: de como é que andou um, como é que andou outra. Então, tem alguma coisa mais com relação a isso, eu acho interessante para tu teres uma ideia. Eu não tenho esse material, a gente não tem esse material, mas eu sei que eles fizeram o trabalho bem bom, assim, do tipo, georeferenciaram toda a parte lá do Uruguai, de Río Branco e, em algumas dessas, te fala alguma coisa mais relacionada a isso. O Mauricio é mais de áreas de desenvolvimento urbano. O Eduardo Rocha é mais para coisa de arquitetura efêmera, para coisa, como é que eu vou te dizer, ele é mais sentimento, estudo da cidade, estudo de como é que ele se desenvolve. Ele tem um estudo de Jaguarão sobre isso e ele tem um estudo que eu acredito que tenha do Uruguai também sobre isso. É uma coisa mais ligada às pessoas e como é que elas se manifestam dentro, e como é que isso é representado nas edificações, nos locais, aquela coisa toda.

SM: Em relação a essa questão do sentimento, a gente estava falando da relação com os prédios antes do tombamento: você acha que a relação com os prédios, com a cidade e, talvez, com o

outro lado do rio: mudou alguma coisa com o processo de tombamento, ou ficou igual, assim, continuou a mesma coisa?

AA: Mudou. Eu acho que mudou. Mudou por quê? As pessoas ficaram revoltadas. Por que as pessoas ficaram revoltadas? Porque esse processo foi feito e não foi passado para a população. Quando chegou na população, chegou pronto. Ninguém discutiu, ninguém... A metodologia que foi usada para apresentar às pessoas que, até então, teriam esse... não existiu. Foi uma reunião no Gabinete no prefeito, onde ele convidou representantes da sociedade, vamos dizer assim, escolhidos a dedo e é isso. Mas, eu tenho para dizer, e eu não sei se isso foi uma coisa do município ou se isso já veio do IPHAN assim, tipo: “ah nós vamos tomar assim, puff! Largo para vocês e é isso”. As pessoas têm um pouco daquela coisa assim “ah, mas a casa é minha e eu faço o que eu quero”, eles sempre fizeram né? Mas tem aquela coisa do tipo: “agora tu estás te metendo na minha casa.” Se tivessem feito um trabalho antes disso tudo, dizendo, valorizando e colocando tudo que pode vem de bom disso, era bem mais fácil. Sempre vai ter né? Mas era bem mais fácil de conseguir entender. Agora mesmo, me lembrei disso não sei porquê, mas, nós temos um Carnaval em Jaguarão, já te falaram daqui?

SM: Sim, que é muito conhecido.

AA: Tem uns trios elétricos que cruzam a reta. Fica assim, a vida inteira eles cruzaram na reta, foram embora para a beira do rio e faziam a volta pela outra rua. Trocaram o circuito, ele vem aqui, passa em frente da igreja e volta por esse aqui, tipo assim, eles morrem todos. O barulho é insuportável! Tem um trio elétrico desse lado e tem um trio elétrico desse outro lado. As casas, aqui, estão começando a rachar, os vidros é uma trepidação insuportável. Os moradores daqui, saem de Jaguarão no carnaval porque não suportam o barulho, nem daqui, nem dali. O barulho até nem tanto porque, afinal de contas, é uma questão de... a economia da cidade melhora nessa época... eles nunca reclamaram de sair daqui. O que hoje estão reclamando é que o “tuff tuff” da trepidação do som está afetando as edificações. Algumas rachaduras mínimas, mas têm. Esse tipo de coisa está acontecendo. Na realidade, eu lembrei disso para mais fazer um comparativo. Isso tá sendo visto, está sendo identificado, faz uns dois anos, o IPHAN sabe disso, a Prefeitura sabe disso, e ninguém troca o circuito. Então, é uma coisa e é outra que não dá para entender. Nesse momento, o quê que tá fazendo? A prefeitura, a Secretaria de Cultura, está valorizando mais o turista do que o bem, certo? Porque ele não quer trocar o circuito. Só que o bem tombado, ele vai se destruindo e o turista vai embora, e isso não enxerga. Entende? Aí fica aquela briga. Eu acho que é mais ou menos a mesma coisa que aconteceu com o tombamento de Jaguarão. Todo mundo sabia da importância, todo mundo já preservava, daí ele vem e tomba e não fala para ninguém, não conversa nada e agora está tombado e “vambora”. Agora o circuito do Carnaval é esse aí e se virem! É uma coisa meio...

SM: Em termos de os moradores de Río Branco, o tombamento de muitos prédios, a valorização do patrimônio da cidade do lado, você acha que isso criou mais vínculos, mais passagem, se mudou o território dos dois lados do rio?

AA: Não sei te dizer. Eu acho que não.

SM: Mas a vinda de turistas de fora, então, que mudou a percepção pelos jaguarenses.

AA: Ah sim, sim. Isso mesmo. É mais de fora. Do Uruguai não, acho que do Uruguai é isso mesmo. O Uruguai acho ele está mais acostumado com esse tipo de edificações. O Uruguai inteiro é assim, lá é uma cidadezinha que é um ovo, quando tu vês tem um prédio lindo. Eles estão mais acostumados com isso, né? Com a coisa dos prédios antigos.

SM: E o tombamento da ponte como bem binacional, especificamente, assim, você acha que isso mudou alguma coisa? O fato de ser um tombamento como bem binacional, o que isso na cabeça dos moradores eles nem sabem disso?

AA: Para os moradores, tanto faz. Porque na verdade do Mercosul, a palavra Mercosul sempre foi muito falada, mas até então não saiu do papel ou não sei para quê que serve... Eu cheguei a ler algumas matérias, principalmente quando foi tombado, porque aí eu digo: “Bom, tá, vou me interessar, né”. Não tem muito... Eu não sei na área do comércio se tem alguma atuação melhor do Mercosul, mas para a nossa vida aqui o Mercosul não muda nada. Os que podiam comprar vão continuar comprando, se podiam vender... continua tudo igual. A muamba continua, a gente vai lá, compra o que quer e traz para cá, e eles também fazem isso; então, quer dizer que não tem muito o que... é tudo muito normal. Não tem interferência nenhuma.

SM: Tá. Vou só checar aqui porque todas essas perguntas eu tinha na cabeça, mas vou ver se tinha alguma coisa que eu esqueci. Eu acho que fiz todas as perguntas. Só uma coisa, assim, se você acha que a nível Municipal nas instituições públicas, se teve alguma mudança na visão da questão patrimonial desde 90, assim... como foi a evolução?

AA: A nível Municipal, sim. Para toda a cidade, sim. Na realidade, eu não sei te dizer se ela foi vista com bons olhos. Porque, na verdade, o quê que acontece: a gente tem um contato muito direto aqui é mais com: arquitetos, engenheiros e imobiliários. Então, eles viram o tombamento como uma coisa que não é boa. Já, se tu começas a tratar com pessoas, algumas empresas de Jaguarão, eles enxergam como uma coisa boa. Porque dá a visão para o resto do Brasil. Então, alguém está olhando para cá e pode vir investir, pode vir várias coisas. Acho que, na verdade, essa história dos engenheiros, arquitetos e imobiliários não terem essa coisa positiva, por esse processo ser feito desse jeito. Tem a revisão agora do Plano Diretor agora esse ano e uma das pautas é tentar apresentar uma nova proposta na área de entorno do tombamento para o IPHAN. É a Universidade Católica de Pelotas que vai fazer o Plano Diretor, vai organizar com o município, é claro, que uma das pautas é uma nova proposta para a área de entorno do tombamento, para, pelo menos, dar uma amenizada. O resto da população... é que é meio difícil eu te responder isso porque como eu estou aqui dentro e eu trato com isso direto... é um pouco difícil, eu sei mais as reclamações do que do resto do processo, é bem difícil sim. A gente teve um trabalho de receber uns recursos do Ministério do Turismo para sinalização turística, e a gente fez um projeto, no ano passado e no ano retrasado, e a gente teve a preocupação de fazer placas, elas estão instaladas nos bairros, nas praças, a maioria nos muros das escolas para preservação, e o texto é sobre o tombamento de Jaguarão. A ideia era para fazer uma educação patrimonial já no momento do...uma coisa e outra. Os bairros, hoje ,eles não podem dizer que não sabem nada, porque eles têm uma placa em cada bairro, dizendo que a cidade foi tombada e tal, que ela tem importância tal... tem o mapa de tombamento, tem a importância das portas da Rua 15 de Novembro. Um texto pequeno, mas que informa a população sobre o tombamento de Jaguarão, sobre o patrimônio histórico de Jaguarão. E eles ainda estão inteiros, as placas, ninguém destruiu, porque parece que a maioria destrói. Infelizmente sempre tem isso. É, eu não sei te dizer, em geral, se o município recebeu como bom ou ruim. Eu sei te dizer que cada vez que eu saio daqui para ir a qualquer palestra fora

daqui, todo mundo conhece Jaguarão. Na verdade, isso parece que eu gosto do patrimônio (risos). Mas, tu vai falar que é de Jaguarão e as pessoas dizem: “Ah, Jaguarão foi tombado, né?...”, tem isso. Tem isso sim. Tem em Pelotas, Porto Alegre. Eu fui a Minas e o pessoal da EMBRAPA, na hora que fala, porque a gente sempre está junto, eu fui a São Paulo, o pessoal... sempre tem alguém que “ah fiquei sabendo que, não é uma cidadezinha lá no final com a fronteira com o Uruguai?”, “é essa mesma!”, “ah pois é né ela foi tombada...”. Eu acho que a história do conjunto, né?

SM: O conjunto porque foram muitos prédios?

AA: Acho que isso que encantou, assim. Porque são vários prédios. Não é um, dois, é só o conjunto. Caminha duas, três quadras ou até mais, duas, três ruas, vamos dizer assim, que meio que dá para tu saíres um pouco fora, que parece que tu estás em outro século.

SM: E para você: a questão fronteira ela tem relevância na questão patrimonial ou a questão patrimonial tem uma relevância para a questão fronteira? Ou para você o processo daqui, o fato de Jaguarão estar na fronteira com o Rio Branco está fora da questão de Patrimônio?

AA: Eu acho que sim. Eu acho que tem a ver. Eu acho que a gente tem a história, tu dizes da preservação das edificações?

SM: Sim, questões patrimoniais em geral se você vê alguma relação com a questão fronteira...

AA: Sim. Porque, na verdade, o que acontece: eu acho que essa coisa da cultura patrimonial, das edificações, principalmente, ela vem do Uruguai. Porque se tu vais olhar o número significativo de edificações que são tombadas, elas são de proprietários que tinham terras tanto no Uruguai como no Brasil. Então, quer dizer que a coisa é misturada, entendeu? Até hoje, tem muita gente que mora aqui e planta no Uruguai. Por isso que eu acho que essa parte de preservação ela vem do Uruguai, não vem do Brasil, até por que eu acho que também tinha aquela coisa assim: Pelotas era muito mais, são edificações, os prédios de Pelotas na volta ali da Praça Coronel Pedro Osório, principalmente os de maior relevância, são prédios monumentais, vamos dizer assim, comparados aos prédios daqui. Entendeu? Então, era mais próximo nosso, a comunicação e a troca de experiência e a preservação do Uruguai do que de Pelotas, em função disso, entendeu? Tudo que é monumental tu nem chega perto, tu já nem sabe como é que é. Eu acho que é uma coisa por aí. Tanto que tem alguns materiais, alguns elementos decorativos nos prédios, principalmente os ecléticos, eles são elementos que tu compravas pronto da Itália, da França, da Espanha e eles vinham pelo Uruguai, eles entravam no Brasil pelo Porto de Montevideo. Eles não vinham pelo Brasil, por Porto Alegre, Pelotas, Porto de Rio Grande, vamos dizer... Não. Eles vinham pelo Porto de Montevideo. Então, acho que é uma coisa mais, muita gente vem estudando, vem vendo, que é uma coisa mais do Uruguai para cima.

SM: Tá. Muito interessante. Ninguém com quem eu tinha conversado, até agora, tinha comparado essa questão. É muito interessante saber disso, com o seu olhar mais para o patrimônio...

AA: É, eu acredito que sim, né. Porque tem aquela coisa deles... o uruguaio, o desenvolvimento intelectual dele, é muito maior do que o nosso aqui da fronteira. Questões práticas: hoje, aqui, se tu queres um médico bom, tu vai para Montevideo. Se tu tens algum conhecido em Montevideo, tu não vai para Porto Alegre. Tudo de lá é mais. Eu não sei se é porque o país é pequeno e tem uma discreta oportunidade de ter um conhecimento maior [...]. Eles são bem mais sábios. E, aí, às vezes, tu conversas com algumas pessoas e eles querem tudo morar aqui no Brasil, e querem os médicos daqui (risos).

SM: [...] Muitos brasileiros falam de ir morar na Europa e eu ainda estou aqui (risos)

AA: Tem isso (risos). É. Acontece.

SM: Tem alguma coisa que você queria me falar que eu acabei não puxando...

A.A: Eu não calei a boca ainda (risos). Eu só quero o teu nome para botar aqui.

SM: Mas essa era a ideia. Sim. Vou desligar a gravação.

Appendix 18: List of interviews conducted in the France-Germany border region

	Date	NAME	PROFESSION	Institution	Location of interview
1	09.05.2019	Clara Nieden	Chargée de mission pour la coopération transfrontalière et européenne	Direction Régionale des Affaires Culturelles Grand Est	Shadok, Strasbourg
2	10.05.2019	Aurélié Reveillaud	Chargée de mission Office Europe Créative France Ancienne membre de l'équipe du festival Perspectives	Ville et Eurométropole de Strasbourg Direction de la Culture Service Audiovisuel et Cinéma	Shadok, Strasbourg
3	17.05.2019	Samuel Périgois	Chargé de recherches	Observatoire des Politiques Culturelles	Grenoble
4	29.05.2019	Frédérique Chabaud	Advisor on Culture, Youth, Education, Media and Sport The Greens/European Free Alliance	Parlement Européen	Telephone
5	05.06.2019	Margot Bernardi	Chargée de projet	IBA Basel	Telephone
6	21.06.2019	Mischa Schmelter	Politique culturelle transfrontalière et européenne, Région Grand Est, Direction de la Culture, du Patrimoine et de la Mémoire	Région Grand Est	Telephone
7	08.07.2019	Frédérique Duvinage	Directeur	Eurodistrict Trinational de Bâle	Telephone
8	30.08.2019	Anne Poidevin	Ex-chargée de rayonnement culturel international - Ville et eurométropole de Strasbourg Ex-Interreg transfrontalier Actuellement Chargée de mission vie littéraire - DRAC grand est	DRAC Grand Est	Telephone

Appendix 19: Interview transcript – Clara Nieden

Interviewee: Clara Nieden

European and cross-border cooperation officer, Grand Est Regional Office for Cultural Affairs [Chargée de mission pour la coopération transfrontalière et européenne, Direction Régionale des Affaires Culturelles Grand Est]

Location of the interviews: Shadok, Strasbourg, France

Dates of the interview: 09.05.2019

Language of the interviews: French

Transcription: Full transcript

CN: ... la DRAC Grand Est et pour l'ensemble du Grand Est, donc il y a aussi [...] deux espaces de coopération au Rhin supérieur et à la grande région. Voilà, donc le Luxembourg, la Sarre, la Rhénanie-Palatinat et Belgique.

SM: Moi c'est plutôt ici.

CN: C'est plutôt ici ?

Q: Oui.

CN: Oui, d'accord, c'était juste pour savoir, comme ça...

SM: Et au final dans mes recherches, à la base je suis arrivée avec une vision de région transfrontalière, et de plus en plus je commence à me focaliser sur les villes collées à la frontière parce que c'est là que je vois des choses. Mais après si vous avez une vision plus large et que vous me dites que non, que la région transfrontalière va plus loin et qu'il y a des actions, et que les réseaux ils vont jusque là, ça m'intéresse aussi.

CN: Ok.

SM: Du coup, en général je commence en demandant aux personnes leur parcours et leur insertion dans la question culturelle transfrontalière. Après si vous pensez que ce n'est pas très intéressant vu qu'on n'a pas beaucoup de temps, on peut aussi...

CN: Oui, voir rapidement. Moi j'ai fait du droit, droit européen, et après j'ai commencé au Ministère de la Culture à Paris, donc en administration centrale ou ce qui s'appelle maintenant le Bureau des Affaires Européennes, donc je m'occupais du franco-allemand, enfin tous les pays germanophones, donc Allemagne, Autriche, Suisse. Et voilà, et aussi tous les dossiers européens, enfin Union Européenne, les Conseils de Culture de l'Union Européenne. Et donc je suis resté 5 ans, et après je suis arrivé en DRAC Alsace à l'époque, mais sur la

communication avec le transfrontalier, mais voilà, pour lequel j'avais beaucoup moins de temps. Et depuis la fusion en Grand Est, enfin des trois anciennes régions en Grand Est, j'ai un poste dédié à la coopération transfrontalière, donc depuis début 2016. Voilà, j'étais à Bruxelles pour des raisons familiales, donc voilà, j'ai ce poste depuis fin 2016.

SM: D'accord, ok. Et qu'est-ce qui vous a amenée à être focalisée plus sur les questions frontalières ? C'est votre déménagement, enfin le fait que vous soyez venue ici dans le Grand Est ?

CN: Oui, voilà. Alors j'avais quand même déjà le franco-allemand... Oui ce que j'ai oublié de dire aussi, après le droit j'ai fait un volontariat à l'Ambassade de France à Berlin, voilà, d'où le franco-allemand qui m'a permis de rentrer au Ministère de la Culture et après arriver en DRAC Alsace pour des raisons personnelles on va dire, le déménagement. Mais voilà, le lien avec l'Allemagne m'intéressait toujours et donc c'est comme ça que moi je reste sur le transfrontalier.

SM: Ok, d'accord, intéressant. Du coup vous êtes rentrée dans le transfrontalier par la question franco-allemande en général ?

CN: Franco-allemande oui, voilà.

SM: Ce qui est intéressant pour moi de distinguer les deux, j'ai une question justement là-dessus. Du coup, pour parler plus de la question de la culture, de la production culturelle dans la région, comment vous vous décririez la production culturelle transfrontalière dans cette région en particulier ?

CN: Alors quand vous entendez culture c'est principalement tout ce qui est spectacle vivant, art visuel, etc. ? Ou il y a aussi le patrimoine dedans ?

SM: Moi je regarde en général, je me focalise plus sur la question de l'événement, donc du coup c'est vrai que dans le patrimoine il y a moins facilement des événements, mais encore il y a des événements qui sont liés au patrimoine donc...

CN: Non je pense à ça parce que en fait dans le Rhin supérieur, un des projets emblématiques et qui fonctionnent très bien et qui a été financé par l'Interreg c'est le Pass Musée, qui s'appelle Museums-PASS-Musées en fait. Donc voilà, c'est plus relié au patrimoine, enfin musées et patrimoine.

SM: Oui, du coup d'une manière générale, que ce soit le patrimoine, le spectacle, l'audiovisuel, les expressions artistiques qui vont avoir un discours sur la frontière, qui vont parler de la frontière ou qui vont l'inclure dedans, comment ça vous parle d'une manière générale ? Ou est-ce que c'est trop large cette question et ça vous... ? (rires)

CN: (rires)

SM: Quel genre de projet il y a ou est-ce que -

CN: Alors il y en a, mais je trouve qu'il pourrait y en avoir plus. Après la question de la langue reste quand même toujours un obstacle, enfin ou une difficulté, pas un obstacle parce que ce n'en est pas un, mais une difficulté. Enfin la langue et plus généralement l'approche culturelle qui n'est quand même pas la même, enfin voilà. Et puis les germanophones et francophones travaillent différemment quand même. Et ça reste voilà, on n'est pas automatiquement... voilà, ce n'est pas toujours évident de travailler tout de suite ensemble.

SM: Plutôt au niveau des méthodes ?

CN: Oui.

SM: Au niveau de l'administration ou au niveau de la production artistique même, du travail artistique des créateurs ?

CN: Oui, après l'administration c'est ce que je connais le mieux moi, mais parce que si vous prenez les Suisses, et les Allemands dans une moindre mesure mais quand même, c'est beaucoup plus l'approche *bottom up*, alors qu'en France on est dans une approche très *top down*.

SM: D'accord.

CN: Voilà comme je viens du Ministère de la Culture, je m'en rends compte encore plus.

SM: D'accord. Et du coup ces perspectives différentes de soutien à la culture, ça peut parfois -

CN: Oui, voilà, parce que quand on est sur du transfrontalier par exemple, alors peut-être vous dire aussi comment moi je travaille... je ne sais pas si c'est ça qui vous intéresse, oui ?

SM: Allez-y.

CN: Parce que je suis dans un groupe de travail transfrontalier, en fait. Et donc on voit bien que les approches sont un peu différentes, voilà, suivant que les gens viennent de Suisse, d'Allemagne ou de France. Et du coup toujours arriver à comprendre comment les autres fonctionnent pour bien comprendre aussi leurs discours et leurs envies en fait, et pour essayer d'arriver à faire en sorte que ça fonctionne.

SM: Oui, oui. Et ça c'est un groupement qui... ?

CN: Alors oui peut-être, juste pour vous donner un petit éclairage. Donc sur le Rhin supérieur, il y a ce qu'on appelle la Conférence du Rhin supérieur, dont vous avez peut-être vu justement un site internet ?

SM: Oui.

CN: Donc là qui est voilà, très institutionnel, qui relève des Ministères des Affaires Étrangères des trois pays, donc France, Allemagne, Suisse. Et donc qui est organisé avec un comité

directeur et 11 groupes de travail, et il y en a un qui est dédié à la culture, donc on l'appelle le Forum Culture. Et donc les groupes de travail réunissent les représentants des administrations en charge du domaine du groupe de travail. Voilà, donc les administrations régionales, ou départementales pour ce qui concerne la France. Donc voilà, je suis dans ce groupe de travail Forum Culture. Côté français il y a la DRAC, la région qui est représentée, les deux départements Haut-Rhin, Bas-Rhin, parce que le territoire concerné côté français c'est les départements du Haut-Rhin et du Bas-Rhin. Et voilà, côté allemand c'est les services on va dire déconcentrés du Ministère de la Culture à Stuttgart, pour les régions de Freiburg et Karlsruhe. Et puis les Suisses, c'est les services culturels des cantons de Bâle-Ville, Bâle-Campagne, Argovie, Jura. Et nous on associe aussi dans le groupe de travail les principales villes du Rhin supérieur, donc en général on invite la direction de la culture de Strasbourg, de Mulhouse et de Colmar pour ce qui concerne les villes françaises. Et par exemple je vous parlais du Pass Musées, donc l'initiative est venue de ce groupe de travail, et a pu être financée grâce à l'Interreg et voilà, l'initiative était venue de ce groupe de travail qui s'était dit : « il y a peut-être quelque chose à faire pour faciliter la mobilité des publics dans l'ensemble des musées du Rhin supérieur ». Donc voilà, et cette Conférence du Rhin supérieur, elle a un petit fonds de coopération pour l'ensemble de ses groupes de travail, mais voilà, ce n'est pas des moyens très conséquents, et voilà, c'est pour des choses très ponctuelles on va dire. Et donc, souvent il y a aussi le recours au programme Interreg pour développer des projets comme le Pass Musées par exemple.

SM: D'accord. Et justement j'avais une question par rapport à la question de l'initiative, en général les projets transfrontaliers auxquels vous avez été confrontée, l'initiative venait de qui ? De quel niveau ? D'artistes ? De structures institutionnelles ?

CN: Alors il y a de tout en fait. Il y a des structures qui sont très actives et qui mettent la coopération transfrontalière au cœur de leur projet. Alors si on prend Strasbourg, vous avez par exemple le Théâtre du Maillon, qui fait vraiment du franco-allemand, voilà, de l'Europe, du franco-allemand mais aussi du transfrontalier, voilà le cœur de son projet. Et donc qui met en place un certain nombre d'actions vers les publics, etc., qui travaille en lien avec Offenbourg. Il y a aussi la Jazzdor, qui est une SMAC, qui fait aussi énormément de choses. Donc là ça fait vraiment partie des structures et des directions de ces structures qui voulaient inscrire ça... Donc des fois ça dépend des personnes à la tête de ces structures, on va dire. Et puis après il y a des choses où ça peut être aussi incité par les administrations, comme le Pass Musées, voilà, où il y avait une incitation, en tout cas le souhait au niveau des administrations de développer quelque chose dans le domaine des musées. Mais en général ça fonctionne mieux quand ça part des acteurs culturels.

SM: D'accord. Et...

CN: Et après, si on prend – ce qui est peut-être intéressant pour vous aussi – quelques années en 2013, il y avait la Fondation Suisse Pro Helvetia – que vous connaissez ?

SM: Oui.

CN: Qui avait mis en place aussi, qui avait initié un programme sur deux ans donc, pour favoriser des projets tri-nationaux, donc français, allemand et suisse, dans le Rhin supérieur, donc avec beaucoup de financements. Donc voilà, il y avait aussi un co-financement de la part

des villes, en tout cas du côté français. Et donc là on a vu que ça marche aussi, enfin voilà quand il y a des moyens mis à disposition, ça peut aussi inciter les acteurs à travailler plus ensemble. Donc là il y avait – alors je ne sais plus le nombre exact – mais il y avait une quinzaine de projets, si je me souviens bien, tri-nationaux, avec... alors ça pouvait être tout ce qui est spectacle vivant et art visuel si je me souviens bien. Voilà, avec des présentations des œuvres ou des spectacles dans les trois pays à chaque fois, en fait qui étaient des présentations publiques. Et ça ça avait fonctionné aussi, voilà. Mais voilà...

SM: Mais ?

CN: Euh, non, non, ça avait fonctionné, quand il y a de l'argent, oui. Là il y avait une somme assez conséquente aussi.

SM: D'accord. Donc quand ça part vraiment des acteurs culturels et quand il y a beaucoup de financements, vous voyez que ça fonctionne.

CN: Oui.

SM: Et est-ce que...

CN: Et après on a quand même un accompagnement de Pro Helvetia, sur la mise en œuvre des projets.

SM: Et ça ça avait son importance dans le fait que... ?

CN: De ce que j'ai compris, oui. Les directeurs avaient apprécié en tout cas.

SM: Hum, hum, d'accord. Et vous parlez du coup de projets qui sont partis soit d'institutions, soit de structures culturelles, est-ce que vous connaissez des projets qui seraient partis d'artistes individuels ou de... personnes sans structures ?

CN: Alors il y en a... euh... Oui, il y en a, mais après que nous on ne soutient pas forcément, dont je n'ai pas connaissance du tout, c'est pareil, parce qu'il y a un certain nombre de choses aussi, voilà, même dans les pratiques amateurs qui se font aussi : des orchestres ou des chœurs franco-allemand ou transfrontalier, il y en a hein ! Après, des initiatives, oui là on avait reçu récemment quelqu'un d'un collectif d'artistes franco-allemand, autour de... ils avaient appelé leur projet "Plakat Wand Kunst", c'était plutôt une initiative allemande mais il y avait un certain nombre d'artistes plasticiens français qui s'y sont joint. Et qui avait le projet, là dans le jardin des Deux-Rives, qui est ce jardin transfrontalier des deux côtés du Rhin, entre Strasbourg et Kehl, voilà, d'exposer un certain nombre d'œuvres dans l'espace public. Alors côté allemand ça s'est déjà fait, là l'idée c'était de le faire en franco-allemand. Donc voilà, et visiblement ce collectif travaille ensemble depuis une vingtaine d'années, donc oui, au niveau des artistes il y a des échanges.

SM: D'accord. Vous vous souvenez du nom de ce collectif ?

CN: Euh... alors la personne je peux vous donner son nom, c'est Luc Demissy. Et lui il est aussi dans l'association Quinz'art, et qui travaille dans ce collectif franco-allemand "Plakat Wand Kunst".

SM: D'accord, ok.

CN: Après, une autre personne – enfin si vous voulez aussi des personnes à interroger sur le transfrontalier qui sont... – il y a aussi la directrice de la compagnie Kunsthalle à Mulhouse, Sandrine Wymann, qui elle, voilà, est aussi très active...

SM: Ça s'écrit comment ?

CN: Ça s'écrit W-H-Y-M-A-N-N, ou quelque chose comme ça. Après je peux vous envoyer les contacts si vous voulez.

[*Orthographe correcte* : Wymann]

SM: Super, merci.

CN: Parce qu'elle est aussi dans plusieurs projets transfrontaliers en fait, donc qui sont plutôt venus de la Suisse cette fois-ci, mais voilà, avec maintenant une implication des structures ou des artistes alsaciens. Notamment elle est dans deux projets, il y en a un qui s'appelle "Regionale" avec un « e ». Parce qu'il y a aussi d'autres dispositifs qui s'appellent "Régionale"... Et là à l'origine c'était une présentation des œuvres des jeunes diplômés, si je me souviens bien, des écoles d'art. Donc ça c'était l'initiative qui est partie de Bâle en fait, c'était parti de Bâle. Et dans différents lieux, avec un commissariat aussi effectué par des jeunes commissaires. Et en fait l'idée maintenant, ils l'ont étendu côté alsacien et côté allemand, le [...] si je me souviens bien, et donc là c'est les structures qui accueillent un jeune commissaire qui lui choisit aussi des jeunes artistes du Rhin supérieur pour une première présentation en fait, ce qui permet aux artistes d'avoir un premier... ouais. Et donc ça ça fonctionne depuis pas mal d'années maintenant, et puis après il y a un autre dispositif dans lequel la Kunsthalle est, qui s'appelle l'Atelier Mondial, vous trouverez des choses sur internet. Et donc ça c'est une initiative d'une fondation, la Fondation Merian, donc à Bâle, donc c'est des résidences d'artistes, et de commissaires aussi je crois d'exposition, donc à l'origine pareil pour des bâlois, mais maintenant aussi pour des alsaciens et des artistes de la région de Freiburg en Allemagne. Et donc avec des résidences un peu partout dans le monde en fait, c'est un réseau de résidences en fait.

SM: D'accord. Et du coup là ce n'est que pour des artistes qui sont du côté suisse ? Est-ce que ça implique le transfrontalier du coup ?

CN: Non là du coup maintenant dans l'Atelier Mondial, les artistes alsaciens peuvent postuler aussi. Mais via cette implication de la Kunsthalle.

SM: D'accord, ok. Et est-ce que...

CN: Et voilà, et l'autre association qui est un peu voilà sur la "Regionale", il y a la Kunsthalle mais il y a aussi Accélérateur de Particules qui essaie aussi de faire des choses en transfrontalier.

SM: Oui, j'en ai entendu parler d'eux, oui.

CN: Dans le domaine des arts plastiques, oui.

SM: D'accord, super, merci. Et par rapport aux mécanismes, est-ce que vous seriez capable d'identifier certaines entraves à la création de projets culturels transfrontaliers ? Est-ce que vous vous avez été confronté particulièrement à certains types de problèmes ou de difficultés ou de choses qui font que les projets ne naissent pas ou... sont moins -

CN: Alors bah souvent oui, des fois il y a des envies de travailler mais ils ne savent pas comment concrétiser parce qu'ils ne savent pas trop non plus quels pourraient être leurs partenaires. Là sur la recherche du partenaire, on a parfois des questions en nous demandant : « avec qui on pourrait travailler de l'autre côté du Rhin ? » Ou après ça peut être des lieux de diffusion aussi, pour accueillir leur spectacle par exemple. Il y a aussi après souvent la question du financement, parce qu'un projet transfrontalier, il y a souvent un peu des coûts supplémentaires, ne serait-ce que des fois de traduction, d'interprétation, de sous-titrage / sur-titrage, voilà, donc il y a souvent, même en termes de communication, voilà, ça implique d'autres coûts qu'un projet on va dire *stricto* français. Donc là on a aussi identifié ça. Voilà, après c'est les deux grosses difficultés. Et après, là c'est quelque chose qu'on a pointé actuellement justement dans le groupe de travail dans lequel on est, où peut-être qu'on a besoin aussi d'une sorte d'état des lieux des structures existantes de part et d'autre, et des dispositifs existants, parce qu'on ne sait pas non plus... les acteurs ne savent pas toujours non plus quels dispositifs mobiliser.

SM: Ok. Du coup ça a été un des travaux du Forum ?

CN: Oui, en ce moment oui, on est en train de se dire qu'il faut qu'on travaille absolument sur cette question-là, de faire circuler aussi l'information sur les dispositifs, sur les structures, enfin voilà, sur les cartographies en fait des acteurs et des ressources.

SM: D'accord. Et du coup est-ce que vous êtes en train de travailler sur des solutions aussi à ces problèmes ?

CN: Oui. Alors là on va – c'est toujours un petit peu lent en fait (rire) – mais effectivement là on veut travailler dessus. Il faut savoir que ce groupe de travail, on en prend la présidence, là la France en prend la présidence pour trois ans, et donc là on vient d'identifier il y a deux semaines là le fait qu'on voulait vraiment travailler sur ces questions-là.

SM: D'accord. Je ne sais pas s'il y a eu des productions matérielles par ce Forum suite aux discussions et tout ça, je ne sais pas s'il y a des documents ou des choses qui sont accessibles ?

CN: Accessibles... ouais, je ne sais pas, oui normalement il y a des compte-rendus de réunion mais qui ne sont pas diffusés dans l'ensemble. Après là pour l'instant ça c'est des choses plutôt internes, enfin voilà... Si, la question de l'amélioration de l'information destinée aux acteurs culturels, elle figure – là ça fait trois ans qu'on se dit qu'il faut qu'on travaille dessus, c'est juste qu'il n'y a personne qui a vraiment pris les choses en main – donc là on s'est dit que nous allons essayer côté français de faire avancer cette chose-là. Et ça oui, je peux vous les retrouver, je pense qu'il y a des choses qui sont quand même accessibles sur internet dans les... parce que notre Conférence du Rhin supérieur elle publie aussi chaque année son rapport d'activités, et je pense que c'est dedans, et si ce n'est pas dedans, enfin je regarderai.

SM: Oui. J'ai trouvé certains des rapports d'activités.

CN: Oui, mais pas tous en fait.

SM: Oui.

CN: Peut-être ouais, c'est ça.

SM: Peut-être qu'il y en a...

CN: Oui, je peux regarder.

SM: Attendez, je vais noter. D'accord.

CN: Après ce qu'on a fait, voilà, dans le cadre de ce groupe de travail, en 2018 on avait aussi réalisé – là c'était plus dans le domaine du patrimoine – une brochure justement à l'occasion des Journées Européennes du Patrimoine, voilà, on s'était rendu compte que tout le monde organisait des Journées du Patrimoine, mais pas forcément à la même date et que c'est pareil, là c'est l'information pour le public qui ne passait pas toujours la frontière. Donc côté DRAC, c'est nous qui organisons les Journées du Patrimoine côté français, et c'est vrai qu'on communique sur nos Journées du Patrimoine, mais on n'a jamais même pensé à dire : « voilà, en Allemagne, ça se passe telle date, et en Suisse à telle date ». Donc on se rend compte que la circulation de l'information fait défaut aussi, l'information souvent elle s'arrête à la frontière en fait.

SM: Oui. Et est-ce que vous vous connaissez vos confrères, consœurs, de l'autre côté ?

CN: Bah justement, dans le cadre de ce groupe, voilà, on se côtoie, ouais, mais comme les administrations sont organisées différemment, on n'a pas exactement les mêmes compétences, et ça c'est une des difficultés du transfrontalier. Enfin en tout cas dans la coopération institutionnelle, c'est que même si on a des groupes de travail transfrontalier, on a tous des compétences un petit peu tous différentes.

SM: Oui, d'accord. Et la question de la langue du coup, d'après ce que vous disiez, elle est quand même une entrave à la circulation des artistes et des publics, ou non ?

CN: Oui, quand même, ça rajoute une difficulté quand même. Et là je peux le voir par rapport à la grande région, par exemple c'est plus facile de travailler – évidemment – avec le Luxembourg, ou même la Wallonie, parce qu'il n'y a pas cette difficulté linguistique.

SM: D'accord. Non, parce que dans l'autre -

CN: Même avec la Sarre qui est très francophile. Ce qui n'est pas le cas dans le Bade-Wurtemberg hein.

SM: D'accord. Donc c'est plus difficile dans le Bade-Wurtemberg que dans la... ?

CN: Ils sont moins francophones en tout cas que dans... alors il y en a, mais moins.

SM: D'accord. Excusez-moi, je note quand même en même temps au cas où on n'entende pas bien.

CN: (rire)

[Discussion autour du problème de bruit croissant et d'un éventuel report du reste de la conversation]

SM: Bon, on continue. Alors, je ne sais pas si vous savez répondre à cette question, mais si vous deviez identifier certaines structures institutionnelles ou structures culturelles qui sont centrales au niveau de la production artistique transfrontalière, vous en identifieriez quelques-unes ou pas ?

CN: Oui. Bah ceux que j'ai déjà cités, le Maillon. Jazzdor ils sont très dynamiques. Vous avez la scène originale à la Kunsthalle, je crois que c'est. Oui, ça je peux... j'ai pas mal de...

SM: Oui, on peut en parler après.

CN: Après, qu'est-ce qu'on a d'autre ? On a... vraiment des gens très... après nous on a aussi une structure qu'on ne finance pas côté français, mais qui s'est vraiment positionnée sur ce créneau-là, donc vous pouvez peut-être les rencontrer, ce serait peut-être intéressant, c'est "Baal Novo", ils sont très soutenus... alors Baal c'est B-A-A-L...

SM: Oui, on m'en a déjà parlé.

CN: Ils sont très soutenus par le Land du Bade-Wurtemberg, oui. [...] Je connais bien aussi, plutôt dans le domaine des arts visuels, c'est Felizitas Diering qui est la directrice du FRAC Alsace. Elle est allemande, et justement elle a travaillé sur la Régionale si je m'en souviens bien, enfin elle en était la directrice, donc elle a aussi une bonne vue du transfrontalier dans le domaine des arts visuels.

SM: D'accord.

CN: Et elle parle français ou anglais, enfin et allemand. Après je réfléchis dans le domaine du spectacle vivant, alors il y a aussi Pôle Sud, qui est donc Centre de Développement Chorégraphique National, CDCN, donc à Strasbourg à la Meinau, qui vient de monter aussi il y a deux-trois ans un réseau transfrontalier. Alors transfrontalier, ce qui est intéressant c'est que c'est avec tous les pays frontaliers du Grand Est, donc ils sont partenaires au Luxembourg, en Belgique et aussi à Freiburg en Allemagne. Et donc dans le domaine de la danse cette fois-ci, et voilà, ça c'est une initiative qui est venue aussi d'eux en fait.

SM: Ok. Belgique, France, Suisse, Allemagne – euh non, pas Suisse ? Allemagne.

CN: Ouais, Allemagne. Je ne crois pas qu'ils aient des suisses pour le moment.

SM: Et Luxembourg vous avez dit ?

CN: Luxembourg oui, voilà. Et ils ont commencé par le Luxembourg et la Belgique. Ce qui était plus simple aussi je pense en termes de... des fois c'est plus simple de travailler parce que c'est la même langue. Les organisations sont aussi un peu similaires, donc voilà.

SM: D'accord, ce n'est pas seulement une question de langue, même au niveau de l'organisation c'est plus similaire ?

CN: Oui, alors bon même si la Belgique est organisée différemment mais très différemment mais oui, je pense que c'est plus facile de se comprendre tout de suite avec les belges et les luxembourgeois qu'avec les allemands où des fois il faut d'abord traduire leur façon de fonctionner voilà, pour comprendre.

SM: D'accord. C'est intéressant. Donc du coup quand on parle de pays qui n'ont pas d'institution vraiment pour soutenir la culture, du coup il n'y a pas ce problème de traduction possible. Du coup tout est dans l'improvisation, l'informalité...

CN: ...et dans l'opérationnel.

SM: Et dans l'opérationnel.

CN: Ce qui est peut-être plus simple.

SM: Ouais, bien sûr, c'est très complexe, et il y a beaucoup moins d'argent donc du coup on ne peut pas forcément faire autant de choses mais au final quand on fait dans l'informalité parfois ça peut... c'est justement pour ça que ça m'intéresse de juxtaposer les deux analyses, c'est parce que spontanément la plupart des gens diraient bon bah ici il y a plein de mécanismes de soutien qui font que il y a beaucoup plus de choses et c'est beaucoup plus structuré, et ça l'est. Mais après quand on regarde au niveau des réseaux culturels, est-ce que ça change quelque chose ? Est-ce que le fait d'avoir plus de soutien ça ne fait pas aussi qu'il y a plus de règles et que du coup c'est plus compliqué parfois ? C'est ça un peu que je veux regarder.

CN: Si parce que moi aussi c'est une question que je me pose, parce qu'on a ce groupe de travail transfrontalier, mais quand on pose la question aux acteurs culturels, soit ils ne le connaissent pas, donc ils ne pensent jamais non plus à nous faire remonter les difficultés qu'ils auraient, alors que ça pourrait servir à ça en fait, ce groupe devrait servir à essayer d'améliorer les conditions de coopération. Mais les acteurs culturels ne le connaissent pas et ne font pas remonter, c'est-à-dire que nous on ne joue peut-être pas bien notre rôle aussi de communiquer autour de groupes de travail en disant : « bah il existe, donc à vous aussi de nous faire remonter des choses et à nous dire ce qui ne va pas quand vous montez un projet transfrontalier ». Donc je pense qu'on en est responsable aussi quelque part. Et effectivement, est-ce que c'est plus simple ? Oui...

SM: Bon, c'est une grande question, mais effectivement c'est l'idée de justement analyser vraiment sur le terrain. Et du coup dans le Forum Culture, est-ce qu'il y a la participation d'artistes ou pas ?

CN: Non. Justement il n'y a pas de... voilà. Et c'est aussi un des points que moi j'essayais, enfin qu'on voudrait essayer de porter là pendant cette présidence française du Forum, voir comment on peut rétablir un lien. Alors soit en organisant un événement annuel en associant les acteurs, enfin voilà, voir comment on peut plus les associer pour être aussi plus en dialogue avec eux et aussi répondre à leurs attentes.

SM: D'accord. Du coup pour le moment il n'y a pas de point de contact entre ces structures et les artistes ?

CN: Pas pour le moment. Sauf via nous, parce qu'à la DRAC on contacte régulièrement toutes les structures, mais ça se fait de manière assez indirecte en fait.

SM: D'accord, ok. C'est intéressant. Et est-ce que vous sentez que les personnes se connaissent entre elles, d'un point de vue social tout simplement ou par leur travail ? Est-ce qu'au final c'est un réseau qui est dense, enfin proche, ou est-ce que les personnes sont un peu atomisées ?

CN: De manière générale ? Ou au sein du Forum ?

SM: Dans le monde artistique transfrontalier. Et les institutions culturelles.

CN: Les liens ne sont pas très denses non en fait. Tout simplement, là je vais vous donner un exemple, on avait aussi les "Créa" de Kingersheim, donc à côté de Mulhouse hein qui est une scène conventionnée jeune public, qui a un gros travail amateur international, avec un festival annuel qui s'appelle Momix, qui est connu au niveau national mais aussi avec de nombreux professionnels étrangers qui viennent. Et ils sont venus me voir l'année dernière parce qu'ils me disaient « depuis deux-trois ans on fait des focus, et donc on s'était dit qu'on allait faire en 2019 un focus Allemagne, en 2020 Suisse », et après quand je leur demandais quel était leur contact en transfrontalier, donc proche, en fait ils n'avaient pas, ou très peu, enfin voilà. C'est là où je me suis dit c'est quand même... voilà, pour une structure qui travaille à l'international, finalement bah voilà le lien avec les acteurs juste de l'autre côté de la frontière n'était pas si évident que ça. Et ils travaillaient plus facilement avec une structure à Francfort – alors après il y a la question des affinités, voilà hein, artistiques, esthétiques, voilà, c'est... qui expliquent

aussi parfois, voilà, ce n'est pas parce qu'on est juste de l'autre côté de la frontière qu'on va devoir travailler ensemble, il faut aussi qu'il y ait des affinités... et que les projets puissent... enfin voilà, qu'il y ait des correspondances entre les projets.

SM: Oui. Et du coup qu'est-ce que vous voyez quand – parce qu'il y a des projets qui peuvent être binationaux, dans le franco-allemand, et des projets qui peuvent être transfrontaliers – est-ce que vous voyez une différence dans les projets transfrontaliers ou franco-allemands, dans les motivations ou les discours ?

CN: Oui, alors disons qu'après parfois, c'est ce que je disais, ils se rencontrent sur certains événements internationaux, donc par exemple si on prend Momix j'avais compris qu'ils s'étaient rencontrés avec la personne de Francfort là pendant un festival qui s'appelle "Starke Stücke", voilà, donc il y avait des affinités donc ils ont décidé de continuer à travailler ensemble et voilà, ça ne s'est pas fait avec d'autres structures plus proches. Mais donc ça c'est aussi le hasard un peu des rencontres on va dire. Et après, les structures ici s'emparent quand même aussi des dispositifs franco-allemands. Le Ministère de la Culture soutient un fonds qui s'appelle... je confonds, il y en a plusieurs mais il y a "Transfabrik", il y a plusieurs fonds franco-allemands, il y a "Transfabrik" c'est dans le domaine tout ce qui est arts visuels, architecture. Et il y a "Perspektive" aussi, où c'est l'inverse, je confonds toujours les deux, "Perspektive" dans le domaine du spectacle vivant mais je crois...

["Transfabrik" est un fonds pour le spectacle vivant. "Perspektive" est un fonds pour les arts visuels et l'architecture.]

SM: Il y a le festival "Perspektive" donc...

CN: Alors non, justement je me demande si ce n'est pas l'inverse, "Perspektive" c'est arts visuels / architecture, et "Transfabrik" c'est le fonds pour les projets dans le domaine du spectacle vivant. Donc ça c'est des fonds qui sont pilotés par les bureaux du théâtre et de la danse à Berlin, enfin et le bureau des arts plastiques à Berlin. Et donc par exemple si on prend la Kunsthalle, elle a mené un projet transfrontalier donc avec le musée de Freiburg, Museum für Moderne Kunst à Freiburg donc en Allemagne, voilà, de l'autre côté de la frontière. Mais ils ont postulé à l'appel à projets dans le cadre de "Perspektive" je crois, et ils ont eu – donc ça c'est un appel à projets franco-allemand, donc binational, mais qui peut aussi servir pour du transfrontalier spécifiquement.

SM: D'accord. Et du coup il n'y a pas forcément quand il y a un projet transfrontalier, est-ce qu'on voit qu'il y avait une intention particulière par rapport au transfrontalier ou est-ce que c'est le hasard des rencontres qui font que... ?

CN: Non, c'est plus l'envie de travailler. Voilà, on a trouvé quelqu'un avec qui on a envie de travailler de l'autre côté de la frontière. Mais il n'y a pas forcément cette volonté de s'inscrire dans ce territoire transfrontalier. Enfin ça dépend, si on prend Grand Luxe par exemple, le réseau qu'a créé Pôle Sud si j'ai bien compris, leur idée c'était quand même de travailler sur le transfrontalier, là ils ne veulent pas s'étendre au-delà des pays frontaliers, ils ne veulent pas aller trop loin, voilà, ils veulent garder cette proximité géographique. Donc si ça peut être le cas, le souhait de travailler en transfrontalier, d'inscrire vraiment le projet comme

transfrontalier. Et parfois c'est plus parce que voilà on a trouvé quelqu'un avec qui on a envie de travailler de l'autre côté de la frontière, il se trouve que c'est juste de l'autre côté de la frontière.

SM: D'accord, ok. Il faudrait que je les contacte pour voir ce réseau, jusqu'où il s'étend, est-ce qu'on est dans du transfrontalier / pays voisins ou est-ce que c'est autour de la région de frontière ?

CN: C'est autour de la région de frontière, oui. Après chacun peut se servir un peu de ces réseaux existants un peu partout d'ailleurs en Europe, mais les partenaires sont vraiment de l'autre côté de la frontière.

SM: D'accord, ok. Très intéressant, merci. Je regarde juste s'il y a des choses... oui, est-ce que vous diriez qu'en terme de soutien institutionnel aux projets culturels transfrontaliers, est-ce qu'on est souvent accolé à une valeur particulière ou à d'autres types d'objectifs : éducatif, sociaux, politiques, environnementaux ? Quand on regarde les projets transfrontaliers, souvent ils sont classifiés par catégorie, et on voit plusieurs domaines dans lesquels ils sont inscrits, est-ce que vous voyez d'autres objectifs qui sont alliés à ces projets culturels transfrontaliers ? Ou la culture qui s'insère dans des projets autres ?

C: Alors la culture qui s'insère dans des projets autres... hum... alors oui, il y en a, mais alors sur le principe quand même je me pose la question. Alors oui, ça peut être des projets en lien avec le tourisme en fait. En fait on a quand même ce souci maintenant sur Interreg, mais on parlait d'Interreg tout à l'heure, où il n'y a pas d'entrée culture identifiée comme telle. Donc soit on est plutôt sur l'aspect du tourisme, souvent c'est l'aspect patrimoine / tourisme, enfin le patrimoine via le tourisme. Ou alors après on va être sur tout ce qui est innovation, etc. Mais on n'a pas une approche voilà, un projet de... voilà, purement artistique et culturel, enfin voilà, une exposition conjointe par exemple, ça ça ne rentre pas, quoi. Sur Interreg c'est de plus en plus compliqué, en tout cas sur les gros projets. Après sur les micro-projets, parce que sur le Rhin supérieur il y a un certain nombre aussi d'enveloppes de micro-projets qui sont gérés par les euro-districts. Et là, voilà il peut y avoir du soutien à la culture, et donc c'est plutôt souvent société civile effectivement pour... et là ça va plutôt être sur de la mobilité des publics aussi, pour faire que les citoyens de ces euro-districts, bah voilà, soient mobiles de part et d'autre de la frontière en fait. Et ce serait peut-être intéressant pour vous d'aller voir le Maillon parce qu'eux ils arrivent à avoir un soutien comme ça de leur euro-district Strasbourg-Ortenau. Et là ils sont sur la question de la mobilité des publics aussi avec Offenbourg. Et ils essaient aussi de mener des projets dans le domaine scolaire. Donc oui, parfois oui, pour pouvoir bénéficier de certains financements, effectivement il faut prendre un angle peut-être pas purement artistique et culturel.

SM: Hum, d'accord. Et là on est plus dans les publics du coup ?

CN: Ouais. Sur l'euro-district.

SM: Dans la consommation culturelle plutôt que la production ?

CN: Oui, voilà. Oui, oui. Après sinon on a l'exemple qui n'est pas sur le Rhin supérieur, où on a dans les Ardennes le festival le Cabaret Vert qui est sur un projet Interreg. Alors là c'est de l'Interreg Flandres-Wallonie-France, donc où il y a en gros les Hauts-de-France et puis les Ardennes. Et donc le Cabaret Vert est dans un projet qui s'appelle [...] aussi je crois. Et là c'est sur les questions de développement durable en fait. Donc voilà, et eux autour de leur festival, bah comment faire un festival de musique qui soit responsable on va dire, écologiquement parlant.

SM: D'accord. Et ils ont pris l'entrée... là c'est un micro-projet ?

CN: Non, non, c'est un vrai... c'est un Interreg.

SM: Ok, via l'entrée développement durable du coup ?

CN: Ouais. Alors ils ne sont pas porteurs du projet mais ils sont dedans. Avec des belges et puis des structures du Nord-Pas-de-Calais je crois, enfin des Hauts-de-France.

SM: D'accord, intéressant.

CN: Et pas que des structures culturelles, ouais.

SM: D'accord, ouais, on allie différentes structures.

CN: Ouais. Mais je ne l'ai pas vu sur le Rhin supérieur. Après il y a quelques années il y a eu aussi un projet Interreg qui s'appelait "Design am Oberrhein", "Design dans le Rhin supérieur", donc là il y avait la Haute École des Arts du Rhin qui était dedans. Et c'était avec la Chambre de Commerce et d'Industrie si je me souviens bien, donc là il y avait plus l'approche économique en fait.

SM: D'accord.

CN: Et si, il y a quand même un projet dans lequel nous on est actuellement d'ailleurs, je ne sais même pas dans lequel... alors là c'est plus patrimoine et cinéma, donc c'est toutes les archives audiovisuelles, donc amateurs en fait, donc là il y a toute une collecte d'archives, de films amateurs hein, et là c'est piloté par l'Université de Strasbourg. Donc nous la DRAC on est dedans parce que en fait c'est un site, d'ailleurs il est en ligne, ils l'ont ouvert la dernière fois, comment ils ont appelé ça ? La Cinémathèque du Rhin supérieur, je peux vous envoyer le lien aussi. Et donc c'est l'Université de Strasbourg qui le porte avec un acteur qui travaille sur cette question des films amateurs qui s'appelle MIRA et que la DRAC soutient aussi. Et en fait ils enrichissent aussi ces films amateurs, enfin ils les regardent évidemment, après il y a différentes catégories, parce que c'est aussi une lecture de l'histoire par ces films amateurs dans le Rhin supérieur. Et voilà, l'histoire ici mais aussi dans leur contexte plus naturel. Et donc c'est aussi enrichi de beaucoup de commentaires et donc nous on a un fonds à la DRAC qui s'appelle le Denkmalarchiv et donc voilà, ils s'appuient aussi sur certains documents qui viennent de Denkmalarchiv pour enrichir et commenter certaines images et enrichir la lecture de ces images. Donc voilà, là je ne sais même pas dans quelle entrée ils se sont mis, voilà, et nous on

est juste partenaire... enfin pas scientifique mais partenaire parce qu'on apporte un fonds dans ce projet en fait.

SM: D'accord. Donc du coup au niveau du type de structure avec lesquelles les structures qui portent des projets culturels transfrontaliers travaillent, on retrouve plutôt, vu ce que vous dites, des universités ?

CN: Ouais.

SM: École de Design, on est aussi dans l'information ?

CN: Ouais.

SM: Chambre de Commerce et d'Industrie ?

CN: Oui. Ça sur les derniers projets. Et après dans le patrimoine il y a des choses en fait. Quand on parle du Rhin supérieur en fait hein.

SM: Oui, il y a beaucoup de patrimoine du coup.

CN: Voilà, il y avait un projet autour du Hartmannswillerkopf donc qui est un lieu de mémoire dans le Sud de l'Alsace, enfin voilà, qui est un champ de bataille en fait. Et donc c'est aussi comment on valorise tous ces sites. Donc on est plus sur ce genre d'entrée que des projets autour de la création artistique, même de la mobilité des acteurs.

SM: Et ce projet de valorisation il était transfrontalier ?

CN: Le Hartmannswillerkopf oui. Je ne le connais pas très bien parce qu'on n'était pas trop dedans. Et là ce n'est pas tellement les acteurs culturels qui le portent, c'est plutôt des communes ou des communautés de communes. Mais vous trouvez en ligne sur l'Interreg, il y a tous les projets en fait.

SM: Oui, d'accord. Celui-ci... parce que par la mission opérationnelle transfrontalière, j'ai fait tout un recensement des projets, celui-ci ne me dit rien comme ça mais...

CN: Parce que sinon vous allez sur le site Interreg Rhin supérieur, et là vous trouvez aussi tous les projets qui ont été financés.

SM: Il va falloir que j'aïlle là-dessus, oui.

CN: Alors il y a un projet dans lequel nous on n'est pas mais peut-être que ça vaut le coup aussi que vous alliez voir mon collègue à la région, il sera là demain d'ailleurs... ou les gens de l'euro-métropole. Il y a un projet Interreg actuellement dans le domaine de l'audiovisuel, alors je ne connais pas bien non plus parce qu'on n'est pas dedans mais là on est plus aussi sur... bah voilà,

ils portent un forum franco-allemand dans le domaine des co-productions je crois, et puis après il y a tout ce qui est échange entre professionnels dans le domaine de l'audiovisuel en fait.

SM: D'accord. Et c'est soutenu par ce... ?

CN: Interreg. Mais je ne sais pas quelle entrée non plus.

SM: D'accord, mais je vais parler avec Aurélie Reveillaud, je pense qu'elle pourra me dire.

CN: Bah voilà ! Elle pourra vous en parler parce qu'elle est dedans.

SM: Ok. Je lui demanderai, voir quel est la part de transfrontalier dans ce projet-là, ou est-ce que... enfin oui, si j'ai un projet Interreg c'est forcément...

CN: Non, non, c'est de l'Interreg donc c'est... oui. Et ça va un peu plus loin parce que ça va jusqu'à Mannheim, enfin voilà, on n'est pas que sur le Rhin supérieur, on dépasse un peu ce qu'on peut faire aussi avec d'autres partenaires qui sont un peu plus loin.

SM: D'accord, ok.

CN: Oui, parce qu'en fait dans le Rhin supérieur ça fait déjà deux ou trois programmes, oui... en tout cas sur la période actuelle et celle d'avant, c'était déjà très compliqué d'inscrire des projets culturels en fait. Et là on voit la différence avec la grande région, où peut-être pas sur cette programmation mais celle d'avant, ils avaient réussi à inscrire des projets... alors je me souviens du projet Total Théâtre, c'était entre cinq théâtres français, enfin c'était le NEST à Thionville avec un théâtre au Luxembourg, en Sarre et peut-être en Belgique aussi et peut-être en Rhénanie-Palatinat. Enfin je n'ai plus en tête les partenaires. Mais là c'était vraiment avec de la mobilité des équipes en fait, enfin des formations conjointes, enfin voilà ils travaillaient sur la mobilité des équipes, donc des professionnels, des publics et aussi il y avait un aspect co-production de spectacles. Et ça moi dans le Rhin supérieur, je n'en ai pas vu beaucoup, enfin voilà ça fait déjà au moins deux programmes opérationnels qu'on ne peut même pas faire entrer ce genre de projet je pense.

SM: Parce que du coup il n'y a plus cette entrée culture.

CN: Oui, il n'y a pas cette entrée, voilà.

SM: Du coup il y a eu des projets qui ne pourraient plus avoir lieu maintenant ?

CN: Voilà, en tout cas ce n'est pas les priorités forcément de nos régions pour le moment quoi.

SM: D'accord, ok.

CN: Après dans les autres structures, ouais les structures le long du Rhin... enfin voilà, dans le Rhin supérieur, en tout cas côté français, c'est clair qu'elles essaient de travailler beaucoup sur

cette question de la mobilité des publics aussi. Enfin là je parlais du Maillon qui travaillait pas mal. Mais vous prenez le TNS qui traduit maintenant aussi son programme en allemand. Enfin il y a aussi le souhait de pouvoir accueillir un public allemand. Après à la Filature à Mulhouse ils font ça aussi, hein, ils travaillent sur ces questions de mobilité des publics. Donc voilà, dès qu'on est sur des villes pas très, très loin de la frontière, il y a toujours cette envie de travailler, voilà, de faire venir un public. Ou voilà, parfois il y a aussi les Dominicains à Guebwiller, c'est un festival de rencontres, qui eux organisent des sorties à Freiburg en fait, c'est-à-dire qu'avec leur public des Dominicains, ils emmènent leur public de l'autre côté de la frontière. Donc on voit qu'il y a ce souhait aussi à amener le public à regarder ce qu'il se passe aussi de l'autre côté de la frontière.

SM: D'accord. Ok, donc oui, il y a quand même du travail... Et est-ce que en termes de... par exemple le TNS, la Filature, est-ce que ils ont un travail de sur-titrage après les spectacles ?

CN: Alors pas systématiquement, vous savez je suis allée au théâtre l'autre jour, ce n'était pas sur-titré. À l'Opéra du Rhin.

SM: À l'Opéra du Rhin ?

CN: Oui, ils ont un gros public et souvent ils surtitrent. Au Maillon ils le font beaucoup, mais peut-être pas systématiquement non plus. Non, ça va être surtout dans les... alors ça peut être ponctuellement mais je ne sais pas, ou alors quand c'est de l'allemand et du coup il le surtitrent en français en fait. Mais ce n'est pas systématiquement...

SM: Oui donc ils traduisent le programme mais c'est plutôt pour des spectacles qui peuvent être compris par des personnes qui sont germanophones, qui puissent venir.

CN: Hum, hum, Oui.

SM: D'accord.

CN: Alors le Maillon c'est peut-être plus systématiquement parce qu'ils ont ce partenariat avec Offenbourg, où même dans leur programme ils proposent des spectacles à Offenbourg et à chaque fois il y a une navette qui est organisée. Et inversement hein, à Offenbourg ils proposent dans leur programme, donc on peut prendre un abonnement au Maillon et voir un spectacle à Offenbourg. Et là, effectivement dans ces cas-là, c'est surtitré.

SM: D'accord, donc ils amènent le public entre eux, entre Offenbourg et Strasbourg.

CN: Oui. Quand on va au Maillon, il y a régulièrement des navettes qui arrivent de Offenbourg.

SM: D'accord. Et par rapport au territoire que vous couvrez avec la DRAC, est-ce que vous diriez qu'il y a des parties de la région de frontières qui ont plus particulièrement un travail sur la question transfrontalière ? Ou qui ont plus d'implications là-dedans ? Où les réseaux sont plus denses ? Ou pas ?

CN: Bah sur le Rhin supérieur c'est quand même assez dense, et comme il y a aussi ces euro-districts, il y en a quand même 4 qui sont... je peux vous envoyer une carte. Parce que les euro-districts mènent quand même aussi... ils essaient de faire bouger un peu les gens sur l'ensemble du territoire. Donc c'est assez dense, donc non il n'y a pas trop de trous sur le Rhin supérieur. Après, évidemment, les gros pôles, Bâle, Strasbourg, évidemment attirent beaucoup.

SM: Oui. Et est-ce que du coup dans des villes, est-ce que vous pensez que ce travail sur le transfrontalier il serait mieux dans les grandes villes ou dans les petites villes ? Est-ce que à Strasbourg il y a plus de choses qui naissent du fait que ce soit une grande ville ou... ?

CN: Je ne sais pas. Après nous... moi j'ai plus la vue DRAC et en plus, voilà... macro. Donc je suis plus en lien avec les grosses structures, donc je ne pourrais pas dire, je ne sais pas en fait, il se passe certainement des choses dans les petites villes dont on n'est même pas au courant. Peut-être plus au niveau des pratiques amateurs, c'est pareil moi je n'ai pas du tout de vision au niveau de ce qui se passe au niveau des pratiques amateurs. Donc voilà, donc je ne sais pas trop et je ne sais pas si un public d'une petite ville d'un côté de la frontière va spontanément aller dans la grosse ville de l'autre côté de la frontière. Enfin voilà, il y a cette question de la mobilité du public, c'est pareil, on ne la connaît pas bien en fait.

SM: Oui. Et les lieux ne mesurent pas trop ça ?

CN: Ah peut-être, peut-être ! Mais nous on n'a pas les chiffres en fait. Donc ça il faudrait voir avec les structures.

SM: Oui, il faudrait voir avec eux le pourcentage de leur public qui vient d'Allemagne.

CN: Après c'est sûr que ça joue en faveur des grosses structures parce qu'elles ont souvent plus les moyens. C'est ce que je disais, souvent c'est aussi un problème de moyens, le transfrontalier, parce que faire une campagne d'affichage de l'autre côté de la frontière, souvent c'est d'autres outils de... enfin voilà, même si c'est la même affiche il faut au moins la traduire et puis voilà. Et là on le voit sur Strasbourg, il y a les musées de Karlsruhe qui communiquent pas mal, ou ceux de Bâle, mais voilà, c'est déjà des grosses structures en fait. Ce n'est pas à la portée de toutes les structures en fait de pouvoir faire des campagnes d'affichage. D'où l'intérêt voilà, d'où l'idée de ce PASS-Musées à l'époque en fait.

SM: D'accord. Oui, pour centraliser cette...

CN: Oui, et donner un peu envie d'aller voir d'autres musées. Même s'il n'y a pas une campagne de communication spécifique.

SM: Oui. Il y a un travail d'évaluation de ce genre de projet ?

CN: Sur le Pass Musées ?

SM: Sur le Pass Musées ou ce genre de projet, oui -

CN: Oui, oui. Ils ont un rapport d'activités tous les ans, qui est en ligne d'ailleurs, vous pouvez le retrouver. Mais là, ils fêtent cette année leurs vingt ans d'existence du PASS, donc voilà, il est toujours cité comme l'exemple réussi parce que c'est un projet Interreg avec un soutien des pouvoirs publics à l'époque, voilà, la DRAC, enfin voilà, les différents Ministères avaient soutenu. Et depuis ils s'auto-financent en fait, il n'y a plus du tout de subventions, que ce soit côté allemand, français ou suisse hein.

SM: C'est entre les structures ?

CN: Oui, c'est les musées qui contribuent, qui récupèrent. Après il y a un petit peu de mécénat, mais voilà, c'est une association qui s'autofinance.

SM: Ok. Est-ce qu'il y a des choses dont je n'ai pas parlé ou des questions que je n'ai pas posées mais qui vous semblent intéressantes ou importantes ?

CN: Non, je pense que vous avez un peu fait le... Après c'est peut-être parti un peu dans tous les sens mes réponses mais... (rire)

SM: Ah non, j'ai fait plein d'entretiens qui sont partis beaucoup plus dans tous les sens (*rire*). Et au contraire, parfois... là j'ai été un peu plus dirigiste parce qu'on n'avait pas beaucoup de temps, mais c'est bien quand les personnes partent aussi parce que c'est là les choses importantes sortent. Parce que si je ne pose que des questions fermées, les personnes vont répondre à mes questions mais -

CN: Oui, vous n'aurez pas de...

SM: Si moi je n'ai pas pensé à tout... (rire)

CN: Non, non, je pense qu'on a fait un peu le... Après si je pense à autre chose je peux toujours vous l'envoyer.

SM: D'accord.

CN: (*réfléchit...*) Non parce que là on vient d'être contacté aussi par le CDN à Colmar, donc il y a une nouvelle direction qui vient d'arriver, donc la Comédie de l'Est à Colmar. Et donc voilà, les nouveaux directeurs veulent nous rencontrer, enfin voilà, l'ensemble des personnes qui travaillent un peu sur la coopération transfrontalière pour voir un petit peu... ils voudraient inscrire aussi la coopération transfrontalière dans leur projet en fait. Donc le fait d'être quand même à la frontière forcément les... voilà... les structures se posent quand même en général... enfin les grosses structures, en tout cas, se posent toujours la question de comment aussi travailler sur... enfin d'en faire un atout aussi d'être si proche de la frontière et comment le... oui.

SM: Oui, d'accord. Oui, ce serait intéressant de leur parler, de savoir d'où est venue cette volonté.

CN: Alors après, peut-être que c'est dans leur cahier des charges, je ne sais pas trop non plus, je n'avais pas redemandé mais oui. Mais à Thionville ils se sont clairement positionnés, le Maillon aussi, enfin voilà, tout ceux qui sont vraiment à la frontière... le Maillon n'est quand même pas une scène nationale ou un CDN mais voilà, il y a quand même ce souhait de travailler sur cette question-là.

SM: D'accord. Donc vous la DRAC, vous ne donnez aucune direction, aucune... vous n'avez pas de demandes par rapport à ça ?

CN: Si. En fait dans les conventions qu'on a avec les structures, alors voilà, les structures labellisés scène nationale, etc. – bon de toute façon toutes les structures maintenant on leur demande de travailler à l'international, enfin sur l'ensemble du territoire. Après ici on rajoute parfois transfrontalier... Enfin voilà, si, régulièrement on leur demande – que ce soit la Filature ou... – de travailler... d'avoir cette ouverture transfrontalière. Après voilà, ils s'en emparent comme ils le souhaitent.

SM: D'accord. Ce ne serait pas une raison... enfin une structure qui ne mènerait pas du transfrontalier, elle ne se ferait pas taper sur les doigts par rapport à ça ?

CN: Non, non, non ! Non, non. Parce qu'il y a déjà un cahier des charges assez exigeant en général. Il y a un certain nombre de choses qui leur sont demandées sur l'éducation artistique et culturelle, etc. donc... mais bon, souvent ceux qui postulent aussi dans cette région c'est qu'ils ont... il y a une appétence aussi pour au moins le franco-allemand ou d'une manière plus générale la coopération européenne. Parce que voilà, la situation fait qu'on attire aussi des directeurs de structure que la question transfrontalière intéresse en général, ou plus généralement européenne, oui.

SM: D'accord. Merci beaucoup.

Appendix 20: Interview transcript – Frédérique Chabaud

Interviewee: Frédérique Chabaud

Advisor on Culture, Youth, Education, Media and Sport (The Greens/European Free Alliance), European Parliament

Location of the interviews: Telephone

Dates of the interview: 29.05.2019

Language of the interviews: French

Transcription: Full transcript

[Présentation du travail de recherche et du parcours de la doctorante]

SM: Voilà, c'est comme ça que je suis arrivée à mon thème de recherche. Et en général du coup je demande aux personnes de décrire un peu leur vie professionnelle et les principales étapes, alors je sais quelques petites choses sur vous parce que je suis espionne sur Google, mais bon il y a des choses qu'on ne découvre pas forcément (rires), et je suis particulièrement intéressée par la question franco-allemande, et comment vous avez été amenée à vous impliquer dedans, à la fois d'un point de vue personnel et professionnel ?

FC: En fait, c'est un petit peu les hasards de la vie, c'est que je suis partie très jeune en Allemagne, j'ai commencé à travailler en Allemagne, pas du tout dans la culture. Et puis j'avais décidé de reprendre mes études et je les ai faites en Allemagne. Donc j'ai passé ce qu'on appelait à l'époque un magister d'histoire slavistique et linguistique à Hamburg. Et pendant que je faisais ça, j'ai travaillé pour des industries culturelles, maintenant ça s'appelle industries culturelles, et qui étaient la *Deutsche Grammophon* et puis également une autre compagnie *Sony Classical*, une autre compagnie de disques. Je m'occupais de relire les textes qui à l'époque accompagnaient les enregistrements, et puis également de faire des traductions. Voilà, c'était mon travail pour payer mes études. Et voilà, donc je me suis engagée finalement là-dedans, et par la suite j'ai travaillé pour une agence de photographes aussi. Et puis après j'ai intégré ARTE, cette chaîne de télévision culturelle franco-allemande et j'y ai travaillé à peu près pendant huit ans, donc il y avait un service communication, donc ça ça allait dans le droit fil du franco-allemand, mais avec d'autres sujets plus culturels. Et après pour moi ce n'était pas suffisant le franco-allemand ... Allô ? Allô ?

SM: Oui ? Je vous entends.

[Ça raccroche, rappelle...]

SM: Allô oui ? Ça a coupé ?

FC: Oui, ça a coupé brutalement. Donc j'en étais à ARTE, et puis après j'ai fait une formation supplémentaire de management culturel. Et là j'ai commencé à travailler à Bruxelles et très,

très concrètement avec des projets européens pour des petites associations, dont une association qui fait de l'*advocacy* ici pour la culture, qui s'appelle maintenant Culture Action Europe. Et puis voilà, après pour la Fondation Menuhin, là je travaillais vraiment sur des projets vraiment sur le terrain. Et puis après, voilà, j'ai eu la chance de pouvoir tout à coup... il y a une place qui s'est libérée avec le nouveau groupe des Verts et puis j'ai pu entrer pour remplacer quelqu'un qui était malade, et puis je suis restée. Donc voilà, c'est un petit peu comme ça que le chemin s'est fait.

SM: D'accord, ok. Donc oui, il y a vraiment un lien avec la question franco-allemande, voilà, du fait de vos études en Allemagne et votre expérience...

FC: Voilà, c'est ça, c'est vraiment une expérience personnelle et donc un intérêt pratiquement automatique. Bien sûr hein, surtout dans une grande ville comme Hamburg, enfin bon, pour moi c'était une découverte complète, je n'étais pas du tout liée autrement à l'Allemagne avant, enfin voilà. Maintenant je me retrouve dans un groupe politique qui est extrêmement allemand donc ça continue oui, je travaille en allemand, pratiquement. Oui, donc voilà, ça me poursuit (rires).

SM: Et du coup à ce niveau-là, pour entrer dans les questions plus techniques par rapport à la culture transfrontalière, au niveau artistique et vu depuis votre angle de l'Union Européenne... comment, selon vous, s'articule la question transfrontalière par rapport à la question binationale dans les projets culturels locaux, est-ce que vous avez une vision là-dessus ?

FC: Bah je sais qu'il y a énormément... je suis très étonnée mais il y a un très grand dynamisme dans la plupart des régions transfrontalières, au niveau de la culture et de l'éducation, justement pour avoir vraiment des liens vraiment assez étroits de façon aussi à pouvoir combler quelques fois les déficits de main d'œuvre qui sont d'un côté ou de l'autre de la frontière. Donc ça c'est très, très fort et je me suis aperçue qu'il y avait aussi, quand par exemple au niveau européen vous avez des systèmes qui sont mis en place, comme la Garantie pour les Jeunes par exemple, et bien c'était très souvent des régions transfrontalières, donc au niveau transfrontalier que ces politiques étaient reprises et mises en œuvre. Et donc il y a une activité très forte je trouve, même par rapport aux États-membres qui sont beaucoup plus campés sur des positions plus globales hein, pas forcément en France, mais qui ont moins de pouvoir dans ce genre de domaine comme en Allemagne ou en Espagne. C'est vraiment dans les régions transfrontalières qu'il y a plus de dynamisme. Et dans tous les programmes européens qui vont sortir maintenant, la question transfrontalière est mise vraiment en avant, pas seulement Interreg mais plutôt : « Comment on peut travailler ensemble au niveau local et régional ? » Donc ça regroupe bien sûr tout le monde, mais en particulier de favoriser les échanges dans ces zones-là. Et en plus, en ayant habité à Strasbourg aussi, j'ai vu combien la ville était extrêmement active dans ce domaine-là. Au point que quand vous avez, par exemple, c'est un exemple un peu amusant mais quand vous avez la météo, donc le temps qui est donné, et bien vous ne l'avez pas que pour Strasbourg, vous l'avez pour la région, et la région comprend bien sûr la Suisse, une partie de la Suisse, et l'Allemagne, etc. Donc il y a vraiment une redéfinition aussi – et ça dans le milieu culturel c'est vraiment soutenu et la façon dont travaillent par exemple des petites agences locales, par exemple pour prêter du matériel pour des spectacles, etc., c'est évident qu'ils travaillent vraiment avec les deux côtés de la frontière. Donc il y a les évidences qui sont là et qui sont vraiment poussées aussi par l'Europe parce que c'est vraiment un secteur dynamique.

SM: D'accord. Et...

FC: Alors je suppose que là-dedans il y a des régions plus dynamiques, je sais que l'Alsace est très dynamique, avec le Bade-Wurtemberg qui est l'autre région en face sont très, très dynamiques. Il y a des villes étudiantes aussi très vives. Donc là c'est vraiment évident qu'on travaille avec une frontière, mais bon, voilà, pour l'instant tout au moins heureusement elle est dépassée.

SM: D'accord. Et est-ce que selon vous il y a certains acteurs, certaines structures culturelles ou certaines institutions qui jouent un rôle fondamental dans ces échanges et dans ce tissu culturel transfrontalier ?

FC: Je pense que oui. Peut-être que je vais vous envoyer deux ou trois noms d'agence, je sais qu'ils travaillent fortement avec ça, je le note. Et après c'est tout le positionnement aussi de la politique linguistique par exemple aussi. Il est évident que dans une ville comme par exemple Strasbourg, vous allez parler les deux langues. Vous allez avoir beaucoup de choses quand vous avez des manifestations un peu plus internationales ou des festivals de musique par exemple, les deux langues vont être présentées, parce que c'est évident, il y a beaucoup de public qui va venir aussi d'Allemagne. Donc il y a vraiment une attirance, il y a une politique des publics, c'est-à-dire pas seulement des artistes et des projets, mais que les publics aussi puissent passer d'un endroit à l'autre.

SM: Et ces initiatives du coup elles sont plus... pardon je vous coupe, excusez-moi.

FC: Non, allez-y. Ces initiatives alors viennent des acteurs eux-mêmes mais sont soutenues par la ville et puis également par la région. Et là je vous donnerai aussi le nom d'une collègue avec qui vous pourrez peut-être voir si... oui, parce qu'elle elle travaille dans le domaine de la littérature, voir un peu si elle peut vous donner quelques indications sur la manière de travailler avec l'Allemagne.

SM: D'accord. Super.

FC: Il y a un autre niveau aussi je pense, avant de l'oublier, c'est le niveau des jumelages aussi qui peuvent être très actifs. Pas tous, mais ils peuvent être très actifs, le jumelage des villes.

SM: Et il y a des retombées de ça au niveau culturel ?

FC: Oui, tout à fait. Ce n'est pas seulement d'aller voir un match de football, etc., non, c'est vraiment culturel.

SM: D'accord. Et est-ce qu'au niveau européen vous avez des interactions avec ces acteurs de la culture transfrontalière ?

FC: Oui, quand ils font partie d'un projet, s'ils ont pris certains projets comme Interreg, etc., enfin un projet dans le cadre d'un programme européen, oui. Et du coup, là oui il y a une interaction. Après, il y a une interaction de *lobby* je dirais pratiquement dans les régions, parce

qu'ici il y a la représentation non seulement des États membres, donc très officiels, vous avez la représentation des villes, à Bruxelles, la représentation aussi des régions. Et là aussi vous avez une véritable dynamique, je pense à des politiques par exemple... par exemple la région Île-de-France – alors ce n'est pas transfrontalier vous allez me dire mais quand même – ils font beaucoup de travail pour tout ce qui est cinéma, et dans ce cadre-là, ce domaine particulier, il va y avoir vraiment beaucoup de choses qui vont être mises en commun, comme par exemple les studios, etc. Et de là, vous avez vraiment des acteurs qui entrent en jeu et qui font une véritable politique culturelle en fait, soutenue par une région, deux régions, trois régions. Donc ça c'est intéressant aussi, parce que la participation par exemple financière des régions peut être assez importante dans la réalisation de films. Il y a du soutien dans l'audiovisuel. Et donc dans ces cas-là ça se retrouve au niveau européen. Peut-être pas directement, parce qu'il ne faut pas oublier que la culture n'étant pas compétence de l'Union Européenne, on peut concevoir ce gros programme qui est donc Europe Créative, mais la Commission ne va pas toujours elle-même forcément être en contact avec les porteurs de projets... De temps en temps oui, quand ils peuvent, mais ce n'est pas l'endroit où vous rentrez en premier pour vous faire connaître. Mais par contre il y a les points de contact culture, après il y a toute une hiérarchie, finalement, de possibilités d'interaction.

SM: D'accord. J'ai participé au début du mois de mai au LabEurope qu'il y a eu à Strasbourg et qui a rassemblé des acteurs locaux du secteur culturel et des équipes du programme Interreg et de la ville. Et une des choses qui est beaucoup ressortie dans les échanges entre ces personnes, c'était une difficulté à être en contact avec les acteurs de l'Union Européenne et à avoir accès aux informations. Comment vous percevez ça, vous, du point de vue européen ?

FC: Moi je pense que c'est difficile, je suis tout à fait d'accord. D'une manière générale, il y a trop peu de communication, enfin pour l'instant encore trop peu de communication sur ce que fait l'Europe, donc c'est très difficile, je trouve, quand vous êtes avec un projet, de pouvoir identifier par quel bout commencer, en fait. Ça, pour l'avoir fait moi-même de l'autre côté, c'est vraiment compliqué. Après, il y a eu une restructuration aussi, il y a quelques années, il y a maintenant plus de dix ans, effectivement, de la Commission Européenne pour la culture entre autres, où ils ont sub-divisé des départements qui s'occupent par exemple du programme culture en deux parties. Donc il y a la partie politique qui est restée au sein de la Commission et puis une agence qui a été créée pour justement pouvoir endiguer tous les programmes, pouvoir organiser les appels à proposition, pouvoir ensuite organiser les appels à experts, etc. Et donc c'est une agence –vous connaissez aussi, CAE- et je sais que c'est très difficile d'entrer en contact parce que finalement on se retrouve avec deux niveaux, donc le niveau politique, donc quand vous faites un projet européen, on vous a démontré en quoi sert l'audience européenne, de faire mieux connaître la culture, de faire avancer l'idée européenne, etc., etc. Tandis que l'agence elle va vérifier simplement si vous avez bien dépensé – j'exagère un tout petit peu mais c'est ça – bien dépensé les sous, il faut les dépenser. Et c'est compliqué à ce moment-là parce que vous n'avez pas un interlocuteur qui est capable finalement de vraiment aller avec votre projet. Ça vous n'avez pas ce genre de... pour le programme culture. Dans d'autres programmes de recherche, etc., vous avez ce soin qui est apporté à la conduite des programmes, etc. Au niveau européen, au niveau de la Commission Européenne, ce n'est pas possible tout simplement parce qu'il y a trop peu de monde et parce que ce n'est pas l'une des politiques phares, en fait, de l'Union Européenne, encore. Après, il y a aussi – ça c'est très souvent une méconnaissance de quels sont les outils à disposition bien-sûr, par exemple vous pouvez aussi aller voir votre député en disant : « Voilà j'ai ce projet, qu'est-ce que vous en pensez ? Est-ce

que c'est pertinent ? », donc il y a aussi ce moyen de pouvoir faire peut-être connaître votre projet et peut-être d'apporter un peu plus de financement après. Et puis, voilà, donc ça c'est un petit peu compliqué, après vous avez les relais, effectivement, les points contact culture, qui là peuvent vous aider vraiment. Mais après il faut comprendre, il faut cerner l'esprit de la chose, ce n'est pas évident du tout, franchement. Et on demande sans arrêt que les choses soient simplifiées mais jusqu'à présent les simplifications par exemple des formulaires, c'est surtout pour la Commission pour pouvoir contrôler, c'est beaucoup moins pour un particulier qui se retrouve à expliquer un grand projet en l'espace de 750 caractères. C'est des choses comme ça qui font que finalement le projet s'éloigne... ou les personnes ne sont pas en contact, c'est dommage.

SM: D'accord. Et en descendant à un niveau plus local, est-ce que vous vous avez une vision du contact entre les acteurs des projets et le niveau ville, le niveau région, de comment se fait ce contact ?

FC: Non. Je l'ai eu quand je travaillais moi-même dans des projets pour voir comment ça fonctionnait. La seule chose que je sais c'est qu'au niveau européen on demande beaucoup plus de financement, de co-financement, et que c'est vraiment une charge supplémentaire pour le porteur de projet d'aller chercher vraiment ce co-financement à l'aide de : « je vais certainement avoir une subvention de l'Union Européenne ou je pense pouvoir demander une subvention, est-ce que si cette subvention arrive vous êtes capable ou vous voulez bien soutenir mon projet ? » Donc c'est vraiment donnant-donnant. Dans ce cas très précis de figure oui, il y a une espèce de... je peux imaginer comment ça se passe, mais sinon non, et ça c'est trop vaste en fait et le programme est même trop modeste pour pouvoir toucher tous ces aspects-là. On demande toujours beaucoup au secteur culturel mais après c'est très compliqué d'évaluer aussi les difficultés. On demande également au secteur culturel que les projets soient des projets qui durent, des projets durables ; hors la plupart du temps, si on demande quelque chose à l'Union Européenne, en général, c'est justement parce qu'on n'a pas les moyens de continuer à fonctionner après. Souvent dans les petits projets en tout cas.

SM: Oui. Et est-ce que, par rapport à cette question-là, dans les projets culturels transfrontaliers que vous avez côtoyé, vous avez vu des institutions et des acteurs qui n'étaient pas directement du domaine culturel, qui étaient associés à des projets culturels ?

FC: Oui, il y en a certains, par exemple il y a pour moi toujours les agences de communication, qui quelques fois sont celles qui rédigent les projets pour les raisons dont on vient de parler. Ça c'est une chose, et sinon la notion... Ces deux derniers programmes, la notion des interlocuteurs ou des possibles porteurs de projets s'est bien agrandie. On ne parle plus forcément de projet, de culture traditionnelle je dirais pratiquement, avec le théâtre ou même avec quelques industries comme le cinéma, etc. On parle vraiment d'industrie créative et culturelle. Donc là-dedans vous commencez aussi à avoir d'autres acteurs, comme par exemple le design, l'architecture, vous voyez ? On commence vraiment à explorer, là, pour le coup, des périphéries, qui sont en même temps fondamentales pour la culture, mais en même temps qui augmentent le nombre d'acteurs potentiels. Et réduit quelques fois les chances pour les petits théâtres, pour les petites associations, pour les petits musées qui sont des musées de ville par exemple. Enfin il y a des tas de considérations qui font que les petits projets, là où il y a vraiment une idée très locale, une idée pour moi presque de laboratoire hein, on essaie quelque chose. En fait c'est notre crainte à nous dans notre groupe politique, ça je le reflète maintenant,

que ces projets disparaissent. Donc en fait pour nous c'est crucial que cette créativité reste, en dehors de ces projets.

SM: Du coup par rapport à ce que vous dites là, est-ce que vous voyez des projets dans lesquelles des structures culturelles plus traditionnelles, des théâtres, des musées, s'associent à ces nouvelles industries culturelles et créatives qui rentrent dans le...

FC: Oui, tout à fait. Oui, il y a des projets – je ne pourrais pas vous en citer maintenant – mais il y a des projets effectivement où... Par exemple il y avait un très beau projet, ça c'est il y a déjà un petit moment, très grand hein, qui partait vraiment du dessin, donc de l'artiste jusqu'à l'exploitation avec un scénario, aussi bien de livret, un scénario de bande-dessinée pour aller jusqu'à un film. Donc là vous avez toute une série, et ça c'est un petit peu... une espèce de... comment dire ça ? Il y a un terme pour ça, que tout soit bien, ça fait une chaîne finalement de répercussion. Et à ce moment-là tous les acteurs de ce processus sont touchés finalement par le projet et sont encouragés, voilà, les dessinateurs, celui qui écrit un scénario pour la bande-dessinée, l'imprimeur et après le scénariste pour le film et puis tout ça quoi.

SM: D'accord, intéressant. Et pour parler plus maintenant du contexte institutionnel, est-ce que vu depuis l'Union Européenne, vous identifiez des entraves à la production d'un travail artistique transfrontalier, à niveau bureaucratique, linguistique, des relations... ?

FC: Oui je pense que l'une des entraves actuellement, est un peu un repli sur soi, n'est-ce pas ? Des pays. Il y a de nouveau des contrôles à la frontière par exemple entre la Belgique et la France. Donc ça c'est vraiment quelque chose... en plus de ça, je pense que pour certains pays, alors transfrontaliers peut-être moins, mais j'imagine, je ne sais pas si vous parlez de ça aussi, mais entre par exemple une frontière biélorusse et polonaise, ce n'est peut-être pas très évident non plus, par exemple. Il y a quelques fois pour des artistes venus de l'étranger des problèmes de visa, pour pouvoir intégrer... par exemple qui serait accepté en Allemagne mais qui ne serait pas accepté en France, donc si vous faites un projet transfrontalier incluant des artistes venant d'autres pays, vous risquez d'avoir aussi des problèmes comme ça. Et il y a aussi une entrave qu'on essaie de toucher pour l'instant mais qui malheureusement n'est pas encore dans le domaine de compétences de l'Union Européenne, c'est la politique fiscale. Et donc il arrive assez souvent, d'une manière assez commune, que les artistes, quand ils font quelque chose, par exemple vous êtes dans une tournée, je ne sais pas moi, pour reprendre notre exemple alsacien, ou basque pour changer un peu de coin, si vous faites une tournée entre Biarritz, Saint-Jean-de-Luz, San Sebastian, etc., vous risquez d'avoir deux... avec les mêmes artistes, d'être obligé de déclarer deux fois à deux endroits différents, ou trois endroits différents votre revenu ou rémunération, par exemple. Donc il y a ce problème de double taxation parfois, et notamment pour les histoires de santé, enfin d'assurance maladie et tout ça. Donc il y a des choses qui ne sont pas du tout claires, enfin c'est le cas pour personne, mais évidemment dans le transfrontalier ça joue aussi un rôle encore plus évident parce que là c'est facile de traverser la frontière et vous vous retrouvez coincé. Quitte à ce que par exemple certains artistes aient pu avoir leur visa pour tel pays, mais pas pour l'autre, par exemple, ça c'est possible aussi, ça arrive aussi.

SM: Oui. Et est-ce que cette question fiscale peut même affecter des artistes locaux, si on parle d'un artiste de Strasbourg qui travaille avec une institution de Kehl, est-ce que ça peut affecter même des artistes qui sont vraiment dans cette région transfrontalière ?

FC: Oui, c'est ça, les histoires d'impôt oui, ce n'est pas évident, je ne sais pas dans quelle mesure... peut-être aussi qu'avec les impôts il y a des facilités mais pour avoir travaillé à ARTE, je me souviens que c'était d'une complexité pas possible pour que les collègues allemands puissent continuer à payer leurs impôts en Allemagne, etc. C'était très compliqué à l'époque, donc il y a encore des tas de... je ne dirais pas que tout est difficile, mais ça peut affecter évidemment les artistes comme les autres finalement, aussi. Donc en plus les artistes, pour leurs honoraires, etc. risquent d'être touchés aussi par ça.

SM: Hum, hum.

FC: Il y a des endroits où c'est plus facile s'il y a des accords bilatéraux mais ce n'est pas partout.

SM: Donc il y a des endroits où il y a des accords bilatéraux quand même pour la question -

FC: Oui, tout à fait, pour les questions fiscales, oui. Mais pour les artistes c'est très compliqué en fait parce que s'ils bougent beaucoup, voilà, et puis ils ne sont pas dans le cadre d'être salarié, ils ont un autre statut et qui finalement est très compliqué. Je sais qu'il y a aussi un petit peu cette question-là avec l'Angleterre, et l'Angleterre avait réglé ça d'une autre manière aussi, qui était plus... enfin après il faut connaître les différents systèmes, il faut vraiment être spécialiste et ça je trouve que c'est très difficile. Et notamment pour les histoires de TVA. Et ça c'est vraiment très compliqué, enfin je trouve. Donc il y a une nécessité de fait, une nécessité de trouver... ça on essaie d'y travailler mais je sais qu'on a publié un rapport – que je vais vous envoyer aussi, comme ça vous l'aurez – qui n'était pas contraignant du tout mais où on demande, sur les relations avec les pays tiers, et les obstacles à la culture, c'est ça que je vais vous envoyer, la circulation des œuvres et des artistes, je vais vous envoyer ça.

SM: Super, merci.

FC: Comme ça vous avez aussi cette remarque pour la double-taxation.

SM: D'accord. Et par rapport à la chose que vous avez mentionnée tout au début de la différence des systèmes, de la difficulté parfois de travailler ensemble parce que les secteurs culturels ne sont pas structurés de la même manière, de la difficulté d'avoir des acteurs culturels qui connaissent à la fois la façon dont les choses fonctionnent en Allemagne et en France, est-ce que ça c'est quelque chose qui se retrouve au niveau des entraves au développement de projets transfrontaliers ? Ou est-ce que dans la région de frontières, les personnes arrivent à travailler ensemble et connaissent, finalement... ?

FC: Il me semble, mais c'est peut-être un préjugé de ma part, que les personnes arrivent à mieux se connecter, connaissent mieux aussi tout ce qui est local, etc., des deux côtés. Et puis il y a une connaissance un petit peu de la région et tout ça, je pense que c'est plus facile. Je pense que c'est plus facile que quand vous êtes vraiment d'un petit bourg au milieu de la France pour aller travailler avec un autre petit bourg au milieu de l'Allemagne, par exemple. Je pense que la difficulté est beaucoup plus grande, le pas est beaucoup plus grand. Et là aussi, quand vous avez des jumelages par exemple, vous pouvez vraiment arriver dans un petit bout de la France transfrontalière, et vous pouvez arriver à avoir une bonne connaissance en fait des deux côtés, plus facilement.

SM: D'accord. Au niveau des financements, qu'est-ce que vous identifiez comme les financements qui seraient les plus présents et les plus fondamentaux pour les projets culturels transfrontaliers ? Est-ce que vous voyez plus de présence du niveau municipal, régional, national, Union Européenne, Interreg ou Europe Créative ?

FC: Bah je pense oui voilà, à part Europe Créative certainement, toute la partie Interreg, ça c'est sûr. Partie aussi des fonds de développement régionaux, ça oui, ERDF ça s'appelle, *European Regional Development Funds*, ça quand vous êtes dans une région qui peut recevoir, ça vous aurez vraiment des possibilités aussi. Je crois que sinon au niveau régional, d'une manière générale dans votre pays. Et puis il y a aussi – mais ça c'est pour tout le monde aussi – alors je ne sais pas trop parce que les négociations n'ont pas encore vraiment abouti pour l'instant, dans un nouveau programme EU Invest, mais qui est en discussion pour l'instant, ces programmes vont être négociés là à partir de septembre. Il y a la position du Conseil, il y a la position du Parlement pour l'instant, mais maintenant les négociations pour les adopter vont avoir lieu à partir de septembre.

SM: D'accord. Et c'est quoi la particularité de ce nouveau programme EU Invest ?

FC: EU Invest, tout ensemble, toutes les actions finalement peuvent soutenir plus particulièrement l'Union Européenne comme la recherche, aussi des actions pour le climat. On a essayé d'y mettre un peu de culture aussi dedans, mais ce n'est pas encore là, tout ça fait partie des négociations. Donc c'est un petit peu la situation où on est, ça c'est un nouveau programme vraiment de soutien aux objectifs, aux priorités de l'Union Européenne.

SM: D'accord. Et est-ce que vous avez un peu une vision à d'autres niveaux de quelle est la part d'implication financière des différentes institutions ? Est-ce que le niveau municipal est plus impliqué ? Ou le niveau régional ? La DRAC ?

FC: Non, ça dépend. Ça ça dépend vraiment des projets. Je crois qu'en France la DRAC est très impliquée mais j'ai l'impression qu'il y a une politique pour l'instant qui tendrait à diminuer le rôle de la DRAC aussi. On est vraiment dans un moment de politiques qui changent, j'ai l'impression, en France en tout cas c'est sûr. Et l'importance de la DRAC – qui était vraiment quelque chose de très fort je crois dans la constitution aussi de projets culturels en France – diminue pour l'instant, c'est ce qui m'a été dit, enfin ce que j'ai entendu aussi. Ça va dépendre aussi des pays complètement, c'est vraiment très, très divers. Et vraiment la composition de vos soutiens financiers en tant que porteur de projets va vraiment dépendre de la qualité de votre projet, si c'est un projet avec beaucoup d'investissements ou au contraire beaucoup de recherche de publics. Ça va vraiment dépendre de la nature de votre projet.

SM: D'accord. Et est-ce que vous voyez dans ces projets culturels transfrontaliers le soutien institutionnel au projet adossé à d'autres valeurs ou d'autres objectifs ? Comme par exemple des objectifs touristiques, patrimoniaux, économiques, sociaux, éducatifs...

FC: Tout à fait, oui.

SM: Quel type de... ?

FC: Patrimoniaux, ça c'est évident, oui, ça c'est en pleine expansion. "Patrimoniaux" d'ailleurs égal "tourisme" hein. Donc ça c'est évident qu'il y a une progression vraiment très forte, et aussi de projets, d'ailleurs qui requiert beaucoup d'innovations dans la mesure où comment vous faites revivre un site un petit peu perdu, comment vous amenez les gens à le redécouvrir en 3D, en... voilà. Plein d'expérimentations pour l'instant. Ça c'est évident. Il y a un aspect social aussi, un aspect un peu de ce qui constitue notre patrimoine européen, ça c'est la volonté au niveau européen, c'est constituer un peu une espèce de repère de culture européenne. Avec le label européen, donc c'est vraiment des projets qui sont en général patrimoniaux mais qui ont en plus un caractère de citoyenneté, voilà. Ça vous pouvez le retrouver sur le site aussi. Donc il y a toujours d'autres valeurs, solidarité aussi, dans les projets culturels il y a pas mal de choses aussi qui vont dans cette direction-là.

SM: D'accord. Et par rapport spécifiquement à la place de la culture dans les projets transfrontaliers et du transfrontalier dans la culture, dans les débats auxquels vous participez au niveau européen, quelle serait la place accordée à la culture dans les débats sur les projets transfrontaliers ? Comment vous voyez ça actuellement et l'évolution dans les dernières années ?

FC: Pour l'instant je ne peux pas dire que ça existe particulièrement au niveau du Parlement Européen. Ça ne veut pas dire qu'au niveau de la Commission, ni au niveau du Comité des Régions, là il faudrait peut-être voir aussi... ça n'existe pas. Mais à mon niveau et de ce que je vois, ce n'est pas discuté comme étant une matière particulière. Mais par contre, certainement au Comité des Régions, j'imagine, bien sûr.

SM: D'accord. Et est-ce que vous avez eu un contact avec la question de l'entrée culture dans le programme Interreg qui a pu exister, qui n'existe plus et les débats autour de ça ?

FC: Oui, on essaie chaque année de le remettre mais je ne sais même pas si pour cette fois-ci ce sera vraiment la possibilité de l'avoir. Après, alors ce n'est pas dans le programme lui-même, mais après c'est dans les descriptions, parce que la Commission livre toujours des cahiers de travail en fait avec le programme comme elle le propose. Et dedans il y a la culture, la culture est mentionnée. Mais elle n'est pas mentionnée comme un point particulier dans le programme lui-même. Ça c'est vraiment un oubli encore à faire, énorme, oui.

SM: D'accord. Quels sont les types de retours qu'on vous fait – parce que vous avez dit que vous faites toujours un travail pour intégrer cette question là – quels retours vous recevez de l'institution ?

FC: Du Parlement Européen il n'y a pas de problèmes. Mais au niveau du Conseil, donc qui est toujours le rassemblement des États-membres, c'est toujours très compliqué. Parce qu'en fait ils essaient vraiment de... bien sûr le jeu c'est de ne pas avoir trop de budget à dépenser, et le jeu est à ce moment-là est de vraiment éviter d'être très explicite dans les axes d'action, dans les axes en fait, pour permettre à chacun des pays de prendre et d'adapter et d'interpréter aussi, à leur façon ce qu'ils peuvent faire. C'est ça aussi, c'est le jeu inter-institutionnel à ce moment-là.

SM: D'accord. Pour vérifier que j'ai bien compris du coup, c'est éviter d'avoir une redondance entre une présence d'une entrée culture dans le projet Interreg et déjà d'autres programmes spécialement dédiés à la culture ?

FC: Non, d'un point de vue de redondance, en général ce qui arrive quand par exemple Interreg... une commission parlementaire qui s'intéresse à Interreg rajoute plein de choses. Et de la culture est rajoutée bien évidemment, et la créativité, et l'innovation, etc. Et je sais qu'à un certain moment tous ces adjectifs disparaissent au fil d'un axe général où rien n'est mentionné en particulier. Et c'est ça qui se passe très souvent, de façon à ce que les États membres eux-mêmes puissent prendre ça en main et puis adapter, faire leur programme de leur côté, etc., sans être trop coincés par des exigences très précises dans les textes.

SM: Ok, j'ai compris.

FC: Même si la Commission après, par exemple pour Interreg, elle va rajouter tout à fait des projets culturels et patrimoniaux dans leur programme de travail.

SM: D'accord.

FC: Vous avez encore d'autres questions ? Parce que là il va falloir que...

SM: ...que vous y alliez. Non, non, c'était juste pour vous demander le contraire, la place de la question transfrontalière dans le débat culturel. Mais si vous n'avez plus le temps on arrête là.

FC: Débat culturel, en fait, tel que moi je le vis à mon petit niveau ici au Parlement, comme je vous disais tout à l'heure, ce n'est pas présent comme sujet en particulier. Mais encore une fois, d'un point de vue institutionnel peut-être voir du côté du Comité des Régions, un peu de quels sont les papiers qui circulent, etc. Et je pense que pour des associations, le transculturel est très important et il y a des associations régionales aussi qui sont très importantes – je ne me souviens plus du sigle de l'une d'entre elles – mais qui regroupent beaucoup de régions et je pense que ça c'est vraiment des sujets qui sont évoqués là. Je vais vous retrouver le nom de cette association, comme ça vous pourrez peut-être aussi...

SM: Est-ce que c'est du Forum Culture que vous voulez parler ? Enfin celui-ci c'est le nom au niveau du Rhin, il y a le Forum Culture du Rhin qui associe des régions, des acteurs côté français, côté allemand. Je ne sais pas si c'est ça ?

FC: Non, c'est encore une autre, c'est une représentation de lobbies pratiquement des régions auprès de l'Union Européenne. Et dedans il y a tout un volet culture, etc. et dont je vais vous retrouver le nom exact, parce que là ça pourrait être intéressant pour vous.

SM: Ah oui, super, ce serait parfait si vous pouvez.

FC: Comme ça, ça vous donne d'autres pistes, c'est bien.

SM: Bon super. Je vous remercie beaucoup de votre temps et de votre générosité pour partager vos connaissances.

FC: Non, non, ça me fait très plaisir, et puis bon donnez aussi de vos nouvelles, de savoir comment vous avancez. Vous revenez sur la France ou pas du tout là ?

FC: Allô ? Allô ?

SM: Vous m'entendez ?

FC: Allô ? Ça y est. Oui vous allez revenir en France bientôt ?

SM: C'est incertain, parce que je suis en train de voir si j'arrive à monter une co-tutelle de doctorat pour avoir un doctorat brésilien – que j'aurais dans tous les cas – et un français. Et peut-être que ça m'amènera à revenir en France pour une partie du doctorat. Après je suis française, donc c'est possible que je rentre en France après le doctorat.

FC: Oui, voilà, ok, très bien. Oui, je ne savais pas si vous vouliez vraiment rester. J'ai une amie qui a essayé de faire ça aussi, ce n'est pas évident du tout.

SM: Oui et puis depuis les élections, trouver du travail dans le domaine culturel ici, ça va être compliqué aussi, donc c'est assez incertain.

FC: Oui. Souvent il y a le festival Kunsten à Bruxelles, et hier soir j'ai vu justement un spectacle organisé par une compagnie brésilienne qui vient des *favelas* et tout, et vraiment il y avait une protestation contre la politique brésilienne, c'était très fort. C'était vraiment intéressant en même temps, donc j'imagine, oui.

SM: Oui, culturellement le Brésil c'est un pays qui est foisonnant, mais là c'est vrai que...

FC: En tout cas, donnez-moi de vos nouvelles et moi je vous écris pour vous envoyer tous les petits renseignements supplémentaires, d'accord ?

SM: D'accord ! Bah merci beaucoup et je vous tiendrai informée.

FC: C'était un plaisir de vous parler et bon courage hein !

SM: Merci beaucoup ! Bon courage à vous aussi. Au revoir.

FC: Au revoir.

Appendix 21: Interview transcript – Margot Bernardi

Interviewee: Margot Bernardi

Project Officer, IBA Basel

Location of the interviews: Telephone

Dates of the interview: 05.06.2019

Language of the interviews: French

Transcription: Full transcript

[Présentation du travail de recherche]

SM: Avez-vous une relation particulière avec la question transfrontalière ? Est-ce que vous avez été amenée à travailler à l'IBA pour une raison particulière ou est-ce que c'est par un autre biais que vous êtes entrée ?

MB: Moi personnellement, du coup ?

SM: Oui.

MB: Oui, donc moi je suis architecte diplômée d'État, donc en France. Et moi j'avais fait en fait mon diplôme de fin d'études sur justement Bâle et cette question des modes de vie transfrontaliers. Donc c'est ce qui m'a amené finalement à postuler à l'IBA pour continuer un peu mon travail mais de façon... pas utopique mais on va dire dans la vie réelle quoi (*rire*). Donc voilà.

SM: D'accord.

MB: Oui, en gros c'est ce qui m'a amenée à l'IBA.

SM: Ok. Donc vous aviez un intérêt particulier pour la question transfrontalière dès le début ?

MB: Oui, on va dire que j'ai toujours eu un attrait pour la culture germanique. Je parlais déjà un peu allemand. Et après mon diplôme j'ai voulu tenter parce que ça m'avait vraiment intriguée ces modes de vie, et j'avais eu une bonne image et un bon aperçu de cette région en fait, dans laquelle on ne se sent pas forcément sur trois pays, quoi. C'est là où c'est un peu le but de l'IBA aussi, c'est de créer éventuellement... On a des projets mais ces projets ils nous permettent aussi de développer une vision commune on va dire, avec un cadre de vie tri-national pour les usagers de l'ensemble de l'agglomération bâloise. On n'est pas actifs qu'au travers de nos projets, on essaie vraiment de communiquer, de faire partager une vision, un ressenti. C'est là où la culture est intéressante parfois, c'est que par la culture des fois, à travers trois cultures différentes qu'on arrive à faire accepter les projets, les rendre un peu plus compréhensibles, par des éléments, par des choses comme ça. Donc c'est vrai que c'est intéressant.

SM: D'accord. Quand vous dites faire accepter les projets, qu'est-ce que vous voulez dire ? Dans quel sens la culture aide à faire -

MB: Comment ?

SM: Vous dites que l'aspect culturel parfois aide à faire accepter les projets, à quel niveau vous voulez parler ?

MB: C'est-à-dire accepter ou on va dire leur donner une visibilité, ou mieux les rendre compréhensibles par la population. C'est-à-dire que ça peut être un événement qu'on va mettre en œuvre avec nos partenaires de projets, où on va faire des conférences, on va faire des bancs qu'on va construire avec la population, enfin on a vraiment une dimension participative pour atteindre on va dire le plus de gens, quand il s'agit du grand public. Après en termes de public cible, l'IBA Basel elle est extrêmement focalisée aussi sur un public cible d'experts on va dire, avec cette question de représentation de l'IBA que ce soit à l'échelle locale, nationale ou même internationale à travers des congrès, des rassemblements, des événements autres de la région. Par exemple la directrice a été à la Cité de l'Architecture, enfin on est actif sur plusieurs domaines.

SM: Oui. Donc des événements plutôt professionnels ?

MB: Voilà.

SM: D'accord. Et pour vous du coup, vous rentrez déjà dans une de mes questions, en quoi les événements ont quelque chose de particulier dans votre travail ? Parce que vous avez un travail plus sur les infrastructures et plus sur les événements d'après ce que j'ai compris ?

MB: Alors, sur les infrastructures oui et non, pour parler peut-être plutôt du rôle de l'IBA, dans le positionnement de nos projets, comme vous l'avez demandé, on est plutôt nous dans la coordination d'acteurs des trois pays. Quand vous dites infrastructure, on est plutôt sur du conseil, on est un bureau plutôt de conseil que de mise en œuvre hein. On est en relation avec les services techniques de l'ensemble des trois pays concernant nos projets, que ce soit dans la thématique du paysage, de l'architecture ou de l'urbanisme. Et on les soutient en fait pour la mise en œuvre de leurs mesures, de leur projet. On est aussi actifs en termes de recherche, on crée des partenariats avec des étudiants, des écoles d'architecture par exemple, pour faire émerger un peu de nouvelles idées. Et après, oui effectivement, on est actifs dans le domaine de la communication à travers la presse, les media, à travers des expositions qu'on met en œuvre dans le cadre de l'IBA. La finalité c'est une exposition internationale d'architecture on va dire. Donc la nôtre aura lieu en 2020, l'année prochaine. Et elle se fera au Vitra Design Museum qui est en Allemagne, je pense que vous connaissez ?

SM: Oui.

MB: C'est un musée très connu. Donc un des gros partenariats de l'IBA Basel, ce sera le Vitra en plus. Et donc autour de ça on va créer beaucoup d'événements en partenariat avec des congrès d'experts mais également des éléments en partenariat avec nos porteurs de projets.

SM: D'accord.

MB: Pour atteindre différents publics cibles justement. Et valoriser à la fois l'IBA en tant que processus de développement urbain, parce qu'on est plutôt on va dire une structure qui infuse des projets innovants, tri-nationaux. Et en même temps pour promouvoir un peu aussi les projets qui depuis 10 ans se concrétisent pas à pas à leur sauce on va dire, à leur échelle, parce qu'on a différentes échelles de projets. Si ce n'est pas clair, vous me demandez hein.

SM: (*rire*) Du coup ce que je comprends c'est que l'aspect événement, il a surtout l'objectif de permettre de faire le lien avec le public et de promouvoir les projets qui sont montés qui ne sont pas forcément visibles pour tout le monde, c'est ça ?

MB: C'est ça. Quand il s'agit d'événements publics, après tout ce qui est événements plutôt experts, qu'on essaie également de mettre en œuvre dans le cadre de l'exposition finale, on est surtout des *workshops* avec des personnes vraiment expertes en termes d'urbanisme, de paysage, etc. Donc là on est sur des ateliers, oui, on appelle ça des *workshops*, ça peut être des congrès... Au début on avait aussi l'idée de faire un lien avec la Biennale de Venise, apparaît un peu comme ça dans des congrès assez reconnus à une autre échelle.

SM: D'accord, ok. Merci. Et pour comprendre un petit peu mieux, l'IBA du coup comment elle se compose au niveau structure juridique ?

MB: Alors du coup nous on est – tenez vous bien ! (*rire*) – on est une succursale d'une association qui est l'Eurodistrict trinational de Bâle. Donc ça vous pouvez retrouver vraiment toutes les informations sur internet, de l'EDT, donc Eurodistrict trinational de Bâle, qui nous a créé. Donc on n'est pas une association, on n'est pas une entreprise, on n'est pas une agence, on est vraiment une succursale d'association, vu qu'on est sur un territoire de manière temporaire de 2010 à 2020. On est à la fois sur des règles juridiques françaises, mais voilà, on dépend d'une structure française mais au sein de nos projets on est vraiment sur des adaptations au format de travail des trois pays. Que ce soit des conventions, des appels d'offre, on essaie de faire ça selon les trois cultures et cadres juridiques des pays.

SM: D'accord. Du coup il n'y a pas forcément de lien... du coup à chaque fois qu'il y a un IBA, une structure locale est créée, c'est ça ?

MB: Non, une IBA c'est vraiment à la base spécifiquement germanique. Enfin, jusqu'à présent, on n'a eu que des IBA qui étaient spécifiques à une problématique ou un projet d'architecture en Allemagne, et c'est seulement l'IBA Basel qui est vraiment spécifique à ce niveau-là puisqu'elle est sur trois pays. Aujourd'hui, si vous regardez un peu les IBA, en Allemagne il y en a d'autres qui se tiennent sur cette question de frontière, l'IBA Parkstad par exemple. Voilà. C'est vrai que l'IBA Basel est particulière à ce niveau-là, c'est la première IBA à projeter on va dire ce format d'IBA sur trois pays.

SM: Oui, d'accord. Mais du coup ça a été une création juridique particulière dans le contexte de l'IBA Basel du coup ? Différente des autres ?

MB: Ouais. Chaque IBA est particulière de toute façon. Mais la question de financement est particulière à chaque IBA aussi.

SM: D'accord. Et du coup ça a été une création juridique française mais à laquelle on a donné le nom de Bâle ?

MB: C'est ça, parce que aujourd'hui notre siège est à Bâle, et que oui, moi je n'étais pas là au début de l'IBA, mais après il y a des volontés qui ont été politiques également, donc tout cela fait que en s'inscrivant dans l'agglomération bâloise entre guillemets, voilà l'IBA a porté ce nom là aussi.

SM: D'accord, ok. Et du coup au niveau des financements par contre, est-ce que c'est tri-national ou français ?

MB: Donc on a du soutien de fonds européens, du FEDER. On a été jusqu'à cette année un programme Interreg, un programme Interreg Rhin supérieur V. Et à côté de ça on a le Conseil Départemental, la région Grand Est et tous nos partenaires qui financent. Donc c'est ça qui rend aussi le projet IBA un peu plus complexe, c'est qu'on a des financements très limités par rapport à d'autres IBA qui elles sont plutôt financées par d'autres moyens plutôt étatiques. Et on est sur deux monnaies du coup, le franc suisse et l'euro, vu qu'on atteint l'Allemagne, la Suisse et la France.

SM: D'accord. Et vous avez des financements locaux aussi du côté allemand et suisse ou est-ce que c'est... parce que vous avez parlé de la région ?

MB: C'est des partenaires, oui, c'est toutes les communes partenaires qui financent annuellement l'IBA. Et qui par exemple dans le cadre de l'exposition 2020 financeront par exemple la mise en œuvre de leur propre événement.

SM: D'accord, ok. Et du coup au moment de l'appel à projets – pour arriver à mieux comprendre parce qu'il y a un des liens sur le site qui menait vers les appels à projets, qui ne fonctionnaient pas quand j'ai essayé de l'ouvrir – mais vous avez fait un appel à projets et ensuite c'est les porteurs de projets qui vous ont apporté des idées ?

MB: Donc c'est l'IBA qui a lancé un appel à projets, sous différents critères de sélection et de qualification on va dire. Donc après ça il y a eu à peu près 140 projets qui ont été communiqués de la part de tous les intéressés. Et l'IBA en fait elle se configure sous la forme d'un bureau, un bureau de conseil on va dire, dont je fais partie. Ensuite dans cet organigramme, elle a un comité technique qui rassemble l'ensemble des services techniques de nos partenaires on va dire, plutôt côté technique. Au-dessus de ce comité technique, il y a un comité politique qui rassemble les élus des trois pays. Et au-dessus on a un comité scientifique qui lui participe à tout ce qui est qualification des projets, qui rassemble vraiment des experts des domaines de compétences. Et donc cette qualification des projets, elle se fait notamment à travers ce comité scientifique. Donc il y a eu une présélection de projets en 2010, ensuite il y a eu une nouvelle qualification des projets en 2013, donc on appelait ça la nomination des projets. Ce qui fait que certains projets ont été nommés d'un point de vue de leur degré d'avancement et de qualité, on

va dire. En 2016 il y a eu une nouvelle sélection des projets. Ah non, pardon, en 2013 c'était la pré-nomination, en 2016 c'était la nomination et là en 2019 on a abordé la labellisation.

SM: D'accord.

MB: C'est pour ça qu'aujourd'hui on est sur – je ne sais plus le nombre exact – on est sur moins de 19 projets labellisés. Donc ça vous le voyez sur le site internet.

SM: Ouais, ça j'avais réussi à comprendre. Mais du coup les projets qui avaient été présélectionnés, ils n'ont pas forcément de lien avec vous mais ils sont menés par les porteurs de projets quand même, et tout en sachant qu'il y en a moins que vous labellisez, c'est ça ?

MB: Les projets qui ont été pré-nominés ou nominés, ils sont toujours intégrés on va dire dans le processus IBA Basel. Mais d'un point de vue de leur avancement ou investissement, on ne les a plus autant suivis que les projets qui eux sont aujourd'hui labellisés. Je ne sais pas si ça répond à votre question ?

SM: Hum, hum, d'accord. Ce processus de labellisation c'est comme une valorisation de certains projets en particulier ?

MB: C'est ça.

SM: C'est ça, d'accord.

MB: Oui parce que la clé c'est vraiment le label IBA. Ça ne veut pas dire que les projets sont terminés l'année prochaine mais ça veut dire qu'ils sont reconnus comme étant novateurs, tri-nationaux, enfin selon les critères IBA quoi. Et ils peuvent, ils peuvent et ils doivent avancer dans ce sens-là, oui.

SM: D'accord. Et du coup dans ces critères là il y a... pardon ?

MB: Non, allez-y.

SM: Dans ces critères de labellisation, il y a un aspect tri-national qui est important pour vous ?

MB: Ah oui, oui, extrêmement, oui. C'est l'un des aspects... ouais, tri-nationalité, on va dire caractère innovant, modèle. On cherche surtout des projets innovants. Et puis le lien et lieu partagé, le vivre ensemble, toutes ces choses-là que vous retrouvez voilà sur notre site ou sur les différents documents IBA.

SM: D'accord, ok.

MB: Mais c'est vrai qu'on est une IBA assez particulière parce qu'on n'est pas réellement dans un projet d'architecture en soi, on est sur plusieurs projets, mais surtout on se revendique comme "impulseur" d'initiatives, de processus de développement. On initie vraiment des

processus de développement, ce qui implique donc des organisations internes aux trois pays, des coordinations spécifiques à chaque projet. Les partenaires se rassemblent, on essaie de structurer des bases pour le développement futur de leur territoire.

SM: D'accord. Et comment ça se passe du coup par rapport à votre participation dans le projet ? Donc il y a eu une proposition initiale, et ensuite vous vous greffez sur le projet pour... ?

MB: De quel projet vous parlez ?

SM: Euh, ça dépend. Enfin je ne sais pas s'il y a différentes manifestations dans les différents projets, mais là vous me dites que vous avez un rôle d'impulsion dans le projet.

MB: Dans les projets, oui, pour chacun de nos projets, oui. On est des "impulseurs" on va dire.

SM: Et comment ça se manifeste ?

MB: C'est-à-dire qu'on va les conseiller, on va donner des références, on va aider les partenaires à se coordonner, à faire en sorte qu'ils mettent en œuvre rapidement leur projet. On va chercher du soutien externe, on va communiquer sur leur projet, on va les valoriser, créer des partenariats avec des écoles, avec d'autres structures, des choses comme ça, oui.

SM: D'accord. Pour amplifier le projet et lui donner une base plus solide ?

MB: Voilà. Et surtout, voilà, faire évoluer un peu la culture de planification, parce que ça aussi ce n'est pas une question évidente parce qu'on est sur trois cultures différentes. Donc on est vraiment là pour donner... on va dire coordonner ces trois cultures et les faire évoluer d'une manière à ce qu'on arrive à un territoire qui soit aujourd'hui tri-national et qu'on ne parle plus de trois pays, trois façons de vivre le territoire.

SM: D'accord. Et au niveau de votre diagnostic de comment les porteurs de projets sont en relation, est-ce qu'ils se connaissent bien ? Est-ce qu'ils arrivent à travailler ensemble ? Est-ce que vous vous avez un rôle fondamental pour créer des liens ?

MB: Oui, oui, oui, l'IBA c'est forcément ça. On est vraiment des coordinateurs quoi. On fait en sorte de créer des réunions récurrentes entre les partenaires de projets, de faire des conventions soit de planification ou de financement entre les partenaires, des choses comme ça, ouais. On est vraiment des coordinateurs, ouais, pour créer ce réseau tri-national d'acteurs.

SM: D'accord. Et est-ce qu'il y a des difficultés entre les acteurs pour travailler ensemble ?

MB: Ah oui, oui, oui, bah d'un point de vue déjà de la langue, des cultures de planification et après des financements aussi. Ça c'est sûr. Il faut une entente là-dessus, pour que ce soit pour la construction d'un banc au bord du Rhin ou pour d'autres mesures, oui, c'est sûr. Mais ce n'est pas facile, c'est ce qui fait aussi que les projets sont plus longs, mais en même temps voilà, c'est

plus long mais le but c'est de viser quand même un haut niveau de qualité. Donc voilà, c'est du temps long mais au profit d'un cadre de vie meilleur.

SM: D'accord. Une chose qui est sortie dans d'autres entretiens que j'ai faits plutôt dans la région de Strasbourg, et par rapport aux rôles de personnes qui travaillent pour le programme Europe Créative, c'était une difficulté pour les acteurs de se connaître entre eux, et que le bureau Europe Créative finissait par... il y avait une volonté de travailler ensemble mais pas forcément de lien entre les porteurs de projets culturels des deux côtés de la frontière. Donc le bureau Europe Créative jouait ce rôle de lien entre les personnes pour les mettre en contact pour qu'ils puissent travailler ensemble. Est-ce que c'est quelque chose que vous voyez aussi dans votre région ou c'est différent et les acteurs se connaissent entre eux ?

MB: Non, c'est ça aussi. Des fois il faut pousser pour que les acteurs se rencontrent, mangent ensemble, participent à une réunion. Ce n'est jamais facile, ça c'est sûr.

SM: D'accord. Du coup vous voyez aussi cette même difficulté à se rencontrer. Est-ce que vous sentez une volonté de travailler ensemble de la part des porteurs de projet ou c'est plutôt vous qui "impulsionnez" cette volonté et cette motivation ?

MB: Ça dépend des projets, il y a des projets où les partenaires vont avoir plus des temporalités différentes, des acteurs différents – en plus on n'est pas sur les même acteurs. Mais maintenant, au jour d'aujourd'hui, je sais qu'il y a des projets où les acteurs ont vraiment une envie de travailler ensemble parce qu'ils ont compris que c'était à leur avantage. Donc il y a des projets où ça a fonctionné, notamment les projets labellisés. Et d'autres où moins.

SM: Et ils ont compris que c'était à leur avantage dans quel sens ? De travailler ensemble.

MB: Bah pour le développement de leur territoire, qu'à plus on est plus efficace et on a plus aussi. Ça aussi, c'est leur faire oublier leur propre intérêt au profit de l'ensemble.

SM: Hum, hum. Et par rapport aux projets d'ordre culturel, par rapport à ce que je vous ai dit, que je considère comme un projet culturel, vous sauriez me dire quelle était la proportion de projets qui étaient d'ordre culturel dans... ?

MB: Ça c'est un peu difficile de répondre à votre question parce que moi je n'étais pas là au début de l'IBA. Donc il y a des projets que vous mentionnez dont je n'ai pas du tout eu connaissance. Mais dans ce que vous avez mentionné, moi je dirais qu'on a Motoco, avec peut-être aussi le quartier DMC, mais plutôt Motoco. Effectivement il y a la Cité des Métiers d'Art et d'Histoire. Il y a la Rheinliebe avec la brochure du Rheinfestival, du « Rhin en fête ». Et moi je dirais aussi qu'il y a Domaine qui est une médiathèque trinationale, et qui se raccroche aussi à beaucoup d'événements d'inauguration, des expositions avec des étudiants d'architecture, des choses comme ça.

SM: D'accord. Et est-ce que du coup les... ?

MB: Comme proportion...

SM: Pardon ? Comme proportion... ? C'est difficile de me dire, vu que vous n'étiez pas là au début, c'est ça ?

MB: Oui. Mais après on n'est pas tant sur des projets culturels. La culture fait partie de notre travail, mais on n'est pas uniquement sur des projets culturels. Je ne saurais pas comment vous dire que... oui on se sert de la culture, on est plongé dans des cultures différentes, on a des projets qui tendent plutôt vers des projets culturels comme Motoco, notamment et la Cité des Métiers d'Art et d'Histoire, voire le domaine [...] mais voilà, on n'est pas sur des projets 100% culturels.

SM: D'accord. Vous me dites quand vous aurez besoin d'arrêter la conversation.

MB: Je ne sais pas. [Parle à quelqu'un d'autre en allemand...] Ok, on va faire un peu vite (rires).

SM: Pas de problème.

MB: Mais dites-moi.

SM: Et du coup, est-ce que vous verriez un autre domaine d'action avec laquelle la culture dialogue le plus dans les projets ? Je ne sais pas si ma question est claire ?

MB: Je ne sais pas si je comprends bien votre question.

SM: Oui (rire). Ma question n'est pas claire. Quand il y a un aspect culturel dans les projets, est-ce que vous voyez qu'elle s'associe particulièrement avec un autre aspect, par exemple l'aspect éducatif, l'aspect infrastructure, l'aspect social...

MB: Attendez, excusez-moi, vous pouvez répéter ? Je suis désolée...

SM: Quand il y a un aspect culturel dans un projet que vous suivez, est-ce que vous voyez la culture s'associer particulièrement avec un autre domaine, par exemple le domaine éducatif, le domaine de l'infrastructure, le domaine social...

MB: Je pense c'est plutôt le côté on va dire développement urbain. Oui, on crée un banc ensemble au bord du Rhin ou alors on crée un événement de chambre éphémère dans un bâtiment pour préfigurer un peu des usages futurs. On est plutôt dans des structures temporaires, d'ateliers participatifs. Après oui, on peut faire aussi des apéritifs avec la population et des étudiants qui vont exposer leur travail, des inaugurations, des vernissages, des expositions. Je ne sais pas si ça répond vraiment à votre question mais après dans cadre de Rheinfestival, voilà on est sur une brochure qui va rassembler les événements de tous les pays, des trois pays, de toutes les communes au bord du Rhin pour tout l'été. Et voilà, faire des ateliers avec les enfants pour savoir comment ils voient leur territoire plus tard. On est surtout sur des questions de développement urbain. Avec cette dimension participative.

SM: D'accord. Et vous avez mentionné le « Rhin en fête », en fait du coup, là votre rôle c'est d'agglomérer des projets qui n'étaient pas forcément liés à l'origine, c'est ça ?

MB: Là, le rôle c'est vraiment de créer une identité commune tout le long du Rhin, sachant que le Rhin sur cette partie je crois que c'est 60 kilomètres et ce projet rassemble 27 communes. Donc l'idée c'est vraiment de créer une identité commune dans un souhait de donner une nouvelle accessibilité au Rhin. Ça ça passe par un catalogue de mesures communes, de l'ensemble des partenaires qui ont fixé des financements et qui sont maintenant sous convention entre eux. Eux ils ont vraiment l'envie de travailler ensemble aujourd'hui.

SM: D'accord. Mais à l'origine c'était des projets individuels que vous avez rassemblés ?

MB: En quelque sorte, voilà. À l'origine les communes avaient leur propre projet, et l'idée de l'IBA ça a été au fur et à mesure de les rassembler. Parce qu'ils ont été aussi impliqués et qu'ils ont voulu s'impliquer et qu'ils souhaitaient faire un travail ensemble aujourd'hui. C'est là que l'IBA par exemple pour ce genre de projets-là est active. Donc elle a lancé un appel d'offres pour un bureau qui devait on va dire mettre en œuvre une histoire et un catalogue de mesures que les partenaires pourraient mettre en avant ensemble le long du Rhin. Quand je dis une mesure, ça peut être un banc, ça peut être une matérialité commune, une signalétique, des choses comme ça. Et cette brochure Rheinfestival fait partie aussi de ces mesures-là.

SM: D'accord, ok. Je vois l'orientation territoire et développement urbain qui est le centre, c'est ça ? Et la culture vient s'agglomérer sur un des outils...

MB: Par exemple, pour cet été-là, moi j'ai travaillé dessus, donc dans le cadre du projet Motoco, là on a impliqué tous les artistes qui résident dans le bâtiment Motoco, donc Motoco c'est un incubateur artistique avec beaucoup, beaucoup de compétences en interne. Donc là on a lancé un appel d'offres au niveau des artistes pour que le temps de cet été ils investissent en chambre éphémère différents endroits en ville. Et donc là tout l'été, l'Office de Tourisme va vendre des chambres éphémères que les artistes auront mises en œuvre. Et ensuite toutes ces chambres vont être répercutées dans le bâtiment Motoco. Tout ça ça va permettre on va dire la valorisation des compétences des artistes, du projet IBA Motoco, voilà. C'est comme ça qu'on atteint aussi vraiment la population en leur disant « bah regardez Motoco, ceci, cela ».

SM: D'accord. Et est-ce que par rapport au territoire, vous aviez à l'origine des critères quand vous avez lancé l'appel à projets, est-ce que vous aviez des limites par rapport à ce que constituait le territoire tri-national de l'IBA Basel ou... ?

MB: Oui, oui, c'était vraiment l'agglomération tri-nationale de Bâle. Mais après elle s'est élargie vu qu'on a accepté des projets mulhousiens comme Motoco. Mais donc en gros le périmètre c'est au plus haut Mulhouse en France, en Allemagne jusqu'à Bad Bellingen. C'est vraiment l'agglomération de Bâle.

SM: D'accord. Et pour quelles raisons vous avez décidé d'élargir... ? Est-ce que vous savez ou pas ? Peut-être pas, si vous n'étiez pas là à l'origine.

MB: Parce que c'était des projets on va dire pertinents et qui par le biais des mobilités étaient connectés directement à l'agglomération bâloise.

SM: D'accord, ok. Du coup vous avez une vision plutôt en termes de projets ou est-ce que vous avez une vision du territoire trinational... ?

MB: Non, on travaille vraiment une vision du territoire et pas de projets. Les projets permettent en quelque sorte de débloquent une vision... mais à la fois pour nos projets et aussi pour que les projets nous apportent une vision commune. Donc vraiment un paysage de projets IBA.

SM: D'accord. Et du coup les porteurs de projet, les personnes qui sont les *leaders* au moment de l'appel à projets, vous voyez plus quel type de structures ? Est-ce que c'est plus des associations, plus des communes, plus la région ? Enfin voilà, quel type de structures juridiques se retrouvent plus au niveau du portage de projet ?

MB: Après on est sur des communes essentiellement, on est sur du portage public. On a très peu de porteurs de projets privés en fait aujourd'hui, sauf le cas de Motoco mais... On est sur des communes, ouais. C'est pour cela que je vous parle en termes de communes, même les porteurs de projets sont les communes, c'est eux qui ont des financements pour développer leur territoire. Après voilà, il y a des projets forcément où il y a des particularités mais... Motoco est un portage privé aujourd'hui. Le Parc des Clairières maintenant c'est une association. Euh... après le reste on est relativement sur des communes, oui.

SM: D'accord. Mais vous savez expliquer ça ? Pardon, je vous ai encore coupé.

MB: Après le but de l'IBA c'est aussi de réfléchir à la difficulté des projets et comment ils vont pouvoir le porter et continuer.

SM: D'accord. Pérenniser...

MB: Voilà, c'est ça.

SM: D'accord. Mais le fait qu'il y ait moins de porteurs de projets privés – vous avez mentionné que c'était les communes qui avaient les financements pour développer le territoire – est-ce que vous associez le fait qu'il y ait moins de porteurs de projets privés à cette raison là ou est-ce qu'il y aurait d'autres raisons possibles ?

MB: Non, ce n'est pas qu'on voulait, c'est que de toute façon l'appel à projets a été lancé auprès des services communaux. Je ne sais pas réellement comment ça fonctionne, moi je n'étais pas là donc je ne voudrais pas vous dire de bêtises mais... Oui, c'est les communes qui sont venues présenter – enfin les représentants des communes qui sont venus présenter leurs projets urbains, de paysage, d'architecture... oui.

SM: D'accord.

MB: Ce n'est pas un choix initial quoi.

SM: D'accord, ok. Je vous remercie beaucoup, je vous ai un petit peu bombardé avec mes questions, d'habitude je fais un peu plus tranquillement.

MB: Non mais par contre je vous dirais... n'hésitez pas à peut-être me réécrire s'il y a des choses qui ne sont pas claires et puis rien n'empêche de vous répondre ou de vous reproposer un entretien si jamais c'est nécessaire pour vous. Et puis en tout cas c'est avec plaisir.

SM: D'accord. C'est super, je vous remercie beaucoup pour votre gentillesse, votre disponibilité.

MB: De rien !

SM: Je vais digérer tout ça et puis j'ai aussi d'autres entretiens... notamment avec Frédéric Duvinage de l'ETB.

MB: et puis décanter tout ça.

SM: Voilà, on débroussaille doucement. Si vous avez déjà fait un travail un petit peu de recherche, vous êtes déjà passée par là (rires).

MB: J'espère en tout cas que c'est un peu plus clair pour vous. Je vous souhaite bon courage dans vos recherches et puis je vous dis « à bientôt » !

SM: D'accord, à bientôt ! Bonne journée à vous.

MB: Bonne journée, au revoir.

SM: Au revoir.

MB: Merci.

Appendix 22: Interview transcript – Mischa Schmelter

Interviewee: Mischa Schmelter

Currently Cross-border and European cultural policy, Grand Est region, Culture and Heritage department

[Politique culturelle transfrontalière et européenne, Région Grand Est, Direction de la Culture, du Patrimoine et de la Mémoire]

Previously Interreg project coordinator for Upper Rhine, Alsace Regional Council

[Instructeur de projets Interreg Rhin Supérieur, Conseil Régional d'Alsace]

Location of the interviews: Telephone

Dates of the interview: 21.06.2019

Language of the interviews: French

Transcription: Full transcript

[Présentation du travail de recherche]

Problème technique avec le tout début de l'enregistrement. Notes relatives à la partie non enregistrée :

- *Etudes en Sciences Politiques et droit en Allemagne, puis Master II en Politiques européennes à l'Institut d'Etudes Politiques de Strasbourg*
- *Stage à la Délégation générale de la Région Rhône-Alpes à Bruxelles*
- *Du fait de son parcours personnel et ses études: allait s'orienter vers la coopération franco-allemande et européenne*
- *De Bruxelles à Strasbourg pour des raisons personnelles et pour être plus sur le terrain, dans la technicité que dans les grandes orientations politiques.*
- *A Strasbourg : d'abord instruction de projets INTERREG IV, puis coordination des travaux d'élaboration du programme INTERREG V*

MS: Puis une fois le nouveau programme accepté, responsable de la mise en place des outils de conduite des règles et procédures, etc, de ce nouveau programme (« programmation stratégique »). Et c'est donc il n'y a pas tout à fait deux ans que j'ai quitté ce programme-là pour rejoindre la Direction de la Culture, où à la suite de la réforme territoriale en France, donc qui a engendré la fusion des anciennes régions d'Alsace, Lorraine et Champagne-Ardenne en une nouvelle entité qui s'appelle le Grand Est... du coup, il y avait une mission de développer, structurer et développer une politique transfrontalière culturelle avec l'ensemble des pays voisins qui sont donc pas seulement l'Allemagne, pour le coup, mais aussi la Suisse et puis le Luxembourg et la Belgique. Et voilà, une mission qui me passionne bien, où effectivement donc là en l'espace de deux ans on a constitué une petite équipe. On a mis en place des groupes de travail avec des acteurs culturels au sein d'une instance qui s'appelle le Conseil Consultatif

de la Culture, qui nous a permis de mener un état des lieux justement des pratiques sur le territoire, à la fois en termes d'activités transfrontalières, qu'en termes de recours à des fonds européens. Et à partir de là donc mener un diagnostic et commencer à proposer à la fois de l'outillage et de l'accompagnement concret, et d'élaborer justement une feuille de route qui, quelque part, donne des axes de travail, si vous voulez, du développement de cet accompagnement dans les années à venir. Voilà.

SM: D'accord. Ok. Et donc cette feuille de route, enfin ce travail dont vous me parlez, c'est le travail que vous avez mené entre 2017 et 2018, c'est bien ça ?

MS: Entre 2017 et aujourd'hui, voilà, en l'espace de deux ans. Donc là aujourd'hui la feuille de route est établie, donc a été élaborée avec les acteurs culturels du territoire et la mise en œuvre des différents axes de travail est bien engagée. Elle va certainement nous occuper encore pendant certaines années.

SM: J'imagine, d'accord. Je reviendrai là-dessus après. Mais du coup je voulais vous demander : visiblement vous vous êtes venu vers la question transfrontalière par la question franco-allemande, c'est ça ? La question de la coopération franco-allemande vous a amené dans la région frontalière et sur le travail transfrontalier, c'est ça ?

MS: Oui. Alors, il faut savoir que je suis né dans la région ici à Sarrebruck, donc tout petit enfant la frontière française était à dix minutes à pied. Mais même si j'ai grandi par ailleurs, effectivement il y avait une espèce de proximité avec la France qui s'est confirmée à travers les années et mon parcours. Et donc je suis arrivé, si vous voulez, à la coopération transfrontalière par d'abord une sensation de proximité avec deux pays et quelque part, quand vous avez vécu dans différents pays, vous vous rendez compte que... je ne sais pas, il y a des différences. Il y a des choses qui sont belles dans chacun des pays, que dans chacun des pays la conscience de l'autre n'est peut-être pas si développée que ce qu'elle pourrait être. Et ça me donne envie de chercher à lier un peu les deux. Et donc voilà, est-ce que c'est pour ça que je suis venu en région frontalière ? Oui, certainement. Après, comme je vous ai dit, le choix de Strasbourg à l'époque c'était un choix personnel.

SM: D'accord, oui, oui. Je comprends ce genre de parcours. Et au niveau des manifestations culturelles dans la région transfrontalière, comment vous vous décririez l'articulation entre la question binationale, les projets qui sont binationaux et les projets qui sont transfrontaliers ?

MS: Alors oui, j'avais remarqué cette formulation-là qui m'a un peu surpris dans votre mail aussi parce que effectivement pour moi des projets qui sont binationaux sont aussi transfrontaliers. En revanche, là en introduisant notre propos tout à l'heure, avant que vous enregistriez quoi, vous avez parlé de la différence entre les frontières européennes où il y a peut-être beaucoup d'aspects institutionnalisés et la frontière Brésil-Uruguay qui, si je ne me trompe pas, vous dites il y a beaucoup de dynamique mais au niveau des projets qui se font. Alors effectivement, il me semble que la différence qu'il convient de faire est celle de la coopération institutionnalisée et de la coopération de projets. Ou on pourrait aussi parler de la coopération multilatérale et de la coopération bilatérale, si vous voulez. C'est deux dimensions. Alors il me semble que c'est... alors bien sûr dans un contexte historique qu'on connaît tous, et une proximité physique qui fait qu'il y a énormément de mobilité le long de la frontière franco-

allemande, je pense que l'aspect institutionnel a beaucoup à voir avec l'Europe dans un sens très large. Je m'explique un tout petit peu. La plus ancienne institution européenne qu'il y a à Strasbourg, c'est la Conférence de Navigation sur le Rhin, où là voilà, il fallait trouver des règles communes de navigation fluviale, et puis qui a mis en place une première institution. Il me semble que par la suite c'est quand même beaucoup les financements européens ou la disponibilité des financements européens qui a poussé à des niveaux d'intégration de plus en plus forts, et donc l'installation progressive d'instances transfrontalières. Et c'est vrai qu'il y en a tout le long de la frontière franco-allemande hein, il y a la Conférence du Rhin supérieur, il y a la Grande Région, etc., qui sont des conférences exécutives, et puis il y a des instances qui réunissent les parlementaires, etc. Donc vous avez ces instances de coopération qui se sont développées de plus en plus. En revanche, vous avez toujours eu aussi, il me semble, de la simple coopération entre acteurs, entre gens qui se sont rencontrés autour d'une analyse partagée d'un besoin ou d'un objectif commun, ou par une simple rencontre qui a amené des projets communs par la suite. Et moi j'ai tendance à considérer qu'il faut un peu distinguer ces deux niveaux de coopération en fait. Alors, dans les institutions, si vous voulez, les instances institutionnalisées, on se rencontre entre administrations, assez régulièrement mais au final, la plus grande plus-value de ces rencontres-là est celle d'échanger, de s'informer mutuellement des actualités, de pouvoir le cas échéant coordonner un certain nombre de mesures. En revanche, dès lors qu'il s'agit de mener des projets en commun, on doit tenir compte très vite bien-sûr de priorités différentes entre les différents partenaires et on arrive souvent à des projets un peu... enfin qui mettent longtemps à se mettre en place, où il y a beaucoup de négociations et qui souvent, au final, vont un peu couvrir le plus petit dénominateur commun. Vous voyez ? On cherche des choses qui conviennent à tout le monde et qui intéressent tout le monde, et au final la partie qui est commune à tous est parfois difficile à identifier, n'est pas toujours aussi large que ce qu'on aurait pu imaginer au départ.

SM: D'accord.

MS: Et alors en revanche, bien sûr ces instances là – quand il y a des projets qui trouvent un intérêt partagé – sont très fortes, très intéressantes pour vraiment donner le poids politique, le poids institutionnel pour qu'un projet trouve la solidité dont il a besoin, soit reconnu dans l'ensemble des pays concernés, etc. Mais il me semble que l'essentiel des projets qui sont au quotidien reste des projets bilatéraux, portés par des acteurs culturels. Enfin, des acteurs tout court, dans mon cas des acteurs culturels. Et au final, il me semble que pour accompagner ces projets-là, le rapport bilatéral entre administrations est parfois plus efficace que les instances multilatérales qui réunissent l'ensemble des partenaires.

SM: D'accord.

MS: Donc du coup je me suis lancé dans une longue explication, je ne sais pas si je ne me suis pas trop écarté de la question ?

SM: Non, non, c'est super, vous êtes rentré dans ce qui m'intéresse donc c'est parfait. D'accord, donc votre propos essentiellement est que le rapport à un niveau plus micro au niveau de la coopération bilatérale entre les administrations, peut-être plus effectif dans les projets que quand on parle de projets multilatéraux, européens, de coopération.

MS: Oui, oui, c'est ça. Je ne pense pas qu'il faille opposer l'un et l'autre en fait. Il me semble que le multilatéral, les institutions transfrontalières, ont l'avantage de permettre une coordination, un échange d'informations très régulier. Il n'est pas anodin, quand vous rencontrez votre homologue du ministère d'un autre pays tous les deux mois, il y a une certaine proximité. Et puis quand il y a vraiment des projets qui se mettent en place, ces instances-là ont vraiment le poids de porter ces projets et de leur donner une envergure autre. En revanche, il me semble que l'essentiel des projets se fait sur le terrain, porté par des acteurs, parce qu'il faut de la volonté pour les porter, et souvent c'est les projets où les acteurs se retrouvent vraiment sur un contenu qui sont ceux qui ont le plus de portée, qui sont les plus beaux d'ailleurs aussi. Et ces projets-là peuvent très bien être accompagnés sur un plan bilatéral et souvent même le rapport bilatéral pour les accompagner est certainement plus efficace que le multilatéral.

SM: D'accord. Et quand vous parlez d'acteurs culturels, vous avez parlé à la fois d'acteurs culturels et d'instances administratives, est-ce que les projets dont on parlait qui vraiment sont les plus effectifs, qui naissent le plus facilement, est-ce qu'ils seraient portés par des acteurs culturels, donc des structures culturelles, des compagnies, etc. ou plutôt des administrations mais à un niveau plus bas dans l'administration ?

MS: Vous voulez dire des villes ou ce genre de choses ?

SM: Vous avez parlé de rapports entre administrations, donc je ne sais pas si vous voulez parler plutôt de projets portés par des acteurs culturels ou par des administrations à niveau local ?

MS: Alors, donc déjà j'essaie de me concentrer effectivement sur le franco-allemand, parce que comme je l'ai évoqué nous on a quatre pays voisins, donc cette question-là est différente à chaque fois. Vous avez bien entendu un certain nombre d'initiatives qui sont portées par des administrations au niveau local. Vous avez des villes qui organisent des festivals, etc. La région Grand Est, dans tous les cas, n'entend pas être un acteur culturel, elle n'entend pas elle mener des projets culturels, ce n'est pas sa vocation et ce n'est pas sa compétence non plus. Notre effort en termes de coopération culturelle transfrontalière s'entend avant tout [...] comme un apport : on cherche à mettre à disposition des acteurs culturels les outils, les informations, l'accompagnement qui leur manque peut-être pour leur permettre de réaliser les projets. Donc on pense qu'à la fois l'idée du projet, mais aussi la capacité, la compétence artistique, la créativité, etc. pour les mettre en œuvre, est chez les acteurs culturels. Et donc là quand je parle d'acteurs culturels, ça peut parfois être des villes mais c'est quand même pour l'essentiel des structures culturelles, des compagnies, des lieux, des écoles, etc. Et nous, en revanche, là où on est peut-être utiles, c'est qu'on a le personnel, les ressources, les relations avec les institutions voisines pour essayer de faire avancer un certain nombre de questions qui aujourd'hui peuvent être difficiles, que ce soit en terme d'identification d'interlocuteurs dans le pays voisin, que ce soit en termes bien sûr de soutien financier pour réaliser les projets, que ce soit en termes de rencontres déjà pour avoir des premiers contacts avec des gens avec lesquels on aurait potentiellement envie de travailler, que ce soit sur les questions juridiques, administratives, des différences en termes de statut de l'artiste, différences en terme de rémunération, de systèmes sociaux, etc.

SM: D'accord. Je vois plus clairement et ça rejoint assez ce que d'autres personnes avec qui j'ai parlé m'ont dit jusqu'à présent. Et du coup au niveau de la production culturelle transfrontalière, quel genre de structures vous identifieriez comme étant centrale ? Est-ce qu'il y a certaines structures culturelles qui ont vraiment un rôle phare ? Moi je travaille plutôt sur la région autour de Strasbourg et la région autour de la triple frontière Bâle, Saint-Louis et Weil am Rhein.

MS: Vous voulez des noms ?

SM: Voilà, soit si vous avez des noms de structures, soit me parler aussi de la question du *lead* du projet, qui *lead* le projet et ensuite qui vient se greffer sur le projet, justement comme soutien, , sur le développement du projet.

MS: Donc je vais éviter de vous citer des noms parce que déjà c'est... voilà, bien sûr, j'ai un devoir quelque part d'équité dans nos traitements mais aussi parce que je ne trouve pas ça très juste de mettre en lumière l'un ou l'autre au risque d'en oublier certaines, parce que force est de constater qu'on a la chance d'être dans une région qui est très, très dynamique sur le plan transfrontalier et où il se passe vraiment beaucoup de choses. Donc voilà, je ne voudrais pas donner l'impression que les uns... enfin qu'il faut sortir du lot telle ou telle structure et en oublier d'autres.

SM: D'accord, bien sûr.

MS: Alors, pour quand même essayer de répondre d'une certaine manière à votre question... Alors bien entendu déjà vous avez des structures qui ont une longue expérience à la fois institutionnelle et dans les équipes de direction, qui sont recrutées, entre autres, en fonction de leurs propositions sur le plan transfrontalier. Donc il y a des institutions où c'est un peu inscrit dans l'ADN. Des institutions ou aussi des compagnies. Mais donc justement, le deuxième élément c'est que très certainement, selon les filières et les régions, c'est quand même souvent certaines structures ou lieux culturels qui ont aussi un peu les ressources nécessaires, qui initient beaucoup de contacts, qui mènent des échanges assez larges et qui permettent par la suite à des artistes, à des compagnies dans ce cadre-là de s'engager eux-mêmes dans des projets individuels. Mais je ne voudrais pas non plus être trop catégorique là-dessus, parce qu'il existe quand même pas mal de collaborations individuelles entre deux artistes visuels ou deux compagnies, sans s'inscrire dans une démarche plus large portée par une institution. Il y en a un très grand nombre. Et puis il y a aussi effectivement des compagnies qui s'inscrivent – enfin je dis des compagnies, enfin voilà, des ensembles, des artistes, etc. – qui s'inscrivent de longue date, parfois depuis leur création, dans une optique transfrontalière. Ce qui n'est pas tellement étonnant non plus dans une région où vous avez – comme moi – beaucoup de gens qui ont un *background* dans les deux pays et qui sont concernés par cela et qui ont constaté tout au long de leur vie des choses qui les interrogent, qui les inspirent et qui cherchent à transposer ça dans leur art.

SM: Oui, bien sûr. D'accord. Et dans les projets culturels transfrontaliers qui sont menés, est-ce que vous observez, peut-être, une association avec d'autres valeurs, d'autres objectifs conjoints, par exemple des objectifs touristiques, sociaux, éducatifs, politiques, patrimoniaux...etc ? Est-ce que vous observez que souvent le culturel est associé avec un certain autre domaine ?

MS: La question n'est pas facile à répondre, parce que oui bien sûr il y a beaucoup d'associations avec d'autres domaines mais qui selon moi ont des raisons et des motivations très, très diverses. Alors déjà, voilà, on va dire en premier, parce qu'il me semble que c'est quand même important de le dire, je pense qu'il y a une motivation intrinsèque à la coopération culturelle. Simplement, c'est la sensibilité, la curiosité, la curiosité en termes d'état d'esprit, de rencontres, en termes d'ouverture à d'autres cultures, d'inspirations nouvelles. Ça c'est quelque chose qui est incontestable. Ensuite, derrière, en fonction de la filière culturelle dont on parle, du type de lieu ou de structure concerné, de l'emplacement de la région où elle se trouve, il y a bien entendu beaucoup d'autres éléments. Dans le patrimoine, bien entendu, l'aspect touristique joue un rôle, joue un rôle aussi par une question de... de... j'allais dire de survie mais je ne veux pas dramatiser la chose, mais parce qu'il y a un intérêt d'équilibre et de bon fonctionnement de la structure là-dedans. Tout comme bien entendu les festivals, par exemple, ont tout intérêt à attirer le plus grand nombre de spectateurs, là il y a un volet touristique bien entendu. Plus largement, donc c'est la question économique, qui pourrait elle-même nous occuper pendant une heure et demie, tellement c'est complexe. Parce que d'un côté vous avez bien entendu toute la crainte justifiée d'un grand nombre d'acteurs culturels d'être de plus en plus contraints à se soumettre à des impératifs économiques, là où justement l'exception française voudrait que l'art, la culture puissent exister en tant que tels. La valeur propre, la valeur intrinsèque de la culture dans tous les cas n'est pas à remettre en cause. Après bien entendu, c'est un secret de polichinelle que l'ensemble des programmes européens aujourd'hui portent toujours aussi sur des questions de... si ce n'est pas d'impact économique, enfin sur l'économie d'un pays, au moins de viabilité économique. Et là, quand vous parlez de programmes tels que les fonds structurels par exemple, le FEDER, etc., là très clairement il y a énormément de projets culturels qui se financent à travers ça mais qui du coup vont s'inscrire effectivement dans une démarche économique. Mais même les programmes tels qu'Europe Créative mettent un accent fort sur le développement des publics, les canaux de diffusion, dans des optiques économiques aussi. Moi il me semble qu'il n'est pas recommandé d'opposer les deux choses. Je crois que n'importe quelle compagnie a bien entendu un intérêt à vendre ses pièces, enfin voilà, à trouver des lieux qui veulent bien programmer ses pièces aussi pour avoir des revenus, pour pouvoir payer ses acteurs, pour pouvoir prévoir ses prochaines créations. Donc il y a un intérêt économique inhérent à la chose aussi, il me semble, et qui n'est pas un gros mot. Et donc il me semble qu'il est important dans le transfrontalier aussi de travailler sur ça. Travailler transfrontalier c'est apprendre à se connaître, bien sûr, c'est l'ouverture d'esprit, mais c'est aussi permettre à des acteurs culturels de trouver des nouveaux publics, des nouvelles possibilités de se produire dans les pays voisins.

SM: Bien sûr, d'accord. Et est-ce que vous auriez identifié des entraves principales à la production de projets culturels transfrontaliers dans les régions dans lesquelles vous avez travaillé ? Que ce soit des entraves...

MS: Pour un projet culturel ?

SM: Oui. Je pense par exemple, enfin je vous donne juste des pistes mais ce n'est pas du tout réduit à ça... des entraves bureaucratiques, des entraves linguistiques, de relations, de communication, ou autres, ce genre de choses.

MS: Oui, alors là je pourrais vous décliner les axes de notre feuille de route mais bien entendu, oui. Alors dans un premier temps, je mets de côté pendant un instant les acteurs culturels qui ont déjà leurs partenaires et qui coopèrent déjà. Alors pour les acteurs qui ont une envie transfrontalière, voire un projet transfrontalier, et qui voudraient se produire de l'autre côté de la frontière, nouer des partenariats, etc., une problématique toute simple dans un premier temps mais qui est redondante, enfin au sujet de laquelle on nous appelle tout le temps, c'est l'incompréhension du fonctionnement des environnements culturels dans les pays voisins. Donc à la fois comment fonctionnent les politiques culturelles, quels sont les ministères, les agences, etc. qui sont en charge ? Quels sont les types de soutien qui peuvent exister ? Comment s'organisent les systèmes d'accompagnement, etc. ? Mais aussi les environnements culturels eux-mêmes, les différentes filières. Typiquement quand on parle de l'Allemagne, dans le théâtre, vous avez les grands théâtres publics, qui sont des énormes machines, avec énormément d'employés, avec une équipe artistique, enfin administrative et artistique, très étoffée, avec leurs propres ateliers, etc., qui produisent des pièces pour les jouer chez eux et qui restent chez eux. À côté de ça vous avez la « freie Szene » qui se compose de beaucoup de compagnies indépendantes, de petits théâtres, mais qui est moins visible, qui n'a pas la même importance. Ce fonctionnement-là, il est complètement différent de la France, et quand une compagnie française va vouloir monter un projet de théâtre en Allemagne, si elle n'a pas conscience de ça, elle va être complètement perdue au départ. Donc ces questions-là, comment ça fonctionne en face ? Ensuite la question de... ce que je disais tout à l'heure, de l'identification des acteurs. Qu'est-ce qu'il y a comme lieux de diffusion, ou comme centres culturels, comme lieux de résidence, comme compagnies, etc. ? Après c'est les possibilités de les rencontrer, tout ce qui est rencontres pro', dispositifs de découverte. Dans un deuxième temps, vous avez la question de la connaissance entre les réseaux, les fédérations, etc. Là par exemple dans le Grand Est, suite à la fusion, il y a eu beaucoup d'évolutions sur les réseaux, la structuration des différentes filières au niveau de la région – est-ce que ces réseaux-là sont en lien avec des réseaux qu'il peut y avoir de l'autre côté de la frontière ? Souvent pas, et donc le travail d'accompagnement que les réseaux sont capables de fournir dans la région, ils ne peuvent pas le transmettre, le transposer sur l'autre région. Ensuite, vous avez bien sûr les obstacles économiques. Vous parliez de la langue tout à l'heure... alors la langue c'est l'obstacle « classique » de la coopération transfrontalière. Moi dans beaucoup de cas, je me demande si ça en est réellement un parce qu'il y a quand même beaucoup de manières de s'entendre. Mais effectivement, vous n'allez pas apprendre à des porteurs de projets à parler l'autre langue en l'espace de quelques mois. Donc à ce moment-là, la question de la langue devient aussi une question de moyens. Est-ce que je peux me permettre de mettre en place le surtitrage ? Est-ce que je peux traduire les catalogues ? Etc. En raison du fait que la mise en place d'un projet transfrontalier soit plus intense en termes de temps, en termes de moyens à mobiliser, souvent plus complexes aussi, parce qu'on ne fonctionne pas pareil, on n'a pas les mêmes types de fonctionnement en termes artistiques, mais aussi en termes comptables par exemple... le transfrontalier coûte plus cher, donc tout l'aspect soutien financier, au projet transfrontalier est un autre axe important... enfin la difficulté financière est un autre axe important. Et ça concerne à la fois la difficulté inhérente à une différence de systèmes et la langue. Et après, vous avez tous les aspects un peu plus structurels, selon les filières, c'est qu'effectivement il y a toutes ces questions d'obstacles d'ordre juridique et administratif. Alors tel que j'ai pu en évoquer quelques-uns tout à l'heure... pour l'Allemagne et la France, la question des visas ne se pose pas tellement, mais des statuts de l'artiste, des systèmes de rémunération, salariat ou factures, les régimes d'assurance maladie, d'assurance chômage, de retraite. Des questions d'autres ordres, est-ce que typiquement une compagnie d'un autre pays peut demander une subvention à une administration d'un pays ? Mais vous avez également des questions de présence, de visibilité dans le pays voisin. Donc est-ce que la littérature française est aussi connue en

Allemagne qu'elle ne le mériterait ? Est-ce que les diffuseurs et distributeurs allemands s'intéressent de leur propre chef suffisamment à la littérature française ou est-ce que justement il faut permettre aux éditeurs français d'être plus présents sur le marché du livre allemand, aux foires, Francfort, Leipzig, etc. pour justement se rappeler à la bonne mémoire du public allemand et des diffuseurs allemands? Donc pour aller chercher la dynamique là où elle ne vient peut-être pas toute seule. Et pareil, je pense à un projet Interreg qu'on mène dans le domaine du film, dans la région du Rhin supérieur, donc entre le territoire alsacien, le Bade-Wurtemberg et la Suisse, où l'objectif consiste quelque part à faire se rencontrer les personnes des différents métiers du cinéma, à mettre en commun les bases de données pour mieux identifier les lieux de tournage, les dispositifs de soutien, les potentiels en termes d'équipes techniques, les studios d'animation, etc., pour que les acteurs, quand ils se lancent, aient une conscience, cette fois-ci non pas de l'interlocuteur individuel, mais de l'ampleur et des qualités de l'offre qu'ils peuvent trouver à proximité d'eux, de l'autre côté de la frontière. Donc voilà, il y a toute une série de types d'obstacles, selon ce que vous entendez par là, auxquels vous pouvez essayer de trouver des solutions.

SM: D'accord, très bien.

MS: Je vous ai prévenu, je suis très long hein.

SM: Non, non, c'est parfait, c'est très, très clair, en même temps c'est très bien structuré, vous faites déjà mon travail (rire). C'est parfait. Et donc pour les acteurs, au début vous avez dit que vous distinguiez les acteurs qui ont déjà un partenariat des acteurs qui ont une envie, un projet transfrontalier. Du coup ceux qui ont déjà leur partenariat seraient plutôt confrontés au dernier problème que vous avez mentionné et pas au premier?

MS: Oui, voilà, c'est ça, vous avez tout compris. En gros il y a la partie où il s'agit de permettre à ceux qui ont envie, mais qui ne savent pas trop comment s'y prendre, de trouver les portes d'entrée et de trouver un peu un fil rouge pour trouver une manière de faire et monter leur projet. Et puis vous avez ceux qui sont déjà dedans, et qui vont se heurter à des questions parfois assez complexes.... comment se passent les questions d'impôt à la source quand vous jouez en Allemagne avec une équipe composée d'artistes de différents pays, qui ont des statuts différents, etc., et dont certains fonctionnent par des organismes intermédiaires ? Voilà, exactement. Vous avez ceux qui ont besoin d'un coup de pouce pour démarrer. Et ceux qui sont vraiment dans les problématiques plus concrètes, plus conséquentes, du type: « j'ai mon contact, mon projet, mais maintenant je veux aller au-delà, je veux jouer dans plein de maisons », ou encore : « je rencontre des problèmes juridiques, qu'est-ce que je fais ? »

SM: D'accord. Et dans ce cadre là -vous avez déjà un petit peu évoqué ça mais je ne sais pas si vous avez plus de choses à me dire là-dessus- que faites-vous dans votre travail de mise en réseau des professionnels de la culture des deux côtés de la frontière ? Enfin pas forcément vous spécifiquement : quel est le rôle de la région Grand Est, du Conseil Régional ou même des équipes d'Interreg, dans ce travail de mise en réseau de ces professionnels ?

MS: Alors, bien entendu, là où dans les instances multilatérales il y a la volonté de travailler sur des choses en particulier, des dispositifs partagés, on s'engage totalement là-dedans. Je me permets aussi d'ailleurs de vous donner un petit exemple là-dessus. Dans le cadre de la mise en

place du traité d'Aix-la-Chapelle, nous avons pu remonter justement ces axes de travail, cette feuille de route qu'on avait élaborée, co-élaborée avec les acteurs culturels sur la base d'un bilan assez exhaustif de ce qui se passe en région, etc. Et nous sommes assez contents de constater que le traité, dans son article 9, reprend la notion d'un espace culturel commun qui est un peu le grand objectif que notre président, Jean Rottner, avait donné à Cannes, et sous la bannière duquel on avait essayé justement de mettre en place cette feuille de route qui essaie de tenir compte des différents aspects et nécessités d'accompagnement des projets. Et d'ailleurs, ce même traité prévoit aussi – ça c'est intéressant – dans son article 13, une possibilité de dérogation juridique qui pourrait peut-être être intéressante sur les questions légales justement, des obstacles légaux à la mobilité des artistes. Donc voilà, quand on peut, et selon les volontés des partenaires, on s'engage pleinement dans les travaux multilatéraux pour mettre en œuvre cette feuille de route. Mais justement nous considérons qu'il y a aussi toute une série de choses qu'on peut mettre en œuvre à destination des acteurs de son propre territoire de manière unilatérale, si vous voulez, enfin au sein même d'une région, proposer des choses aux acteurs de son territoire et qui vont aussi permettre de faciliter les projets transfrontaliers. Et donc sur ça, typiquement, on a travaillé sur un certain nombre d'outils d'information concrets : on a missionné un prestataire qui a sorti – ça a été terminé récemment – une étude qui explique les fonctionnements des politiques culturelles dans chacun des pays voisins. Bien sûr on a ces enquêtes qu'on a mené : il y a des résultats qui permettent de voir ce qui existe comme dynamique, comme type de projets, etc. Là on est en train, typiquement aussi, de travailler sur un site web qui va contenir ces documents-là, mais qui va aussi lister les interlocuteurs institutionnels dans chaque région en matière culturelle ; qui contient une liste de différents dispositifs financiers qu'on trouve chez les institutions, les fondations, dans les différents domaines, dans les différents pays ; qui va contenir un moteur de recherche qui permet d'identifier les structures culturelles dans les pays voisins. Donc voilà, des outillages concrets, des informations. Ensuite on soutient de manière très active les rencontres professionnelles portées par des réseaux ou des acteurs culturels sur le territoire. Donc on les finance, on les aide à identifier les interlocuteurs qui vont bien, on aide à l'organisation, on permet à des groupes d'acteurs culturels d'aller rencontrer leurs homologues de l'autre côté de la frontière, donc tous ces aspects-là : de rencontre. Après, la région dispose elle-même d'un dispositif de coopération culturelle transfrontalière, donc on peut accorder des aides financières unilatéralement – sans exiger que l'autre côté mette le même montant, etc. – à des projets transfrontaliers. On accompagne, c'est-à-dire cette fois-ci on conseille, en termes de montage de projet, etc., des acteurs culturels sur les programmes européens, que ce soit des fonds structurels ou Interreg, ou Europe Créative, ou Erasmus. On a d'ailleurs aussi mis en place des groupes de travail avec des acteurs culturels de la région au sujet de la future période de programmation européenne, ce qui a permis, par exemple, d'élaborer une liste d'observations sur le projet de règlement d'Europe Créative. Donc on a organisé une réunion à Bruxelles en présence de la Commission, de la représentation permanente française, etc., et des acteurs culturels régionaux, pour échanger sur ça et pour permettre que ces observations quelque part trouvent leur chemin dans le processus législatif. On va faire de même pour la mise en place des nouveaux programmes opérationnels des fonds structurels, etc. Et donc tout à l'heure je disais on s'engage sur le multilatéral aussi : dans le Rhin supérieur on travaille actuellement sur un nouveau dispositif de soutien transfrontalier, alimenté par différents partenaires, qui interviendrait sur des coûts supplémentaires générés par l'ouverture de manifestations sur le plan transfrontalier. Donc justement, les sous-titrages, la traduction de catalogues, la traduction de petits encarts qui expliquent une peinture dans une exposition, la communication de l'autre côté de la frontière, etc. Et puis sur le volet un peu plus structurel, sur le juridique par exemple, on organise depuis quelques mois maintenant des formations à destination des acteurs culturels du territoire où on invite des experts en matière juridique de chacun des pays concernés... enfin

on fait ça le long de chaque frontière si vous voulez. Donc pour l'Allemagne, on invite des experts côté français, et des experts côté allemand. Et là, on passe en revue point par point les différentes dispositions légales, à quoi il faut faire attention, quels pièges il faut éviter, quelles peuvent être les solutions à tel ou tel problème, par quel biais y arriver... quel est le formulaire à utiliser à la limite, si vous voulez : donc vraiment des choses très concrètes. Puis un autre élément : tout à l'heure, je mentionnais les projets Interreg. Un autre élément qui me paraît important, c'est que là on vient de lancer un projet FEDER, très lourd quand même, presque 6 millions d'euros sur trois ans, où on va développer justement l'accompagnement de nos acteurs culturels sur les salons et festivals d'envergure internationale, que ce soit en France ou à l'étranger... à travers la présence de la région sur place, qui permet d'avoir une certaine visibilité, à travers la prise en charge des frais d'une délégation d'acteurs culturels régionaux, à travers une formation en amont pour leur permettre d'apprendre à mieux se présenter, présenter leurs projets, à travers l'organisation de temps forts sur place. Ça porte sur une vingtaine de salons et de festivals par an, qui peuvent être des grands rendez-vous en France, Cannes ou Avignon, mais aussi des manifestations majeures à l'international, comme la Foire du Livre de Francfort, le Salon International de la Danse à Düsseldorf, des festivals de Films Documentaires à Amsterdam ou à Toronto... Enfin voilà, les grands salons et festivals majeurs dans chaque filière.

SM: D'accord, parfait.

MS: Donc voilà, j'ai fait un peu le tour... pour vous donner le type d'activités qu'on peut mettre en place dans la région, à l'attention de nos acteurs culturels, et qui à chaque fois, que ce soit sur le plan bilatéral ou multilatéral, peuvent être étoffés et développés selon les intérêts de nos pays voisins. Donc tout à l'heure, sur le dispositif d'ouverture des manifestations transfrontalières, je vous en ai parlé, c'est partagé entre plusieurs pays, donc c'est quelque chose qui se met en place sur le plan multilatéral. Mais de manière bilatérale par exemple, là, cette année, dans 15 jours, le Grand Est va accueillir le Luxembourg dans son lieu de théâtre en Avignon, à la caserne des pompiers, donc il y aura une compagnie luxembourgeoise qui se produira en nos murs, il y aura une exposition sur les lieux culturels, les lieux de théâtre au Luxembourg, etc. Donc voilà, on essaye de proposer à nos acteurs culturels des choses qui nous paraissent très concrètes, très immédiates, si vous voulez, assez opérantes. Et on en parle à nos partenaires, et là où on sent qu'il y a un certain intérêt commun, un terrain d'entente, une dynamique qui est partagée, on cherche des moyens, comment on peut développer la chose encore davantage ensemble avec ces partenaires.

SM: D'accord. Et ça c'était une demande des partenaires, des acteurs culturels sur le terrain ? C'était des propositions de votre part ? Comment ce genre de soutien est venu ?

MS: Sur Avignon ?

SM: Je veux dire d'une manière générale ce genre de soutien, ils viennent plutôt de demandes que vous recevez et du coup vous vous adaptez, vous créez des outils pour y répondre ? Ou est-ce que ça vient plutôt de votre part, d'observations ?

MS: Oui, alors, je suis peut-être effectivement passé un peu trop vite, j'ai dû le dire tout à l'heure, mais ce n'est pas négligeable et même, pour moi, c'est la pierre angulaire de tout ça.

Toute cette feuille de route et toutes ces réponses là qu'on essaye d'élaborer ne sont pas des choses où nous on se dit : « ça pourrait être chic de faire ça », mais elles se basent déjà sur un diagnostic, des enquêtes qu'on a mené, etc., sur énormément d'échanges avec les acteurs culturels qui viennent me voir dans les entretiens ou dans les rencontres, etc. Donc on est partis de problèmes qu'on a identifiés en commun, ou qui nous sont remontés par des acteurs culturels. Et pour trouver des réponses à ces problèmes-là, qui nous sont donc remontés par le territoire, par les acteurs culturels, on a eu recours à ce Conseil Consultatif de la Culture et on a co-élaboré ces solutions, vraiment co-élaboré avec les acteurs culturels. C'est-à-dire qu'on se réunit à de multiples reprises, autour de différents types de problématiques en disant : « ok, il y a ça, qu'est-ce qu'on peut y trouver comme réponse ? » Et en menant le travail aussi, parce qu'après vous avez toute sorte d'idées hein, donc de mener le travail après aussi de... je ne sais pas si le terme est correct mais de défrichage, de voir parmi ces idées-là qu'est-ce qui fait vraiment sens et qu'est-ce qui paraît chouette mais au final ça ne produit peut-être pas tellement d'effets. Et puis qu'est-ce qui est faisable, qu'est-ce qui va être très lourd à mettre en place, donc on peut le garder en tête mais il n'y a aucune garantie que ça réussisse un jour, et quelles sont les choses qu'on peut faire de manière plus ou moins immédiate et qui ont une utilité... voilà. Et puis, ensuite, à partir de là, on a élaboré des propositions. Et ces propositions, on les a rediscutées avec les acteurs culturels au sein de ces instances. Cette fois-ci, la structure de la chose, est-ce qu'on va dans le bon sens, est-ce qu'on a pensé aux aspects qui sont importants, est-ce que telle et telle manière de fonctionner vous paraît judicieuse ou est-ce qu'il faut adapter ça ? Voilà, donc vraiment un travail de co-élaboration, ce qui fait qu'il y a une reconnaissance qui me semble assez bonne. Les acteurs s'approprient ces outils parce que, c'est ce que je pense, qu'ils y ont été réfléchis ensemble.

SM: D'accord, oui, je vois.

MS: C'est assez passionnant, hein ?

SM: Oui, oui, c'est super ce travail, je n'ai pas parlé de ce travail-là avec d'autres personnes que j'ai interviewé, alors du coup ça m'intéresse beaucoup de parler avec vous de ce processus. Donc j'ai bien compris que tout a vraiment été un dialogue, mais l'initiative était de la région Grand Est ou l'initiative est partie d'autre part ou en partenariat avec quelqu'un d'autre, une autre structure ?

MS: Alors non, alors... je pense qu'il faut partir d'une donnée à la limite géopolitique... je crois que le point de départ est effectivement cette réforme territoriale et la création de cette nouvelle région. Parce que (*tousse*)... excusez-moi mais ça va être un tout petit peu long...

SM: Mais il n'y a pas de problème.

MS: Vous commencez à avoir l'habitude... !

SM: Non mais c'est super pour moi ! Si vous avez le temps...

MS: Je ne sais pas si vous imaginez à quel point la fusion de trois structures est quelque chose d'extrêmement complexe. Et vous pouvez imaginer que ça ne vaut pas seulement pour le

transfrontalier, et encore moins pour la culture, mais pour tous les domaines. Dans chaque région avant, vous avez des politiques, des priorités, des outils financiers, des procédures à respecter, etc. Sur chaque domaine, sur chaque manière de fonctionner, quand il y a une telle fusion, vous allez quelque part mettre tout sur la table, regarder comment chacun faisait, faire une sorte de table rase. Déjà parce que vous y êtes obligé! Et pour redéfinir la manière... comment la nouvelle entité fonctionnera sur ce plan-là. Et ça va d'ailleurs jusqu'en interne, à la gestion des déplacements, les systèmes de rémunération, ça concerne tout. Et donc ça concernait aussi les politiques culturelles, et c'est là, je pense, qu'il y a la partie d'initiative de la région Grand Est. Une idée de Pascal Mangin, le président de la Commission Culture, et qui me paraît une idée extrêmement intelligente, même si au départ il a certainement pu y avoir des acteurs qui étaient sceptiques, et dont le point de départ était de dire : « il faut qu'on associe des acteurs culturels dès le début dans la redéfinition de toute notre politique ». Et donc il a réfléchi cette instance, le Conseil Consultatif de la Culture, qui fonctionne en huit collègues, qui regroupe donc pour chaque filière culturelle des représentants des différents métiers qui existent dans cette filière. Et ce Conseil Consultatif, dans un premier temps, a travaillé sur la mise en place des dispositifs de droit commun, donc qui n'ont rien à voir avec le transfrontalier, mais qui vont conditionner de quelle manière, sur quel domaine, avec quelles règles la Région va, à l'avenir, soutenir le théâtre, l'émergence, la production, la diffusion, etc., ou la danse, ou le cinéma. Personnellement, je pense que, par ce biais-là, cette structure a gagné énormément en légitimité, parce qu'effectivement les politiques ont été établies à partir de zéro, dans le dialogue avec les acteurs culturels. Ensuite, un autre aspect central, c'est que cette région Grand Est a quand même la particularité d'être la seule région de France à partager des frontières avec quatre pays. Alors certes, c'est très grand, c'est très compliqué parfois, c'est deux fois plus grand que la Belgique quasiment. Mais c'est une région frontalière par excellence, d'ailleurs peut-être la région frontalière en Europe, enfin je ne sais pas, je n'ai pas vérifié cela précisément mais... je ne vois pas beaucoup de régions qui ont quatre pays voisins. Et du coup, cette question du transfrontalier était à la fois bien sûr tout de suite dans la commande politique, faisait partie des priorités dont il fallait tenir compte dans le travail suite à la fusion, le travail de mise en place des nouvelles politiques. Mais c'était surtout aussi une demande qui émanait des acteurs culturels eux-mêmes. C'est au sein du Conseil Consultatif qu'on s'est très vite rendu compte qu'il y a des sujets qui sont transversaux, qui concernent tous les domaines, tels que par exemple aussi la formation professionnelle et l'emploi... mais le transfrontalier donc faisait partie de ces sujets qui étaient identifiés comme à la fois partagés et prioritaires par les acteurs culturels. Et donc c'est suite à ça qu'on a mis en place ce groupe de travail sur le transfrontalier. Alors oui, la région Grand Est a mis en place ce Conseil Consultatif et a fait le choix de co-construire sa politique avec les acteurs culturels de son territoire, donc de cette manière-là, oui, elle est à l'origine, et je ne veux pas du tout diminuer cette part-là, il y a vraiment eu une initiative. Et bien entendu, cela répond aussi à un contexte qui est géopolitique, géostratégique, si vous voulez, enfin c'était quelque chose qui devait se faire à la suite de la fusion et la naissance de ce territoire-là. Mais cet intérêt est partagé. Le souhait de développer le travail sur le transfrontalier émane des acteurs culturels eux-mêmes. Et voilà, donc, ensuite, derrière, il y a un travail d'implication des partenaires, on travaille de manière très proche avec l'Agence Culturelle du Grand Est, avec la DRAC, avec des départements s'ils le souhaitent, avec des grandes villes, des intercommunalités, etc.

SM: D'accord. Super initiative. Et est-ce qu'il y a certains écrits ou certaines parties du processus, certains rapports qui sont soit publics soit auxquels je pourrais potentiellement avoir accès, que vous pouvez partager ou est-ce que c'est tout interne ?

[...]

MS: Ok, alors je vous ai dit tout à l'heure qu'on travaille actuellement sur une... je ne vais pas dire un site web parce que c'est un peu moins complet que ça, c'est un espace sur le site de la région Grand Est, où on va mettre en place certains de ces outils, ceux qui sont prêts là et un certain nombre d'informations, et on va expliquer aussi toute la feuille de route, etc. Donc ça devrait être en ligne avant que vous terminiez votre rédaction. Après, concernant le Conseil Consultatif, dans les délibérations de la région qui sont en ligne, vous trouverez certainement la délibération qui acte la mise en place de cette instance. Voilà, comme ça dans tous les cas déjà vous l'avez. Après il existe aussi un certain nombre d'interviews en ligne.

SM: D'accord, donc ce à quoi je pourrais avoir accès pour le moment, c'est la délibération de la région pour la création du Conseil Consultatif ?

MS: Ça oui, après ça dépend, j'ai peut-être... si vous me précisez quel type de source, ou sur quel sujet vous cherchez des sources... peut-être que vous pouvez m'en dire un peu plus.

SM: C'est que je ne sais pas si par exemple vous avez fait des rapports suite à vos réunions avec les acteurs culturels ou si les questionnaires que vous avez fait tourner, c'est quelque chose que vous pouvez partager... des réponses, voilà... J'imagine bien qu'il y a des choses qui sont internes, mais tout matériel qui potentiellement pourrait être partagé avec moi sur ce processus de discussion avec les acteurs m'aiderait beaucoup...

MS: Oui, sur le site en question, il y aura effectivement des synthèses des résultats des deux enquêtes. Enfin on ne peut pas... ça vous le savez vous-même, comme vous n'allez pas remettre la totalité de vos transcriptions dans votre mémoire-même, à un moment pour présenter les résultats on ne peut pas tout mettre en détail, on cherche à présenter une synthèse. Donc il y aura ça, bien sûr, il y aura aussi une partie dédiée aux événements transfrontaliers en région, et là-dedans il y aura bien sûr des petites pages consacrées aux différentes réunions qui ont eu lieu, etc.

SM: D'accord. Super. Et ça ce n'est pas quelque chose auquel je pourrais avoir potentiellement accès avant la mise en ligne ?

MS: Euh, non, difficilement. Tout simplement parce que pour l'instant, si vous voulez, les documents, les présentations, les compte-rendus, etc. des réunions du Conseil Consultatif sont accessibles aux membres du Conseil Consultatif mais ne sont pas publics au-delà. Il y a une plateforme qui partage tous les documents avec les acteurs culturels qui ont été désignés par leurs pairs pour siéger au sein du Conseil Consultatif, mais ça reste des documents internes à l'instance. Donc pour l'instant ils ne sont pas du tout publiés...

SM: D'accord, ok. Donc il faudra que je suive la question de la mise en ligne du site alors, enfin de la page sur le site.

MS: Hum. Voilà, c'est ça.

SM: Ok, merci. Et vous avez encore 5-10 minutes ou est-ce que vous avez besoin de terminer ?

MS: Bon, au point où on est, 5 minutes allez.

SM: (rire) Par rapport au traitement et à la gestion de la question culturelle transfrontalière, quelles différences vous noteriez entre la période qui a précédé la réforme des régions et celle qui a suivi ? Donc entre le Conseil Régional Alsace et maintenant la région Grand Est.

MS: [...] Quelles différences je note ? Déjà dans ce que je disais tout à l'heure bien entendu, ça vaut pour tout, pour tous les domaines, la différence du cadre géographique. En Alsace vous aviez essentiellement comme partenaires le Bade-Wurtemberg, une petite partie du Sud de la Rhénanie-Palatinat et le Nord-Ouest de la Suisse, c'est l'espace du Rhin supérieur. La Lorraine, de son côté, avait comme partenaire la Rhénanie-Palatinat dans son ensemble et la Sarre, et puis une partie de la Belgique, le Luxembourg, etc. Donc chaque territoire coopérait essentiellement avec certains de ceux qui aujourd'hui sont tous des voisins du Grand Est. Aujourd'hui, on traite avec la Belgique ; le Luxembourg ; en Allemagne il y a trois Länder : Sarre, Rhénanie-Palatinat et Bade-Wurtemberg ; il y a toujours la Suisse du Nord-Ouest, etc. Donc le cadre géographique est différent, bien-sûr, le nombre et la qualité des interlocuteurs se sont à la fois multipliés et très diversifiés. Et alors, il en découle à la fois une demande supplémentaire, mais aussi une meilleure visibilité, une meilleure capacité à tenir compte d'envies de coopération et de projets qui sortent des champs des territoires de coopération historiques : le Rhin supérieur, la grande région, etc. Typiquement, avant un marionnettiste de Charleville-Mézières qui voulait aller jouer à Stuttgart, il passait quelque part entre les mailles du filet. Parce qu'il n'était pas sur le territoire du Rhin supérieur, donc même si côté allemand ça aurait pu coller, il ne rentrait pas dans nos responsabilités. Parce que la Champagne-Ardenne à l'époque avait « juste » une frontière avec la Belgique. Donc ça aujourd'hui, ce type de coopération, je pense qu'il y en a plus. Aussi parce qu'il y a eu tout ce travail autour des frontières que je vous ai décrit tout à l'heure. Mais surtout parce qu'on les identifie mieux et on est mieux en mesure d'y répondre. Ça c'est la première chose. Et la deuxième chose que je vois, c'est des différences d'échelle. Alors comment je peux vous expliquer ça ? Toujours un peu pareil, disons, je prends toujours cet exemple de la marionnette : admettons que du côté allemand il y avait une volonté vraiment de développer des échanges, de faire des rencontres pro', etc., dans la marionnette. En Alsace, les structures de marionnettes font un excellent travail, sont engagés sur le transfrontalier, mais n'avaient peut-être pas le même poids, rien que du fait de leur nombre, vis-vis de structures allemandes qui voulaient travailler avec la France. Alors c'est un exemple fictif hein (rire), je précise.

SM: (rire) Oui, j'avais bien compris.

MS: Alors qu'aujourd'hui, ces structures alsaciennes, elles travaillent en réseau notamment avec le Festival mondial et l'Institut International de la Marionnette de Charleville, avec différents lieux encore par ailleurs. Et du coup la coopération avec les acteurs de la marionnette du Grand Est est devenue encore plus intéressante pour les partenaires que ce qu'elle aurait pu l'être avant dans un des territoires. Donc voilà, il y a une question de masse critique qui a vraiment changé aussi. Et à part ça, vous avez des proximités qui ne changent pas, des affinités, des coopérations historiques le long de chaque frontière, voire même autour de chaque ville

frontalière hein, il y a différents niveaux, si vous voulez, de coopérations traditionnelles et celles-ci, elles restent intactes. Ce qui est intéressant aussi, d'ailleurs, c'est qu'elles peuvent s'inspirer entre elles. Là où dans le Rhin supérieur, tel domaine était très actif, l'autre un peu endormi, c'était peut-être l'inverse en grande région et aujourd'hui les gens se rencontrent, se parlent et voient que « ah oui, effectivement, on pourrait faire ça aussi ».

SM: Oui, d'accord, intéressant. Et le traité d'Aix-la-Chapelle, est-ce que vous voyez déjà des conséquences qu'il pourrait avoir là-dessus ou déjà éventuellement des retombées... ? Vous avez déjà un petit peu mentionné ça, mais voilà, est-ce que vous voyez plus de retombées déjà dans ce sens ?

MS: Alors est-ce que je vois des effets que le traité a produit aujourd'hui ? Oui ?

SM: Des effets potentiels.

MS: Non, à part le fait que tout le monde l'évoque et voilà (rire), mais c'est normal, c'est normal. Un traité interétatique n'est pas comme un règlement européen, n'est pas quelque chose qui fixe un cadre clair et qui donne des règles qui s'appliquent dans l'immédiat ou presque, ce n'est pas ça. Un traité, à la base, donne des lignes de force et qui ont un côté toujours un peu... qui sont orientées vers l'avenir. Enfin un traité ne règle pas ce qui existe mais dit vers quoi on veut s'orienter. Donc derrière, le traité, il faut le remplir de sens, il faut le remplir de contenu. Donc il revient aux acteurs du territoire de se l'approprier et selon leurs analyses, leurs expériences, les choses qu'ils mènent, d'intégrer cela dans les termes et l'optique du traité et de proposer justement comment on peut donner corps à ce traité. Et c'est dans ce sens-là que, tout à l'heure, je vous parlais de cet espace culturel commun. C'est effectivement une chance, une opportunité, quelque part, parce que c'est un objectif qui est similaire entre ce que Jean Rottner appelait dans ses vœux à Cannes en 2018 et le traité. Cela nous donne la possibilité d'aller voir nos partenaires allemands avec cette feuille de route qu'on a élaborée et de leur dire : « regardez, voilà, on a mené des analyses, on a échangé avec les acteurs culturels de notre territoire, on a constaté qu'il y a des demandes, des possibilités d'avancer sur tel et tel aspect. Nous on est intéressé d'y aller, on y va. Et on a envie de voir avec vous : si vous êtes intéressés par des choses, on peut y aller ensemble. » Et quelque part, du coup, c'est donc une opportunité de remplir cette notion de l'espace culturel commun à travers un travail commun sur toute une série d'avancées concrètes, pratiques, qui permettent aux acteurs culturels d'avoir des facilités, un cadre mieux structuré avec plus de soutien et d'accompagnement pour aller mener des coopérations et se produire dans les pays voisins. Voilà, voilà.

SM: D'accord, ok. Bon je vais vous laisser tranquille maintenant (rire), à moins qu'il y ait une chose dont vous vouliez me parler, sur laquelle je ne vous ai pas questionné mais je vous ai posé beaucoup de questions donc... je ne sais pas s'il y a encore des choses que vous vouliez absolument dire ?

MS: Écoutez, non, alors je ne sais pas. Si vous vous avez l'impression qu'il vous manque quelque chose pour la compréhension ? Moi je pense que j'ai été long, mais je pense que j'ai abordé quand même un certain nombre de sujets. Pour moi, c'est bon.

SM: D'accord. Vous n'avez pas du tout été long, vous avez été très complet, c'est super, je vous remercie vraiment beaucoup d'avoir passé ce temps-là à discuter avec moi et à me passer ces informations.

MS: Oui, avec plaisir.

SM: Du coup je vais tout formaliser et je vous l'enverrai après, voilà, c'est comme vous voulez, si vous voulez relire ou pas, ça c'est vraiment votre choix. En tout cas je vous remercie pour votre aide.

MS: Ok, très bien. Avec plaisir, bon courage pour la suite. Donc oui, je veux bien effectivement que vous m'envoyiez la retranscription. Et puis je lirai si possible plus tard avec beaucoup d'attention votre travail.

SM: Oui bien sûr ! Vous lisez l'anglais ?

MS: Oui, oui.

SM: D'accord, parce que je rédige en anglais. Bien sûr je vous l'enverrai, je l'enverrai à toutes les personnes à qui j'ai parlé et bien sûr on reste en contact. Si moi de mon côté je peux faire quelque chose d'intéressant pour vous, bien sûr je suis à disposition. Et puis je garderai l'œil ouvert sur la page pour voir quand sortiront les résultats. Si jamais vous vous souvenez de moi au moment où ça sort, et que...

MS: Peut-être, je ne sais pas... peut-être vous pouvez en septembre, en octobre, me renvoyer des petits mails pour me poser la question et le jour où ce sera prêt, comme ça j'y penserai.

SM: D'accord, je ferai ça. Parfait, merci beaucoup.

MS: Parfait, merci à vous. Au revoir.

SM: Au revoir.

Appendix 23: Interview transcript – Frédérique Duvinage

Interviewee: Frédérique Duvinage

Director, Basel Trinational Eurodistrict [Directeur, Eurodistrict Trinational de Bâle (ETB)]

Location of the interviews: Telephone

Dates of the interview: 08.07.2019

Language of the interviews: French

Transcription: Full transcript

[Présentation du travail de recherche]

SM: J'aimerais bien, pour savoir un petit peu comment je vous situe, quelle est votre relation avec la région trinationale... vous êtes de la région ?

FD: Je suis venu après mes études, donc j'ai un master en anthropologie économique, après je suis venu à Bâle, j'ai été pendant sept ans consultant pour le département des études urbaines et régionales à Prognos, c'est un cabinet de conseil. Après ces sept ans là, j'ai travaillé pour la SET au niveau de la Caisse des Dépôts et des Consignations dans le bureau de Mulhouse. Et après, j'ai pris le poste de coordinateur pour un projet Interreg qui s'appelait à l'époque ATB, l'Agglomération Trinationale de Bâle, donc ça c'était en 2003. Et de 2003 à 2007 donc, j'ai piloté le projet Interreg III donc, en tant que coordinateur. Et en 2007, à la création de l'euro-district, en fait je suis devenu le directeur de l'eurodistrict. Et parallèlement, entre 2003 et 2007, c'est moi qui ai créé le projet IBA Basel. Donc depuis 2007 maintenant je suis directeur de cette structure, et maintenant nous accompagnons des projets Interreg IV, Interreg V maintenant. Donc vous avez le site internet qui est assez actuel, vous retrouverez nos projets. Et puis ce qu'on fait c'est toute la gouvernance politique en fait, de la coopération.

SM: D'accord.

FD: Pourquoi ils ont créé l'euro-district en 2007, c'est parce qu'ils voulaient qu'on travaille sur la société civile. Donc au début on ne faisait que de l'aménagement et du transport, et après on a travaillé aussi sur la société civile. Mais quand j'étais consultant en fait, j'ai fait mon doctorat en économie régionale donc à Neuchâtel et puis à Nancy, et c'était sur les milieux innovateurs. Comment en fait les compétences qui étaient dans les universités, dans les laboratoires à Nancy, pouvaient permettre à un tissu productif de se renouveler puisque les entreprises avaient fermé. Les compétences n'étaient plus dans les entreprises mais comme les laboratoires avaient une capacité à résister au niveau temporel puisque c'était financé par de l'agent public, certaines compétences à Nancy étaient restées, comme par exemple dans le travail sur les matériaux. Et l'idée c'était est-ce qu'on peut utiliser les compétences qui ne sont pas celles des entreprises au laboratoire, de nouveau du laboratoire aux entreprises pour créer des entreprises. Donc ça c'était mon doctorat que j'ai fait. Et maintenant je fais plus ou moins surtout du travail de cabinet et puis de la gouvernance politique.

SM: D'accord. Et vous êtes de la région à l'origine ou pas ?

FD: Non, moi je suis du Nord-Pas-de-Calais.

SM: D'accord.

FD: Toute ma vie j'ai été dans l'interculturel.

SM: Ok. Et de là vous êtes allé vers la frontière, du coup ?

FD: Oui. La frontière et puis bon je suis resté dans la frontière puisque l'Alsace c'est une très belle région.

SM: D'accord.

FD: Et vous vous êtes originaire de quelle région en France ?

SM: Moi je suis un peu nomade en fait, je n'ai pas vraiment de région d'appartenance, j'ai beaucoup bougé et notamment moi j'ai grandi entre la France et l'Angleterre et ensuite école internationale. Donc moi j'ai fait l'expérience du transfrontalier plutôt comme ça. Je n'ai jamais vécu dans une région de frontière, mais j'ai grandi entre deux pays et entre deux langues. Mon parcours France-Angleterre-Argentine-Brésil dans le domaine culturel, pareil, un petit peu nomade.

FD: Brésil c'est portugais aussi, ou espagnol ?

SM: C'est ça, c'est portugais. Du coup pour les entretiens pour la thèse, il y en a eu en portugais, en espagnol, beaucoup en portuñol aussi, parce qu'à la frontière ils parlent beaucoup un mélange de langues. Et là des entretiens en français, la thèse je l'écris en anglais, donc voilà, ça fait un mélange. Par rapport à mes questions, j'ai plutôt des questions focalisées sur l'ETB, le contexte institutionnel dans la région. Et puis ensuite des questions plus sur le réseau culturel et les politiques culturelles transfrontalières. Après s'il y a des choses qui sont très focalisées sur la culture et sur lesquelles vous... voilà, si ça ne correspond pas à votre domaine -

FD: Nous on ne travaille pas vraiment dans le domaine de la culture hein. Donc ça c'est déjà intéressant pour vous, parce que nous on ne fait pas de coopération transfrontalière vraiment dans le domaine de la culture. La seule chose qu'on finance c'est quand des associations de théâtre ou des bibliothèques veulent faire un projet ensemble, on peut les cofinancer pour qu'ils fassent le projet ensemble, mais c'est la seule action qu'on a dans le domaine de la culture.

SM: C'est au niveau du financement ?

FD: On finance mais on donne des subventions. En fait, au début on crée un fonds, et les acteurs culturels peuvent demander en fait une subvention pour faire un projet transfrontalier.

SM: D'accord. Ça ça faisait partie de mes questions. Juste pour que vous sachiez, j'ai déjà parlé avec quelqu'un de l'IBA, donc du coup j'ai un peu plus focalisé là-dessus mais après...

FD: Et vous avez parlé avec qui à l'IBA ?

SM: Avec Margot Bernardi.

FD: Avec Margot.

SM: Alors ma première question par rapport à l'ETB, c'était de savoir pour quelle raison l'association a été enregistrée sur le sol français ? Et est-ce que cet enregistrement dans le système français ça influence vos activités d'une manière ou d'une autre ?

FD: Oui, ça influence parce que l'ETB est en France, donc on a tout le système français, on n'est pas en Suisse. Donc en fait comme il y a des difficultés liées à la TVA, donc on se développe moins en nombre de personnels parce qu'on est côté français, ça il faut le dire clairement, les suisses préfèrent toujours ce qui est côté suisse. Par contre, ils ont besoin d'un acteur côté français ou côté allemand, parce que sinon tout est côté suisse et ce n'est pas possible. Donc nous on est vraiment côté français, on est une plateforme qui permet de discuter à trois. Donc ils ont déjà là [...] côté suisse ; l'IBA qui est un projet ETB, ils ont quand même mis le bureau côté suisse ; et le projet d'agglomération qui est vraiment la coopération entre les trois pays dans le domaine de l'aménagement, et côté Suisse [...]. Donc ils ont mis en fait l'association ETB avec un directeur français côté français, voilà. Et ça a été un choix parce que le fonctionnaire à l'époque était très impliqué et puis le député-maire de Saint-Louis était très puissant au niveau politique à l'époque, donc ils ont décidé de faire ça côté français. Parce qu'au début c'était dans la mairie de Saint-Louis, le siège était au sein de la mairie de Saint-Louis. Voilà.

SM: D'accord. Donc plutôt un choix politique qui était basé sur les relations à l'époque et le poids des acteurs, c'est ça ?

FD: Oui, on peut dire ça. Le poids des acteurs politiques, oui.

SM: D'accord, ok. Mais il y a quand même une collaboration avec les acteurs du côté bâlois du fait que vous dites... pardon allez-y.

FD: Les suisses financent 50% de l'eurodistrict hein. Donc moi je dis toujours que mon salaire est payé à 50% par les suisses, 25% par les français et 25% par les allemands. Et ce qui fait le succès de l'ETB, c'est qu'on a une présidence tournante. Là j'ai eu un président suisse pendant deux ans, donc au niveau de Bâle-Campagne, avant c'était le président de Bâle-Ville. Maintenant j'ai une présidente allemande, et avant j'avais un président français. Donc ce qui fait le succès c'est la présidence tournante.

SM: D'accord. Et ces pourcentages ont été décidés comment ? Pourquoi 50% pour les suisses et...

FD: C'est des négociations. Donc là, il y a 10% de français et 30% d'allemands au niveau de la population, et 60% de suisses, donc ça on peut dire que c'est plus ou moins lié à la population, mais ce n'est pas vraiment lié à la population, parce que les français ils ne paient pas 10%, ils paient 25%. Donc c'est des discussions qui sont liées à des compromis ou des discussions politiques.

SM: D'accord. Et est-ce que le fait que l'ETB soit inséré dans la région tri-nationale et donc avec un territoire qui est situé hors Union Européenne le rend spécifique par rapport à d'autres eurodistricts ? Par exemple Strasbourg-Ortenau ou d'autres ?

FD: Euh oui. On est les seuls à trois pays avec deux pays européens et un pays... la Suisse quoi. À Genève c'est un pays, la suisse et le Luxembourg c'est toujours avec des européens alors qu'ici en fait on a une coopération franco-allemande et puis après on a une coopération trinationale. Ce qui est important pour nous c'est que la coopération trinationale elle reste importante parce que... en fait à la frontière suisse elle est très présente.

SM: D'accord. Mais il y a quand même une juxtaposition de deux types de coopération ? Donc la franco-allemande et la trinationale dans ce domaine-là ?

FD: Alors, jusqu'à présent non, mais comme il y a eu les accords d'Aix-la-Chapelle, donc le traité d'Aix-la-Chapelle, il va y avoir un renforcement de la coopération franco-allemande. Et donc la question c'est comment tout ça ça va évoluer entre la coopération franco-allemande qui se structure fortement et la coopération tri-nationale.

SM: D'accord. Quand vous dites la coopération franco-allemande, vous voulez dire au niveau national ou est-ce qu'au niveau local il y a du franco-allemand et du trinational ?

FD: Alors, maintenant justement avec le traité de l'Élysée et le fait que les eurodistricts ont été inscrits en tant qu'institutions, pour la coopération franco-allemande, il va y avoir beaucoup de choses qui vont évoluer au niveau de la coopération franco-allemande. Mais les suisses qui ne sont pas dans l'Union Européenne en fait font tout pour que leur place reste la même qu'avant quoi.

SM: D'accord. Et par rapport aux projets montés, donc coordonnés par l'ETB, quelle serait la place des projets qui sont dirigés vers la question de la société civile ? Par rapport à donc l'infrastructure, etc., qui étaient les seuls domaines présents avant ?

FD: En fait ça prend de plus en plus de place et on travaille aussi avec les trois autres eurodistricts pour le projet société civile. Donc là on fait des micro-projets. Et donc là on monte les micro-projets dans le domaine du sport, dans le domaine de la culture. Donc là c'est pareil, on aide les associations à obtenir des subventions européennes. Donc on a financé une exposition de peintres franco-allemande ; un concert pour le jubilé des 100 ans de la fin de la Première Guerre mondiale ; une expo photo donc grâce à notre action, c'était de grandes photos le long du canal, avant ce n'était que côté français, maintenant c'est transfrontalier. Voilà, donc on a une action pour toucher, privilégier des projets transfrontaliers dans le domaine en fait des échanges, pour que la population se rencontre.

SM: D'accord. Et quelle était la raison de... parce que vous m'avez dit que les questions de société civile sont rentrées dans le champ d'activités au moment de la création de l'ETB ? Ou qu'il a été créé pour cette raison-là, c'est ça ? Pour élargir la question de la société civile ?

FD: Oui.

SM: Quelle a été la raison de ce changement ?

FD: C'est une demande des élus, il fallait que la coopération soit plus visible pour les habitants. Et ça s'est encore renforcé là avec la montée de l'AFD, donc le parti très à droite en Allemagne. Et puis en fait les acteurs de la coopération transfrontalière et les européens, avec le Front National en France, veulent vraiment beaucoup plus qu'avant montrer en fait les effets positifs de l'Union Européenne. Avant ce n'était pas important, c'était plus technocratique, mais maintenant la vision "communiquer", faire des communiqués de presse, expliquer à la population ce que l'on fait avec l'argent européen, tout ça c'est devenu beaucoup plus important.

SM: D'accord, ok. Et donc la question culturelle rentrerait là-dedans ? Le peu d'activités que vous avez au niveau culturel, entrerait dans cette question du champ société civile pour rendre les actions plus visibles, c'est ça ?

FD: C'est ça, oui.

SM: D'accord. Et est-ce que la place ou le nombre de projets a évolué au cours des vingt dernières années ?

FD: Alors le problème c'est que... nous on ne donne que les subventions, donc je n'ai pas de grille d'analyse pour savoir s'il y en avait plus avant ou non, ça a toujours été la population qui a fait les projets. Mais nous depuis les années 60, il y a toujours eu des échanges très forts entre la population. En fait, l'agglomération trinationale de Bâle c'est vraiment une agglomération trinationale et ça se vit comme un bassin de vie, donc il y a toujours eu beaucoup d'échanges.

SM: D'accord. Mais après, votre rôle est exclusivement de financement, il n'y a pas de rôle de mise en réseau, de coordination ou autre ?

FD: De fait, si. Parce que si vous avez une association française pour les photos qui demande une subvention et on lui dit « il faut trouver un partenaire côté allemand ou suisse », nous, avec les administrations des trois pays, on cherche des partenaires potentiels. Ou je vous donne un autre exemple, là on va favoriser en fait un tournoi d'athlétisme l'année prochaine, s'il n'y avait pas la subvention, si on n'avait pas fait les réunions, en fait il n'y aurait pas ce type de réunion tri-nationale. Comme il y a une subvention, mais que la subvention n'est allouée que si c'est un échange entre la population des trois pays ou des deux pays, en fait les acteurs le font. Là j'ai eu un petit projet, le Musée Historique de Kembs – c'est une petite ville – il a travaillé avec le Musée Romain de la Villa Romaine près de Saarwillen en Allemagne, qui a travaillé avec Augusta Raurica, c'est un musée romain en Suisse. S'il n'y avait pas eu la subvention, en fait ces personnes n'auraient jamais travaillé ensemble sur un projet précis. Donc voilà, ça interfère.

SM: Ok. Mais les acteurs ne viennent pas forcément vers vous en disant « j'aimerais travailler avec une structure allemande ou suisse, est-ce que vous pourriez m'indiquer des personnes avec qui travailler ? »

FD: Non. Elles viennent en disant « j'aimerais une subvention », on leur dit « ce n'est possible que si vous travaillez avec les suisses », et là ils nous demandent « est-ce que vous ne pouvez pas nous aider ? ». Et là on les aide.

SM: D'accord, j'ai compris le processus, ok. Et parmi les dispositifs de soutien que vous proposez pour les projets transfrontaliers, ceux qui seraient les plus sollicités par les acteurs culturels d'après ce que vous m'avez dit jusqu'à présent, je comprends que c'est les micro-projets, c'est ça ? Ou est-ce qu'il y a d'autres... ?

FD: Non, c'est le fonds de rencontre. En fait on a des subventions jusqu'à... – au début c'était 5 000, maintenant c'est 3 000 euros – donc c'est des petites subventions, mais c'est des subventions qui sont assez faciles à obtenir parce qu'il n'y a pas trop de documents administratifs à remplir. Et donc là c'est ce qui fonctionne le mieux parce que c'est simple. Après si vous voulez une subvention qui peut aller jusqu'à 40 000 euros côté européen, et même 100 000 euros, là il y a beaucoup plus de documents à remplir, donc c'est un peu plus long, processus plus long. Donc il y a plus d'argent mais c'est plus compliqué, et là on a moins de demandes.

SM: Vous avez moins de demandes dans le domaine culturel ?

FD: Oui.

SM: D'accord.

FD: Parce que le problème des associations culturelles, la plupart c'est qu'elles n'ont pas les ressources en personnel pour faire des demandes de projets européens.

SM: Et est-ce que d'une manière générale du coup vous identifiez des entraves à la production d'un travail transfrontalier par ces structures culturelles au niveau... donc là on parle de financement, au niveau bureaucratique ou à d'autres niveaux ? Je ne sais pas jusqu'à quel point vous connaissez leurs difficultés.

FD: Bah le problème c'est que les associations de théâtre, ils ne connaissent pas leurs partenaires de l'autre côté de la frontière. Donc le plus gros problème c'est ça, ils ne connaissent pas. Et le deuxième problème c'est la langue et après travailler en transfrontalier, ça augmente les coûts. Donc comme ça augmente les coûts, souvent ils ne le font pas.

SM: D'accord. Et est-ce que quand vous côtoyez du coup des projets culturels qui sont transfrontaliers, est-ce que vous diriez que le soutien institutionnel à ces actions là il est parfois relié à des valeurs ou des objectifs conjoints ? Par exemple touristiques, patrimoniaux, économiques, sociaux, éducatifs...

FD: Alors dans le tourisme c'est souvent plus la concurrence qui joue que la coopération. Donc ça c'est compliqué. Au niveau des écoles en fait, dans les écoles on fait des échanges scolaires, là il y a une dimension culturelle, là il y a plus de coopération. Et après au niveau des théâtres, là il y a de la coopération entre les théâtres par exemple. Ou entre les festivals, je sais que Stimmen... – en fait ils n'ont pas besoin de nous pour faire de la coopération – Stimmen c'est le grand festival côté allemand, et maintenant ils travaillent avec les français, avec la Coupole à Saint-Louis et ils travaillent aussi avec Bâle. Donc les grands acteurs, dès qu'ils ont du personnel en interne, ils font des choses ensemble. Là par exemple le Pass Musées, c'est un des grands projets culturels on va dire du Rhin supérieur, donc on travaille avec lui, le directeur du cabinet pour qu'il ait une subvention de 40 000 euros pour l'anniversaire des vingt ans du Pass Musées. Donc il va faire un concours avec des enfants, etc., pour pousser les enfants à aller dans les musées, favoriser en fait les visites des familles. Et donc là nous on joue un rôle parce qu'on lui a... en fait au début il n'avait pas de partenaire encore, il a cherché un partenaire en France, et maintenant son projet il va être validé.

SM: D'accord, ok. Donc pour vous ce qui distingue la capacité des acteurs à se connaître déjà, c'est plutôt la taille de l'institution, c'est ça ? Parce que vous dites que les gros partenaires n'ont pas besoin de vous.

FD: Bah les petites associations font tout en bénévolat et donc ils n'ont pas vraiment la capacité pour faire des projets transfrontaliers. Ou alors il faut que leur président soit très, très motivé. Et après il faut qu'ils soient bilingues les gens.

SM: D'accord. Et du coup le fait d'avoir plus de personnels fait que les grosses structures arrivent à avoir plus de réseaux, et à se mettre plus en réseau avec les voisins ?

FD: Ça sera toujours comme ça, ouais.

SM: Hum, hum, ok. Et...

FD: Après vous avez des échanges entre les communes, des partenariats entre les villes. Après c'est des binômes, donc une ville de chaque côté de la frontière qui collabore ensemble, et donc là ils collaborent dans tous les domaines, avec le conseil des enfants, avec l'association des retraités, avec les écoles musicales, les conservatoires, etc. Donc là ça se fait, mais c'est parce que c'est un peu poussé par les villes. Et donc là de nouveau vous avez une administration.

SM: Donc il y a plus de facilités quand c'est articulé entre communes et dans tous les domaines ?

FD: Entre un partenariat de communes, oui. Parce que vous avez le soutien de l'administration communale.

SM: D'accord, ok. Et sur votre territoire, comment s'articule la question transfrontalière par rapport à la question binationale dans les projets que vous côtoyez ? Est-ce qu'il y a cette dimension binationale aussi ou est-ce qu'on est exclusivement dans le transfrontalier et dans le territorial, dans le local ?

FD: Non, quand vous faites une piste cyclable entre plusieurs communes... On a les deux, on a du binational et du trinational.

SM: Ah pardon, j'ai dit binational, je voulais dire trinational.

FD: Non, non, mais pour nous ça dépend des projets quoi. Et on fait les deux, on fait du binational, du trinational.

SM: D'accord, ok. Et j'ai vu sur Google une présentation d'une conférence que vous avez faite à Lyon, et j'ai été très intéressée par un *slide* qui parlait de la question de l'informalité dans la coopération transfrontalière, parce que c'est quelque chose qu'on retrouve beaucoup du côté brésilien. Et du coup je veux arriver à comprendre comment ça s'articule dans les deux cas, et quelle est l'importance dans les deux cas qui sont très différents au niveau institutionnel, du coup cette place de l'informel. Et donc dans votre territoire, je voulais savoir un petit peu comment vous voyez la place et le rôle de cette coopération d'ordre informelle et de la coopération plus institutionnalisée ?

FD: Dans le domaine culturel ? C'est l'informel qui fonctionne. Moi je pouvais être tous les soirs – en tout cas à une certaine époque je pouvais être tous les soirs invité dans des tables rondes, dans des présentations... et maintenant je suis plus âgé, et puis j'ai fait un peu le tour donc j'y vais beaucoup moins – mais ça se joue dans ces manifestations-là, quand vous rencontrez les gens... ce n'est pas dans les réunions formalisées avec compte-rendu et tout ça, et tout ça. Il y avait aussi par exemple le Rotary Club, il y avait des associations comme ça avec des gens qui veulent faire des projets ensemble. Il y a beaucoup d'informel, mais c'est comme dans tous les domaines quoi, quand les gens se rencontrent, ils peuvent faire des projets ensemble.

SM: D'accord. Ce n'est pas plus marqué dans le domaine culturel que dans les autres domaines, si je comprends bien ?

FD: Non, aménagement c'est pareil, développement économique c'est pareil et les élus en fait dans le domaine politique aussi, les élus se côtoient dans des domaines informels aussi.

SM: D'accord. Et pourquoi selon vous l'informel fonctionne mieux ?

FD: Pourquoi l'informel fonctionne mieux ? C'est ce que j'avais dit dans la présentation à Lyon.

SM: J'ai vu... non, non, j'ai juste vu une *slide* où il y avait marqué donc "le rôle du formel et de l'informel", mais il n'y avait pas de détail, vu que je n'étais pas dans la conférence, je n'ai pas pu savoir quel était votre point de vue là-dessus.

FD: Je pense qu'il faut les deux. En fait, c'est comme l'histoire du téléphone rouge entre les présidents, je veux dire qu'à un moment il faut qu'ils puissent parler sans qu'il y ait quelqu'un qui écoute ou qui... sans protocole quoi. Donc si vous parlez sans protocole... là je dirais que c'est un niveau de confiance, si les personnes ont confiance, même si c'est un suisse, un français et un allemand, il y a des choses qui peuvent se faire, qui peuvent se décider dans la confiance.

Si vous n'êtes que dans le formel en fait, le formalisme peut créer... en fait ça peut juste être le symptôme de « on ne veut pas coopérer ensemble ». Parce qu'avec le formalisme vous pouvez toujours trouver un problème qui ne va pas pour ne pas faire le projet. En fait, les gens qui veulent faire des projets, ils trouvent toujours des raisons pour faire des projets. Et les gens qui ne veulent pas faire de projets, ils trouvent toujours des raisons pour ne pas faire de projets. Et moi à une époque j'avais dit « je ne m'occupe que des gens qui veulent faire quelque chose », parce qu'on est une petite équipe, à l'époque on était quatre, maintenant on est six, on a 900 000 habitants dans l'agglomération, on ne peut pas s'occuper de tout le monde, de tous ceux qui ne veulent pas coopérer. Et quand maintenant vous avez 40% de français qui sont du Front National, donc des nationalistes, je ne peux pas m'occuper de ces gens-là qui ne veulent pas... qui ne sont pas ouverts sur l'autre quoi. C'est la même chose en Suisse et en Allemagne. Moi je m'occupe des gens qui veulent faire des choses ensemble. Donc dès que je sens qu'il y a un projet, dans n'importe quel domaine, qui a une chance de se réaliser ou alors je sens que la personne a une compétence pour faire un beau projet, là on peut intervenir avec nos compétences pour la coopération transfrontalière. Donc on aide les gens à faire leur projet, mais je ne vais pas me battre contre les murs quoi.

SM: D'accord, oui.

FD: C'est comme vous au Brésil, vous n'allez pas essayer de convaincre le nouveau président qu'il ne faut pas mettre de pesticide. Ce serait du temps perdu quoi.

SM: Effectivement, malheureusement.

FD: Mon fils il m'a demandé – mon fils a 7 ans – il m'a demandé pourquoi le président du Brésil il coupe tous les arbres, je n'ai pas su lui répondre... voilà (rires).

[courte conversation sur le Brésil]

FD: On en a pour encore beaucoup de questions ?

SM: J'ai juste quelques petites questions si vous avez encore cinq, dix minutes.

FD: Oui, allez-y. Après j'ai un mail à finir avant de partir.

SM: D'accord, ok. Je vais vite. Du coup, est-ce que vous diriez qu'il y a une prédominance de la logique de projet ou d'une stratégie territoriale dans la coopération transfrontalière dans votre territoire en tout cas ?

FD: Chez nous c'est une logique de projet.

SM: D'accord.

FD: Enfin plutôt une stratégie.

SM: Pardon ?

FD: C'est une logique de projet qui sera après bien enrobée dans une stratégie. C'est les projets qui donnent la dynamique.

SM: D'accord. Les projets donnent la dynamique et ensuite vous, vous partez de ça pour monter une stratégie, c'est ça ?

FD: Oui, qui justifie les projets.

SM: D'accord, ok. Et vous faites ça dans ce sens-là pour quelle raison ?

FD: Parce que les élus, ce qui les intéresse c'est les projets. Donc après, il faut bien leur donner du sens, donc la stratégie donne du sens.

SM: Hum, hum. Pour ensuite donner du sens à vos propres financeurs ou pour donner du sens aux habitants, pour donner du sens à qui ?

FD: Aux projets. Il faut bien que les projets... il faut expliquer. Moi je suis aménageur, c'est la différence entre *incremental planning* et *strategic planning*. Vous pouvez faire l'aménagement d'un territoire avec des projets ponctuels, alors là vous avez toutes les épingles, donc vous avez 15 projets – c'est un peu la logique de l'IBA quand on a créé l'IBA, c'était ça – et donc vous avez les projets, mais ça ne fait pas sens si vous n'avez pas une vision d'ensemble, donc une stratégie de planning. Et donc il faut les deux, il faut les projets et la stratégie, et la stratégie souvent elle vient des projets, vous ne pouvez pas faire une stratégie – en tout cas plus avec un système libéral – une stratégie à l'ancienne de gauche avec des grands principes. La stratégie souvent découle des projets.

SM: Hum, hum, d'accord. Et du coup pour vous, quel est le rôle des acteurs gouvernementaux et des acteurs de la société civile ? Comment ça se répartit, ce rôle ?

FD: Nous on travaille surtout avec des collectivités, donc on a peu de contact avec la société civile. Nous on ne fait que les financer, mais on n'est pas... jusqu'à présent on n'a pas réussi en fait à faire une stratégie avec la population. Même les élus maintenant me demandent pour l'année prochaine de voir comment on peut faire une stratégie en prenant en compte l'avis de la population, mais ça serait la première fois.

SM: D'accord. Donc ça se fait par échelle, la population qui fait remonter vers les communes et ensuite ça arrive à l'échelle de l'ETB, c'est ça ? Il y a l'échelle intermédiaire des communes ?

FD: Non, c'est plutôt les cantons et les communes qui ont une vision, et après ils en discutent avec la population et après il y a un retour et après on adapte. Ce n'est jamais la population qui donne son avis en premier.

SM: D'accord. Et par rapport aux politiques publiques transfrontalières, est-ce que vous sauriez me dire quelle est la place qui est donnée à la culture dedans ? Je pense particulièrement au programme Interreg, et du coup à la place qui est donnée dedans à la culture ou non. Il y avait des phases du programme qui avaient une entrée culture, d'autres non. Est-ce que vous savez me parler de cet étage là où vous êtes plus dans le local ?

FD: Interreg V en tout cas pour le Rhin supérieur, je ne pense pas qu'il y ait une entrée culture. Ils ont même supprimé l'entrée bilinguisme donc... ils ont gardé l'entrée justement société civile, rencontres entre les habitants.

SM: Et du coup vous, comment ça impacte votre travail, au niveau du montage de projets dans le domaine de la société civile et de la culture ?

FD: Bah nous on ne fait pas de projet.

SM: Enfin vos financements je veux dire.

FD: On n'a pas un rôle... on a un rôle d'accompagnement, pas un rôle de moteur.

SM: D'accord. Et du coup en fonction des entrées, vous adaptez les réponses que vous pouvez donner à ces moteurs de projets ?

FD: Tout est lié en fait à ce qu'Interreg décide. Donc la coopération.

SM: D'accord. Donc s'ils coupent un financement dans un domaine, vous vous êtes obligé de... ?

FD: Il y aura moins de coopération dans ce domaine, oui.

SM: D'accord. Et juste une dernière petite question, vous avez mentionné le traité d'Aix-la-Chapelle, je voulais savoir si d'une manière générale, vous pressentez des conséquences ou est-ce qu'il y a déjà des conséquences actuelles au niveau de la politique et de la production culturelle transfrontalière de ce traité ?

FD: Alors il y aura des conséquences pour la coopération franco-allemande, mais je ne sais pas s'il y en aura dans le domaine culturel. Parce que lorsqu'on a fait notre grande manifestation avec la Préfecture, avec les élus des trois pays, en fait on n'a pas parlé de la culture.

SM: Hum, hum, d'accord. C'était société civile d'une manière générale ?

FD: Voilà. Ça ça continue, ça c'est une volonté forte des élus de continuer à ce que la population des trois pays se rencontre, autour d'activités sportives, culturelles, environnementales, d'échanges scolaires.

SM: D'accord, ok. C'était tout ce que j'avais à dire, je vous remercie. S'il y a autre chose que vous voulez mentionner, que vous sentez qui est important et sur lequel je ne vous ai pas posé de questions, je suis ouverte mais je crois que vous avez besoin d'y aller là.

FD: Moi c'est bon, je vous ai dit tout ce que j'avais à dire. Je vous souhaite bon courage pour finir la thèse, le plus dur c'est les six derniers mois, je peux vous le dire. Il faut l'écrire quoi, voilà.

SM: (rire) On va essayer de faire ça avec le moins de souffrance possible !

FD: Il est quelle heure au Brésil ?

SM: Là il est 11h45.

FD: Bon et bien bonne après-midi alors !

SM: Merci ! Je vous remercie de m'avoir donné de votre temps, je sais que vous êtes très occupé donc j'apprécie le fait que vous ayez la disponibilité pour me parler et la gentillesse.

FD: Bon après-midi ! Au revoir.

SM: À vous aussi, au revoir !

Appendix 24: Interview transcript – Anne Poidevin

Interviewee: Anne Poidevin

Previously Officer for International Cultural Reach [chargée de rayonnement culturel international] – City and Eurometropolis of Strasbourg

Previously part of the Interreg team

Currently Literary officer, Grand Est Regional Office for Cultural Affairs [Chargée de mission vie littéraire, Direction Régionale des Affaires Culturelles Grand Est]

Location of the interviews: Telephone

Dates of the interview: 30.08.2019

Language of the interviews: French

Transcription: Full transcript

[Présentation du travail de recherche]

SM: Donc je voulais savoir un petit peu déjà vous votre relation avec la question transfrontalière, au niveau personnel ou professionnel, comment elle a démarré ? Et ensuite comment elle s'est développée dans votre vie professionnelle ?

AP: Ok. Ouh là... alors bon... vous avez plusieurs heures devant vous ? (grand rire) Non, mais j'ai tendance à bavarder, un peu de raconter ma vie donc je vais essayer de...

SM: Vous pouvez l'être autant que vous voulez, dans le temps que vous avez (rire), moi j'ai le temps.

AP: (rire) Euh... alors moi je suis née en Bourgogne, qui n'est pas tout à fait une région frontalière, mais dans laquelle il y avait des jumelages entre villages, donc les fameuses choses qui avaient été instaurées après la Deuxième Guerre mondiale pour que les allemands et les français fassent la paix et apprennent à mieux se connaître. Et donc dans la région quasiment chaque village avait son village jumelé en Allemagne. Et euh... c'est un peu par le hasard des choses que... un village à côté du mien était jumelé avec un village allemand et ils faisaient une rencontre et en fait il manquaient un peu de familles pour accueillir des familles. Et mes parents se sont portés volontaires et ont donc fait la connaissance d'un couple d'allemands et de leurs deux enfants qu'aujourd'hui j'appelle... enfin plus tout à fait parce que lui est décédé mais c'est quasiment mes parents allemands quoi. Donc à l'époque j'avais... peut-être cinq, six ans. Et c'est un peu comme ça que l'Allemagne est apparue dans ma vie alors qu'elle n'avait pas forcément d'autre place, je n'ai pas d'origine, quoi que ce soit, si ce n'est un arrière-grand-père, enfin bon bref, un truc qui n'avait aucun rapport. Et donc voilà, donc j'ai appris quelques petits mots d'allemand comme ça, et ça... ça m'a beaucoup plu. On y allait très régulièrement et hum... du coup j'ai pris allemand en première langue au collège et ensuite euh... euh... voilà, j'ai... j'ai eu envie de... de faire des choses avec ça. Donc après bah... au lycée j'ai... j'ai encore les langues comme d'habitude et après j'ai fait Langues Étrangères Appliquées et... et voilà, donc tout en maintenant ces contacts avec l'Allemagne depuis la Bourgogne. Euh... il se trouvait que je ne me débrouillais pas trop mal en langue allemande donc du coup j'ai pu... voilà y passer un peu de temps et par plaisir et... voilà. J'ai essayé d'y faire des stages dans le milieu culturel, c'était

assez différent, ce n'était pas évident. J'ai voulu faire des études, mais ce que je voulais faire n'existait pas à l'époque en Allemagne, c'était management de la culture qui est beaucoup... beaucoup... enfin très à la mode maintenant, mais qui n'existait pas en Allemagne. Moi comme je voulais vraiment étudier ça, je l'ai fait en France, hum... donc voilà. Vous m'interrompez hein, s'il y a un truc qui n'est pas clair.

SM: Tout est clair.

AP: Euh... et... voilà, donc ensuite quand j'ai voulu faire mes études après une première année de Langues Étrangères Appliquées Anglais-Allemand à l'Université de Dijon, j'ai voulu intégrer donc un... une formation professionnalisante à Dijon donc qui s'appelait "Management de la culture". Et donc comme je n'ai pas été prise la première fois, j'ai fait un service volontaire européen en Allemagne, et donc du coup j'ai passé un an en Allemagne dans une Maison de Jeunes et de la Culture. Ensuite, j'ai fait les fameuses études à Dijon de "Management de la culture" et... euh... ensuite j'ai fait un an de... d'expertise en projets européens, donc ce qu'on appelle un Master 2 aujourd'hui mais qui était un DESS à l'époque, à Paris. Et voilà, après j'ai regardé une carte de France et je me suis dit : « Dijon c'est trop petit, Paris c'est trop grand, où est-ce que tu as envie d'aller pour continuer ta vie professionnelle ? » Et donc j'ai regardé tout à l'Est, et il y avait Strasbourg, une ville dans laquelle je n'avais jamais passé plus de dix minutes entre deux trains. Et donc je me suis dit c'est marrant, c'est juste à côté de l'Allemagne, il doit s'y passer plein de trucs en termes de culture, donc je vais aller là-bas.

SM: D'accord.

AP: Donc je suis arrivée à Strasbourg en 2004 pour faire un stage dans une structure qui était une agence de conseil pour les projets culturels. Et j'avais fait un peu de recherche en me disant qu'est-ce qu'il y a comme projets culturels transfrontaliers ? Il doit y en avoir plein puisqu'on est à la frontière... et en fait pas tant que ça. Et j'étais vachement étonnée parce qu'il n'y avait pas tant de... de liens vraiment culturels sur des projets... j'ai envie de dire un peu structurants hein, parce qu'après c'est qu'on a beaucoup de... de choses de type un peu... j'ai envie de dire un peu de type "culture populaire", mais il ne faut pas le prendre de manière péjorative. Mais des rencontres entre les orchestres de village, entre les chorales... bon les clubs de foot c'était moins culturel mais... bon voilà, tout cette culture un peu... il y a beaucoup, mais par contre entre les structures culturelles à proprement parler, les institutions culturelles, le domaine culturel professionnel il n'y avait pas tant que ça en fait.

SM: D'accord. Et c'était à quelle époque ça ? Juste pour...

AP: Alors ça c'était en 2004.

SM: D'accord.

AP: Donc voilà, moi je suis arrivée en 2004, et en fait ce qu'on faisait en fait dans cette agence de conseil pour les projets culturels qui depuis a disparu, euh, on essayait de... enfin moi mon rôle c'était d'aider les acteurs de projets culturels locaux à monter les projets avec des financements européens. Euh... et donc du coup on faisait un peu d'information, et bien sûr ce qui était notamment transfrontalier pour voir s'il y a des possibilités de choper l'Interreg, sachant qu'Interreg c'est un peu compliqué parce que... bah voilà, vous l'avez probablement un peu vécu, ce n'est pas toujours un programme... en plus sur le territoire... qui est vraiment dédié à la culture. Donc on est vraiment sur... sur des dimensions dans lesquelles les acteurs avaient parfois... enfin souvent du mal à se... à se projeter... à se fondre, parce que c'est un peu compliqué. Mais voilà, il y a... il y avait quand même des projets mais il n'y en avait pas tant que ça et alors un projet que je cite toujours en exemple et qui me fait... bah qui est pour moi

un peu la référence ici parce que ça fait très, très longtemps qu'ils travaillent avec l'Allemagne, c'est le Festival de Jazz... Jazzdor, qui en fait est né à Strasbourg et s'est développé très rapidement vers l'Allemagne mais vers Berlin, donc maintenant il s'appelle le festival... Jazzdor Strasbourg Berlin avec une programmation à Strasbourg et une programmation à Berlin. Et ça me fait beaucoup rire parce que pour moi ça n'est pas du transfrontalier dans un sens où il y a quand même 600 kilomètres entre les deux, et que c'est le projet majeur qui existe au niveau franco-allemand... enfin qui existait à l'époque, maintenant il n'existe plus mais voilà, c'est... c'est... je trouve ça assez drôle. Et je pense que c'est beaucoup dû au fait qu'il y a un... undéséquilibre en fait entre les aires... les aires urbaines de chaque côté de la frontière, on parlait tout à l'heure de Strasbourg et Kehl, enfin voilà, Strasbourg et Kehl n'ont juste rien à voir l'un avec l'autre et en fait il n'y a pas d'équivalent de ce qui est Strasbourg juste de l'autre côté. Alors après on n'est pas obligé d'aller très loin pour tomber sur des villes comme Karlsruhe, Fribourg... ensuite Bâle qui sont assez dynamiques et où il y a des choses qui se passent au niveau culturel. Mais si on veut vraiment faire du transfrontalier en... proximité vraiment aussi, sur de la mobilité c'est assez compliqué parce qu'il n'y a pas... il n'y a pas vraiment l'équivalent quoi.

SM: D'accord.

AP: Euh... alors il y a pas mal de structures culturelles sinon qui à l'époque – parce que du coup je remonte encore là... à cette première impression là, à mon arrivée – qui ont tenté des choses au niveau de la mobilité des spectateurs et... donc ils affrétaient des bus, ils faisaient des programmations un peu communes avec... par exemple Fribourg et Offenbourg, voilà. Mais ça a toujours été très, très compliqué et pas toujours très réussi, pas facile, très... très coûteux pour un résultat assez... en termes de personnes assez... assez maigre quoi. Et ça c'était très étonnant, alors bon là je remonte à 2004, bon, depuis j'exagère parce que depuis il se passe quand même pas mal de choses et ça s'est... ça s'est pas mal développé et il y a beaucoup... il y a une dynamique qui existe. Mais qui finalement... enfin qui est plus récente que ce qu'on pourrait penser, on pourrait penser qu'historiquement il y a plein de contacts et en fait bah... non, pas tant que ça. Et... et voilà, donc c'est assez récent mais... c'est maintenant un petit peu plus... un petit peu plus dynamique. Euh... après cette expérience moi au sein de l'Ogaca donc où je suis restée un peu plus de trois ans dans cette agence de conseil, j'ai rejoint la ville de Strasbourg où j'ai travaillé plutôt sur des projets européens, donc là je travaillais avec... la Pologne, la Roumanie, la Hongrie ou... la Lituanie ou la Tchéquie, donc pas tellement avec l'Allemagne donc j'ai un peu perdu de vue ce... ce côté-là. Et après je me suis occupée aussi de résidences d'artistes plasticiens croisées entre villes jumelles où là par contre on travaillait notamment avec Stuttgart et Dresde, mais ce n'est... là encore pas quelque chose que je qualifierais de transfrontalier parce qu'il y a une trop grande distance pour qu'on soit sur une proximité du quotidien quoi.

SM: Hum, hum, d'accord.

AP: Hum... voilà. Et ensuite après l'expérience à la ville j'ai rejoint le... le secrétariat technique Interreg Rhin Supérieur donc qui était accueilli à la région Alsace à l'époque, devenue Grand Est. Et donc j'ai instruit des projets sur vraiment du programme européen Interreg, notamment des projets culturels mais surtout des projets patrimoniaux ou touristiques parce que la culture a quand même du mal à se faire une place en tant que telle dans ce... dans ce type de programme. Si ce n'est par la niche que représente le soutien aux micro-projets, qui sont des projets un petit peu plus... un petit peu plus légers en termes financiers et en termes administratifs... juridiques, etc. Euh, et là sur les micro-projets, il y avait effectivement pas mal de projets culturels mais comme je le mentionnais tout à l'heure en introduction, c'était plus sur... c'est plus sur des... moi ce que j'appelle la culture populaire, voilà... plus sur des pratiques amateurs, c'est-à-dire

des notions de rencontres plus que sur des choses structurantes vraiment entre acteurs culturels professionnels comme bâtir une programmation commune... voilà. Il y a des structures qui ont essayé par exemple aussi de faire une billetterie commune, on a l'impression que c'est hyper simple et en fait ça n'a jamais fonctionné quoi, c'est... En plus il y a des habitudes de travail très différentes en fait, la culture en France et en Allemagne ne fonctionnent pas du tout de la même manière, voilà, les politiques culturelles ne sont pas décidées au même endroit. Le... le régime des intermittents qui existe en France, en Allemagne ils ne comprennent juste pas ce que ça peut être. Eux ils ont des compagnies à domicile dans des lieux, nous on a des compagnies de théâtre qui sont des structures associatives avec un... un fonctionnement très précaire, enfin voilà. Donc c'est finalement... quand on est sur ce niveau-là, enfin au niveau professionnel, ce n'est pas si facile que ça.

SM: D'accord. Ok (petit rire). Bah super, vous êtes déjà rentrée dans plein de choses que j'allais vous demander, donc je vais... je vais vous relancer sur quelques petits thèmes. Une des questions que je voulais vous poser, sur laquelle vous avez déjà un petit peu avancé, c'est la question de comment s'articule la question transfrontalière par rapport à la question binationale, dans les projets que vous côtoyez sur vraiment la région de frontière ? Je ne sais pas si ma question est claire.

AP: Bah ouais, ouais, c'est ce que je vous disais tout à l'heure, en fait c'est que du coup par la... l'absence d'équivalent en termes d'aires urbaines, en fait on est quand même plus sur... voilà, sur des projets à distance. Donc c'est vrai que Strasbourg notamment est jumelée avec Stuttgart et Dresde, et donc du coup il y a pas mal de liens institutionnels, voilà, de ville à ville qui se font, et du coup de liens aussi entre acteurs culturels qui sont faits aussi par cet intermédiaire. Mais du coup c'est effectivement plus du bilatéral, du binational que du transfrontalier. Après on a quand même une volonté forte de Strasbourg et Kehl de travailler ensemble, ils ont quand même fondé un eurodistrict, donc un GECT, qui a une structure juridique propre, une équipe, etc. Donc il se passe quand même beaucoup de choses, mais on est plus sur des questions d'aménagement du territoire et sur des questions de... enfin il y a beaucoup de choses qui se passent autour de la jeunesse, du sport, etc. Sur la culture à proprement parler, c'est... c'est plus compliqué. On a des choses entre Strasbourg et Karlsruhe, mais finalement pas tant que ça. Des choses entre Strasbourg et Fribourg mais pas tant que ça. Euh, par contre effectivement c'est peut-être plus actif... c'est une zone que je connais moins même si je connais quelques... quelques projets, c'est peut-être plus actif dans le... dans le Sud effectivement, sur la frontière trinationale Mulhouse-Bâle, etc. Mais... alors moi dans les projets que j'ai côtoyés dans le cadre d'Interreg par exemple, on a beaucoup de... de projets plus culturels mais culturels un peu au sens touristiques quoi, enfin... et patrimoniaux. Après, l'autre problème c'est que les programmes européens ne sont pas fait pour la culture dans le sens où voilà les... les critères mais aussi les dépenses, etc., enfin c'est... c'est plutôt compliqué donc c'est vrai que c'est aussi pour ça qu'ils n'ont pas leur place, ce qui n'empêche pas que c'est des initiatives très intéressantes qui se passent sans les fonds européens. C'est vrai que moi j'ai moins cette vision puisque j'ai probablement moins côtoyé... surtout ces derniers temps mais... oui... on est plus souvent sur du... bilatéral. Après les acteurs culturels n'aiment pas forcément trop qu'on les oblige entre guillemets à travailler avec l'un ou l'autre, donc si Strasbourg dit « il faut travailler avec Kehl », les acteurs culturels vont dire « mais il n'y a personne à Kehl, ça me gonfle, c'est mort, il n'y a pas de structures, il n'y a pas de théâtres... », enfin voilà. Donc eux ils vont préférer voir à Stuttgart ce qu'il se passe, c'est plus dynamique même si c'est plus loin, quoi. Donc c'est... il y a aussi un peu le côté... il y a un simple paradoxe entre une volonté politique assez forte ici de développer des... des contacts très forts, y compris avec la création d'une structure juridique à part entière, qui ait des compétences, des fonds et des financements, etc. Et puis les porteurs de projets culturels qui eux... mènent leur vie, et c'est tant mieux quoi.

SM: Hum, hum, d'accord. Ok, donc vous vous identifiez...

AP: En termes de projets un peu... un peu structurants, on en a un qu'il y avait dans les tuyaux ces derniers temps, mais qui a priori ne verra pas le jour et qui était assez intéressant, dans le cadre d'un Interreg précédent. Strasbourg et Kehl ont ensemble monté une... une crèche franco-allemande, donc c'était... donc l'accueil à moitié entre des jeunes enfants français et des jeunes enfants allemands, et toute l'équipe pédagogique, etc., d'animation est bi... enfin voilà, il y avait moitié de français, moitié d'allemands. Et ça fonctionne plutôt très bien. Et dans la foulée de cette réussite, ils ont voulu faire la même chose avec une médiathèque, en disant on fait une médiathèque franco-allemande et en fait comme la bibliothèque de Kehl était dans des locaux qui étaient un peu... qui étaient devenus un peu pas très pratiques, ils ont voulu du coup créer une médiathèque qui serait... qui aurait pu devenir... une médiathèque franco-allemande à cheval entre Strasbourg et Kehl. Et finalement le projet ne s'est pas fait, c'était un peu compliqué, et politiquement ce n'était pas trop le moment, surtout ça coûtait très cher et... voilà. Les villes ont beaucoup investi ces dernières années mais il y a un moment où elles ne peuvent plus forcément. Mais par contre ce qu'ils ont fait qui *a priori* marche plutôt pas mal, c'est qu'ils ont étendu le fonctionnement de la carte des médiathèques de l'euro-métropole de Strasbourg, donc qui s'appelle la carte "Pass'relle", ils l'ont étendue aux bibliothèques de Kehl, avec un système de prêts, de retraits et de retours des ouvrages qui est commun, quoi. Donc ça c'est un des projets structurants de ces dernières années, bien que bon... voilà, ce n'est pas de la culture, enfin telle qu'on peut l'entendre, c'est-à-dire du spectacle vivant, etc. C'est quand même sur la lecture publique, quelque chose qui est assez important.

SM: D'accord. Et est-ce que vous sauriez me dire quand c'était, ce projet de médiathèque binationale... ou transfrontalière, je ne sais pas comment -

AP: C'était il y a deux ou trois ans.

SM: D'accord, ok. Euh... donc vous, vous identifiez vraiment la difficulté du transfrontalier sur... sur ces différences au niveau de la taille de la ville à Kehl ?

AP: Oui, clairement oui.

SM: Et au niveau de la thématique ? Au niveau de la thématique transfrontalière et de la thématique européenne, parce que même si les projets ne sont pas montés avec la ville de Kehl, est-ce que le transfrontalier en tant que thématique revient dans les projets culturels ou est-ce qu'on est plus sur du franco-allemand ?

AP: ... Bah, pff... ouais, ça dépend des projets, hum... En fait nous on a un peu envie de faire du transfrontalier parce que on se dit on est tellement près de la frontière que ce serait dommage de ne pas le faire mais... mais ce n'est pas forcément toujours évident de trouver le bon... le bon interlocuteur et... et voilà. Ça dépend vraiment des projets, alors ceux qui ont... il y a des choses qui ont quand même assez bien fonctionné, qui se sont bien trouvées en terme de partenariat, c'est les... les écoles d'art, on a une grosse école d'art à Strasbourg et qui a trouvé... alors un homologue qui n'est pas vraiment de la même taille mais qui est assez dynamique, euh, la Kunsthochschule d'Offenburg, et ils ont monté pas mal de choses ensemble, notamment ce qu'ils appelaient la Sommerakademie, donc l'Académie d'Été, avec des ateliers pour amateurs euh... et professionnels, qui fonctionnait très bien, et ça c'était plutôt de chouettes projets. Donc ça c'était du transfrontalier, Strasbourg et Offenburg c'est proche. Mais c'est vrai que sinon... voilà, les gens veulent faire du transfrontalier mais pour trouver leur homologue en face, c'est effectivement un peu compliqué donc... soit ils ne le font pas, ils restent sur du franco-français, soit effectivement ils vont un peu plus loin et du coup ce n'est plus vraiment du transfrontalier dans le sens où voilà... il y a trop de distance quoi.

SM: D'accord, ok. Et vous qui avez travaillé à la fois dans une structure municipale, à niveau régional, et pour un programme transfrontalier, est-ce que vous voyez des différences entre ces actions transfrontalières qui sont menées au niveau municipal, donc par la ville et/ou l'euro-district – je ne sais pas si du coup vous avez côtoyé ça aussi –, au niveau régional et au niveau européen ? En termes de logique, en termes de processus ?

AP: Oui, on est... si, la ville est très partie prenante parce que euh... oui c'est une puissance... déjà Strasbourg c'est une ville d'une certaine importance, et puis qui a vraiment envie de... enfin il y a une volonté forte, politique, voilà, de développer des choses avec Kehl. Donc il y a les jumelages qui de toute façon vivent avec Stuttgart et Dresde, mais c'est différent, il se passe des choses, il y a pas mal d'échanges. C'est surtout les acteurs du territoire qui s'approprient ça, enfin c'est beaucoup de rencontres scolaires par exemple, etc.... et Strasbourg est tout à fait... enfin la ville elle-même est très... enfin favorise tout ça. Après sur Strasbourg-Kehl avec l'euro-district, là il y avait une vraie, vraie volonté politique de mettre le paquet là-dessus quoi, et de dire... surtout que Strasbourg a du mal à s'étendre, enfin a besoin de s'étendre sur... pour loger tous ces habitants hein. Et donc... il a fallu construire, construire et donc le quartier du Port du Rhin qui touche... qui touche le Rhin et donc Kehl, a été surinvesti, enfin très investi ces dernières années parce qu'il y avait vraiment un potentiel d'élargissement de ce côté. Et il y a beaucoup de français qui vont vivre à Kehl parce que l'immobilier y est moins cher. Donc il y a de toute façon beaucoup de... enfin il y a beaucoup de contacts de fait, et du coup la ville a vraiment voulu favoriser ça, notamment via cet eurodistrict. Là il y a une vraie, vraie volonté politique parce qu'on est vraiment sur un territoire qui... voilà qui s'y prête et sur des compétences municipales quoi : l'aménagement, l'urbanisme... voilà, là on est clairement là-dedans donc euh... donc là ça se fait. Après au niveau régional... en fait la coopération transfrontalière est un peu moins une compétence des régions, donc elles... donc elles font quand même des choses mais les régions sont de toute façon moins des acteurs culturels, alors... donc il peut y avoir un soutien, il peut y avoir des financements, notamment via le programme Interreg ou pas, mais... mais il n'y a pas le... la région n'est pas directement opérateur culturel. Euh, ce qui est le cas d'une municipalité parce que les musées sont des structures municipales, les bibliothèques sont des structures municipales, les... il peut y avoir un théâtre municipal, il peut y avoir... voilà, l'école d'art a été longtemps municipale, il y a des... des lieux culturels qui sont directement... enfin des structures de la mairie, qui du coup sont amenées à travailler potentiellement avec... avec Kehl, parce que c'est une volonté politique assez forte.

SM: Hum, hum, d'accord. Et la DRAC ?

AP: ... Euh, la DRAC, la DRAC... oui, bonne question. Alors la DRAC elle avait une personne en charge de la coopération transfrontalière mais la pauvre euh... elle n'a pas eu tellement les moyens, ni les marges de manœuvre, ni quoi que ce soit, donc j'ai l'impression que c'est... ouais, ils aiment bien mais c'est... c'est encore plus compliqué parce que c'est vraiment un organisme d'État quoi. Donc eux ils sont vraiment sur des... des normes, une politique qui est liée à un État... et ça ne fonctionne pas du tout pareil parce que la culture est en général une compétence plutôt liée aux *Länder* et pas à l'État fédéral. Du coup ils ont un peu du mal à trouver leurs homologues, c'est un peu compliqué.

SM: Hum, hum, d'accord. Et du coup au niveau de cette production culturelle transfrontalière et de ces politiques culturelles transfrontalières, les structures et les institutions que vous identifieriez comme centrales, d'après ce que je comprends vous pointez plutôt vers la question de la municipalité ?

AP: Euh... oui et non parce que oui il y a des structures municipales importantes, bon il y a des grosses structures ici, voilà, il y a... il y a un gros Opéra, il y a un orchestre philharmonique, il

y a des gros musées, de grosses écoles d'art, etc. Mais...

SM: Donc les structures culturelles en elle-même...

AP: Alors il y a... il y a un projet qui... qui est en train de voir le jour là, puisqu'ils ont commencé les travaux. C'est une salle, qui est vraiment sur le Rhin pour le coup, enfin sur une île qu'on appelle l'île du Rhin, dont vous avez peut-être entendu parler. C'est entre euh... Neuf... Neuf-Brisach et Breisach. Et donc ils sont en train de construire une salle qui va s'appeler Art'Rhéna et qui est vraiment dédiée à une programmation culturelle transfrontalière. Donc j'attends de voir ce que ça va donner parce que c'est un gros projet mais bon c'est un peu... c'est assez déséquilibré parce que c'est quand même les français qui sont à l'initiative et qui vont construire sur leur territoire, donc ce sera une structure française mais qui se veut vraiment transfrontalière. Et là on a un acteur qui est sur un territoire, voilà, très... des petites communes, donc là on n'est pas... C'était une volonté plutôt inter-communale, c'est une communauté de communes, donc là il y a eu une volonté politique à un moment donné et ça a pu se faire mais... c'est pour moi un acteur sur le transfrontalier qui est important. Mais qui n'est pas lié à la ville de Strasbourg là pour le coup.

SM: D'accord, ok.

AP: Il y a un autre exemple qui va bientôt être inauguré aussi, c'est une compagnie de théâtre qui elle est complètement transfrontalière, franco-allemande depuis le début, qui s'appelle Baal Novo. Et ils vont bientôt avoir un nouveau lieu qui... va effectivement être en construction là aussi euh... au pied du pont Pfimlin, donc là plutôt côté strasbourgeois. Donc a des acteurs qui ont une vocation transfrontalière, qui ne sont pas forcément municipaux à proprement parler au départ. Mais si on parle de volonté politique, on est plutôt effectivement sur une volonté municipale de favoriser les... les contacts et de faire ce qu'il faut pour. Après il y a beaucoup d'initiatives associatives aussi, ne croyez pas qu'il n'y a que des choses politiques hein.

SM: Oui, bien sûr. Oui, ma question elle s'élargissait à ça en fait, je n'ai peut-être pas posé clairement la question, euh, mais je... à la fois les institutions et les... les structures culturelles en elle-même, associatives et autres.

AP: Hum, hum. Bah après il y a pas mal... il y a des initiatives voilà qui sont... de personnes ou de structures, il y en a effectivement... il y en a pas mal. Mais... c'est plus ponctuel ou peut-être je les connais moins, voilà, il ne faut pas forcément prendre tout ce que je dis comme argent comptant dans le sens où je n'ai pas une vision totalement exhaustive, objective et tout ça.

SM: Hum, hum. Il n'y a pas de problème, j'interviewe plusieurs personnes donc ensuite je croise les informations. C'est parfait. Et en termes d'entraves à la production d'un travail artistique transfrontalier ? Vous avez déjà mentionné quelques petites choses, la question de... du secteur culturel qui est structuré différemment en Allemagne. Est-ce que vous identifiez d'autres entraves ?

AP: ... Hum... là effectivement c'est un peu tarte à la crème mais le... la difficulté linguistique. Parce qu'on pourrait croire qu'en fait on est dans une sphère linguistique commune puisque l'histoire fait que... l'Alsace a été souvent allemande, bon, les alsaciens sont censés comprendre l'allemand, euh... ce n'est pas si simple que ça. Et puis parfois dans les acteurs culturels on a des gens qui sont là et qui font un travail de grande qualité mais qui ne sont pas forcément alsaciens d'origine, ni dialectophone, ni germanophone, voilà. Bon les allemands de manière générale parlent plutôt quand même bien le français donc... on s'en sort bien. Mais ça peut être une barrière, je ne dirais pas que c'est la principale, parce qu'en plus moi j'ai tendance à dire que c'est un faux prétexte parce que quand on a envie de se comprendre, on y arrive. Et... voilà,

mais ça peut... ça peut être un frein, mais je ne dirais pas que c'est le premier. Bah le deuxième je dirais que c'est quand même ce que je citais sur la différence juridique... d'organisation, de... comment dire ? De... de strates, de hiérarchie, de volets... enfin de « quel est le pouvoir décisionnel d'un côté ou de l'autre ? ». Souvent les allemands ça les gonfle d'avoir à attendre des mois et des mois avant d'avoir une validation côté français parce qu'il faut mobiliser... douze strates hiérarchiques différentes alors que chez eux c'est plus fluide. Bon, donc il peut y avoir ça et puis... et puis du coup ce que ça implique aussi, c'est sur le financement, les financements sont assez différents. C'est-à-dire que côté français on a des réflexes très... très politique publique. Les allemands ont plus l'habitude de faire appel au privé, parfois ça peut un peu coïncider pour trouver un équilibre sur des projets pour... voilà, pour... pour monter un budget ou un plan de financement, les ressources ne sont pas tout à fait les mêmes, quoi.

SM: D'accord.

AP: Et je ne parle pas des suisses hein !

SM: Hum, oui.

AP: Là c'est encore différent (petit rire).

SM: Oui (petit rire). Euh... et du coup par rapport à ces financements, les financements que vous retrouvez le plus dans les projets culturels existants, du coup vous avez mentionné les micro-financements au niveau européen...

AP: Les micro-projets hein !

SM: Les micro-projets, oui. Euh... quels autres types de financement vous retrouvez principalement dans les projets transfrontaliers qui naissent ?

AP: Bah après ça dépend effectivement du rayonnement, si c'est un rayonnement un peu régional il peut y avoir de la... la région ou le département pour les financeurs publics ou les mairies hein, la municipalité, les villes. Hein, ça c'est dans le financement public français, c'est assez classique. Hum... il peut y avoir donc des fonds créés spécifiquement, comme soit les micro-projets Interreg mais aussi par exemple l'euro-district Strasbourg-Ortenau a des financements spécifiques pour des projets transfrontaliers, voilà. Donc ça ça existe aussi, sur plusieurs eurodistricts sur le territoire. Et puis après on a des choses peut-être un peu plus classiques type l'Office Franco-Allemand pour la Jeunesse, ou des choses comme ça. Et puis après côté allemand, bah il y a aussi... côté public, les municipalités, les présidences de région... voilà, tout dépend après de la teneur du projet. C'est des choses assez classiques en fait je trouve. Il y a la DRAC évidemment quand c'est possible, quand ça l'intéresse, ça marche, voilà.

SM: D'accord, ok. Et est-ce que vous retrouvez d'autres... ces actions culturelles transfrontalières associées à d'autres objectifs conjoints ? Ou d'autres valeurs, de type touristiques, patrimoniaux... vous avez mentionné déjà économiques, politiques, sociaux... Enfin est-ce que la culture est associée à certains thèmes en particulier ?

AP: ... Oh oui. Oui, oui, oui, souvent... parce que c'est vrai que quand je parlais de projets culturels tout à l'heure, j'étais souvent sur des projets qui ne sont pas ce qu'on appelle de la culture pure, lecture publique ou de patrimoine ou de tourisme ou de mobilité... voilà. Après... il y a des projets culturels transfrontaliers pur et dur, après il y en a qui sont aussi plutôt en lien avec le patrimoine, donc ça c'est... il y a la Journée Européenne du Patrimoine ou l'eurodistrict qui organise des... par exemple des Vélo Tours... alors il y a des circuits transfrontaliers à travers des visites, des haltes dans certains lieux en particulier, euh... voilà. Donc là on est à la fois sur du tourisme, de la mobilité, du patrimoine... Après oui, les projets transfrontaliers sont

souvent plutôt liés effectivement à... à patrimoine, tourisme ou jeunesse, plus que sur de la culture pure et dure, mais voilà, à certaines exceptions près que je vous ai déjà citées, mais...

SM: D'accord. Je vais passer plutôt aux questions sur les réseaux culturels transfrontaliers. Et par rapport à quelque chose que vous avez dit au début, dans votre présentation, je voulais vous demander une précision, vous avez dit que... on pourrait s'attendre à ce que les réseaux culturels transfrontaliers aient été très développés au moment où vous avez commencé à travailler avec l'agence culturelle... mais ils ne l'étaient pas et que ça s'est développé plus tard. Est-ce que vous sauriez me dire plus ou moins quand vous commencez à voir ces réseaux se créer ?

AP: Bah c'est une bonne question, je ne sais pas. Euh... c'est parce que je suis arrivée ! Non je déconne (rires). Non, non, c'est...

SM: Félicitations !

AP: Euh... non, je... je ne sais pas. Il se peut que... peut-être quand je suis arrivée, j'avais une vision faussée et qu'il y avait plus de choses qui existaient que... ce que j'en avais connaissance ou le souvenir que j'en ai, hein ! C'est possible aussi, c'est très subjectif ce que je vous raconte. Après euh... bon, au niveau de Strasbourg il y a quand même eu un changement de municipalité important en 2007. Et... je pense qu'il y a eu quand même... enfin que là pour le coup il y a une volonté politique très forte de travailler avec l'Allemagne, dans la majorité qui est au pouvoir depuis 2007 et qui est toujours aux commandes. Notamment avec l'eurodistrict Strasbourg-Ortenau etc. Donc là je pense que si on s'arrête au volet strasbourgeois, c'est plutôt lié à ça, je dirais... je dirais voilà, un changement politique au niveau de la municipalité. Après... enfin par exemple les jumelages, etc., ça a toujours existé, ça a toujours vécu, ça a toujours été plus ou moins vivant mais ça existait. Après vraiment sur le transfrontalier, oui, c'est plus récent et je pense que si on s'arrête à Strasbourg c'est plutôt pour cette raison-là.

SM: Hum, d'accord. Donc lié plutôt au moment du changement politique et de la création de l'eurodistrict aussi ? C'est ça ?

AP: Oui, oui, probablement que ça a un peu facilité mais... bon je pense que les acteurs culturels ne seraient pas d'accord avec ce que je dis parce que pour eux l'eurodistrict, ça ne leur fait ni chaud, ni froid. Dans le paysage, je pense que c'était... c'est important, enfin ça... ça symbolise quand même... ça matérialise la volonté politique, qui du coup après se diffuse de part et d'autre quoi. Après il y a aussi probablement des acteurs culturels qui sont arrivés à certains endroits et qui ont... qui ont porté des projets qui n'étaient peut-être pas là avant ou qui... qui étaient en maturation depuis longtemps et qui se sont concrétisés un peu plus tard hein.

SM: Hum, hum.

AP: Si on voit par exemple un autre lieu culturel qui a vraiment une importance au niveau franco-allemand, c'est le Vaisseau, qui est une sorte de... comment dire ? Une sorte de musée des sciences pour l'instant, c'est un centre d'éducation par les sciences pour les enfants. Mais il est... il a vraiment une vocation franco-allemande, il dépend du département du Bas-Rhin et pour le coup il a ouvert il y a... il y a une dizaine d'années. Donc il n'existait pas moi quand je suis arrivée et il a ouvert entre temps. Et il y avait dès le départ une vraie vocation franco-allemande, toute la programmation est faite à destination des français et des allemands, des classes de France et d'Allemagne et tout est traduit, tout est bilingue partout et... y compris les visites, etc. Donc euh... voilà, c'est des choses qui sont arrivées entre temps.

SM: D'accord, ok. Plutôt sur du franco-allemand là du coup ? Au niveau du discours ?

AP: Oui, mais du coup dans la pratique on est sur du transfrontalier parce que... pour... enfin,

comme c'est destiné à du jeune public en fait, c'est surtout des enfants des écoles des environs qui viennent. Ou des périscolaires mais euh... pour le coup ce n'est pas des... enfin si, il y a peut-être des gens du Bas-Rhin qui viennent au Vaisseau, mais ce n'est pas le public cible quoi, de départ.

SM: D'accord, ok. Et est-ce qu'au niveau de vos différents postes en lien avec la culture transfrontalière, est-ce que vous avez fait un travail de mise en réseau des professionnels de la culture des deux côtés ? Ou pas ?

AP: On a essayé, oui. Hum... moi j'ai essayé, au tout début quand je suis arrivée à l'Ogaca, on a fait... on a fait quelques... quelques réunions, quelques ateliers de travail. On avait organisé une formation aussi sur la coopération culturelle transfrontalière. Euh... mais c'est... pour les mêmes raisons que celles déjà évoquées, c'est déjà difficile hein, la prise en charge de formations n'est pas la même en France et en Allemagne, enfin c'était un peu compliqué. Si, si, on l'a fait, après je pense que... je pense que les gens finalement se connaissent assez bien entre eux, enfin les gens sont... les acteurs culturels sont assez spécialistes dans leur domaine pour savoir qui l'est dans le domaine de... de l'autre côté de la frontière. Donc finalement le... s'il y avait des obstacles à lever, ce n'est pas forcément la mise en relation... qui se fait de manière plus ou moins automatique entre spécialistes. Je veux dire... vous parliez du cirque tout à l'heure, les circassiens ici, ils savent qui sont les circassiens en Allemagne quoi... voilà, qui ont à peu près les mêmes pratiques ou les mêmes intérêts parce que... ils se sont déjà croisés. Enfin il y a assez d'événements ou de choses pour se croiser donc euh... je ne dirais pas que c'est ça l'obstacle principal quoi.

SM: D'accord.

AP: Même si ça m'est arrivé... bah notamment dans mes fonctions chez Interreg, de... d'entendre parler un porteur de projet, dire : « ah ouais moi j'aimerais bien faire ça, mais là je ne connais pas trop » et puis que moi je dise : « ah bah tiens ça me fait penser à... un tel que j'ai rencontré à telle occasion qui a un projet un peu similaire ». Et effectivement la mise en relation se fait. Ça m'est déjà arrivé plusieurs fois hein, mais c'est vrai que ce n'est peut-être pas le... oui, le principal besoin quoi.

SM: D'accord, ok. Et du coup ce travail de mise en relation il partait plutôt d'une volonté de la structure dans laquelle vous travailliez que d'une demande des acteurs culturels ?

AP: ...

SM: Ou non ?

AP: ... euh... bah non, je ne sais pas, un peu des deux, enfin oui... Si les acteurs culturels ont plutôt envie, globalement je crois. Mais euh... mais souvent oui ils se connaissent déjà donc soit ils font déjà des choses et nous on... on ne sait pas forcément hein. Ou alors ils ne savent pas trop comment le faire et ils ont besoin d'aide ou... ou alors les choses prennent beaucoup de temps aussi, je pense qu'il faut être très patient quand on veut travailler avec d'autres. Et finalement le transfrontalier, le fait que ce soit près en termes géographique, on peut se déplacer pour se rencontrer, c'est bien mais ce n'est pas... ça ne veut pas dire que c'est aussi fluide que ça quoi. Et il y a beaucoup de gens qui s'essouffent parce que... bah parce qu'il faut... les allemands s'essouffent parce que les français sont lents à décider de certaines choses. Les français s'essouffent parce que euh... je ne sais pas, il y a différents facteurs qui font que les choses prennent du temps. Il faut... tout le monde a beaucoup de travail, les agendas sont remplis, on ne trouve pas le bon moment, on n'a pas les mêmes jours fériés, on ne parle pas tout à fait la même langue, voilà, bon.

SM: Hum, hum, d'accord, ok. Et donc ce travail il s'est surtout retrouvé au niveau de votre poste à Interreg en fait ?

AP: ...

SM: Parce que vous avez mentionné Interreg...

AP: Oui, un petit peu à la ville de Strasbourg, mais oui, surtout... surtout Interreg. Alors là les fonctions que j'occupe actuellement à la région Grand Est, je m'occupe de la vie littéraire, donc du soutien aux auteurs, à des résidences d'auteurs, aux festivals de livres, etc. Et on a un dispositif de financement qu'on vient de mettre en place, pour des projets transfrontaliers dans le milieu du livre. On a... il y a quelques velléités, alors du coup pas sur ce territoire-là, mais plutôt... plutôt côté Lorraine, on a un Printemps Poétique Transfrontalier par exemple, avec une... une programmation de lectures, de rencontres d'auteurs autour de la poésie qui se fait en transfrontalier. On a un acteur qui a des résidences d'auteurs sur une péniche, qui... qui navigue entre la Belgique, le Luxembourg, la Lorraine, mais du coup c'est moins sur le côté de la frontière qui vous intéresse. Euh... voilà, et donc on a un nouveau dispositif parce qu'on s'est dit que ça pouvait peut-être répondre à un besoin. Mais on a une approche très... moi je dépends du service qui s'appelle "Industries Créatives", donc on a une approche très... enfin avec une vision du coup... aussi économique. Donc on attend surtout... des projets de coédition, donc entre des éditeurs français et allemands qui auraient envie de... de partager que ce soit une publication d'un livre ou sur la traduction d'un livre qui aurait été... édité en France et qu'un allemand voudrait éditer, des choses comme ça. Pour l'instant on démarre un peu et on n'a pas beaucoup de recul sur ce qu'on va avoir, ou ce qu'on veut financer, ou ce qui est possible mais... mais... voilà, ça existe.

SM: Hum, hum, d'accord, ok. Et dans les projets culturels transfrontaliers auxquels vous avez participé, est-ce que vous avez travaillé avec des structures qui n'étaient pas culturelles ? Et si oui, quels types de structures ?

AP: ... Je réfléchis... bah l'eurodistrict Strasbourg-Ortenau n'est pas culturel à proprement parler mais euh... voilà, a pu monter des projets aussi. Euh... bon sinon moi j'étais surtout en contact avec l'école d'art qui travaillait avec une école d'art... donc ça c'est culturel. Euh... après il y a pas mal de projets aussi qui sont liés au domaine de la jeunesse ou du socio-culturel,... et donc... donc là c'est un petit peu moins de la culture pure entre guillemets et plus du... de l'animation ou de la jeunesse, ça il y a pas mal de projets comme ça. Après c'est vrai que moi je n'ai pas été impliquée directement dans des projets culturels mais... j'en ai soutenu de par... voilà, j'en ai aidé, j'en ai instruit... voilà, je n'ai pas été partie prenante directement quoi.

SM: Hum, hum, d'accord, ok. Et je vais passer à la dernière catégorie de questions, qui sont plutôt sur les politiques culturelles transfrontalières. Je voulais savoir quelle est la place qui est accordée à la culture dans les politiques publiques transfrontalières, aux différents niveaux institutionnels... je pense particulièrement à la question des programmes Interreg et du fait qu'il y ait eu, ou non, une entrée culture dans les différents cycles du programme, mais je pense aussi aux autres structures si vous avez des... des choses à me dire ?

AP: Hum, hum... alors oui, sur les politiques... en termes de politiques publiques, ce que je vous ai déjà dit plusieurs fois, c'est effectivement entre Strasbourg et Kehl, l'eurodistrict qui du coup lui a... un budget propre et... voilà, et une politique... propre, et donc la culture peut tout à fait en faire partie. Hum... après si... si la région a des financements dédiés à la culture et au transfrontalier, donc sur le livre dont je vous parlais, mais il y a aussi d'autres dispositifs... je ne sais plus si vous avez pu interroger mon collègue qui s'appelle Mischa Schmelter ou pas ?

SM: Oui, on a fait un entretien.

AP: Bon bah du coup j'imagine qu'il a dû vous en parler parce que du coup il connaît mieux les dispositifs que moi puisqu'il les gère.

SM: Hum, hum.

AP: Euh... donc voilà. Et puis après, sur Interreg, donc la zone qui nous concerne c'est ce qu'on appelle le Rhin Supérieur, et dans la programmation actuelle qui va se terminer en 2020, il y avait – disons – deux euh... deux lignes qui pouvaient être dédiées à la culture. Une qui était l'entrée j'allais dire un peu... un peu économique de l'impact des projets culturels sur l'emploi dans le Rhin Supérieur. Et donc on avait une vision très structurante, donc c'est dans ce cadre là notamment que le projet Art'Rhéna dont je vous ai parlé tout à l'heure a pu voir le jour. Euh... et puis l'autre c'était plutôt sur la... l'approche société civile, donc plus... plus une... plus une approche citoyens, connaissances mutuelles, plurilinguisme, et c'est dans cette ligne là que se situait l'aide aux micro-projets notamment. Hum... mais il pouvait y avoir aussi des projets plus conséquents qui... qui avaient vocation, voilà, sur la rencontre notamment ou sur... plus la question de... bien-être citoyen, de la mobilité, etc. Donc là sur cet Interreg là, on arrivait un peu à faire entrer la culture sur ces deux axes... pas vraiment dédiés à la culture mais qu'on pouvait utiliser pour. Il n'y a pas eu tant de projets que ça qui ont été financés, mais il y en a quand même eu, donc c'était... c'était quand même possible. Après à voir dans la prochaine période de programmation, je n'ai pas encore vraiment la notion de ce qui va être possible ou pas, parce que ça va bientôt changer mais... voilà.

SM: D'accord. Et est-ce que vous sauriez me parler des... des périodes de programmation précédentes ou... ? Ou ça fait loin pour se souvenir ?

AP: Euh... non, sur celle d'avant, je ne me souviens plus exactement comment s'appelaient les axes sur lesquels c'était... c'était possible, mais il y en a eu aussi. Alors souvent c'était quand même plutôt sur l'aspect micro-projets parce que... voilà, c'est aussi plus simple en termes économiques pour des structures culturelles d'aller sur des... des financements moins lourds et plus faciles à obtenir. Mais il y a eu quelques projets structurants hein. Il y a eu des choses dans les musées, il y a eu pas mal de projets dans les musées... Alors un des... l'ancêtre j'ai envie de dire le... LA référence en terme de... de projets culturels transfrontaliers qui lui date un petit peu maintenant, c'est celui qu'on appelle le Pass Musées, qui est en fait un... une carte qui est disponible dans plein de musées et qu'on peut acheter à l'année et qui permet ensuite d'avoir des entrées dans certains musées, donc c'est vraiment un réseau, le Pass Musées est un réseau... et il existe, il a été financé, je crois que c'était sous l'Interreg II, donc ça date... ça date d'il y a longtemps. Et c'est un projet qui maintenant continue et... voilà, qui est un peu la figure emblématique et il y a eu pas mal de projets, dans les musées de... d'échanges de collection ou de mise en commun sur des collections, des thématiques, voilà. Des projets dans l'archéologie aussi, c'est des choses, vous voyez, où il y a un peu de... d'investissement, du bâtiment... voilà. Je sais que par exemple là sur la programmation actuelle, moi j'ai instruit un projet... j'allais dire qui est culturel mais qui est avant tout patrimonial et touristique de mise en réseau des mines... des mines de minerai à l'échelle transfrontalière, et du coup avec un... ouais, avec tout un volet médiation, action culturelle, qui est intéressant mais qui vraiment est lié au fait qu'il y a des lieux physiques à voir quoi. Je pense que ce qui est le plus compliqué c'est les projets un peu virtuels. Il y a eu notamment un projet de... de création d'une sorte de... de site internet, de plateforme de retransmission, de captation vidéo de spectacles, site d'information et... ça n'a pas pu continuer quoi, et je pense que le côté virtuel est un peu plus compliqué. Et je pense que quand on est en transfrontalier, le fait qu'il y ait une proximité géographique, c'est bien qu'il y ait quelque chose de physique en fait. Et c'est plus facile à faire durer dans le temps quoi,

logiquement.

SM: Hum, hum, d'accord. Et au niveau de la réforme des régions, est-ce que vous vous sentez une différence dans le traitement de la question transfrontalière depuis la réforme des régions entre le Conseil Régional et maintenant la région Grand Est ?

AP: ...Euh... pff...

SM: Enfin les Conseils Régionaux précédents.

AP: Ouais, bah oui, alors oui, c'est... bon moi je n'ai pas travaillé assez longtemps à la région Alsace et... sur ces questions-là pour avoir vraiment une vision comparative qui est intéressante. Mais je sens que quand on discute avec des collègues en Lorraine ou en Champagne-Ardenne, ils n'ont pas la même... non, ce ne sont pas les mêmes habitudes de travail... Alors je sais que par exemple sur la frontière entre la Lorraine, la Sarre en Allemagne et le Luxembourg, il y a d'autres habitudes de travail, il y a eu notamment une grosse dynamique au moment de Luxembourg Capitale Européenne de la Culture 2007, ils avaient créé un portail commun d'informations qui a duré assez longtemps, etc. Donc il y avait vraiment quelque chose... une grosse dynamique là-dessus. Euh... peut-être parce qu'il y a la ville de Luxembourg qui est déjà assez importante et dynamique et eux ils avaient réussi à trouver une dynamique là autour. Euh, et puis les habitudes de travail ne sont pas tout à fait les mêmes, je sais que par exemple il existe le Festival Passages, qui existe depuis très longtemps et qui est très dynamique, et avec une question transfrontalière aussi beaucoup. Et donc voilà, il y a des... j'ai l'impression qu'il se passe un peu plus de choses, ou que les contacts sont plus... plus évidents, ou les habitudes sont peut-être différentes, je ne sais pas du tout si c'est lié à une... à une... comment dire ? À une... une volonté politique qui serait plus... plus... ancienne, ou à des acteurs qui sont différents d'un côté ou de l'autre, j'avoue que je n'ai pas... je n'ai pas assez d'éléments pour vous apporter une analyse. Après oui, j'ai l'impression que les territoires sont assez différents, mais après hum... c'est vrai que la Belgique et le Luxembourg c'est un peu différent parce qu'il y a aussi des langues communes donc c'est plus facile peut-être qu'avec l'Allemagne, je ne sais pas.

SM: Hum, hum, d'accord. J'ai parlé à... donc à Mischa Schmelter de la question de l'étude qui a été menée en 2017-2018 avec le Conseil Consultatif de la Culture, est-ce que vous y avez participé aussi ?

AP: ... Euh non.

SM: Non ? D'accord.

AP: Non, parce que à l'époque je ne sais pas où j'étais mais j'étais... je n'étais pas dans ce... non.

SM: D'accord, ok. Et vous ne savez pas me dire si les documents liés à tout ça, qui allaient être mis en ligne il m'avait dit au mois de septembre-octobre sur le site de la région Grand Est, sont déjà en ligne ? Enfin je les ai cherchés mais je ne les ai pas trouvés, je voulais juste voir si vous vous sauriez... ?

AP: Bah j'ai l'impression que du coup Mischa a distribué l'étude en... en commission culture peut-être en juillet, donc du coup j'imagine que... cette étude que vous faites allusion, elle existe, après est-ce qu'elle est en ligne ? Je ne sais pas. Je n'ai pas l'impression.

SM: D'accord.

AP: ... Non, l'étude dont je parle, c'est celle qui s'appelle « L'organisation des politiques culturelles dans les quatre pays voisins du Grand Est ».

SM: D'accord, bah c'est bien d'avoir le titre déjà.

AP: « Étude transfrontalière réalisée en 2008 », je ne sais pas si c'est à ça que vous faisiez allusion et dont il vous a parlé ?

SM: Oui, bah c'était la synthèse de toute l'étude, de tout le processus consultatif, dont il m'a dit qu'elle était en train d'être mise en place mais qu'elle n'était pas encore en ligne et qu'il faudrait que j'attende qu'elle soit en ligne pour euh... pour y avoir accès.

AP: D'accord, bah là en l'occurrence euh... il nous l'a distribué en juillet, donc voilà. Il faudra lui... il faudrait lui redemander parce que c'est lui qui pilote ça et... voilà.

SM: D'accord. Donc c'est « L'organisation des politiques culturelles ... ? »

AP: Euh, « L'organisation des politiques culturelles dans les quatre pays voisins du Grand Est ».

SM: D'accord, ok, merci. Bah du coup j'ai juste une dernière question, par rapport au traité d'Aix-la-Chapelle, est-ce que vous sentez des conséquences, soit déjà actuelles, soit futures, au niveau de la politique et de la production culturelle transfrontalière ?

AP: Euh, pff... là je vous avoue du coup que j'étais peut-être moins dans la partie depuis et... je suis trop éloignée pour... pour en ressentir déjà les effets ou les conséquences. Euh... pff... j'ai l'impression que franchement ça ne se joue pas encore tout à fait au niveau où je me trouve (rire).

SM: D'accord.

AP: Très concrètement.

SM: Ok, d'accord. Bon, ça c'est les questions que moi j'avais. Je ne sais pas si vous sentez qu'il y a quelque chose que j'ai complètement omis, qu'il y a d'autres choses que vous aimeriez me dire... ? Dont vous aimeriez me parler ?

AP: Bah... je ne sais pas, après c'est vrai du coup que c'est une vision que... que je sais qui est assez – bah comme tout le monde, c'est normal, c'est le jeu de l'entretien – mais qui est assez subjective et qui... qui date peut-être un peu, donc voilà, je... après vous en faites ce que vous pourrez mais... Non, j'ai peut-être oublié des choses, en fait, ce qui pourrait être intéressant, enfin je ne sais pas quelle approche vous avez dans votre travail, mais si vous voulez contacter des personnes directement en... en charge de projets culturels... ou si vous l'avez déjà fait peut-être hein ? Je pense que ça peut être intéressant parce que du coup moi je... moi j'ai une vision plus... plus distanciée dans le sens où j'ai plutôt été dans... dans le rôle soit de facilitateur, d'intermédiaire ou de... de puissance publique financeur mais pas directement aux manettes quoi. Donc... je pense que ce qui peut être intéressant pour vous c'est aussi d'avoir la vision de personnes qui ont été directement impliquées dans des projets quoi, qui auront une vision peut-être... sûrement d'ailleurs différente de la mienne.

SM: Oui, oui. J'ai participé, quand j'étais encore en France, là je suis déjà rentrée au Brésil, mais j'avais participé à une journée, enfin deux journées d'étude aux Shadock qui réunissaient des acteurs culturels aussi, donc j'avais parlé avec pas mal de personnes. Euh... mais oui, oui, l'idée c'est de... Et du coup, bon j'ai parlé à quelques personnes mais... mais on ne sait jamais, je peux oublier des personnes, est-ce qu'au niveau des... des structures culturelles, il y a certaines que vous voyez comme vraiment centrales, des personnes avec qui je devrais parler ?

AP: Bah il y a une personne en particulier à laquelle je pense qui euh... qui s'appelle Julia... Julia... elle s'appelait Julia Reth et maintenant elle s'appelle Julia Bumet je crois, je ne sais pas

si du coup ça vous dit quelque chose ?

SM: Non, je ne la connais pas.

AP: En fait elle a travaillé à la fois à l'école d'art, donc la Haute École des Arts du Rhin, elle a été en charge de plusieurs projets transfrontaliers pour l'école d'art, donc notamment en lien avec l'école d'art d'Offenburg. Ensuite elle a été en poste à l'eurodistrict Strasbourg-Ortenau où elle s'est occupée des micro-projets culturels. Et ensuite elle a été en poste à la Maison Européenne d'Architecture, qui en fait est une maison franco-allemande d'architecture, et elle-même est... a la double nationalité franco-allemande et est parfaitement bilingue. Donc voilà, elle a toujours travaillé dans ce milieu-là, ses trois-quatre dernières expériences professionnelles sont vraiment autour de ça, donc je pense qu'elle aurait vraiment une vision plus... pratico-pratique, quoi, à vous apporter.

SM: D'accord. Super. Personne n'avait mentionné son nom donc c'est super, je vais... je vais chercher cette personne.

AP: Je peux vous envoyer son contact sans problème hein.

SM: Ah d'accord, ce serait parfait. Merci beaucoup.

AP: Après... dans les autres personnes... après ça pourrait être intéressant – je ne sais pas hein si ça vous intéresse – mais d'avoir la vision comme Philippe Ochem qui est le directeur artistique de Jazzdor, moi ça m'a toujours fasciné pourquoi est-ce qu'il est allé vers Berlin plutôt que vers Kehl, non c'est ridicule on ne se pose pas cette question mais... (rire) Enfin voilà, je trouve ça toujours intéressant pourquoi... pourquoi faire du franco-allemand avec autant de distance alors que finalement qu'il n'y a que quelques kilomètres qui nous séparent. Après voilà, je ne sais pas si c'est... si ça ça vous intéresserait ou pas, mais je pense que c'est quelqu'un qui a des choses à dire sur le sujet en tout cas.

SM: Hum, hum, d'accord. Je vais aussi chercher.

[...]

AP: Donc Philippe Ochem, Julia Bumet, hum... ... oui, c'est peut-être déjà pas mal dans un premier temps. Si je pense à quelqu'un d'autre je vous enverrai le contact. Ah oui, il y a une personne que j'aime beaucoup mais... mais qui est... vous parlez allemand ou pas ?

SM: Non, malheureusement. Bon anglais oui, mais euh... anglais, espagnol, portugais mais l'allemand malheureusement non.

AP: Parce que je me dis que ça pourrait être bien que vous ayez aussi un point de vue allemand, hum...

SM: Oui.

AP: Et en fait... il y a quelqu'un que j'aime beaucoup qui était porteur d'un projet Interreg il y a très longtemps, qui est directeur artistique d'une compagnie de théâtre à Fribourg, et qui avait monté un projet en lien avec le dispositif français qui s'appelle "Culture à l'Hôpital" et qui avait travaillé notamment avec l'hôpital psychiatrique de Rouffach, donc Rouffach c'est à côté de Colmar. Et euh, il avait fait des interventions artistiques en milieu psychiatrique, donc théâtre, danse, arts plastiques, et il avait monté un spectacle à la fin qui s'appelait *Alice aux pays des merveilles*, et qui mélangeait dans le spectacle des... des patients et des soignants, sans que personne ne sache qui était le patient, qui était le soignant. C'était très beau, c'était vraiment un très beau projet et c'est quelqu'un moi que j'aime beaucoup. Alors il parle... il parle bien français, il se débrouillerait sans problème, mais je me dis que ça pourrait être pas mal pour

vous d'avoir la vision d'un allemand peut-être qui a travaillé avec des français et peut-être... bah peut-être pour euh... voilà, pour savoir de sa part ce qu'il pensait qui marche ou qui ne marche pas, pourquoi est-ce que... pourquoi il l'a fait à un moment donné, pourquoi il ne le fait plus, ce qu'il en attend... enfin je ne sais pas, ça pourrait être...

SM: Hum, hum, oui.

AP: Enfin...

SM: Et son nom, vous avez dit que... ?

AP: Euh... alors il s'appelle Raimund Schal, mais je vais vous envoyer son contact.

SM: Ok.

AP: Les gens dont je vais vous envoyer les contacts sont des gens que vous pouvez tout à fait contacter de ma part sans problème.

SM: Ok, bah super. Je vous remercie beaucoup.

AP: Voilà, je me dis que ça... ça peut être intéressant du coup d'avoir la vision d'un allemand.

SM: Oui, bah oui puisque... au final c'est toujours la difficulté des... des personnes qui travaillent, des... des académiques qui travaillent sur des régions frontalières, c'est que c'est très difficile de mener une étude qui est *vraiment* des deux côtés de la frontière, étant donné que je suis française forcément et aussi que je ne parle pas allemand, euh... c'est une difficulté que j'ai moins eu côté Brésil-Uruguay parce que je parle les deux langues, mais euh... mais là c'est plus difficile. Après j'ai parlé avec Mischa Schmelter qui a pu me donner la vision allemande. Je suis entrée en contact aussi avec... une personne de la ville de Kehl, mais voilà c'est difficile...

AP: C'est qui ?

SM: ... d'être vraiment équilibrée dans son analyse.

AP: Oui, c'était qui de la ville de Kehl ?

SM: Euh, Annette... son nom de famille...

AP: Annette, oui.

SM: Oui. Alors on a échangé des emails et on allait se parler, c'est... bon elle n'a pas répondu à mes derniers emails mais je... je vais réessayer.

AP: Ouais, bah c'est chouette, Annette elle est là depuis tellement longtemps en plus que... qu'elle a vraiment un historique très... (rire) très précis de la collaboration Strasbourg-Kehl à vous apporter. C'est quelqu'un de très bien.

SM: D'accord. Donc ça serait la bonne personne à Kehl ?

AP: Oui, oui, bah oui, oui, je pense que du coup ça fait un bon... un bon regard. Après il y a une autre personne qui travaille pour la ville de Strasbourg vraiment sur la coopération transfrontalière, pas forcément culturelle mais coopération transfrontalière tous domaines confondus, euh, qui... qui pourrait être bien, qui s'appelle Isabelle Ulhmann.

SM: Oui.

AP: Pareil, je vous envoie son contact, après voilà ça peut aussi... voilà, si ça marche, ça marche, sinon peut-être que... Enfin je ne sais pas où vous en êtes dans vos recherches, vous

avez peut-être déjà assez de données, ce n'est peut-être pas la peine de s'éparpiller mais bon. Ça peut toujours être intéressant.

SM: Bon c'est toujours bien de toute façon de savoir qui sont les noms, même s'il y a des personnes avec qui au final je n'aurai peut-être pas le temps de faire un entretien. Voilà, elle est revenue plusieurs fois dans les noms donc euh... mais je ne l'ai pas contactée, donc je vais le faire.

AP: Ok. Bah je vous envoie les quatre noms là auxquels j'ai pensé. Et puis si je pense à d'autres personnes, je vous les envoie aussi.

SM: Ok. Bon bah je vous remercie beaucoup pour... pour votre générosité, pour votre sympathie et le temps que vous m'avez accordé.

AP: Mais je vous en prie, et bien bonne continuation à vous, bon courage pour la suite et puis ben ouais, n'hésitez pas à me tenir au courant de... de ce qu'il en sortira.

SM: Bien sûr, je le ferai circuler une fois que le bébé sera né (rires), je le ferai tourner à toutes les personnes que j'ai interviewé. Après j'écris en anglais, donc pour certaines personnes ça peut être un peu... pénible.

AP: Oh bah c'est bien, ça me fera du bien.

SM: Ça vous fera du bien ! (rires) Tant mieux, si ça fait pratiquer l'anglais.

AP: Oui !

SM: Pour des raisons académiques c'est mieux d'écrire en anglais et puis pour que ça puisse potentiellement plus être lu par toutes les personnes que j'ai interviewé.

AP: Oui, oui, bien sûr.

SM: Ok. Bon je vous remercie beaucoup, et puis on reste en contact par email.

AP: Je vous en prie.

SM: Et je vous souhaite une bonne journée.

AP: Moi aussi !

SM: Super, allez bon week-end.

AP: Merci bonne journée, oui vous êtes en début de journée.

SM: Oui, il est 10h30 du matin, c'est un autre moment de la journée.

AP: D'accord (rire). Bonne journée à vous.

SM: Merci !

AP: Au revoir.

SM: Au revoir.